

**ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS  
DE  
OEIRAS**

**23**



**A  
RUI BOAVENTURA  
HOMENAGEM À SUA MEMÓRIA**

**CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS  
2016/2017**

# ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 23 • 2017

A  
RUI BOAVENTURA  
HOMENAGEM À SUA MEMÓRIA



**Editores Científicos: João Luís Cardoso e Rui Mataloto**

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS  
2017

**Estudos Arqueológicos de Oeiras** é uma revista de periodicidade anual, publicada em continuidade desde 1991, que privilegia, exceptuando números temáticos de abrangência nacional e internacional, a publicação de estudos de arqueologia da Estremadura em geral e do concelho de Oeiras em particular.

Possui um Conselho Assessor do Editor Científico, assim constituído:

- Dr. Luís Raposo (Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa)
- Professor Doutor Nuno Bicho (Universidade do Algarve)
- Professor Doutor João Zilhão (Universidade de Barcelona e ICREA)
- Doutora Laure Salanova (CNRS, Paris)
- Professor Doutor Martín Almagro Gorbea (Universidade Complutense de Madrid)
- Professor Doutor Rui Morais (Universidade do Minho)

## ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE OEIRAS

Volume 23 • 2017      ISSN: 0872-6086

EDITORES CIENTÍFICOS DESTE VOLUME - João Luís Cardoso e Rui Mataloto  
DESENHO E FOTOGRAFIA - Autores ou fontes assinaladas  
PRODUÇÃO - Gabinete de Comunicação / CMO  
CORRESPONDÊNCIA - Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras  
Fábrica da Pólvora de Barcarena  
Estrada das Fontainhas  
2745-615 BARCARENA

Os artigos publicados são da exclusiva responsabilidade dos Autores.

Aceita-se permuta  
*On prie l'échange*  
*Exchange wanted*  
*Tauschverkehr erwünscht*

ORIENTAÇÃO GRÁFICA E

REVISÃO DE PROVAS - João Luís Cardoso e Autores

PAGINAÇÃO - M. Fernandes

IMPRESSÃO E ACABAMENTO - Graficamares, Lda. - Amares - Tel. 253 992 735

DEPÓSITO LEGAL: 97312/96



## ÍNDICE GERAL / CONTENTS

PAULO VISTAS	
Prefácio	
<i>Foreword</i> .....	9
JOÃO LUÍS CARDOSO & RUI MATALOTO	
Apresentação	
<i>Presentation</i> .....	11
RUI MATALOTO & JOÃO LUÍS CARDOSO	
Rui Boaventura (1971-2016), apontamento biográfico e bibliografia	
<i>Rui Boaventura (1971-2016), biographical note and bibliography</i> .....	13
RUI MATALOTO, MARCO ANTÓNIO ANDRADE & ANDRÉ PEREIRA	
O Megalitismo das pequenas antas: novos dados para um velho problema	
<i>The Megalithism of small dolmens: new data to an old problem</i> .....	33
ANDREA MARTINS	
Entre o Atlântico e o Maciço Calcário Estremenho: a arte rupestre da Estremadura	
<i>Between the Atlantic and the Maciço Calcário Estremenho: the rock art of Estremadura</i> .....	157
ANTÓNIO CARLOS VALERA & LINO ANDRÉ	
Aspectos da interacção transregional na Pré-história Recente do Sudoeste Peninsular: interrogando as conchas e moluscos nos Perdígões	
<i>Views on the transregional interaction in Iberian Southwest Recent Prehistory: questioning the shells and molluscs from Perdígões</i> .....	189
ANA MARIA SILVA & MARIA TERESA FERREIRA	
Perscrutando espólios antigos 5: Contributo da análise dos restos ósseos humanos	
<i>Examining old remains 5: the contribution of the study of human bones</i> .....	219
JOÃO LUÍS CARDOSO & FILIPE MARTINS	
O povoado pré-histórico do Outeiro Redondo (Sesimbra): Resultados das campanhas de escavação de 2013 e 2014	
<i>The chalcolithic fortified settlement of Outeiro Redondo (Sesimbra): Results of 2013 and 2014 field seasons</i> .....	233



JOÃO LUÍS CARDOSO	
Correspondência epistolar remetida por eminentes pré-historiadores espanhóis ou que trabalharam essencialmente em Espanha a José Leite de Vasconcelos (1853-1941)	
<i>Correspondence sent by eminent Spanish pre-historians or who worked mainly in Spain to José Leite de Vasconcelos (1853-1941) . . . . .</i>	393
ANA CATARINA SOUSA	
Os tempos do Neolítico na região de Lisboa: o povoamento	
<i>Times in the Neolithic from the region of Lisbon: the settlements . . . . .</i>	459
DIRK BRANDHERM, MICHAŁ KRUEGER & JOÃO LUÍS CARDOSO	
Um novo método para a datação absoluta de ossos humanos cremados: a cabana 2 do Monte de São Domingos (Malpica do Tejo, Portugal)	
<i>A new method for the absolute dating of cremated human bones: hut 2 at Monte de São Domingos (Malpica do Tejo, Portugal) . . . . .</i>	519
JOÃO LUÍS CARDOSO	
A ocupação do Bronze Final do Centro Histórico de Oeiras. Os materiais da Rua das Alcássimas	
<i>Late Bronze materials recovered in the Historic Center of Oeiras. The artifacts of Rua das Alcássimas . . . . .</i>	531
CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DO CONCELHO DE OEIRAS	
Relatório das actividades desenvolvidas em 2016	
<i>Report on activities carried out in 2016 . . . . .</i>	555



Rui Boaventura fotografado na anta 4 da Quinta do Freixo (Redondo), em Julho de 2012. Foto de Glen Jones

## PREFÁCIO

O volume que agora se apresenta dos *Estudos Arqueológicos de Oeiras* é dedicado à memória de um arqueólogo precocemente desaparecido: o Doutor Rui Jorge Narciso Boaventura (1971-2016).

Atingida a maturidade científica, especialmente depois de concluído o doutoramento na Universidade de Lisboa dedicado ao estudo dos monumentos megalíticos da região de Lisboa, o Doutor Rui Boaventura tornou-se colaborador assíduo do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras), contribuindo, com o seu labor, para o prestígio alcançado pela revista que agora o homenageia.

A mais-valia que constitui para Oeiras possuir uma tal publicação, dando corpo à investigação, divulgação e valorização do património arqueológico concelhio e não só, é um facto hoje indesmentível e que muito me apraz de novo registar. E o prestígio atingido por aquela, mercê do labor incansável do seu principal animador desde a primeira hora, o Prof. Doutor João Luís Cardoso, pode medir-se pela atracção que a revista tem despertado na pléiade de prestigiados arqueólogos nacionais e estrangeiros que aqui publicaram os resultados dos seus estudos.

Foi o caso de Rui Boaventura, que aqui publicou cinco contributos científicos, em co-autoria, entre 2005 e 2014. O primeiro, inserido no volume 13, remonta ao longínquo ano de 2005. Já então se evidenciava o seu interesse pelo megalitismo da região de Lisboa, ao publicar estudo sobre o monumento do Monte Serves (Vila Franca de Xira), com base na documentação deixada pela equipa que o explorou, na década de 1970, revelando outra faceta que se veio a tornar característica da sua actividade, a importância científica conferida à documentação antiga.

O estudo seguinte foi publicado no volume 18 (2010-2011), dando a conhecer o espólio de pedra lascada da anta das Pedras da Granja (Sintra), destacando-se notável lâmina de sílex jaspóide, única nos inventários portugueses, que bem evidencia a importância do comércio e circulação trans-regional de produtos de excepção.

No volume 20 (2013) destaca-se a publicação de importante estudo sobre circulação de objectos exógenos: trata-se de trabalho dedicado às contas de minerais verdes recolhidas em diversos povoados pré-históricos da região, entre eles o de Leceia, que ilustram o comércio trans-regional então estabelecido. Recorrendo a colaborações científicas internacionais, por forma a colmatar lacunas existentes na nossa investigação, foi possível demonstrar que a sua origem se encontrava a várias centenas de quilómetros de distância, na região de Palazuelo de las Covas, perto de Zamora (Espanha).

Sabendo que a informação documental conservada nos arquivos – quase sempre esquecidos e desprezados – sobre as escavações arqueológicas executadas no passado, pelos pioneiros da Arqueologia portuguesa, de que é exemplo o já mencionado estudo sobre o monumento de Monte Serves, pode fornecer elementos da maior valia para a investigação moderna, abraçou o convite que o Prof. Doutor João Luís Cardoso lhe endereçou



para a publicação da documentação original sobre as escavações do conjunto dolmênico de Belas, explorado em 1878 sob as ordens de Carlos Ribeiro. Dessa conjugação de esforços resultou um contributo de grande interesse para a História da Arqueologia em Portugal, dando-se a conhecer ao pormenor o progresso da exploração pioneira daqueles monumentos, efetuada na mesma época em que o referido geólogo e arqueólogo identificou o povoado pré-histórico de Leceia, situado próximo, ex-libris da Arqueologia oirense e portuguesa.

Para além das duas áreas de investigação mencionadas – a circulação de espólios arqueológicos a nível transregional e a historiografia da Arqueologia portuguesa – ambas de evidente importância no quadro atual da investigação arqueológica, destacam-se as colaborações altamente especializadas que conseguiu mobilizar para a realização de estudos de Antropologia Física de populações pré-históricas, que o Doutor Rui Boaventura sempre encarou de uma forma estreitamente articulada com a Arqueologia. É assim que se compreende a emergência de uma nova linha de investigação, a caracterização da circulação pessoas, no quadro da mobilidade transregional então vigente, recorrendo a análises bioquímicas sobre ossos humanos, linha que não se pode desligar dos estudos relativos à circulação de objectos de caráter excepcional ou sumptuário, acima mencionados.

O seu derradeiro estudo publicado nesta revista, no número 21 (2014), é dedicado aos espólios recuperados na gruta de Pedra Furada 1 (Vila Franca de Xira), quando a doença que o vitimou já se encontrava declarada. Constitui paradigma dessa estreita colaboração interinstitucional e transdisciplinar, para a qual soube mobilizar especialistas nacionais e internacionais, de diversas áreas, do foro das Ciências Físicas, Químicas e Naturais, essenciais para a obtenção de nova informação, no quadro da moderna prática arqueológica.

Como arqueólogo do Município de Odivelas, deve-se-lhe ainda o estudo, publicado no volume 20 dos *Estudos Arqueológicos de Oeiras* (2013), do povoado do Bronze Final de Amoreira, no qual, como era seu hábito, não deixou de valorizar o trabalho dos seus antecessores naquela estação pré-histórica do Bronze Final, ainda muito insuficientemente conhecida.

Com o desaparecimento do Doutor Rui Boaventura, perde a Arqueologia portuguesa um dos seus mais empenhados e ativos cultores, com investigação fundamental e de excelência, que perdurará. Sabendo que o progresso dos conhecimentos em Arqueologia – como em qualquer outra área científica – só seria possível com a partilha generosa com os seus colegas da informação obtida, com muitos deles se envolveu em projetos nacionais e internacionais de que foi o responsável, e cujos resultados publicados são suficientes para o situarem entre um dos arqueólogos portugueses mais relevantes da actualidade. Com o seu desaparecimento perde também esta revista, que tanto honrou, um dos seus colaboradores mais dedicados e notáveis. Daí a razão desta Homenagem.

Oeiras, 31 de Março de 2017

O PRESIDENTE

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Paulo Vistas', written in a cursive style with a long horizontal stroke at the end.

(Paulo Vistas)

## APRESENTAÇÃO

O volume 23 dos *Estudos Arqueológicos de Oeiras* é dedicado a homenagear a memória de um grande arqueólogo e Amigo precocemente desaparecido do nosso convívio: Rui Boaventura (1971-2016).

Falecido a 28 de Maio de 2016, menos de um ano depois é apresentada publicamente esta obra colectiva, cuja concretização só foi possível graças a um conjunto de boas-vontades que para tal se reuniram, a começar pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Dr. Paulo Vistas. Criadas as condições objectivas para a publicação, meteu-se ombros a uma tarefa que, à partida se afigurava difícil, por uma única e simples razão: o elevado número dos colegas, amigos e admiradores do homenageado que nela desejariam colaborar. Na verdade, o Rui tinha um condão, só acessível às almas generosas como a sua: a simplicidade com que fazia amigos e mobilizava vontades em torno de ideias comuns, logo transformadas em projectos científicos logo concretizados.

Deste modo, entendeu-se que a melhor forma de homenagear o Colega e o Amigo através de um Volume de Homenagem, seria produzir, a partir dos textos do Rui, nova informação que privilegiasse os temas científicos que mais queridos lhe foram, projectados em tantas iniciativas e ideias, e corporizados em obras publicadas, sempre inovadoras, algumas de primeira grandeza no panorama científico internacional.

Assim, uma tarefa que se afigurava à partida árdua e votada, talvez, ao insucesso, transformou-se rapidamente num exercício de contornos claros, por serem também explícitos e objectivos os critérios que desde logo presidiram à sua concretização.

Identificadas as temáticas prioritárias da sua pesquisa, impuseram-se, de forma natural, vários nomes, quase todos eles colaboradores do Rui, dando assim, a necessária continuidade a uma obra deixada inacabada. Para capítulo do megalitismo alentejano – temática que, sem qualquer dúvida, mais mobilizou os seus esforços – os nomes dos autores que o deveriam escrever eram óbvios. Considerou-se também importante incluir um contributo sobre arte rupestre pós-glaciária, a que o Rui, embora muito lateralmente é certo, se dedicou: tenha-se presente o interessante estudo sobre a disposição dos esteios dolménicos em alguns monumentos dos arredores de Lisboa e as insculpturas patentes na face externa de um deles. Para tratar os aspectos relacionados com a circulação de bens a nível transregional na Pré-História recente do centro e sul do País – outra das temáticas que constituiu poderosa linha de força da sua investigação – o contributo ora publicado, focando-se na fauna malacológica recolhida no notável recinto alto-alentejano dos Perdigões responde cabalmente ao pretendido. Ainda no respeitante à temática da mobilidade humana no nosso território o contributo das suas colaboradoras de Coimbra, estudando os restos antropológicos de uma forma estreitamente ligada à Arqueologia, como era timbre dos seus trabalhos publicados, espelha claramente o caminho traçado, a que importa dar continuidade. No que respeita ao estudo do povoamento calcolítico, tema a que dedicou a sua dissertação de mestrado, o extenso contributo dedicado ao notável povoado calcolítico

fortificado do Outeiro Redondo – que o Rui, debilitado, já não teve oportunidade de percorrer como era seu desejo, anotando, como de costume, todos os pormenores do terreno – dá certamente expressão àquela linha de investigação. Também o povoamento da região ribeirinha do Tejo, no decurso do Bronze Final o interessou, sendo de sua autoria o estudo preliminar publicado nas páginas desta revista do importante povoado da Amoreira (Odivelas), que teve, com a publicação do sítio da Rua das Alcássimas, no Centro Histórico de Oeiras, a sua natural continuidade.

Outras temáticas interessaram Rui Boaventura: subjacente a todas, era a sua preocupação pela obtenção de bons indicadores de cronologia absoluta, chave para o estudo de alguns dos problemas arqueológicos relacionados com faseamentos e sequências culturais ainda não resolvidos. Tal preocupação teve no trabalho ora publicado, relativo ao difícil problema do faseamento do Neolítico na região estremenha, um contraponto do maior interesse, constituindo síntese crítica da informação disponível. Igualmente, a publicação pela primeira vez em Portugal, de datação absoluta de materiais ósseos cremados, fazendo uso de uma nova técnica analítica ainda em fase de implementação, merece ser destacada.

Por último, não poderia ser ignorado o interesse do nosso homenageado pela historiografia arqueológica. O rigor e a paciência que concedeu a deslindar a intrincada história, fosse de uma peça, de uma colecção, de um sítio arqueológico, de uma personalidade (como o “Pai Rocha”...) ou mesmo de uma temática de há muito investigada, é também uma realidade transversal da sua investigação. Por isso, aqui se apresenta público reconhecimento dessa outra faceta da sua investigação, a propósito da preciosa correspondência recebida por Leite de Vasconcelos de alguns eminentes arqueólogos espanhóis.

Preito de Homenagem de colaboradores próximos, que antes de mais foram também seus Amigos dedicados, estes estudos que lhe são oferecidos corporizam, de forma objectiva, como era apanágio do pensamento do Rui Boaventura, a continuidade da sua obra e a excelência do seu exemplo, no qual foram inspirados.

Oeiras, 21 de Abril de 2017

Os Editores científicos

JOÃO LUÍS CARDOSO

RUI MATALOTO



**RUI BOAVENTURA (1971-2016).  
APONTAMENTO BIOGRÁFICO E BIBLIOGRAFIA<sup>1</sup>**

***RUI BOAVENTURA (1971-2016).  
BIOGRAPHICAL NOTE AND BIBLIOGRAPHY***

Rui Mataloto<sup>2</sup> & João Luís Cardoso<sup>3</sup>

“O Rui teve um percurso excessivamente breve para tudo aquilo que tomou em mãos: defender e estudar o Megalitismo, anta a anta se preciso fosse! Quero acreditar que hoje nascerá uma nova anta no Alentejo.”

Excerto da elegia fúnebre, lida no dia 31 de Maio de 2016

Rui Boaventura nasceu em Lisboa a 10 de Fevereiro de 1971, e faleceu também em Lisboa a 28 de Maio de 2016, tendo vivido quase sempre na periferia da grande cidade, da qual se tornou um grande conhecedor, onde se movimentava com rara agilidade, certamente resquícios dos tempos em que, ainda muito jovem, ajudava o avô nos pequenos mercados de fim-de-semana. Com um trajecto usual nos primeiros tempos da escola, costumava contar como um pequeno, e aparentemente insignificante, episódio o viria a marcar para sempre, traçando-lhe o caminho. Estudante externo da Casa Pia de Lisboa algures nos inícios dos anos 80, nas traseiras dos Jerónimos, houve um dia em que, algumas obras fizeram surgir abundantes restos osteológicos, os quais, influenciados por uma professora, se precipitaram a ver, deixando uma marca no Rui que lhe traçou, não apenas o Amor pela Arqueologia, como também o interesse pela Antropologia Física das populações pré-históricas, que sempre considerou, como mostra a sua obra científica, como estando estreitamente ligado à Arqueologia.

Seria esse momento que o levou a ingressar, apesar das resistências da família, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde efectuou todo o seu percurso académico, convivendo com colegas com quem

---

<sup>1</sup>Estas linhas não respeitaram o acordo ortográfico em vigor, por opção dos autores e em memória do Rui, que sempre o rejeitou; e tiveram um contributo essencial de alguns amigos mais próximos, Ana Catarina Sousa, André Pereira, Jacinta Bugalhão, Ana Ávila de Melo, que o fotografou no MNA, e Fernanda Torquato, no respeitante à Bibliografia do Rui, para além do apoio da Raquel Reis, sua companheira nos seis últimos anos de vida. Obrigado, Raquel, pelo apoio que todos sabemos que foste.

<sup>2</sup>Arqueólogo. Município de Redondo. [rmataloto@gmail.com](mailto:rmataloto@gmail.com)

<sup>3</sup>Arqueólogo. Universidade Aberta (Lisboa) e Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras). [cardoso18@netvisao.pt](mailto:cardoso18@netvisao.pt)

viria a partilhar interesses de investigação, e de quem rapidamente se tornou verdadeiro Amigo, como Ana Catarina Sousa ou Leonor Rocha, mas igualmente com outros, como Isabel Pinto, Maria José Almeida ou Catarina Coelho, para além de Carla Lopes, mãe de Francisco, o seu filho mais velho.

Aqui, além de amizades, cultivou, desde o primeiro momento, o seu gosto pela Pré-História e pelo Megalitismo, especialmente através da ligação às marcantes intervenções de Victor S. Gonçalves, como Olival da Pega 2 (OP2) ou Torre do Esporão (Figs. 1 a 4), em Reguengos de Monsaraz. Ficou desde logo clara a sua capacidade de trabalho, afincamento e determinação. Desse afincamento e energia teria resultado a afectação de placa de xisto que, na realidade, não havia sido o Rui a acidentalmente destruir, no decurso da escavação, mas que o seu vigor tornava principal suspeito. Uma outra situação durante a Faculdade viria, para aqueles que o conheceram, a ser uma imagem de marca: ficando num fim de semana de escavação à míngua de comida e com a despensa trancada, enquanto alguns, mais submissos, se resignavam para não ferir susceptibilidades do director do trabalho, ausente no momento, logo o Rui se aprontou para rebentar, contra a opinião unânime dos seus colegas, o cadeado da despensa. Este episódio é expressivo do carácter do Rui, alguém que nunca vacilou em prol daquilo que considerava o bem-comum, como várias vezes depois testemunhámos, disposto a bater-se por causas, muitas delas em que considerava estar em causa o futuro da prática arqueológica em Portugal.

Durante a Faculdade, no Verão, apesar do seu gosto pela Pré-História, tornou-se assíduo nas escavações da *villa* romana da Quinta das Longas (Elvas) onde cultivou uma forte amizade com o responsável pelos trabalhos, António Carvalho, hoje Director do Museu Nacional de Arqueologia.

As escavações em Santa Vitória (Campo Maior), sob direcção de Ana Carvalho Dias, para além de acalentar o seu gosto pela Pré-História constituíram um primeiro passo na sua relação com a “tutela”, o então IPPAR.

Na elaboração do seu trabalho de Seminário, indicador do seu trajecto futuro, sobre os *tholoi* da Península de Lisboa, decidiu abordar O. da Veiga Ferreira, que publicou estudo sobre o *tholos* de Aqualva (Cacém), para obter explicações do próprio a tal respeito, apesar de conhecidas as reservas que lhe eram então malevolamente levantadas por alguns. Foi então que, pela primeira vez viria a visitar o Museu Geológico (do actual LNEG, antigo SGP), do qual passaria a ser assíduo frequentador, e depois estudioso das suas colecções. Jovem aluno interessado pela Pré-História, não se intimidou, apesar do peso adquirido por uma muito longa carreira, marcante como poucas na História da investigação arqueológica, e temperamento, dizia-se, por vezes intempestivo do seu interlocutor. Chegado e questionado sobre os propósitos da visita, depois de alguns impropérios que lhe não eram dirigidos, foi recebido com notável atenção e afabilidade pouco usuais noutros círculos. Este episódio anedótico, que contava amiúde, traduzia o seu modo frontal de agir.

Com este trabalho, em 1993, concluiu a licenciatura em História, variante de Arqueologia, com a classificação final de 14 valores, vindo mais tarde, em 1997, a concluir a variante de Ensino com a classificação final de 15 valores (Fig. 5).

Iniciou a sua actividade profissional como professor do Ensino Básico e Secundário entre 1994 e 1997, em Elvas (1994, 1996), Colégio Pina Manique (1995), Escola Secundária Dona Luísa de Gusmão (1996) e Portalegre (1997), constituindo uma primeira “*travessia no deserto*” que, ainda assim lhe permitiu fazer amizades, e aproximar-se do megalitismo de Elvas, aproveitando para ler e reler o muito que Abel Viana e António Dias de Deus haviam publicado de Arqueologia da região, sem perder o contacto com o que realmente almejava, fazer, estudar o Megalitismo. Paralelamente colaborou em diversas intervenções arqueológicas promovidas pelo IPPAR, nomeadamente na antiga Igreja Patriarcal da Ajuda (1994), na igreja / convento de S. Francisco de Santarém (1995, 1996), e na Fundação Ricardo Espírito Santo Silva (1997).



**Fig. 1** – Intervenção em Torre do Esporão 3, 1990, das primeiras participações em escavações; Rui Boaventura em primeiro plano (Foto cedida por Ana Catarina Sousa).



**Fig. 2** – Equipa de escavação de Torre de Esporão 3, com Rui Boaventura em baixo à direita. Identificam-se Maria Catarina Coelho, em pé, à esquerda; Ana Catarina Sousa, em cima à esquerda, sentada (Foto cedida por Ana Catarina Sousa).



**Fig. 3** – 1990, equipa de escavação da primeira campanha no Complexo Megalítico de Olival da Pega 2 (Reguengos de Monsaraz). *Da esquerda para a direita:* Teresa Simões, Rui Boaventura, Ana Catarina Sousa, Maria Catarina Coelho, Leonor Rocha e Sérgio Carneiro (Foto cedida por Ana Catarina Sousa).



**Fig. 4** – Verão de 1992, escavação da Anta 2 do Olival da Pega, com o director dos trabalhos, V. S. Gonçalves, ao centro.



**Fig. 5** – Foto da Queima das Fitas, 1993. Com algumas amigas pessoais, Maria Catarina Coelho, Isabel Pinto, Carla Lopes (Foto cedida por Ana Catarina Sousa).



Foi em Santarém que um de nós (R.M.), participante nas escavações ali dirigidas por Ana Margarida Arruda, o veio a conhecer, partilhando algumas observações e informações sobre os trabalhos e dificuldades que esperam todos aqueles que decidem abraçar a carreira de arqueólogo

A ligação ao IPPAR viria também a marcar o Rui, defensor da existência de um código de procedimentos rigoroso, forte e institucional, mas ágil, sempre com vista a defender algo que considerava essencial e estruturante, a “Memória Futura”. Será esta defesa das Instituições e dos seus deveres e direitos que o leva a participar do mundo associativo, tornando-se sócio do *American Institute of Archaeology*, da *Associação dos Arqueólogos Portugueses*, da *Associação Profissional de Arqueólogos*, onde teve cargo de direcção, e da *Portanta – Associação de Arqueologia Ibérica*, que ajudou a fundar.

Em 1995 deu início, com Carla Lopes, ao estudo do concelho de Monforte, com particular enfoque no Megalitismo, com o projecto de investigação plurianual “As Comunidades Pré-Históricas dos 4.º-3.º Milénios na região de Monforte” (COMONPH). Entre 1997 e 1998, na sequência deste projecto, exerceu funções como arqueólogo em regime de prestação de serviços da Câmara Municipal de Monforte. Os trabalhos incluíram prospecções, escavações, acções de valorização e estudos geoarqueológicos, que aproveitou para avançar com propostas de classificação de todos os monumentos megalíticos do concelho, processo que veio a ficar concluído entre 2010 e 2015 com a classificação como Sítio de Interesse Público de 12 antas. Este processo é um exemplo da vertente “institucionalista” do Rui, que acreditava que este deveria ser o caminho a trilhar, para uma efectiva protecção e responsabilização do Estado pela defesa do Património Arqueológico.

Em 1998, ao ingressar como Arqueólogo no recém-constituído Instituto Português de Arqueologia, passou a exercer funções na extensão territorial do Crato, onde ficará até 2001 (Fig. 6). Aqui, a perspectiva pela qual vinha pugnando, por uma defesa institucional e consequente do património arqueológico atinge a plenitude, ao poder executar de forma consequente e oficial, uma política específica à escala local, num contexto nacional particularmente propício. Por directrizes emanadas do novo Instituto enceta, com os colegas, algo que irá ser mais uma das suas missões, rever e corrigir o Inventário Nacional do Património, sendo um dos grandes defensores da criação do CNS (Código Nacional de Sítio) que, como tantas vezes acabámos por concordar, era a única forma de individualizar sítios cujas designações, por vezes, se multiplicavam, criando um “ruído” que o Rui, para o seu Megalitismo procurou, como ninguém, limpar. Foi neste contexto que um de nós (R.M.) passou a conhecer mais de perto Rui Boaventura, podendo acompanhar com maior proximidade a sua acção decisiva na defesa do Património Arqueológico. Em diversos momentos o Rui, com a sua entrega e verdadeiro “espírito de missão” salvou *in extremis* diversos sítios da destruição maciça, graças à celeridade e empenho da sua actuação, dialogando primeiro com os “actores no terreno”, os condutores dos *bulldozers* que ameaçavam, com as surribas, quase semanalmente, tanto antas como povoados, quer depois



Fig. 6 – Foto de grupo do Concurso de avançados das extensões do IPA, 2001. Pouco depois abandonaria funções (Foto cedida por Jacinta Bugalhão).

dando seguimento ao procedimento mais legal de salvaguarda. O Rui detinha o perfil ideal para aquela posição, porque acreditava realmente no que estava a fazer e no papel decisivo que poderia ter na salvaguarda do Património. Infelizmente, circunstâncias várias impediram-no de continuar, apesar da sua acção exemplar, saindo em litígio com a Direcção do Instituto, num momento que tanta amargura lhe causou. Todavia, nunca alterou a sua perspectiva, batendo-se sempre por esta vertente institucional forte (Fig. 7).

A investigação do Megalitismo de Monforte continuou em diversos projectos no âmbito do Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos: em 1998-2002, com o Projecto “As Comunidades Pré-históricas dos 4.º e 3.º milénios na Região de Monforte” e em 2002-2006 com o Projecto “As Comunidades Megalíticas do Norte Alentejano”, os quais tiveram, mais recentemente, desenvolvimento no projecto FCT-MEGAGEO (2013-2015). Estes serão os projectos que irão orientar a sua investigação no Alentejo, ainda que deixem de fora, de algum modo, a sua grande obra sobre o Megalitismo da região de Lisboa, como se verá.

A Pré-História de Monforte continuou a marcar a sua carreira de investigação, tendo obtido uma bolsa de investigação da JNICT com a qual viria a obter o grau de mestre em Pré-História e Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 2001, com a dissertação *O Habitat Calcolítico do Pombal*, sob a orientação de Victor S. Gonçalves. Este estudo revela a investigação de um território, que vinha trabalhando de há muito, e, neste, de um sítio com uma História que pacientemente procurou reconstituir, com base nos materiais inéditos que teve a capacidade de valorizar como mereciam, sendo expressivo do entendimento que o Rui tinha da investigação em Arqueologia (Fig. 8). O sítio do Pombal, nas imediações da *villa* romana de Torre de Palma, em Monforte, tinha sido intervencionado sob a direcção de Manuel Heleno, tendo em vista a escavação de uma necrópole romana, tendo os materiais pré-históricos sido recolhidos no mesmo local, no decurso da respectiva intervenção. Esta realidade conduziu-o, por um lado, a estudar os “fundos” dos Museus, e a caracterizar a actuação de Manuel Heleno na envolvente de Monforte, contribuindo para o conhecimento do povoamento pré-histórico da região em causa.

Ainda que a vertente do povoamento tenha sido sempre relativamente colateral à sua investigação, entre 1997 e 1999 efectuou, ainda assim, diversas intervenções, como a realizada no povoado de Moreiros 2, em Arronches, que proporcionam conjunto de materiais, apresentados em breve síntese, para depois os ceder para estudo a Richard Peace, no âmbito da sua dissertação de Mestrado, da qual foi co-orientador, que veio a



**Fig. 7** – Manifestação da plataforma PPCult. contra a construção do Museu dos Coches, o despejo do IGESPAR (antigas instalações do IPA) e contra a anunciada saída do MNA dos Jerónimos. 18 de Março de 2009 (Foto cedida por Jacinta Bugalhão).



**Fig. 8** – Com os filhos, em 2008, no povoado do Pombal, Monforte, aquando do achamento de ídolo-placa espatulado, publicado em 2011.



ser defendida em 2016, a que já não teve possibilidade de estar presente. Este aspecto assinala, igualmente, um papel importante que o Rui também desempenhou, o de facilitar o estudo das realidades pré-históricas com as quais estava familiarizado, aos estudantes de Arqueologia, no âmbito da sua formação académica.

Após a sua saída do IPA, entre 2001 e 2002, dá-se uma segunda *travessia no deserto*, durante a qual efectuou diversas intervenções da chamada Arqueologia de Salvamento, em Portimão (Torre 4), Lisboa (Ribeira das Naus), Évora (Rua das Alcaçarias, Rua Elias Garcia), Santarém (Travessa da Lameira) e Elvas (Avenida de Olivença).

Nesta altura, já na companhia de Maia Langley, sua mulher, começa despontar outro dos seus grandes objectivos e propósitos, a internacionalização dos seus estudos, percebendo claramente que seria o caminho de futuro. Tendo presente esse objectivo, procurou reforçar, num primeiro momento, a sua ligação às equipas americanas que trabalhavam em Torre de Palma. É aí, então, que nascem os *Archaeological Programs*, primeiramente com a “Archaeological Field School” da *University of Louisville*, Kentucky, da qual se torna *Adjunct Lecturer*. Em 2004 lança, com um de nós (R.M.) uma plataforma que possibilitaria alargar estas colaborações, a *Portanta – Associação de Arqueologia Ibérica*, que se irá tornar a base de suporte de diversos programas de escavação e estudo no Alentejo e na região de Lisboa. Será neste contexto que se lança num ambicioso projecto de escavação no *cluster* megalítico de Rabuje, promovendo uma acção concertada e alargada de análise de um pequeno grupo coerente de antas, tal como sempre preconizou que se deveria fazer, para melhor conhecermos o Megalitismo, e os processos inerentes à construção e uso de necrópoles megalíticas, em particular porque tão poucos de dados estávamos então, com base em escavações modernas. Assim, entre 2002 e 2004 Rui Boaventura desenvolve, com auxílio de alunos americanos, escavações nos sepulcros 3, 4 e 5 de Rabuje, numa aproximação modelar que, infelizmente, não chegou a publicar devidamente (Fig. 9).

Em 2002 ingressa na Câmara Municipal de Odivelas, Departamento de Cultura, redireccionando progressivamente a sua investigação para a área de Lisboa (Fig. 10). No entanto, o Alentejo em geral, e Monforte em particular, nunca estiveram fora do



**Fig. 9** – Escavação da anta Rabuje 5 (Monforte) (2004), no momento do levantamento do esteio tombado por meios manuais; sob ele viria a recolher material datante das fases mais antigas do megalitismo regional (Foto: Arquivo Rui Boaventura).



**Fig. 10** – Leceia, inauguração do pórtico de entrada, em 28 de Novembro de 2003, com João Luís Cardoso no uso da palavra (Foto: Bernardo Ferreira).

seu interesse mas, desalentado pela falta de apoio e manifesta oposição de alguns outros colegas, que havia apoiado, como sempre, sente que deveria redireccionar o seu interesse focando-se em temáticas e áreas de que era bom conhecedor, e que lhe estavam bem mais próximas.

A centralização dos seus estudos na região de Lisboa acabou por resultar, de novo, numa *travessia no deserto*, num recomeçar, após longo tempo dedicado ao Alentejo e a Monforte. Todavia, é aqui que reconstrói a vida, com Maia Langley, que então realizava estudos sobre Torre de Palma, e é neste contexto que aqui nascem os dois filhos mais jovens, Gabriel e Rodrigo que, tal como Francisco, nascido ainda nos tempos de Monforte, passam a ser presença assídua nos seus afazeres arqueológicos. Como sempre, das suas *travessias no deserto* (em *italico*) saía melhor, e com mais forças para continuar.

Assim se explica o projecto de doutoramento (2004-2009), abordando o megalitismo da região de Lisboa, sob a orientação de Victor S. Gonçalves, que desenvolveu com o apoio financeiro de uma Bolsa de Investigação da Fundação para a Ciência e Tecnologia. Com este propósito, que mobilizou todos os seus esforços, já que para muitos o tema se encontrava esgotado, não justificando a realização de uma Tese de Doutoramento, dirigiu escavações na anta de Carcavelos, em Loures (2005-2006) e na anta de Pedras Grandes, em Odivelas (2004-2005), onde coordenou um processo de restauro que permitiu restituir a este grande monumento megalítico alguma da dignidade perdida. Paralelamente empreende a revisão, inventário e estudo dos espólios das antas da região de Lisboa, em depósito no Museu Nacional de Arqueologia e no Museu Geológico, dando corpo àquilo porque sempre pugnou, novos trabalhos sim, mas apenas depois de uma rigorosa coordenação e revisão da informação existente. Uma vez mais, como era seu apanágio, faz o pleno, trabalhou dados e registos antigos, muitas vezes imprecisos, ou mesmo incorrectos, numa actuação não raras vezes de contornos detectivescos, movimentando-se agilmente, através de um sorriso sempre presente e de muito trabalho, persistente e continuado, pelos corredores esconsos das reservas arqueológicas e das memórias existentes. É essa necessidade de limpar, de afinar, o dado que o leva, muitas vezes, a refazer os excelentes desenhos publicados por Vera Leisner, revendo todos com tal minúcia, que exasperava Inês Conde, sua desenhadora de eleição, a quem exigia, às vezes, o redesenho de verdadeiras “obras de arte”, por defeitos quase que imperceptíveis a olhos menos exigentes ...

Este trabalho é, como não podia deixar de ser, acompanhado por uma extensa e pormenorizada compilação das fontes documentais, lançando-se na primeira catalogação do Arquivo Leisner, depositado pelo Instituto Arqueológico Alemão no Instituto Português de Arqueologia, apercebendo-se, desde logo, do imenso manancial de informação existente, e que pouca ou nenhuma atenção havia recebido até então. E esse legado chegou até nós, e assim continuará, na disponibilização do Arquivo Leisner devidamente tratado em projecto conjunto da DGPC e DAI-Madrid.

O estudo das Antas da região de Lisboa, com importantes espólios antropológicos, rapidamente lhe despertou o velho interesse suscitado naquele dia de escola, nas traseiras dos Jerónimos. Assim, o estudo dos restos humanos que se conservaram dos sepultados naqueles monumentos, depressa se torna um dos centros da sua acção, por lhe permitir facilmente aliar o estudo das colecções arqueológicas com as séries antropológicas, numa associação quase inédita em Portugal, que lhe abria as portas da internacionalização. Tal veio a verificar-se através de diversos programas de estudos através da associação *Portanta*, sob o título *Mega Osteology*, em colaboração com Maria Teresa Ferreira, Ana Maria Silva (Centro de Investigação em Antropologia e Saúde, Universidade de Coimbra) e Maria Hillier (Max Planck Institut, Leipzig, Alemanha). A ligação a esta área, e ao que de melhor se ia fazendo lá fora, leva-o a ser pioneiro em Portugal, e mesmo a nível peninsular, de estudos de Mobilidade e Paleodietas, mas também da Violência, alguns dos quais, infelizmente, publicados apenas mais tarde.



Uma outra área onde concentrou a sua atenção foi a da cronologia pelo radiocarbono, cuja necessidade de rigor absoluto nos contextos e elementos datáveis coincidiam na perfeição com a sua personalidade. Não é por acaso que, conhecedor do que de mais avançado se ia fazendo, procura lançar em Portugal a sequenciação “bayesiana” das datações por radiocarbono, com vista a uma mais fina aproximação às cronologias pré-históricas. No cumprimento deste desiderato compreende que era imprescindível recuperar uma “velha” amizade, em prol dos superiores objectivos desta investigação. A saída do IPA havia imposto um afastamento com António Monge Soares. Mas o Rui, como referia por vezes, compreendendo que necessitava do apoio e conhecimento neste domínio do “Sr. AMS”, com a frontalidade que todos lhe conhecíamos, dirigiu-se-lhe, deixando claro o seu propósito, invocando o facto de o progresso dos conhecimentos científicos não dever “*padecer dos males do Homem*”. Foi assim, que, desde então, Rui Boaventura não apenas teve em Monge Soares um conselheiro científico, com o gabarito que lhe conhecemos, como também um amigo, deixando para trás situações menos boas. E o Rui era isto, a Ciência acima de tudo, como aquele encontro no Museu Geológico, com Veiga Ferreira, lhe havia ensinado.

Durante o período de elaboração da sua tese de doutoramento, o Rui Boaventura estreitou as suas ligações, com outros investigadores da Pré-História e do Megalitismo em particular, principalmente em Espanha. Sempre focado nos objectivos que perseguia, seguia as pisadas dos Leisner.

Em 2006, um de nós (R.M.), traçou com ele um roteiro memorável que nos levou a conhecer alguns dos mais marcantes sítios do Megalitismo do Sul Peninsular. Em Valencina, com Leonardo García Sanjuan, visitámos os notáveis monumentos de La Pastora e de Matarrubilla, que haveria de voltar a visitar em finais de 2015. Daí seguimos para Leste, em busca de Menga, Viera e El Romeral, em Antequera, perscrutando tudo com o detalhe de quem conhecia bem os sítios sem nunca ter lá estado. Rumámos depois para Almería, procurando Los Millares e a sua necrópole (Fig. 11). Aí, passo a passo, percorremos cada um dos fortins, cada uma das linhas de muralha, e quase cada um dos sepulcros, tentando compreender a diversidade das múltiplas soluções arquitectónicas utilizadas. Depois, de regresso, trilhámos, de novo, o caminho dos Leisner, que nos levou ao vale do Gor, que viria anos depois a reencontrar nas fotografias de Vera Leisner. O vale do Gor foi, para nós, uma das mais marcantes experiências da grandeza e relevância do Megalitismo na construção de Paisagens Humanas, mesmo aquelas onde o factor biofísico é mais forte (Fig. 12). Mais tarde, em 2010 e 2013, voltaríamos a somar experiências únicas e enriquecedoras tendo por centro, como sempre, o Megalitismo e os



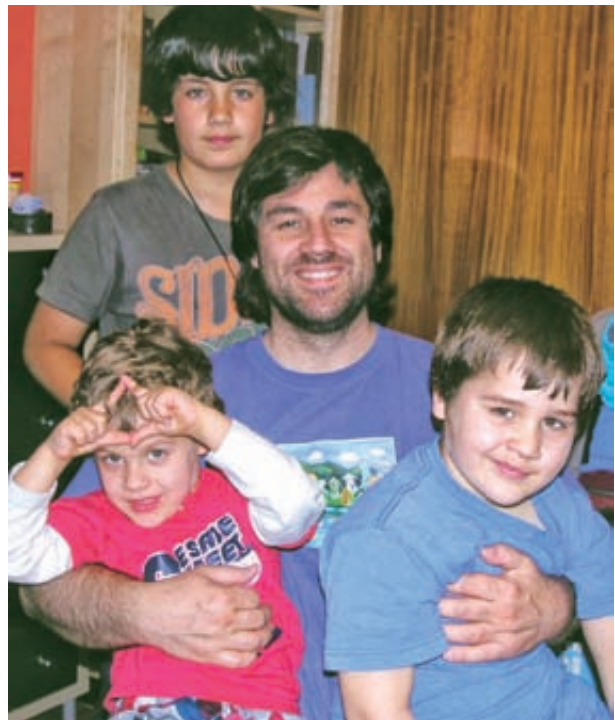
**Fig. 11** – Visita a Los Millares, visível ao fundo ao centro, a partir do fortim 1; contrastando as descrições com a paisagem, acompanhado pelo seu filho Francisco. Outubro 2006 (Foto: R. Mataloto).



**Fig. 12** – Fotografando o Vale do Gor (Guadix, Granada), na senda dos Leisner. Outubro 2006 (Foto: R. Mataloto).



**Fig. 13** – Em visita ao conjunto megalítico de Pozuelo, em escavação por José António Linares. Na fotografia, com o filho Francisco e Lourenço Mataloto, em Julho de 2010 (Foto R. Mataloto).



**Fig. 14** – Com os filhos, no dia seguinte à finalização da sua tese de doutoramento, em 2009 (Foto: Arquivo Rui Boaventura).

passos dos Leisner. Com José Linares percorremos o Megalitismo da Sierra de Huelva, na senda de Cerdán, visitando com o detalhe e o questionamento usual cada um dos magníficos monumentos de Pozuelo ou dos núcleos de Berrocal (Fig. 13). No último passeio, também com José Linares, fomos guiados ao impressionante Dólmen de Soto, que ele, recentemente, havia reescavado e recuperado.

As ligações que foi cultivando e o trabalho desenvolvido permitiram-lhe, ainda em 2008, a convite de Leonardo García Sanjuán entrar, de pleno direito, no grupo dos “grandes” do Megalitismo europeu, ao ser o único português, e um dos mais jovens participantes no *2<sup>nd</sup> European Megalithic Studies Group Meeting* (Sevilha, Novembro de 2008), subordinado ao tema *Exploring Time and Matter in Prehistoric Monuments: Absolute Chronology and Rare Rocks in European Megaliths*. Aqui trava, ou reforça, as ligações com muitos dos grandes pensadores e investigadores do Megalitismo europeu, estabelecendo ligações que viriam a ser determinantes, mais tarde, no encontro MegaTalks 2.

Em 2009 finaliza a sua tese (Fig. 14) intitulada *As antas e o Megalitismo na região de Lisboa*, que viria a defender em 12 de Janeiro de 2010 (Fig. 15). Durante o seu trajecto de preparação do doutoramento, e depois dele, torna-se presença frequente em encontros de Pré-História, de que destacamos as muitas passagens pela Secção de Arqueologia da Sociedade de Geografia de Lisboa, então dirigida por um de nós (J.L.C.), assistindo a múltiplas comunicações (Fig. 16), que redundavam sempre numa participação activa, dubitativa e inquisitiva, dinamizando longos, e por vezes acesos, debates.

Tendo o segundo signatário desta evocação assumido as funções de arguente principal da sua tese de doutoramento (Fig. 17), cuja discussão pública se realizou no dia 12 de Janeiro de 2010 na Reitoria da Universidade de Lisboa, observou-lhe, dias depois, que a disposição dos esteios de algumas das antas reestudadas – Pedra





**Fig. 15** – Com o Júri da sua tese de doutoramento na Reitoria da Universidade de Lisboa, após à sua aprovação com Distinção e Louvor, por Unanimidade, a 12 de Janeiro de 2010. *Da esquerda para a direita:* João Luís Cardoso, João Carlos de Senna-Martinez, José Ramos (Presidente do Júri), Pablo Arias Cabal, Rui Boaventura, Victor S. Gonçalves (Orientador) e Leonor Rocha (Foto: Arquivo Rui Boaventura).



**Fig. 16** – Com João Luís Cardoso, arguente principal da sua tese de doutoramento, depois de sabido o resultado das provas, a 12 de Janeiro de 2010 (Foto: Arquivo Rui Boaventura).



**Fig. 17** – Apresentação pública do volume 15 da revista *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, na Sociedade de Geografia de Lisboa, em 4 de Junho de 2008. No uso da palavra, Justino Mendes de Almeida, acompanhado, na mesa, por Luís Aires-Barros, Presidente da Sociedade de Geografia (não visível) e por João Luís Cardoso, Presidente da Secção de Arqueologia (Foto: Bernardo Ferreira).

dos Mouros, Monte Abraão e a Estria – criando deliberadamente efeitos cénicos por via do contraste entre as superfícies lisas de algumas das bancadas calcárias utilizadas como esteios e o relevo por outras evidenciado, por via das pistas de icnofósseis nelas existentes, tinha sido já observada por Luís de Albuquerque e Castro, em artigo por ele publicado na *Revista de Guimarães*. Esta observação deu azo à primeira publicação de ambos em co-autoria, ilustrativa do espírito de abertura e de franca colaboração que sempre caracterizou o Rui. Publicado em 2011 na prestigiada revista *Trabajos de Prehistoria*, a prontidão com que o manuscrito foi aceite revela o interesse das observações e a novidade do tema, ainda que não completamente inédito, devido ao trabalho pioneiro de um arqueólogo injustamente esquecido. Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada às ornadas de Arte Pré-Histórica do sudoeste europeu, realizadas no Fundão, em 2010, infelizmente nunca publicadas.

Houve porém, a possibilidade de estreitamento das relações pessoais, com o convívio permanente ao longo dos três dias do Encontro, com a pernoita em típica casa de uma das aldeias de xisto da região, Janeiro de Cima.

Pouco depois, apesar do seu trajecto de crescente reconhecimento, inicia nova “*travessia no deserto*” ditada principalmente por razões pessoais, que irão, de algum modo, determinar o caminho a seguir, mas sem se afastar da linha de investigação há muito traçada.

A partir de 2011 desenvolve a sua pesquisa como Bolseiro Pós Doc no Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ) e no Departamento de Antropologia, *Pennsylvania State University* (USA.),

o que lhe permitiu estagiar durante longos meses nos Estados Unidos da América. A sua ida para este país, se por um lado se explica pela reunião aos dois filhos mais novos no país de origem da mãe, por outro, vem reforçar algo que esteve nos seus propósitos desde sempre, a internacionalização e o aprofundamento das ligações com a Antropologia Física. Aqui, a ligação ao orientador George R. Milner permite-lhe reforçar esta última vertente, através do estudo de sociedades em muitos aspectos similares às pré-históricas europeias, as comunidades mississípianas dos *Moundbuilders* de Cahokia (Illinois, USA). A sua ligação às realidades americanas havia começado antes, quer por razões familiares quer pela amizade estabelecida com Katina Lillios, a convite de quem havia participado, em 2006, no encontro *Comparative Archaeologies*, onde aproveitou para travar conhecimento com alguns dos grandes pré-historiadores peninsulares e mundiais. Neste encontro sublinha a sua ligação a duas áreas pouco afluídas na Pré-História portuguesa, a Arqueologia de Género, e a mobilidade dos indivíduos e grupos.

Regressado dos Estados Unidos mantém os seus programas de Verão do *Mega Osteology*, reforçando a colaboração com Teresa Ferreira e Ana Maria Silva (Centro de Investigação em Antropologia e Saúde, Universidade de Coimbra), revendo colecções osteológicas antigas, começando a preparar, com o dinamismo que lhe era reconhecido, projectos de investigação a submeter à FCT, em diversas áreas, como as Paleodietas e Mobilidade, ou, como se verá, a proveniência de artefactos em matérias-primas exóticas, arregimentando colaboradores, que muitas vezes nem conhecia, unidos por propósitos e objectivos comuns.

Será neste contexto de grande dinâmica que obtém Bolsas de Investigação da Fundação Calouste Gulbenkian, *American Institute of Archaeology*, *Dorot Foundation* e do Instituto Arqueológico Alemão, canalizando sempre o seu labor para o aprofundamento do conhecimento das práticas funerárias das sociedades do 4.º-3.º milénios a.C.

Em projecto ibérico dirigido por Carlos Odriozola (Universidade de Sevilha), efectuou ao longo de vários anos, até ao final, o inventário, estudo e análises dos adornos de minerais verdes do território português, com Ana Catarina Sousa e Rodrigo Villalobos. A participação do Rui revelou-se, mais uma vez, como dinamizador e construtor de pontes, tendo então havido a oportunidade de se estudarem e publicarem, em co-autoria com um de nós (J.L.C.) os adornos recolhidos nos povoados calcolíticos da Penha Verde, Leceia e Moita da Ladra. Foi também no âmbito de identificação de produções exóticas no megalitismo, que se deu continuidade a esta colaboração, com a publicação, em 2011, do espólio lítico recolhido na anta das Pedras da Granja (Sintra), onde se identificou uma extraordinária lâmina de sílex jaspóide, com cerca de 19 cm de comprimento, única nos inventários portugueses.

Sabendo do seu gosto pela investigação proporcionada por antigos papéis, foi com toda a naturalidade que aceitou o convite para a preparação, em co-autoria, com um de nós (J.L.C.), de um trabalho sobre os primórdios da investigação das antas de Monte Abraão, Estria e Carrascal (Aqualva) que, efectuada sob a direcção de Carlos Ribeiro, mais tarde viriam ser por si reapreciadas na sua tese de doutoramento. Esse trabalho, publicado em 2013, seria o primeiro de uma série que, infelizmente, ficou por concretizar e que contribuiria, com elementos novos, para uma História da Arqueologia Portuguesa, ainda por fazer. Importa sublinhar a facilidade de articular trabalho com o Rui. Uma ideia discutida, depois de assente, era sempre concretizada de forma eficaz, tornando-se aparentemente fácil, graças ao perfeito entendimento estabelecido, fruto do rigor com que eram cumpridos os planos previamente acordados.

O corolário desse dinamismo e rara capacidade de concretização foi a aprovação, como Investigador Principal, do Projecto MEGAGEO – “Movendo megálitos no Neolítico: A proveniência geológica dos esteios de antas do Centro-Sul de Portugal”, em colaboração com o Departamento de Geociências das Universidade





**Fig. 18** – Sobre a tampa da anta da Candieira onde, com Rui Mataloto, efectuava o levantamento detalhado das “cavinhas” existentes, Novembro 2013 (Foto: R. Mataloto).



**Fig. 19** – Com a equipa de escavação na anta da Candieira, em Dezembro de 2013 (Foto: R. Mataloto).

de Évora e financiado pela FCT (2013-2015). O projecto foi desenvolvido em parceria com geólogos das Universidades de Évora (Patrícia Moita, Jorge Pedro e Pedro Nogueira) e de Aveiro (José Santos). Este projecto procurou actualizar e avaliar a distribuição das antas do Centro-Sul de Portugal e a sua respectiva implantação face ao substrato geológico através de 3 áreas como *case-study*: Monforte e Redondo, ambas no Alto Alentejo (Maciço Hercínico), e Baixa Estremadura, região de Lisboa (Orla Meso-Cenozoica). Com o aconselhamento científico de Chris Scarre, Emanuel Mens e Philine Kalb será o seu último grande projecto, e aquele em que melhor patenteou a sua capacidade de conceber e efectivar planos alargados de investigação transdisciplinares, com vista a um melhor conhecimento do Megalitismo.

A sua ligação com o Megalitismo da aba Sul da Serra d’Ossa, através dos laços de amizade a um de nós (R.M.), estreitaram-se com este projecto, no âmbito do qual se avançou com o estudo do *cluster* da Quinta da Freixo (Redondo), não reconhecido pelos Leisner, que seria um dos *case-study* escolhidos. Nele apenas havíamos iniciado a escavação da Anta 4 da Quinta do Freixo, que infelizmente, por falta de apoios, não tivemos oportunidade de terminar. Antes havíamos já estudado em conjunto a Anta da Vidigueira, e escavado a anta dos Godinhos. Assim, no âmbito do MEGAGEO lançámo-nos na escavação de diversos sepulcros, entre os quais a carismática anta da Candieira (Redondo) (Figs. 18 e 19), que se torna emblema do próprio projecto, e que o Rui assumia como verdadeiro ícone dos estudos centenários do Megalitismo. Esta foi, verdadeiramente, uma das razões que o levou a intervir neste sepulcro que, apesar de conhecido, visitado e desenhado desde os anos 60 do século XIX nunca havia sido objecto de um estudo verdadeiramente arqueológico.

No âmbito do MEGAGEO encetou também a limpeza, desenho e escavação de mais de uma dezena de sepulcros em Monforte, dando continuidade a um trabalho iniciado há muito. Aqui, com a colaboração de um de nós (R.M.), escavou a anta do Lacrau 3 e Enxara de Cima 1, preparando tudo para avançar para a anta do Belo, que já não conseguiu efectivar (Figs. 20 e 21).

Em Lisboa, com a colaboração de um de nós (J.L.C.) e de outros colegas regressa a Monte Servés em Outubro de 2014, na altura fatídica em que fica a saber da sua terrível doença (Fig. 22). Ainda assim, não vacilou e continuou em frente, como sempre fez durante o longo período em que, apesar das dificuldades crescentes, e pelo tratamento, continuou não apenas a concretizar os projectos que tinha, como também se aprontava para novos, que por vezes sabia não ter já forças para concretizar sozinho, mas que alguém com ele o faria, almejando a continuação num MEGAGEO 2.



**Fig. 20** – Na escavação da anta da Enxara de Cima 1, leitura de orientação dos alinhamentos da quadricula. Dezembro 2013 (Foto: R. Mataloto).



**Fig. 21** – Na escavação da anta da Enxara de Cima 1, quando podia segurar a Lua ... Dezembro de 2013 (Foto: R. Mataloto).



**Fig. 22** – Na escavação da anta de Monte Serves (Vila Franca de Xira), com João Luís Cardoso e André Pereira, em 3 de Outubro de 2014 (Foto: Filipe Martins).



**Fig. 23** – Analisando as fotografias do Arquivo Fotográfico de Manuel Heleno, no Museu Nacional de Arqueologia, no âmbito do Projecto MEGAGEO, em 13 de Maio de 2014 (Foto: Ana Melo)

Mas o MEGAGEO foi muito mais que um programa de escavação e registo de sepulcros. Com ele iniciou um projecto pessoal acalentado de há muito, a sistematização da informação disponível sobre o megalitismo do Alentejo, concelho a concelho, anta a anta. Através de uma rigorosa pesquisa bibliográfica e arquivística do inventário dos monumentos megalíticos do centro e sul de Portugal, num minucioso trabalho verdadeiramente detectivesco na Direcção Geral do Património Cultural e Museu Nacional de Arqueologia (Fig. 23), em colaboração com André Pereira, vai limpando o “ruído” existente que multiplicava designações para o mesmo sepulcro, fazendo crer que eram diversos, por vezes mesmo duplamente classificados como





**Fig. 24** – Grupo de participantes do Encontro *Megaliths and Geology*, em 20 de Novembro de 2015, em Redondo.

Monumento Nacional. Esta era uma preocupação constante, preparar novas bases de trabalho para o futuro, que fossem postas à disposição de todos. A par desta actividade acompanha as análises efectuadas pelo Departamento de Geociências da Universidade de Évora, tornando-se assíduo visitante do Departamento e companheiro de campo de Patrícia Moita.

Em 19 e 20 de Novembro de 2015, em colaboração com um de nós (R.M.), leva por diante um dos mais importantes encontros de Megalitismo alguma vez realizado em Portugal, *Megaliths and Geology*, conseguindo ter presente um painel de oradores do mais alto mérito, tanto nacionais como estrangeiros, com destaque para as mais recentes investigações do emblemático Stonehenge, pela mão do próprio Mike Parker Pearson (Figs. 24 e 25).

Pouco antes, tinha cumprido mais um desejo, de há muito almejado, a ida a Frankfurt na pista do Arquivo Leisner, através de uma Bolsa atribuída pelo Instituto Arqueológico Alemão (Fig. 26).

A doença acomete-o, mas continua a perscrutar o estudo do Megalitismo até ao limite das suas forças, como no dia 4 de Fevereiro de 2016, em que após hesitar até ao último minuto, consegue participar na Faculdade de Letras de Lisboa no Workshop *O Arquivo Leisner e os Arquivos Históricos da Arqueologia Portuguesa*, tema de que tinha sido o primeiro dinamizador, e uma das suas preocupações de sempre. Foi esse o seu último contributo público para a Arqueologia (Fig. 27).



**Fig. 25** – Na anta da Candieira, com Mike Parker Pearson, em 20 de Novembro de 2015 (Foto: R. Mataloto).



**Fig. 26** – Em Frankfurt, na estadia no Instituto Arqueológico Alemão, na senda do Arquivo Leisner. Agosto de 2015 (Foto: Raquel Reis).



**Fig. 28** – “Memória Futura” – Tratamento artístico de André Pereira sobre fotografia de Rui Boaventura, realizado aquando do seu falecimento.



**Fig. 27** – Conclusão da apresentação *O Arquivo Leisner como infra-estrutura de investigação*, apresentada dia 4 de Fevereiro de 2016, no âmbito do encontro sobre *O Arquivo Leisner e os Arquivos Históricos da Arqueologia Portuguesa*, na Faculdade de Letras de Lisboa (Foto cedida por Ana Catarina Sousa).

Quando, já muito perto do final, com longas estadias de internamento, um de nós (R.M.), recebe um seu telefonema, uma das suas primeiras observações é, simplesmente e como sempre, “*aqui estou a olhar o campo, através da janela do hospital, vendo uma área onde existe uma villa romana já parcialmente afectada por uma urbanização [...] quando sair, apesar do 'bobby' [garrafa de oxigénio], já 'cravei' o meu pai [já não conseguia conduzir] para irmos ao Alentejo rever umas antas [...]*”, foi a última vez que falámos ...

Com o Rui (Fig. 28) desapareceu um arqueólogo de excepção, que, em poucos anos, contribuiu como poucos para o progresso dos conhecimentos da Arqueologia e, em particular, do Megalitismo do sul do território português, introduzindo novos métodos de investigação, sabendo que o sucesso só seria possível com o aprofundamento da informação disponível em campos científicos inexplorados, requerendo o envolvimento da comunidade arqueológica internacional ao mais alto nível, que soube cativar e mobilizar em proveito de todos nós. Antítese do investigador cioso dos seus dados, oportunista e prepotente, com ele desapareceu um ser humano excepcional, generoso e idealista como poucos, cordial e disponível, empenhado na defesa de causas colectivas, características a que somou



uma rara coragem na adversidade, sustentada por uma força de vontade admirável, que nos incute a prosseguir o mesmo caminho, animando-nos sempre, com a sua boa disposição, como se continuasse, sorridente, ainda ao nosso lado... Cabe a todos nós, e especialmente às novas gerações de arqueólogos tomá-lo como exemplo!

Terminamos, como sempre terminavam as nossas conversas: vamos falando, Rui...

## BIBLIOGRAFIA DE RUI BOAVENTURA

### 1997

LOPES, C. & BOAVENTURA, R. (1997) – *O povoamento pré-histórico dos 4.<sup>o</sup>-3.<sup>o</sup> milénios na região de Monforte – o Estado da Questão. 2.<sup>o</sup> Congreso Peninsular de Arqueología (Zamora, 1996). Actas. Zamora: Fundación Rei Afonso Henriques, 2, p. 381-387.*

### 1999

BOAVENTURA, R. & BATATA, C. (1999) – Fragmento de placa funerária das Brancas. *Ficheiro Epigráfico*. Coimbra. 61, n.º 278.

### 2000

BOAVENTURA, R. (1999-2000) – A proveniência geológica das antas de Rabuje, Monforte, Alentejo. *Ibn Maruan*. Marvão. 9-10, p. 303-310.

BOAVENTURA, R.; BATATA, C. & CARNEIRO, A. (2000) – A inscrição paleocristã de Palhinha 1 e o seu Enquadramento. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 3 (2), p. 237-246.

BOAVENTURA, R. (2000) – O campaniforme do povoado do Pombal, Vaiamonte, Monforte. *3.<sup>o</sup> Congreso Peninsular de Arqueología (Vila Real, 1999)*. Porto: ADECAP, 4, p. 291-300.

BOAVENTURA, R. (2000) – A geologia das antas de Rabuje, Monforte, Alentejo. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 3 (2), p. 15-23.

### 2001

BOAVENTURA, R. (2001) – *O sítio calcolítico do Pombal: uma possível recuperação de velhos e novos dados*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

BATATA, C.; BOAVENTURA, R.; GOMES, A.; LOURENÇO, S. & SOUSA, M. J. (2001) – Arqueólogos avançados em exercício na Função Pública. *Al-madan*. Almada. Série II, 10, p. 211.

### 2003

BOAVENTURA, R. (coord.) (2003) – *Workshops APA: Conservar em Arqueologia*. Porto: Associação Profissional de Arqueólogos.

### 2005

NORTH, C. T.; BOAVENTURA, R. & CARDOSO, J. L. (2005) – O monumento megalítico de Monte Serves (Verdelha do Ruivo, Vila Franca de Xira). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal. 13, p. 323-335.

## 2006

- BOAVENTURA, R. & LANGLEY, M. (2006) – Apontamentos arqueológicos para a história da região de Monforte: Uma visão cartográfica. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9 (2), p. 75-81.
- BOAVENTURA, R. & BANHA, C. (2006) – As ânforas da região de Monforte: contributo para o conhecimento do comércio rural romano. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 24, p. 369-399.
- BOAVENTURA, R. (2006) – OS IV e III milénios a.n.e. na região de Monforte, para além dos mapas com pontos: os casos do cluster de Rabuje e do povoado com fossos de Moreiros 2. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9 (2), p. 61-73.

## 2007

- BOAVENTURA, R.; LANGLEY, M.; MATALOTO, M. & GONÇALVES, D. (2007) – A Ocupação na Idade do Ferro de Torre de Palma: “Escavando nos Fundos” do Museu Nacional de Arqueologia. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 25, p. 229-290.

## 2008

- BOAVENTURA, R. (2008) – António Sardinha, arqueólogo? O recrutamento do poeta de Monforte pelo “Pae Rocha”. *A Cidade*. Portalegre. 15, p. 111-140.
- LANGLEY, M.; MATALOTO, R. & BOAVENTURA, R. (2008) – A necrópole sidérica de Torre de Palma, Monforte (Portugal). *Sidereum Ana I: El rio Guadiana en Época Post-orientalizante. Anejos de Archivo Español de Arqueología*. 39, p. 283-303.

## 2009

- MATALOTO, R. & BOAVENTURA, R. (2009) – Entre vivos e mortos nos IV e III milénios a.n.e. do Sul de Portugal: um balanço relativo do povoamento com base em datações pelo radiocarbono. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 12 (2), p. 31-77.
- HILLIER, M.; BOAVENTURA, R.; ANTUNES-FERREIRA, N. & ESTEVÃO, F. (2009) – Cutmarks on human remains from the dolmen of Carcavelos (Portugal): Possible evidence of disarticulation and defleshing in the Late Neolithic? *Jornadas de Arqueologia do Vale do Tejo, em Território Português. Actas*. Lisboa: Centro de Geo-História e Pré-história.
- BOAVENTURA, R. (2009) – *As antas e o Megalitismo da região de Lisboa*. Tese de doutoramento. Policopiado. Lisboa: Universidade de Lisboa.

## 2010

- BOAVENTURA, R. (2010) – *O Megalitismo da região de Lisboa: as antas*. 3.º Colóquio Internacional *Transformação e Mudança (Cascais, 2005)*. Actas. Cascais: Câmara Municipal, p. 349-355.
- MATALOTO, R. & BOAVENTURA, R. (2010) – Anta da Vidigueira (Freixo, Redondo): Intervenção de caracterização. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 13 (1), p. 5-24.
- BOAVENTURA, R. (2010) – (Recensão) MÁRQUEZ ROMERO, J. E. & JIMÉNEZ JÁIMEZ, V. (2010) – Recintos de fosos: Genealogía y significado de una tradición en la Prehistoria del suroeste de la Península Ibérica (IV-III milenios a.C.). *Menga*. 2, p. 286-287.
- BOAVENTURA, R. (2010) – An idol from the dust: another evidence of neighboring contacts between the settlement of Pombal (Monforte, Alentejo) and the region of Badajoz. Apontamentos de Arqueologia e Património. Lisbon, Online <URL: [http :www.eraarqueologia.pt](http://www.eraarqueologia.pt)>.

## 2011

- BOAVENTURA, R. & CARDOSO, J. L. (2010-2011) – Revendo os artefactos lascados da anta de Pedras da Granja (Sintra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal. 18, p. 175-199.
- CARDOSO, J. L. & BOAVENTURA, R. (2011) – The megalithic tombs in the region of Belas (Sintra, Portugal) and their aesthetic manifestations. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 68 (2), p. 297-312.
- BOAVENTURA, R. & LANGLEY, M. (2011) – Matrimónio Leisner: a pretexto do seu centenário, o episódio de Coimbra. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série V, 1, p. 301-311.
- BOAVENTURA, R. (2011) – Entre vivos e mortos da região de Lisboa no Neolítico tardio. *Escola Aberta do Património*. Amadora: Câmara Municipal, p. 43-46.
- BOAVENTURA, R. (2011) – Chronology of megalithism in South-Central Portugal. *Menga. Revista de Prehistoria de Andalucía*. In GARCÍA SANJUÁN, L.; SCARRE, C. & WEATHLEY, D. (eds.) – Exploring Time and Matter in Prehistoric Monuments: Absolute Chronology and Rare Rocks in European Megaliths. *Menga Monográfica*. 1, p. 159-190.
- MUNSON, M. & BOAVENTURA, R. (2011) – Bridging Gender. In LILLIOS, K. (ed.) – *Comparative Archaeologies: The American Southwest (AD 900-1600) and the Iberian Peninsula (3000-1500 BC)*. Oxbow Books, p. 175-187.
- BOAVENTURA, R. (2011) – Bodies in motion: implications of gender in long distance exchange between the Lisbon and Alentejo regions of Portugal in the Late Neolithic. In Lillios, K. (ed.) – *Comparative Archaeologies: The American Southwest (AD 900-1600) and the Iberian Peninsula (3000-1500 BC)*. Oxbow Books, p. 209-220.
- BOAVENTURA, R. & MATALOTO, R. (2011) – O I milénio a.n.e. no concelho de Monforte: subsídio para o inventário do património arqueológico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 14. p. 107-140.

## 2012

- SILVA, A. M.; BOAVENTURA, R.; FERREIRA, M. T. & MARQUES, R. (2012) – Skeletal evidence of interpersonal violence from Portuguese Late Neolithic collective burials: an overview. In SCHULTING, R. & FIBIGER, L. (eds.) – *Sticks, Stones, and Broken Bones: Neolithic Violence in a European Perspective*. Oxford: Oxford University Press, p. 317-340.
- BOAVENTURA, R. (2012) – O “Pae Rocha” e o Megalitismo de Monforte (Alentejo): Luz sobre as antas pesquisadas através do Arquivo Leisner. *António Augusto dos Santos Rocha – 1853-1910*. Figueira da Foz: Casino da Figueira, p. 64-79.

## 2013

- ODRIOZOLA, C.; VILLALOBOS, R.; BOAVENTURA, R.; SOUSA, A. C.; MARTINEZ-BLANES, J. M. & CARDOSO, J. L. (2013) – Las producciones de adorno personal en rocas verdes del SW peninsular: Los casos de Leceia, Moita da Ladra y Penha Verde. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal. 20, p. 605-622.
- ODRIOZOLA, C.; SOUSA, A. C.; BOAVENTURA, R. & VILLALOBOS, R. (2013) – Componentes de adornos de pedra verde de Vila Nova de São Pedro (Azambuja): estudo de proveniências e redes de troca no 3.º milénio a.n.e. no actual território português. In ARNAUD, J; MARTINS, A. & NEVES, C. – *Arqueologia em Portugal. 150 Anos*. Lisboa: Associação de Arqueólogos Portugueses, p. 457-462.
- BOAVENTURA, R.; PIMENTA, J. & VALLES, E. (2013) – O povoado do Bronze final do Castelo da Amoreira (Odivelas). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal. 20, p. 623-640.

- BOAVENTURA, R. & MATALOTO, R. (2013) – Entre mortos e vivos: Nótulas acerca da cronologia absoluta do Megalitismo do Sul de Portugal. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 16, p. 81-101.
- BOAVENTURA, R.; FERREIRA, M. T. & SILVA, A. M. (2013) – Perscrutando espólios antigos: A anta de Sobreira 1, Elvas, Alto Alentejo. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 16, p. 63-79.

## 2014

- BOAVENTURA, R.; FERREIRA, M. T. & SILVA, A. M. (2014) – Perscrutando espólios antigos – 2: Um caso de reutilização funerária medieval na anta de São Gens 1 (Nisa, Norte alentejano). *Almadan online*. Almada. Série II, 1, p. 60-76.
- BOAVENTURA, R.; FERREIRA, M. T.; NEVES, M. J. & SILVA, A. M. (2014) – Funerary practices and anthropology during Middle-Late Neolithic (4th and 3rd millennia BCE) in Portuguese territory: old bones, new insights. *L'Anthropologie*. Paris. 52 (2), p. 183-204.

## 2015

- BOAVENTURA, R.; MATALOTO, R.; ANDRADE, M. A. & NUKUSHINA, D. (2014-2015) – Estremoz 7 ou a Anta de Nossa Senhora da Conceição dos Olivais (Estremoz, Évora). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série V, 4-5, p. 171-231.
- SILVA, A. M.; BOAVENTURA, R.; PIMENTA, J.; DETRY, C. & CARDOSO, J. L. (2015) – Perscrutando espólios antigos: A gruta de Pedra Furada 1 (Vila Franca de Xira). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal. 21, p. 159-182.
- PEDRO, J.; MOITA, P.; BOAVENTURA, R.; ALMEIDA, L. & NOGUEIRA, P. (2015) – Proveniências no Neolítico; arqueometria em contextos geológicos distintos. *X Congresso Ibérico de Geoquímica*, p. 314-318.
- ODRIOZOLA, C.; VILLALOBOS, R.; BURBIDGE, C.; BOAVENTURA, R.; SOUSA, A. C.; BATATA, C. & MARTÍNEZ, J. M. (2015) – El hacha de jadeita de Portela do Outeiro (Sertã, Castelo Branco, Portugal). *Saguntum*. 47, p. 256-260.
- NOGUEIRA, P.; MÁXIMO, J.; MOITA, P.; BOAVENTURA, R.; PEDRO, J.; MACHADO, S.; ALMEIDA, L.; MATALOTO, R. & PEREIRA, A. (2015) – Armazém de dados espacial aplicado à geoarqueologia/patial data warehouse applied to geoarchaeology *XI Congresso Ibérico de Arqueometria*, p. 137.
- ALMEIDA, L.; MOITA, P.; PEDRO, J.; MACHADO, S.; BOAVENTURA, R.; NOGUEIRA, P.; MÁXIMO, J.; RIBEIRO, S. & SANTOS, J. F. (2015) – A caracterização e proveniência geológica das lajes das antas da região de Lisboa. *XI Congresso Ibérico de Arqueometria*, p. 121.
- NEVES, S.; BORGES, J.F.; CALDEIRA, B.; MOITA, P.; PEDRO, J. & BOAVENTURA R. (2015) – Aspectos sobre os métodos de refração sísmica. *Geonovas*, 28.
- MATALOTO, R.; BOAVENTURA, R.; NUKUSHINA, D.; VALÉRIO, P.; SOARES, R.; INVERNO, J.; RODRIGUES, M. & BEIJA, F. (2015) – O sepulcro megalítico dos Godinhos (Freixo, Redondo): Usos e significados no âmbito do Megalitismo alentejano. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 18, p. 55-79.
- BOAVENTURA, R.; MATALOTO, R.; NUKUSHINA, D.; HARPSOE, C. & HARPSOE, P. (2015) – A ocupação neolítica da gruta de Ibne Ammar (Lagoa, Algarve, Portugal). *5.º Congresso do Neolítico Peninsular (Lisboa, 2011)*. *Actas*. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, p. 256-263.



BOAVENTURA, R.; ENCARNAÇÃO, G. & LUCAS, J. (2015) – As presenças de vivos e mortos na área de Belas e Carenque: sincronia e diacronia nos 4.º e 3.º milénios a.n.e. 5.º Congresso do Neolítico Peninsular (Lisboa, 2011). Actas. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, p. 610-619.

BOAVENTURA, R.; CARDOSO, J. L. (2015) – Carlos Ribeiro (1813-1882) e as antas de Belas: Um contributo para a História da Ciência em Portugal no século XIX. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal. 21, p. 35-80.

## 2016

GUIRY, E.; HILLIER, M.; BOAVENTURA, R.; SILVA, A. M.; OOSTERBEEK, L.; TOMÉ, T.; VALERA, A.; CARDOSO, J. L.; HEPBURN, J. & RICHARDS, M. (2016) – The Transition to Agriculture in Southwestern Europe: New Isotopic Insights from Portugal's Atlantic Coast. *Antiquity*. 90, issue 351, p. 604-616.

ODRIOZOLA, C.; VILLALOBOS, R.; BURBIDGE, C.; BOAVENTURA, R.; SOUSA, A. C.; RODRÍGUEZ-ARIZA, O.; PARRILLA GIRALDEZ, R.; PRUDÊNCIO, M.I. & DIAS, M. I. (2016) – Distribution and chronological framework for Iberian variscite mining and consumption at Pico Centeno, Encinasola, Spain. *Quaternary Research*. 85, p. 159-176.

BOAVENTURA, R.; SILVA, A. M. & FERREIRA, M. T. (2016) – Perscrutando espólios antigos: o espólio antropológico do *tholos* de Aqualva. In SOUSA, A. C.; CARVALHO, A.; VIEGAS, C. (eds.) – *Terra e Água. Escolher sementes, invocar a Deusa. Estudos em homenagem a Victor S. Gonçalves*. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, p. 295-307.

## No prelo

BOAVENTURA, R.; MATALOTO, R.; MOITA, P.; PEDRO, J. & PEREIRA, A. (no prelo) – O “dólmen furado” da Candieira (Redondo): Novas investigações no século 21. *VIII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular, Serpa e Aroche, 24-26 de Outubro de 2014*.

BOAVENTURA, R. & ESTEVÃO, F. (no prelo) – Bell Beaker presence at the dolmen of Carcavelos (Loures): A preview. In *Bell Beakers: Symbols of a 5000 year-old Cultural Community in Europe*. Proceedings of the International Archaeological Meeting, May 1<sup>st</sup> to 5<sup>th</sup>, 2006. Torres Vedras, Portugal.

BOAVENTURA, R. (no prelo) – The “Leisnerianum” and the study of Megalithism in Portuguese territory. In MARZOLI, D.; MAIER ALLENDE, J.; SCHATTNER, T. (coord.) – *Historia del Instituto Arqueológico Alemán de Madrid – Geschichte der Madrider Abteilung des Deutschen Archäologischen Instituts*, IA 14, Faszikel 2: Sus investigaciones y la recepción de la arqueología y la prehistoria alemana (1954-2004) (Darmstadt 2014).

BOAVENTURA, R. (no prelo) – Vera.Leisner@portugal.pt. In *A Arqueologia em Portugal sob o signo da mulher entre a sombra e a cátedra. Colóquio*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa.

**O MEGALITISMO DAS PEQUENAS ANTAS:  
NOVOS DADOS PARA UM VELHO PROBLEMA**

***THE MEGALITHISM OF SMALL DOLMENS:  
NEW DATA TO AN OLD PROBLEM***

Rui Mataloto<sup>1</sup>, Marco António Andrade<sup>2</sup> & André Pereira<sup>3</sup>

**Abstract**

The study of the megalithic phenomenon practically follows the development of Archeology as a Science, since the mid-19<sup>th</sup> century. During this time, one can recognize several stages of analysis, from the first normative readings, that consider this phenomenon as an univocal episode (explaining its different nuances by essentially contemporary cultural factors) to the formulation of the first evolutionary sequences, mainly by Manuel Heleno based on his field works of almost a decade in megalithic monuments in Alentejo. These evolutionary diagrams, conditioned by the historical-culturalist thinking of their Time, result in linear, overly simplistic explanations for a theme as intricate as the origin and development of Megalithism. Basically they advocate, in general lines, a sequential evolution from simple to complex, with the universal, reductionist “shelving” of architectures and votive sets.

The basic lines of this approach have remained in use until quite recently. New analyzes, mainly drawn since the 1980s, have presented alternative readings. Some plead for the total reversal of the *simple – complex* evolutionary sequence, almost like an “involution”; others consent the contemporaneity of several architectural solutions, admitting the cultural and chronological coexistence of simple and complex monuments. The works conducted by Rui Boaventura, mainly dedicated to the Megalithism of Alentejo and the Portuguese Estremadura, sought to order, filter and compile all the available information, as means to provide solid bases of analysis, grounded on critical readings and on the non-biased evaluation of data. In this regard, and as strictly as it was permitted, Rui Boaventura sought to characterize and define the key issue in the study of Megalithism: its actual origins and its various evolutionary levels. In this task, he recognizes the fallibility of linear readings and substantiates his analyses unconditionally on what data demonstrate, in terms of architectures, votive sets and absolute chronologies (preferentially on human samples).

In this paper, the authors intend to present a series of small simple megalithic monuments, excavated in collaboration with Rui Boaventura in the areas of Redondo and Monforte, under the projects he directed (COMONPH and MEGAGEO). These are small megalithic monuments, with simple artefactual sets and simple architectural features, of the type that is traditionally assumed to be the representative of a first moment of Megalithism. With an exclusive focus in the Southwestern Iberia, the authors seek to insert these monuments, with all the questions they raise, into the chrono-cultural levels of the megalithic phenomenon in this region, trying as well to define their evolutionary sequences, with regard to the architectural features of monuments, their funerary contents and available absolute dates.

It is acknowledged that, taking into account the currently available data, a simple evolution scheme could not be so applicable to the reality under consideration: even if one can accept that a substitution of architectural models had occurred, it would not have been as linear nor as chronologically detailed as normally assumed. In fact, rather than this instantaneous substitution, it seems that a gradual replacement, considerably expanded in Time, of simple monuments by complex monuments takes place, with the coexistence of tombs with various

---

<sup>1</sup>Município do Redondo. [rmataloto@gmail.com](mailto:rmataloto@gmail.com); [rmataloto@cm-redondo.pt](mailto:rmataloto@cm-redondo.pt).

<sup>2</sup>UNIARQ: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. Fundação para a Ciência e a Tecnologia. [marcoandrade@campus.ul.pt](mailto:marcoandrade@campus.ul.pt).

<sup>3</sup>UNIARQ: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. [andreperreira@letras.ulisboa.pt](mailto:andreperreira@letras.ulisboa.pt)

architectural features still during a full moment of the 4<sup>th</sup> millennium BCE. In this scope, one must also consider the funerary uses of natural caves and artificial caves, apparently contemporary and culturally comparable, according to the generic characteristics of the votive sets. Megalithism is thus a multi-faceted phenomenon, balanced by its own dynamics.

Most of the ideas presented herein were widely discussed with Rui Boaventura, and the authors sought to remain faithful to his line of reasoning, which, in general terms (with the elementary personal nuances, of course), they shared.

*Keywords:* Architecture, Chronology, Complex, Megalithism, Simple.

*“Change is one thing. Acceptance is another.”*

*“It is curious how sometimes the memory of death lives on for so much longer than the memory of the life that is purloined.”*

*“Little events, ordinary things, smashed and reconstituted. Suddenly, they become the bleached bones of a story.”*

ARUNDHATI ROY, *The God of Small Things*, 1997

RUI MATALOTO

### ***Rui Boaventura e o Megalitismo do nosso contentamento***

*Este texto acaba por ser o corolário de um percurso de estudo e pensamento em que um dos actores principais homenageamos neste volume, Rui Boaventura.*

*Não foi com o Rui que comecei a escavar antas, nem com ele ganhei o gosto de o fazer, esse vinha de antes, mas foi com o Rui que isso se tornou um desafio constante, onde a emoção da descoberta e a vontade de continuar, sempre, se tornou um propósito. Com ele aprendi, ou tentei aprender, a acutilância do olhar para os pequenos detalhes que tornam cada monumento único. A sensibilidade que apenas ele detinha ao observar cada anta era algo que tornava cada visita ao campo um verdadeiro prazer, pelo Amor que víamos transbordar por aquele amontoado de pedregulhos.*

*No Rui, o Amor pelo seu Megalitismo, com M grande, abrangente, que nunca quis resumir às práticas funerárias dos IV/III milénio, era o Ar que respirava. A sua capacidade de trabalho, detalhe, rigor e positivismo verdadeiramente Cartesiano, aliada a uma obstinação, verdadeira casmurrice, que partilhávamos “numa escala matalotina”, como nos disseram, eram peças-chave para um desbravar de caminho quando outros trilhavam os mesmos.*

*O Rui teve um percurso excessivamente breve para tudo aquilo que tomou em mãos: defender e estudar o megalitismo, anta a anta se preciso fosse, mas sempre com uma minúcia e rigor que a mim, e a muitos, nos exasperava. O seu caminho foi feito de sucessivos reveses, sempre impostos por factores externos, desde os tempos de Monforte, ou talvez mesmo antes, mas sempre persistiu, lutando desbravando e abrindo caminho, muitas vezes sozinho, mas quase sempre acompanhado, contra tudo e todos, mesmo contra mim, muitas vezes descrente nas suas vontades, mas não nas suas forças, acabava por ceder e acompanhava-o.*

*O MEGAGEO, de que este texto é muito devedor, foi a prova de tudo o que era capaz de construir, arregimentando todos, de todas as áreas, em prol de um objectivo único, conhecer melhor o Megalitismo e as antas.*

*A sua determinação pela memória futura impunha um rigor submilimétrico, com o qual escrutinava cada linha de cada documento antigo procurando nos grandes do Megalitismo o detalhe que exigia a si, enquanto*



*revolvia e punha em alvoroço meio MNA em busca de mais uma peça de uma anta, tantas vezes mal catalogada, como só ele se apercebia. No campo, só ele analisava pedra a pedra cada sepulcro, só ele descrevia cada minúsculo detalhe, sempre com a mesma determinação, sempre muito positivo e muito positivista.*

*A mim, a partida do Rui apenas foi como sempre era, um “vamos falando...”, continuando a estar em cada anta que visito ou escavo, ajudando-me a questionar e a buscar as respostas, estando ali, observando o que fazemos, e a exasperar-se pelo detalhe quando me perco nas minhas efabulações paisagísticas. Assim era o nosso modo de trabalhar, o Rui, com o seu conhecimento enciclopédico de antas, observava o detalhe de cada pedra e os paralelos de cada achado, eu, perdido e entusiasmado nas minhas leituras estratigráficas, que depressa passavam para ler cada cabeça, cada paisagem, buscando razões... e assim continuávamos, horas, de debate, conversa, que deixava sempre algo por dizer, pois o gosto que devotávamos pelas antas, com o Rui, dava sempre para mais.*

*Rui, aqui continuaremos, partilhando do entusiasmo contagiante que espalhavas junto de cada anta...*

MARCO ANTÓNIO ANDRADE

### **Keep moving megaliths...**

*Ponderar, descrever e precisar relacionamentos, à distância fria de quase um ano de ausência, poderia agora estabelecer-se como um exercício pouco complexo, mesmo mantendo uma vertente essencialmente pessoal que, obviamente, não pode ser contornada. Optei, no entanto, por reproduzir um pequeno texto que publiquei numa determinada rede social, poucos dias depois da sua partida. Poderia reescrevê-lo, objectivá-lo e circunstanciá-lo ao contexto presente; contudo, entendendo que emoções e sentimentos não se relativizam e que as impressões iniciais são sempre as mais assertivas, mantive aqui as suas linhas gerais.*

*Conheci o Rui há pouco mais 15 anos, em Reguengos de Monsaraz, ainda como funcionário do antigo Instituto Português de Arqueologia, durante as suas visitas a STAM-3. E lembro-me que, entre o debate sobre arquitecturas e cronologias com o Professor Victor S. Gonçalves, achou particularmente estranho um jovem estudante que por lá andava com uma série de guizos presos no boné... A partir daí (e à parte o “incidente” de AGZ aqui recordado pelo André), quis o destino que os nossos caminhos científicos sempre se cruzassem, curiosamente investigando os mesmos temas nas mesmas regiões, desde a Estremadura ao Alto Alentejo.*

*O primeiro contacto “profissional” deu-se precisamente com o seu ingresso como arqueólogo no meu município de residência, em 2002, tendo como ele partilhado informações sobre uma “debilitada” Arqueologia que bem conhecia desde os meus tempos da Escola Secundária: desde logo, o Castelo da Amoreira, Pedreira do Aires, o Paleolítico do complexo basáltico e, obviamente, as Pedras Grandes (e todas as tentativas, até aí infrutíferas, de identificar o mais pequeno vestígio que restasse do conjunto megalítico do Trigache)...*

*O interesse pelo estudo dos Megalitismos do Alentejo foi também um ponto comum, particularmente materializado nos nossos projectos individuais na área de influência da Ribeira Grande (com uma estratégica fronteira teórica estabelecida pela Cabeça de Vaiamonte: “este lado é para ti, este lado é para mim...”). Mas essa pequena sobreposição de “interesses” nunca nos conduziu ao antagonismo – muito pelo contrário, a colaboração sempre foi uma das suas principais preocupações. O que era extremamente saudável, pois o Rui, sempre com uma visão alternativa, e quase sempre contrária à minha, obrigava-me a repensar as coisas, forçando-me a ser melhor que eu próprio.*

*Com o Rui também partilhei, durante os últimos anos, os dias frios de Inverno no Museu Nacional de Arqueologia, “fugindo” para junto dele quando me aborrecia de medir e contar machados e geométricos, com o*

*pretexto de manter “pretensos debates científicos”, mas com o verdadeiro intento de me aproximar do seu aquecedor, distraíndo-o assim dos seus Megageos e “pedras verdes”... Lembro, por sua parte, as suas constantes “invasões” à minha sala de trabalho – surgindo sempre, conhecedor da minha incondicional disponibilidade para embarcar em novas aventuras, com novos materiais para estudar, sem sequer esperar pela minha resposta. “Toma lá os calcários das Baútas”, “toma lá as placas do Caladinho”, “no MEGAGEO 2, vais estudar os líticos da Comenda da Igreja”... E a resposta, invariavelmente, era sempre a mesma... Pronto, seja...*

*Obviamente que é inútil falar sobre o Rui enquanto Investigador. O seu contributo para o estudo do Megalitismo, e da Arqueologia em geral, está bem evidente nas muitas e importantes linhas que nos deixou, assumindo-se já há algum tempo como uma referência incontornável... Como amigo? Quem o conhece, sabe com o que podia contar: com uma disponibilidade incondicional, com um espírito de cooperação sem par, com Amizade... E sempre, a sua boa disposição e energia inesgotável, que manteve até ao fim – lembrando que, ainda nos dias anteriores à sua partida, combinávamos uma sessão de trabalho em sua casa (“porque eu não posso conduzir até ao Museu, por causa da droga”, como ele jovialmente referiu).*

*Se era uma pessoa fácil de lidar? Não era, mas isso apenas se devia à sua honestidade e frontalidade – que o levava por vezes a ser um pouco “politicamente incorrecto”, o que lhe valeu alguns dissabores e algumas “inimizades”. Mas, a meu ver, isso apenas fazia dele uma pessoa melhor... Até melhor que as outras (eu incluído)...*

*Trabalhávamos em conjunto em alguns pequenos projectos: a ocupação calcolítica do centro urbano de Alter do Chão, as antas “helénicas” de Estremoz (com o Mataloto), a necrópole das Baútas e os seus artefactos votivos de calcário, a importância estética ou ritual do quartzo nas antas (depois de lhe descrever o espantoso esteio da anta da Gonçala 3, com a face interna cravejada de cristais de quartzo), sem esquecer a aparentemente “assombrada” escavação do “pequeno sepulcro simples” do Belo... Infelizmente, não os podemos concluir a tempo. Mas havemos de os acabar, estou certo. Aqui ou lá, continuará trabalhando connosco.*

*Penso que não poderei escrever uma linha sobre Megalitismo sem recordar o Rui, o que poderia ser potencialmente problemático visto ser a minha área fundamental de estudo. Mas não me preocupo, que sei que quando tal acontecer, sempre o recordarei com um sorriso... E de outra maneira não poderia ser, não é? Até já, seu méne! Keep moving megaliths...*

ANDRÉ PEREIRA

### **O Mega-Rui**

*Escrever meia dezena de parágrafos sobre o Rui é uma tarefa árdua. Mais árdua se torna quando tentamos, invariavelmente, rever toda e qualquer construção frásica, palavra, acento, vírgula... tal como ele o faria. Assim era o Rui e, como ele, a sua paixão e a forma como estudava o megalitismo.*

*Recordo-me bem quando em visita à Anta Grande do Zambujeiro, no ano de 2001, no âmbito do colóquio “Arqueologia do Concelho de Évora”, eu e o Marco, jovens estudantes de arqueologia, ouvindo a conversa informal dos Ruis (Boaventura & Mataloto) sobre a recentemente escavada (também por nós) STAM-3, os abordámos. Depressa fomos ignorados... justificadamente. Foi um dos primeiros contactos com o Rui...*

*Em 2013, enquanto aguardava a abertura do café de São Bartolomeu de Galegos para retomar, com a bica do meio da manhã, mais um dia de acompanhamento arqueológico no Parque Eólico da Lourinhã, recebo uma chamada do Rui. Já nos tínhamos cruzado e cumprimentado, entretanto, diversas vezes. O Rui, em meia dúzia de frases, todas esclarecidas e bem medidas, convidou-me a participar no seu projecto da altura, o Megageo, para*

rever todo o Megalitismo (!!!). E, perante o entusiasmo que colocou em cada palavra, conseguiu convencer-me (apesar de, cautelosamente, eu ter empurrado a resposta para depois). “Olha que será um trabalho mais de detective...” dizia.

Durante o tempo em que, como bolsheiro de investigação FCT, estive a 100% a colaborar com o Megageo (i.e. com o Rui), a ideia que tinha do Rui não se desvaneceu, antes cimentou: “Tens de questionar a base de dados e confirmar as fontes bibliográficas!”, “Vai à bibliografia de base e reinterpreta!”, “E no arquivo cartográfico, fotográfico e epistolar?”. Pés de barro não podiam existir!

Mesmo nas poucas saídas de campo que fizemos (para confirmar a localização de algumas antas), era vê-lo a esmiuçar todos os caracteres de um parágrafo em alemão dos Megalithgräber... para ver se estávamos nas coordenadas certas. Minúcia!

Em escavação, o rigor do registo. Na anta do Monte Serves (juntamente com os amigos vilafranquenses da “Escola Agrícola”, o Rui minucioso continuou a evidenciar-se; o mesmo Rui que, já com um cansaço evidente, descreveu, igualmente de forma meticulosa, os esteios da anta da Barroca, numa tarde “daquelas”, à “Universidade do Redondo”... Sempre, mas mesmo sempre, com uma paixão contagiante pelo Mundo Megalítico.

Apesar da sempre inglória tarefa de coligir legado de um amigo, e divulgá-lo, fazemo-lo com gosto, como uma sentida homenagem. E não são poucas as vezes que, durante o processo (e outros vindouros) pensamos (e pensaremos): “Ah, a falta que agora fazias para discutirmos isto, e aquilo”...

*Este trabalho sobre antas pequenas é muito do Rui.*

*Do Mega-Rui.*

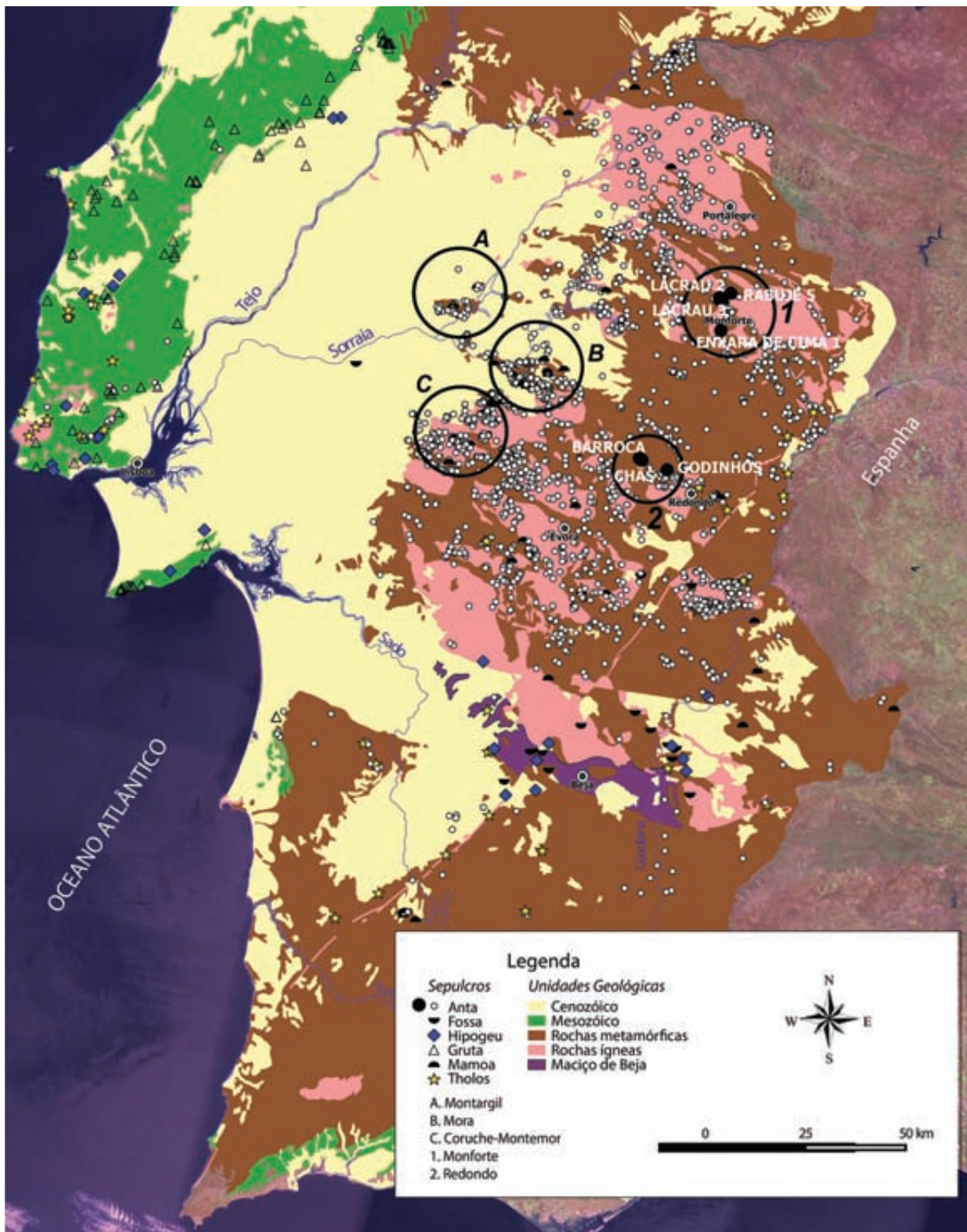
## 1 – AS PEQUENAS ANTAS: BREVE SINOPSE DE LONGO PROBLEMA (Fig. 1)

O carácter emblemático dos monumentos megalíticos e o seu impacto simbólico, ao longo dos tempos, nas paisagens, não só físicas como também sociais e culturais, sempre os permitiu assumir como elementos de particular interesse. O seu estudo praticamente acompanha o desenvolvimento da Arqueologia enquanto ciência, principalmente em obras de carácter monográfico, como (no que ao Sudoeste peninsular diz respeito) os trabalhos pioneiros de Francisco Pereira da Costa (1868), Gabriel Pereira (1875), Joaquim Possidónio da Silva (1881), Joaquim José da Rocha Espanca (1894) e Francisco Tavares Proença Júnior (1910), ou os numerosos títulos publicados por José Leite de Vasconcelos (e outros investigadores) logo desde os primeiros números d’*O Archeólogo Português* (num dos quais, inclusivamente, apresenta uma das primeiras plantas publicadas de pequenos sepulcros alentejanos; VASCONCELOS, 1898, p. 126) (Fig. 2).

O lugar de destaque dos monumentos megalíticos em obras de carácter mais generalista também é evidenciado, como na *Introdução à Archeologia da Península Ibérica*, de Augusto Filipe Simões (1878), *Les Âges préhistoriques*, de M. Émile Cartailhac (1886), nas *Religiões da Lusitânia*, de José Leite de Vasconcelos (1897) ou nas *Antiguidades Monumentaes do Algarve*, de Sebastião Phillippes Martins Estácio da Veiga (1886, 1887 e 1889) – sendo sempre aqui assumidos como um dos principais elementos caracterizadores das sociedades pré-histórica no território actualmente português.

Em relação concreta aos pequenos sepulcros megalíticos, o seu estudo efectivo ter-se-á iniciado, embora inadvertidamente, ainda durante a última década do século XIX. As intervenções de Manuel de Mattos Silva, juiz da comarca de Ponte de Sor, na área de Avis, contaram com a escavação de monumentos de média e grande dimensão, de câmara e corredor diferenciados, como o são a anta da Capela e “Anta Grande”





**Fig. 1** – Sepulcros do Megalitismo do Centro Sul de Portugal sobre base geológica (atualizado em Novembro de 2015). Mapa elaborado no âmbito do Projecto MEGAGEO sob a coordenação de Rui Boaventura. Assinalam-se os núcleos de pequenos sepulcros das áreas de Montargil (A), Mora (B) e Coruche-Montemor (C) e sua relação geográfica com as áreas de Monforte (1) e Redondo (2), com indicação dos sepulcros apresentados.

da Ordem (cf. SILVA, 1895 a e 1895 b). Um outro monumento, a anta do Assobiador, foi intervencionado neste contexto, apresentando, como evidenciado por Manuel de Mattos Silva, diferenças arquitectónicas notórias em relação aos dois primeiros, sendo composta por uma câmara sub-rectangular alongada, de altura reduzida e sem corredor (SILVA, 1896, p. 239; cf. também ANDRADE, 2016).

As características arquitectónicas, assim como o espólio recuperado e atribuível à construção e primeira utilização deste monumento (integrando 11 artefactos de pedra polida, com machados de secção transversal subcircular / subelíptica e subquadrangular), permitem enquadrar este sepulcro no contexto das pequenas antas atribuíveis a uma etapa inicial do Megalitismo alentejano. No entanto, numa fase embrionária do estudo do Megalitismo, e da própria Arqueologia portuguesa, esta distinção cronológica, em relação aos restantes monumentos, não foi considerada. Da mesma maneira, não foram consideradas as distinções entre o espólio recuperado, revelando dois claros momentos de utilização (um original, de meados ou segunda metade do IV milénio a.n.e.,

um segundo de finais do III milénio a.n.e. ou inícios do seguinte). É hoje também evidente a atribuição a este sepulcro de elementos provenientes de um outro, igualmente do Assobiador, escavado em conjunto e designado, em missiva endereçada a José Leite de Vasconcelos, como “*anta grande*” em oposição a esta “*anta pequena*”, sem que tal seja referido no texto publicado n’*O Archeólogo Português* (cf. ANDRADE, 2016).

Posteriormente, em Junho de 1910, e de novo pela mão de Manuel de Mattos Silva em colaboração com José Leite de Vasconcelos, os trabalhos efectuados no conjunto megalítico de Montargil (Ponte de Sor) permitiram a identificação e escavação de alguns destes pequenos sepulcros (VASCONCELOS, 1910). No entanto, dado a corrente excessivamente “antiquarista” ainda vigente na época, fortemente normativa, estes monumentos não obtiveram a importância devida – sendo incluídos dentro de todo um contexto geral comum, devido talvez à efectiva carência de espólio identificado que, como se sabe actualmente, lhes é característica. A importância deste grupo, lida principalmente no âmbito da definição dos patamares evolutivos do Megalitismo, será salientada posteriormente por Georg e Vera Leisner, como veremos abaixo.

Os trabalhos de Vergílio Correia na área de Pavia (Mora), ainda na mesma década (durante as primaveras de 1914, 1915 e 1918), possibilitaram igualmente a identificação e escavação de uma série considerável de pequenos sepulcros megalíticos. Dos perto de 80 sepulcros intervencionados ou simplesmente referenciados merecem destaque neste âmbito os casos de Antões 2, Entreáguas 5, São Miguel, Madre de Deus 2, Casarão das Figueiras e Considreiro 2 – caracterizados como pequenos sepulcros de planta alongada ou em forma de “ferradura”, abertos (Fig. 3). Apesar de reconhecer divergências arquitectónicas claras entre estes e os monumentos de câmara e corredor diferenciados, Vergílio Correia segue ainda um esquema de interpretação essencialmente normativo, não considerando grandes distinções cronológicas de uns em relação a outros.

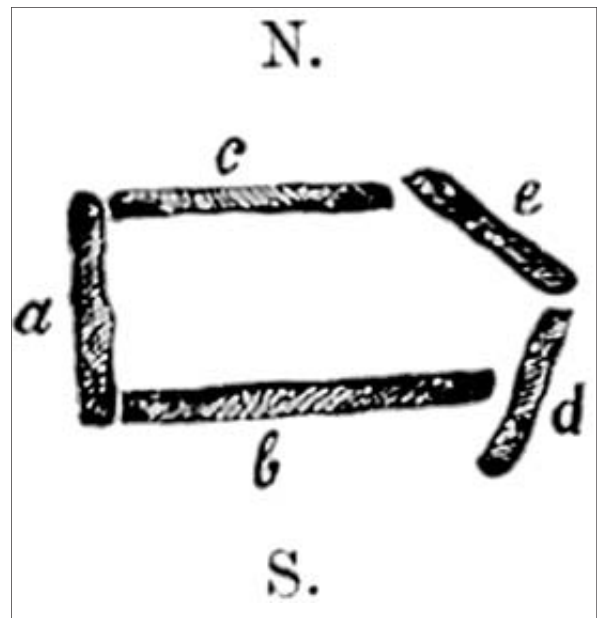


Fig. 2 – Planta esquemática de um dos primeiros pequenos sepulcros alentejanos a ser publicado: a sepultura do sítio do Eivado, na Quinta Grande (Évora), da qual não se conhece espólio (o que invalida a sua atribuição cronológica rigorosa). Da mesma maneira, não são apresentadas dimensões precisas pois, como explicado por José Leite de Vasconcelos, à falta de fita métrica, as medidas foram tiradas a palmo (adaptado de VASCONCELOS, 1898, p. 126).

Refere especificamente, neste sentido (CORREIA, 1921, p. 71): “*Las sepulturas encontradas [...] no pueden servir para establecer jalones de la evolución constructiva. Pertenecen a un tipo de sepulturas individuales, bien diferenciadas de los dólmenes, sepulcros colectivos. No se pasó de unas a otras, visto que los espolios son idénticos. Los dos sistemas no se sucedieron; coexistieron.*”

Segundo Vergílio Correia, não existem diferenças cronológicas entre estes dois tipos arquitectónicos, mas sim diferenças culturais reflectindo diferentes rituais funerários: uns caracterizados por inumações individuais, outros caracterizados por inumações colectivas, sendo contudo contemporâneos. Esta interpretação teve como base, segundo afirma, as semelhanças entre os espólios recolhidos

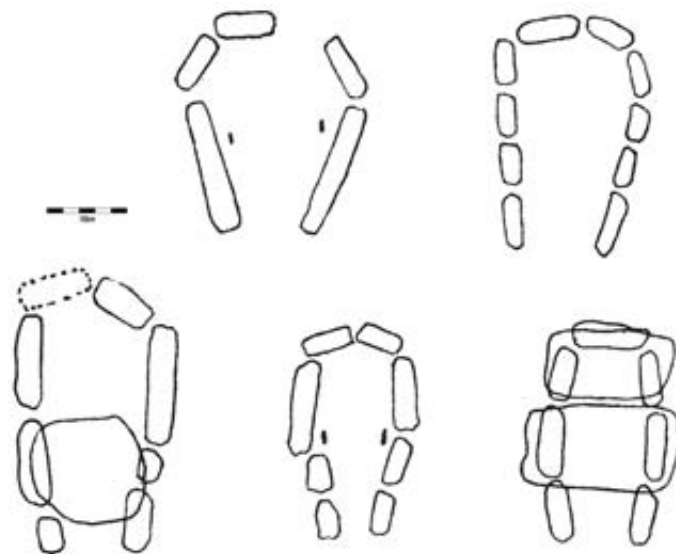


Fig. 3 – Exemplos paradigmáticos dos pequenos sepulcros da área de Pavia (Mora): Antões 2, Entreáguas 5, São Miguel, Madre de Deus 2 e Casarão das Figueiras (adaptado de CORREIA, 1921, p. 70, Fig. 55).

em ambos contextos – referindo-se possivelmente à presença ainda substancial de artefactos de pedra polida nos sepulcros de maior dimensão. No entanto, esta parece ser característica destes sepulcros na área do Norte alentejano, coexistindo com as placas de xisto gravadas, conforme demonstrado em numerosos exemplos (cf. GONÇALVES & ANDRADE, 2014) – sendo que, da mesma maneira, Vergílio Correia não equacionou a efectiva ausência de placas de xisto gravadas, um claro diferenciador cronológico, nestes pequenos sepulcros.

Outro ponto a referir nesta área é que os espólios destes pequenos sepulcros se compõem quase exclusivamente por artefactos de pedra polida, estando virtualmente ausentes as armaduras geométricas. Com efeito, são escassos, tanto nos pequenos monumentos como nos de maior dimensão escavados por Vergílio Correia na área de Pavia, os elementos de pequeno tamanho – como o são os geométricos, as pontas de seta ou as contas de colar (ROCHA, 2005, p. 73). Este facto poderá simplesmente dever-se à “metodologia” de escavação expedita empreendida, tendo sido escavadas muitas dezenas de antas em três curtas campanhas, podendo-se considerar que estas escavações não terão sido integrais ou que nem todo o espólio terá sido identificado e recolhido. Esta hipótese confirma-se nos monumentos de Brissos, primeiramente escavados por Vergílio Correia, tendo as intervenções posteriores de Manuel Heleno possibilitado a recuperação de um número ainda considerável de elementos – por exemplo, na anta de Brissos 6 (designada por Manuel Heleno como Brissos 1), as pontas de seta são escassas na colecção de Vergílio Correia, tendo as escavações posteriores possibilitado a recuperação de cerca de quatro dezenas destes elementos, para além de um número ainda considerável de recipientes cerâmicos, artefactos de pedra polida e placas de xisto gravadas.

A importância deste grupo voltará a merecer a atenção dos investigadores, primeiramente de Irisalva Moita e posteriormente de Leonor Rocha, como veremos abaixo.

O verdadeiro arranque do estudo dos pequenos sepulcros megalíticos, e da definição da sua exacta posição (e real importância) nos patamares evolutivos no Megalitismo do Sudoeste peninsular, regista-se durante a década de 30 do século passado. Para concretizar o seu projecto de caracterização da origem e desenvolvimento do Megalitismo português, Manuel Heleno conduziu escavações em perto de 300 monumentos alentejanos, nos concelhos de Coruche, Montemor-o-Novo, Arraiolos, Mora e Estremoz (HELENO, 1956; CARDOSO, 2013).



O facto de nunca ter publicado com rigor os resultados dos seus trabalhos fez com que o conhecimento das propostas evolutivas por si estabelecidas estivesse baseado somente nas informações avançadas nas suas lições das disciplinas de Arqueologia e Pré-História na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, ou nas informações parciais passadas a outros investigadores, como Georg e Vera Leisner (1951 a, 1959) ou de modo mais extenso a H. Savory (1969) – condicionando, de certa maneira, os estudos realizados nas décadas seguintes por outros investigadores. A oportuna recuperação e disponibilização dos seus *Cadernos dos Campo* (já compilados e filtrados em ROCHA, 2005) permitiu fazer corresponder o volume considerável de espólio arqueológico proveniente das suas escavações, patente nas reservas do Museu Nacional de Arqueologia, a monumentos concretos – e, mais importante, a arquitecturas concretas.

Da cifra de monumentos escavados acima apontada, cerca de metade corresponde a pequenos sepulcros (cf. ROCHA, 2005, p. 121) – o que indica um claro investimento e canalização de esforços para a resolução do problema das origens do Megalitismo alentejano.

Foram reconhecidos como representativos de um primeiro momento do fenómeno megalítico nesta área (Figs. 4 e 5), pequenos sepulcros de câmara elíptica (como Curral da Mosca), de câmara rectangular (como Cabeço da Areia, Vale do Freixo 1, Torre do Franco 1, Vale das Covas, Barrocais, Peral 5), câmara trapezoidal (como Mouchão das Azinheiras 1, Peral 6, Cabeceira 6 e 7) ou de câmara alongada, de tipo “pseudo-galeria” (como Casarões do Zambujeiro, Vale do Freixo 2, Barrada, Mouchão das Azinheiras 2, Santa Cruz, Peral 5). Os mobiliários votivos destes monumentos caracterizavam-se basicamente pela associação de artefactos de pedra polida (destacando-se os machados de secção subcircular / subelíptica e corpo picotado), armaduras geométricas (trapézios, crescentes e triângulos, por ordem de frequência) e pequenas lâminas ou lamelas não retocadas, sendo escassos ou inexistentes os recipientes cerâmicos. Pequenos sepulcros de corredor incipiente, com conjuntos artefactuais sensivelmente semelhantes (como Oliveira da Cruz ou Penedo do Bispo), seriam considerados como a transição entre estes mais pequenos e os monumentos considerados mais evoluídos, de câmara e corredor diferenciados.

Para a formulação deste esquema evolutivo, Manuel Heleno teve em particular atenção os dados recolhidos no importante conjunto do Deserto – um núcleo megalítico de características únicas, combinando num espaço circunscrito monumentos representativos de todos os tipos arquitectónicos (e, conseqüentemente, de todos patamares evolutivos do Megalitismo). Em 1936, Manuel Heleno refere especificamente (Caderno n.º 28, *Escavações em antas dos arredores do Siborro (Montemor-o-Novo), 6.ª campanha, Set. e Out. 1936*; APMH/2/1/11/28, fls. 2-3; acessível no Museu Nacional de Arqueologia) (Fig. 6):

“Atenção:

*O estudo das antas do Deserto, adiante estudadas, parece levar a concluir que a arquitectura das antas evolucionou do seguinte modo:*

*I – antas de forma de caixa, irregulares, sem ou com pouca cerâmica, sílices semi-lunares e trapezoidais ou triangulares*

*II – antas do mesmo tipo mas alongadas, estranguladas ou divididas em dois compartimentos (colectiva).*

*A par desta subsistem os tipos antigos mais pequenos.*

*Daqui uma dupla evolução:*

*A) as grandes passam às de câmara e corredor*

*B) as pequenas, só as de câmara, que se alarga e sob a infl[uência] das cabanas se arredonda sucedendo o mesmo ao tipo que evoluciona para as de câmara e átrio redondo.”*



Curral da Mosca



Courela de Fretes 2



Cabeceira 7



Peral 6



Deserto 8



Deserto 13



Peral 5



Santa Cruz 5

**Fig. 4** – Exemplos paradigmáticos de pequenas antas escavadas nos anos 30 do século XX por Manuel Heleno: Curral da Mosca, Courela de Fretes 2, Cabeceira 7, Peral 6, Deserto 8, Deserto 13, Peral 5, Santa Cruz 5 (Arquivo Fotográfico do Museu Nacional de Arqueologia – espólio Manuel Heleno).

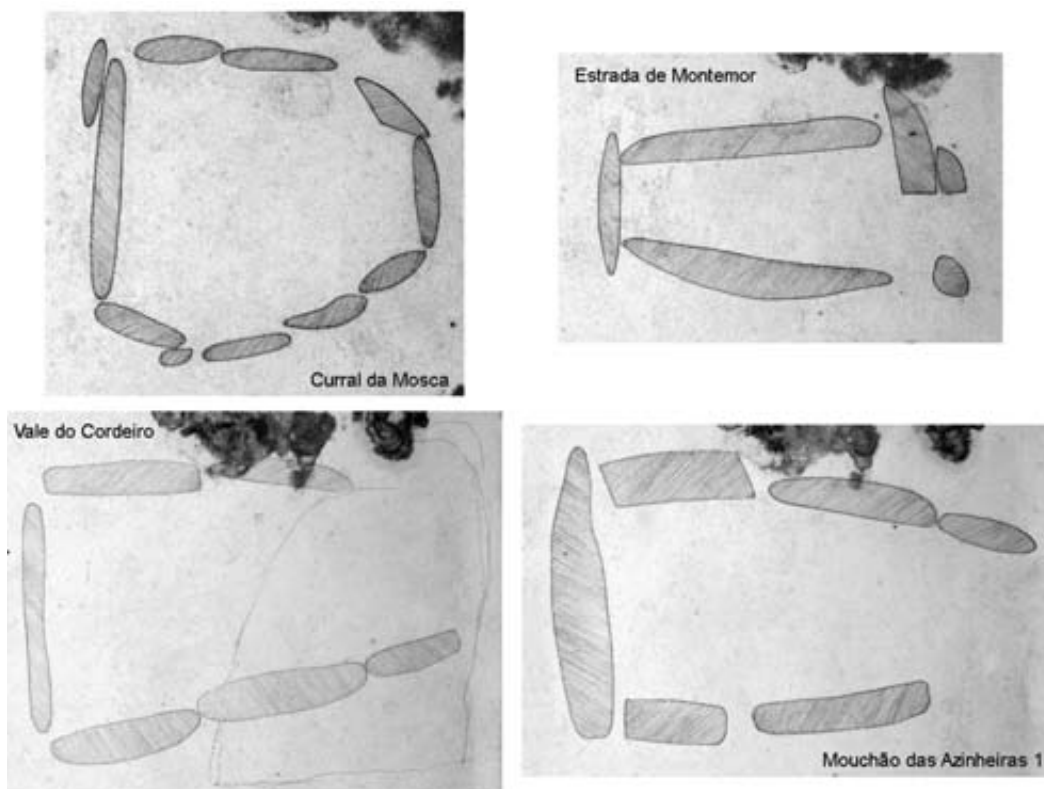


Fig. 5 – Alguns exemplos de pequenos sepulcros da área de Coruche, segundo Manuel Heleno: Curral da Mosca, Estrada de Montemor (“Antinha”), Vale do Cordeiro e Mouchão das Azinheiras 1 (*Desenhos – Apontamentos*, fls. 9, 10, 16 e 17; APMH/2/1/11/40, acessível no Museu Nacional de Arqueologia).

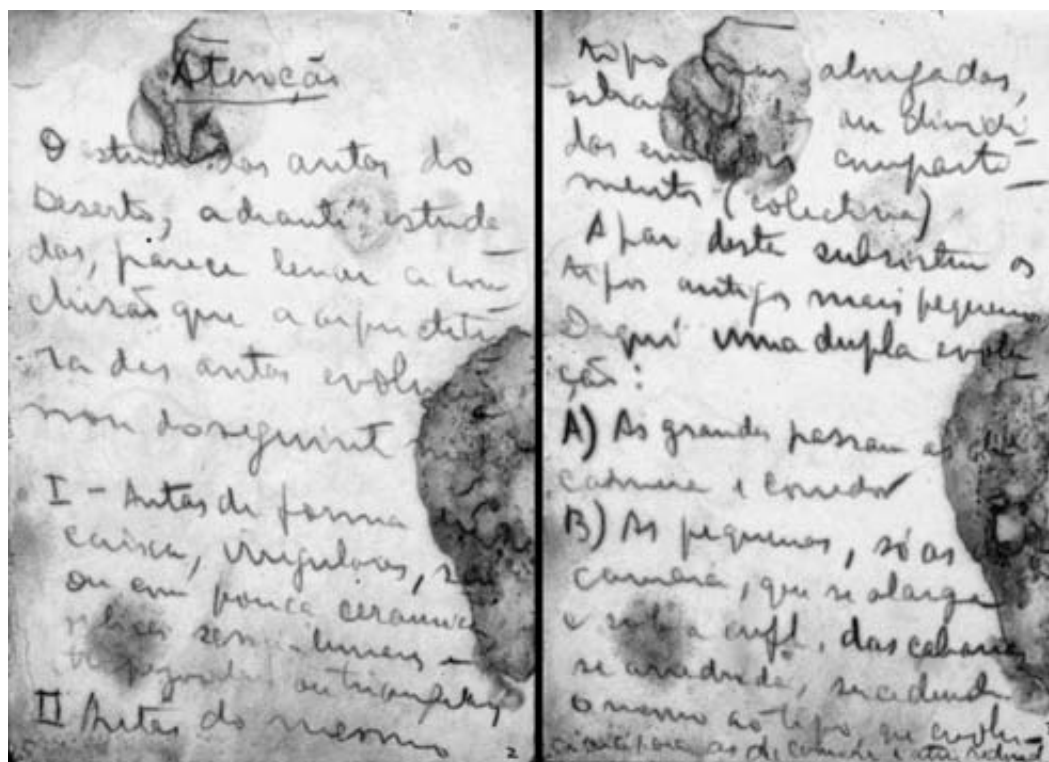


Fig. 6 – Folhas n.ºs 2 e 3 do Caderno de Campo n.º 28 de Manuel Heleno, referente à 6.ª campanha de escavações em antas dos arredores do Ciburro (Montemor-o-Novo), datado de Setembro e Outubro de 1936 (APMH/2/1/11/28, acessível no Museu Nacional de Arqueologia). Manuel Heleno esboça uma proposta interpretativa para a evolução do Megalitismo alentejano, com base nos dados dos monumentos do Deserto.



Posteriormente, em 1937, após a escavação dos monumentos do Peral, Courela dos Fretes, Santa Cruz e Cabeceira, reformulando e simplificando o esquema inicialmente proposto, indica que o desenvolvimento do Megalitismo se teria processado do seguinte modo (Caderno n.º 31, *Explorações nos arredores do Siborro, Set. e Out. 1937*; APMH/2/1/11/31, fl. 30v; acessível no Museu Nacional de Arqueologia):

“Evolução

*Antas de galeria, trapezoidaes ou circulares*  
*Antas com dois compartimentos em galeria*  
*Anta com câmara e corredor com esteios quase da mesma altura*  
*Antas com câmara e corredor largo*  
*Antas com câmara redonda e átrio redondo.”*

Ainda nesse ano, sintetizando os dados por si recolhidos em todos os monumentos escavados nos anos anteriores (mas ainda não concluídas as suas intervenções, estendidas até 1939), aliando as características particulares das arquitecturas aos mobiliários votivos aí encontrados, Manuel Heleno ensaia uma “proposta final” para a origem e desenvolvimento do Megalitismo (Caderno n.º 32, *Explorações nos arredores do Siborro, Set. e Out. 1937*; APMH/2/1/11/32, fls. 19-25; acessível no Museu Nacional de Arqueologia):

“Conclusões gerais

*No estado dos nossos conhecimentos actuais obtidos pelas escavações que datam de 1930 poderíamos fazer a seguinte classificação*

*I Grupo (vasos semi-esféricos)*

- a) Antas com silices sem ceramica e sem machados*
- b) Antas em forma de caixa com ceramica, silices e sem machados*
- c) Antas em forma de caixa sem ceramica e com silices e machados*

*II Grupo*

*Antas com silices com mossas, mta. ceramica e machados*

- a) Forma de galeria, por motivo de se tornarem sepulturas colectivas*
- b) Antas divididas ao meio, em compartimento, precedidas por alongadas estranguladas*

*III Grupo*

*Por influencia das formas redondas das cabanas derivaram:*

*Do I Grupo as antas só com câmara redonda, com a forma ovalada por transição*

*Do 2.º Grupo as antas de câmara e corredor, com a 1.ª fase com os tipos da Cruz da Oliveira, Bertandos, Pasmaceira.*

*Destes tipos passou-se às de câmara e galeria redonda, tipo Rabaçal com predomínio das setas de base convexa e chapões de cara.”*

Salienta, contudo, que um esquema de evolução linear não deve ser rigorosamente seguido, apontando a possível origem múltipla do corredor e advertindo que, na classificação cronológica dos monumentos, devem ser tidas em consideração não só as características arquitectónicas mas também as características do espólio (e sua evolução) – referindo que existem “*formas arquitectónicas [sic] primitivas em períodos mais avançados e material supervivente (arcaizante) em antas modernas*”.



Compilando estas informações diversas, Leonor Rocha sintetiza o esquema evolutivo proposto por Manuel Heleno da seguinte forma (ROCHA, 2005, p. 101):

Monumentos primitivos:

Monumentos de câmara rectangular (Tipo A)

Monumentos de câmara trapezoidal (Tipo B)

Monumentos de câmara circular (Tipo C)

Monumentos de câmara trapezoidal ou circular com corredor incipiente

Monumentos evolucionados:

Monumentos de câmara circular e corredor

Monumentos de câmara grande e corredor longo

Monumentos com átrio

Sobre a “origem cultural” destes pequenos monumentos, Manuel Heleno também apresenta ideias concretas. Após a escavação do sepulcro de Vale do Freixo 2, tendo em conta a arquitectura e o espólio, inclui este sepulcro no “grupo das antas primitivas”, referindo que estas “teriam sido criadas pelos capsenses, como o provam os sílices deles análogos aos de Muge, os quais tendo os enterramentos nos concheiros, começam depois a fazê-los individualmente em sepulturas formadas por lages [sic], que com os enterramentos colectivos passaram de retangulares a sub-retangulares, à forma redonda e depois a anta de corredor” (Caderno n.º 14, *Escavações nos arredores do Siborro, 3.ª campanha, Set. 1933*; APMH/2/1/11/14, fls. 14-15; acessível no Museu Nacional de Arqueologia).

Esta ideia de que as comunidades neolíticas, construtoras e utilizadoras dos primeiros monumentos megalíticos, evoluiriam localmente a partir das comunidades mesolíticas do Vale do Tejo expandindo-se para o interior como consequência permitia assumir esta região como um dos focos de emergência do fenómeno megalítico peninsular, recusando abertamente as teses orientalistas principalmente advogadas por V. Gordon Childe e G. Daniel (CARDOSO, 2013, p. 59). Na realidade, este deve ter sido um dos pontos de partida do seu pensamento, quando se lança no estudo do Megalitismo da região de Montemor-Coruche, ficando bem patente na seguinte afirmação, com base na avaliação da distribuição espacial dos pequenos sepulcros (Caderno n.º 39, *Escavações nos arredores do Siborro (cerca de S. Pedro da Gafanhoeira), Primavera 1939*; APMH/2/1/11/39, fl. 11-12; acessível no Museu Nacional de Arqueologia):

*“Atenção – Julgo que as antas seguem roteiro de W para leste, isto é, da região em volta ou ao sul de Muge para leste (antas grandes com sílices à medida que se caminha para leste, pequenas perto do Vale do Tejo); por outro lado os chapões seguem roteiros de leste para oeste. Encontram-se 1.º com os dólmenes primitivos, mas já monumentais*

*W → antas*

*← chapões*

*À medida que do Deserto e Azinhal caminhamos para leste e das Águias para sul as antas primitivas aumentam de proporções.”*

Nesta mesma década se iniciam os trabalhos de Georg e Vera Leisner na área alentejana. No âmbito específico da investigação dos pequenos sepulcros, conta-se a escavação de 1934, em colaboração com Hugo Obermaier e Manuel Heleno, do monumento de Azinhal 3 (designado como Vale das Covas por Manuel

Heleno; LEISNER & LEISNER, 1959, p. 274). No mesmo ano realizam trabalhos de prospecção na área de Montargil – motivados, como referem, pela carência de publicação rigorosa dos trabalhos de José Leite de Vasconcelos e Manuel de Mattos Silva nesta área, nomeadamente ao nível das características arquitectónicas dos monumentos. No âmbito destas prospecções, não só procederam ao levantamento de plantas de monumentos já conhecidos como também identificaram uma série de monumentos inéditos (LEISNER & LEISNER, 1953, p. 227-228).

A este núcleo voltariam em 1953, talvez devido aos dados pouco expressivos fornecidos pelos pequenos sepulcros por si escavados na década anterior na área de Reguengos de Monsaraz – não tendo contudo os resultados, conforme veremos abaixo, sido muito mais esclarecedores.

Com efeito, a escolha do grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz como caso de estudo (em detrimento, por exemplo, do grupo de Évora, onde uma série de pequenos sepulcros foi igualmente identificada, destacando-se os conjuntos do Álamo e Almo; LEISNER, 1949) dever-se-á talvez às características particulares daquele, consideradas como ideais para ensaiar os modelos explicativos para a origem e desenvolvimento do Megalitismo (cf. GONÇALVES, 1992 e 1999; GONÇALVES & SOUSA, 1997).

Neste sentido, classificam os monumentos megalíticos de Reguengos de Monsaraz em três grupos genéricos, de acordo com as suas características arquitectónicas (LEISNER & LEISNER, 1951 a, p. 19):

- 1 – Antas sem corredor e “cistas” megalíticas
- 2 – Antas com corredor
- 3 – *Tholoi*

Salientam, contudo, a escassez de sepulcros do primeiro tipo em Reguengos de Monsaraz, admitindo que esta área se poderia tratar de um território de certo modo periférico na “expansão megalítica” (LEISNER & LEISNER, 1951 a, p. 21), indo um pouco de encontro às ideias de Manuel Heleno explanadas acima.

Da mesma maneira, a escavação de pequenos sepulcros como Areias 10, Areias 11 ou Falcoeiras (Fig. 7) forneceu escasso espólio que permitisse atestar a sua antiguidade em relação aos restantes componentes do conjunto. A pequena sepultura sub-rectangular aberta de Areias 10 forneceu escassos e inconclusivos fragmentos cerâmicos (LEISNER & LEISNER, 1951 a, p. 274); a pequena câmara poligonal de Areias 11, sem corredor, entregou formas cerâmicas evoluídas, de bordo espessado, semelhantes às recolhidas na anta de Areias 5 que lhe fica contígua (LEISNER & LEISNER, 1951 a, p. 274-275); o pequeno sepulcro

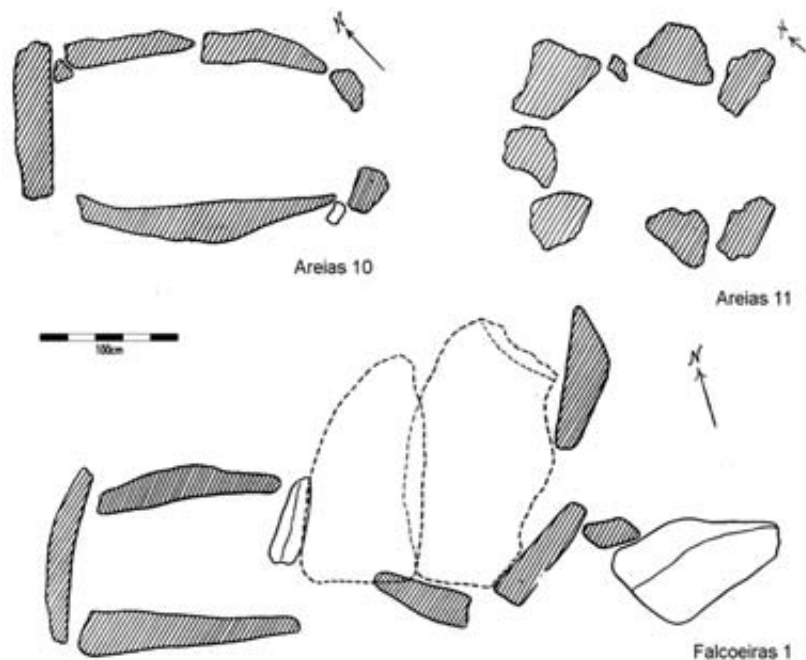


Fig. 7 – Pequenos sepulcros da área de Reguengos de Monsaraz: Areias 10, Areias 11 e Falcoeiras (adaptado de LEISNER & LEISNER, 1951 a, Est. XXXVII e XXXVIII).

“cistoide” das Falcoeiras, partilhando o *Tumulus* com uma pequena anta de corredor curto (Falcoeiras 1), não forneceu qualquer espólio, sugerindo Georg e Vera Leisner que poderia ser anterior ao sepulcro de corredor (mesmo admitindo a sua semelhança com as cistas da Idade do Bronze), visto que a construção deste terá cortado o acesso àquele (LEISNER & LEISNER, 1951 a, p. 281-283).

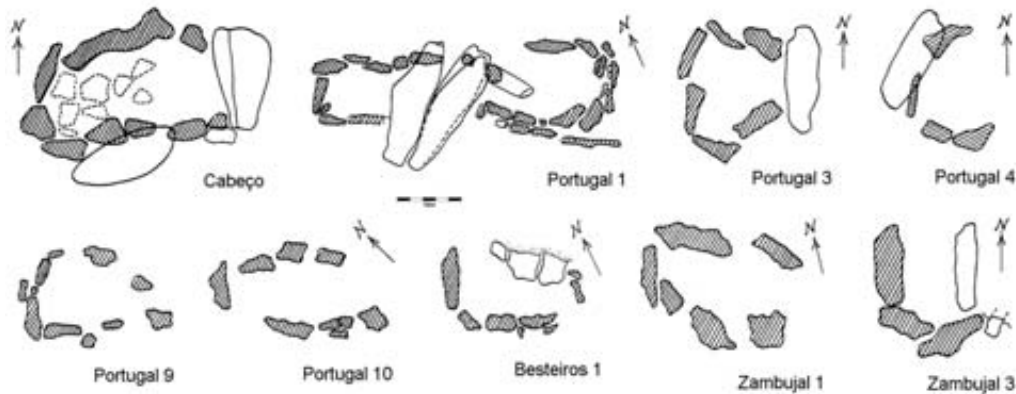
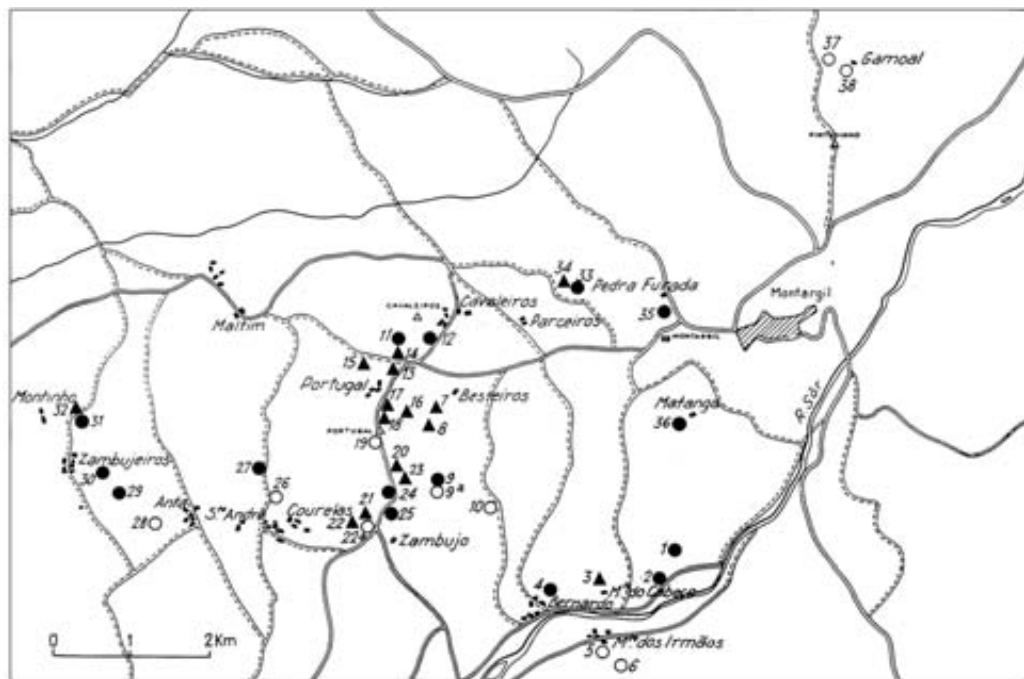
Assim, para estabelecer o panorama de desenvolvimento do Megalitismo de Reguengos de Monsaraz, ressaltando a potencial falibilidade de modelos explicativos lineares baseados em informação truncada, procuram “*inserir os resultados das escavações das antas de Reguengos, num quadro geral de evolução ainda hipotética*” (LEISNER & LEISNER, 1951 a, p. 174).

Apesar da escassez de monumentos deste tipo em Reguengos de Monsaraz, e com base na troca de impressões com Manuel Heleno, afirmam que o género dos pequenos monumentos alongados “*teria sido, no Alentejo, o tipo mais antigo*” (LEISNER & LEISNER, 1951 a, p. 175). Na área de Reguengos de Monsaraz, sendo raro este tipo de monumentos e inconclusivos os que foram escavados (como dito acima), uma primeira fase megalítica sólida poderá ser estabelecida apenas a partir dos pequenos monumentos com corredor curto “com espólio neolítico”. Estes poderiam ser ainda divididos ainda em duas subfases, estabelecidas com base em certas particularidades arquitectónicas dos monumentos e em certas características dos espólios, nomeadamente a nível das cerâmicas e dos geométricos, sendo uma primeira representada por monumentos como Poço da Gateira 1, e uma segunda representada por monumentos como Vidigueiras 1, Vidigueiras 2 e Gorginos 2 (LEISNER & LEISNER, 1951 a, p. 176-177). A partir daqui, evoluíram para os monumentos de corredor de maior dimensão, com “espólio eneolítico” (como Olival da Pega 1 e Passo 1) e, conseqüentemente para os *tholoi*.

Como referido acima, posteriormente aos trabalhos desenvolvidos em Reguengos de Monsaraz, Georg e Vera Leisner debruçam-se novamente sobre o grupo de Montargil (Fig. 8). Reconhecem aqui a existência de dois tipos construtivos genéricos: os monumentos de câmara e corredor diferenciados e as “pequenas construções alongadas, baixas e sem corredor” (LEISNER & LEISNER, 1953, p. 228). Do segundo tipo, escavam os monumentos de Monte do Cabeço (em colaboração com Octávio da Veiga Ferreira), Besteiros 1, Portugal 1, Portugal 10 e Parceirinhos 2. Contudo, os resultados não foram muito elucidativos, sendo referido o seguinte (LEISNER & LEISNER, 1953, p. 250-251): “Embora a freguesia de Montargil pertença àquela região, onde as galerias e cistas de tamanho reduzido são frequentes, o problema da posição cronológica destas pequenas construções megalíticas e da sua relação com os dólmenes desenvolvidos de câmara poligonal e corredor não pode ser resolvido saindo deles. Por causa da sua espoliação e conseqüentemente pela falta de material, a sua contribuição para os problemas citados limita-se quase unicamente a ampliar o quadro de divulgação geográfica deste tipo arquitectónico.”

Remetem assim para Manuel Heleno, com a publicação dos resultados das suas escavações nos monumentos de Montemor-o-Novo e Coruche, a “responsabilidade” sobre a correcta aferição cronológica deste tipo de monumentos. Todavia, principalmente com base nos resultados da escavação do pequeno sepulcro do Monte do Cabeço, afirmam que “*há certos aspectos que indicam que esta ligação das pequenas antas seja, em parte, um fenómeno cultural mais de que cronológico*” (LEISNER & LEISNER, 1953, p. 251). Com efeito, a matriz de cobre recolhida neste monumento indicaria uma utilização já eminentemente calcolítica (ou até mesmo da Idade do Bronze), não admitindo a possibilidade de reutilizações tardias dado ter sido recolhida numa camada aparentemente não perturbada.

No volume de 1956 dos *Megalithgräber*, particularmente dedicado à qualificação das características arquitectónicas dos monumentos megalíticos do Ocidente peninsular compilando os dados até aí obtidos (sendo



**Fig. 8** – O núcleo megalítico de Montargil, com indicação dos pequenos sepulcros megalíticos (indicados pelos triângulos) e dos monumentos de média/grande dimensão com câmara e corredor diferenciados (indicados pelos círculos). Em baixo, exemplos dos pequenos sepulcros da área de Montargil: pequenos sepulcros de tendência “cistoide” e de câmara poligonal sem corredor – sendo de notar o monumento de Portugal 1, aparentando tratar-se de duas pequenas câmaras “cistoides” adossadas (adaptado de LEISNER & LEISNER, 1953, Est. I e II).

os conjuntos votivos tratados no volume de 1959), Georg e Vera Leisner estabelecem três tipos genéricos para os pequenos sepulcros megalíticos:

- Pequenos sepulcros de câmara poligonal com ou sem corredor (LEISNER & LEISNER, 1956, p. 51-59, Taf. 21-24);
- Pequenos sepulcros de câmara alongada (LEISNER & LEISNER, 1956, p. 60-63, Taf. 24);
- Pequenos sepulcros de câmara rectangular ou de tendência “cistoide” (LEISNER & LEISNER, 1956, p. 69-74, Taf. 28).

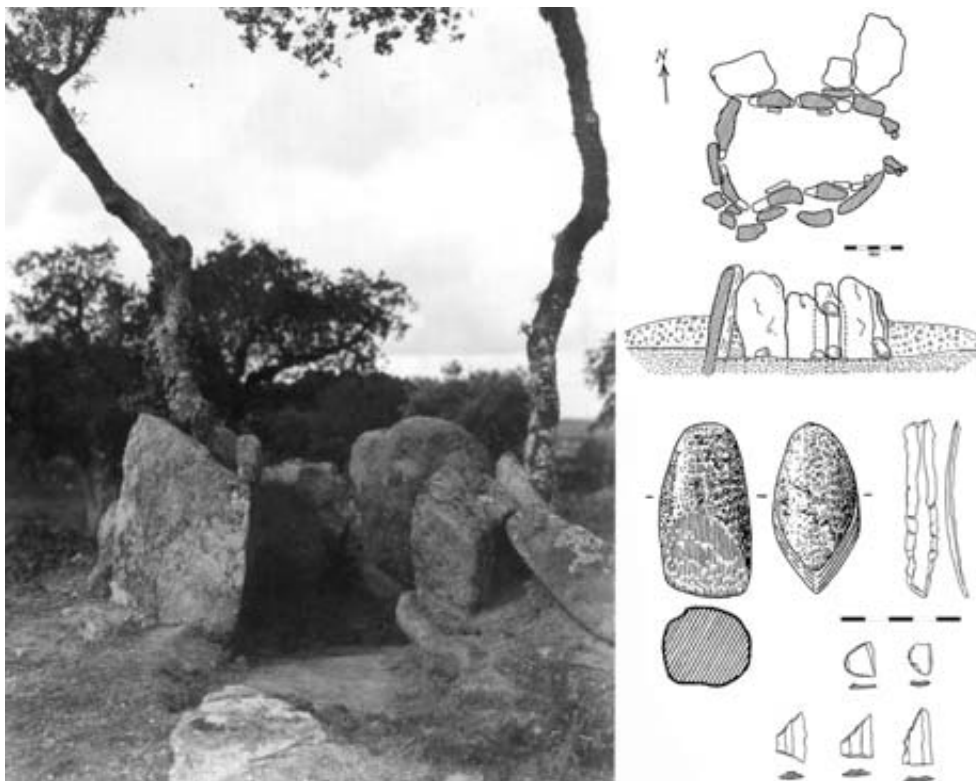


Em termos crono-culturais, em texto redigido originalmente em alemão sobre o faseamento do Neolítico (LEISNER, 1966), publicado posteriormente em português (LEISNER, 1983), Vera Leisner faz corresponder a sua *Fase IIa* (posterior ao Neolítico Antigo Evoluído, *Fase Ib*) a uma “pré e proto-fase dos megálitos decorrentes do Mesolítico” onde se encaixariam estes tipos de monumentos (LEISNER, 1983, p. 9).

Baseada na proximidade geográfica entre os concheiros e o limite ocidental do grupo megalítico alentejano, admite, tal como Manuel Heleno, que estes pequenos sepulcros teriam ascendência nas comunidades mesolíticas locais, salientando contudo que não se poderá confirmar a continuidade cronológica de uns em relação a outros. Refere precisamente (LEISNER, 1983, p. 9): “*Desde logo, para uma relação entre o povo dos concheiros mesolíticos situados nas margens dos rios Tejo e Sado, apontaria a posição da primitiva cultura alentejana nas cumeadas vizinhas. No entanto, segundo as datações até agora apuradas para o Mesolítico português, não se vislumbra uma sequência cronológica.*”

Aponta assim que os monumentos desta fase caracterizar-se-iam por pequenos sepulcros, de escassa altura e por vezes alongados – apresentando igualmente os conjuntos artefactuais aí registados, primeiramente constituídos por crescentes em número reduzido, registando-se posteriormente a sua substituição por trapézios (que vão aumentando em número e dimensão) até à sua associação a pequenas lâminas não retocadas e a artefactos de pedra polida (destacando os exemplares de secção subcircular e corpo picotado), sendo inexistente a cerâmica (LEISNER, 1983, p. 9-11).

Neste âmbito, considera o já mencionado sepulcro de Azinhal 3 (Fig. 9) como correspondendo a uma etapa terminal desta fase, antecedente dos monumentos de câmara e corredor – já atribuíveis à *Fase IIb*, como da



**Fig. 9** – O pequeno sepulcro do Azinhal 3 (Vale das Covas, segundo Manuel Heleno) e espólio associado, notando-se a presença de dois crescentes (adaptado de LEISNER & LEISNER, 1959, Taf. 24; LEISNER, 1966, p. 364, Fig. 1. Arquivo Fotográfico do Museu Nacional de Arqueologia – espólio Manuel Heleno).

Poço da Gateira 1, com espólio lítico ainda de certa forma “arcaico”, mas já com a introdução de recipientes cerâmicos, com destaque para os exemplares almagradados (LEISNER, 1983, p. 13).

Estas observações baseiam-se igualmente no estudo que realizou sobre os geométricos e artefactos de pedra polida pertencentes às colecções de Manuel Heleno, onde, apesar de não ter informação concreta sobre as características dos monumentos (por carência de atribuição), apontou a sua integração cronológica (*Neolítico II* ou *III*) baseada nas características específicas dos artefactos (LEISNER, 1985). Da mesma maneira e pela mesma altura, também P. Bosch-Gimpera e H. N. Savory, possivelmente de acordo com informações prestadas por Manuel Heleno, atribuem estes monumentos a uma fase inicial do Megalitismo, caracterizada por enterramentos individuais em “sepulturas cistóides oblongas ou ovais, suficientemente grandes para conterem um cadáver estendido e constituídas por pequenos blocos de granito colocados à superfície, providas de um tecto de grosseira cúpula de modilhões e cobertas por montículos circulares” (SAVORY, 1969, p. 98) – apontando o primeiro autor uma cronologia relativa para estes sepulcros balizada entre 4000 e 3500 a.n.e. (BOSCH-GIMPERA, 1966, p. 265-266).

Nesta fase de investigação se incluem também os trabalhos conduzidos nas necrópoles de Monchique realizados por Abel Viana, José Formosinho e Octávio da Veiga Ferreira entre finais da década de 30 e finais da década de 40 do século passado (VIANA & FORMOSINHO, 1942; FORMOSINHO, FERREIRA & VIANA, 1953; VIANA, FERREIRA & FORMOSINHO, 1949, 1950 e 1954). Como se sabe, estas necrópoles são constituídas exclusivamente por sepulcros de pequena dimensão, tendo servido durante muito tempo como paradigma deste tipo de construções no Sudoeste peninsular. Contudo, estas leituras deverão ser efectuadas com precaução, dadas as características particulares deste grupo (GONÇALVES, 1989, p. 62-68, 73-77).

Com efeito, regista-se a presença de monumentos arquitectonicamente equiparáveis aos pequenos sepulcros alentejanos atribuíveis a uma fase inicial do Megalitismo, com espólios votivos de feição igualmente “arcaica” (como, por exemplo, Eira Cavada 2, Palmeira 2, 3, 6, 9, 10 e 11), podendo ser integráveis na mesma etapa crono-cultural. Outros, por seu lado, apresentam já mobiliários votivos eminentemente evoluídos – como Buço Preto 7 (com pontas de seta de base côncava e placas de xisto gravadas), Rencovo (com placas de xisto gravadas), Palmeira 7 (com tipos cerâmicos e grandes lâminas retocadas morfo-tipologicamente equiparáveis aos dos *tholoi* da região, para além de um “braçal de arqueiro”) e Belle France 1 (com um machado de cobre).

Apesar de estes últimos se tratarem igualmente de pequenos monumentos, nota-se uma certa tendência para o alongamento do eixo longitudinal das câmaras (lembrando o exemplares andaluzes) – estando ausentes os monumentos de câmara e corredor diferenciados típicos do Sudoeste peninsular (e presentes em Alcalar, a escassas dezenas de quilómetros do núcleo de Monchique). Poderá tratar-se assim de uma evolução local, numa micro-região específica, de um tipo concreto de monumentos – não necessariamente independente (como o demonstram as características dos espólios), mas com uma certa autonomia em relação ao supra-grupo megalítico do Sudoeste peninsular.

A par destes trabalhos, outros se terão desenvolvido na área alentejana implicando a escavação de pequenas antas de câmara simples, embora não enquadrados num quadro teórico de referência – como são aqueles desenvolvidos na área de Elvas por Afonso do Paço (PAÇO, FERREIRA, & VIANA, 1957) ou por António Dias de Deus e António Luís Agostinho (VIANA, 1950; DEUS & VIANA, 1953; VIANA & DEUS, 1952, 1955 e 1957). De todos os pequenos sepulcros escavados nesta área durante esta época (incluindo Colónia, Poço Pereira, Miraflores, Cabeça Gorda, Torre das Arcas 4) merece destaque até ao momento o sepulcro de Sobreira 1, uma pequena sepultura de planta subelíptica que forneceu recentemente uma datação absoluta centrada em meados do IV milénio a.n.e, embora as características genéricas do espólio indiquem utilizações mais recentes (BOAVENTURA, FERREIRA & SILVA, 2013).

A década de 50 do século passado regista ainda, como dito, um retorno ao conjunto de Mora, com os trabalhos de Irisalva Moita nos monumentos de Tera, Montinho de Cima, Barroca e Moita durante os anos de 1952 e 1953. Estas acções foram motivadas devido ao facto de os investigadores sectários das diversas teses vigentes à época para a emergência do fenómeno megalítico no Ocidente peninsular “*continuarem a fundamentar as suas teorias na obra El neolítico de Pavia, de Vergílio Correia, obra que, mau grado a categoria do autor, fundamenta-se em escavações apressadas e plantas construídas sem precisão*” (MOITA, 1956, p. 136).

Na esteira de Manuel Heleno, distingue dois grupos genéricos para o Megalitismo da área de Mora: Grupo Primitivo e Grupo Evoluído (MOITA, 1956, p. 170). Ao primeiro grupo faz corresponder os pequenos monumentos sem corredor, de câmara rectangular ou arredondada; ao segundo grupo (mais complexo e variado) correspondem monumentos de câmara poligonal ou arredondada com corredor, dividindo-os em algumas variantes: monumentos de câmara e corredor indiferenciados em altura (tipo de transição), monumentos de corredor curto, monumentos de corredor desenvolvido (tipo mais evoluído).

A distinção destes dois grupos baseia-se igualmente nas características dos mobiliários votivos. Ao primeiro grupo pertenceriam as associações de armaduras geométricas, machados de secção subcircular e corpo picotado e escassa cerâmica, destacando a ausência de placas de xisto gravadas. Para o segundo grupo, aponta a substituição dos geométricos por pontas de seta, a persistência dos artefactos de pedra polida (mas obtidos por técnicas distintas, com a substituição do picotado pelo polimento integral ou parcial das superfícies), a maior variedade das cerâmicas e a introdução de placas de xisto gravadas (considerando-as como elemento característico deste grupo).

De acordo com os seus trabalhos, o primeiro grupo estaria representado pelos monumentos de Tera 2 e Montinho de Cima (pequenos sepulcros com planta em ferradura) e as Sepulturas 1 e 2 da Barroca (pequenos sepulcros de tendência rectangular). As primeiras variantes do segundo grupo, corresponderiam os pequenos monumentos de corredor de Tera 1 e Barroca 1, correspondendo Moita 1 à sua última variante. Mais problemática é a classificação do monumento de Moita 2, um pequeno monumento alongado (de tipo galeria), com espólio evoluído semelhante ao da contígua anta da Moita 1.

Concordando em pleno com as ideias de Manuel Heleno (que bem conhecia), recusa as teses orientalistas, em que os pequenos sepulcros seriam uma degenerescência dos monumentos megalíticos complexos inspirados nos *tholoi* do Mediterrâneo oriental (tese que Georg e Vera Leisner já haviam refutado para o caso de Reguengos de Monsaraz), defendendo uma origem e desenvolvimento locais do Megalitismo alentejano. Refere especificamente (MOITA, 1956, p. 171): “*O arcaísmo mais acentuado do mobiliário dos dólmenes em forma de câmara rectangular – se não se trata dum caso de degenerescência difícil de explicar, mas que não é impossível – parece querer indicar que estamos em presença duma evolução e não dum retrocesso*”, assumindo-os assim como pertencentes a uma fase inicial do Megalitismo do Sudoeste peninsular.

Durante as décadas de 60 e 70 do século passado, o estudo do Megalitismo do Sudoeste peninsular segue outros trilhos – caracterizados pelos trabalhos de António Correia Serralheiro, Ruy Freire de Andrade, Abel Viana, Octávio da Veiga Ferreira e Georges Zbyszewski, principalmente dedicados aos *tholoi* do Baixo Alentejo (assim como a alguns monumentos dolménicos do Alentejo Litoral, como Pedra Branca). No que ao Megalitismo dolménico diz respeito, serão de referir os trabalhos de Henrique Leonor Pina nas áreas de Évora e Reguengos de Monsaraz (PINA, 1961, 1963 e 1971; PINA & CARVALHO, 1961) e de Agostinho Farinha Isidoro na área do Crato (ISIDORO, 1962, 1963 a, 1963 b, 1964, 1965-1966, 1967-68, 1970, 1971, 1973 a, 1973 b e 1975). No entanto, denota-se um certo esvaziamento teórico na investigação (salvaguardando-se, contudo, a escavação quase exemplar da anta da Velada das Éguas), sem a colocação de novos questionários sobre a origem e desenvolvimento do Megalitismo.



Com efeito, os trabalhos desenvolvidos no Crato incidiram preferencialmente nos monumentos de maiores dimensões, não tendo os pequenos monumentos sido sequer identificados. Estes, contudo, existem nesta área, em associação aos monumentos de maiores dimensões, como se atestou posteriormente com os trabalhos de Rui Parreira, principalmente com a identificação dos monumentos de Couto dos Algarves e Crucieira / Taliscas (PARREIRA, 1996). A escavação de um destes monumentos, Couto dos Algarves 2 (ROCHA, 2002), demonstrou que efectivamente os pequenos sepulcros atribuíveis a uma fase inicial do Megalitismo, com espólio de cariz “arcaico” também se registam na área do Crato.

É apenas a partir da década de 80 do século passado (e extensível até à actualidade) que o estudo dos pequenos sepulcros megalíticos, com novas directrizes e metodologias de análise, conhece uma nova dinâmica (mesmo que baseada em leituras realizadas em outras latitudes; por exemplo, cf. JORGE, 1983-1984, 1986 a e 1986 b). Estando bem caracterizada a fase plena do Megalitismo do Sudoeste peninsular, restavam por definir com rigor as suas fases iniciais – principalmente em época anterior à oportuna recuperação dos famigerados *Cadernos de Campo* de Manuel Heleno.

A “inauguração” desta nova fase no estudo dos pequenos sepulcros é efectuada com a escavação da sepultura do Marco Branco (Santiago do Cacém), identificada em 1978 por Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares (SILVA & SOARES, 1983). Este monumento foi assumido como representante de uma fase inicial no Megalitismo no litoral alentejano, numa etapa anterior aos monumentos de corredor da Palhota e Pedra Branca (correspondendo estes, respectivamente, a uma fase média e a uma fase evoluída). A partir deste modelo, Carlos Tavares da Silva ensaia a sua comparação com uma área contígua: o Baixo Alentejo interior, constatando que “a evolução da arquitectura megalítica funerária das duas áreas [...] parece ter-se processado de forma independente e autónoma, segundo modelos distintos” (SILVA, 1987, p. 86). Com efeito, à sequência evolutiva *pequenas sepulturas fechadas de câmara simples subelíptica* → *monumentos de corredor e câmara sub-rectangular* → *monumentos de corredor bem diferenciado e câmara poligonal ou subcircular* → *monumentos de falsa cúpula* registada no Alentejo Litoral, parece que condiz, no Baixo Alentejo, a sequência evolutiva *pequenas sepulturas fechadas de câmara simples sub-rectangular* → *monumentos abertos de câmara simples sub-rectangular* → *monumentos de corredor indiferenciado e câmara oblonga* → *monumentos de falsa cúpula*.

Apesar de seguir um esquema de evolução linear, o único possível tendo em conta a exiguidade da amostra (e principalmente porque não se encontram escavados os pequenos sepulcros baixo-alentejanos, como aqueles apresentados em VIANA *et al.*, 1959, LEISNER & LEISNER, 1959 e LEISNER, 1965), é reconhecido um certo polimorfismo arquitectónico nestas duas regiões, assumido como “o reflexo, por um lado, dos diferentes estádios evolutivos do fenómeno megalítico em cada região e, por outro, da especificidade regional de cada processo evolutivo ocorrido em função de factores históricos e ecológicos” (SILVA, 1987, p. 92).

A partir da década de 90, o volume de informação acerca dos pequenos sepulcros cresce consideravelmente, com um maior número de monumentos a ser identificado e escavado – mercê de projectos genéricos de levantamento arqueológico (sendo de referir, nos casos já publicados, as Cartas Arqueológicas do Alandroal, Redondo e Mora) e de projectos de investigação específicos orientados para caracterização das malhas de povoamento neolítico e calcolítico (que incluem, como é óbvio, os espaços funerários). São de destacar, nestes últimos, os trabalhos de Manuel Calado na área genérica do Alentejo Central (CALADO, 2001, 2003 e 2004), de Victor S. Gonçalves na área de Reguengos de Monsaraz (GONÇALVES, 1992, 1999, 2001, 2003 a e 2013; GONÇALVES & SOUSA, 2000), de Rui Parreira na área do Crato (PARREIRA, 1996), de Leonor Rocha na área de Pavia (ROCHA, 1999), de Miguel Lago e João Albergaria na área de Elvas (ALBERGARIA & LAGO, 1995; ALBERGARIA & DIAS, 2000; LAGO & ALBERGARIA, 2001), de Rui Boaventura, na área de Monforte (BOAVENTURA, 2001 e 2006) e de Marco António Andrade, na área da Ribeira da Seda (ANDRADE, 2009 e 2013).

Como referido, estes trabalhos possibilitaram a identificação de uma série de novos pequenos sepulcros megalíticos, ampliando assim a sua distribuição geográfica. Os monumentos que anteriormente eram tidos como surgindo normalmente isolados (conforme referido em SILVA & SOARES, 1983 ou KALB, 1989, não estando ainda “cientificamente” reconhecidas com rigor as grandes concentrações de pequenos monumentos das áreas de Coruche e Montemor escavadas por Manuel Heleno), surgem agora em associações evidentes como componentes válidos de necrópoles megalíticas, por vezes associados a monumentos de maiores dimensões, como atestado nas áreas de Montemor-o-Novo (núcleo do Tojal; CALADO, 2003), Elvas (núcleo do Torrão; LAGO & ALBERGARIA, 2001), Crato (núcleos de Couto dos Algarves e Crucieira / Taliscas; PARREIRA, 1996), Mora (núcleo das Oliveiras / Condes; ROCHA, 1999), Monforte (núcleo de Rabuje; BOAVENTURA, 2001 e 2006) e Avis / Alter do Chão (núcleos de São Martinho/Paço Branco/Terrosa, Almanhares e Couto da Madalena; ANDRADE, 2009 e 2013).

Os novos trabalhos de escavação realizados no âmbito desses projectos permitiram, com menor ou maior rigor, testar os pressupostos teóricos comumente aceites para os episódios iniciais do Megalitismo, incluídos num questionário prévio a respeito da sua origem e desenvolvimento. Estes trabalhos incluem o retorno a grupos já objecto de análises anteriores, assim como a abertura de “novas áreas megalíticas” sobre as quais a investigação arqueológica de fundo ainda não se havia debruçado.

O retorno ao grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz, com os trabalhos desenvolvidos por Victor S. Gonçalves (GONÇALVES, 1992, 1999, 2003 a e 2013), permitiu a escavação de pequenos monumentos de câmara simples (como Capelinha 2) e de pequenos monumentos de corredor curto (como Santa Margarida 2 e Piornal 1 a 3) – todavia não alterando substancialmente o quadro evolutivo inicialmente proposto por Georg e Vera Leisner, mas disponibilizando um maior volume de informação, alargando o campo de análise e reforçando as proposições e respectivas leituras interpretativas.

Na área de Elvas, os trabalhos realizados no âmbito do projecto MODELVAS por Miguel Lago e João Albergaria (ALBERGARIA & LAGO, 1995; ALBERGARIA & DIAS, 2000; LAGO & ALBERGARIA, 2001), permitiram a identificação de três novos pequenos sepulcros na área do Torrão – nomeadamente, Cegonha, Torrão 2 e Torrão 3, tendo sido objecto de escavação o monumento de Torrão 2 e o interessante monumento da Venda.

Os trabalhos realizados na área do Alandroal incluíram a escavação dos monumentos do Lucas 1 e 6, duas pequenas antas de xisto de corredor curto incluídas numa extensa necrópole de pequenos sepulcros (CALADO, 1994; ROCHA, 2007). Não se tratam propriamente de monumentos de câmara simples, sendo contudo sepulcros de reduzida dimensão, com conjuntos votivos que os remetem para uma fase prévia ao apogeu do Megalitismo alentejano.

Para a área de Évora, e no âmbito de um projecto de investigação específico, merece destaque o conjunto das Murteiras, onde foram escavados os pequenos monumentos da Hortinha, sendo particularmente interessantes os resultados de Hortinha 1 (ROCHA, 2015).

O retomar do estudo dos pequenos sepulcros da área de Pavia, na sequência dos trabalhos de Vergílio Correia e Irisalva Moita enunciados acima, efectivou-se com a escavação do pequeno sepulcro dos Condes (ROCHA, 1999; ROCHA & ALVIM, 2015), um monumento alongado, de altura reduzida, construído em xisto – característica rara, mas não desconhecida, no grupo megalítico de Pavia.

Recentemente, com os trabalhos desenvolvidos no âmbito do projecto MEGAGEO, dirigido por Rui Boaventura (e na sequência do projecto COMONPH), procedeu-se à escavação de pequenos sepulcros das áreas do Redondo e Monforte – nomeadamente os monumentos dos Godinhos, Chãs, Barroca, Lacrau 2

e 3, Enxara de Cima 1 e Rabuje 5, apresentados no presente texto (Rabuje 5 e Godinhos já primeiramente apresentados em BOAVENTURA, 2006 e MATALOTO *et al.*, 2015, respectivamente).

Um caso também escavado recentemente no âmbito da Arqueologia de Salvaguarda, e que poderá trazer algumas luzes sobre os inícios das arquiteturas funerárias no Sudoeste peninsular, é o do sítio das Atafonas (Évora), um povoado neolítico no espaço do qual se identificaram três pequenos sepulcros muito característicos (ALBERGARIA, 2007).

Outros trabalhos realizados em pequenos sepulcros, no âmbito da Arqueologia de Salvaguarda, incluem a escavação dos monumentos de Couto dos Algarves 2 (ROCHA, 2002) e Cerro do Malhão (CARDOSO & GRADIM, 2003).

Este relançar da investigação dos pequenos sepulcros megalíticos alentejano muito beneficiou da recuperação dos míticos *Cadernos de Campo* de Manuel Heleno. Anteriormente à sua disponibilização, Philine Kalb, fazendo a súmula da génese do Megalitismo e do seu papel nos processos de neolitização, segue uma linha um tanto contrária àquela esboçada por Vera Leisner, acima explanada (LEISNER, 1966 e 1983). Os pequenos sepulcros das fases iniciais do Megalitismo poderiam assim “*ser o resultado do contacto mútuo entre a cultura megalítica e a cultura dos concheiros na zona geográfica de contacto. Quer dizer, eles não representam o início do megalitismo, mas um reflexo periférico e secundário, o que explicaria perfeitamente o número reduzido desses monumentos*” (KALB, 1989, p. 42) – propondo-se, assim, que estes pequenos sepulcros seriam contemporâneos, se não mesmo mais recentes, que os monumentos de média e grande dimensão, de câmara e corredor diferenciados.

Para a área do Crato, seguindo sensivelmente nesta linha e paralelizando com as leituras obtidas para a Serra da Aboboreira e consequentes modelos esboçados por Vítor Oliveira Jorge (JORGE, 1983-1984, 1986 a e 1986 b), Rui Parreira propõe que, dada a associação destes pequenos sepulcros a monumentos de maiores dimensões, parecendo disporem-se em função destes, aqueles poderiam reflectir diferenças culturais, mais do que diferenças cronológicas, agindo de modo diferencial na constituição de uma necrópole (PARREIRA, 1996) – hipótese sensivelmente semelhante à defendida para a área ocidental de Cáceres, em que os pequenos monumentos simples poderiam constituir, não uma fase inicial, mas precisamente uma fase plena ou final do fenómeno megalítico (BUENO RAMÍREZ, 1988, 1989 e 1994; BUENO RAMÍREZ, BARROSO BERMEJO & BALBÍN BEHRMANN, 2004).

Para uma área contígua à do Crato, a margem esquerda da Ribeira da Seda, foi proposto por um de nós (ANDRADE, 2009 e 2013) que, apesar de se ter em conta não só fenómenos culturais específicos como também a própria capacidade imediata das comunidades à altura da construção dos monumentos (na óptica da reunião dos recursos humanos necessários e respectiva canalização de esforços), o grosso dos dados arqueográficos disponíveis remete estes pequenos monumentos para uma etapa inicial do Megalitismo – sendo que a sua associação a monumentos mais evoluídos poderá indicar apenas um uso continuado dos espaços funerários durante toda a diacronia do Megalitismo, “inaugurados” precisamente por estes pequenos monumentos, como se poderá atestar no núcleo de São Martinho/Paço Branco/Terrosa (Fig. 10). Mas aqui, mais uma vez, a escassez de dados não permite defender com rigor qualquer hipótese explicativa. Neste sentido, os dados obtidos por Rui Boaventura no *cluster* de Rabuje, apresentado adiante, parecem justamente conformar esta hipótese, com uma sucessão diacrónica fundada por pequenos sepulcros (BOAVENTURA, 2006).

Dois núcleos que poderão condicionar aquelas leituras são precisamente os de Montargil e do Deserto, extensos conjuntos de várias dezenas de monumentos. Aqui, com efeito, os pequenos sepulcros encontram-se associados a monumentos de maiores dimensões; no entanto, a leitura da sua distribuição espacial permite evidenciar que os pequenos monumentos (com espólio eminentemente antigo) se concentram na área central



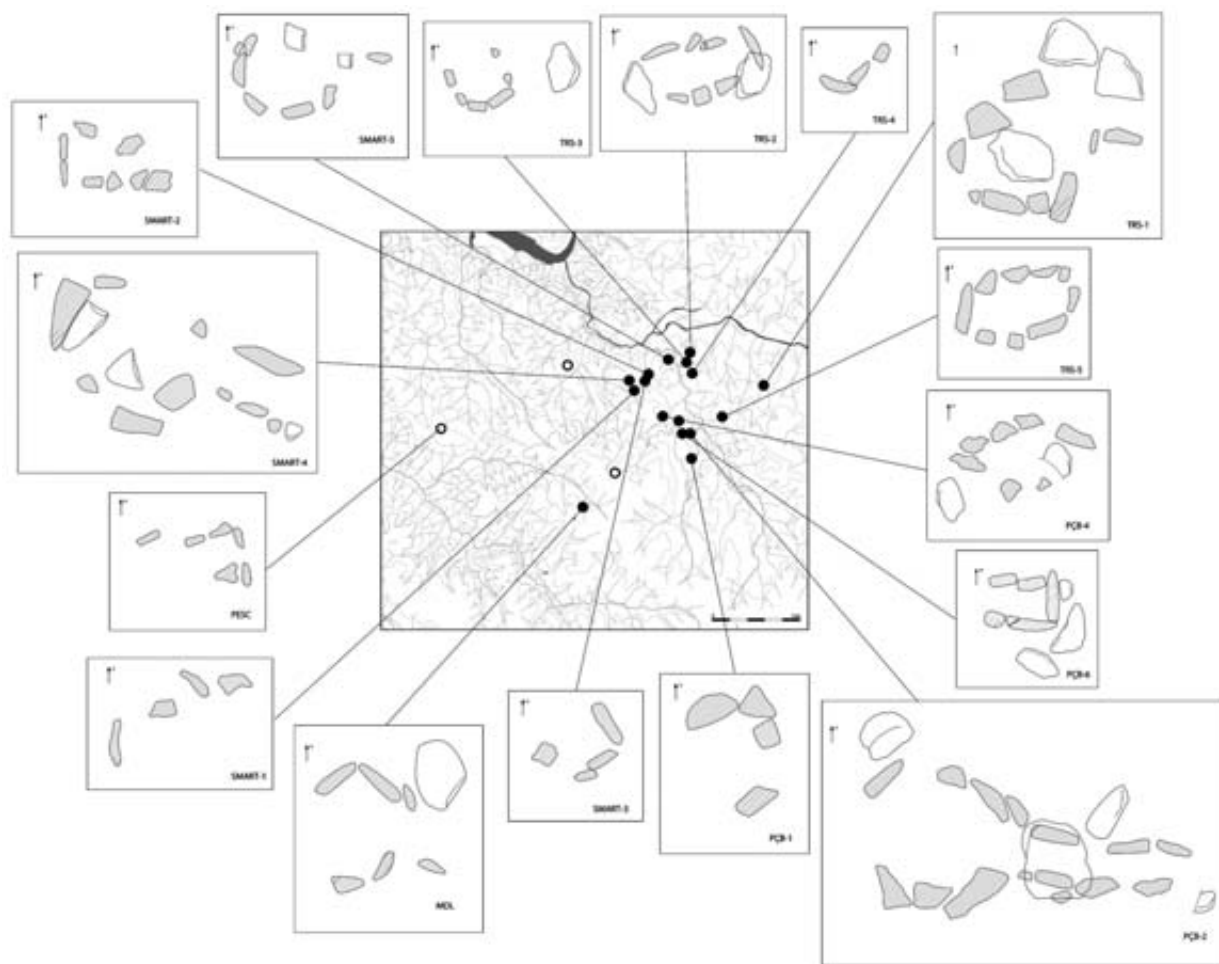


Fig. 10 – A “necrópole megalítica” de São Martinho/Paço Branco/Terosa (Avis), com indicação dos diferentes tipos de monumentos que a compõem.

dos espaços funerários, situando-se os monumentos de maiores dimensões (com espólio evoluído) em espaços já periféricos. Tal evidência permite considerar uma evolução *centro-periferia* na construção destes espaços funerários, com os pequenos sepulcros a serem construídos e utilizados em primeiro lugar, estabelecendo-se os monumentos de maiores dimensões aparentemente em função daqueles (LEISNER & LEISNER, 1953; GONÇALVES & ANDRADE, no prelo).

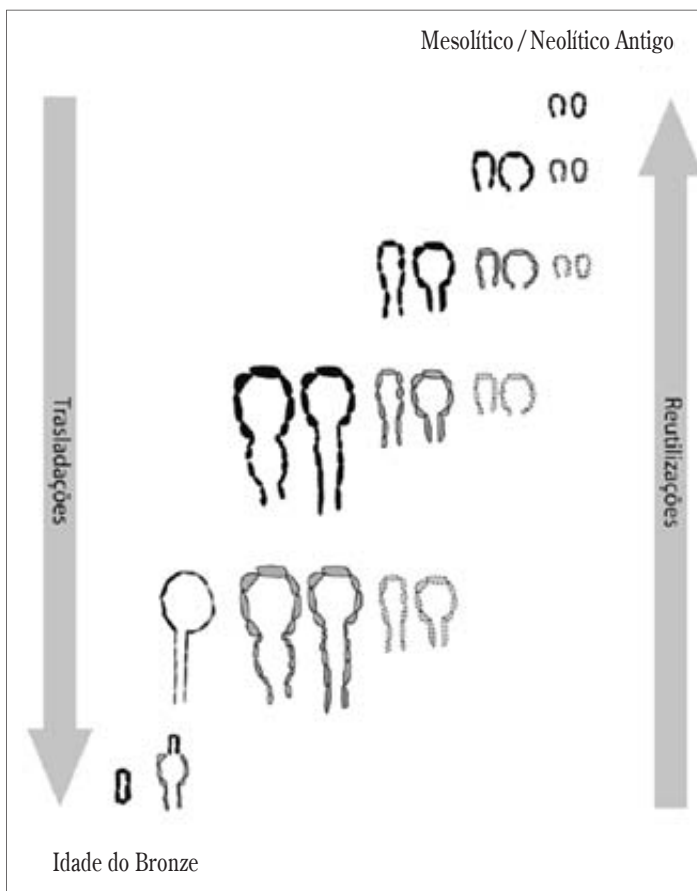
No estado actual dos conhecimentos, e compilados os dados referentes às escavações de Manuel Heleno (ROCHA, 2005), parece assim incontestável que a larga maioria destes pequenos sepulcros pertençam a uma etapa inicial do Megalitismo regional. Lembremos, contudo, como o próprio Manuel Heleno anotou, que poderão haver destes sepulcros de “*arquitectura primitiva*” com espólio evoluído – salvaguardando-se os eventuais (e possíveis) casos de reutilizações.

Seja como for, a questão cronológica destes pequenos sepulcros parece estar sensivelmente bem resolvida, com um óptimo de construção e utilização centrado em meados do IV milénio a.n.e. (atendendo às datações absolutas actualmente disponíveis, basicamente dispostas entre 3700 e 3300 a.n.e.), curiosamente contemporâneo das utilizações funerárias em cavidades cársicas (como Lugar do Canto e Bom Santo, ou Escoural, na área alentejana) e sensivelmente anterior aos pequenos monumentos de corredor curto

(atendendo à datação de Santa Margarida 2, centrado no último quartel do IV milénio a.n.e., embora em outros contextos geográficos estes monumentos ofereçam datações mais antigas como, na área da Estremadura, as antas das Pedras Grandes e Carrascal; *cf.* BOAVENTURA, 2009) e às primeiras construções e utilizações de grutas artificiais (como Sobreira de Cima ou Monte Canelas, ressalvando-se o caso de Sobreira de Cima 3, com uma datação estatisticamente semelhante à dos pequenos sepulcros megalíticos; VALERA, 2013).

Desta maneira, parece que se regista, a nível universal genérico (e ressalvando-se as particularidades de cada região, com as suas diversas matizes), uma evolução sistemática do simples para o complexo comum às diversas “regiões megalíticas” europeias (*cf.* BOUJOT & CASSEN, 1992 e 1993; FURHOLT & MÜLLER, 2011; GUILAINE, 1996; JOUSSAUME, 1999; LE ROUX, 1999; PAJOT, 1999; RODRÍGUEZ CASAL, 1999; SAUZADE, 1999; SCARRE, 1992 e 2002; SCARRE *et al.*, 2003; TARRÊTE, 1999; TARRÚS, 1999; THOMAS, 2012). Todavia, pensamos que será de certa forma tendencioso defender um esquema de evolução linear. Será sempre necessário matizar esta perspectiva, tendo em conta as óbvias dinâmicas locais das comunidades, ponderando as múltiplas variáveis que actuam na construção de monumentos megalíticos (desde logo, para além de factores culturais, a manifesta influência de factores económicos e sociais), considerando o polimorfismo (arquitectónico e ritual) como reflectindo potencialmente a “contemporaneidade do surgimento de soluções diferentes” (JORGE, 1983-1984, p. 44; *cf.* também JORGE, 1986 a).

Neste sentido, a sequência evolutiva que parece fazer mais sentido actualmente é precisamente aquela proposta por Leonor Rocha com base nos trabalhos de Manuel Heleno (Fig. 11). Não teríamos assim uma substituição imediata e espontânea de um modelo arquitectónico por outro, mas antes uma substituição progressiva – sendo assim os últimos sepulcros “cistóides” ou alongados crono-culturalmente coevos dos primeiros monumentos de câmara e corredor, considerando igualmente potenciais acções de “reutilização” e “trasladação” (ROCHA, 2005, p. 265-271). Tal premissa é sintetizada da seguinte forma (ROCHA, 2005, p. 1): “A proposta defendida assenta, em primeiro lugar, no conceito de polimorfismo evolutivo, segundo o qual, em diferentes ritmos, à medida que novas formas arquitectónicas (e rituais) são adoptadas, as anteriores continuam, durante algum tempo, a ser construídas e contêm, por isso, espólios análogos; não se exclui, ao mesmo tempo, a possibilidade de certas formas arquitectónicas arcaicas, terem ressurgido, em épocas tardias, assinalando a deca-



**Fig. 11** – Modelo explicativo para a sequência evolutiva do Megalitismo alentejano, com base na relação entre arquitecturas e espólios, proposto por Leonor Rocha, de acordo com os dados colectados por Manuel Heleno (adaptado de ROCHA, 2005, p. 270, Fig. 10.3).

dência e o abandono das soluções mais monumentais e anunciando o regresso ao enterramento em sepultura individual.”

Outra questão a debater, para além da questão cronológica, é precisamente a questão cultural (ou mais propriamente, ritual) em relação a estes pequenos sepulcros – na perspectiva de se referirem a monumentos abertos ou fechados, e conseqüentemente de se destinarem a inumações individuais ou colectivas (questão já abordada em MATALOTO *et al.*, 2015).

Monumentos de tendência “cistóide”, de planta sub-rectangular ou subelíptica, poderiam ser considerados como sepulcros fechados (embora em poucos casos o sejam comprovadamente). No entanto, como se evidenciou no caso do Marco Branco, com a deposição de vários indivíduos em períodos diferentes, o acesso ao monumento seria possível, sendo igualmente evidente o seu cariz “não-individual” (mesmo que pudesse corresponder a enterramentos mono-familiares). Neste caso, dadas as dimensões reduzidas do sepulcro, um acesso lateral não seria tão necessário, podendo o acesso ser feito precisamente pelo topo com a remoção das lajes de cobertura (e sua recolocação após a deposição funerária).

Outros, por seu lado, apresentam-se como eminentemente abertos, seja tanto pequenos sepulcros alongados como sepulcros de planta em ferradura ou de tendência “cistóide” (como os casos da Hortinha acima referidos). E mesmo quando aparentam tratar-se de sepulcros fechados, especificamente no caso dos últimos tipos referidos, aquilo que funcionara como fecho (normalmente localizado no lado Este do sepulcro) poderia trabalhar alternativamente como uma estrutura amovível, de fácil remoção para facilitar o acesso ao interior do espaço funerário, como sugerido para os casos de Monforte e Redondo aqui apresentados, de acordo com a presença blocos pétreos aparentemente formando “portais”, e como também já se mencionou para o caso do Cabeço da Areia, com espólio e datação antiga, onde na fotografia de campo os blocos que servem de fecho da entrada têm um cariz, em nosso entender, claramente amovível (MATALOTO *et al.*, 2015, p. 64).

Neste sentido, dever-se-á referir especificamente o caso dos pequenos sepulcros de Rabuje 5 ou Sobreira 1, onde se regista a presença de um corredor, mesmo admitindo a possibilidade de se tratar de um acrescento posterior à sua construção original.

Outro ponto a considerar nesta questão é especificamente o volume de espólio recolhido neste tipo de monumentos, normalmente pouco numeroso e que intuitivamente fariamos corresponder a uma única deposição (o que a dimensão reduzida do espaço útil destes sepulcros também permite considerar). Existem contudo monumentos que, igualmente de pequeno tamanho, forneceram uma quantidade ainda considerável de espólio, como Casarões do Zambujeiro ou Deserto 7, com mais de duas dezenas de geométricos e artefactos de pedra polida (contabilizando, em ambos casos, mais de 30 artefactos). Nestes casos, um uso colectivo (ou múltiplo) do sepulcro é sugerível – mesmo que num modelo mono-familiar, como acima indicado para o caso do Marco Branco.

Para o debate desta questão podemos citar o exemplo do pequeno sepulcro andaluz de Cerro de la Corona. Trata-se de um pequeno sepulcro de câmara alongada, em xisto, semelhante ao já aqui referido de Condes (ou às pequenas antas de câmara alongada de granito das áreas de Coruche, Montemor e Mora, por si semelhantes a anta da Barroca, aqui apresentada), com um espólio votivo composto unicamente por um recipiente cerâmico, uma enxó e um triângulo. Empiricamente, fariamos corresponder este conjunto a um único enterramento. No entanto, os restos osteológicos recolhidos indicam um número mínimo de 10 indivíduos aí depositados – indicando um contexto eminentemente colectivo (RECIO *et al.*, 1997, p. 19). Tal facto também se atesta nas grutas naturais e artificiais com utilizações funerárias crono-culturalmente coevas dos pequenos sepulcros megalíticos, inferindo-se que o número de artefactos votivos presentes é consideravelmente inferior ao número de indivíduos aí depositados. O caso de Vale de Barrancas (FERNANDES, 2013), em Beringel, Beja, no qual se escavaram oito

hipogeus, com um número mínimo de indivíduos entre 3 e 15, mas sempre com um espólio votivo em número muito inferior, por vezes nulo (veja-se, a título de exemplo o hipogeu 3 com 15 indivíduos e apenas um machado, uma lâmina e três geométricos), é particularmente elucidativo sobre a dificuldade, se não impossibilidade, de supor o uso individual ou colectivo das pequenas antas a partir do espólio recolhido.

Mas, obviamente, para o esclarecimento desta hipótese na área do Alentejo aqui analisada, seria necessário dispor de conjuntos osteológicos relativamente bem conservados que permitissem leituras semelhantes àquelas obtidas para o monumento de Cerro de la Corona.

## 2 – “OS BOIS PELOS NOMES”: BREVES QUESTÕES DE NOMENCLATURA

A nomenclatura, pode dizer-se, nunca foi, em nosso entender, um forte apanágio da Arqueologia portuguesa em geral, e do Megalitismo em particular. No estudo deste último, mesmo nas fases onde tal era imperativo, pelo cariz normativista das correntes histórico-culturalistas, como era o caso dos finais da primeira metade do século XX e décadas seguintes, quando Manuel Heleno desenvolveu os seus intensos e extensos trabalhos de campo, nunca houve uma tentativa alargada de sistematizar, definir e normalizar terminologias e designações, estando tal acção sempre inquinada quer pelas múltiplas quezílias entre os diversos intervenientes da acção arqueológica, quer igualmente pela falta de rigor e publicação dos resultados de extensos trabalhos de campo, raramente acompanhados, sequer, por um registo detalhado da informação e dos dados. A destoar claramente deste contexto temos que realçar o trabalho de Georg e Vera Leisner, que procuraram sistematizar designações e tipologias associadas, com base num estudo alargado e bem documentado da região de Reguengos de Monsaraz (LEISNER & LEISNER, 1951 a, p. 19 e ss.) e principalmente expresso no volume de 1956 dos seus *Megalithgräber*, onde procuram uniformizar as designações atribuídas aos diversos tipos de monumentos (LEISNER & LEISNER, 1956). Efectivamente, estipula-se aqui um quadro terminológico e tipológico em termos arquitectónicos bastante detalhado, talvez até excessivamente, como apontou V. S. Gonçalves (1992, p. 120) que, todavia mantendo-se bastante operante para grande parte do Alentejo até recentemente, como bem sublinhou este último autor, não evitou uma verdadeira “cacofonia” de termos e designações que se multiplicam, especialmente no que diz respeito, justamente, às pequenas antas, de longe o tipo de sepulcro menos trabalhado por Georg e Vera Leisner. Na realidade, a sua quase ausência em Reguengos de Monsaraz, aliada à inacessibilidade dos parques dados de Manuel Heleno, que apesar de algumas interessantes notas não nos deixou um trabalho sistemático de registo das centenas de sepulcros por si mandados escavar, muitos deles, como vimos, integráveis nesta categoria de pequenas antas, inviabilizou um trabalho detalhado de sistematização terminológica para esta realidade, multiplicando-se, como se viu acima, expressões como: *cistas megalíticas, sepulturas megalíticas, sepulturas cistoides, dólmene em galeria, dólmene em ferradura, sepulturas protomegalíticas, submegalíticas, paramegalíticas, etc.* É certo, como se viu acima, que Manuel Heleno fez as suas tentativas de sistematização – Caderno n.º 28, *Escavações em antas dos arredores do Siborro (Montemor-o-Novo)*, 6.ª campanha, *Set. e Out. 1936*, posteriormente alterada para uma “proposta final” Caderno n.º 32, *Explorações nos arredores do Siborro, Set. e Out. 1937* – as quais acabaram por não sair dos seus cadernos e aulas, ainda que tenham tido reflexo, como se viu, em diversos autores posteriores. Contudo, a falta de um manual, de uma sistematização gráfica e descritiva, e o contexto particular da Arqueologia portuguesa em que se desenvolveu, impediu uma sistematização válida e devidamente fundamentada para este tipo de sepulcros que fosse adoptada de modo mais universal. Por outro lado, as propostas de Manuel Heleno, tal como outras mais recentes, ainda que as possamos reconhecer como “filhas do seu Tempo”, enfermam da tentativa, errada



quanto a nós, de valorizar o sentido tipológico e cronológico numa leitura evolutiva, introduzindo demasiado “ruído” numa avaliação global.

Regressando ao trabalho seminal do casal Leisner para a área de Reguengos, uma falha determinante na sua proposta é a não definição de intervalos métricos para a caracterização de alguns tipos, deixando assim uma larga margem para subjectividade, ou dificuldade de seguimento da mesma face a uma realidade bastante diversa, e em condições de conservação bastante diferenciada. V. S. Gonçalves na revisão alargada deste trabalho reconhece algumas destas limitações, procurando saná-las, como no caso da dimensão do corredor, assinalando igualmente como é absolutamente determinante uma leitura e sistematização dos dados referentes às estruturas de cobertura e delimitação dos sepulcros (GONÇALVES, 1992, p. 148).

É com toda a clareza que reconhecemos, tal como J. Oliveira o fez para a sua área de estudo (OLIVEIRA, 1998, p. 231), a dificuldade de efectuarmos uma proposta tipologicamente séria e globalizante quando, em especial para as pequenas antas, nos faltam registos sólidos e bem documentados sobre as suas arquitecturas que, como se verá, nos surge bastante variável no conjunto aqui apresentado, sem deixar de ter uma linha comum que as aproxima. A forma paradoxal como o modelo “Helénico” se reproduziu, e reproduz, sem que o seu mentor o tenha alguma vez verdadeiramente sistematizado numa publicação, introduz um “lastro” enorme na investigação, do qual é particularmente complexo afastar-nos, como ficará patente ao longo deste trabalho. Todavia, achamos que apenas com a escavação e publicação de novos pequenos sepulcros, de regiões diversas, e a reavaliação de outros já intervencionados (GONÇALVES & ANDRADE, 2016), poderemos começar a construir uma nova base de análise que nos permita afastar dos velhos modelos, os quais não refutamos liminarmente, mas que achamos devem ser abordados e sustentados a partir de novos dados.

Um dos casos mais emblemáticos desta situação é a da existência de sepulcros de planta fechada, elíptica, ou mesmo sub-rectangular, nomeadamente nas antas do Cabeço da Areia (Caderno n.º 11, *Explorações nos arredores do Siborro, 3.ª campanha, Agosto de 1933* – APMH/2/1/11/11, fl. 26; MATALOTO *et al.*, 2015, p. 64), Curral da Mosca, Courela de Fretes 2, Peral 6 (Caderno n.º 31, *Explorações nos arredores do Siborro, Out. 1933* – APMH/2/1/11/31), Cabeceira 7 (Caderno n.º 32, *Explorações nos arredores do Siborro, Set. e Out. de 1937* – APMH/2/1/11/32, fl. 18) ou Deserto 8 e 14 (Caderno n.º 33, *Explorações nos arredores do Siborro, Primavera Fev. a Maio 1938* – APMH/2/1/11/33), como não podia deixar de ser escavadas a mando de Manuel Heleno, das quais nos ficaram justamente alguns esquiços das plantas que indiciavam aquela forma fechada. Contudo, uma leitura atenta das observações registadas durante as escavações deixam entender como o próprio Manuel Heleno compreende que as mesmas teriam uma “porta”, sempre em posição oposta à designada “cabeceira”, com um ou mais blocos de dimensões menores, os quais fariam parte de um processo de encerramento da entrada do sepulcro, correspondendo então a uma câmara aberta. Nas diversas fotografias a que temos hoje felizmente acesso fica bem patente em diversos casos o efectivo cariz diferenciado deste bloqueio da entrada, normalmente a Nascente, indiciando não apenas a presença de um sepulcro aberto, como também a clara ideia de um encerramento declarado do mesmo. Este facto, aparentemente lateral e menor, parece-nos ser de máxima relevância por estar imbuído de um sentido simbólico, e eventualmente cosmogónico, bastante relevante, determinando a ideia de utilização e encerramento múltiplos e não o conceito de fechado e imobilizado, como que proporcionando ao Vivos o controlo e acesso ao Mundo dos Mortos, que não é enclausurado, mas passível de acesso.

Como foi já apresentado, a anta dos Godinhos na sua configuração superficial deixava entender que se trataria de um sepulcro fechado, contudo, os trabalhos vieram a revelar que o bloco de fecho, que lhe dava uma configuração fechada, poder-se-ia dizer “cistoide”, correspondia a uma adição tardia, resultante de um processo de adaptação já de finais do III milénio a.n.e. (MATALOTO *et al.* 2015). Outros casos, intervencionados mais

recentemente, como o emblemático Marco Branco (SILVA & SOARES, 1983), são tidos como sepulturas fechadas sem que, na realidade, para tal existam dados inequívocos, mas que ao associar-se à mais antiga fase do Megalitismo se tinha que enquadrar nos sepulcros fechados do modelo de Manuel Heleno.

Os dados extraordinariamente interessantes do sítio do Campo de Hockey (San Fernando, Cádiz), no qual se regista a uma extensa necrópole de sepulturas individuais, ou duplas, em fossa, muito semelhante a Castelo Belinho, em Portimão (GOMES, 2012), datadas do primeiro quartel do IV milénio a.n.e. (VIJANDE, 2009, p. 273) de onde se destacam pelo menos duas sepulturas com revestimento lítico, E7 e E11, bastante semelhantes ao caso das Atafonas (como veremos à frente), podem bem elucidar-nos sobre os antecedentes das pequenas antas mas que, uma vez mais e mesmo aqui, não são completamente fechadas. Assim, e não deixando de assumir que possam ter existido sepulturas individuais fechadas, estas não seriam certamente o caso, em nosso entender, da esmagadora maioria das pequenas antas escavadas por Manuel Heleno na região de Montemor-Coruche-Mora. Contudo, os casos de Peral 5 (Caderno n.º 31, *Explorações nos arredores do Siborro, Out. 1933* – APMH/2/1/11/31) e de Santa Cruz 5 (Caderno n.º 34, *Explorações nos arredores do Siborro, Primavera Fev. a Maio 1938* – APMH/2/1/11/34) são mais complexos de aceitar como sepulcros abertos com “porta”, na justa medida em que os blocos que a encerram pelo Nascente são de maiores dimensões, especialmente no primeiro caso, com 1,10 m de altura, semelhante aos restantes, deixando então entender uma efectiva construção fechada, mas que deveria ser absolutamente minoritária. Perante o estado da questão, cremos, então, que a ter existido uma efectiva fase de sepulturas individuais, essas deveriam principalmente acompanhar os casos documentados no Campo de Hockey, sendo então em fossa, revestidas a pedra, com pouca expressão superficial, algo pois que não deveremos designar de megalítico ou, pelo menos, de antas, sem que, no entanto, possam ter existido alguns casos de transição para a nova realidade arquitectónica e cosmogónica que as antas denunciam, não apenas pelo conceito de partilha do espaço funerário, eventualmente múltiplo mas não colectivo nestas pequenas antas, mas pela criação de uma nova relação, aberta e periódica com o espaço funerário.

Convém, no entanto, assinalar que os contextos de enterramentos individuais, ainda que pareçam caracterizar um momento “pré-megalítico” que, iniciado ainda no V milénio a.n.e se prolongará para o primeiro quartel do seguinte, quando se inicia a colectivação da Morte, e as práticas funerárias associáveis ao Megalitismo em sentido lato, como vimos defendendo (BOAVENTURA & MATALOTO, 2013, p. 96), continuarão a estar presentes, como o indicam os enterramentos da Mina das Azenhas 6 (ainda que pareça tratar-se de um contexto “peculiar”, TOMÉ, SILVA & VALERA, 2013, p. 857) ou, ainda mais tarde, os enterramentos das fossas 7 e 11 dos Perdigões (VALERA *et. al.*, 2012, p. 38; SILVA *et al.*, 2015), deixando entender que, em determinadas condições as tumulações individuais, ou múltiplas, em fossa continuarão a ocorrer, como continuará a acontecer mesmo dentro do III milénio a.n.e.

Aqui chegados, julgamos relevante assinalar que, sem desmerecer as propostas anteriores, é hoje mais prudente assumir posturas mais abrangentes em termos tipológicos, menos segmentadas, reforçando o cariz iminentemente arquitectónico, focado mais na dimensão das mesmas e menos nas plantas, muitas delas parcelares, mal documentadas ou resultantes apenas de trabalhos de superfície.

Também na sequência das velhas propostas de Manuel Heleno, ainda recentemente, no célebre encontro “*Muitas antas, pouca gente*” (GONÇALVES, 2000), alguns autores reincidiram e reforçaram a proposta de existência de uma fase “protomegalítica”, que haviam proposto anteriormente (SILVA, 1987), caracterizada por pequenos sepulcros com espólios arcaicos (SOARES & SILVA, 2000, p. 128), tendo esta designação ganho boa aceitação e difusão. Posteriormente, com “*Muita gente, poucas antas*”, M. Calado, sem que descartasse uma fase “protomegalítica”, manifestava a escassa consistência do conceito, na justa medida em que assumia de modo demasiado linear o sentido evolutivo proposto, dificultando a aceitação da existência de pequenos

sepulcros contemporâneos dos verdadeiramente megalíticos, pelo que, para uma abordagem mais focada no seu cariz arquitetural, dadas as reais dimensões não megalíticas de muitos dos ortóstatos utilizados, propunha uma classificação como sepulcros “paramegalíticos” para as pequenas antas (CALADO, 2003, p. 363).

Em nosso entender, ainda que a expressão “protomegalitismo” possa ter alguma utilidade, encontra-se demasiadamente eivada das leituras iniciais das classificações “Helénicas”, na qual se fundia um sentido arquitectónico a uma leitura evolutiva crono-linear, que depois o próprio Manuel Heleno tinha dificuldades em aplicar e aceitar cabalmente, como a própria segunda tentativa de “sistematização” deixa entender, escrita a vermelho/rosa num dos seus cadernos de campo (Caderno n.º 32, *Explorações nos arredores do Siborro, Set. e Out. 1937* – APMH/2/1/11/32, fl. 19-25), como acima expusemos. Efectivamente, cremos que a classificação de “protomegalítica” introduz demasiado “ruído” nas classificações ao misturar considerações de índole arquitectónica com outras de cariz cronológico e cultural, tornando-se demasiadamente preconceituosa, restringindo em demasia, cremos, o universo da sua aplicação.

Assim, perante os dados atuais (e como demos já a entender, MATALOTO *et al.*, 2015, p. 74), cremos que perante a necessidade de começarmos uma reavaliação sistemática do Megalitismo do Sul do país, como bem entendeu Rui Boaventura ao iniciar o seu projecto MEGAGEO, a classificação dos sepulcros megalíticos/ortostáticos se deveria limitar, num primeiro momento à dimensão da sua arquitetura, avaliada nesta primeira abordagem segundo o diâmetro transversal máximo da câmara em três patamares: pequena < 150 cm; média – 151 – 300 cm e grande > 301 cm. No mesmo sentido, de algum modo, se pronunciou Leonor Rocha separando pequenas de médias antas, mantendo, no entanto, a classe de “sepulturas” – o que nos coloca sérias reservas – bem como não discriminando a fronteira para as grandes antas, para as quais se limita a aceitar a proposta de V. S. Gonçalves referente aos corredores (ROCHA, 2005, p. 122).

Cremos que esta proposta métrica, que poderá alterar-se segundo os dados venham a favorecê-lo, poderá constituir um bom ponto de partida para um mais cabal entendimento do que falamos, quando falamos de pequenas ou grandes antas. É claro que, numa segunda fase, se deveria fazer um intento de correlação entre o diâmetro da câmara e a altura média dos esteios, que permitissem de algum modo contrastar estas categorias com o volume das mesmas edificações, procurando igualmente patamares métricos que confirmassem, infirmassem ou multiplicassem estas categorias arquitectónicas, aproximando-nos da noção de esforço investido, um pouco como J. Oliveira nos deixa entender nos cálculos efectuados para o peso e mobilização de esteios no Nordeste alentejano (OLIVEIRA, 1998, p. 215). No entanto, estamos cientes que, perante a escassez de escavações circunstanciadas, um grau elevado de destruição e “abate” dos esteios, o critério do diâmetro máximo transversal da câmara será o de mais fácil e alargada utilidade na região alentejana.

É claro que esta proposta métrica se deve complementar, de forma progressiva e conseqüente, com propostas de tipologia arquitectónica sustentadas em observações e análises alargadas, que entendam e encarem os sepulcros como efectivos monumentos que contemplaram, em muitos casos, mais que a simples estrutura funerária da câmara, mas que apresentam, em muitos casos desde cedo, uma complexidade estrutural que vai bem para além desta. Todavia, no momento que nos encontramos julgamos conveniente começar por esboçar uma divisão de análise elementar para as pequenas antas, que dividimos em câmara simples e câmara simples alongada (independentemente da geometria da sua planta, em ambos casos), para estabelecer ligeiras diferenciações, a valorizar futuramente. Para além destas, assumimos depois antas de corredor curto, aceitando o critério de J. Oliveira (1998, p. 231, nota 16) que simplifica as propostas de V. S. Gonçalves (1992, p. 148): corredor curto até um comprimento igual ou inferior ao diâmetro transversal da câmara, e longo quando se situa acima desse valor. Como todos os outros, estes critérios carecerão de uma análise alargada, que poderá introduzir novas subdivisões. É conveniente ainda assinalar a necessidade de, no futuro, compreender nesta

divisão tipológica a complexidade, ou não, das estruturas tumulares, que proporcionam sepulcros com impactos visuais na Paisagem substancialmente distintos, para além de evidenciarem um volume de trabalho totalmente distinto, por vezes em realidades muito próximas, como se verá no caso das pequenas antas das Chãs e da Barroca que apresentaremos em seguida.

Resta dizer, que muita desta reflexão e entendimento foram resultado de longas horas de conversa e debate com Rui Boaventura, na sua senda de estabelecer uma base universal alargada para se reavaliar o Megalitismo funerário de antas pelo menos do Centro-Sul de Portugal, algo que apenas começou por fazer no seu programa MEGAGEO através da verdadeira “limpeza” da informação, e que apenas teve tempo de começar o processo, absolutamente necessário, de relocalização das realidades ainda preservadas, mas que queria continuar caminhando para uma sistematização do conhecimento e descrição do existente. Partiu cedo demais, para tão hercúlea tarefa... Saibamos nós continuar.

### **3 – NOVAS PERIFERIAS OU NOVOS CENTROS: AS PEQUENAS ANTAS DE REDONDO E MONFORTE**

Obviando as anotações de Manuel Heleno, centradas nos trabalhos entre Montemor-o-Novo e Coruche, devemos a G. e V. Leisner a ideia de que a génese do “tipo primitivo de sepultura megalítica”, e logo do próprio Megalitismo, se deveria encontrar nas regiões mais ocidentais do Alto Alentejo, curiosamente no limite da grande mancha hercínica, na transição para os terrenos terciários (como Coruche-Montemor, Montargil e Mora, Fig. 1), onde as pequenas sepulturas cistoides teriam sido mais abundantes expandindo-se mais tarde para a restante região alentejana, daí que no território de Reguengos de Monsaraz elas fossem quase inexistentes (LEISNER & LEISNER, 1951 a, p. 21). Ainda que reconhecessem a presença alargada de pequenos monumentos em outras áreas mais orientais, esta era a melhor forma de compreender a sua ausência em Reguengos, onde parece que se teria atingido o máximo expoente do Megalitismo. H. Savory, na sua síntese sobre a Pré-História de Espanha e Portugal, retoma esta teoria (SAVORY, 1969, p. 98), acabando por reforçar as bases deste modelo expansionista do Megalitismo, a partir de um núcleo fundacional situado na transição entre o Mundo litoral e o interior, que acabaria por deixar entender, durante longos anos, que a própria neolitização do Alentejo se faria justamente através da expansão do próprio Megalitismo. Com este trabalho pretendemos, então, reforçar os dados que apontam para uma presença muito mais alargada de pequenas antas fora do “contexto inicial”, que nos deverá fazer reflectir sobre a existência efectiva de um foco inicial de expansão, ou se estaremos perante uma realidade bastante mais disseminada pelo território, como os dados aqui apresentados indicam, bem mais compatível com a descoberta recente das realidades hipogeicas suas contemporâneas, bem no interior alentejano.

Deste modo, cremos que as realidades aqui em estudo, não devem ser entendidas como novas periferias dos centros de expansão, mas sim a materialização de uma realidade mais complexa e multidirecional que apenas agora começa a separar-se do foco centralizador da atenção que foi a actuação de Manuel Heleno nos anos 30 (Fig. 1).

#### **3.1 – A aba Sul da Serra d’Ossa: enquadramento megalítico**

A aba Sul da Serra d’Ossa (Fig. 1, Zona 2), composta em boa medida pela metade Norte do concelho de Redondo, foi, desde cedo, zona de “passeio megalítico” e de reconhecimento da presença destes sepulcros, como tivemos ensejo de sintetizar recentemente (MATALOTO *et al.*, 2015), pelo que desde os finais do século XIX dispomos de informação, inclusive gráfica, sobre os mais relevantes destes monumentos.



Todavia, este reconhecimento nunca se traduziu num plano de trabalhos vocacionado para a escavação de sepulcros megalíticos na região, ao invés do acontecido logo na margem Norte da serra, pela mão de G. e V. Leisner (1955). Desta forma, apenas com a elaboração da Carta Arqueológica de Redondo (CALADO & MATALOTO, 2001) e de trabalhos subsequentes de prospecção e escavação levados a efeito por um de nós (R.M.), o megalitismo da margem Sul da Serra d'Ossa tem vindo a revelar melhor os seus contornos, ainda que de modo titubeante e algo aleatório, dadas as usuais carências de meios.

A serra d'Ossa eleva-se acima da planície cerca de 400 m, criando vales que se adentram nela e que desembocam em importantes portelas onde a travessia para Norte nos surge facilitada. Na margem Poente do lado Sul desenvolve-se um extenso patamar de paragnaisses, que medeia entre a serra de xistos e a planície granodiorítica.

Esta orografia será determinante, cremos, para a compreensão da mancha megalítica da aba Sul da Serra d'Ossa, concentrando-se os agrupamentos de sepulcros, designados de *clusters* por R. Boaventura, justamente na margem da planície, por vezes em áreas de transição e acesso à serra e à sua travessia, como fica patente nos conjuntos da Herdade das Casas, Quinta do Freixo, Colmieiro ou Convento-Candieira.

Assim, no geral, do que é conhecido, o megalitismo da aba Sul da Serra d'Ossa é composto principalmente por médios e grandes sepulcros, nunca intervencionados, em granito, que se agregam em conjuntos inferiores a uma dezena. Pontualmente conhecem-se sepulcros de xisto, como a anta da Candieira (BOAVENTURA *et al.*, np) ou a anta da Vinha, de grande dimensão. Junto das portelas de travessia da “*Crista de Redondo*”, longa linha de cumeeada perpendicular à serra d'Ossa, a Nascente, situa-se um tipo de sepulcro megalítico relativamente peculiar, de planta circular e corredor, de que já foi escavado e parcialmente publicado o do Caladinho (MATALOTO & ROCHA, 2007).

As pequenas antas são uma realidade pouco documentada na aba Sul da Serra d'Ossa, concentrando-se as que se conhecem no patamar sul-ocidental, caso da anta dos Godinhos e anta 1 e 2 das Chãs, todas elas identificadas no âmbito da Carta Arqueológica de Redondo (CALADO & MATALOTO, 2001). A anta da Barroca, distante menos de um quilómetro das Chãs, foi identificada posteriormente, mas partilha com estas a mesma implantação genérica no patamar. Estamos certos de que um trabalho de prospecção mais sistemática no extenso patamar até Evoramonte poderá vir a revelar mais sepulcros deste tipo. Escassos quilómetros para Nascente da planície megalítica de Redondo, mas de alguma forma ainda na aba Sul da Serra d'Ossa, existe o *cluster* do Lucas, com quase duas dezenas de antas pequenas e médias num raio muito reduzido (CALADO & ROQUE, 2013), no qual já se intervencionou a pequena anta 1 do Lucas (CALADO, 1994) e a anta 6, de maiores dimensões, mas igualmente em xisto (ROCHA, 2007).

É, assim, interessante verificar que o megalitismo das pequenas antas na aba Sul da Serra d'Ossa nos surge periférico, afastado da planície e dos férteis solos, antes junto de velhos caminhos naturais, em solos pobres, arenosos e leves, como que associados a comunidades talvez mais ligadas a práticas essencialmente pastoris, que esperassem novas condições técnicas e sociais para avançar com segurança para uma ocupação da planície, ali ao lado, algo que sucederá pouco depois, emergindo com grande força o megalitismo das grandes antas, especialmente de granito.

### 3.1.1 – A anta dos Godinhos<sup>1</sup>

A pequena anta dos Godinhos foi publicada muito recentemente (MATALOTO *et al.*, 2015) pelo que nos limitaremos a fazer aqui uma síntese dos resultados dos trabalhos aí apresentados extensivamente, dando ênfase apenas à ocupação inicial, neolítica.

---

<sup>1</sup> 38°42'9.69"N / 7°36'54.36"W (*datum* WGS84).



Fig. 12 – Vista geral da ligeira elevação em que se implanta a anta dos Godinhos, situando-se o sepulcro ao centro.

O sepulcro dos Godinhos implanta-se num pequeno cabeço da margem direita da ribeira de São Bento, integrado no extenso patamar que antecede as principais elevações da Serra d'Ossa pelo lado sul. A fisionomia do território é bastante complexa, marcada por um intenso ondular de solos pobres de gnaisses, recortados pontualmente por profundos vales de ribeiras, hoje intensamente arborizados por um montado fechado de sobreiro. As pequenas antas que analisaremos em seguida, Chãs e Barroca, situam-se escassos quilómetros a SW dos Godinhos, mas no mesmo extenso patamar “*gnaissico*”, que se alarga bastante nessa direcção.

O sepulcro dos Godinhos situa-se, cremos, sobranceiro a este velho caminho, numa elevação, ganhando um destaque paisagístico absolutamente inusitado para quem se aproxima pelo lado Poente, sobretudo se assumirmos um coberto arbóreo mais esparso e menos elevado. Deste modo, cremos que a implantação do sepulcro se faz, em grande medida, em função do caminho e da sua posição entre dois territórios e duas paisagens unidas por um eixo estruturante de transitabilidade. Deste modo aproxima-se dos sepulcros que trataremos em seguida, ainda que assumam uma proeminência face ao caminho completamente distinta daqueles, que surgem bastante menos destacados, mas igualmente visíveis.

Os trabalhos arqueológicos desenrolaram-se, de modo intermitente, entre Dezembro de 2010 e Março do ano seguinte.

Em termos metodológicos, optou-se, tal como nos restantes, pela metodologia *Open Area*, com registo em planta e fotografia de cada unidade estratigráfica, seguindo os preceitos definidos por E. Harris (1979). A área de intervenção centrou-se na estrutura central do monumento, construindo-se uma quadricula axializada por aquele, com 5 m x 4 m, alargando-se posteriormente em 8 m<sup>2</sup> (2 m x 4 m) para Norte e 2 m<sup>2</sup> (1 m x 2 m) para Poente, por forma a melhor documentarmos a interessante estrutura tumular, entretanto exposta.

Em termos arquitectónicos, o sepulcro é composto por uma câmara cistóide de 4 esteios de gnaiss, antecedida por um corredor/portal, virado a sudeste, meramente indicado por dois pequenos monólitos oblongos, também de gnaiss, cravados ao alto (Figs. 13 e 14). Uma laje de maiores dimensões, provavelmente componente da cobertura, [45], surgia disposta em cutelo, fazendo antever violações de tempo indeterminado, sendo o único elemento em granito que acompanhava os esteios de gnaisses locais. Outra laje em cutelo, também de gnaiss poderia corresponder a um lintel, também ele derrubado.

Acâmara, de planta sub-rectangular, com apenas 1 m de largura e 2 m de comprimento, apresenta um esteio de cabeceira, [5], que se encontrava claramente inclinado para o exterior, mas com a base ainda próxima da posição original (Figs. 13 e 14). Do lado Norte, a câmara encontra-se delimitada por dois pequenos esteios, [6] e [7], cravados em cutelo. O lado Sul era, no entanto, delimitado apenas por um esteio, [4], igualmente em cutelo, mais comprido que alto. Em frente de ambos e a marcar a entrada, encontram-se dois blocos cravados ao alto, [8] e [9], esboçando um corredor curto ou simplesmente um portal.

A estrutura tumular, com cerca de 4,3 m de diâmetro máximo era composta por espessa camada de terra argilosa, bastante avermelhada e compacta, envolvia o monumento, ficando menos espessa na área Nascente. Na base desta, no lado exterior ao esteio de cabeceira, documentou-se um interessante depósito composto por três pequenas pedras esféricas de quartzito, quartzo e uma rocha granitóide, [44],

que comentaremos melhor adiante. Sobre a estrutura argilosa da mamoa, nas áreas escavadas, verificou-se, principalmente na periferia, uma coroa, de largura variável, de pedras pequenas de xisto e gnaisses, que se adensava junto da entrada do sepulcro que, todavia, deixava livre. Efectivamente, esta construção mantém-se afastada da estrutura central do monumento excepto junto dos pequenos esteios do portal ou corredor curto, como que reforçando o conjunto cénico do acesso através destes empedrado de planta genericamente em “ferradura”. A entrada esteve, provavelmente, fechada pela laje [22], de gnaisse, encontrada quase deitada defronte do portal, tendo sido desviada em momento posterior à sua função original.

A sequência estratigráfica é relativamente simples e sequencial, mas não isenta de problemas específicos. No geral, cremos documentar dois momentos distintos de uso do interior (Fig. 15).

Um primeiro momento, aparentemente subsequente à fase de construção, é composto por um conjunto de unidades que em pouco diferem das restantes, ao estarem marcadas por terras bastante avermelhadas, com frequente cascalho miúdo local, que se adensa junto ao substrato. No seio destas unidades registaram-se duas deposições de vasos cerâmicos, [33] e [34]. Estes encontravam-se em locais distintos, um junto ao esteio [6]

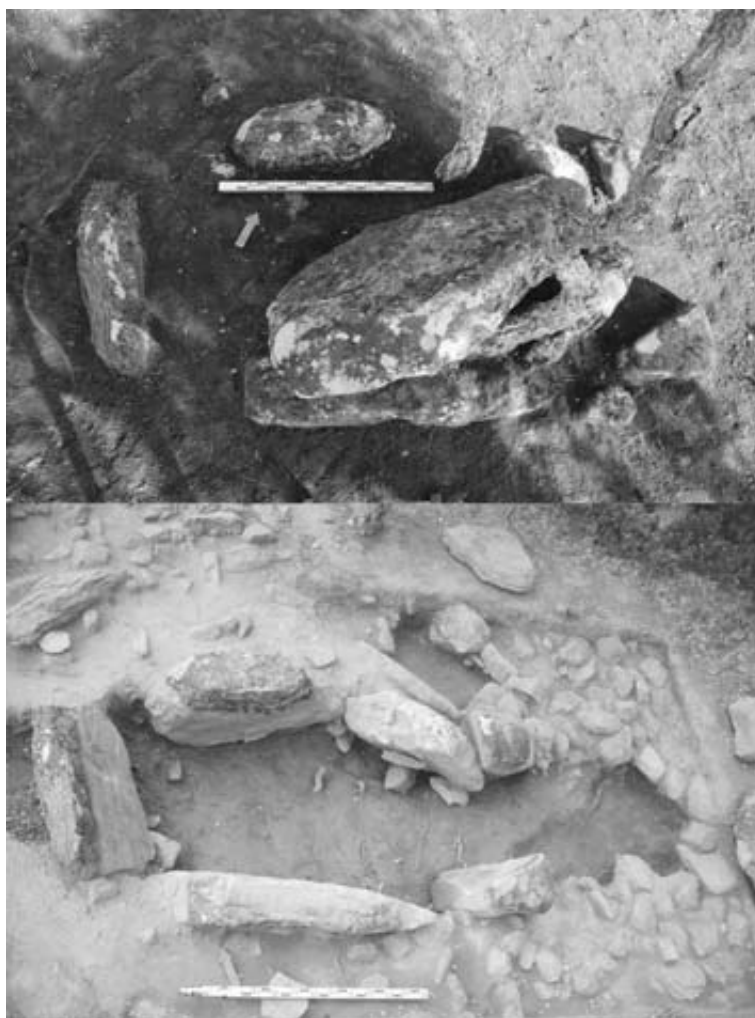


Fig. 13 – Vista geral da anta dos Godinhos no início e no final dos trabalhos.

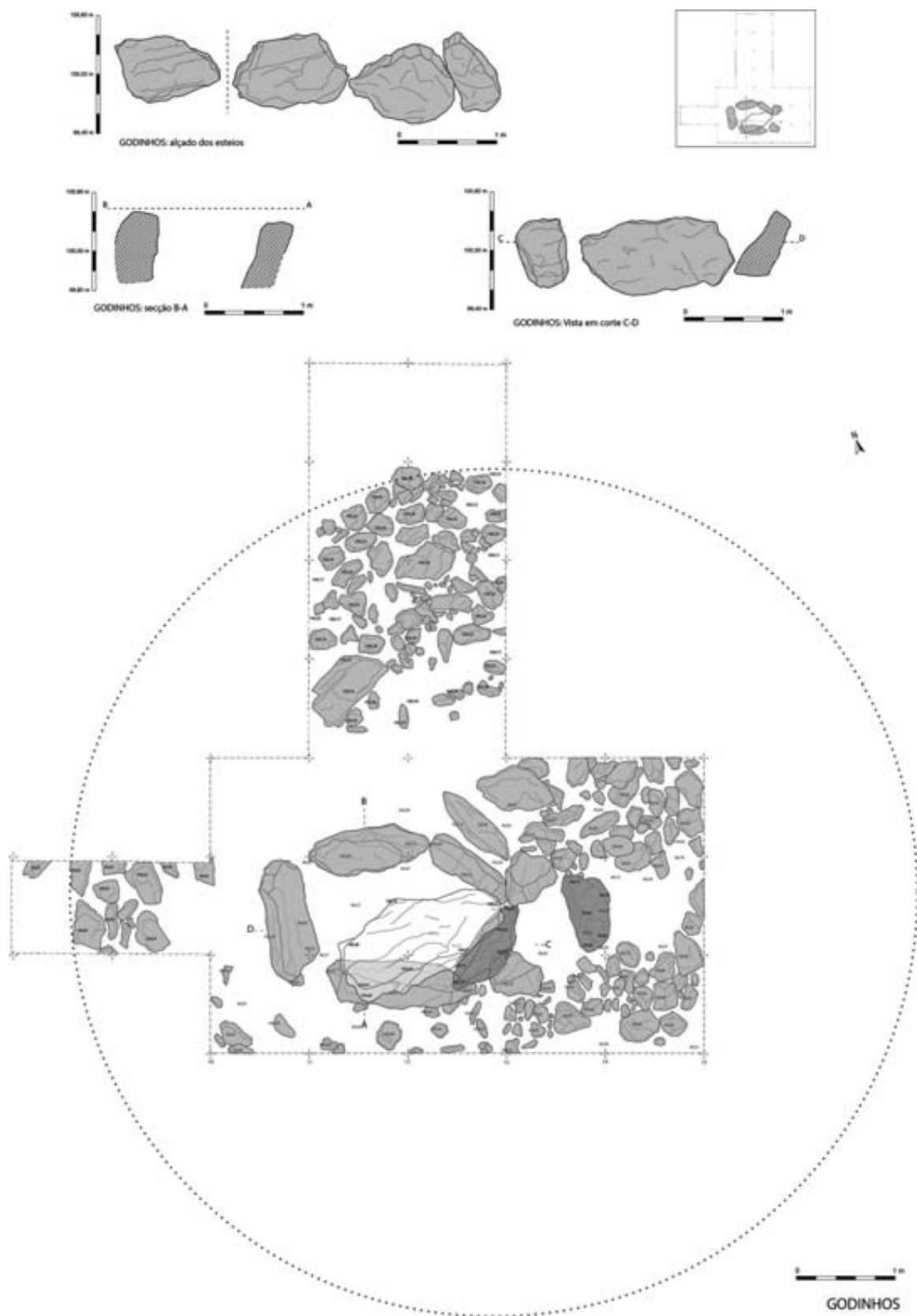


Fig. 14 - Planta geral, vistas e cortes da anta dos Godinhos.



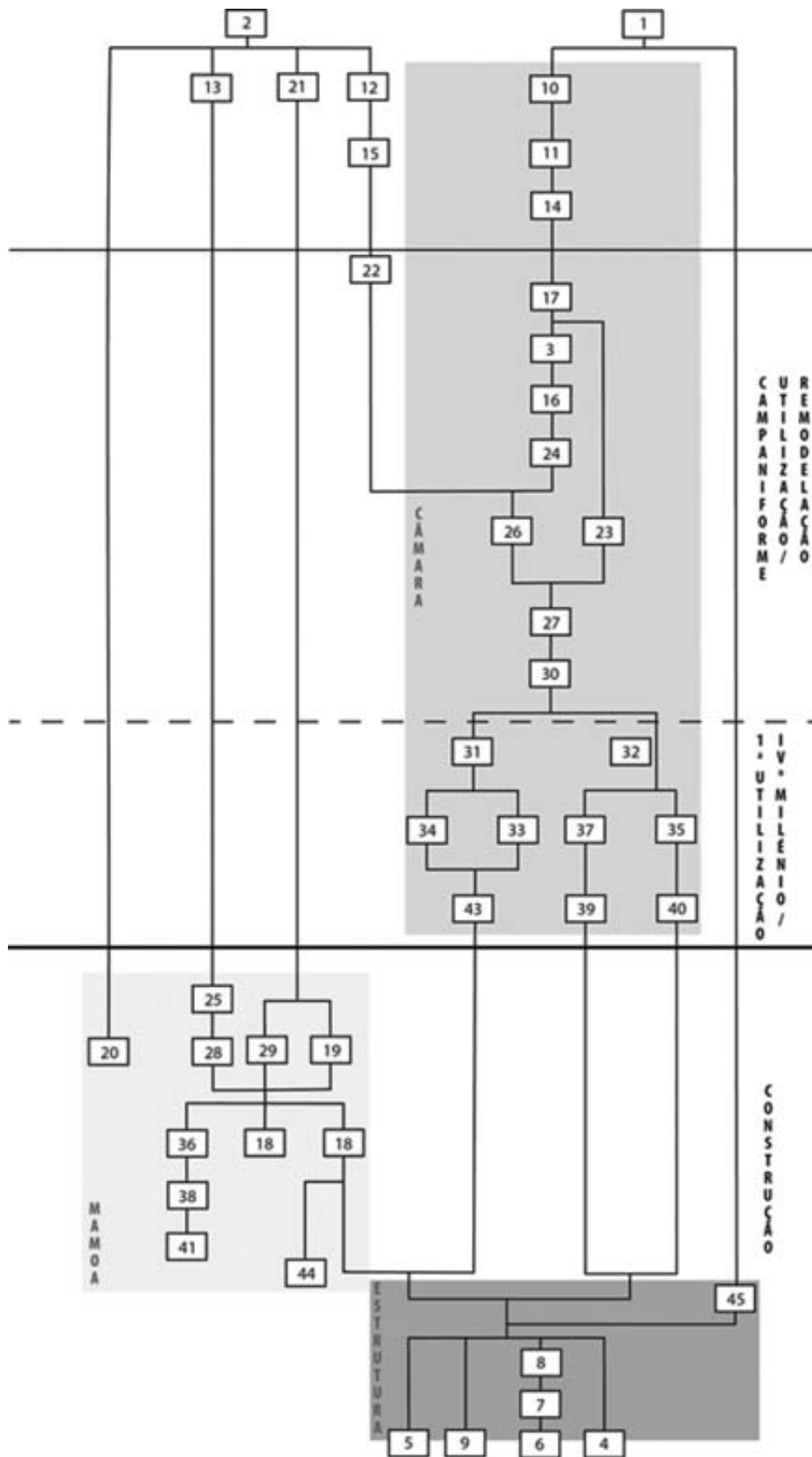


Fig. 15 – Matriz estratigráfica da anta dos Godinhos.

e outro adjacente ao limite Sul do esteio [5], estando, no entanto, ambos na área mais afastada da entrada do sepulcro, em que, putativamente, alguns indivíduos, provavelmente poucos, terão sido ali inumados.

Sobre esta estratigrafia dever-se-á ter efectuado a utilização mais tardia, constituindo a unidade [30] o interface de utilização sobre o qual terá sido depositado o putativo féretro, do qual nada se conservou. Sobre esta nova utilização colocou-se uma camada de pedras de pequeno calibre, [27], e várias outras unidades com terras avermelhadas, argilosas, com mais ou menos pedras, fechando o acesso ao monumento com a colocação de uma laje de gnaiss ao alto, [3].

As acções posteriores, nomeadamente a mobilização do esteio de cabeceira e da tampa, não deixaram traços cronológicos. Todavia, dado o estado de conservação dos achados, e apesar da clara mobilização dos maiores blocos do monumento, a afectação foi mínima em profundidade, verificando-se a presença do espólio de acompanhamento / oferenda *in situ*, cremos. Tal facto não obsta a que possam ter existido acções pontuais de remobilização, as quais poderão explicar a recolha de um pequeno geométrico no exterior do contentor pétreo.

Este sepulcro, ainda que passível de se integrar nos momentos mais antigos do Megalitismo regional, apresenta já uma arquitectura de certo modo complexa, mas longe da padronização característica de momentos mais avançados. A câmara apresenta uma estrutura simples, sub-rectangular e aberta, com portal, construída em blocos de dimensão relativamente reduzida. Todavia, a presença de uma mamoa e um *kerb* bem estruturados, que parecem realçar a frontaria do sepulcro, a par de um possível ritual fundacional, como se verá, deixa entender que a simplicidade estrutural e simbólica destas estruturas era apenas aparente (Fig. 14).

No presente trabalho importa realçar a ocupação fundacional, neolítica, remetendo-se para a respectiva publicação monográfica os detalhes da fase mais recente (MATALOTO *et al.*, 2015).

Os elementos artefactuais que reportamos a uma primeira utilização não foram todos recuperados na estratigrafia referente a este momento, surgindo alguns elementos em posições estratigráficas posteriores. Assim, em seguida, ensaiar-se-á uma análise crono-funcional das realidades atribuíveis à primeira ocupação, comentando o respectivo contexto (Fig. 16). Foram identificados três trapézios

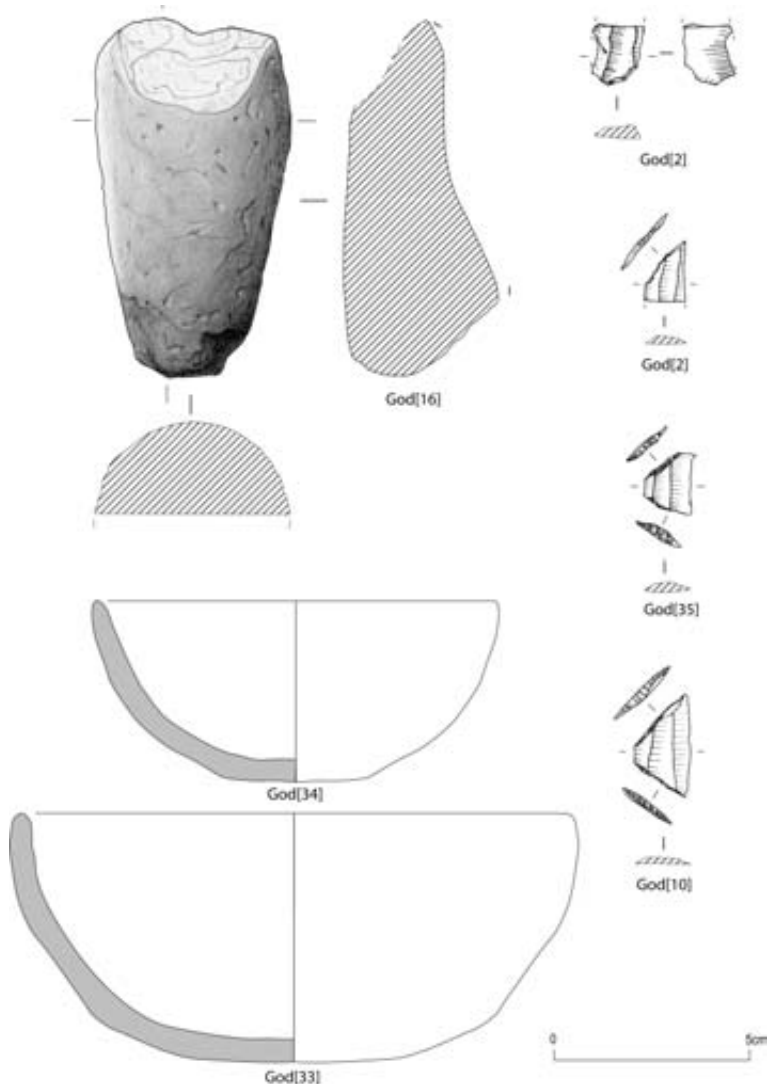


Fig. 16 - Espólio votivo da fase Neolítica da anta dos Godinhos.

(dois inteiros e um putativamente fragmentado) na escavação das U.E. 2, 10 e 35. As duas primeiras unidades correspondem a estratos superficiais da mamoa e câmara, respectivamente, pelo que a sua presença resulta, com muita probabilidade, de remeximentos posteriores. Já a Unidade [35] corresponde a um nível de base do enchimento, estratigraficamente contemporâneo das duas deposições cerâmicas. Em termos tecno-tipológicos, os dois trapézios inteiros são assimétricos, embora a diferença métrica entre as duas truncaturas seja reduzida. O retoque é abrupto e directo, formando truncaturas rectas, e as secções são trapezoidais. As larguras máximas atingem os 14 mm, no maior exemplar, enquanto os restantes apresentam uma largura de apenas 11 e 12 mm, respectivamente. Os comprimentos, nos dois exemplares inteiros, atingem os 26 mm e os 15,2 mm.

No sepulcro dos Godinhos temos, também, um fragmento de trapézio apenas com uma truncatura retocada, de delineação recta. A presença de trapézios de forma aparentemente “rectangular”, mas apresentando apenas uma truncatura retocada, parece ser algo recorrente em sepulcros megalíticos do Sul de Portugal, situação visível no espólio lítico da pequena anta do Cabeço da Areia (MATALOTO *et al.*, 2015, p. 64), bem como, segundo os registos gráficos de V. Leisner (1985), das antas centro-alentejanas Talha 3, Outeiro de Santa Clara, Lobeira de Baixo 3, Azinhal 3 ou Vale de Covas, Deserto 5, Filtreira 1 ou Fuletreira e Besteiros 3, entre outras. O domínio quase exclusivo de trapézios, sobretudo assimétricos, entre os geométricos surgidos em contextos funerários atribuíveis ao IV milénio a.C., encontra-se bem documentado na região alentejana.

A presença maioritária destas formas está atestada em vários sepulcros megalíticos, em concreto nos concelhos de Estremoz, Arraiolos, Mora, Coruche e Montemor-o-Novo (ROCHA, 2005, p. 163). Segundo o estudo realizado por L. Rocha sobre o megalitismo alentejano os geométricos encontram-se presentes em todos os tipos arquitectónicos de antas, mas são mais frequentes nas “sepulturas abertas”, seguidas das antas de corredor curto (ROCHA, 2005, p. 162) perspectiva que o pequeno sepulcro dos Godinhos vem reforçar. Da mesma maneira, e como veremos em seguida a respeito dos conjuntos votivos, os geométricos presentes em antas possivelmente mais tardias (finais do IV/inícios do III milénio a.n.e.) mostram algumas diferenças tecno-tipológicas em relação aos geométricos presentes nestes pequenos sepulcros e em monumentos de corredor curto, nomeadamente, a ocorrência de elementos com truncatura basal preferencialmente côncava, em oposição às truncaturas basais usualmente rectilíneas dos geométricos mais “antigos” (conforme demonstrado pelo exemplo de Nossa Senhora da Conceição dos Olivais (seg. BOAVENTURA *et al.*, 2014-2015).

As dimensões dos trapézios do sepulcro dos Godinhos, nomeadamente ao nível dos comprimentos e larguras, coadunam-se com as apresentadas por exemplares dos sepulcros de Rabuje 5 (Monforte), como veremos, Cabeço da Areia (Montemor-o-Novo) ou Talha 3 (Estremoz).

É ainda de referir que, durante a escavação do sepulcro dos Godinhos, foi recuperado, sobretudo nas unidades superficiais, um conjunto relativamente numeroso de restos de talhe de quartzo, lascas (maioritariamente fracturadas) e alguns núcleos informes, ainda que a identificação de estigmas de talhe neste tipo de matéria-prima seja difícil, exigindo a colocação de necessárias reservas. Embora indicie a existência de uma indústria de carácter expedito, a sua atribuição crono-cultural é difícil.

Na base da estratigrafia foram documentadas duas pequenas taças cerâmicas [33] e [34], de perfil hemisférico, bastante usuais nos contextos funerários e não funerários alentejanos.

Um pequeno instrumento de pedra polida, de secção circular, bastante deteriorado e fracturado surgido na área de entrada, em estratos claramente mais tardios que a ocupação inicial, [10], pode também associar-se a este momento de uso mais antigo, mas remobilizado.

A construção, e primeira utilização, do sepulcro dos Godinhos deverá enquadrar-se num momento aparentemente avançado, mas anterior às últimas centúrias, da segunda metade do IV milénio a.n.e., se

atendermos à presença de pequenas taças cerâmicas e de um trapézio na base da estratigrafia do monumento. A existência de recipientes cerâmicos nestes pequenos monumentos de planta simples e dimensão modesta, considerados por alguns autores como “protomegalíticos”, parece ser ligeiramente posterior a um primeiro momento do Megalitismo regional, anterior ou em redor dos meados do milénio, durante o qual a cerâmica está ausente, como se tem vindo a propor (BOAVENTURA, 2009; BOAVENTURA & MATALOTO, 2013). Este espólio apresenta-se em tudo semelhante a monumentos de arquitectura dita “mais evoluída” da região, já com corredor curto, como os sepulcros de Poço da Gateira 1 ou Gorginos 2.

Como se verá, este elemento poderá indiciar algum distanciamento cronológico face aos sepulcros que trataremos em seguida.

### 3.1.2 – A anta 1 das Chãs<sup>2</sup>

A anta 1 das Chãs (CNS 29773) foi inicialmente identificada e publicada no âmbito da Carta Arqueológica do Redondo (CALADO & MATALOTO, 2001, p. 28), na qual se reconhece, igualmente, a anta 2 das Chãs, situada menos de 100 m a noroeste desta (Fig. 17).

Estes pequenos sepulcros localizam-se no extenso patamar de gnaisses que antecede as elevações da serra d’Ossa, no seu lado Sul-Occidental. Implantam-se em suave elevação numa área de terrenos bastante aplanados, entrecortada por vales ligeiramente encaixados. O relevo, no patamar, é quase indiferenciado, sendo pontuado por pequenos afloramentos de gnaisses e granitos. Uma leitura global do território envolvente deixa entender que se situam nas imediações do que parece ser um caminho natural que margina as elevações da serra d’Ossa



**Fig. 17** – Vista geral da anta 1 das Chãs, ao início dos trabalhos, e da sua envolvente.

<sup>2</sup> 38°43'21.00"N / 7°41'8.50"W (*datum* WGS84)



ANTA 1 DAS CHÃS  
 Campanha 2014  
 Matriz estratigráfica

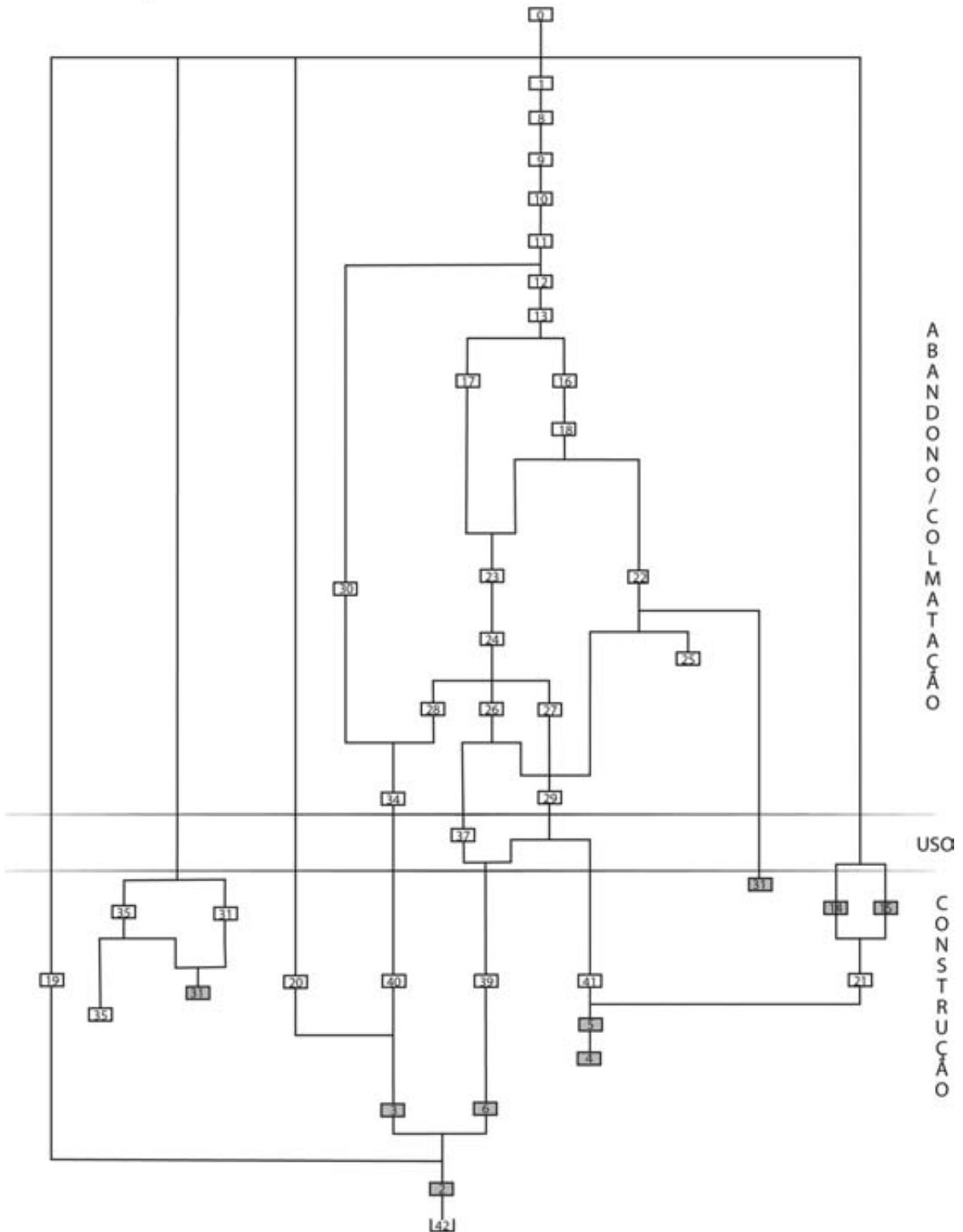


Fig. 18 - Matriz estratigráfica da anta 1 das Chãs.

pelo lado Sul, no sentido SE – NO, parcialmente aproveitado actualmente pela estrada Redondo-Evoramonte, junto do qual iremos encontrar, menos de 1 km para Ocidente, a anta da Barroca. Cremos que a relevância histórica desta ligação, que une as planícies a Sul da serra com a portela de Evoramonte, fica patente no facto da povoação do Freixo, hoje concelho de Redondo, corresponder, desde a fundação medieval, àquele concelho, extinto nas reformas liberais.

Os trabalhos de escavação na anta 1 das Chãs decorreram em dois períodos distintos, e no âmbito geral da nossa colaboração no Projecto MEGAGEO, dirigido por Rui Boaventura. A escavação desenvolveu-se em dois curtos períodos de 4 dias em Março e Outubro de 2014, com a colaboração de diversos estudantes das Universidades de Lisboa e Porto.

A abordagem global efectuou-se segundo uma estratégia em área, com a definição de uma área quadrangular de 4 m × 4 m, genericamente axializada com o monumento (130°) e que o enquadrava por completo. Num segundo momento efectuaram-se dois alargamentos para respostas a questões estruturais concretas. Assim, genericamente para Nascente, alargámos uma área de 2 m × 2 m, de modo a melhor registarmos a estrutura delimitadora da mamoa. Depois, efectuámos uma vala de sondagem para Poente, com 4 m × 1 m por forma a delimitarmos e caracterizarmos, por este lado, a estrutura da mamoa. No total foram total ou parcialmente intervencionados 24 m<sup>2</sup>, tendo-se atingido o substrato geológico apenas na câmara e na vala Poente.

Os trabalhos decorreram segundo uma metodologia de *Open Area*, segundo os preceitos defendidos por E. Harris (1979). A síntese da sequência estratigráfica, relativamente simples pode ser observada na respectiva matriz (Fig. 18). Esta apresenta-se relativamente simples, sem grandes transformações, mas com algumas perturbações de origem animal e provavelmente humana que, contudo, não devem ter perturbado os estratos mais antigos do sepulcro.

A estrutura, simples, é construída por blocos de rocha disponível localmente, de gnaisses e granitos muito alterados, dispostos em cutelo horizontalmente, em pequena vala de fundação, apenas pontualmente delimitada e escavada, [42], mas estruturadas por pedras pequenas e médias, tanto no interior como no exterior, onde se usam, no lado Norte, alguns blocos de maiores dimensões, a modo de contrafortes ([14 e 15]) (Fig. 19). A sequência construtiva, ao invés do que queremos usual em monumentos de maiores dimensões, eventualmente mais tardios, parece ter sido iniciada com a implantação do esteio Sul, [2], o de maiores dimensões, implantado em cutelo com o eixo maior paralelo ao terreno. Logo depois, aparentemente, implantou-se a cabeceira, [3], não sendo fácil compreender o espaçamento de tempo para com a implantação do lado Norte, [4] e [5], na justa medida em que aquele e o primeiro destes não mantêm relação estratigráfica directa.

Se [2] e [4] são os esteios maiores e estruturantes, que definem com a cabeceira uma área sub-rectangular, com cerca de 1 m de largura, já [5] e [6], de menores dimensões, cravados ao alto, definem como que um verdadeiro portal, ainda que o primeiro se possa entender também como parte da definição do lado Norte do monumento, na justa medida em que [4] é de menor comprimento do que [2]. Em frente a [5] existia ainda uma laje em cutelo, como que esboçando o arranque de um pequeno corredor, que não tinha qualquer paralelo no lado Sul, ainda que [6], de algum modo, cumprisse também essa função. Assim, o eixo maior da câmara apresentava cerca de 1,8 m, considerando a distância entre o esteio de cabeceira e o início da estrutura, estando orientado, tanto quanto nos é possível avaliar, a 115°, isto é, genericamente ao Solstício de Inverno.

A altura interna do sepulcro deveria ser bastante reduzida, não superando 1 m no fundo da câmara, na justa medida em que os esteios laterais parecem estar completos, não tendo a cobertura deixado quaisquer vestígios, ainda que acreditemos dever tratar-se de bloco único, eventualmente removido no mesmo momento em que se desmantelou a câmara do sepulcro 2 (Fig. 19).

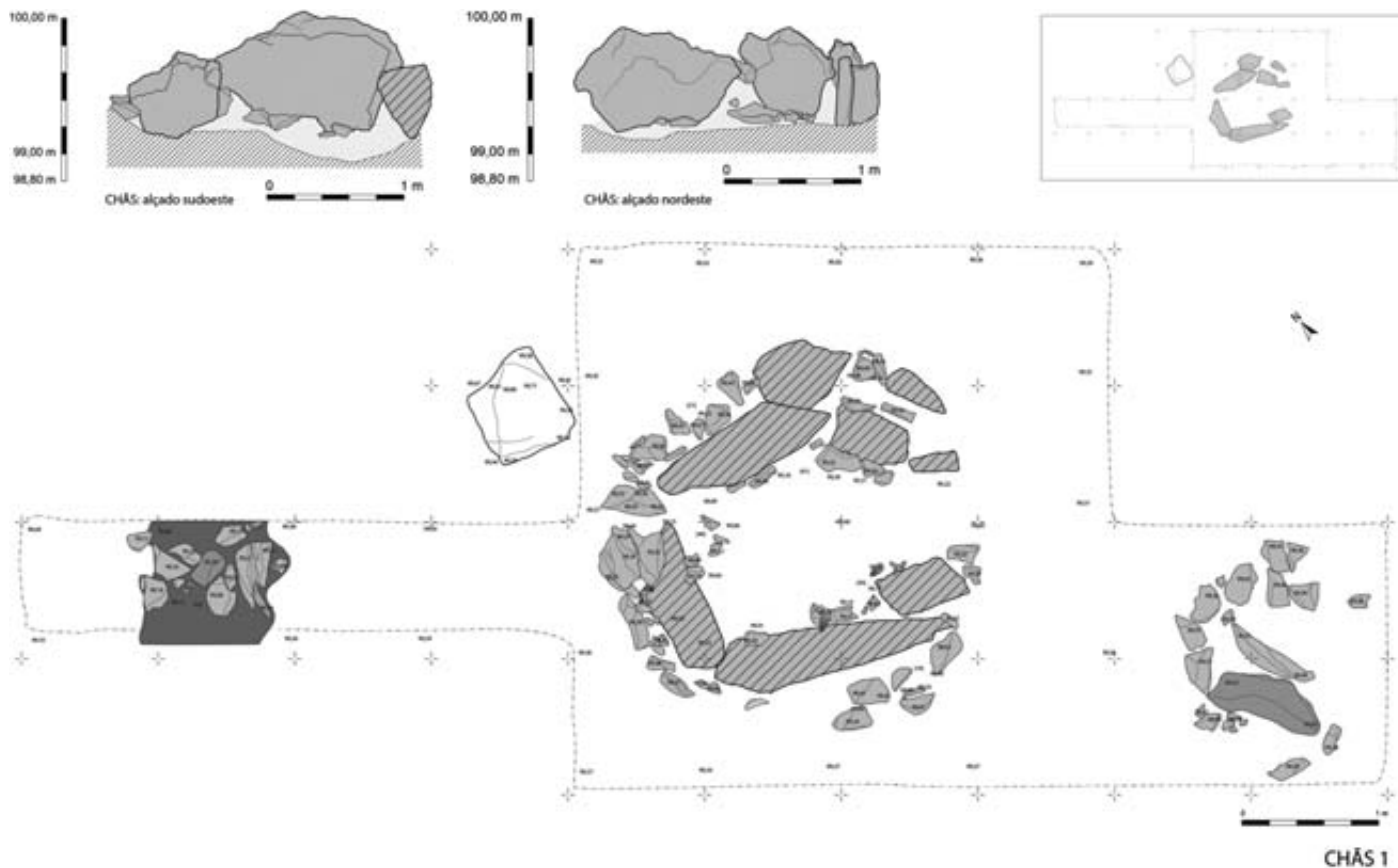


Fig. 19 – Planta e alçado da anta 1 das Chãs.

A estrutura do monumento terá sido completada com um túmulo de terra, em cujo limite se desenvolvia um pequeno *kerb* de pedras locais de pequena e média dimensão. Esta estrutura perimetral foi identificada tanto na vala de sondagem a Poente, a cerca de 3 m da câmara, como a Nascente, na área fronteira ao monumento, a mais curta distância (2 m). No total teríamos uma estrutura tumular com cerca de 8 m de diâmetro total. Julgamos relevante assinalar que no *kerb*, genericamente em frente à entrada do monumento, se encontrava amortizado um enorme dormente de mó (c. 1 m), em granito, com a parte activa virada para baixo, num acto que pode ser tido como ritual e simbólico, em particular para estas comunidades de agricultura ainda muito incipiente. No mesmo sentido se deve interpretar a presença de uma enxó, com vestígios de uso, mas ainda funcional, por entre as pequenas pedras dos calços externos do lado Norte, [21], na área mais próxima ao esteio de cabeceira (Fig. 20).

Como já se assinalou, a estratigrafia interior do sepulcro não aparentava grandes remobilizações, ainda que a presença das lajes [9] dispostas em cutelo possam indiciar alguma forma de remeximento que, todavia, se deve ter circunscrito ao fundo da câmara. Deste modo, o posicionamento dos achados deve ser bastante próximo da sua posição original, ao menos ao nível da pedra polida, ainda que o micrólito de [13], deva estar remobilizado.

O machado, de maiores dimensões (151 mm × 51 mm), e a pequena enxó (85 mm × 41 mm) (Fig. 21) foram recuperados junto aos calços do lado Sul, dentro da câmara do sepulcro, adjacentes aos esteios [2]

e [6] respectivamente, distantes cerca de 30 cm entre eles (Fig. 22). Esta presença junto aos esteios, mais próximos da entrada parecem seguir um padrão de há muito registado que aponta para a acumulação do espólio junto das áreas de acesso nas pequenas antas, de que o exemplo de Azinhal 3 (Coruche) é o mais evidente (LEISNER & LEISNER, 1959, Taf. 24) (Fig. 9), mas que trabalhos recentes têm permitido alargar a outro tipo de sepulcro de cronologia e espólio semelhante, caso da Sobreira de Cima, onde se registaram verdadeiros depósitos à entrada dos sepulcros 1 e 5 (VALERA, 2013, p. 55).

A presença de um elemento geométrico, aparentemente do tipo crescente (25,3 mm × 8,3 mm) (Fig. 21), é relativamente interessante, dada a sua escassez nos contextos funerários alentejanos, onde os geométricos trapézios são largamente maioritários, como se comentou acima. Segundo L. Rocha, com base nos dados parciais do legado de Manuel Heleno publicados por V. Leisner (1985), os geométricos de tipo crescente corresponderiam a cerca de 13,6% do conjunto analisado

(ROCHA, 2005, p. 163). Atendendo aos dados mais recentes, de outras paragens alentejanas é certo, ou mesmo olhando para os de Reguengos de Monsaraz, temos algumas reservas quanto à representatividade deste valor no contexto global do Alentejo. Assim, ou o conjunto analisado não é verdadeiramente representativo, ou poderá indiciar tradições culturais locais, coincidentes com as regiões trabalhadas por Manuel Heleno, que poderão, eventualmente, emascarar, também, questões de índole cronológica. Neste mesmo sentido, tendo em conta um *case study* particular, o dos núcleos megalíticos do Deserto e Barrocal das Freiras, no total dos pequenos sepulcros (com utilizações extensíveis por toda a segunda metade do IV milénio a.n.e.), os crescentes ascendem a cerca de 13,56%, sendo os conjuntos claramente dominados pelos trapézios (83,05%), com um peso residual (3,39%) de triângulos (GONÇALVES & ANDRADE, no prelo).

No megalitismo de Reguengos, os crescentes apenas se documentam num dos mais pequenos monumentos, a anta 1 do Poço da Gateira (LEISNER & LEISNER, 1951 a, Est. IV) e num dos maiores, a “Anta Grande” do Olival da Pega (LEISNER & LEISNER, 1951 a, Est. XXIII), seguindo esta região a tendência geral,

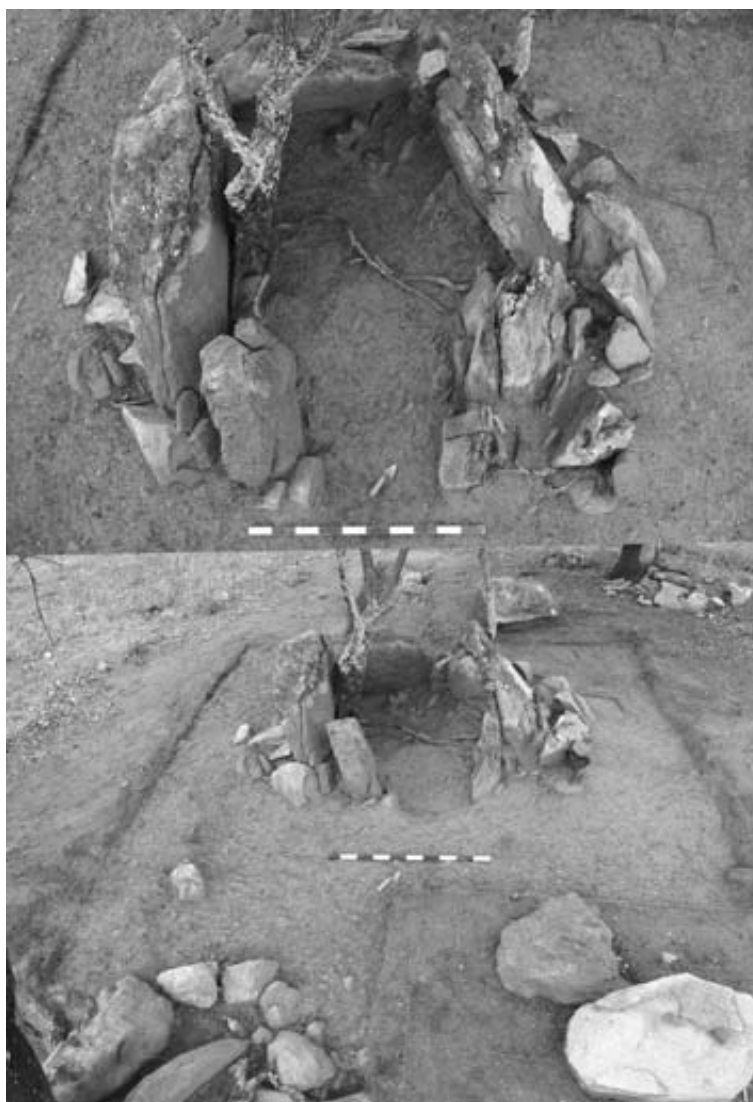


Fig. 20 – Vista da câmara e geral da anta 1 das Chãs , ao final dos trabalhos..



com a predominância de trapézios (LEISNER & LEISNER, 1951 a, p. 54) e a sua presença nos diversos modelos arquitectónicos megalíticos, como se mencionou acima (ROCHA, 2005, p. 162). Todavia, julgamos conveniente reforçar que, ainda que presentes em sepulcros de dimensões e arquitecturas bem distintas, os geométricos não são omnipresentes, estando documentados apenas em dez dos sepulcros de Reguengos de Monsaraz, dos quais se escavaram várias dezenas.

Também nos hipogeus que se têm vindo a documentar no Baixo Alentejo, os trapézios são absolutamente dominantes, como na Sobreira de Cima, ainda que se reconheçam pequenas diferenças tipológicas face ao universo registado na planície megalítica de Reguengos (CARVALHO, 2013, p. 74-75).

Em território algarvio esta realidade parece manter-se, atendendo aos casos documentados nos dois hipogeus da Barrada, nos quais os trapézios são dominantes, acompanhados em menor número de triângulos (BARRADAS, 2014).

Em termos globais, o sepulcro 1 das Chãs pode associar-se a um momento relativamente arcaico do megalitismo alentejano, algo anterior ao documentado na anta dos Godinhos, se atendermos à proposta que temos vindo a defender nos últimos anos (BOAVENTURA, 2009; BOAVENTURA & MATALOTO, 2013), na esteira, aliás, do defendido já pelo casal Leisner (LEISNER & LEISNER, 1951 a, p. 175), que certamente não foram alheios às ideias defendidas por Manuel Heleno (CARDOSO, 2002, p. 188).

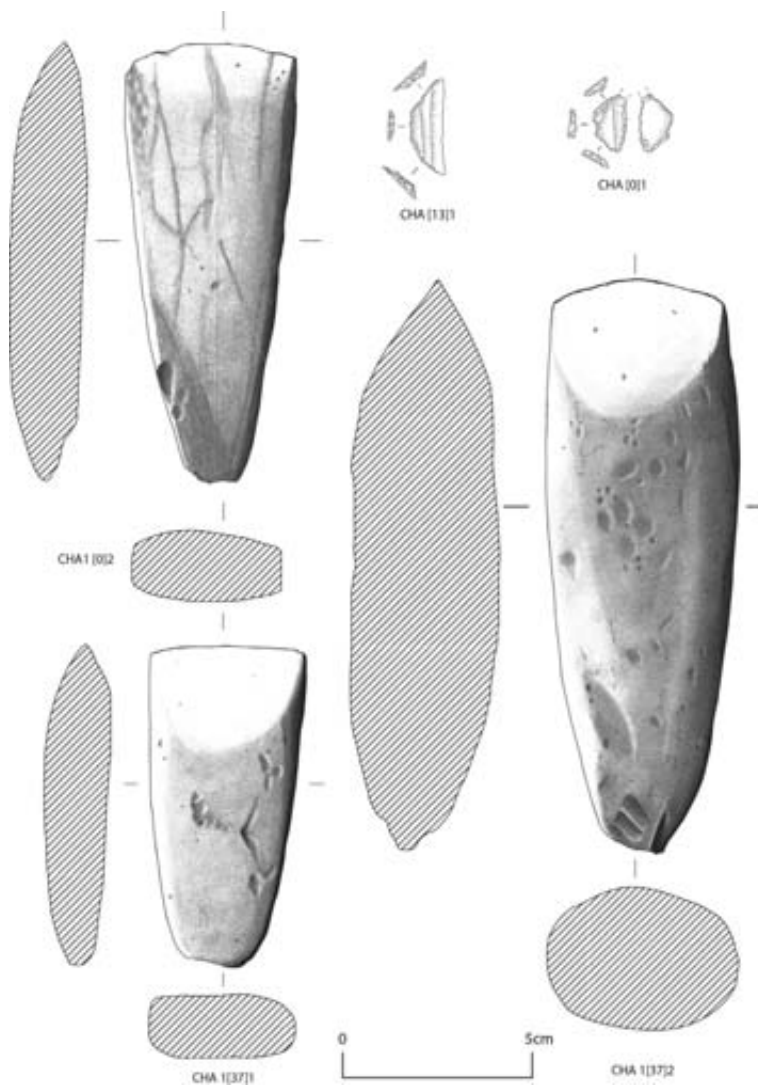


Fig. 21 - Conjunto votivo recolhido na anta 1 das Chãs.



Fig. 22 - Vista de detalhe do posicionamento do espólio votivo da anta 1 das Chãs.



Fig. 23 – Vista geral da anta da Barroca e sua envolvente.

### 3.1.3 – A anta da Barroca<sup>3</sup>

A anta da Barroca encontrava-se inédita até este momento, tendo sido identificada casualmente por um de nós (R.M.). Apesar da sua identificação tardia, este sepulcro encontra-se imediato à estrada Redondo-Evoramonte, junto da qual também se situam os sepulcros 1 e 2 das Chãs, situados a poucas centenas de metros a SE. Assim, partilha com eles a sua localização no extenso patamar de gnaisses que antecede as elevações da serra d'Ossa. Implanta-se em pequena rechã numa área relativamente ondulada, entrecortada por vales ligeiramente encaixados, onde correm linhas de água sazonais, emergindo a espaços pequenos afloramentos de granito e gnaisse, que tornam a zona bastante pedregosa.



Fig. 24 – Vista geral da anta da Barroca após limpeza da vegetação superficial.

O sepulcro situa-se numa área aplanada, entre dois pequenos afloramentos, dos quais pouco se destacava antes da nossa intervenção, sendo, todavia, bastante perceptível uma estrutura circular, de pedras fincadas, que circundava a área da câmara a curta distância, e que equacionámos, desde logo, tratar-se de um pequeno *kerb* (Fig. 24). Contudo, o continuar dos trabalhos havia de demonstrar uma realidade bastante mais complexa.

<sup>3</sup>38°43'37.29"N / 7°41'39.09"W (datum WGS84)



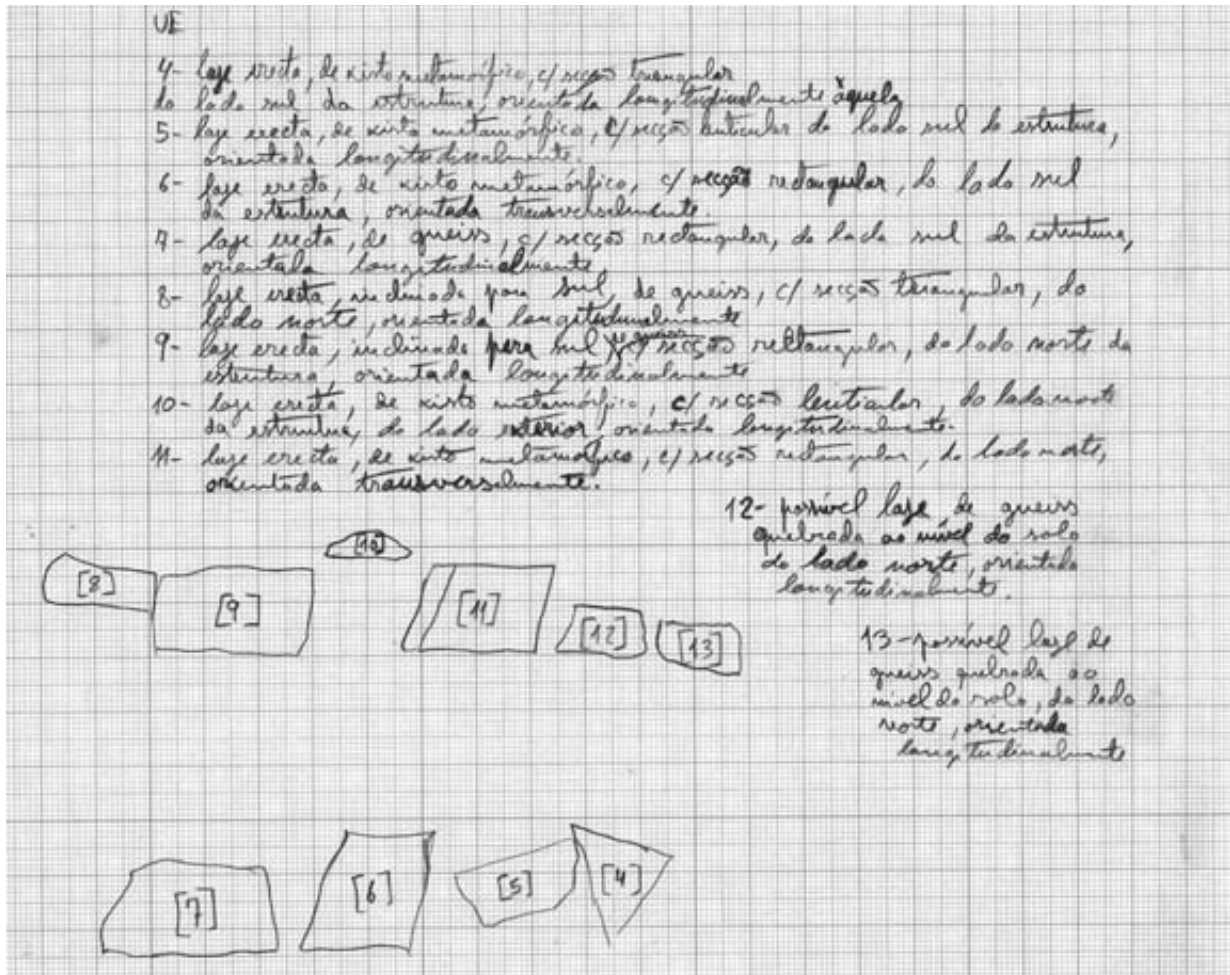


Fig. 25 – Descrição de campo dos esteios da anta da Barroca, feita por Rui Boaventura no Verão de 2015 quando, pela última vez, nos acompanhou em trabalhos de escavação.

Os trabalhos desenvolveram-se em diversas fases, muito espaçadas no tempo, consoante as possibilidades, durante 2015 e 2017<sup>4</sup>, coordenados por dois de nós (R.M. e A.P.), numa primeira fase com a colaboração de Rui Boaventura (Fig. 25).

A abordagem geral desenvolveu-se, desde logo, com o intuito de caracterizar devidamente a estrutura tumular visível e intervencionar a câmara sepulcral. Deste modo, implantámos uma área de escavação axializada com o eixo longitudinal da câmara do monumento, com 8 m x 10 m (7-170/16-24N) (Figs. 26 e 27). A quadrícula encontra-se genericamente orientada a 135°. Na metade Sul da área marcamos apenas a limpeza da vegetação superficial, tendo-se registado os vestígios de estruturas presentes à superfície. Na metade Norte efectuou-se o desmonte da estratigrafia até atingirmos a estrutura pétreo da mamoa, genericamente situada logo sob o nível superficial, excepto na área envolvente à câmara do monumento, delimitada pela primeira linha de anéis estruturais de lajes em cutelo. Na área fronteira ao lado Nascente do monumento, escavámos um metro mais a Sul, por forma a melhor caracterizarmos esta área, tendo-se atingido o substrato geológico.

<sup>4</sup>O facto de termos terminado há poucas semanas a intervenção impede-nos de apresentarmos a matriz da mesma. Esta será oportunamente publicada.

Por forma a caracterizarmos a estrutura tumular, sem afectar sobremaneira o seu grau de conservação, efectuámos uma vala de sondagem na mesma, com um metro de largura e 3 m de comprimento, para Poente da câmara do sepulcro (7-10° / 20-21N).

Os trabalhos desenvolveram-se em paralelo na estrutura tumular e definição da construção pétrea e no interior da câmara. A estratigrafia exterior era bastante simples, com um grande estrato superficial, relativamente solto e arenoso, que sobrepunha a estrutura tumular e o estrato geológico na área mais a Nascente. Na câmara a estratigrafia não era muito extensa, sendo relativamente linear, ainda que marcada claramente por uma sequência diferenciada, com estratos em geral pouco espessos, muito compactos e argilo-arenosos no fundo da câmara, e mais soltos e arenosos na parte mais a Nascente.



Fig. 26 - Vista aérea da anta da Barroca próximo do final dos trabalhos.

A entrada do monumento encontrava-se bloqueada por um conjunto de pedras dispostas em cutelo e na sub-horizontal, bem imbricadas, tendo sido apenas parcialmente desmontadas, na sua metade Sul (Figs. 26 e 27); nesta última a estrutura de bloqueio da entrada apresenta cor mais escura.

O sepulcro apresenta uma câmara alongada, de tendência elipsoide, faltando-lhe o esteio de cabeceira, conservando o que parece ser um pequeno corredor indiferenciado da câmara, com dois ou três pequenos esteios (Figs. 27 e 28).

Na câmara, o esteio de cabeceira terá sido arrancado, mas sem perturbar extensivamente a estratigrafia interna. A diferenciação entre o putativo corredor e a câmara é relativamente ténue, esboçada pela menor altura dos esteios [4] e [5], a Sul, e [12] e [13], a Norte, face aos primeiros esteios da câmara, [6] e [11], respectivamente a Sul e a Norte, os quais se apresentam transversalmente ao eixo maior, desenvolvendo a imagem de portal. Estes esteios, ambos de xisto e secção quadrangular, surgem-nos aparentemente completos e com cerca de 1,20 m de altura. Os dois esteios seguintes, [7] e [9], em granito algo alterado, aparentemente local, de secção sub-rectangular, encontram-se dispostos com a largura maior paralela ao eixo da câmara, sendo ligeiramente menores que os anteriores. O esteio [9] apresenta-se bastante inclinado para o interior, podendo esta situação ser antiga, dada a presença de um reforço dos calços junto a este, pelo interior. Entre este esteio e [11] surgia, ligeiramente desfasado para o exterior, um possível esteio de reforço, [10], em xisto, e ligeiramente menor que estes (Fig. 27).

A parte mais a Poente da câmara apresenta-se bastante afectada, desde logo pela falta do esteio de cabeceira, não sendo fácil determinar o que serão os elementos pétreos do contraforte externo ou esteios menores seccionados. Assim, no lado Sul, depois de [7], apenas registámos a presença de um pequeno bloco de xisto, disposto em cutelo, [40], que poderemos, de algum modo, associar a um pequeno esteio fragmentado. No lado oposto, ou seja, a Norte, depois de [9] verificou-se a presença de um esteio menor, em granito, que deveria igual-



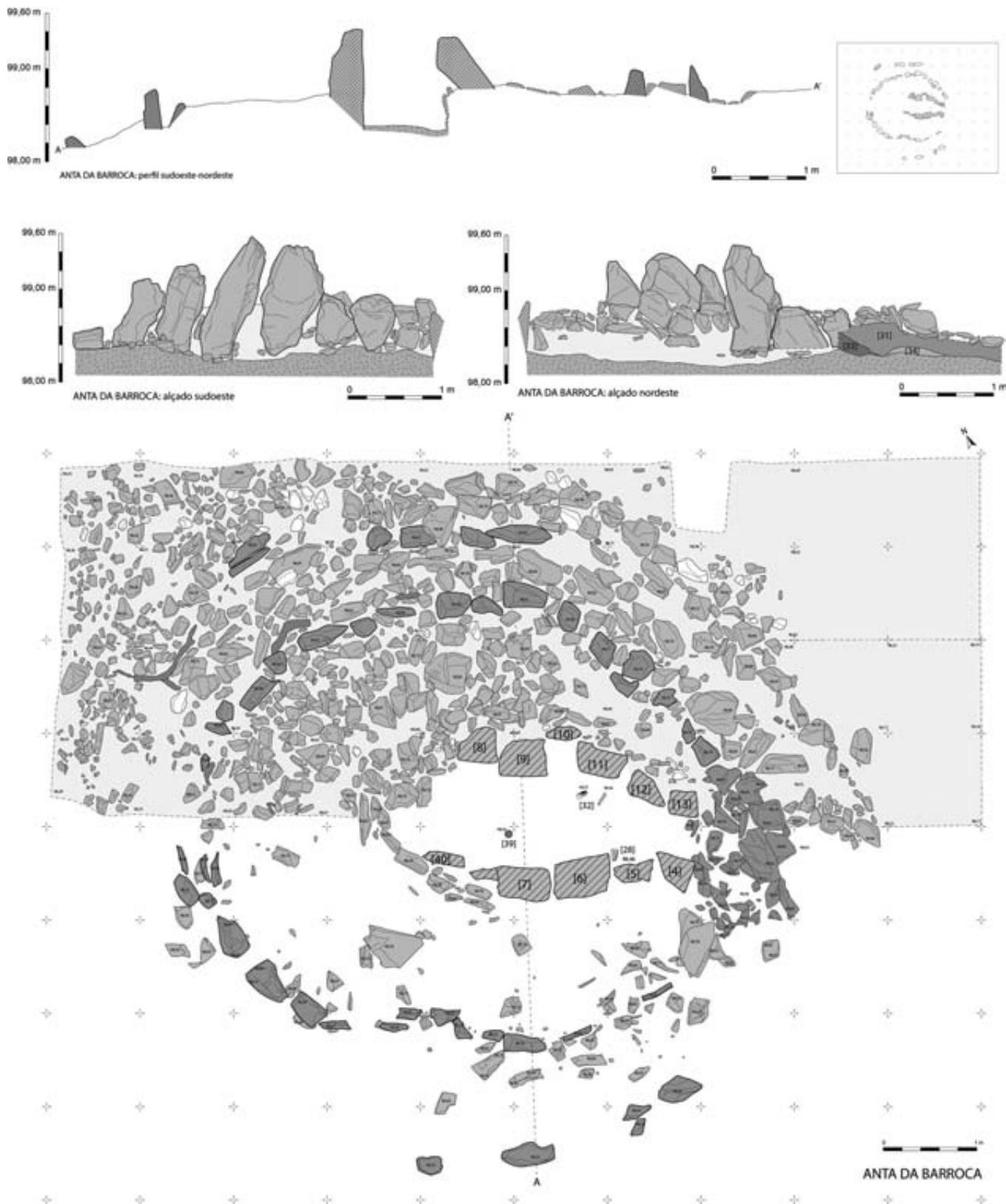


Fig. 27 - Planta, alçados e corte da anta da Barroca. A cinzento-escuro, estrutura de clausura da entrada do sepulcro.

mente anteceder o de cabeceira. A câmara do monumento apresentava cerca de 1 m de largura máxima, sendo o comprimento total, aproximadamente, dada a ausência de esteio de cabeceira, de 2 m, a que haverá que acrescer cerca de 1 m de corredor. A câmara sepulcral não se encontrava centrada com a estrutura tumular, desenvolvendo-se, claramente mais para Nascente face ao centro daquela (Figs. 26 e 27).

A partir dos dados obtidos na vala de sondagem da estrutura tumular, e da limpeza da metade Norte da mesma, é possível reconstituir o processo de construção do monumento. Com a ereção da

estrutura da câmara dá-se início à construção do monumento, implantando-se os esteios em alvéolos estruturados com pequenas pedras em cutelo, pelo interior, enquanto no exterior se adicionou um potente contraforte pétreo. A cerca de 1,5 m da câmara edificou-se uma estrutura de lajes e blocos de gnaisses e quartzo, de média dimensão, dispostas em cutelo e dupla fiada preenchida com blocos menores, com planta genericamente em ferradura, aberta a Nascente, que deixava ao centro, ligeiramente deslocada para Este, a câmara. O espaço entre estas foi preenchido com pedras de gnaisse, de pequeno e médio calibre, bem imbricadas e dispostas na horizontal, embaladas por uma terra amarelada e arenosa, criando uma plataforma relativamente aplanada na envolvente da câmara.

Pelo exterior da estrutura [37] parecem desenvolver-se círculos concêntricos de blocos e lajes em cutelo, de dimensões menores, mas ainda assim consideráveis, que permitem definir uma importante estrutura tumular pétrea que, contudo, se não desenvolve para a zona fronteira do monumento. No canto noroeste da área intervencionada a estrutura tumular perdia o aspecto compacto e imbricado de pedras de médio calibre para se definir por um conjunto denso de pequenas pedras, não reconhecível em qualquer outra área do espaço intervencionado.

Deste modo, cremos que a câmara sepulcral foi rodeada a Norte, Oeste e Sul por uma carapaça pétrea, altamente estruturada, de construção cuidada, que deverá, em si, ter representado um volume de trabalho, pelo menos, equivalente ao desenvolvido para erigir aquela. O modo como as pedras da estrutura [37] se elevam bem acima das restantes e a plataforma criada em torno da câmara levou-nos a colocar a hipótese da estrutura tumular ser completada com uma mamoa de terra delimitada pelas lajes de [37] e rodeada pela restante estrutura pétrea exterior a esta.

Tudo isto parece-nos fazer contrastar a simplicidade da estrutura da câmara sepulcral face à complexidade da estrutura tumular, evidenciando um monumento de características bem distintas das reconhecidas na anta 1 das Chãs, localizada a escassas centenas de metros.

O sepulcro da Barroca é, então, um monumento com forte sentido estético, de arquitectura complexa, que realça a própria estrutura tumular, provavelmente em terra delimitada por um anel intermédio de lajes em



Fig. 28 – Vista da câmara e corredor da anta da Barroca, ao final dos trabalhos.

cutelo, enquadrada por um empedrado envolvente em forma de ferradura, deixando livre o espaço fronteiro do monumento ( Figs. 26 e 27).

Tal como no sepulcro das Chãs, o espólio recolhido na anta da Barroca é escasso, sendo composto por uma enxó, um machado e uma pequena lâmina. Um pequeno recipiente, com cerca de 8 cm de diâmetro foi documentado no centro da câmara, sobre o solo original encoberto por uma terra muito argilosa e compacta, estando depositado com o bordo para baixo. Ainda a carecer de um tratamento de pormenor, pelo que as observações serão todas preliminares, este recipiente cerâmico aparenta ter um perfil em “s”, sendo claramente um pequeno vaso e não uma taça, o que nos pode estar a remeter para utilizações mais tardias. Ao ter-se localizado completo no centro da câmara afastava-se completamente do restante espólio votivo, concentrado na transição desta para o corredor.

Os resultados que têm vindo a ser apresentados para contextos cronoculturalmente semelhantes no território baixo alentejano, com melhor preservação dos restos ósseos, deixa clara a dificuldade em relacionarmos o espólio com o número de enterramentos, ou mesmo na sua correlação com os féretros.

A enxó, elaborada num xisto relativamente brando, apresenta 95 mm de comprimento e 13 mm de espessura máxima, de secção longitudinal plano-convexa e transversal elíptica, apresentando o corpo integralmente polido, com arestas laterais parcialmente vincadas. Um dos aspectos mais relevantes da sua presença, cremos, era a sua localização no interstício entre o último esteio do lado Sul do corredor e o primeiro da câmara, em cutelo longitudinal.

O machado, em anfíbolito, apresenta 70 mm de comprimento e 32,5 mm de espessura máxima, sendo de secção biconvexa, corpo curto sub-rectangular apenas picotado. Este encontrava-se próximo do primeiro esteio do lado Norte da câmara, muito próximo da transição para o portal/corredor. Não deixa de ser interessante verificar que aqui, ao invés do sepulcro anterior, o machado assume menores dimensões, sendo a enxó, ainda que menos espessa, mais alongada. O machado assume um verdadeiro cariz de miniatura, apesar de robusto, sendo muito semelhante a um outro publicado de há muito proveniente de Azinhal 3 (Coruche) (LEISNER & LEISNER, 1959, Taf. 24). Ambos se apresentavam com o gume em perfeitas condições, sem traços de uso, situação que vem sendo usualmente associada à ritualidade destas presenças no Megalitismo regional

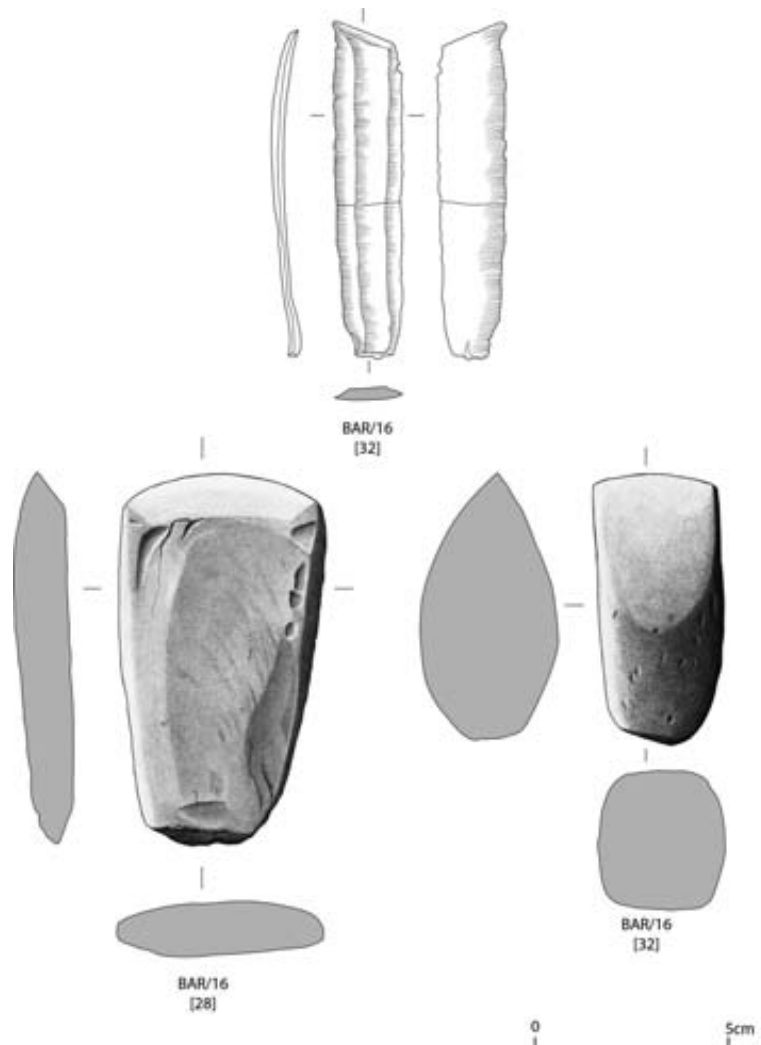


Fig. 29 - Conjunto votivo recolhido na anta da Barroca.

(LEISNER & LEISNER, 1951 a, p. 163). A diferença nas matérias-primas entre ambos, onde a enxó é usualmente fabricada numa rocha mais branda, seguindo uma tendência também verificada em grutas da Estremadura com espólio semelhante, caso do Bom Santo ou lugar do Canto (CARDOSO, 2014, p. 193), mas também em Reguengos de Monsaraz (GONÇALVES, 1992, p. 66), poderá estar segundo este último autor associado ao seu cariz votivo e não funcional. Todavia, não cremos que tenha que ser objectivamente assim, na justa medida em que, a sua utilização no trabalho de certas madeiras mais brandas (Amieiro, Aloendro), e usualmente mais trabalháveis para elementos



Fig. 30 – Localização do espólio votivo na anta da Barroca, aquando da sua descoberta; à esquerda enxó em cutelo, entre os esteios; à direita, machado e lâmina, em primeiro plano.

decorativos, e logo de maior valor simbólico, poderia requerer um utensílio em si mais brando de incisão menos agressiva, reforçando então o valor intrínseco destes elementos em rochas mais brandas.

A presença neste sepulcro, e no anterior, de um machado e uma enxó constitui uma associação básica, quase “clássica”, nas fases mais antigas do Megalitismo regional, sendo mesmo entendido como um conjunto ritual por G. e V. Leisner, atendendo aos dados provenientes da anta 1 do Poço da Gateira (LEISNER & LEISNER, 1951 a, p. 163). Todavia, se na anta 1 das Chãs essa associação nos surge com clara evidência, já que as duas peças se encontravam juntas, já no caso da Barroca, ao estarem posicionados cada um a seu lado do sepulcro, estando mesmo a enxó colocada num interstício entre esteios, tal associação directa nos levanta mais dúvidas. Os dados provenientes do sepulcro 1 da Sobreira de Cima, ainda que apresentem um valor quase idêntico (10 enxós e 9 machados) não permitem a sua associação directa, de 1 + 1, primeiro porque a sua presença junto à entrada do sepulcro não é proporcional entre si a cada lado, ou seja, mais enxós a Norte, e mais machados a Sul; em segundo lugar, porque existe uma estimativa, aparentemente subvalorizada de 22 indivíduos sepultados, sucedendo algo similar no sepulcro 5 (VALERA, 2013, p. 54). Assim, por muito sugestiva que a proposta do casal Leisner possa ser, deve ser lida com bastante cautela, e nunca de modo taxativo.

A questão das secções da pedra polida, onde de modo abusivo se alastrou a ideia da maior antiguidade da secção circular, ainda que nasça, de certo modo, do questionamento de Manuel Heleno ao longo dos seus trabalhos, foi também por ele afastada pouco depois (ROCHA, 2005, p. 104). Ainda que esta autora volte a defender esta posição, da maior antiguidade dos machados de secção circular (ROCHA, 2005, p. 105), contra mesmo a opinião de M. Heleno como se disse, os resultados que se têm vindo a obter em grutas naturais e artificiais, desde o Lugar do Canto (CARDOSO & CARVALHO, 2008, p. 274) ou Bom Santo (CARDOSO, 2014, p. 187) a Sobreira de Cima (VALERA & CABAÇO, 2013, p. 95) demonstram claramente a grande contemporaneidade das mesmas, quando não mesmo o domínio absoluto das secções sub-rectangulares, sendo as elípticas / subrectangulares quase exclusivas nas enxós, como acontece, aliás, tanto no sepulcro 1 das Chãs como neste da Barroca.



Em posição semelhante, junto da entrada da câmara encontrava-se a lâmina em sílex, fracturada *in situ* em duas partes. Esta corresponde ao que se pode designar de pequena lâmina, ou Grupo 1, seguindo os critérios utilizados em outros contextos funerários regionais e não regionais (CARVALHO, 2013, p. 73; CARVALHO & GIBAJA, 2014, p. 173), ainda assim ligeiramente distintos dos seguidos em outros trabalhos (BOAVENTURA, 2009, p. 223) o que, contudo, não cremos que se traduza em grandes diferenças de análise. O exemplar aqui recolhido apresenta 87 mm × 17 mm × 3,1 mm, não apresentando retoque nem traços evidentes de uso.

A presença dos artefactos de pedra polida e da lâmina junto à entrada da câmara encontra-se bem documentada em diversos sepulcros megalíticos alentejanos, sendo o caso da anta Azinhal 3, mencionado acima, ou da anta Texugo 2 (DEUS & VIANA, 1953, p. 234-236), bastante expressivos desta situação (LEISNER & LEISNER, 1959, Tafel 10, 3). Também o caso da anta do Cabeço da Areia, escavada por Manuel Heleno, se encontrou uma “faca” junto das pedras que estava a bloquear a entrada e a “porta” (Caderno n.º 11, *Explorações nos arredores do Siborro, 3.ª campanha, Agosto de 1933* – APMH/2/1/11/11, fl. 24). Este padrão tem-se vindo a documentar igualmente nos hipogeus alentejanos, como fica bem patente na entrada da câmara do sepulcro 1 da Sobreira de Cima, com uma importante acumulação de lâminas do lado Sul e pedra polida do lado Norte (VALERA, 2013, p. 54), ou no ritual registado nos hipogeus do Outeiro Alto, com a deposição de uma lâmina junto à entrada (VALERA & FILIPE, 2012, p. 34). Este facto parece, com alguma clareza, para além das semelhanças artefactuais, indiciar um fundo cultural e ritual comum às diferentes arquitecturas e geografias do interior alentejano.

Contudo, cremos que, neste momento, as diferentes visibilidades dos espaços sepulcrais poderão esconder uma realidade cultural e comunitária mais complexa que importa descortinar. Claro é, todavia, que o contraste entre a complexidade arquitectural da anta da Barroca e os sepulcros da Sobreira de Cima poderá ser bem menos evidente se tivermos em linha de conta o pouco que conhecemos sobre as estruturas à superfície destes últimos, como bem fica patente na área de acesso do sepulcro 5 (VALERA, 2013, p. 28).

Num breve remate, cremos haver ficado claro como a aba Sul da Serra d’Ossa compartilhou com os territórios mais tradicionalmente relacionados com a origem do Megalitismo, situados a Ocidente (Montemor, Coruche, Mora), o arranque da construção de uma Paisagem funerária megalítica, seguindo padrões arquitectónicos semelhantes que, tal como ali, se revelam múltiplos e diversos, longe da aparente padronização que se irá conhecer na edificação de antas de maiores dimensões, putativamente em momentos mais avançados do IV milénio a.n.e.

### 3.2 – As planícies onduladas de Monforte

O concelho de Monforte apresenta um forte desenvolvimento Norte-Sul, transversal a uma realidade paisagística diversa, mas essencialmente aplanada, de onde emergem, a espaços, elevações, como a Cabeça de Vaiamonte, e cerros adjacentes, drenada pela densa rede hídrica das cabeceiras da Ribeira Grande, junto da qual, por vezes, o relevo se intensifica, em proeminentes caos graníticos, sendo justamente a intrincada e diversa geologia, entre granitos diversos, ortognaisses, xistos e calcários, de acentuado desenvolvimento SE-NW, subordinado à orogenia das serras de São Mamede e Ossa, que lhe confere uma certa diversidade de paisagem, mas quase sempre aberta e de fácil transitabilidade (Fig. 1, Zona 1). Os trabalhos de Rui Boaventura e Carla Lopes permitiram, desde meados do anos 90, obter uma imagem bem mais completa do pouco conhecido megalitismo de Monforte, apesar da acção precursora de homens como Luiz Wittnich Carrisso e António Sardinha (BOAVENTURA, 2012) e da passagem do casal Leisner e Abel Viana, apara além dos levantamentos no âmbito da Carta Geológica de Portugal.

A presença megalítica hoje conhecida não esgota certamente toda a realidade que existiu, nem mesmo, eventualmente, a existente, ainda que traduza já um amplo conjunto que, por um lado, se dispersa de Norte a Sul do concelho, por outro se concentra em agregações que Rui Boaventura gostava de designar de *clusters* caso de Torre do Curvo, Peral-Meada, Carrajola, Enxara de Cima, Vale de Romeiras, Lacrau-Santo António, Danta, Rabuje, Arneiros e Pocilgais (BOAVENTURA, 2006, p. 62). Um outro aspecto bastante relevante é a diversidade arquitectónica que, ainda que tendo bem presente as típicas antas médias e grandes de 7 esteios, em granito, não deixa de apresentar um nutrido conjunto de monumentos diverso, menor em tamanho e em termos geológicos – igualmente extensível a áreas contíguas incluídas na mesma unidade geográfico, como Fronteira, Alter do Chão e Avis. Efectivamente, a presença de um conjunto de pequenas antas disperso pelo território torna-o particularmente interessante, em particular para o estudo deste tipo de sepulcro usualmente pensado como fortemente concentrado em regiões concretas, como Montargil, Montemor, Coruche ou Mora, e quase ausente do restante território, como acontece em Reguengos de Monsaraz (LEISNER & LEISNER, 1951 a). Assim, à presença de pequenas antas como as aqui apresentadas do Lacrau 3 e 2, Enxara de Cima 1 e Rabuje 5 deve apensar-se a existência de diversas outras, por vezes bem próximas de alguns destes núcleos, como a mamoa do Belo (CNS 10900) face às primeiras, mas igualmente Enxara de Cima 2 (CNS 11372), Geodésico de Besteiros 3 (CNS 11508), face a Rabuje 5 e, mais a Sul, Montinho das Pretas (CNS 11875) ou Gafa 1 (CNS 11537).

Os sepulcros intervencionados, um há quase 15 anos, e outros mais recentemente, no âmbito do Projecto MEGAGEO, pretenderam dar continuidade, com os escassos recursos disponíveis, à investigação dos inícios do megalitismo nesta região, escolhendo antas pequenas, com acessos facilitados e proprietários favoráveis, sem esquecer o interesse científico de que se revestiam.

Os três sepulcros escavados situam-se, então, numa área central do concelho de Monforte, justamente na área de maior concentração megalítica, sem que afastarem muito de núcleos maiores, como Enxara de Cima 1 face a Vale de Romeiras, ou pertencendo a um deles, como no caso do Lacrau 3 e 2 e Rabuje 5.

### 3.2.1 – A anta do Lacrau 3<sup>5</sup>, e breve apontamento a Lacrau 2<sup>6</sup>

A anta do Lacrau 3 (CNS 17213) foi detectada nos finais dos anos 90 no âmbito do Projecto COMONPH por Rui Boaventura e Carla Lopes, momento em que registaram, igualmente, 3 outros sepulcros nas imediações. O sepulcro do Lacrau 1 (CNS 17212), dotado de uma destacada mamoa pétreia com mais de 2 m de altura situa-se a menos de 100 m a Norte, ficando o discreto e algo desmantelado sepulcro do Lacrau 2 (CNS 23985) apenas a 150 m a NE; também a cerca de 150 m, mas agora para SE localiza-se Lacrau 4 (CNS 17214), caracterizado igualmente por uma evidente mamoa pétreia. Este conjunto de sepulcros situa-se numa cumeada extensa e bastante aplanada de Ortognaisses graníticos e sieníticos hiperalcalinos, que configura uma paisagem bastante pedregosa, com pequenos afloramentos, onde por vezes resulta bastante complexo identificar com clareza quer pequenos sepulcros, quer mesmo pequenas estruturas tumulares.

O conjunto do Lacrau é, na acepção que Rui Boaventura lhe costumava dar (BOAVENTURA 2006), um verdadeiro *cluster*, dada a proximidade e diversidade dos diversos sepulcros sendo, pois, bastante complexo compreender este monumento sem ter em atenção os restantes, que não foram estudados da mesma forma (Fig. 31).

---

<sup>5</sup> 39° 4' 36.98" N / 7° 26' 54.93" W (*datum* WGS84)

<sup>6</sup> 39° 4' 41.25" N / 7° 26' 51.88" W (*datum* WGS84)



**Fig. 31** – Vista geral, de Poente, da anta do Lacrau 3, vendo-se ao fundo a estrutura tumular do sepulcro 1, situando-se Lacrau 2 no limite do horizonte, à direita.

O sepulcro do Lacrau 3 apresentava-se, ao início dos trabalhos, como uma pequena sepultura, aparentemente fechada, com 7 esteios visíveis, algo afectada do lado Norte, com uma mamoa de cerca de 15 m de diâmetro, constituída por um acumular de blocos pétreos de pequena e média dimensão, muitos deles de quartzo, que lhe permitiam sobressair ligeiramente na paisagem aplanada. Todavia, a continuação dos trabalhos viria a revelar-nos uma realidade bem, diferente.

Os trabalhos decorreram em diversos momentos entre Novembro e Dezembro de 2013, terminando-se em inícios de Junho de 2014, tendo-se desenvolvido no âmbito do Programa MEGAGEO, dirigido por Rui Boaventura.

Os trabalhos iniciaram-se com a implantação de uma quadrícula de 3 m × 2 m, que abarcava toda a câmara do monumento, tendo-se posteriormente expandido mais um metro no eixo maior. Este estava orientado genericamente a 65°, acompanhando, segundo criamos, o eixo maior do monumento. Não foi realizada nem equacionada uma vala de sondagem na estrutura tumular dados os constrangimentos de tempo, contudo assumimos que seria relevante.

Se inicialmente havia a noção do monumento se encontrar em relativo bom estado de preservação, o avançar dos trabalhos vieram a revelar uma realidade muito distinta. A sequência de unidades estratigráfica desenvolvia-se com estratos muito semelhantes entre si, relativamente arenosos, com alguma argila fina, que embalavam algumas pedras soltas pequenas e médias, como [13] e [14]. Após a remoção destas ficou desde logo patente a presença de uma grande laje fracturada no interior da câmara, [16], documentando-se na área mais a Poente, junto aos esteios em posição original uma sequência de unidades, [15], [17] e [18] de terras escuras, por vezes mais avermelhadas, nas margens ou no fundo, sem que fosse clara a presença de carvões, tendo uma textura algo pastosa, que nos indicava uma forte destruição e mesmo utilização relativamente recente, alterando a perspectiva de boa preservação do monumento. Nesta fase ficou patente que, na realidade, a grande laje sub-rectangular e espessa [16] seria metade de uma tampa fracturada e caída para o interior do monumento, de que [12] seria a outra metade, ainda que caída na vertical e encostada pelo interior aos

esteios do lado Sul. Este facto impôs uma acção distinta, tendo reunido uma pequena equipa de “veteranos”<sup>7</sup> nestas lides para, de modo totalmente braçal, tratarmos de remover os blocos, experienciando também as dificuldades de mover megálitos com recurso a cordas e troncos (Fig. 32).

Após a remoção de ambas metades ficou bastante claro que todo o interior deveria ter sido fortemente perturbado, com excepção de uma pequena faixa, [23], situada sob e por detrás de [12], na qual viemos a documentar o único objecto pré-histórico identificado, uma lâmina, muito semelhante à documentada na anta da Barroca, mas mais robusta, apresentando 111,5 mm × 21,5 mm × 6,3 mm, com vestígios de uso, mas não retocada. Assim, atendendo aos critérios mencionados acima, esta lâmina situa-se mais próxima do designado Grupo 2 daqueles autores (CARVALHO, 2013, p. 73; CARVALHO & GIBAJA, 2014, p. 173), contudo, o facto de haver tido tratamento térmico deve ser um indicador da sua integração no Grupo 1 (Fig. 33).

Essa destruição e remeximento ficou patente na extensa vala de destruição [26-45], marcada na base da estratigrafia. O mencionado alargamento permitiu-nos verificar que os grandes blocos [41] e [42], subjacentes a [1], se encontravam, tal como este, remobilizados dentro da grande vala de destruição, que acabou por dismantelar boa parte do sepulcro, na sua metade Nascente, impedindo uma leitura mais concreta da sua planta. Todavia, alguns considerandos são possíveis.

O sepulcro do Lacrau 3, atendendo ao que se conserva, deveria ter tido uma planta simples, em “U”, com um esteio de cabeceira pouco destacado. Os esteios, de ortognaisses locais, apresentam formas subparalelepípedicas, com cerca de um metro de altura, e largura variável, entre os 0,7 m e os 0,4 m, todos dispostos na vertical, deixando escassa margem entre eles (Figs. 34 e 35). Pelo interior, e mesmo atendendo



**Fig. 32** – Vista geral dos trabalhos de remoção dos fragmentos de tampa [12] - [16], caídos no interior da câmara. Em baixo, em primeiro plano, os dois fragmentos de tampa reunidos e ao fundo a equipa de trabalho, a partir da esquerda: Rui Mataloto, José Inverno, Filipa Santos, Pedro Angeja, Rui Monge, Rui Godinho e Rui Boaventura (30 de Dezembro de 2013).

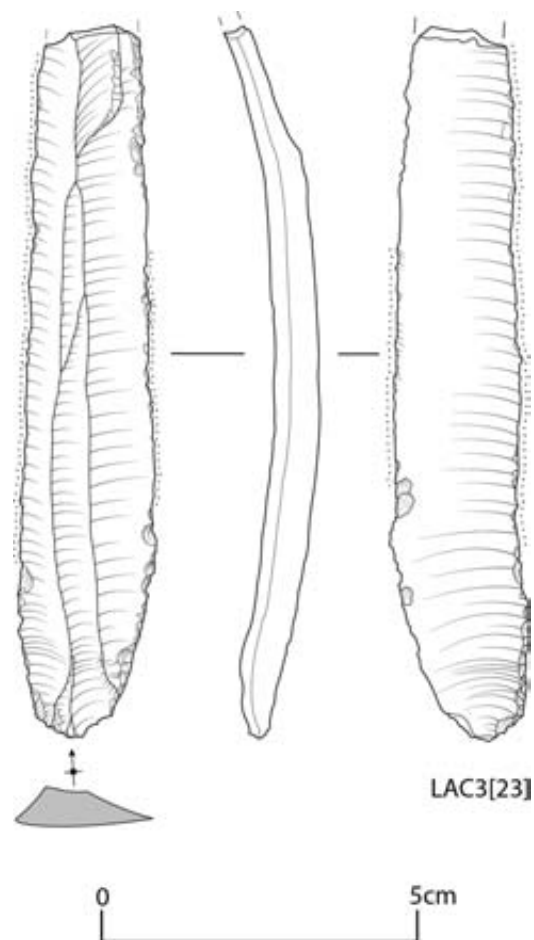
<sup>7</sup> Assim, para além de um de nós (R.M.) e de Rui Boaventura, gostaríamos de realçar a presença amiga e possante de: Rui Monge, Rui Godinho, José Inverno, Pedro Angeja e Filipa Santos. Com eles partilhámos a difícil e sábia tarefa de mover megálitos de modo inteiramente braçal. Importa-nos realçar aqui o *skill* notável que Rui Boaventura já tinha nestas tarefas, como em tantas outras, gerindo a equipa com sabedoria mais que força.



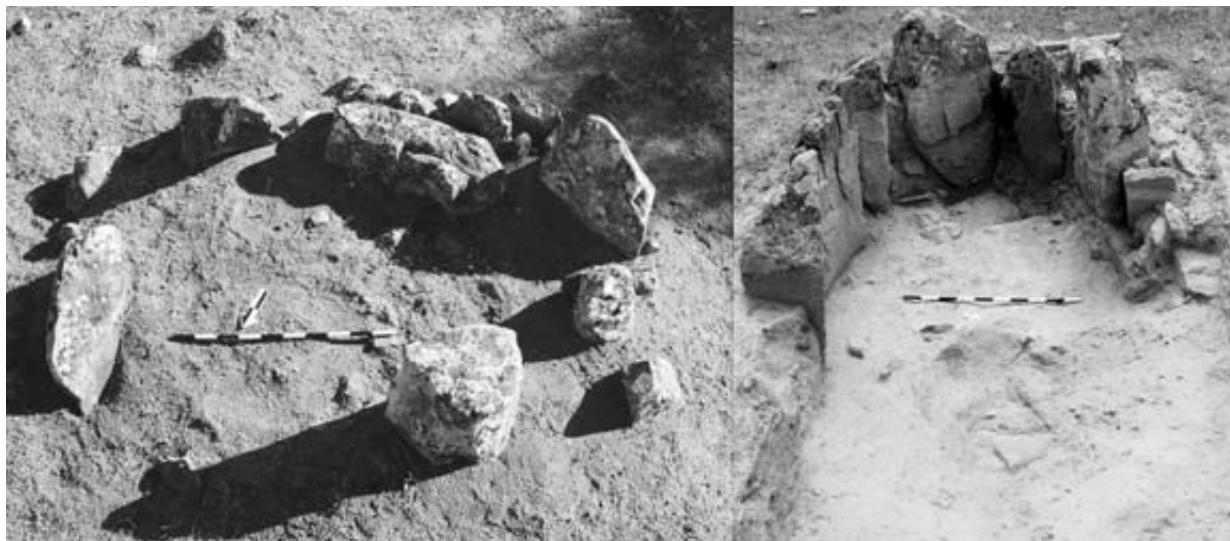
às perturbações sofridas, os calços não eram evidentes, estando alguns apenas ligeiramente inseridos numa ligeira depressão escavada no solão de base, enquanto outros estavam manifestamente sobrelevados em relação a este, o que poderá indiciar que a própria estrutura tumular fosse ou de construção simultânea à câmara, ou mesmo anterior à instalação de alguns esteios. De realçar ainda a tampa quebrada, de longe a peça de maiores dimensões, e certamente a mais pesada, deixando claro que mesmo estes monumentos pequenos deverão, em muitas situações, contado com pesadas pedras de cobertura. Esta era a única pedra claramente granitoide do conjunto, destacando-se também por isso. A fractura da grande laje ao meio, e o modo como acabou por se dispor indica que terá partido com o espaço da câmara vazio, provavelmente já derivado da destruição e saque bem marcada pela vala [26-45], sobre a qual a metade Norte, [16], acaba por desabar.

No geral, este sepulcro não se afasta muito de outros aqui tratados, como a anta da Barroca, construídos com lajes dispostas principalmente na vertical, com espólio simples, em ambas surge uma pequena lâmina, e estruturas tumulares destacadas, que infelizmente aqui não tivemos oportunidade de explorar.

Como já afirmámos, apenas a cerca de 150 m para nordeste localiza-se a anta do Lacrau 2. Enquanto decorriam os trabalhos, e dadas as dúvidas que se levantavam sobre a mesma, na justa medida em que à superfície surgia apenas um



**Fig. 33** – Lâmina em sílex, parcialmente retocada e com vestígios de uso, de Lacrau 3 (desenho de Diana Nukushina, a quem se agradece)



**Fig. 34** – Vista geral da anta do Lacrau 3 ao início e ao final dos trabalhos.

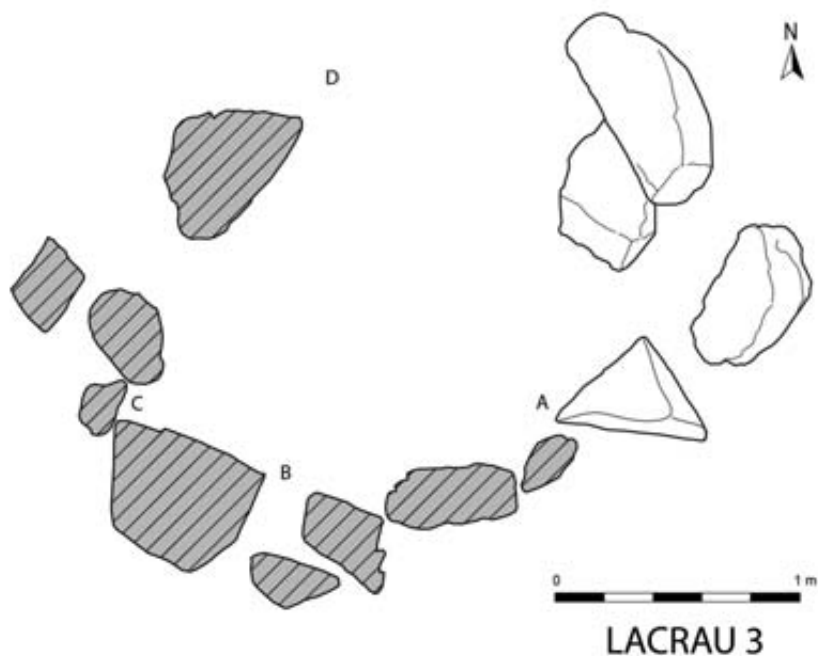
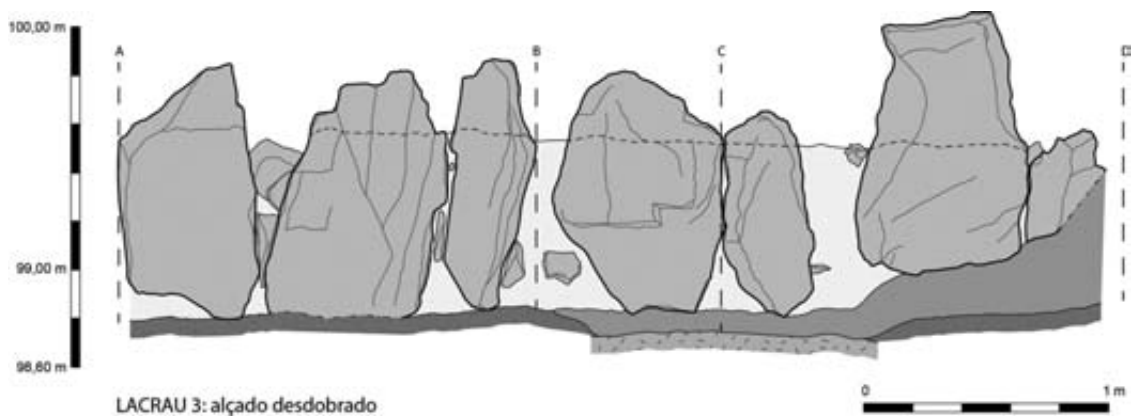


Fig. 35 – Planta e alçado da anta do Lacrau 3.

alinhamento de blocos apenas levemente desfasado em relação às linhas de afloramento, e sem que qualquer vestígio de estrutura tumular fosse visível, ao invés dos restantes do *cluster*, decidimos efectuar “*uma ligeira décapage*”, parafraseando um reconhecido arqueólogo. Assim, implantámos uma quadrícula de 3 m x 2 m, com o eixo maior concordante com o alinhamento de blocos. A escavação apenas do estrato superficial permitiu, desde logo, confirmar a presença de um sepulcro de características similares a Lacrau 3, ainda que os esteios se afigurassem de menor dimensão (Fig. 36). A identificação do esteio de cabeceira, invisível à superfície, posicionado na perpendicular do alinhamento ligeiramente arqueado que constituíam os blocos do lado Norte da câmara, não deixava qualquer dúvida, permitindo entender que deveríamos ter estado perante um sepulcro com uma planta em “ferradura” aberto a sudeste, como usual. Esperamos poder vir ainda a terminar esta intervenção, ajudando a melhor caracterizar o conjunto do Lacrau.

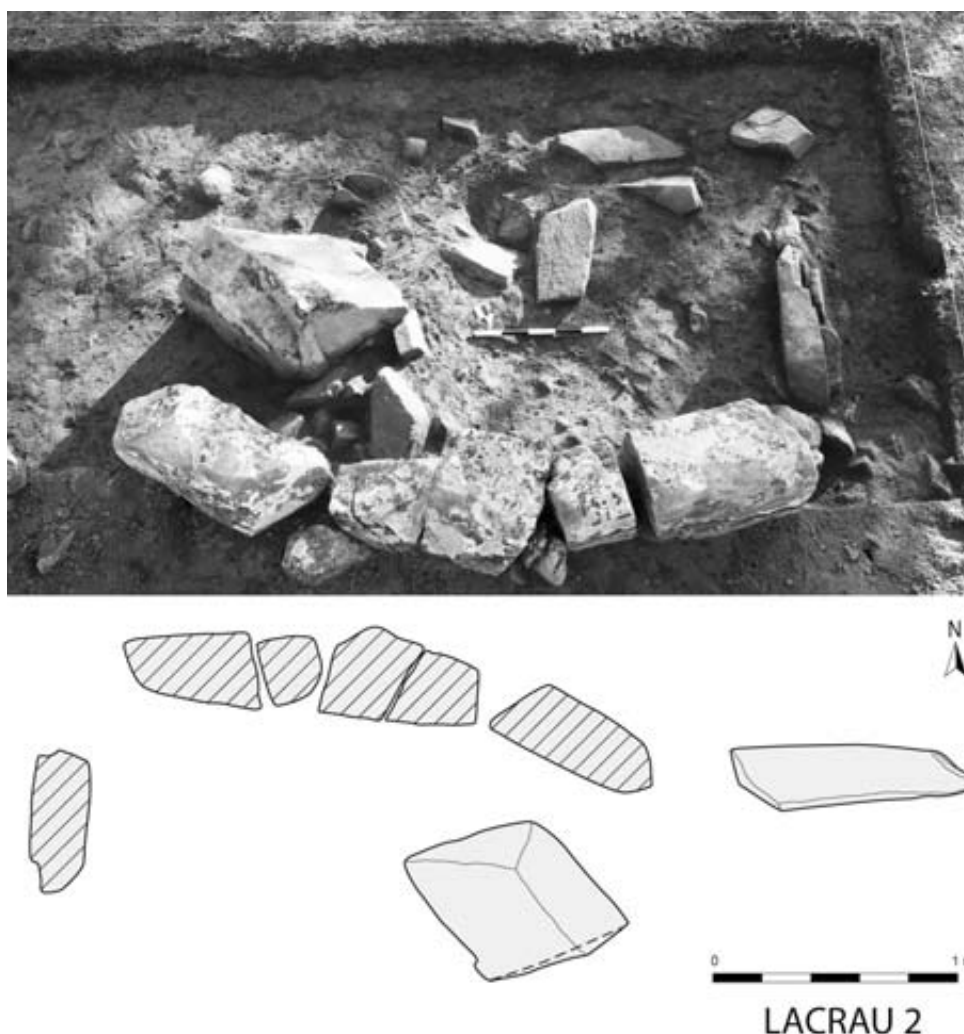


Fig. 36 – Planta e vista geral da anta do Lacrau 2.

A presença destes pequenos sepulcros contrasta claramente com o grande monumento do Lacrau 1, possivelmente mais tardio, deixando entender que mais que uma satelização do grande sepulcro, estes mais pequenos vêm claramente inaugurar uma paisagem funerária que terá o seu desenvolvimento e consolidação com a edificação da impressionante estrutura tumular daquele. Processo semelhante parece ocorrer com o conjunto de Rabuje, como foi já proposto (BOAVENTURA, 2006).

### 3.2.3 – A anta da Enxara de Cima 1<sup>8</sup>

A anta da Enxara de Cima 1 foi identificada ainda nos anos 90, no âmbito do projecto COMONPH, dirigido por Rui Boaventura e Carla Lopes. Logo nessa altura foi registado como pequeno monumento de seis esteios, e uma estrutura tumular com cerca de 10 m de diâmetro, que veio a receber o CNS 11865.

---

<sup>8</sup>39°0'38.27''N / 7°27'19.81''W (datum WGS84)



**Fig. 37** – Vista geral, para Poente, a partir da anta, antes da intervenção.

No âmbito do projecto MEGAGEO, dirigido por Rui Boaventura, decidiu-se intervir neste sepulcro, o que se levou a efeito entre 14 e 16 de Dezembro de 2013, com a colaboração de vários alunos, que importa reter pela exemplar prestação: Ana Olaio, Filipa Santos e Pedro Angeja.

A anta da Enxara de Cima 1 implanta-se numa linha de cumeeada suave que serve de fecho entre a ribeira de Almuro, a Sul, e a Ribeira da Leca, a Norte, que poucos quilómetros a Poente, desaguam juntas na Ribeira Grande, subsidiária da margem direita do Tejo, através do Rio Sorraia. A partir do sepulcro, a paisagem abre-se longamente, em particular para Poente, sobre a depressão onde corre a Ribeira Grande, sendo mais levemente ondulada para Nascente.

A cerca de 300 m a noroeste deste sepulcro, ao longo da linha de cumeeada, situa-se um outro, Enxara de Cima 2 (CNS 11372), igualmente de pequena dimensão, de que se divisam os topos de 6 pequenos esteios e os restos de uma estrutura tumular pétreia com cerca de 8 m de diâmetro. Alguns quilómetros mais a Sul e mais a Norte encontram-se, respectivamente, os pequenos núcleos da Carrajola e Vale Romeiras, que contemplam, já, a presença de monumentos de muito maior dimensão.

A imagem inicial de Enxara de Cima 1 era bastante desoladora, com o amontoado de pequenas pedras e dos marcos de protecção, implantados por Rui Boaventura por forma a evitar a destruição da estrutura tumular que, todavia, continuava a ser lavrada. Nesse momento, o seu achador chegou a levantar dúvidas sobre a antiguidade da mesma, contudo, os trabalhos viriam a revelar um monumento exemplar.

Após uma limpeza inicial implantou-se uma quadrícula de apenas 3 m × 2 m, sendo o eixo maior estabelecido numa linha aproximadamente orientada a 60°, que nos pareceu ser a mais favorável face ao eixo longitudinal do sepulcro, o que não veio a verificar-se. Posteriormente abrimos uma vala de sondagem com 3 m × 1 m para Norte, por forma a avaliarmos a estrutura tumular. Na área fronteira à entrada escavámos até ao substrato geológico, tal como na vala, como forma de melhor avaliarmos a construção e utilização do sepulcro.

A sequência estratigráfica, quer no interior quer no exterior do sepulcro, era muito simples e linear, composta por terras bastante arenosas, com abundante areão de granito e raras pedras locais, cuja coloração





Fig. 38 – Vista geral da anta de Enxara de Cima 1 antes e no final dos trabalhos.

variava entre os tons mais alaranjados ou mais acinzentados dos amarelos. Não foi recolhido qualquer espólio, além de algumas lascas de quartzo, de trabalho bastante duvidoso, e recolhidas nas terras exteriores. Não encontramos evidências claras de violação intencional. Debrucemo-nos, então, sobre a interessante arquitectura.

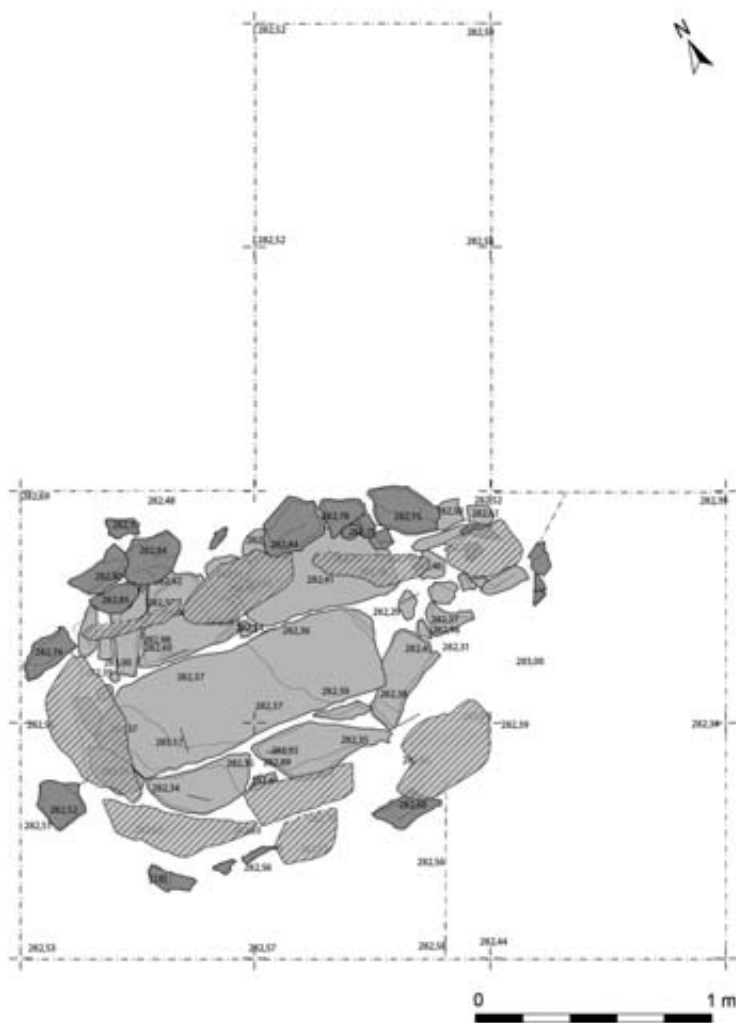
Este sepulcro encontrava-se, apesar da sua pequenez, relativamente bem conservado, à excepção de algum esteio partido *in situ*, ou algum maior, como [6], quase arrancado. O monumento estruturou-se a partir de um esteio de cabeceira, [3], de forma paralelepípedica irregular, que não se ergue mais de 0,8 m acima do pavimento da câmara. Após este parecem ter sido colocados, de cada lado, os esteios [2] e [5], em gnaisses e granito respectivamente, estando ambos bastante inclinados para o interior, devendo ser de altura sensivelmente semelhante ao de cabeceira. Estes correspondiam aos 2.º e 3.º esteio do lado Sul e Norte, respectivamente. Entre estes e a cabeceira estavam [13] a Sul e [4] a Norte, em forma de laje sub-rectangular e ambos em anfíbolito. Do lado Norte, a Nascente de [5], documentou-se ainda a laje de anfíbolito [12], de relativa pequena dimensão, que se encontrava fracturada.

A entrada do sepulcro encontrava-se bem marcada por dois esteios, verdadeiros pilares, de altura apenas ligeiramente menor que a cabeceira, que acabavam por constituir um verdadeiro portal, que estrangulava ligeiramente a entrada da câmara funerária, sem que se pudesse afirmar que seriam um esboço de corredor. No interior, os esteios encontravam-se bem travados por pequenos blocos, de rochas granitoides e quartzos, a modo de calços. Pelo exterior dos esteios desenvolvia-se um poderoso contraforte de blocos de pequena e média dimensão, [18] a Sul e [16] a Norte, parcialmente sobrepostos por uma terra amarela alaranjada, arenosa e compacta, que deveria ser o que restava, imperturbado, da antiga estrutura tumular.

Cremos que após a edificação do sepulcro, mas eventualmente antes da sua cobertura, instalou-se um pavimento de lajes de anfíbolitos locais, relativamente regulares, centralizado por uma grande laje aplanada acompanhada de outras menores, imbricadas de modo bastante compacto, cuidadoso e nivelado, deixando curiosa reserva justamente na área do “portal”, marcando bastante bem o interior sepulcral, do espaço exterior.



ENXARA DE CIMA 1: alçado interno sul



ENXARA DE CIMA 1

Fig. 39 – Planta geral e alçado em corte do interior Sul da câmara da anta da Enxara de Cima 1.

A câmara apresentava-se assim bastante bem marcada por um pavimento muito bem construído, com 1,75 m × 1 m, surgindo-nos, então, de muito limitada dimensão, de planta em “U”, com ligeiro estrangulamento pelos elementos do portal, que se erguiam acima da altura dos próprios esteios (Fig. 39). Sendo todos eles de modesta largura, uns mais “lajiformes” e outros mais irregulares, a câmara acaba por ser delimitada por

dois esteios do lado Sul e três do lado Norte, para além da cabeceira e dos dois elementos do portal. Esta presença de blocos bem marcados na entrada, a modo de portal, tem vindo a ser documentada em outros monumentos da região, caso dos dois descritos acima, Godinhos e Chãs, mas igualmente de alguns casos “clássicos” como a anta 10 das Areias (LEISNER & LEISNER, 1951 a, Est. XXXVII, III), a qual exhibe uma outra característica que começa a assumir rasgos de alguma tipicidade, dois esteios do lado Norte e apenas um do lado Sul, tal como estas últimas.

Como ficou patente pela “experiência” no local, este espaço dificilmente receberia dois corpos em simultâneo, sendo em boa medida “individual” (Fig. 40).

Importa referir que, apesar de carecer de análise mais afinada, ficou patente que o monumento se abria bastante para Nordeste, o que é manifestamente raro no Sudoeste peninsular (HOSKINS, 1998) onde, apesar de tudo, existem estranhos casos de orientações completamente fora da norma, como por exemplo Deserto 5 e 16, como nos menciona M. Heleno. Ainda que não exista um levantamento exaustivo sobre este tipo de sepulcros, os dados disponíveis parecem não se afastar substancialmente do reconhecido para a região nos restantes tipos de sepulcros megalíticos, de maiores dimensões (HOSKINS & CALADO, 1998, p. 79). Contudo, se atendermos a que poderíamos estar perante um momento relativamente precoce do desenvolvimento destas formas de sepulcro, a padronização dos rituais e como tal das arquitecturas e orientações não fosse ainda tão rígida.

O sepulcro da Enxara de Cima 1, apesar da sua pequena dimensão, corresponde com toda a clareza a uma pequena anta que segue os preceitos genéricos deste tipo de monumentos na região, apresentando, no entanto, um elemento claramente diferenciador como a presença de uma câmara pavimentada, de cuidada execução, vocacionada para acolher um número certamente limitado de féretros, neste caso aparentemente não acompanhados de espólio não percívél.



**Fig. 40** – Vista geral da anta de Enxara de Cima 1 com simulação funerária com “modelo” humano de 1,55 m de altura (A. Olaió).

### 3.2.4 – A anta de Rabuje 5<sup>9</sup>

A anta de Rabuje 5 (CNS 11706) foi identificada, em meados da década de 90 do século passado, por Rui Boaventura e Carla Lopes na sequência de trabalhos de prospecção desenvolvidos no âmbito do Projecto COMONPH. Na sequência do seu achamento promoveu-se primeiro a limpeza de um forte morouço que a ocultava em grande medida, deixando perceptível apenas a estrutura tumular.

<sup>9</sup> 39°5'34.83''N / 7°25'12.01''W (datum WGS84)



**Fig. 41** – Em baixo, vista geral, de Sul, sobre os trabalhos na anta de Rabuje 5, observando-se a planura levemente ondulada na envolvente (foto Rui Boaventura)

Apenas em 2002 viria a ser possível a Rui Boaventura dar início à escavação deste pequeno sepulcro, o que veio a realizar em Junho desse ano e do ano seguinte. Pretendemos aqui fazer apenas uma primeira abordagem aos resultados obtidos, que infelizmente nunca chegou a publicar como desejava. Deste modo, faremos uma breve sinopse, que carecerá ainda de um trabalho mais detalhado, quando tivermos possibilidade de aceder a toda a documentação, como foi desejo expresso pelo Rui.

Ainda que a sua localização e enquadramento geológico já tenham sido objecto de estudo (BOAVENTURA, 2000; BOAVENTURA, 2006), importa aqui recordar e tecer alguns considerandos a este nível.

Como foi já sumariamente noticiado (BOAVENTURA, 2006), a anta de Rabuje 5 enquadra-se no designado *cluster* homónimo composto por sete sepulcros, conhecidos de modo bem diferenciado. Os sepulcros de Rabuje 2 a 5 situam-se numa pequena linha de cumeeada, dispondo-se em segmento de círculo cujas extremidades se afastam menos de 300 m, pelos que os quatro sepulcros se localizam a curta distância entre si. Depois, numa pequena rechã da encosta suave virada a Nascente, imediata à Ribeira de Assumar, em posição que quase nos atreveríamos a descrever como central, implanta-se a anta de Rabuje 1 (CNS 11876), de longe a mais imponente e monumental, na periferia da qual se documenta o possível sepulcro 6 (CNS 17220), apenas indiciado por ligeira estrutura tumular. Aproximadamente 100 m a Sul destas, numa dobra do terreno, mais próxima do leito da ribeira situa-se o possível sepulcro 7 (CNS 16425), marcado pela presença de apenas duas lajes cravadas e geologicamente descontextualizadas.

O designado *cluster* de Rabuje é, então, constituído por 7 sepulcros, dois com câmara de 7 esteios e corredor, anta 1 e 2, construídos essencialmente com esteios de granito e evidências de prolongamentos em xisto no início do corredor. Estes dois monumentos situam-se na extremidade Norte do conjunto, um em posição mais destacada, o 2, enquanto Rabuje 1 surge mais junto da Ribeira de Assumar, aparentemente mais discreta, mas certamente mais imponente para quem cruza aqui a linha de água ou se desloca ao longo do vale, deixando claro como o destaque nos surge com a perspectiva.



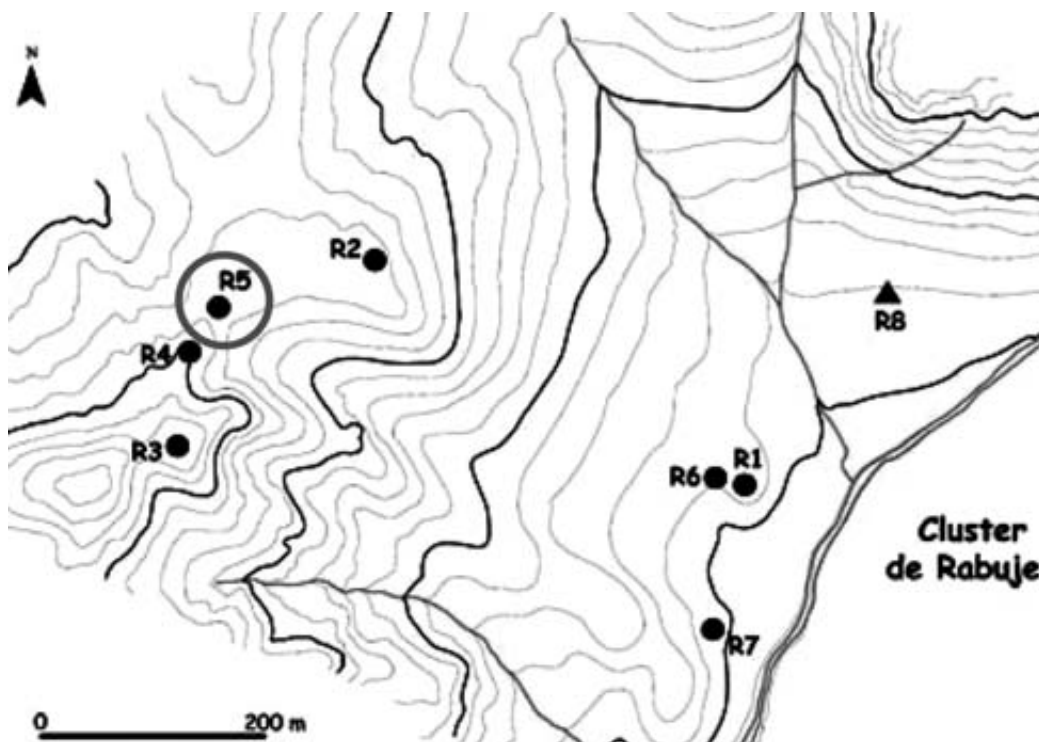


Fig. 42 – O cluster megalítico de Rabuje, com a anta 5 assinalada, segundo BOAVENTURA, 2006, p. 65.

O sepulcro de Rabuje 3 (CNS 7557) é, dos situados em posição mais elevada o que fica mais a Sul, apresentando uma pequena câmara de planta poligonal, com um esteio de cabeceira em granito e os restantes em xisto, com um curto corredor também em xisto. Este sepulcro, tal como noticiado, foi intervencionado por Rui Boaventura em 2004, tal como chegou a noticiar (BOAVENTURA, 2006), onde documentou uma câmara bastante perturbada, mas com um espólio bastante rico e diverso (placa de xisto, lâminas, ponta de lança, cerâmica, etc.). O corredor, em xisto e de planta romboide, não chegou a ser intervencionado.

A anta de Rabuje 4 (CNS 11878) situada igualmente na pequena linha de cumeada, entre o sepulcro 3 e o 5, apresenta uma câmara de 7 esteios e corredor, sendo o de cabeceira em xisto, enquanto os restantes da câmara são em granito, passando os do corredor de novo a xisto. A estrutura tumular encontra-se ainda razoavelmente bem conservada.

Os sepulcros de Rabuje 6 e 7 seriam de pequena dimensão, que fariam uso de lajes de xisto na sua construção, apesar de ainda não ser possível vislumbrar integralmente as suas plantas. Como já se afirmou, o aspecto mais interessante do primeiro destes é a sua grande proximidade a sepulcro maior, Rabuje 1.

A anta de Rabuje 5, do conjunto apresentado, foi a única extensamente intervencionada apenas por Rui Boaventura, de que nos deixou ainda testemunho, infelizmente parcelar (BOAVENTURA, 2006)<sup>10</sup> e

<sup>10</sup>Da intervenção desta anta deixou-nos o Rui Boaventura dois relatórios, referentes às duas campanhas, nos quais ficam bem patentes quer as estratégias, quer os dados, questões e preocupações que envolveram toda a intervenção. Muito agradecemos a Filipa Bragança e à DGPC as facilidades concedidas no acesso aos mesmos, que muito ajudaram a completar a informação de que já dispúnhamos. Todas as observações aqui tecidas se baseiam nos dados obtidos e disponibilizados pelo Rui Boaventura, constantes nas plantas e relatórios. Contudo, o texto, perspectivas e leituras são unicamente nossas, sabendo que, como ainda planeámos, a sua publicação com o Rui assumiria, certamente, outros contornos.

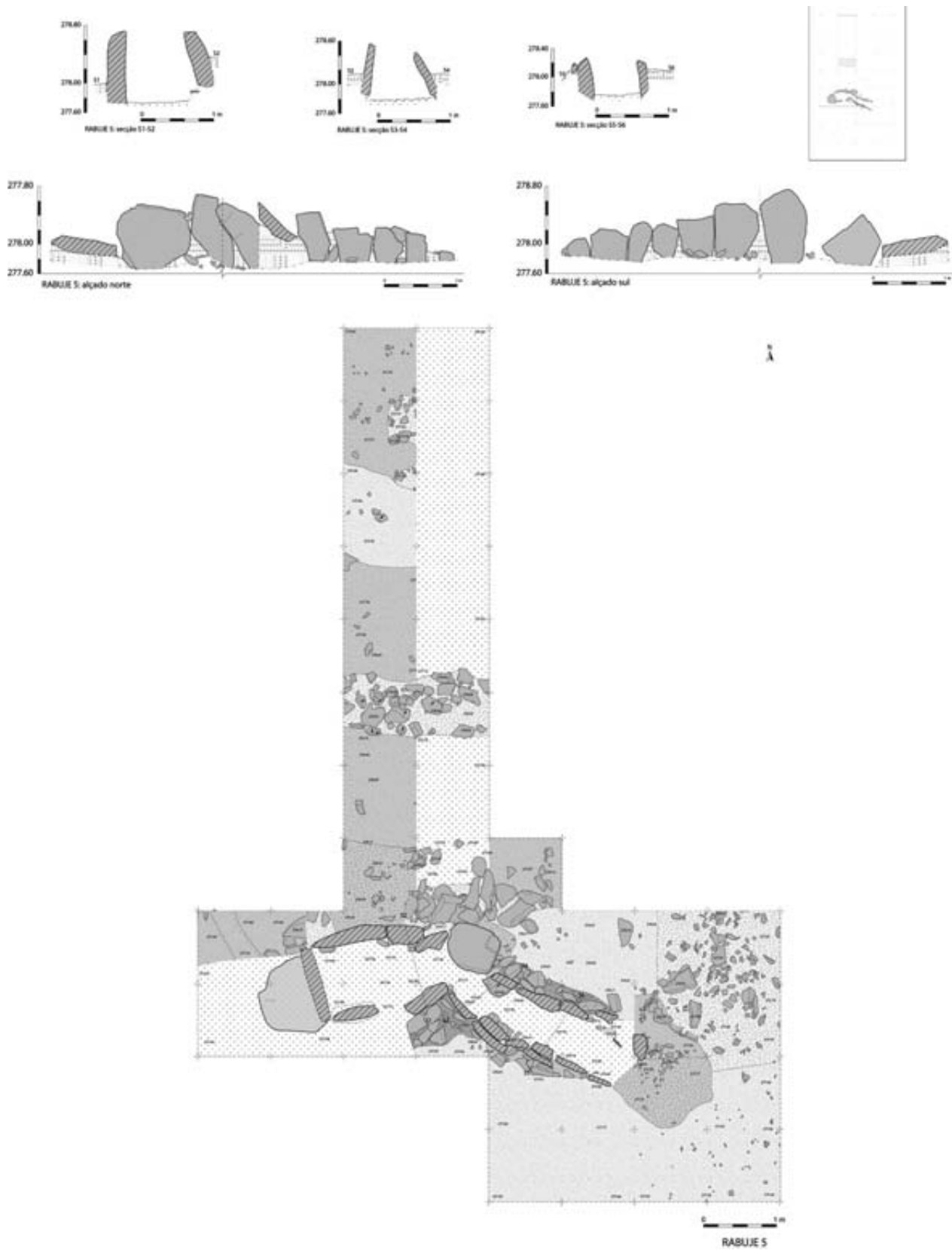


Fig. 43 – Planta, alçados e cortes da anta de Rabuje 5, segundo registo de Rui Boaventura.

que, por se tratar de uma pequena anta, analisaremos aqui de modo mais alongado, ficando para outra oportunidade uma apresentação circunstanciada dos dados, como foi sempre desejo do Rui.

Os trabalhos centraram-se na escavação da câmara do sepulcro, do seu corredor e área fronteira, para além de uma extensa vala de caracterização da estrutura tumular. Para tal abriu-se, em várias fases, uma área em T, centrada na câmara, e que se alargava na área do corredor, a Nascente. A vala de Sondagem Norte-Sul, com 8 m de extensão, partia do lado Norte da câmara, inicialmente com 2 m de largura, que posteriormente se reduziu a um em profundidade.



Fig. 44 – Vista geral, de Sul, da anta de Rabuje 5 (foto de Rui Boaventura).

Na área fronteira ao corredor procedeu-se ao alargamento da intervenção, por forma a melhor compreender essa área, a qual mostrou alguma complexidade.

A câmara surgia como uma estrutura simples, que poderíamos designar “em ferradura”, mais do que de forma “cistoide”, na esteira de V. Correia (1921), composta por seis esteios em xisto, de pequena dimensão, sub-rectangulares ou subquadrangulares, angulosos, com cerca de 1 m de altura, e entre 0,5 m / 0,6 m de largura, atingindo pontualmente maior largura, quer na cabeceira, [6], quer no lado Norte, [7]. Com excepção do esteio de cabeceira, claramente derrubado para o exterior, mas com a base *in situ*, os restantes da câmara encontravam-se ainda fincados mantendo, aparentemente, a altimetria original, à excepção de [12], junto à cabeceira do lado Sul, que estava claramente truncado e inclinado para o exterior. Entre este e [11], primeiro esteio da câmara do mesmo lado, poderá ter existido um outro esteio menor, arrancado, ou simplesmente parte de [12], truncado, deixando uma interrupção na estrutura. Tal como R. Boaventura ainda assinalou (BOAVENTURA, 2006), o mais provável é que tivesse existido mesmo outro esteio, atendendo aos escassos indícios, caso de pequenos calços, estando na área nordeste da estrutura tumular um bloco que apresentava as características ótimas para o fazer. Na realidade, a truncagem de [12] poderia ter sido antecedida do arranque deste.

A câmara apresenta, assim, 1,7 m de eixo longitudinal e 0,95 m de eixo transversal, assumindo uma dimensão bastante modesta, acompanhando outros casos já aqui apresentados, de que se aproxima bastante em termos arquitectónicos. A orientação do eixo maior da câmara, estabelecido, tal como nos restantes sepulcros, pelo centro do esteio de cabeceira e o centro da abertura, neste caso para o corredor, aponta genericamente para os 83°, acompanhando a tendência geral dos monumentos mais pequenos (HOSKINS & CALADO, 1998, p. 79). Contudo, a peculiaridade deste sepulcro é o facto do eixo do corredor estabelecer com o eixo da câmara um ângulo bastante obtuso, para Sul, correspondendo o alinhamento genérico do eixo do corredor em torno dos 115°, muito aproximado, então, do Solstício de Inverno, e não se afastando da orientação de muitos dos sepulcros conhecidos na região (HOSKINS & CALADO, 1998).

O corredor, com cerca de 3 m de comprimento, é construído em pequenas lajes de xisto, seis de cada lado, por vezes reforçadas com outras semelhantes fincadas pelo exterior ([18] e [22]), apresentando uma

altura crescente do exterior para o interior, iniciando-se com cerca de 0,25 m atingindo depois 0,75 m junto do acesso à câmara. Este facto deixa entender que a sua existência dificilmente terá sido estritamente funcional, podendo desenvolver um sentido essencialmente simbólico. Como Rui Boaventura propôs nos relatórios, este poderia ser apenas um corredor intratumular, sem que tenha alguma vez sido coberto, algo de que não somos totalmente seguros. Este tipo de corredor sem possibilidade de utilização é relativamente frequente, especialmente em pequenos sepulcros de xisto (CALADO, 2003, p. 362), tendo sido proposto que poderiam resultar de um sentido mimético tardio face aos grandes monumentos dotados de corredores funcionais (BUENO RAMÍREZ, 1994). Contudo, e atendendo ao caso concreto de Rabuje 5, em Monforte, mas também da anta 1 do Lucas (Alandroal) (CALADO, 1994), os indícios de alguma antiguidade dos espólios, e no primeiro caso da datação obtida, permitem questionar esta perspectiva, autorizando inverter a argumentação, assinalando essencialmente o seu sentido simbólico (CALADO, 2003, p. 362), pois a entrada das pequenas antas sem corredor é, em si, muitas das vezes também simbólica, impondo acessos superiores.

Efectivamente, os escassos indícios recolhidos sobre a eventual adição do corredor num segundo momento de construção parecem favorecer esta perspectiva da adição simbólica deste, deixando o esteio [10], na transição da câmara para o corredor, numa posição de facilitar o acesso directo ao interior da câmara. Como Rui Boaventura bem notou, este esteio, o único claramente inclinado para o interior do sepulcro, tinha uma base de assentamento bastante frágil, e sobrelevada em relação à própria câmara, deixando a noção da necessidade da sua mobilização, o que mais tarde imporia o seu colapso. Este elemento é claramente chave no processo de entendimento da construção da estrutura do sepulcro, ficando bem patente como se destaca, pela sua dimensão, do esteio utilizado no lado Sul para o início do corredor. A possível adição do corredor, e em particular do esteio [10], parece ter implicado um verdadeiro reforço da estrutura pelo lado Norte, surgindo assim, no momento em que o corredor foi adicionado, o contraforte [55], o qual não tinha paralelo do lado Sul, muito possivelmente porque a estrutura não estaria tão exposta pela necessidade de aceder, por esse lado, ao interior da câmara. Assim, ainda que [55] tivesse sido adicionado num momento posterior a [10], deixava uma margem para manobrar este, não estando claramente encostado a ele.

Se a putativa cobertura do corredor não tem qualquer indício, já para a câmara, o bloco documentado imediatamente a nordeste desta parece apresentar características óptimas para cumprir essa função. A estrutura tumular que teria coberto todo o conjunto arquitectónico encontrava-se desigualmente preservada, estando nos lados Sul e Oeste quase desaparecida. Pelo lado Norte e Este a mesma encontrava-se bastante melhor preservada, retendo ainda uma importante componente pétreo. Cremos que esta teria uma extensão, pelo menos preservada, de cinco metros de raio a partir da câmara, sendo composta por uma primeira camada de terra, arenosa e compacta, [38] e [39], sendo posteriormente sobreposta por um anel pétreo, [37], a cerca de 3 m da câmara, com um metro de largura e composto por lajes e blocos de pequena e média dimensão, dispostos na horizontal. Na área Este, lateral Norte da entrada do corredor surgia [32], a qual poderia, de algum modo, mas sem a mesma clareza estrutural, a continuidade de [37]. Estas estruturas poderiam resultar dum reforço da estrutura tumular pelo lado Norte, no momento em que se tivesse acrescentado o corredor, caso [32] e [37] fossem a mesma estrutura, ou então, como acontece na anta dos Godinhos, como se viu acima, fazerem desde logo parte de uma componente estrutural/simbólica do monumento inicial, procurando realçar



Fig. 45 – Proposta evolutiva, em duas fases, da arquitectura da anta de Rabuje 5.



a estrutura tumular. A não existência no lado Sul pode derivar, como já se apontou, de uma mais severa acção erosiva ou, então, de nunca ter existido, como se pode supor pela total ausência a Sul de uma estrutura de contraforte semelhante a [55], que cremos dificilmente desapareceria por si só devido a elementos erosivos.

Em modo de síntese, temos um sepulcro com uma pequena câmara em forma de “ferradura”, muito semelhante a outras das pequenas antas aqui apresentadas, à qual parece ter sido adicionado, num segundo momento, aparentemente não muito posterior, como veremos, um corredor relativamente longo (3 m) eminentemente simbólico, com uma orientação bastante sugestiva que se aproxima do solstício de Inverno.

Em termos estratigráficos o interior do sepulcro, quer no corredor quer na câmara, surgia-nos relativamente simples, sendo desde logo claro o elevado remeximento ocorrido na câmara, ao invés do ocorrido no corredor. Na câmara documentaram-se as unidades [2], [35] e [46], sendo a primeira claramente resultado de perturbações recentes que introduziram materiais em momento antigo, e possivelmente também contemporâneos, caso de um possível elemento de xorca e um botão, aparentemente ambos em cobre/bronze (BOAVENTURA & MATALOTO, 2011, p. 128). Além destes recolheu-se igualmente um trapézio. A unidade seguinte, [35], estaria aparentemente preservada, conservando a presença de três geométricos, dois trapézios e um crescente, este em xisto silicatado, dois junto à entrada da câmara e outro mais afastado para o interior, junto à base do esteio de cabeceira [6]. A unidade [46] correspondia, basicamente, já à desagregação do próprio substrato, com abundante presença de abundante cascalho grosseiro de quartzo resultante da desagregação dos filões de base.

Para além dos geométricos e elementos metálicos surgiam, tal como um pouco por todo o monumento, lascas de quartzo provavelmente resultantes de uma debitação expedida ditada ao longo da construção do próprio sepulcro. Estas carecem ainda de uma avaliação mais detalhada. Surgiu apenas um fragmento de cerâmica de pequena dimensão e bastante incaracterístico, que aparenta não resultar de actividades de deposição intencionais.

No corredor a estratigrafia resumia-se, essencialmente, às unidades [3], [40] e [41] concentrando-se os materiais votivos, como usual, junto das laterais e especialmente nas proximidades da entrada. Todavia, esta concentração junto à entrada resumia-se a cinco geométricos e uma lamela em quartzo hialino, correspondendo aqueles a 4 trapézios em sílex e um crescente em xisto silicatado (Fig. 46). Um dos trapézios apresenta truncaturas muito oblíquas, quase podendo integrar-se nos triângulos.

Documentaram-se ainda frequentes lascas e núcleos pouco característicos de quartzo, além de algumas lamelas de quartzo hialino. A estas há que juntar uma ponta de projectil em quartzo, as quais se encontram ainda muito mal caracterizadas. Esta, de forma subtrapezoidal, apresenta-se trabalhada apenas no seu lado distal esquerdo. Foram também documentadas pequenas lascas de sílex e um núcleo pequeno.

A cerâmica é sempre de muito pequena dimensão, incaracterística, ainda que de provável produção manual, surgindo bastante dispersa, quer na área da estrutura central, quer depois já fora da área tumular.

A pedra polida foi recolhida apenas no exterior da área sepulcral, principalmente na extremidade da área tumular, devendo resultar ou de deposições intencionais, ou de eventuais remobilizações posteriores (Fig. 47). Estes correspondiam a duas enxós, de secção ovalada, apenas com a área do gume bem polida, e a um machado, de secção elíptica achatada, igualmente polido apenas no gume.

Como já sugerido por Rui Boaventura (2006, p. 67) este conjunto artefactual apresenta características arcaicas, o que a obtenção de uma datação sobre carvões de *Arbutus unedo* L. (medronheiro – R5 (02)33-U33<sup>11</sup>)

---

<sup>11</sup> Rabuje 5 (Beta-191133: 4650 ± 50 BP) *cal BCE* 1σ (68,2%) 3500-3360; *cal BCE* 2σ (95,4%) 3620-3330 (BOAVENTURA, 2009, p. 349); *cal BCE* 1σ (68,2%) 3514-3364; *cal BCE* 2σ (95,4%) 3630-3345. Estas e todas as datações citadas foram recalibradas em 2017 com recurso ao programa Calib 7.0.1 (STUIVER & REIMER, 2013) utilizando a curva de calibração IntCal13 (REIMER *et al.*, 2013). Intervalo a 2σ com 95,4% de probabilidade.

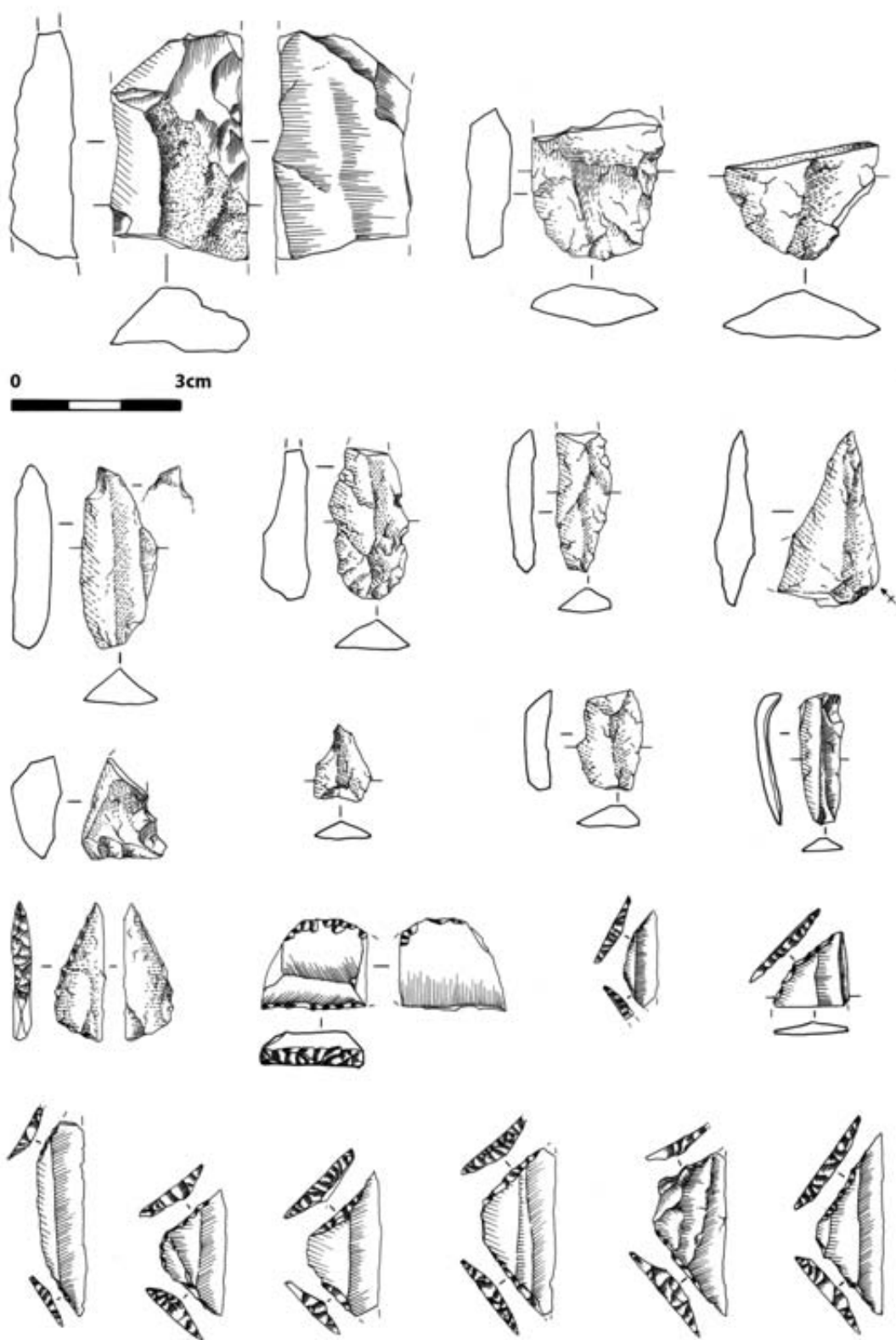


Fig. 46 - Conjunto de espólio lítico talhado da anta de Rabuje 5.

vem, de alguma forma, reforçar (BOAVENTURA, 2006, p. 67). O carvão datado provém da unidade [33], junto da base do esteio [10], que tombou sobre ela, provavelmente ajudando à preservação do elemento vegetal. Ainda que seja obtida sobre um carvão, que pode ou não ser de vida curta, não deixa de ser concordante com outras datações obtidas em pequenas antas (BOAVENTURA & MATALOTO, 2013, p. 91), com arquitecturas e espólios semelhantes, como se verá.

A região de Monforte, tal como já assinalado acima para a aba Sul da Serra d'Ossa, não apenas participou deste processo de fundação de uma paisagem funerária megalítica (Fig. 48), como também nos apresenta um contexto particularmente diverso e rico onde, ao invés desta última, os pequenos sepulcros não surgem isolados, ou em aglomerações pequenas, afastadas dos principais núcleos, ou *clusters*, megalíticos. Em Monforte, as pequenas antas

fundam ou acompanham de perto uma verdadeira estruturação funerária da Paisagem onde se aglomeram, a espaços, sepulcros com dimensão arquitectónica e diacrónica distinta, criando verdadeiros *axis Mundi* ao longo de toda a cronologia megalítica, gerando verdadeiros *case study* que Rui Boaventura bem soube identificar mas que, infelizmente, não teve tempo de estudar a fundo.

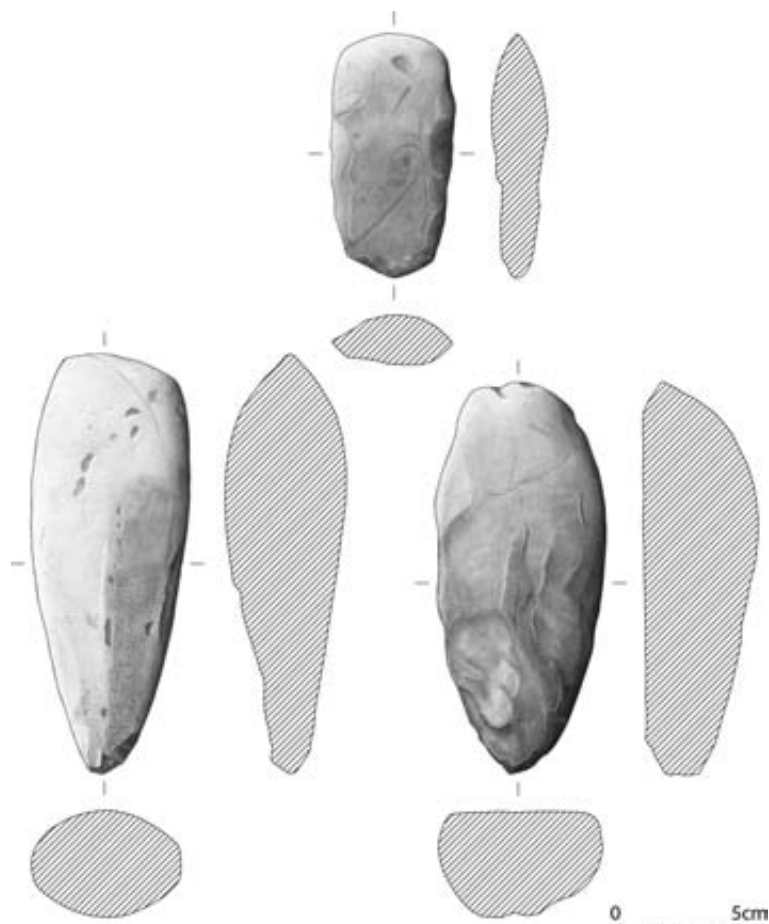


Fig. 47 - Conjunto de espólio lítico polido da anta de Rabuje 5.

#### 4 - A BELEZA DAS PEQUENAS COISAS... ESPÓLIOS FUNERÁRIOS

É reconhecido que, no contexto do fenómeno megalítico do Sudoeste peninsular, é possível definir duas crono-culturas genéricas, caracterizadas por associações específicas de artefactos votivos (*cf.* BOAVENTURA & MATALOTO, 2013). Obviamente que estas associações não são estanques, havendo elementos que se imiscuem entre conjuntos - sendo contudo possível individualizar as suas características gerais.

Um primeiro conjunto caracteriza-se pelo tríptico: artefactos de pedra polida, pequenas lâminas ou lamelas não retocadas e armaduras geométricas, sendo rara a inclusão de recipientes cerâmicos nos mobiliários votivos. A sua presença regista-se essencialmente em pequenas antas de câmara subelíptica, subrectangular, ou alongada, mas também em monumentos de corredor curto, com cronologias enquadráveis em boa parte do IV milénio a.n.e. Estes mesmos conjuntos estão igualmente bem documentados em grutas naturais e grutas artificiais crono-culturalmente coevas.

Um segundo conjunto inclui já a introdução de outros itens votivos, como as placas de xisto gravadas, as pontas bifaciais (pontas de seta e dardo, punhais, alabardas), as grandes lâminas retocadas e os recipientes cerâmicos (por vezes em grande número e variedade de formas), presentes em monumentos megalíticos de média/grande dimensão e monumentos de falsa cúpula, atribuíveis já a finais do IV milénio a.n.e. e primeira metade do seguinte.

Como dito, nos conjuntos associáveis ao primeiro momento, os recipientes cerâmicos são raros, sendo a sua presença talvez já o indício, e o início, do processo de diversificação dos conjuntos votivos, mas que devemos ainda manter no mesmo patamar ritual e ideológico daqueles que caracterizam as fases iniciais do Megalitismo no Sudoeste peninsular. A sua inclusão nos conjuntos votivos, como registado nos Godinhos, Hortinha 1 ou em alguns dos monumentos do Deserto, acrescentando-se a um conjunto ritual

“original” composto pelo tríptico acima descrito, poder-se-á assumir como “evolução natural” dos gestos funerários, equiparando as pequenas antas de câmara simples aos primeiros monumentos de corredor curto, como Poço da Gateira 1 – talvez já no último terço do IV milénio a.n.e. (Fig. 49).

Os recipientes cerâmicos referem-se genericamente a formas simples, derivadas da esfera, sem claros elementos distintivos – salientando-se apenas a presença ocasional de recipientes com superfícies almagradas. A sua inclusão num pacote votivo individual (lido em termos de inumações específicas) é precisamente evidenciada no referido monumento de Poço da Gateira 1 (cf. LEISNER & LEISNER, 1951 a), surgindo como parte do conjunto votivo destinado a um único inumado espacialmente associados aos restantes elementos (artefactos de pedra polida, lâminas, geométricos).

Outros elementos de destaque nestes conjuntos são os vasos de boca elíptica, presentes em pequenos sepulcros como Deserto 7 ou Lobeira de Cima 1, assim como em grutas naturais com utilizações funerárias coevas, como na Lapa dos Namorados (cf. CARVALHO *et al.*, 2000) ou no Escoural, onde se encontram bem representados (cf. ARAÚJO & LEJEUNE, 1995). Contudo, este tipo de vasos não poderá ser assumido como

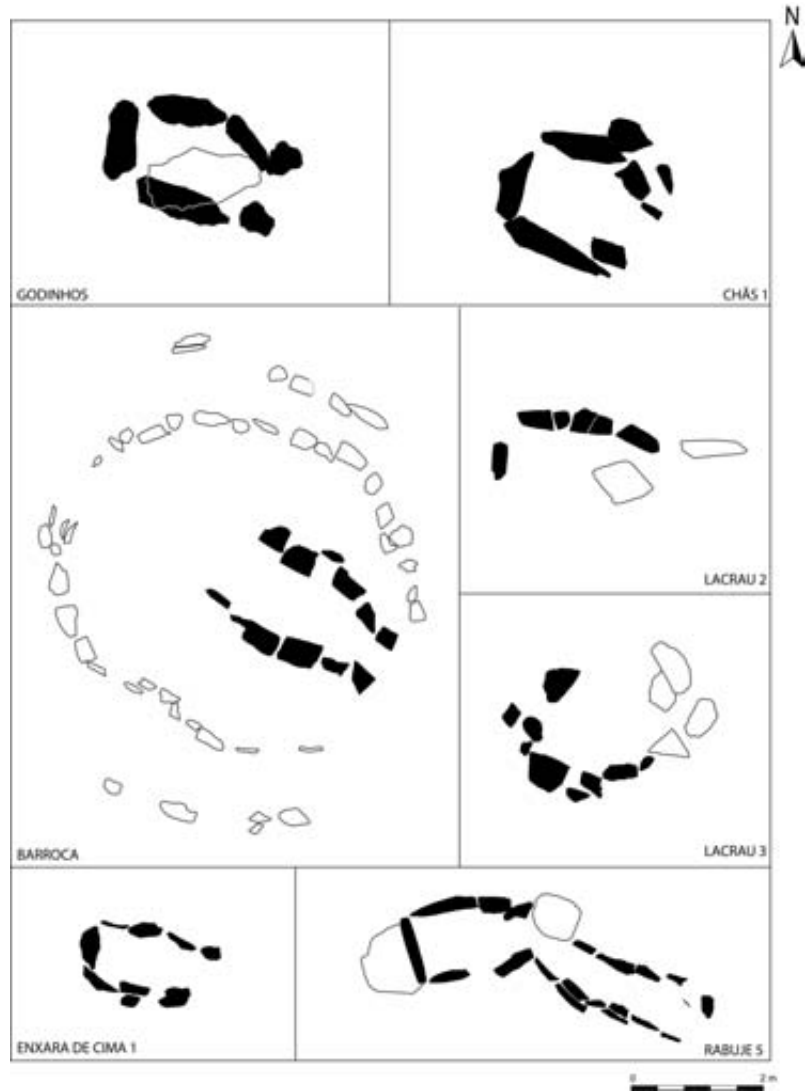


Fig. 48 – Planas dos sepulcros da aba Sul da Serra d'Ossa e de Monforte aqui apresentados.



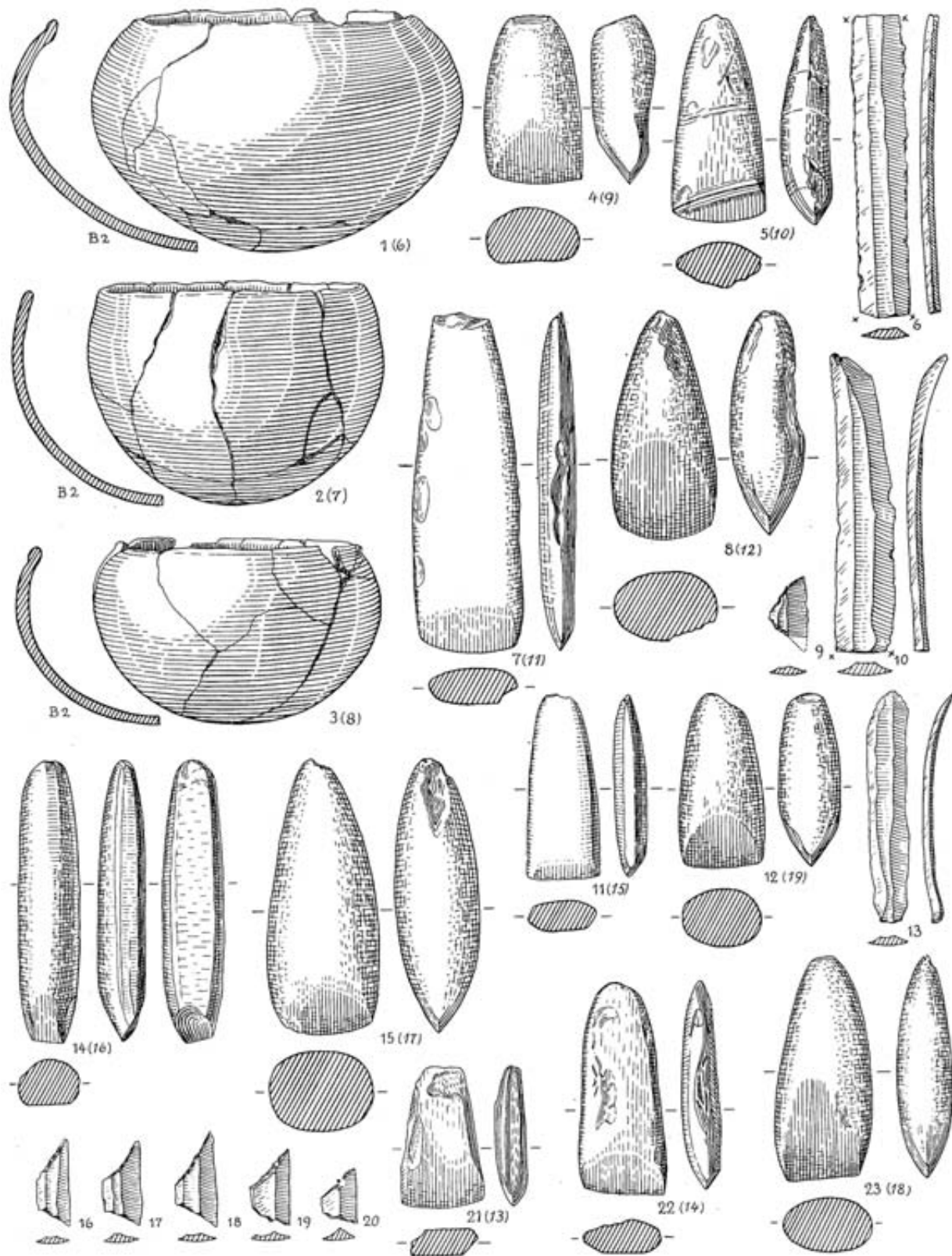
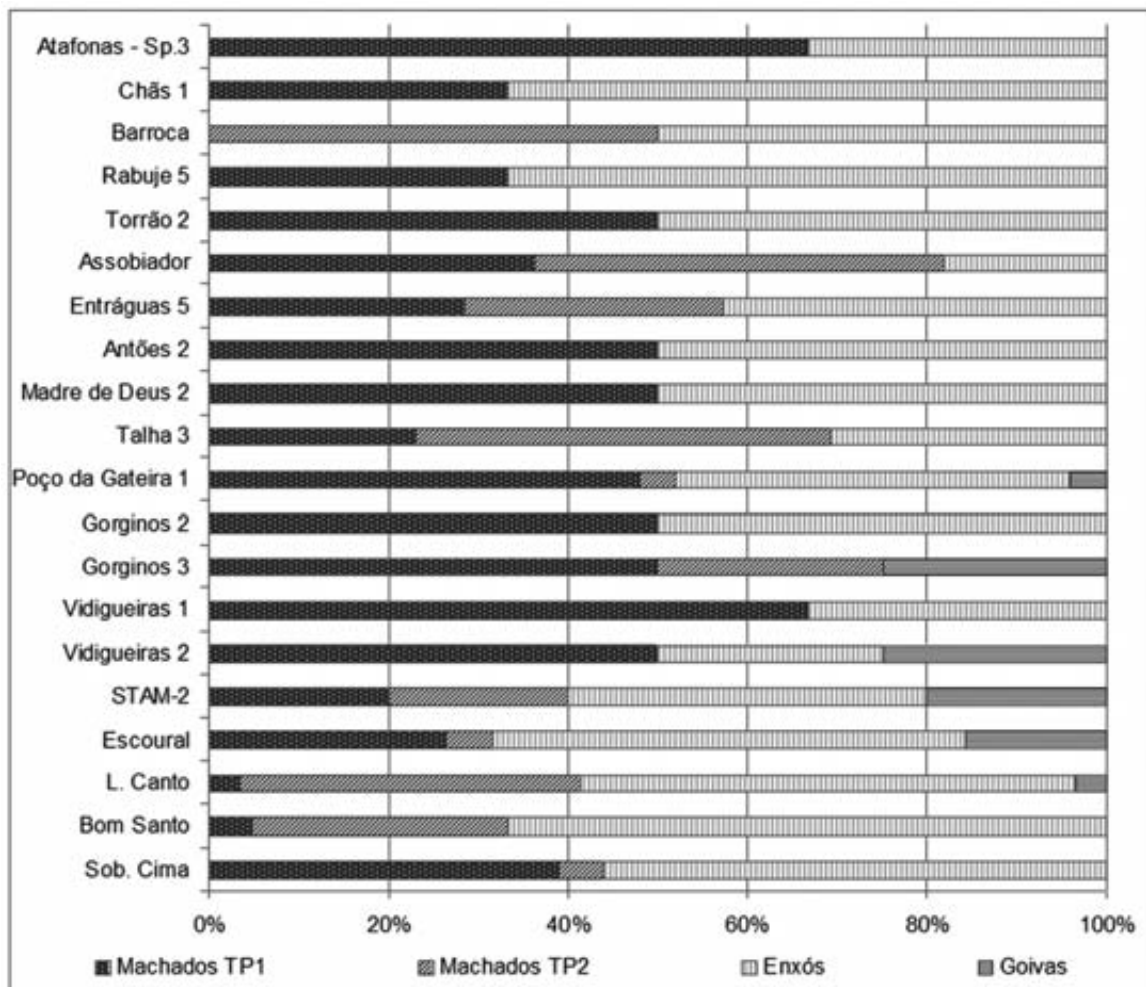


Fig. 49 – Exemplo de um conjunto votivo típico da segunda metade do IV milênio a.n.e., já com a inclusão de recipientes cerâmicos: amostra do espólio recolhido no monumento de orredor curto de Poço da Gateira 1 (adaptado de LEISNER & LEISNER, 1951 a, Est. III).



**Fig. 50** – Relação percentual dos artefactos de pedra polida presentes em contextos funerários genericamente do IV milénio a.n.e., distinguindo-se pequenas antas de câmara simples (Chãs 1, Rabuje 5, Torrão 2, Antões 2), pequenas antas de câmara simples alongada (Madre de Deus 2, Barroca, Assobiador, Entreáguas 5, Talha 3), pequenos monumentos de corredor curto (Poço da Gateira 1, Gorginos 2, Gorginos 3, Vidigueiras 1, Vidigueiras 2), grutas naturais (Escoural, Lugar do Canto, Bom Santo) e grutas artificiais (Sobreira de Cima).

indicador crono-cultural fiável, registando-se igualmente a sua presença em contextos mais tardios, como nas antas da Ordem 1, Moita 1 e Tapadão da Relva, no *tholos* da Praia das Maças, na gruta artificial das Lapas ou nas grutas de Salve Rainha e Lapa da Galinha (embora para esta última se possam sugerir, pela avaliação de alguns elementos mais típicos, utilizações anteriores ao III milénio a.n.e.).

Nos casos aqui apresentados, como vimos acima, apenas no monumento dos Godinhos se registou a presença de recipientes cerâmicos, referindo-se a duas pequenas taças em calote simples identificadas na base do monumento – tendo sido sugerido que, tendo em conta a escassa representatividade destes elementos em monumentos congêneres, poderiam corresponder a uma fase tardia de utilização das pequenas antas de câmara simples, equiparável já a uma fase inicial dos pequenos monumentos de corredor, num momento avançado do IV milénio a.n.e. (*cf.* acima ponto 3.1.1; *cf.* também MATALOTO *et al.*, 2015).

Em relação aos artefactos de pedra polida, estes repartem-se entre machados, enxós e, em número minoritário, goivas – reconhecidos em qualquer um dos tipos de sepulcros funerários construídos e utilizados durante o IV milénio a.n.e. (Fig. 50).

Destaca-se, no primeiro tipo de artefactos, o caso dos machados de secção subcircular a subelíptica e corpo picotado (aqui designados como de Tipo 1), tradicionalmente assumidos como representativos de uma etapa inicial do Megalitismo (e, em termos gerais, do Neolítico), em oposição aos seus congéneres mais recentes de secção subquadrangular a subrectangular (aqui designados como de Tipo 2). Este enquadramento cronológico, assim como papel destes elementos na aferição crono-cultural dos monumentos megalíticos, foi particularmente evidenciado por Manuel Heleno, com a referência constante a “*machados redondos*” em monumentos “primitivos”, posição que posteriormente veio a matizar (ROCHA, 2005, p. 104) e por Georg e Vera Leisner (LEISNER & LEISNER, 1951 a; LEISNER, 1966 e 1983) – assumindo-os precisamente como indicativos de uma etapa cronológica específica.

No entanto, apesar de este tipo de machados ser mais frequente, não é exclusivo, registando-se com frequência a sua coexistência com elementos usualmente considerados mais recentes, como o são os machados de secção subquadrangular a subrectangular. Este facto é particularmente evidente em três casos específicos, em que os artefactos de pedra polida, ascendendo a cerca de uma dezena de exemplares, permitem tratamento estatístico. Com efeito, nos monumentos de Entráguas 5, Assobiador e Talha 3, os machados de Tipo 1 coexistem em percentagens sensivelmente idênticas com os machados de Tipo 2, não se registando claros indicadores para a sua distinção cronológica (Figs. 51 e 52). O mesmo se parece reflectir no conjunto dos monumentos do Deserto, em que machados de Tipo 1 e de Tipo 2 se repartem, no cômputo geral dos monumentos analisados, em valores percentuais sensivelmente idênticos (GONÇALVES & ANDRADE, no prelo).

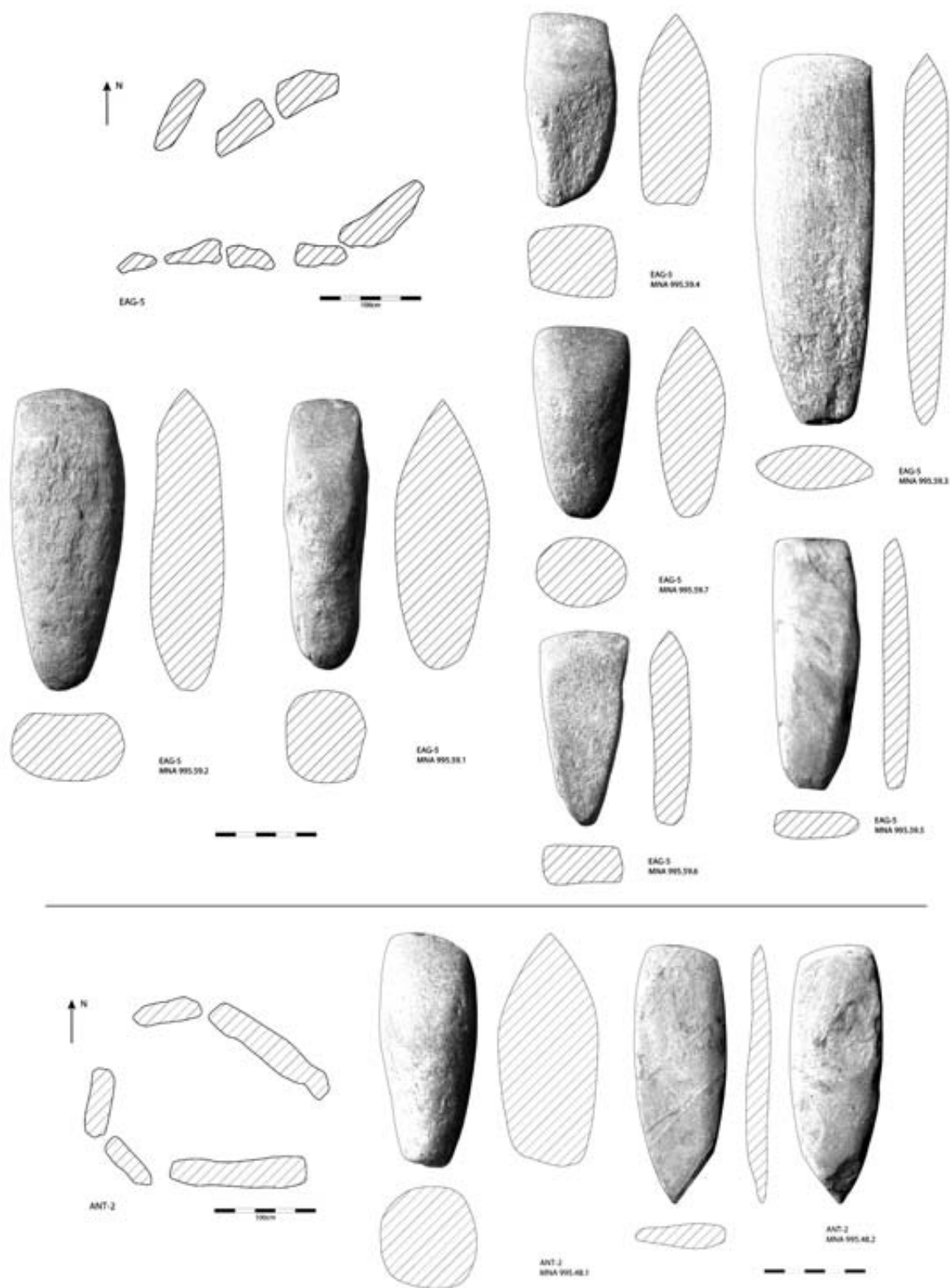
Por seu lado, e a título comparativo, a sua presença em pequenos monumentos de corredor curto é variável. Os machados de Tipo 2 estão completamente ausentes em monumentos como Gorginos 2, Vidigueiras 1 e 2, sendo minoritários no Paço da Gateira 1 e bem representados em Gorginos 3 e Santa Margarida 2 (LEISNER & LEISNER, 1951 a; GONÇALVES, 2001). Em contextos coevos de gruta artificial, os machados de Tipo 1 são dominantes, como se evidencia no conjunto dos sepulcros 1 e 5 da Sobreira de Cima (VALERA & CABAÇO, 2013).

Nas grutas naturais da Estremadura, com contextos crono-culturais semelhantes aos dos pequenos monumentos megalíticos (como Lugar do Canto e Bom Santo), nota-se uma clara incidência dos machados de Tipo 2. Este facto é explicado por questões possivelmente técnicas, em que uma menor disponibilidade da matéria-prima necessária à produção de machados (neste caso, o anfibólito) conduz a um melhor aproveitamento das clivagens naturais da rocha, resultando em superfícies aplanadas e conseqüentemente em secções mais rectilíneas, de tendência subquadrangular ou subrectangular (CARDOSO & CARVALHO, 2008; CARDOSO, 2014). Esta hipótese poderá encontrar fundamento no caso da gruta do Escoural ou nos sepulcros da Sobreira de Cima, registando-se em ambos casos uma clara maioria de machados de Tipo 1 associados à disponibilidade local de matéria-prima.

Tratam-se de peças fabricadas exclusivamente em anfibólito (ou seus derivados), normalmente de pequena ou média dimensão, com comprimentos dispostos entre 10 cm e 15 cm, com alguns exemplares com dimensões dispostas abaixo do valor inferior e outros raramente ultrapassando valor superior – opondo-se assim aos exemplares normalmente mais robustos registados em sepulcros mais tardios.

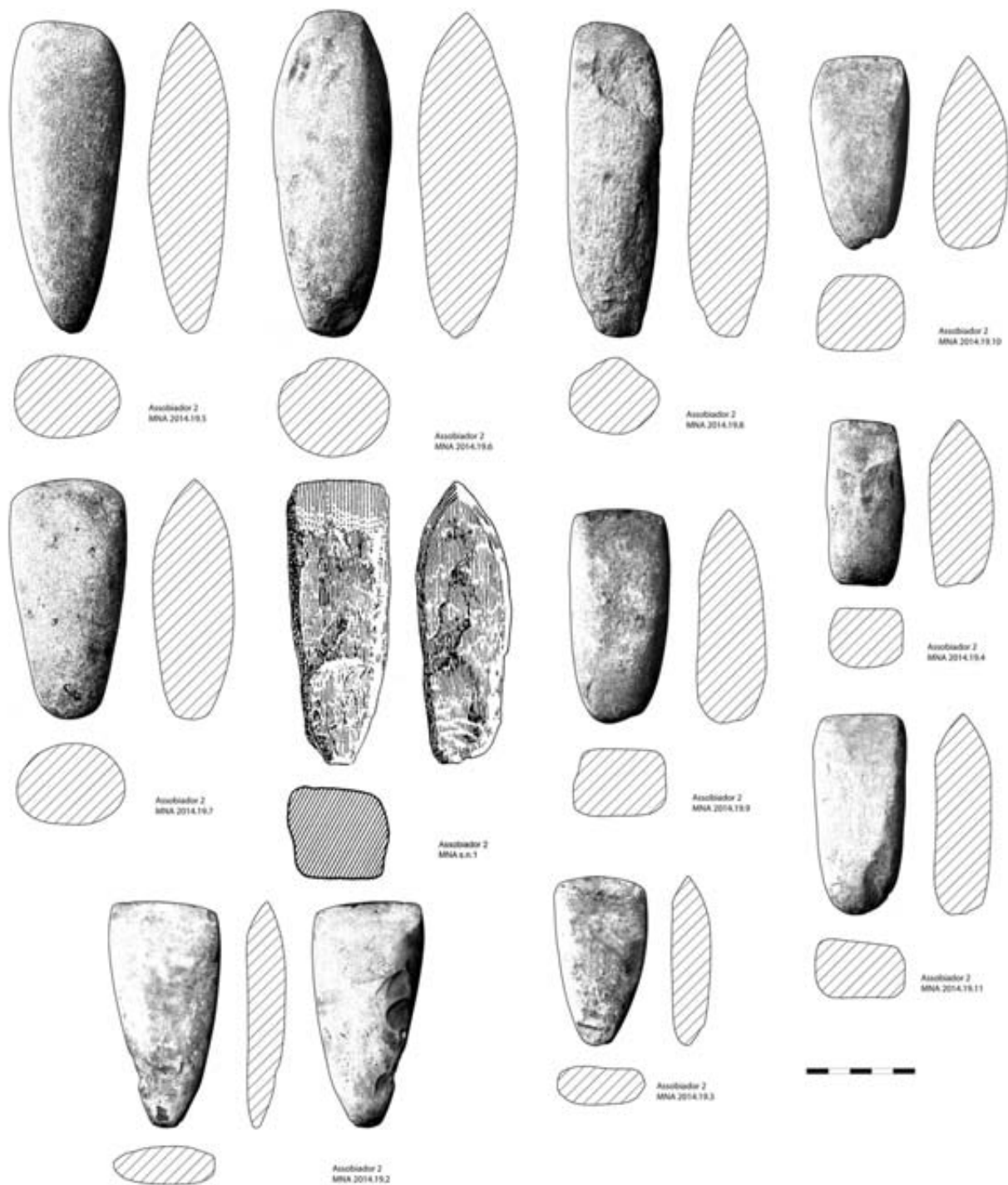
O “valor cronológico” dos machados de Tipo 1 é igualmente posto em causa quando se regista em antas “evoluídas”, associados a espólio mais diversificado, usualmente mais tardio, como documentado em vários exemplos da área alentejana – como Farisoa 1, Olival da Pega 1, Coureiros 4, São Lourenço 1, Horta Velha do Reguengo, Capela, Casa Branca 2 ou “Anta Grande” da Comenda da Igreja (LEISNER & LEISNER, 1951 a e 1959) – sendo de referir igualmente o caso dos exemplares de grande dimensão recolhidos nos monumentos das Romeiras, “Anta Grande” da Ordem, Cavaleiros 1 e Cabeças (LEISNER & LEISNER, 1951 b, 1953 e 1959;





**Fig 51** – Dois exemplos paradigmáticos de pequenos sepulcros da área de Pavia: os monumentos de Entreágua 5 e Antões 2 e respectivo espólio, notando-se a coexistência, no primeiro caso, de machados de secção subcircular / subelíptica e machados de secção subquadrangular/subrectangular.





**Fig. 52** – Artefactos de pedra polida recolhidos no pequeno monumento do Assobiador, notando-se a coexistência de machados de secção subcircular/subelíptica e machados de secção subquadrangular/subrectangular.

GONÇALVES & ANDRADE, 2014). No entanto, como sugerido para o caso de Xarez 1, a sua presença poderia indicar etapas mais antigas do monumento, relativas à sua construção e utilização original (GONÇALVES, 2013) – como também o parece indicar, segundo a “tradição oral”, o caso da “Anta Grande” do Zambujeiro (ODRIOZOLA *et al.*, 2012, p. 130).

A inclusão de enxós nos conjuntos votivos também é evidente, por vezes em número sensivelmente idêntico ao dos machados – possivelmente constituindo, como sugerido por V. S. Gonçalves, uma “associação simbólica” específica tendo em conta o número ligeiramente semelhante entre machados e enxós em Poço da Gateira 1 (GONÇALVES, 1992, p. 202).

Tratam-se de exemplares de pequena e média dimensão – atestando-se o seu acréscimo, em termos de número e tamanho, em contextos mais tardios, possivelmente relacionando-se com uma maior expressividade de práticas fundamentalmente agrícolas em relação a períodos antecedentes (GONÇALVES & ANDRADE, 2014-2015). Apresentam secções que se repartem entre subelíptica achatada, subrectangular achatada e subtrapezoidal.

Ao contrário dos machados, produzidos exclusivamente sobre rochas anfibólicas, as enxós surgem também produzidas sobre outro tipo de rochas – nomeadamente, rochas mais brandas, de tendência microcristalina, de aspecto silicioso, de tonalidade acinzentada a esverdeada (possivelmente rochas de contextos vulcano-sedimentares, sendo necessário análises específicas para confirmar esta hipótese). Esta matéria-prima, designada como “xisto verde” nos casos de Lugar do Canto e Bom Santo (CARDOSO & CARVALHO, 2008; CARDOSO, 2014), e classificada por Paulo Fonseca como “basalto filoniano alterado” nos exemplares de Santa Margarida 2 (*cf.* GONÇALVES, 2001), parece ter sido apenas especialmente utilizada (ou escolhida) para a produção de enxós durante o IV milénio a.n.e. (como o demonstra os exemplos do Assobiador, Entreáguas 5, Antões 2, Lebre e Talha 3). Esta situação não se regista ou, pelo menos, é muito pouco comum, na produção de enxós presentes em contextos funerários do III milénio a.n.e., conforme já constatado em GONÇALVES, 2001, p. 159. A sua utilização poderá assim funcionar como um indicador crono-cultural – leitura que, no entanto, deverá ser assumida com as devidas reservas, atendendo à sua presença em contextos habitacionais do III milénio a.n.e., como no caso de São Pedro (Redondo).

Outros artefactos, como as goivas, estão presentes em números manifestamente reduzidos. Ainda assim, apesar de raras, estão presentes em todos os contextos enunciados (pequenos sepulcros simples, pequenos monumentos de corredor curto, grutas naturais, grutas artificiais). A questão da sua cronologia possível foi já abordada noutra âmbito, referindo-se, no caso de Reguengos de Monsaraz, a sua especial incidência em monumentos “antigos”, sendo rara, mas não ausente, em monumentos “evoluídos” – mas para os quais, contudo, se podem equacionar utilizações mais antigas (GONÇALVES, 2001, p. 159-165). Poder-se-á sugerir, assim, a sua substituição posterior por formões – maioritariamente presentes, embora tão raros quanto as goivas, em contextos funerários do III milénio a.n.e. (GONÇALVES & ANDRADE, 2014-2015).

A sua inclusão nos “pacotes votivos” como componente válido de um conjunto específico lê-se precisamente na sua deposição conjunta com outro tipo de artefactos de pedra polida. Em Santa Margarida 2, encontra-se depositada juntamente com dois machados e uma enxó junto ao primeiro esteio da câmara, à entrada desta (GONÇALVES, 2001); em Vidigueiras 2, encontra-se associada a um machado de secção subcircular junto ao último esteio da câmara (LEISNER & LEISNER, 1951 a, Est. VIII); em Gorginos 3, encontra-se depositada junto aos esteios do lado Sul da câmara, acompanhando dois machados de secção subcircular e uma enxó (ou machado achatado) de secção sub-rectangular (LEISNER & LEISNER, 1951 a, Est. IX); no Poço da Gateira 1 encontra-se associada à fila de 10 vasos identificada na área Sul da câmara (cada um deles possivelmente

reflectindo uma inumação individual), na área entre o sétimo e o nono vaso (*cf.* LEISNER & LEISNER, 1951 a, Est. I), sendo sugerido que, numa inumação específica, tenha substituído a enxó como componente do “par simbólico” (GONÇALVES, 1999, p. 45).

Ainda na área alentejana, será de referir a sua presença na pequena anta de corredor curto de Tera 1, associada a machados de secção subcircular e geométricos (MOITA, 1956) ou no pequeno sepulcro da Sobreira 1 que, como já referido, apresenta espólio que poderá colocar a sua utilização em finais do IV milénio a.n.e. dispondo, contudo, de uma datação que indica um episódio mais antigo (BOAVENTURA *et al.*, 2013). Nas necrópoles de Monchique surgem preferencialmente em monumentos de cariz “antigo”, como Palmeira 6, Palmeira 14, Buço Preto 2 e Eira Cavada 1, estando, todavia, igualmente representadas em sepulcros mais tardios, como Palmeira 7 (LEISNER & LEISNER, 1959, Taf. 45-46).

A sua ocorrência em contextos de gruta natural e gruta artificial com utilizações funerárias da segunda metade do IV milénio a.n.e. está também atestada. No primeiro caso, destacam-se os exemplos do Escoural e Lugar do Canto, o último dos quais correspondendo a um exemplar de grandes dimensões (ARAÚJO & LEJEUNE, 1995; CARDOSO & CARVALHO, 2008, p. 275). No segundo caso, as goivas estão efectivamente ausentes dos conjuntos dos sepulcros da Sobreira de Cima estando, contudo, presentes em Monte Canelas e nas grutas artificiais estremenhas de São Pedro do Estoril 2 (cujo conjunto votivo se compõe exclusivamente por artefactos “arcaicos”) e Casal do Pardo (LEISNER, ZBYSZEWSKI & FERREIRA, 1961 e LEISNER, PAÇO & RIBEIRO, 1964), tendo sido já sugerido que a construção e utilização original destes monumentos poderia ser recuada até patamares cronológicos coevos com aqueles identificados em Sobreira de Cima – particularmente os casos de Casal do Pardo 3 e 4, onde se regista um número consideravelmente elevado de machados de secção subcircular e armaduras geométricas como já apontado em ANDRADE, 2015.

No conjunto dos monumentos aqui apresentados, os artefactos de pedra polida registam-se nos Godinhos, Chãs 1, Barroca e Rabuje 5, representados exclusivamente por machados e enxós, estando ausentes as goivas.

Os machados referem-se maioritariamente a exemplares de secção subcircular e subelíptica – registando-se secção subquadrangular apenas no pequeno machado da Barroca. Este, contudo, apresenta as arestas boleadas, conferindo-lhe um aspecto intermédio entre o subquadrangular e o subcircular. Esta geometria específica poderá estar relacionada com as questões técnicas referidas acima para os exemplares do Lugar do Canto e Bom Santo – sugerindo-se que um melhor aproveitamento das clivagens naturais do bloco conduziu a um corpo essencialmente subquadrangular, mesmo que, pelo projecto inicial, se pretendesse um corpo subcircular (como sugerido então pelas ângulos arredondados da secção).

As enxós estão presentes nos sepulcros de Chãs 1, Barroca e Rabuje 5 registando-se, nos dois primeiros, exemplares produzidos na rocha branda acima enunciada.

Os produtos líticos talhados alongados presentes nos pequenos sepulcros atribuíveis a este primeiro “pacote” votivo caracterizam-se por lamelas ou lâminas produzidas preferencialmente por percussão indirecta, submetidas a tratamento térmico, encontrando-se raramente retocadas, mas por vezes apresentando sinais de uso, evidente tanto pelo esquirolamento dos bordos como pela presença do designado “brilho de cereal”. Distinguem-se assim das suas congéneres mais tardias, obtidas preferencialmente por pressão e apresentando normalmente retoque contínuo em ambos bordos.

Genericamente, segundo os exemplos das grutas do Lugar do Canto e Bom Santo, assim como dos sepulcros da Sobreira de Cima, contextos francamente paralelizáveis com os pequenos sepulcros megalíticos, é possível dividir estes elementos em dois grupos dimensionais específicos, como se mencionou acima,

esboçados de acordo com os extremos de variação (CARVALHO, 2013, p. 73; CARVALHO & GIBAJA, 2014, p. 173):

#### Grupo 1

Produtos alongados com comprimentos compreendidos entre 25 e 100 mm e larguras compreendidas entre 8 e 20 mm, classificáveis como lamelas ou pequenas lâminas

#### Grupo 2

Produtos alongados com comprimentos compreendidos entre 120 e 180 mm e larguras compreendidas entre 18 e 28 mm, classificáveis como lâminas robustas

Processos técnicos específicos indicam que estes elementos seriam, como referido, preferencialmente debitados por percussão indirecta, registando-se a aplicação de tratamento térmico nos exemplares do Grupo 1, técnica que aparentemente não terá sido utilizada na produção dos exemplares do Grupo 2 (CARVALHO, 2009, p. 80 e 2013, p. 73). Encontram-se igualmente exemplares representativos de várias fases de debitação, identificando-se peças semi-corticais, peças de crista ou subcrista e peças de fase plena.

Em relação aos padrões métricos, várias observações são possíveis com base na avaliação de elementos recolhidos nos diversos tipos de contextos funerários do IV milénio a.n.e. (Fig. 53).

Os produtos alongados presentes nos pequenos sepulcros avaliados nesta análise estatística comparativa (Barroca – Redondo, Lacrau 3 – Monforte, Azinhal 3 – Coruche e Colónia – Elvas) apresentam um comprimento médio de  $90,1 \pm 19,7$  mm para uma largura média de  $18,0 \pm 2,7$  mm, sendo assim, em termos genéricos, integráveis no Grupo 1 (como o é, no contexto dos monumentos aqui apresentados, a lâmina da Barroca). No entanto, em termos individuais, e tendo em conta o alto valor do desvio padrão oferecido pelo comprimento médio, constata-se que alguns (embora escassos) elementos se poderão aproximar ao Grupo 2 – como os exemplares recolhido em Lacrau 3 e Colónia.

Refira-se, a título comparativo, os padrões métricos registados nos elementos do contexto “pré-megalítico” das Atafonas (sepulcro 1), com um comprimento médio de  $87,0 \pm 16,4$  mm para uma largura média de  $16,0 \pm 0,9$  mm – incluindo-se facilmente no âmbito dos pequenos sepulcros megalíticos.

Os elementos presentes em antas já de corredor curto – tomando os exemplos de Poço da Gateira 1, Vidigueiras 1 e Vidigueiras 2 – apresentam um comprimento médio de  $97,3 \pm 37,5$  mm para uma largura média de  $17,3 \pm 3,4$  mm, podendo ser incluídos, tendo em conta o elevado valor do desvio padrão, tanto no Grupo 1 como no Grupo 2. Dos elementos analisados, apenas os exemplares de Vidigueiras 2 se poderão enquadrar no Grupo 2, sendo que um deles apresenta mesmo um comprimento de cerca de 173 mm para uma largura de 24 mm. Dever-se-á referir, contudo, que a presença de grandes lâminas também se regista em Poço da Gateira 1, não tendo sido contempladas nesta análise por se encontrarem fragmentadas, impossibilitando assim a aferição das suas medidas exactas, mas que facilmente corresponderão a exemplares do Grupo 2 (com comprimento máximo conservado de cerca de 135 mm, com larguras que atingem os 25 mm).

Os padrões métricos registados em grutas naturais revelam-se mais variáveis, principalmente devido a uma maior presença de elementos de pequena dimensão, como o são as lamelas, influenciando assim as médias de comprimento e largura. Para o caso do Lugar do Canto, a tendência recai num comprimento médio de  $74,5 \pm 27,5$  mm para uma largura média de  $12,7 \pm 5,2$  mm. Estes correspondem, assim, a produtos alongados com comprimentos máximos e mínimos dispostos entre de 127 mm e 45 mm e larguras máximas e mínimas



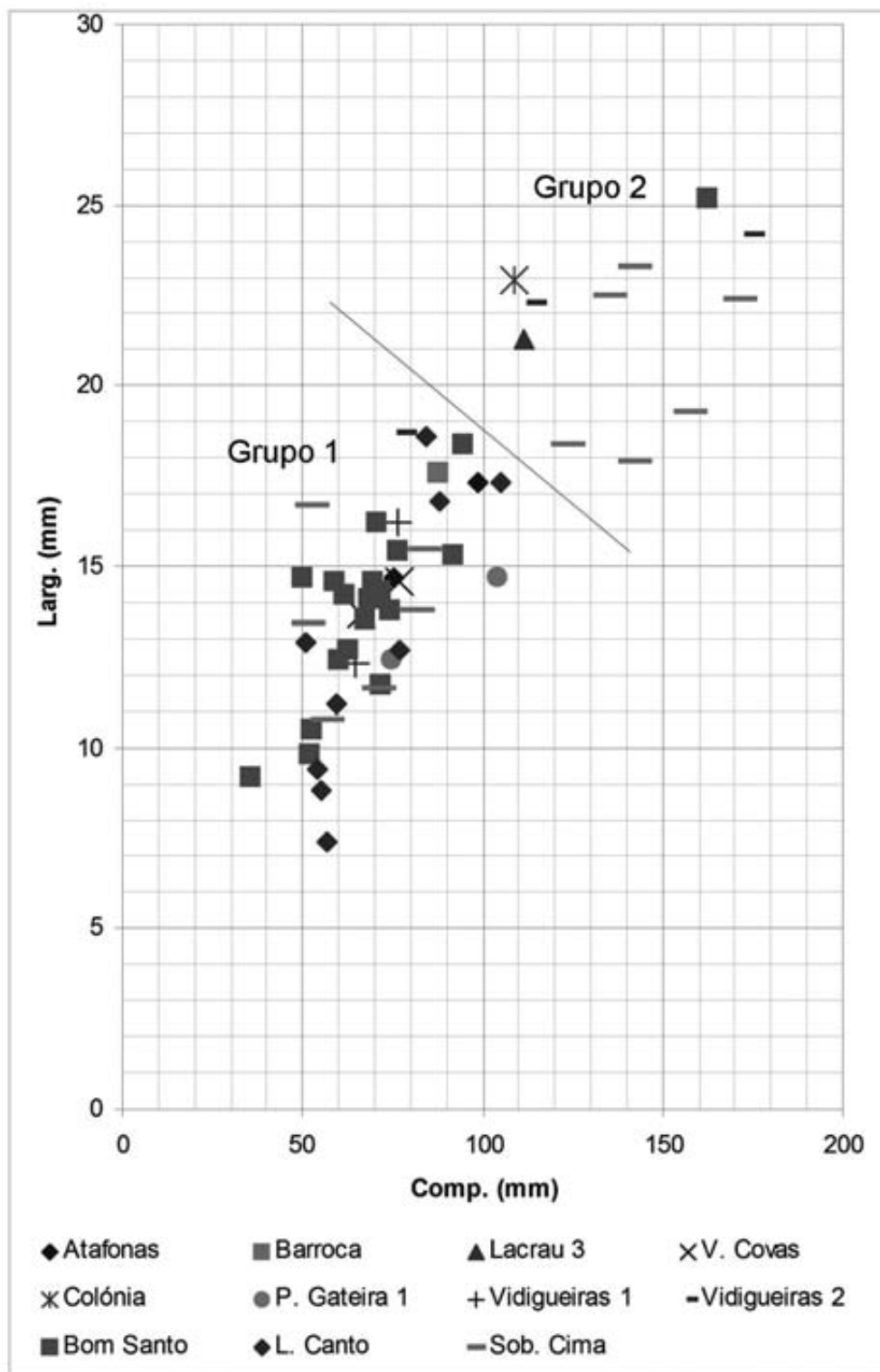


Fig 53 – Historiograma da relação comprimento/largura dos produtos alongados presentes em contextos funerários do IV milénio a.n.e., distinguindo-se pequenas antas de câmara simples (Lacrau 3, Vale das Covas, Colónia), pequenas antas de câmara alongada (Barroca), pequenas antas de corredor curto (Poço da Gateira 1, Vidigueiras 1, Vidigueiras 2), grutas naturais (Lugar do Canto, Bom Santo) e grutas artificiais (Sobreira de Cima), com indicação da separação morfo-métrica dos dois grupos definidos em CARVALHO, 2013; CARVALHO & GIBAJA, 2014.

dispostas entre 26 mm e 6 mm, com escassos exemplares integráveis no Grupo 2 (CARDOSO & CARVALHO, 2008, p. 272). No caso da gruta do Bom Santo, apenas um elemento se enquadra no Grupo 2, correspondendo a uma grande lâmina com 162 mm de comprimento e 25 mm de largura. Os restantes elementos, revelando um conjunto muito homogêneo, apresentam um comprimento médio de  $60,4 \pm 14,4$  mm para uma largura média de  $12,7 \pm 3,1$  mm, correspondendo, então, a produtos alongados com comprimentos máximos e mínimos dispostos entre de 90 mm e 30 mm e larguras máximas e mínimas dispostas entre 18 mm e 9 mm (CARVALHO & GIBAJA, 2014, p. 173-176).

Em relação às grutas artificiais, tomando o exemplo da Sobreira de Cima (sepulcros 1, 2 e 5), os produtos alongados atribuíveis ao Grupo 1 e ao Grupo 2 repartem-se em porções sensivelmente iguais. Dispõem de um comprimento médio de  $90,5 \pm 39,2$  mm para uma largura média de  $15,3 \pm 3,7$  mm – referindo-se a exemplares com comprimentos máximos e mínimos dispostos entre cerca de 170 mm e 50 mm e larguras máximas e mínimas dispostas entre cerca de 23 mm e 7 mm (CARVALHO, 2013, p. 73-74).

Tendo em conta estes dados, constata-se que, independentemente do tipo de sepulcro, a maioria dos produtos alongados recai nos padrões métricos definidos para o Grupo 1, correspondendo a elementos que morfologicamente poderão ser considerados como lamelas ou pequenas lâminas. Contudo, denota-se igualmente uma significativa ocorrência de elementos integráveis no Grupo 2, classe onde se enquadram as lâminas robustas, antevendo, talvez, as típicas grandes lâminas do Neolítico Final e Calcolítico (CARVALHO, 2009). Estes dados revelam assim que “*a existência de dois módulos distintos nesta fase do Neolítico corresponderá à existência de dois processos de talhe laminar (ao que tudo indica) autónomos*” (CARVALHO, 2013, p. 73), distinguíveis não só pelos padrões métricos mas também pelos processos técnicos de fabrico apontados acima.

Em relação à matéria-prima dos produtos de talhe alongados, o sílex é manifestamente dominante, registando-se uma utilização menor de quartzos, normalmente destinados à produção de lamelas. Uma avaliação macroscópica deste sílex permite identificar, pelo menos, dois tipos distintos: um primeiro correspondente aos sílices cenomanianos (Cretácico) presentes em posição secundária na margem direita da bacia hidrográfica do Tejo; um segundo tipo, correspondendo a sílex opaco, de coloração acinzentada, apresentando características aparentemente oxfordianas (Jurássico). Contudo, não condiz exactamente, em termos petrográficos, com os sílices desta idade geológica reconhecidos em qualquer uma das potenciais áreas de aprovisionamento referenciadas até ao momento no Ocidente peninsular, pelo que a sua proveniência exacta continua por definir (*cf.* AUBRY *et al.*, 2009; 2014; MATIAS, 2012).

Curiosamente, neste âmbito crono-cultural específico, este segundo tipo de sílex é usado em percentagens sensivelmente idênticas aos sílices cenomanianos – seja na produção de lâminas, como na do Lacrau 3, ou de geométricos – parecendo que a sua utilização não é continuada em períodos sucedâneos, onde tanto lâminas como pontas de seta, e mesmo alguns geométricos, são produzidos quase exclusivamente sobre sílex cenomaniano. Ainda que carecendo de uma análise mais detalhada, e logo tomada com as devidas reservas, julgamos útil lançar como hipótese de trabalho a possibilidade do uso do sílex cinzento opaco, de características aparentemente oxfordianas, como indicador de contextos funerários associáveis ao IV milénio a.n.e.

Um elemento característico desta fase inicial do Megalitismo, onde se deve enquadrar a maioria as pequenas antas é precisamente as armaduras geométricas, entendidas como as predecessoras das típicas pontas de seta do Neolítico Final e Calcolítico. No entanto, estes elementos estão igualmente presentes em contextos posteriores, por vezes em número excessivamente significativo para serem considerados como uma mera “sobrevivência” ou um claro indicador de utilizações mais recuadas – sendo necessário, neste sentido, aferir se se registam evidentes divergências morfo-tipológicas nos geométricos presentes nos diversos contextos crono-culturais.

Assim, para a avaliação das características morfo-tipológicas das armaduras geométricas de contextos funerários distintos, foram consideradas as particularidades de cerca de 500 exemplares recolhidos em distintos tipos de monumentos (a nível tipológico e cronológico), de modo a aferir as suas especificidades.

De acordo com os dados recolhidos, as armaduras geométricas podem ser agrupadas nas seguintes tipologias (Fig. 54), adaptando e simplificando os esquemas propostos em BARRIÈRE *et al.*, 1969, muito próximo dos utilizados no tratamento recente de conjuntos de geométricos, dos casos que temos vindo a citar:

#### Tipo 1 – Geométricos Trapézios

- Subtipo A – Trapézios simétricos com truncaturas rectilíneas ou ligeiramente côncavas
- Subtipo B – Trapézios assimétricos com truncaturas rectilíneas ou ligeiramente côncavas
- Subtipo C – Trapézios rectângulos com truncaturas rectilíneas ou ligeiramente côncavas
- Subtipo D – Trapézios rectângulos com truncatura basal muito côncava

#### Tipo 2 – Geométricos Crescentes

- Subtipo A – Crescentes simples
- Subtipo B – Crescentes alongados simétricos
- Subtipo C – Crescentes alongados assimétricos

#### Tipo 3 – Geométricos Triângulos

- Subtipo A – Triângulos isósceles
- Subtipo B – Triângulos escalenos
- Subtipo C – Triângulos rectângulos com truncaturas rectilíneas
- Subtipo D – Triângulos rectângulos com truncatura basal muito côncava

Saliente-se, nesta divisão, a ocorrência de elementos com alguns pormenores morfo-tipológicos que, no entanto, dada a sua irrelevância estatística, não justificavam a criação de subtipos próprios. Tal é o caso de trapézios com truncaturas muito oblíquas, quase fundindo-se no bordo esquerdo, conferindo-lhes um aspecto que se poderia confundir com o dos triângulos (tal como registado em um dos exemplares de Rabuje 5) – sendo no âmbito deste estudo incluídos no conjunto dos trapézios simétricos (Tipo 1A). Outra variante pouco comum é a dos trapézios designados como “*de truncaturas desfasadas*” (BARRIÈRE *et al.*, 1969), representados por um elemento de Aldeia de Bertandos 3, incluído no âmbito deste estudo no conjunto dos trapézios rectângulos (Tipo 1C)

Outra particularidade, registada em trapézios e crescentes, é a da existência de um entalhe lateral aplicado no bordo esquerdo – tendo estes elementos sido já designados como “*de tipo Monchique*” (LEITÃO *et al.*, 1987). Estão presentes em abundância na necrópole homónima (*cf.* LEISNER & LEISNER, 1959), assim como em contextos de gruta natural (como Lugar do Canto, Bom Santo e Poço Velho; *cf.* CARDOSO & CARVALHO, 2008; CARVALHO & GIBAJA, 2014; GONÇALVES, 2009) e gruta artificial (como Barrada, Sobreira de Cima ou Outeiro Alto 2; *cf.* BARRADAS *et al.*, 2013; CARVALHO 2013; VALERA & FILIPE, 2012). No contexto megalítico alentejano, apesar de aparentemente serem menos comuns no âmbito universal das armaduras geométricas, não deixam de estar presentes, reportando-nos aos “*silices com moxa*” de Manuel Heleno, presentes em sepulcros de cariz eminentemente antigo, como Lobeira de Cima 1, Deserto 4, Deserto 7, Zambujo, Aldeia de Bertandos 2 ou Casarões do Zambujeiro (LEISNER, 1985). Em Reguengos de Monsaraz parecem estar

virtualmente ausentes, apenas sugeridos, sem certezas absolutas, em um elemento recolhido em Vidigueiras 1 (cf. LEISNER & LEISNER, 1951 a, Est. VII).

Como dito acima, para a aferição das particularidades morfo-tipológicas das armaduras geométricas, de modo a atestar se se registam evidentes diferenças culturais ou cronológicas, foram analisados elementos provenientes de contextos funerários distintos, reunindo-se cerca de 500 exemplares (assumindo-se como uma amostra significativa) recolhidos em pequenos sepulcros simples de câmara subelíptica ou subrectangular (Godinhos, Chãs 1, Rabuje 5, Marco Branco, Torrão 2, Hortinha 1, Cabeço da Areia, Vale das Covas, Deserto 4, Deserto 5, Deserto 7 e Aldeia de Bertandos 2), Pequenos sepulcros alongados de câmara subtrapezoidal ou piriforme (Talha 3, Lebre, Casarões do Zambujeiro, Guarita 2 e Mouchão das Azinheiras 2), pequenos monumentos de corredor curto (Santa Margarida 2, Piornal 1, Piornal 2, Piornal 3, Poço da Gateira 1, Gorginos 2, Vidigueiras 1, Vidigueiras 2, Aldeia de Bertandos 3, Pasmaceiras, Aldeinha, Penedo do Bispo, Carrascal e Pedras Grandes), antas de média ou grande dimensão de corredor médio a longo (“Anta Grande” da Comenda da Igreja, Olival da Pega 1, Comenda 2, Farisoa 1, Nossa Senhora da Conceição dos Olivais, Paço 2, Amendoeira 1, Garcia 1 e Antas 1), grutas naturais (apenas aquelas com utilizações exclusivas do IV milénio a.n.e., como Escoural, Lugar do Canto e Bom Santo) e grutas artificiais (apenas aquelas com utilizações exclusivas do IV milénio a.n.e., como Sobreira de Cima – sepulcros 1, 2 e 5). A nível comparativo, foram igualmente considerados os elementos do contexto “pré-megalítico” das Atafonas (sepulcro 1) e de contextos funerários em gruta do Neolítico Antigo (Caldeirão, Almonda – Galeria da Cisterna e Carrascos).

As medidas tratadas referem-se àquelas directamente obtidas a partir dos artefactos, como aquelas apresentadas na respectiva literatura ou determinadas a partir das ilustrações de apoio (ALBERGARIA, 2007; ALBERGARIA & DIAS, 2000; ARAÚJO & LEJEUNE, 1995; BOAVENTURA, 2009; BOAVENTURA *et al.*,

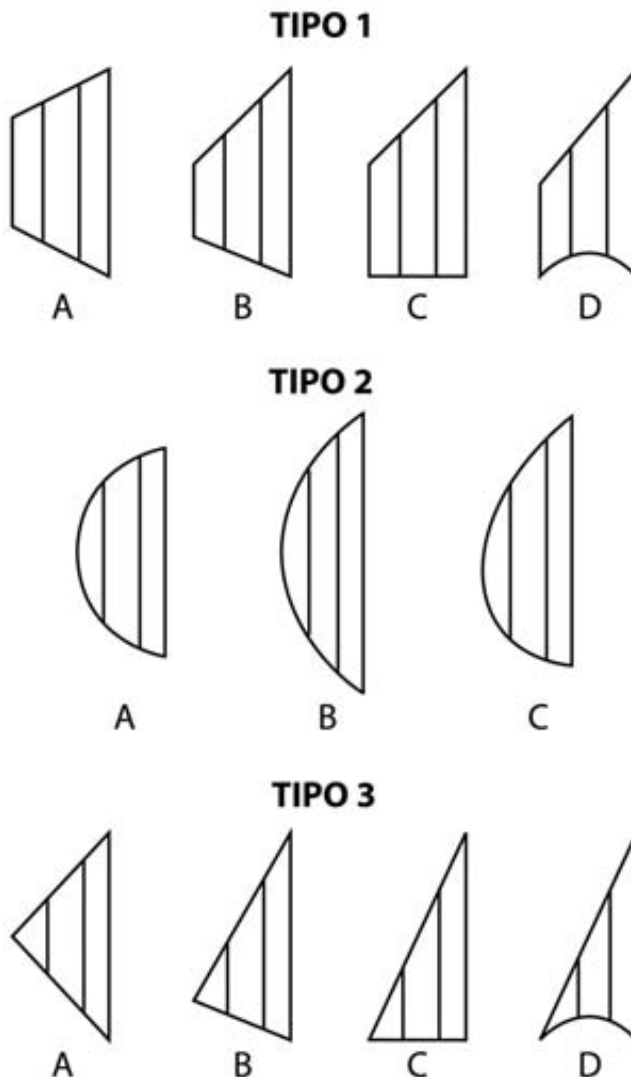


Fig. 54 – Tipos e sub-tipos discriminados para a classificação das armaduras geométricas presentes em contextos funerários dos IV e III milénios a.n.e. Tipo 1A: trapézios simétricos de trancaturas rectilíneas ou ligeiramente côncavas; Tipo 1B: trapézios assimétricos de trancaturas rectilíneas ou ligeiramente côncavas; Tipo 1C: trapézios rectângulos de trancaturas rectilíneas ou ligeiramente côncavas; Tipo 1D: trapézios rectângulos de trancatura basal muito côncava; Tipo 2A: crescentes simples; Tipo 2B: crescentes alongados simétricos; Tipo 2C: crescentes alongados assimétricos; Tipo 3A: triângulos isósceles; Tipo 3B: triângulos escalenos; Tipo 3C: triângulos rectângulos de trancaturas rectilíneas; Tipo 3D: triângulos rectângulos de trancatura basal muito côncava.



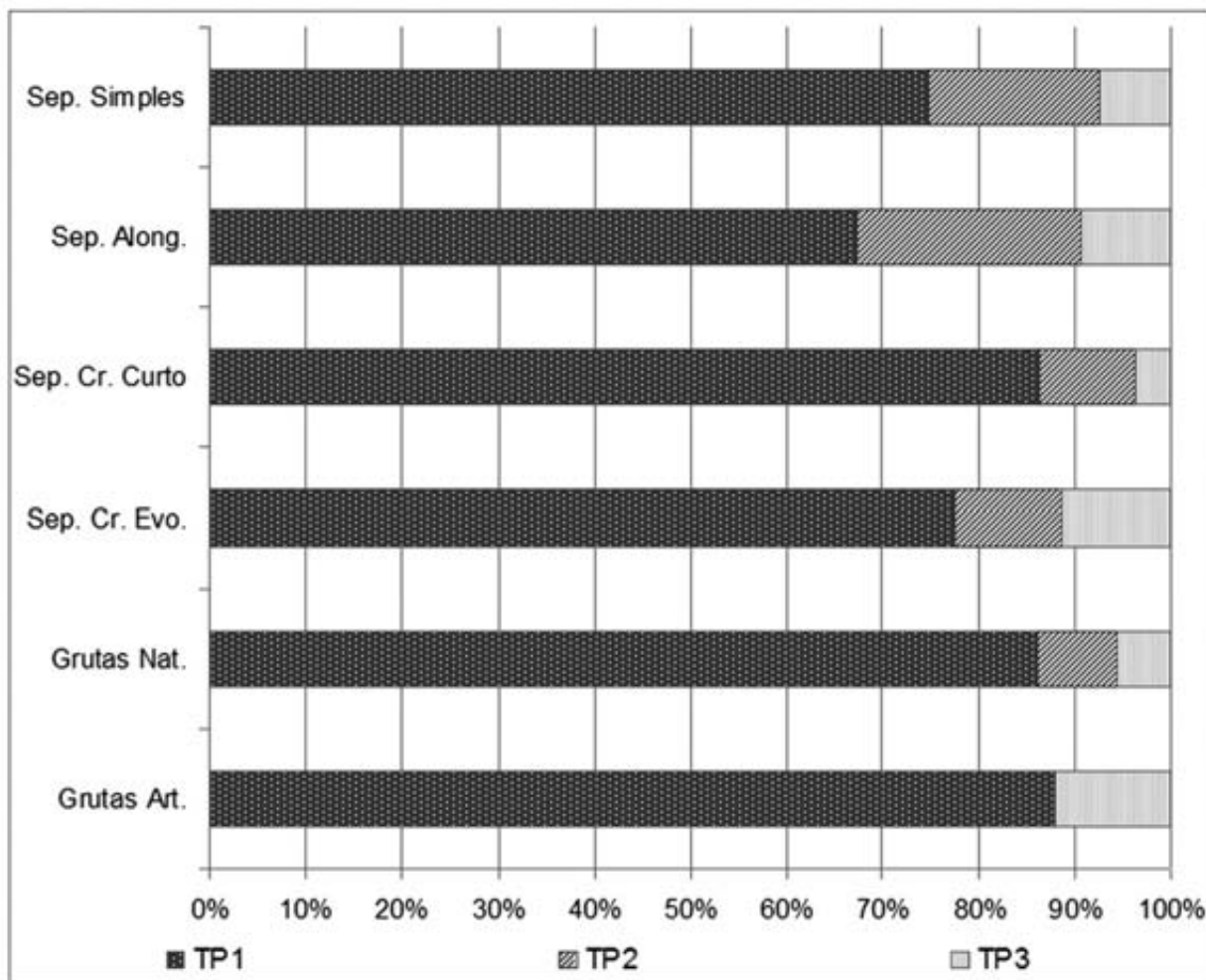
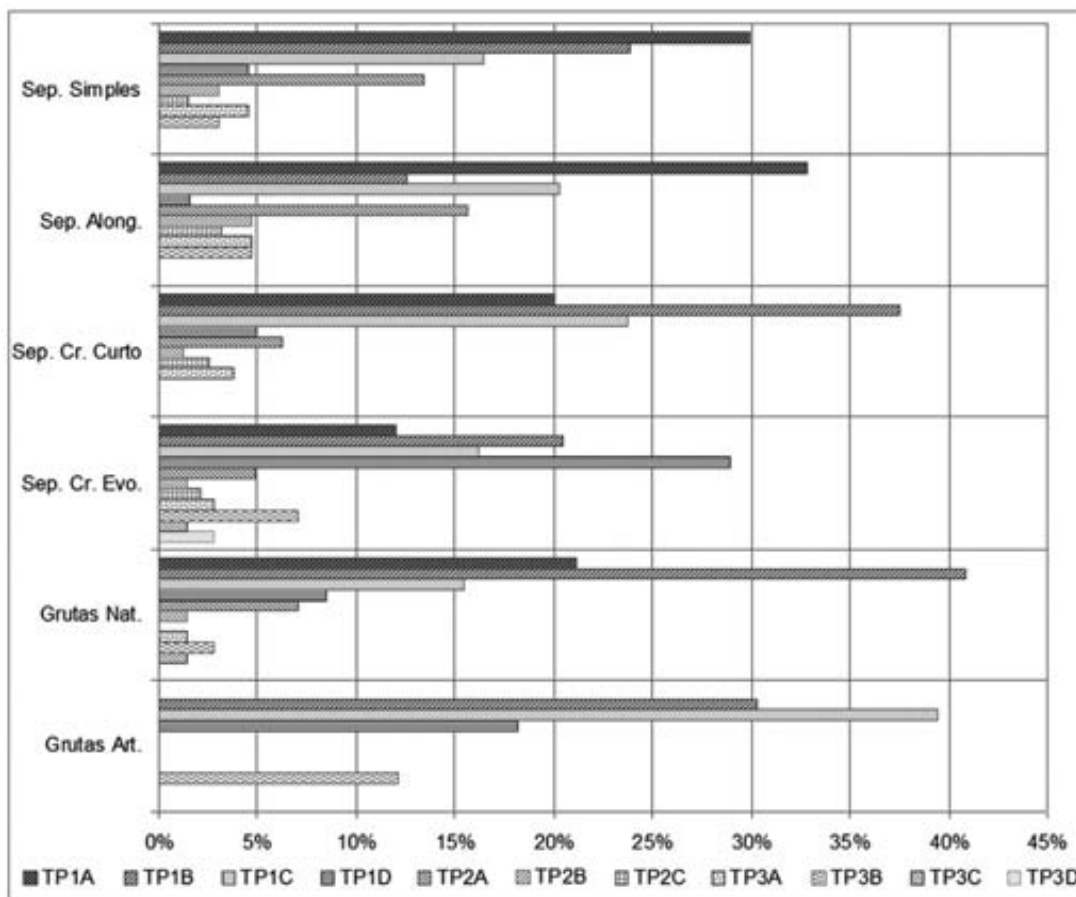


Fig. 55 – Relação percentual, por Tipo, das armaduras geométricas presentes em contextos funerários dos IV e III milênios a.n.e., distinguindo-se pequenos sepulcros simples de tendência cistóide, pequenos sepulcros de tendência alongada, pequenos monumentos de corredor curto, monumentos de corredor evoluídos, grutas naturais e grutas artificiais. Tipo 1: trapézios; Tipo 2: crescentes; Tipo 3: triângulos.

2014-2015; CARVALHO, 2007 e 2013; CARVALHO & CARDOSO, 2008; CARVALHO & GIBAJA, 2014; GONÇALVES, 2001 e 2013; LEISNER & LEISNER, 1951 a e 1959; LEISNER, 1966, 1983 e 1985; MATALOTO *et al.*, 2015; ROCHA, 2007; SILVA & SOARES, 1983; ZILHÃO, 1992).

No cômputo geral destes diversos tipos de sepulcros, os conjuntos são claramente dominados pelos trapézios (Tipo 1), com valores dispostos acima dos 65%. A distribuição dos trapézios face ao total das armaduras geométricas corresponde, então nas antas de câmara simples alongada, a 67,19%, o valor mais reduzido, subindo a sua frequência nas pequenas antas de câmara simples (74,63%), antas de corredor curto (86,25%), antas de corredor alongado (77,46%), grutas naturais (85,92%) e grutas artificiais (87,88%) (Fig. 55).

Os crescentes (Tipo 2), ausentes nas grutas artificiais da Sobreira de Cima, encontram-se ainda relativamente bem representados nos restantes sepulcros, ascendendo a 17,91% do total das armaduras geométricas nas pequenas antas de câmara simples, 23,44% nas de câmara simples alongada, 10,00% nas pequenas antas de corredor curto, 11,27% nos monumentos de corredor longo e 8,45% nas grutas naturais. Visivelmente minoritários, os triângulos (Tipo 3) apenas se encontram melhor representados nos monumentos



**Fig 56** – Relação percentual das frequências, por Sub-Tipo, das armaduras geométricas presentes em contextos funerários dos IV e III milênios a.n.e., distinguindo-se pequena anta de câmara simples, pequenas antas de câmara alongada, pequenas antas de corredor curto, antas de corredor longo, grutas naturais e grutas artificiais. Conferir no texto o enunciado dos diversos subtipos discriminados.

de corredor longo, apresentando valores percentuais idênticos aos dos crescentes (11,27% do total das armaduras geométricas). Nos restantes sepulcros correspondem, face ao total das armaduras geométricas, a 7,46% nas pequenas antas de câmara simples, 9,37% nos pequenos sepulcros alongados, 3,75% nas antas de corredor curto, 5,63% nas grutas naturais e 12,12% nas grutas artificiais.

Em relação às suas características tipológicas específicas (Fig. 56), de acordo com os diversos subtipos discriminados, verifica-se um claro predomínio dos trapézios simétricos com truncaturas rectilíneas ou ligeiramente côncavas (Tipo 1A) em pequenos sepulcros de câmara simples ou alongada (respectivamente, 29,85% e 32,81% do total dos subtipos definidos para as armaduras geométricas). Em antas de corredor curto, dominam os trapézios assimétricos com truncaturas rectilíneas ou ligeiramente côncavas (Tipo 1B), correspondendo a 37,50% do total dos subtipos definidos para as armaduras geométricas. A mesma tendência se regista também nas grutas naturais, referindo-se os trapézios assimétricos a 40,85% do total dos subtipos definidos. Nas grutas artificiais, os conjuntos são dominados pelos trapézios rectângulos com truncaturas rectilíneas ou ligeiramente côncavas (Tipo 1C), correspondendo a 39,39% do total do universo em análise. Nas antas de corredor longo a maioria dos geométricos inclui-se no grupo dos trapézios rectângulos com truncatura basal muito côncava (Tipo 1D), traduzindo-se em 28,87% do total dos subtipos definidos para as armaduras geométricas.

A leitura destes valores permite alguns considerandos a respeito dos potenciais patamares crono-culturais das diversas variantes de armaduras geométricas presentes nos diferentes tipos de sepulcros. Em primeiro lugar há que realçar uma maior incidência de trapézios simétricos (a par de um número ainda considerável de crescentes) nas pequenas antas de câmara simples e alongada, usualmente integradas numa fase inicial do Megalitismo do Sudoeste peninsular podendo, então, estas ocorrências estar relacionadas com questões iminentemente cronológicas; em segundo, evidencia-se um maior número de trapézios assimétricos em pequenas antas de corredor curto, equiparando-os culturalmente às grutas naturais, onde se regista a mesma frequência, e afastando-os das grutas artificiais, onde dominam os trapézios rectângulos, tal como já havia sido constatado por A. F. Carvalho (2013, p. 75) com base na comparação dos elementos geométricos dos sepulcros da Sobreira de Cima com aqueles recolhidos em monumentos de corredor curto da área de Reguengos de Monsaraz).

Por seu lado, e evidenciando já aparentes diferenças cronológicas, regista-se uma maior incidência de trapézios (ou triângulos) com truncatura basal muito côncava em antas de corredor já atribuíveis ao III milénio a.n.e. – algo que já havia sido constatado a respeito das armaduras geométricas da anta de Nossa Senhora da Conceição dos Olivais, sugerindo-se aí que esta morfologia de geométricos corresponderia a um tipo já “evoluído”, em oposição aos tipos mais antigos de truncaturas rectilíneas (BOAVENTURA *et al.*, 2014-2015).

Contudo, se se registam estas diferenças tipológicas, os padrões métricos das armaduras geométricas parecem não apresentar variações significativas em termos culturais ou cronológicos. Com efeito, mesmo registando-se alguns exemplares de menor ou maior tamanho, as dimensões médias parecem não variar, seja por tipo de sepulcro ou por tipo de artefacto. Conforme evidenciado para o conjunto do Bom Santo, mas extensível aos restantes contextos, os padrões métricos são quase redundantes, dado que demonstram conjuntos muito homogéneos nos quais os três tipos principais (trapézios, crescentes e triângulos) são praticamente indistinguíveis (CARVALHO & GIBAJA, 2014, p. 179).

Com efeito, nos casos analisados, registam-se padrões sensivelmente semelhantes, com diferenças de dimensões médias registadas à escala de milímetros (conforme demonstrados nas (Figs. 57, 58 e 59).

Tipologia de sepulcro	Amostra	Comp. médio	Larg. média	Comp. max.	Comp. min.	Larg. max.	Larg. min.
Sep. câmara simples	63	26,1 ± 6,5	11,8 ± 2,5	40,1	14,1	18,1	4,2
Sep. câmara alongada	65	25,2 ± 5,0	11,5 ± 1,7	34,9	14,8	15,8	8,9
Sep. corredor curto	76	23,6 ± 4,3	12,5 ± 2,2	34,4	9,9	18,5	6,1
Sep. corredor longo	125	24,8 ± 5,2	12,5 ± 2,5	42,2	14,9	19,3	6,9
Grutas naturais	73	27,0 ± 5,6	12,4 ± 2,2	41,6	13,1	18,3	7,6
Grutas artificiais	34	22,9 ± 3,8	13,1 ± 1,9	31,9	14,7	16,8	10,1
Sep. “pré-megalíticos”	3	16,5 ± 2,2	8,1 ± 0,4	18,9	14,7	8,4	7,7

Fig. 57 – Padrões métricos médios das armaduras geométricas, segundo o tipo de sepulcro.

Refira-se igualmente os valores sensivelmente inferiores apresentados pelos elementos do contexto “pré-megalítico” das Atafonas, com um comprimento médio de 16,5 ± 2,2 mm para uma largura média de 8,1 ± 0,4 mm aproximando-se, aparentemente, dos valores registados em contextos do Neolítico Antigo (como Caldeirão, Almonda e Carrascos). Refira-se, no entanto, que esta leitura se baseia apenas em três elementos recolhidos num único sítio, sendo necessário expandir a amostra para confirmar ou refutar esta tendência.

De qualquer forma, mesmo que façamos, a nível comparativo, leituras individuais de conjuntos que possibilitem análise estatística, os padrões métricos dos geométricos parecem não variar em grande medida de contexto para contexto, e eventualmente de cronologia para cronologia, atendendo às propostas mais usuais. Para as pequenas antas de câmara simples, tomando o exemplo de Deserto 7, os geométricos apresentam uma média de  $29,5 \pm 5,9$  mm de comprimento e  $11,8 \pm 1,7$  mm de largura; nas pequenas antas de câmara simples alongada, como Casarões do Zambujeiro, estes apresentam uma média de  $28,9 \pm 4,2$  mm de comprimento e  $10,8 \pm 1,4$  mm de largura; tomando o exemplo do Poço da Gateira 1 para as pequenas antas de corredor curto, a média é de  $23,9 \pm 4,8$  mm de comprimento e  $12,5 \pm 2,2$  mm de largura; em antas de corredor médio a longo, como a “Anta Grande” da Comenda da Igreja, Paço 2 ou Nossa Senhora da Conceição dos Olivais as médias são  $26,0 \pm 5,7$  mm,  $25,8 \pm 6,2$  mm e  $22,0 \pm 3,7$  mm de comprimento e  $13,0 \pm 2,6$  mm,  $11,6 \pm 2,4$  mm e  $13,5 \pm 2,0$  mm de largura, respectivamente. Os exemplos de grutas naturais e grutas artificiais também não apresentam grandes oscilações face a estes: o conjunto do Algar do Bom Santo apresenta um comprimento médio de  $25,1 \pm 4,2$  mm para uma largura média de  $11,5 \pm 1,5$  mm (CARVALHO & GIBAJA, 2014, p. 179), enquanto o conjunto do Lugar do Canto apresenta um comprimento médio de  $27,2 \pm 7,5$  mm para uma

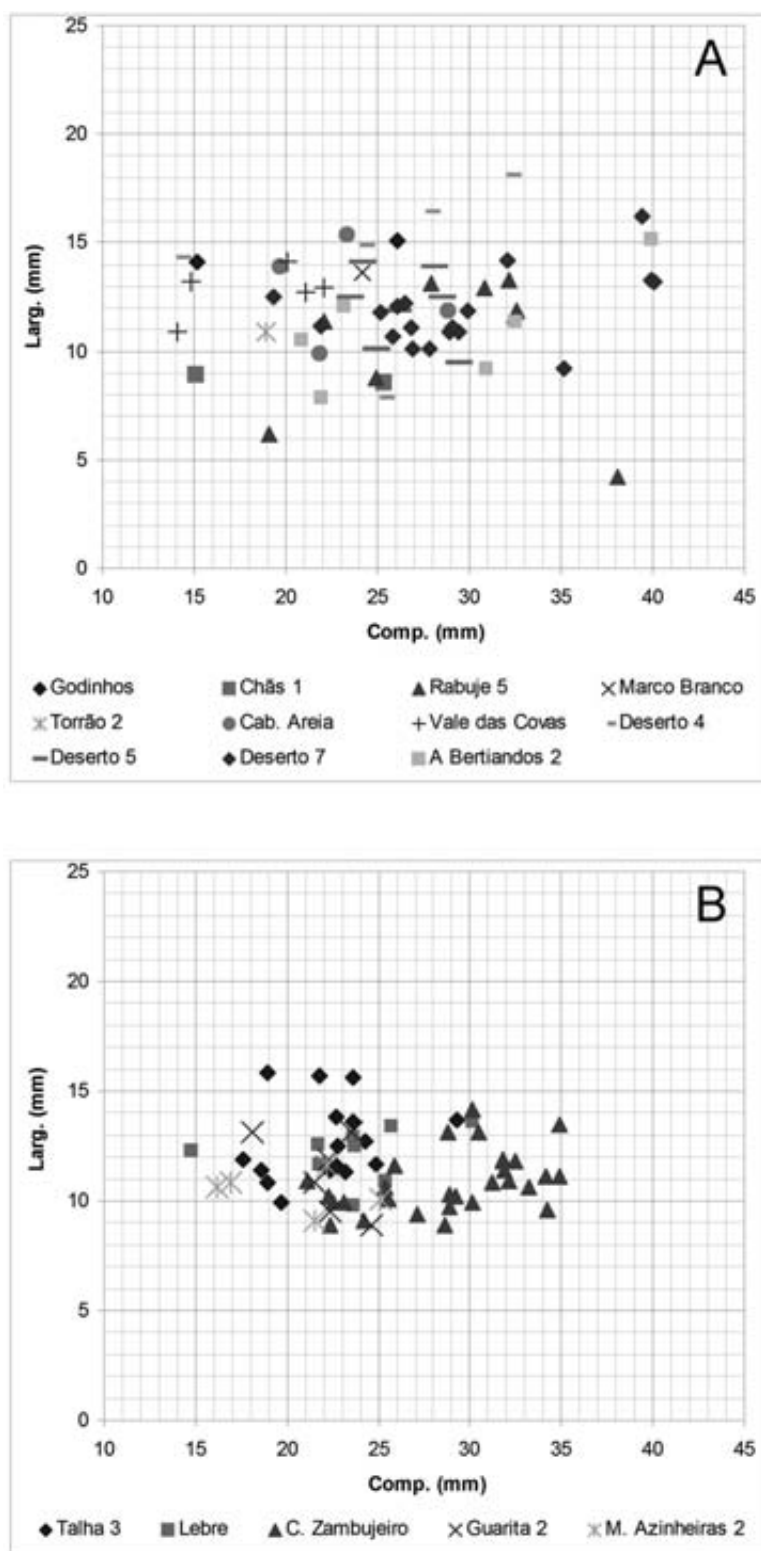
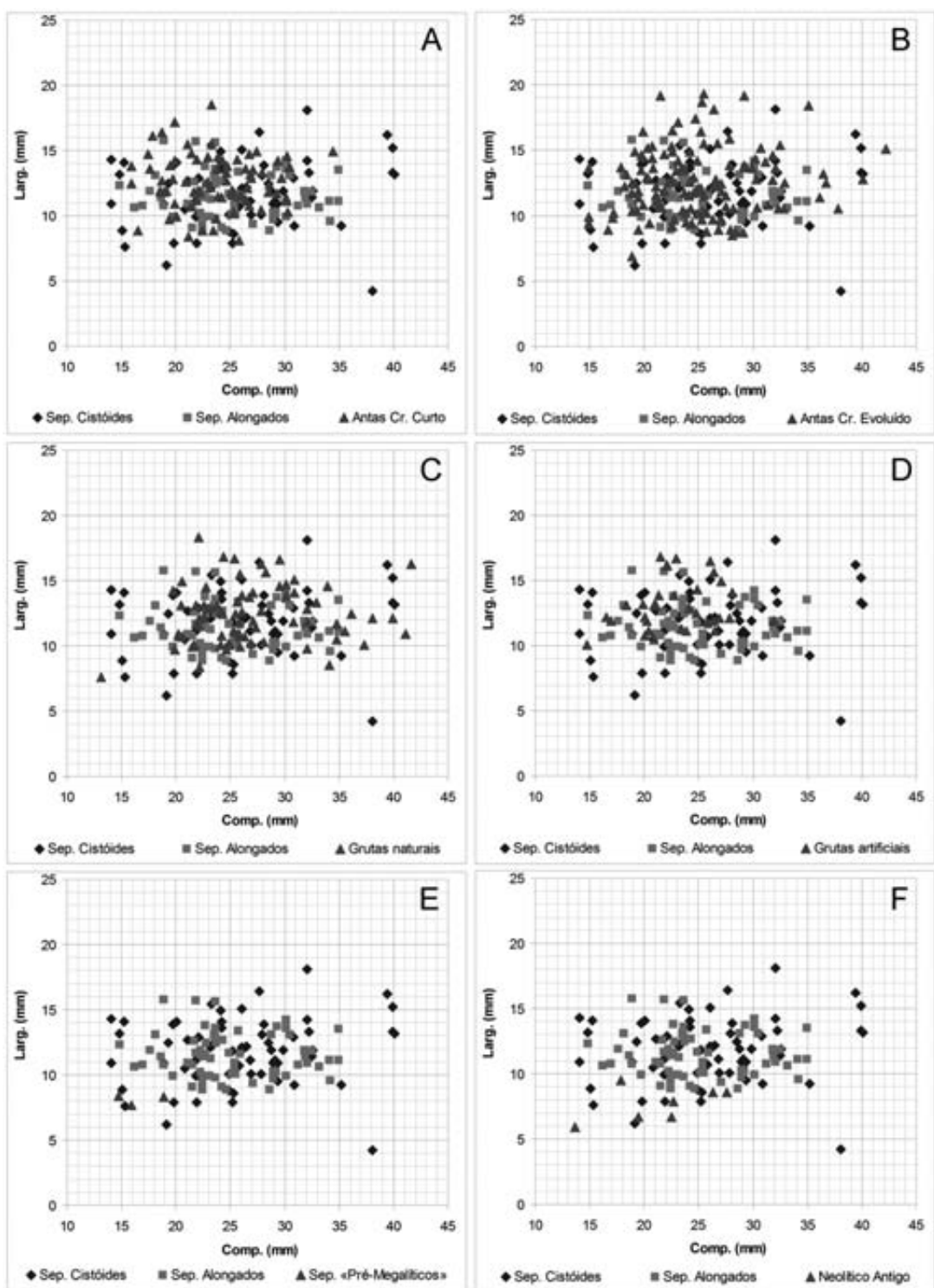


Fig. 58 – Historiograma da relação comprimento/largura das armaduras geométricas presentes em contextos funerários do IV milénio a.n.e., distinguindo-se pequenas antas de câmara simples (A) e pequenas antas de câmara simples alongada (B).





**Fig. 59** – Historiograma de comparação da relação comprimento/largura das armaduras geométricas presentes em pequenas antas de câmara simples e pequenas antas de câmara simples alongada com as armaduras geométricas presentes em pequenas antas de corredor curto (A), antas de corredor longo (B), grutas naturais (C) e grutas artificiais (D). Apresenta-se igualmente, a título exemplificativo, a comparação com as armaduras geométricas presentes no sepulcro “pré-megalítico” das Atafonas – sepultura 1 (E) e nos contextos funerários do Neolítico Antigo das grutas do Caldeirão, Almonda – Galeria da Cisterna e Carrascos (F)..

largura média de  $12,4 \pm 1,9$  mm (CARDOSO & CARVALHO, 2008, p. 273); o conjunto da Sobreira de Cima (no total dos sepulcros 1, 2 e 5) apresenta um comprimento médio de  $22,9 \pm 3,8$  mm para uma largura média de  $13,1 \pm 1,9$  mm (medidas tomadas a partir de CARVALHO, 2013).

No total dos conjuntos analisados, é possível inferir que as larguras dos geométricos (independentemente da tipologia do sepulcro) se dispõem basicamente entre os 100 e os 170 mm, tendo sido obtidos sobre lâminas com padrões métricos semelhantes àquelas recolhidas nestes mesmos contextos e inseríveis no Grupo 1, conforme constatado para os monumentos da Sobreira de Cima (CARVALHO, 2013, p. 74). Um número relativamente reduzido de geométricos com larguras inferiores a 9 mm indica já a sua produção a partir de produtos alongados de menor dimensão, como o são as lamelas – e semelhante ao registado nos contextos funerários do Neolítico Antigo das grutas do Caldeirão, Almonda e Carrascos.

Ainda a respeito da produção das armaduras geométricas, estas apresentam truncaturas obtidas por retoque curto e abrupto, maioritariamente directo (com um número estatisticamente insignificante de exemplares com retoque inverso). Uma particularidade, registada num número significativo de trapézios rectângulos (Tipo 1C), é apresentarem a extremidade basal não retocada, sendo a fractura obtida por flexão do suporte.

Sobre as matérias-primas, registam-se elementos produzidos em sílex, quartzo e, minoritariamente, calcedónia, não parecendo, conforme constatado no caso de Nossa Senhora da Conceição dos Olivais (BOAVENTURA *et al.*, 2014-2015), a matéria-prima influenciar a tipologia e dimensões dos artefactos. Em relação ao sílex, e exclusivamente no caso dos contextos do IV milénio, este apresenta as mesmas características apontadas acima para o caso das lâminas, repartindo-se entre o sílex cenomaniano e o sílex opaco acinzentado de fonte ainda não determinada. Atestando-se mais uma vez a frequência deste último nas produções líticas de contextos funerários do IV milénio a.n.e. (aparentemente não utilizado em épocas mais tardias), nas perto de duas dezenas de armaduras geométricas recolhidas no sepulcro da Talha 3, aproximadamente metade são produzidas neste tipo de sílex (não sendo já usado na produção das pontas de seta recolhidas nos monumentos contíguos de Talha 2 e Cascalho).

Assim, tendo em conta o exposto, denotamos uma certa homogeneidade cultural genérica, embora com algumas ligeiras variações – patente como vimos no caso dos geométricos – nos mobiliários votivos presentes nos diversos contextos funerários atribuíveis a grande parte do IV milénio a.n.e., homogeneidade esta que poderá, contudo, dissipar-se nos finais da segunda metade deste milénio. Com efeito, baseando-nos nas datações entretanto obtidas para os diversos contextos sepulcrais, parece que se regista um certa evolução cultural entre as pequenas antas de câmara simples e as antas de corredor, mantendo-se, todavia, os traços gerais que caracterizam este período. Simultaneamente, regista-se a utilização de grutas naturais e a grutas artificiais reflectindo, na ritualidade da Morte, o mesmo quadro simbólico-ideológico, apenas adaptado a distintos contentores funerários, determinados mais por factores físicos (geológicos ou geomorfológicos) do que por factores culturais.

A introdução de novos itens, como as placas de xisto gravadas, as pontas bifaciais e a multiplicação e diversificação da cerâmica, deverá apenas indicar um novo patamar nesta tendência, e não uma ruptura com o contexto ideológico precedente. A inclusão de alguns elementos ditos “arcaicos” poderá precisamente concorrer para a aceitação desta hipótese – muito embora seja de todo lógico admitir que se poderão tratar simplesmente de elementos relativos a uma primeira utilização dos monumentos, anterior à introdução desses novos itens, recuando assim substancialmente a primeira construção e utilização dos monumentos de câmara e corredor diferenciados – como se parece constatar, por exemplo, na “Anta Grande” do Zambujeiro (ODRIOZOLA *et al.*, 2012).

Algo que todavia contrasta nestes pequenos monumentos em relação às grutas naturais e artificiais coevas, tendo em conta o exemplo da Sobreira de Cima, Outeiro Alto 2 e Barrada, é a ausência de elementos de

adorno sobre concha (como as braceletes de *glycymeris*, as contas de *dentalium*, os búzios perfurados de *trivia monacha*) e os furadores em osso. Embora o grosso da informação artefactual remeta para âmbitos culturais semelhantes (como atestado acima, no caso da pedra lascada e pedra polida), a ausência destes elementos poderia ser resultante de factores culturais distintos.

Poderia ser sugerido que, tal como os elementos osteológicos, estes elementos não se conservassem em solos ácidos. Com efeito, é reconhecida a fraca preservação de malacofauna em solos ácidos – sendo que a sua conservação nestes ambientes apenas se regista em grandes concentrações (como no caso dos concheiros), em que, por precipitação de carbonatos, é transmitido um teor alcalino a solos originalmente ácidos, possibilitando assim a preservação dos elementos. No entanto, em monumentos megalíticos da área estremenha (como Carrascal e Pedras Grandes), em ambientes calcários que permitem a conservação de vestígios osteológicos e com contextos de utilização cronologicamente coevos aos das grutas naturais, estes elementos não estão presentes. Da mesma maneira, a sua presença em contextos de interior está atestada, como o mostram os exemplos da gruta do Escoural ou dos sepulcros da Sobreira de Cima e Outeiro Alto 2, a primeira em plena área “megalítica”. Não se poderá assim apontar divergências cronológicas ou geográficas para justificar estas ausências, dado se registarem aparentemente nas mesmas áreas e nos mesmos períodos. Será então reflexo de diferenças efectivamente culturais?

Este é apenas um exemplo da necessidade de continuarmos a aprofundar a investigação nos diversos contextos regionais do Sudoeste peninsular, por forma a melhor compreendermos as comunidades que o habitaram durante o IV milénio a.n.e., e a forma como materializavam as suas cosmogonias.

Perante o quadro aqui exposto julgamos ser de manter uma perspectiva sequencial e aditiva dos espólios e preceitos funerários, conducente a uma progressiva diversificação em especial no final do IV milénio a.n.e., patente na proposta de um faseamento tripartido avançada anteriormente (BOAVENTURA, 2011; BOAVENTURA & MATALOTO, 2013) que, mesmo que matizada com a necessidade de entender os fenómenos de mutação cultural como processos longos, é dificilmente compatível com a aceitação da manutenção em paralelo de dois pacotes votivos distintos, um mais conservador, sem pontas de seta nem cerâmica e outro mais diverso onde estes elementos, e as placas de xisto, surgem (VALERA, 2013, p. 116). Como em outro local avançamos, cremos que terá existido, efectivamente, uma sequência cronológica mais fina, impossível de aprisionar devidamente nos intervalos do radiocarbono, na qual os conjuntos e preceitos funerários conhecem uma real transformação e diversificação (MATALOTO *et al.*, 2015, p. 64), reflexo de um quadro social, mental e cosmológico mais complexo, após um longo momento de estabilização e relativa uniformidade ao longo do segundo e terceiro quartel do IV milénio a.n.e., para depois se precipitar numa espiral de intensificação e mutação que representam os séculos finais do IV milénio e toda a primeira metade do III milénio a.n.e. coincidente, aliás, com o dinamismo que se conhecem nos espaços dos vivos.

## **5 – “O PRINCÍPIO É UM MOMENTO MUITO DELICADO”<sup>12</sup>: QUE TEMPO PARA AS PEQUENAS ANTAS?**

Os trabalhos efectuados nas últimas décadas em sepulcros pré-históricos, com escavações devidamente documentadas, possibilitam um novo olhar sobre a questão das origens e desenvolvimento do Megalitismo no Sudoeste peninsular, enquanto conjunto das práticas funerárias das comunidades neolíticas, fornecendo novos

---

<sup>12</sup> Princesa Irulan, Abertura, *Dune*, 1984, de David Lynch, utilizado para fim idêntico em V. S. Gonçalves, 1999

elementos de análise, baseados em metodologias actuais, para a aferição do seu enquadramento cronológico rigoroso, permitindo superar as leituras assentes apenas no importante volume de dados recolhidos por Manuel Heleno, como foi apanágio durante longas décadas.

Nos últimos anos tem vindo a defender-se o início do Megalitismo, quer como as práticas funerárias da populações do final do Neolítico, quer como o arranque das edificações ortostáticas de cariz tumular, ao longo do segundo quartel do IV milénio a.n.e., baseado no tratamento estatístico do conjunto de datas que tem vindo a ser dado à estampa (BOAVENTURA, 2009; BOAVENTURA, 2011, p. 167; BOAVENTURA & MATALOTO, 2013, p. 94; CARVALHO & CARDOSO, 2015. p. 50), curiosamente acompanhando propostas “intuitivas” estabelecidas há muito (SAVORY, 1969, p. 98). No caso dos pequenos sepulcros das áreas do Redondo e Monforte aqui apresentados, de acordo com as características do espólio, uma cronologia relativa que acompanhe este início do Megalitismo parece a mais acertada. Tal proposta poderá ser ratificada pela datação do sepulcro de Rabuje 5 (o único datado neste contexto), fornecendo, como indicado acima, um intervalo de tempo enquadrado entre 3630-3345 cal BC  $2\sigma$  (Beta-191133: 4650  $\pm$  50 BP). Mesmo aceitando que esta poderá não estar directamente relacionada com a construção original do sepulcro, mas talvez à inclusão do corredor (admitindo que este se trata de uma adição posterior), o resultado parece que não diverge muito daquilo que podemos considerar como o espectro cronológico deste tipo de sepulcros. Com efeito, em Rabuje 5 o espólio recolhido na área do corredor não difere em grande medida daquele recolhido na câmara, ou em outros sepulcros arquitectonicamente semelhantes, pelo que podemos considerar que esta potencial nova fase construtiva terá ocorrido em períodos imediatamente sucedâneos aos da construção original, incluídos ainda no mesmo patamar crono-cultural. Outro ponto a tomar em atenção nesta ocorrência, para além da questão cronológica, é precisamente a questão cultural – a introdução de um corredor numa anta de câmara simples parece implicar a inserção de um espaço simbólico de mediação, eventualmente de cariz uterino, plenamente simbólico, possa ele ser funcional ou não, deixando entender as raízes cosmogónicas, mas também telúricas, inerentes a estas soluções. Estas preocupações já assaltavam Manuel Heleno perante antas de “*corredorsinho* [sic] *de pedras meúdas*” de “*saída impraticável*” questionando-se, e bem, em nosso entender, se não deveria ser entendido como a “*saída para a morte?*” (Caderno n.º 32, *Explorações nos arredores do Siborro, Set. e Out. 1937* – APMH/2/1/11/32, fl. 22).

O caso de Rabuje 5, a par de outras antas com corredor que, dado a sua reduzida dimensão, em termos de altura e largura, se tornam praticamente inutilizáveis, como a anta 1 do Lucas (CALADO, 1994), é particularmente interessante para o entendimento desta questão, quer do ponto de vista simbólico quer cronológico, pois permite assumir a sequência aditiva do processo evolutivo, por questões iminentemente simbólicas, como refere M. Calado (2003, p. 362), na justa medida em que todo o esquema arquitectónico/simbólico presente nos sepulcros megalíticos já se encontra presente nos pequenos sepulcros de câmara simples, sendo a introdução do corredor uma adição eventualmente de cariz “alegórico”, e posteriormente funcional em sentido estrito. Desde modo, em Rabuje 5, para além da eventual prova sequencial, com a adição do corredor, com nova orientação, agora muito próxima ao solstício de Inverno, a datação obtida sob um dos esteios, [10], de início do corredor, deixa entender que, pelo menos em meados do IV milénio a.n.e. poderíamos ter já a presença de antas de câmara e corredor, o que poderá ser acompanhado em sepulcros maiores, como se verá.

As características dos conjuntos votivos recolhidos nas pequenas antas do Redondo e Monforte enquadram-se perfeitamente nos critérios estabelecidos acima com base nos dados fornecidos para outras regiões e tipo de sepulcros, reconhecível nas particularidades dos artefactos de pedra polida, dos produtos líticos alongados e das armaduras geométricas. O único elemento de destaque é a inclusão de recipientes cerâmicos nos mobiliários votivos, representado apenas no caso dos Godinhos. Este facto poderá indicar uma



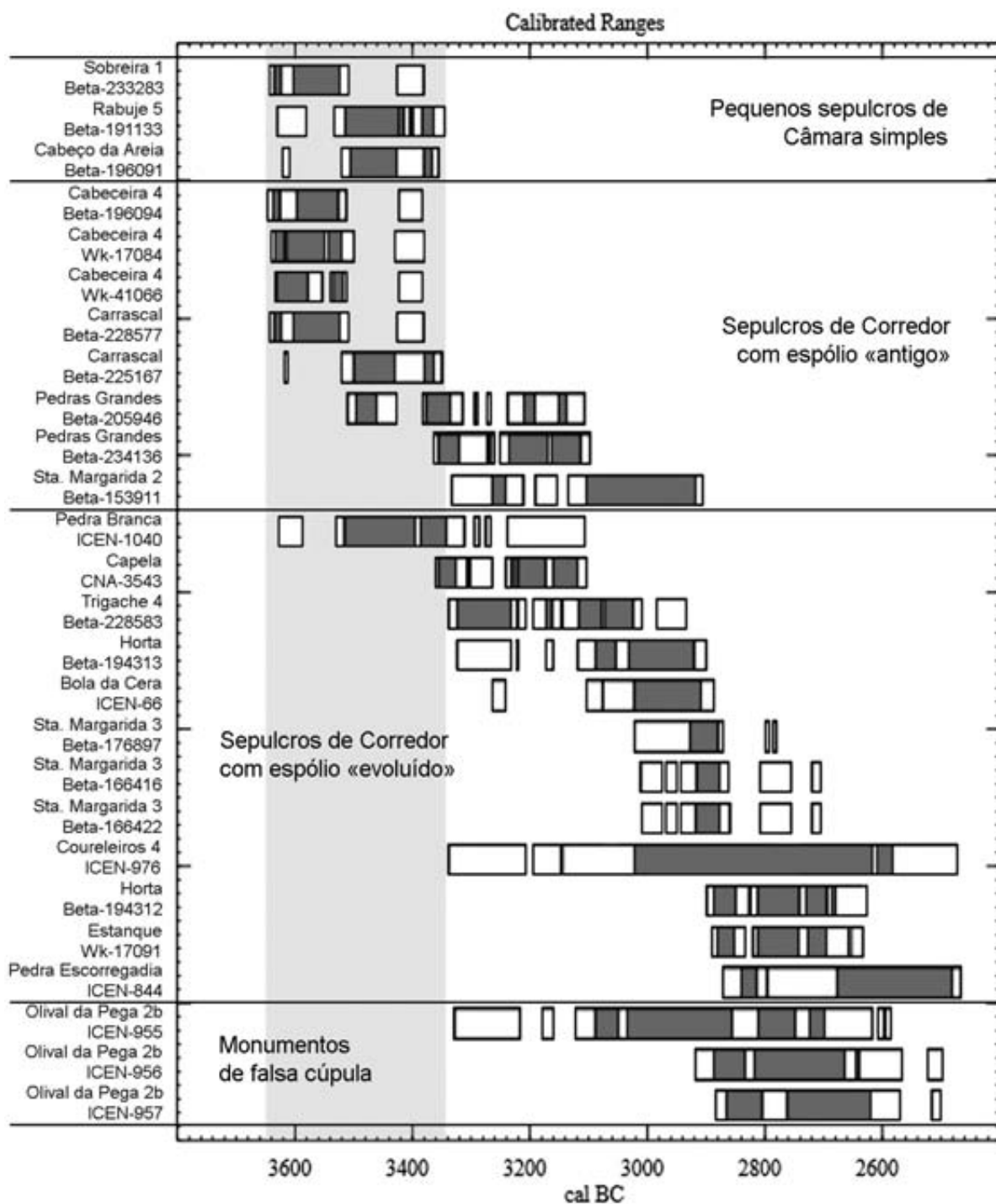
fase tardia de utilização, mas ainda relacionada com a fundação do monumento, num momento um pouco mais avançado do IV milénio a.n.e. (*cf.* também MATALOTO *et al.*, 2015), muito provavelmente contemporânea do bem conhecido exemplo do Poço da Gateira 1, de câmara simples e corredor curto, usualmente tida como exemplo do momento fundador do Megalitismo da região de Reguengos (LEISNER & LEISNER, 1951 a; GONÇALVES, 1992, p. 176).

Embora ainda se não disponha de um conjunto significativamente representativo para esboçar um diagrama cronológico rigoroso no qual fiquem expressas, com clareza, as mais antigas utilizações dos diversos tipos de sepulcros, as datações disponíveis são suficientes para se começar a traçar um quadro hipotético para o desenvolvimento do Megalitismo no Sudoeste peninsular, algo que temos vindo a tentar com base na informação disponível (BOAVENTURA, 2009; BOAVENTURA, 2011; BOAVENTURA & MATALOTO, 2013), merecendo os devidos comentários (Fig. 60).

O caso mais expressivo é, sem dúvida, o de Cabeço da Areia (Montemor-o-Novo). Escavado por Manuel Heleno, trata-se de um pequeno sepulcro de câmara simples, com um conjunto votivo característico (lâminas e armaduras geométricas), bem enquadrado nos padrões estabelecidos acima (MATALOTO *et al.*, 2015, p. 64). A recolha de elementos osteológicos humanos, pertencentes a pelo menos dois indivíduos, permitiu obter uma datação situada no intervalo 3621-3356 cal BC  $2\sigma$  (Beta-196091:  $4650 \pm 40$  BP; *seg.* ROCHA & DUARTE, 2009, p. 776), indiciando a utilização deste sepulcro entre os finais do segundo e meados do terceiro quartel do IV milénio a.n.e. Cremos que esta deve ser efectivamente a data associável ao uso deste sepulcro pelas comunidades que o erigiram, não existindo qualquer argumento sustentável, cremos, para considerar tratar-se de uma reutilização avançada de um monumento supostamente mais antigo (CARVALHO & CARDOSO, 2015, p. 46), sendo para nós relativamente seguro aceitar a construção deste tipo de sepulcros no intervalo obtido, bem longe, pois, das cronologias de V milénio a.n.e que durante bastante tempo se lhes quiseram associar. Efectivamente, como veremos, os dados cronológicos que têm vindo a ser obtidos para outros sepulcros da mesma, ou maior, entidade, deixa cada vez mais clara a sua edificação em meados do IV milénio a.n.e., como notaremos nos exemplos seguintes.

O exemplo de Rabuje 5, já comentado acima sobre a relação entre a amostra de carvões e a potencial inclusão posterior do corredor (sendo desnecessário voltar a desenvolver aqui a questão), permite considerar que a “evolução arquitectónica” representada pela edificação de corredores, funcionais ou não, se terá processado ainda durante o pleno uso dos pequenos sepulcros simples em meados do IV milénio a.n.e., dado não se registarem, como dito antes, grandes diferenças entre o espólio recolhido na câmara e no corredor, algo que já não será tão claro no caso de Sobreira 1 (Elvas) (BOAVENTURA, FERREIRA & SILVA, 2013).

Com efeito, este sepulcro, uma pequena câmara simples, de tendência subelíptica com vestígios de ter possuído um corredor incipiente, muito próxima do caso da anta da Barroca, aqui apresentado, forneceu uma datação com resultado estatisticamente equiparável aos de Cabeço da Areia e Rabuje 5, nomeadamente 3643-3381 cal BC  $2\sigma$ , obtido sobre amostra de osso humano (Beta-233283:  $4770 \pm 40$  BP; *seg.* BOAVENTURA, FERREIRA & SILVA, 2013, p. 75). No entanto, em termos genéricos, o espólio recolhido aponta para utilizações mais avançadas no IV milénio a.n.e., eventualmente na transição do terceiro para o último quartel do IV milénio a.n.e., conforme o deixa entender a presença de uma ponta de seta, de recipientes carenados, mas também da goiva. Todavia, trata-se da datação directa de uma inumação, indicando assim uma inequívoca utilização funerária deste sepulcro em meados do IV milénio a.n.e., à qual se podia associar facilmente parte do espólio, como os artefactos de pedra polida ou até as pequenas lâminas não retocadas. Deste modo, talvez tenhamos uma utilização mais prolongada no tempo, ou mesmo uma nova utilização mais avançada, após alguns séculos de abandono, processando-se novo(s) enterramento(s) em momento mais tardio.



**Fig. 60** – Datações para sepulcros megalíticos do Sudoeste peninsular, discriminados por tipologia “cultural”. Sepulcros de câmara simples: Sobreira 1 (BOAVENTURA, FERREIRA & SILVA, 2013), Rabuje 5 (BOAVENTURA, 2006 e 2009), Cabeço da Areia (ROCHA & DUARTE, 2009). Sepulcros de corredor com espólio “antigo”: Cabeceira 4 (ROCHA & DUARTE, 2009; CARVALHO & ROCHA, 2015), Carrascal (BOAVENTURA, 2009), Pedras Grandes (BOAVENTURA, 2009), Santa Margarida 2 (GONÇALVES, 2001). Sepulcros de corredor com espólio “evoluído”: Pedra Branca (SOARES, 2010), Capela (ODRIOZOLA *et al.*, no prelo), Trigache 4 (BOAVENTURA, 2009), Horta (OLIVEIRA, 2006), Bola da Cera (OLIVEIRA, 1998), Santa Margarida 3 (GONÇALVES, 2003 a), Coureleiros 4 (OLIVEIRA, 1998); Estanque (ROCHA & DUARTE, 2009), Pedra Escorregadia (GOMES, 1994). Monumentos de falsa cúpula: Olival da Pega 2b (GONÇALVES, 2003 a).

Como os próprios autores reconhecem (BOAVENTURA, FERREIRA & SILVA, 2013, p. 75), seria de grande interesse a datação de todos os três indivíduos identificados, por forma a estabelecer uma cronologia de uso mais fina, ainda que não fosse obrigatória a resolução da questão, na justa medida em que os vestígios osteológicos recolhidos nas intervenções mais recentes não têm paradeiro conhecido (BOAVENTURA, FERREIRA & SILVA, 2013, p. 64).

O caso de Cabeceira 4 (Mora) assume particular relevância, a par de outros, como veremos, no contexto de análise das mais antigas deposições funerárias megalíticas. Igualmente escavado por Manuel Heleno, apresentava-se bastante destruído à altura da escavação, não sendo possível definir com rigor as suas características arquitectónicas e dimensões, ainda que tenha sido possível afirmar a presença de câmara, aparentemente arredondada, e corredor, para além de se anotar que o único esteio vertical tinha 1,96 m alt. × 1,35 m larg., e outro caído, com 2,37 m de comprimento, o que poderia indiciar estarmos na presença de uma anta de tamanho médio<sup>13</sup>, na qual apenas se recolheu um geométrico “com começo de moosa e um fragmento de faquinha” (Caderno n.º 31, *Explorações nos arredores do Siborro, Set. e Out. 1937* – APMH/2/1/11/31, fl. 36-37) para além de ossos do crânio e longos, que posteriormente se vieram a atribuir aparentemente a três indivíduos distintos, dois adultos e uma criança (ROCHA & DUARTE, 2009, p. 770).

Foram obtidas três datações, sobre ossos dos três indivíduos, que forneceram os seguintes resultados: Beta-196094: 4780 ± 40 BP – 3647-3383 cal BC 2σ, Wk-17084: 4759 ± 41 BP – 3640-3379 cal BC 2σ e Wk-41066: 4742 ± 20 BP – 3633-3383 cal BC 2σ (seg. ROCHA & DUARTE, 2009, p. 771; CARVALHO & ROCHA, 2015). Estas datações, estatisticamente idênticas entre si, associadas a três indivíduos distintos enterrados dentro de uma anta de média / grande dimensão, e genericamente associados a um trapézio assimétrico e um fragmento proximal de lâmina, solapam em grande medida as obtidas na pequena anta do Cabeço da Areia, deixando entender um desenvolvimento paralelo, ou muito próximo no tempo, de dois modelos arquitectónicos distintos, quer na sua dimensão, quer na sua formulação do espaço sepulcral. Assim, de alguma forma, os resultados obtidos na anta da Cabeceira 4, localizada no eixo central do conhecimento do Megalitismo das pequenas antas, impõem uma leitura substancialmente distinta do usual modelo de desenvolvimento linear das arquitecturas megalíticas alentejanas, não apenas na sua planta e dimensão, mas igualmente na suposta concepção colectiva do espaço funerário, que a construção de um sepulcro desta dimensão implica. Todavia, já outros dados vinham apontando neste sentido, ainda que provenientes de outras regiões, e sem a clareza que as três datas de Cabeceira 4 impõem.

O sepulcro do Carrascal (Sintra) (BOAVENTURA, 2009, p. 68) corresponde a uma anta grande, de cariz sepulcral colectivo, atendendo à presença de um número mínimo de dez indivíduos, com espólio de feição essencialmente “arcaizante”, que ofereceu datações estatisticamente indestrinçáveis das obtidas nos sepulcros anteriores. Estas, obtidas sobre duas amostras de *Homo* de indivíduos distintos, apresentaram os seguintes resultados: Beta-228577: 4770 ± 40 BP – 3643-3381 cal BC 2σ e Beta-228577: 4640 ± 40 BP 3618-3350 cal BC 2σ (seg. BOAVENTURA, 2009, Quadro 22). Estas duas datas vêm, assim, acompanhar o espectro cronológico apresentado para Cabeceira 4, que se pode caracterizar igualmente por ser uma anta média/grande, reforçando a contemporaneidade face à utilização dos pequenos sepulcros, com base na anta do Cabeço do Areia.

A anta das Pedras Grandes, igualmente um sepulcro de assinaláveis dimensões da Península de Lisboa, no qual se recolheu escasso espólio claramente votivo (BOAVENTURA, 2009, p. 123), permitiu também

---

<sup>13</sup>CNS 26695 – Monumento de grandes dimensões, com uma câmara que conserva 1 esteio *in situ* e 4 esteios caídos. Um dos esteios caídos a Este apresenta covinhas (4 visíveis). Não existem vestígios do corredor. Observam-se restos da mamao.

a obtenção de duas datações sobre ossos humanos, que forneceram resultados um pouco mais tardios, nomeadamente Beta-205946: 4590 ± 40 BP – 3510-3108 cal BC 2σ e Beta-234136: 4530±40 BP – 3364-3098 cal BC 2σ (seg. BOAVENTURA, 2009, Quadro 22), que nos parecem já transportar para o momento imediatamente subsequente ao anterior, mais centrado nos meados do milénio, enquanto aqui parece abarcar essencialmente o terceiro quartel do IV milénio a.n.e. Diga-se neste sentido que estes últimos, mesmo não sendo sepulcros manifestamente “monumentais”, não se tratam propriamente de antas de pequena dimensão, especialmente Pedras Grandes, como o próprio topónimo indica, reforçando a possibilidade de coexistência destas duas soluções arquitectónicas, mesmo que na Península de Lisboa as mais pequenas se não conheçam, o que não invalida que não tenham existido, ainda que as soluções naturais colmatassem as necessidades funerárias de pequenas comunidades, surgindo as grandes antas, não como necessidade de um amplo espaço de enterramento, mas sim como claras obras de ostentação/agregação comunitária, talvez mesmo mais que no Alentejo, onde as soluções funerárias não megalíticas eram mais escassas.

O caso de Pedra Branca (Grândola) revela-se mais complexo que os anteriores, especialmente por estarmos perante um sepulcro de muito longa diacronia de utilização. Se uma datação sobre amostra de *Homo* proveniente do corredor remete, com clareza para uma utilização dentro da primeira metade do III milénio a.n.e. (ICEN-1041: 4120 ± 50 BP – 2876-2505 cal BC 2σ; seg. SOARES, 2010, p. 76), já a datação proveniente de um indivíduo identificado na câmara, revela um período de utilização bastante mais recuado. Com efeito, forneceu um intervalo de 3628-3106 cal BC 2σ (ICEN-1040: 4620 ± 60 BP; seg. SOARES, 2010, p. 75), colocando uma vez mais uma anta grande, enquadrável principalmente dentro do terceiro quartel do IV milénio a.n.e., acompanhando outros sepulcros com espólios “arcaizantes”, como se verá. Como referido, a aparente “antiguidade” desta datação em relação à generalidade do mobiliário votivo (onde se destacam várias dezenas de placas de xisto gravadas), levou “*a procurar no registo artefactual proveniente da câmara funerária e em particular da área onde se recolheu a amostra de osso datada, evidências atribuíveis a essa primeira fase de tumulações*” (SOARES, 2010, p. 77). Desde logo que, no conjunto, merecem atenção as armaduras geométricas, como potencialmente correspondendo a essa etapa inicial de utilização do monumento. Curiosamente, um dos elementos apresentados aparenta ter sido produzido sobre o sílex cinzento opaco descrito acima (cf. SOARES, 2010, p. 80, Fig. 12), embora esta avaliação tenha sido feita apenas sobre a fotografia apresentada, não sendo obviamente suficiente para confirmar a hipótese.

Escusamo-nos aqui a comentar as datações obtidas por termoluminiscência para as antas do Poço da Gateira 1 e Gorginos 2, na justa medida em que hoje oferecem intervalos de tempo excessivamente antigos e dilatados (respectivamente, OxTL-169b: 4510 ± 360 BC e OxTL-169c: 4440 ± 360 BC, seg. WHITTLE & ARNAUD, 1975), que manifestamente nos surgem desadequados integrar no discurso actual, como bem comentou e propôs Rui Boaventura (2011, p. 161)

A única datação fiável disponível para antas médias de corredor na área alentejana, passível de ser ainda enquadrada em boa medida nos finais do IV milénio a.n.e. refere-se àquela obtida para Santa Margarida 2 (Reguengos de Monsaraz). Sob a estrutura de condenação identificada na transição corredor-câmara, foi recolhida uma amostra de carvões de *Erica umbellata* que, sujeita a datação, forneceu o seguinte resultado: 3334-2906 cal BC 2σ (Beta-153911: 4410 ± 60 BP; seg. GONÇALVES, 2001, p. 172). Este resultado estabelece, então, um *terminus ante quem* para o uso deste sepulcro, decorrendo o seu encerramento algures na viragem do IV para o III milénio a.n.e., deixando entender que este deverá ter sido essencialmente anterior à diversificação e multiplicação dos espólios votivos ocorrida, segundo cremos, justamente nesta transição de milénio, mas acompanhando, como se verá, utilizações crono-culturalmente semelhantes presentes em outros tipos de sepulcro, como as grutas artificiais/hipogeus.



Efectivamente, dispomos de diversas datações genericamente enquadráveis no último quartel do IV milénio a.n.e. associadas a antas de média e grande dimensão, nas quais se começa a verificar a diversificação e multiplicação dos espólios votivos, tanto no Alentejo<sup>14</sup> como na Península de Lisboa, nomeadamente na anta da Horta (Alter do Chão), Bola da Cera (Marvão) e Trigache 4 (Odivelas). Estas datações, exceptuando aquela referente a Trigache 4, são aparentemente relativas aos níveis de base destes monumentos, associados a espólio “evoluído” com placas de xisto gravadas e recipientes cerâmicos com formas diversificadas. Qualquer um deles forneceu resultados estatisticamente semelhantes, nomeadamente 3325-2900 cal BC  $2\sigma$  (Horta, Beta-194313: 4390  $\pm$  50 BP; seg. OLIVEIRA, 2006), 3264-2887 ca BC  $2\sigma$  (Bola da Cera, ICEN-66: 4360  $\pm$  50 BP; seg. OLIVEIRA, 1998) e 3338-2934 ca BC  $2\sigma$  (Trigache 4, Beta-228583: 4450  $\pm$  40 BP; seg. BOAVENTURA, 2009) – colocando-os genericamente no mesmo intervalo que o obtido para o encerramento de Santa Margarida 2.

A construção e utilização deste tipo de antas de média e grande dimensão parece manter-se durante os primeiros séculos do milénio seguinte, caracterizadas por mobiliários votivos diversificados, com datações principalmente centradas no primeiro quartel do III milénio a.n.e., evidente nos níveis de base de Santa Margarida 3 (Reguengos de Monsaraz), cujas datações sobre amostra de *Homo* forneceram resultados sensivelmente idênticos, nomeadamente, 3021-2780, 3011-2705 e 3011-2705 ca BC  $2\sigma$  (respectivamente, Beta-176897: 4290  $\pm$  40 BP, Beta-166416: 4270  $\pm$  40 BP e Beta-166422: 4270  $\pm$  40 BP; seg. GONÇALVES, 2003 a, p. 297) – curiosamente contemporâneos dos primeiros monumentos de falsa cúpula (*cf.* o caso de Olival da Pega 2b; GONÇALVES, 2003 a, p. 297).

O conjunto de datações apresentadas acima referentes a antas do Alentejo e Península de Lisboa permitem assumir que, desde momentos recuados do IV milénio a.n.e. convivem como espaços funerários dois modelos de arquitecturas megalíticas: as pequenas antas de câmara simples e as antas de câmara e corredor, estas com módulos diversos, inclusive de grande dimensão. Deste modo, e com os dados disponíveis, torna-se bastante complexo assumir uma perspectiva evolutiva linear, do simples e pequeno, para o maior e mais complexo, seguindo as propostas evolucionistas baseadas nas ideias de Manuel Heleno que, como referimos mais acima, sendo resultado de quadros teóricos do seu tempo, enfermavam da ausência de cronologia absoluta, deficientes estratigrafias, e da estruturação teórica histórico-culturalista evolutiva na qual a diversidade era complexa de encaixar.

Assim, acompanhamos a proposta de Manuel Calado (2003, p. 360) que nos afirma a necessidade de aceitarmos a contemporaneidade, pelo menos parcial, dos dois modelos, e módulos, arquitectónicos, e de outras formas intermédias, sem que para tal tenhamos que rejeitar por completo o modelo evolucionista. A ausência de utilizações únicas de pequenos monumentos de câmara simples em momentos avançados do IV milénio a.n.e., passe uma ou outra situação conhecida de marcado regionalismo, como pode ser o caso de pequenas sepulturas de Monchique, deixa entender que, ao menos no Alentejo este tipo de sepulcros deixa de ser edificado, ainda que alguns autores continuem a defender, acerrimamente, a continuidade de construção das pequenas antas até momentos bastante avançados do III milénio a.n.e., fenómeno para o qual não cremos existirem dados consistentes no território em análise (BUENO RAMÍREZ, BARROSO BERMEJO & BALBÍN BEHRMANN, 2004, p. 96).

---

<sup>14</sup> A datação de Coureiros 4 (Castelo de Vide), obtida sobre amostra de carvão e oferecendo um intervalo de tempo bastante dilatado (nomeadamente, 3338-2471 cal BC  $2\sigma$ ; ICEN-976: 4240  $\pm$  150 BP; seg. OLIVEIRA, 1998), torna-se pouco útil na avaliação destas utilizações.

Por outro lado, parece bem evidente nos dados avançados que as grandes e médias antas de corredor se edificam e usam desde meados do IV milénio a.n.e. até bem entrado o III milénio a.n.e., favorecendo, por um lado, o sentido evolutivo, assente numa contemporaneidade parcial de construção e uso dos diversos tipos de sepulcro, acompanhando, de certo modo, o modelo do “polimorfismo evolutivo” avançado por L. Rocha (2005, p. 268) com base nos dados de Manuel Heleno, mas dotando-o de uma dinâmica cronológica distinta onde, eventualmente, a um primeiro momento de pequenas antas se passa rapidamente a um modelo e módulo de muito maiores dimensões, que se prolongará bastante no Tempo, nas suas diversas morfologias e volumetrias. Esta deve ser uma leitura elaborada de modo independente dos conteúdos votivos depositados, e pensada essencialmente com base nas datações de ossos humanos disponíveis, que provem a utilização funerária dos espaços.

É certo que questões como a transladação sistemática de conjuntos ósseos e artefactuais (ROCHA, 2005, p. 269), associados a rituais de fundação e ao culto de antepassados, tal como a hipótese do “osso-memória” de São Pedro do Estoril (GONÇALVES, 2009, p. 492), ainda que seja uma solução “engenhosa” e teoricamente muito defensável, podendo ajudar a explicar algumas situações, como no caso de São Pedro do Estoril 1 onde o espólio “arcaico” é escasso, é quanto a nós pouco aceitável de forma sistemática e intensa, sendo uma solução parca, nascida apenas do preconceito incutido pelo modelo evolucionista de Manuel Heleno.

A prova deste modelo terá que lidar de modo consistente com a análise antropológica, como bem nos lembrou muitas vezes Rui Boaventura, sendo pouco provável que, num processo de transladação, por motivos rituais de cariz fundacional, se registasse a limpeza completa e a mudança absoluta de todas as componentes osteológicas, mesmo as de menores dimensões. Neste caso, o exemplo da anta do Carrascal, em Lisboa, impõe mais alguns comentários, na justa medida em que o espólio é exclusivamente “arcaizante”, e o número mínimo de indivíduos é de dez, incluindo-se um nutrido conjunto de dentes, mas igualmente ossos pequenos, como duas falanges (BOAVENTURA, 2009, vol. II), as quais usualmente faltam nas deposições secundárias, como se poderiam designar estas transladações.

Por outro lado, ao assumirmos que estas presenças resultavam, numa anta grande, do processo fundacional de transladações, quase seríamos forçados a aceitar que o sepulcro pouco ou nada teria sido utilizado posteriormente, o que nos parece manifestamente rebuscado, neste como em outros exemplos. Aliás, a argumentação de L. Rocha sobre a escassez de espólio em muitos dos sepulcros ser a putativa prova da sua “limpeza” para efeitos de transladação (ROCHA, 2005, p. 269) joga em desfavor desta hipótese ou impõe, uma vez mais, que depois de fundados, estes seriam abandonados sem nunca serem ocupados, como se poderia depreender dos dados, escassos, recolhidos em escavações recentes de várias antas de média dimensão, de câmara simples e corredor, mas com espólios votivos “arcaizantes”, como acontece nas antas de Piornal 1 e 2 (GONÇALVES, 2013). É certo que este exemplo se poderia multiplicar inúmeras vezes se nos referíssemos a sepulcros escavados por Manuel Heleno ou pelo casal Leisner. Por outro lado, resta invocar o exemplo mítico, por isso menos fiável, do evidente nível inicial da “Anta Grande” do Zambujeiro, apenas com espólio votivo arcaico (armaduras geométricas, pequenas lâminas, pedra polida e contas de “pedra verde”, sem cerâmica), e que teria ficado selado sob o colapso de um dos esteios, sobre o qual se desenvolveria uma longa diacronia mais tardia deposições. O próprio caso da anta da Cabeceira 4, publicado pela L. Rocha, com três datações, de três indivíduos distintos, incluindo os frágeis ossos do crânio de uma criança, “associados” apenas a um fragmento de lâmina e a um trapézio, impunham, de novo, a fundação e abandono do sepulcro. Assim, e mesmo que assumíssemos que nos finais do IV e ao longo do III milénio a.n.e. as práticas funerárias se diversificam e impõem a manipulação frequente de ossadas humanas (VALERA *et al.*, 2012), cremos ser manifestamente forçada a explicação, de forma sistemática, destas presenças através de actos de transladação. Deste modo,

deveremos entender, igualmente, de forma distinta a presença de espólios “arcaicos”, isolados ou partilhando a estratigrafia, em grandes antas.

Julgamos agora conveniente efectuar um breve apontamento sobre as cronologias absolutas de outros sepulcros, e a sua associação a conjuntos artefactuais votivos, para termos um melhor entendimento sobre a diacronia de uso dos mesmos, e do seu processo de mutação.

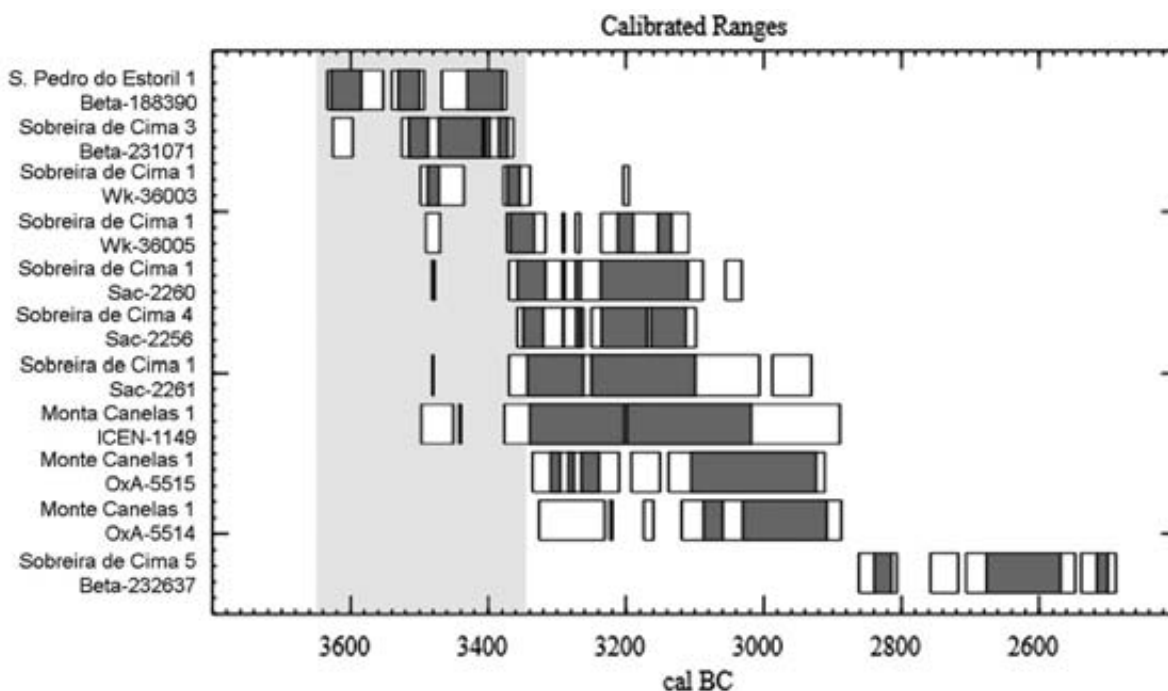
A par da construção e utilização das antas regista-se, como temos vindo a ver, no âmbito mais alargado das práticas funerárias abrangidas pelo “Megalitismo de largo espectro” (GONÇALVES, 1992; BOAVENTURA, 2009), a utilização de outras soluções mortuárias, designadamente, a utilização de cavidades cársticas e a construção e utilização de grutas artificiais. Não existindo aparentemente divergências crono-culturais latentes, poderemos argumentar que o recurso a estas distintas soluções poderá estar relacionado com condicionantes de ordem física – nomeadamente contextos geológicos e geomorfológicos específicos, sem que outras explicações de cariz cultural sejam de excluir, atendendo ao exemplo de Sobreira de Cima onde, nas imediações das diversas grutas artificiais se edificaram pequenas antas (VALERA, 2013), ou mesmo toda a Península de Lisboa, onde a presença de antas colide com a natural simplicidade de acesso às outras soluções.

Com efeito, as utilizações de grutas naturais evidenciam-se onde estas ocorrências se registam, não havendo uma clara distinção geográfica, coexistindo com o Megalitismo de antas na área estremenha (*cf.* BOAVENTURA, 2009), sendo de referir, igualmente, o caso do Escoural, localizado em plana “área megalítica” – lembrando, por exemplo, que se situa a escassas dezenas de quilómetros das grandes concentrações de pequenos sepulcros simples do grupo de Coruche-Montemor.

O caso das grutas artificiais parece ser mais complexo de avaliar, dada a clara influência mediterrânica (não oposto, mas concomitante com o Megalitismo, de influência atlântica), incidindo, até há pouco, principalmente em regiões costeiras (como a Estremadura e o Algarve). Contudo, como trabalhos recentes realizados no âmbito do sistema de Alqueva o tem evidenciado (VALERA & FILIPE, 2012; VALERA, 2013; FERNANDES, 2013; BAPTISTA *et al.*, 2013, VALERA *et al.*, 2014 a e 2014 b, entre muitos outros ainda não publicados), este fenómeno regista inusitado vigor e densidade no interior alentejano, essencialmente a Sul da serra do Mendro (Portel / Vidigueira), podendo considerar-se que a sua abertura seja motivada essencialmente por um determinismo geológico, condicionado pelo substrato facilmente escavável dos “Barros de Beja”. No entanto, nesta ampla região, o Megalitismo de antas, embora escasso, encontra-se atestado, principalmente na margem desta vasta área pedológica, e em particular a Sul dela, já nas estribações da serra algarvia. Todavia, a justificação geológica da dificuldade de obtenção de grandes lajes para a construção de sepulcros do tipo anta é apenas parcial, na justa medida em que são utilizados, com frequência, grandes blocos no fecho das entradas dos hipogeus neolíticos, ou mesmo da Idade do Bronze, que facilmente permitiriam a construção de pequenos sepulcros de câmara simples. Por outro lado, a intensa actividade humana registada desde sempre sobre estas áreas de férteis solos poderão ter tido um papel relevante na desapareição de muitos sepulcros do tipo anta.

Este certo determinismo geológico vem relançar o debate já levantado por Clara Oliveira e Jorge Oliveira sobre os aparentes “vazios megalíticos” registados na área alto-alentejana – sendo sugerido que, por influência dos contextos geológicos (nomeadamente, dos ambientes cenozóicos), as soluções mortuárias possam corresponder a estruturas subterreas actualmente de difícil identificação na paisagem (*cf.* OLIVEIRA & OLIVEIRA, 2000)

Actualmente dispomos então de todo um novo panorama de análise que nos permite analisar esta realidade das grutas artificiais desde uma nova perspectiva. Com efeito, até bem recentemente, o fenómeno “hipogeico” era assumido como um fenómeno eminentemente litoral, com períodos de construção e utilização estabelecidos a partir de finais do IV milénio a.n.e. e estendendo-se por boa parte do seguinte. Como já se disse, novos



**Fig. 61** – Datações para as primeiras utilizações funerárias de grutas artificiais durante o IV milénio a.n.e: São Pedro do Estoril 1 (GONÇALVES, 2009), Sobreira de Cima (VALERA, 2013), Monte Canelas 1 (PARREIRA, 2010). A banda cinzenta indica o espectro temporal de utilização dos pequenos sepulcros simples ( $\approx 3640-3340$  cal BC  $2\sigma$ ). Datações recalibradas em 2017 com recurso ao programa Calib 7.0.1 (STUIVER & REIMEIR, 2013) utilizando a curva de calibração IntCal13 (REIMER *et al.*, 2013). Intervalo a  $2\sigma$  com 95,4% de probabilidade.

trabalhos motivados pelo empreendimento de fins múltiplos de Alqueva, têm permitido alterar esta imagem, alargando não só o espectro geográfico deste tipo de sepulcros, como também o seu espectro cronológico, possibilitando a identificação e escavação de um conjunto significativo de grutas artificiais localizadas em regiões interiores, especialmente nos designados “Barros de Beja e Serpa”, construídas e utilizadas muito possivelmente a partir do segundo quartel do IV milénio a.n.e. (Fig. 61)<sup>15</sup>, com espólios votivos simples, conforme enunciado acima no ponto 4.

De acordo com dados recentes, a primeira utilização das grutas artificiais no contexto genérico do Sudoeste peninsular poderá efectivamente remontar a meados do IV milénio a.n.e., principalmente tomando em atenção a datação sobre amostra de *Homo* do sepulcro 3 da Sobreira de Cima, centrada em 3630-3357 ca BC  $2\sigma$  (Beta-231071:  $4670 \pm 50$  BP, seg. VALERA, 2013). Esta primeira utilização de grutas artificiais, de uso, se não colectivo, pelo menos múltiplo, poderá mesmo recuar se tivermos em conta, mesmo considerando o relativamente extenso intervalo de tempo, a datação para o contexto de Monte do Marquês 15, referente a 3771-3371 ca BC  $2\sigma$  (Sac-2624:  $4810 \pm 90$  BP; seg. BAPTISTA *et al.*, 2013).

Os sepulcros 1 e 4 da Sobreira de Cima reflectem já utilizações basicamente relativas à segunda metade do IV milénio a.n.e., enquadradas em  $\approx 3500-2930$  cal BC, referindo-se aos intervalos dos extremos oferecidos

<sup>15</sup>Excluem-se as datações relativas aos III milénio a.n.e. (à excepção de Sobreira de Cima 5, por apresentar espólio exclusivamente simples), incluindo-se aquelas que, apesar de apresentarem espólio diversificado (como São Pedro do Estoril 1 e Monte Canelas 1), forneceram datações ainda enquadráveis dentro do IV milénio (podendo indicar os episódios de utilização “original”).



pelas datações Wk-36003:  $4601 \pm 26$  BP e Sac-2261:  $4500 \pm 70$  BP, respectivamente, a máxima e a mínima (seg. VALERA, 2013, p. 41). O sepulcro 5, com espólio simples e pouco diversificado, disponibilizou uma datação basicamente referente ao segundo quartel do III milénio a.n.e., designadamente, 2862-2489 ca BC  $2\sigma$  (Beta-232637:  $4080 \pm 40$  BP, seg. VALERA, 2013, p. 41). Tal resultado poderia voltar a equacionar a frágil dicotomia cultural *espólios simples – espólios diversificados*, com a possibilidade de coexistência temporal de distintos conjuntos votivos; no entanto, como referido, “*esta datação deverá ser olhada com pouca confiança, revelando o osso datado pouco colagénio*” (VALERA, 2013, p. 45).

Seja como for, o conjunto de sepulcros da Sobreira de Cima revela utilizações possivelmente iniciadas em meados do 4.º milénio a.n.e., sendo extensíveis por toda a sua segunda metade, colocando-os num extenso patamar cronológico que inclui a fase plena e final dos pequenos sepulcros megalíticos simples (conforme demonstrado na Fig. 61), toda a fase de desenvolvimento dos pequenos sepulcros de corredor com espólios simples e a fase inicial dos monumentos de corredor com espólios diversificados.

No caso de Monte Canelas 1, já na faixa costeira algarvia, apesar de as datações terem fornecido resultados sensivelmente idênticos aos registados pelas datações dos sepulcros 1 e 4 de Sobreira de Cima, correspondentes a um intervalo de  $\approx 3500$ -2890 cal BC (de acordo com as datações ICEN-1149:  $4460 \pm 110$  BP, OxA-5515:  $4420 \pm 60$  BP e OxA-5514:  $4370 \pm 60$  BP, seg. PARREIRA, 2010), os espólios apresentados, correspondendo a mais de uma centena de deposições funerárias, são já diversificados, destacando-se as placas de xisto gravadas, pontas de seta e alfinetes com cabeça canelada (MORÁN & PARREIRA, 2007, p. 81-83). Embora dentro do espectro cronológico obtido se incluía igualmente aquele proposto para este tipo de artefactos, por comparação com os contextos de Sobreira de Cima, poderemos propor episódios de utilização crono-culturalmente semelhantes, sugeridos por algumas armaduras geométricas e alguns artefactos de pedra polida mais característicos. Esta hipótese poderá encontrar fundamento no sepulcro contíguo de Monte Canelas 3 (MORÁN & PARREIRA, 2007, p. 85-86), exclusivamente com mobiliários votivos simples compostos por artefactos de pedra polida (entre os quais, uma goiva integrando um depósito específico) e lâminas integráveis no Grupo 1, atribuíveis à segunda metade do IV milénio a.n.e., conforme indicado acima no ponto 4.

No mesmo sentido parecem também apontar os dados recolhidos nas grutas artificiais de Aljezur, tendo o sepulcro homónimo fornecido espólio eminentemente atribuível a finais do IV milénio a.n.e. e primeira metade do seguinte (LEISNER, 1965, Taf. 130-131), podendo algum pouco espólio de feição mais “arcaizante” sugerir utilizações mais recuadas, que se registam, efectivamente e em exclusivo, nos sepulcros da Barrada, com armaduras geométricas típicas (destacando-se os trapézios de “*tipo Monchique*”, correspondentes aos que Manuel Heleno designava “com moessa” ou seja um entalhe acentuado no bordo menor), artefactos de pedra polida e braceletes (BARRADAS *et al.*, 2013), tendo-se obtido uma datação com um intervalo genericamente enquadrado no último quartel do IV milénio a.n.e, sobre um osso humano recolhido nos níveis de enterramento superiores<sup>16</sup>. Esta datação, ainda que conhecida sumariamente vem, de alguma forma, sustentar a anterioridade destes conjuntos face aos associáveis às datações do sepulcro 1 de Monte Canelas, com espólio mais diversificado.

A relação cultural e cronológica entre estas grutas artificiais e as grutas naturais é inequívoca (à parte algumas pequenas divergências formais), evidente pela presença de itens característicos em ambos contextos, nomeadamente as braceletes e os furadores em osso – referindo-se aos exemplares identificados em Sobreira de Cima 1 e 2, Barrada e Outeiro Alto 2 (VALERA, 2013; BARRADAS *et al.*, 2013; VALERA & FILIPE, 2012;

---

<sup>16</sup> Informação pessoal de Elisabete Barradas, que agradecemos.

VALERA *et al.*, 2014), associados a artefactos de pedra polida e geométricos. Indicam assim utilizações possivelmente fundeadas no Neolítico Médio, atribuição crono-cultural que poderá ser corroborada pelas datações conseguidas, particularmente aquela proveniente de Sobreira de Cima 3 – num patamar semelhante ao dos pequenos sepulcros megalíticos simples.

Tais dados permitem reavaliar igualmente as ocorrências de grutas artificiais na Estremadura, especialmente no conjunto de São Pedro do Estoril. Como referido acima, as deposições originais efectuadas no monumento 2 eram acompanhadas por espólio que se poderia considerar como “arcaico”, característico de etapas cronológicas centradas em meados do IV milénio a.n.e., caracterizado por escassa e atípica cerâmica, artefactos de pedra polida (destacando-se os machados de secção subcircular e as goivas), lâmina de sílex e furadores de osso (LEISNER, PAÇO & RIBEIRO, 1964) – sabendo-se que corresponderiam à utilização original do monumento dado se encontrarem seladas pelo abatimento do tecto do sepulcro. Da mesma maneira, a datação sobre amostra de *Homo* recolhida no monumento 1, destacando-se das restantes atribuíveis ao III milénio a.n.e., indica um episódio de utilização centrado em 3634-3374 ca BC 2 $\sigma$  (Beta-188390: 4720  $\pm$  40 BP, seg. GONÇALVES, 2009), coincidente então com a datação relativa atribuída à utilização original do monumento 2, e que originou a já mencionada hipótese do “osso-memória”, decorrente, então, de uma das duas hipóteses que o mesmo autor havia formulado anos antes: 1) A gruta 1 é posterior à gruta 2, revelando já espólios de características mais evoluídas; 2) A gruta 1 é contemporânea da gruta 2, mas os espólios foram removidos pelas utilizações posteriores ou confundem-se com os mais tardios (GONÇALVES, 2003 b, p. 144). Assim, aceitando a possibilidade da presença de uma deposição “fundacional” poder-se-ia aceitar a primeira proposta, ainda que a segunda seja igualmente plausível, sendo que apenas um esquema de datação intensiva talvez possa solucionar a questão.

A possível contemporaneidade das grutas artificiais da área estremenha face às mais antigas alentejanas é igualmente sugerida por alguns elementos recolhidos nos vários sepulcros do conjunto de Casal do Pardo (principalmente nos monumentos 3 e 4), tais como os abundantes geométricos (que, no monumento 3, ascendem a mais de 40) ou os numerosos machados de secção subcircular, muito embora a sua posição estratigráfica dentro dos conjuntos não seja discernível (LEISNER, ZBYSZEWSKI & FERREIRA 1961; *cf.* também ANDRADE, 2015).

Naquilo que ao Megalitismo poderá dizer respeito, excluindo obviamente as utilizações funerárias durante o Neolítico Antigo, as datações disponíveis para grutas naturais oferecem um espectro disperso ao longo de todo o IV milénio a.n.e. (Fig 62<sup>17</sup>), um ciclo possivelmente iniciado por contextos como a “Sala do Ricardo” da Lapa da Bugalheira<sup>18</sup> ou o Horizonte NM da gruta do Caldeirão, datados respectivamente de 4032-3713 e 3943-3635 ca BC 2 $\sigma$  (ICEN-739: 5090  $\pm$  60 BP, seg. ZILHÃO & CARVALHO, 1996; TO-349: 4940  $\pm$  70, seg. ZILHÃO, 1992). Outros contextos de gruta, como Casa da Moura (CARVALHO & CARDOSO, 2010-2011), Cova da Moura

---

<sup>17</sup>Excluem-se as datações de contextos que registam igualmente utilizações sólidas do III milénio a.n.e. (como Cova da Moura, Casa da Moura, Lapa do Bugio ou Poço Velho), à excepção da Lapa da Bugalheira e Caldeirão por representarem níveis ou ambientes aparentemente fiáveis datáveis do IV milénio a.n.e. (“Sala do Ricardo” e Horizonte NM, respectivamente). Foram excluídas as seguintes datações: Oxa-4444: 5560  $\pm$  160 BP, da gruta do Escoural, considerada como não fiável (*cf.* anexo de A. M. Soares em ARAÚJO & LEJEUNE, 1995); ICEN-1181: 4030  $\pm$  280 BP, da gruta do Bom Santo, por apresentar um intervalo de tempo excessivamente dilatado (*cf.* CARVALHO, 2014).

<sup>18</sup>A Lapa da Bugalheira, escavada por Afonso do Paço, basicamente forneceu espólio relativo ao III milénio a.n.e.; posteriormente, durante trabalhos de desobstrução realizados pela STEA, foi identificada uma sala lateral selada, designada como “Sala do Ricardo”, onde se identificaram inumações exclusivas do IV milénio a.n.e., com uma datação de radiocarbono enquadrável no seu primeiro quartel (ZILHÃO & CARVALHO, 1996)

(SPINDLER, 1981; SILVA, 2002), Poço Velho (GONÇALVES, 2009), Lapa do Bugio (CARDOSO, 1992), Lugar do Canto (CARDOSO & CARVALHO, 2008; CARVALHO & CARDOSO, 2015), Bom Santo (CARVALHO, 2014), Algar do Barrão (CARVALHO, ANTUNES-FERREIRA, & VALENTE, 2003) e Escoural (ARAÚJO & LEJEUNE, 1995), oferecem datações extensíveis por todo o IV milénio a.n.e., algumas delas recuadas até ao seu primeiro quartel, sendo de comentar aqui apenas os quatro últimos casos, onde não se registam, ao contrário dos restantes, utilizações massivas do III milénio a.n.e., assumindo-se assim como pontos fiáveis de comparação elementar para os pequenos sepulcros megalíticos.

Com efeito, qualquer um destes quatro casos apresenta datações equiparáveis àquelas obtidas para a “Sala do Ricardo” da Lapa da Bugalheira ou para o Horizonte NM da gruta do Caldeirão. Nos casos de Lugar do Canto, Bom Santo e Barrão, se podemos recuar as primeiras deposições funerárias para um momento centrado na primeira metade do IV milénio a.n.e., o grosso da sua utilização parece centrar-se entre 3650 e 3350 cal BC – intervalo sobre o qual recaem a expressiva maioria das datações obtidas para as mais antigas utilizações funerárias em antas, como vimos acima e conforme demonstrado na Fig. 62.

Outras datações indicam já patamares de utilização relativos ao último quartel do IV milénio a.n.e., principalmente nos casos de Bom Santo, Barrão e Escoural, às quais poderão estar associadas as deposições de recipientes cerâmicos nestes contextos, particularmente expressivos no caso do Escoural (*cf.* ARAÚJO & LEJEUNE, 1995), sendo contemporâneas de algumas deposições em antas médias com corredor, e claramente semelhantes a várias obtidas na gruta artificial de Sobreira de Cima 1, onde estes ainda não surgem.

Se a relação cultural, para além da cronológica, entre pequenos monumentos simples ou de corredor curto e grutas naturais se evidencia com base nos conjuntos artefactuais (principalmente no parâmetros específicos das armaduras geométricas, como acima vimos), mais sólida se torna com os resultados das análises de isótopos de estrôncio realizadas sobre elementos osteológicos do Bom Santo, confirmando-se que uma parte significativa dos indivíduos aí inumados seria originalmente proveniente do Alentejo, de contextos hercínicos, sugerindo-se pelo estabelecimento de cinturas geográficas intermédias (100 km de raio máximo), assim como pelo fácil acesso potenciado pelo vale do Sorraia, a área de Mora como possível zona de origem (CARVALHO & ROCHA, 2015; *cf.* CARVALHO, 2014). Obviamente, a nosso ver, poderemos alargar esta potencial proveniência a outras paragens onde se registem igualmente os mesmos substratos geológicos; com efeito, os conjuntos de pequenos sepulcros das áreas de Montemor-Coruche e Montargil não se distanciam em grande medida, em relação ao Bom Santo, dos da área de Pavia (sendo também facilmente acessíveis pelo vale do Sorraia), podendo-se mesmo sugerir regiões mais remotas como (e porque não?) as áreas de Redondo e Monforte, especialmente tendo em conta os contornos específicos, de fácil trânsito, da região alentejana.

Perante o rol de dados apresentados cremos que se mantém claramente operante o cenário evolutivo em três fases traçado para os conjuntos votivos que caracterizam o Megalitismo, enquanto fenómeno funerário global, associável às comunidades neolíticas (BOAVENTURA, 2011; BOAVENTURA & MATALOTO, 2013, p. 94), independentemente do espaço sepulcral escolhido.

Deste modo, o Megalitismo, ou as práticas funerárias de cariz múltiplo ou colectivo, às quais se associa inicialmente um conjunto votivo reduzido de cariz lítico, para além de pontuais braceletes em concha, com claras reminiscências em contextos e cronologias anteriores, parecem arrancar ao longo do segundo quartel do IV milénio a.n.e., como propusemos anteriormente (BOAVENTURA & MATALOTO, 2013, p. 98), havendo sido recentemente lançada a data *c.* 3800 cal BC para o início da colectivização do espaço funerário, por oposição às deposições individuais anteriores (CARVALHO & CARDOSO, 2015, p. 46). Não sendo as duas propostas anteriores necessariamente contraditórias, uma das datas obtidas sobre osso humano de um dos enterramentos individuais do Campo de Hockey (Cádiz) (VIJANDE, 2009, p. 273), parece abarcar ainda todo

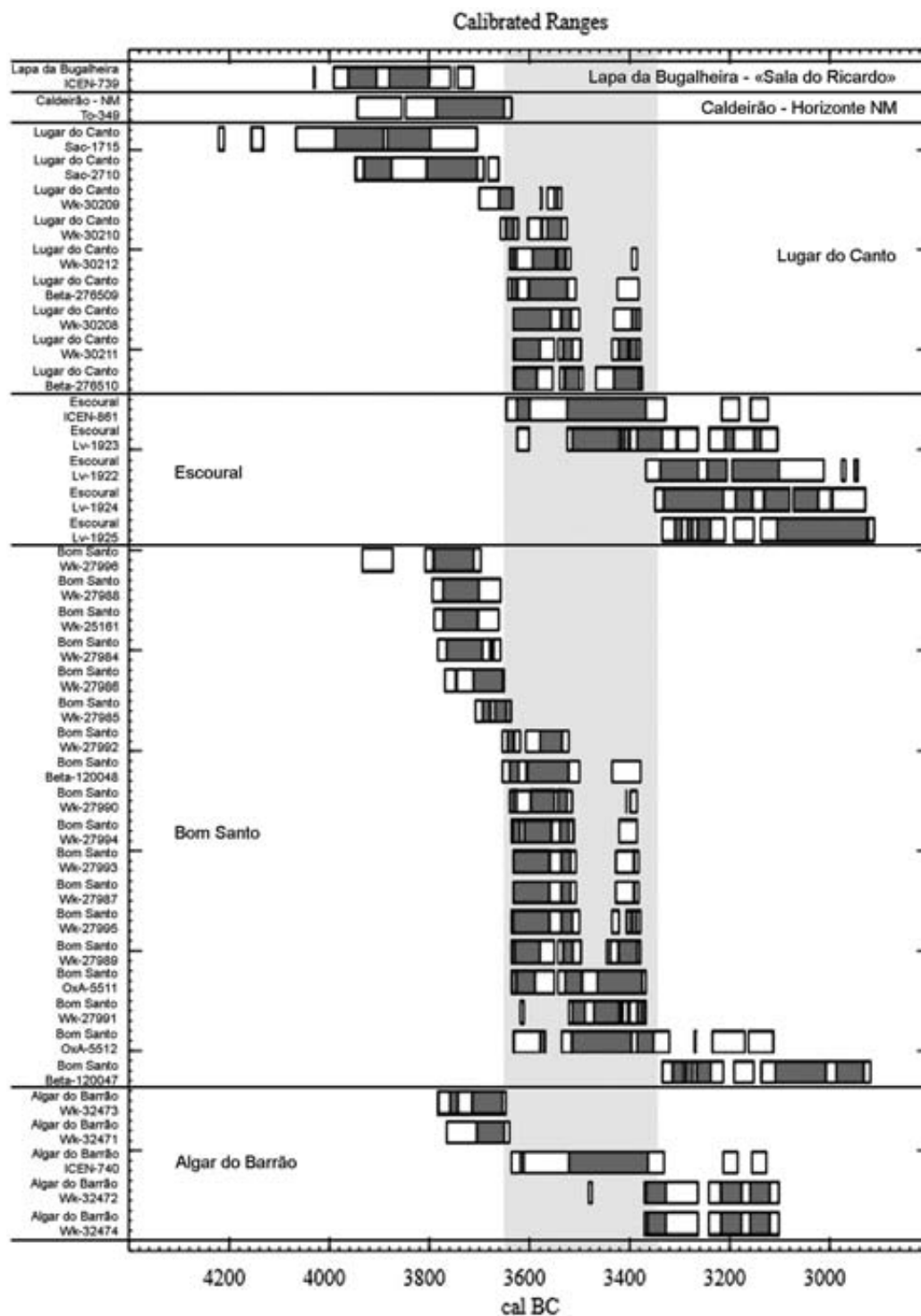


Fig. 62 – Datações para utilizações funerárias de grutas naturais durante o IV milénio a.n.e: Lapa da Bugalheira – “Sala do Ricardo” (ZILHÃO & CARVALHO, 1996), Caldeirão – Horizonte NM (ZILHÃO, 1992); Lugar do Canto (CARDOSO & CARVALHO, 2008; CARVALHO & CARDOSO, 2015); Escoural (ARAÚJO & LEJEUNE, 1995); Bom Santo (CARVALHO, 2014); Algar do Barrão (DUARTE, 1998; CARVALHO *et al.*, 2003). A banda cinzenta indica o espectro temporal de utilização dos pequenos sepulcros simples ( $\approx 3640-3340$  cal BC  $2\sigma$ ). Datações recalibradas em 2017 com recurso ao programa Calib 7.0.1 (STUIVER & REIMER, 2013) utilizando a curva de calibração IntCal13 (REIMER *et al.*, 2013). Intervalo a  $2\sigma$  com 95,4% de probabilidade.



o primeiro quartel, deixando margem para que este processo decorra efectivamente ao longo do segundo quartel do IV milénio a.n.e.

Na realidade, se exceptuarmos o designado “enterramento do fundador” H15-sec.C do Lugar do Canto, que parece mostrar ligeira anterioridade, centrando-se em boa medida no primeiro quartel do IV milénio a.n.e. (CARVALHO & CARDOSO, 2015, p. 45), cremos que o arranque da construção ou uso funerário colectivo de antas, grandes e pequenas, grutas artificiais e naturais terá sido, segundo os dados disponíveis e a finura de leituras de radiocarbono possíveis, estatisticamente indiferenciáveis em todo o Sudoeste peninsular, portanto, algures durante o segundo quartel do IV milénio a.n.e.

## **6 – DE PEQUENINO... AS ANTAS E A CONSTRUÇÃO DAS PAISAGENS FUNERÁRIAS AO LONGO IV MILÉNIO A.N.E.**

Num momento em que o Megalitismo funerário parece perder cada vez mais “visibilidade” face à notoriedade ganha pela “invisibilidade” dos sepulcros subterrâneos, cremos que, ao menos para os territórios do Centro e Alto Alentejo, se deve recentrar e reforçar o entendimento do fenómeno megalítico, especificamente sem diluí-lo por completo no amplo fenómeno das “práticas funerárias das comunidades neolíticas” do Sudoeste peninsular. A força e presença dos monumentos megalíticos na Paisagem alentejana, no Passado e no Presente, não deve soçobrar perante o domínio existente na investigação das realidades “em negativo”, que muitas vezes anulam nos seus discursos a força de um fenómeno com a intensidade do Megalitismo. Cremos que os monumentos megalíticos funerários, mas também os não funerários, foram essenciais para estruturar a visão neolítica do espaço ocupado, constituindo verdadeiros marcadores culturais da presença dessas comunidades, desempenhando um papel muito além do mero “contentor” funerário. Certamente que o fizeram a par de outras formas de ocupar e marcar o território, mesmo as “negativas”, das quais conhecemos algo da parte subterrânea, mas pouco, quase nada, da parte aérea que teriam, cremos. Deste modo, e sendo patente que, com os dados materiais obtidos, não existe uma marcada diferenciação entre os espólios presentes nos diversos tipos de sepulcros, quer antas quer hipogeus, quer grutas naturais noutras paragens, iremos tentar centrar o nosso discurso nas antas e no papel que desempenharam na construção das paisagens. Neste sentido, cremos que a própria tradição megalítica menírica terá representado, justamente nesta região do Alentejo, um papel fulcral na fundação das paisagens das primeiras sociedades neolíticas, iniciando uma nova forma de estruturação e ligação ao território que, de algum modo terá a sua continuidade no Megalitismo funerário, podendo ambos ter na base o mesmo conceito de veneração dos antepassados (CALADO, 2004).

No estado actual dos conhecimentos, não descartando por completo leituras explicativas alternativas (JORGE, 1983-1984, 1986 a e 1986 b; KALB, 1981 e 1989; BUENO RAMÍREZ, 1988, 1989 e 1994; BUENO RAMÍREZ, BARROSO BERMEJO & BALBÍN BEHRMANN, 2004; PARREIRA, 1996), cremos que, com a conjugação destes novos elementos com os dados de Manuel Heleno oportunamente divulgados, se poderá atribuir os pequenos sepulcros megalíticos de câmara simples a um momento possivelmente fundeado numa fase plena do Neolítico Médio (correspondendo a uma etapa inicial do Megalitismo regional), coexistindo culturalmente com os primeiros monumentos de corredor, assim como com grutas naturais e grutas artificiais, desde a fase final do Neolítico Médio ou já uma fase inicial do Neolítico Final, correspondendo a grande parte do IV milénio a.n.e.

Salvaguarda-se, contudo, e como o próprio Manuel Heleno anotou, que poderá registar-se a construção destes pequenos monumentos em etapas mais tardias, muito embora não nos pareça uma prática assim tão

frequente como poderia ser admitido. Com efeito, no total dos pequenos sepulcros escavados por Manuel Heleno (que ascendem a valores superiores a uma centena), os espólios recolhidos apontam genericamente utilizações reportáveis ao IV milénio a.n.e., sendo manifestamente raros aqueles que poderão apontar apenas utilizações mais tardias, como pode ser o caso de alguns de Monchique, ou do pequeno sepulcro do Cerro do Malhão (Alcoutim) que, apesar de bastante espoliado, forneceu um conjunto artefactual que não recuará a sua utilização para lá de finais do IV/inícios do III milénio a.n.e., não havendo qualquer elemento que indique uma utilização funerária anterior (CARDOSO & GRADIM, 2003). Desta maneira, reforçando o que acima se disse, a sequência evolutiva que mais se adequará ao fenómeno megalítico do Sudoeste peninsular, tendo em conta os dados disponíveis, parece ser precisamente aquela proposta por Leonor Rocha (ROCHA, 2005, p. 265-271) (*cf. supra* Fig. 11), registando-se a potencial coexistência teórica de tipos distintos de monumentos, sendo progressivamente abandonados os modelos mais antigos em detrimento de novas concepções sepulcrais e monumentais – possivelmente relacionadas com novas maneiras de encarar a Morte, reflectindo novas complexidades socio-culturais (GONÇALVES, 1999; THOMAS, 2012).

Teríamos assim, de acordo com o explanado, pequenos sepulcros de câmara simples que, ainda nos meados do IV milénio a.n.e. passariam a partilhar a construção de uma nova Paisagem com antas de maior dimensão, com câmara e corredor, sendo a construção dos primeiros progressivamente abandonada em detrimento de uma edificação preferencial destes, algures pelos inícios do último quartel do IV milénio a.n.e. Esta passagem parece reforçar não apenas a capacidade crescente de agregação, mas igualmente a necessidade de monumentalizar a Paisagem com um sentido colectivo claro, resultante de comunidades cada vez mais extensas, que ao longo desta segunda metade do IV milénio a.n.e. começarão igualmente a mobilizar esforços significativos para cercar as áreas habitacionais e de agregação com extensas estruturas de fossos. Deste mesmo processo de construção da Paisagem, em particular na área alentejana, fazem parte, desde cedo, as primeiras utilizações de grutas artificiais que, como ficou bem patente em Sobreira de Cima 5 (VALERA, 2013), poderiam apresentar uma componente visual e monumental aérea importante. Por outro lado, nas regiões onde estão disponíveis, as cavidades cársticas permanecem como parte importante da Paisagem funerária.

Deste modo, teríamos, assim, ao longo do IV milénio a.n.e uma transformação profunda da Paisagem do Sudoeste peninsular que deverá, ou mesmo terá, que reflectir acentuadas, ainda que paulatinas, mutações internas nas comunidades neolíticas que habitaram e transfiguraram este extenso território, muitas delas, cremos, não aprisionáveis apenas nas arquitecturas funerárias e habitacionais, mas igualmente, ainda com mais finura, nos espólios votivos, marcadores claros, assim os entendemos, das estruturas mentais e cosmológicas destas comunidades, as quais, como pensamos ficar patente na diversidade das ofertas votivas, apresentam crescente complexidade.

Manuel Heleno, na sua ânsia de lançar fundo “a coesão cultural e espiritual” do Povo Português, como um pilar fulcral da Nacionalidade (FABIÃO, 1999, p. 121; CARDOSO, 2013, p. 144), não deixa de apontar, como se referiu acima, que o “*grupo das antas primitivas*” “*teriam sido criadas pelos capsenses, como o provam os sílices deles análogos aos de Muges, os quais tendo os enterramentos primeiros nos concheiros, começaram depois a fazê-los individualmente em sepulturas formadas de lages [sic]*” (Caderno n.º 14, *Escavações nos arredores do Siborro, 3.ª campanha, Set. 1933* – APMH/2/1/11/14, fl. 14-15). Esta observação, tecida logo em 1933, irá ser estruturante, por si, do pensamento e enquadramento cronológico da “evolução” traçada para a arquitectura “dolménica”, basilar para a maior parte dos investigadores do Megalitismo em território actualmente português. Esta teoria, de forte cunho e pendor nacionalista, tomada por alguns com cariz mesmo “expansionista imperial” (FABIÃO, 1999, p. 121), haveria de ser recuperada, não sem alguma ironia, nos discursos de claro assento indigenista, equacionados já nos inícios da Democracia (ARNAUD, 1978, p. 104), ou anos mais tarde,

por vezes em autores teoricamente regidos pelos ditames do Materialismo Dialéctico (SILVA, 1987, p. 89; SOARES & SILVA, 2000), ainda que aqui matizada por razões teóricas, fazendo assentar as suas origens nas comunidades produtoras do litoral, mas ainda em fase bastante recuada. Aparentemente, os novos dados da mobilidade e da genética parecem vir aproximar, de novo, estas realidades, ao assumir-se que as comunidades humanas peninsulares do IV milénio a.n.e., apesar de algumas integrações de indivíduos externos, são ainda profundamente marcadas por indivíduos de marcadas origens indígenas, bastante recuadas (CARVALHO, 2014, p. 223). Contudo, e como Mariana Diniz e colaboradores apelam (DINIZ, NEVES & MARTINS, 2016, p. 138), perante a complexidade, e cariz por vezes dubitativo dos dados genéticos, especialmente para não geneticistas, e num quadro de aparente grande complexidade genética, é conveniente alguma contenção nas associações e deduções, ainda que um quadro de marcada continuidade fique patente. Efectivamente, mesmo na área centro-europeia, os processos não parecem lineares, ainda que emerja uma marcada penetração de novas comunidades com o início do Neolítico, posteriormente, no que designam *Event B*, justamente pelo início do IV milénio a.n.e. verifica-se uma acentuada miscigenação, com reforço dos haplogrupos “indígenas”, compondo um cenário bastante complexo (BRANDT *et al.* 2013, p. 260)

Ainda que o quadro genético possa reforçar as leituras de grande enraizamento local das comunidades, todavia, como bem notou Mariana Diniz (2000, p. 113) o arranque do Megalitismo funerário determina o fim de uma tradição justamente mesolítica de promiscuidade, ou coincidência, entre os espaços dos vivos e o dos mortos, marcada característica dos concheiros, mas igualmente das comunidades neolíticas até aos finais do primeiro quartel do IV milénio a.n.e., como se viu acima, e fica patente nas datas de Castelo Belinho (GOMES, 2008) ou Campo de Hockey (VIJANDE, 2009; VIJANDE *et al.*, 2015). A construção, seja ela subterrânea ou, em concreto neste caso, aérea, que exija não apenas a mobilização de parte da comunidade para a criação do espaço dos mortos, claramente separado dos vivos, representa uma clivagem cultural enorme, resultante de uma nova estrutura mental (DINIZ, 2000, p. 114), cosmogónica e provavelmente ontológica. Como diz esta autora, os monumentos megalíticos representam a efectiva “domesticação do morto” que, com o seu encerramento e controlo através de rituais específicos em estruturas construídas expressamente para o efeito, se transformam em antepassados, e permitem toda uma nova construção e estruturação da paisagem, partilhada pela comunidade que não apenas a ajudou a construir, como também se sente identificada com ela. Todavia, este processo de criação ou apropriação de uma nova paisagem, resultante da capacidade de agregação de uma comunidade não era, de forma alguma, desconhecida num momento anterior ao Megalitismo funerário, pois as mesmas de há muito se congregavam para a erecção e experienciação ritual ou simbólica em torno de menires e *cromlechs* (CALADO, 2004), o que apenas vem reforçar a profunda transformação mental que representa a criação e segregação real de uma Paisagem dos defuntos, ou dos antepassados, talvez antes apenas evocados pelas pedras meníricas erguidas.

Deste modo, cremos ser crucial compreender que o arranque do Megalitismo funerário não representa, na sua essência, uma transformação social e produtiva, capaz de assumir a agregação de uma pequena ou grande comunidade em torno da edificação de um pequeno ou grande sepulcro, pois essa de há muito existia perante o desafio de criação de espaços preñes de simbolismo, como o são os grandes menires ou os *cromlechs*. O arranque, então, do Megalitismo funerário, e desde logo da colectivização da morte que lhe está subjacente, representa uma profunda transformação mental e ideológica, talvez sem precedentes até então, resultando quiçá na criação da concepção de antepassado, decorrente do próprio processo de afirmação da agricultura. Na realidade, por outro lado, ainda que este facto possa representar uma profunda transformação mental, é clara a manutenção, consolidação e mesmo expansão de uma ideologia profundamente neolítica que venera o ciclo do “*Eterno Retorno*”, apanágio das sociedades agrícolas, enraizadas num território, sendo o mais

claro indício de tal a perpetuação da manutenção das orientações dos sepulcros para o quadrante Este, do Sol Nascente, tal como já acontecia com os *cromlechs* (CALADO, 2004).

Actualmente, o momento imediatamente anterior ao aparecimento desta paisagem segregacionista e simbólica, através do encerramento e controlo dos mortos e da morte (DINIZ, 2000, p. 114), pela edificação dos primeiros monumentos megalíticos, está ainda muito mal caracterizada, sendo raros, ou mesmo único, no espaço centro alentejano, o sítio que nos pode elucidar sobre essa fase em particular.

O caso das Atafonas poderá efectivamente trazer algumas luzes sobre o início da arquitectura funerária megalítica no Sudoeste peninsular. Trata-se de um povoado neolítico, possivelmente atribuível à segunda metade do V milénio a.n.e. (Neolítico Médio, destacando-se a ausência de qualquer tipo de cerâmica decorada; ALBERGARIA, 2007, p. 31), no espaço do qual se identificaram “três sepulturas construídas em momentos diferentes e com técnicas distintas” (ALBERGARIA, 2007, p. 7).

A sepultura 1 corresponde a uma fossa, aparentemente sem estruturação (embora se possa sugerir que a construção dos outros sepulcros tenha obliterado qualquer tipo de estrutura que tivesse existido), dentro da qual foi identificado um ossário com os restos de pelo menos quatro indivíduos; o espólio associado compunha-se por duas lamelas, duas lâminas e três geométricos, para além de um número reduzido de fragmentos cerâmicos incaracterísticos (ALBERGARIA, 2007, p. 15-16).

A sepultura 2 apresenta-se igualmente como um sepulcro implantado em fossa, estando contudo delimitado por uma estrutura anelar construída com blocos pétreos de dimensão variável, envolvido por um *Tumulus* constituído por blocos de menores dimensões (ALBERGARIA, 2007, p. 21). Aqui se identificaram os restos de um único indivíduo – não sendo possível inferir, dado o seu estado de conservação, se se trata de uma deposição primária ou secundária. O espólio, escasso, era unicamente composto por duas contas de colar de “pedra verde” (ALBERGARIA, 2007, p. 23).

A sepultura 3, adossada à Sepultura 2 e construída sobre a Sepultura 1 “é o resultado de uma profunda transformação arquitectónica e constitui mais uma etapa evolutiva na necrópole” (ALBERGARIA, 2007, p. 24). Corresponderá ao sepulcro mais tardio do conjunto, dado que a sua construção, para além de se encontrar sobre a sepultura 1, implicou a “desmontagem” de um troço do *Tumulus* da sepultura 2. Tal como esta, a fossa de inumação estava demarcado por uma estrutura anelar, de composição mais complexa, constituída por blocos pétreos de média dimensão, intervalados por blocos de dimensão mais reduzida, incluída num *Tumulus* de dimensões consideráveis (ALBERGARIA, 2007, p. 30). O espólio associado compunha-se por dois machados de secção subelíptica, uma enxó, duas lamelas e um fragmento de cerâmica manual (ALBERGARIA, 2007, p. 31).

Como referido, o conjunto das Atafonas, em Évora, não muito afastado dos grandes núcleos megalíticos da região, “*reúne características arquitectónicas e rituais funerários que entroncam na génese do megalitismo alentejano, mas simultaneamente apresenta elementos que se distinguem*” (ALBERGARIA, 2007, p. 7). Desde logo, há que notar que os “monólitos” perimétricos destes pequenos sepulcros não se tratam propriamente de esteios – ou seja, arquitectonicamente, não os poderemos fazer corresponder inequivocamente aos primeiros monumentos simples de tendência subrectangular ou subelíptica. No entanto, tratam-se efectivamente de “estruturas construídas” com o intuito de delimitar um espaço funerário, seladas com lajes “megalíticas” agindo como tampas. Assim, se não se podem encarar rigorosamente como “*monumentos megalíticos*”, podem pelo menos ser assumidos como representantes das “*primeiras arquitecturas funerárias*” (um “pré-Megalitismo” funerário?), de tendência “*mononuclear, dado que as três sepulturas estão integradas no mesmo edifício*” (ALBERGARIA, 2007, p. 33).



Sobre a sua cronologia específica, tanto a nível do espaço habitacional como do espaço funerário, é apontando um intervalo de tempo excessivamente dilatado disposto “*entre a segunda metade do V milénio e a primeira metade do IV milénio*” (ALBERGARIA, 2007, p.33).

Como indicado acima, o povoado poderá ser crono-culturalmente atribuível ao Neolítico Médio, podendo a sepultura 1 ter sido construída e utilizada ainda durante o período de vida útil deste sítio, podendo “expressar a materialização de uma prática funerária tardia, com ténues influências dos “*rituais mesolíticos*”, nomeadamente, *deposição em fossa e próximo do local de habitat [...] numa etapa anterior à construção das câmaras designadas ‘proto-megalíticas’*” (ALBERGARIA, 2007, p. 32) – e como expresso, por exemplo, no Castelo Belinho, datado de meados do V milénio a.n.e. (GOMES, 2008 e 2012), ou seja, ainda anterior ao verdadeiro momento de segregação espacial que a fundação do Megalitismo funerário parece implicar. As sepulturas 2 e 3, claramente mais tardias, poderão corresponder a uma etapa em que o povoado já não se encontrasse ocupado – não se registando uma relação directa (para além da espacial) entre ambos contextos.

A nível de espólio funerário, refira-se que o conjunto das Atafonas não difere muito daqueles reconhecidos em pequenos sepulcros megalíticos. Com efeito, os padrões métricos das lâminas da sepultura 1 coadunam-se com aqueles dos pequenos sepulcros de uma fase inicial do Megalitismo alentejano, notando-se apenas uma pequena discrepância em relação aos padrões métricos dos geométricos. Da mesma forma, também o conjunto dos artefactos de pedra polida se integra perfeitamente no que é reconhecido para os primeiros sepulcros megalíticos. Já a recolha de componentes de colar de “pedra verde” na sepultura 2 reporta-se a elementos geralmente identificados em contextos mais tardios, embora já apareçam aparentemente incluídos em conjuntos funerários do Neolítico antigo, conforme demonstrado no caso da gruta do Caldeirão – Horizonte NA1 (ZILHÃO, 1992, p. 109-110) ou nos níveis iniciais da “Anta Grande” do Zambujeiro (ODRIOZOLA *et al.*, 2012).

O caso seguinte foi, e de certo modo ainda é, determinante para a estruturação do conceito evolucionista da emergência das arquitecturas funerárias megalíticas, o qual assume já uma das particularidades do processo, a segregação espacial, ainda que curta, face ao contexto habitacional, o qual é igualmente utilizado para comprovar a sua antiguidade.

O Marco Branco trata-se de um pequeno sepulcro de planta subelíptica, constituída por pequenos monólitos implantados em fossa, com escasso espólio votivo associado. Apesar de se mencionar usualmente como um sepulcro fechado, é reconhecido que terá sido reaberto, sem que sejam claros os indícios da sua fase inicial, mais suposta ou intuída devido aos modelos vigentes, que atendendo à realidade arqueológica observada. O sepulcro terá conhecido vários episódios de utilização, com a deposição de pelo menos três indivíduos, embora dispostos num curto intervalo de tempo.

Sobre a sua cronologia específica, os autores apontam inicialmente a primeira metade do IV milénio a.n.e., correspondente a uma etapa inicial do Neolítico Médio (SILVA & SOARES, 1983, p. 85-86; SILVA, 1987, p. 85). Posteriormente, com base na proximidade entre este sepulcro e o povoado da Salema, admitem a possibilidade de que a sua construção pudesse ser recuada até um momento terminal do Neolítico Antigo Evoluído (SILVA, 1997; SOARES & SILVA, 2000). Extrapolando esta hipótese para o contexto genérico dos pequenos sepulcros, referem que mesmo “*não dispondo [à data] de quaisquer datações radiométricas para o protomegalitismo do Sul de Portugal, face à cronologia relativa apresentada, parece-nos razoável sugerir o V milénio cal BC, com um óptimo centrado em meados do milénio para a emergência deste fenómeno sepulcral*”, mencionando também que “*a partir de meados do IV milénio cal BC, e até ao final do ciclo funerário megalítico, não existem evidências de uso dos monumentos protomegalíticos*” (SOARES & SILVA, 2000, p. 124). No entanto, de acordo com as datações absolutas entretanto obtidas para pequenos sepulcros megalíticos alentejanos, há que reconhecer

que a sua utilização se centra precisamente em meados do IV milénio a.n.e., podendo ser recuada até à sua primeira metade, não havendo evidência até ao momento, no Sudoeste peninsular, de quaisquer utilizações anteriores a esta data.

Seja como for, e como referido acima, representaria uma fase inicial no Megalitismo no litoral alentejano, numa etapa eventualmente anterior às antas de câmara simples e corredor da Palhota e Pedra Branca, sendo que esta última deverá já ter sido erguida e utilizada, como se mencionou, no terceiro quartel do IV milénio a.n.e. evidenciando também aqui uma emergência relativamente antiga dos grandes monumentos.

Particularmente interessante é o conjunto das Murteiras (Évora), situado a menos de uma dezena de quilómetros das Atafonas, composto por dois pequenos sepulcros (ROCHA, 2015), imediatos ao povoado do Neolítico das Murteiras (CALADO, 2016), caracterizado pela presença frequente de taças carenadas. Os primeiros, Hortinha 1 e 2, correspondem a duas pequenas antas de câmara simples, planta subrectangular, implantados em áreas contíguas. Serão de realçar os dados fornecidos pelo primeiro monumento, tendo o segundo, bastante perturbado, permitido a recolha, em níveis remexidos, de um conjunto menos representativo composto por pequenas lâminas e um trapézio (ROCHA, 2015, p. 226).

Em Hortinha 1, por seu lado, foram identificadas três deposições específicas de artefactos votivos, compostas basicamente por artefactos de pedra polida: enxó e recipiente cerâmico depositados junto ao esteio de cabeceira; enxó depositada à entrada do monumento; enxó depositada em fossa aberta no centro da câmara e preenchida com argila e pigmento vermelho. Para além destes, foram recolhidos dois geométricos de atribuição espacial menos segura (ROCHA, 2015, p. 226). Refira-se, neste caso, que os padrões métricos destes elementos se aproximam mais daqueles aferidos para o caso das Atafonas do que para o caso dos pequenos sepulcros simples (*cf. supra* ponto 4), podendo-se sugerir que corresponderiam ao contexto habitacional subjacente, na justa medida em que se encontraria, aparentemente, implantado sobre um espaço de habitacional anterior, datável do Neolítico Médio, reconhecível pela recolha de cerâmicas com sulco abaixo do bordo. Este facto viria a reforçar, por um lado, a segregação dos espaços de vivos e mortos, tendo em conta que estes sepulcros se situam na periferia do povoado das Murteiras, mas por outro permitem igualmente assumir a posterioridade cronológica face àquele período.

Não é desconhecida, na região alentejana, a instalação de monumentos megalíticos sobre povoados anteriores do Neolítico Médio – referindo-se todavia a monumentos já mais tardios, como Vale de Rodrigo 2 e 3 (Évora) e possivelmente Figueira Branca (Marvão). É referido, para as antas da Hortinha, que não existirão grandes diferenças cronológicas entre o povoado e os sepulcros, tendo sido usados em períodos imediatamente sucedâneos (ROCHA, 2015, p. 227). Como ponto de comparação, refira-se que os contextos habitacionais identificados sob os *Tumuli* de Vale de Rodrigo 2 e 3, com paralelos artefactuais com o contexto sob Hortinha 1, se encontram datados da primeira metade do IV milénio a.n.e. (LARSSON, 2000; ARMBRUESTER, 2007; MATALOTO & BOAVENTURA, 2009, p. 55), podendo esta data, por inerência crono-cultural, ser extensível ao contexto habitacional identificado sob Hortinha 1 – constituindo assim um *terminus ante quem* para a construção e utilização do monumento, o que se coaduna com a média das datações obtidas até ao momento para os pequenos sepulcros alentejanos, centrada em meados do IV milénio a.n.e.

Por outro lado, e como foi sugerido em diversos contextos peninsulares e europeus, esta “coincidência” entre espaços sepulcrais e antigos espaços habitacionais poderá não sê-lo tanto assim, e resultar de uma estratégia específica de apropriação e identificação das comunidades mais recentes face a espaços reconhecidamente ocupados anteriormente, quer pelo reconhecimento de vestígios materiais, quer pela alteração no coberto vegetal, quer mesmo pela tradição oral, eventualmente existente entre comunidades com um mesmo fundo comum. Cremos que esta situação mereceria uma análise aprofundada no futuro.

Os trabalhos desenvolvidos por V. S. Gonçalves em Reguengos de Monsaraz não permitiram resolver a questão deixada em aberto por Georg e Vera Leisner: os inícios efectivos do fenómeno megalítico nesta área. Com efeito, a escavação do sepulcro da Capelinha 2, um pequeno sepulcro simples de planta subelíptica, não possibilitou a recolha de qualquer elemento que facilitasse o seu diagnóstico cronológico (GONÇALVES, 2013, p. 27-38). Estes trabalhos permitiram, contudo, consolidar os dados referentes às “antas de corredor de espólio neolítico”, com a escavação dos monumentos de Santa Margarida 2 e Piornal 1 a 3, sendo particularmente relevante o contributo do primeiro monumento mencionado, com uma datação absoluta para a amortização do seu corredor centrada no último quartel do IV milénio a.n.e. (GONÇALVES, 2001 e 2013). Efectivamente, e obviando aqui outros trabalhos sobre sepulcros mais recentes (GONÇALVES, 1999, 2003 a e 2013), resulta relevante questionar o porquê da ausência, ou escassez, de pequenos sepulcros de câmara simples, numa área tão densamente ocupada em termos megalíticos. A usual resposta da ocupação se processar num momento mais posterior à emergência do fenómeno na área supostamente nuclear de Montemor-Coruche-Mora, progredindo em lenta “onda de avanço”, não é hoje, desde o nosso ponto de vista, válida atendendo a que se conhece na área de Reguengos de Monsaraz uma importante ocupação do Neolítico Antigo e Médio, e mesmo anterior (GONÇALVES, SOUSA & MARCHAND, 2013), que inviabilizariam a possibilidade de uma “neolitização” tardia. A explicação poderá estar, justamente, na questão inversa. A presença de comunidades fortes, com acentuado sentido territorial e identitário, de solos férteis e abundante água, bastante estáveis, poderiam arrancar desde muito cedo com a edificação de sepulcros de maiores dimensões, eventualmente com cronologias semelhantes às disponíveis, como se viu, para Cabeceira 4, em Mora. Assim, e numa fase em que os espólios votivos eram ainda poucos, por razões certamente mais ideológicas que de “riqueza”, como por vezes nos fazem crer, poderiam já estar activas antas de dimensões consideráveis, caso das mencionadas de Santa Margarida 2 ou, principalmente, Piornal 3, pela magreza e “arcaísmo” do espólio.

Regressemos por fim à Serra d’Ossa e a Monforte, áreas que partilham com esta última, semelhanças e diferenças, e também entre si, como assinalámos acima.

Na aba Sul da Serra d’Ossa, os sepulcros aqui apresentados correspondem à quase totalidade das pequenas antas conhecidas, se exceptuarmos, nas estribeações da serra a Sudeste, o conjunto peculiar do Lucas.

Como se viu, estas pequenas antas aqui surgem isoladas, ou em pequenas agregações de sepulcros semelhantes, separados por escassos metros, ou escassas centenas, como acontece entre as Chãs e a Barroca, estando os Godinhos isolado. Por outro lado, surgem claramente afastados dos terrenos férteis, rodeados por áreas pobres e pedregosas, claramente na margem da área ocupada por sepulcros de maior dimensão, e cronologia aparentemente posterior, como se pode inferir dos escassos dados da anta da Vidigueira (MATALOTO & BOAVENTURA, 2010) ou do sepulcro do Caladinho, já mais distante (MATALOTO & ROCHA, 2007). Nesta margem da serra, os *clusters* de monumento assumem menor clareza do que aquela que reconhecemos, como se viu, tanto na Rabuje como no Lacrau, e quando existem, apresentam, na maior parte das vezes, grande semelhança arquitectónica e de dimensão entre si, como acontece no Colmieiro ou na Quinta do Freixo, apenas com antas médias e grandes, muito distante, assim, do que observámos nos dois *clusters* de Monforte mencionados.

Nesta região, algumas dezenas de quilómetros mais a Norte da Serra d’Ossa, o polimorfismo, em particular volumétrico, é característico, ficando bem patente na necrópole de Rabuje, onde os sepulcros mostram claras diferenciações entre si, mesmo de índole cultural e cronológica, algo que, tanto quanto nos foi possível averiguar, não acontece, de todo, na Serra d’Ossa. Deste modo, Monforte acaba por seguir maior proximidade com os territórios megalíticos contíguos de Avis e Crato, de maior polimorfia, cujo significado cronológico e cultural importa esclarecer, enquanto a Serra d’Ossa assume características de agregação e arquitectónicas de

maior proximidade com Reguengos de Monsaraz, onde os grupos ou *clusters* assumem, na grande maioria dos casos, maior proximidade entre os diversos monumentos.

Esta situação poderá, então, retratar duas ou mais comunidades com trajectos, traços culturais e dinâmicas próprias, que constroem a sua Paisagem de modo distinto, eventualmente dependentes de tradições e condições materiais distintas.

Perante o cenário aqui longamente traçado, é claro que muito ainda há a fazer, quer no que diz respeito, em particular, às pequenas antas, quer no que diz respeito à organização do território sepulcral ao longo do IV milénio a.n.e., algo que o Rui intuiu há muito, mas que as Parcas não lhe permitiram sustentar ...

## AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer, em primeiro lugar, ao Professor João Luís Cardoso o convite e a oportunidade de fazermos esta justa homenagem ao nosso Amigo Rui Boaventura, numa revista que vai tendo a tradição de homenagear os grandes da Arqueologia da Península de Lisboa em particular, e de Portugal em geral. Depois gostaríamos de fazer um agradecimento ao Director do Museu Nacional de Arqueologia, Dr. António Carvalho, por todas as facilidades, sempre concedidas. Às colegas Filipa Bragança e Catarina Coelho, da DGPC, as facilidades concedidas no acesso aos relatórios do Rui Boaventura. Aos diversos proprietários que autorizaram os trabalhos, em particular o senhor Aníbal do Monte do Outeiro, onde se situa as Chãs e ao senhor Gonçalo Marquez Correia, proprietário da Barroca. A todos aqueles que conosco escavaram nos sepulcros apresentados, destacando: Ana Olaio, Pedro Angeja, Filipa Santos, José Inverno, Ana Santos, Ana Barros, Hugo Morais, Sandra Söderling, Zanna Friberg, Tabatha Vantas Leaf e Rachel Breen. À Inês Conde e à Diana Nukushina agradecemos os desenhos a carvão, trabalhados depois por nós. Por fim, ao Rui, que conosco partilhou grandes momentos na escavação destes sepulcros.

## REFERÊNCIAS

- ALBERGARIA, J. (2007) – O sítio neolítico das Atafonas (Torre de Coelheiros, Évora). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 10 (1), p. 5-35.
- ALBERGARIA, J. & LAGO, M. (1995) – Cromeleque do Torrão (Elvas): identificação. *Vipasca*. Aljustrel. 4, p. 53-60.
- ALERGARIA, J. & DIAS, A. C. (2000) – *Antas de Elvas*. Lisboa: IPPAR (Roteiros da Arqueologia Portuguesa).
- ANDRADE, M. A. (2009) – *Megalitismo e comunidades megalíticas na área da Ribeira Grande (Alto Alentejo): definição e caracterização do fenómeno de “megalitização” da paisagem na área austral do Norte alentejano*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, policopiado.
- ANDRADE, M. A. (2013) – Em torno ao conceito de necrópole megalítica na área da Ribeira Grande (Alto Alentejo, Portugal): monumentos, espaços, paisagens e territórios. In ARNAUD, J. M.; MARTINS, A. & NEVES, C. (coords.) – *Arqueologia em Portugal: 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 417-426.
- ANDRADE, M. A. (2015) – Contributo para a definição das práticas funerárias neolíticas e calcólicas no Maciço Calcário Estremenho. 2: As placas votivas da “necrópole megalítica” das Lapas (Torres Novas) e o hipogeísmo na Alta Estremadura. *Nova Augusta*. 2.<sup>a</sup> Série, 27, p. 293-322.
- ANDRADE, M. A. (2016) – Intervenções de Manuel de Mattos Silva no Megalitismo da área de Avis. 1: As antas de São Martinho e Assobiador (Maranhão). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 19, p. 41-62.



- ARAÚJO, A. C. & LEJEUNE, M. (1995) – *Gruta do Escoural: necrópole neolítica e arte rupestre paleolítica*. Lisboa: IPPAR (Trabalhos de Arqueologia, 8).
- ARMBRUESTER, T. (2007) – Technology neglected? A painted ceramic fragment from the dated Middle Neolithic site of Vale de Rodrigo 3. *Vipasca*. Aljustrel. 2.<sup>a</sup> Série, 2, p. 83-94.
- ARNAUD, J. M. (1978) – O Megalitismo em Portugal: Problemas e Perspectivas. In *Actas III Jornadas Arqueológicas, 1977*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, vol. 1, p. 97-112, il.
- AUBRY, Th.; MANGADO LLACH, J. & MATIAS, H. (2014) – Matérias-primas das ferramentas de pedra lascada da Pré-História do Centro e Nordeste de Portugal. In DINIS, P. A.; GOMES, A. & MONTEIRO-RODRIGUES, S. (eds.) – *Proveniências de Materiais Geológicos: abordagens sobre o Quaternário de Portugal*. Braga: Associação Portuguesa para o Estudo do Quaternário, p. 165-192.
- AUBRY, Th.; MANGADO LLACH, X.; SAMPAIO, J. D.; CALVO TRIAS, M.; IGREJA, M. A.; KLARIC, L. & GAMEIRO, C. (2009) – Os artefactos: reconstituição da funcionalidade e da dinâmica de formação dos sítios. In AUBRY, Th. (ed.) – *200 séculos da história do Vale do Côa: incursões na vida quotidiana dos caçadores-recolectores do Paleolítico*. Lisboa: IGESPAR/IP (Trabalhos de Arqueologia, 52), p. 129-270.
- BAPTISTA, L.; OLIVEIRA, L.; SOARES, A. M. & GOMES, S. (2013) – Contributos para a discussão da construção da paisagem nas bacias das Ribeiras do Álamo e do Pisão (Beringel e Trigaches, Beja) entre o IV e I.<sup>o</sup> milénios a.C. In JIMÉNEZ ÁVILA, J.; BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M. & GARCÍA CABEZAS, M. (eds.) – *VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*, p. 791-827. Edição electrónica.
- BARRADAS, E.; SILVÉRIO, S.; SILVA, M. J. D. & SANTOS, C. (2013) – O hipogeu da Barrada: um monumento funerário do Neolítico final/Calcolítico inicial em Aljezur. In ARNAUD, J. M.; MARTINS, A. & NEVES, C. (coords.) – *Arqueologia em Portugal: 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 407-415.
- BARRIÈRE, C.; DANIEL, R.; DELPORTE, H.; ESCALON DE FONTON, M.; PARENT, R.; ROCHE, J.; ROZOY, J.-G.; TIXIER, J. & VIGNARD, E. (1969) – Epipaléolithique-Mésolithique. Les microlithes géométriques. *Bulletin de la Société Préhistorique Française*. Paris. 66, p. 355-366.
- BOAVENTURA, R. (2006) – Os IV e III milénios a.n.e. na região de Monforte, para além dos mapas com pontos: os casos do cluster de Rabuje e do povoado com fossos de Moreiros 2. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9 (2), p. 61-74.
- BOAVENTURA, R. (2001) – *O sítio calcolítico do Pombal (Monforte). Uma recuperação possível de velhos e novos dados*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia, 20).
- BOAVENTURA, R. (2009) – *As antas e o megalitismo da região de Lisboa*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, policopiado.
- BOAVENTURA, R. (2011) – Chronology of megalithism in South-Central Portugal. *Menga. Revista de Prehistoria de Andalucía*. 1, p. 159-190.
- BOAVENTURA, R.; FERREIRA, M. T. & SILVA, A. M. (2013) – Perscrutando espólios antigos: a anta de Sobreira 1 (Elvas). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 16, p. 63-79.
- BOAVENTURA, R. & MATALOTO, R. (2013) – Entre mortos e vivos: nótulas acerca da cronologia absoluta do Megalitismo do Sul de Portugal. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 16, p. 81-101.
- BOAVENTURA, R.; MATALOTO, R.; ANDRADE, M. A. & NUKUSHINA, D. (2014-2015) – Estremoz 7 ou a anta de Nossa Senhora da Conceição dos Olivais (Estremoz, Évora). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 5.<sup>a</sup> Série, 4-5, p. 171-231, no prelo.

- BOAVENTURA, R.; MATALOTO, R.; MOITA, P.; PEDRO, J. & PEREIRA, A. (no prelo) – O “dólmen furado” da Candieira (Redondo): Novas investigações no século 21. In *VIII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular, Serpa e Aroche, 24-26 de Outubro de 2014*
- BOSCH-GIMPERA, P. (1966) – Cultura megalítica portuguesa y culturas españolas. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 76 (3-4), p. 249-306.
- BOUJOT, C. & CASSEN, S. (1992) – Le développement des premières architectures funéraires monumentales en France occidentale. In LE ROUX, Ch.-T. (ed.) – *Paysans et Bâisseurs: l'émergence du Néolithique atlantique et les origines du Mégalithisme. Actes du 17<sup>me</sup> Colloque Interrégional sur le Néolithique*. Rennes: Association pour la Diffusion des Recherches Archéologiques dans l'Ouest de la France (*Revue Archéologique de l'Ouest*, Supplément 5), p. 195-211.
- BOUJOT, C. & CASSEN, S. (1993) – A pattern of evolution for the Neolithic funerary structures of the West of France. *Antiquity*. 67, p. 477-491.
- BRANDT, G.; HAAK, W.; ADLER, C.; ROTH, C.; SZÉCSÉNYI-NAGY, A.; KARIMNIA, S.; MÖLLER-RIEKER, S.; MELLER, H.; GANSLMEIER, R.; FRIEDERICH, S.; DRESELY, V.; NICKLISCH, N.; PICKRELL, J.; SIROCKO, F.; REICH, D.; COOPER, A. & ALT, K. (2013) – Ancient DNA Reveals Key Stages in the Formation of Central European Mitochondrial Genetic Diversity. *Science*. 342, 11 October.
- BUENO RAMÍREZ, P. (1988) – *Los dólmenes de Valencia de Alcántara*. Madrid: Ministerio de Cultura (Excavaciones Arqueológicas en España, 155).
- BUENO RAMÍREZ, P. (1989) – Cámaras simples en Extremadura. In *XIX Congreso Nacional de Arqueología*. Zaragoza. 1, p. 385-397.
- BUENO RAMÍREZ, P. (1994) – La necrópolis de Santiago de Alcántara (Cáceres). Una hipótesis de interpretación para los sepulcros de pequeño tamaño del megalitismo occidental. *Boletín del Seminario de Estudios de Arte y Arqueología*. Valladolid. 60, p. 25-104.
- BUENO RAMÍREZ, P.; BARROSO BERMEJO, R. & BALBÍN BEHRMANN, R. (2004) – Construcciones megalíticas avanzadas de la Cuenca Interior del Tajo. El núcleo cacereño. *SPAL*. Sevilla. 13, p. 83-112.
- CALADO, M. (1994) – A necrópole dolménica do Lucas (Terena, Alandroal). In *Actas das V Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 2, p. 125-131.
- CALADO, M. (2001) – *Da serra d'Ossa ao Guadiana: um estudo de pré-história regional*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia, 19).
- CALADO, M. (2003) – Megalitismo, megalitismos: o conjunto neolítico do Tojal (Montemor-o-Novo). In GONÇALVES, V. S. (ed.) – *Muita gente, poucas antas? Origens, espaços e contextos do Megalitismo. Actas do II Colóquio Internacional sobre Megalitismo*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia, 25), p. 351-369.
- CALADO, M. (2004) – *Menires do Alentejo Central. Génes e evolução da paisagem megalítica regional*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, policopiado.
- CALADO, M. (2016) – No caminho das pedras: o povoado “megalítico” das Murteiras (Évora). In SOUSA, A. C.; CARVALHO, A. & VIEGAS, C. (eds.) – *Terra e Água. Escolher sementes, invocar a Deusa. Estudos em Homenagem a Victor S. Gonçalves*. Lisboa: UNIARQ/ FL-UL. (Estudos & Memórias, 9), p. 113-123.
- CALADO, M.; ROQUE, C. (2013) – *O Tempo dos Deuses, Nova Carta Arqueológica do Alandroal*. câmara Municipal do Alandroal e Faculdade de Belas Artes de Lisboa.
- CARDOSO, J. L. (1992) – A Lapa do Bugio. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9-10, p. 89-225.

- CARDOSO, J. L. (2013) – Manuel Heleno (1894-1970). O Arqueólogo e o Professor Universitário à luz de documentação inédita. *Al-madan*. II Série, 18, p. 131-146
- CARDOSO, J. L. (2014) – Polished stone tools. In CARVALHO, A. F. (ed.) – *Bom Santo Cave (Lisbon) and the Middle Neolithic Societies os Southern Portugal*. Faro: Universidade do Algarve (Promontoria Monográfica, 17), p. 185-194.
- CARDOSO, J. L. & CARVALHO, A.F. (2008) – A gruta do Lugar do Canto (Alcanede) e a sua importância no faseamento do Neolítico no território português. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal. 16, p. 269-300.
- CARDOSO, J. L.; GRADIM, A. (2003) – A cista megalítica do Cerro do Malhão (Alcoutim). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6 (2), p. 167-179.
- CARREIRA, J. R. (1995-1996) – Escavações de Leite de Vasconcelos e Júlio César Garcia em dolmens de S. Geraldo, Montemor-o-Novo (1898-1900). *Almansor*. Montemor-o-Novo. 13, p. 5-60.
- CARTAILHAC, M. E. (1886) – *Les Âges Préhistoriques de l’Espagne et du Portugal*. Paris: Ch. Reinwald Libraire.
- CARVALHO, A. F. (2009) – O final do Neolítico e as origens da produção laminar calcolítica na Estremadura Portuguesa: os dados da gruta-necrópole do Algar do Bom Santo (Alenquer, Lisboa). In GIBAJA, J. F.; TERRADAS, X.; PALOMO, A. & CLOP, X. (coords.) – *Les grans fulles de sílex. Europa al final de la Prehistòria*. Barcelona: Museu d’Arqueologia de Catalunya (Monografies; 13), p. 75-82.
- CARVALHO, A. F. (2008) – *A neolitização do Portugal meridional: Os exemplos do Maciço Calcário Estremenho e do Algarve Ocidental*. Faro: Universidade do Algarve (Promontoria Monográfica, 12).
- CARVALHO, A. F. (2013) – Estudo do espólio funerário em pedra lascada da necrópole de hipogeus neolíticos de Sobreira de Cima (Vidigueira, Beja). In VALERA, A. C. (ed.) – *Sobreira de Cima. Necrópole de hipogeus do Neolítico (Vidigueira, Beja)*. Lisboa: Núcleo de Investigação Arqueológica (ERA Monográfica, 1), p. 71-85.
- CARVALHO, A. F. (ed.) (2014) – *Bom Santo Cave (Lisbon) and the Middle Neolithic Societies os Southern Portugal*. Faro: Universidade do Algarve (Promontoria Monográfica, 17).
- CARVALHO, A. F.; ALVES-CARDOSO, F.; GONÇALVES, D.; GRANJA, R.; CARDOSO, J. L.; DEAN, R. M.; GIBAJA, J. F.; MASUCCI, M. A.; ARROYO-PARDO, E.; FERNÁNDEZ-DOMÍNGUEZ, E.; PETCHEY, F.; PRICE, T. D.; MATEUS, J. E.; QUEIROZ, P. F.; CALLAPAZ, P.; PIMENTA, C. & REGALA, F. T. (2016) – The Bom Santo Cave (Lisbon, Portugal): Catchment, Diet and Patterns of Mobility of a Middle Neolithic Population. *Journal of European Archaeology*. 19 (2), p. 187-214.
- CARVALHO, A. F.; ANTUNES-FERREIRA, N. & VALENTE, M. J. (2003) – A gruta-necrópole neolítica do Algar do Barrão (Monsanto, Alcanena). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6 (1), p. 101-119.
- CARVALHO, A. F. & CARDOSO, J. L. (2010-2011) – A cronologia absoluta das ocupações funerárias da gruta da Casa da Moura (Óbidos). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal. 18, p. 393-405.
- CARVALHO, A. F. & CARDOSO, J. L. (2015) – Insights on the changing dynamics of cemetery use in the Neolithic and Chalcolithic of Southern Portugal. Radiocarbon dating of Lugar do Canto cave (Santarém). *SPAL*. Sevilla. 24, p. 35-63.
- CARVALHO, A. F. & GIBAJA, J. F. (2014) – Knapped stone tools. In CARVALHO, A. F. (ed.) – *Bom Santo Cave (Lisbon) and the Middle Neolithic Societies os Southern Portugal*. Faro: Universidade do Algarve (Promontoria Monográfica, 17), p. 173-183.
- CARVALHO, A. F.; JACINTO, M. J.; DUARTE, C.; MAURÍCIO, J. & SOUTO, P. (2000) – Lapa dos Namorados (Pedrógão, Torres Novas): estudo dos materiais arqueológicos. *Nova Augusta*. Torres Novas. 12, p. 151-172.

- CARVALHO, A. F. & ROCHA, L. (2015) – Datação directa e análise de paleodietas dos indivíduos da anta de Cabeceira 4.<sup>a</sup> (Mora, Portugal). Poster apresentado ao XI Congresso Ibérico de Arqueometria, Évora, 14-16 de Outubro de 2015.
- CORREIA, V. (1921) – *El Neolítico de Pavia (Alentejo, Portugal)*. Madrid: Museo Nacional de Ciencias Naturales (edição fac-similada, 1999).
- COSTA, F. A. P. (1868) – *Descrição de alguns dolmens ou antas de Portugal*. Lisboa: Comissão Geológica de Portugal.
- DEUS, A. D. & VIANA, A. (1953) – Mais três dólmenes da região de Elvas (Portugal). *Zephyrus*. Salamanca. 4, p. 227-240.
- DINIZ, M. (2000) – Neolitização e megalitismo: arquitecturas do tempo no espaço. In GONÇALVES, V. S. (ed.) – *Muitas antas, pouca gente? Actas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia, 16), p. 105-116.
- DINIZ, M.; NEVES, C. & MARTINS, A. (2016) – Sociedades neolíticas e comunidades científicas: questões aos trajectos da História. In DINIZ, M.; NEVES, C. & MARTINS, A. (coords.) – *O Neolítico em Portugal antes do Horizonte 2020: perspectivas em debate*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses (Monografias, 2), p. 131-153.
- DUARTE, C. (1998) – Necrópole neolítica do Algar do Bom Santo: contexto cronológico e espaço funerário. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 1 (2), p. 107-118.
- ESPANCA, J. J. R. (1894) – *Estudos sobre as antas e seus congéneres: dissertação archeologica*. Vila Viçosa: Câmara Municipal.
- FABIÃO, C. (1999) – Um Século de Arqueologia em Portugal – I. *Al-madan*. Almada. 2.<sup>a</sup> Série, 8, p. 104-126.
- FERNANDES, P. (2013) – *Os Hipogeus de Vale de Barrancas 1 (Beringel, Beja). Práticas funerárias e análise antropológica dos restos ósseos humanos exumados*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciências da Vida. Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade de Coimbra.
- FERREIRA, O. V. & CAVACO, A. R. (1952) – O monumento pré-histórico de Lousal (Grândola). *Comunicações dos Serviços Geológicos*. Lisboa. 33, p. 247-255.
- FERREIRA, O. V. & CAVACO, A. R. (1955-1957) – Antiguidades do Lousal (Grândola). Sepulturas descobertas. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 13, p. 190-202.
- FERREIRA, O. V.; ZBYSZEWSKI, G.; LEITÃO, M.; NORTH, C. T. & SOUSA, H. R. (1975) – Le monument mégalithique de Pedra Branca auprès Montum, Melides. *Comunicações dos Serviços Geológicos*. Lisboa. 59, p. 107-192.
- FORMOSINHO, J.; FERREIRA, O. V. & VIANA, A. (1953) – Estudos arqueológicos nas Caldas de Monchique. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 14 (1-4), p. 66-225.
- FURHOLT, M. & MÜLLER, J. (2011) – The earliest monuments in Europe – architecture and social structures (5000-3000 BC). In FURHOLT, M.; LÜTH, F. & MÜLLER, J. (eds.) – *Megaliths and Identities. Early Monuments and Neolithic Societies from the Atlantic to the Baltic*. Bonn: Dr. Rudolf Habelt GmbH, p. 15-32.
- GOMES, M. V. (1994) – O sepulcro colectivo de Pedra Escorregadia (Vila do Bispo, Faro) – Notícia da escavação de 1991. In *V Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 2, p. 79-91.
- GOMES, M. V. (2008) – Castelo Belinho (Algarve, Portugal) and the first Southwest Iberian villages. In DINIZ, M. (ed.) – *Early Neolithic in the Iberian Peninsula. Regional and Transregional Components*. Oxford: Archaeopress (BAR International Series, 1857), p. 71-78.



- GOMES, M. V. (2012) – Early Neolithic Funerary Practices in Castelo Belinho’s Village (Western Algarve, Portugal). In GIBAJA, J. F.; CARVALHO, A. F. & CHAMBON, Ph. (eds.) – *Funerary Practices in the Iberian Peninsula from the Mesolithic to the Chalcolithic*. Oxford: Archaeopress (BAR International Series, 2417), p. 113-123.
- GONÇALVES, V. S. (1989) – *Megalitismo e metalurgia no Alto Algarve Oriental: uma aproximação integrada*. Lisboa: UNIARQ/INIC (Estudos & Memórias, 2).
- GONÇALVES, V. S. (1992) – *Reverendo as antas de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: UNIARQ.
- GONÇALVES, V. S. (1995) – O grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz: procurando algumas possíveis novas perspectivas, sem esquecer as antigas. In *O Megalitismo do Centro de Portugal*. Viseu: Centro de Estudos Pré-históricos da Beira Alta, p. 115-135.
- GONÇALVES, V. S. (1999) – *Reguengos de Monsaraz: territórios megalíticos*. Lisboa: Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz.
- GONÇALVES, V. S. (2001) – A anta 2 da Herdade de Santa Margarida (Reguengos de Monsaraz). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 4 (2), p. 115-206.
- GONÇALVES, V. S. (2003 a) – *STAM-3, a anta 3 da Herdade de Santa Margarida (Reguengos de Monsaraz)*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia; 32).
- GONÇALVES V. S. (2003 b) – *Sítios, “Horizontes” e Artefactos: estudos sobre o 3.º milénio no Centro e Sul de Portugal*, 2.ª edição, revista e aumentada com dois novos ensaios, Cascais: Câmara Municipal.
- GONÇALVES, V. S. (2009) – *As ocupações pré-históricas das Furnas do Poço Velho (Cascais)*. Cascais: Câmara Municipal (Cascais Tempos Antigos, 3).
- GONÇALVES, V. S. (2013) – *No limite oriental do Grupo Megalítico de Reguengos de Monsaraz*. Évora: EDIA/DRCALEN (Memórias d’Odiana, 2.ª Série, 4).
- GONÇALVES, V. S. & ANDRADE, M. A. (2014) – Pequenos sítios, objectos perdidos, artefactos sem contexto. 2: Antas inéditas do grupo megalítico Crato-Nisa (anta das Romeiras e anta da Ferranha). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 17, p. 61-94.
- GONÇALVES, V. S. & ANDRADE, M. A. (2014-2015) – *Muitos mortos no Deserto... “Monumentos-satélite” do núcleo megalítico do Deserto e Barrocal das Freiras*. 1: A anta do Espragal (Foros de Vale de Figueira, Montemor-o-Novo). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 5.ª Série, 4/5, p. 233-268, no prelo.
- GONÇALVES, V. S. & ANDRADE, M. A. (no prelo) – Construção dos espaços sagrados das antigas sociedades camponesas do 4.º e 3.º milénios a.n.e.: os núcleos do Deserto e Barrocal das Freiras (Montemor-o-Novo) na origem e desenvolvimento do Megalitismo no Alentejo médio. In *VI Congreso del Neolítico en la Península Ibérica: los cambios económicos y sus implicaciones sociales durante el Neolítico da Península Ibérica*. Granada.
- GONÇALVES, V. S. & SOUSA, A. C. (1997) – A propósito do grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz e das origens do megalitismo no Ocidente Peninsular. In RODRIGUEZ CASAL, A. (dir.) – *O Neolítico Atlântico e as Orixes do Megalitismo*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Gallega/Universidade de Santiago de Compostela, p. 609-634.
- GONÇALVES, V. S. & SOUSA, A. C. (2000) – O grupo megalítico de Reguengos de Monsaraz e a evolução do megalitismo no Ocidente peninsular (espaços de vida, espaços de morte: sobre as antigas sociedades camponesas em Reguengos de Monsaraz. In GONÇALVES, V. S. (ed.) – *Muitas antas, pouca gente? Actas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia, 16), p. 11-104.

- GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A. C. & MARCHAND, G. (2013) – *Na margem do grande Rio. Os últimos caçadores-recolectores e as primeiras sociedades camponesas no Guadiana médio*. Évora: EDIA/DRCALEN (Memórias d’Odiviana, 2.ª Série, 12).
- GUILAINE, J. (1996) – Proto-mégalithisme, rites funéraires et mobiliers de prestige neolithiques en Méditerranée Occidentale. *Complutum*. Madrid. Extra 6 (1), p. 123-140.
- HARRIS, E. C. (1991) – *Princípios de estratigrafia arqueológica*. Barcelona: Crítica.
- HELENO, M. (1956) – Um quarto de século de investigação arqueológica. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Nova série, 3, p. 221-237.
- ISIDORO, A. F. (1962) – Esboço arqueológico do concelho do Crato (Alto Alentejo). *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*. Porto. 44, p. 5-27.
- ISIDORO, A. F. (1963 a) – Esboço arqueológico do concelho do Crato (Alto Alentejo). Novos elementos. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 19 (1), p. 71-75.
- ISIDORO, A. F. (1963 b) – Esboço arqueológico do concelho do Crato (Alto Alentejo). Novos elementos (II). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 19 (2), p. 174-177.
- ISIDORO, A. F. (1964) – Esboço arqueológico do concelho do Crato (Alto Alentejo). Novos elementos (III). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 19 (3-4), p. 353-359.
- ISIDORO, A. F. (1965-66) – Escavações em dólmenes do concelho do Crato (Alto Alentejo). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 20 (1-2), p. 29-57.
- ISIDORO, A. F. (1967-68) – Escavações em dólmenes do concelho do Crato (Alto Alentejo) – II. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 22, p. 285-297.
- ISIDORO, A. F. (1970) – Escavações em dólmenes do concelho do Crato (Alto Alentejo) – III. *Anais da Faculdade de Ciências*. Porto. 54 (1-2), p. 145-160.
- ISIDORO, A. F. (1971) – Escavações em dólmenes do concelho do Crato (Alto Alentejo) – IV. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 22 (1), p. 41-56.
- ISIDORO, A. F. (1973) – Escavações em dólmenes do concelho do Crato (Alto Alentejo) – V. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 22 (2), p. 107-123.
- JORGE, V. O. (1983-1984) – Megalitismo do Norte de Portugal: um novo balanço. *Portugalia*. Porto. Nova série, 4-5, p. 37-47.
- JORGE, V. O. (1986 a) – Monumentalização e necropolização no megalitismo europeu. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 26 (1-4), p. 233-237.
- JORGE, V. O. (1986 b) – Polymorphisme des tumulus préhistoriques du Nord du Portugal: le cas d’Aboboreira. *Bulletin de la Société Préhistorique Française*. Paris. 86 (3), p. 177-182.
- JOUSSAUME, R. (1999) – Le Mégalithisme du Centre-Ouest de la France. In GUILAINE, J. (dir.) – *Mégalithisme de l’Atlantique à l’Éthiopie*. Paris: Éditions Errance, p. 59-74.
- KALB, Ph. (1981) – Zur relativen chronologie portugiesischer megalithgräber. *Madriider Mitteilungen*. 22, p. 55-77.
- KALB, Ph. (1989) – O Megalitismo e a neolitização no oeste da Península Ibérica. *Arqueologia*. Porto. 20, p. 33-48.
- LAGO, M. & ALBERGARIA, J. (2001) – O Cabeço do Torrão (Elvas): contextos e interpretações prévias de um lugar do Neolítico alentejano. *Era Arqueologia*. Lisboa. 4, p. 39-62.
- LARSSON, L. (2000) – Symbols in stone – ritual activities and petrified traditions. In JORGE, V. O. (ed.) – *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto: ADECAP. 4, p. 445-458.

- LE ROUX, Ch.-T. (1999) – Réflexions autour d'une chrono-typologie du Mégalithisme armoricain des Ve et IVe millénaire avant J.-C. In GUILAINE, J. (dir.) – *Mégalithisme de l'Atlantique à l'Éthiopie*. Paris: Éditions Errance, p. 41-55.
- LEISNER, G. (1949) – *Antas dos arredores de Évora*. Évora: Edições Nazareth (Separata de *A Cidade de Évora*, 15-16, 17-18).
- LEISNER, G. & LEISNER, V. (1951 a) – *Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura (reeditado por Uniarq/INIC, 1985).
- LEISNER, G. & LEISNER, V. (1951 b) – A anta das Cabeças. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Nova série, 1, p. 7-36.
- LEISNER, G. & LEISNER, V. (1953) – Contribuição para o registo das antas portuguesas: a região de Montargil, concelho de Ponte de Sôr. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Nova série, 2, p. 227-256.
- LEISNER, G. & LEISNER, V. (1955) – *Antas nas Herdades da Casa de Bragança no Concelho de Estremoz*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança/Instituto para a Alta Cultura.
- LEISNER, G. & LEISNER, V. (1956) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel: der Westen*. Berlin: Walther de Gruyter & Co. 1 (1).
- LEISNER, G. & LEISNER, V. (1959) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel: der Westen*. Berlin: Walther de Gruyter & Co. 1 (2).
- LEISNER, V. (1965) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel: der Westen*. Berlin: Walther de Gruyter & Co. 1 (3).
- LEISNER, V. (1966) – Die Verschiedenen Phasen des Neolithikums in Portugal. *Palaeohistoria*. Groningen. 12, p. 363-372.
- LEISNER, V. (1983) – As diferentes fases do Neolítico em Portugal. *Arqueologia*. Porto. 7, p. 7-15.
- LEISNER, V. (1985) – *Mikrolithen. Aufzeichnungen im National Museum fuer Archaeologie und Ethnologie in Lissabon*. Lisboa: Deutsches Archaeologisches Institut.
- LEISNER, V.; PAÇO, A. & RIBEIRO, L. (1964) – *Grutas artificiais de São Pedro do Estoril*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- LEISNER, V.; ZBYSZEWSKI, G. & FERREIRA, O. V. (1961) – *Les Grottes artificielles de Casal do Pardo (Palmela) et la culture du vase campaniforme*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal (Memórias 8, nova série).
- LEITÃO, M.; NORTH, C. T.; NORTON, J.; FERREIRA, O. V. & ZBYSZEWSKI, G. (1987) – A gruta pré-histórica do Lugar do Canto, Valverde (Alcanede). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4.<sup>a</sup> série, 5, p. 37-66.
- MACHADO, J. L. S. (1964) – Subsídios para a História do Museu Etnológico do D.<sup>or</sup> Leite de Vasconcelos. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 2.<sup>a</sup> Série, 5, p. 51-448.
- MATALOTO, R. & BOAVENTURA, R. (2009) – Entre vivos e mortos nos IV e III milénios a.n.e. do Sul de Portugal: um balanço relativo do povoamento com base em datações pelo radiocarbono. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 12 (2), p. 31-77.
- MATALOTO, R. & BOAVENTURA, R. (2010) – Anta da Vidigueira (Freixo, Redondo): intervenção de caracterização. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 13 (1), p. 5-24.
- MATALOTO, R. & ROCHA, L. (2007) – O monumento ortostático do Caladinho (Redondo, Alentejo Central). In *Actas do III Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*. Aljustrel: Câmara Municipal, p. 107-116.

- MATALOTO, R.; BOAVENTURA, R.; NUKUSHINA, D.; VALÉRIO, P.; INVERNO, J.; SOARES, R. M.; RODRIGUES, M. & BEIJA, F. (2015) – O sepulcro megalítico dos Godinhos (Freixo, Redondo): usos e significados no âmbito do Megalitismo alentejano. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 18, p. 55-79.
- MATIAS, H. (2012) – *O aprovisionamento de matérias-primas líticas na gruta da Oliveira (Torres Novas)*. Dissertação de Mestrado em Geo-Arqueologia apresentada à Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, policopiado.
- MOITA, I. N. (1956) – Subsídios para o estudo do Eneolítico do Alto Alentejo. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Nova série, 3, p. 135-176.
- MORÁN, E. & PARREIRA, R. (2007) – *Alcalar. Monumentos megalíticos*. Lisboa: IGESPAR (Roteiros da Arqueologia Portuguesa).
- ODRIOZOLA, C. P.; MATALOTO, R.; MORENO-GARCÍA, J.; VILLALOBOS GARCÍA, R. & MARTÍNEZ-BLANES, J. M. (2013) – Producción y circulación de rocas verdes y sus productos en el sw peninsular: el caso de Anta Grande do Zambujeiro. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal. 19, p. 125-142
- OLIVEIRA, J. (1998) – *Monumentos megalíticos da bacia hidrográfica do Rio Sever*. Lisboa: Edições Colibri.
- OLIVEIRA, J. (2000) – Economia e sociedade dos construtores de megálitos da bacia do Sever. In JORGE, V. O. (coord.) – *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto: ADECAP. 3 (Neolitização e Megalitismo da Península Ibérica), p. 429-444.
- OLIVEIRA, J. (2006) – *Património arqueológico da Coudelaria de Alter e as primeiras comunidades agropastoris*. Lisboa: Edições Colibri/Universidade de Évora.
- OLIVEIRA, C. D. & OLIVEIRA, J. (2000) – Continuidade e rupturas do megalitismo no distrito de Portalegre. In JORGE, V. O. (coord.) – *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Porto: ADECAP. 3 (Neolitização e Megalitismo da Península Ibérica), p. 459-471.
- PAÇO, A.; FERREIRA, O. V. & VIANA, A. (1957) – Antiguidades de Fontalva. Neo-eneolítico e época romana. *Zephyrus*. Salamanca. 8, p. 111-133.
- PAJOT, B. (1999) – Les dolmens du Quercy. In GUILAINE, J. (dir.) – *Mégalithisme de l'Atlantique à l'Ethiopien*. Paris: Éditions Errance, p. 143-172.
- PARREIRA, R. (1996) – *O conjunto megalítico do Crato (Alto Alentejo): contribuição para o registo das antas portuguesas*. Dissertação de Mestrado em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiado.
- PARREIRA, R. (2010) – As placas de xisto gravadas do Hipogeu I de Monte Canelas (Alcalar). In GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A. C. (eds.) – *Transformação e Mudança no Centro e Sul de Portugal: o 4.º e o 3.º milénios a.n.e.* Cascais: Câmara Municipal (Cascais Tempos Antigos, 2), p. 399-419.
- PEREIRA, G. (1875) – *Dolmens ou Antas dos arredores de Évora*. Évora: Typ. Francisco da Cunha Bravo.
- PINA, H. L. (1961) – A anta do Duque. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 71 (1-2), p. 13-26.
- PINA, H. L. (1963) – A anta da Azinheira, Reguengos de Monsaraz. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 19 (1), p. 25-46.
- PINA, H. L. (1971) – Novos monumentos megalíticos do Distrito de Évora. In *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*. Coimbra: Ministério da Educação/Junta Nacional de educação. 1, p. 151-162.
- PINA, H. L. & CARVALHO, A. M. G. (1961) – A anta da Velada das Éguas, Barrocal – Évora. *Boletim da Junta Distrital de Évora*. Évora. 2, p. 159-202.
- PROENÇA JÚNIOR, F. T. (1910) – Antas do districto de Portalegre. *Materiaes para o Estudo das Antiguidades Portuguesas*. Leiria. 1, p. 3-16.



- RECIO, A.; MARTÍN, E.; RAMOS, J.; MORATA, D.; DOMÍNGUEZ-BELLA, S. & MACÍAS, M. (1997) – Enterramento colectivo en la Axarquía. El dolmen del “Cerro de la Corona” de Totalán. *Revista de Arqueología*. Madrid. 189, p. 14-21.
- RIBEIRO, C. (1878) – *Estudos Prehistoricos em Portugal. Noticia de algumas estações e monumentos prehistoricos. II – Monumentos megalithicos das vizinhanças de Bellas*. Lisboa: Typographia da Academia.
- ROCHA, L. (1999) – *Povoamento Megalítico de Pavia. Contributo para o conhecimento da Pré-história regional*. Mora: Câmara Municipal de Mora.
- ROCHA, L. (2002) – A anta do Couto dos Algarves 2 – Crato. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4.<sup>a</sup> série, 20, p. 39-60.
- ROCHA, L. (2005) – *Estudo do megalitismo funerário no Alentejo Central: a contribuição de Manuel Heleno*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, policopiado.
- ROCHA, L. (2007) – O monumento megalítico do Lucas 6 (Hortinhas, Alandroal): um contributo para o estudo das arquitecturas megalíticas. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 10 (1), p. 73-93.
- ROCHA, L. (2015) – The funerary megalithic of Herdade das Murteiras (Évora, Portugal): the (re) use of the spaces. In ROCHA, L.; BUENO RAMÍREZ, P. & BRANCO, G. (eds.) – *Death as Archaeology of Transition. Papers from the II International Conference of Transition Archaeology: Death Archaeology*. Oxford: Archaeopress (BAR International Series, 2708), p. 221-230.
- ROCHA, L. & ALVIM, P. (2015) – Novas e velhas análises da arquitectura megalítica funerária: o caso da Mamoa do Monte dos Condes (Pavia, Mora). In GONÇALVES, V. S.; DINIZ, M. & SOUSA, A. C. (eds.) – *5.º Congresso do Neolítico Peninsular. Actas*. Lisboa: UNIARQ, p. 557-563.
- ROCHA, L. & DUARTE, C. (2009) – Megalitismo funerário no Alentejo Central: os dados antropológicos das escavações de Manuel Heleno. In POLO CERDÁ & GARCÍA-PRÓSPER, E. (eds.) – *Investigaciones histórico-médicas sobre salud y enfermedad en el pasado. Actas del IX Congreso Nacional de Paleopatología*. Valencia: Grupo Paleolab & Sociedad Española de Paleopatología, p. 763-781.
- RODRIGUEZ CASAL, A. A. (1999) – Le Mégalithisme en Galice. In GUILAINE, J. (dir.) – *Mégalithisme de l’Atlantique à l’Éthiopie*. Paris: Editions Errance, p. 93-105.
- SAUZADE, G. (1999) – Des dolmens en Provence. In GUILAINE, J. (dir.) – *Mégalithisme de l’Atlantique à l’Éthiopie*. Paris: Editions Errance, p. 125-140.
- SAVORY, H. N. (1969) – *Espanha e Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo.
- SCARRE, Ch. (1992) – The Early Neolithic of Western France and Megalithic Origins in Atlantic Europe. *Oxford Journal of Archaeology*. 11 (2), p. 121-154.
- SCARRE, Ch. (2002) – Contexts of Monumentalism: Regional diversity at the Neolithic transition in North-West France. *Oxford Journal of Archaeology*. 21 (1), p. 23-61.
- SCARRE, Ch.; ARIAS, P.; BURENHULT, G.; FANO, M.; OOSTERBEEK, L.; SCHULTINH, R.; SHERIDAN, A. & WHITTLE, A. (2003) – Megalithic Chronologies. In BURENHULT, G. & WESTERGAARD, S. (eds.) – *Stones and Bones: Formal Disposal of the Dead in Atlantic Europe During the Mesolithic-Neolithic Interface 6000-3000 BC*. Oxford: Archaeopress (BAR International Series, 1201), p. 65-112.
- SCARRE, Ch.; LAPORTE, L. & JOUSSAUME, R. (2003) – Long Mounds and Megalithic Origins in western France: recent excavations at Prissé-la-Charrière. *Proceedings of the Prehistoric Society*. 69, p. 235-251.
- SHERRATT, A. (1990) – The genesis of Megaliths: Monumentality, ethnicity and social complexity in Neolithic North-west Europe. *World Archaeology*. 22 (2), p. 147-167.

- SILVA, A. M. (2002) – *Antropologia funerária e paleobiologia das populações portuguesas (litorais) do Neolítico final / Calcolítico*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, policopiado.
- SILVA, A. M.; LEANDRO, I.; VALERA, A.; PEREIRA, D. & AFONSO, C. (2015) – Late Neolithic pit burial from Perdigões enclosure (Portugal): preliminary results of the paleobiological analysis of the exhumed human bones. In ROCHA, L.; BUENO RAMÍREZ, P. & BRANCO, G. (eds.) – *Death as Archaeology of Transition. Papers from the II International Conference of Transition Archaeology: Death Archaeology*. Oxford: Archaeopress (BAR International Series, 2708).
- SILVA, C. T. (1987) – Megalitismo do Alentejo Ocidental e do Sul do Baixo Alentejo (Portugal). In *Actas de la Mesa Redonda El Megalitismo en la Península Ibérica*. Madrid: Ministerio de Cultura, p. 85-93.
- SILVA, C. T. (1997) – O Neolítico antigo e a origem do Megalitismo no Sul de Portugal. In RODRIGUEZ CASAL, A. (dir.) – *O Neolítico Atlântico e as Orixes do Megalitismo*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Gallega/ Universidade de Santiago de Compostela, p. 575-585.
- SILVA, C. T.; SOARES, J. (1983) – Contribuição para o estudo do megalitismo do Alentejo Litoral: A sepultura do Marco Branco (Santiago do Cacém). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4.<sup>a</sup> Série, 1, p. 63-88.
- SILVA, J. P. (1878) – Novos monumentos megalíticos em Portugal. *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archaeologos Portuguezes*. Lisboa. 2.<sup>a</sup> série. 2 (6), p. 90-91.
- SILVA, M. M. (1895 a) – Notícia das antiguidades prehistoricas do concelho de Avis. “Anta Grande” da Ordem. *O Archeólogo Português*. Lisboa. 1, p. 120-125.
- SILVA, M. M. (1895 b) – Notícia das antiguidades prehistoricas do concelho de Avis. 2: anta da herdade da Capella. *O Archeólogo Português*. Lisboa. 1, p. 214-216.
- SILVA, M. M. (1896) – Notícia das antiguidades prehistoricas do concelho de Avis. 3: anta da herdade do Assobiador. *O Archeólogo Português*. Lisboa. 2, p. 239-240.
- SIMÕES, A. F. (1878) – *Introdução à Archeologia da Península Ibérica*. Lisboa: Livraria Ferreira.
- SOARES, J. & SILVA, C. T. (2000) – Protomegalitismo no Sul de Portugal: inauguração das paisagens megalíticas. In GONÇALVES, V. S. (ed.) – *Muitas antas, pouca gente? Actas do I Colóquio Internacional sobre Megalitismo*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia, 16), p. 117-134.
- SOARES, J. (2010) – Dólmen da Pedra Branca. Datações radiométricas. *Musa*. Setúbal. 3, p. 70-82.
- SPINDLER, K (1981) – *Cova da Moura*. Mainz am Rhein: Verlag Phillip von Zabern (Madrider Beiträg, 7).
- TARRÊTE, J. (1999) – Diversité du Mégalithisme dans le bassin parisien. In GUILAINE, J. (dir.) – *Mégalithisme de l'Atlantique à l'Éthiopien*. Paris: Éditions Errance, p. 77-90.
- TARRÚS, J. (1999) – Réflexions sur le Mégalithisme en Catalogne. In GUILAINE, J. (dir.) – *Mégalithisme de l'Atlantique à l'Éthiopie*. Paris: Éditions Errance, p. 109-121.
- THOMAS, J. (2012) – Los monumentos megalíticos de Europa. In ROJO GUERRA, M.; GARRIDO PENA, R. & GARCÍA MARTÍNEZ, I. (eds.) – *El Neolítico en la Península Ibérica y su contexto europeo*. Madrid: Ediciones Cathedra, p. 55-70.
- TOMÉ, T., SILVA, A. M. & VALERA, A. C. (2013) – Bioantropologia da Pré-História Recente do Baixo Alentejo: Dados complementares do estudo de um conjunto de séries osteológicas humanas da região de Brinches (Serpa). In JIMÉNEZ ÁVILA, J.; BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M. & GARCÍA CABEZAS, M. (eds.) – *VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*, p. 853-875. Edição electrónica.

- VALERA, A. C. (ed.) (2013) – *Sobreira de Cima. Necrópole de hipogeus do Neolítico (Vidigueira, Beja)*. Lisboa: Núcleo de Investigação Arqueológica (ERA Monográfica, 1).
- VALERA, A. C. & CABAÇO, N. (2013) – A pedra polida na necrópole da Sobreira de Cima (Vidigueira, Beja) In. VALERA, A. C. (ed.) – *Sobreira de Cima. Necrópole de hipogeus do Neolítico (Vidigueira, Beja)*. Lisboa: Núcleo de Investigação Arqueológica (ERA Monográfica, 1), p. 91-96.
- VALERA, A. C. & FILIPE, V. (2012) – A necrópole de hipogeus do Neolítico Final do Outeiro Alto 2 (Brinches, Serpa). *Apontamentos de Arqueologia e Património*. Lisboa. 8, p. 29-41.
- VALERA, A. C.; GODINHO, R.; CALVO, E.; MORO BERRAQUERO, F. J.; FILIPE, V. & SANTOS, H. (2014 b) – Um mundo em negativo: fossos, fossas e hipogeus entre o Neolítico Final e a Idade do Bronze na margem esquerda do Guadiana (Brinches, Serpa). In 4.º *Colóquio de Arqueologia do Alqueva. O Plano de Rega (2002-2010)*. Évora: EDIA/DRCALEN (Memórias d’Odiviana, 2.ª Série, 14), p. 55-73.
- VALERA, A. C.; SILVA, A. M.; CUNHA, C. EVANGELISTA, L. (2014 c) – Funerary practices and body manipulation at Neolithic and Chalcolithic Perdigões ditched Enclosures (South Portugal). In VALERA, A. C. (ed.) – *Recent Prehistoric Enclosures and Funerary Practices in Europe*. Oxford: Archaeopress (BAR International Series 2676), p. 37-57.
- VALERA, A. C.; SANTOS, H.; FIGUEIREDO, M.; GRANJA, R. (2014 a) – Contextos funerários na periferia do Porto Torrão: Cardim 6 e Carrascal 2. In 4.º *Colóquio de Arqueologia do Alqueva. O Plano de Rega (2002 2010)*. Évora: EDIA/DRCALEN (Memórias d’Odiviana, 2.ª Série, 14), p. 83-95.
- VVASCONCELOS, J. L. (1897) – *Religiões da Lusitânia*. Lisboa: Imprensa Nacional. 1.
- VASCONCELOS, J. L. (1898) – Excursão archeológica ao Sul de Portugal. *O Archeólogo Português*. Lisboa. 4, p. 103-134.
- VASCONCELOS, J. L. (1910) – Crónica: excursão archeológica, excavação, aquisições. *O Archeólogo Português*. Lisboa. 15 (1-2), pp. 247-252.
- VEIGA, S. Ph. M. E. (1886) – *Paleoethnologia. Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos prehistoricos*. Lisboa: Imprensa Nacional. 1.
- VEIGA, S. Ph. M. E. (1887) – *Paleoethnologia. Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos prehistoricos*. Lisboa: Imprensa Nacional. 2.
- VEIGA, S. Ph. M. E. (1889) – *Paleoethnologia. Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos prehistoricos*. Lisboa: Imprensa Nacional. 3.
- VIANA, A. (1950) – Contribuição para a Arqueologia dos arredores de Elvas. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 12, p. 289-322.
- VIANA, A. & DEUS, A. D. (1952) – Exploración de algunos dolmenes de la región de Elvas, Portugal. In *Crónica del II Congreso Arqueológico Nacional, Madrid, 1951*. Zaragoza: Secretaría Nacional de los Congresos, p. 185–201.
- VIANA, A. & DEUS, A. D. (1955) – Notas para o estudo dos dólmenes da região de Elvas. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. Nova Série, 15 (3-4), p. 143-189.
- VIANA, A. & DEUS, A. D. (1957) – Mais alguns dólmenes da região de Elvas (Portugal). In *Congreso Arqueológico Nacional, 4, Burgos, 1955*. Zaragoza: Secretaría General de los Congresos, p. 89-100.
- VIANA, A.; FERREIRA, O. V. & FORMOSINHO, J. (1949) – Necrópolis de las Caldas de Monchique. Investigaciones de 1948 y 1949. *Archivo Español de Arqueologia*. Madrid. 77, p. 291-312.
- VIANA, A. & FERREIRA, O. V.; FORMOSINHO, J. (1950) – Estudos arqueológicos nas Caldas de Monchique. Investigações de 1948 e 1949. In *XIII Congresso Luso-espanhol para o Progresso das Ciências*. Lisboa. 8, p. 75-89.

- VIANA, A. & FERREIRA, O. V.; FORMOSINHO, J. (1954) – Estudos arqueológicos nas Caldas de Monchique. Relance das explorações nas necrópoles da Idade do Bronze do ano de 1937 ao de 1944. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 15, p. 17-54.
- VIANA, A. & FORMOSINHO, J. (1942) – Arqueologia pré-histórica do concelho de Monchique. *Ethnos*. Lisboa. 2, p. 369-389.
- VIANA, A.; ZBYSZEWSKI, G.; ANDRADE, R. ; SERRALHEIRO, A. & FERREIRA, O. V. (1959) – Contribuição para o conhecimento da arqueologia megalítica do Baixo Alentejo. In *I Congresso Nacional de Arqueologia (Lisboa, 1958)*. Actas. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1, p. 197-213.
- VIJANDE VILA, E. (2009) – El poblado de Campo de Hockey (San Fernando, Cádiz): resultados preliminares y líneas de investigación futuras para el conocimiento de las formaciones sociales tribales en la Bahía de Cádiz (tránsito V-IV milenios a.n.e.). *Revista Atlántica-Mediterránea de Prehistoria y Arqueología Social*. Cádiz. 11, p. 265-284.
- VIJANDE VILA, E.; DOMÍNGUEZ-BELLA, S.; CANTILLO DUARTE, J. J.; MARTÍNEZ LÓPEZ, J. & BARRENA TOCINO, A. (2015) – Social inequalities in the Neolithic of Southern Europe: the grave goods of the Campo de Hockey necropolis (San Fernando, Cádiz, Spain). *Compte Rendus Palevol*. 14 (2), p. 147-161.
- WHITTLE, E. H. & ARNAUD, J. M. (1975) – Thermoluminescent dating of Neolithic and Chalcolithic pottery from sites in Central Portugal. *Archaeometry*. 17 (1), p. 5-24.
- ZILHÃO, J. (1992) – *Gruta do Caldeirão. O Neolítico Antigo*. Lisboa: IPPAR (Trabalhos de Arqueologia, 6).
- ZILHÃO, J. & CARVALHO, A. F. (1996) – O Neolítico do Maciço Calcário Estremenho: Crono-estratigrafia e povoamento. In *I Congrès del Neolític a la Península Ibèrica*. Gavà: Bellaterra, p. 659-671.

## ANEXO I

Datações de radiocarbono para os contextos funerários discutidos no texto, recalibradas em 2017 com recurso ao programa Calib 7.0.1 (STUIVER & REIMER, 2013) utilizando a curva de calibração IntCal13 (REIMER *et al.*, 2013), intervalo a  $2\sigma$  com 95,4% de probabilidade.

Monumento / Sítio	Ref. Lab	Amostra	Data BP	Cal BC $2\sigma$	Referências
<b>Pequenos sepulcros de Câmara simples</b>					
Sobreira 1	Beta-233283	<i>Homo</i>	4770 ± 40	3643-3381	BOAVENTURA, FERREIRA & SILVA, 2013
Rabuje 5	Beta-191133	Carvão <i>A. unedo</i>	4650 ± 50	3630-3345	BOAVENTURA, 2006 e 2009
Cabeço da Areia	Beta-196091	<i>Homo</i>	4650 ± 40	3621-3356	ROCHA, 2005
<b>Pequenos sepulcros de corredor curto com espólio “antigo”</b>					
Cabeceira 4	Beta-196094	<i>Homo</i>	4780 ± 40	3647-3383	ROCHA, 2005
Cabeceira 4	Wk-17084	»	4759 ± 41	3640-3379	»
Cabeceira 4	Wk-41066	»	4742 ± 20	3633-3383	CARVALHO & ROCHA, 2015
Carrascal	Beta-228577	»	4770 ± 40	3643-3381	BOAVENTURA, 2009
Carrascal	Beta-225167	»	4640 ± 40	3618-3350	»



Monumento / Sítio	Ref. Lab	Amostra	Data BP	Cal BC 2 $\sigma$	Referências
Pedras Grandes	Beta-205946	<i>Homo</i>	4590 $\pm$ 40	3510-3108	BOAVENTURA, 2009
Pedras Grandes	Beta-234136	»	4530 $\pm$ 40	3364-3098	»
Santa Margarida 2	Beta-153911	Carvão <i>E. umbellata</i>	4410 $\pm$ 60	3334-2906	GONÇALVES, 2001
<b>Sepulcros de corredor com espólio “evoluído”</b>					
Pedra Branca	ICEN-1040	<i>Homo</i>	4620 $\pm$ 60	3628-3106	SOARES, 2010
Pedra Branca	ICEN-1041	»	4120 $\pm$ 60	2876-2505	»
Trigache 4	Beta-228583	»	4450 $\pm$ 40	3338-2934	BOAVENTURA, 2009
Horta	Beta-194313	»	4390 $\pm$ 50	3325-2900	OLIVEIRA, 2006
Horta	Beta-194312	»	4190 $\pm$ 50	2898-2627	»
Bola da Cera	ICEN-66	»	4360 $\pm$ 50	3264-2887	OLIVEIRA, 1998
Santa Margarida 3	Beta-176897	»	4290 $\pm$ 40	3021-2780	GONÇALVES 2003 a
Santa Margarida 3	Beta-166416	»	4270 $\pm$ 40	3011-2705	»
Santa Margarida 3	Beta-166422	»	4270 $\pm$ 40	3011-2705	»
Coureiros 4	ICEN-976	Carvão	4240 $\pm$ 150	3338-2471	OLIVEIRA, 1998
Estanque	Wk-17091	<i>Homo</i>	4182 $\pm$ 39	2900-2630	ROCHA, 2005
Pedra Escorregadia	ICEN-844	»	4060 $\pm$ 70	2872-2467	GOMES, 1994
<b>Monumentos de falsa cúpula</b>					
Olival da Pega 2b	ICEN-955	<i>Homo</i>	4290 $\pm$ 100	3328-2584	GONÇALVES, 2003 a
Olival da Pega 2b	ICEN-956	»	4180 $\pm$ 80	2918-2497	»
Olival da Pega 2b	ICEN-957	»	4130 $\pm$ 60	2883-2501	»
<b>Grutas Naturais</b>					
Lapa da Bugalheira	ICEN-739	<i>Homo</i>	5090 $\pm$ 60	4032-3713	ZILHÃO & CARVALHO, 1996
Caldeirão – NM	TO-349	»	4940 $\pm$ 70	3943-3635	ZILHÃO, 1992
Lugar do Canto	Sac-1715	»	5120 $\pm$ 80	4222-3706	CARVALHO & CARDOSO, 2015
Lugar do Canto	Sac-2710	»	5000 $\pm$ 60	3946-3662	»
Lugar do Canto	Wk-30209	»	4849 $\pm$ 29	3700-3536	»
Lugar do Canto	Wk-30210	»	4819 $\pm$ 32	3658-3524	»
Lugar do Canto	Wk-30212	»	4772 $\pm$ 30	3642-3385	»
Lugar do Canto	Beta-276509	»	4770 $\pm$ 40	3643-3381	»
Lugar do Canto	Wk-30208	»	4742 $\pm$ 34	3636-3379	»
Lugar do Canto	Wk-30211	»	4733 $\pm$ 29	3634-3378	»
Lugar do Canto	Beta-276510	»	4720 $\pm$ 40	3634-3374	»
Bom Santo	Wk-27996	»	4993 $\pm$ 30	3935-3698	CARVALHO, 2014
Bom Santo	Wk-27988	»	4960 $\pm$ 31	3794-3658	»
Bom Santo	Wk-25161	»	4960 $\pm$ 30	3792-3660	»
Bom Santo	Wk-27984	»	4949 $\pm$ 32	3786-3656	»
Bom Santo	Wk-27986	»	4929 $\pm$ 30	3769-3651	»
Bom Santo	Wk-27985	»	4887 $\pm$ 30	3709-3638	»

Monumento / Sítio	Ref. Lab	Amostra	Data BP	Cal BC 2 $\sigma$	Referências
Bom Santo	Wk-27992	<i>Homo</i>	4810 $\pm$ 35	3655-3522	CARVALHO, 2014
Bom Santo	Beta-120048	»	4780 $\pm$ 50	3654-3378	»
Bom Santo	Wk-27990	»	4769 $\pm$ 30	3640-3384	»
Bom Santo	Wk-27994	»	4756 $\pm$ 30	3637-3383	»
Bom Santo	Wk-27993	»	4745 $\pm$ 30	3635-3381	»
Bom Santo	Wk-27987	»	4744 $\pm$ 30	3635-3381	»
Bom Santo	Wk-27995	»	4739 $\pm$ 35	3636-3378	»
Bom Santo	Wk-27989	»	4732 $\pm$ 31	3634-3377	»
Bom Santo	OxA-5511	»	4705 $\pm$ 65	3634-3368	»
Bom Santo	Wk-27991	»	4671 $\pm$ 30	3619-3367	»
Bom Santo	OxA-5512	»	4630 $\pm$ 60	3631-3114	»
Bom Santo	Beta-120047	»	4430 $\pm$ 50	3334-2919	»
Bom Santo	ICEN-1181	»	4030 $\pm$ 280	3354-1779	»
Algar do Barrão	Wk-32473	»	4929 $\pm$ 39	3782-3646	CARVALHO & CARDOSO, 2015
Algar do Barrão	Wk-32471	»	4907 $\pm$ 39	3766-3640	»
Algar do Barrão	ICEN-740	»	4660 $\pm$ 70	3637-3125	»
Algar do Barrão	Wk-32472	»	4553 $\pm$ 37	3483-3102	»
Algar do Barrão	Wk-32474	»	4551 $\pm$ 36	3470-3102	»
Escoural	OxA-4444	»	5560 $\pm$ 160	4766-4002	ARAÚJO & LEJEUNE, 1995
Escoural	ICEN-861	»	4680 $\pm$ 80	3646-3124	»
Escoural	Lv-1923	»	4610 $\pm$ 60	3624-3104	»
Escoural	Lv-1922	»	4500 $\pm$ 60	3368-2944	»
Escoural	Lv-1924	»	4460 $\pm$ 70	3350-2928	»
Escoural	Lv-1925	»	4420 $\pm$ 60	3336-2911	»
<b>Grutas artificiais</b>					
Monte do Marquês 15	Sac-2634	<i>Homo</i>	4810 $\pm$ 90	3771-3371	BAPTISTA <i>et al.</i> , 2013
S. Pedro do Estoril 1	Beta-188390	»	4720 $\pm$ 40	3634-3374	GONÇALVES, 2009
Sobreira de Cima 3	Beta-231071	»	4670 $\pm$ 50	3630-3357	VALERA, 2013
Sobreira de Cima 1	Wk-36003	»	4601 $\pm$ 26	3498-3196	»
Sobreira de Cima 1	Wk-36005	»	4566 $\pm$ 30	3491-3109	»
Sobreira de Cima 1	Sac-2260	»	4530 $\pm$ 50	3482-3032	»
Sobreira de Cima 1	Sac-2261	»	4500 $\pm$ 70	3481-2931	»
Sobreira de Cima 4	Sac-2256	»	4520 $\pm$ 35	3358-3099	»
Sobreira de Cima 5	Beta-232637	»	4080 $\pm$ 40	2862-2489	»
Monte Canelas 1	ICEN-1149	Carvão	4460 $\pm$ 110	3497-2889	PARREIRA, 2010
Monte Canelas 1	OxA-5515	<i>Homo</i>	4420 $\pm$ 60	3336-2911	»
Monte Canelas 1	OxA-5514	»	4370 $\pm$ 60	3326-2888	»

**ENTRE O ATLÂNTICO E O MACIÇO CALCÁRIO ESTREMENHO:  
A ARTE RUPESTRE DA ESTREMADURA**

***BETWEEN THE ATLANTIC AND THE MACIÇO CALCÁRIO ESTREMENHO:  
THE ROCK ART OF ESTREMADURA***

Andrea Martins<sup>1</sup>

**Abstract**

This article intends to make a systematization of the several archaeological sites with rock art known in the territory between the Atlantic and the Maciço Calcário Estremenho, that is, in the Portuguese Extremadura. Analyzing the dispersion of the sites, it is clear that the geological characteristics totally condition the existence of sites with rock art, being notable its absence for example in alluvial regions, as well as the type of limestone in the region of Lisbon and the West that make it impossible the preservation of paintings or engravings. Although there are three references in the region of Lisbon (Magoito, Anta da Pedra dos Mouros and Laje das Insculturas), only when we move to the north we find archaeological sites in the Maciço Calcário Estremenho (Lapa dos Coelhos, Vale do Lapedo and Gruta da Moeda), and continue to the region of the Maciço Hespérico where there are numerous rock art sites (Pego da Rainha, Vale do Tejo, Ocreza and Erges). We emphasize the chronological uniformity of the studied archaeological sites, essentially framed in the recent Prehistory, with few contexts with paleolithic art, which corresponds to different strategies of symbolic anthropization of the territory.

*Keywords:* Engraving, Estremadura, Painting, Prehistoric period, Rock Art, Vale do Tejo.

**1 - ARTE RUPESTRE EM PORTUGAL: PRESENÇAS E AUSÊNCIAS,  
CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS**

No território actualmente Português encontram-se referenciados centenas de sítios arqueológicos classificados como de arte rupestre, sendo muito diversificados do ponto de vista tipológico, geológico e cronológico.

Destacam-se vários núcleos distribuídos por todo o território:

- a) O Vale do Côa, um ciclo de longa duração com gravuras Paleolíticas, gravuras e pinturas Neolíticas e Calcolíticas e gravuras da Idade do Ferro, perdurando até época contemporânea, executadas essencialmente em afloramentos xistosos, e, classificado em 1998 como Património Mundial da UNESCO;

---

<sup>1</sup>Uniarq – Centro de Arqueologia, Universidade de Lisboa. FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia.  
AAP – Associação dos Arqueólogos Portugueses. andrea.arte@gmail.com

- b) Os vários sítios arqueológicos de Arte Atlântica, principalmente na região do Minho (Gião, Bouça do Colado, Monte de Góios, Lanhelas, Chã da Rapada, Obsedo, entre outros), onde gravuras de cariz atlântico e esquemáticas surgem em afloramentos graníticos, geralmente destacados na paisagem envolvente e com uma baliza cronológica compreendida entre o Neolítico e a Idade do Ferro;
- c) Os numerosos abrigos com pintura rupestre esquemática em Trás-os-Montes (abrigos da Serra de Passos, Penas Róias, Pala Pinta, Ribeira do Mosteiro, Forno da Velha, entre outros) que mostram um diversificado reportório iconográfico, pintado em superfícies quartzíticas ou xistosas, reflexo das mudanças conceptuais das comunidades Neolíticas e Calcolíticas;
- d) O núcleo de abrigos quartzíticos com pintura rupestre esquemática da Serra de São Mamede – Portalegre (Lapa dos Gaivões, Lapa dos Louções, Igreja dos Mouros, Abrigo Pinho Monteiro, Ninho do Bufo, Pego do Inferno, Cerro das Lapas, Ermida da Senhora da Lapa, entre outros) cuja cronologia enquadra-se também na Pré-História recente;
- e) O núcleo do vale do Guadiana corresponde ao ciclo de gravuras rupestres localizado mais a sul do território Português, distribuindo-se ao longo das margens do rio, surgindo em bancadas horizontais de xisto, num largo espaço temporal, desde época Paleolítica até ao período Moderno.

A estes grandes núcleos junta-se o ciclo artístico do Vale do Tejo, enquanto na restante área do território actualmente Português encontramos conjuntos mais pequenos ou mesmo sítios isolados. Os rios surgem como elemento modelador da paisagem e agregador do território, sendo nas suas margens que se localizam os mais importantes ciclos de arte rupestre.

Verifica-se assim uma grande concentração de sítios arqueológicos com arte rupestre no Norte de Portugal, situação esta que poderá ser entendida por questões geológicas e geomorfológicas, bem como por processos tafonómicos específicos, que, conjuntamente, permitiram índices relativamente elevados de conservação das pinturas e gravuras. Por outro lado, as prospecções intensivas realizadas por diversos investigadores, quer no âmbito de projectos de investigação (como os trabalhos de Maria de Jesus Sanches, Ana Bettencourt e Lara Bacelar Alves e Mário Reis), quer em acções de realocização de sítios (como a efectuada pela extinta extensão do IPA de Macedo de Cavaleiros ou pelo também extinto Centro Nacional de Arte Rupestre), ou, quer ainda no âmbito de projectos de minimização, nomeadamente de infra-estruturas hidroeléctricas (Barragem do Sabor, Barragem do Tua ou estudo de impacto do Alto Côa) levaram à identificação de novos sítios arqueológicos. Os trabalhos de prospecção intensiva, realizados nas últimas décadas pela equipa do Parque Arqueológico do Vale do Côa e Museu do Côa permitiram a caracterização de centenas de novas rochas com gravuras rupestres, bem como abrigos com pinturas esquemáticas.

No centro do território destacam-se os trabalhos efectuados pela equipa do Instituto Terra e Memória de Mação, nomeadamente no rio Ocreza e Vale do Tejo, onde têm sido realizados trabalhos de prospecção intensiva levando à identificação de novas rochas gravadas. No Alto Alentejo a equipa de Jorge Oliveira da Universidade de Évora prospectou também na Serra de São Mamede, identificando novos abrigos com pinturas esquemáticas, promovendo também sondagens arqueológicas em alguns destes sítios.

A obrigatoriedade da inclusão de especialistas em arte rupestre nas equipas de prospecção, bem como uma maior consciencialização por parte da comunidade arqueológica da especificidade da matéria em questão, foram factores determinantes para este aumento de sítios arqueológicos com arte rupestre nos últimos anos.

A escassa ou mesmo inexistente presença de contextos de arte rupestre no litoral, Baixo Alentejo e Algarve, poderá ser explicada por um lado por questões geológicas, e, por outro, por questões arqueográficas,



sendo assim necessário a realização de projectos que contemplem prospeções sistemáticas e intensivas, direccionadas para a identificação de gravuras e pinturas rupestres. Não é crível, no estado actual da investigação, que as lacunas observadas na distribuição geográfica dos sítios com arte rupestre se devam a contingências particulares das comunidades Pré-Históricas (isto é, a factores culturais), devendo aquelas lacunas ser portanto encaradas como deficiências na adequada prospeção desses territórios.

O território alvo de análise neste texto é compreendido entre o Atlântico e o Maciço Calcário Estremenho ocupando sensivelmente a região da Estremadura portuguesa, sendo delimitado a Norte pelo Maciço Calcário Estremenho, a Este pelo início do Maciço Hespérico, a Sul pelo curso do rio Tejo e a Oeste pelo Oceano Atlântico.

Analisando a dispersão dos sítios verifica-se claramente que as características geológicas condicionam totalmente a existência de sítios com arte rupestre, sendo notória a sua ausência por exemplo em regiões aluvionares, bem como pelo tipo de calcários existentes na região de Lisboa e zona Oeste, que, impossibilitam a preservação de eventuais grafismos rupestres. Apesar de existirem três referências na região de Lisboa (Magoito, Anta da Pedra dos Mouros e Laje das Inculturas) apenas ao avançarmos para Norte encontramos sítios no Maciço Calcário Estremenho (Lapa dos Coelhoos, Vale do Lapedo e Gruta da Moeda), diversificando-se a partir da região do Maciço Hespérico onde surgem numerosos locais com arte rupestre (Pego da Rainha, núcleos do Vale do Tejo, rochas gravadas do Ocreza, rochas gravadas do Erges e Abrigo de Segura) (Fig. 1).

Destaca-se a uniformidade cronológica dos sítios estudados, enquadrados essencialmente na Pré-História recente, existindo poucos contextos com arte paleolítica, o que poderá corresponder a distintas estratégias de antropização simbólica do território.

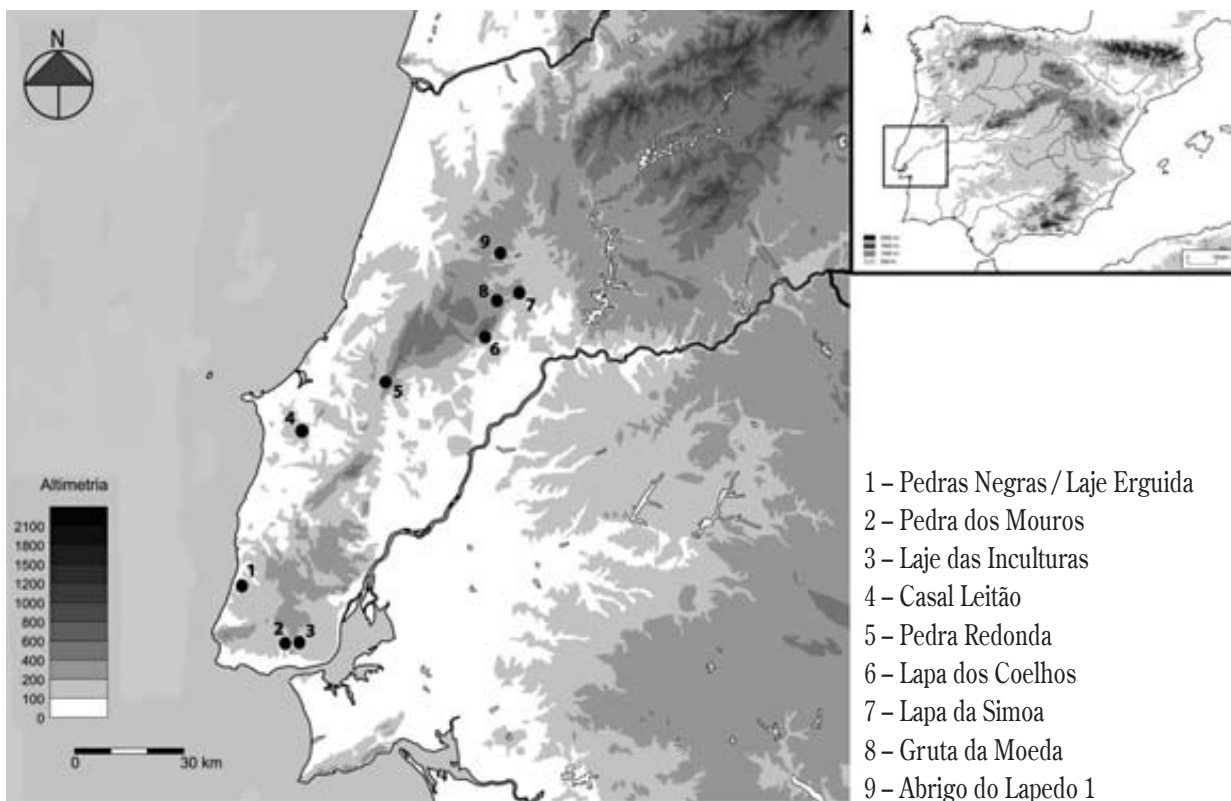


Fig. 1 – Mapa com localização dos sítios arqueológicos com arte rupestre na Estremadura (Base cartográfica – BOAVENTURA, 2009).

## 2 – OS CONTEXTOS ARQUEOLÓGICOS DA ESTREMADURA

Serão analisados 9 sítios arqueológicos distintos, tendo optado por incluir neste estudo dois contextos que poderão ser integrados na categoria de Arte Megalítica (Anta da Pedra dos Mouros e Menir do Casal leitão) e três sítios dos quais apenas existem breves referências (Pedra Redonda, Lapa da Simoa e Gruta da Moeda). Esta sistematização foi efectuada com recurso a fontes bibliográficas e pesquisa na base de dados Endovélico da DGPC. Para os sítios Lapa dos Coelhoos e Abrigo do Lapedo será apresentada uma descrição e contextualização mais detalhada, resultado de trabalho académico monográfico efectuado pela signatária (MARTINS, 2014).

### 2.1 – Pedras Negras / Laje Erguida

Este sítio arqueológico localizava-se na freguesia de São João das Lampas, concelho de Sintra, junto do Magoito, ficando assim muito perto da orla costeira. Foi identificado em Maio de 1985 por Maria Helena e Júlio Correia Guedes, que informaram o Museu Regional de Sintra, estando referenciado na base de dados Endovélico com o Código Nacional de Sítio (CNS) – 6063. O sítio foi estudado por Elvino Sousa (SOUSA, 1990) e por Mário Varela Gomes (GOMES, 2002, p. 173), tendo sido posteriormente destruído, não restando actualmente qualquer vestígio. O registo fotográfico disponível encontra-se no artigo de Elvino de Sousa (1990), não estando publicado o decalque e registo integral das rochas gravadas.

Era assim formado por vários afloramentos de arenito, de inclinação elevada, que apresentavam várias superfícies gravadas, mostrando os sulcos profundidades diversas, bem como distintos padrões de erosão. Os afloramentos deveriam ter estado cobertos por sedimentos dunares que preservaram as próprias gravuras, impedindo a deterioração dos sulcos por acção eólica (SOUSA, 1990).

O reportório iconográfico era diversificado, destacando-se uma figura antropomórfica de grandes dimensões (41 cm), caracterizada como do sexo masculino, com corpo rectangular, braços semi-erguidos com os dedos abertos (GOMES, 2002, p. 173). Os restantes motivos eram constituídos por covinhas, círculos, linhas, sulcos, círculos raiados (soliformes) e cruciformes (Figs. 2, 3 e 4). A sobreposição de algumas gravuras revela duas fases de gravação distintas.

Este sítio foi interpretado como um “santuário” da Idade do Ferro, relacionado com os mitos pré-romanos que versavam sobre o desaparecimento quotidiano do Sol e a sua ligação com as águas do Oceano (GOMES, 2002, p. 173; SOUSA, 1990). A localização destas rochas gravadas, frente ao oceano, e, a iconografia presente, nomeadamente a grande figura orante, remetem assim para uma possível interpretação relacionada com fenómenos naturais e sua simbologia.

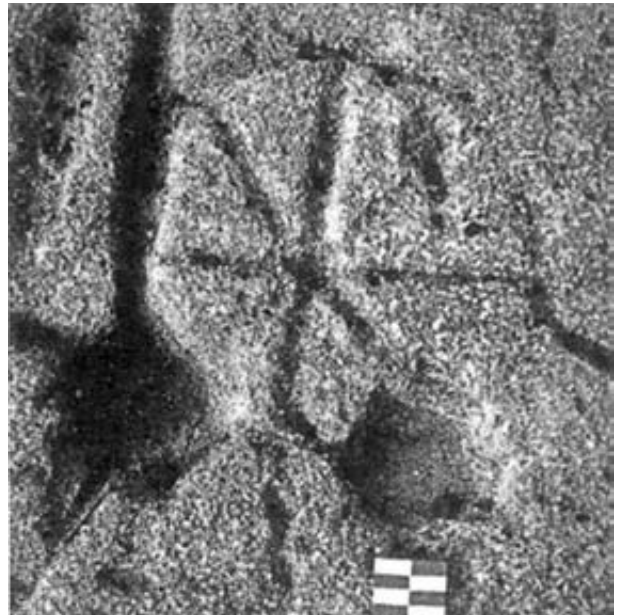
### 2.2 – Pedra dos Mouros – gravuras rupestres

A anta da Pedra dos Mouros (CNS 11301) localiza-se no concelho de Sintra e faz parte do comummente conjunto designado por Antas de Belas, do qual fazem parte também a anta do Monte Abraão, Estria e anta do Carrascal, encontrando-se classificadas como Monumento Nacional desde 1910.

Este monumento megalítico foi intervencionado por Carlos Ribeiro em 1876, tendo este arqueólogo conhecimento da sua existência desde a década de 1850. Foi caracterizado como um monumento já parcialmente desmantelado, restando apenas três esteios *in situ*, um deles de grande dimensão, sendo que durante a escavação foram identificadas mais quatro lajes de menores dimensões (BOAVENTURA & CARDOSO, 2014, p. 44). Carlos Ribeiro refere que o monumento megalítico já teria sido escavado, não tendo recolhido



Fig. 2 - Laje Erguida - rocha 1 (SOUSA, 1990, p. 368).



Figs. 3 e 4 - Laje Erguida - motivo antropomórfico e motivo circular raiado internamente (SOUSA, 1990, p. 369).



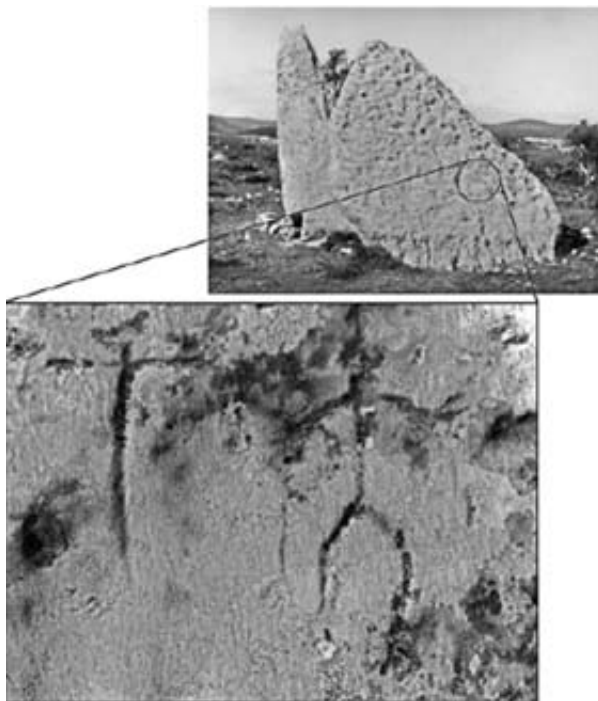
materiais arqueológicos pré-históricos, destacando-se a presença de uma moeda portuguesa, de cinco reis, datada de 1741 (BOAVENTURA & CARDOSO, 2014, p. 45). Os ortóstatos eram do substrato local – calcário, e, infelizmente a degradação do estado de conservação do monumento fez com que este ficasse totalmente desmantelado no final do século XX.

Na face externa do esteio de maiores dimensões foram identificadas duas gravuras rupestres, tipologicamente caracterizadas como antropomórficas. Estas surgem referidas desde 1917 por V. Correia (1917), que as caracterizou como masculina e feminina, tendo em conta os seus caracteres formais. As fotos tiradas por G. e V. Leisner em 1933 e o desenho de V. Correia são os únicos registos destas gravuras (Figs. 5 e 6), visualizando-se assim motivos antropomórficos esquemáticos (CARDOSO & BOAVENTURA, 2011, p. 301).

As duas figuras têm cerca de 17 cm e o motivo localizado do lado esquerdo é de tipologia cruciforme, sendo constituído por um traço vertical segmentado perpendicularmente na parte superior, correspondendo assim a um motivo cruciforme simples.

O motivo do lado direito é formado por um traço vertical que se bifurca na extremidade inferior em dois outros traços semicirculares, apresentando perto da extremidade superior um traço perpendicular de cada lado, traços estes em cujas extremidades surgem cinco traços de pequena dimensão. Trata-se assim de um antropomorfo esquemático com representação de extremidades inferiores (pernas) semi-arqueadas e extremidades superiores (braços) dispostos obliquamente ao corpo, não estando totalmente abertos mas revelando movimento. Nas extremidades dos braços surgem cinco pequenos traços que serão interpretados como dedos. Não é possível estabelecer diferenciação sexual visto não estarem representados atributos morfológicos específicos.

A capela dedicada ao Senhor da Serra, localizada a cerca de 400m da anta, será certamente vestígio da cristianização de toda aquela área, fazendo mesmo parte da peregrinação anual a visita à anta. A tradição



**Fig. 5** – Pedra dos Mouros, visualizando-se os dois motivos gravados. Fotografia de G. e V. Leisner (CARDOSO & BOAVENTURA, 2011, p. 301).



**Fig. 6** – Pedra dos Mouros – desenho do motivo cruciforme e do motivo antropomórfico (CORREIA, 1917).



confere poderes telúricos aos esteios do monumento, relacionados com fertilidade feminina, tendo as mulheres que escorregar pelo esteio maior em contacto directo com a pedra (BOAVENTURA & CARDOSO, 2014, p. 43). O sagrado, o profano e o cristianismo encontram-se assim interligados neste monumento megalítico, sendo possível que estas gravuras rupestres se encontrem relacionadas com um período mais recente. A morfologia e tipologia dos motivos não encontram paralelos na iconografia da denominada arte megalítica, sendo que a sua localização – na face exterior – poderá revelar a execução num momento posterior ao da construção do monumento megalítico. De realçar que na face interior as características geológicas do substrato dos esteios não possibilitavam a gravação, ou, tornavam-na muito difícil, sendo mesmo consideradas por L. Albuquerque e Castro (1961) como possível elemento decorativo ou simbólico. Esta hipótese foi desenvolvida por Boaventura e Cardoso (2011 e 2014) em trabalhos monográficos sobre as Antas de Belas (Pedra dos Mouros, Monte Abraão e Estria) referindo a escolha deliberada por blocos rochosos cobertos por icnofósseis para utilização como esteios dos monumentos megalíticos. Estamos perante um espaço cénico organizado, onde a construção da estrutura obedeceu a um programa figurativo e simbólico específico, cujo primeiro momento corresponde à escolha do esteio e num segundo à sua disposição na organização do monumento. Foram assim utilizados critérios estéticos e noções de simetria, que permitiram criar um espaço interior específico, transmutando-o num monumento “decorado” (CARDOSO & BOAVENTURA, 2011, p. 310).

O elemento cruciforme simples (de traços rectos) encontra paralelos em numerosos sítios com arte rupestre de períodos históricos do nosso território, estando presente em locais pré-históricos alvo de cristianização como por exemplo na estação Chã da Rapada (MARTINS, 2006). O motivo antropomórfico com representação de dedos poderá no entanto ter paralelos em figuras proto-históricas existentes em diversos sítios arqueológicos com gravuras (Chã da Rapada, Gião, Penedo do Matrimónio, Mão do Homem, entre outros). A representação de dedos apenas surge em gravuras, não existindo até ao momento motivos antropomórficos com estas extremidades executados através de pintura esquemática, situação que seria mais fácil do ponto de vista técnico. Esta opção tipológica poderá ser reflexo de um novo universo conceptual, expresso pelo poder emanado de duas mãos bem abertas, com os dedos bem separados, morfologia inexistente na iconografia Neolítica ou Calcolítica. O período seguinte, de mudança muito rápida e de exacerbada complexificação social, poderá necessitar da presença apaziguadora ou controladora destas entidades, correspondendo assim a uma representação da tão desconhecida e descaracterizada arte da Idade do Bronze.

As gravuras existentes no esteio da Pedra dos Mouros adquirem assim uma difícil atribuição cronológica, podendo por um lado recuar a momentos proto-históricos, ou, por outro, serem reflexo da cristianização e laicização do próprio local, sendo a moeda do século XVIII encontrada por Carlos Ribeiro durante a escavação da anta um reflexo dessa presença contínua. Como já referido desde a década de 60 do século XX (CASTRO, 1961, p. 259), até aos primeiros anos do novo milénio (CARDOSO & BOAVENTURA, 2011, p. 302) as gravuras e área em redor da mesma foram alvo de sucessivos reavivamentos, gravações e grafitis, tornando-as irreconhecíveis, mas revelando a intemporalidade da necessidade de marcação pessoal num local considerado especial.

### 2.3 – Laje das Insculturas

A denominada Laje das Insculturas (CNS 13714) localiza-se na freguesia da Mina, concelho da Amadora, tendo sido identificada a 21 de Dezembro de 1974 por António González durante trabalhos de prospecção arqueológica. Trata-se de um grande afloramento calcário, de configuração rectangular encontrando-se disposto horizontalmente na margem da ribeira da Falagueira e muito próximo de uma nascente, tendo sido identificados dois antropomorfos esquemáticos e outros traços indeterminados.

Em 1999, no âmbito dos trabalhos de realocação de sítios arqueológicos do concelho promovido pelo Museu Municipal da Amadora, foram efectuados trabalhos de arqueológicos no sítio, sendo a responsabilidade científica de Gisela Encarnação. Estes trabalhos consistiram numa primeira fase da remoção através de meios mecânicos dos sedimentos contemporâneos que cobriam a laje e posterior limpeza manual da mesma. (ENCARNAÇÃO, 2003). Verificou-se que o curso da ribeira foi desviado, passando a correr directamente sobre o afloramento calcário o que levará a problemas de preservação. Junto da laje foi identificado um tanque e respectiva caleira de desvio de água, de cronologia recente. Foi efectuado registo fotográfico geral e de pormenor da laje, bem como decalque das gravuras. Actualmente o sítio encontra-se novamente coberto por sedimentos não sendo possível a sua visualização.

Face à especificidade do contexto arqueológico foi pedido parecer ao extinto Centro Nacional de Arte Rupestre (CNART) cuja resposta efectuada pelo seu director António Martinho Baptista foi esclarecedora dizendo que embora a tipologia deste tipo de representações possa encontrar paralelos em morfologias da denominada arte do Noroeste Peninsular, o ordenamento espacial das figuras bem como a pátina levam-no a sugerir que estas gravuras não sejam de tempos pré-históricos. Refere ainda que pretende efectuar visita ao sítio arqueológico e assim poder observar directamente as gravuras, facto apenas realizado através de fotografia. Porém, segundo informação da arqueóloga responsável, esta visita técnica nunca foi realizada, tendo ficado o estudo da Laje das Insculturas suspenso.

Além da respectiva ficha no Endovélico, onde surge erradamente classificada como estela, apenas existe a referência à Laje das Insculturas na Carta Arqueológica da Amadora (MIRANDA *et al.*, 1999, p. 23) onde é referido que não foram identificadas estruturas ou sequências estratigráficas associadas à laje, sendo a cronologia indeterminada. É apenas apresentada uma fotografia dos motivos gravados sendo difícil a sua correcta percepção (Fig. 7).

Trata-se assim de um afloramento de grandes dimensões, disposto horizontalmente, mas com inclinação para o leito da ribeira, mostrando abundantes linhas de fracturação próprias do substrato rochoso (calcário e margas). Reconhecem-se através de fotografia duas morfologias de cariz antropomórfico, localizadas em planos distintos, a do lado esquerdo num plano ligeiramente inferior que a do lado direito.

O motivo do lado esquerdo é formado por um traço vertical, do qual parte do seu lado esquerdo e na área superior outro pequeno traço perpendicular, sendo que na zona mais inferior um traço semicurvo corta o traço central. Trata-se assim de um antropomorfo esquemático com a representação apenas da extremidade



Fig. 7 - Laje das Insculturas - antropomorfos esquemáticos - imagem retirada de MIRANDA *et al.*, 1999; decalque efectuado sobre fotografia por A. Martins.

superior esquerda (braço) e membros inferiores (pernas) arqueados, mostrando a representação exacerbada do sexo masculino.

O segundo motivo é constituído por um traço central vertical, cortado na área superior por outro perpendicular, sendo que na zona inferior o traço central bifurca-se dando origem a dois pequenos traços oblíquos. Corresponde assim a um antropomorfo esquemático com representação de extremidades superiores rectas – braços abertos lateralmente – e extremidades inferiores – pernas abertas – revelando algum tipo de movimento. Não é possível estabelecer diferenciação sexual.

Visualizam-se ainda diversos traços, de distintas dimensões e profundidade, alguns dos quais considerados antrópicos, mas que apenas após um correcto levantamento de todas as evidências gráficas, bem como uma avaliação geológica especializada (tendo em conta as características da bancada calcária), poderão ser considerados como integrantes do reportório iconográfico.

A integração destes motivos antropomórficos mostra-se bastante problemática, podendo, tal como referido anteriormente, fazer parte de gramáticas figurativas pré-históricas – com paralelos tipológicos em sítios com pinturas e gravuras esquemáticas Neolíticas e/ou Calcolíticas – relacionadas com a presença da nascente e da própria ribeira, funcionando como figuras propiciadoras ou sacralizadoras de um local especial. A possível diferenciação sexual dos dois antropomorfos, em que num deles surge deliberadamente marcado o elemento fálico, poderia ser também interpretada como a presença de um casal mitográfico, ou, par sagrado, comum em diversos sítios com arte rupestre.

Numa outra abordagem interpretativa, quiçá mais verosímil, poderão fazer parte de um conjunto arqueológico constituído pelas estruturas adjacentes (tanque e caleira), onde, acções quotidianas seriam efectuadas neste local pelas populações locais, atribuindo assim uma cronologia de época moderna.

#### 2.4 – Casal Leitão

O sítio arqueológico do Casal Leitão localiza-se na freguesia de Reguengo Grande, concelho da Lourinhã e é formado por dois contextos distintos: um menir decorado e duas rochas com gravuras. Este sítio não se encontra referenciado na base de dados Endovélico existindo apenas uma publicação de autoria de Isabel Mateus e Simão Mateus (2008). Neste artigo os investigadores descrevem as circunstâncias do achado e os trabalhos efectuados, realizando uma descrição e enquadramento dos vestígios arqueológicos.

O designado Menir foi identificado em 1981 por Horácio Mateus, fazendo o monólito parte estruturante de uma pequena cabana de apoio ao trabalho agrícola, decorrendo os trabalhos de prospecção na área em redor durante os anos seguintes tendo sido identificados materiais arqueológicos (espólio osteológico e cerâmica) e um ídolo de calcário. Em 1990 foram identificadas duas rochas com gravuras rupestres localizadas a cerca de 200 m da área anteriormente prospectada (MATEUS & MATEUS, 2008). Os autores consideram estar perante os vestígios de um recinto megalítico, formado por uma estrutura tipo *tholos*, totalmente destruída segundo informações locais, de onde provinham os materiais arqueológicos identificados.

O menir do Casal Leitão é de arenito e de formato cilíndrico, mostrando afeição no terço superior, levando a que a extremidade adquira um formato pontiagudo. Tem 2,13 m de altura e cerca de 1,70 m de perímetro na base, exibindo gravuras em ambas as faces. Estas são formadas por sulcos profundos e parecem representar uma morfologia antropomórfica, adaptada à morfologia do suporte.

O carácter fálico do monólito encontra-se expresso no afeição da extremidade superior, que está separada do resto do corpo por um traço horizontal, que poderia representar a glândula. Abaixo deste traço surge um círculo, no interior do qual foram executadas três covinhas e dois traços verticais, interpretados

como representação de cara, olhos, narinas e boca (MATEUS & MATEUS, 2008, p. 40). Na parte inferior do monólito surgem dois traços verticais semicurvados que representarão o corpo do motivo antropomórfico, não mostrando membros superiores ou inferiores. No reverso do menir surgem apenas diversas covinhas, o traço inciso horizontal que corresponderá à glande e alguns traços de menores dimensões (Fig. 8).

A iconografia presente neste menir mostra-se assim original tendo em conta a gramática figurativa existente na denominada arte Megalítica do sul do território Português. A representação semi-naturalista de uma cara, onde são

visíveis olhos, nariz, boca e contorno da face não corresponde à iconografia típica presente nos menires, nem nas estátuas-menires ou mesmo nas estelas da Idade Bronze ou Idade do Ferro. O afeiçoamento antrópico da extremidade superior, demarcado por uma incisão horizontal que contorna todo o monólito atribui-lhe morfologia marcadamente fálica, iconografia frequente na arte megalítica.

As gravuras rupestres do Casal do Leitão localizam-se em rochas margosas, não se percebendo na publicação se se trata de afloramentos ou de blocos depositados no local como referido (MATEUS & MATEUS, 2008, p. 41). Os autores apresentam fotografia das rochas visualizando-se a marcação a giz das gravuras para melhor visualização destas, bem como decalque esquemático dos motivos.

A rocha por nós designada de rocha 1 mostra genericamente três gravuras dispostas verticalmente, correspondendo o motivo superior a uma representação de mão e antebraço, sendo perceptíveis cinco dedos e área do antebraço até ao pulso. Parece ser a representação de uma mão esquerda visualizando-se junto do dedo mais à direita (o polegar) um pequeno círculo ou covinha. Na área inferior da rocha surge um motivo circular aberto na zona inferior de onde saem dois pequenos traços verticais. Dentro deste círculo surgem algumas linhas e motivos triangulares, surgindo ainda mais dois triângulos na parte exterior do círculo, estando um dos triângulos inserido dentro do outro. Os autores interpretam a gravura circular como uma representação de um recinto funerário enquanto as morfologias triangulares simbolizam o triângulo púbico adquirindo assim uma conotação sexual à composição gráfica (MATEUS & MATEUS, 2008, p. 41) (Fig. 9).

A rocha 2 mostra um motivo geométrico formado por duas linhas semi-curvas que terminam em dois traços rectos, podendo representar uma morfologia muito idêntica à existente na rocha 1, ou seja, um círculo (neste caso semicírculo) aberto na área inferior por dois pequenos traços. No interior surgem sete covinhas distribuídas por toda a área circular, visualizando-se ainda alguns traços semicurvados numa área exterior à morfologia circular (Fig. 10).

A interpretação deste reportório iconográfico, quer do existente no menir como nas rochas gravadas, mostra-se bastante problemática, principalmente porque esta avaliação foi apenas feita baseada em fotografias e decalques esquemáticos. Apenas após o levantamento e descrição pormenorizada dos motivos, caracterização tipológica e geológica das rochas, poderão ser apresentadas hipóteses interpretativas.

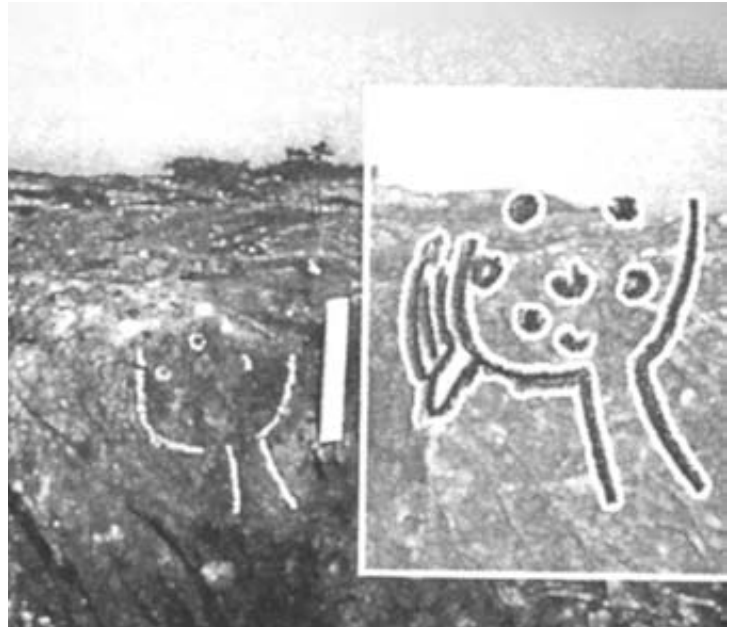


Fig. 8 – Menir do Casal do Leitão – decalque e fotografia (segundo MATEUS & MATEUS, 2008, p. 41).





**Fig. 9** – Rocha 1 do Casal do Leitão – fotografia e decalque sobre fotografia (segundo MATEUS & MATEUS, 2008, p. 41).



**Fig. 10** – Rocha 2 do Casal do Leitão – fotografia e decalque sobre fotografia (segundo MATEUS & MATEUS, 2008, p. 41).

O Menir do Casal do Leitão e as gravuras do Casal do Leitão poderão fazer parte de um recinto megalítico, como sugerido pelos investigadores, sendo este constituído por diferentes contextos (*tholos*, menir e rochas gravadas) que fariam parte de um mesmo programa conceptual e simbólico.

## 2.5 – Pedra Redonda

O sítio arqueológico denominado de Pedra Redonda (CNS 25035) encontra-se apenas referenciado na base de dados Endovélico da DGPC, surgindo classificado como um sítio de arte rupestre como um sítio de arte rupestre. Localiza-se no concelho de Alcobaça, freguesia de Benedita, sendo a descrição existente muito sintética: Trata-se de uma gravura rupestre, não especificando a tipologia ou morfologia, que se encontra oculta, tapada com brita junto à estrada, sendo o proprietário de Pedra Redonda. Como cronologia é atribuída a Idade do Bronze.

Não foi encontrada qualquer referência bibliográfica sobre este sítio arqueológico sendo que apenas a consulta do processo no Arquivo de Arqueologia poderá dar mais alguma informação.

## 2.6 – Lapa dos Coelhoos

A Lapa dos Coelhoos é o primeiro sítio arqueológico abordado neste trabalho que se localiza no Maciço Calcário Estremenho, razão pela qual será aqui efectuada uma breve descrição geológica e geomorfológica da área em questão, descrição esta aplicável aos sítios a seguir descritos.

## 2.6.1 – Enquadramento geomorfológico e geológico

O Maciço Calcário Estremenho (MCE) localiza-se na fachada atlântica da Península Ibérica, no centro do território português, na região da Estremadura, e constitui uma importante referência geomorfológica para toda a região, sendo caracterizado pela presença de várias formas cárnicas, desde campos de lapiás às grutas e cavidades subterrâneas.

A sua designação foi estabelecida por A. Martins na década de 1940 (MARTINS, 1949, p. 27), procurando deste modo obter uma terminologia homogénea e agregadora para toda esta região, terminando assim com a disparidade de designações provenientes dos numerosos topónimos. O MCE é caracterizado por um conjunto de três relevos, com uma forma alongada na direcção NE-SW, que se destacam na paisagem: a Serra dos Candeeiros, Serra de Santo António e a Serra de Aire (MARTINS, 1949), separados entre si por dois acidentes tectónicos: um entre Rio Maior e Porto de Mós (que originou a depressão de Mendiga) e outro entre Porto de Mós e Moitas Vendas (que originou as depressões de Alvados e Minde). O ponto mais elevado da Estremadura localiza-se na Serra d' Aire a 677 m acima do nível do mar.

A Serra de Aire é um relevo anticlinal alongado na direcção Este-Nordeste, cujas vertentes são rasgadas por alguns vales. A elevada erosão cárnica é observada pela presença de extensos campos de lapiás e algares profundos nas vertentes setentrionais, sendo que algumas lapas e algares apresentam depósitos de clastos angulosos de calcário, revelando assim restos da antiga cobertura das vertentes da serra formada em períodos mais frios (MANUPPELLA *et al.*, 2000, p. 14).

Do ponto de vista geológico, esta região é caracterizada, como o próprio nome indica, pelos calcários do Jurássico, nomeadamente do Dogger, que se apresentam com elevado grau de pureza e com grande espessura (910 m) (RODRIGUES *et al.*, 2002, p. 24).

A sul do MCE surge a Bacia do Tejo, que é a bacia hidrográfica com maior expressão no nosso território, sendo que a área em estudo corresponde a parte do seu troço mais aplanado, a jusante da confluência com o Zêzere. Corresponde a uma fossa alongada de NE para SW, que se aprofunda para SW, e o enchimento, cuja espessura atinge cerca de 1400 m (RIBEIRO *et al.*, 1979), é sub-horizontal, exceptuando na zona de contacto da margem direita em que o MCE cavalga o enchimento terciário.

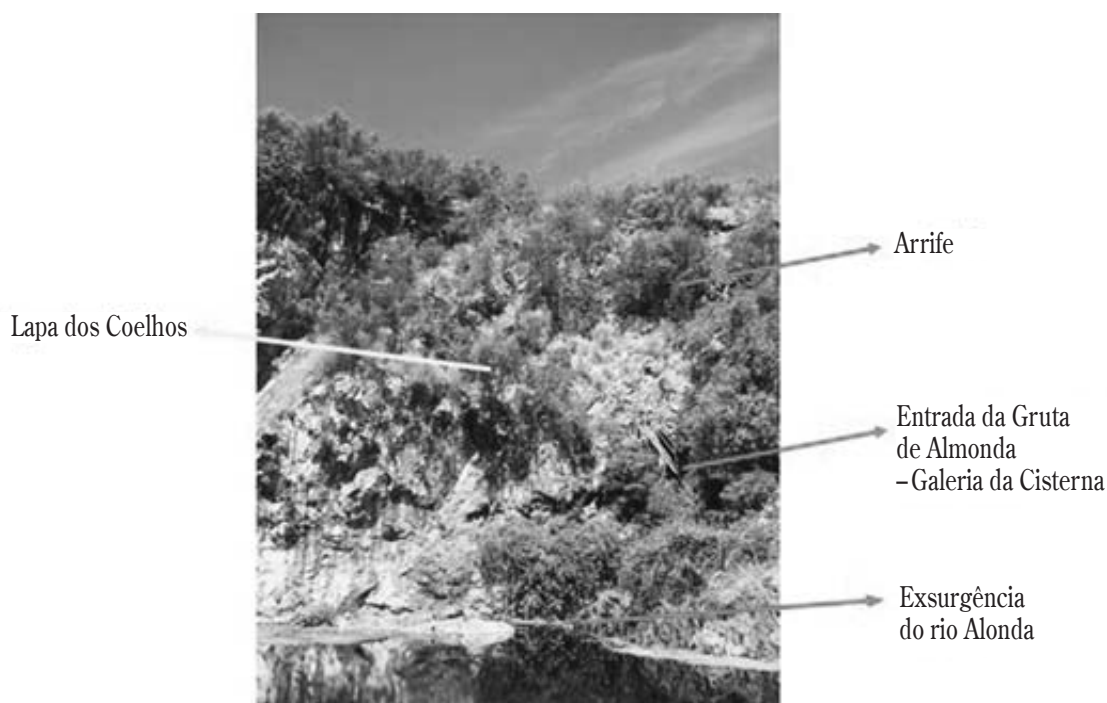
A Lapa dos Coelhoos é uma entrada, actualmente preenchida por sedimentos arqueológicos, do complexo cárnico da Gruta do Almonda que se desenvolve no Arrife da Serra d'Aire, formando um labirinto de galerias subterrâneas actualmente com cerca de 14 km de extensão reconhecidos (MANUPPELLA *et al.*, 2000, p. 15).

Administrativamente pertence à freguesia da Pedrogão, concelho de Torres Novas, distrito de Santarém.

Localiza-se na encosta sobranceira à nascente do rio Almonda, na própria escarpa de falha que recebe localmente o nome de Arrife, apresenta orientação NE-SW, estando inclinada para NW. Esta área corresponde ao contacto entre a Bacia do Tejo e o MCE, constituindo-se como a fronteira entre dois ambientes ecológicos e geográficos muito distintos. Na parte inferior da escarpa localiza-se a nascente do rio Almonda, resultado da circulação de água através da imbrincada rede de galerias cárnicas que constituem a Gruta do Almonda. Esta exsurgência encontra-se permanentemente submersa, desde a primeira metade do século XX, após a construção de uma represa pela fábrica da empresa Renova.

Os calcários onde a Lapa dos Coelhoos se encontra correspondem ao Jurássico Médio (Dogger), na fácies J2MT (Calcários e Dolomitos de Montinhos), que se diferenciam pelo seu maior grau de dolomitização, com uma espessura variável entre 90 e 100 m, distribuindo-se ao longo da falha de cavalgamento (MANUPPELLA *et al.*, 2000, p. 34).

A Lapa dos Coelhoos encontra-se virada a sul, a uma altitude considerável – cerca de 40m, com excelente exposição solar e visibilidade, localizando-se a nascente do rio Almonda na parte inferior da escarpa (Fig. 11).



**Fig. 11** – Lapa dos Coelho – localização no Arrife, visualizando-se a nascente do rio Almonda (imagem de A. Martins).

### 2.6.2 – O contexto arqueológico: historiografia e estratigrafia

A Lapa dos Coelho foi identificada em 1988 por João Maurício que encontrou à superfície alguns artefactos líticos de cronologia paleolítica, no âmbito de trabalhos de prospecção espeleo-arqueológica da Gruta do Almonda. A sua designação foi atribuída graças à abundância de restos faunísticos de lagomorfos nesta pequena cavidade, bem como a existência de diversas tocas destes animais. Porém, o difícil acesso à entrada da lapa, só acessível com equipamento de escalada retardou o início dos trabalhos arqueológicos, sendo que, estes se iniciaram sob direcção científica de Francisco Almeida, apenas em 1997, após a colocação de infra-estruturas de acesso (ALMEIDA *et al.*, 2004). A intervenção arqueológica ficou integrada no âmbito de vários projectos de investigação que visavam o estudo do complexo cársico da Gruta do Almonda e sua ocupação humana, ocorrendo campanhas anuais entre 1997 e 2010, com colaboração de diversos investigadores.

A Lapa dos Coelho corresponde ao CNS 23122, estando classificada como IIP (Imóvel de Interesse Público).

No decorrer da primeira campanha, em 1997, foram visualizadas e identificadas, por um dos membros da equipa – Maria Armanda Teixeira – as pinturas rupestres desta lapa. Estas representações pictóricas, localizadas no exterior da cavidade, foram em 1999 observadas por elementos do extinto CNART, que as classificaram como de período pós-paleolítico, nomeadamente o ramiforme como sendo da Idade do Bronze.

No início dos trabalhos arqueológicos, a cavidade, apresentava um contorno aproximadamente triangular, com uma área de cerca de 8 m<sup>2</sup>, variando a altura do topo do preenchimento sedimentar em relação ao tecto da gruta entre 0,20 m e 3 m (chaminé no canto Noroeste). Decorridas várias campanhas de escavação constata-se que a cavidade apresenta uma morfologia sob o formato de um corredor de orientação Este-Oeste, acompanhando a diáclase, estando a sua área útil alargada (ALMEIDA *et al.*, 2004, p. 158) (Fig. 12).

A escavação arqueológica revelou uma complexa sucessão estratigráfica definida em 13 camadas, que correspondem a diferentes momentos de deposição sedimentar, sendo a mais antiga de cronologia moustierense, seguindo-se uma ocupação gravetense e outra solutrense, e um importante nível de ocupação magdalenense. Os níveis superiores correspondem a camadas muito afectadas por fenómenos pós-deposicionais, de onde provém os materiais arqueológicos de cronologia mais recente (pré-história recente e época moderna) (MARTINS, 2014).

Os níveis mais recentes são constituídos pelas camadas 0, 1 e 2 (que correspondem a uma potência sedimentar de cerca de 50 cm) e que representam a parte superior de um solo de tipo rendzina de vertente, que se desenvolveu a partir do preenchimento da gruta, sendo ambas de cronologia pós-paleolítica (ALMEIDA *et al.*, 2004, p. 164). Estas camadas foram totalmente afectadas por diversos processos pós-deposicionais, quer através de remeximentos antrópicos, quer pela bioturbação provocada pelas inúmeras tocas de pequenos roedores e pelas abundantes raízes. Foram escavadas na íntegra, verificando-se que na área exterior à linha de pingo do abrigo a quantidade de materiais arqueológicos é muito reduzida contrastando com os identificados no interior da cavidade. A escavação na superfície exterior do abrigo revelou que a configuração dos calcários de base mostram uma forte inclinação para o exterior, levando a que os contextos arqueológicos estejam aqui muito mal preservados originando a presença de cerâmicas de cronologia moderna juntamente com materiais pré-históricos. (MARTINS, 2014)



Fig. 12 – Lapa dos Coelhos – vista geral da cavidade (MARTINS, 2014).

### 2.6.3 – O dispositivo iconográfico

O dispositivo iconográfico da Lapa dos Coelhos localiza-se na parte exterior, mais concretamente entre 1 a 1,5 metros do limite da entrada, na parede do lado direito. Os motivos localizam-se num mesmo sector, que pode ser articulado em dois painéis de acordo com o plano em que se situam e com a diferente altura, o que serve para diferenciar os registos: o superior como painel 1 e o inferior como painel 2. A superfície está orientada a Sul, tendo visibilidade ampla.



O painel 1, localizado num plano mais elevado, encontra-se em muito mau estado de conservação estando os restos de pintura muito esbatidos e indefinidos, sendo por esta razão a sua percepção mais difícil. O segundo painel corresponde a uma marmitta de parede, ou vaga de erosão, também orientada a sul, na parte actualmente exterior da entrada, sendo perfeitamente perceptível desde a área mais afastada da plataforma. Esta marmitta de parede encontra-se coberta por um manto de uma formação lito-química (calcite) que ocupa toda a área pintada (MARTINS, 2014).

Todas as pinturas foram executadas com um pigmento de coloração vermelha, adquirindo em algumas áreas tonalidades mais claras.

**Painel 1:** Constituído por uma superfície de disposição vertical, morfologia irregular devido à fracturação do suporte previamente à execução gráfica, tendo por dimensões 0,20 m de altura, 0,44 m de largura e a 1,54 m do solo (Figs. 13 e 14).

**Motivo 1** – Conjunto de dois pontos de morfologia irregular tendente a elipsoidal, com contornos mal definidos, tendo entre 1 e 2 cm de comprimento máximo. Nas superfícies superior e inferior do primeiro ponto surgem pequenas manchas de pigmento. Encontra-se na extremidade esquerda do painel. O estado de conservação é muito deficiente sendo difícil definir o método de aplicação do pigmento.

**Motivo 2** – Morfologia caracterizada como um motivo indeterminado. Apresenta forma irregular de tendência a elipsoidal, aberta na zona superior e que se encontra num estado de conservação muito deficiente, não sendo possível definir o método de aplicação do pigmento. Constituída por dois traços verticais de formato curvilíneo, irregulares, que se juntam na extremidade inferior, surgindo várias manchas de pigmento quer no interior do motivo como no exterior. Apresenta cerca de 13 cm de comprimento máximo e 8 cm de largura máxima e localiza-se cerca de 5 cm à direita do motivo 1.

**Motivo 3** – Conjunto de dois pontos de morfologia circular, com contornos bem definidos. Encontram-se juntos, estando ligados na superfície inferior, apresentando o da esquerda cerca de 1 cm de diâmetro e o da direita 2 cm de diâmetro máximo.

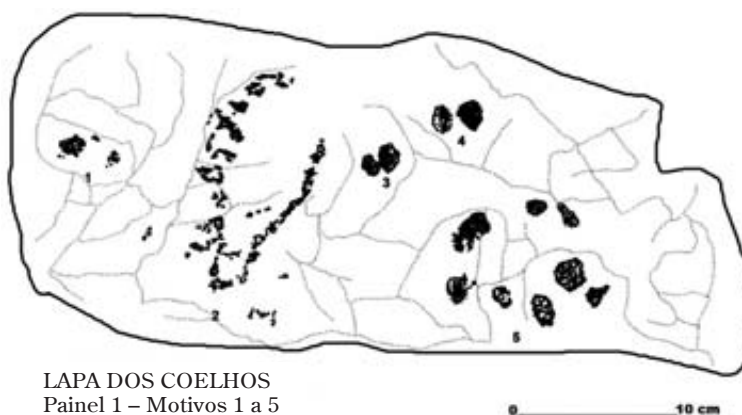


Fig. 13 – Lapa dos Coelhos – painel 1 – decalque (MARTINS, 2014).

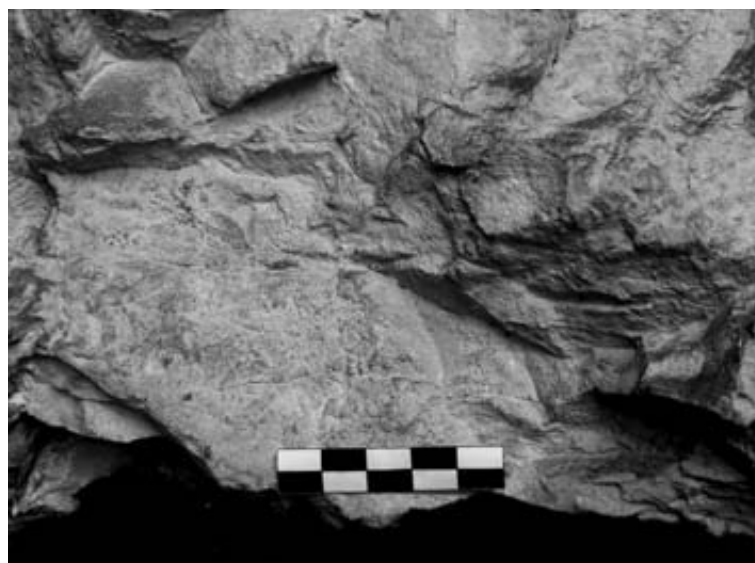


Fig. 14 – Lapa dos Coelhos – painel 1 – dispositivo iconográfico (imagem de A. Martins).

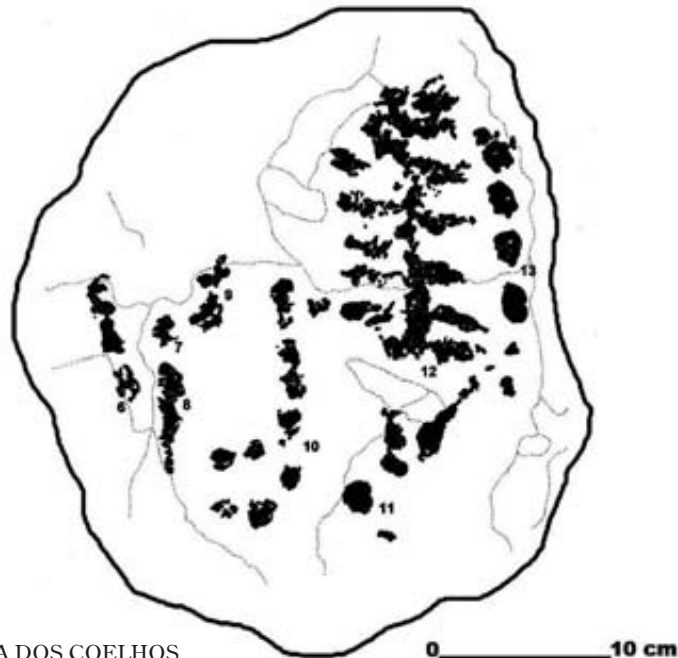
Encontra-se 3 cm à direita do motivo 2. O estado de conservação é muito deficiente sendo difícil definir o método de aplicação do pigmento.

**Motivo 4** – Conjunto de dois pontos de morfologia circular, com contornos bem definidos, sendo que o da esquerda mostra falta de pigmento no preenchimento interior. Encontram-se separados, dispostos lado a lado, tendo 2 cm de diâmetro máximo, localizando-se 3 cm à direita do motivo 3 num plano superior. O estado de conservação é muito deficiente sendo difícil definir o método de aplicação do pigmento.

**Motivo 5** – Conjunto de oito pontos de morfologia irregular, variando entre circular e elipsoidal, de contornos bem definidos mas apresentando cinco deles alguma ausência de pigmento no preenchimento interior. Formam uma morfologia aberta com tendência circular, com cerca de 10 cm de comprimento máximo, localizando-se na extremidade direita do painel. As dimensões dos pontos variam entre 1 e 2,5 cm de diâmetro máximo, sendo o estado de conservação muito deficiente impossibilitando a definição do método de aplicação do pigmento (MARTINS, 2014).0

**Painel 2** – Localiza-se numa superfície de disposição vertical, que se destaca pela sua configuração de tipo “nicho”, num plano mais interior e inferior relativamente ao painel 1, com uma morfologia irregular devido à fracturação do suporte e a concreções calcíticas ténues (fenómenos estes anteriores à execução gráfica), com 42 cm de altura, 44 cm de largura e a 127 cm do solo (Figs. 15 e 16).

**Motivo 6** – Na extremidade esquerda do painel encontra-se um conjunto de três pontos, de morfologia irregular com tendência elipsoidal. Surgem alinhados na vertical e apresentam contornos muito mal definidos, sendo que o inferior mostra ausência de pigmento no seu interior. Pela sua disposição sugerem a configuração de uma barra vertical, encontrando-se inclinada para o lado



LAPA DOS COELHOS  
Painel 2 – Motivos 6 a 13

Fig. 15 – Lapa dos Coelhos – painel 2 – decalque (MARTINS, 2014).



Fig. 16 – Lapa dos Coelhos – painel 2 – dispositivo iconográfico (imagem de A. Martins).

direito. Os pontos apresentam cerca de 2 cm de comprimento, sendo o estado de conservação muito deficiente impossibilitando a definição do método de aplicação do pigmento.

**Motivo 7** – Morfologia caracterizada como um ponto circular apresentando os contornos muito mal definidos. Tem 1,5 cm de diâmetro e localiza-se 2,5 cm à direita do motivo 6. O estado de conservação muito deficiente impossibilita a definição do método de aplicação do pigmento.

**Motivo 8** – Morfologia caracterizada como uma barra vertical, sendo mais estreita na base e mais larga no topo, estando os contornos mal definidos. Tem cerca de 6 cm de comprimento e 1 cm de largura na área central, localizando-se na parte inferior do motivo 7 e do lado direito do motivo 6. Possivelmente esta morfologia estaria ligada ao ponto superior, contudo o deficiente estado de conservação do pigmento não permite actualmente essa visualização, bem como a definição do método de aplicação.

**Motivo 9** – Conjunto de dois pontos de morfologia irregular, tendente a elipsoidal, com contornos mal definidos, estando alinhados na vertical. Têm cerca de 2,5 cm de comprimento máximo e localizam-se 1,5 cm à direita do motivo 7. O estado de conservação muito deficiente impossibilita a definição do método de aplicação do pigmento.

**Motivo 10** – Conjunto de dez pontos de morfologias circulares e elipsoidal, a maioria com os contornos mal definidos e três deles apresentando falta de pigmento no preenchimento interior. Cinco pontos encontram-se alinhados na vertical, estando outros quatro agrupados em pares na área inferior formando como que uma morfologia semi-elipsoidal aberta. O último ponto encontra-se na área superior mais à direita. Têm entre 1 e 3 cm de comprimento/diâmetro máximos, localizando-se 5 cm à direita dos motivos 8 e 9. O estado de conservação muito deficiente impossibilita a definição do método de aplicação do pigmento.

**Motivo 11** – Morfologia caracterizada como um ponto circular apresentando contornos regulares, com 1,8 cm de diâmetro máximo. Na superfície inferior surge uma pequena mancha de pigmento sem morfologia definida. A morfologia localiza-se 5 cm à direita da base do motivo 10 e na área inferior do motivo 12. O estado de conservação muito deficiente impossibilita a definição do método de aplicação do pigmento.

**Motivo 12** – Morfologia caracterizada como um motivo ramiforme, apresentando 26 cm de altura e 9 cm de largura. É constituído por uma linha vertical, de contornos mal definidos, da qual partem, de ambos os lados, linhas rectilíneas, ortogonais em relação à central. Do lado esquerdo surgem assim oito linhas e do lado direito seis linhas, que são mais compridas na área central da figura, ficando mais curtas no topo adaptando-se à morfologia do suporte. Na superfície inferior existem cinco manchas de pigmento que poderiam corresponder à parte terminal do ramiforme, estando porém separadas deste por uma zona de despreendimento do suporte. Localiza-se na zona mais interior da marmitta de erosão, ocupando todo o espaço disponível. A técnica de execução utilizada para aplicação do pigmento foi a digitação, técnica esta favorecida pelas próprias características do suporte (Fig. 17).

**Motivo 13** – Conjunto de cinco pontos de morfologia elipsoidal e contornos bem definidos. Localizam-se na extremidade direita do painel, do lado direito do motivo ramiforme, estando alinhados na vertical e enquadrando-se no suporte ficando assim na superfície terminal do nicho. Apresentam entre 1,5 e 2,5 cm de comprimento máximo e o seu bom estado de conservação permite afirmar que a técnica de execução utilizada para aplicação do pigmento foi a digitação. (MARTINS, 2014)



#### 2.6.4 – Interpretação e contextualização

O enquadramento geográfico da Lapa dos Coelhos é seguramente um dos factores que condicionou o processo de criação gráfica, pois a sua localização destacada permite um amplo domínio e controle visual a partir da entrada, sendo que do exterior funciona como uma referência paisagística. Actualmente, o espaço da gruta é reduzido, contudo na Pré-História recente, momento ao qual podem ser atribuídas as pinturas, este era diferente. O nível do solo no interior da lapa pode descer entre 0,10 e 1,20 m, dependendo da camada que tomarmos por referência, o que implica um aumento da altura e consequentemente da potencial superfície de habitat (MARTINS, 2014).

O repertório temático é muito reduzido, tanto de um ponto de vista numérico assim como da densidade em relação às potenciais superfícies de gravação ou de pintura, que oferecem as paredes da gruta.

Foram caracterizados 13 motivos, que correspondem a 39 figuras, sendo predominantes os pontos (36). Os restantes motivos são uma barra, um motivo indeterminado e um ramiforme.

Na Lapa dos Coelhos verifica-se a concentração de motivos iconográficos numa superfície reduzida, o que implica uma escolha prévia do local de gravação. O dispositivo iconográfico organiza-se em dois painéis claramente relacionados entre si, um superior e outro inferior. Além da sua altura distinta, individualizam-se por se situarem em planos diferenciados, sendo mais saliente o superior e mais interior o inferior.

O painel superior surge organizado horizontalmente, distribuindo-se os vários motivos num mesmo eixo horizontal e plano. Por outro lado, a organização do painel 2 foi totalmente condicionada pelo suporte, pois o motivo ramiforme (13) foi adaptado ao pequeno nicho existente na parede. Estes dois painéis poderão ter sido executados num mesmo momento, não observando diferenças de coloração, nem sobreposições entre motivos (MARTINS, 2014).

O motivo ramiforme parece dominar a composição figurativa sendo este tipo de morfologia relativamente comum no reportório iconográfico da Pintura Rupestre Esquemática (PRE). Os ramiformes são figuras que adquirem diversas interpretações consoante a sua morfologia específica. Podem ser interpretados como representações antropomórficas, representações vegetalistas e menos frequentemente como esquematizações



Fig. 17 – Lapa dos Coelhos – ramiforme (imagem de A. Martins).



de armações de quadrúpedes (ACOSTA, 1968; MARTÍNEZ PERELLÓ, 1993, p. 320). O ramiforme da Lapa do Coelhos foi integrado na categoria de ramiforme vegetalista, apresentando um traço central vertical que corresponde ao tronco, cruzado por inúmeros horizontais de grandes dimensões, formando uma morfologia mais robusta e uniforme (MARTINS, 2014).

Através da análise do reportório iconográfico, suas características técnicas, tipológicas e morfológicas as pinturas deste abrigo foram integradas no ciclo artístico da Arte Esquemática Peninsular, nomeadamente no segundo período – Arte Esquemática Ideográfica – correspondendo do ponto de vista cronológico a uma baliza temporal desde finais do IV milénio a.C. até ao final do III milénio a.C.

A Lapa dos Coelhos localiza-se na área de contacto entre dois territórios e duas paisagens completamente diferentes: a Norte a Serra de Aire e Candeeiros e a Sul a Bacia Terciária do Tejo. Estes dois territórios teriam características sociais, económicas e ecológicas totalmente distintas, que poderiam ser complementares, sendo a Lapa dos Coelhos o local de fronteira ou de contacto entre estes dois mundos distintos. A presença de inúmeros sítios de habitat como a Pena d'Água, Cerradinho do Ginete, Eirinha, Laranjal do Cabeço das Pias, Arrife do Almonda, Casal João Dias, Terreirinho 2, Castelo Velho, Carreira Velha, Povoado do Vale da Pena, Costa do Pereiro, Forno do Terreirinho, Gafanheira, Arrife do Vale Capitão, entre outros, de cronologia balizada entre o Neolítico Antigo e o final do Calcolítico demonstram a intensa presença humana nesta região.

O mundo funerário encontra-se também muito próximo da Lapa dos Coelhos, sendo a entrada da Cisterna da Gruta do Almonda, localizada na base da escarpa do Arrife, utilizada como necrópole neolítica. Porém outras cavidades próximas foram também usadas como local de enterramento: Lapa da Bugalheira, Lapa da Canha longa, Lapa de Modeira, Abrigo Grande das Bocas, Lapa de Vale Negrinho, Buraca da Moura, Lapa dos Namorados, entre outras.

No entanto, apesar dos inúmeros sítios quer de habitat como de necrópole, o único local com iconografia rupestre é actualmente a Lapa dos Coelhos. Esta situação de excepção poderá ser entendida por diversos factores e com distintas hipóteses: a inexistência de prospecções arqueológicas direccionadas para a arte rupestre, as condicionantes de preservação das pinturas num ambiente cársico e calcário ou por outro lado a escolha deliberada da Lapa dos Coelhos neste território e paisagem. A sua localização, com amplo domínio da paisagem, facilmente visível mas de acesso restrito, no topo de uma nascente, foram certamente factores intrínsecos à sua simbologia e/ou função social.

## 2.7 – Lapa da Simoa

O sítio arqueológico designado por Lapa da Simoa (CNS 34743) localiza-se no concelho de Ourém e foi identificado por Adelaide Pinto no âmbito de um Estudo de Impacto Ambiental – A1 Alargamento Sublanço Torres Novas-Fátima. Este sítio apenas está referenciado na base de dados Endovélico.

Encontra-se descrito como uma pequena gruta, de entrada vertical, onde junto à entrada foi identificada uma rocha com duas covinhas antrópicas.

## 2.8 – Gruta da Moeda

A Gruta da Moeda localiza-se no concelho da Batalha, freguesia de São Mamede e corresponde a uma das grutas da Serra de Aire e Candeeiros alvo de exploração turística. Esta cavidade cársica foi identificada em 1971 por dois caçadores locais que após a entrada num pequeno algar verificaram que estavam numa



**Fig. 18** – Gruta da Moeda – representações de mãos (imagem cedida por João Luís Cardoso).

gruta de grandes dimensões. Continuaram a exploração da cavidade nos meses seguintes tendo identificado numerosas galerias e outras salas, juntando-se depois uma equipa de geólogos que efectuou o estudo da gruta, adaptando à visita ao público. A Gruta da Moeda apresenta várias entradas constituindo uma intrincada rede de galerias e túneis.

A referência à existência de arte rupestre na Gruta da Moeda é muito parca correspondendo apenas a algumas imagens a preto e branco onde se visualizam o que parecem ser várias morfologias de mãos, com dedadas bem marcadas, bem como manchas negras nas paredes da gruta (Figs. 18 e 19). Estas imagens foram produzidas por O. da Veiga Ferreira que visitou a gruta após a sua descoberta, não existindo no entanto qualquer referência à localização das pinturas, nem mais nenhuma informação sobre o contexto de identificação das pinturas.

Apenas trabalhos de prospecção intensiva poderão levar à relocalização destas manifestações gráficas, de extrema importância para a arte rupestre Portuguesa. Caso se confirme serem pinturas pré-históricas, possivelmente de cronologia Paleolítica, a Gruta da Moeda corresponderia ao segundo sítio arqueológico em contexto cársico com arte Paleolítica. A Gruta do Escoural, em Montemor-o-Novo, é até ao momento a única cavidade em Portugal com gravuras e pinturas rupestres de cronologia Paleolítica.

A Serra de Aire e Candeeiros constitui o maior sistema cársico do território, existindo numerosos sítios arqueológicos com ocupação Paleolítica em cavidades ou lapas, faltando no entanto identificar galerias que

conservem vestígios de manifestações gráficas. Apesar das condicionantes de conservação e preservação de possíveis vestígios pictóricos em galerias com uma dinâmica hídrica elevada, apenas trabalhos de prospecção intensiva, desenvolvidos por equipas transdisciplinares de arqueólogos e geólogos, poderão levar à identificação de pinturas ou gravuras. Esperemos efectuar estes trabalhos num futuro próximo.

## 2.9 – Abrigo do Lapedo

### 2.9.1 – Enquadramento geomorfológico e geológico

O Abrigo do Lapedo I localiza-se na margem esquerda da Ribeira da Caranguejeira que atravessa neste troço o denominado Vale do Lapedo. Administrativamente integra-se na freguesia de Santa Eufémia, concelho e distrito de Leiria.

O Vale do Lapedo apresenta-se como uma garganta relativamente curta e estreita, limitada lateralmente por paredes rochosas verticais ou sub-verticais e encostas muito íngremes, situação que contrasta com os sectores montante e jusante, onde o vale se apresenta amplo e com encostas suaves. A Ribeira da Caranguejeira é tributária direita do rio Lis e adquire várias terminologias ao longo do seu troço: para montante chama-se Ribeira da Caranguejeira, no vale encaixado tem o nome de Ribeira da Carrasqueira ou Ribeira do Lapedo e, a jusante, é denominada de Ribeira dos Frades.

Em termos geológicos, o vale localiza-se entre os sistemas calcários do Maciço Calcário Estremenho (MARTINS, 1949) e o de Condeixa-Sicó-Alvaiázere (SCSA) (CUNHA, 1990), sendo que a posição do Lapedo se pode considerar o limite setentrional do MCE, na região onde os calcários cretácicos se dobram e afundam debaixo dos sedimentos terciários que enchem a depressão tectónica de Leiria, um dos pontos de maior subsidência da região (ANGELUCCI, 2004, p. 6-7). Foi a composição principalmente carbonatada do MCE e do SCSA, e a sua situação geológico-estrutural, que proporcionou a acção dos processos de dissolução, levando ao desenvolvimento de numerosas cavidades de origem cársica e de abrigos. Estas características geomorfológicas são bem patentes no Vale do Lapedo, onde surgem abrigos de dimensões variáveis em ambas as margens da Ribeira da Caranguejeira.

Partindo de uma análise geomorfológica, o vale do Lapedo (no troço ainda com a denominação de Ribeira da Caranguejeira) inicia-se formando uma ampla curva, orientado a montante SSE-NNW, com a vertente esquerda curta e íngreme e a direita comprida e suave. Ao entrar propriamente no Vale do Lapedo muda de



**Fig. 19** – Gruta da Moeda – possíveis manchas de pigmento e sulcos aparentemente de origem animal ou humana (imagem cedida por João Luís Cardoso).



direcção para WSW (ANGELUCCI, 2002, p. 65), tornando-se ambas as vertentes estreitas e íngremes, podendo ser considerado como um amplo meandro encaixado, com abrigos e lapas, localizando-se na margem direita o Abrigo do Lapedo 1.

O abrigo pintado surge a meio do canyon, numa área encaixada, com paredes íngremes em ambas as margens e por isso com visibilidade reduzida. O acesso ao abrigo é muito fácil, localizando-se sobre a estrada que atravessa o vale do Lapedo.

### 2.9.2 – O contexto arqueológico: historiografia e caracterização do abrigo

O Abrigo do Vale do Lapedo 1 e as respectivas evidências gráficas foram localizados em 1998 por Pedro Ferreira, na altura estudante de História, variante de Património, na Universidade de Évora, durante a realização de um trabalho académico. De acordo com o regulamento existente na época, informou a extensão do extinto Instituto Português de Arqueologia (IPA) de Torres Novas, que após visita ao local elaborou um parecer. O documento, redigido a 9 de Dezembro de 1998 pela técnica superior G. Zambujo, refere que se observavam “[...] *uma figura humana e duas outras representações esquemáticas, cujo estado de conservação dificulta a sua compreensão, sendo no entanto possível adiantar uma cronologia que se situará entre o Calcolítico e a Idade do Ferro*” (Processo DGPC: 97/1 (744) – consultado no Arquivo de Arqueologia).

Ficou referenciado com o CNS 12807, sendo referido no Endovélico que “[...] *trata-se de um pequeno abrigo localizado na margem direita da Ribeira da Caranguejeira, sendo visível no tecto do mesmo duas figuras humanas esquemáticas, pintadas a ocre vermelho. São igualmente visíveis outros traços, cujo estado de conservação impede a sua identificação. Foi parcialmente destruído por uma estrada*”, sendo atribuída uma cronologia alargada desde do Neolítico, à Idade do Bronze e à Idade do Ferro.

O espaço decorado é um abrigo de dimensão média com cerca de 15 m de comprimento, altura variável entre 2,5 m na linha de pingo, 1,9 m na área central e 0,80 m na interior, tendo de profundidade cerca de 3 m. O abrigo encontra-se orientado a Sudeste e dispõe-se de acordo com o traçado do vale em que se situa, na margem direita da Ribeira da Caranguejeira, sendo a visibilidade reduzida quer pela localização em área encaixada do vale como pela exuberante vegetação (Fig. 20).

As dimensões do abrigo foram provavelmente reduzidas devido à abertura de uma estrada que atravessa todo o Vale do Lapedo acompanhando a ribeira da Caranguejeira e que passa mesmo em frente ao abrigo. Esta alteração antrópica foi efectuada pelo menos desde o período em que se iniciaram os trabalhos de laboração nos diversos moinhos de água presentes ao longo do vale, inicialmente com a abertura de caminho de pé posto e posteriormente com a construção desta via. A abertura desta estrada e consequente destruição parcial da área inferior do abrigo implica uma redução da altura mais exterior e da profundidade. A superfície superior



Fig. 20 – Abrigo do Lapedo – vista geral (imagem de A. Martins).



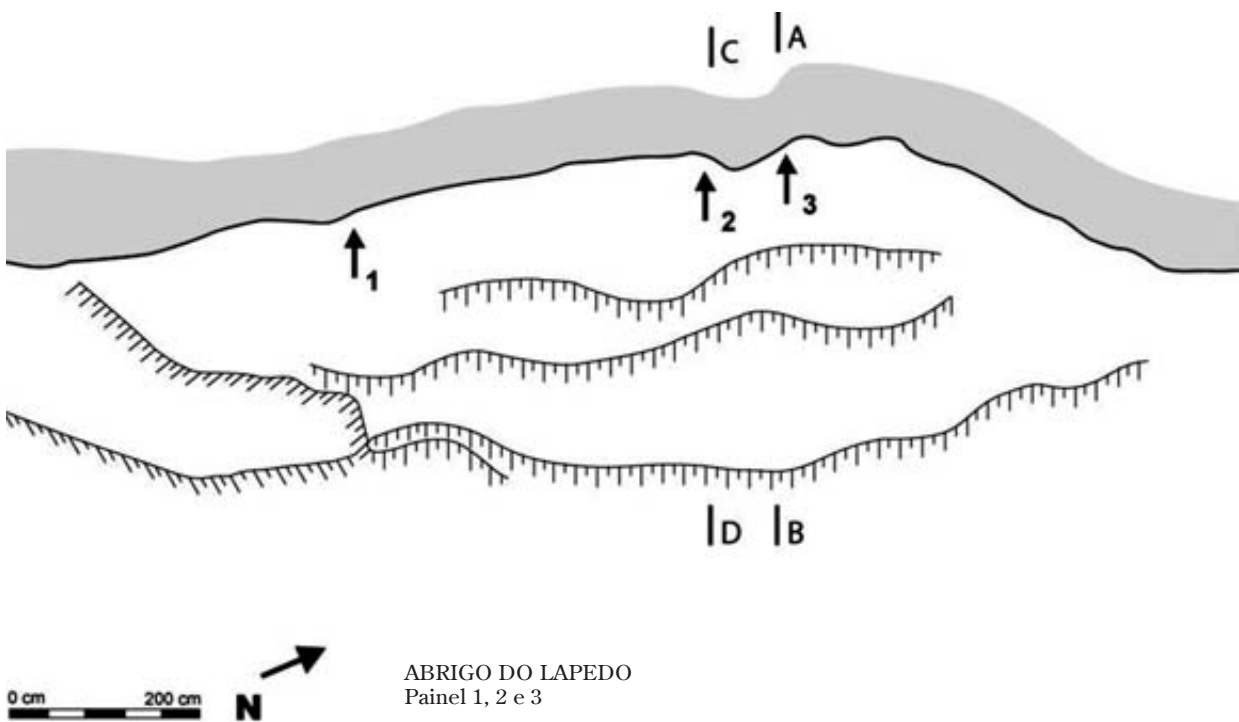


Fig. 21 – Abrigo do Lapedo – localização dos painéis (MARTINS, 2014).

do abrigo não foi afectada, estando a pala intacta, tornando-se possível aceder ao topo desta ao contornar os flancos do abrigo, alcançando assim maior domínio visual sobre o vale, quer para montante como para jusante (MARTINS, 2014).

As paredes calcárias do abrigo mostram na generalidade, um estado deficiente de conservação. Este terá sido originado pela fracturação das paredes, devido a processos de meteorização e à escassa estabilidade de placas ou pequenos fragmentos de parede. Também a colonização de organismos vegetais (inferiores e superiores tais como ervas), a acumulação de poeira nas paredes e a circulação de água nalguns sectores específicos (o que acelera o processo de dissolução) contribuem para o mau estado de conservação do abrigo.

Não foram identificadas, nem na superfície do solo, nem nas paredes, evidências de camadas sedimentológicas, o que nos leva a considerar a possibilidade de nunca terem existido ou de terem sido subsequentemente lavadas com o seu eventual conteúdo arqueológico (MARTINS, 2014).

### 2.9.3 – O dispositivo iconográfico

O dispositivo iconográfico localiza-se no tecto e na parede de fundo e é constituído por três painéis diferenciados espacialmente tendo em conta particularidades do suporte como orientação e fracturas (Fig. 21). Contêm representações esquemáticas pintadas, sendo o reportório temático muito reduzido. A plataforma do abrigo permite a permanência de cerca de cinco pessoas, sendo que a inclinação acentuada apenas possibilita a visualização das pinturas simultaneamente por duas pessoas.

**Painel 1:** Localiza-se no tecto do abrigo, numa área de morfologia plana mas com micro-relevo sinuoso. Este painel apresenta cerca de 0,20 m de comprimento por 0,28 m de largura e situa-se a 0,65 m do solo do abrigo.

**Motivo 1** – Morfologia caracterizada como um motivo geométrico, de subtipo duplo triângulo. Trata-se de uma forma linear, de pelo menos cinco linhas, que se cruzam angularmente, formando dois triângulos. Apresenta de medidas máximas 4 cm de altura e 2,5 cm de largura. A técnica de aplicação de cor foi realizada através da aplicação de um fragmento de corante em bruto e o seu estado de conservação é bom (Figs. 22 e 23).

**Painel 2:** Trata-se de uma superfície localizada numa superfície destacada da parede de fundo do abrigo, orientado para Oeste, de disposição oblíqua e morfologia plana. Este painel apresenta 0,45 m de comprimento por 0,28 m de largura e situa-se a 0,40 m do solo do abrigo.

**Motivo 2** – Morfologia caracterizada tipologicamente como uma figura antropomórfica. Constituída por um traço vertical, mais grosso na extremidade superior, cruzado a meio por outro ortogonal e no último terço surgem lateralmente dois traços oblíquos. Reconhece-se assim anatomicamente a região da cabeça e do tronco sem uma diferenciação explícita, as extremidades superiores ortogonais ao corpo, as extremidades inferiores rectas e em ângulo agudo em relação ao tronco e ainda o prolongamento da linha do tronco até à área inferior, o que poderá corresponder à representação muito desenvolvida do sexo viril, induzindo-nos claramente à atribuição de carácter masculino do motivo. A figura tem de dimensões máximas 10 cm de altura e 6 cm de largura. A técnica de aplicação da cor foi realizada através de

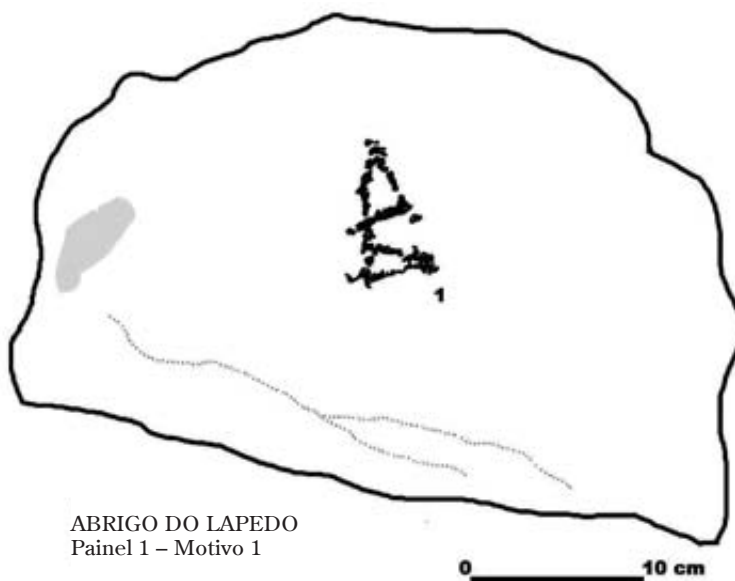


Fig. 22 – Abrigo do Lapedo – painel 1 – decalque (MARTINS, 2014)

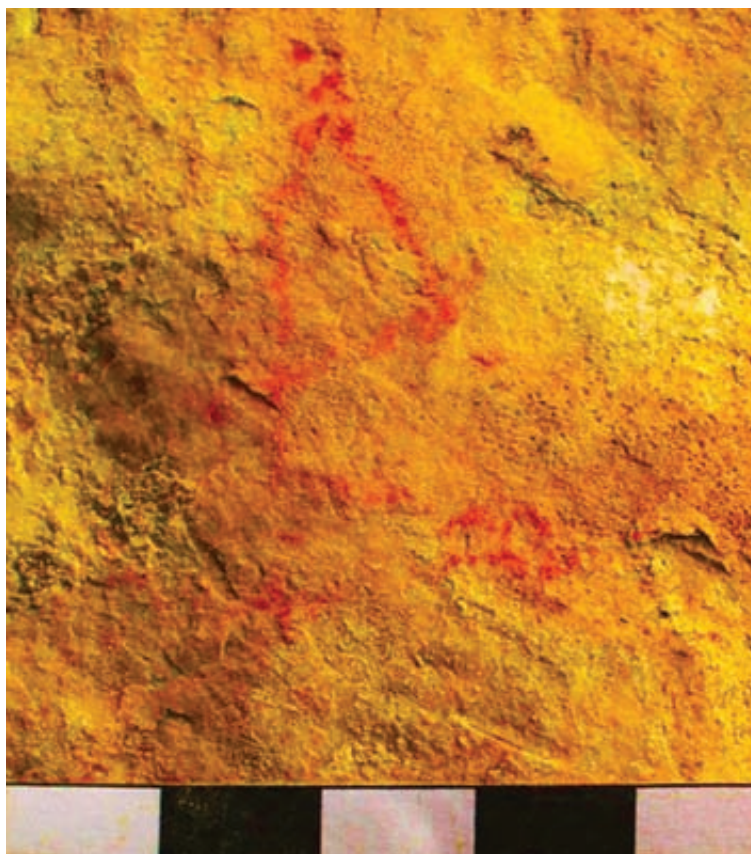


Fig. 23 – Abrigo do Lapedo – motivo 1 (imagem de A. Martins).

um fragmento de colorante em bruto, tal como um lápis e o seu estado de conservação é razoável (Figs. 24 e 25).

**Painel 3:** Trata-se de uma superfície localizada numa zona destacada da parede de fundo do abrigo, orientado para Este, de disposição vertical, morfologia geral plana e micro-relevo ligeiramente sinuoso. Este painel apresenta 0,25 m de comprimento por 0,37 m de largura e situa-se a 0,60 m do solo do abrigo.

**Motivo 3** – Morfologia caracterizada tipologicamente como uma figura antropomórfica. Constituída por uma superfície superior de tendência triangular, culminada por uma forma arredondada, partindo da junção destas duas áreas um traço oblíquo para cada lado. Na zona inferior, separada da superior por um despreendimento da superfície, surge um traço vertical que termina bifurcando-se em dois paralelos entre si. Deste modo são actualmente reconhecidas a região da cabeça, o tronco parcialmente esbatido, as extremidades superiores dispostas ortogonalmente em relação ao tronco e as extremidades inferiores em forma de arco. A figura apresenta como dimensões máximas 12 cm de altura e 7 cm de largura. A técnica de aplicação de cor torna-se difícil de certificar devido ao deficiente estado de conservação (Figs. 26 e 27).

#### 2.9.4 – Interpretação e contextualização

Verifica-se a própria selecção do abrigo é um factor determinante para a análise do processo de criação



Fig. 24 – Abrigo do Lapedo – painel 2 – decalque (MARTINS, 2014).

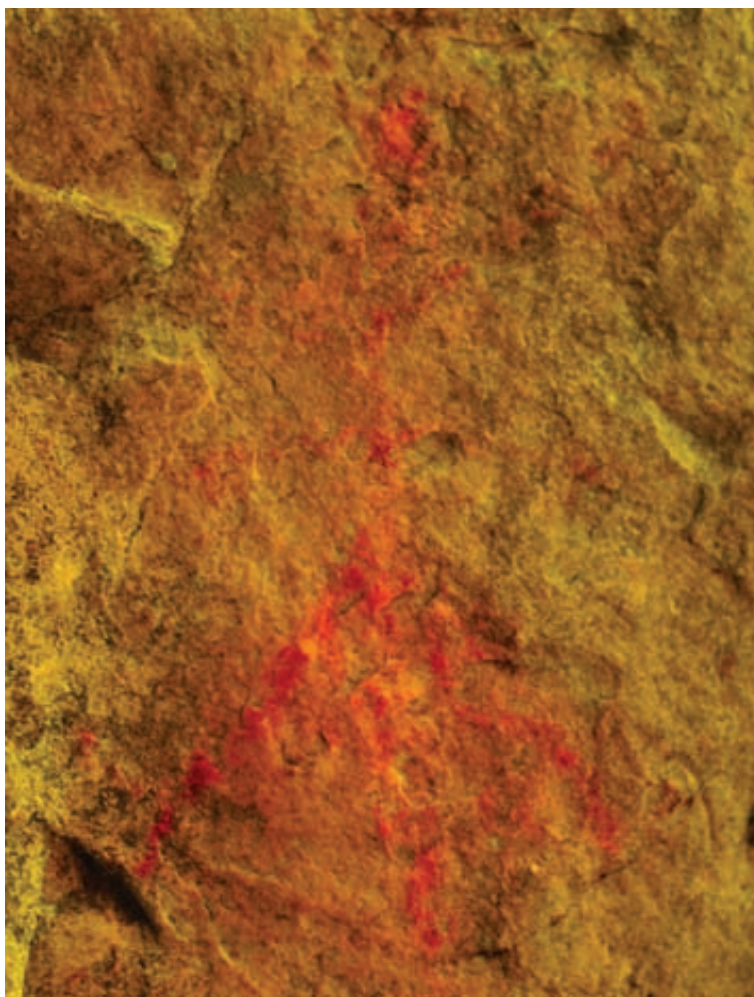


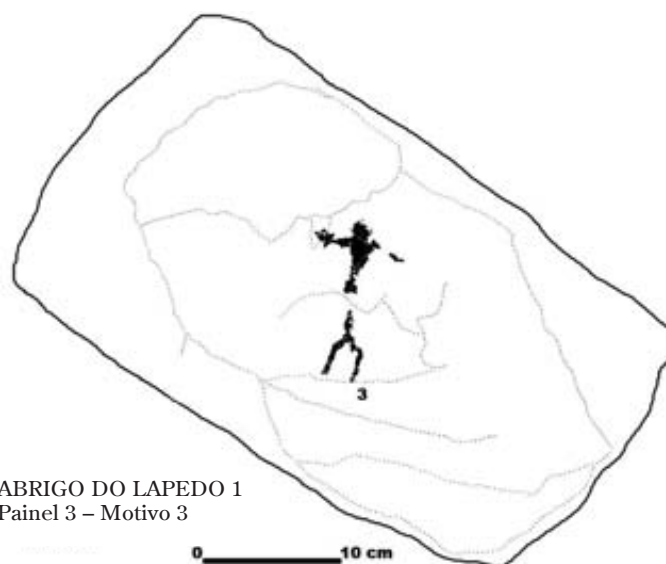
Fig. 25 – Abrigo do Lapedo – motivo 2 (imagem de A. Martins).



gráfica, pois actualmente não existe mais nenhuma representação reconhecida neste vale. Trata-se de um abrigo pouco destacado na paisagem, com óptima exposição solar e protegido das incidências meteorológicas. O espaço escolhido para decoração foi o tecto do abrigo, que pela sua morfologia reduzida (a parede de fundo tem em algumas zonas apenas 30 cm de altura), adquire nos painéis 2 e 3 características mais verticais ficando o observador de frente para as pinturas. O executante destas pinturas deverá tê-las executado estando sentado ou de cócoras, sendo que para o motivo 1 a posição ainda ficou mais dificultada pela altura baixa do tecto (MARTINS, 2014).

Verifica-se a existência de um reduzido reportório temático, tanto do ponto de vista numérico, como em relação à potencial superfície de pintura que oferecem as superfícies do abrigo, levando a que o baixo número de motivos gráficos seja uma característica determinada num momento prévio à execução.

Foram caracterizadas três figuras, que correspondem a dois motivos antropomórficos e um motivo geométrico. As duas figurações antropomórficas (2 e 3) apresentam formato anatómico completo, figurando em ambas a cabeça, o tronco e as extremidades superiores e inferiores, e numa delas a representação do sexo. É de destacar a diferenciação na maneira de representar algumas regiões anatómicas entre as duas figuras. O esquema de configuração é linear, implicando um elevado grau de rigidez na realização dos contornos das figuras e na realização entre partes anatómicas, tornando-se ligeiramente mais suave com o carácter curvo das extremidades do segundo antropomorfo. Os antropomorfos apresentam característica estática devido à inexistência de movimento das extremidades e ausência de acção. São figuras planas, sem indicação relativa ao volume, tanto no que se



ABRIGO DO LAPEDO 1  
Painel 3 – Motivo 3

Fig. 26 – Abrigo do Lapedo – painel 3 – decalque (MARTINS, 2014).

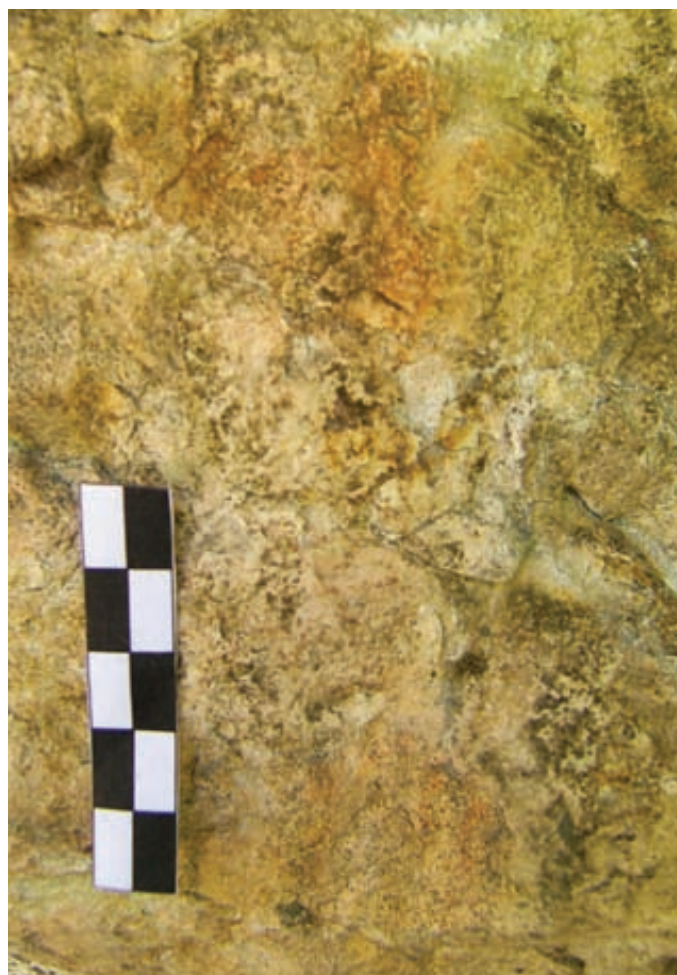


Fig. 27 – Abrigo do Lapedo – motivo 3 (imagem de A. Martins).



refere à natureza formal de cada uma, como à sua integração no espaço artístico, sendo figuras sem nenhuma referência espacial. Trata-se de motivos de pequena dimensão, cujas proporções do corpo, tendo como referência o tronco, apresentam um certo grau de coerência nas extremidades superiores e um tamanho pequeno nas extremidades inferiores, como se pode verificar especificamente no primeiro antropomorfo. Em contrapartida ao carácter reduzido, o sexo do segundo antropomorfo é extremamente comprido. O conceito estético das figurações transmitido pela sua natureza formal é esquemático, tendo como característica a simplicidade, a simplificação anatómica e a rigidez das representações (MARTINS, 2014).

As duas figuras antropomórficas encontram-se opostas no espaço cénico, cada uma de um dos lados de uma saliência do tecto, não sendo observáveis entre si, estando uma virada para montante (3) e a outra para jusante (2) da ribeira que atravessa o vale. São dois antropomorfos que observam o vale, um claramente masculino e outro sem diferenciação sexual reconhecida, estando ambos numa posição idêntica, de braços e pernas abertas. Estas duas figuras, que apesar de se localizarem em áreas muito distintas do mesmo suporte, revelam uma organização cénica horizontal, mostrando assim distinções entre as duas representações antropomórficas.

O primeiro painel mostra uma figura de cariz geométrico (1) que pelos seus atributos formais não nos permite identificar com uma tipologia específica, tendo sido pintada numa superfície do tecto do abrigo, onde só se consegue visualizar estando com a cabeça totalmente virada para cima. Encontra-se, assim, menos visível e perceptível no espaço do abrigo, sendo reconhecida apenas por quem a conhece previamente. Não tem qualquer referência espacial, sendo impossível caracterizar a sua orientação ou ligação com as outras figuras (MARTINS, 2014).

Tal como a Lapa dos Coelhos, o Abrigo do Lapedo enquadra-se no ciclo artístico da Arte Esquemática Peninsular, nomeadamente no segundo período – Arte Esquemática Ideográfica – correspondendo do ponto de vista cronológico a uma baliza temporal desde finais do IV milénio a.C. até ao final do III milénio a.C.

### **3 – ENTRANDO NO MACIÇO HESPÉRICO: O VALE DO TEJO – BREVES CONSIDERAÇÕES**

O presente texto pretendia sistematizar os sítios arqueológicos existentes na Estremadura, englobando do ponto de vista geológico a plataforma litoral e a Serra de Aire e Candeeiros. Como se verificou, as ocorrências são reduzidas face ao potencial existente, podendo as características geológicas do território ser um factor preponderante. Acompanhando a bacia do Tejo e entrando no Maciço Hespérico a situação muda completamente, surgindo numerosos sítios com manifestações gráficas (quer pinturas como gravuras) facto resultante da existência de superfícies rochosas propícias à execução de grafismos, bem como à sua preservação.

Destaca-se nesta área o ciclo artístico do Vale do Tejo identificado na década de 70 do século XX no âmbito de trabalhos de prospecção intensiva, face à construção da barragem do Fratel que iria submergir as margens e terraços do Médio Tejo.

A identificação das gravuras do Vale do Tejo permitiu a chegada a Portugal de investigadores estrangeiros como, por exemplo, E. Anati, que se dedicavam à arte rupestre e que formaram os jovens que na altura trabalhavam no Tejo. A “escola do Tejo” proporcionou o conhecimento de técnicas e metodologias nunca utilizadas anteriormente (BAPTISTA, 2011; GOMES, 2010; MARQUES, 2011) e catapultou a arte rupestre para um patamar dos estudos arqueológicos só suplantado 20 anos depois com o Vale do Côa.

No Vale do Tejo, as gravuras localizam-se desde a foz do rio Ocreza até ao Tejo Internacional, prolongando-se por território espanhol. Prospecções recentes alargaram esta dispersão, surgindo novas gravuras no rio Ocreza

e também no Erges. Localizam-se preferencialmente em grandes painéis xistosos horizontais, com uma iconografia muito variada e uma longa periodização: desde o período Paleolítico até à Idade do Ferro, numa continuidade observável pela tipologia iconográfica e pelas numerosas sobreposições.

Diversos investigadores têm efectuado estudos sobre o Vale do Tejo, existindo divergências relativamente ao seu faseamento iconográfico e cronológico, o que está patente em trabalhos sobre rochas, motivos específicos ou em breves sínteses (ABREU *et al.*, 2010; BAPTISTA, 1981; GARCÊS, 2008-2009; GOMES, 1983; 1987; 1990; 2000; 2001; 2004; 2007; OOSTERBEEK, 2008). De entre estes investigadores, destaca-se o trabalho monográfico académico de M. Varela Gomes (2010) onde, pela primeira vez, este ciclo artístico foi exaustivamente descrito, apresentado e discutido, proporcionando assim um inventário para posteriores análises e interpretações (MARTINS, 2014).

Infelizmente o Vale do Tejo não sobreviveu aos desígnios do mundo moderno tendo a barragem do Fratel submergido a quase totalidade dos diversos núcleos de gravuras.

O rio Ocreza é, neste momento, o limite sul deste núcleo, nas margens do qual também se encontram referenciadas gravuras, quer paleolíticas como outras enquadráveis na Pré-História recente. Na Ribeira de Carvalheiro foram identificados 10 painéis com covinhas, enquanto no vale do rio Ocreza estão referenciadas 31 rochas com gravuras rupestres, cuja iconografia é maioritariamente esquemática (antropomorfos, zoomorfos, espirais, picotados). Já numa área de maior altitude encontra-se o sítio de Cobragança, que apresenta vários painéis gravados com círculos concêntricos, reticulados, um antropomorfo, um zoomorfo e algumas armas, iconografia esta que remete para a Idade do Bronze final (OOSTERBEEK & CURA, 2005).

Nas cristas quartzíticas localizam-se os abrigos com pinturas esquemáticas, destacando-se os Abrigos do Pego da Rainha, cujo reportório temático é constituído maioritariamente por pontos, barras e motivos geométricos (MARTINS, 2014).

Na outra extremidade, o rio Erges corresponderá ao limite em território Português do ciclo do Vale do Tejo. Os trabalhos de prospecção na margem direita do rio Erges (desde a foz até à área imediatamente a montante de Segura) efectuados em 2007 pela Associação de Estudos do Alto Tejo, levaram à identificação de diversas rochas com gravuras esquemáticas, algumas picotadas e outras filiformes, estando publicados alguns levantamentos. As gravuras filiformes ou incisivas (Foz do Ribeiro das Taliscas, Ribeiro do Salgueirinho 1, mostram-se difíceis de visualizar e de caracterizar tipologicamente, sendo as picotadas constituídas por linhas onduladas (Fainina), nuvens de picotados (Tremal 1, Tremal 2, Tapa da Foz e Mansa), antropomorfos (Tremal 2, Foz do Ribeiro da Enchacana 1, Tapada da Foz), semi-círculo ou motivos ovais (Tremal 2 e Tapada da Foz), linhas ou faixas lineares (Tremal 2, Foz do Ribeiro da Enchacana 2) e covinhas (Tapada da Foz) (HENRIQUES *et al.*, 2011). Os motivos antropomórficos são todos acéfalos, com membros superiores arqueados, dispostos lateralmente ao trono, mostrando alguns ictifalismo. Estão também presentes simples ancoriformes, sendo que apenas na Rocha do Ribeiro da Enchacana 1 podemos considerar uma associação entre diversos antropomorfos. Estes motivos foram enquadrados cronologicamente no Neolítico Final – Calcolítico (segunda metade do IV e III milénio a.C.) (HENRIQUES *et al.*, 2011).

Foi ainda identificado um pequeno abrigo – Abrigo de Segura – de acesso muito difícil, que mostra um reportório iconográfico reduzido, de cariz esquemático, e, constituído por pontos, barras e um motivo soliforme executados através de pintura (MARTINS, 2014).

Na margem esquerda do rio Erges (território actualmente espanhol), encontram-se referenciadas seis rochas com gravuras e um abrigo também com gravuras esquemáticas, sendo a iconografia constituída principalmente por círculos, semi-círculos, círculos concêntricos e manchas de picotados. O Abrigo Catarina

apresenta gravados em diversos painéis 10 antropomorfos, dois pontos, duas linhas, uma mancha e uma figura indeterminada (NOBRE, 2008).

O rio Erges e o rio Ocreza parecem assim corresponder aos limites do ciclo artístico do Vale do Tejo, onde já não surgem núcleos de rochas gravadas com profusão de motivos, como os verificados por exemplo em São Simão ou Fratel, mas uma gramática figurativa mais simples e menor do ponto de vista quantitativo. A relação entre abrigos com pinturas esquemáticas (Pego da Rainha, Almourão, Segura, entre outros) e os núcleos de gravuras esquemáticas, que farão parte de um mesmo complexo cultural e simbólico, terá de ser abordada de forma exaustiva em estudos futuros.

#### **4 – A ARTE RUPESTRE NA ESTREMADURA E O FUTURO**

Este texto procurou fazer uma sistematização dos sítios arqueológicos classificados como de arte rupestre na região da Estremadura Portuguesa. A definição geográfica abarcou um território vasto, desde a foz do rio Tejo, Península de Lisboa, zona Oeste e Maciço Calcário Estremenho, correspondendo assim a um região dominada por calcários e sedimentos aluvionares. Esta especificidade geológica terá condicionado a presença e preservação de contextos gráficos, quer pela inexistência de suportes pétreos, como pelas próprias características dos calcários e margas que impossibilitam a conservação. Este panorama altera-se profundamente em outras áreas do nosso território, como nos maciços quartzíticos, zonas de granito ou de xisto, onde a abundância de superfícies rochosas permite a execução através de pintura (preferencialmente nos quartzíticos e xistos) ou de gravuras (no granito e xisto).

A Estremadura corresponde igualmente a uma das áreas de Portugal mais intensamente ocupada por núcleos habitacionais, sendo a pressão antrópica bastante elevada. Este facto levou a que seguramente muitos sítios arqueológicos de arte rupestre tenham sido destruídos, por incúria ou desconhecimento, como verificado por exemplo na Laje Erguida do Magoito ou na Anta da Pedra dos Mouros.

Como referido anteriormente, outra condicionante que poderá estar relacionada com a pouca frequência de sítios com grafismos na Estremadura e Maciço Calcário Estremenho será a inexistência de prospecções intensivas direccionadas para a identificação deste tipo de contextos, com equipas especializadas que descartem possíveis evidências. O carácter aparentemente simples, não intrusivo, bem como a percepção errada de que para estudar ou classificar um sítio de arte rupestre não é necessário um especialista, leva a que muitas vezes sejam classificadas evidências naturais ou geológicas como por exemplo no Vale do Rio Seco ou na Pedra Redonda em Alcobaça (SILVA, 2001).

Os contextos analisados revelam uma diversificação elevada de tipologias de sítios, surgindo abrigos calcários (Lapa dos Coelhoos, Abrigo do Lapedo ou Lapa da Simoa), uma gruta (Gruta da Moeda), afloramentos rochosos (Pedras Negras, Laje das Insculturas e Casal Leitão) e ainda em monumentos megalíticos (Pedra dos Mouros e Casal Leitão). Esta multiplicidade revela por um lado a complexificação sócio-cultural destas comunidades, mas também uma necessidade de utilização de todo o tipo de sítios disponíveis para execução de reportórios iconográficos.

A gramática figurativa é essencialmente esquemática, enquadrada na Pré-História recente e Proto-História, sendo integrada no ciclo de arte esquemática Peninsular, de cariz universal e identitário. A presença de motivos semelhantes em áreas geográficas distantes revela-nos essa uniformidade conceptual, onde os mecanismos simbólicos estão inerentes aos grupos humanos, mesmo que estes possam possuir uma cultura material distinta. A antropização dos locais escolhidos efectua-se tendo em conta numerosas variantes, encarando o

sítio como uma imensa tela onde ficarão gravadas estórias, mitografias, rituais ou simples cenas quotidianas de uma determinada comunidade num determinado espaço temporal.

A arte seria assim apenas mais um elemento cultural que faz parte do território de uma comunidade, formado por espaços habitacionais, locais de actividades económicas, espaços funerários e locais sociais. Seria nestes locais sociais, frequentados por um número diverso de pessoas, que se efectuariam a antropização da paisagem e ficariam perpetuadas imagens que poderiam ser revisitadas.

Uma possível excepção neste conjunto é a Gruta da Moeda onde a confirmação da existência de pinturas Paleolíticas contribuirá para o conhecimento da dispersão deste tipo de evidências alargando a sua distribuição até à fachada Atlântica.

A procura de explicações elaboradas para a arte Pré-Histórica tornou-se quase um elemento definidor dos estudos académicos, onde a complexificação simbólica exige que procuremos interpretações não redutoras ou superficiais. Porém, podemos também encarar estas representações como algo muito mais simples, em que, apesar do devido distanciamento cronológico-cultural, algumas das tipologias são facilmente reconhecíveis por nós. Na prática, conseguimos aceder cognitivamente à iconografia esquemática tal como se acede à arte naturalista paleolítica. A impossibilidade de estabelecimento de cronologias finas, que poderiam balizar cada motivo em períodos distintos da Pré-História recente, não deverá também inibir os investigadores na demanda de explicações, mas antes incentivá-la.

Deste modo, a Estremadura e Maciço Calcário Estremenho permanecem quase como território inexplorado no que diz respeito à arte rupestre. Esperemos que este panorama se altere nos próximos anos através, principalmente, de projectos que contemplem prospecções intensivas. Só temos de procurar.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Dr.<sup>a</sup> Gisela Encarnação a rápida disponibilização do relatório da intervenção da Laje das Insulturas para consulta no Museu Municipal da Amadora, bem como todas as informações prestadas.

Agradecemos ao Prof. Doutor João Luís Cardoso a cedência das imagens das pinturas da Gruta da Moeda, bem como a preciosa informação da existência destas pinturas rupestres, que se encontravam inéditas.

Ao Prof. Doutor João Luís Cardoso um agradecimento especial pelo convite à produção deste texto sobre arte rupestre da Estremadura, área geográfica bem conhecida e estudada pelo Doutor Rui Boaventura, a quem este volume dos *Estudos Arqueológicos de Oeiras* é dedicado. Homenagear é também continuar o trabalho desenvolvido, nunca esquecendo todos aqueles que contribuíram para o avanço do conhecimento destas problemáticas arqueológicas, a quem agradecemos.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, M. S.; OOSTERBEEK, L.; GARCÊS, S.; COIMBRA, F.; MUÑOZ, G. & RODRIGUES, A. I. (2010) – Para uma revisão do estudo da arte rupestre do Vale do Tejo – O uso dos moldes de látex como instrumento de estudo, In GUIDON, N.; BUCO, C.; ABREU, M. S. (coord.) – *Fundamentos IX – Global Rock Art – IFRAO*, Vol. III, Brasil: Fundação Museu do Homem Americano, p. 463-476.
- ACOSTA, P. (1968) – *La Pintura rupestre Esquemática en España*. Memorias del Seminario de Prehistoria y Arqueología. Salamanca: Universidad de Salamanca.



- ALMEIDA, F.; ANGELUCCI, D.; GAMEIRO, C.; CORREIA, J. & PEREIRA, T. (2004) – Novos dados para o Paleolítico Superior final da Estremadura Portuguesa: resultados preliminares dos trabalhos arqueológicos de 1997-2003 na Lapa dos Coelho (Casais Martanes, Torres Novas), *Promontoria*. 2 (2), p. 157-192.
- ANGELUCCI, D. (2002) – The Geoarcheological Context. In ZILHÃO, J. & TRINKAUS, E. (eds.) – Portrait of the Artist as a Child. The Gravettian Human Skeleton from the Abrigo do Lagar Velho. *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa: IPA. 22, p. 58-91.
- ANGELUCCI, D. (2004) – Estratigrafia do fundo do Vale do Lapedo (Terraço Inferior). Obras Simlis 2003. *Trabalhos do CIPA*. Lisboa: IPA. 65, 27 p.
- BAPTISTA, A. M. (1981) – O complexo de gravuras rupestres da Bouça do Colado (Parada – Lindoso). *Giesta*. Braga. p. 6-16.
- BAPTISTA, A. M. (2011) – 40 anos depois – A Arte do Tejo no seu labirinto..., *Açafa on-line*. Associação de Estudos do Alto Tejo. 4, p. 2-11.
- BOAVENTURA, R. (2009) – *As antas e o megalitismo da região de Lisboa*. Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Lisboa. 2 vols. (policopiado).
- BOAVENTURA, R. & CARDOSO, J. L. (2014) – Carlos Ribeiro (1813-1882) e as antas de Belas: um contributo para a História da Ciência em Portugal no século XIX, *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 21, p. 35-80
- CARDOSO, J. L. & BOAVENTURA, R. (2011) – The megalithic tombs in the region of Belas (Sintra, Portugal) and their aesthetic manifestations. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 68 (2), p. 297-312
- CASTRO, L. A. (1961) – Um novo aspecto interpretativo da ornamentação dos monumentos megalíticos, *Revista de Guimarães*. Guimarães., 71 (3/4), p. 255-260.
- CORREIA, V. (1917) – Notas: Gravuras do 'dolmen' da Pedra dos Mouros (Belas). *Terra Portuguesa*. Lisboa. 12, p. 185-186
- CUNHA, L. (1990) – *As Serras Calcárias de Condeixa-Sicó-Alvaiázere. Estudo de Geomorfologia*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- ENCARNAÇÃO, G. (2003) – *Laje das Insculturas – Relatório dos trabalhos arqueológicos efectuados de 9 a 28 de Outubro de 1999* (texto policopiado).
- GARCÊS, S. (2008-2009) – *Cervídeos na arte rupestre do Vale do Tejo – Contributo para o estudo da pré-história recente*. Instituto Politécnico de Tomar e Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2 vols. (Tese de Mestrado, policopiada).
- GOMES, M. V. (1983) – Arte Esquemática do Vale do Tejo. *Zephyrus*. Salamanca. 36, p. 277-285.
- GOMES, M. V. (1987 b) – Arte Rupestre do Vale do Tejo, *Arqueologia no Vale do Tejo*, Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, Departamento de Arqueologia, p. 27- 4.
- GOMES, M. V. (1990) – A rocha 49 de Fratel e os períodos estilizado-estático e estilizado-dinâmico da arte do Vale do Tejo. *Homenagem a J. R. dos Santos Júnior*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical. 1, p. 151-177.
- GOMES, M. V. (2000) – A rocha 175 de Fratel – Iconografia e interpretação. *Estudos Pré-Históricos*. Viseu. 8, p. 81-112.
- GOMES, M. V. (2001) – Arte Rupestre do Vale do Tejo (Portugal). Antropomorfos (Estilos, Comportamentos, Cronologias e Interpretações). *Semiótica del Arte Prehistórico*. Serie Arqueológica 18. Valencia: Servicio de Estudios Arqueológicos Valencianos, Diputación Provincial de Valencia, p. 53-88.
- GOMES, M. V. (2002) – Arte rupestre em Portugal – perspectiva sobre o último século. *Arqueologia e História. Arqueologia 2000 – Balanço de um Século de Investigação Arqueológica em Portugal*. Lisboa. 54, p. 139-194.
- GOMES, M. V. (2004) – A rocha 11 de Gardete (Vila Velha de Rodão) e os períodos terminais da arte rupestre do Vale do Tejo. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7 (1), p. 61-128.

- GOMES, M. V. (2007) – Os períodos iniciais da arte o Vale do Tejo (Paleolítico e Epipaleolítico). *Cuadernos de Arte Rupestre*. Murcia. 4, p. 81-116.
- GOMES, M. V. (2010) – *Arte Rupestre do Vale do Tejo – Um Ciclo Artístico-Cultural Pré e Proto-Histórico*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 3 vols. (Tese de Doutoramento, texto policopiado).
- HENRIQUES, F.; CANINAS, J. C.; CARDOSO, J. L. & CHAMBINO, M. (2011 a) – Grafismos rupestres pré-históricos no Baixo Erges (Idanha-a-Nova, Portugal), In BUENO RAMÍREZ, P.; CERRILO CUENCA, E. & GONZALEZ CORDERO, A. (eds.) – *From the Origins: The Prehistory of the Inner Tagus Region – BAR Internacional Series 2219*. Oxford: Archaeopress, p. 199-217.
- MANUPPELLA, G.; ANTUNES, M. T.; ALMEIDA, C. A.; AZERÊDO, A. C.; BARBOSA, B.; CRISPIM, J. A.; DUARTE, L.; HENRIQUES, M.; MARTINS, L.; RAMALHO, M.; SANTOS, V. & TERRINHA, P. (2000) – *Carta Geológica de Portugal na Escala 1: 50000 – Notícia Explicativa da Folha 27 – A, Vila Nova de Ourém*. Lisboa: Instituto Geológico e Mineiro, 156 p.
- MARTÍNEZ PERELLÓ, M. I. (1993) – Arte Rupestre en Badajoz. Un nuevo abrigo con pinturas esquemáticas: El morro del Valle de la Venta (Cabeza del Buey). *Revista de Estudios Extremeños*. Badajoz. 49 (2), p. 309-336.
- MARTINS, A. F. (1949) – *Maciço Calcário Estremenho, Contribuição para um Estudo de Geografia Física*. Coimbra.
- MARTINS, A. (2006) – Gravuras rupestres do Noroeste Peninsular: a Chã da Rapada. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9 (1), p. 47-70.
- MARTINS, A. (2014) – *Abrigos de Arte Esquemática Pintada do Centro de Portugal: mundo simbólico e antropização da paisagem*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade do Algarve. 2 vols. (texto policopiado)
- MARQUES, T. (2011) – Vão estas palavras...extractos de caderno de campo de 1972/73, *Açafa on-line*. 4, p. 2-10.
- MATEUS, I. & MATEUS, S. (2008) – Recinto Megalítico do Casal Leitão, Reguengo Grande (Lourinhã). *Al-madan*. Série II, 16, p. 38 – 43
- MIRANDA, J.; ENCARNAÇÃO, G.; VIEGAS, J.; ROCHA, E. & GONZALEZ, A. (1999) – *Carta Arqueológica Amadora, Do Paleolítico ao Romano*. Amadora: Câmara Municipal da Amadora, 145 p.
- NOBRE, L.s (2008) – Arte Rupestre Pré-Histórica da Margem Esquerda do Rio Erges, In OOSTERBEEK, L. & BUCO, C. (coord.) – *Arte Rupestre do Vale do Tejo e outros Estudos de Arte Pré-Histórica, ARKEOS*. Tomar. 24, cd-rom.
- OOSTERBEEK, L. & CURA, S. (2005) – O Património arqueológico do Concelho de Mação, *Zahara*. Abrantes. 6, p. 17-32.
- OOSTERBEEK, L. (2008) – El arte del Tejo (Portugal) en el marco de los estudios de arte rupestre en Portugal. In OOSTERBEEK, L. & BUCO, C. (coord.) – *RKEOS – perspectivas em diálogo – Arte Rupestre do Vale do Tejo e outros Estudos de Arte Pré-histórica*. Tomar. 24, p. 11-30.
- RIBEIRO, A.; ANTUNES, M. T.; FERREIRA, M. P.; ROCHA, R. B.; SOARES, A. F.; ZBYSZEWSKI, G.; ALMEIDA, F. M.; CARVALHO, D. & MONTEIRO, J. H. (1979) – *Introduction à la géologie générale du Portugal*, Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- RODRIGUES, J.; FONSECA, E.; LOPES, P. & SILVA, E. (2002) – Caracterização Hidrogeoquímica do Sistema Cársico do Almonda. *Cadernos do Carso*. Torres Novas. 1.
- SILVA, C. M. (2001) – *Roteiro Cultural da Região de Alcobaça – A Oeste da Serra dos Candeeiros*. Alcobaça: ADEPA.
- SOUSA, E. M. (1990) – Núcleo de gravuras rupestres Proto-Históricas descoberto a N do Cabo da Roca: breve notícia. *Zephyrus*. Salamanca. 43, p. 363-369.

## **ASPECTOS DA INTERACÇÃO TRANSREGIONAL NA PRÉ-HISTÓRIA RECENTE DO SUDOESTE PENINSULAR: INTERROGANDO AS CONCHAS E MOLUSCOS NOS PERDIGÕES**

### ***VIEWS ON THE TRANSREGIONAL INTERACTION IN IBERIAN SOUTHWEST RECENT PREHISTORY: QUESTIONING THE SHELLS AND MOLLUSCS FROM PERDIGÕES***

António Carlos Valera<sup>1</sup> & Lino André<sup>2</sup>

#### **Abstract**

In face of an insufficient research of the circulation and consumption of molluscs and shells in transregional interaction networks, the present paper questions the presence of these faunal remains in the ditched enclosures of Perdigões, not in terms of subsistence (in this case irrelevant), but rather in an ideological perspective of consumption in the context of the social role played by exogenous products in large aggregation centres of inner Alentejo region.

An inventory and taxonomic classification are presented and a diachronic and contextual analyses is developed, highlighting the scarce, but growing, consume of molluscs and the importance conceded to the use of some shells, underlining the preponderance of the imported material. The comparing with other regional available collections shows the specific character that these faunal remains may represent in Perdigões in the context of the interregional network integrated by this site.

*Keywords:* Ditched enclosures, Interaction, Molluscs, Recent Prehistory, Shells.

## **1 - INTRODUÇÃO**

As sociedades do 4.º e 3.º milénio a.C. do Sudoeste Peninsular estiveram envolvidas numa trajectória de progressiva e por vezes acelerada complexificação social, no âmbito da qual a circulação inter-regional de produtos e matérias-primas desempenhou um papel central. Vários têm sido os produtos estudados que integraram estas redes de contactos, como o marfim, o cinábrio, o âmbar, a variscite, etc. Porém, neste contexto de investigação focado na circulação de produtos e pessoas, tem sido prestada pouca atenção ao consumo de moluscos e ao uso das conchas. Procurando começar a colmatar esta insuficiência, o presente texto pretende questionar o papel destas faunas na interacção transregional em que os grandes recintos de fossos da região estiveram envolvidos, apresentando uma primeira abordagem aos desempenhos sociais que os moluscos e as suas conchas terão assumido no complexo de recintos do Perdigões ao longo da sua cronologia.

---

<sup>1</sup>Era Arqueologia / ICArEHB. antoniovalera@era-arqueologia.pt

<sup>2</sup>ICArEHB

Em Portugal, a importância concedida ao estudo de conjuntos de fauna malacológica provenientes de contextos arqueológicos ocorre lado a lado com a descoberta dos concheiros mesolíticos do Tejo (CALLAPEZ *et al.*, 2016). Durante a segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX, os concheiros mesolíticos concentrariam as atenções dos estudos malacológicos e, à parte de algumas referências pontuais (nomeadamente em estudos de Octávio da Veiga Ferreira), só durante a década de sessenta o interesse se estenderia a contextos de outras cronologias da Pré-História. O texto de C. T. da Silva e M. G. Cabrita (SILVA & CABRITA, 1966) haveria de funcionar como a primeira abordagem de síntese à presença de restos de moluscos em contextos Neolíticos e Calcolíticos portugueses. Neste estudo, que mais corresponde a um inventário, são enunciadas as espécies presentes em 49 sítios arqueológicos atribuídos a estas cronologias. Destes, 45 correspondem a sítios próximos do litoral estremenho ou algarvio e/ou associados aos grandes estuários flandrianos do Tejo, Sado e também Mondego, com uma extensão pontual ao litoral minhoto. Apenas quatro entradas correspondem a sítios do interior alentejano: duas antas em Elvas, a gruta do Escoural em Montemor-o-Novo e o monumento da Folha da Amendoeira em Odivelas (Ferreira do Alentejo).

Este trabalho pioneiro teria reduzida continuidade imediata (na década de oitenta publicar-se-iam ainda os concheiros neolíticos do Medo Tojeiro e da Comporta – SILVA *et al.*, 1985, 1986) e trinta anos mais tarde, em 1996, num trabalho académico realizado com o propósito de actualização dos dados do texto de Silva e Cabrita relativamente ao Calcolítico, sublinhavam-se as limitações que ainda se colocavam à avaliação da componente malacológica de contextos calcolíticos em Portugal: *“Efectivamente, só nas últimas décadas se começou a prestar mais atenção a estes restos faunísticos em contextos calcolíticos. Porém, ainda hoje são ignorados na maioria dos trabalhos da especialidade, onde se privilegia sempre as componentes artefactuais e estruturas dos sítios arqueológicos. Quando abordados, na maioria das vezes apenas se referem as espécies presentes, não sendo quantificadas, o que quando ocorre, surge quase sempre em termos de ‘maior ou menor abundância’. Na realidade (com excepção de alguns sítios onde ocorrem em número reduzido, normalmente referidos na sua totalidade), apenas no Monte da Tumba temos dados numéricos e uma análise da fauna malacológica ali recolhida.”* (VALERA, CARVALHO, TEIXEIRA, 1996, p. 2). A esta condicionante acrescentavam-se outras, como a rara contextualização das faunas malacológicas no total de restos faunísticos presentes, as restritas áreas de escavação em muitos contextos (nomeadamente *habitats*) ou a inutilidade dos dados provenientes de escavações antigas sem proveniência estratigráfica segura, concluindo-se que *“O que vai dito significa que, apesar dos anos transcorridos entre a publicação de Carlos Tavares da Silva e Gonçalves Cabrita e a actualidade, o presente trabalho corre ainda, lamentavelmente, o risco de avaliar mais a própria qualidade da informação disponível do que a efectiva realidade.”* (*Idem*). Apesar de tudo, nesse texto inventariaram-se 36 sítios calcolíticos (período a que se restringiu o trabalho) com faunas malacológicas seguramente contextualizadas. Contudo, desses apenas cinco correspondiam a sítios do interior (Porto Torrão, Monte Novo dos Albardeiros, Monte da Tumba, no interior alentejano e Santa Justa no interior da serra algarvia, que se juntavam à já anteriormente sinalizada Folha da Amendoeira). Os restantes concentravam-se no litoral, nas penínsulas de Lisboa e Setúbal (29) e costa litoral algarvia (2).

A situação de desequilíbrio continuava a traduzir sobretudo uma desproporcionalidade da investigação, até então mais focalizada no litoral, sendo ainda poucos os sítios calcolíticos conhecidos e intervencionados no interior alentejano. Na realidade, 1996 foi o ano de identificação dos recintos dos Perdígões, a mega operação



de Alqueva (que contribuiria para a generalizadamente reconhecida revolução empírica na Pré-história Recente do interior alentejano) só começaria dois anos mais tarde, a proliferação de recintos de fossos e de alguns recintos muralhados na região só aconteceria durante a primeira década do presente século e só por estes anos começaram a aparecer jovens investigadores a interessarem-se por estas temáticas, as quais tinham entretanto sido introduzidas em alguns currículos académicos de estudos de pós-graduação.

Foi neste contexto “revolucionário” que a situação progrediu um pouco relativamente aos estudos de faunas malacológicas em contextos do Neolítico Final – Calcolítico da região do interior do médio e baixo Alentejo. Apenas um pouco, porque os trabalhos entretanto realizados (seguindo metodologias e abordagem modernas) resumem-se aos estudos elaborados por Manuela Coelho relativamente ao conjunto de fauna malacológica registado em 2004 nos recintos de fossos do Porto Torrão (e que constituiria a sua tese de mestrado – COELHO, 2006), ao conjunto de restos provenientes da intervenção no Sector I dos Perdígões (COELHO, 2008) e à colecção recolhida no sítio do Mercador (COELHO, 2013), sendo todas estas intervenções da responsabilidade da “Era Arqueologia, S.A.” e tendo o primeiro signatário deste texto como responsável. Os referidos trabalhos sobre o Porto Torrão e sobre o Mercador serão, assim, os melhores contextos de comparação no interior alentejano para a colecção dos Perdígões (já que a proximidade do Monte da Tumba ao estuário do Sado gera uma situação contextual distinta).

A importância e potencialidade dos estudos arqueomalacológicos (GARCÍA *et al.*, 2010) estão, contudo, há muito estabelecidas, tendo vindo sucessivamente a ser sublinhadas (SILVA & CABRITA, 1966; SILVA, 1996; VALERA, CARVALHO & TEIXEIRA 1996; SILVA & SOARES, 1997, 1998; COELHO, 2006; GARCIA *et al.*, 2010; CALLAPEZ *et al.*, 2016). Eles permitem acesso a especificidades das estratégias de subsistência e hábitos alimentares, à caracterização de dinâmicas paleoambientais e tafonómicas, ou à identificação de uma pluralidade de utilizações das conchas, tais como o seu uso como adornos (contas, pendentes, pulseiras), como raspadores ou matrizes decorativas, como recipientes, como elementos de forte carga simbólica utilizados em práticas ritualizadas, ou mesmo como elementos intermediários nas trocas (hipótese levantada para os discos sobre valva de *Cerastoderma* provenientes da gruta da Cova da Moura – SILVA & CABRITA, 1966).

Todavia, e no que à Pré-História Recente respeita, este ramo da Arqueozoologia tem sido caracterizado por uma preponderância das abordagens economicistas centradas no papel que os moluscos terão desempenhado nas estratégias de subsistência das comunidades neolíticas e calcolíticas. Embora se refiram outras dimensões que o consumo e o uso das conchas possam ter assumido, é essencialmente no âmbito da subsistência que os estudos se têm colocado, desenvolvendo menos os aspectos de ordem ideológica, estética e simbólica e a própria condição de matéria-prima.

Duas razões poderão estar na base deste desequilíbrio. Por um lado, o facto dos estudos se terem desenvolvido sobretudo em contextos litorais ou muito próximos do litoral e estuarinos, onde o consumo de moluscos é relevante do ponto de vista das estratégias de subsistência. Por outro, a circunstância de a maioria das abordagens ter sido enquadrada num contexto teórico de base predominantemente materialista, o qual, para além de claramente dar a prevalência ao económico, é céptico relativamente às possibilidades da Arqueologia falar das dimensões menos materiais do humano.

O advento do pós-processualismo, porém, juntamente com uma maior abertura da Arqueologia Pré-Histórica a outras áreas das Ciências Humanas e Sociais, como a sociologia, a psicologia social e um

retorno à antropologia cultural, somada a reflexões de cariz epistemológico sobre os limites e potencialidades do conhecer, vêm libertando a disciplina de algumas autolimitações, ampliando a sua capacidade de lidar com a complexidade do humano. Nesse sentido, a investigação do desempenho social dos moluscos e das suas conchas terá necessariamente que procurar abordagens mais amplas, procurando pensá-los nas diversas dimensões em que poderão ter sido socialmente activos, independentemente do grau de dificuldade que cada uma dessas dimensões possa colocar. Essa é a ambição que caracteriza o estudo destas faunas nos Perdígões, sendo que tal ambição é dependente do progressivo conhecimento que se vai construindo sobre o sítio, sobre os seus contextos e cronologia e natureza dos mesmos. O que agora se apresenta é, portanto, um ponto de situação e de problematização de um processo de conhecimento em curso, onde se procura questionar, numa perspectiva diacrónica, a presença de restos de moluscos neste complexo de recintos.

Mas porque se trata de um contexto de interior onde a maioria dos restos presentes são de espécies exógenas à região, o texto prestará particular atenção à questão da interacção e das dinâmicas sociais que a enquadram, integrando estes moluscos num contexto de circulação de bens e matérias-primas que, com progressiva intensidade, caracterizou as comunidades do interior alentejano entre meados do 4.º e finais do 3.º milénio a.C. Neste sentido, inscreve-se na investigação das redes de interacção transregional em que os recintos dos Perdígões estiveram envolvidos ao longo da sua biografia, sendo os moluscos e as suas conchas perspectivados como mais um elemento que contribui para a caracterização e compreensão das dinâmicas e práticas sociais que pautaram essa biografia e para avaliação do papel que determinados elementos exógenos nelas desempenharam (VALERA, no prelo a). Investigação desenvolvida no âmbito do projecto “Mobilidade e interacção na Pré-história Recente do Sul de Portugal: o papel dos centros de agregação” coordenado pelo primeiro signatário.

## **2 – FAUNA MALACOLÓGICA NOS PERDIGÕES: OS CONTEXTOS DE RECOLHA E O SEU ESPECTRO CRONOLÓGICO**

O conjunto de fauna malacológica agora analisado é proveniente de uma área escavada que corresponde a pouco mais de 2% da área total abrangida pelo complexo de recintos dos Perdígões (Fig. 1). Esta referência é fundamental para a consciência do carácter ainda fortemente provisório dos resultados e, simultaneamente, para a percepção da expressão que estas faunas poderão assumir neste sítio de interior.

O material estudado foi recolhido em diversos contextos (secções de fossos, fossas, sepulcros e depósitos de ocupação exteriores a estruturas negativas), os quais se distribuem pela longa cronologia de vida dos Perdígões (de cerca de 1500 anos), a qual está já relativamente bem caracterizada por um conjunto de mais de meia centena de datações de radiocarbono (parte das quais ainda inédita). Assim, a um momento final do Neolítico Médio (enquadrável nos meados / inícios da segunda metade do 4.º milénio a.C. – 3500-3350), correspondem as Fossas 48, 64 e 65, localizadas no Sector Q na área central dos Perdígões. Ao Neolítico Final (3350-2900 a.C.) corresponde o topo dos troços já datados do Fosso 13, as Fossas 14, 18, hipogeu 1, Fossos 5, 6, 8, 12 e Sanja 1, todos igualmente do Sector Q, e a Fossa 11, contexto funerário no Sector I. Ao Calcolítico (2900-2200 a.C.) pertencem as Fossa 5, 7, Fossos 3, 4 e um depósito exterior localizados no Sector I; a Fossa 50 no Sector O; as Fossas 32, 45, 80, Fosso 7, Cabana 2, vários depósitos exteriores, deposições de restos de cremações humanas

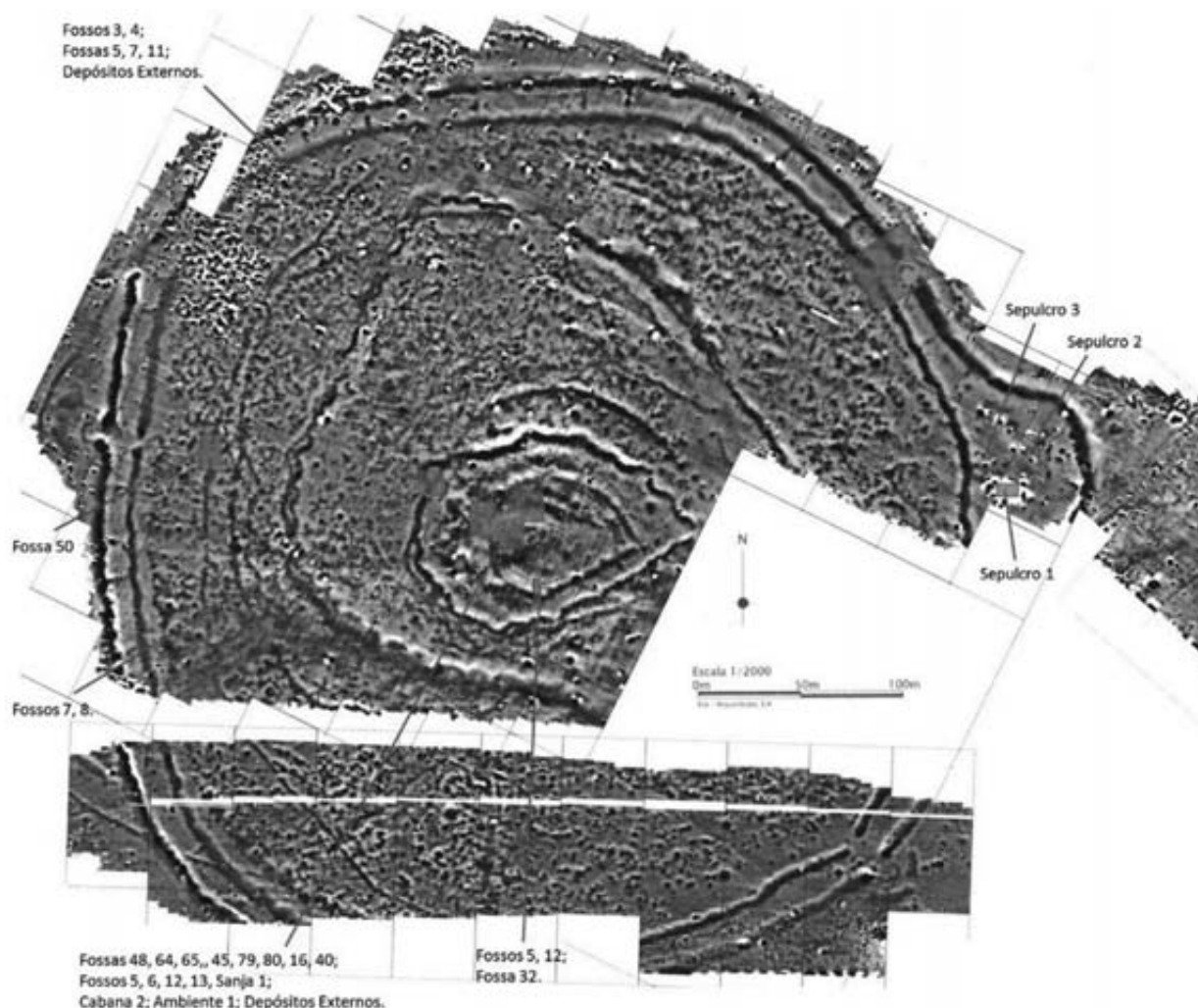


Fig. 1 – Localização dos contextos com restos de moluscos estudados nos Perdígões.

(Fossas 16, 40 e Ambiente 1) e uma cista, todos localizados no Sector Q, e três sepulcros (Sepulcros 1, 2 e 3) localizados no Sector S. Finalmente, ao início da Idade do Bronze (2200-2000 a.C.) pertence a Fossa 79, localizada no Sector Q. Contudo, e apesar da boa diferenciação estratigráfica e cronológica existente, como os contextos intervencionados nas fases mais antiga e mais recente são ainda reduzidos quando comparados com os do Neolítico Final e Calcolítico, na análise diacrónica optou-se por considerar apenas duas fases: uma englobando os contextos genericamente neolíticos (balizados entre 3500 e 2900 a.C.) e outra englobando os contextos calcolíticos e os já atribuíveis a uma fase de transição / início da Idade do Bronze (balizados entre 2900-2000 a.C.).<sup>14</sup> É igualmente relevante observar que as proveniências contextuais apresentam circunstâncias distintas, com implicações ao nível da interpretação. Uma primeira diferenciação estabelece-se entre contextos funerários e não funerários; outras entre deposições em fossos, fossas e depósitos de ocupação exteriores a estruturas negativas, acrescentando-se ainda que dentro destas deposições existem diferenças, já que umas podem corresponder a concentrações estruturadas e seleccionadas de materiais e outras a material disperso

em níveis arqueológicos. Esta pluralidade de circunstâncias contextuais terá necessariamente que ser tida em conta na análise.

### **3 – ESPÉCIES PRESENTES, REPRESENTATIVIDADE, PROVENIÊNCIA E OBJECTOS DE ADORNO SOBRE CONCHA**

#### **3.1 – Metodologias de análise**

A identificação das espécies de moluscos presentes no conjunto analisado foi realizada, em grande parte, a partir da colecção de referência existente no Laboratório de Arqueologia da Universidade do Algarve e a partir de manuais de referência, nomeadamente os de Saldanha (2003) e Nobre (1941), que permitiram a identificação dos moluscos (gastrópodes e bivalves) de origem marinha e os gastrópodes terrestres, respectivamente. No que diz respeito às nomenclaturas, e para que estas tenham todas a mesma consistência, foi tida em conta a lista de nomes aceites pela *World Register of Marine Species* (WoRMS), consultada em <URL: <http://www.marinespecies.org/index.php>>).

O Número Mínimo de Indivíduos (NMI) foi calculado através da quantificação de elementos não-repetidos como o umbo e a charneira no caso dos bivalves, e a espira, a abertura e a columela no caso dos gastrópodes. Em relação aos gastrópodes não-espiralados, principalmente no caso das conchas de *Patellidae*, foram tidos em conta os indivíduos completos e os ápices. Este método de análise foi adaptado a partir dos protocolos de quantificação de Mason *et al.* (1998), Claassen (1998) e Gutiérrez-Zugasti (2011). Dada a natureza do sítio, esta metodologia foi utilizada para cada estrutura negativa ou conjunto de depósitos exteriores de forma independente. O elevado grau de fracturação que o conjunto apresenta traduz-se na disparidade entre o Número Total de Restos (NTR) e o NMI, dificultando ao mesmo tempo a identificação de um grande número de exemplares, sendo esta apenas possível ao nível do Género e da Família. As alterações presentes nas conchas, sejam elas de origem natural ou antrópica (e.g. carbonização, desgaste, cortes, perfurações) foram identificadas a partir da observação macro e microscópica, com recurso a um aparelho portátil Opti-TekScope OT-HD e a um estéreo-microscópio com luz transmitida SteReo Lumar. V12, da Zeiss, disponibilizado pelo Departamento de Ciências Biomédicas e Medicina na Universidade do Algarve.

No que diz respeito às conchas perfuradas, conotadas com elementos de adorno, o seu relativo bom estado de preservação permitiu que todos exemplares fossem identificados taxonomicamente. As dimensões dos indivíduos e das respectivas perfurações foram registadas e estas observadas microscopicamente. As características presentes nas perfurações (e.g. morfologia e vestígios de uso) foram comparadas com outros estudos realizados recentemente, onde as mesmas espécies estão referenciadas (GUTIÉRREZ-ZUGASTI, 2009; TÁTÁ *et al.*, 2014), de modo a estabelecer quais as técnicas perfuradoras empregues e se foram, ou não, utilizadas como objecto de adorno.

#### **3.2 – Os dados**

A inventariação e classificação taxonómica dos restos de moluscos nos Perdígões encontra-se expressa nos Quadros 1 (relativa ao período 3500-2900 a.C.) e 2 (relativa ao período 2900-2000 a.C.).  
**Quadro 1 – Restos relativos a contextos Neolítico (3500-2900 a.C.)**

---



NEOLÍTICO

TAXONS	Não Funerários																								Funerário		Totais	
	Fossa 48		Fossa 64		Fossa 65		Fosso 13		Fosso 5		Fosso 6		Fosso 8		Fosso 12		Sanja 1		Fossa 14		Fossa 18		Hipogeu 1		Fossa 11			
	NR	NMI	NR	NMI	NR	NMI	NR	NMI	NR	NMI	NR	NMI	NR	NMI	NR	NMI	NR	NMI	NR	NMI	NR	NMI	NR	NMI	NR	NMI	NR	NMI
Indeterminado			1	0	8	0	2	0	1	0	9	0	27	0	3	0							87	0			138	0
<b>Bivalves marinos / estuarinos</b>																												
<i>Callista chione</i>																							1	1			1	1
<i>Cerastoderma edulis</i>															1	1							1	1	1	1	3	3
<i>Lutraria lutraria</i>																							16	4			16	4
<i>Mytilus sp.</i>											2	1	4	1	2	1	1	1					8	4			17	8
<i>Pecten sp.</i>	1	1					3	3	1	1	2	1	7	1	7	1	1	1					2	1	18	3	42	13
<i>Ruditapes decussatus</i>									2	1	3	1					1	1					2	1	13	1	21	5
<i>Scrobicularia plana</i>									7	1																	7	1
<i>Venus verrucosa</i>											1	1															1	1
<i>Solen marginatus</i>																							1	1			1	1
<b>Bivalves de água doce</b>																												
<i>Potomida littoralis</i>											1	1	6	1	6	3							3	1			16	6
<i>Unio sp.</i>					1	1					1	1	4	1	1	1							2	1	1	1	10	6
<b>Gastrópodes marinhos</b>																												
<i>Patella sp.</i>																												
<i>Patella candei</i>																												
<i>Trivia sp.</i>																			1	1			1	1			2	2
<i>Charonia lampas</i>																												
<b>Gastrópodes de água doce</b>																												
<i>Theodoxus fluviatilis</i>																												
<b>Gastrópodes terrestres</b>																												
<i>Rumina decollata</i>											7	7															7	7
<i>Parmacella Valencienni</i>																			1	1							1	1
<b>Echinoidea</b>																												
<i>Paracentrotus lividus</i>																												

Quadro 2 – Restos relativos a contextos do Calcolítico / Bronze Inicial (2900-2000 a.C.)

TAXONS	CALCOLÍTICO																								Totais															
	Não Funerários																		Funerários																					
	Depósitos externos		Corte UEb7	Fosso 7		Fosso 3		Fosso 4		Fossa 5		Fossa 7		Fossa 45		Fossa 50		Fossa 80		Fossa 32		Cabana 2	Fossa 79		Sepulcro 1		Sepulcro 2		Fossa 40		Fossa 16		Cista		Sepulcro 3		Ambiente 1			
NR	NMI	NR	NMI	NR	NMI	NR	NMI	NR	NMI	NR	NMI	NR	NMI	NR	NMI	NR	NMI	NR	NMI	NR	NMI	NR	NMI	NR	NMI	NR	NMI	NR	NMI	NR	NMI	NR	NMI	NR	NMI	NR	NMI			
Indeterminado	9	0			14	0	10	0	8	0	9	0			1	0			4	0					4	0	16	0	49*	0	25	0	3	0			2	0	154	0
<b>Bivalves marinos / estuarinos</b>																																								
<i>Callista chione</i>																																								
<i>Cerastoderma edulis</i>	1	1																																					1	1
<i>Lutraria lutraria</i>																																								
<i>Mytilus sp.</i>	1	1																					1	1															2	2
<i>Pecten sp.</i>	19	1			6	1	1	1	3	1					1	1							3	1	5	2	9	2	1	1	13	1			1	1	1	0	63	13
<i>Ruditapes decussatus</i>	78	4	6	1	9	1	2	1	1	1			2	1			17	1	11	2	2	1					1	1			26	1							155	15
<i>Scrobicularia plana</i>																																								
<i>Venus verrucosa</i>																																								
<i>Solen marginatus</i>																																								
<b>Bivalves de água doce</b>																																								
<i>Potomida littoralis</i>											2	1													1	1													3	2
<i>Unio sp.</i>	5	1	2	1			1	1	6	1					1	1																							15	5
<b>Gastrópodes marinhos</b>																																								
<i>Patella sp.</i>																									3	1													3	1
<i>Patella candei</i>																									5	2													5	2
<i>Trivia sp.</i>			1	1																							38	30											39	31
<i>Charonia lampas</i>					1	1																																	1	1
<b>Gastrópodes de água doce</b>																																								
<i>Theodoxus fluviatilis</i>																											3	3											3	3
<b>Gastrópodes terrestres</b>																																								
<i>Rumina decollata</i>	2	1			1	1	1	1																	2	2			2	1									8	6
<i>Parmacella Valencienni</i>																							9	1	21	19													30	20
<b>Echinoidea</b>																																								
<i>Paracentrotus lividus</i>																											2	2											2	2

\* 48 correspondem a contas em que a espécie não é identificável.

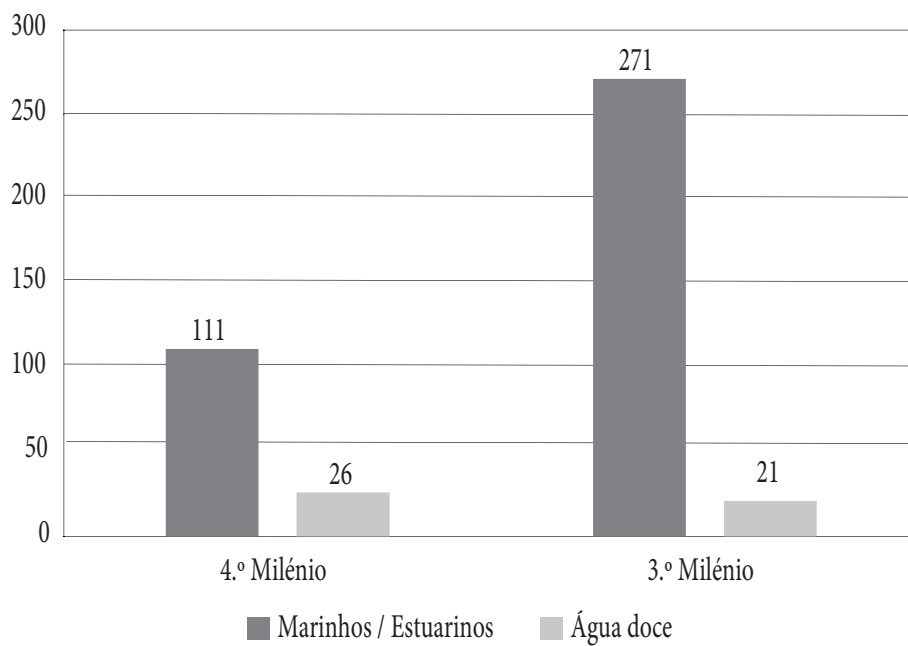


Fig. 2 - Relação das conchas de moluscos locais / moluscos exógenos por fase.

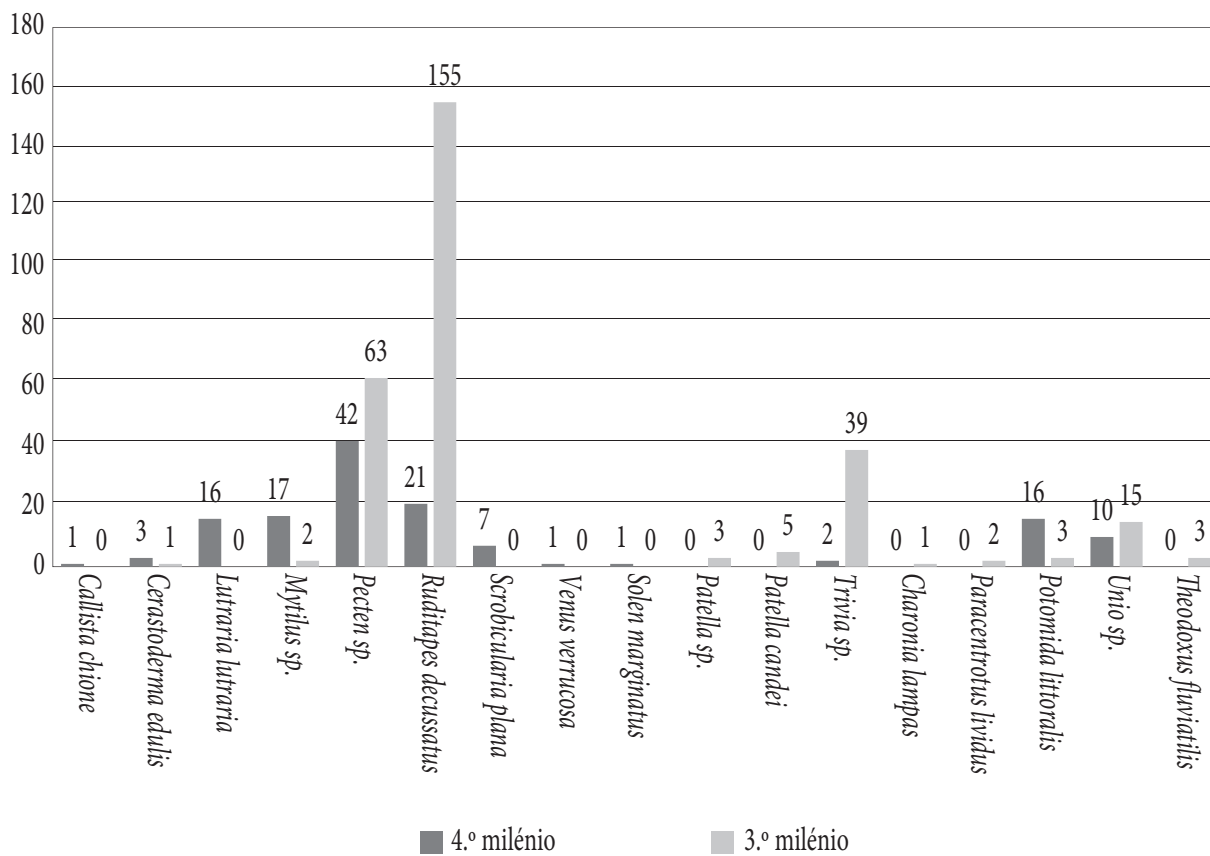


Fig. 3 - Relação dos restos identificáveis por espécie e por fase.

O número total de restos inventariados é de 767. Destes, 475 (62%) puderam ser classificados taxonomicamente ao nível do Género ou da Família. Na globalidade, foram identificados 19 taxons:

- Bivalves marinhos / estuarinos: *Callista chione*, *Cerastoderma edule*, *Lutraria lutraria*, *Mytilus sp.*, *Pecten sp.* (sempre que identificada ao nível da Família trata-se de *Pecten maximus*), *Ruditapes decussatus*, *Scrobicularia plana*, *Venus verrucosa*, *Solen marginatus*;
- Bivalves de água doce: *Potomida littoralis*, *Unio sp.*;
- Gastrópodes marinhos: *Patella sp.*, *Patella candei*, *Trivia sp.*, *Charonia lampas*;
- Gastrópodes de água doce: *Theodoxus fluviatilis*;
- Gastrópodes terrestres: *Rumina decollata*, *Parmacella Valencienni*;
- Echinoidea: *Paracentrotus lividus*.

Numa primeira apreciação destes dados, sempre tendo em conta as condicionantes já anteriormente expressas (nomeadamente a ainda reduzida percentagem de área escavada nos Perdigões), duas conclusões principais emergem.

Primeiro, observa-se que globalmente o número de restos de moluscos é muito reduzido. Tal fica claro quando se tem em conta o espectro temporal a que se reportam (cerca de 1500 anos) ou quando se evocam os números dos restos de fauna mamalógica já estudados nos Perdigões: em face aos 767 restos de conchas, foram já analisados cerca de 25300 restos de mamíferos (acresce que ainda há vários conjuntos por estudar relativos a alguns contextos escavados). De facto, os moluscos não parecem ter qualquer papel relevante em termos de subsistência nos Perdigões. Ideia que sai ainda mais reforçada pelo facto de termos de subtrair ao consumo alimentar uma série de restos: os restos de *Pecten*, uma vez que apenas a valva convexa está presente (o que significa que era a concha e não o molusco que circulava), as *Trivia sp.*, os *Paracentrotus lividus*, as *Theodoxus fluviatilis*, a maioria das raras *Cerastoderma edule* (4 em 5) e outras conchas não identificadas que surgem como elementos de adorno (e terão chegado aos Perdigões já nessa condição), as *Patella candei* que terão uma origem extra peninsular e ainda os gastrópodes terrestres locais, como a *Rumina decollata*, que muito provavelmente corresponde a uma integração natural nos contextos em que aparece, ou a *Parmacella valencienni*, cuja presença quase que exclusiva nos contextos funerários dos Sepulcros 1 e 2 sugerem um uso ritualizado específico das conchas. Retirando estes elementos ao universo de restos analisados ficaríamos com um número de 270 restos identificados que poderiam eventualmente corresponder a moluscos consumidos. Número que demonstra o carácter excepcional que tal consumo teria, mesmo tendo em conta que estes restos se reportam a cerca de 2% de sítio escavado, já que estes contextos abrangem uma temporalidade de cerca de 15 séculos.

Segundo, as conchas de moluscos de ambientes marinho / esturino são preponderantes e em números muito superiores às de ambiente de água doce (Fig. 2), significando que a maioria destas conchas resultam de importações transregionais (assumindo que as espécies de água doce, de reduzida expressão, poderiam ter origem no Guadiana, distante 15 km dos Perdigões). De facto, a expressão reduzida dos moluscos disponíveis localmente em favor dos importados (no contexto de uma globalmente reduzida expressão destas faunas no sítio) sugere que o consumo de moluscos se relaciona principalmente com a dimensão ideológica e simbólica dos alimentos ou do uso das conchas, em parte sustentada na sua origem distante. Circunstância que faz das faunas malacológicas nos Perdigões sobretudo um assunto do âmbito da interacção e do papel social conferido aos elementos exógenos nas práticas sociais desenvolvidas no complexo de recintos.

### 3.3 – As conchas utilizadas como elementos de adorno

Os artefactos sobre concha conotados com a funcionalidade de elementos de adorno pessoal somam 94 elementos, produzidos sobretudo em conchas de moluscos de origem marinha e estuarina e mais raramente fluvial. São minoritariamente provenientes da Fossa 40 de cronologia calcolítica, ocorrendo também no Depósito UE67 (igualmente Calcolítico), e nas fossas 11, 14, Fosso 12 e Hipogeu 1, contextos todos eles do Neolítico Final. Deste conjunto fazem parte 38 exemplares de *Trivia sp.*, 3 de *Theodoxus fluviatilis*, 3 de *Cerastoderma edulis*, 2 sobre *Paracentrotus lividus* e ainda 48 contas em concha de espécie indeterminada. A maioria dos exemplares encontram-se queimados (na Fossa 40, contexto de deposições de restos de cremações humanas) o que torna difícil a identificação das marcas deixadas pela produção dos orifícios e os vestígios de uso, ainda que no primeiro caso estas sejam perceptíveis em algumas das conchas.

Estudos recentes, de âmbito experimental, realizados em exemplares actuais das espécies encontradas em contextos pré-históricos (GUTIÉRREZ-ZUGASTI, 2009; TÁTÁ, *et al.*, 2014) concluíram que as perfurações de moluscos marinhos podem ser realizadas com recurso a pontas líticas, em osso ou haste de veado a partir de ambas as faces das conchas aplicando as técnicas de rotação, pressão simples, picagem directa, puncionamento, abrasão e riscagem. Segundo os autores a técnica mais eficaz e que produz perfurações circulares com contorno regular é a de rotação com instrumento lítico a partir do exterior da concha. As técnicas de puncionamento e pressão a partir do interior ou exterior da concha produzem orifícios de formato circular ou alongado com contornos pouco regulares ou mesmo irregulares.

No que diz respeito aos exemplares do gastrópode marinho *Trivia sp.*, foram identificadas 30 conchas perfuradas sendo que as restantes 8 estão fraturadas na face dorsal, onde geralmente se encontram as perfurações, inviabilizando a sua observação. Há excepção de dois exemplares que exibem uma perfuração tripla e individual, respectivamente, todos os outros exemplares apresentam perfurações duplas, ou seja, um orifício em cada extremidade da face dorsal da concha. Relativamente à morfologia dos orifícios estes variam entre formas circulares (33 orifícios) e alongadas (25 orifícios), inclusive na mesma concha, com contornos regulares e irregulares e com a presença de bisel exterior em 5 dos exemplares. Estas perfurações terão sido realizadas através das técnicas de rotação e pressão com recurso a instrumentos líticos, em osso ou haste a partir da face exterior da concha uma vez que o seu orifício natural, devido à reduzida dimensão, não permite a penetração de nenhum utensílio.

Os três exemplares de *Theodoxus fluviatilis* apresentam perfurações individuais na região mais próxima da abertura da concha. Dois dos orifícios têm formato circular com contornos pouco regulares e outro de formato oblongo e contorno regular, todos com bisel pouco acentuado na face exterior da concha. Estas perfurações terão sido produzidas através da técnica de rotação com instrumentos líticos, em osso ou haste a partir da face externa das conchas.

Relativamente às conchas perfuradas de *Cerastoderma edule*, os orifícios estão presentes na região próxima do umbo e aparentam um formato circular e alongado, respectivamente, com contornos pouco regulares e bisel exterior o que indica terem sido realizados através da técnica de rotação a partir do exterior com utensílios feitos a partir de líticos, osso ou haste. É possível observar vestígios de polimento na face interna do orifício e também, num dos exemplares, em redor da perfuração.

Os exemplares de *Paracentrotus lividus*, vulgo ouriços-do-mar, que estão presentes na colecção são dois indivíduos juvenis de pequenas dimensões. Estes espécimes possuem dois orifícios naturais localizados



em lados opostos do corpo, ambos de formato circular e contorno polilobado. A análise realizada a um dos exemplares revelou uma fratura antiga num dos orifícios, assim como vestígios de polimento em redor deste, podendo ter sido causado por um elemento de suspensão, possivelmente produzido a partir de fibras vegetais, com o qual terá estado em contacto durante algum tempo.

De sublinhar finalmente que, com excepção das três contas elaboradas sobre *Theodoxus fluviatilis*, todas as restantes são de origem marinha ou estuarina, o que reforça a noção de que a questão da proveniência é central na abordagem a estas faunas nos Perdigões.

### 3.4 – As possíveis proveniências

Na colecção estudada, além das espécies com valor bromatológico presentes nos Perdigões existem espécies sem valor nutricional, ainda que em menor número, que terão sido utilizadas na produção de elementos de adorno pessoal ou uso simbólico e que são provenientes dos mesmos ambientes que as primeiras. Acresce que, se em algumas situações se depreende a circulação do molusco, noutras está demonstrada apenas a circulação das conchas (caso, por exemplo, da *Pecten sp.*).

Assim, no conjunto analisado é possível atribuir a proveniência das espécies de moluscos a vários ambientes distintos, fluviais, estuarinos e marinhos, estando estes possivelmente relacionados com os diferentes graus de acessibilidade aos locais de aquisição (para as espécies com presença local / regional) e às redes de circulação de produtos em que os Perdigões estavam envolvidos (para as espécies exógenas). Assim, para a avaliação de proveniências, consideraram-se as distâncias actuais entre o sítio e a costa, os cursos de água principais e os estuários do Sado e Tejo uma vez que não se registaram importantes alterações na variação da linha de costa desde o início do Holoceno, e mais concretamente a partir do evento frio de 8200 cal BP, que poderá ter estado na origem de mudanças significativas da geomorfologia costeira (BICHO *et al.*, 2010).

#### 3.4.1 – Espécies de bivalves e gastrópodes fluviais

A proximidade dos Perdigões ao rio Guadiana (15 km) e a alguns dos os seus tributários (nomeadamente ao Degebe) permite pensar estes rios como fontes das espécies de bivalves *Potomida littoralis* e *Unio sp.* e do gastrópode *Theodoxus fluviatilis*, habitantes naturais dos cursos de água no território português. As duas primeiras encontram-se geralmente em fundos pouco móveis, de areias e areias lodosas, até uma profundidade entre 6-10 m e associadas a fauna piscícola abundante. O gastrópode *Theodoxus fluviatilis* requer a presença de fundos rochosos fluviais expostos a correntes, onde este se esconde habitualmente sob pedras, madeiras e vegetação aquática, podendo atingir até 13 m de profundidade (NOBRE, 1941).

#### 3.4.2 – Espécies de bivalves marinhos e/ou salobres

As espécies de bivalves marinhos presentes são provenientes de ambientes costeiros, estuarinos e de rias. Actualmente encontram-se presentes em todo o território continental. A recolção dos bivalves das espécies *Cerastoderma edule*, *Mytilus sp.*, *Ruditapes decussatus* e *Scrobicularia plana* terá tido lugar em zonas expostas aos ciclos da maré, nos substratos arenosos e/ou lodosos, possivelmente da região estuarina do Sado que dista actualmente cerca de 120 km do sítio arqueológico dos Perdigões, ou mesmo do Tejo e seus tributários, ainda que estes estejam mais distantes, ou em zonas rochosas costeiras (no caso do *Mytilus sp.*).

No que diz respeito às espécies costeiras *Callista chione*, *Lutraria lutraria*, *Pecten sp.*, *Solen marginatus* e *Venus verrucosa*, que habitam nos fundos arenosos e com a presença de cascalhos da zona intermareal, e infralitoral no caso da *Pecten sp.*, estas poderão ser provenientes da costa oeste entre o estuário do Sado e a região junto à actual cidade de Sines, que distam aproximadamente 150 km dos Perdigões, ou ainda na pequena faixa costeira junto às arribas fosseis da Costa da Caparica, a cerca de 170 km, onde a costa é formada por areias finas e a recollecção destas espécies seria acessível.

#### 3.4.3 – *Espécies de gastrópodes marinhos*

Os gastrópodes de origem marinha presentes nos Perdigões proveem de áreas rochosas expostas à ondulação e à variação da maré. Os exemplares de *Patella sp.*, *Trivia sp.* e de *Charonia lampas* habitam actualmente as costas portuguesas, nas zonas intermareal e infralitoral, há excepção da *Patella candei*, que habita as costas escarpadas de origem basáltica das ilhas dos Açores e das Canárias a oeste da costa marroquina (SALDANHA, 2003). A presença desta espécie de lapa, à semelhança de outras matérias-primas exógenas nos Perdigões (como o marfim – VALERA *et al.*, 2015), pode ser resultante de contactos com outras regiões, nomeadamente com norte de África. Os espécimes analisados poderão ter sido colectados nas zonas rochosas localizadas na Península de Setúbal, mais concretamente na região litoral da Serra da Arrábida entre o Cabo Espichel e o rio Sado, que dista aproximadamente 160 km do sítio. Outra região onde estas espécies estão presentes actualmente é na costa rochosa a sul de Sines, ao longo de todo o litoral sudoeste alentejano e costa vicentina até à região de Sagres e arredores. A distância máxima actual entre o sítio dos Perdigões e estas duas regiões é aproximadamente de 150 e 250 km, respectivamente.

#### 3.4.4 – *Equinodermes*

Os indivíduos da espécie *Paracentrotus lividus*, da classe dos ouriços-do-mar, habitam actualmente a costa Atlântica, nos fundos rochosos das ilhas dos Açores e Canárias, estendendo-se a sua presença à costa marroquina, sendo no entanto mais frequente a sua presença no Mediterrâneo. À semelhança da proveniência dos exemplares de *Patella candei* referidos anteriormente, estes exemplares também poderão ter feito parte de contactos (directos ou indirectos) e consequentes trocas com áreas extra-peninsulares.

#### 3.4.5 – *Espécies de gastrópodes terrestres*

Os gastrópodes de origem terrestre das espécies *Rumina decollata* e *Parmacella Velencienni* têm presença local e a sua integração nos contextos poderá ser contemporânea da formação dos mesmos ou posterior à ocupação do sítio visto estes serem tipicamente intrusivos e não terem qualquer valor bromatológico, sendo comum em regiões secas, pois tolerarem bem períodos de pouca pluviosidade e temperaturas altas. A concentração da última nos contextos funerários poderá, contudo, levantar a questões de um uso cultural específico.

Resumindo, a maioria das espécies (tanto em termos de restos como de conchas usadas como adorno) presentes nos Perdigões remetem para proveniências exógenas, ligadas provavelmente, com base o princípio da menor distância, aos estuários do Tejo e Sado e costa alentejana. Esta orientação da origem das espécies exógenas de fauna malacológica encontra suporte noutros elementos da cultura material e mesmo nos estudos

isotópicos de restos humanos (ver Capítulo 5). Contudo, a possibilidade de outras proveniências costeiras (já que as redes de interacção dos Perdígões abrangem todo o quadrante Sudoeste da Península Ibérica e Norte de África), de que a presença de *Patella candei* será o melhor exemplo, são igualmente admissíveis. Por outro lado, esta definição de prováveis proveniências não se traduz necessariamente num quadro de relações directas, nomeadamente para as conchas que circulam como tal (concretamente contas e valvas de *Pecten sp.*), pois situações de intermediação poderão existir, tornando a circulação destes materiais mais complexa e relacional, no quadro geral das redes de interacção em que os Perdígões se foram integrando ao longo da sua biografia.

#### **4 – O PROBLEMA DA INTERACÇÃO NOS PERDIGÕES: UM BREVE PONTO DA SITUAÇÃO**

Todos os grandes recintos de fossos do Sul peninsular têm vindo a evidenciar uma forte integração em redes regionais e transregionais de interacção (com extensões extra ibéricas), documentando a importância que a circulação de média e larga escala teve nas suas dinâmicas internas e revelando uma progressiva intensificação destas relações ao logo da trajectória social que se desenvolveu entre meados do 4.º e finais do 3.º milénio a.C. O recinto dos Perdígões não foge à regra e é hoje um dos contextos centrais para a investigação desta temática no Sudoeste Peninsular. Neste âmbito, vários têm sido os trabalhos sobre materiais exógenos nos Perdígões, os quais foram objecto de um ponto de situação recente (VALERA, no prelo a) e cuja investigação está presentemente a ser aprofundada no âmbito do projecto “MOBINTER – Mobilidade e Interacção na Pré-História Recente do Sul de Portugal: o papel dos centros de agregação”, no qual a presente análise se integra.

De momento, os materiais que têm vindo a ser identificados inequivocamente como exógenos nos Perdígões são os seguintes: objectos em marfim (VALERA *et al.*, 2015), cinábrio (EMSLIE *et al.*, 2015), objectos em mármore e calcário (DIAS *et al.*, 2017), objectos em variscite / malaquite (ODRIOZOLA *et al.*, 2010), material em sílex oolítico e outros materiais siliciosos, cristais prismáticos de quartzo hialino, determinados recipientes cerâmicos (VALERA, no prelo a), contas de colar em âmbar e os moluscos / conchas marinhos / estuarinos objecto deste texto. Este conjunto de materiais desenha uma rede de interacções que abrange o quadrante Sudoeste da Península Ibérica, englobando as penínsulas de Lisboa e Setúbal, o litoral e o norte alentejano, a Estremadura espanhola, os contrafortes ocidentais da Serra Morena, a Meseta Sul e os maciços béticos centrais. A esta abrangência acrescentam-se os produtos extra ibéricos, como o caso do marfim (o analisado é proveniente do Norte de África – VALERA *et al.*, 2015) e provavelmente o âmbar, ainda que a sua chegada aos Perdígões não signifique sempre relações directas com essas áreas, sendo possível a existência de intermediações.

De notar ainda que a grande maioria destes objectos exógenos, sobretudo durante o Calcolítico, foram registados em contextos funerários, documentando práticas de amortização, possivelmente num contexto emulativo, com diferenças estilísticas que sugerem diferenciações identitárias (VALERA *et al.*, 2015; VALERA, no prelo a). Neste contexto, qual o papel dos moluscos e das conchas, sobretudo dos elementos (maioritários) que têm proveniência exógena à região?

## 5 – A FAUNA MALACOLÓGICA NOS PERDIGÕES: QUESTIONANDO O CONSUMO DE MOLUSCOS E CONCHAS NOS PERDIGÕES

O conjunto de moluscos registado nos Perdígões evidência uma diversidade de circunstâncias que tem que ser levada em conta para a avaliação do desempenho social destas faunas e dos seus restos (coisas distintas) no sítio ao longo da sua biografia.

Em primeiro lugar, a evidência de que as faunas malacológicas nos Perdígões têm uma expressão reduzida, não revelando qualquer relevância em termos de subsistência. Acresce a circunstância de que uma significativa parte dos restos presentes, como as conchas de *Pecten sp.* (de que só existem as valvas convexas) e as cochas adorno, não podem ser associados a consumo alimentar, assim como aquelas que já de si não têm qualquer valor bromatológico.

Esta irrelevância em termos de subsistência é ainda reforçada pelo facto de existir uma preponderância das conchas de ambientes marinhos / estuarinos (mesmo exceptuando as não associáveis a consumo) sobre ambientes de água doce, mais próximos do sítio. Alguma relevância em termos de subsistência deveria proporcionar o registo desequilibrado em termos dos moluscos disponíveis localmente, nomeadamente no Guadiana, de onde muito provavelmente terão tido origem as espécies de água doce que surgem, com valores claramente minoritários ou mesmo vestigiais, nos Perdígões.

Torna-se assim evidente que a questão dos moluscos nos Perdígões tem que ser tratada em diferentes dimensões, as quais têm que ser analisadas no seu comportamento diacrónico no sítio.

### 5.1 – O comportamento diacrónico geral das espécies presentes

Considerando as duas grandes fases definidas para análise (Neolítico – 3500-2900 a.C.; Calcolítico / Bronze Inicial – 2900-2000 a.C.), verifica-se que existe um aumento significativo da presença de restos da primeira para a segunda (Fig. 2). Nos restos classificados este aumento verifica-se exclusivamente à custa das espécies exógenas (que mais que duplicam), enquanto as espécies disponíveis localmente mantêm os mesmos valores genéricos (até descendo ligeiramente). Uma boa parte deste aumento fica a dever-se às conchas / adorno e conchas de *Pecten sp.* que não estão associadas a consumo de moluscos (que passaram de 47 para 109, a que há que juntar 48 contas sobre concha não identificada). Porém, nos restantes restos existem alterações que poderão ter algum significado. Os Quadros 1 e 2 e a Fig. 3 revelam que existe uma maior diversidade de espécies (ainda que sempre com números muito reduzidos) de bivalves marinhos / estuarinos na fase neolítica e uma maior diversidade no Calcolítico relativamente aos gastrópodes marinhos, sugerindo que poderá existir alguma variação diacrónica na chegada de determinadas espécies exógenas aos Perdígões (uma amostragem mais alargada é necessária para confirmar esta indicação), nomeadamente de algumas extra peninsulares como acontece com as *Patella candei* e *Paracentrotus lividus*. Por outro lado é evidente o crescimento do número de restos de *Ruditapes decussatus* na segunda fase (ainda que estas valorizações tenham que ter em conta que estamos a lidar com classes de tempo diferentes, a neolítica compreendendo 6 séculos e a calcolítica / início da Idade do Bronze 9 séculos). Para além disto, há a referir que as contas sobre *Trivia sp.*, ocorrendo no Neolítico, são sobretudo um objecto presente no Calcolítico assim como as sobre gastrópodes fluviais *Theodoxus fluviatilis* (sempre num contexto muito concreto: a Fossa 40 de deposições de restos de cremações humanas) e que os pendentes sobre *Cerestoderma edule* são raros e exclusivos da fase neolítica.



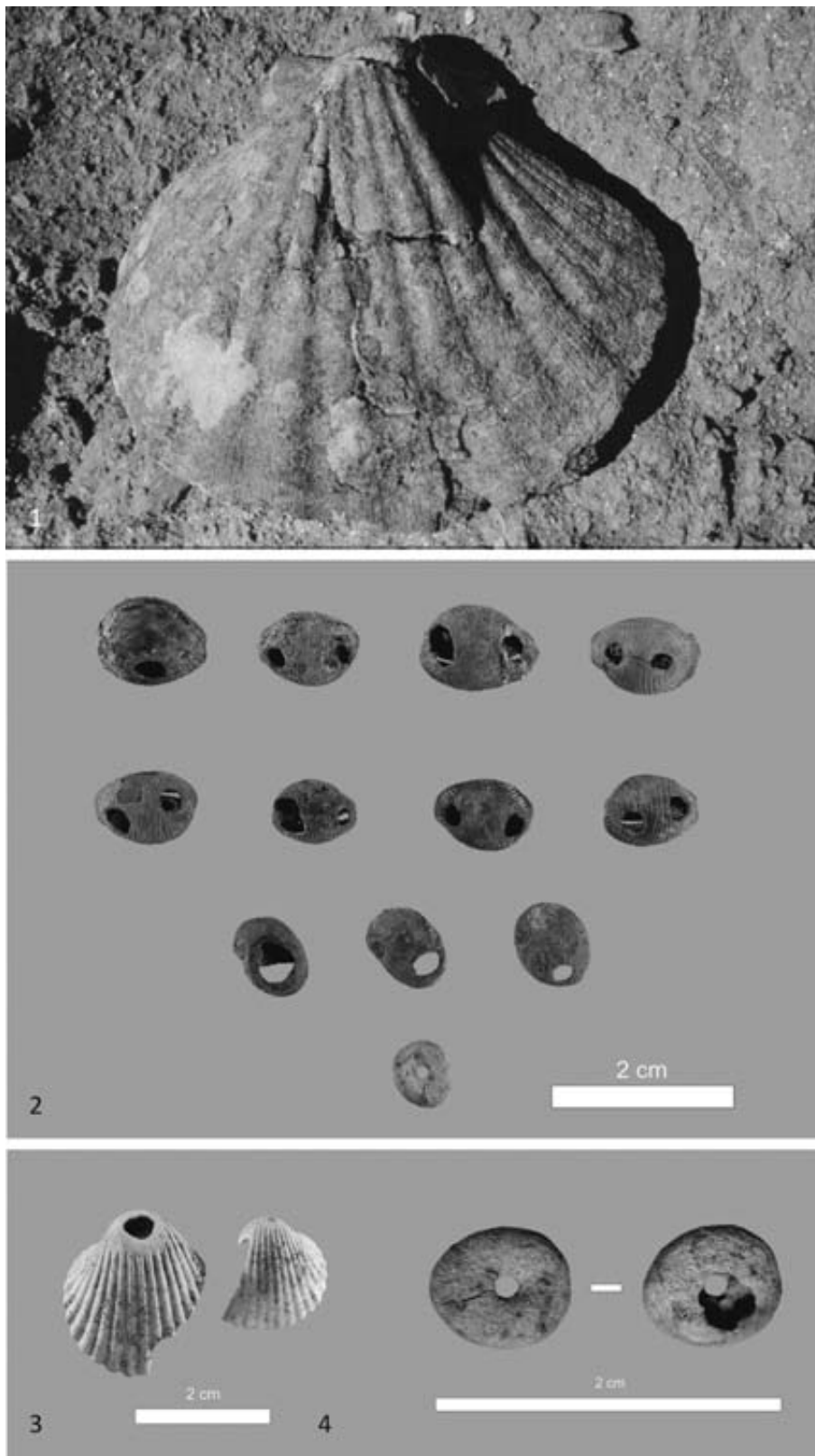


Fig. 4 - 1. *Pecten maximus* (Sepulcro 1); 2. Elementos de adorno pessoal em conchas de *Trivia sp.*, *Theodoxus fluviatilis* e um exemplar de *Paracentrotus lividus*; 3. Elementos de adorno pessoal em conchas de *Cerastoderma edulis*; 4. Elemento de adorno pessoal em *Paracentrotus lividus*.

Resumindo, as alterações mais significativas entre as duas fases são: um crescimento das espécies exógenas e uma manutenção das locais (sempre claramente minoritárias); um aumento das conchas adorno e das conchas de uso funcional / simbólico (concretamente das *Pecten sp.*); um aumento do consumo de *Ruditapes decussatus*.

Mas para além da dimensão tempo, há agora que analisar mais em detalhe as outras variáveis relacionadas com o uso da concha *versus* consumo do molusco, com a proveniência local *versus* proveniência exógena e com a expressão contextual que estas dualidades podem assumir (de que também se procurará dar uma expressão diacrónica).

## 5.2 – O uso da concha: adornos e objectos de uso excepcional

No que respeita à primeira dimensão, a circulação de conchas (sem qualquer relação com o consumo do molusco), duas situações devem ser distinguidas: as conchas utilizadas como adorno e as conchas utilizadas como utensílio ou simplesmente como objecto simbólico em determinadas práticas. As primeiras correspondem a contas sobre concha não identificada,<sup>1</sup> a contas sobre *Trivia sp.* ou, mais raramente, as realizadas sobre *Theodoxus fluviatilis*, *Paracentrotus lividus* e os pendentos sobre *Cerostoderma edule*. O seu comportamento diacrónico e contextual revela circunstâncias interessantes.

Como se viu acima, a presença de contas sobre concha nos contextos da fase neolítica é rara (cinco exemplares): uma conta sobre *Trivia sp.* na Fossa 14 e outra no Hipogeu 1; três conchas/pendente de *Cerostoderma edule* perfuradas provenientes do Fosso 12, Hipogeu 1 e Fossa 11, sendo que apenas esta última é proveniente de um contexto funerário (era o único artefacto associado aos restos humanos identificados nessa fossa). Este cenário permite três notas: todas as contas utilizadas como adorno nesta fase são de origem exógena à região; as conchas de *Cerostoderma edule* usadas como pendente são exclusivas desta fase; apenas uma destas peças está em contexto funerário (facto que poderá estar relacionado com o ainda reduzido número de contextos funerários neolíticos identificados nos Perdígões).

Esta situação contrasta com a fase calcolítica, onde o número de contas sobre concha (*Trivia sp.*, *Paracentrotus lividus*, *Theodoxus fluviatilis* e indeterminadas) é bastante superior, mas onde praticamente todas estão em contexto funerário, concretamente nas deposições de restos de cremações humanas da Fossa 40. Por outro lado, é relevante sublinhar que as contas sobre *Trivia sp.*, *Theodoxus fluviatilis* e *Paracentrotus lividus* apenas foram registadas na Fossa 40 associadas a deposições de cremações de restos humanos, estando ausentes nos Sepulcros 1 e 2 que revelam utilizações contemporâneas (VALERA *et al.*, 2014). Como já foi salientado, apesar da contemporaneidade estabelecida por datações de radiocarbono, os contextos funerários de deposições de cremações na área central dos Perdígões apresentam significativas diferenças relativamente aos sepulcros localizados no extremo Este dos recintos: diferenças ao nível das arquitecturas (fossas *versus* estruturas tipo *tholoi*), do tratamento dos restos humanos (deposições secundárias de restos de cremações *versus* deposições secundárias de ossadas) e dos conjuntos artefactuais associados (tipologicamente muito diferenciados). As contas sobre concha parecem ser, assim, mais um elemento diferenciador entre estes

---

<sup>1</sup>Trabalho desenvolvido no âmbito do projecto “Interconnections: archaeological beads and trade in Perdígões during the 3<sup>rd</sup> millennium BC”, coordenado por Isabel Dias no Wigner Research Centre for Physics of the HAS, Department of Materials Science by Nuclear Methods, Budapest.

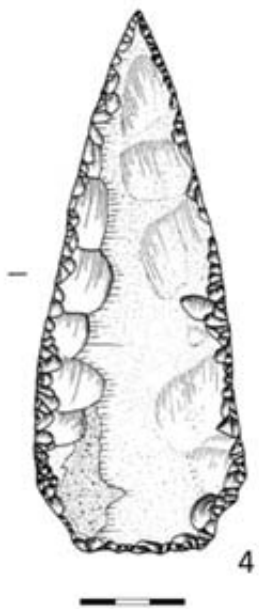
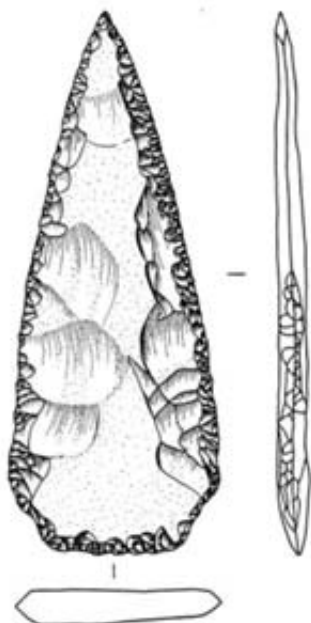


Fig. 5 - Materiais do conjunto depositado no átrio do Sepulcro 1 dos Perdígões (Lago *et al.* 1998). 1. Valva inteira de *Pecten maximus*; 2. vasos de calcário alinhados à entrada do átrio; 3. pequeno recipiente de pé alto; 4. Punhal em sílex; 5. Pontas de seta em xisto.

contextos funerários, actuando como mais um elemento exógeno ao serviço de expressões identitárias que, durante o 3.º milénio a.C., parecem ter ganho particular relevância nas práticas sociais que decorreram nos Perdigões.

Relativamente à forma como se processou a sua chegada aos Perdigões, a inexistência de restos destas conchas não transformadas indicia que o seu fabrico não se operaria no sítio, mas que ali chegariam como elementos de adorno já finalizados, eventualmente como objectos usados pelas pessoas que circularam pelos Perdigões ou associados aos restos humanos eventualmente para ali transportados. Trabalhos recentes ainda inéditos têm vindo a revelar, através de estudos isotópicos, que o número de indivíduos exógenos aos Perdigões será considerável e evidenciando valores de Sr compatíveis com áreas mais litorais, como a Estremadura Portuguesa, sugerindo que poderá existir um transporte directo destes adornos a partir de regiões mais costeiras. Por outro lado, a presença de *Paracentrotus lividus*, que indicam uma origem mais meridional, aponta para relações com o sul peninsular ou mesmo Norte de África, associando-se nessa origem ao marfim já analisado (VALERA *et al.*, 2015) e às *Patella candei*.

Outra situação de protagonismo da concha observa-se com os restos de *Pecten sp.*, os quais sempre que foi possível determinar a família correspondem a *Pecten maximus*. O facto de apenas se terem identificado restos ou exemplares completos da valva convexa (e total ausência da valva plana) é demonstrativo de que apenas a concha circulou, circunstância reforçada por alguns exemplares evidenciarem congressões e incrustações marinhas na face interna das valvas, demonstrando que foram recolhidas já como concha separada.

A configuração e dimensão da valva convexa da *Pecten sp.* confere-lhe um potencial de uso como recipiente, a que se associa a seu desenho de particular exuberância estética, factos que terão estado na base da atracção que sempre exerceu, ao longo da História, nas comunidades humanas que a utilizaram como símbolo, elemento decorativo, ou objecto de uso sagrado. Ao longo da Pré-História Peninsular a sua presença em contextos funerários é frequente, evidenciando esse potencial estético e simbólico.

Nos Perdigões, os restos de *Pecten sp.* (num total de 105) têm uma representatividade que poderemos considerar equivalente nas duas fases: se existe um aumento da primeira para a segunda fase, esse aumento é matizado pela diferença de tempo comportada por cada fase (como já foi referido, uma diferença de três séculos). Podemos assim dizer que, com base na amostra estudada, a concha convexa de *Pecten sp.* mantém uma presença regular nos diversos contextos intervencionados ao longo da biografia dos Perdigões. A diferença ocorre na natureza desses contextos. Se a totalidade dos restos de *Pecten sp.* (42) ocorrem em contextos não funerários durante a fase neolítica, na fase calcolítica 30 dos 63 restos registados são provenientes de contextos funerários, sugerindo um uso contextual e simbólico distinto. Esta circunstância parece ser corroborada por outros contextos funerários do Centro e Sul de Portugal. De facto, nenhum dos contextos funerários neolíticos, em fossa ou hipogeu, recentemente intervencionados no Alentejo revelou a presença de conchas de *Pecten sp.* (sendo frequentes braceletes sobre *Glycymeris*). Pelo contrário, a concha ocorre em contextos funerários calcolíticos, como por exemplo no hipogeu de Monte da Guarita (datado da primeira metade do 3.º milénio a.C.) e é frequente em vários contextos funerários da Estremadura em que ocorrem materiais calcolíticos tardios, nomeadamente campaniformes. O contexto de deposição do átrio do Sepulcro 1 dos Perdigões é, neste sentido, um bom exemplo deste uso simbólico da concha, a qual aparece depositada em associação a um vaso cerâmico de pé alto, um conjunto de cerca de duas dezenas de pontas de seta, seis recipientes de calcário e um punhal em sílex (Fig. 5).



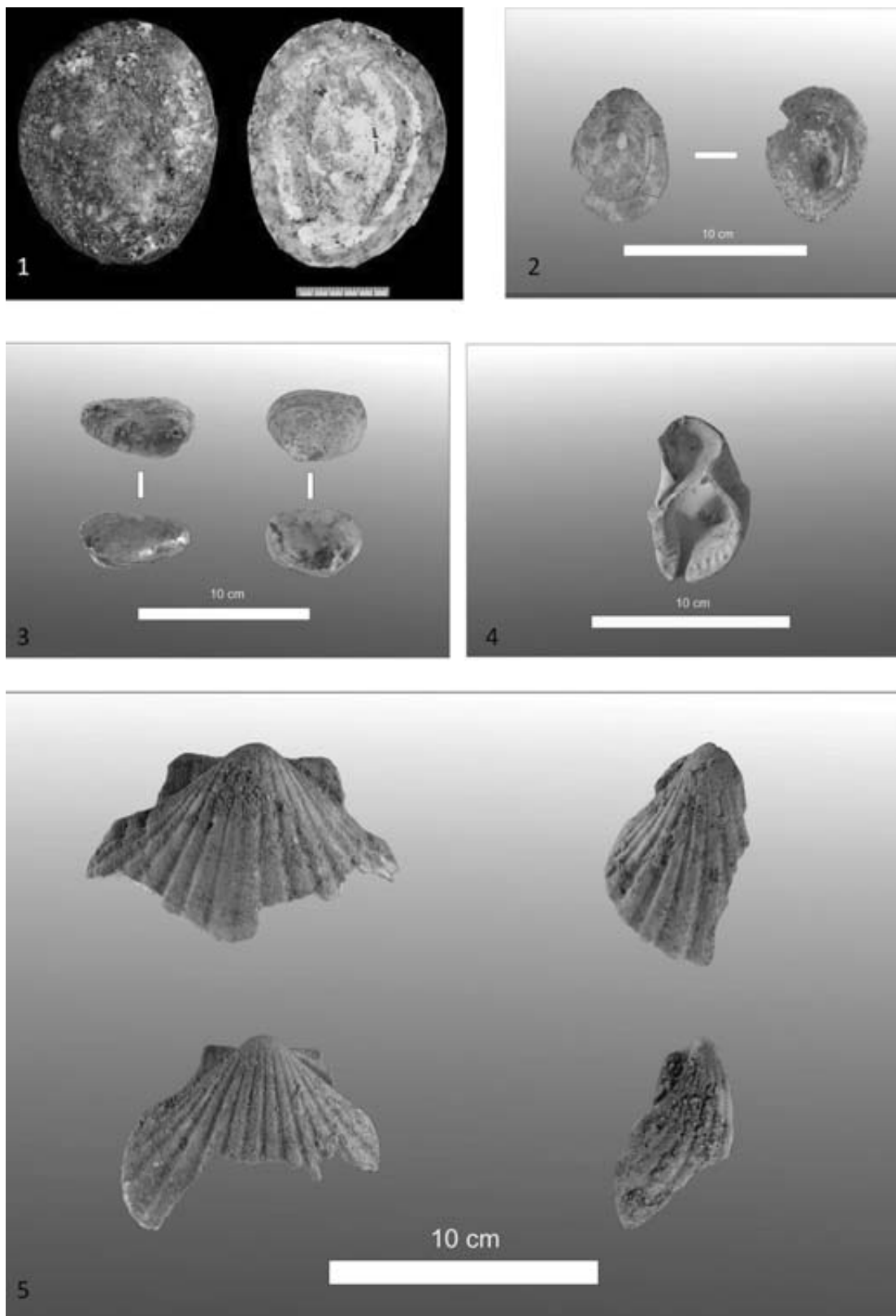


Fig. 6 – 1-2. Exemplares de *Patella candei*; 3. Exemplares de *Unio* sp. e *Pottomida littoralis*; 4. Exemplar fraturado de *Charonia lampos*; 5. Exemplares fraturados de *Pecten maximus*.

O mesmo se poderá dizer da *Patella candei*, exclusiva do Sepulcro 2. Tratam-se de conchas relativamente grandes, com origem extra peninsular provável, usadas como material votivo, possivelmente como contentores. Esta situação é sugerida por um dos exemplares que evidencia no seu interior restos de uma substância branca carbonatada (Fig. 6, n.º 1).

### 5.3 – Os moluscos consumíveis

No que respeita aos restos de moluscos que poderão representar um mínimo efectivo consumo alimentar (*Ruditapes decussatus*; *Mytilus* sp.; *Scrobicularia plana*; *Unio* sp.; *Potomida littoralis*), para além da sua raridade, há sobretudo que salientar algumas alterações diacrónicas. De facto, na fase neolítica, ainda que exista um predomínio das espécies exógenas, os números de restos de cada espécie não são significativamente diferentes entre si, sendo o quadro geral de valores em torno ou abaixo dos 20 restos por espécie. As duas notas mais significativas referem-se à fase calcolítica:

- Um incremento com algum significado dos restos de moluscos eventualmente consumidos no que respeita à *Ruditapes decussatus*;
- A reduzida presença nos contextos funerários. Alguns restos, nomeadamente os 26 restos de *Ruditapes decussatus* na Fossa 16, presentes nestes contextos poderão relacionar o consumo esporádico destes moluscos com o cerimonial funerário, mas a sua grande maioria ocorre noutros contextos, como fossos, fossas e depósitos exteriores, sugerindo um consumo igualmente pontual associado a outras práticas.

Desta forma, os dados actualmente disponíveis parecem indicar um ligeiro incremento do consumo de moluscos exógenos (concretamente da *Ruditapes decussatus*) durante o 3.º milénio a.C. O que levanta o problema da sua chegada ao interior alentejano em condições de ser consumido. Esta situação permite relacionar o consumo de moluscos exógenos que circulariam nas redes de interação com um outro produto igualmente exógeno e que, sendo importante nessas redes, deixa uma pegada arqueológica pouco visível: o sal.

A ideia de que o sal produzido em contextos do estuário do Tejo como o Monte da Quinta 2 ou Ponta da Passadeira, que claramente indiciam uma produção que excederia as necessidades locais, serviria para abastecer o interior alentejano já foi sublinhada por várias ocasiões (VALERA *et al.*, 2006; SOARES, 2008, 2013 a), tendo-se mesmo estabelecido uma associação entre a circulação do sal e a circulação de alguns moluscos marinhos para consumo em contextos do interior alentejano (SOARES, 2013 a, p. 187). Esta produção de sal para abastecimento das áreas interiores possibilitaria a circulação conjunta dos moluscos, permitindo a sua chegada em condições de consumo, ainda que sempre em pequenas quantidades. Mas se esta realidade está atestada para o Neolítico Final / Calcolítico Inicial, períodos a que se referem as áreas de produção pré-histórica de sal conhecidas nos estuários do Tejo e Sado, já para o Calcolítico pleno/final, quando o consumo de moluscos no interior parece crescer um pouco, desconhecem-se eventuais fontes de abastecimento na costa ocidental portuguesa. Como foi recentemente sugerido, esta circunstância tanto poderá resultar do facto desses contextos ainda não terem sido identificados na costa atlântica como derivar de uma reorientação das relações de intercâmbio, passando o interior alentejano a ser abastecido de sal a partir das fontes do interior peninsular, nomeadamente da Andaluzia Ocidental (VALERA, no prelo b: Figura 7), podendo alguns moluscos ter proveniência no ambiente lagunar da foz do Guadalquivir.

O seu consumo seria, porém, sempre pontual e muito provavelmente realizado num âmbito cerimonial, que só no caso da Fossa 16 poderá ser eventualmente relacionado directamente com a dimensão funerária. Contudo, ainda neste sentido, é interessante sublinhar que na fase calcolítica, cerca de metade dos restos de *Ruditapes decussatus* (a espécie dominante) se concentram nos depósitos externos que rodeiam a área de deposições de cremações humanas (na Fossa 16, Fossa 40 e Ambiente 1), mas onde também se observam relevantes evidências de produção metalúrgica, a presença de campaniforme e cerca de 1/3 dos restos de *Pecten sp.* registados nesta fase. Trata-se de uma área que parece evidenciar uma conjugação espacial de actividades e práticas que indicia uma fluidez entre as mesmas, sugerindo um ambiente de ritualidade e diferenciação para o qual o consumo de moluscos exógenos também contribuiria.

Note-se que a interpretação de um consumo ritualizado de moluscos não decorre apenas do seu carácter exógeno e raro num dado contexto, mas igualmente das relações contextuais em que ocorre. Tal será, por exemplo, a situação no sítio costeiro da ETAR de Vila Nova de Mil Fontes, onde níveis conquíferos surgem associados a uma grande cabana circular com dez metros de diâmetro e com uma entrada ampla (quatro metros), estando os postes centrais desta cabana alinhados com o poste central da larga entrada a 121°, ou seja, ao solstício de Inverno. Em torno a esta estrutura registaram-se artefactos metálicos, ídolos de calcário, vasos de calcário e cerâmica simbólica, sugerindo que o consumo de moluscos (predominantemente *Monodonta lineata*, o que revela uma recolha sistemática no nível superior médio litoral, apontando para uma recollecção sazonal de Inverno, portanto compatível com a orientação ao solstício de Inverno) se processaria num momento significativo do calendário solar em contexto cerimonial, onde a dimensão simbólica se sobreporia a critérios relacionados com estratégias de subsistência (VALERA & PARREIRA, no prelo).

#### 5.4 – Os dados dos Perdígões confrontados com outros contextos regionais

As colecções de restos malacológicos com algum significado estatístico estudadas para contextos do interior alentejano são ainda em número muito reduzido. Assim, em termos comparativos numéricos apenas dispomos dos trabalhos sobre o Porto Torrão (COELHO, 2006) e sobre o Mercador (COELHO, 2013), correspondendo o primeiro a um grande complexo de recintos de fossos semelhante (mas bastante maior) aos Perdígões, atravessado pela ribeira de Vale do Ouro e localizado a 21 km a Sudeste do curso médio do Rio Sado e a cerca de 45 km do início do seu paleo estuário, e o segundo a um relativamente pequeno povoado aberto situado a escassas centenas de metros do Guadiana, na sua margem esquerda, a cerca de 16 km dos Perdígões.

Quando comparamos a relação de restos de água doce com os restos marinhos / estuarinos (Quadro 3; Fig. 7) verificamos que os segundos são largamente dominantes nos dois grandes complexos de recintos, invertendo-se a situação no pequeno povoado aberto, onde predominam os moluscos de água doce e os importados são muito raros (resumindo-se a 7 restos). Esta situação, que necessita de ser verificada com o estudo de outras colecções significativas, parece reforçar a ideia de que os moluscos exógenos encontram o seu palco preferencial de consumo nos grandes centros agregadores, onde integram as listas amplas e variadas de materiais exóticos. Mas poderá ocorrer também em alguns pequenos sítios, como sugere a interessante situação registada no Porto das Carretas, a pouco mais de 1 km do Mercador e sobre o Guadiana. Ainda que não sejam apresentados números, refere-se a presença de *Pecten Sp.* e *Patella sp.* (consideradas raras) e *Ostrea sp.* (considerada frequente) na segunda metade do 3.º milénio a.C. e a ausência de espécies fluviais (SOARES, 2013 b, p. 172).

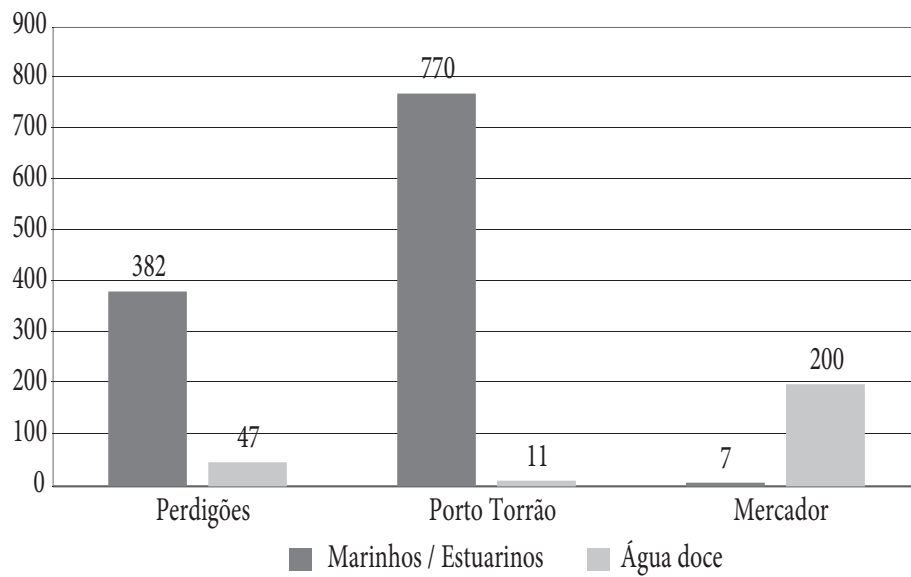


Fig. 7 - Relação das espécies de água doce e marinhas/estuarinas nos Perdigões, Porto Torrão e Mercador

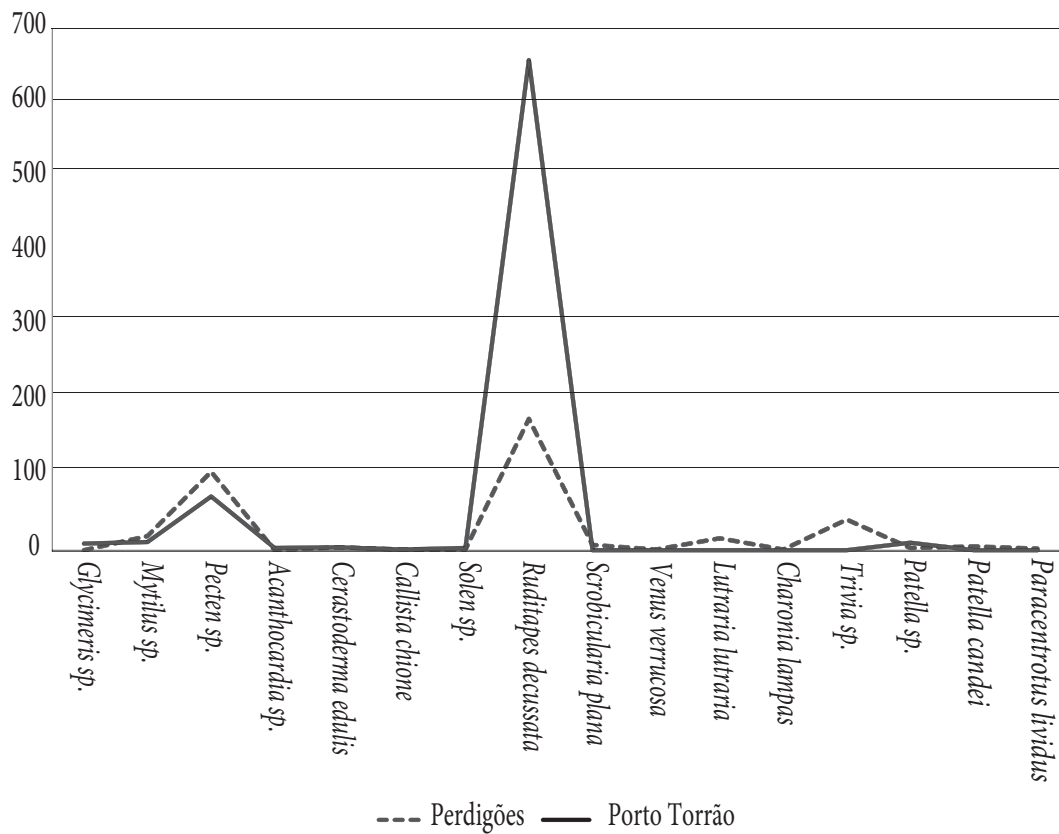


Fig. 8 - Variabilidades das espécies marinhas/estuarinas nos Perdigões e Porto Torrão



**Quadro 3 – Número de restos por espécie (com exceção dos gastrópodes terrestres) para os Perdigões, Porto Torrão (segundo COELHO, 2006) e Mercador (segundo COELHO, 2013)**

Espécies	Perdigões	P Torrão	Mercador
	NR	NR	NR
<b>Bivalves marinhos</b>			
<i>Glycimeris sp.</i>	0	9	0
<i>Mytilus sp.</i>	19	11	0
<i>Pecten sp.</i>	105	72	5
<i>Acanthocardia sp.</i>	0	3	0
<i>Cerastoderma edulis</i>	4	4	2
<i>Callista chione</i>	1	1	0
<i>Solen sp.</i>	1	3	0
<i>Ruditapes decussata</i>	176	657	0
<i>Scrobicularia plana</i>	7	0	0
<i>Venus verrucosa</i>	1	0	0
<i>Lutraria lutraria</i>	16	0	0
<b>Gastrópodes marinhos</b>			
<i>Charonia lampas</i>	1	0	0
<i>Trivia sp.</i>	41	0	0
<i>Patella sp.</i>	3	10	0
<i>Patella candei</i>	5	0	0
<b>Echinoidea</b>			
<i>Paracentrotus lividus</i>	2	0	0
<b>Bivalves de Água Doce</b>			
<i>Potomida littoralis</i>	19	3	148
<i>Unio sp.</i>	25	8	52
<b>Gastrópodes de Água Doce</b>			
<i>Theodoxus fluviatilis</i>	3	0	0
<b>Totais</b>	<b>429</b>	<b>781</b>	<b>207</b>

Esta situação contrasta com a verificada no vizinho sítio do Mercador, aproximando-se da tendência registada nos Perdigões, mas onde a *Ostrea sp.* (aparentemente a espécie mais comum no Porto das Carretas) está ausente, da mesma forma que a *Ruditapes decussatus*, predominante nos Perdigões, é inexistente no Porto das Carretas. Tendo estas espécies contextos de proveniência comuns e estando integradas em conjuntos arqueológicos que representam períodos de tempo relativamente amplos, estes contrastes (nomeadamente no que se refere aos sítios contemporâneos muito próximos entre si, como são os Perdigões, Mercador e Porto das Carretas) indiciam que o potencial simbólico e diferenciador do consumo alimentar de moluscos

marinhos/estuarinos não se resume à questão da sua condição exógena, mas poderá igualmente abranger as diferenças entre espécies, o que alarga significativamente o efectivo desempenho destes recursos no contexto das relações sociais e identitárias. O mesmo se poderá aplicar ao uso das conchas enquanto tal, como se pode observar em relação às contas sobre *Trivia sp.* bem representadas no contexto de cremações da Fossa 40 e ausentes dos contextos coetâneos dos Sepulcros 1 e 2 dos Perdigões, ou às sobre *Cerestoderma edule*, que apenas surgem nos contextos Neolíticos dos Perdigões, existindo, porém, um exemplar calcolítico no vizinho povoado do Mercador. Parecem, pois, existir padrões de escolha das espécies que circulam e por onde circulam no interior, o que a raridade de algumas espécies dos mesmos nichos ecológicos (como a *Cerestoderma edule*, *Solen marginatus* ou o *Mytilus sp.*) reforça.

Já no que respeita às espécies mais consumidas nos dois grandes complexos de recintos verifica-se uma coincidência, sendo a *Ruditapes decussatus* predominante em ambos (Fig. 8). O maior número de restos no Porto Torrão poderá ficar a dever-se apenas a uma questão de maior proximidade ao ambiente ecológico desta espécie. De notar também a coincidência no número significativo de *Pecten sp.*

## 6 – CONCLUINDO

Este texto corresponde a uma primeira síntese, realizada com a informação actualmente disponível, sobre os restos de faunas malacológicas nos Perdigões e sofre necessariamente de um problema de representatividade, uma vez que os dados se reportam a uma reduzida percentagem de sítio intervencionado. Mas porque o sítio é grande, essa área é significativa em termos absolutos (superior a 3000 m<sup>2</sup>) e sobretudo apresenta uma relevante diversidade contextual, torna-se possível o conjunto de apreciações realizadas.

A ideia base que resulta desta análise é a de que os restos de fauna malacológica nos Perdigões têm que ser abordados no contexto do desempenho social conferido aos produtos exógenos, demarcando-os das questões relacionadas com a subsistência. Este imperativo decorre da relativa escassez de restos relacionáveis directamente com o consumo alimentar e pelo carácter minoritário que espécies disponíveis localmente assumem nesse conjunto. De facto, apesar da proximidade do Guadiana e de existirem outras evidências de exploração de recursos fluviais nos Perdigões (VALERA, 2016), os moluscos de água doce têm uma representatividade sempre muito baixa, revelando que o seu consumo seria tão residual como o dos importados e, portanto, irrelevante do ponto de vista estritamente alimentar.

Assim, os moluscos passíveis de terem sido consumidos em termos alimentares terão integrado aquilo que poderemos designar por alimentos de excepção. Para o ser humano os alimentos nunca estão destituídos de sentidos e a alimentação quotidiana tende a ter uma dimensão significativa (PEARSON, 2003) só mais recentemente dessacralizada, raramente se resumindo a questões de subsistência e saúde. O próprio processo alimentar, de integração de algo em nós, que resulta numa troca de vidas, comporta um potencial metafórico que permite estender o simbolismo dos alimentos ao acto, às coreografias e ao momento de comer, fazendo com que o comer tenha um papel relevante em praticamente todas as cerimónias. E nesta ritualidade alimentar determinados produtos assumem um papel mais destacado.

Será o caso dos moluscos exógenos nos Perdigões. A distância, os cuidados necessários ao transporte e a raridade dotam estas faunas de um potencial uso emblemático, conferindo ao seu consumo uma dimensão diferenciadora, seja de indivíduos, grupos ou ocasiões. Esse potencial simbólico estende-se por espécies não



**Fig. 9** – Outros materiais exógenos nos Perdígões e respectivas áreas de proveniência. 1. Mapa com áreas de proveniência: A. e B. Estremadura, estuários do Tejo e Sado e costa alentejana; C. Mármore de Estremoz-Vila Viçosa; D. Tierra de Barros; E. Minas de Pico Centeno (variscite); F. Minas de Almaden (cinábrio); G. Formações jurássicas da Andaluzia Central (silex oolítico); H. Norte de África (marfim); 2. Betilo em mármore; 3. Figura antropomórfica e báculo em marfim; 4. Conta em âmbar; 5. Conta em variscite; 6. Cinábrio; 7. Silex oolítico.

consumidas, mas cujas conchas assumem protagonismo em práticas cerimoniais, como acontece com as *Pecten* sp. e as *Patella candei* nos contextos funerários ou com as utilizadas como adornos ou amuletos.

Por outro lado, a comparação com outras colecções malacológicas no interior alentejano sugere que a própria diversidade de espécies de moluscos pode ser utilizada como recurso diferenciador, portanto identitário, já que se verificam diferentes presenças e ausências de táxons que partilham os mesmos ambientes de origem.

A presença de restos de moluscos nos Perdigões é, pois, mais uma faceta do consumo de produtos exóticos que caracteriza, em crescendo, os grandes recintos do Sudoeste Peninsular entre a segunda metade do 4.º milénio e o final do 3.º milénio a.C.. Produto de sociedades envolvidas numa trajectória de progressiva complexificação, e associada a uma intensificação de sistemas produtivos ainda de base doméstica, a uma crescente desigualdade no contexto de relações sociais ainda segmentárias ou já de tipo transigualitário (HAYDEN, 1995; GARRIDO-PENA, 2006; DÍAZ-DEL-RIO, 2008), a um incremento de um artesanato semiespecializado, a um crescimento demográfico e a inovações tecnológicas, a circulação transregional de produtos de excepção e o seu consumo diferenciado (ao serviço de desigualdades sociais emergentes, de jogos identitários ou de estratégias emulativas) são parte integrante da complexa elaboração ideológica neolítica (no sentido mais amplo do termo) e das suas diversificadas formas de expressão.

No seu conjunto, a circulação destes produtos traduz também a importância que a mobilidade mantinha na organização social destas comunidades (VALERA, 2003), nomeadamente no que respeita à circulação entre o interior alentejano e as zonas mais costeiras, como a Península de Lisboa, tema a que Rui Boaventura se foi dedicando nos últimos anos, quer através de reflexões sobre o papel do género nessa circulação de pessoas (BOAVENTURA, 2011; MUNSON & BOAVENTURA, 2011), quer através de um projecto que visava abordar essa realidade a partir de estudos isotópicos (HILLIER, BOAVENTURA & RICHARDS, 2008) e que acabaria por proporcionar um primeiro pequeno conjunto de dados para os Perdigões (HILLIER, BOAVENTURA & GRIMES, 2010), agora continuado e aprofundado pelo projecto que enquadra o presente texto. De facto, novos dados já obtidos, cuja publicação se prevê para breve, vêm reforçando a importância dos indivíduos exógenos nos Perdigões (e inclusivamente de alguns animais), facto já indiciado no trabalho de 2010, apresentando valores de Sr compatíveis com a região da Estremadura, embora igualmente com outras.

A relação entre a Estremadura e o Alentejo é desde há muito sublinhada na investigação arqueológica das sociedades neolíticas e calcolíticas, sempre evocando as necessidades de abastecimento de anfibolito e cobre da primeira e de sílex do segundo. Mas na realidade, os dados actuais falam-nos sobretudo de um mosaico de relações de mais larga abrangência peninsular e até extra peninsular e de uma maior variedade de produtos, como é bem documentado pelos diferentes artigos com várias origens presentes nos Perdigões (Fig. 9), ou por exemplo, pelos estudos de proveniência de objectos em rochas verdes da Península de Lisboa e que revelam uma diversidade de relações, com fontes de matéria prima em zonas tão distantes como a Meseta Norte e a Serra Morena (ODRIOZOLA *et al.*, 2013 a; ODRIOZOLA *et al.*, 2013 b).

São dados que revelam os complexos padrões de interacção e mobilidade que caracterizavam estas comunidades, cuja investigação se tem vindo a aprofundar nos últimos anos devido ao progresso de um conjunto de tecnologias analíticas e para a qual Rui Boaventura, homenageado no presente volume, deu importante estímulo e contributo.



## AGRADECIMENTOS

Investigação desenvolvida no âmbito do projecto PTDC/EPHARQ/0798/2014 – Mobilidade e interacção na Pré-história Recente do sul de Portugal: o papel dos centros de agregação, financiado por fundos nacionais através da FCT/MCTES (PIDDAC).

Os autores agradecem o convite para participar neste volume de homenagem ao sempre sorridente e bem-disposto Rui Boaventura, cujo desaparecimento precoce nos empobreceu.

## REFERÊNCIAS

- BICHO, N.; UMBELINO, C.; DETRY, C. & PEREIRA, T. (2010) – The emergence of Muge Mesolithic shellmiddens (central Portugal) and the 8200 cal yr BP cold event. *Journal of Island and Coastal Archaeology*. 5, p. 86-104.
- BOAVENTURA, R. (2011) – Bodies in Motion. Implications of gender in long-distance exchange between the Lisbon and Alentejo regions of Portugal in the Late Neolithic. In LILLIOS, K. T. (ed.) – *Comparative Archaeologies. The American Southwest (AD 900-1600) and the Iberian Peninsula (3000-1500 BC)*. Oxford: Oxbow Books, p. 209-220.
- CALLAPEZ, P. M.; PIMENTEL, R. & DINIS, P. A. (2016) – Moluscos em contextos arqueológicos portugueses: importância e estado da arte. *Estudos do Quaternário*. Braga: APEQ. 14, p. 60-72.
- CLAASSEN, C. (1998) – *Shells. Cambridge Manuals in Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- COELHO, M. (2006) – *A fauna malacológica de Porto Torrão. Os moluscos no Neolítico Final/Calcolítico do Sul de Portugal*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- COELHO, M. (2008) – A fauna malacológica proveniente do Sector I do recinto calcolítico dos Perdigões. *Apontamentos de Arqueologia e Património. NIA-ERA Arqueologia*. 3, p. 35-40.
- COELHO, M. (2013) – Faunas malacológicas do povoado do Mercador. In VALERA, A. C. (coord.) – *As comunidades agropastoris na margem esquerda do Guadiana. Memórias d’Odiana*. Edia/DRCAlen. 2.<sup>a</sup> Série, 6, p. 365-376.
- DIAS, M. I.; KASZTOVSZKY, Zs.; PRUDÊNCIO, M. I.; VALERA, A. C.; MARÓTI, B.; HARSÁNYI, I.; KOVÁCS, I. & SZOKEFALVI-NAGY, Z. (2017) – X-ray and neutron based non-invasive analysis of Pre-historical stone artefacts: a contribution to understand mobility and interaction networks. *Archaeological and Anthropological Sciences Journal*. 457. DOI: 10.1007/s12520-016-0457-2
- EMSLIE, S. D.; BRASSO, R.; PATTERSON, W. P.; VALERA, A. C.; MCKENZIE, A. M.; SILVA, A. M.; GLEASON, J. D. & BLUM, J. D. (2015) – Chronic mercury exposure in Late Neolithic/Chalcolithic populations in Portugal from the cultural use of cinnabar. *Nature, Scientific Reports*. 5, p. 14679.
- GARCÍA, V. B.; AGÜERO, E. G. G. & RODRÍGUEZ, C. F. (2010) – La Arqueomalacología: una introducción al estudio de los restos de moluscos recuperados en yacimientos arqueológicos. *Iberus*. 28, p. 13-22.
- GUTIÉRREZ-ZUGASTI, I. (2009) – *La explotación de moluscos y otros recursos litorales en la región cantábrica durante el Pleistoceno final y el Holoceno inicia*. Santander: Publican – Ediciones de la Universidad de Cantabria.

- GUTIÉRREZ-ZUGASTI, I. (2011) – Shell fragmentation as a tool for quantification and identification of taphonomic processes in archaeomalacological Analysis: the case of the cantabrian region (Northern Spain). *Archaeometry*. 53 (3), p. 614-630.
- HILLIER, M. L.; BOAVENTURA, R. & RICHARDS, M. (2008) – Diet and mobility of Late Neolithic populations of central-south Portugal: isotopic analysis of human remains from the Lisbon and Alentejo regions of Portugal. *Apontamentos de Arqueologia e Património. NIA-ERA*. 1, p. 29-34.
- HILLIER, M.; BOAVENTURA, R. & GRIMES, V. (2010) – Moving around? Testing mobility with strontium isotopes ( $^{86}\text{Sr}/^{87}\text{Sr}$ ) in the Late Neolithic of South-Central Portugal. Poster presented at the *IX Congresso de Arqueologia do Algarve*, October. Silves.
- LAGO, M.; DUARTE, C.; VALERA, A. C.; ALBERGARIA, J.; ALMEIDA, F. & CARVALHO, A. (1998) – Povoado dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz): dados preliminares dos trabalhos arqueológicos realizados em 1997. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 1 (1), p. 45-152.
- MASON, R. D., PETERSON, M. L. & TIFFANY, J. A. (1998) – Weighing vs. counting: measurement reliability and the California school of midden analysis. *America Antiquity*. 63 (2), p. 303-24.
- MUNSON, M. K. & BOAVENTURA, R. (2011) – Bridging Gender. In LILLIOS K. T. (ed.) – *Comparative Archaeologies. The American Southwest (AD 900-1600) and the Iberian Peninsula (3000-1500 BC)*. Oxford: Oxbow Books, p. 209-220.
- NOBRE, A. (1941) – *Fauna Malacológica de Portugal II – Moluscos terrestres e fluviais*. Coimbra: Coimbra Editora, Lda.
- ODRIOZOLA, C. P.; LINARES-CATELA, J. A. & HURTADO PÉREZ, V. (2010) – Green beads provenance analysis. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. 6, p. 47-51.
- ODRIOZOLA, C. P.; GARCÍA, R. V.; BOAVENTURA, R.; SOUSA, A. C.; MARTÍNEZ-BLANES, J. M. & CARDOSO, J. L. (2013) – Las producciones de adorno personal en rocas verdes del SW Peninsular: los casos de Leceia, Moita da Ladra y Penha Verde. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras, 20, p. 605-622.
- ODRIOZOLA, C. P.; SOUSA, A. C.; BOAVENTURA, R. & VILLALOBOS, R. (2013) – Componentes de adornos de pedra verde de Vila Nova de São Pedro (Azambuja): estudo de proveniências e redes de troca no 3.º milénio A.N.E. no actual território português. *Arqueologia em Portugal – 150 anos*. AAP, p. 457-461.
- PEARSON, M. P. (2003) – Food, identity and culture: na introduction and overview. In PEARSON, M. P. (ed.) – *Food, Culture and Identity in the Neolithic and Early Bronze Age*. BAR International Series 1117, p. 1-30.
- SALDANHA, L. (2003) – *Fauna submarina atlântica: Portugal Continental, Açores, Madeira*, 4.ª edição. Lisboa: Publicações Europa-América.
- TÁTÁ, F.; CASCALHEIRA, J.; MARREIROS, J.; PEREIRA, T. & BICHO, N. (2014) – Shell bead production in the Upper Paleolithic of Vale Boi (SW Portugal): an experimental perspective. *Journal of Archaeological Science*. 42, p. 29-41.
- SILVA, C. T. (1996) – Malacofauna e Arqueologia. *Al-Madan*. 2.ª Série, 5, p. 89-95.

- SILVA, C. T. & CABRITA, M. G. (1966), A utilização dos moluscos durante o Eneolítico português. *Revista de Guimarães*. 76 (3-4), p. 307-338.
- SILVA, C. T. & SOARES, J. (1997) – Economias costeiras na Pré-história do Sudoeste Português. O concheiro de Montes de Baixo. *Setúbal Arqueológica*. 11-12, p. 69-108.
- SILVA, C. T. & SOARES, J. (1998) – Os recursos marinhos nas estratégias de subsistência da Pré-História do Sul de Portugal. *Al-Madan*. 2.ª Série, 7, p. 71-82.
- SILVA, C. T., SOARES, J. & PENALVA, C. (1985) – Para o estudo das comunidades neolíticas do Alentejo litoral: o concheiro do Medo Tojeiro. *Arqueologia*. 11. p. 5-15.
- SILVA, C. T.; SOARES, J.; CARDOSO, J. L.; CRUZ, C. S. & REIS, C. A. (1986) – Neolítico da Comporta: aspectos cronológicos (datas de 14C) e paleoambientais. *Arqueologia*. 14, p. 59-82.
- SOARES, J. (2008) – Economias anfíbias na costa sudoeste ibérica. IV-III milénios BC. O caso da Ponta da Passadeira (estuário do Tejo). *IV Congreso del Neolítico Peninsular*. Alicante: Museo Arqueológico de Alicante/Diputación Provincial de Alicante. Vol. 2, p. 356-364.
- SOARES, J. (2013 a) – Sal e conchas na Pré-História portuguesa. O povoado da Ponta da Passadeira (estuário do Tejo). In SOARES, J. (ed.) – *Pré-História das Zonas Húmidas. Paisagens de sal, Setúbal Arqueológica*. Setúbal: MAEDS. 14, p. 171-196.
- SOARES, J. (2013 b) – Transformações sociais durante o III milénio no Sul de Portugal. O povoado do Porto das Carretas. *Memórias d’Odiara*. Edia/DrAlen. 2.ª Série, 5.
- VALERA, A. C. (2003) – Mobilidade estratégica e prolongamento simbólico: problemáticas do abandono no povoamento calcolítico do Ocidente Peninsular. *ERA Arqueologia*. Lisboa: Colibri/ERA Arqueologia, S.A. 5, p. 126-148
- VALERA, A. C. (2016) – Nota sobre uma decoração incomum num recipiente dos Perdígões (Reguengos de Monsaraz). *Apontamentos de Arqueologia e Património*. 11, p.9-12.
- VALERA, A. C. (no prelo a) – The “exogenous” at Perdígões. Ap-proaching interaction in the late 4<sup>th</sup> and 3<sup>rd</sup> millennium BC in Southwest Iberia. Key resources and Social-Cultural developments in the Iberian Chalcolithic.
- VALERA, A. C. (no prelo b) – Salt in the 4th and 3rd Millennium BC in Portugal: specialization, distribution and consumption. *Cuaternario y Geomorfología*.
- VALERA, A. C. & PARREIRA, J. (no prelo) – Ocupação calcolítica da costa alentejana: nova intervenção junto à E.T.A.R. de Vila Nova de Mil Fontes (Odemira). *Actas do VIII Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*. Serpa (2014).
- VALERA, A. C.; CARVALHO, A. F. & TEIXEIRA, C. (1996) – *A utilização de moluscos durante o Calcolítico no Ocidente Peninsular*. Trabalho apresentado ao seminário Sociedades de Mariscadores no Litoral Alentejano, Mestrado em Pré-História e Arqueologia. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (policopiado).
- VALERA, A. C.; SCHUHMACHER, T. X. & BANERJEE, A. (2015) – Ivory in the Chalcolithic enclosure of Perdígões (south Portugal): the social role of an exotic raw material, *World Archaeology*. 47 (3), p. 390-413.

- VALERA, A. C.; SILVA, A. M.; CUNHA, C. & EVANGELISTA, L. S. (2014) - Funerary practices and body manipulations at Neolithic and Chalcolithic Perdigões ditched enclosures (South Portugal). In VALERA, A. C. (ed.) – *Recent Prehistoric Enclosures and Funerary Practices*. Oxford: BAR International Series 2676, p. 37-57.
- VALERA, A. C.; TERESO, J. P. & REBUGE, J. (2006) – O Monte da Quinta 2 (Benavente) e a produção no Neolítico Final/Calcolítico do estuário do Tejo. Do Paleolítico ao Calcolítico na Península Ibérica. *Actas do IV congresso de Arqueologia Peninsular*. Braga: Universidade do Algarve. p. 291-305.



## **PERSCRUTANDO ESPÓLIOS ANTIGOS 5: CONTRIBUTO DA ANÁLISE DOS RESTOS ÓSSEOS HUMANOS**

### ***EXAMINING OLD REMAINS 5: THE CONTRIBUTION OF THE STUDY OF HUMAN BONES***

Ana Maria Silva<sup>1,2,3</sup> & Maria Teresa Ferreira<sup>1,2</sup>

#### **Abstract**

Numerous human bone collections from old excavations lie "forgotten" in various museums and private collections. The exhaustive analysis of these forgotten prehistoric assemblages began in the 1990s, framed by new methodological and interdisciplinary approaches that allowed a better interpretation of these tombs. This type of collaboration happened between the authors of the present text and the archaeologist Rui Boaventura for the review and study of several anthropological collections of tombs from central and south Portugal, dated from the 4th and 3rd millennia BC.

In the scope of this work, the analysis of the collections studied during the annual Mega-Osteology program, promoted by Portanta, Iberian Archeology Association, and developed in the Geological Museum and the National Archaeological Museum between 2004 and 2015, and the analysis of the human remains recovered from the Lugar do Canto cave must be highlighted.

In this essay, the potentialities of the analysis of human bone remains for the biological and social characterization of these prehistoric communities and the main difficulties faced when studying such collections will be underlined. Finally, a summary of the data obtained by the present team through the "re-visitation" of these ancient collections will be presented.

*Keywords:* human bones, Mega-Osteology program, Prehistory.

## **1 - INTRODUÇÃO**

*"O quando, o como, e o porquê" .... "desta vez com as Senhoras da Antropologia!"*  
(adaptado de BOAVENTURA, 2009, p. 7)

Os sepulcros pré-históricos, como as antas e os *tholos*, sempre exerceram um grande fascínio no nosso imaginário. Escavados no nosso território desde os tempos de Carlos Ribeiro e Nery Delgado, ou seja, na 2.<sup>a</sup> metade do século XIX, estes monumentos continham frequentemente restos ósseos humanos. Se os jazigos

---

<sup>1</sup>Centro de Investigação em Antropologia e Saúde, Departamento Ciências da Vida, UC.

<sup>2</sup>Laboratório de Antropologia Forense, Centro de Ecologia Funcional; Departamento de Ciências da Vida, Universidade de Coimbra, 3000-456 Coimbra.

<sup>3</sup>UNIARQ – UL. amgsilva@antrop.uc.pt; mtsferreira@yahoo.com

e o espólio arqueológico eram habitualmente publicados a mesma sorte não cabia ao espólio ósseo humano (e não humano) que, com algumas excepções, era apenas sumariamente referido, acabando numa arrecadação de um Museu, esquecido e sem uma análise exaustiva. Contudo, estes constituem uma importante e única fonte de informação sobre estes indivíduos do passado. Deste modo, ao longo do tempo foi-se acentuando a escassez de dados sobre os indivíduos que construíram e/ou utilizaram estes sepulcros face aos túmulos escavados.

É na década de 80 do século XX que, particularmente na Universidade de Coimbra, se renova o reconhecimento da relevância da Antropologia física para as interpretações arqueológicas, abordagem perdida no século XIX e muitas vezes olvidada durante grande parte do século XX. É na sequência deste “renascimento” da análise de espólios ósseos humanos que, no início dos anos 1990, uma das autoras (AMS) inicia a análise (ou re-análise) de várias colecções osteológicas humanas datadas do Neolítico final / Calcolítico depositadas, por vezes há várias décadas, em diversos museus (Museu Condes Castro de Guimarães, Museu Municipal de Torres Vedras, Museu Nacional de Arqueologia, Museu Geológico, Museu do Bombarral, entre outros). Esta abordagem visava aprofundar o conhecimento destas comunidades humanas pré-históricas devidamente enquadradas e recorrendo a novas abordagens metodológicas (SILVA, 1992, 1995, 1999 a, 1999 b, 2002, 2005, 2012; SILVA & FERREIRA, 2007; SILVA & MARQUES, 2009; SILVA *et al.* 2006).

Uns anos mais tarde, no início do século XXI, Rui Boaventura no âmbito da sua tese de Doutoramento reconhece e inclui o estudo dos restos ósseos humanos (e faunísticos) para aprofundar e compreender o Megalitismo da região de Lisboa. O encontro (na verdade o re-encontro) entre estes dois investigadores de áreas científicas muito diferentes, uma bioantropóloga e um arqueólogo, mas com a mesma paixão científica pela pré-história, era inevitável. Nasce assim uma colaboração sistemática na análise de vários espólios antigos que (ironicamente) só a morte cessou. Entre os diversos trabalhos conjuntos realizados destacam-se os estudos antropológicos realizados desde 2004 no âmbito da associação Portanta (Associação de Arqueologia Ibérica,) sob o título “Mega-Osteology” e, desde 2009, a análise do espólio ósseo da Gruta do Lugar do Canto, projectos aos quais também se juntou uma antropóloga (MTS) em 2007. Nestes estudos colaboraram ainda pontualmente outros investigadores como Cleia Detry, João Luís Cardoso, João Pimenta e Ana Catarina Sousa. Foi ainda no âmbito destes estudos conjuntos que surgiram uma série de artigos, cujo título se inicia com: “Perscrutando os espólios antigos” (BOAVENTURA *et al.*, 2013; BOAVENTURA *et al.*, 2014; BOAVENTURA *et al.*, 2016; SILVA *et al.*, 2014) e que se pretende continuar.

O programa anual Mega-Osteology acima referido proporcionou uma excelente oportunidade para a análise de muitas colecções arqueológicas exumadas de sepulcros dos IV e III milénios a.n.e. do Centro e Sul de Portugal e depositadas no Museu Geológico (MG) e no Museu Nacional de Arqueologia (MNA) (Fig. 1). Sob a direcção de Rui Boaventura, consultaria científica na área da Antropologia por AMS, e supervisão técnica e científica de MTF, este programa decorria durante os meses de verão e recebia alunos de vários países (Portugal, Reino Unido, Itália, Austrália, Malásia, entre outros), mas sobretudo dos E.U.A. e do Canadá. Numa primeira etapa, preparavam o material osteológico para análise, procedendo à sua limpeza, marcação e inventariação.

Posteriormente, aprendiam os métodos de abordagem paleodemográfica e paleopatológica recomendados na análise antropológica de populações do Neolítico e Calcolítico do território português (SILVA, 2002, 2003, 2012), de forma a facultar uma homogeneização metodológica que permitisse a comparação dos resultados obtidos. Os dados antropológicos obtidos para cada um dos túmulos examinados eram por fim sistematizados, revistos e complementados pelos supervisores do programa (RB, MTF, AMS) e integrados com os respectivos dados arqueológicos com vista à sua publicação.

Esta abordagem interdisciplinar visava conhecer as “personagens do Megalitismo” (BOAVENTURA, 2009, p. 282), envolvendo uma interpretação conjunta dos dados arqueológicos com os antropológicos. Estes últimos



**Fig. 1** – Sessão de trabalho do programa Mega-Osteology realizado no Museu Nacional de Arqueologia no ano de 2014. a) Lado direito, supervisão técnica e científica de MTF; b) Esclarecimentos diversos por parte de AMS.

permitem inferências únicas/exclusivas dos indivíduos aí sepultados: desde a estimativa do número mínimo de indivíduos por monumento, passando pelos seus perfis demográfico, morfológico e patológico. A mobilidade destes indivíduos e aspectos das suas dietas foram igualmente possíveis de auferir face ao desenvolvimento de novas metodologias, nomeadamente a análise de isótopos estáveis (GUIRY *et al.*, 2016; HILLIER *et al.*, 2008). Particular ênfase foi ainda dada às práticas funerárias destas comunidades humanas (BOAVENTURA *et al.*, 2014) e eventuais sinais de violência (SILVA *et al.*, 2012), cujas interpretações foram sustentadas pelos dados anteriormente mencionados. Outro aspecto fundamental em toda esta análise foi a datação directa dos restos ósseos humanos, confirmado deste modo a cronologia destes espólios ósseos humanos.

Contudo, a pesquisa e análise de espólios antigos não é isenta de vários obstáculos. Neste ensaio iremos referir as principais dificuldades que encontramos ao longo das nossas pesquisas conjuntas na análise de espólios ósseos antigos e como conseguimos, com maior ou menor sucesso, contornar ou ultrapassá-las.

### 1.1 – Dificuldades encontradas na análise de espólios antigos

A existência de espólios antropológicos de monumentos pré-históricos é frequentemente atestada na literatura arqueológica. Esta, ao fazer referência a restos ósseos humanos desencadeia a pesquisa do seu local de acervo. Neste ponto, podem surgir as primeiras dificuldades. Ainda que o manuscrito indique o local de depósito, por vezes não há registos destes no referido museu, pelo menos informatizados (como iremos ver mais adiante poderão ainda assim estar depositados no Museu). Nestes casos, incluindo na ausência de referências de depósito, outra pista a seguir será o local mais provável de acervo face aos envolvidos na escavação e/ou publicação da jazida. Após as nossas primeiras tentativas de localizar o espólio ósseo humano do Lugar do Canto no acervo mais provável, o Museu Geológico falharem, o primeiro conjunto constituído por um número reduzido de peças foi localizado surpreendentemente no Smithsonian Institute em Washington DC. A continuação das nossas pesquisas acabou por localizar outros conjuntos no MG e MNA, para além de colecções privadas (SILVA *et al.*, em preparação) (Fig. 2).



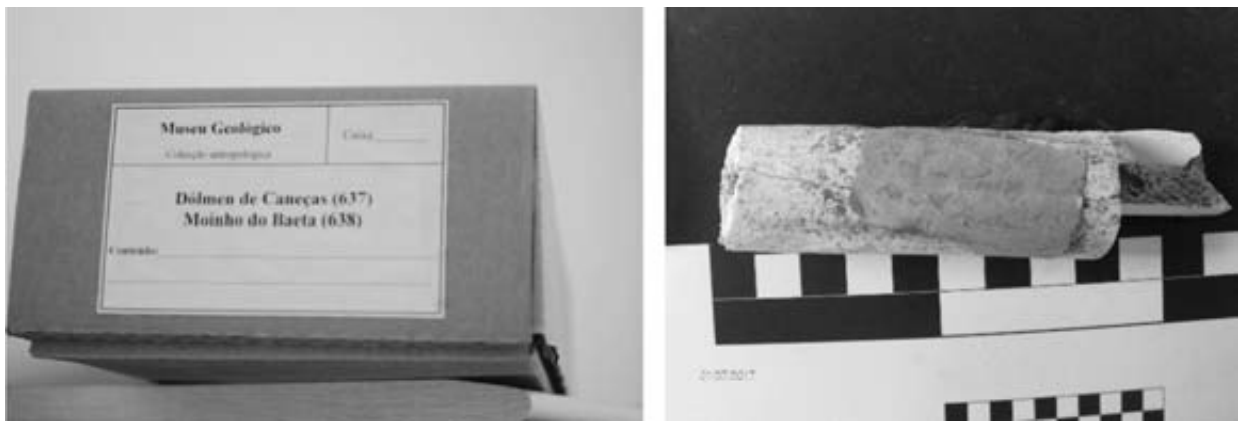
**Fig. 2** – Amostras ósseas provenientes do Lugar do Canto: a – parte da amostra devolvida do Smithsonian Institute em 2008; b – parte da amostra depositada no MNA; c – parte da amostra do acervo do MG.

Após localização do espólio antropológico será importante confrontar a composição da amostra actual com as descrições antigas para avaliar se correspondem aproximadamente à amostra recuperada. Ainda que possam existir algumas discrepâncias, é por vezes notória a falta substancial de material ósseo. Esta pode ter ocorrido entre o momento da escavação e o seu depósito final ou no próprio espaço de acervo. Este último pode estar relacionado, por exemplo, com a perda de etiquetas de identificação das séries relacionado com um sistema aberto de armazenagem das colecções (tabuleiros em vitrines, contentores abertos, entre outros) mas pode ter outras origens. Uma nova pesquisa desencadeada sobre o paradeiro dos restos ósseos em falta pode levar à descoberta que estes estão “espalhados” por diversos Museus e/ou colecções privadas. Se este aspecto é sempre um factor limitativo para o estudo de colecções ósseas, nas da pré-história torna-se ainda mais relevante face às condições particulares das amostras, nomeadamente serem predominantemente de origem colectiva e muito fragmentadas. Vários são os exemplos e, para além da gruta do Lugar do Canto acima mencionada, a Anta das Pedras Grandes e o *tholos* de Praia das Maças constituem outros exemplos de colecções depositadas em, pelo menos, dois locais distintos e analisados por nós.

Ainda no âmbito do acervo de material osteológico nos Museus, outro constrangimento possível é a catalogação do espólio osteológico proveniente do mesmo túmulo com designações distintas. Estas podem corresponder ao nome do túmulo, do sítio, localidade, freguesia ou concelho onde se situa, ou ainda a sua localização geográfica relativamente a montes, rios, entre outros. Sobretudo quando se trata de colecções antigas, alguns nomes podem ter-se perdido da memória colectiva, sendo desconhecidos aos investigadores actuais. No caso da Anta das Pedras Grandes (CNS-648 e CNS-3005, BOAVENTURA, 2009, p.107), por exemplo, os restos ósseos estão depositados no Museu Geológico com as designações de Dólmen de Caneças (MG637) e Moinho do Baeta (MG638), nomes antigos da Anta que actualmente é denominada por Anta das Pedras Grandes (BOAVENTURA, 2009, p. 109-111) (Fig.3).

Longos períodos de depósitos de colecções podem ser acompanhados de adversidades diversas. No caso de clusters de túmulos, ou seja, um complexo funerário formado por vários monumentos funerários, a perda de etiquetas ou outra documentação que permita a adscrição ao correspondente monumento pode levar a que todo o espólio acabe por ficar reunido com a designação geral. O conjunto de Trigache é um exemplo. Após a entrada do espólio das quatro Antas de Trigache no MG, este sofreu diversos infortúnios, culminando nos anos 1990, com a unificação dos materiais de todos os sepulcros de Trigache sob o mesmo código (MG179),





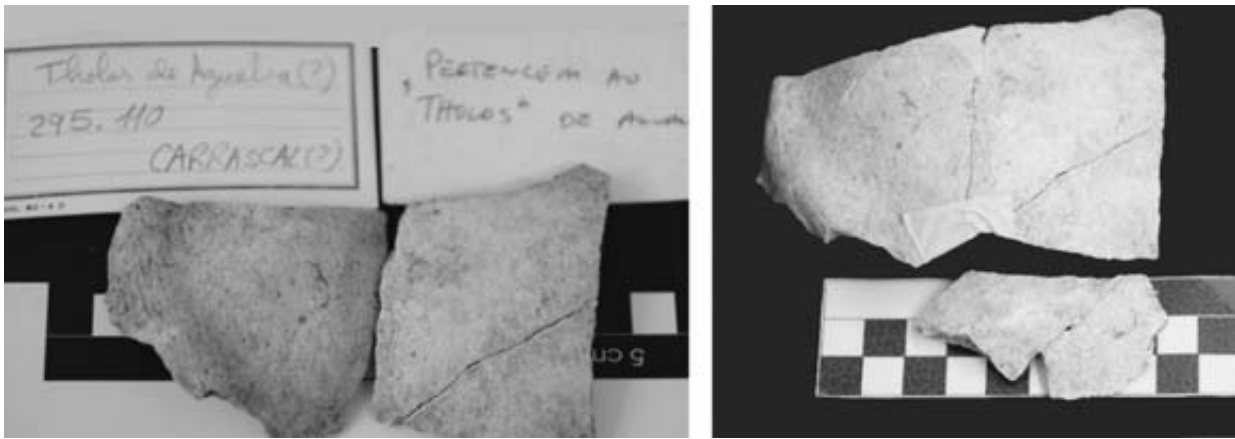
**Fig. 3** – a) A colecção atualmente designada por Anta das Pedras Grandes está catalogada no MG com as designações antigas de Dólmen de Caneças e Moinho do Baeta; b) fragmento ósseo desta estação com uma etiqueta antiga confirmado a sua origem.

sem que as peças tivessem sido sistematicamente inventariadas com adscrição ao correspondente monumento. Porém, no presente caso, como uma parte substancial do espólio já tinha sido previamente publicado, com listagem, descrições, desenhos e fotografias (LEISNER & FERREIRA, 1959; LEISNER & FERREIRA, 1961; LEISNER, 1965), Boaventura (2009, p. 80-81) conseguiu recuperar durante as suas investigações no referido Museu, a maioria das proveniências dos materiais cruzando informações diversas. Aqueles em que tal objectivo não foi alcançado, engrossaram o grupo designado “Necrópole de Trigache”.

A consulta de manuscritos, apontamentos originais, cadernos de campo, entre outros, é uma ferramenta de consulta obrigatória neste tipo de investigação. Esta ajuda na confirmação e interpretação dos dados, por incluir por vezes informações sobre a localização do espólio nos monumentos para além de poder alertar para eventuais imprecisões posteriormente publicadas. Antes da era dos computadores, os trabalhos manuscritos eram passados à máquina de escrever, tarefa essa muitas vezes não executada pelo autor do trabalho, ocorrendo erros, como a troca de designações dos ossos.

Na análise de espólio ósseo antigo, diferentes colorações dos restos ósseos, que em parte reflectem os sedimentos onde o espólio esteve depositado, podem levantar a suspeita de troca de proveniência, nomeadamente entre jazidas com nomes similares. Durante a análise do espólio ósseo do sepulcro do Carrascal (CNS-4295), também denominado de Dólmen de Agualva, e do *tholos* de Agualva, foi detectado neste último um fragmento de osso frontal com o código da “*Encosta do Pendão*” (MG185.3). Contudo, o facto de este ter a marcação “*Agualva-15*” e uma coloração amarelada semelhante aos outros restos ósseos do Carrascal, e não avermelhada como o restante espólio do *tholos* de Agualva (face ao sedimento avermelhado daquele local) levou os investigadores (RB e MTF) a considerar que tinha ocorrida troca de proveniência do referido fragmento ósseo. O referido fragmento de osso frontal foi colocado na caixa do material ósseo do Dólmen do Carrascal (MG538) acompanhado de uma nota informativa. Recentemente, uma das presentes autoras (AMS) conseguiu uma colagem entre o fragmento de osso frontal acima referido e um outro fragmento de osso frontal proveniente do Dólmen do Carrascal confirmando a troca de proveniência descrita (Fig. 4).

Apesar de não termos esgotado todos os constrangimentos existentes na análise de espólios antigos, não restam dúvidas de que vale a pena voltar a “desenterrar estes velhos ossos”: novas abordagens conseguem geralmente decifrar mais um pouco deste puzzle do passado. Mais, por muito escassos que sejam os dados obtidos é sempre preferível a nenhum.



**Fig. 4** – a) Fragmento de osso frontal esquerdo inicialmente catalogado como pertencente ao *Tholos* de Agualva mas cujas características da superfície óssea e a inscrição no seu interior de Agualva-15 levou à suspeita de pertencer ao Dólmen do Carrascal, também designado como Dólmen de Agualva; b) identificação de um pequeno fragmento de osso frontal esquerdo (em baixo) proveniente do Dólmen do Carrascal que cola ao fragmento anteriormente descrito confirmado que a sua proveniência era o Dólmen do Carrascal.

E depois de ultrapassado estes obstáculos, quais são afinal as histórias que os ossos humanos nos contam? Para responder a esta questão vamos apresentar uma súpula dos dados obtidos nas nossas investigações conjuntas.

## 2 – AS COLECÇÕES DE RESTOS OSTEOARQUEOLÓGICOS HUMANOS

Nos anos de 2007, 2008, 2009, 2014 e 2015, os trabalhos realizados no âmbito do projecto Mega-Osteology foram monitorizados directamente por uma das presentes autoras (MTF) enquanto a outra autora (AMS), supervisionava os trabalhos realizados como consultora científica. Segue-se uma súpula dos principais resultados obtidos para as colecções analisadas durante esse período, de modo a ilustrar o potencial destes trabalhos conjuntos.

### 2.1 – Anta de Sobreira 1 (Elvas)

O material osteológico humano da anta de Sobreira 1, depositado no MG, foi estudado durante o programa Mega-Osteology em 2007 e os seus resultados já foram publicados (BOAVENTURA *et al.*, 2013). Trata-se de um sepulcro constituído por uma pequena câmara, que foi construído com esteios de xistos. A série osteológica recolhida da anta de Sobreira 1, etiquetado como “Dólmen de Vila Fernando” compunha-se, à data do seu estudo, de 128 fragmentos ósseos e 21 dentes, cinco dos quais ainda inseridos nos alvéolos. De facto, nenhuma das 128 peças ósseas recuperadas está completa, sendo que a maioria está representada por menos de metade da sua dimensão original.

O número mínimo de indivíduos (NMI) adultos da amostra em estudo é de três, com base em diversos ossos e no primeiro molar inferior direito. Apenas uma peça óssea de um indivíduo adulto permitiu ilações acerca da sua idade à morte: um fragmento craniano composto por parte do frontal, pelo parietal direito e pela porção superior do occipital com as suturas completamente obliteradas, sugerindo um indivíduo com mais de

40 anos de idade à morte. Também para a diagnose sexual, apenas um osso forneceu resultados fidedignos: um terço proximal de fémur direito cujos diâmetros da cabeça apontam para o sexo feminino. Quanto ao NMI de não-adultos, após o cruzamento dos dados relativos às peças ósseas e dentes, estima-se também em três, um com cerca de 4 a 6 anos de idade à morte e os outros dois com cerca de 6 a 9 anos. Sintetizando, o material osteoarqueológico da anta de Sobreira 1 representa um número mínimo de seis indivíduos, três adultos e três não-adultos.

O fémur direito de adulto jovem do sexo feminino (MG176.36.04) foi submetido a datação pelo radiocarbono (Beta-233283:  $4770 \pm 40$  BP). O resultado a 2 sigma situa aquele indivíduo em meados do IV milénio a.n.e., recuando o período de utilização da anta de Sobreira 1, que, pela análise artefactual, se situaria essencialmente na segunda metade do IV milénio a.n.e. e na transição para o seguinte. Alarga-se assim o hipotético período de utilização deste sepulcro, entre meados do IV e a transição para o III milénio a.n.e.

O achatamento das diáfises do fémur e da tibia são traduzidos, respectivamente, pelos índices platimérico e platicnémico. Diversos estudos sugerem que o achatamento destes ossos diminui com a sedentarização das populações (LARSEN, 2000; LOVEJOY *et al.*, 1976), sendo o índice platicnémico menor em populações sujeitas a *stress* mecânico intenso (LOVEJOY *et al.*, 1976). Na presente série osteológica, apenas foi possível a tomada de medidas no referido fémur direito, platimérico, e numa tibia esquerda, mesocnémica, ou seja, o fémur revela achatamento e a tibia não. Os valores encontrados estão no âmbito de outros obtidos para populações coevas (SILVA, 2002; 2003). Este achatamento da região proximal do fémur tem sido interpretado como reflexo de uma mobilidade diária considerável por parte de, pelo menos, alguns destes indivíduos, o que poderia estar relacionado com actividades de pastorícia (SILVA, 2002;2012; SILVA *et al.*, 2014).

Em três fémures direitos foram analisados os isótopos estáveis revelando um valor médio de  $-19,6\% \pm 0,4$  ( $1\sigma$ ) para o de  $\delta^{13}C$  e  $9,2\% \pm 0,2$  ( $1\sigma$ ) para o  $\delta^{15}N$ . Estes valores correspondem a dietas terrestres baseadas em plantas C3 e produtos animais de origem terrestre (GUIRY *et al.*, 2016).

## 2.2 – Anta de São Gens 1 (Nisa)

A anta de São Gens (agora designada por São Gens 1) é também conhecida por anta ou dólmen de Nisa, ou anta da Vila de Nisa (BOAVENTURA *et al.*, 2014 b). Esta anta caracteriza-se por uma câmara poligonal de sete esteios, com cerca de três metros de diâmetro, ainda sustentando a laje de cobertura a cerca de 2,5 metros de altura ao solo actual.

O estudo do espólio osteológico associado à etiqueta “Anta de São Gens” depositado no MG, que decorreu no âmbito do Programa Mega-Osteology 2007, permitiu verificar a existência de ossos e de duas pequenas caixas de dentes (BOAVENTURA *et al.*, 2014 b). Se os ossos apresentavam uma pátina e coloração semelhante, bem como alguns deles etiquetas com a respectiva proveniência, o mesmo não ocorria com as duas caixas de dentes, em tudo semelhantes a outros conjuntos provenientes de alguns sepulcros da região de Lisboa, inclusive por corresponderem a um número diversificado de indivíduos adultos. Estas dúvidas conduziram à sua exclusão da análise, assumindo-se o seu extravio de alguma das outras colecções em momento incerto. O material osteológico estudado refere-se a um esqueleto incompleto de um indivíduo não adulto (12 e os 15 anos) e a dois outros fragmentos ósseos de adulto (um fragmento de crânio e outro de osso ilíaco, sem que seja certo pertencerem a um só indivíduo).

A tibia (MG642.29.03) do adolescente foi datada por radiocarbono (Beta-234137), sendo que o resultado a 2 sigma situou a morte deste indivíduo entre o século XI e os inícios do século XIII, tratando-se, pois, de um caso de reutilização do sepulcro.

### 2.3 – *Tholos* de Agualva (Sintra)

O *tholos* de Agualva foi identificado em 1951 em fase de obras. Ferreira (1953) refere que tinha uma câmara de cerca de 3 m de eixo maior. O espólio osteológico humano recuperado encontra-se depositado no MG e foi por nós analisado durante o Programa Mega-Osteology em 2007 e publicado por Boaventura *et al.* (2016).

Presentemente, esta colecção é constituída por aproximadamente 600 peças osteológicas muito fragmentadas e incompletas que correspondem a um mínimo de 12 indivíduos, 8 adultos (incluindo dois do sexo feminino e três do masculino) e 4 não adultos. Entre os adultos incluem-se dois indivíduos que faleceram com mais de 30 anos. A criança mais nova detectada nesta amostra teria entre 5 e 10 anos na época da morte, para além de mais duas que faleceram entre os 10 e 14 anos.

A datação por radiocarbono (Beta-239754) efectuada a um fémur (MG295.422) com calibração a 2 sigma aponta para o 3.º milénio a.n.e. (2880-2570 cal BCE [94,3%] e 2520-2500 cal BCE [1,1%]).

Devido à grande fragmentação do material e conseqüente não preservação das zonas anatómicas a observar, a análise morfológica ficou seriamente limitada, não sendo possível estimar os índices de robustez e de achatamento.

Os valores médios dos isótopos estáveis do carbono e azoto determinados em 3 fémures esquerdos são, respectivamente de,  $-19,5\% \pm 0,1$  ( $1\sigma$ ) para o  $\delta^{13}C$  e de  $8,1\% \pm 0,8$  ( $1\sigma$ ) para o  $\delta^{15}N$  e, deste modo, compatíveis com uma dieta terrestre (GUIRY *et al.*, 2016).

### 2.4 – Gruta de Verdelha dos Ruivos (Vila Franca de Xira)

Do conjunto de sepulcros de Verdelha do Ruivo (BOAVENTURA, 2009, p. 158) analisámos em 2007 o material osteológico recuperado da gruta de Verdelha dos Ruivos, depositado no MG e referido por Leitão *et al.* (1984). Os resultados dessa análise ainda não foram publicados. A gruta de Verdelha dos Ruivos descoberta em meados de Janeiro de 1973 por Leitão e colegas, foi escavada alguns meses mais tarde. Os trabalhos de escavação foram árduos devido à dureza dos sedimentos, tendo sido inclusivamente necessário recorrer ao martelo e cinzel para recuperar o material osteológico humano que, por consequência se apresenta bastante fragmentado, sendo que alguns crânios foram levantados em bloco (LEITÃO *et al.*, 1984). Além da fragmentação do material e das marcas provocadas pelos instrumentos de escavação, algumas peças ósseas mostram-se muito deformadas devido à pressão exercida pelos sedimentos envolventes.

A série osteoarqueológica, cujo estudo está a ser finalizado, é composta por apenas 172 fragmentos ósseos, alguns dos quais ainda embutidos na brecha, designadamente os crânios, o que permitiu a sua melhor preservação, ao contrário dos restantes ossos. O NMI provisório é de dez, sete adultos e três não adultos com idades entre os 1 e 14 anos, número bastante aquém dos 44 possíveis enterramentos referidos por LEITÃO *et al.* (1984). De acordo com os autores da escavação, foram identificadas 44 deposições em decúbito lateral, em quatro níveis funerários distintos (CARDOSO, 2014 a, 2014 b).

Devido tanto à grande fragmentação do material como à fraca preservação da superfície óssea, as análises paleodemográfica, morfológica e patológica ficaram bastante comprometidas. Ainda assim, os indicadores observáveis indicam que três dos sete indivíduos adultos eram do sexo masculino e um feminino.

As quatro datações realizadas a ossos humanos situam estas inumações no 3.º milénio a.n.e. (CARDOSO & SOARES, 1990-92; BOAVENTURA, 2009, p. 163; p. 3, Anexo 3).



No âmbito do estudo dos isótopos estáveis, o valor médio obtido de  $\delta^{13}\text{C}$  é de  $-19,7\% \pm 0,2$  ( $1\sigma$ ) e  $8,5\% \pm 0,5$  ( $1\sigma$ ) para o  $\delta^{15}\text{N}$ , com base na análise de 2 úmeros direito, encontram-se na magnitude dos valores obtidos para dietas terrestres (GUIRY *et al.*, 2016).

## 2.5 – Gruta artificial da Folha das Barradas (Sintra)

Ainda durante o Programa Mega-Osteology de 2007 foi possível analisar a colecção de material ósseo humano proveniente da gruta artificial de Folha da Barradas, cujos resultados em breve serão publicados.

Esta colecção é composta por um número mínimo de 33 indivíduos, seis não-adultos (número obtido através das mandíbulas) e 27 adultos (pelos fémures), de todas as classes etárias. A diagnose sexual foi dificultada pela fragmentação do material notando-se um fraco predomínio das peças ósseas com características femininas.

A datação por radiocarbono efectuada a um fémur humano (Beta-234135) aponta para o 3.º milénio a.n.e. (2 sigma: 2890-2620 cal BCE) (BOAVENTURA, 2009, p. 4, Anexo 3).

A análise de 19 fémures esquerdos revelou valores dos isótopos estáveis muito semelhantes ao túmulo anterior: o valor médio é de  $-19,8\% \pm 0,3$  ( $1\sigma$ ) para o  $\delta^{13}\text{C}$  e  $8,2\% \pm 0,6$  ( $1\sigma$ ) para o  $\delta^{15}\text{N}$ , ou seja, valores no âmbito de dietas terrestres baseadas em plantas C3 e alguns produtos animais (GUIRY *et al.*, 2016).

## 2.6 – Anta de Trigache 4 (Odivelas)

A colecção de material osteológico humano preservada desta Anta, composta por cerca de 270 peças, foi analisada em 2008 no MG, não tendo ainda sido publicados os resultados deste estudo. A datação de radiocarbono obtida através de uma peça óssea (Beta-228583) aponta para o 4.º milénio a.n.e. (2 sigma: 3340-3000 cal BCE [89,5%]) (BOAVENTURA, 2009).

O cruzamento da análise das 16 peças ósseas com características juvenis aponta para um número mínimo de três indivíduos não-adultos, com uma idade à morte entre os 3 e os 6 anos. Já para os adultos, o número mínimo de cinco indivíduos foi obtido pelo osso frontal, sendo possivelmente três do sexo masculino e dois do feminino, diagnóstico feito com muita reserva. A grande fragmentação e o predomínio de fragmentos cranianos em muito dificultaram o estudo, impedido a observação de vários parâmetros nomeadamente dos índices de achatamento dos ossos longos dos membros inferiores.

## 2.7 – Gruta e Pedreira das Salemas (Loures)

Durante o Programa Mega-Osteology de 2008 estudaram-se dois conjuntos de material osteológico humano provenientes de Salemas. Um deles surge com o número de Estação 270 e está referenciado como Gruta de Salemas, sendo Jean Roche e Veiga Ferreira os responsáveis indicados pelo conjunto recolhido. Outro com o número de Estação 771, está referenciado como Pedreira de Salemas, com G. Zbyszewski e Veiga Ferreira como sendo os autores das colheitas.

Para o conjunto da Pedreira de Salemas (Museu Geológico 771.4), estimou-se um NMI de 2 adultos (pelo frontal) e 2 não adultos. A datação sobre um osso de um enterramento na diáclase do lapiás local revelou um intervalo de 5300-4610 cal BCE (2 sigma; ICEN-351) (CARDOSO *et al.*, 1996, p. 10).

Os 2 fémures direitos analisados em termos de isótopos estáveis revelaram valores semelhantes às restantes estações e confirmam uma dieta muito terrestre:  $-19,7\% \pm 0,1$  ( $1\sigma$ ) para  $\delta^{13}\text{C}$  e  $8,8\% \pm 0,6$  ( $1\sigma$ ) para o  $\delta^{15}\text{N}$  (GUIRY *et al.*, 2016).

Na gruta das Salemas, Albuquerque e Castro e Veiga Ferreira mencionam sepulturas dos “neolitas” escavadas nos níveis do Paleolítico superior, subjacentes ao longo das paredes da gruta. Os restos ósseos humanos presentemente depositados no MG pertencentes ao nível neolítico da Gruta das Salemas, com uma datação de 3660-3380 cal BCE (2 sigma; Beta-233282) (BOAVENTURA, 2009, p. 130; p. 2, Anexo 3) obtido sobre um úmero esquerdo feminino (MG270.538) correspondem a um NMI. Este espólio corresponde a um NMI de 11 adultos (tíbia esquerda e 1.º metacarpo direito) e 5 não adultos (2 indivíduos entre 1-3 anos; 2 indivíduos entre 3-8 anos; 1 entre 12-15 anos). O talus (osso do pé) revelou a presença de 3 indivíduos do sexo feminino e 3 indivíduos do sexo masculino nesta colecção.

## 2.8 – Gruta artificial de Baútas 1 (Amadora)

A colecção osteológica de Baútas 1 é constituída por 3246 peças ósseas e aproximadamente 900 peças dentárias. Além da grande fragmentação que muito negativamente afectou a preservação deste espólio osteológico, a presença de concreções na superfície óssea também em muito dificultou a análise deste material osteológico. De facto, a maioria das peças ósseas está coberta com uma camada de sedimento mais ou menos concrecionada. O número NMI pelos restos ósseos é 38 (pelo úmero direito) porém, os restos dentários (ainda em estudo) poderão elevar esta estimativa. O talus (osso do pé) permitiu identificar 11 indivíduos femininos e 2 masculinos.

## 2.9 – Pedras da Granja / Pedras Altas / Várzea de Sintra / Anta da Várzea (Sintra)

A anta de Pedras da Granja (CNS-91), também conhecida por Pedras Altas (ZBYSZWESKI *et al.*, 1977), Pedra Erguida, Pedras Brancas ou de Meirames (SERRÃO, 1982-1983), e Várzea (CUNHA & SILVA, 2000), teve a sua primeira notícia em 1958, por intermédio de Veiga Ferreira (1959), no Congresso Nacional de Arqueologia, listando-a entre os monumentos megalíticos de Lisboa (BOAVENTURA, 2009, p. 174). Anos mais tarde, Serrão (1982-1983) reclama a descoberta desta anta no final da Primavera de 1950, juntamente com E. Prescott Vicente e A. Ricardo Belo. Ainda assim, a escavação sistemática desta anta só ocorreu em 1973, por uma equipa do então Serviços Geológicos de Portugal e seus colaboradores (ZBYSZWESKI *et al.*, 1977; BOAVENTURA, 2009, p. 175).

O espólio osteológico desta anta foi estudado em duas fases distintas: em 2000, no então Departamento de Antropologia da Universidade de Coimbra, um conjunto de 60 dentes soltos e 24 fragmentos de maxilares e mandíbulas por Cunha e Silva e, em 2008, no MG (por MTF), um conjunto de 601 peças ósseas e dentárias. Até ao momento não foi possível analisar as duas amostras em conjunto, pelo que os resultados expostos devem ser tomados com reservas. Consequentemente, o NMI provisório é de 11 adultos (pelo 1.º molar inferior esquerdo) e 6 não adultos (1 feto; 4 indivíduos com idade à morte entre os 2 e os 12 anos; 1 adolescente).

Uma mandíbula recolhida durante a escavação de 1973 (“inumação H45”) revelou uma datação de 2700-2470 cal BCE (2 sigma; 86,2%; Beta – 225171; BOAVENTURA, 2009, p.4, Anexo 3).

## 2.10 – Monumento pré-histórico da Praia das Maças (Sintra)

A descoberta de uma sepultura pré-histórica na Praia das Maças foi noticiada em 1927 por Saavedra Machado, conservador do então Museu Etnológico. Ainda que algum espólio já tivesse sido levado para Lisboa por um médico, o conservador conseguiu, entre outros, recuperar alguns ossos humanos. Caído em

esquecimento, apenas na década de sessenta, este túmulo foi incluído num programa de escavações que os antigos Serviços Geológicos viriam a realizar sobretudo na zona de Lisboa. Deste modo, decorre entre 9 de Novembro de 1961 e Dezembro do mesmo ano, a escavação deste túmulo sob orientação de Octávio da Veiga Ferreira e Vera Leisner. A descrição dos trabalhos de campo encontra-se publicada no terceiro volume da compilação dos Leisner (1965, p. 44-49). Neste trabalho, os autores da escavação descrevem a posição dos restos ósseos recuperados, acompanhados de ilustrações (ver LEISNER & LEISNER, 1965, “tafel 37”). Este sepulcro terá sido inicialmente uma gruta artificial (designada por “westkammer” na obra dos Leisner) ao qual foi “acrescentado” um *tholos*. Para a gruta artificial os autores estimam um número mínimo de 10 a 15 indivíduos, dispostos em posição de cócoras, dos quais cinco na região central da gruta. No “átrio” existente entre a gruta e o *tholos*, também há referência de deposições em cócoras assim como na parede norte do *tholos*, enquanto que nas restantes regiões desta parte do túmulo, os achados ósseos humanos se encontravam mais misturados. Do corredor também foram recuperados bastantes ossos humanos. Para o *tholos*, os autores da escavação estimam em mais de 150 as inumações realizadas (LEISNER & LEISNER, 1965, p. 274; SILVA, 2002, p. 14-15).

Nos finais da década de 1970, João Ludgero Marques Gonçalves escavou a parte da entrada do monumento e do corredor de acesso à câmara, permitindo uma reapreciação global da arquitectura do monumento (GONÇALVES, 1982-1983), o qual corresponderá essencialmente a uma gruta artificial escavada no substrato geológico, cuja câmara principal foi ulteriormente reforçada por uma falsa cúpula, explicando-se a designação de *tholos* que lhe tem sido atribuída (CARDOSO, 2006).

Nos dias de hoje, o que resta do espólio ósseo deste sepulcro está depositado em três locais: Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas (Sintra), MG e MNA. Ainda assim, está longe de corresponder à magnitude do espólio ósseo humano descrito aquando da escavação. O material depositado no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas foi analisado em 2007 (SILVA & FERREIRA, 2007), e posteriormente foi analisado o conjunto ao acervo do MG (estudado por MTF em 2008) e a amostra do MNA, catalogada com a designação de Gruta das Mós (estudado por MTF em 2008). Um aspecto particular nestas três subamostras é que, ao contrário do usual, os restos cranianos, de fémures e de tíbias são, ao contrário do que seria de esperar, as peças menos representadas. Na verdade, são sobretudo peças ósseas muito pequenas e fragmentadas e os pequenos ossos das mãos e dos pés que constituem estas colecções. Considerando, os três conjuntos, o NMI estimado é de 38 adultos, valor obtido pela amostra de úmero direitos e 6 não adultos (3 indivíduos entre os 2-5 anos; 2 entre 6-10 anos; 1 entre 11-12 anos). No que diz respeito à diagnose sexual dos indivíduos adultos, foram identificados 13 indivíduos do sexo feminino (talus direito) e 4 do masculino (calcâneo direito).

As três datações por radiocarbono efectuadas, não a ossos humanos, apontam para uma ocupação entre o final do 3.º e início do 4.º milénio a.n.e. (BOAVENTURA, 2009, p. 5, Anexo 3).

### 2.11 – *Tholos* da Tituaria (Mafra)

Escavado de forma sistemático no verão de 1978 sob a égide dos Serviços Geológicos de Portugal, este *tholos* parece ter sido escavado parcialmente no substrato geológico, tendo o corredor sido construído por um misto de blocos verticais e horizontais (CARDOSO *et al.*, 1996) (BOAVENTURA, 2009, p. 212).

A pequena colecção deste *tholos*, depositada no MNA, é constituída por 138 peças ósseas (representativas de todas as regiões anatómicas) e 14 dentes soltos (alguns fragmentados), representando um NMI de dois adultos do sexo masculino (informação obtida através do calcâneo direito) e um não adulto (fragmento mandíbula com uma idade à morte inferior a 12 anos).

### 3 – EM JEITO DE REMATE

A revisão de espólios antigos ainda que repleta de obstáculos e limites revela ao mesmo tempo um potencial que não devemos negligenciar quando pretendemos ampliar os nossos conhecimentos sobre as comunidades humanas pré-históricas. Infelizmente, nestas andanças pelo nosso passado, acabámos por perder não só um amigo, mas também o nosso mentor. O Rui, com a sua energia, dedicação e entusiasmo era o nosso “fio condutor” no meio desta trama complicada de espólios antigos. Agora será muito, mas mesmo muito, mais difícil continuar e levar este projecto a bom porto. Porém, ao longo destes anos muito aprendemos com o Rui e, por isso, acreditamos que seremos capazes de continuar a “escavar” os “espólios esquecidos”. Em memória do Rui.

### AGRADECIMENTOS

As autoras agradecem o convite endereçado pelo Professor João Luís Cardoso para a escrita deste artigo. As autoras gostariam também de agradecer a todos que, nestes anos apoiaram e ajudaram a tornar este projecto possível, salientando os alunos do Programa Mega-Osteology, o Museu Geológico e o Museu Nacional de Arqueologia. As autoras agradecem ainda ao José António Moita (MG/LNEG) por todo o apoio prestado nas nossas investigações no MG e à Lucy Evangelista pela tradução do resumo para inglês. A co-autora Maria Teresa Ferreira é financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BPD/11710/2015). Este trabalho teve financiamento do CIAS (PEst-OE/SADG/UI0283/2013).

### REFERÊNCIAS

- BOAVENTURA, R. (2009) – *As antas e o Megalitismo da região de Lisboa*. Tese de Doutoramento em Pré-História. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2 vol.
- BOAVENTURA, R., FERREIRA, M. T., NEVES, M. J. & SILVA, A. M. (2014 a) – Funerary practices and anthropology during the middle-late Neolithic (4th and 3rd Millenia BCE) in Portugal: old bones, new insights. *Anthropologie*. Paris. LII (2), p. 183-205.
- BOAVENTURA, R.; FERREIRA, M. T.; SILVA, A. M. (2014 b) – Perscrutando espólios antigos – 2: um caso de reutilização funerária medieval na anta de São Gens 1 (Nisa, Norte alentejano). *Almadan online*. Almada. 2.ª Série, 1, p. 60-76.
- BOAVENTURA, R.; FERREIRA, M. T. & SILVA, A. M. (2013) – Perscrutando espólios antigos: A Anta de Sobreira I (Elvas). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 16, p. 63-79.
- BOAVENTURA, R.; SILVA, A. M. & FERREIRA, M. T. (2016) – Perscrutando espólios antigos: o espólio antropológico do Tholos de Aqualva. In SOUSA, A. C.; CARVALHO, A. & VIEGAS, C. (coord.) – *Água e Terra, Colher Sementes, Invocar a Deusa. Livro de Homenagem a Victor S. Gonçalves*. Lisboa: UNIARQ, p. 295-307 (Estudos e Memórias 9).
- CARDOSO, J. L. (2006) – Monumento pré-histórico da Praia das Maças (Sintra). In CARDOSO, J. L. – *Lisboa e Estremadura. A Pré-História recente e a Proto-História*. Tomar: Centro de Pré-História do Instituto Politécnico de Tomar (Arkeos, 20), p. 166-174.
- CARDOSO, J. L. (2014 a) – Absolute chronology of the Beaker phenomenon north of the Tagus estuary: demographic and social implications. *Trabajos de Prehistoria*. 71 (1), p. 56-75.



- CARDOSO, J. L. (2014 b) – A presença Campaniforme no Território Português. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal. 4, p. 295-348.
- CARDOSO, J. L.; LEITÃO, M.; FERREIRA, O.; NORTH, C.; NORTON, J.; MEDEIROS, J. & SOUSA, P. (1996) – O monumento pré-histórico de Tituária, Moinhos da Casela (Mafra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal. 6, p. 135-193.
- CARDOSO, J. L. & SOARES, A. M. (1990-1992) – Cronologia absoluta para o Campaniforme da Estremadura e do Sudoeste de Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4.ª Série, 8-10, p. 203-228.
- CUNHA, E. & SILVA, A. M. (2000) – *Relatório antropológico do material osteológico exumado da anta da Várzea (Sintra)*. Coimbra: Laboratório de Paleodemografia e Paleopatologia do Departamento de Antropologia da Universidade de Coimbra. Policopiado.
- FERREIRA, O. V. (1953) – O monumento pré-histórico de Agualva (Cacem). *Zephyrus*. Salamanca. 4, p. 145-166.
- GONÇALVES, J. L. M. (1982-1983) – Monumento pré-histórico da Praia das Maças (Sintra). Notícia preliminar. *Sintria*. Sintra. 1/2, p. 29-57.
- GUIRY, E.; HILLIER, M.; BOAVENTURA, R.; SILVA, A. M.; OOSTERBEEK, L.; TOMÉ, T.; VALERA, A. C.; CARDOSO, J. L.; HEPBURN, J. C. & RICHARDS, M. P. (2016) – The transition to agriculture in south-western Europe: new isotopic insights from Portugal's Atlantic Coast. *Antiquity*. 90 (351), p. 604-619.
- HILLIER, M.; BOAVENTURA, R. & RICHARDS, M. (2008) – Diet and Mobility of Late Neolithic populations of Central-South Portugal: Isotopic analysis of human remains from the Lisbon and Alentejo regions of Portugal. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. Lisboa: Era-Arqueologia S.A. 1, p. 29-34.
- LARSEN, C. S. (2000) – *Skeletons in our closet. Revealing Our Past Through Bioarchaeology*. Princeton: Princeton University Press.
- LEISNER, V. (1965) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Western*. Berlin: Walter de Gruyter Co., vol. 3, Text und Tafeln.
- LEISNER, V. & FERREIRA, O. V. (1959) – Os monumentos megalíticos de Trigache e de A-de-Beja. In *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia (Lisboa, 15 a 20 Dezembro de 1958)*. Lisboa. 1, p. 187-233.
- LEISNER, V. & FERREIRA, O. V. (1961) – Monumentos megalíticos de Trigache e de A-de-Beja: II: Monumentos Megalíticos. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 40, p. 300-337.
- LEITÃO, M.; NORTH, C. T.; NORTON, J.; FERREIRA, O. V.; ZBYSZWESKI, G. (1984) – The Prehistoric Burial Cave at Verdelha dos Ruiivos (Vialonga), Portugal. In GUILAINE, J. (ed.) – *L'Âge du Cuivre Européen: Civilisations à vases campaniformes*. Paris: CNRS, p. 221-239.
- LOVEJOY, C.; BURSTEIN, A. & HEIPLE, K. (1976) – The biomechanical analysis of bone strength: a method and its application to platycnemia. *American Journal Physical Anthropology*. 44, p. 489-506.
- SERRÃO, E. C. (1982-1983) – As jazidas arqueológicas de Catravana e o dolmen de “Pedra Erguida”. *Sintria*. Sintra. 1-2, p. 11-28.
- SILVA, A. M. (1992) – *Os restos humanos da gruta artificial de São Pedro do Estoril II (Cascais)*. Estudo Antropológico. Relatório de investigação. Coimbra, Departamento de Antropologia da Universidade de Coimbra.
- SILVA, A. M. (1995) – Os restos ósseos humanos exumados da Anta da Arquinha da Moura. *Estudos Pré-históricos*. Viseu. 3, p. 141-150.
- SILVA, A. M. (1999 a) – Human remains from the artificial cave of São Pedro do Estoril II (Cascais, Portugal). *Human Evolution*. 14 (3), p. 199-206.

- SILVA, A. M. (1999 b) – A Necrópole Neolítica do Cabeço da Arruda (Torres Vedras, Portugal): os dados paleobiológicos. *Sagvntum*, Extra – 2. Actes del II Congrès del Neolitic a la Peninsula Ibérica. Valencia: Departament de Prehistòria i d'Arqueologia, Universidade de Valencia, p. 355-360.
- SILVA, A. M. (2002) – *Antropologia funerária e Paleobiologia das populações portuguesas (litorais) do Neolítico final/Calcolítico*. Tese de Doutoramento na área de Antropologia Biológica. Departamento de Antropologia da Universidade de Coimbra.
- SILVA, A. M. (2003) – Portuguese Populations of the Late Neolithic and Chalcolithic Periods exhumed from Collective burials: an overview. *Anthropologie*. Paris. XLI (1-2), p. 55-64.
- SILVA, A. M. (2004) – Os ossos humanos da Necrópole do Neolítico Final de Pragais: um testemunho do passado. In *Arqueologia: Coleções de Francisco Tavares Proença Júnior*. Lisboa: Instituto Português de Museus, p. 112-117.
- SILVA, A. M. (2005) – A Antropologia das Grutas de Alapraia e S. Pedro do Estoril. In GONÇALVES, V. (coord) – *Cascais há 5000 anos*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, p. 29-31.
- SILVA, A. M. (2012) – *Antropologia funerária e Paleobiologia das populações Portuguesas (Litorais) do Neolítico final/Calcolítico*. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- SILVA, A. M.; BOAVENTURA, R.; FERREIRA, M. T. & MARQUES, R. (2012) – Skeletal evidence of interpersonal violence from Portuguese Late Neolithic Collective burials: an overview. In SCHULTING R. & FIBIGER, L. (coord.) – *Sticks, Stones, and Broken Bones: Neolithic Violence in a European Perspective*. Oxford: Oxford University Press, p. 317-340.
- SILVA, A. M.; BOAVENTURA, R.; PIMENTA, J.; DETRY, C. & CARDOSO, J. L. (2014) – Perscrutando espólios antigos: A Gruta de Pedra Furada 1 (Vila Franca de Xira). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal. 21, p. 159-182.
- SILVA, A. M. & FERREIRA, M. T. (2007) – Os ossos humanos “esquecidos” da Praia das Maças. Análise antropológica da amostra óssea do Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas. *Conimbriga*. Coimbra. 46, p. 5-26.
- SILVA, A. M.; FERREIRA, M. T. & CODINHA S. (2006) – Praia da Samarra: análise antropológica dos restos ósseos humanos depositados no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9 (2), p. 157-170.
- SILVA, A. M & MARQUES, R. (2009) – A Lapa do Bugio: os dados antropológicos. *O tempo do Risco. Carta Arqueológica de Sesimbra*. Sesimbra: Câmara Municipal, p. 142 -147.
- ZBYSZWESKI, G.; FERREIRA, O. V.; LEITÃO, M.; NORTH, C. T. & NORTON, J. (1977) – Le monument de “Pedras da Granja” dans la “Várzea de Sintra”. *Ciências da Terra*. Lisboa. 3, p. 197-239.

**O POVOADO PRÉ-HISTÓRICO DO OUTEIRO REDONDO (SESIMBRA):  
RESULTADOS DAS CAMPANHAS DE ESCAVAÇÃO DE 2013 E 2014\***

***THE CHALCOLITHIC FORTIFIED SETTLEMENT OF OUTEIRO REDONDO  
(SESIMBRA): RESULTS OF 2013 AND 2014 FIELD SEASONS***

João Luís Cardoso<sup>1,2</sup> & Filipe Martins<sup>2</sup>

**Abstract**

We present the results of the archaeological excavations at the fortified Chalcolithic settlement of Outeiro Redondo, Sesimbra in 2013 and 2014. These two campaigns continued the excavations performed there between 2005 and 2008.

The defensive and housing structures were identified. The defensive structures corresponds to two constructive phases belonging to the Full / Late Chalcolithic. The housing structures corresponds also to two constructive phases, one of the Early Chalcolithic, the other of the Full / Late Chalcolithic. Thus, we may conclude that the first moment of this chalcolithic site corresponds to an open, unfortified settlement.

An abundant and diversified set of artifacts were recovered during the excavations, pointing out to this settlement's economic activities and the intensity of the human successive occupations of the place. Copper metallurgy stands out as a main economic activity in this site.

A large entrance devoid of functional characteristics facing the sea, suggests the existence of ritual practices. In fact, the importance of the sea is confirmed by a foundational ritual, with the concealment, in a small cavity excavated in the substrate, of a mussel shell of exceptional dimensions. This shell seems to emphasize the importance of marine resources in the economy and daily life of the first community installed there, during the transition from the first to the second half of the 3<sup>rd</sup> millennium BC.

*Keywords:* Chalcolithic settlement, Copper metallurgy, Fortification, Foundational ritual, Portugal.

## **1 - INTRODUÇÃO**

O povoado fortificado calcólico do Outeiro Redondo (Sesimbra) localiza-se numa elevação isolada, constituída por calcários duros jurássicos de coloração branca (“Calcários da Azóia”) dominando a baía de Sesimbra, atingindo a cota de 210 m, constituindo, com o morro do Castelo de Sesimbra e o morro do Moinho da Forca, uma linha de relevos de calcários duros do Jurássico Superior (“Calcários de Azóia”) com orientação

---

\*O primeiro autor, responsável pelo Projecto de Investigação aprovado pela DGPC em 2013 ao abrigo do qual se realizaram as quatro campanhas anuais de escavação no Outeiro Redondo (2013-2016), que dirigiu no terreno, assegurou a redacção do presente trabalho e a sua coordenação, tendo ao segundo autor sido cometido o tratamento estatístico do espólio recolhido e a execução da totalidade dos desenhos que o ilustram.

<sup>1</sup>Universidade Aberta (Lisboa). Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras). cardoso18@netvisao.pt

<sup>2</sup>Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras).

Nordeste-Sudoeste, tendo as seguintes coordenadas: 38° 27' 16'' lat. N; 9° 06' 02'' long. W de Greenwich (CARDOSO, 2009 a).

Da área culminante, avista-se para Norte um vasto território, até Almada; para Este, a vista encontra-se limitada a nascente pelo anticlinal do Risco, que se destaca ao longe; a poente avista-se o Castelo; a Sul, a vista é dominada pelo mar.

A sua relação directa com a costa atlântica é evidente, constituindo ponto de vigia do litoral adjacente, no qual a baía de Sesimbra seria o único espaço favorável ao desembarque e acostagem de pequenas embarcações, uma vez que o litoral, tanto para Este como para Oeste da baía, é rochoso e escarpado.

Para quem vem do mar, o povoado seria um marco visível e monumental, o qual era corporizado pela presença do recinto fortificado, com particular desenvolvimento do lado Sul, implantado no topo da elevação já em si isolada e destacada.

A importância da visibilidade observada no Outeiro Redondo encontra-se plenamente confirmada nas implantações dos principais povoados calcolíticos da região. É o caso de Moita da Ladra, Vila Franca de Xira (CARDOSO, 2014 a); tal como no Outeiro Redondo, a vista espraia-se, no caso, pelo vasto estuário interior do Tejo, dominando a circulação fluvial nele realizada, em particular o movimento de embarcações vindas da margem esquerda. Nos povoados da Penha Verde, Sintra (CARDOSO, 2010-2011), do Penedo do Lexim, Mafra (SOUSA, 2010) e de Leceia (CARDOSO, 1997), verifica-se idêntica preocupação, relacionada com o controle das rotas terrestres então já existentes na já então densamente povoada Baixa Península de Lisboa.

Além das condições geomorfológicas oferecidas pelo local, a implantação do povoado foi determinada pela existência de água doce na base da elevação, onde se observa uma captação datada do século XIX.

A história das escavações sistemáticas realizadas no local, identificado pelo Arq. Gustavo Marques em 1966 (MARQUES, 1967) e por ele sondado, em vários locais e ao longo de diversos anos (CARDOSO, 2009 a), pode subdividir-se em três etapas principais:

- A primeira etapa corresponde à identificação e publicação sistemática dos espólios recolhidos por Gustavo Marques, então conservados no Museu Nacional de Arqueologia (CARDOSO, 2009 a), acções que permitiram informações sobre as sucessivas fases culturais presentes na estação.
- A segunda etapa dos trabalhos resultou da verificação da existência de espólios importantes e diversificados, que comprovavam uma importante presença pré-histórica no local, ocupando parte importante do 3.º milénio a.C., e sobretudo a identificação, à superfície, de importantes alinhamentos de grandes blocos calcários, que prenunciavam a presença de estruturas arqueológicas. Tais constatações foram realizadas pelo primeiro dos signatários em 1994, quando ali se deslocou para um primeiro reconhecimento das potencialidades do sítio, desconhecendo ainda o esboço feito em 1967 por O. da Veiga Ferreira no seu caderno de campo, depois publicado (CARDOSO, 2000), impunha-se a organização de um programa de escavações, suportado por um Projecto de Investigação quadrienal próprio e coordenado pelo primeiro signatário. O mesmo foi submetido para aprovação ao extinto Instituto Português de Arqueologia em 2004, tendo sido aprovado para financiamento plurianual pelo mesmo Instituto. Deste modo, estavam reunidas as condições para se iniciarem as escavações, cujos bons resultados já se prenunciavam.

Entre Maio de 2005 e Novembro de 2008, foram realizadas sucessivas campanhas de escavações em extensão, de duração variável ao abrigo de um Projecto-quadrienal aprovado e financiado pelo extinto Instituto Português de Arqueologia, no quadro do Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos, tendo a última campanha (2008) sido financiada pela Fundação Calouste Gulbenkian. O conjunto dos trabalhos de campo e do espólio arqueológico recuperado permitiu a aquisição de informação essencial sobre a cronologia absoluta, as fases



de ocupação e as fases construtivas do povoado. Os resultados obtidos têm sido prontamente divulgados em diversas apresentações públicas, em várias reuniões científicas e por via da publicação de artigos científicos em revistas da especialidade (CARDOSO, 2010; CARDOSO, 2013; COELHO & CARDOSO, 2010-2011; CARDOSO, SOARES & MARTINS, 2010-2011).

– A terceira e última etapa das investigações iniciou-se em 2013 e terminou em 2016. Com efeito, as escavações suspensas em 2008 deixaram boa parte da estação por investigar, afigurando-se que o prosseguimento das mesmas iria providenciar a compreensão global da estratégia de ocupação do espaço habitado por via da identificação no terreno do desenvolvimento das estruturas defensivas e habitacionais, incluindo o faseamento construtivo de umas e de outras. Ao mesmo tempo, o enriquecimento do registo da cultura material iria permitir aprofundar o conhecimento das actividades económicas ali desenvolvidas ao longo de toda a segunda metade do 3.º milénio a.C., bem como a caracterização das redes de circulação e do estatuto social das sucessivas comunidades ali sediadas no decurso daquele longo intervalo de tempo.

Assim, importava elaborar um novo Projecto de Investigação, na sequência do anterior, tendo as escavações arqueológicas realizadas entre 2013 e 2016 no povoado pré-histórico fortificado do Outeiro Redondo sido realizadas no âmbito do Projecto de Investigação “Povoado Calcolítico do Outeiro Redondo – OUTRED”, vigente durante os quatro anos referidos, o qual foi superiormente aprovado pela Direcção Geral do Património Cultural, tendo sido coordenado, como o anterior, pelo primeiro signatário.

O presente texto pretende dar continuidade à divulgação atempada dos resultados obtidos, com a apresentação exhaustiva dos respeitantes aos dois primeiros anos da vigência do Projecto, respeitantes às campanhas de escavações realizadas em 2013 e em 2014. Pelo excepcional empenho demonstrado, tanto nos trabalhos de campo, como nos de gabinete, considerou o primeiro signatário, na qualidade de responsável das escavações e de coordenador do Projecto de Investigação que as suportaram, que era de toda a justiça associar o Dr. Filipe Martins como co-autor da presente publicação.

## **2 – METODOLOGIA E DESCRIÇÃO GERAL DOS TRABALHOS REALIZADOS (Fig. 1)**

Os trabalhos de campo da campanha de escavações de 2013 decorreram entre os dias 5 e 23 de Agosto de 2013, num total de 15 dias úteis de trabalho e corresponderam ao alargamento da área escavada até 2008 para nascente, em direcção a uma plataforma ou rechã existente desse lado da elevação. As escavações foram dirigidas em permanência pelo primeiro signatário, tendo nelas participado activamente os seguintes estudantes de Licenciatura em Arqueologia das Universidades de Letras e Nova de Lisboa: Ana Catarino Salgado Basílio, Ana Filipa Marques Pereira, Ana Marta Anastácio, Andrés Alejandro León Carrillo, António José dos Santos, Catarina Gil, Fernando Soares Ferreira, Liliana Monteiro da Costa, Nireide, Pereira Tavares, Pedro Gascão, Ricardo Russo, Richard Peace, Tiago Filipe Duarte, Tiago Pires e Tomé Silva.

A campanha de 2013 teve como objectivo primordial prosseguir a escavação da Muralha G para Este, a partir da área investigada até 2008, de modo a poder confirmar o seu prolongamento, que certamente envolvia originalmente toda a elevação. No primeiro dia dos trabalhos foi realizada a desmatação da área circundante, o que permitiu evidenciar a existência de alinhamentos de blocos aflorantes no terreno, já anteriormente identificados, em bom estado de conservação.

A área seleccionada para escavação abarcou assim o desenvolvimento do suposto dispositivo defensivo, abrangendo a rechã situada do lado interno do referido alinhamento de blocos, onde se presumia que ocorresse importante conjunto de estruturas de carácter habitacional.



**Fig. 1** – Outeiro Redondo. Ortofotomapa com implantação das curvas de nível e das áreas escavadas até 2016. Destaque para as áreas escavadas em 2013 e 2014, correspondentes a rechã ou plataforma situado do lado nascente do sítio arqueológico, cuja escavação se concluiu em 2015.

Os trabalhos realizados seguiram a metodologia adoptada nos anos anteriores, com a escavação em extensão de uma área previamente delimitada, subdividida por vários sectores, de modo a permitir localização dos espólios recolhidos em planta, em função do desenvolvimento das estruturas referenciadas no terreno.

A escavação foi aprofundada por níveis artificiais de 20 cm de potência, tomando por base a sequência estratigráfica já conhecida, tendo-se registado por métodos fotográficos todos os pormenores considerados significativos observados tanto no decurso da escavação, como, sobretudo, no final dos trabalhos. No final da escavação procedeu-se, como habitualmente, ao levantamento da planta geral da área escavada com as respectivas estruturas arqueológicas identificadas, tarefa realizada no decurso do mês de Outubro.

Em 2014 as investigações realizaram-se em duas fases. A primeira fase dos trabalhos de campo decorreu entre os dias 3 de Agosto a 22 de Agosto de 2014, num total de 15 dias úteis de trabalho de campo. A área explorada correspondeu ao alargamento para nascente da escavação realizada no ano anterior, por forma a dar seguimento à escavação integral da plataforma ali existente, cuja conclusão só foi conseguida em 2015. Os trabalhos decorreram, tal como em 2013, sob direcção permanente do signatário, tendo neles participado activamente os seguintes alunos universitários: Ana Henriques, Filipe Santos Martins, Hélder Fonseca, Rodrigo Cristóvão e Tiago Costa. Participaram ainda, antes e durante as escavações, desmatando o terreno e removendo algumas raízes sobre a área que se pretendia investigar, sob orientação directa do arqueólogo responsável, uma equipa de funcionários da Câmara Municipal de Sesimbra, constituída por quatro elementos.

Numa segunda fase dos trabalhos, que decorreu entre os dias 6 de Outubro e 6 de Novembro de 2014, concluiu-se a escavação de um sector caracterizado por espessa camada de cinzas, e procedeu-se ao desenho das estruturas arqueológicas postas a descoberto.

O prosseguimento dos trabalhos no ano de 2014 traduziu-se no alargamento da área investigada no ano anterior para Este da elevação, continuando a escavação da rechã existente, delimitada e protegida pela linha muralhada. Procurou-se alcançar a Muralha G, que se supunha acompanhar as curvas de nível, delimitando a plataforma, como se veio a demonstrar, apoiando-se em parte nos afloramentos geológicos, conferindo-lhe estabilidade em sector onde o declive é acentuado.

No interior do recinto muralhado, escavou-se a camada de cinzas, que já tinha sido identificada no limite Este da área escavada de 2013, e que se iria revelar, como resultante de um grande incêndio que atingiu diversas estruturas habitacionais, entre as quais uma cabana de planta subcircular construída na base da sequência estratigráfica, assente no substrato geológico.

Foi nesta espessa camada de cinzas assim formada, que se edificaram, após um curto interregno, outras cabanas de planta elipsoidal, no Calcolítico Pleno / Final, conforme é indicado pela tipologia dos espólios cerâmicos recuperados.

Tal como em 2013, os trabalhos de escavação realizaram-se em extensão, seguindo a metodologia adoptada nos anos anteriores e os espólios recolhidos foram reportados às estruturas arqueológicas adjacentes mais próximas, por forma a ser possível a suma localização em planta.

### 3 – ESTRATIGRAFIA

Com base nas observações baseadas nos diversos cortes estratigráficos realizados em 2013 e 2014, foi possível confirmar a sequência estratigráfica observada anteriormente, detalhando-a, a qual foi recentemente publicada no trabalho dedicado à apresentação exaustiva dos resultados obtidos até 2008 (CARDOSO, 2013), a qual, de cima para baixo pode ser descrita do seguinte modo:

**Camada 1** – Terra vegetal castanho-chocolate, pouco compacta, com elementos pedregosos calcários muito abundantes.

Os materiais arqueológicos integram-se em várias épocas do Calcolítico Inicial e do Calcolítico Pleno / Final, incluindo alguns raríssimos fragmentos campaniformes, o que se explica por transporte gravítico das peças, oriundas da zona mais alta da estação (acrópole), actualmente ocupada por afloramento rochoso. Esta Camada atinge a espessura máxima de 0,20 m; sublinhe-se a total exclusividade de materiais pré-históricos, indício de que o local não voltou a ser ocupado ulteriormente, pelo menos de forma susceptível de deixar vestígios.

**Camada 2** – Camada terrosa mais clara e compacta que a anterior devido a uma maior percentagem de argila, com elementos pedregosos dispersos, mais raros e, em geral, de menores dimensões que os anteriores. Contém materiais cerâmicos que, pela tipologia e decoração, são quase exclusivamente reportáveis ao chamado Calcolítico Pleno / Final da Estremadura, desenvolvendo-se entre os 0,20 m e os 0,60 m de profundidade;

**Camada 3** – Camada castanho-clara, argilo-margosa, com pequenos elementos calcários e inúmeras partículas carbonosas dispersas, com materiais cerâmicos dos quais se encontram ausentes as produções do grupo “folha de acácia / crucífera” característicos do Calcolítico Pleno / Final da Estremadura. Esta Camada está por vezes representada por depósito espesso de cinzas amarelo-acinzentadas, que

corresponde a um incêndio generalizado que atingiu a cabana ou cabanas situadas na área escavada em 2014 e em parte da de 2015, no prolongamento da área anterior. Trata-se, deste modo, de depósito correspondente à degradação ou mesmo à destruição pelo fogo das estruturas habitacionais implantadas em áreas mais regulares do topo da elevação no decurso da fase final do Calcolítico Inicial.

Na parte inferior desta camada, directamente assente no substrato geológico ou em Camada arqueológica quase sem espólio, observou-se o embasamento das cabanas acima referidas, constituídas por estruturas de combustão e alinhamentos delimitadores dos próprios recintos, de contorno subcircular. No conjunto, atinge cerca de 0,40 m de potência, sendo os espólios associados com valor discriminante (cerâmicas com decorações caneladas) exclusivamente do Calcolítico Inicial.

**Camada 4** – De coloração castanho-avermelhada, com abundantes blocos de pequeno tamanho, possui potência média de 0,10 m, podendo atingir potência máxima da ordem de 0,30 m, relacionada com o preenchimento de anfractuosidades rochosas. Resultante em parte da desagregação química e mecânica do substrato rochoso, apresenta-se quase desprovida de espólio arqueológico, sendo este exclusivamente reportável ao Calcolítico Inicial. Corresponde à primeira ocupação humana do sítio arqueológico, directamente sobre o substrato geológico, anterior à construção do dispositivo defensivo. É possível que esta Camada constitua, simplesmente, uma variação lateral da anterior, nos espaços da estação que não foram ocupados por estruturas habitacionais.

**Camada 5** – Corresponde ao embasamento rochoso, muito irregular, aflorante aquando da primeira ocupação arqueológica, constituído por calcários brancos e duros do Jurássico (“Calcários de Azóia”). As anfractuosidades destes calcários encontram-se pontual e parcialmente preenchidas por depósito areno-argiloso avermelhado, resultante de processo de lapialização incipiente, ocorrido em época em que tais formações rochosas afloravam.

A sequência cronológico-cultural observada em 2015, é condizente com a anteriormente descrita – a que se juntou a informação decorrente das análises de radiocarbono realizadas – em 2013 (CARDOSO, SOARES & MARTINS, 2010-2011), com base nas escavações realizadas entre 2005 e 2008 e em 2013 e 2014, configurando apesar das variações laterais referidas, uma assinalável coerência na sucessão das ocupações observadas nas áreas da estação até agora escavadas, independentemente da sua localização específica no terreno. Assim, a correlação com as diversas fases cronológico-culturais e construtivas identificadas pode estabelecer-se, de forma segura, do seguinte modo:

**Camadas 3 e 4** – Final do Calcolítico Inicial situável cerca 2600 / 2500 a.C. para cerca de 95% de probabilidade, correspondente a uma única fase construtiva de carácter habitacional.

**Camada 2** – Calcolítico Pleno / Final, situável entre cerca de 2500 e 2100 a.C., para cerca de 95% de probabilidade, correspondente a duas fases construtivas de carácter defensivo e a uma fase construtiva de carácter habitacional.

Importa também justificar a terminologia arqueológica utilizada. Assim, se o termo Calcolítico Inicial se encontra de há muito estabelecido, correspondendo, na Estremadura, às ocupações habitacionais caracterizadas, ao nível do registo ceramográfico, pela presença dominante das decorações caneladas, aplicadas sobretudo a recipientes cilíndricos (os conhecidos “copos”), já o termo Calcolítico Pleno Final carece de esclarecimentos mais desenvolvidos. Com efeito, é ainda hoje usual, no faseamento do Calcolítico da Estremadura, considerar o Calcolítico Pleno como caracterizado pela presença das conhecidas decorações em “folha de acácia” e na sua



variante “crucífera”, correspondentes a foliculos aplicados por impressão de matriz na pasta mole, reservando o termo Calcolítico Final à afirmação das manifestações campaniformes. Ora, como ficou cabalmente demonstrado na região em apreço, correspondente à Baixa Estremadura, a emergência das produções campaniformes acompanharam as produções do grupo “folha da acácia / crucífera”, sendo dele independentes (CARDOSO, 2014 b), o que explica, em alguns casos, a total ausência das produções campaniformes, apesar das tardias datas de ocupação dos sítios, dentro do 3.º milénio a.C., como é exemplarmente documentado no Outeiro Redondo, onde as produções campaniformes são vestigiais, apesar de a ocupação ter atingido quase o final do referido milénio. Por outras palavras, o critério da presença / ausência de produções campaniformes, não é factor discriminante de faseamento entre as ocupações atribuíveis ao Calcolítico Pleno e ao Calcolítico Final da Estremadura. Assim sendo, adoptando um critério coerente, alicerçado na cronologia absoluta, todas as ocupações ulteriores a cerca de 2500 a.C., possuam ou não presença campaniforme, devem reportadas ao Calcolítico Pleno / Final, e não apenas ao Calcolítico Pleno ou ao Calcolítico Final.

#### 4 - ESTRUTURAS ARQUEOLÓGICAS

Em 2013 e 2014, a escavação centrou-se no sector leste do povoado (Fig. 2), incidindo na plataforma que ali se observou, desde logo atribuída a uma das áreas mais propícias para se identificarem estruturas de carácter habitacional, como de facto se veio a verificar.

As estruturas ali identificadas foram as seguintes:

**Muralha G** – esta estrutura, identificada em todas as campanhas de escavação desde 2005, corresponde à muralha periférica do povoado, envolvendo boa parte do topo da elevação, talvez com excepção da parte desta virada a Norte, onde o declive é abrupto, afigura-se como a mais importante da estação. Foi construída em um único momento construtivo, do Calcolítico Pleno / Final. Com efeito, encontra-se assente em depósitos mais ou menos potentes já atribuíveis a esta fase cultural, já ao Calcolítico Inicial, enquanto noutros sectores da estação, a mesma assenta no substrato geológico.

De planta arqueada (Fig. 3), por forma a acompanhar as curvas de nível do topo da elevação, a sua melhor expressão observa-se do lado Sul e Leste, sendo evidenciada pelo alinhamento duplo de grandes blocos que definem os paramentos externo e interno. O enchimento intermédio é assegurado, como é costume neste tipo de estruturas defensivas observadas em diversos povoados da mesma época, por enrocamento de bloco angulosos de menores dimensões, engrenados uns nos outros e com pouco ligante entre si (Fig. 4). Nos sectores de maior declive observa-se o apoio dos blocos que constituem a Camada basal no afloramento geológico, por forma a assegurar a estabilidade; nos sectores em que a curvatura da estrutura teve de ser mais apertada, evidencia-se, com igual propósito, que os blocos são de dimensões acrescidas (Fig. 5).

**Estrutura H** – trata-se de uma estrutura ortogonal, aproveitado um dos lados da Entrada L. Constituída por dois muros ortogonais, integrando blocos de dimensões médias, formando os paramentos interno e externo de ambos.

É interessante verificar a existência desta particularidade construtiva em época calcolítica, a qual, até ao presente era, ao que se saiba, desconhecida. O Outeiro Redondo viria a fornecer exemplos desta arquitectura ortogonal nas campanhas de 2015 e de 2016, associados aos últimos momentos de ocupação do local, no Calcolítico Pleno / Final, confirmando-se que não se trata de um caso isolado, cuja importância importa desde já sublinhar.



**Fig. 2** – Outeiro Redondo. Planta da área escavada em 2013 e 2014, com a indicação das estruturas arqueológicas identificadas. Desenho original de Filipe Martins. Tintagem e tratamento digital de Bernardo Ferreira.



**Fig. 3** – Outeiro Redondo. Vista parcial da Muralha G, evidenciando-se a assinalável curvatura da mesma, fotografada em 2014. Foto de J. L. Cardoso.



**Fig. 4** – Outeiro Redondo. Vista parcial do enchimento intermédio da Muralha G, entre os paramentos externo e interno, constituídos por grandes blocos, fotografado em 2014. Foto de J. L. Cardoso.





**Fig. 5** – Outeiro Redondo. Vista parcial da Muralha G, em sector de grande curvatura, quando inflecte para Norte, fotografada em 2014. Observem-se os grandes blocos do paramento externo destinados a travar, pelo peso, o deslizamento da estrutura no sentido do declive, localmente também muito acentuado. Foto de J. L. Cardoso.

**Estrutura I** – esta estrutura corresponde a um muro de planta rectilínea paralelo a um dos muros da Estrutura H, sendo ambos de época tardia, conforme indica a sua fundação em depósitos do Calcolítico Pleno / Final.

**Entrada L** – Trata-se de unidade arquitectónica definida pelas duas estruturas anteriores (Fig. 6). A sua modernidade relativamente à Muralha G é indicada pelo facto de ambas as estruturas que a definem se fundarem em níveis mais superficiais do que os correspondentes à fundação dos blocos daquela muralha. Tudo indica, deste modo, que esta entrada é posterior à construção da Muralha G, a qual foi objecto de rearranjo neste sector. Trata-se, pois, de estrutura construída no último período de ocupação do sítio, no Calcolítico Pleno / Final, já na transição do 3.º para o 2.º milénio a.C. O motivo para a sua construção não se afigura claro. Com efeito, a largura que possui não é compatível com as funções defensivas da muralha onde se encontra inserida, dada a sua exagerada largura. Orientada para Sudeste, e embora não se apresente directamente apontada ao mar, é possível que as suas funções fossem de carácter essencialmente simbólico, sublinhando a importância daquele elemento no quotidiano da comunidade. Estas funções não directamente ligadas à defesa, e até contrárias a tais preocupações, não deixam de ser sugestivamente sugeridas pela realidade observada.

**Lareira J** – Trata-se de estrutura não associada de forma evidente a qualquer cabana. Situando-se do lado interno da Entrada L, a sua cronologia é claramente mais antiga, como é indicado pelo nível de fundação da mesma, subjacente os níveis de fundação dos dois muros que definem a referida entrada (Fig. 7). Trata-se, assim, de lareira que, entre outras, corporiza a primeira fase de ocupação do povoado, no final do Calcolítico Inicial.





**Fig. 6** – Outeiro Redondo. Vista parcial da Entrada L, situada na Muralha G, fotografada em 2013. Observem-se os dois muros rectilíneos, que a definem internamente de ambos os lados. Note-se a arquitectura ortogonal que este subconjunto arquitectónico evidencia, constituindo uma característica do povoado sem paralelo em outros sítios calcolíticos. Foto de J. L. Cardoso.



**Fig. 7** – Outeiro Redondo. A Lareira J (Calcolítico Inicial), ao centro, situada do lado interno da Entrada L (Calcolítico Pleno), à direita e a um nível inferior à fundação desta, sendo-lhe deste modo anterior. Do lado esquerdo, evidencia-se pequena concentração de cinzas, que poderia corresponder ao depósito oriundo da referida estrutura de combustão. Foto de 2013, de J. L. Cardoso.

**Lareira M** – Corresponde a outra estrutura de combustão, associada ao que poderá ser um espaço adjacente lajeado, remontando, tal como a anterior, à primeira fase de ocupação do local, no final do Calcolítico Inicial.

**Estrutura N** – Identificou-se, em nível correlativo com nível ulterior à época da fundação da Muralha G, um espaço com abundantes elementos pétreos, que podem configurar um lajeado muito mal conservado.

**Estrutura O** – Trata-se de um alinhamento de blocos de identificação muito difícil no terreno, em resultado da sua irregularidade, configurando aparentemente um vasto recinto fechado, de contorno subcircular, apenas bem delimitado do lado Leste, onde a um alinhamento externo de blocos se justapõe um alinhamento interno, que poderia ter a função de um banco, na hipótese de ao referido recinto poder corresponder ao embasamento de uma cabana. Situações análogas, e reportáveis à mesma época (Calcolítico Pleno / Final), foram observadas no povoado pré-histórico de Leceia. Com efeito, o nível de implantação dos blocos que correspondem ao seu embasamento assenta em depósitos com materiais do Calcolítico Pleno / Final, por sua vez assentes em depósitos com abundantes cinzas, os quais, tendo presente a sequência estratigráfica atrás descrita, se inserem no final do Calcolítico Inicial, e correspondem à destruição das unidades habitacionais daquela época, atingidas por incêndio.

A esta provável cabana, poderão estar associadas duas subestruturas, O1 e O2: a primeira configura uma lareira, de planta subcircular, idêntica às acima descritas; a segunda, parece corresponder a local de combustão não estruturado, de onde provieram alguns fragmentos de cadinhos de fundição, embalados em cinzas e terras carbonosas que reforçam aquela atribuição.

**Lareira P** – Tal qual o verificado com a subestrutura O2, também a existência desta estrutura de combustão se encontrava documentada pela concentração, em espaço restrito e de contorno subcircular, de terras carbonosas e cinzas, relacionadas com práticas metalúrgicas. Tratar-se-ia, assim, de uma lareira não estruturada, funcionando aparentemente a céu aberto, e integrável na primeira fase de ocupação do povoado. Em alternativa, poderia corresponder simplesmente a um depósito de cinzas produzidas na Lareira J, situada a cerca de 3 m de distância, pertencente, como acima se referiu, à mesma época.

Em 2014, prosseguiu a escavação da Muralha G. Confirmou-se a inclusão de grandes blocos calcários, heterométricos e muito irregulares, constituindo os paramentos interno e externo da muralha. É interessante observar que os blocos do lado externo, por ser aquele que sofreria os maiores impulsos, afiguram-se maiores e mais regulares, acompanhados pelo nítido aumento da espessura da muralha no sector de maior declive e curvatura, por forma a assegurar, em parte pelo peso próprio, em parte por se encontrar apoiada no substrato geológico, a respectiva estabilidade, conforme se observou no ano transacto.

A Muralha G, tal como se verificou em 2013, prossegue o seu desenvolvimento regular no terreno, arqueando progressivamente para Norte, delimitando a plataforma situada do lado Leste do morro, cuja escavação prosseguiu em 2014, com a identificação das seguintes estruturas:

**Estrutura Q** – Trata-se de estrutura provavelmente incompleta, de utilização indeterminada, constituída por lajes colocadas verticalmente, dispostas em arco. Tais elementos encontram-se fundados em Camada com materiais do Calcolítico Pleno / Final (Camada 2), a qual assenta em depósito de cinzas, resultante do incêndio generalizado que atingiu as cabanas coevas da ocupação mais antiga.

**Cabana R** – Única unidade habitacional correspondente à fase inicial de ocupação do povoado, apresenta-se muito incompleta, para o que terá contribuído a destruição provocada pelo incêndio que a atingiu. A planta, de contorno subcircular, encontra-se definida por alguns blocos dispostos em arco, assentes





**Fig. 8** – Outeiro Redondo. Em primeiro plano superfície possivelmente aplanada de calcários apinhados jurássicos, onde foi aberto covacho para depósito ritual de uma concha de mexilhão de dimensões excepcionais. Do lado esquerdo, observam-se pequenas lajes colocadas de cutelo, delimitando a Cabana R, de planta subcircular, do Calcolítico Inicial. Note-se a sequência estratigráfica, constituída por espesso depósito de cinzas e carvões, formado pelo incêndio generalizado que destruiu a Cabana R, o qual se encontra coberto por Camada terrosa, castanho-anegrada (Camada 2), sobre a qual se construiu a Cabana O, de planta subcircular, do Calcolítico Pleno. Foto de 2013, de J. L. Cardoso.

no substrato geológico, o qual exhibe, em local correspondente ao chão desta estrutura, um covacho onde se enterrou ritualmente uma concha de mexilhão de dimensões excepcionais (Fig. 8). No seu interior, foi identificada a **Lareira R1**, muito bem conservada (Fig. 9), definida por pequenos blocos igualmente assentes no substrato geológico, que parece ter sido previamente regularizado. O enchimento desta estrutura forneceu diversos fragmentos cerâmicos de copos canelados, típicos do Calcolítico Inicial, cronologia que era já indicada pela sua posição estratigráfica.



**Fig. 9** – Outeiro Redondo. Vista parcial, obtida em 2014, da Cabana R, do Calcolítico Inicial, destacando-se, à direita, a Lareira R1, dentro da cabana e, à esquerda, a Muralla G, do Calcolítico Pleno, construída depois da cabana ter sido destruída por incêndio. Note-se a delimitação do embasamento da cabana, por pequenos blocos dispostos em arco. Foto de J. L. Cardoso

**Estrutura S** – Muro rectilíneo incompleto, pertencente à fase construtiva mais recente do Calcolítico Pleno / Final, cujo desenvolvimento se encontra indefinido, numa das extremidades, encostando-se a outra à face interna da Muralla G, a qual, embora pertencente à mesma fase cronológico-cultural, integra-se em momento construtivo anterior. A finalidade deste muro não é conhecida; mas a sua planta rectilínea aproximam-no das estruturas ortogonais identificadas em 2013 e acima descritas, podendo corresponder ao que restou de uma grande unidade habitacional. De qualquer modo, é interessante sublinhar a coexistência de estruturas de planta ortogonal, com outras, de planta subcircular, tanto do Calcolítico Pleno / Final (Cabana O), como do final do Calcolítico Inicial (Cabana R).

## 5 – ESPÓLIOS ARQUEOLÓGICOS

Nas Figs. 10 a 14 seleccionaram-se alguns dos artefactos mais representativos recuperados nas duas campanhas de escavações arqueológicas (2013 e 2014) a que respeita o presente trabalho.

### 5.1 – Pedra polida

O conjunto dos artefactos de rochas duras de pedra polida, recolhidos em estratigrafia, no povoado pré-histórico fortificado do Outeiro Redondo nas duas campanhas de escavação em apreço é bastante



numeroso, integrando tipos bastante diversificados, representados por 51 exemplares, inteiros ou incompletos, mas tipologicamente classificáveis, distribuídos da seguinte maneira:

- Camada 3 (final do Calcolítico Inicial) – 9 exemplares (Fig. 16, n.<sup>os</sup> 8 e 9; Fig. 17, n.<sup>os</sup> 1 e 2; Fig. 18, n.<sup>os</sup> 5 e 6; Fig. 21, n.<sup>os</sup> 3 a 5);
- Camada 2 (Calcolítico Pleno / Final) – 42 exemplares (Fig. 15, n.<sup>os</sup> 1 a 9; Fig. 16, n.<sup>os</sup> 1 a 7; Fig. 17, n.<sup>os</sup> 3 a 6; Fig. 18, n.<sup>os</sup> 1 a 4; Fig. 19, n.<sup>os</sup> 1 a 8; Fig. 20, n.<sup>os</sup> 1 a 8; Fig. 21, n.<sup>os</sup> 1 e 2).

Procedeu-se ao desenho e à análise tipológica de cada um dos artefactos recolhidos, a qual se apresenta no Quadro 1.

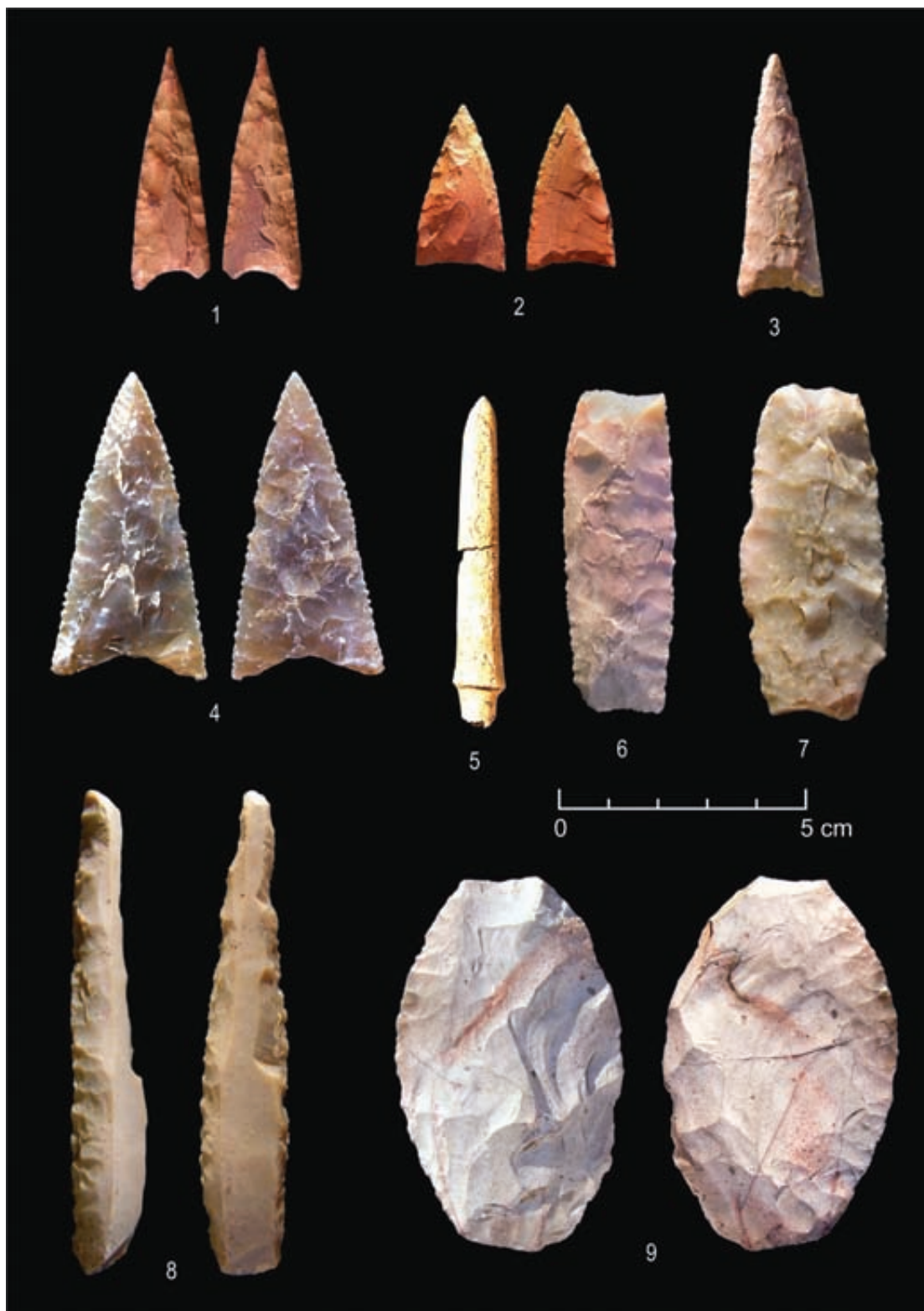
**Quadro 1 – Outeiro Redondo. Distribuição tipológica dos artefactos de pedra polida por conjuntos cronológico-culturais**

Artefactos de pedra polida	C3 Final do Calcolítico Inicial		C2 Calcolítico Pleno / Final		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Machados	3	33,3	6	14,3	9	17,6
Enxós / sachos	1	11,1	4	9,5	5	9,8
Percutores	5	55,6	6	14,3	11	21,6
Martelos transversais	-	-	1	2,4	1	2,0
Escopros e Formões	-	-	2	4,8	2	3,9
Fragmentos de machados	-	-	8	19,0	8	15,7
Fragmentos de enxós / sachos	-	-	1	2,4	1	2,0
Fragmentos de escopros e formões	-	-	1	2,4	1	2,0
Fragmentos de martelos	-	-	7	16,7	7	13,7
Fragmentos de martelos transversais	-	-	2	5,0	2	3,9
Inclassificados	-	-	4	9,5	4	7,8
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>100</b>	<b>42</b>	<b>100</b>	<b>51</b>	<b>100</b>

A primeira conclusão é a da escassez de artefactos de pedra polida provenientes da Camada 3, situação que facilmente se explica pelo facto de tal Camada se encontrar muito pior representada do que a Camada 2, a qual, por sua vez, impediu o acesso àquela, na área onde se identificaram estruturas arqueológicas que naturalmente não podiam ser removidas. Por outro lado, afigura-se evidente que a área inicialmente ocupada pelo povoado é muito inferior à que viria a corresponder à ocupação mais moderna, durante a qual, por sua vez, se assiste à multiplicação de estruturas habitacionais, caracterizadas por abundante espólio.



**Fig. 10** – Outeiro Redondo. 1 – enxó votiva de fibrolite. Camada 2; 2 – percutor de arenito Camada 2; 3 – escopro ou cinzém de anfibolito. Camada 2; 4 – peso de rede de calcário. Camada 2. Fotos de J. L. Cardoso.



**Fig. 11** – Outeiro Redondo. 1 – ponta de seta, de sílex jaspóide. Camada 2; 2 – ponta de seta, de sílex jaspóide. Camada 2; 3 – ponta de seta, de sílex rosado. Camada 2; 4 – ponta de seta de grandes dimensões de bordos serrilhados, de sílex translúcido acastanhado. Camada 2; 6 – lâmina elipsoidal com trabalho cobridor total numa das faces, de sílex rosado. Camada 2; 7 – lâmina elipsoidal com trabalho cobridor total numa das faces, de sílex cinzento. Camada 2; 8 – furador excepcionalmente alongado, com vestígios de desgaste na ponta, com retoques abruptos, de sílex cinzento. Camada 3; 9 – lâmina elipsoidal com trabalho cobridor total em ambas as faces, de sílex branco opaco com laivos rosados. Camada 2. 5 – ponta de seta de osso, incompleta na base. Camada 2. Fotos de J. L. Cardoso.



**Fig. 12** – Outeiro Redondo. 1 e 2 – lâminas serrilhadas de cobre de serrotes ou elementos de foice. Notar a diferença de profundidade da serrilha e do desgaste em ambos os exemplares, Camada 2; 3 – extremidade de gume de machado, separado intencionalmente, por corte, do corpo do artefacto. Camada 3; 4 – porção distal de espada, separada do resto da lâmina por corte intencional. Camada 2; 5 – fragmento de cadinho de fundição, com impregnações cupríferas. Camada 3; 6 – algaraviz (tubo de forja) quase completo. Camada 3. Fotos de J. L. Cardoso.





Fig. 13 – Outeiro Redondo. 1 – ponta de seta de espigão e aletas. Camada 2; 2 – alabarda. Camada 2. Fotos de J. L. Cardoso.



**Fig. 14** – Outeiro Redondo. 1 a 3 – cilindros de calcário, conservando apenas uma das extremidades. O n.º 3 ostenta junto desta as características tatuagens faciais. Camada 2; 4 – cilindro de rocha básica, diorítica, incompleto e reutilizado, com marcas de percussão numa das extremidades. Camada 2; 5 – fragmento de placa de xisto. Camada 2; 6 – conta discóide de variscite, alterada superficialmente. Camada 2; 7 – conta discóide de osso, com desgaste devido a suspensão. Camada 2; 8 – concha de *Luria lurida* L., perfurada na área dorsal, para transformação em elemento de colar. Camada 2; 9 – concha de mexilhão (*Mytilus* sp.) de dimensões excepcionais, utilizada num ritual fundacional do povoado. Camada 3; 10 – falange de cavalo (*Equus caballus* L.) totalmente afeiçoada por polimento, transformando-a em ídolo antropomórfico. Camada 2. Fotos de J. L. Cardoso.

**Machados** – assim tradicionalmente classificados por possuírem um bisel duplo simétrico, formando o gume) exibem formas volumosas, distribuindo-se por três grupos formais distintos, que correspondem também a grande heterometria, sublinhando as diversas funções específicas, dentro do corte e do trabalho da madeira, a que estavam destinados:

- os machados totalmente polidos e de secção rectangular, nalguns casos com tendência espalmada, que se aproximam das produções metálicas, das quais foram coevos;
- os machados de corpo bombeado, de secções subquadrangulares a sub-rectangulares, em geral bem polidos, e de tamanho em geral menor que os antecedentes, que constituem o conjunto mais numeroso;
- enfim, reconheceram-se pequenos machados de corpo tendencialmente cilíndrico a fusiforme, de secções elipsoidais a subcirculares, polidos apenas no gume e com os talões picotados, os quais tradicionalmente se reportam a produções arcaicas, mas que, no caso presente, provêm exclusivamente da ocupação do Calcolítico Pleno / Final (Fig. 15, n.º 1 a 3, 5 e 6; Fig. 16, n.º 2).

Esta realidade parece também estar em oposição à natureza da matéria-prima em que foram produzidos. Com efeito, todos eles são fabricados em rochas básicas de tipo dolerítico, disponíveis em filões situados nas imediações, relacionados com o diápiro de Sesimbra. Esta realidade sugeria o aprovisionamento por uma comunidade que ainda não usava as rochas de melhor qualidade de tipo anfibolítico, oriundas do Alto e do Baixo Alentejo, e aqui chegadas por via do comércio transregional. Na região de Lisboa, tal foi a evidência recolhida em diversos povoados anteriores ao Calcolítico, como o povoado do Neolítico Final do Carrascal, Oeiras (CARDOSO, 2011; CARDOSO, SOUSA & ANDRÉ, 2015) e a ocupação do Neolítico Final de Leceia (CARDOSO, 1999-2000; CARDOSO, 2004; CARDOSO & CARVALHOSA, 1995). No entanto, no Outeiro Redondo não se reconheceu nenhuma presença significativa que pudesse ser reportada a qualquer uma daquelas épocas, pelo que, descartando a possibilidade de se terem continuado a produzir até ao final do Calcolítico tais tipos arcaicos, só existe uma outra alternativa para a sua ocorrência que é a de terem sido colectados pelos antigos ocupantes em estações mais antigas existentes nas imediações tendo em vista a sua utilização prática, ou a sua conservação como relíquias dos antepassados.

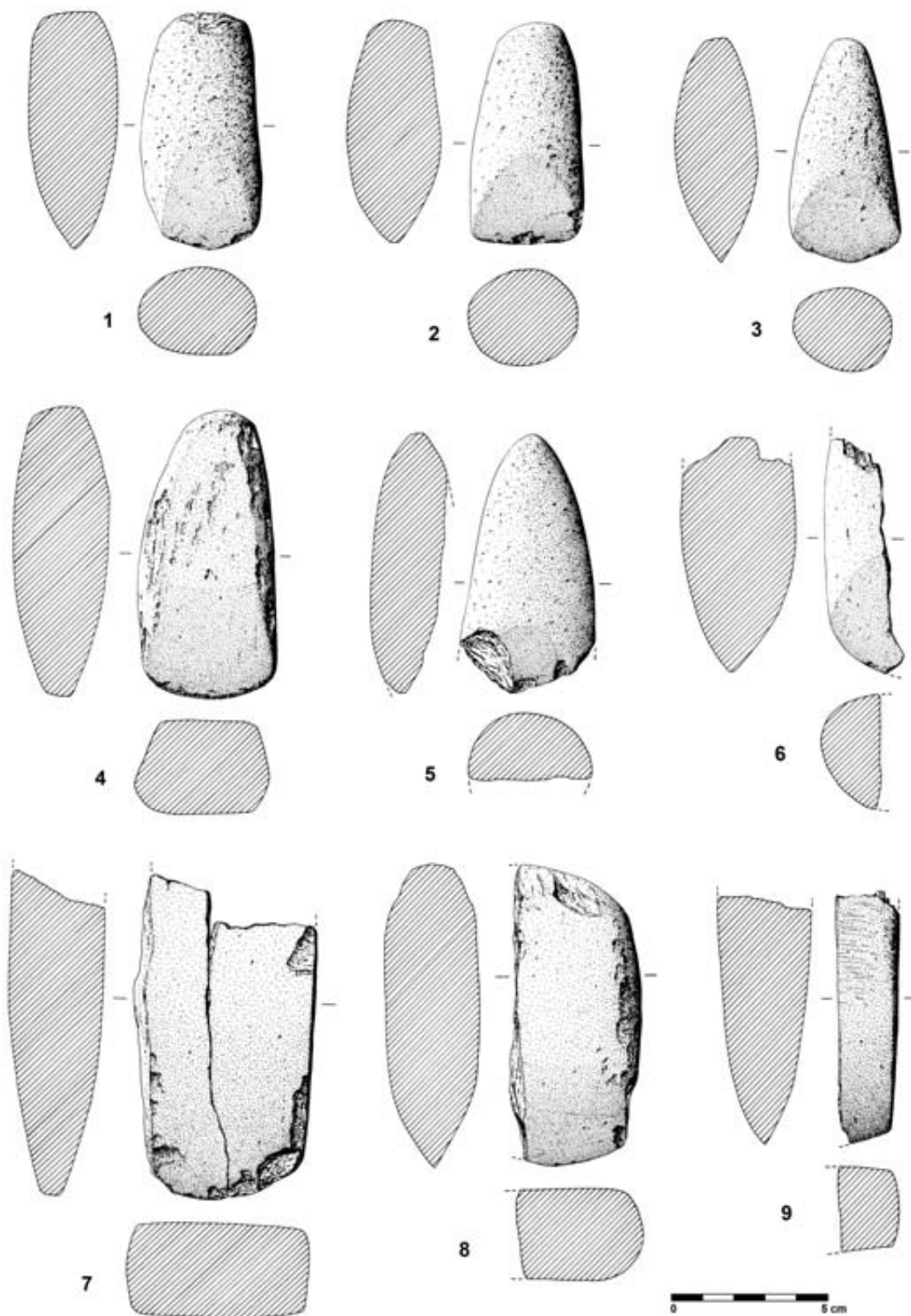
Os restantes machados recolhidos nas Camada 3 e Camada 2 são invariavelmente de anfibolito, embora a textura desta rocha se apresente mais ou menos fina, por vezes ocelada correspondente a megacristais de anfíbola. Esta realidade ilustra bem a intensa circulação transregional de matérias-primas necessárias ao quotidiano destas populações, como os anfibolitos, realidade já bem caracterizada em outras estações calcolíticas da região, com destaque para Leceia (CARDOSO, 1999-2000), onde se demonstrou a intensificação económica ao longo de todo o 3.º milénio a.C. através do aumento sempre constante, da presença de rochas anfibolíticas.

No cômputo geral, os machados ocorrem em proporções idênticas às das enxós, sem considerar as peças de um ou outro grupo reutilizadas como percutores.

É interessante referir que um dos machados oriundos da Camada 3 (Fig. 16, n.º 8) possui evidentes marcas de alteração pelo calor do anfibolito em que é confeccionado, com passagem a coloração amarelada, em resultado do incêndio generalizado então ocorrido que atingiu as estruturas habitacionais do Calcolítico Inicial.

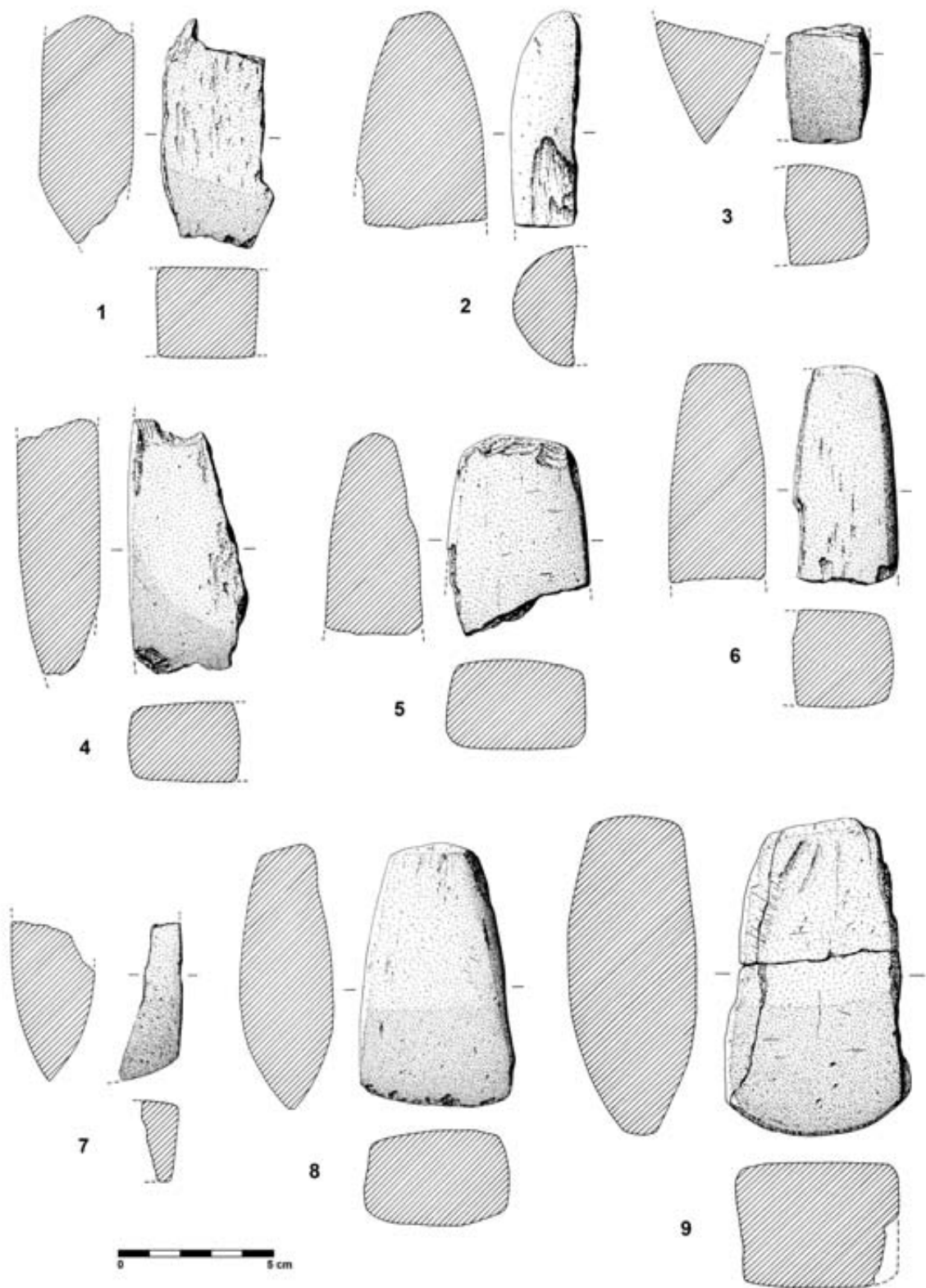
**Enxós / sachos** – trata-se de lâminas polidas obtidas por biselamento unifacial do suporte lítico. O corpo dos referidos suportes apresenta-se em geral achatado e às vezes arqueado, contrastando com o observado nos machados. Algumas destas produções, para além do anfibolito, são executadas em rochas afaníticas anegradadas, de coloração mais clara à superfície, por alteração, como é o caso do exemplar da Fig. 18, n.º 1. A origem destas rochas, de natureza vulcânica, podendo corresponder a tufos básicos, pode ser encontrada





**Fig. 15** – Outeiro Redondo. Artefactos de pedra polida recolhidos na Camada 2. Os n.ºs 1 a 3, 5 e 6, são de rochas básicas de origem local; os n.ºs 4, 7 a 9, são de anfíbolito.





**Fig. 16** – Outeiro Redondo. Artefactos de pedra polida recolhidos na Camada 2 (n.ºs 1 a 7) e Camada 3 (n.ºs 8 e 9). O n.º 2, é de rocha básica de origem local; os restantes exemplares são de anfíbolito.

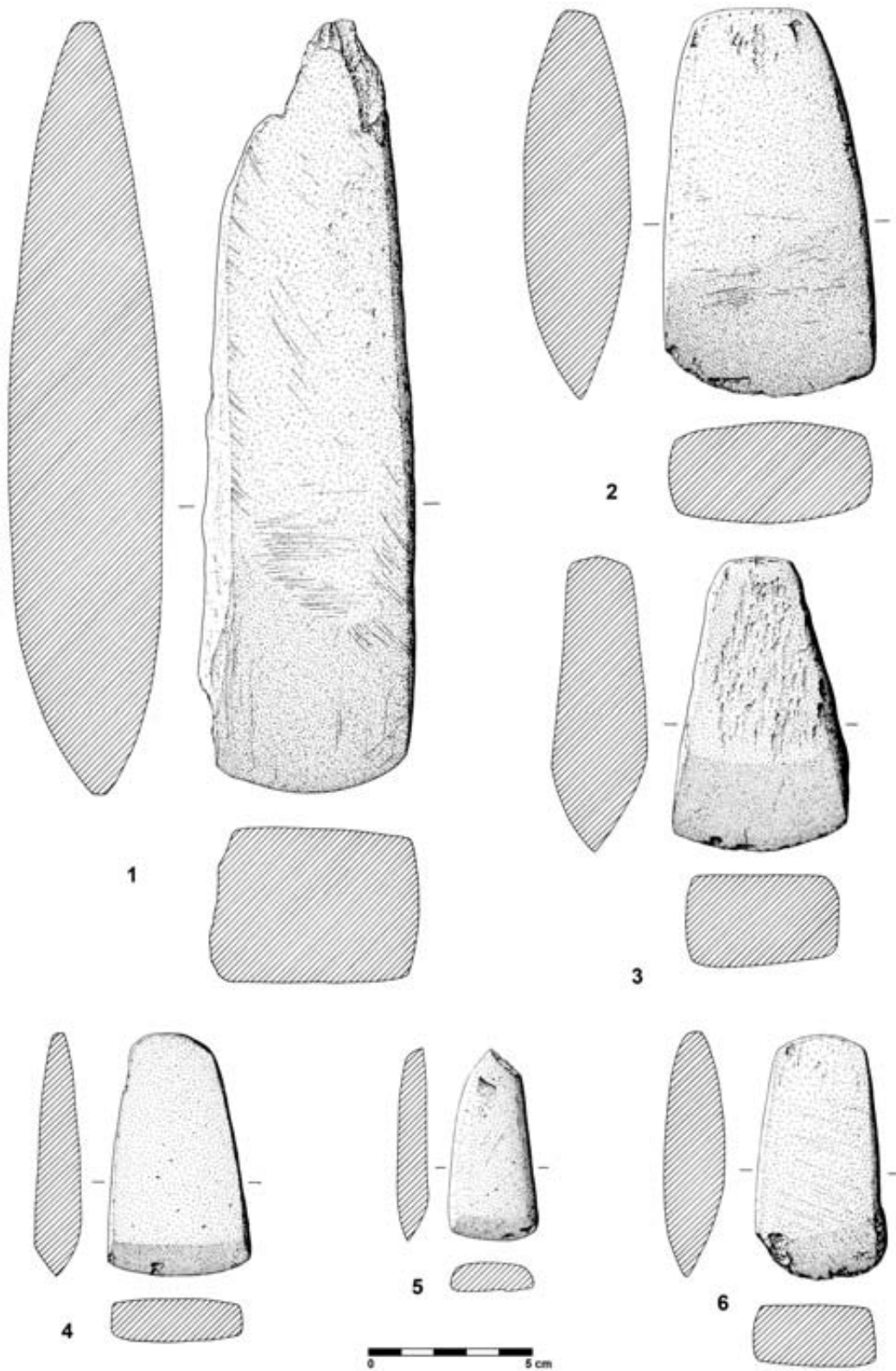
na Zona Sul Portuguesa. Mas só uma análise petrográfica poderia clarificar esta atribuição, conforme em outro estudo já se referiu (CARDOSO, 2014 c), sendo certo que na região de Alcácer do Sal / Grândola ocorrem as rochas deste tipo mais próximas do Outeiro Redondo. A atribuição de algumas destas peças a sachos é sugerida, nalguns outros casos que não nos exemplares em estudo, pelas lascas que saltaram dos gumes, compatíveis com impactos violentos com pedras existentes nos solos a sachar, mais do que com o trabalho da madeira, tradicionalmente atribuído às enxós.

Duas pequenas enxós configuram peças de carácter votivo, podendo ser utilizadas de forma ritual, não funcional. Um exemplar aparentemente confeccionado em rocha metassedimentar verde-acinzentada, com xistosidade, ostenta gume com ténues vestígios de utilização (Fig. 17, n.º 5); outro exemplar, de fibrolite (silimanite) de coloração leitosa com laivos cinzento escuros (Fig. 18, n.º 2; Fig. 10, n.º 1), o qual, não só pela matéria-prima, mas também pelas reduzidas dimensões, se enquadra no tipo dos artefactos rituais. Com efeito, tanto o machado como a enxó, pelas importantes tarefas a que estavam associados, facilmente teriam adquirido significado simbólico, no âmbito das sociedades agrárias do Neolítico e Calcolítico, sendo tal conotação ilustrada em toda a bacia mediterrânea por abundantes e expressivos testemunhos. No povoado do Neolítico Final do Carrascal recolheu-se pequeno pendente de fibrolite leitosa, com a tipologia de uma enxó, munido de um furo de suspensão (CARDOSO, 2011, p. 50; CARDOSO, SOUSA & ANDRÉ, 2015, Fig. 83, n.º 2; Fig. 84), que corporiza claramente a função simbólica do machado / enxó.

**Percutores** – trata-se de reaproveitamentos de artefactos de pedra polida, que por razões não evidentes ficaram fora de uso. A larga maioria corresponderão a machados de anfibolito, com intensas marcas de percussão, que por vezes se estendem a toda a periferia da peça. Desconhece-se a razão do abandono da utilização primária destas peças, sendo certo que, por serem confeccionadas em anfibolito, o custo inerente à sua obtenção não seria desprezível. A dificuldade de compreender a opção tomada é acrescida se se admitir que outras rochas, para mais fáceis de obter localmente, como o quartzito ou o quartzo, sob a forma de seixos rolados, poderiam ter sido utilizados com idênticos resultados. Parece, assim, existir contradição sem explicação plausível, entre o valor intrínseco da matéria-prima, e a finalidade última, de carácter indiferenciado, que lhes foi atribuída.

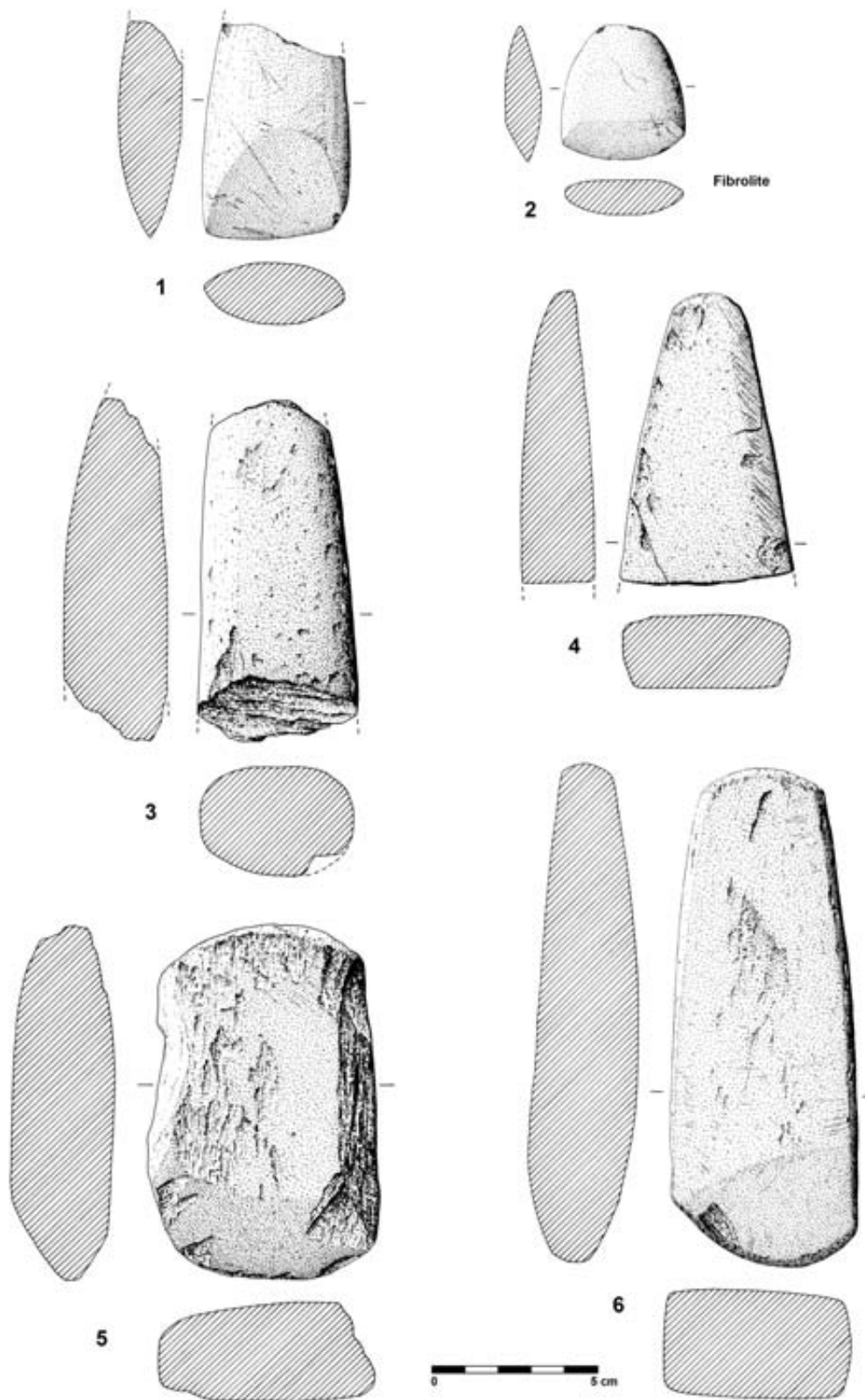
**Martelos transversais** – sob esta designação integram-se alguns exemplares que seriam facilmente atribuíveis a machados, não fosse o gume cortante estar substituído por superfície polida que ocupa a extremidade distal dos artefactos (Fig. 19, n.ºs 4, 6 e 8). Esta particularidade sugere que seriam utilizados para martelagem de superfícies mais ou menos exíguas, requerendo trabalho de precisão, tendo-se anteriormente admitido que se relacionariam com a manufactura de objectos de cobre, sendo a sua presença insistente em alguns povoados calcolíticos da região (ver, por todos, CARDOSO & ENCARNAÇÃO, 2013). Contudo, o facto de alguns destes exemplares ocorrerem em contextos do Neolítico Final, como é o caso de pequeno exemplar de rocha esverdeada recolhido em Leceia (CARDOSO, 1989, Fig. 102, n.º 3), obriga a admitir outras utilizações especializadas, que permanecem ignoradas. Para o esclarecimento desta realidade, encontra-se presentemente em curso o estudo traceológico da superfície de trabalho dos exemplares recolhidos no Outeiro Redondo e em outros povoados calcolíticos da região. Um deles ostenta sulco transversal polido na zona central de uma das faces (Fig. 19, n.º 6), que pode estar relacionado com o encabamento da peça.

**Escopros e formões** – tal como em outros importantes povoados calcolíticos estremenhos, a utensilagem de pedra polida integra residualmente artefactos especializados os quais se podem integrar nesta categoria funcional. Ostentam em geral corpo alongado, secção sub-quadrangular e cuidadoso



**Fig. 17** – Outeiro Redondo. Artefactos de pedra polida recolhidos na Camada 2 (n.ºs 3 a 6) e na Camada 3 (n.ºs 1 e 2). O n.º 5 é de tufo vulcânico afanítico, com alteração amarelada à superfície; os restantes exemplares são de anfibolito.





**Fig. 18** – Outeiro Redondo. Artefactos de pedra polida recolhidos na Camada 2 (n.ºs 1 a 4, com destaque para a peça n.º 2 em fibrolite) e na Camada 3 (n.ºs 5 e 6). Os n.ºs 1 e 3, são de rochas básicas de origem local; os restantes exemplares são de anfibolite.



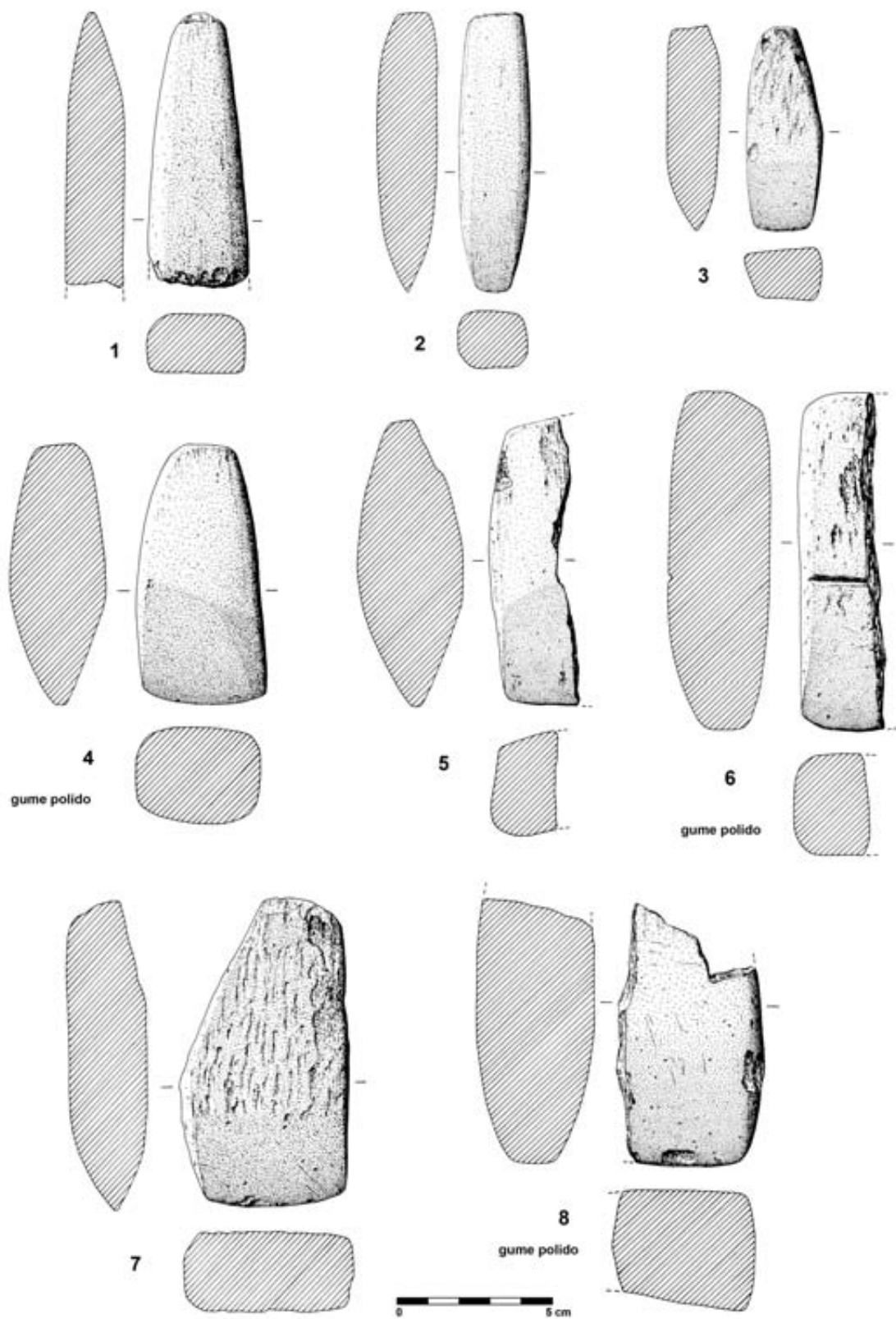


Fig. 19 – Outeiro Redondo. Artefactos de pedra polida recolhidos na Camada 2. Todos os exemplares são de anfíbolito.

polimento, podendo ser utilizados tal qual, ou encabados numa manga de osso, madeira ou haste de veado (Fig. 19, n.ºs 2 e 3; Fig. 10, n.º 3).

## 5.2 – Pedra afeiçãoada

No conjunto de 19 peças de pedra afeiçãoada encontram-se representados os seguintes grupos de artefactos:

### Camada 3

- Peso de pesca: 1 exemplar (Fig. 22, n.º 3);
- Percutor: 1 exemplar (Fig. 24, n.º 4);
- Movente: 1 exemplar (Fig. 25, n.º 2);
- Dormente: 1 exemplar (Fig. 26, n.º 2).

### Camada 2

- Peso de Pesca: 4 exemplares (Fig. 21, n.º 6; Fig. 22, n.ºs 1 a 3; Fig. 10, n.º 4);
- Percutores: 9 exemplares (Fig. 10, n.º 3; Fig. 23, n.ºs 1 a 5; Fig. 24, n.ºs 1 a 4);
- Moventes: 1 exemplar (Fig. 25, n.º 1);
- Dormente: 1 exemplar (Fig. 26, n.º 1);
- Afiador / polidor: 1 exemplar (Fig. 26, n.º 3);
- Seixo afeiçãoado: 1 exemplar (Fig. 26, n.º 4).

É certa a existência de mais moventes e dormentes dos que foram inventariados, que foram deixados resguardados no terreno. Por outro lado, o conjunto poderia ser aumentado caso se considerassem os percutores correspondentes à reutilização de exemplares de pedra polida como artefactos de pedra afeiçãoada, os quais foram já tratados, restando os percutores inteiramente afeiçãoados em resultado da sua utilização, agora caracterizados.

**Pesos de pesca** – É relevante a presença de quatro pesos de pesca, afeiçãoados em rochas distintas, todas de origem local, os quais possuem sulcos transversais ou longitudinais, relativamente ao eixo maior da peça, obtidos sempre por picotagem. A utilização como pesos de pesca deste tipo de artefactos foi discutida em anterior trabalho, que reuniu os exemplares até então conhecidos (CARDOSO, 1996). Entretanto, outros exemplares foram recolhidos, sempre em povoados próximo do litoral, como é o caso do povoado do Neolítico Final e do Calcolítico da Travessa das Dores, Lisboa, onde se recolheu um exemplar, aproveitando seixo rolado de basalto, de origem local (NETO, REBELO & CARDOSO, 2015, Fig. 20, n.º 1; Fig. 22, n.º 3).

Os exemplares que possuem sulcos transversais diferem muito nas dimensões e acabamento. O mais pequeno (Fig. 21, n.º 6) é também o melhor confeccionado, sobre um suporte de arenito claro, possuindo um sulco largo e regular, contrastando com o outro exemplar, igualmente aproveitando com reduzidas alterações, igualmente bloco de arenito claro (Fig. 22, n.º 1). É importante sublinhar desde já a diferença significativa de tamanhos e de qualidade de produção, sem dúvida em resultado de finalidades distintas, dentro do mesmo tipo de utilização. Assim, enquanto o exemplar de maiores dimensões seria utilizado em redes verticais, o de menor dimensões é compatível com um peso de pesca à linha, a qual se encontra muito bem documentada na estação pela presença de anzóis de cobre, adiante estudados.

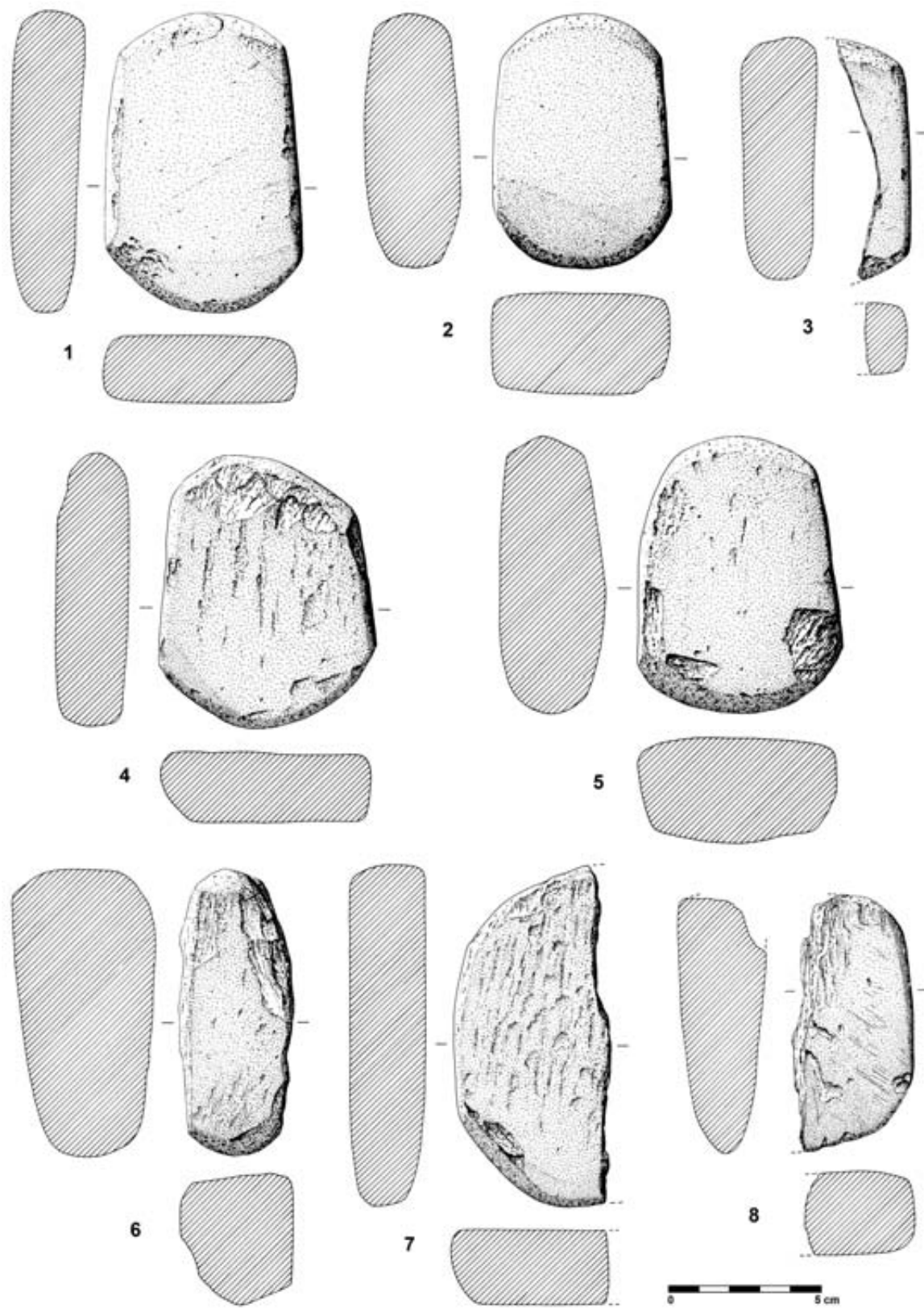
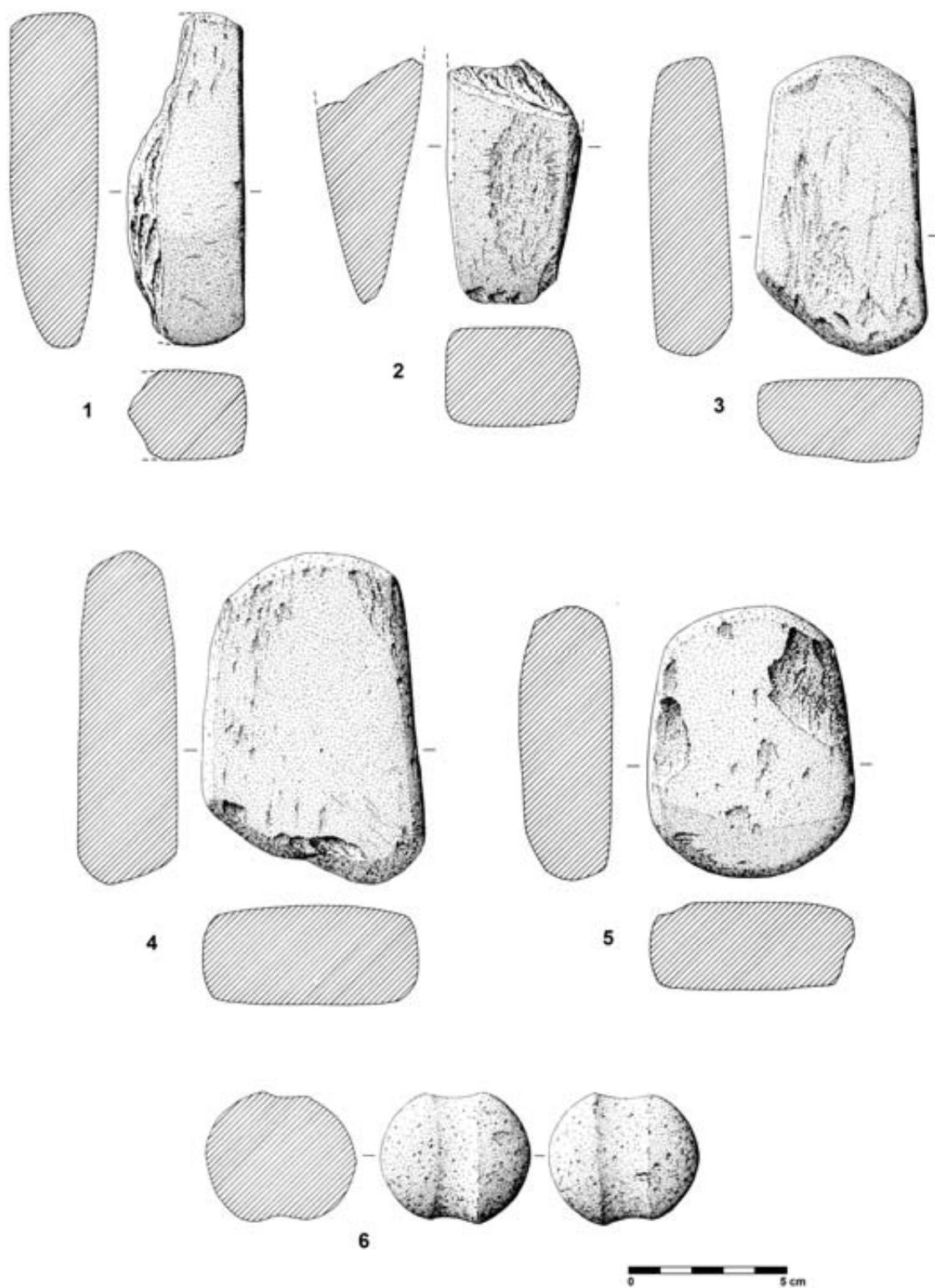


Fig. 20 – Outeiro Redondo. Artefactos de pedra polida recolhidos na Camada 2. Todos os exemplares são de anfíbolito.





**Fig. 21** – Outeiro Redondo. Artefactos de pedra polida, recolhidos na Camada 2 (n.ºs 1 e 2) e na Camada 3 (n.ºs 3 e 5), e peso de pesca recolhido na Camada 2 (n.º 6), de calcarenito. Os restantes exemplares são de anfíbolito.



Os dois outros exemplares, de corpo elipsóide, possuem sulcos longitudinais obtidos sempre por picotagem (Fig. 22, n.ºs 2 e 3; Fig. 10, n.º 4). É provável que a opção pela realização de sulcos longitudinais se relacione com a preocupação de evitar que estes elementos não servissem de estorvo à livre movimentação das redes a que se encontravam atados.

É interessante observar que estes objectos aparecem, excepcionalmente, em sepulturas, como é o caso de um exemplar inteiramente semelhante aos agora recolhidos, com sulco longitudinal a picotado recolhido numa das grutas sepulcrais artificiais de Palmela (CRUZ, 1906, Est. 7, n.º 61), discutindo o autor o seu uso, com base na bibliografia então disponível. O seu carácter funcional e não ritual encontra-se sublinhado pelo facto de serem quase exclusivamente reportados a contextos habitacionais.

**Percutores** – os percutores ou martelos que resultaram do reaproveitamento de artefactos de pedra polida, foram acima caracterizados; restam os exemplares que sempre tiveram tais funções, recorrendo a massas de arenito (Fig. 23, n.ºs 1, 4 e 5; Fig. 10, n.º 2) ou de sílex (Fig. 23, n.º 3). A utilização desta rocha na confecção de tais instrumentos mostra até que ponto era fácil de obter na região, pois de outro modo seria aproveitada para a produção de artefactos mais especializados que a requeressem preferencialmente. Com efeito, tendo presente a larga maioria da natureza petrográfica das massas de sílex recolhidas, pode concluir-se que o sílex da própria área de Lisboa (pedreiras do Cenomaniano do vale de Alcântara ou da serra de Monsanto), seria o preferencialmente explorado, tanto pela sua proximidade, como pela qualidade e abundância com que ali ocorre, em nódulos ou em bancadas tabulares.

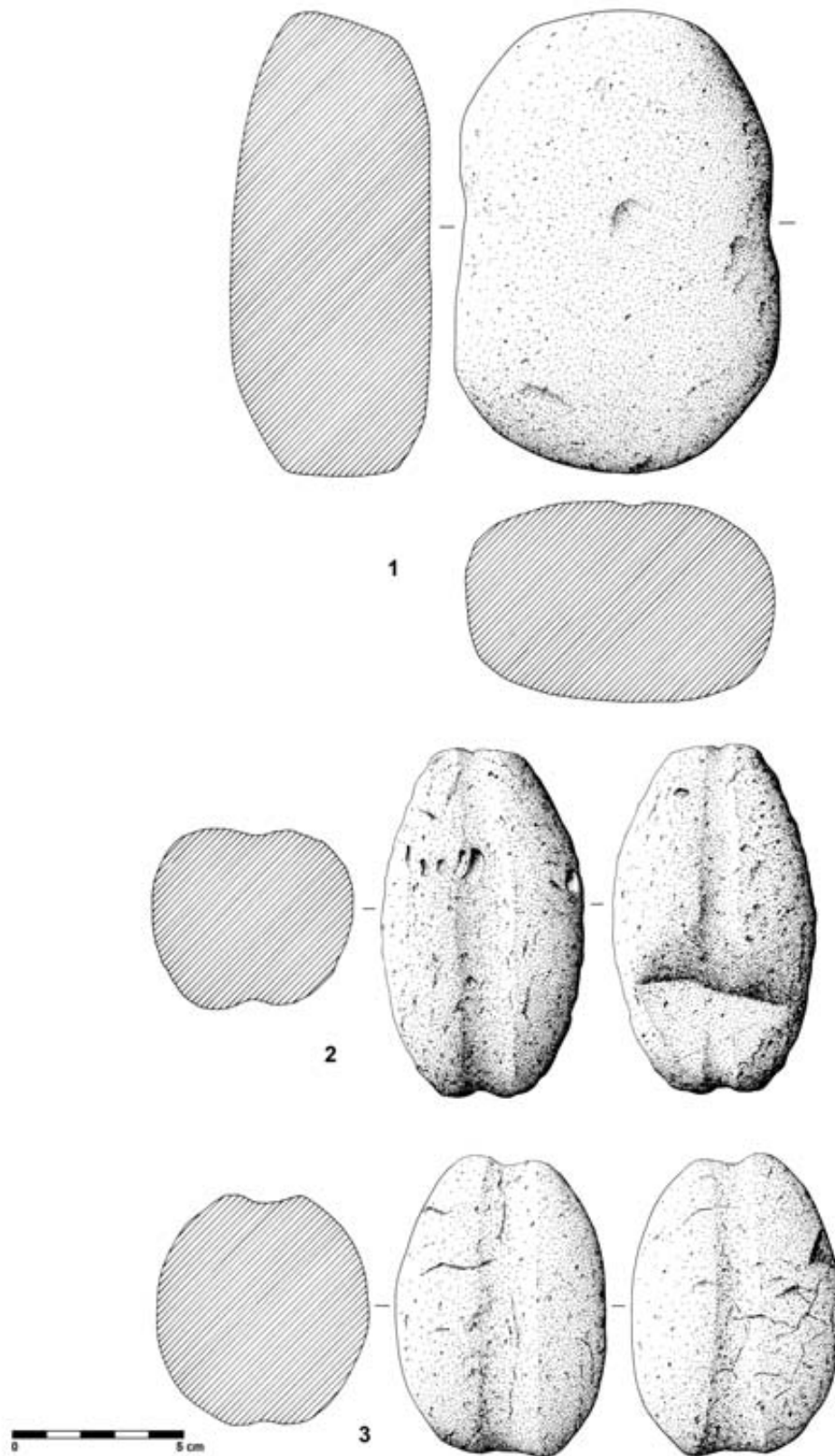
Mais interesse possui uma esfera de calcarenito muito fino, ostentando fina picotagem (Fig. 23, n.º 2), colocando a dúvida de tais marcas serem o resultado do trabalho efectuado com esta peça ou, pelo contrário, a prova do seu afeiçoamento intencional. Nos níveis calcolíticos do povoado pré-histórico de Leceia recolheram-se alguns esferóides de calcário, por vezes de grandes dimensões, totalmente afeiçoadas, cuja finalidade foi já discutida (CARDOSO, 2001-2002). A alternativa de poderem constituir projecteis não pode deixar de se colocar, dada a pouca dureza do calcário para assegurar as funções como percutor.

**Tabletes** – dois objectos, de corpo globuloso, incompletos numa das extremidades, com aspecto de língua de extremidade arredondada, afiguram-se de utilização desconhecida, possuindo uma face principal plana ou levemente côncava, que seria a funcional, sendo a outra convexa, possuindo num deles uma nervura central. Ambos se encontram totalmente afeiçoados por picotagem. Um dos exemplares, atribuível ao Calcolítico Pleno / Final (Fig. 25, n.º 1) é de arenito de cimento ferruginoso; o outro, recolhido nos depósitos de cinza resultantes do incêndio generalizado acima referido, integra-se no Calcolítico Inicial (Fig. 25, n.º 2) e é afeiçoado em rocha gabro-basáltica.

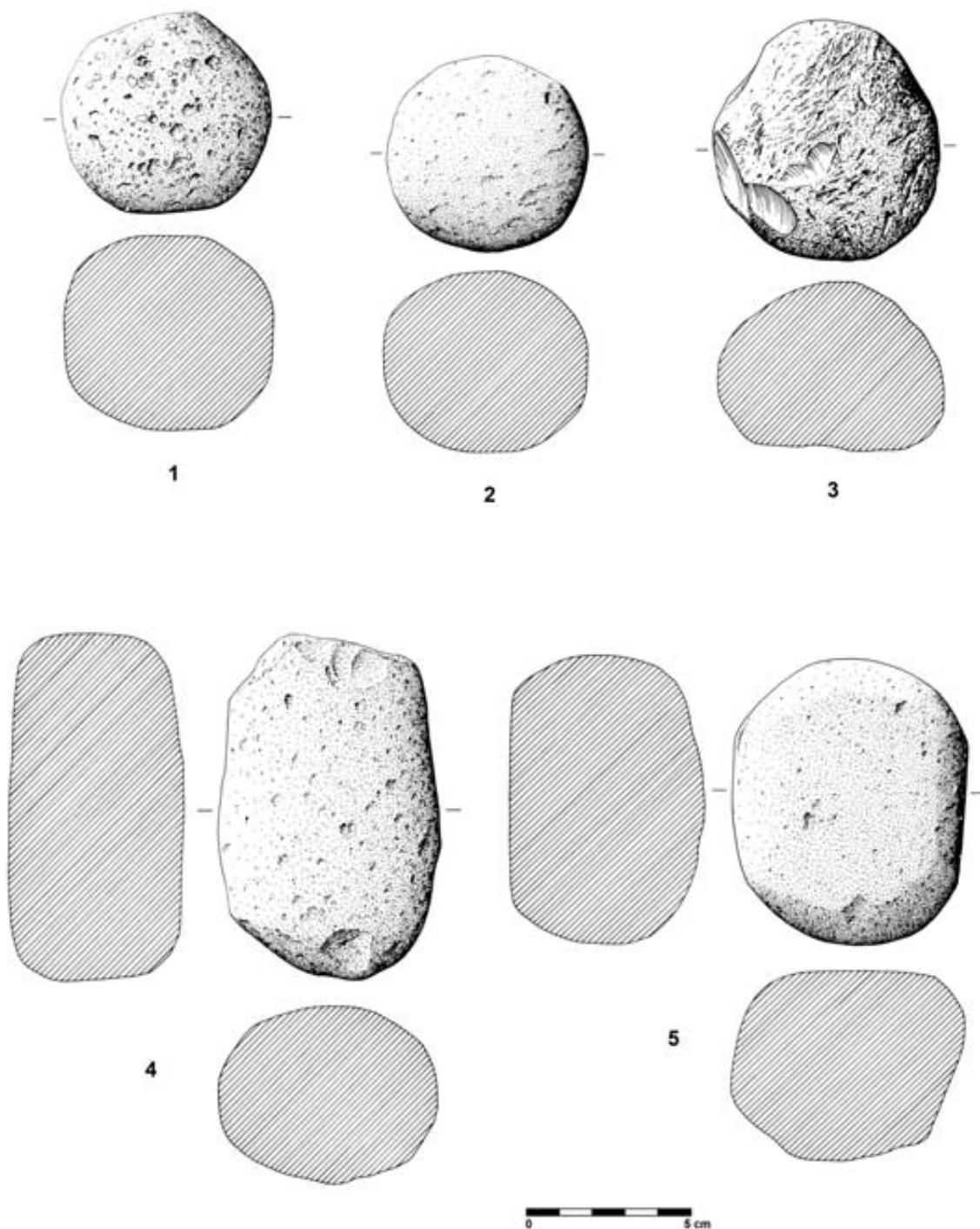
**Elementos de mós manuais** – são abundantes os dormentes e moventes, tendo já sido apresentado sobre os mesmos pequeno estudo monográfico (CARDOSO, 2012). Representa-se na Fig. 26, n.º 1, um seixo rolado em rocha dolerítica, com uma pequena depressão no centro de uma das faces, que poderia ter a finalidade de providenciar a melhor moagem dos grãos, que ficariam presos à concavidade, aquando do movimento de vai-vém.

**Polidores** – representa-se na Fig. 26, n.º 2, um fragmento de polidor possuindo a face funcional côncava, limitada por bordo regular convexo, executado em rocha dolerítica.

**Afiadores** – o bloco de arenito micáceo de cimento ferruginoso da Fig. 26, n.º 3, possui abundantes sulcos, resultantes da preparação de gumes de artefactos de pedra polida, ou da execução de artefactos de osso diversos, como furadores, agulhas, sovelas, e escopros ou cinzéis.

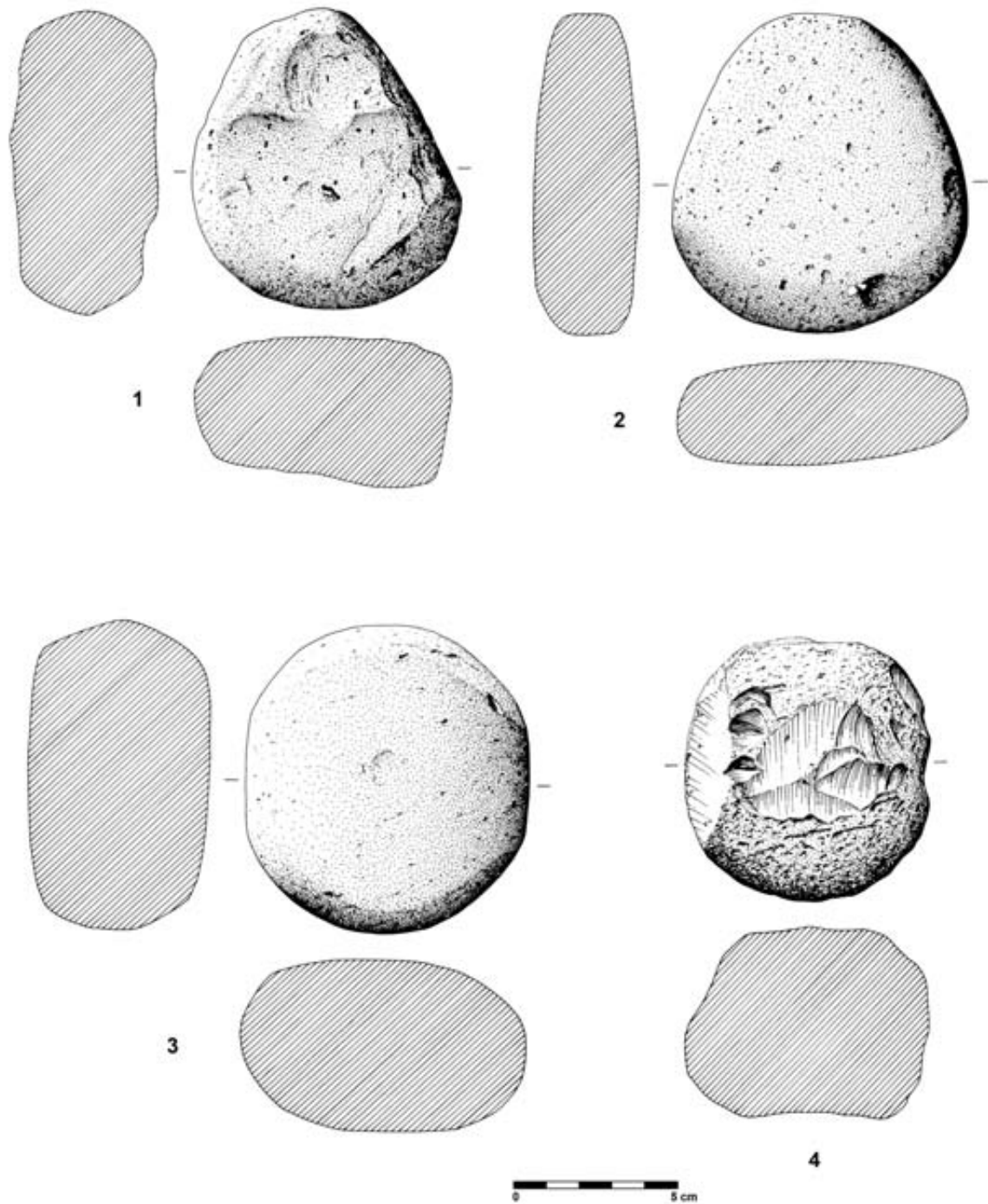


**Fig. 22** – Outeiro Redondo. Pesos de pesca recolhidos na Camada 2 (n.ºs 1 e 2) e Camada 3 (n.º 3). O n.º 1 é de arenito; os restantes exemplares são de calcário.



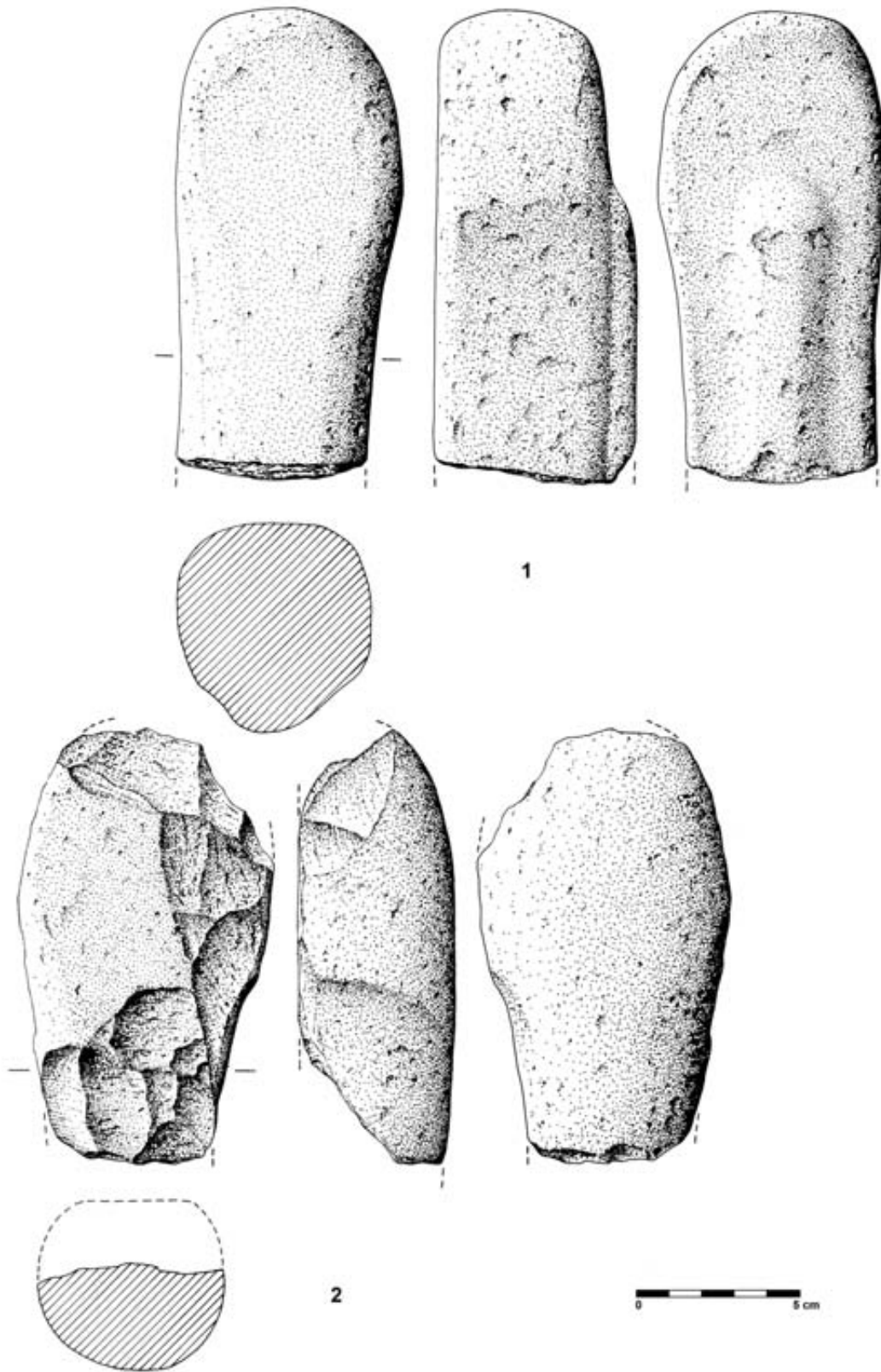
**Fig. 23** – Outeiro Redondo. Percutores / balas de funda recolhidos na Camada 2 (n.ºs 1 a 3) e percutores recolhidos na Camada 2 (n.ºs 4 e 5). Todos os exemplares são de arenito, com exceção do n.º 2, de calcarenito fino e do n.º 3, de sílex.



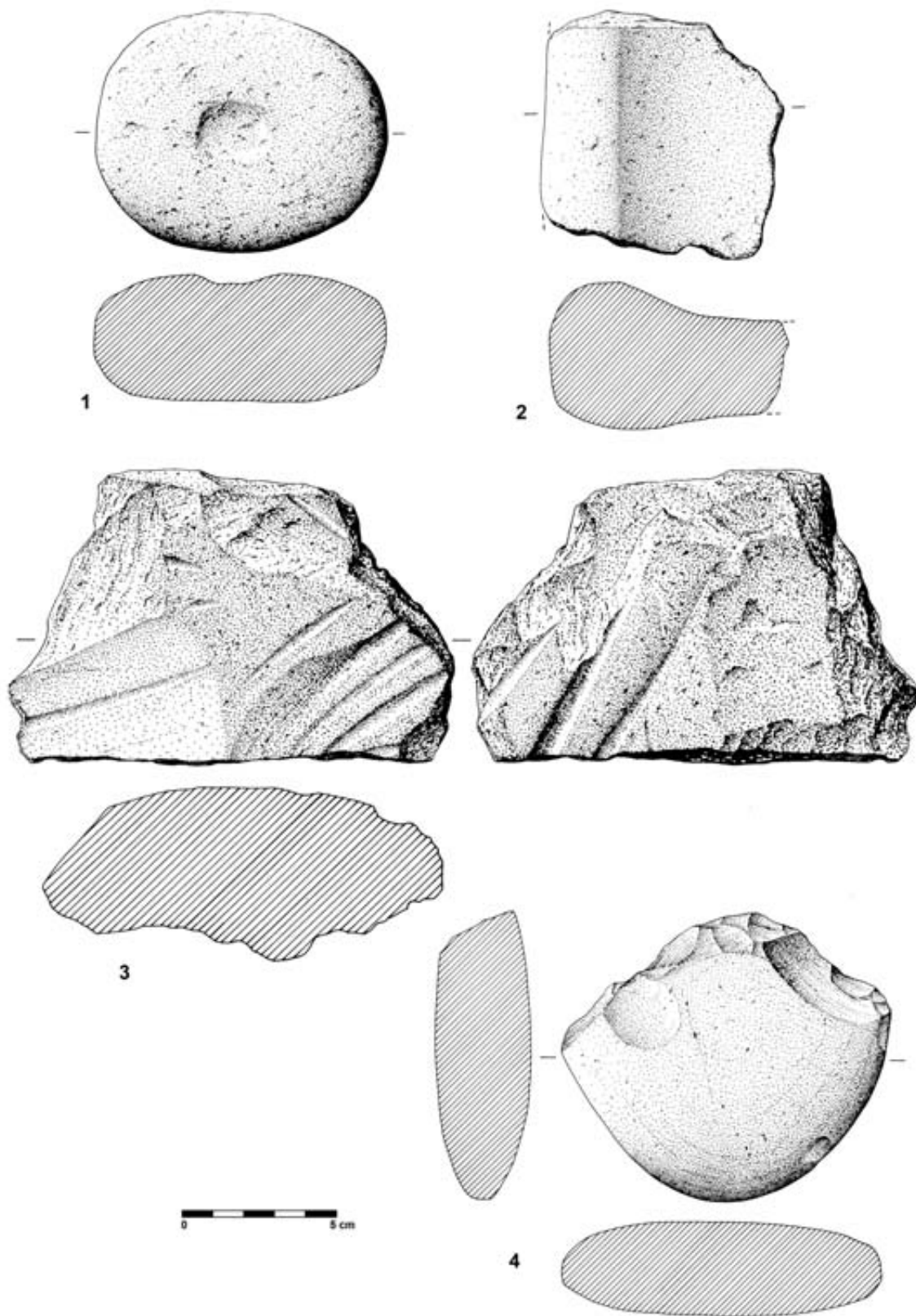


**Fig. 24** – Outeiro Redondo. Percutores recolhidos na Camada 2 (n.ºs 1 a 3) e percutor recolhido na Camada 3 (n.º 4). O n.º 1, é de quartzo leitoso e o n.º 4 é de sílex; os restantes são de arenito (n.º 2) ou de calcarenito (n.º 3).





**Fig. 25** – Outeiro Redondo. Movente recolhido na Camada 2 (n.º 1) e na Camada 3 (n.º 2). O n.º 1 é de arenito ferruginoso e o n.º 2 de rocha básica de origem local.



**Fig. 26** – Outeiro Redondo. Dormentes recolhidos na Camada 2 (n.º 1) e na Camada 3 (n.º 2), ambos de rochas básicas de origem local; afiador / polidor (n.º 3), de arenito ferruginoso e seixo afeiçoado de quartzito (n.º 4), recolhido na Camada 2.

**Seixos afeixoados** – excepcionalmente, recolheu-se um exemplar, sobre seixo de quartzito (Fig. 26, n.º 4), correspondendo provavelmente a peça mais antiga transportada para o povoado, já que a área lascada exhibe um ligeiro rolamento, que não poderia ter sido adquirido no local.

### 5.3 – Pedra lascada

As duas campanhas permitiram recolher um conjunto de 233 utensílios de pedra lascada, dos quais 65 são da Camada 3 e 168 são da Camada 2, integrando tipos de artefactos diversificados, atribuídos ao Calcolítico Inicial e ao Calcolítico Pleno / Final da Estremadura. Procedeu-se ao desenho e à análise da totalidade dos utensílios identificados, cuja distribuição em termos tecnológicos e tipológicos se apresenta no Quadro 2.

**Quadro 2 – Outeiro Redondo. Classificação da utensilagem de pedra lascada em grandes categorias, em termos tecnológicos e tipológicos**

Utensílios líticos	C3 (Calcolítico Inicial)		C2 (Calcolítico Pleno / Final)		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Núcleos	4	6,2	4	2,4	8	3,4
Lamelas	6	9,2	23	13,7	29	12,4
Lâminas	8	12,3	22	13,1	30	12,9
Lascas retocadas / raspadores	–	–	12	4,2	12	5,2
Raspadeiras	6	9,2	13	7,7	19	8,2
Entalhes e Denticulados	2	3,1	3	1,8	5	2,1
Furadores	23	35,4	16	9,5	39	16,7
Lâminas foliáceas	12	18,5	32	19	44	18,9
Pontas de seta	4	6,2	43	25,6	47	20,2
<b>Total</b>	<b>65</b>	<b>100</b>	<b>168</b>	<b>100</b>	<b>233</b>	<b>100</b>

#### 5.3.1 – Análise da utensilagem

- **Núcleos** (Fig. 27, n.ºs 1 a 8)

Foram analisados 8 núcleos de sílex, correspondendo a 3,4% do conjunto total dos utensílios líticos, distribuídos estratigraficamente da seguinte maneira:

Camada 3 – 4 exemplares;

Camada 2 – 4 exemplares.

Dos quatro exemplares recolhidos na Camada 3, três foram exumados em 2013 e apenas um em 2014. Três núcleos evidenciam extracção de lamelas (Fig. 27, n.ºs 5, 7 e 8), e um exemplar extracção de pequenas lascas (Fig. 27, n.º 6), apresentando-se, no seu conjunto, com plataforma facetada e com grau de exaustão elevado. Todos são de sílex de coloração cinzenta, excepto um de tonalidade acastanhada.

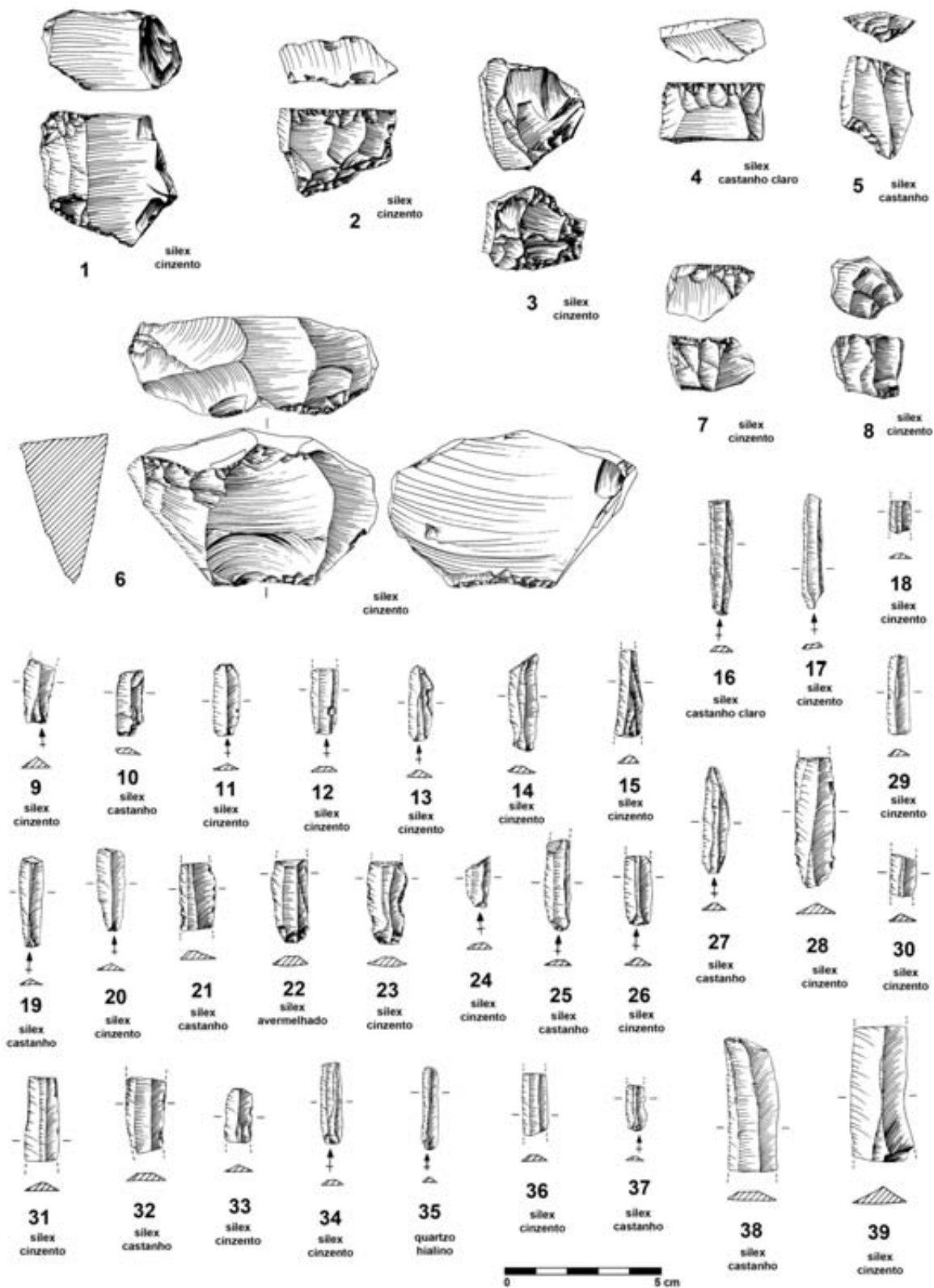


Fig. 27 - Outeiro Redondo. Núcleos recolhidos na Camada 2 (n.ºs 1 a 4) e na Camada 3 (n.ºs 5 a 8). Lâminas recolhidas na Camada 2 (n.ºs 9 a 31) e na Camada 3 (n.ºs 32 a 37). Lâminas recolhidas na Camada 2 (n.ºs 38 e 39).



Os quatro exemplares recolhidos na Camada 2 foram exumados na área intervencionada em 2013 (Fig. 27, n.ºs 1 a 4). Foram registados dois núcleos de lamelas e dois núcleos para a extracção de pequenas lâminas. O sílex cinzento apresenta-se dominante em três exemplares com apenas um de coloração acastanhada.

• **Lamelas e Lâminas** (Fig. 27, n.ºs 9 a 39; Fig. 28, n.ºs 1 a 27; Fig. 29, n.º 1)

Recolheram-se 29 lamelas e 30 lâminas, correspondendo as primeiras a 12,4%, e as segundas a 12,9% total dos utensílios líticos, distribuídas estratigraficamente da seguinte maneira:

Camada 3 – 6 lamelas e 8 lâminas;

Camada 2 – 23 lamelas e 22 lâminas.

Todos os exemplares são de sílex, predominantemente de colorações acinzentadas em todas as camadas estratigráficas, excepto 1 lamela em quartzo hialino recolhida na Camada 3 na área intervencionada em 2013 (Fig. 27, n.º 35). As características observadas nas lamelas e lâminas apresenta-se no Quadro 3.

**Quadro 3 – Outeiro Redondo. Tipologia das lamelas e lâminas e respectiva distribuição estratigráfica**

Tipos de lamelas e lâminas	C3 (Calcolítico Inicial)		C2 (Calcolítico Pleno / Final)		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Lamela sem retoque	2	14,3	6	13,3	8	13,6
Lamela com retoque contínuo, marginal, irregular	-	-	4	8,9	4	6,8
Frag. de lamela sem retoque	2	14,3	6	13,3	8	13,6
Frag. de lamela com retoque	2	14,3	7	15,6	9	15,3
Lâmina com retoque marginal descontínuo em ambos os bordos laterais	1	7,1	3	6,7	4	6,8
Lâmina com retoque marginal contínuo em ambos os bordos laterais	1	7,1	3	6,7	4	6,8
Lâmina com retoque marginal descontínuo apenas num dos bordos laterais	-	-	4	8,9	4	6,8
Lâmina com retoque marginal contínuo apenas num dos bordos laterais	-	-	2	4,4	2	3,4
Fragmento de lâmina sem retoque	-	-	2	4,4	2	3,4
Frag. de lâmina com retoque marginal descontínuo em ambos os bordos laterais	4	28,6	2	4,4	6	10,2
Frag. de lâmina com retoque marginal contínuo em ambos os bordos laterais	-	-	2	4,4	2	3,4
Frag. de lâmina com retoque marginal descontínuo apenas num dos bordos laterais	1	7,1	1	2,2	2	3,4
Frag. de lâmina com retoque marginal contínuo apenas num dos bordos laterais	1	7,1	3	6,7	4	6,8
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>100</b>	<b>45</b>	<b>100</b>	<b>59</b>	<b>100</b>

No conjunto da Camada 3, embora de número de elementos seja pouco representativo, verifica-se um maior índice de fragmentação com mais fragmentos mesiais e proximais nas lâminas (somando 75%) e mais fragmentos mesiais nas lamelas (33,3%).

O conjunto da Camada 2 apresenta um índice de fragmentação pouco elevado, com mais lâminas inteiras que lamelas (54,5% de lâminas inteiras e 43,5% de lamelas), sendo os fragmentos distais a categoria menos frequente, quer em lâminas quer em lamelas.

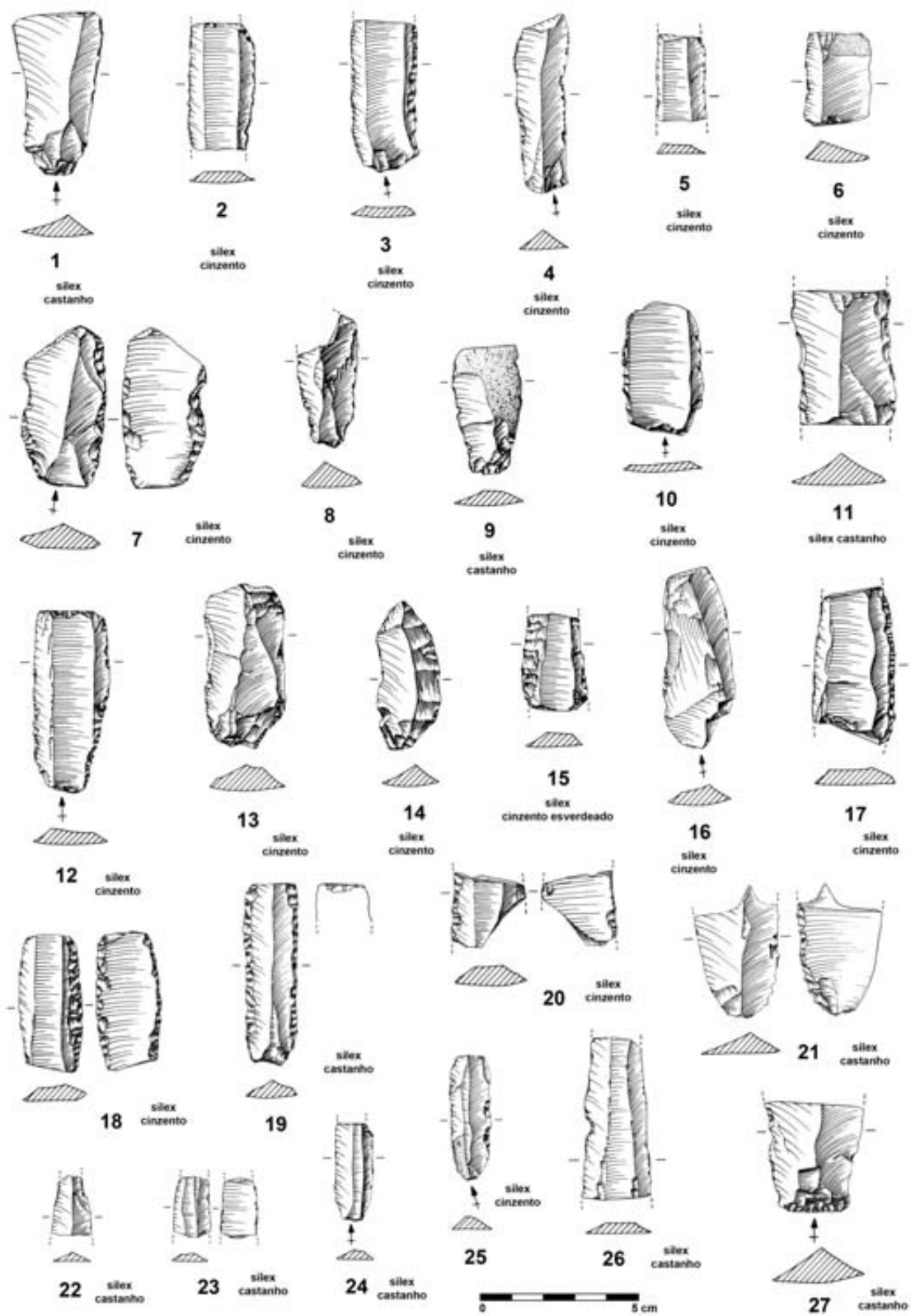


Fig. 28 - Outeiro Redondo. Lâminas recolhidas na Camada 2 (n.ºs 1 a 20) e na Camada 3 (n.ºs 21 a 27).

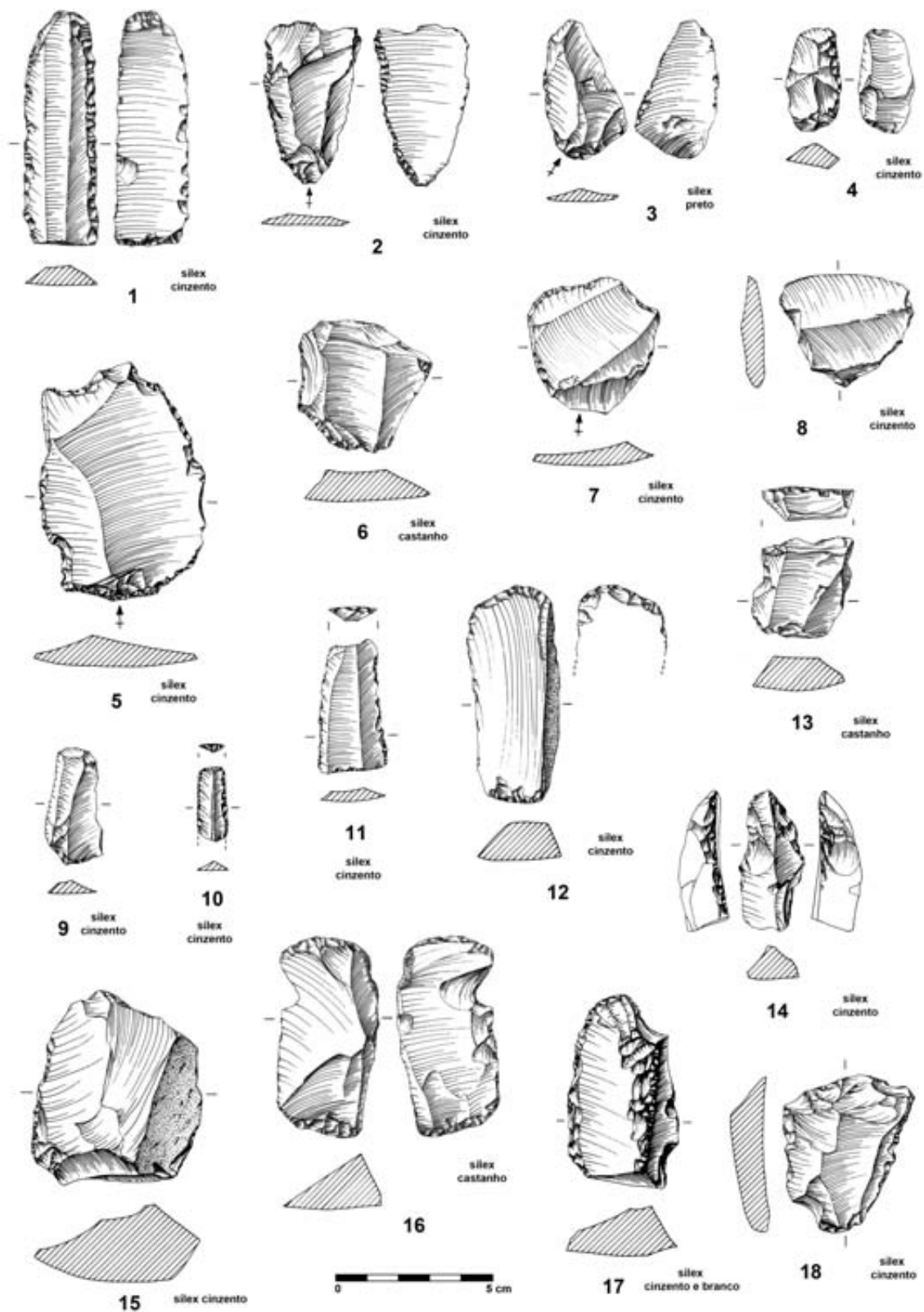


Fig. 29 - Outeiro Redondo. Lâmina recolhida na Camada 3 (n.º 1); Lascas retocadas (n.ºs 2 a 8) e raspadeiras (n.ºs 9 a 18) recolhidas na Camada 2.

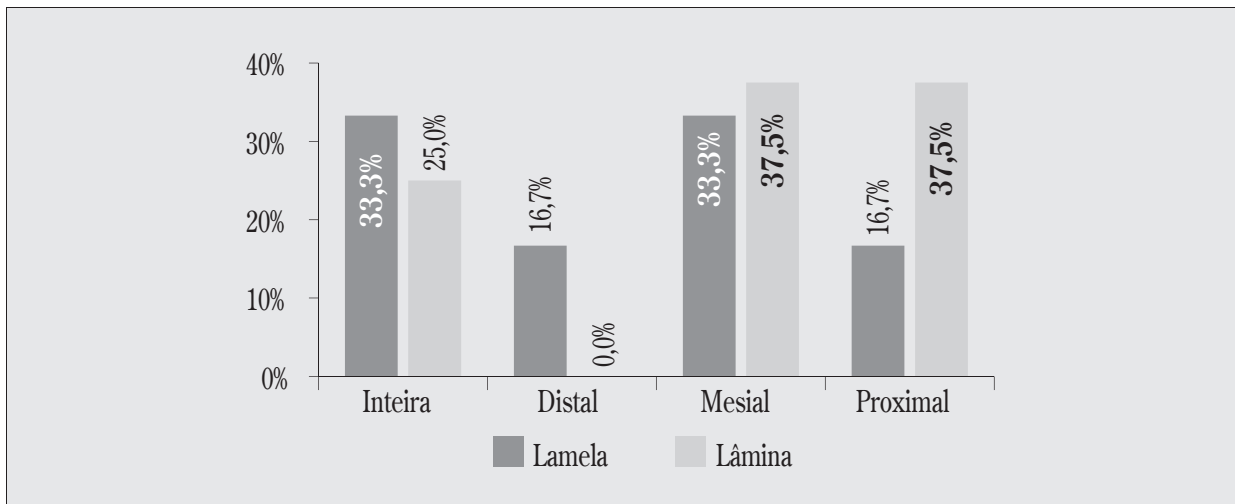


Gráfico 1 - Outeiro Redondo. Estado de conservação dos produtos alongados da Camada 3.

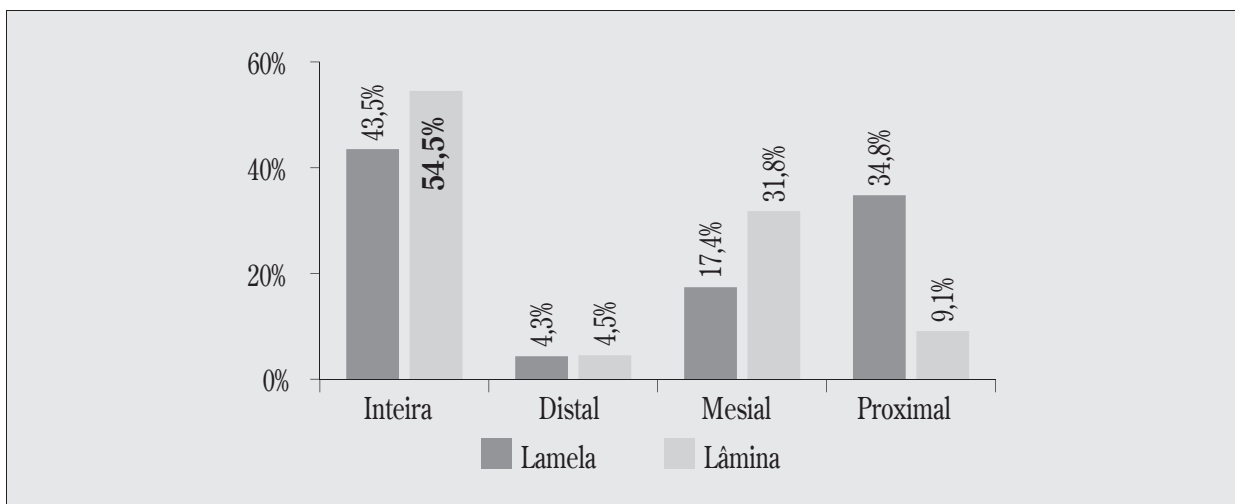


Gráfico 2 - Outeiro Redondo. Estado de conservação dos produtos alongados da Camada 2.

- **Lascas retocadas / raspadores**

No conjunto estudado, nitidamente incompleto, apenas se pretendeu ilustrar a presença deste tipo de instrumento. Foram registados 12 exemplares de sílex, todos oriundos da Camada 2 (Fig. 29, n.ºs 2 a 8; Fig. 30, n.ºs 2 a 4, 6 e 7).

- **Raspadeiras**

Foram analisadas 19 raspadeiras, das quais 6 pertencem à Camada 3 (Fig. 30, n.ºs 9 a 14) e 13 à Camada 2 (Fig. 29, n.ºs 9 a 18; Fig. 30, n.ºs 1, 5 e 8). Todos os exemplares observados são de sílex, de tonalidades cinzenta e acastanhada.

Todas as raspadeiras recolhidas na Camada 3 têm como suporte a lasca e metade dos exemplares apresentam vestígios de córtex.



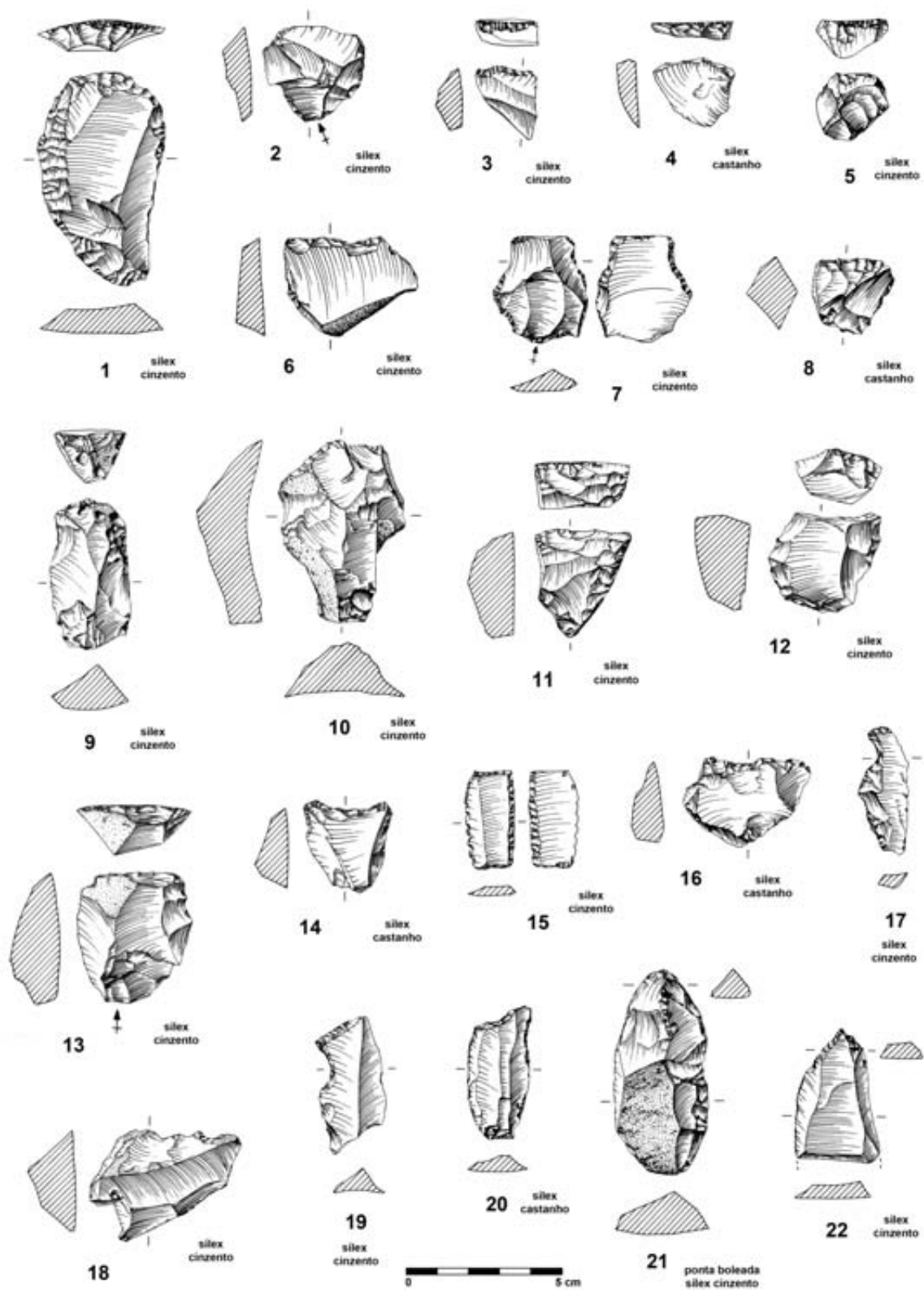


Fig. 30 – Outeiro Redondo. Raspadeiras (n.ºs 1, 5 e 8) e lascas retocadas / raspadores (n.ºs 2 a 4, 6 e 7) recolhidas na Camada 2; raspadeiras na Camada 3 (n.ºs 9 a 14); entalhes recolhidos na Camada 2 (n.º 17) e na Camada 3 (n.º 19); denticulados recolhidos na Camada 2 (n.ºs 15 e 16) e na Camada 3 (n.º 18); furadores recolhidos na Camada 2 (n.º 20 a 22).

Na Camada 2 o número de raspadeiras que têm como suporte a lasca é dominante, seguido da lâmina e residualmente a lamela (Fig. 29, n.º 10). A presença de vestígios de córtex nas raspadeiras desta Camada é reduzida, verificando-se apenas em 3 exemplares.

A análise tipológica das 19 raspadeiras recolhidas revelou a presença dos seguintes tipos, indicados no Quadro 4.

**Quadro 4 – Outeiro Redondo. Tipologia das raspadeiras e respectiva distribuição estratigráfica**

Tipos	C3 (Calcolítico Inicial)		C2 (Calcolítico Pleno / Final)	
	N.º	%	N.º	%
Raspadeira sobre lâmina retocada em ambos os bordos laterais	-	-	1	7,7
Raspadeira sobre lâmina retocada apenas num dos bordos laterais	-	-	1	7,7
Raspadeira sobre lâmina, de bordos laterais desprovidos de retoque	-	-	1	7,7
Raspadeira sobre lamela retocada em ambos os bordos laterais	-	-	1	7,7
Raspadeira sobre lasca espessa	4	66,7	2	15,4
Raspadeira sobre lasca espessa retocada, com a extremidade mais larga	1	16,7	-	-
Raspadeira sobre lasca com entalhe	-	-	2	15,4
Raspadeira sobre lasca em leque	-	-	1	7,7
Raspadeira unguiforme, sobre lasca	-	-	2	15,4
Raspadeira dupla sobre lasca	-	-	1	7,7
Raspadeira sobre lasca de gume côncavo	1	16,7	-	-
Raspadeira denticulada sobre lasca	-	-	1	7,7
Total	6	100	13	100

#### • Entalhes e denticulados

Foram identificados 2 entalhes e 3 denticulados, distribuídos estratigraficamente da seguinte maneira:

##### Camada 3

- Denticulado sobre lasca retocada, em sílex cinzento: 1 exemplar (Fig. 30, n.º 18);
- Entalhe sobre lâmina retocada, em sílex cinzento: 1 exemplar (Fig. 30, n.º 19).

##### Camada 2

- Denticulado fino sobre lâmina retocada, em sílex cinzento: 1 exemplar (Fig. 30, n.º 15);
- Denticulado sobre lasca retocada, em sílex castanho: 1 exemplar (Fig. 30, n.º 16);
- Entalhe sobre lasca fina, em sílex cinzento: 1 exemplar (Fig. 30, n.º 17).

#### • Furadores

Foram identificados no total 39 furadores, dos quais 23 exemplares pertencem à Camada 3 (Fig. 31, n.ºs 14 a 18; Fig. 32, n.ºs 1 a 18) e 16 à Camada 2 (Fig. 30, n.ºs 20 a 22; Fig. 31, n.ºs 1 a 13). O suporte dominante nas duas camadas identificadas é a lasca, com valores percentuais elevados, mas com uma tendência crescente para os furadores sobre lâminas, conforme se indica no Quadro 5.

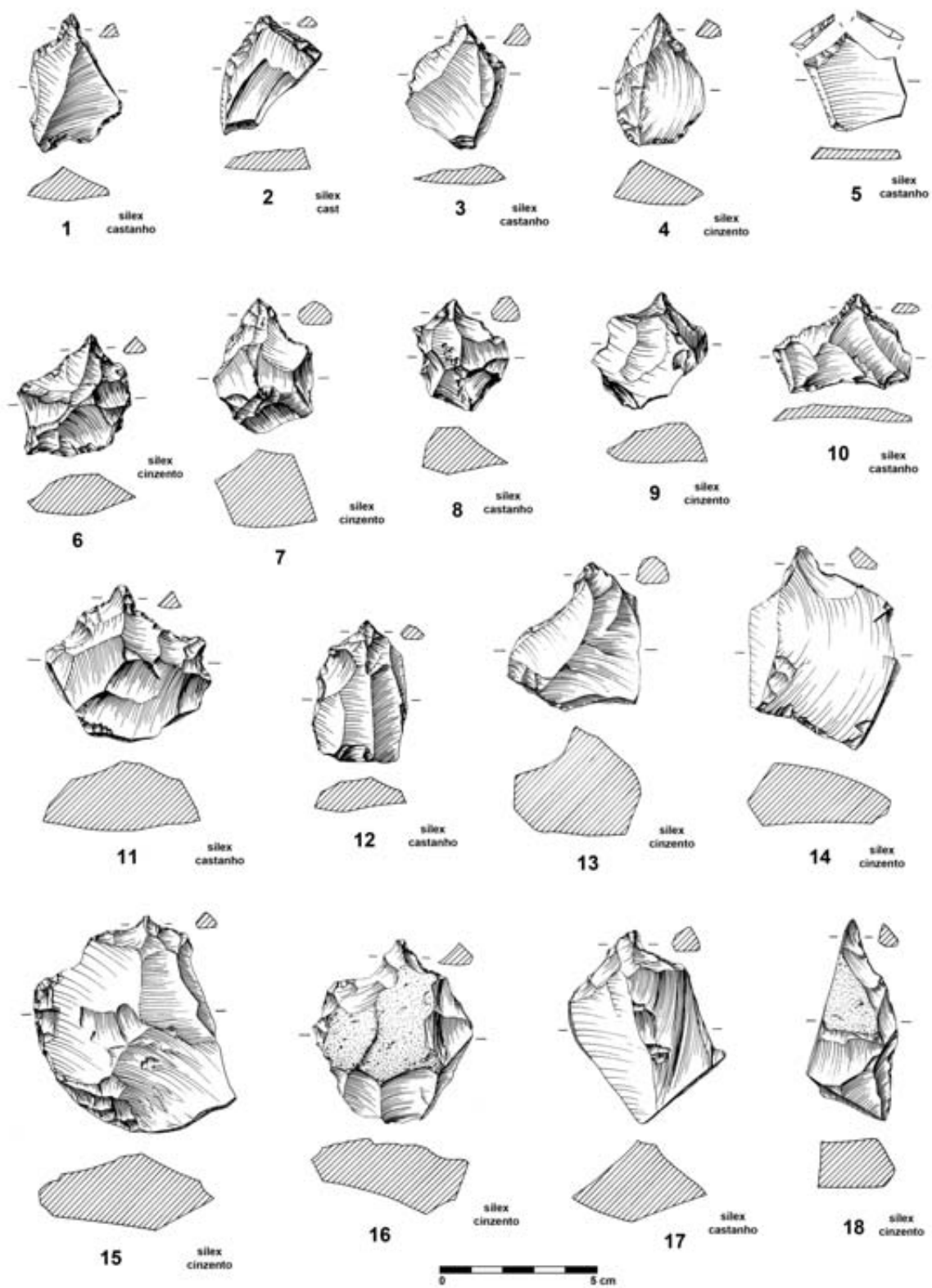


Fig. 31 – Outeiro Redondo. Furadores recolhidos na Camada 2 (n.ºs 1 a 13) e na Camada 3 (n.ºs 14 a 18).

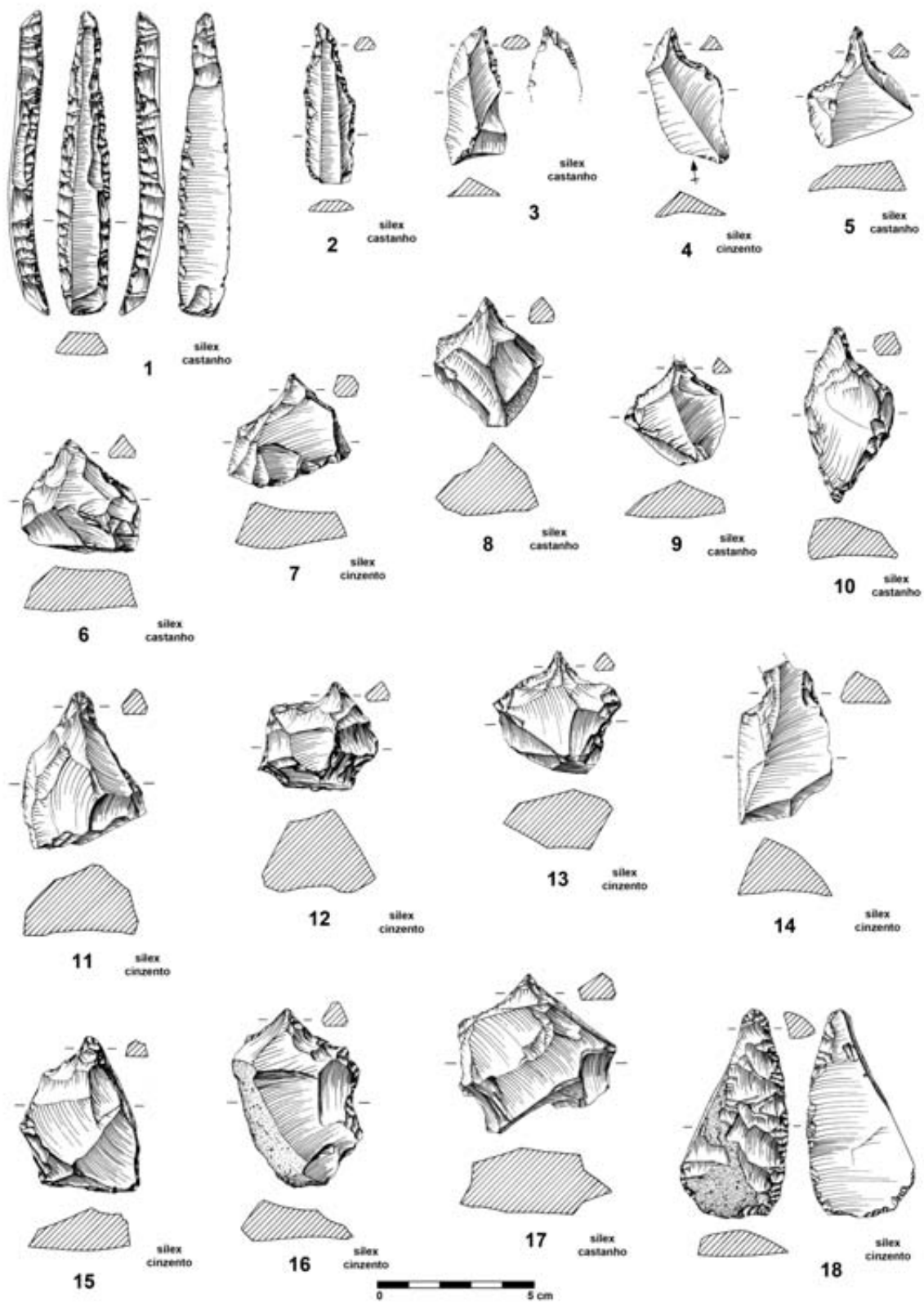


Fig. 32 - Outeiro Redondo. Furadores recolhidos na Camada 3 (n.ºs 1 a 18).



**Quadro 5 – Outeiro Redondo. Suportes utilizados nos furadores e respectiva distribuição estratigráfica**

Tipo de suporte	C3 (Calculítico Inicial)		C2 (Calculítico Pleno / Final)		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Lâmina	2	8,7	2	12,5	4	10,3
Lasca	21	91,3	14	87,5	35	89,7
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>100</b>	<b>16</b>	<b>100</b>	<b>39</b>	<b>100</b>

Evidenciam-se os furadores com entalhes nas duas camadas estratigráficas analisadas, com valores percentuais elevados: na Camada 3, com 82,6%; e na Camada 2, com 81,3%. Os furadores espessos dominam, na Camada 3, com 69,6% em comparação com os furadores finos, com 30,4%, contrariamente com o verificado na Camada seguinte com domínio ligeiro nos segundos: furadores espessos com 43,8% e furadores finos com 56,3%, na Camada 2.

A interpretação tecno-morfológica deste artefacto conduziu a proposta de tipologia, que se apresenta no Quadro 6.

**Quadro 6 – Outeiro Redondo. Tipos de furadores e respectiva distribuição estratigráfica**

Tipos de furadores	C3 (Calculítico Inicial)		C2 (Calculítico Pleno / Final)		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Furador espesso com bordos rectilíneos sobre lâmina	–	–	1	6,3	1	2,6
Furador fino com entalhe(s) sobre lâmina	1	4,3	1	6,3	2	5,1
Furador fino com bordos rectilíneos sobre lâmina	1	4,3	–	–	1	2,6
Furador espesso com entalhe(s) sobre lasca	14	60,9	4	25,0	18	46,2
Furador fino com entalhe(s) sobre lasca	4	17,4	5	31,3	9	23,1
Furador fino com bordos rectilíneos sobre lasca	1	4,3	2	12,5	3	7,7
Furador duplo sobre lasca retocada	1	4,3	3	18,8	4	10,3
Furador espesso com bordos rectilíneos sobre lasca	1	4,3	–	–	1	2,6
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>100</b>	<b>16</b>	<b>100</b>	<b>39</b>	<b>100</b>

No conjunto denotamos, nalgumas situações a prática de reutilização e transformação de outros instrumentos em furadores, como é o caso do aproveitamento de uma lâmina foliácea recolhida na Camada 3 (Fig. 32, n.ºs 18).

#### • Lâminas foliáceas

Foram identificadas no total 44 lâminas foliáceas, em diversos estádios de preparação, das quais 12 exemplares pertencem à Camada 3 (Fig. 35, n.ºs 3 a 12; Fig. 36, n.ºs 1 e 2) e 32 à Camada 2 (Fig. 33, n.ºs 1 a 14; Fig. 34, n.ºs 1 a 16; Fig. 35, n.ºs 1 e 2).

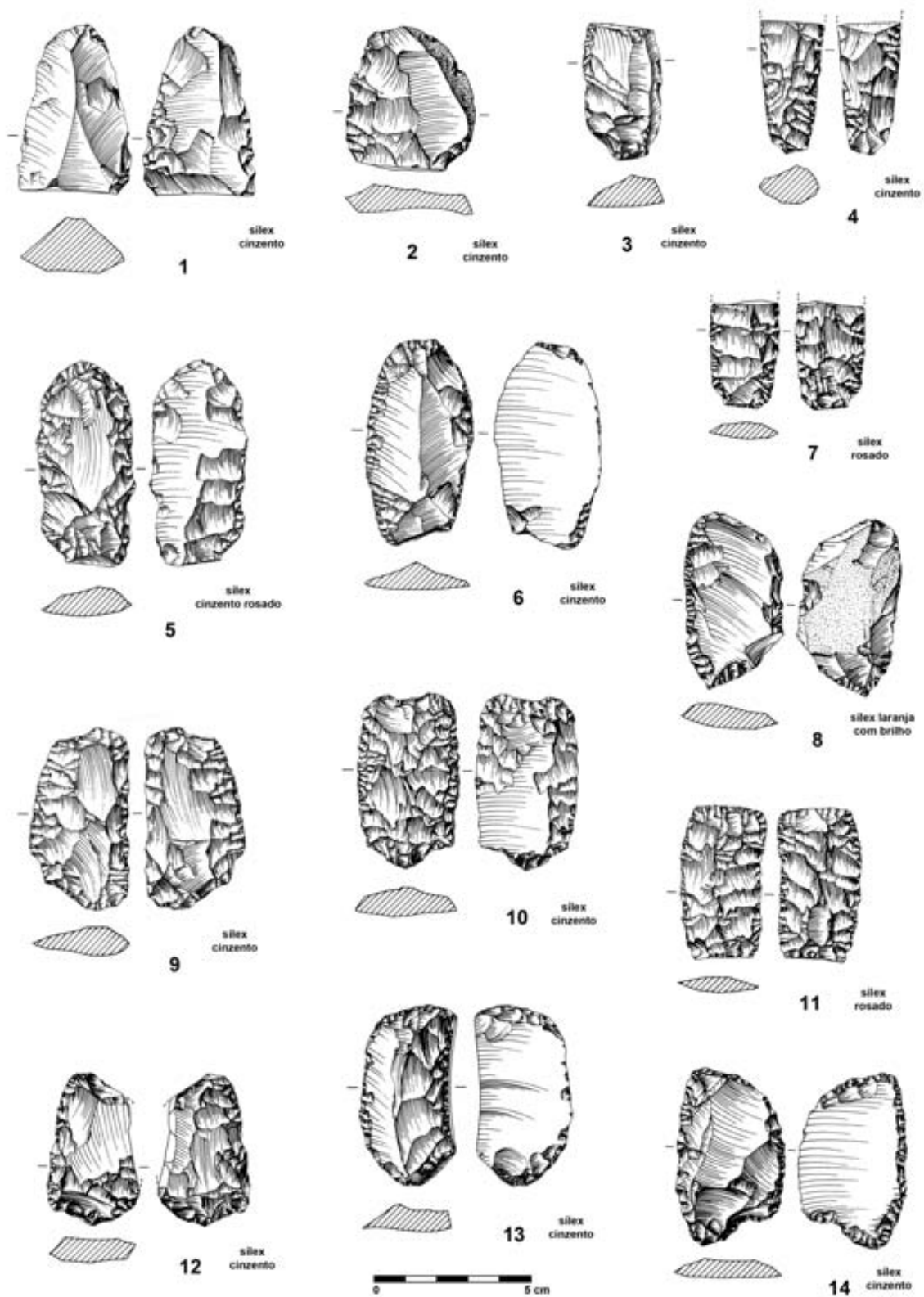


Fig. 33 – Outeiro Redondo. Lâminas foliáceas recolhidas na Camada 2 (n.ºs 1 a 14).

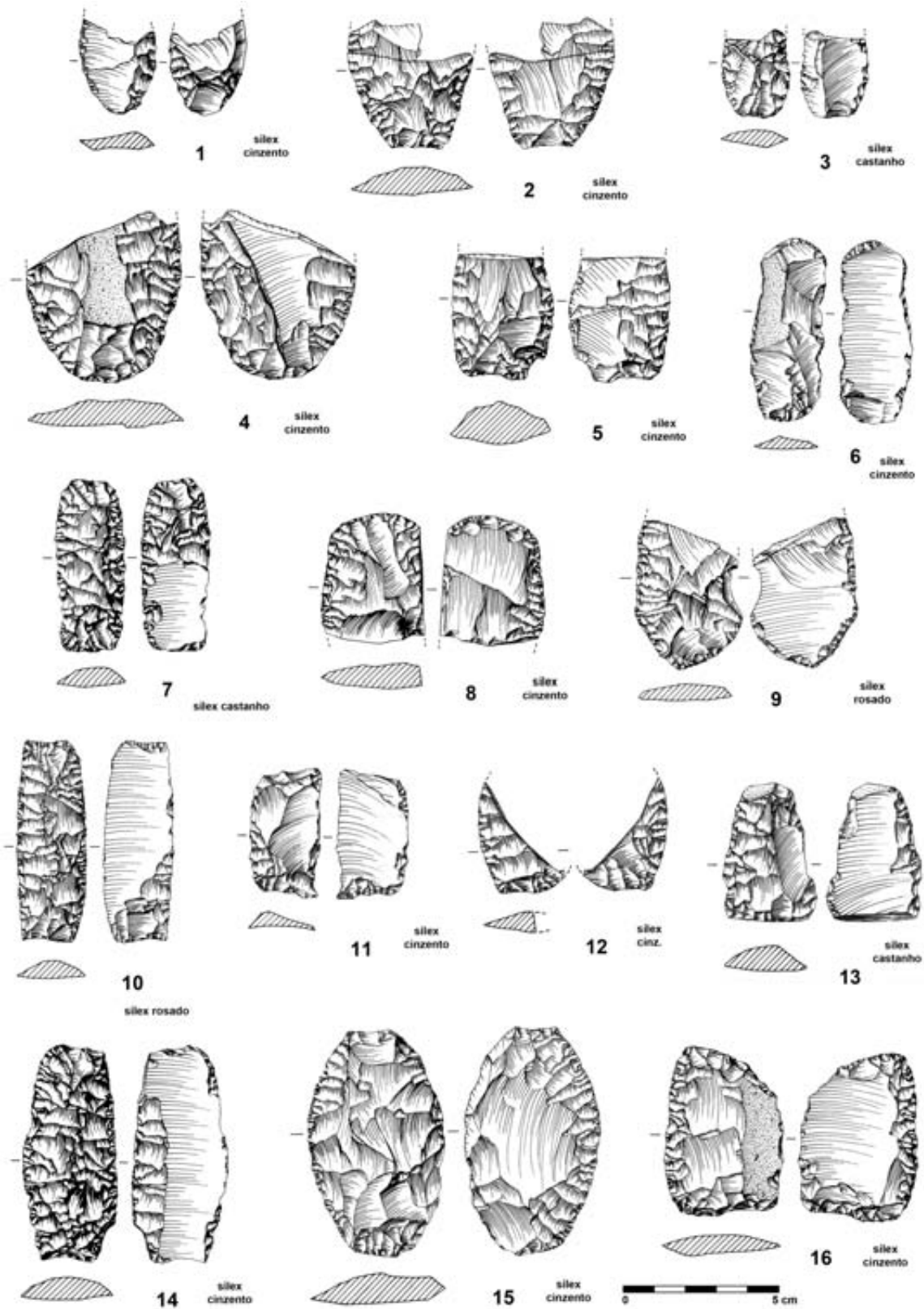


Fig. 34 – Outeiro Redondo. Lâminas foliáceas recolhidas na Camada 2 (n.ºs 1 a 16).

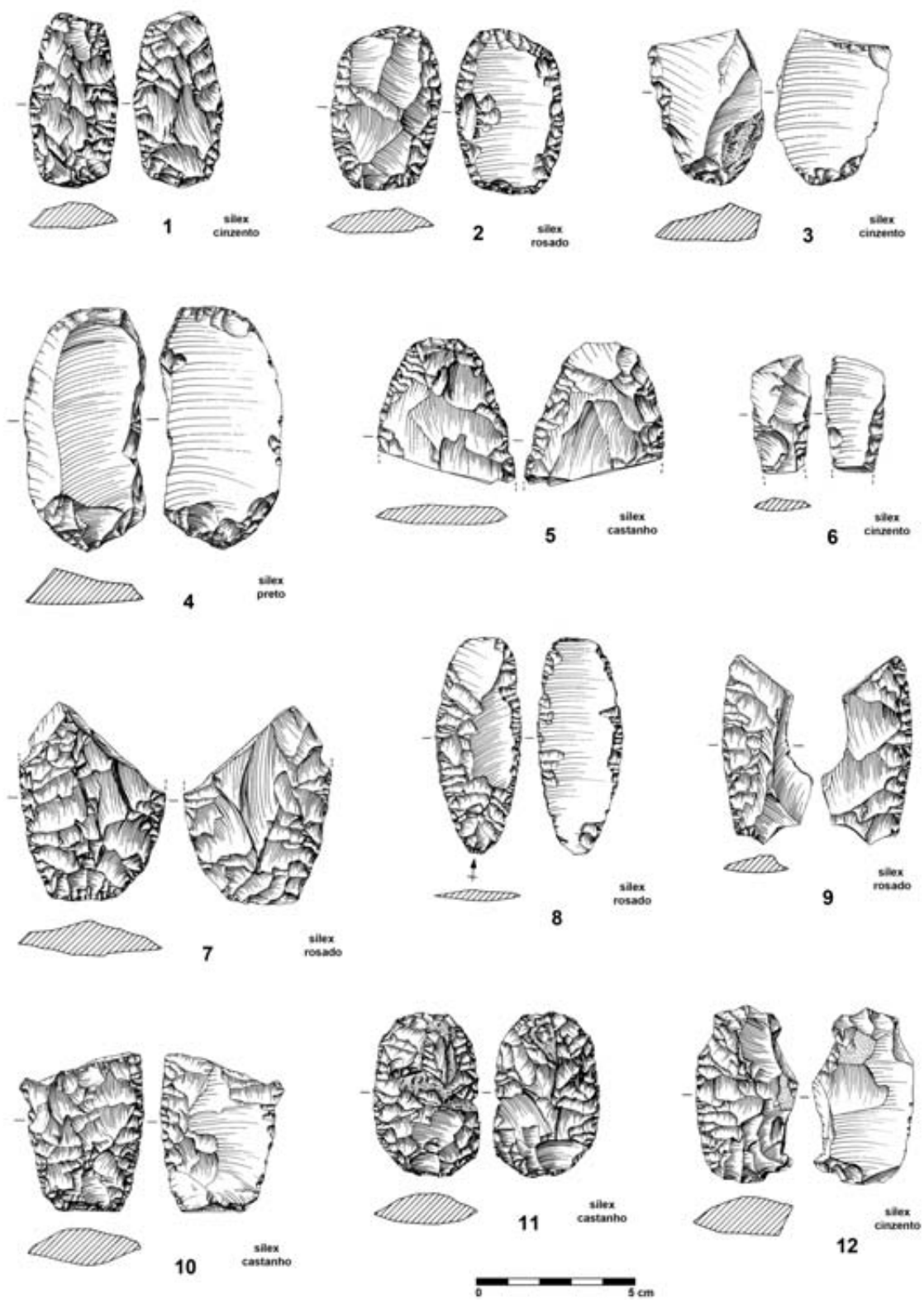


Fig. 35 – Outeiro Redondo. Lâminas foliáceas recolhidas na Camada 2 (n.ºs 1 e 2) e na Camada 3 (n.ºs 3 a 12).



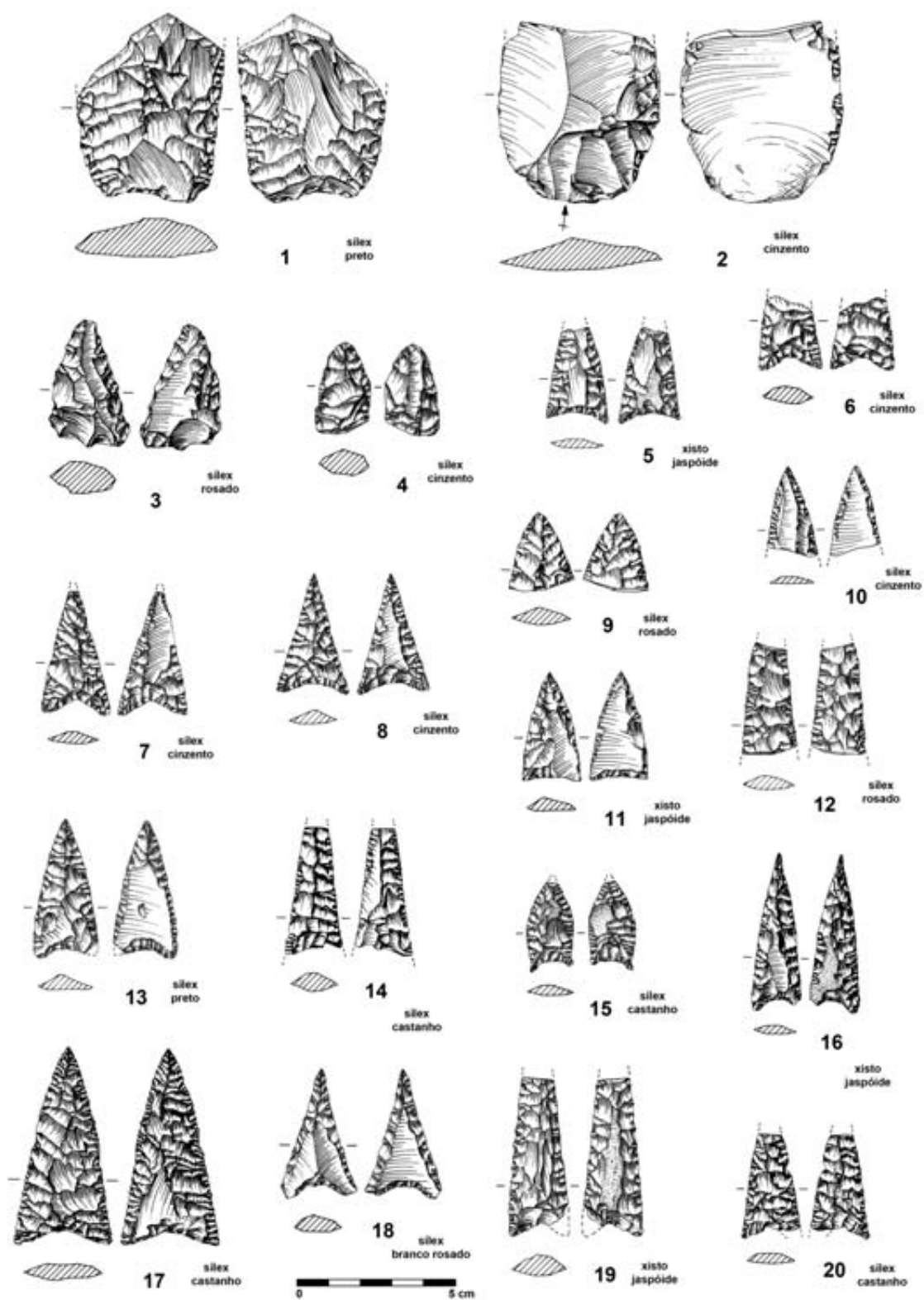


Fig. 36 – Outeiro Redondo. Lâminas foliáceas recolhidas na Camada 3 (n.ºs 1 e 2) e pontas de seta recolhidas na Camada 2 (n.ºs 3 a 20). Todos os exemplares são de sílex, excepto as pontas de seta n.ºs 5, 11, 16 e 19 que são de jaspe.

Dos 12 exemplares recolhidos na Camada 3, um apresenta-se como esboço (produto debitado base), sete são considerados pré-formas ou fragmentos de extremidades e quatro apresentam-se inteiros, aparentemente em estado final de utilização. Nesta Camada estratigráfica apenas estão representadas as lâminas foliáceas de tipo elipsoidal e em forma de “D”.

Identificaram-se diversas variedades de sílex, registando-se um domínio para os tons cinzentos, com 33,3%, seguidos pelos tons rosados e acastanhados, com ambos 25%, e tons negros com 16,7%.

Dos 32 exemplares recolhidos na Camada 2, 3 apresentam-se como esboços, 11 são considerados pré-formas e / ou fragmentos de extremidades e 18 apresentam-se inteiros.

Predominam as lâminas foliáceas com lascamento / retoque cobridor numa das faces e invasor / marginal na outra (50%), seguidas das lâminas foliáceas com lascamento / retoque cobridor bifacial (22,2%), das lâminas foliáceas com lascamento / retoque invasor numa das faces e marginal na outra (16,7%), e das lâminas foliáceas com lascamento / retoque invasor bifacial (11,1%).

Na Camada 2 a diversidade de tipos de lâminas foliáceas aumenta face à Camada anterior. Dominam as lâminas de tipo elipsoidal (33,3%), seguidas pelas lâminas em forma de “D” (16,7%), as lâminas sub-rectangulares (16,7%), as lâminas em forma de crescente (11,1%), as lâminas de contorno sub-trapezoidal (11,1%) e as lâminas apontadas (11,1%).

Regista-se, nesta camada, um aumento significativo dos tons cinzentos na coloração do sílex, com 68,8% dos exemplares recolhidos, seguidos pelos tons rosados, com 18,8%, acastanhados, com 9,4%, e alaranjados com 3,1%. Esta alteração de percentagem nos tons escolhidos entre os exemplares do Calcolítico Inicial e os do Calcolítico Pleno / Final poderá denunciar uma escolha preferencial pela matéria-prima ou alteração das fontes de abastecimento da mesma.

#### • Pontas de seta

O conjunto analisado integra 47 pontas de seta, das quais 4 exemplares pertencem à Camada 3 (Fig. 37, n.ºs 26 a 29) e 43 à Camada 2 (Fig. 36, n.ºs 3 a 20; Fig. 37, n.ºs 1 a 25). Quase todos os artefactos apresentam-se inteiros, excepto cinco exemplares da Camada 2 que se encontram fracturados e que impedem a sua identificação tipológica.

Todas as pontas de seta recolhidas na Camada 3 são de sílex, das quais três são de coloração acastanhada e uma de coloração negra.

No conjunto dos artefactos recolhidos na Camada 2 foram identificadas 33 pontas de seta de sílex (76,7%) e 10 de jaspe / sílex jaspóide (23,3%).

A diversidade de coloração do sílex aumenta comparativamente à Camada anterior, registando-se um domínio dos tons cinzentos com 39,4%, seguidos dos tons rosados, com 27,3%, dos tons acastanhados, com 15,2%, dos tons esbranquiçados, com 12,1%, e dos tons negros, com 6,1%.

Regista-se, portanto, uma alteração nos tons escolhidos na passagem do Calcolítico Inicial para o Calcolítico Pleno / Final, realidade idêntica registada com as lâminas foliáceas.

Os 10 exemplares de xisto jaspóide, perfeitamente acabados, recolhidos na Camada 2 (Fig. 36, n.ºs 5, 11, 16, 19; Fig. 37, n.ºs 1, 2, 11, 15, 20 e 21), vêm ilustrar as relações de troca mantidas com o território alentejano, de onde vinha, especialmente, o cobre (Zona de Ossa / Morena) e os artefactos de anfibólito. Consta-se que estas pontas de seta chegavam ao povoado já manufacturadas devido à inexistência de restos de talhe em jaspe, contrariamente aos exemplares em sílex, que através da presença de pré-formas, revela que tais peças eram, pelo menos em parte, talhadas *in situ*.

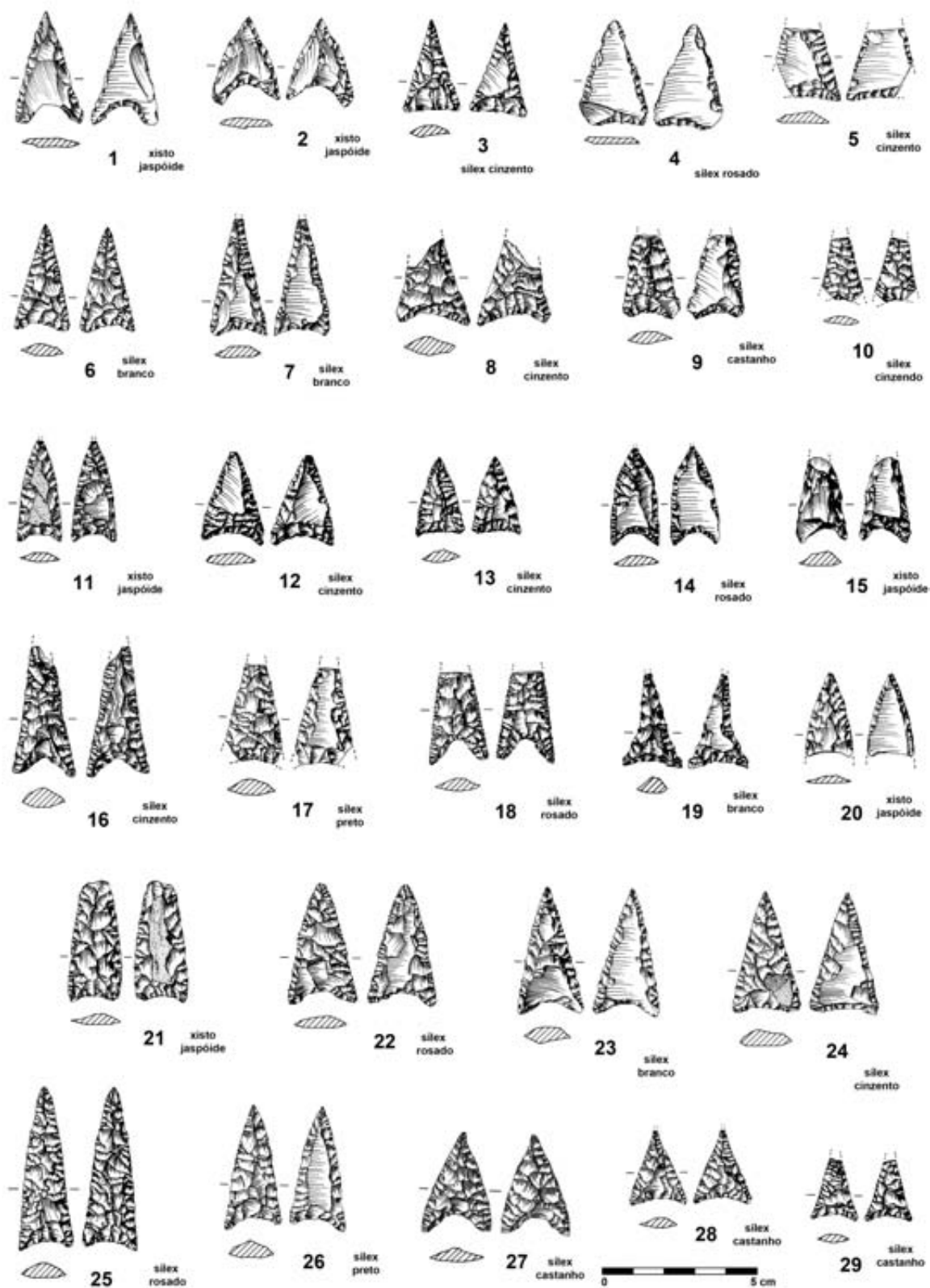


Fig. 37 – Outeiro Redondo. Pontas de seta recolhidas na Camada 2 (n.ºs 1 a 25) e na Camada 3 (n.ºs 26 a 29). Todos os exemplares são em sílex, excepto as pontas de seta n.ºs 1, 2, 11, 15, 20 e 21 que são de jaspe.

Do ponto de vista tipológico, e tomando como ponto de partida anteriores classificações (CARDOSO & MARTINS, 2013), consideraram-se diversos grupos, sumariados no Quadro 7.

**Quadro 7 – Outeiro Redondo. Tipos de pontas de seta identificadas e respectiva distribuição estratigráfica**

Tipos de pontas de seta	C3 (Calcolítico Inicial)		C2 (Calcolítico Pleno / Final)		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
1. Base convexa / triangular	-	-	-	-	-	-
2.1 Base plana	-	-	3	7,0	3	6,4
2.2 Base côncava	3	75	24	55,8	27	57,4
3. Mitriforme	1	25	5	11,6	6	12,8
4. Torre Eiffel	-	-	3	7,0	3	6,4
5. Alcalarense	-	-	-	-	-	-
6. Foliácea	-	-	-	-	-	-
7. Indeterminada	-	-	5	11,6	5	10,6
8. Pré-forma	-	-	2	4,7	2	4,3
9. rades dimensões	-	-	1	2,3	1	2,1
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>100</b>	<b>43</b>	<b>100</b>	<b>47</b>	<b>100</b>

Dominam globalmente as pontas de seta de base côncava (57,4%) e os exemplares mitriformes (12,8%).

Ao comparar as duas camadas, regista-se um aumento significativo de pontas de seta na Camada 2, quer em número absoluto quer em diversidade de tipos, com especial destaque para as pontas de seta de base plana e as do tipo “Torre Eiffel”, ausentes na Camada 3.

A relação de geometria da base com os bordos foi também estudada, a partir da seguinte relação:

#### Geometria da base

A0 = base plana

A1 = base plana com aletas

B0 = base concâva

B1 = base concâva com aletas

C0 = base convexa

C1 = base convexa com aletas

D0 = base triangular

D1 = base triangular com aletas

#### Geometria dos bordos

1.1 = bordos convexos com espigão

1.0 = bordos convexos

2.1 = bordos rectilíneos com espigão

2.0 = bordos rectilíneos

3.0 = bordos côncavos



Os resultados obtidos apresentam-se no Quadro 8.

**Quadro 8 – Outeiro Redondo. Relação de frequência entre a geometria dos bordos e das bases das pontas de seta e respectiva distribuição estratigráfica**

Geometria dos bordos / base			C3 (Calculítico Inicial)		C2 (Calculítico Pleno / Final)		Total	
			N.º	%	N.º	%	N.º	%
Tipo 2	2.1. Base plana	A.0 + 1.0	-	-	1	2,3	1	2,1
		A.0 + 2.0	-	-	2	4,7	2	4,3
	2.2. Base côncava	B.0 + 1.0	-	-	2	4,7	2	4,3
		B.0 + 2.0	2	50	22	51,2	24	51,1
		B.0 + 2.1	1	25	-	-	1	2,1
Tipo 3	A.1 + 1.0		-	-	1	2,3	1	2,1
	B.0 + 1.1		1	25	3	7,0	4	8,5
	B.1 + 1.1		-	-	1	2,3	1	2,1
Tipo 4	B.0 + 3.0		-	-	3	7,0	3	6,4
Tipo 7			-	-	5	11,6	5	10,6
Tipo 8			-	-	2	4,7	2	4,3
Tipo 9	B.0 + 1.0		-	-	1	2,3	1	2,1
<b>Total</b>			<b>4</b>	<b>100</b>	<b>43</b>	<b>100</b>	<b>47</b>	<b>100</b>

Das 12 variáveis associadas aos bordos e bases, identificaram-se na Camada 3 a presença de 3 variáveis e na Camada 2 a presença de 11 variáveis. A variável dominante nas duas camadas estratigráficas corresponde à associação B.0 (base côncava) + 2.0 (bordos rectilíneos) correspondendo a 51,1% do total do conjunto das pontas de seta classificadas. No conjunto da Camada 2 destaca-se a presença da associação B.0 (base côncava) + 1.1 (bordos convexos com espigão) e a associação B.0 (base côncava) + 3.0 (bordos côncavos). A presença, na Camada 2, de um exemplar de grandes dimensões (ponta com mais de 2 cm de largura), com a associação B.0 (base côncava) + 1.0 (bordos convexos), devido à sua robustez poderá provavelmente ter uma função específica com a finalidade de maior poder de penetração e de corte.

A terminar, importa valorizar a variável “tamanho”: independentemente das características tipológicas evidenciadas pelos exemplares estudados, esta variável denuncia, até mais do que aquelas, as diferentes finalidades que estas pontas de projectil tinham. Assim, se as menores se destinavam, essencialmente, à captura de espécies cinegéticas de dimensões pequenas e médias, já as de maiores dimensões podem correlacionar-se com a caça grossa ou mesmo com actividades bélicas; com efeito, as mais pequenas são cerca de três vezes menores que as de maior tamanho, sendo de destacar um exemplar, cujas dimensões são excepcionais (Fig. 11, n.º 4; Fig. 36, n.º 17).

### 5.3.2 – Análise comparativa dos utensílios das duas etapas culturais

Observando o Quadro 2, verifica-se que o tipo de utensílio lítico dominante na Camada 3 são os furadores com 35,4%, e no conjunto da Camada 2 são as pontas de seta com 25,6%.

Os seguintes grupos mais representativos na Camada 3, depois dos furadores, são as lâminas foliáceas (18,5%), seguidos do grupo das lâminas (12,3%), e simultaneamente as raspadeiras (9,2%) e as lamelas (9,2%).

O tipo de utensílio dominante na Camada 2, a par das pontas de seta, corresponde às lâminas foliáceas com 19%, seguido do grupo das lamelas (13,7%) e das lâminas (13,1%).

As nove categorias principais de instrumentos líticos recolhidos em 2013 e 2014 no Outeiro Redondo foram desdobradas conforme se indica no Quadro 9.

**Quadro 9 – Outeiro Redondo. Lista tipológica dos utensílios líticos retocados das Camadas 3 e 2**

Lista tipológica	C3 (Calcolítico Inicial)	C2 (Calcolítico Pleno / Final)	Total
Núcleos de lâminas	1	2	3
Núcleos de lamelas	3	2	5
<b>Total de Núcleos</b>	<b>4 (6,2%)</b>	<b>4 (2,4%)</b>	<b>8 (3,4%)</b>
Lamela sem retoque	2	6	8
Lamela com retoque contínuo, marginal, irregular	–	4	4
Frag. de lamela sem retoque	2	6	8
Frag. de lamela com retoque	2	7	9
<b>Total de lamelas</b>	<b>6 (9,2%)</b>	<b>23 (13,7%)</b>	<b>29 (12,4%)</b>
Lâmina com retoque marginal descontínuo em ambos os bordos laterais	1	3	4
Lâmina com retoque marginal contínuo em ambos os bordos laterais	1	3	4
Lâmina com retoque marginal descontínuo apenas num dos bordos laterais	–	4	4
Lâmina com retoque marginal contínuo apenas num dos bordos laterais	–	2	2
Fragmento de lâmina sem retoque	–	2	2
Frag. de lâmina com retoque marginal descontínuo em ambos os bordos laterais	4	2	6
Frag. de lâmina com retoque marginal contínuo em ambos os bordos laterais	–	2	2
Frag. de lâmina com retoque marginal descontínuo apenas num dos bordos laterais	1	1	2
Frag. de lâmina com retoque marginal contínuo apenas num dos bordos laterais	1	3	4
<b>Total de lâminas</b>	<b>8 (12,3%)</b>	<b>22 (13,1%)</b>	<b>30 (12,9%)</b>
Lasca com retoque descontínuo marginal, irregular	–	5	5
Lasca com retoque contínuo num só bordo lateral	–	2	2
Lasca retocada / raspador	–	5	5
<b>Total de Lascas retocadas</b>	<b>–</b>	<b>12 (7,1%)</b>	<b>12 (5,2%)</b>
Raspadeira sobre lâmina retocada em ambos os bordos laterais	–	1	1
Raspadeira sobre lâmina retocada apenas num dos bordos laterais	–	1	1
Raspadeira sobre lâmina, de bordos laterais desprovidos de retoque	–	1	1
Raspadeira sobre lamela retocada em ambos os bordos laterais	–	1	1
Raspadeira sobre lasca espessa	4	2	6
Raspadeira sobre lasca espessa retocada, com a extremidade mais larga	1	–	1

Lista tipológica	C3 (Calcolítico Inicial)	C2 (Calcolítico Pleno / Final)	Total
Raspadeira sobre lasca com entalhe	-	2	2
Raspadeira sobre lasca em leque	-	1	1
Raspadeira unguiforme, sobre lasca	-	2	2
Raspadeira dupla sobre lasca	-	1	1
Raspadeira sobre lasca de gume côncavo	1	-	1
Raspadeira denticulada sobre lasca	-	1	1
<b>Total de Raspadeiras</b>	<b>6 (9,2%)</b>	<b>13 (7,7%)</b>	<b>19 (8,2%)</b>
Entalhe retocado sobre lâmina	1	-	1
Entalhe retocado sobre lasca fina	-	1	1
Denticulado sobre lâmina retocada	-	1	1
Denticulado sobre lasca retocada	1	1	2
<b>Total de denticulados</b>	<b>2 (3,1%)</b>	<b>3 (1,8%)</b>	<b>5 (2,1%)</b>
Furador espesso com bordos rectilíneos sobre lâmina	-	1	1
Furador fino com entalhe(s) sobre lâmina	1	1	2
Furador fino com bordos rectilíneos sobre lâmina	1	-	1
Furador espesso com entalhe(s) sobre lasca	14	4	18
Furador fino com entalhe(s) sobre lasca	4	5	9
Furador fino com bordos rectilíneos sobre lasca	1	2	3
Furador duplo sobre lasca retocada	1	3	4
Furador espesso com bordos rectilíneos sobre lasca	1	-	1
<b>Total de Furadores</b>	<b>23 (35,4%)</b>	<b>16 (9,5%)</b>	<b>39 (16,7%)</b>
Esboço de lâmina foliácea (produto debitado base)	1	3	4
Pré-forma de lâmina foliácea (adelgaçamento)	7	11	18
Lâmina elipsoidal com retoque cobridor bifacial	1	2	3
Lâmina elipsoidal com retoque cobridor numa das faces, apresentando a outra retoques invasores e marginais	1	3	4
Lâmina elipsoidal com retoque invasor numa das faces, apresentando a outra retoques marginais	1	1	2
Lâmina em forma de "D" com retoque cobridor bifacial	-	1	1
Lâmina em forma de "D" com retoque cobridor numa das faces, apresentando a outra retoques invasores e marginais	-	1	1
Lâmina em forma de "D" com retoque invasor numa das faces, apresentando a outra retoques marginais	-	1	1

Lista tipológica	C3 (Calcolítico Inicial)	C2 (Calcolítico Pleno / Final)	Total
Lâmina em forma de "D" com retoque invasor bifacial	1	-	1
Lâmina em forma de crescente com retoque cobridor numa das faces, apresentando a outra retoques invasores e marginais	-	1	1
Lâmina em forma de crescente com retoque invasor numa das faces, apresentando a outra retoques marginais	-	1	1
Lâmina sub-rectangular com retoque cobridor bifacial	-	1	1
Lâmina sub-rectangular com retoque cobridor numa das faces, apresentando a outra retoques invasores e marginais	-	2	2
Lâmina sub-trapézoidal com retoque invasor bifacial	-	2	2
Lâmina apontada com retoque cobridor numa das faces, apresentando a outra com retoques invasores e marginais	-	2	2
<b>Total de Lâminas foliáceas</b>	<b>12 (18,5%)</b>	<b>32 (19%)</b>	<b>44 (18,9%)</b>
Ponta de seta de base plana	-	3	3
Ponta de seta de base côncava	3	24	27
Ponta de seta mitriforme	1	5	6
Ponta de seta de tipo "torre Eiffel"	-	3	3
Ponta de seta de tipo indeterminado	-	5	5
Pré-forma de ponta de seta	-	2	2
Ponta de dardo	-	1	1
<b>Total de pontas de seta</b>	<b>4 (6,2%)</b>	<b>43 (25,6%)</b>	<b>47 (20,2%)</b>
<b>Total dos utensílios líticos retocados</b>	<b>65 (100%)</b>	<b>168 (100%)</b>	<b>233 (100%)</b>

Comparando os artefactos líticos retocados da Camada 2 com os da Camada 3 ressaltam as seguintes observações:

- As pontas de seta, pouco representativas na Camada 3 (6,2%), tornam-se o grupo tipológico mais abundante na Camada 2 (25,6%), destacando-se assinalável variedade de formas e tamanhos. São dominantes, nas duas camadas, as pontas de seta de base côncava (57,4%) e os exemplares mitriformes (12,8%), numa tendência crescente. As pontas de seta de base plana e as do tipo "Torre Eiffel", ausentes na Camada 3, aparecem na Camada 2.

Destaca-se o número elevado de pontas de seta em xisto jaspóide, todos recolhidos na Camada 2. A presença deste tipo de artefactos, completamente acabados, sem que haja vestígios de subprodutos de talhe no povoado, vem ilustrar relações comerciais com o território alentejano.

- Sobressai a presença de lâminas foliáceas na Camada 3 e 2 face aos outros grupos tipológicos de utensílios, aumentando ligeiramente de representatividade no decurso do Calcolítico. Verifica-se, nas duas camadas, a execução, na estação, de lâminas foliáceas a partir de esboços cuja existência pode explicar-se tanto por importação, como por preparação na área habitada. O número de peças fracturadas, eventualmente em curso de trabalho, ou já aquando da sua utilização, como parece mais provável, estão também presentes em grande quantidade no povoado.



Na Camada 3 estão presentes os exemplares inteiros, aparentemente em estado de utilização, de tipo elipsoidal e em forma de “D”. Na Camada 2 a diversidade de tipos de lâminas foliáceas aumenta face à Camada anterior, devido ao acréscimo do número absoluto de exemplares. Dominam as lâminas de tipo elipsoidal, seguidas pelas lâminas em forma de “D”, pelas lâminas sub-rectangulares, pelas lâminas em forma de crescente, pelas lâminas de contorno sub-trapezoidal e pelas lâminas apontadas. Os dois tipos de lascamento / retoque dominante são o cobridor numa das faces e invasor / marginal na outra, seguido das lâminas foliáceas com lascamento / retoque cobridor bifacial em ambas as faces.

– O grupo dos furadores, invulgarmente abundante, diminui de representatividade, passando de 35,4% na Camada 3 para 9,5% na Camada 2. O suporte mais utilizado nos furadores das duas Camadas é a lasca, com valores percentuais elevados; a lâmina ocorre como segundo suporte mais comum.

Os furadores espessos dominam, na Camada 3, com 69,6% em comparação com os furadores finos, com 30,4%, contrariamente ao verificado na Camada 2 com domínio ligeiro nos segundos: furadores espessos com 43,8% e furadores finos com 56,3%.

O tipo de estratégia dominante para a obtenção de uma ponta de furador é, em ambas as camadas, a realização de duas concavidades laterais contíguas, com valores percentuais elevados: na Camada 3, com 82,6%; e na Camada 2, com 81,3%.

– Observa-se, ao longo da ocupação, o aumento percentual das lâminas quer das lamelas. As lâminas surgem em ambas as Camadas como o terceiro grupo tipológico mais abundante, sendo os exemplares fracturados com retoque marginal descontínuo em ambos os bordos laterais os mais abundantes na Camada 3, e os exemplares com retoque marginal descontínuo apenas num dos bordos laterais, os mais comuns, na Camada 2.

– As lamelas surgem, em ambas as Camadas, como o quarto grupo tipológico mais abundante. Todas são de sílex, excepto uma, de quartzo hialino recolhida na Camada 3, matéria-prima não disponível na região. Estão presentes nas duas Camadas e em idênticas percentagens os exemplares com e sem retoques.

– As raspadeiras, que correspondem ao quarto grupo tipológico mais numeroso na Camada 3, baixam, na Camada seguinte, para o quinto grupo; no entanto, em números absolutos, as raspadeiras aumentam a sua presença e desdobram-se em vários tipos morfológicos na Camada 2. Na Camada 3, todas as raspadeiras recolhidas têm como suporte a lasca e metade dos exemplares apresentam vestígios de córtex. Na Camada 2, e em continuidade com a Camada anterior, o número de raspadeiras que têm como suporte a lasca é predominante (69,3%); no entanto surgem, nesta camada, raspadeiras que têm como suporte a lâmina (23,1%) e residualmente a lamela (7,7%).

– A presença de núcleos é residual em ambas as camadas. No total, apenas foram identificados 3 núcleos de lâminas e 5 núcleos de lamelas, todos de sílex, de coloração cinzenta, excepto um de tonalidade acastanhada.

A fraca presença de núcleos adequados à obtenção de lâminas e lamelas indica que estas não eram produzidas no espaço habitado; mas a preparação de artefactos neste é claramente comprovada pela presença de lascas e de massas de sílex em bruto, de médias dimensões.

– A proveniência do sílex mais utilizado, de acordo com as características petrográficas analisadas, aponta para a região de Lisboa, a cerca de 30 km em linha recta, nos afloramentos de calcários recifais do Cenomaniano superior do vale de Alcântara, pois logo perto da margem direita do estuário do Tejo existem grandes massas de sílex predominantemente cinzento ou acastanhado sob a forma de nódulos, como foi referido em publicação

anterior (CARDOSO, 2013). A origem do sílex negro, também presente em alguns exemplares, ocorre nos calcários recifais da mesma época da região de Oeiras; no entanto, a hipótese de origens mais afastadas parece confirmar-se, dada a presença de exemplares de colorações rosadas, mais ou menos carregadas, característicos da região de Rio Maior, utilizados principalmente na manufactura de peças com retoque invasor / cobridor (lâminas foliáceas e pontas de seta), que requeriam sílex de excelente qualidade, como é o caso do disponível naquela região.

#### 5.4 – Osso polido e afeiçoado

A utensilagem executada sobre osso revela-se particularmente abundante devido às condições geoquímicas favoráveis, que possibilitaram a preservação em boas condições das peças, caracterizadas por assinalável variedade.

Procedeu-se ao desenho e à análise da totalidade dos utensílios recuperados com interesse tipológico, de modo suportar as considerações abaixo apresentadas, valorizadas pelas indicações estratigráficas associadas. Os aspectos terminológicos considerados seguem os critérios de análise seguidos por J. L. Cardoso no estudo da utensilagem óssea de uso comum do povoado pré-histórico de Leceia, Oeiras (CARDOSO, 2003 a).

##### 5.4.1 – Distribuição estratigráfica e análise descritiva

Às 66 peças de osso recolhidas entre 2005 e 2008 e já publicadas (CARDOSO, 2013), somam-se 84 artefactos recolhidos em 2013 e 2014.

Provêm 13 exemplares da Camada 3 e os restantes 71 da Camada 2. Foram observados diversos grupos de artefactos, cuja distribuição pela sequência estratigráfica se apresenta no Quadro 10.

**Quadro 10 – Outeiro Redondo. Distribuição tipológica da utensilagem óssea por conjuntos cronológico-culturais**

Indústrias de osso	C3 (Calcolítico Inicial)		C2 (Calcolítico Pleno / Final)		Total	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Agulhas / sovelas	1	7,7	11	15,5	12	14,3
Furadores	1	7,7	4	5,6	5	6
Cabos	8	61,5	49	69	57	67,9
Espátulas	-	-	2	2,8	2	2,4
Recipientes	1	7,7	-	-	1	1,2
Escopro	1	7,7	-	-	1	1,2
Pontas de seta	-	-	4	5,6	4	4,8
Indeterminado	1	7,7	1	1,4	2	2,4
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100</b>	<b>71</b>	<b>100</b>	<b>84</b>	<b>100</b>

### • Utensilagem da Camada 3

Nesta Camada foram recolhidos apenas 13 exemplares (Fig. 40, n.ºs 6 a 18); no entanto, se a escavação tivesse atingido, em toda a área explorada, o nível arqueológico mais profundo, a quantidade de espólio seria certamente muito mais numerosa.

No conjunto, avulta o largo domínio dos cabos (8 exemplares) face aos restantes artefactos recolhidos, sendo estes representados por apenas um exemplar de cada grupo identificado.

Os cabos recolhidos são maioritariamente executados em diáfises de ossos longos, quase sempre inclassificáveis, pelas transformações sofridas por polimento ou por estarem fracturados e não permitirem a identificação anatómica da peça original. Foram reconhecidos os seguintes tipos distintos:

- Cabos executados sobre tibia de *Capra / Ovis*, seccionadas em apenas uma extremidade, por serragem, conservando a outra a extremidade articular do osso: 2 exemplares (Fig. 40, n.º 13);
- Cabo seccionado em ambas as extremidades, totalmente polido e cujo comprimento é inferior aos restantes cabos, podendo ser confundido com elemento tubular de colar, pelo que a função desta peça não se encontra isenta de dúvidas: 1 exemplar (Fig. 40, n.º 15);
- Cabos incompletos executados em diáfises de ossos longos, seccionados numa das extremidades, indeterminados: 3 exemplares (Fig. 40, n.ºs 10 a 12);
- Cabo executado em extremidade de haste de cervídeo, por seccionamento numa das extremidades, com cavidade para fixação: 1 exemplar (Fig. 40, n.º 6);
- Cabo executado em segmento de haste de cervídeo serrada em ambas as extremidades: 1 exemplar (Fig. 40, n.º 17).

Os restantes utensílios recolhidos nesta Camada foram os seguintes:

- Agulha / sovela fracturada, mas com extremidade pontiaguda, sobre suporte ósseo indeterminado, executado sobre esquirola longitudinal de osso longo: 1 exemplar (Fig. 40, n.º 7);
- Furador fracturado, sobre suporte ósseo indeterminado: 1 exemplar (Fig. 40, n.º 8);
- Fragmento de recipiente cilíndrico executado em diáfise de osso de grandes dimensões, com marcas de serragem (Fig. 40, n.º 16);
- Escopro ou cinzel sobre osso longo indeterminado, seccionado longitudinalmente (Fig. 40, n.º 9);
- Utensílio curvilíneo indeterminado, executado sobre segmento de corno de caprino, totalmente polido, serrado e polido numa das extremidades, com três perfurações laterais independentes e uma tentativa de perfuração inacabada. Este exemplar poderia ser utilizado como cabo embora a finalidade dos furos se afigure indeterminada (Fig. 40, n.º 18).

### • Utensilagem da Camada 2

Nesta Camada foram recolhidos 71 utensílios (Fig. 38, n.ºs 1 a 39; Fig. 39, n.ºs 1 a 27; Fig. 40, n.ºs 1 a 5). A análise tipológica, expressa no Quadro 10, revela um acréscimo relativo e absoluto, do grupo dos cabos, face ao conjunto anterior, com 49 exemplares, correspondendo a 69%, enquanto, no conjunto do Camada 3, tal percentagem era de 61,5%. O mesmo se passa com o segundo grupo mais representativo, correspondente às agulhas / sovelas, com 11 exemplares, com 15,5%, enquanto, no conjunto do Camada 3, tal percentagem era de 7,7%.

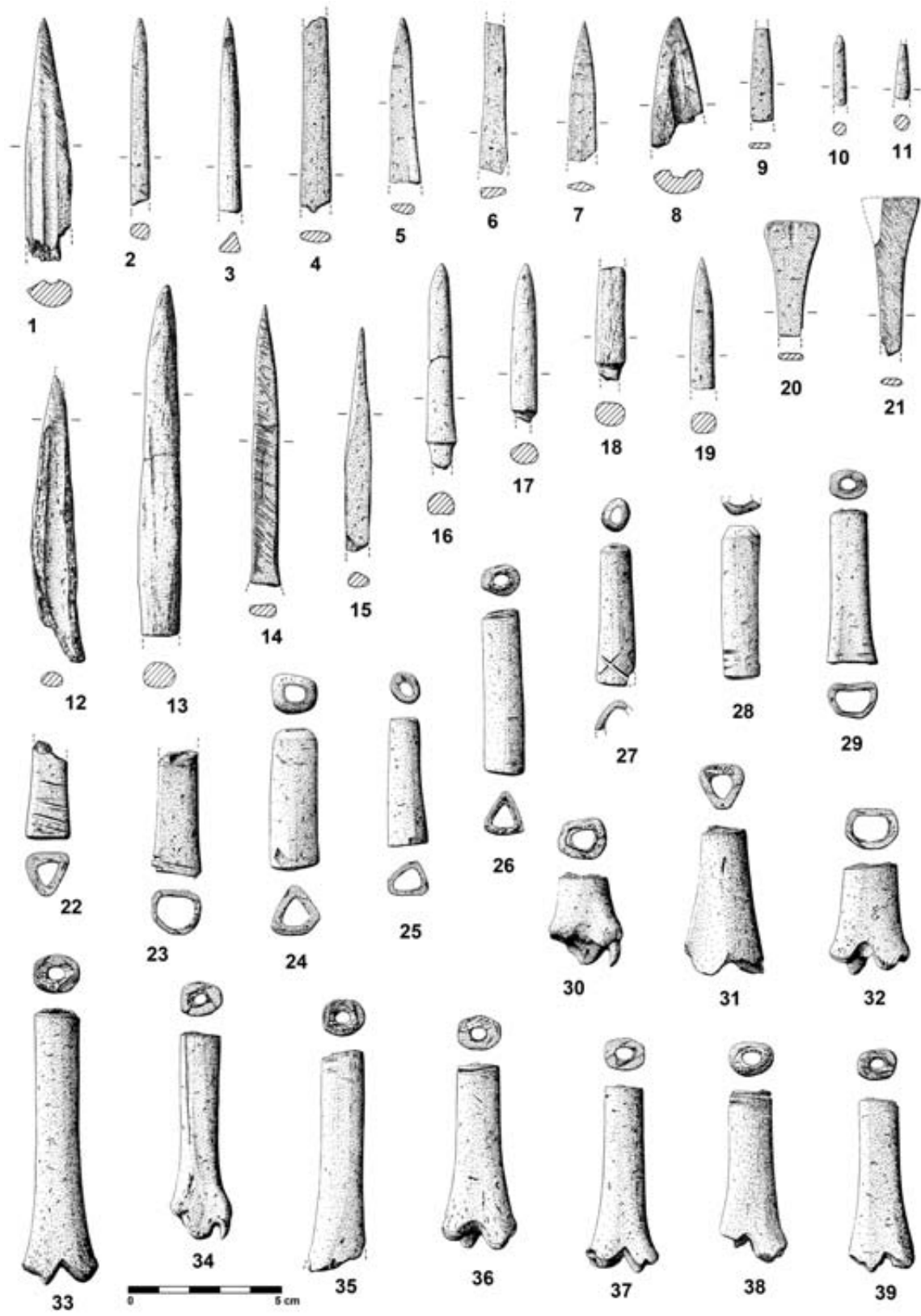


Fig. 38 - Outeiro Redondo. Indústria de osso da Camada 2 (n.ºs 1 a 39).



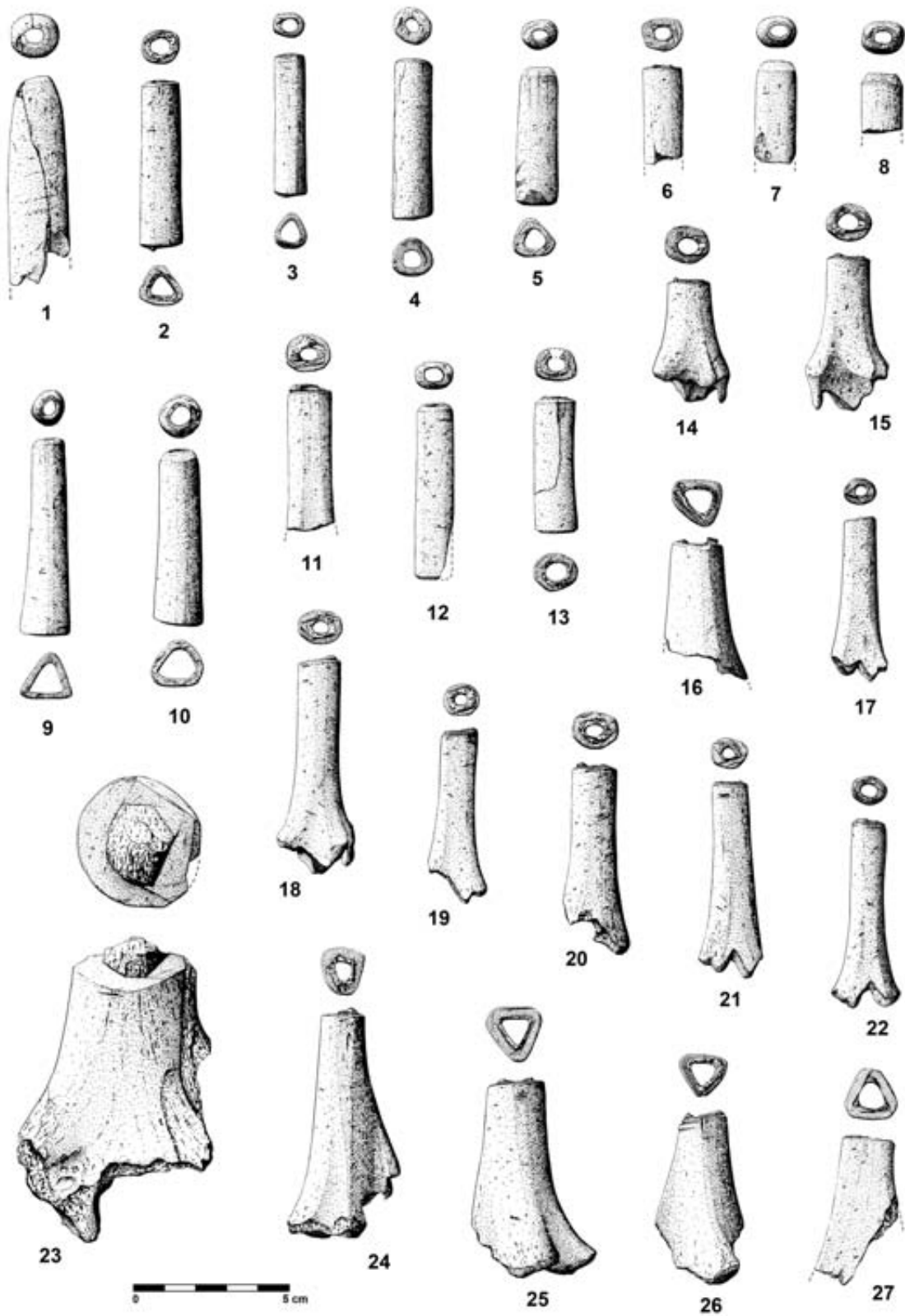


Fig. 39 – Outeiro Redondo. Indústria de osso da Camada 2 (n.ºs 1 a 27).

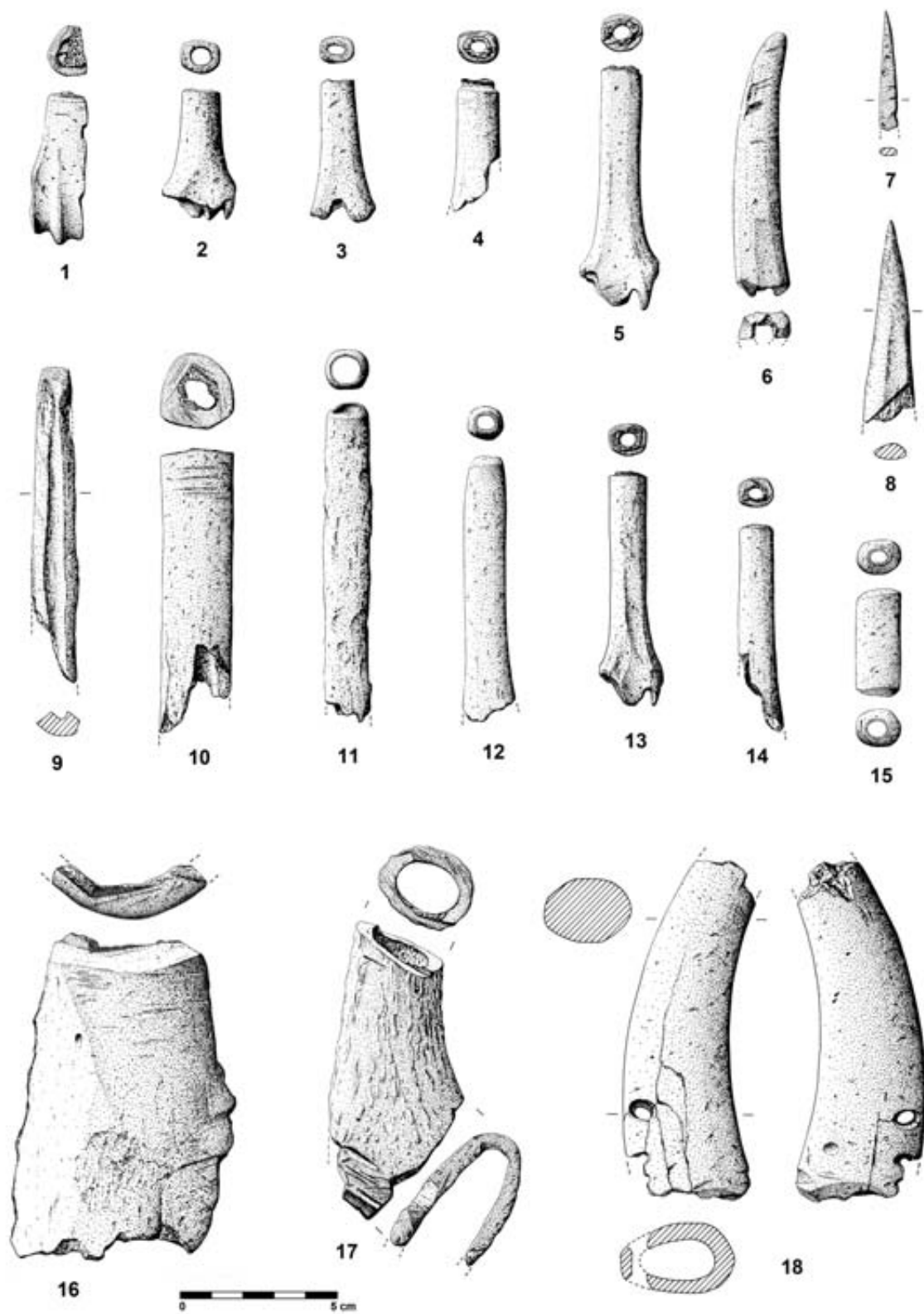


Fig. 40 – Outeiro Redondo. Indústria de osso da Camada 2 (n.ºs 1 a 5) e Camada 3 (n.ºs 6 a 18).

Os cabos, na Camada 2, constituem, em continuidade como a Camada anterior, o conjunto mais numeroso, com os seguintes tipos distintos:

- Cabos executados sobre tibia de *Ovis / Capra*, seccionadas em apenas uma extremidade, por serragem, conservando a outra a superfície articular do osso: 28 exemplares (Fig. 38, n.ºs 30 a 39; Fig. 39, n.ºs 11, 14 a 22, 24 a 27; Fig. 40, n.ºs 2 a 5);
- Cabos em diáfises de ossos longos, seccionado em ambas as extremidades: 20 exemplares (Fig. 38, n.ºs 22 a 29; Fig. 39, n.ºs 1 a 10, 12 e 13);
- Cabo em osso longo, seccionado numa das extremidades, sobre metápodo de *Cervus*: 1 exemplar (Fig. 40, n.º 1).

É de assinalar a presença insistente de animais sub-adultos, dada a falta da epífise distal nas extremidades articulares das tíbias em que foram executados muitos dos exemplares acima referidos.

As agulhas / sovelas constituem o segundo conjunto mais numeroso, logo a seguir aos cabos. Foram recolhidas, nesta Camada, 11 exemplares, na sua maioria executados sobre esquirolas de ossos longos, que sofreram polimento em quase toda a superfície (Fig. 38, n.ºs 2 a 7, 9 a 11, 14 e 15).

Os restantes conjuntos artefactuais, embora representados por número muito inferior de efectivos, detêm também particular interesse. No caso dos furadores foram identificadas duas variantes:

- Furadores obtidos sobre esquirolas de diáfises de ossos longos, partidos longitudinalmente: 3 exemplares (Fig. 38, n.ºs 1, 8 e 12);
- Furador espesso alongado e regular, totalmente afeiçoado (poderia ser considerado como sovela de grandes dimensões) (Fig. 38, n.º 13).

Em conformidade com o verificado em campanhas realizadas anteriormente no Outeiro Redondo e já publicadas (CARDOSO, 2013), é curioso notar que não se recolheu nenhum exemplar produzido pelo seccionamento oblíquo da tibia de ovino-caprino, tão característicos em Leceia, desde o Neolítico Final e ao longo de todo o Calcolítico (CARDOSO, 2003 a).

Inexistentes na Camada anterior, as pontas de projectil em osso estão representadas no Outeiro Redondo por quatro exemplares, o mesmo número de exemplares recolhidos em Moita da Ladra, recentemente publicados (CARDOSO, 2014 a, Fig. 32, n.ºs 15 a 18). Trata-se de pontas robustas, de secção circular, totalmente afeiçoadas, de corpo fusiforme, correspondendo a parte inferior, destinada a encabamento, a um espigão igualmente cónico, mas mais estreito. Todos os exemplares se encontram fracturados (Fig. 11, n.º 5; Fig. 38, n.ºs 16 a 19). Estas pontas de projecteis, embora escassas, estão presentes em diversos sítios calcolíticos estremenhos, cujo inventário, realizado aquando do estudo dos exemplares recolhidos em Leceia (CARDOSO, 1995), foi entretanto completado pelos exemplares publicados dos povoados calcolíticos do Outeiro de S. Mamede, Bombarral (CARDOSO & CARREIRA, 2003), da Moita da Ladra (CARDOSO, 2014 a) e, agora, do Outeiro Redondo.

Enfim, foram recolhidos dois fragmentos de pequenas espátulas, feitas em tábuas ósseas totalmente polidas com uma extremidade alargada e plana (Fig. 38, n.ºs 20 e 21), e um artefacto indeterminado, executado sobre segmento de haste de cervídeo maciço, serrado numa das extremidades (Fig. 39, n.º 23). Provavelmente, trata-se de peça inacabada, ou correspondente a resíduo de um segmento da haste cujo aproveitamento se revelou sem interesse.

Em suma, ao longo do Calcolítico a diversidade artefactual observada no Outeiro Redondo, no que respeita à utensilagem óssea, afigura-se embora idêntica e caracteriza-se por assinalável monotonia, sendo claramente dominada pelo grupo dos cabos ou, melhor dizendo, dos ossos longos com um ou dois seccionamentos por serragem na diáfise. Com efeito, a diferença entre o grupo dos cabos e os restantes grupos artefactuais é muito grande em ambas as Camadas: basta observar que o segundo grupo mais abundante – o das agulhas / sovelas – se encontra apenas representado por 7,7% na Camada 3 e 15,5% na Camada 2.

Os restantes grupos de utensílios, com destaque para as pontas de projectil e as espátulas, ausentes na Camada 3, estão presentes na Camada 2 embora residualmente. Artefacto único é o fragmento de recipiente cilíndrico executado em diáfise de osso de grandes dimensões, com marcas de serragem (Fig. 40, n.º 16), localizado no interior da cabana R, dentro da lareira estruturada R1, sugerindo que tal recipiente se destinaria a guardar produtos farmacêuticos ou unguentos, eventualmente relacionados com a utilização do calor ou mesmo do fogo.

No que respeita à distribuição da utensilagem, na Camada 2, verifica-se nítida concentração pelas áreas de maior densidade habitacional, designadamente o espaço interior à Muralha G, onde as estruturas habitacionais são mas abundantes e se encontram melhor definidas.

## 5.5 – Produções cerâmicas

### 5.5.1 – Recipientes lisos

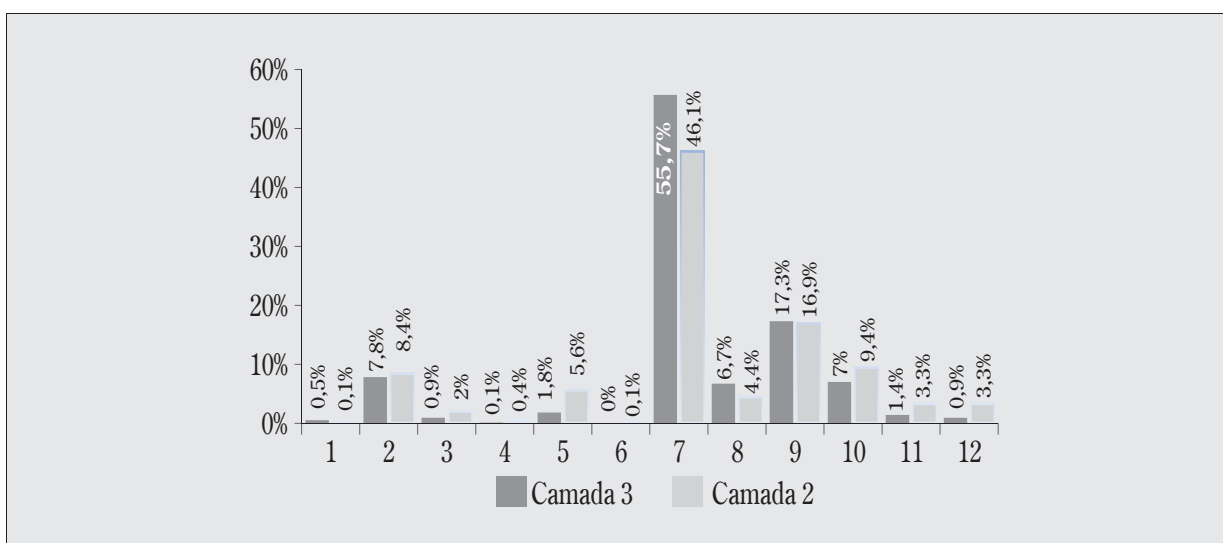
Continuaram a utilizar-se as 12 formas anteriormente identificadas no povoado, com base no estudo dos espólios recolhidos entre 2005 e 2008 (CARDOSO, 2013). Com efeito, os critérios então seguidos respeitaram, por sua vez, os utilizados noutras estações estremenhas da mesma época, como Leceia, Oeiras (CARDOSO, SOARES & SILVA), Penha Verde, Sintra (CARDOSO, 2010-2011), Moita da Ladra, Vila Franca de Xira (CARDOSO & CANINAS, 2010) e Freiria, Cascais (CARDOSO, CARDOSO & ENCARNAÇÃO, 2013).

Desta forma, elaborou-se um quadro tipológico das cerâmicas lisas (Fig. 41) que permite evidenciar as variações da abundância de cada uma daquelas formas ao longo do tempo, à semelhança do realizado anteriormente. Os resultados obtidos deram origem a um gráfico com os valores percentuais de cada forma individualizada para cada Camada estratigráfica (Gráfico 3).

Analisaram-se 3998 fragmentos de bordos, dos quais 1475 provêm da Camada 3 e 2523 da Camada 2. A continuidade entre as formas utilizadas no decurso da ocupação do povoado, realidade que, aliás, se encontra bem evidenciada no gráfico, avulta desde logo, notando-se também alguns outros aspectos que importa considerar:

- As formas abertas, que correspondem (formas 7 a 11), dominam no povoado face às formas fechadas (formas 1 a 4), quer em contextos do Calcolítico Inicial, quer do Calcolítico Pleno / Final.
- O recipiente liso mais utilizado nas duas fases culturais é o vaso de bordo espessado exteriormente e lábio convexo (forma 7). Está representado na Camada 3 com 55,7% diminuindo ligeiramente de representatividade na Camada 2 para 46,1%, mantendo-se como recipiente eleito na panóplia existente. A sua utilização relacionar-se-á com actividades culinárias.
- A segunda forma mais representativa, também em ambas Camadas, é a forma 9, que corresponde às taças em calote (17,3% na Camada 3 e 16,9% na Camada 2). Integra taças de diversos tamanhos, das quais as de menor diâmetro poderiam ser utilizadas para beber, enquanto as maiores serviriam para a preparação de alimentos.





**Gráfico 3 - Outeiro Redondo. Variação tipológica das cerâmicas lisas, de acordo com as formas identificadas, e respectiva distribuição estratigráfica.**

- Todas as considerações apresentadas no artigo anterior sobre este povoado, relativas as campanhas entre 2005 e 2008 (CARDOSO, 2013), são corroboradas pelos novos dados, agora apresentados, para esta área específica do povoado. Apenas as taças de bordo espessado e lábio convexo apresentam variações diferentes, verificando-se para a área explorada entre 2013 e 2014 um aumento do Calcolítico Inicial para o Calcolítico Pleno / Final, de 7% para 9,4% do conjunto. Estes recipientes podem relacionar-se tanto com a preparação de alimentos, como as migas ou pratos de cereais, como com o respectivo consumo.
- Importa referir a abundância dos recipientes lisos fase aos recipientes decorados, usualmente verificada em povoados calcolíticos com assinalável ocupação, como é o caso do Outeiro Redondo. No tocante às produções lisas e decoradas, o Quadro 11 quantifica essa desigualdade, que assume valores semelhantes, no respeitante às duas Camadas em apreço:

**Quadro 11 - Outeiro Redondo. Relação do número total e percentual dos recipientes lisos com os exemplares decorados na respectiva distribuição estratigráfica**

Produções cerâmicas	C3 (Calcolítico Inicial)		C2 (Calcolítico Pleno / Final)		Total
	N.º frag.	%	N.º frag.	%	
Cerâmica lisa	1475	95,1	2523	94,6	3998
Cerâmica decorada	76	4,9	144	5,4	220
<b>Total</b>	<b>1551</b>	<b>100</b>	<b>2667</b>	<b>100</b>	<b>4218</b>

Com efeito, a relação numérica entre os dois grupos cerâmicos é, na Camada 3, de 1 para 19,4, enquanto na Camada 2, é de 1 para 17,5, significando uma tendência para um aumento de recipientes decorados no decurso do tempo, do Calcolítico Inicial para o Calcolítico Pleno / Final.

FORMAS		Calcolítico Inicial		Calcolítico Pleno	
		Diâmetros	Nº. Total de frag.	Diâmetros	Nº. Total de frag.
1		⊙ < 20 (6) ⊙ 20-40 (2)	8 (0,5%)	⊙ < 20 (2) ⊙ 20-40 (1)	3 (0,1%)
2		⊙? (16) ⊙ < 20 (74) ⊙ 20-40 (25)	115 (7,8%)	⊙? (49) ⊙ < 20 (98) ⊙ 20-40 (65)	212 (8,4%)
3		⊙? (2) ⊙ < 20 (6) ⊙ 20-40 (5)	13 (0,9%)	⊙? (13) ⊙ < 20 (16) ⊙ 20-40 (22)	51 (2%)
4		⊙ 20-40 (1)	1 (0,1%)	⊙ < 20 (5) ⊙ 20-40 (4)	9 (0,4%)
5		⊙? (4) ⊙ < 20 (5) ⊙ 20-40 (17)	26 (1,8%)	⊙? (27) ⊙ < 20 (49) ⊙ 20-40 (66)	142 (5,8%)
6		-	-	⊙ < 20 (1) ⊙ 20-40 (1)	2 (0,1%)
7		⊙? (298) ⊙ < 20 (136) ⊙ 20-40 (334) ⊙ > 40 (54)	822 (55,7%)	⊙? (442) ⊙ < 20 (255) ⊙ 20-40 (371) ⊙ > 40 (95)	1163 (46,1%)
8		⊙? (29) ⊙ < 20 (4) ⊙ 20-40 (63) ⊙ > 40 (3)	99 (6,7%)	⊙? (28) ⊙ < 20 (12) ⊙ 20-40 (70) ⊙ > 40 (1)	111 (4,4%)
9		⊙? (89) ⊙ < 20 (78) ⊙ 20-40 (87) ⊙ > 40 (1)	255 (17,3%)	⊙? (156) ⊙ < 20 (106) ⊙ 20-40 (153) ⊙ > 40 (11)	426 (16,9%)
10		⊙? (29) ⊙ 20-40 (51) ⊙ > 40 (23)	103 (7%)	⊙? (96) ⊙ < 20 (2) ⊙ 20-40 (114) ⊙ > 40 (26)	238 (9,4%)
11		⊙? (3) ⊙ < 20 (6) ⊙ 20-40 (11)	20 (1,4%)	⊙? (11) ⊙ < 20 (17) ⊙ 20-40 (51) ⊙ > 40 (3)	82 (3,3%)
12		⊙? (1) ⊙ < 20 (7) ⊙ 20-40 (5)	13 (0,9%)	⊙? (26) ⊙ < 20 (11) ⊙ 20-40 (45)	84 (3,3%)
<b>TOTAL</b>		⊙? (472) ⊙ < 20 (321) ⊙ 20-40 (601) ⊙ > 40 (81)	1475 frag. (100%)	⊙? (850) ⊙ < 20 (574) ⊙ 20-40 (963) ⊙ > 40 (136)	2523 frag. (100%)

Legenda: ⊙ - diâmetro no bordo em cm ; (x) - quantidade de recipientes.

Fig. 41 - Outeiro Redondo. Quadro tipológico das cerâmicas lisas recolhidas, de acordo com os tipos identificados, e respectiva distribuição estratigráfica.

### 5.5.2 – Cerâmicas decoradas

Nas Figs. 42 a 53 apresenta-se a totalidade do espólio cerâmico decorado recuperado nas escavações de 2013 e de 2014. Este conjunto perfaz um total de 220 fragmentos, distribuídos estratigraficamente da seguinte maneira:

Camada 3: 76 fragmentos (dos quais 63 são bordos);

Camada 2: 144 fragmentos (dos quais 74 são bordos).

Os resultados agora obtidos corroboram os dos anos anteriores (CARDOSO, 2013). Isto é, verifica-se que tipologicamente, todos os materiais se inscrevem no Calcolítico da Estremadura. No conjunto agora analisado procurou-se identificar as características dos recipientes dominantes em ambas as Camadas, no quadro da variedade de formas decoradas, técnicas e padrões decorativos.

#### • Tipologias das cerâmicas decoradas

Identificaram-se cinco formas de recipientes nas duas Camadas analisadas, para além de um último grupo, relativo às formas indeterminadas.

A sequência foi ordenada das formas fechadas para as abertas:

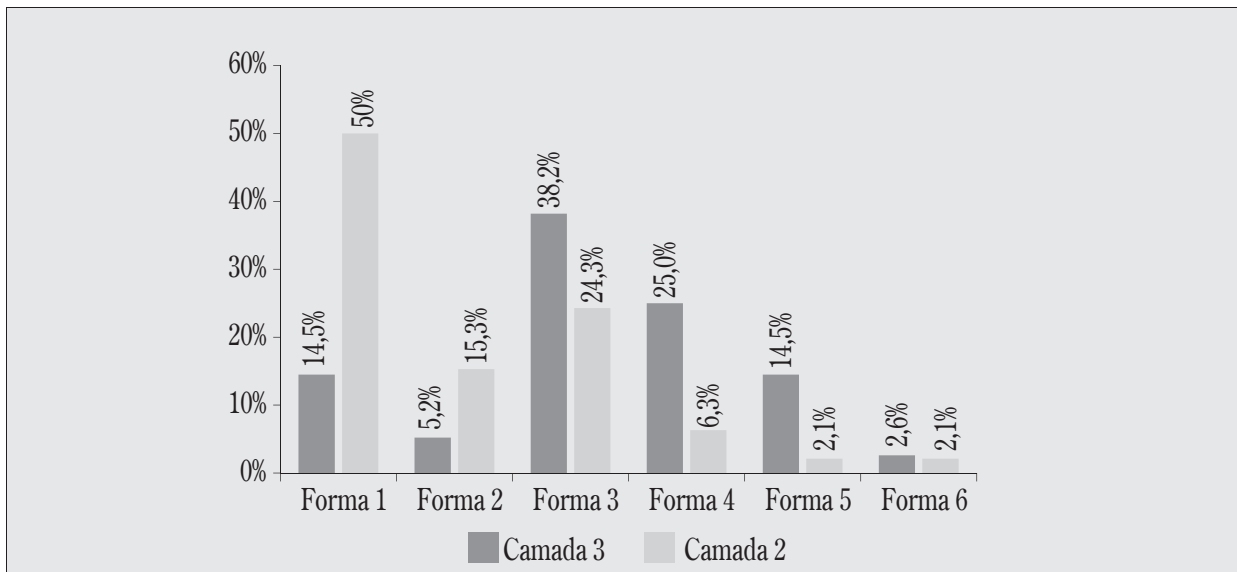
Forma 1 – Esférico de paredes reentrantes de grandes dimensões (“vasos de provisões”);

Forma 2 – Esférico de médias dimensões;

Forma 3 – Vaso de parede vertical (“copo”);

Forma 4 – Taça em calote;

Forma 5 – Taça baixa com bordo espessado.



**Gráfico 4 – Outeiro Redondo. Distribuição das seis formas de cerâmicas decoradas identificadas na Camada 3 e na Camada 2.**

De acordo com o Gráfico 4, dominam claramente os recipientes de paredes verticais, cilindróides, na Camada 3, com uma presença de 38,2% do conjunto, seguidos das taças em calote, com 25%. O terceiro tipo

cerâmico mais privilegiado, ambos com 14,5% do conjunto analisado, são as formas abertas, taças baixas com bordo espessado, e as formas fechadas, vasos esféricos de paredes reentrantes.

Na Camada 2 regista-se uma alteração na escolha do tipo de recipiente cerâmico decorado. Dominam agora os vasos esféricos de paredes reentrantes de grandes dimensões (“vasos de provisões”) com uma forte presença, ascendendo a 50% do conjunto, seguidos dos vasos de paredes verticais, com 24,3%, e dos vasos esféricos de dimensões médias, com 15,3%. Mais raramente identificaram-se taças em calote (6,3%) e, de forma ainda mais esporádica, as taças baixas com bordo espessado (2,1%).

Do ponto de vista tipológico, importa assinalar que, na Camada 3, a preferência por recipientes decorados compostos essencialmente por vasos cilindróides e recipientes mais abertos, contrasta com o domínio, na Camada 2, dos vasos fechados decorados. Esta escolha de formas estaria sobretudo relacionada com a importância e as funções que estes desempenhavam, cuja interpretação deverá também atender ao tamanho dos recipientes.

Na Camada 3 predominam os recipientes de dimensões pequenas e médias, cujos bordos finos reforçam a sua utilização como contentores de líquidos e para beber, contrastando com o registo observado na Camada 2 com recipientes predominantemente de grandes dimensões, utilizados essencialmente como contentores.

Ao comparar-se a presença da mesma forma em recipientes decorados e lisos, verifica-se sempre uma diminuição assinalável nestes últimos. Na Camada 3 apenas estão identificados 1,8% de recipientes lisos de paredes verticais, contrastando com 38,2% de exemplares decorados. Na Camada 2, a forma esférica de paredes reentrantes, e de grandes dimensões, é dominante nos exemplares decorados com 50%, contrariamente aos exemplares lisos, com apenas 2%.

Outra evidência é a ocorrência de taças baixas com bordo espessado com decoração interior, relativamente abundantes na Camada 3 (14,5% do conjunto), diminuindo de representatividade na Camada seguinte (2,1%).

Ao contrário, os exemplares lisos equivalentes aumentam de representação, ainda que ligeiramente, de uma Camada para a outra, de 7% na Camada 3 para 9,4% na Camada 2.

Ao estarem representadas nas duas Camadas estratigráficas todas as formas, quer lisas quer decoradas, embora em quantidades distintas, reforça-se a ideia da ausência de rupturas bruscas, mas antes de uma progressiva substituição de produções, sublinhada em anteriores trabalhos, como o dedicado ao povoado pré-histórico de Leceia, relativamente aos motivos e técnicas decorativas presentes (CARDOSO, 2007). A esta noção de continuidade, em que uns tipos foram sendo paulatinamente substituídos por outros deve ser, no entanto, contraposta a possibilidade de ter havido causas naturais que influenciaram misturas de materiais, de carácter pós-deposicional, aliás mais do que certas dada o forte pendor que caracteriza a área ocupada. Acresce ainda a sempre difícil identificação da superfície de contacto entre camadas, no decurso da escavação, com a consequente incapacidade de separação rigorosa dos artefactos pertencentes ao topo de uma Camada e à base (muro) da que se depositou imediatamente por cima.

## • Cerâmicas decoradas da Camada 2

Nas Figs. 42 a 49 representam-se todos os fragmentos cerâmicos decorados recolhidos nesta Camada.

Forma 1 (esférico de paredes reentrantes de grandes dimensões):

- Motivos em “folha de acácia” e em “crucífera”: 34 exemplares (Fig. 42, n.º 4; Fig. 44, n.ºs 2 e 3, 5 a 13 e 15; Fig. 45, n.ºs 1 e 2, 4 e 5, 7 a 16; Fig. 46, n.ºs 11 e 14; Fig. 47, n.ºs 11, 13 e 14; Fig. 48, n.ºs 2 e 3);
- Caneluras em torno da abertura e triângulos preenchidos interiormente (“dentes de lobo”): 20 exemplares (Fig. 42, n.ºs 11 e 12, 14 a 18; Fig. 43, 1 e 2, 5 a 7, 9 a 16);



- Caneluras simples em torno da abertura: 11 exemplares (Fig. 42, n.ºs 1 a 3, 5 a 10; Fig. 43, 4 e 8);
- Bandas paralelas preenchidas por reticulados oblíquos incisos: 5 exemplares (Fig. 43, n.ºs 3, 18 e 19; Fig. 46, n.º 8; Fig. 48, n.º 6);
- Caneluras em torno da abertura e espinhados incisos: 2 exemplares (Fig. 44, n.ºs 1 e 4).

Forma 2 (esférico de médias dimensões):

- Com rebaixamento da superfície externa, com espinhados verticais e / ou horizontais: 7 exemplares (Fig. 46, n.ºs 1 e 2, 6 e 7; Fig. 47, n.ºs 3, 5 e 6);
- Associação de técnica canelada com a incisa, representada por espinhados em ziguezagues e reticulados oblíquos: 5 exemplares (Fig. 42, n.º 13, Fig. 46, n.ºs 13, 16 e 17; Fig. 47, n.º 2);
- Associação de técnica canelada com a incisa, representada por espinhados em ziguezagues e reticulados, com cordão em relevo, decorado com finas incisões oblíquas: 3 exemplares (Fig. 46, n.º 15; Fig. 47, n.ºs 1 e 4);
- Associação de técnica canelada com a incisa, representada por espinhados: 3 exemplares (Fig. 45, n.ºs 3 e 6; Fig. 46, n.º 9);
- Bandas paralelas preenchidas por reticulados oblíquos incisos: 1 exemplar (Fig. 48, n.º 1);
- Losangos preenchidos interiormente e dispostos na horizontal: 1 exemplar (Fig. 48, n.º 12);
- Goteira em torno da abertura: 1 exemplar (Fig. 44, n.º 14);
- Botão em relevo e incisões obtidas por caule oco: 1 exemplar (Fig. 48, n.º 15).

Forma 3 (Vaso de parede vertical – “copo”):

- Motivos em “folha de acácia” e em “crucífera”: 10 exemplares (Fig. 46, n.ºs 12, 21 e 22, 26; Fig. 47, n.ºs 8 a 10 e 12; Fig. 48, n.ºs 5 e 13);
- Espinhados verticais e / ou horizontais incisos: 10 exemplares (Fig. 46, n.ºs 18 a 20, 23 a 25, 27; Fig. 47, n.º 7; Fig. 48, n.º 7 e 16);
- Caneluras horizontais simples: 6 exemplares (Fig. 49, n.ºs 1 a 5, 12);
- Impressão de uma ponta romba, junto ao bordo: 2 exemplares (Fig. 48, n.º 11; Fig. 49, n.º 9);
- Bandas paralelas preenchidas por reticulados oblíquos incisos: 2 exemplares (Fig. 43, n.º 17; Fig. 46, n.º 10);
- Pequenos mamilos ou botões, junto ao bordo: 2 exemplares (Fig. 48, n.ºs 17 e 18);
- Caneluras com banda de traços oblíquos incisos: 1 exemplar (Fig. 46, n.º 3);
- Losangos preenchidos interiormente e dispostos na horizontal: 1 exemplar (Fig. 46, n.º 4);
- Incisões horizontais e verticais junto ao bordo: 1 exemplar (Fig. 48, n.º 8).

Forma 4 (Taça em calote):

- Caneluras horizontais junto ao bordo: 6 exemplares (Fig. 48, n.º 14; Fig. 49, n.ºs 6 a 8, 10 e 11);
- Incisões horizontais e verticais junto ao bordo: 2 exemplares (Fig. 49, n.ºs 13 e 14);
- Faixas rectilíneas, horizontais com recurso ao pente: 1 exemplar (Fig. 48, n.º 4).

Forma 5 (Taça baixa com bordo espessado):

- Técnica canelada (decoração interna): 3 exemplares (Fig. 49, n.ºs 15 a 17).

Forma 6 (Indeterminado):

- Impressão com recurso a pente representando espinhados: 1 exemplar (Fig. 46, n.º 5);

- Impressão com recurso a pente representando por faixas horizontais: 1 exemplar (Fig. 48, n.º 9);
- Triângulos preenchidos por linhas horizontais incisadas: 1 exemplar (Fig.48, n.º 10).

### • Cerâmicas decoradas da Camada 3

Nas Figs. 49 a 53 representam-se todos os exemplares cerâmicos decorados recolhidos nesta Camada.

Forma 1 (esférico de paredes reentrantes de grande dimensão):

- Caneluras em torno da abertura e triângulos preenchidos interiormente (“dentes de lobo”): 5 exemplares (Fig. 49, n.ºs 18 a 22);
- Motivos em “folha de acácia” e em “crucífera”: 4 exemplares (Fig. 49, n.ºs 23 e 24, 26 e 27);
- Caneluras simples em torno da abertura: 2 exemplares (Fig. 49, n.ºs 25 e 28).

Forma 2 (esférico de médias dimensões):

- Caneluras simples em torno da abertura: 2 exemplares (Fig. 50, n.º 18; Fig. 51, n.º 4);
- Caneluras em torno da abertura, associadas com bandas de linhas organizadas obliquamente para um e outro lado: 1 exemplar (Fig. 50, n.º 13);
- Pega e cordão em relevo, junto ao bordo: 1 exemplar (Fig. 53, n.º 2).

Forma 3 (Vaso de parede vertical – “copo”):

- Caneluras horizontais simples: 23 exemplares (Fig. 50, n.ºs 12, 14 a 17, 19 a 23; Fig. 51, n.ºs 1, 3, 5 e 6, 8 e 9, 11, 13 e 14, 16; Fig. 52, n.ºs 3 a 5);
- Caneluras horizontais junto ao bordo, associadas com bandas de linhas organizadas obliquamente para um e outro lado separadas por linhas radiais: 3 exemplares (Fig. 51, n.ºs 7, 10 e 12);
- Pequenos mamilos ou botões, junto ao bordo: 2 exemplares (Fig. 50, n.ºs 7 e 10);
- Incisões horizontais junto ao bordo, associadas traços serpentiformes ou ondulantes verticais: 1 exemplar (Fig. 53, n.º 3).

Forma 4 (Taça em calote):

- Caneluras horizontais simples junto ao bordo: 12 exemplares (Fig. 50, n.º 1; Fig. 51, n.ºs 2, 15, 17 a 23; Fig. 52, n.ºs 1 e 2);
- Caneluras horizontais junto ao bordo, associadas com bandas de linhas organizadas obliquamente para um e outro lado: 3 exemplares (Fig. 50, n.ºs 2, 6, 11);
- Caneluras horizontais junto ao bordo, associadas com espinhados horizontais: 3 exemplares (Fig. 50, n.ºs 3, 8 e 9);
- Incisões horizontais e verticais junto ao bordo: 1 exemplar (Fig. 50, n.º 5).

Forma 5 (Taça baixa com bordo espessado):

- Técnica brunida (decoração interna): 6 exemplares (Fig. 52, n.ºs 8 e 9, 11 e 12, 14 e 15);
- Técnica canelada (decoração interna): 5 exemplares (Fig. 52, n.ºs 6 e 7, 10, 13 e 16).

Forma 6 (Indeterminado):

- Losangos preenchidos interiormente e dispostos na horizontal: 1 exemplar (Fig. 50, n.º 4);
- Caneluras horizontais, associadas a espinhados: 1 exemplar (Fig. 53, n.º 1).

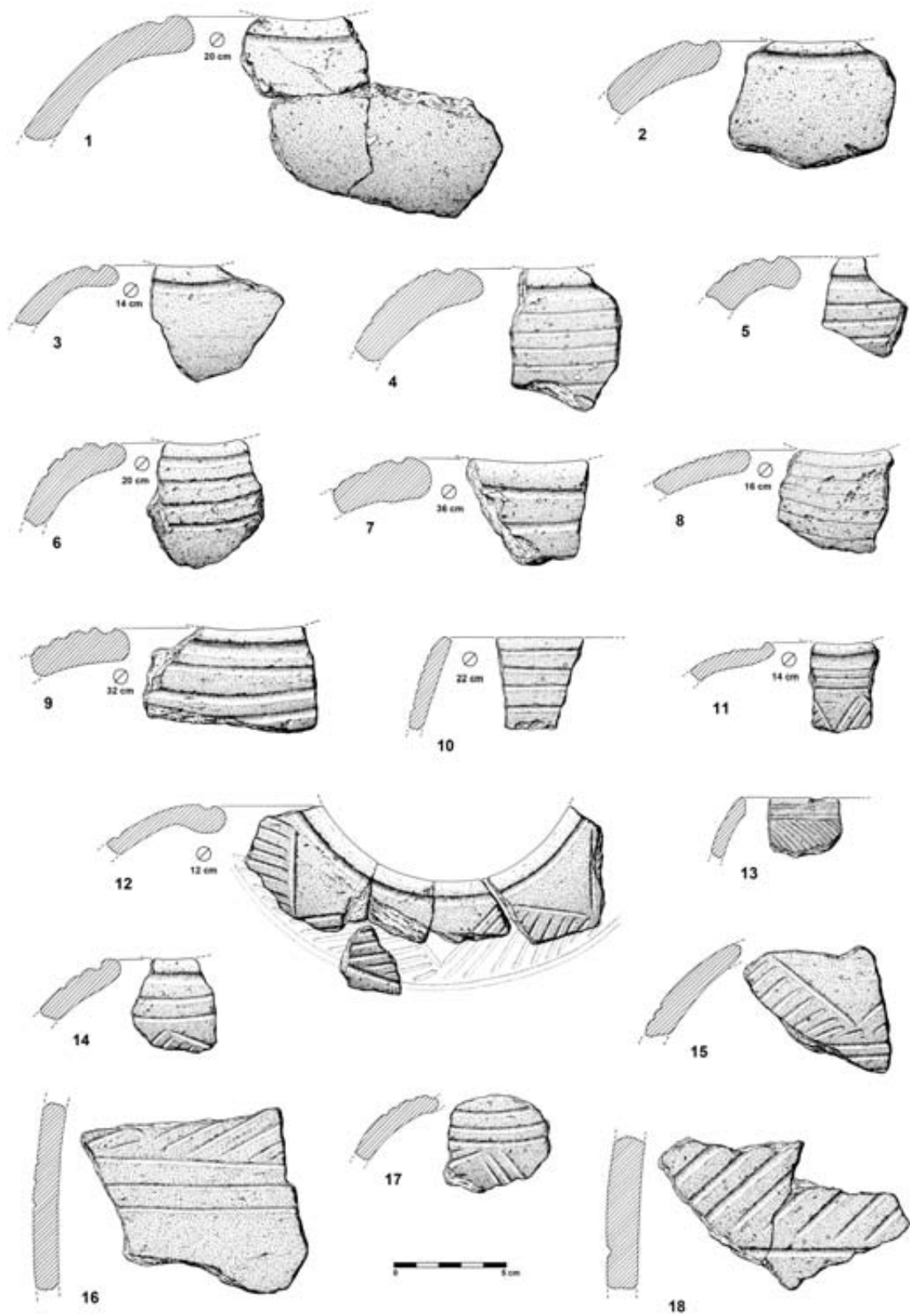


Fig. 42 – Outeiro Redondo. Materiais cerâmicos decorados da Camada 2.

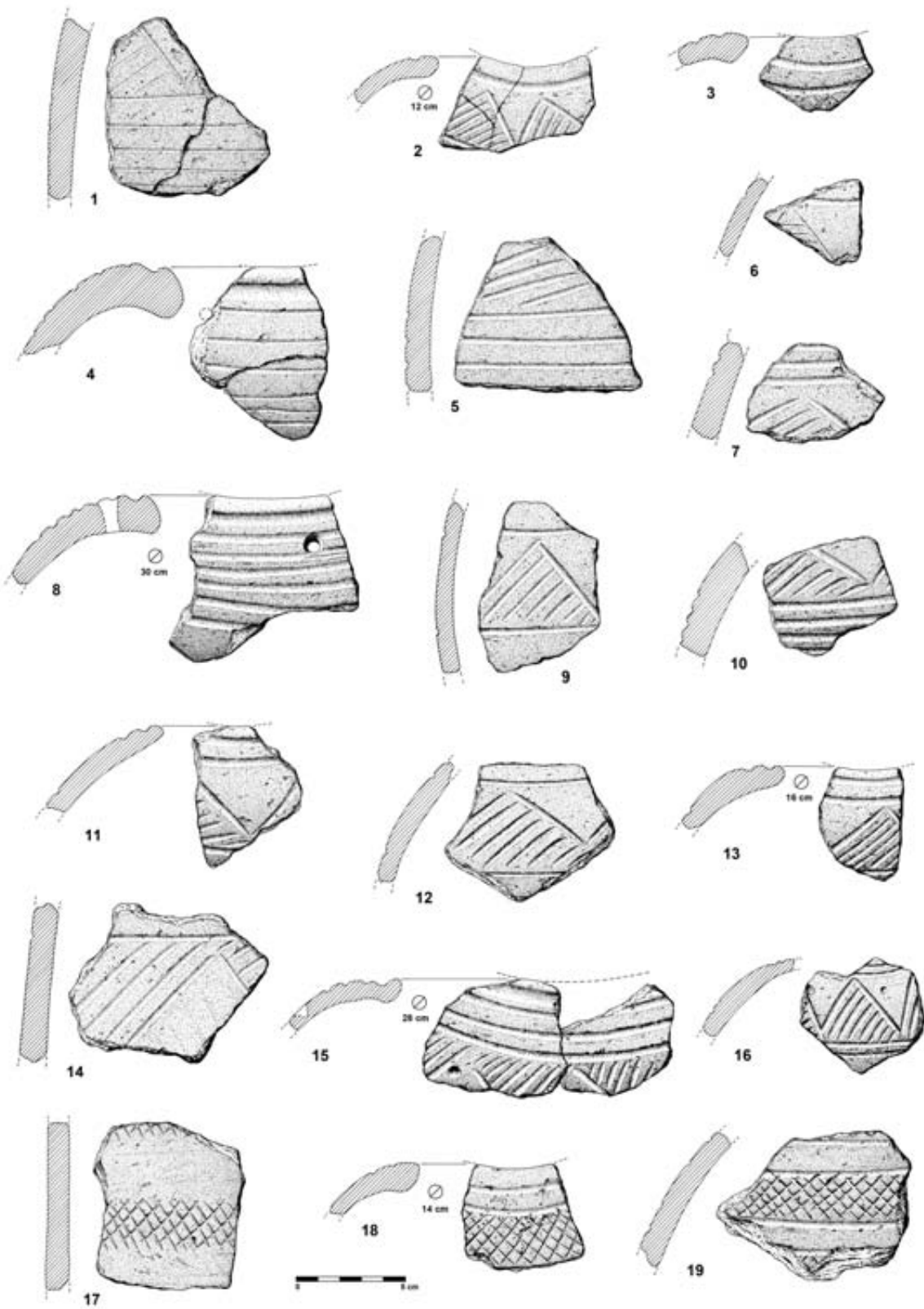


Fig. 43 – Outeiro Redondo. Materiais cerâmicos decorados da Camada 2.



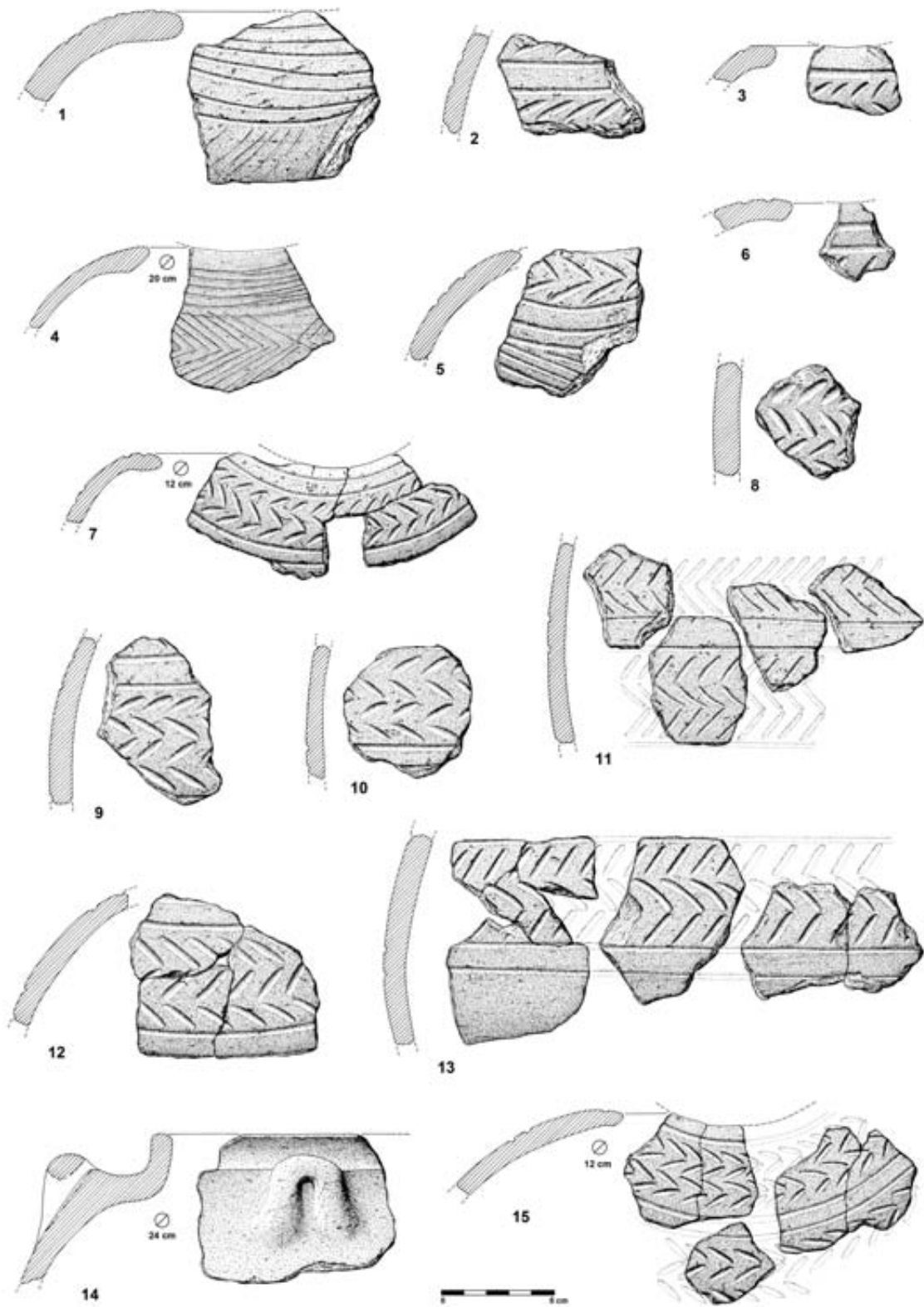


Fig. 44 – Outeiro Redondo. Materiais cerâmicos decorados da Camada 2.

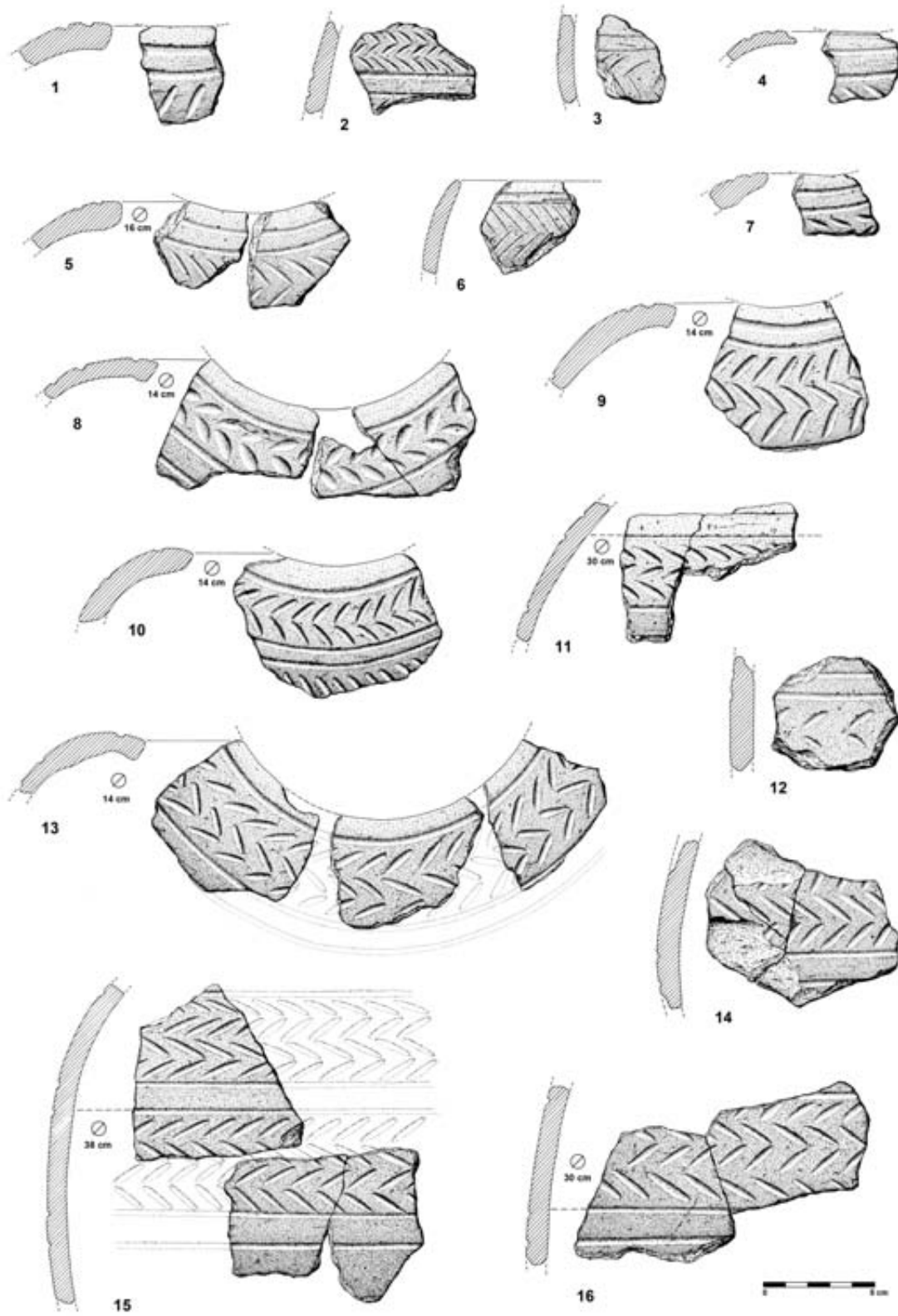


Fig. 45 – Outeiro Redondo. Materiais cerâmicos decorados da Camada 2.

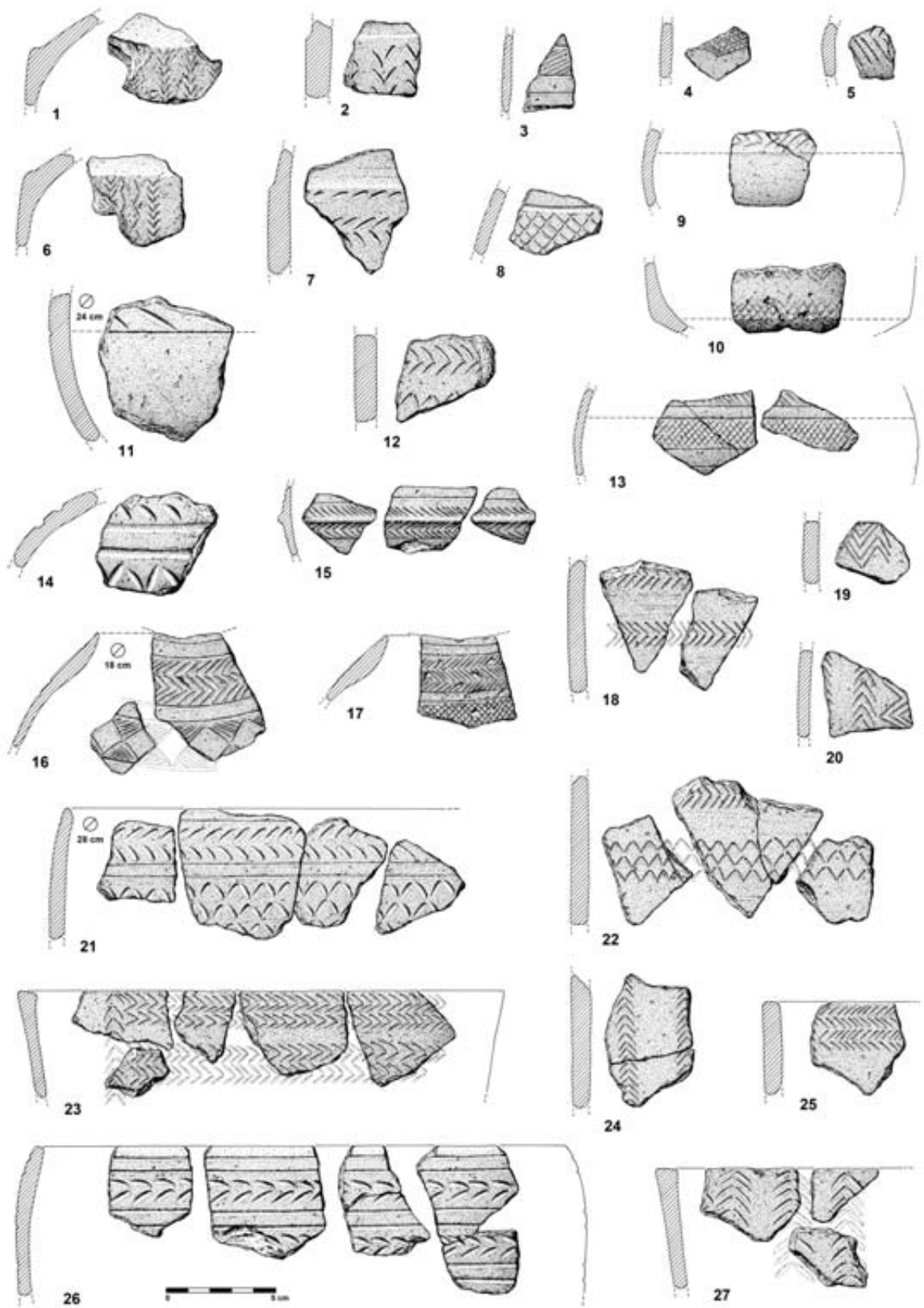


Fig. 46 – Outeiro Redondo. Materiais cerâmicos decorados da Camada 2.



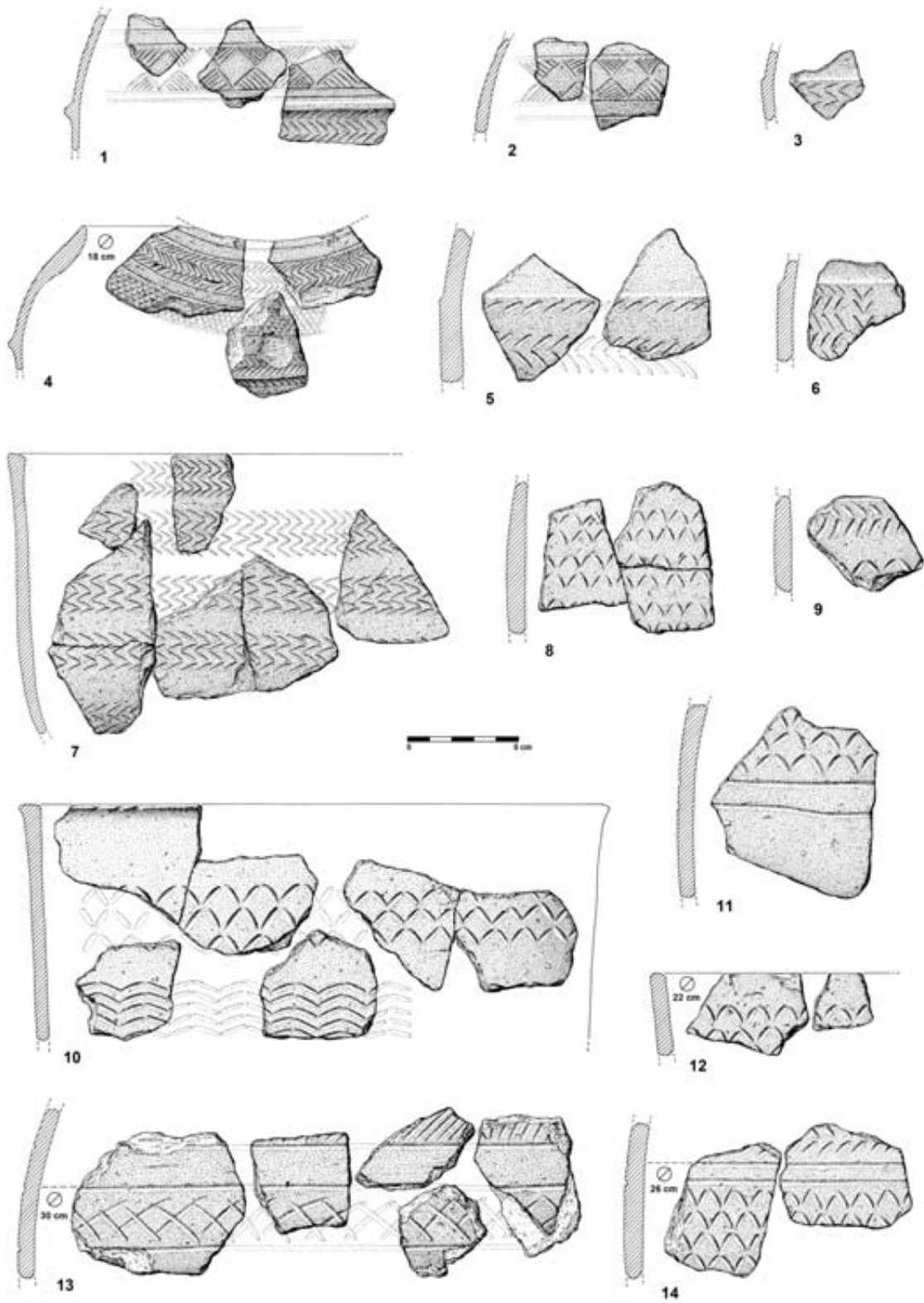


Fig. 47 – Outeiro Redondo. Materiais cerâmicos decorados da Camada 2.



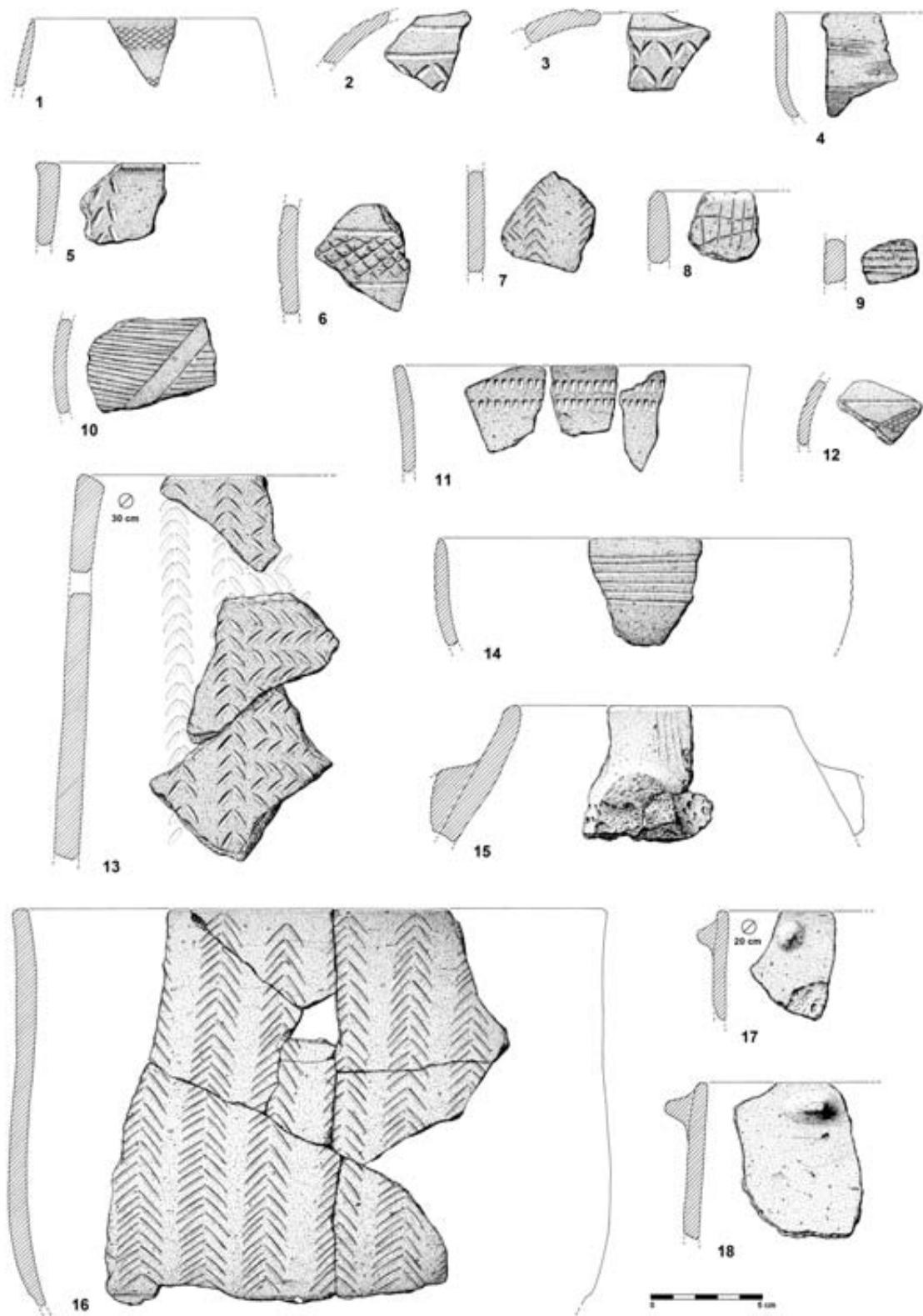


Fig. 48 – Outeiro Redondo. Materiais cerâmicos decorados da Camada 2.

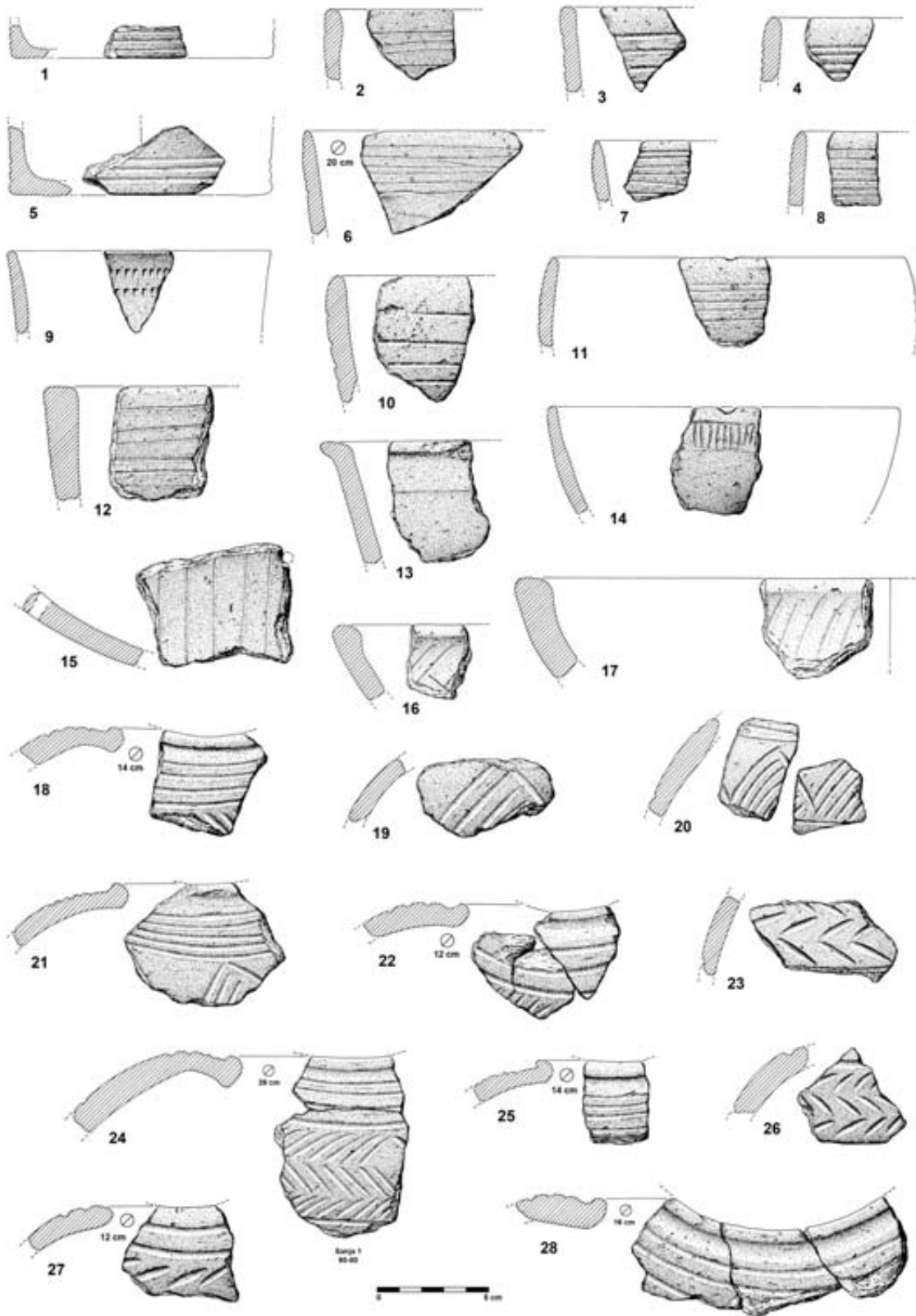


Fig. 49 – Outeiro Redondo. Materiais cerâmicos decorados da Camada 2 (n.ºs 1 a 17) e da Camada 3 (n.ºs 18 a 28).

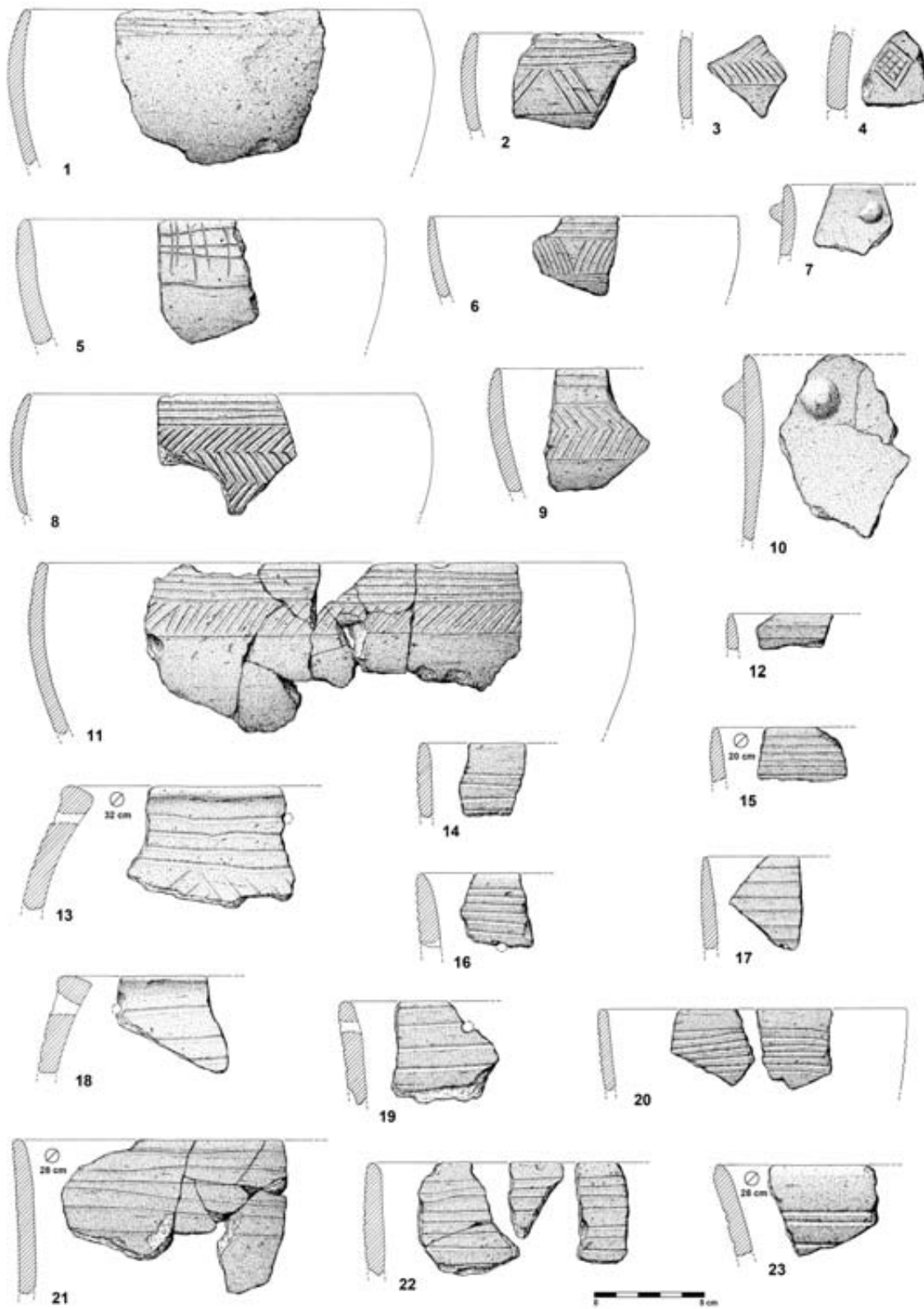


Fig. 50 – Outeiro Redondo. Materiais cerâmicos decorados da Camada 3.

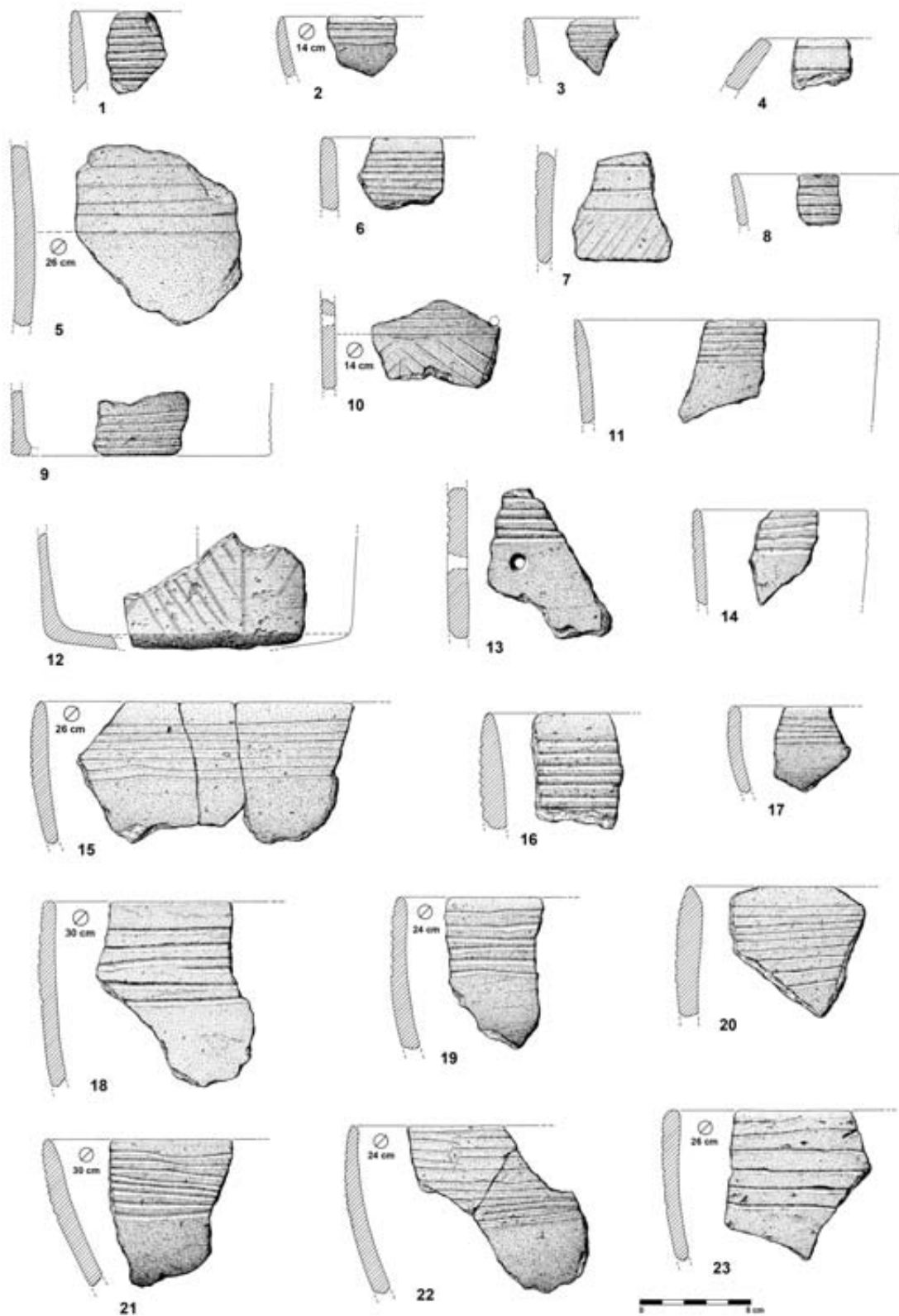


Fig. 51 - Outeiro Redondo. Materiais cerâmicos decorados da Camada 3.



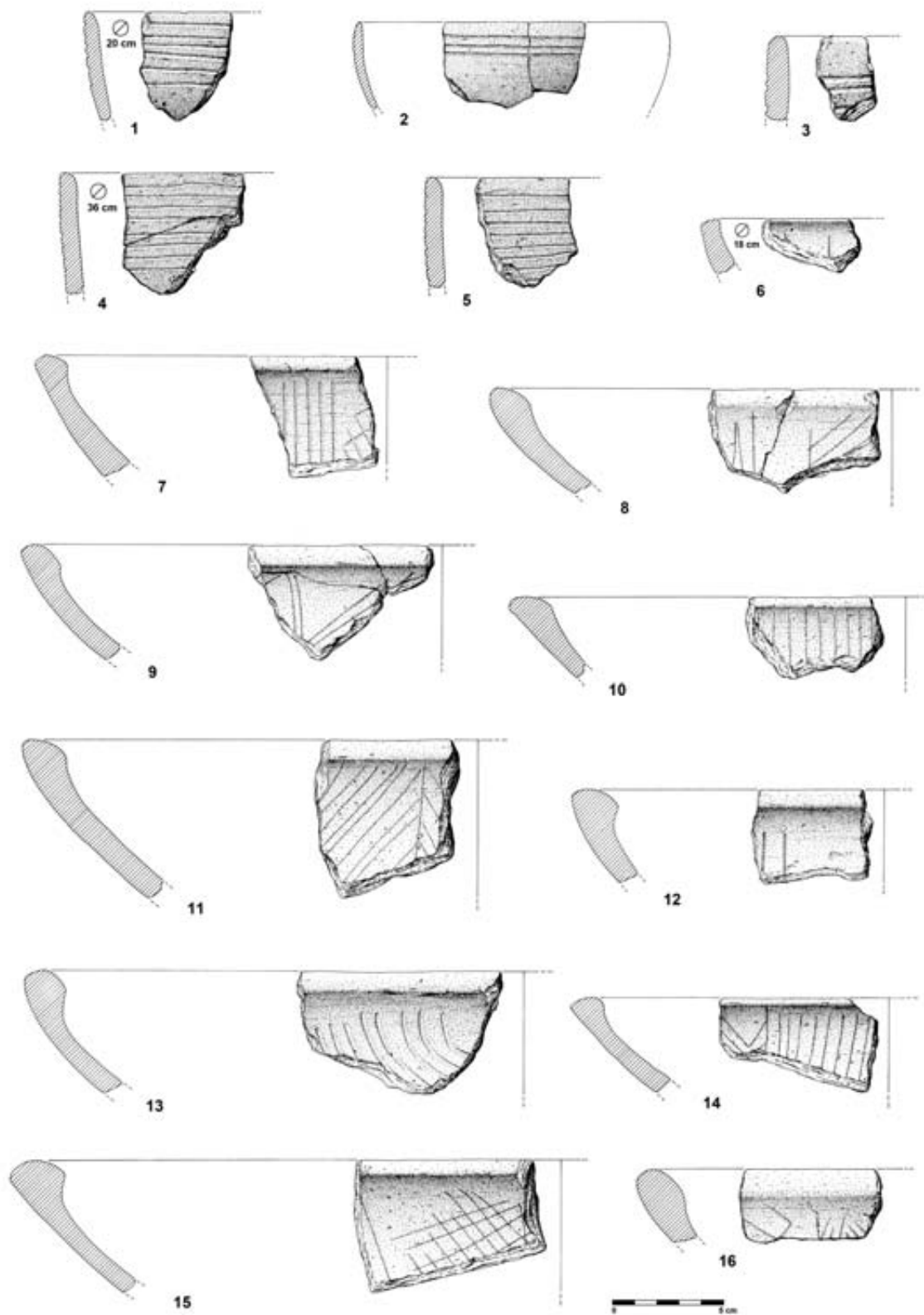


Fig. 52 – Outeiro Redondo. Materiais cerâmicos decorados da Camada 3.

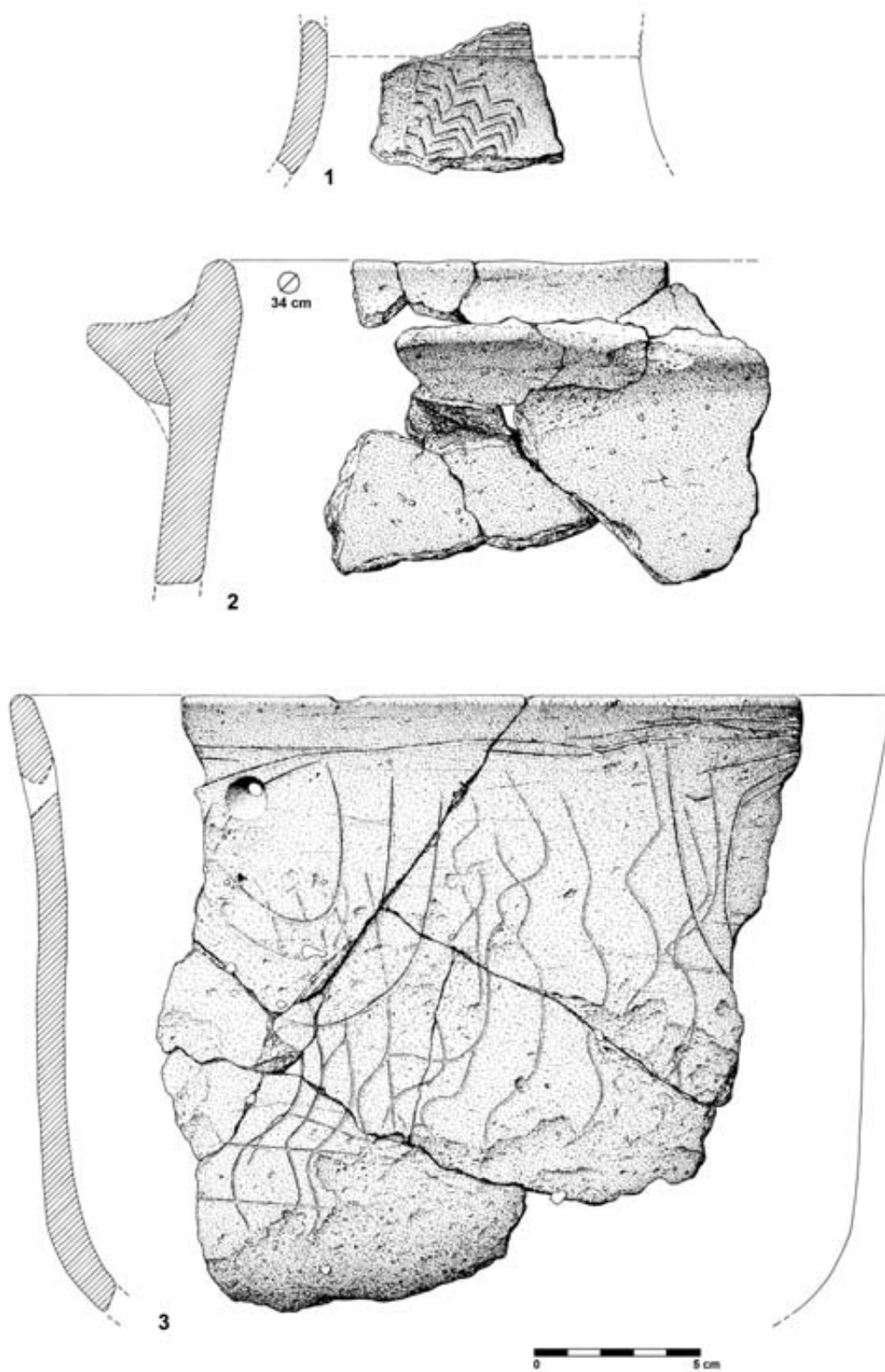


Fig. 53 – Outeiro Redondo. Materiais cerâmicos decorados da Camada 3.

- **Identificação dos principais tipos de decoração representados em cada camada**

Tendo presente as duas Camadas consideradas, de significado cronológico e cultural específico, foi efectuada a distribuição das cerâmicas decoradas recolhidas em ambas, a qual se apresenta no Quadro de síntese seguinte (Quadro 12), que resume toda a informação até agora apresentada:

**Quadro 12 – Outeiro Redondo. Distribuição dos fragmentos cerâmicos com decoração (com e sem bordo)**

Tipo	Forma	Tipos de decoração	Camada 3 (Calcolítico Inicial)		Camada 2 (Calcolítico Pleno / Final)	
			N.º Frag.	%	N.º Frag.	%
1	Esférico de paredes reentrantes de grande dimensão	Motivos em “folha de acácia” e em “crucífera”	4	5,3	34	23,6
		Caneluras em torno da abertura e triângulos preenchidos interiormente (“dentes de lobo”)	5	6,6	20	13,9
		Caneluras simples em torno da abertura	2	2,6	11	7,6
		Bandas paralelas preenchidas por reticulados oblíquos incisos	-	-	5	3,5
		Caneluras em torno da abertura e espinhados incisos	-	-	2	1,4
2	Esférico de média dimensão	Com rebaixamento da superfície externa, com espinhados verticais e / ou horizontais	-	-	7	4,9
		Associação de técnica canelada com a incisa, representada por espinhados em ziguezagues e reticulados oblíquos	-	-	5	3,5
		Associação de técnica canelada com a incisa, representada por espinhados em ziguezagues e reticulados, com cordão em relevo, decorado com finas incisões oblíquas	-	-	3	2,1
		Associação de técnica canelada com a incisa, representada por espinhados	-	-	3	2,1
		Bandas paralelas preenchidas por reticulados oblíquos incisos	-	-	1	1
		Losangos preenchidos interiormente e dispostos na horizontal	-	-	1	1
		Goteira em torno da abertura	-	-	1	1
		Caneluras em torno da abertura, associadas com bandas de linhas organizadas obliquamente para um e outro lado	1	1,3	-	-
		Caneluras simples em torno da abertura	2	2,6	-	-
		Botão em relevo e incisões obtidas por caule oco	-	-	1	1
Pega e cordão em relevo, junto ao bordo	1	1,3	-	-		

Tipo	Forma	Tipos de decoração	Camada 3 (Calcolítico Inicial)		Camada 2 (Calcolítico Pleno / Final)	
			N.º Frag.	%	N.º Frag.	%
3	Vaso de parede vertical ("copo")	Motivos em "folha de acácia" e em "crucífera"	-	-	10	6,9
		Espinhados verticais e / ou horizontais incisos	-	-	10	6,9
		Caneluras horizontais simples	23	30,3	6	4,2
		Impressão de uma ponta romba, junto ao bordo	-	-	2	1,4
		Caneluras horizontais junto ao bordo, associadas com bandas de linhas organizadas obliquamente para um e outro lado separadas por linhas radiais	3	3,9	-	-
		Bandas paralelas preenchidas por reticulados oblíquos incisos	-	-	2	1,4
		Pequenos mamilos ou botões, junto ao bordo	2	2,6	2	1,4
		Caneluras com banda de traços oblíquos incisos	-	-	1	1
		Losangos preenchidos interiormente e dispostos na horizontal	-	-	1	1
		Incisões horizontais e verticais junto ao bordo	-	-	1	1
		Incisões horizontais junto ao bordo, associadas traços serpentiformes ou ondulantes verticais	1	1,3	-	-
4	Taça em calote	Caneluras horizontais simples junto ao bordo	12	15,8	6	4,2
		Caneluras horizontais junto ao bordo, associadas com bandas de linhas organizadas obliquamente para um e outro lado	3	3,9	-	-
		Incisões horizontais e verticais junto ao bordo	1	1,3	2	1,4
		Caneluras horizontais junto ao bordo, associadas com espinhados horizontais	3	3,9	-	-
		Faixas rectilíneas, horizontais com recurso ao pente	-	-	1	1
5	Taça baixa com bordo espessado	Técnica canelada (decoração interna)	5	6,6	3	2,1
		Técnica brunida (decoração interna)	6	7,9	-	-
6	Indeterminado	Impressão com recurso a pente representando espinhados	-	-	1	1
		Impressão com recurso a pente representando por faixas horizontais	-	-	1	1
		Triângulos preenchidos por linhas horizontais incisas	-	-	1	1
		Losangos preenchidos interiormente e dispostos na horizontal	1	1,3	-	-
		Caneluras horizontais, associadas a espinhados	1	1,3	-	-
<b>Total</b>			<b>76</b>	<b>100</b>	<b>144</b>	<b>100</b>



- **Análise comparativa / evolutiva das cerâmicas nas duas etapas culturais de ocupação**

Comparando as cerâmicas decoradas da Camada 3 com paralelos em exemplares da Camada 2, ressaltam as seguintes observações:

- As produções cerâmicas com padrões canelados nos “copos” que dominam na Camada 3 (30,3%), atribuída ao Calcolítico Inicial da Estremadura, subsistem na Camada 2 mas diminuem de representatividade (4,2%) e passam paulatinamente a ostentar novos padrões com motivos em “folha de acácia” e em “crucífera” e espinhados incisos, característicos do Calcolítico Pleno / Final.
- Os exemplares de taças com caneluras horizontais junto ao bordo, associadas a bandas de linhas organizadas obliquamente para um e outro lado, recolhidos na Camada 3 (Fig. 50, n.º 2, 6, 11), possuem paralelos no Calcolítico Inicial de Leceia (CARDOSO, 2007, Fig. 83, n.º 9; Fig. 95, n.º 4; Fig. 111, n.º 7) e no Calcolítico Pleno / Final do mesmo povoado (CARDOSO, 2007, Fig. 166, n.º 12; Fig. 198, n.º 10), bem como em outros povoados calcolíticos, como por exemplo, o Outeiro de São Mamede (CARDOSO & CARREIRA, 2003, Fig.47, n.º 5).
- Os exemplares recolhidos de taças com caneluras horizontais junto ao bordo, associadas com espinhados horizontais (Fig. 50, n.º 3, 8 e 9) têm paralelo em exemplares do Calcolítico Inicial de Leceia (CARDOSO, 2007, Fig. 89, n.º 5; Fig. 105, n.º 9) e no Calcolítico Pleno / Final do mesmo povoado (CARDOSO, 2007, Fig. 224, n.º 7).
- Os fragmentos com incisões horizontais junto ao bordo, associadas a traços serpentiformes ou ondulantes verticais (Fig. 53, n.º 3) têm semelhanças com exemplares do Calcolítico Inicial de Leceia (CARDOSO, 2007, Fig. 57, n.º 1; Fig. 85, n.º 9).
- Em sentido contrário ao referido no ponto anterior, verifica-se um aumento da expressão nos vasos esféricos de paredes reentrantes, geralmente de menores dimensões e com decoração canelada na Camada 3. Tais vasos evoluem na Camada 2 para exemplares de maiores dimensões, e as caneluras transformam-se em sulcos profundos s em torno da abertura, a que se seguem, no bojo dos recipientes, triângulos preenchidos interiormente (“dentes de lobo”). A presença destes recipientes com 6,6% na Camada 2 (podendo dever-se., como acima foi já sublinhado, a contaminações da Camada 2) aumenta para 23,6% na Camada 2, com a adição de motivos em “folha de acácia” e em “crucífera”.

No entanto, torna-se importante referir que todos os exemplares decorados de vasos esféricos de paredes reentrantes da Camada 3 são provenientes da recolha dos 60-80 cm de profundidade, desaparecendo do registo arqueológico a maiores profundidades. Tal facto poderá ser interpretado, para além de prováveis contaminações, que terão sempre de admitir-se, à eventual existência de uma fase de transição do Calcolítico Inicial para o Calcolítico Pleno / Final, situação comparável à realidade que J. L. M. Gonçalves identificou no povoado calcolítico fortificado da Columbeira, Bombarral (GONÇALVES, 1994). Esta importante observação é compatível com as datas obtidas para a Camada 3, que apontam para momentos tardios dentro do Calcolítico Inicial (CARDOSO, SOARES & MARTINS, 2010-2011).

Numa análise comparativa com outros povoados pré-históricos mais próximos, e privilegiando os estudos mais recentes, destacam-se alguns outros exemplares recolhidos na Camada 2:

- Esférico com caneluras em torno da abertura e espinhados incisos (Fig. 44, n.º 4) possui paralelo no Calcolítico Pleno / Final de Leceia (CARDOSO, 2007, Fig. 212, n.º 3);

- Esféricos com rebaixamento da superfície externa, com espinhados verticais e / ou horizontais (Fig. 46, n.ºs 1 e 2, 6 e 7; Fig. 47, n.ºs 3, 5 e 6) possuem paralelos no Calcolítico Inicial de Leceia (CARDOSO, 2007, Fig. 51, n.º 1) e no Calcolítico Pleno / Final do mesmo povoado (CARDOSO, 2007, Fig. 172, n.º 14; Fig. 182, n.º 6 e Fig. 216, n.º 13);
- Esféricos com associação da técnica canelada à incisa, representada por espinhados em ziguezagues e reticulados oblíquos, com ou sem cordão em relevo (Fig. 42, n.º 13, Fig. 46, n.ºs 13, 15, 16 e 17; Fig. 47, n.ºs 1, 2 e 4) possuem paralelos no Calcolítico Inicial de Leceia (CARDOSO, 2007, Fig. 57, n.º 3) e no Calcolítico Pleno / Final do mesmo povoado (CARDOSO, 2007, Fig. 140, n.º 20; Fig. 160, n.º 6 e Fig. 166, n.ºs 7 e 9; Fig. 168, n.º 16; Fig. 174, n.º 10; Fig. 206, n.º 7 e Fig. 230, n.º 9);
- Esférico com elemento de preensão perfurado, abaixo de uma goteira em torno da abertura (Fig. 44, n.º 14); possui paralelo no Calcolítico Pleno / Final de Leceia (CARDOSO, 2007, Fig. 190, n.º 6; Fig. 216, n.º 16); e Moita da Ladra (CARDOSO, 2014 a, Fig. 44, n.º 12).

Outro grupo de cerâmicas decoradas que importa mencionar corresponde às taças com decorações caneladas na face interna, presentes nas duas camadas estratigráficas, mas na Camada 3 com 14,5%, reduzindo a presença na Camada 2 com 2,1%. Um dos motivos decorativos mais frequentes corresponde ao preenchimento integral da superfície interna dos recipientes por bandas oblíquas com orientação alternada, delimitada por linhas radiais (Fig. 52, n.º 11). Este padrão é comum em contextos do Calcolítico Inicial, tanto nos copos canelados, como nas taças caneladas, correspondentes, naquele caso, ao espaço externo da parede dos recipientes que se sucede à faixa de caneluras horizontais que se desenvolvem imediatamente abaixo do bordo (Fig. 51, n.ºs 10 e 12). Ocorrem outros padrões decorativos, tais como o preenchimento dos campos definidos pelas linhas radiais alternadamente por segmentos verticais e reticulados (Fig. 52, n.ºs 7 e 14) e semi-circunferências concêntricas, dispostas como grinaldas a partir do lábio interno (Fig. 52, n.º 13).

Trata-se de uma forma associada a padrões / motivos decorativos presentes tanto em contextos do Calcolítico do Sudoeste como em sítios do Calcolítico da Estremadura. Em Leceia, estes recipientes ocorrem tanto na Camada 3, do Calcolítico Inicial, como na Camada 2, do Calcolítico Pleno / Final (CARDOSO, 2007). É interessante sublinhar, no entanto, que em outros povoados da Baixa Estremadura, como o de Moita da Ladra (CARDOSO, 2014 a) e o de Penha Verde (CARDOSO, 2010-2011), com ocupações exclusivamente atribuíveis ao Calcolítico Pleno / Final, a ausência absoluta de tais produções.

Em suma, os resultados demonstram um declínio das produções caneladas da Camada 3 para a Camada 2 e a adição de um novo tipo de padrão decorativo, privilegiando mais umas formas que outras, embora estas já conhecidas em ambos os períodos. A continuidade patenteada entre as produções de cerâmicas decoradas do Calcolítico Inicial e do Calcolítico Pleno / Final justifica, por outro lado, a existência de formas híbridas, ou de transição, que de facto se podem observar em alguns casos (Fig. 44, n.º 4). Assim, estes novos dados reforçam a ideia de substituições graduais e progressivas na transição do Calcolítico Inicial para o Calcolítico Pleno / Final, apresentada em anteriores trabalhos (KUNST, 1996; CARDOSO, 2007; SOUSA, 2010; CARDOSO, SOARES & MARTINS, 2010-2011).

Importa referir a total ausência das cerâmicas campaniformes nas áreas escavadas em 2013 e 2014. Em campanhas de escavação anteriores e posteriores, a sua presença é baixíssima constituindo argumento a favor da existência de duas possíveis dinâmicas populacionais autónomas na região, no decurso da segunda metade do 3.º milénio a.C. (CARDOSO, 2014 b). Situação análoga foi observada no Penedo do Lexim, Maфра (SOUSA, 2010).

- **Distribuição espacial**

A distribuição das cerâmicas decoradas pela área escavada permitiu averiguar a ocorrência de eventuais concentrações de espólios cerâmicos e discutir o seu significado. Relativamente à Camada 3, importa sublinhar que a realidade observada pode ter sido distorcida pela maior facilidade de acessibilidade que se teve a esta Camada em determinadas áreas, com a consequente recolha de maior número de exemplares cerâmicos.

Destaque para o conjunto de cerâmicas recolhidas no interior da Cabana R, numa Camada avermelhada, em contacto com o substrato: na Fig. 50, n.ºs 5 a 7, 10, 14, 17 a 21 Fig. 52, n.ºs 9, 11 e 12, 13 a 15, representam-se os exemplares dali provenientes. Particular relevância deve ser conferida a um conjunto de fragmentos do mesmo recipiente recolhidos no interior das Lareira R1: Fig. 50, n.º 11 e da Lareira J: Fig. 51, n.º 3; Destaca-se também os três recipientes fragmentados, embalados em Camada avermelhada, junto ao substrato, junto à face interna da Muralha G: Fig. 53, n.ºs 1 a 3.

De referir que, junto à Estrutura S, a uma profundidade entre os 80 cm e 120 cm, se recolheu o seguinte conjunto cerâmico: Fig. 50, n.ºs 1 a 3, 9, 12 a 16, e 23; Fig. 51, n.ºs 17, 19, 21 e 22. Ainda na Camada 3, junto ao substrato recolheram-se os fragmentos da Fig. 51, n.ºs 2, 6, 9, 11 e 23; Fig. 52, n.º 4; e embalado numa Camada de cinzas, recolheram-se os seguintes fragmentos, todos recipientes esféricos: Fig. 49, n.ºs 18 e 19, 21 e 22, 24 e 28.

Relativamente à Camada 2, não se evidenciam quaisquer concentrações significativas.

### 5.5.3 – Cerâmicas industriais

- **Pesos de tear**

No capítulo das cerâmicas ditas industriais estão representados por abundantes pesos de tear, cuja discussão quanto à sua funcionalidade foi já discutida em anterior trabalho dedicado aos exemplares recolhidos no Outeiro Redondo (CARDOSO, 2013). Trata-se de placas de barro sub-retangulares a sub-quadrangulares com perfurações junto dos vértices, representados nas Fig. 54 a Fig. 56, n.º 10. Contabilizaram-se 44 elementos, dos quais 14 inteiros e os restantes fragmentados, assim distribuídos:

Camada 3: 15 exemplares, dos quais 5 são decorados (Fig. 55, n.ºs 3 a 12; Fig. 56, n.ºs 6 a 10);

Camada 2: 29 exemplares, dos quais 9 são decorados (Fig. 54, n.ºs 1 a 18; Fig. 55, n.ºs 1 e 2, 13 a 16; Fig. 56, n.ºs 1 a 5).

Verifica-se, assim, que a maioria dos exemplares provém de contextos do Calcolítico Pleno / Final, embora o número de exemplares recolhidos em contextos do Calcolítico Inicial seja assinalável. A estes somam-se os 41 exemplares, entre inteiros e fragmentados, recolhidos em anteriores campanhas de 2005 a 2008 (CARDOSO, 2013).

Estes valores indicam claramente que a tecelagem era uma actividade significativa no espaço intramuros. Situação contrária foi apurada em Leceia, quer em número quer na distribuição estratigráfica. De facto, a maioria dos escassos exemplares provém de depósitos do Calcolítico Inicial (oito), contra os seis reportados ao Calcolítico Pleno / Final (CARDOSO, 2007). Números pouco relevantes, face à importância e extensão da área ocupada, tais como os identificados no povoado da Moita da Ladra, com 15 exemplares, relativos a única ocupação, do Calcolítico Pleno / Final, bem como os recolhidos no Penedo do Lexim, com doze exemplares (SOUSA, 2010), contrastando com a realidade do Outeiro Redondo bem como, por exemplo, com a observada em Vila Nova de São Pedro. Esta situação indicia uma actividade de tecelagem de importância muito desigual

entre povoados da mesma área cultural (o Calcolítico da Estremadura), sugerindo especialização diferenciada por razões que naturalmente se desconhecem.

Em termos de funcionalidade os elementos / pesos seriam suspensos de cada vez apenas por dois furos, como analisado em trabalhos recentes (CARDOSO, 2013), podendo ficar os outros dois como reserva. Tal conclusão é comprovada pelas características do desgaste observado nos exemplares, o qual é sempre mais intenso em dois furos contíguos, embora existam casos em que o desgaste é intenso nos quatro furos (Fig. 54, n.º 16). Esta realidade encontra-se comprovada por exemplar oriundo da Camada 3 (Fig. 56, n.º 9), o qual se encontra serrado transversalmente aproximadamente a meio da peça original, a partir das duas faces, passando a ter apenas dois orifícios de um dos lados, que seriam suficientes para assegurar a sua funcionalidade como peso. Sendo uma peça cuja função se relacionava unicamente com o peso, as razões que levaram à serragem, podem relacionar-se com a necessidade de uma menor tensão nos fios a tecer, através da obtenção de uma peça menos pesada. É importante referir que esta situação não é única: no povoado calcolítico do Outeiro de São Mamede (Bombarral) identificaram-se três exemplares nas mesmas condições (CARDOSO & CARREIRA, 2003, Fig. 62, n.ºs 1 e 2; Fig. 70, n.º 1). Nos teares romanos, com efeito, os pesos possuíam tamanhos distintos, consoante o tipo de peças a fabricar.

O exemplar representado na Fig. 54, n.º 14 apresenta apenas três furos, cuja importância é relevante, por vir assim confirmar que, de cada vez, seriam apenas dois os utilizados.

Apenas três exemplares se apresentam decorados em ambas as faces; dois provêm da Camada 2 (Fig. 55, n.º 14 e Fig. 56, n.º 5) e um da Camada 3 (Fig. 56, n.º 8); outros 11 exemplares apresentam decoração apenas numa das faces. A maioria destas decorações são realizadas pela técnica incisa, e um exemplar utilizou uma matriz denteada, por impressão na pasta mole (Fig. 55, n.º 16).

Estão presentes os motivos reticulados, ziguezagues, e linhas onduladas. Destaque para os exemplares da Fig. 55, n.º 14 e Fig. 56, n.º 8, que ostentam duas linhas curvas paralelas que poderiam representar a Lua numa das suas fases, e o fragmento da Fig. 56, n.º 2, com um círculo radiado que poderia representar o Sol, contendo no seu interior três linhas onduladas. Representações idênticas observaram-se frequentemente em exemplares de Vila Nova de São Pedro (JALHAY & PAÇO, 1945, Lám. 27, n.ºs 5 e 6), mas também em outros importantes povoados calcolíticos, como Pedra de Ouro (GOMES & DOMINGOS, 2004, p. 119), para além da sua presença na face externa ou interna de recipientes, via de regra taças em calote. O interessante do exemplar do Outeiro Redondo, é que o Sol se encontra associado a linhas onduladas, a água corrente, dois elementos essenciais à própria vida.

O exemplar serrado, já referido, da Fig. 56, n.º 9, ostenta representação de um círculo, embora incompleto devido ao corte que sofreu, e decoração por impressão de coroas circulares, executado com um pequeno caule oco em redor do referido motivo geométrico. Trata-se de uma técnica decorativa peculiar, embora frequentemente observada; como paralelos, não exaustivos, citam-se os exemplares da Pedra de Ouro (GOMES & DOMINGOS, 2004, p. 119) e de Vila Nova de São Pedro (JALHAY & PAÇO, 1945, Fig. 10, n.º 7).

O exemplar decorado com linhas onduladas da Fig. 56, n.º 1 tem múltiplos paralelos em outros povoados calcolíticos estremenhos; além do de Vila Nova de São Pedro, sem dúvida aquele onde se recolheram o mais numeroso conjunto de tais peças, podem mencionar-se, sem preocupações exaustivas exemplares na Pedra de Ouro (GOMES & DOMINGOS, 2004, p. 119), e na Moita da Ladra (CARDOSO, 2014 a, Fig. 48, n.º 2; Fig. 49, n.ºs 2 e 4); a presença de tais linhas onduladas foi relacionada com a água corrente, a qual teria um papel determinante na preparação de certas fibras vegetais, destinadas a fiação, como o linho, já utilizado na época (PAÇO & ARTHUR, 1953). Recorde-se que esta conotação de linhas onduladas, à água e ao linho, foi de há muito proposta, a propósito de um exemplar recolhido em Leceia (CARDOSO, 1981).



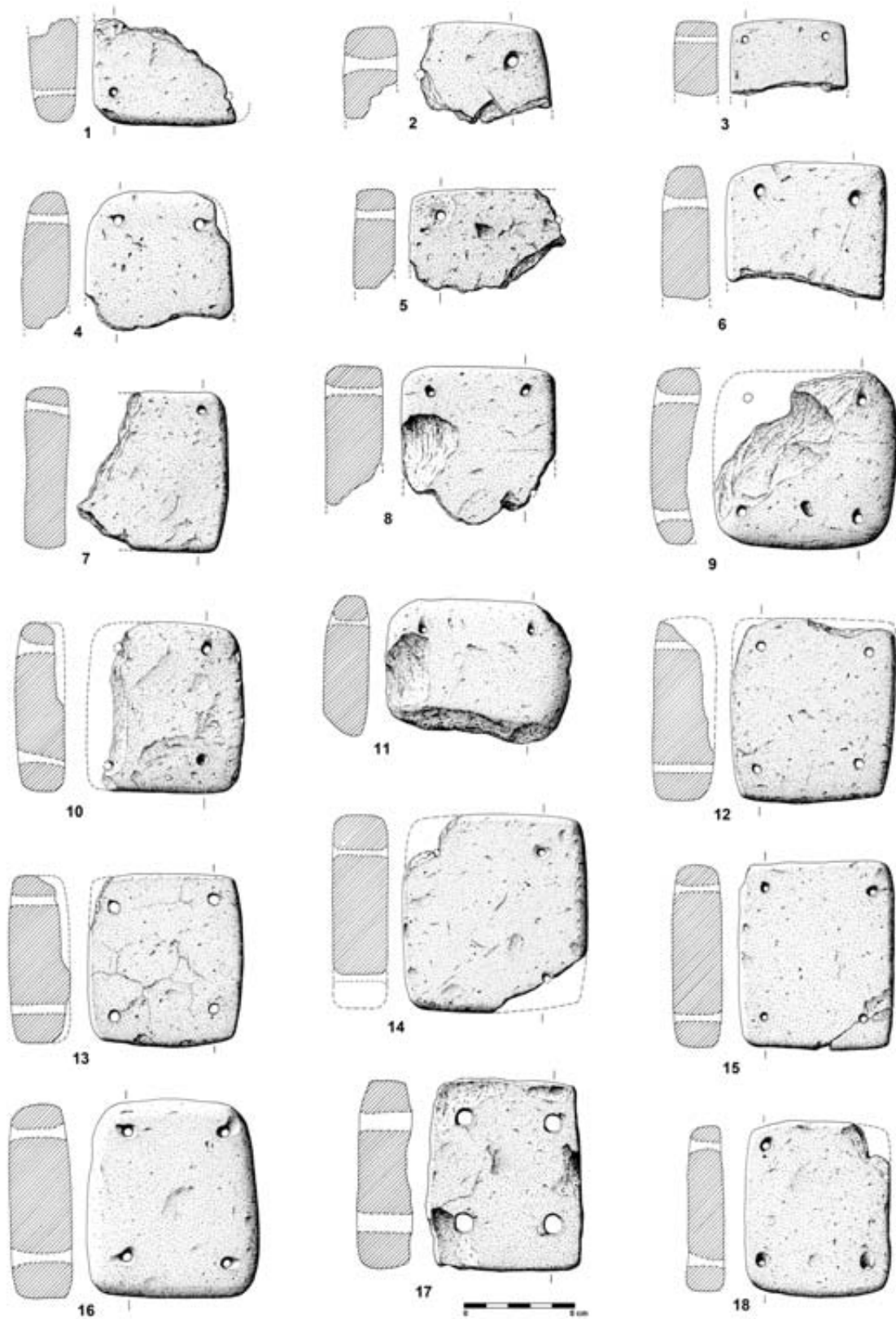


Fig. 54 – Outeiro Redondo. Pesos de tear recolhidos na Camada 2.

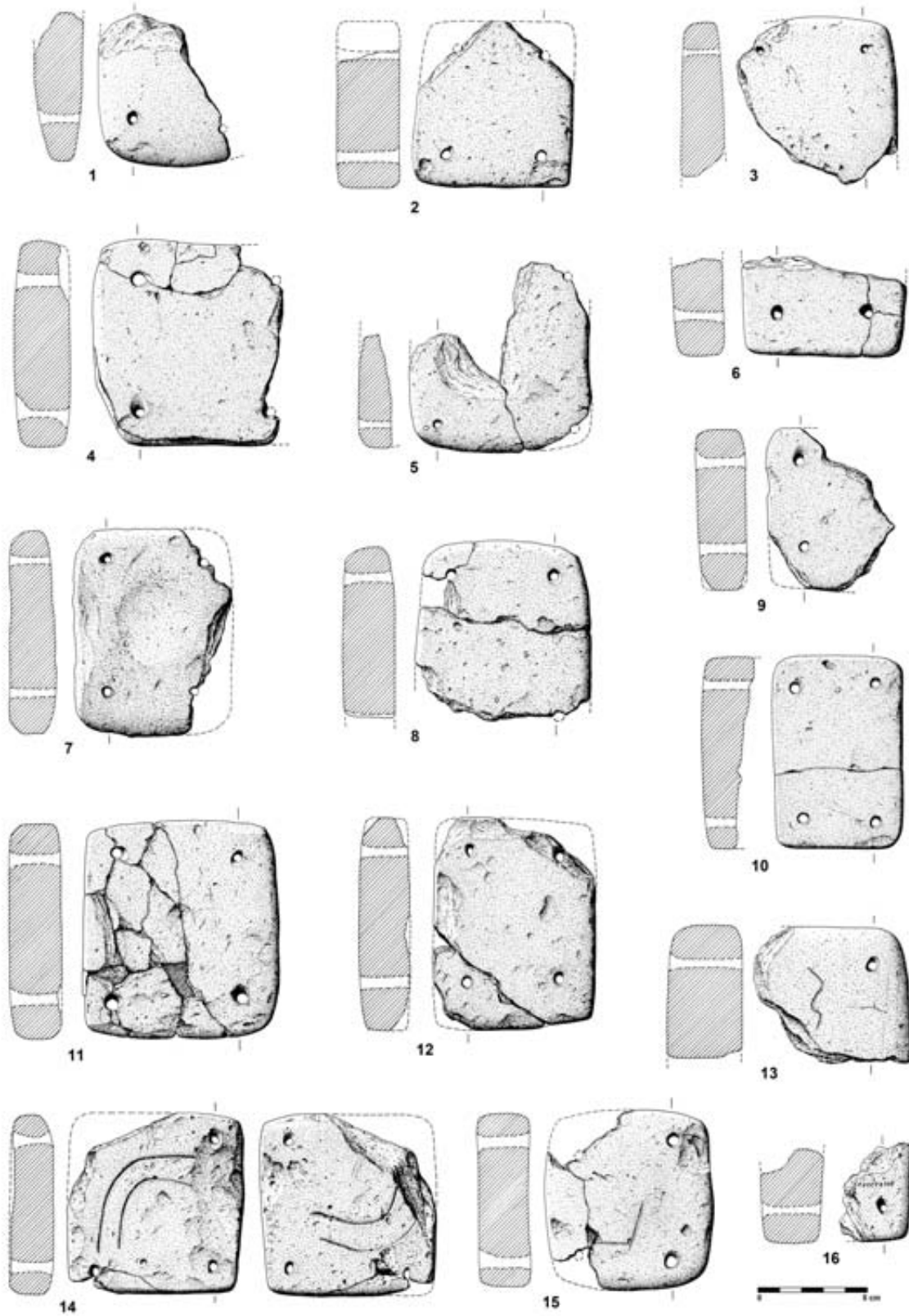
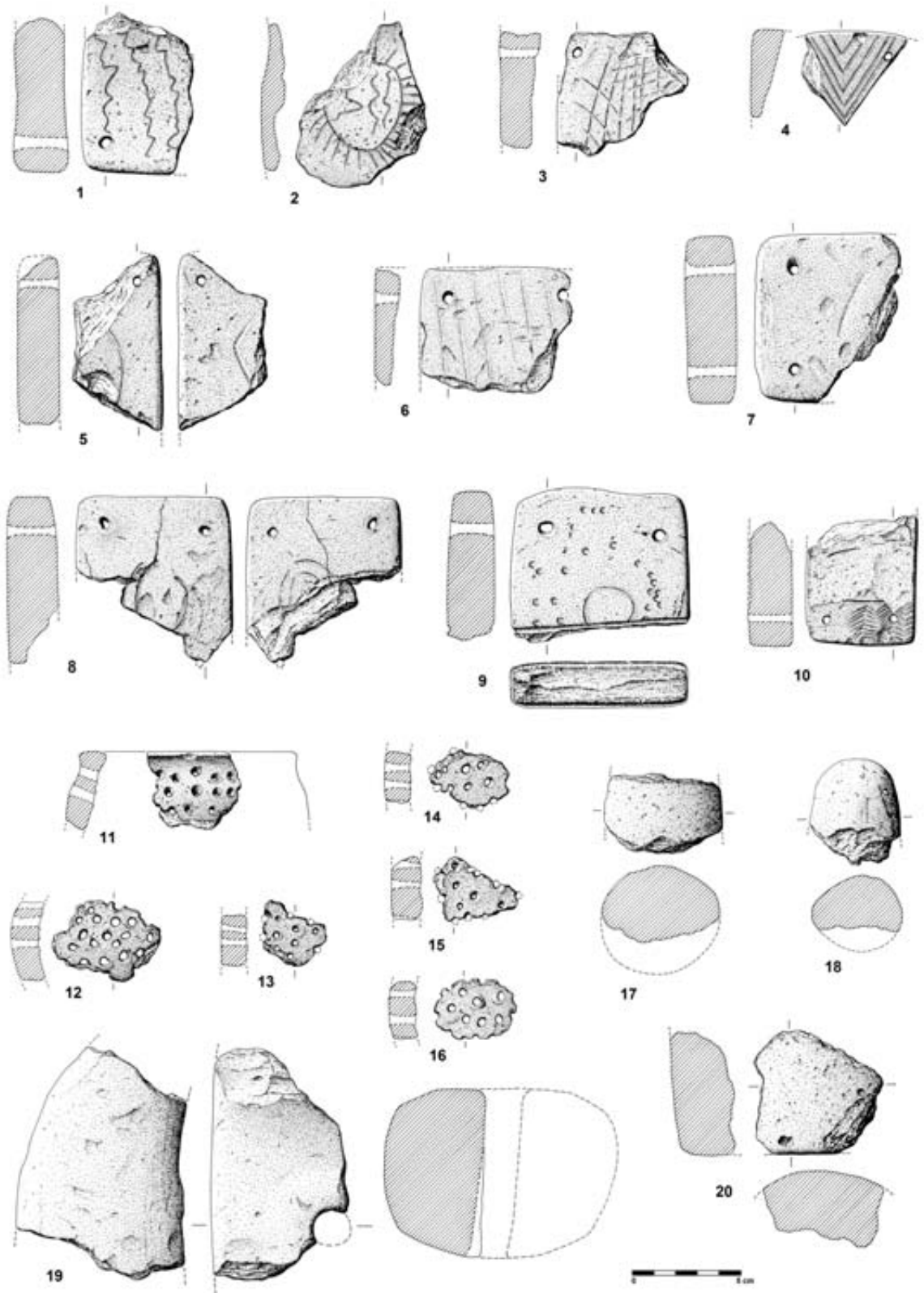


Fig. 55 – Outeiro Redondo. Pesos de tear recolhidos na Camada 2 (n.ºs 1 e 2; 13 a 16) e Camada 3 (n.ºs 3 a 12).



**Fig. 56** – Outeiro Redondo. Pesos de tear recolhidos na Camada 2 (n.ºs 1 a 5) e na Camada 3 (n.ºs 6 a 10); chinchos recolhidos na Camada 2 (n.ºs 11 a 16); suportes de lareira recolhidos na Camada 2 (n.º 20) e na Camada 3 (n.ºs 17 a 19).



Um fragmento com representação de reticulado (Fig. 56, n.º 3), evoca a tessitura formada pela trama e teia, não espantando por isso, ser comum a sua presença em exemplares recolhidos nas campanhas anteriores no Outeiro Redondo (CARDOSO, 2013, Fig. 56, n.º 10), e em outras estações coevas, com destaque para Vila Nova de São Pedro (JALHAY & PAÇO, 1945, Fig. 9, n.ºs 4 a 9).

Um exemplar da Cabana R possui em ambas as faces a estilização das tatuagens faciais (Fig. 56, n.ºs 8), tão comuns nos ídolos de calcário da mesma época, para além de presentes em figurinhas de barro, que, tal como os ídolos anteriores, são representações da Deusa calcolítica, como a recolhida no povoado calcolítico da Pedra de Ouro (Alenquer). O facto de a mesma representação ocorrer num artefacto de natureza evidentemente funcional, com paralelos noutros povoados da mesma época, como Vila Nova de São Pedro (JALHAY & PAÇO, 1945, Fig. 8, n.º 20) e Outeiro de São Mamede (CARDOSO & CARREIRA, Fig. 70, n.º 1), vem reforçar a evidência da estreita ligação então existente entre as actividades do quotidiano e a sua projecção nos domínios do simbólico e religioso. Aliás, a presença, no Outeiro Redondo, de um notável conjunto de pesos de tear com a representação da vulva (CARDOSO, 2013, Fig. 18, n.ºs 10 a 12), aliás com paralelos em Vila Nova de São Pedro (JALHAY & PAÇO, 1945, Fig. 11, n.º 7), outra evocação da omnipresente Deusa calcolítica da fertilidade.

Relativamente à Camada 3 reconheceram-se duas concentrações de pesos de tear na área intervencionada. Destaque para o conjunto de 8 exemplares recolhidos no interior da Cabana R, numa Camada avermelhada, em contacto com o substrato: Fig. 55, n.ºs 7, 9, 10 e 12; Fig. 56, n.ºs 7 a 10; e junto à Estrutura S, a uma profundidade entre os 80 cm e 120 cm, recolheram-se o seguinte conjunto de 5 exemplares: Fig. 55, n.ºs 4 e 5, 8 e 11; Fig. 56, n.º 6. É muito provável que a presença nestas duas áreas circunscritas destes exemplares corresponda à localização de dois teares.

Relativamente à Camada 2, não se evidenciam quaisquer concentrações de tais peças. A sua dispersão revela-nos a existência nesta Camada de fenómenos de transporte e redeposição de materiais mais intensos que os que afectaram a Camada subjacente.

#### • Cinchos

Os cinchos estão representados por escassos 6 exemplares (Fig. 56, n.ºs 11 a 16) e a sua distribuição estratigráfica é restrita à Camada 2, atribuída ao Calcólítico Pleno / Final, concordante com o registo conhecido em Leceia, onde tais peças se acantonam na mesma fase cronológica-cultural (CARDOSO, 2007). Em anteriores campanhas no Outeiro Redondo recolheram-se apenas dois fragmentos (CARDOSO, 2013), confirmando que o povoado não teria como actividade significativa a produção de lacticínios com a qual estes exemplares se encontram relacionados, conclusão corroborada pela fraca importância relativa dos ovino-caprinos, a ser confirmada pelo estudo dos restos faunísticos recolhidos.

Em comparação com outros povoados, são de referir os 25 exemplares (dos quais 21 são bordos) recolhidos em Leceia (CARDOSO, 2007), os 23 exemplares, com bordo, da Moita da Ladra (CARDOSO, 2014 a, Fig. 50 e Fig. 51), e os 132 fragmentos (dos quais 33 são bordos) do povoado do Penedo do Lexim (SOUSA, 2010, Figs. 138 e 139). Estes dados numéricos vêm ilustrar a realidade já anteriormente comprovada pela presença diferenciada de pesos de tear nos povoados mais importantes da região, isto é, que cada sítio tinha características económicas específicas, expressas pela evidente diferenciação das suas actividades. Assim, no respeitante à produção de lacticínios a sua importância seria apenas significativa no Penedo do Lexim, sítio onde, não obstante a área escavada ser a menor dos quatro povoados considerados, foi, não obstante, o que forneceu maior número destes exemplares. No extremo oposto situa-se o Outeiro Redondo.



Importa sublinhar o acantonamento dos cinchos exclusivamente nas ocupações do Calcolítico Pleno / Final, corroborando o facto de a chamada “Revolução dos Produtos Secundários” estar ainda em plena afirmação e diversificação de produções no decurso da segunda metade do 3.º milénio a.C.

Não se evidenciam quaisquer concentrações na distribuição espacial na área intervencionada.

- **Suportes de lareira**

Foram recolhidos alguns fragmentos destas peças, cinco em contextos do Calcolítico Inicial (Fig. 56, n.ºs 17 a 19; Fig. 57, n.ºs 1 e 2) e um em contexto do Calcolítico Pleno / Final (Fig. 56, n.º 20) com paralelos em vários povoados calcolíticos da região (CARDOSO, 2007). Em estudo anteriormente publicado dedicado a este sítio arqueológico demonstrou-se a validade da associação exclusiva destas peças a contextos funcionais, relacionados com a manipulação do fogo (CARDOSO, 2013). Do conjunto agora analisado, reproduzem-se na Fig. 56, n.º 20 e Fig. 57, n.ºs 1 e 2, três exemplares que possuem base larga e plana, de modo a garantir a sustentação dos recipientes que eram colocados ao lume; apesar de muito fragmentados, três exemplares conservam os vestígios de uma perfuração cilíndrica mesial, destinado a facilitar a entrada de calor no interior da peça, promovendo a sua adequada cozedura, dado serem peças maciças, cuja cozedura completa seria difícil.

Relativamente à Camada 3, não se evidenciam quaisquer concentrações, o que é explicável pela sua fraca presença; no entanto, a proximidade de dois exemplares, reproduzidos na Fig. 56, n.ºs 17 e 18, que poderão pertencer à mesma peça, estarão associados à Lareira J. Outro fragmento, apresentado na Fig. 57, n.º 1, localizado junto ao substrato, embalado na Camada avermelhada, poderá por seu turno estar relacionado com a Lareira R1, devido à sua proximidade.

- **Cadinhos de fundição, pingos e resíduos de fundição**

A prática da metalurgia do cobre no povoado já tinha sido comprovada em anteriores trabalhos, pela presença de um lingote de cobre, pertencente à colecção reunida pelo Arq. Gustavo Marques (CARDOSO, 2009 a) e pela publicação dos resultados das campanhas de escavações arqueológicas realizadas entre 2005 e 2008, que incluíram um fragmento de cadinho de fundição e vários artefactos de cobre (CARDOSO, 2013, Fig. 59).

A metalurgia do cobre passou a ser muito melhor conhecida no Outeiro Redondo pelos testemunhos de fundição recuperados em 2013 e 2014. Foram recolhidos 18 exemplares de cadinhos de fundição de vários formatos, todos incompletos, alguns com pequenas porções de cobre fundido aderente às suas paredes, distribuídos estratigraficamente da seguinte maneira:

Camada 2: 11 fragmentos, dos quais 8 com bordos (Fig. 62, n.ºs 1 a 8; Fig. 63, n.ºs 1 a 3).

Camada 3: 7 fragmentos, dos quais 5 com bordos (Fig. 63, n.ºs 4 e 5; Fig. 64, n.ºs 1 a 5);

Os exemplares da Camada 2 apresentam-se, nuns casos, com formato aparentemente elipsoidal a subcircular, sendo pouco fundos (Fig. 62, n.ºs 4, 7 e 8; Fig. 63, n.º 1), a par de outros, de tendência sub-rectangular e mais fundos, como os da Camada 3 (Fig. 62, n.ºs 1 a 3, 5 e 6; Fig. 63, n.ºs 2 e 3), mas todos com fundo plano, desprovidos de pés de sustentação no seu lado externo.

Os exemplares da Camada 3 apresentam-se maioritariamente com formatos sub-rectangulares e são mais fundos. Dos sete exemplares recolhidos, dois apresentam-se munidos de pés de sustentação cilíndricos (Fig. 63, n.ºs 4 e 5) e os restantes com fundo plano. Destaque para a semelhança do cadinho da Fig. 64, n.º 4 com o

exemplar recentemente publicado do povoado da Travessa das Dores, Lisboa (NETO, REBELO & CARDOSO, 2015, Fig. 29, n.ºs 13) e do povoado vizinho de Chibanes, Palmela (SILVA & SOARES, 2014, Fig. 33).

Quanto à associação de cadinhos a estruturas de carácter habitacional, na Camada 2 destaca-se a concentração de dois exemplares, junto à Estrutura O1 (Fig. 62, n.º 8; Fig. 63, n.º 3); na Camada 3 reconheceram-se duas concentrações de cadinhos de fundição: um conjunto de três cadinhos no interior do recinto da Cabana R, junto à base do grande cinzeiro, envolvidos por Camada avermelhada, certamente relacionados com a Lareira R1 (Fig. 63, n.ºs 4 e 5; Fig. 64, n.º 3); e um outro conjunto próximo da Estrutura S (Fig. 64, n.ºs 1, 2 e 5).

Foram também recolhidos pingos e resíduos de fundição nas duas camadas estratigráficas: na Camada 2 regista-se um conjunto de pingos e escórias associadas à Lareira J, havendo mesmo um exemplar oriundo do interior desta (Fig. 60, n.º 12), a que se somam mais dez exemplares (Fig. 60, n.ºs 1 a 10). Na Camada 3 recolheram-se cinco exemplares (Fig. 60, n.ºs 11 a 15).

- **Algaravizes (tubos de forja)**

Directamente relacionados com a metalurgia, foram recolhidos cinco exemplares de tubos de algaravizes (tubos de forja), um deles quase completo (Fig. 12, n.º 6; Fig. 61, n.º 4), distribuídos estratigraficamente da seguinte maneira:

Camada 2: dois exemplares (Fig. 61, n.ºs 1 e 2);

Camada 3: três exemplares (Fig. 61, n.ºs 3 a 5).

A raridade de tais artefactos encontra-se evidenciada pela escassa referência que lhes tem sido feita na bibliografia: um exemplar incompleto, correspondendo a extremidade distal, do povoado da Moita da Ladra recentemente publicado (CARDOSO, 2014 a, Fig. 51, n.º 11), em Vila Nova de São Pedro, onde se recolheu um exemplar quase inteiro, muito semelhante ao do Outeiro Redondo (JALHAY & PAÇO, 1945, Est. 21, n.º 4), a que se soma outro, da Pedra de Ouro, mais curto e maciço (PAÇO, 1966, Fig. 13, b).

Em termos de distribuição destaca-se na Camada 3 a presença do conjunto dos três tubos de forja no mesmo local, associados à Cabana R, envoltos na Camada de cinzas e próximo do cadinho representado na Fig. 64, n.º 3.

É interessante assinalar que no povoado metalúrgico calcolítico de Cabezo Juré (Huelva), com abundantes estruturas de combustão relacionadas com a metalurgia, se identificaram até os sistemas de encaixe dos mesmos na própria estrutura de combustão, se encontraram alguns algaravizes de barro, idênticos entre si, mas distintos dos recolhidos nos povoados supra referidos, por serem mais curtos e com diâmetros superiores, tanto internos como externos (NOCETE CALVO, SÁEZ RAMOS & NIETO LIÑÁN, 2004, Fig. 13.8; NOCETE & NOCETE, 2015, p. 24). Tais diferenças são acentuadas, ao contrário do observado no tocante aos cadinhos.

Em termos tipológicos, o exemplar quase completo do Outeiro Redondo identifica-se totalmente com o de Vila Nova de São Pedro, cuja conotação a algaraviz foi posta em causa, por se tratar de peça sem qualquer indício de ter estado submetido a elevadas temperaturas e também pelo orifício se afigurar com diâmetro demasiado pequeno (SOARES, 2004, p. 183). Ora, os exemplares do Outeiro Redondo evidenciam, claramente, os efeitos do calor, não só por se apresentarem escurecidos, mas também esboroáveis, em resultado das alterações mineralógicas provocadas. No entanto, tal evidência não seria decisiva para a atribuição indicada. Com efeito, também boa parte dos cadinhos de barro recolhidos – e estes sujeitos a temperaturas bem mais elevadas, pois situavam-se no interior do próprio forno – não evidenciam tais marcas, seja por terem sido pouco utilizados, seja pelas marcas resultantes da própria cozedura destas peças na altura do fabrico.

Aliás, o único algaraviz do Cabezo Juré reproduzido a cores e com assinalável ampliação, mostra-se até mais isento de tais marcas, quando comparado com a reprodução a cores do exemplar de Vila Nova de São Pedro, cuja associação à prática metalúrgica foi entretanto admitida (MÜLLER & SOARES, 2008, Fig. 1). Quanto à pequenez do diâmetro, é certo que este, quanto maior fosse, menos possibilidade teria de produzir um jacto de ar oxigenado bem direccionado, estando, ao que tudo leva a crer, bem dimensionado para o tamanho das estruturas de combustão respectivas, com diâmetros que não ultrapassam em geral 0,50 m. Note-se que, para assegurar a indispensável aderência do fole de couro que se encontrava ajustado à face interna das duas peças melhor conservadas, as mesmas apresentam uma crenulação regular, bem visível em corte (Fig. 61, n.ºs 4 e 5). Enfim, não terá sido por acaso que três dos cinco fragmentos recolhidos tenham aparecidos juntos; dois deles, Fig. 61, n.ºs 3 e 5, podem pertencer a um único exemplar, formando-se assim um par de algaravizes que funcionariam solidariamente, conforme ainda hoje se observa nos foles metalúrgicos primitivos manuais.

#### • Esferas de barro perfuradas

Recolheram-se três peças de barro, esféricas (Fig. 65, n.ºs 6 a 8), recolhidas na Camada 2; Três exemplares idênticos do povoado coevo do Outeiro de São Mamede (CARDOSO & CARREIRA, 2003, Fig. 70, n.ºs 4 a 6) foram atribuídos a contas de colar, invocando exemplares bicónicos, também de barro, recuperados em diversas estações estremenhas. Mas a concentração destes três exemplares, que até então não tinham paralelo conhecido, num único sítio, levou, prudentemente, a ser preferível designá-los apenas pelas suas características morfológicas.

Recentemente, recolheram-se oito exemplares comparáveis, variando a sua forma entre a esférica e a toneliforme alongada, no povoado metalúrgico calcolítico de Cabezo Juré (Huelva) (NOCETE CALVO *et al.*, 2004, Fig. 8.54), os quais foram dados como relacionados com a tecelagem. Seis exemplares toneliformes alongados, semelhantes a alguns do Cabezo Juré, foram recolhidos no povoado calcolítico do Outeiro da Assenta, situado nas imediações da lagoa de Óbidos e por isso atribuídos a pesos de rede para a pesca fluvial (CARDOSO & MARTINS, 2009, Fig. 46). Tal como então foi dito, também estes exemplares se afiguram excepcionais nos contextos calcolíticos a que pertencem (*ibidem*, p. 281), notando-se, como únicos paralelos imediatos, os exemplares recolhidos por A. dos Santos Rocha na estação da I Idade do Ferro de Santa Olaia. Dada a proximidade desta ao Mondego, é também aceitável reportá-los às funções mencionadas.

Dadas as diferentes possibilidades funcionais destas peças, optou-se, tal como no trabalho dos autores publicado em 2009, por dar prioridade à simples designação morfológica.

#### 5.6 – Artefactos metálicos

Foram recolhidos 63 artefactos metálicos, das quais 53 pertencem à Camada 2 e 10 à Camada 3.

Na Camada 2 dominam os pequenos artefactos utilitários e uma importante presença de armas. Os exemplares integram-se nos seguintes grupos artefactuais:

- Sovelas, punções e agulhas de secção elipsoidal ou sub-rectangular: 13 exemplares (Fig. 57, n.ºs 3 a 5, 8 a 12, 15 a 17, 20 e 22);
- Serras ou foices, feitas em chapa de cobre serrilhadas num dos bordos: 9 exemplares (Fig. 12, n.ºs 1 e 2; Fig. 58, n.ºs 3, 7, 11 a 15; Fig. 59, n.ºs 4 e 5); nalguns casos, os dentes mostram-se boleados, indicio de intensa utilização (Fig. 58, n.º 12);

- Pequenos fragmentos indeterminados e tiras irregulares, sem forma definida: 7 exemplares (Fig. 57, n.ºs 6, 7, 21; Fig. 58, n.ºs 1, 4 a 6), talvez destinados à refundição. Alguns destes exemplares mostram marcas de corte ao longo dos bordos;
- Pequenos escopros ou formões, de secções sub-quadrangulares a sub-rectangulares: 6 exemplares (Fig. 57, n.ºs 13, 14, 18, 23, 24 e 26);
- Anzóis: 5 exemplares (Fig. 59, n.ºs 7 a 11) de diferentes tamanhos. A estes somam-se outros três recuperados no povoado em anteriores campanhas de escavação (CARDOSO, 2013, Fig. 59, n.ºs 4, 9 e 14);
- Fragmentos de facas espatuladas: 4 exemplares (Fig. 58, n.ºs 2, 8, 16; Fig. 59, n.º 1), o último dos quais munido de dois chanfros laterais próximo de uma das extremidades, para encabamento;
- Fragmentos da extremidade proximal de facas ou serras: 3 exemplares (Fig. 58, n.ºs 9, 17 e 18);
- Fragmentos de lâminas de facas: 1 exemplar (Fig. 58, n.º 10);
- Gume de machado, cortado por serragem: 1 exemplar (Fig. 12, n.º 3; Fig. 57, n.º 19). Idêntico ao recolhido na Camada anterior.

No campo das armas recolhidas destaca-se a ocorrência de quatro exemplares:

- Possível punhal de lingueta desenvolvida, com extremidade distal e bordos embotados: 1 exemplar (Fig. 59, n.º 2);
- Porção distal de espada de cobre: 1 exemplar (Fig. 12, n.º 4; Fig. 59, n.º 3);
- Ponta de seta de cobre, de espigão e barbelas: 1 exemplar (Fig. 13, n.º 1; Fig. 60, n.º 16).
- Alabarda nervurada munida de lingueta de encabamento desenvolvida, sem rebites e com bordos com fio cortante obtidos por martelagem: 1 exemplar (Fig. 13, n.º 2; Fig. 60, n.º 17).

Na Camada 3 estão presentes apenas pequenos artefactos utilitários, integrando-se nos seguintes grupos:

- Pequenos escopros ou formões, de secções sub-quadrangulares a sub-rectangulares: 3 exemplares (Fig. 57, n.ºs 27, 28 e 32);
- Sovelas, punções e agulhas de secção elipsoidal ou sub-rectangular: 2 exemplares (Fig. 57, n.ºs 30 e 31);
- Anzóis: 2 exemplares incompletos (Fig. 59, n.ºs 12 e 13). A estes fragmentos soma-se outro recuperado no povoado em anteriores campanhas de escavação (CARDOSO, 2013, Fig. 59, n.º 13);
- Gume de machado, cortado por serragem: 1 exemplar (Fig. 57, n.º 29);
- Fragmentos incaracterísticos: 2 exemplares (Fig. 57, n.º 25; Fig. 59, n.º 6), que se somam a outros recolhidos na Camada 2, destinados provavelmente à refundição, com alguns paralelos nos exemplares dos povoados da Moita da Ladra, Vila Franca de Xira (CARDOSO, 2014 a, Figs. 52 e 53) e São Mamede, Bombarral (CARDOSO & CARREIRA, 2003, Figs. 37 a 40);

Com base na descrição do conjunto de 63 artefactos metálicos procedeu-se à contabilização dos diversos grupos de acordo com a sequência cultural registada, sumariados no Quadro 13.



**Quadro 13 – Outeiro Redondo. Grupos de artefactos metálicos e respectiva distribuição estratigráfica**

Artefactos metálicos	Camada 3 (Calcolítico Inicial)		Camada 2 (Calcolítico Pleno / Final)	
	N.º frag.	%	N.º frag.	%
Sovelas, punções e agulhas	2	20	13	24,5
Serras ou foices, feitas em chapa de cobre	–	–	9	17,0
Fragmentos indeterminados e tiras irregulares, sem forma definida	2	20	7	13,2
Escopros ou formões	3	30	6	11,3
Anzóis	2	20	5	9,4
Facas espatuladas	–	–	4	7,5
Fragmentos de base de facas ou serras	–	–	3	5,7
Lâminas de facas	–	–	1	1,9
Gume de machado, cortado por serragem	1	10	1	1,9
Punhal de lingueta desenvolvida	–	–	1	1,9
Fragmento de espada de cobre	–	–	1	1,9
Ponta de seta de cobre, de espigão e barbelas	–	–	1	1,9
Alabarda nervurada munida de lingueta de encabamento não rebitada	–	–	1	1,9
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100</b>	<b>53</b>	<b>100</b>

Neste estudo não se reverá a questão da intencionalidade dos conteúdos de arsénio presentes nos artefactos de cobre calcolíticos, uma vez que em anterior estudo recentemente publicado e dedicado a este sítio arqueológico já se prestaram considerações a esse respeito (CARDOSO, 2013). Em recente estudo, admite-se que a metalurgia do cobre na Estremadura, no decurso do Calcolítico, tenha beneficiado de fontes distintas da matéria-prima. Assim, as peças com maiores teores de Arsénio, teriam resultado da crescente diversificação da captação dos minérios, estendendo-se a partir de determinado momento no decurso da segunda metade do 3.º milénio a.C., às jazidas cupríferas do Baixo Alentejo, explorando os chapéus de fero da faixa piritosa da Zona Sul Portuguesa (PEREIRA *et al.*, 2016).

Três peças merecem desde já adequado destaque, sem prejuízo de, sobre as mesmas, se desenvolverem ulteriormente considerações mais desenvolvidas, tendo sido recolhidas em 2013, na Camada 2 presentes na Camadas, recolhidas a 20-40 cm de profundidade, junto à Estrutura N:

– A alabarda nervurada com lingueta de encabamento não rebitada (Fig. 60, n.º 17; Fig. 13, n.º 18) é exemplar excepcional no quando das produções do final do Calcolítico do ocidente peninsular. Com efeito, os exemplares mais antigos conhecidos de alabardas nesta vasta região, designados por alabardas do “tipo Carrapatas”, integram-se na fase imediatamente seguinte, já do início da Idade do Bronze (ou Bronze Pleno / Final, com início cerca de 1800 anos a.C.), possuindo o talão rebitado e desprovido de lingueta, característica das produções calcolíticas, onde esta ainda se insere. O referido tipo é coevo de outro, com

ocorrências mais meridionais, como comprova a alabarda de Baútas, dada a conhecer por J. C. de Senna-Martínez e republicada por Dirk Brandherm (BRANDHERM, 2003, Tf. 97, n.º 1380). Trata-se de exemplar também com forte nervura central, munido, como os seus congéneres nortenhos, de três perfurações no talão, para rebitagem ao cabo. Nestes termos, o exemplar recolhido em 2013 no Outeiro Redondo configura um novo tipo de alabardas nervuradas, correspondente a forma com acentuadas influências calcolíticas, com a presença uma lingueta desenvolvida não rebitada, destinada ao encabamento. Nestes termos, considera-se que este exemplar, de características únicas, configura a transição do Calcolítico para o início da Idade do Bronze em território português, conclusão corroborada pela cronologia absoluta correspondente à respectiva ocupação, situada entre 2440-2110 cal BC, para  $2\sigma$  (CARDOSO, SOARES & MARTINS, 2010-2011). Em abono desta conclusão, devem referir-se diversos punhais de lingueta nervurados calcolíticos, na área estremenha, tal qual o sistema de encabamento observado na alabarda em apreço, como é o caso do exemplar do Outeiro de São Mamede (CARDOSO & CARREIRA, 2003, Fig. 38, n.º 1), muito semelhante aos dois exemplares de La Pijotilla (BRANDHERM, 2003, Tf. 23, n.ºs 312 e 313), com evidentes paralelos nos punhais nervurados de cobre recolhidos no monumento n.º 3 de Alcalar (VEIGA, 1889, Est. IX), ainda que estes não possuam lingueta de encabamento, mas apenas chanfros laterais junto à extremidade proximal.

- A ponta de seta de espigão robusto e barbelas (Fig. 60, n.º 16; Fig. 13, n.º 1) é outra peça a considerar. Com efeito, este exemplar recuperado em 2013 não longe da alabarda acima mencionada, poderá ser considerado um dos mais antigos, senão o mais antigo exemplar conhecido para este tipo de pontas de seta. Tendo presente a evolução morfológica geralmente apontada para as pontas Palmela, em que os exemplares mais modernos seriam de contorno lanceolado, com a folha mais estreita e tendencialmente de menores dimensões que os mais antigos, facilmente se pode chegar à conclusão de que as pontas de espigão e barbela podem corresponder ao estágio final daquela evolução. Com efeito, a prova de que tudo indica que assim tenha sido, encontra-se num exemplar híbrido, que até agora não despertou atenção. Trata-se de uma ponta que nada se diferencia de uma ponta Palmela, a não ser pelos dois pequenos entalhes existentes na base da folha, correspondendo a aletas incipientes. Infelizmente, embora se trate de exemplar da região de Huelva, não é referido o local do achado (NOCETE & NOCETE, 2015, p. 46). A ser assim, é aceitável considerar a ponta de espigão e barbelas do Outeiro Redondo como produção do final da ocupação do sítio, na transição do 3.º para o 2.º milénio a.C., coexistindo com as derradeiras pontas Palmela, das quais não se recolheu nenhum exemplar na estação. Nesta, não foi identificada nenhuma evidência de ocupação ulterior ao final do Calcolítico, por limitada que tenha sido, pelo que é de manter a possibilidade de se estar perante um dos mais antigos exemplares deste tipo de pontas, cuja filiação directa nas pontas Palmela se afigura comprovada pela ponta publicada por Francisco Nocete.

Aliás, a existência de exemplares híbridos de armas metálicas constitui uma expressiva forma de demonstrar filogenias que, de outro modo, seriam menos evidentes. A somar aos dois exemplos acima referidos, pode também valorizar-se a lâmina de longo punhal de cobre identificado na sepultura individual do Cerro do Malhão, Alcoutim, integrável no Horizonte de Ferradeira (CARDOSO & GRADIM, 2012, Fig. 16). A lâmina, poderia ser integrada facilmente no conjunto de exemplares argáricos do mesmo tipo (BRANDHERM, 2003, Tf. 78, n.º 1255; Tf. 80, n.º 1268), não fosse o facto de não possuir o talão perfurado para fixação do cabo por rebites, como se verifica naqueles exemplares. Trata-se, assim de um exemplar híbrido, anterior à plena afirmação daqueles modelos, que já claramente evoca.

- A parte distal de uma espada, com a ponta levemente encurvada e seccionada por corte transversal intencional (Fig. 59, n.º 3; Fig. 12, n.º 4). Infelizmente, por não se ter conservado a zona da empunhadura, não

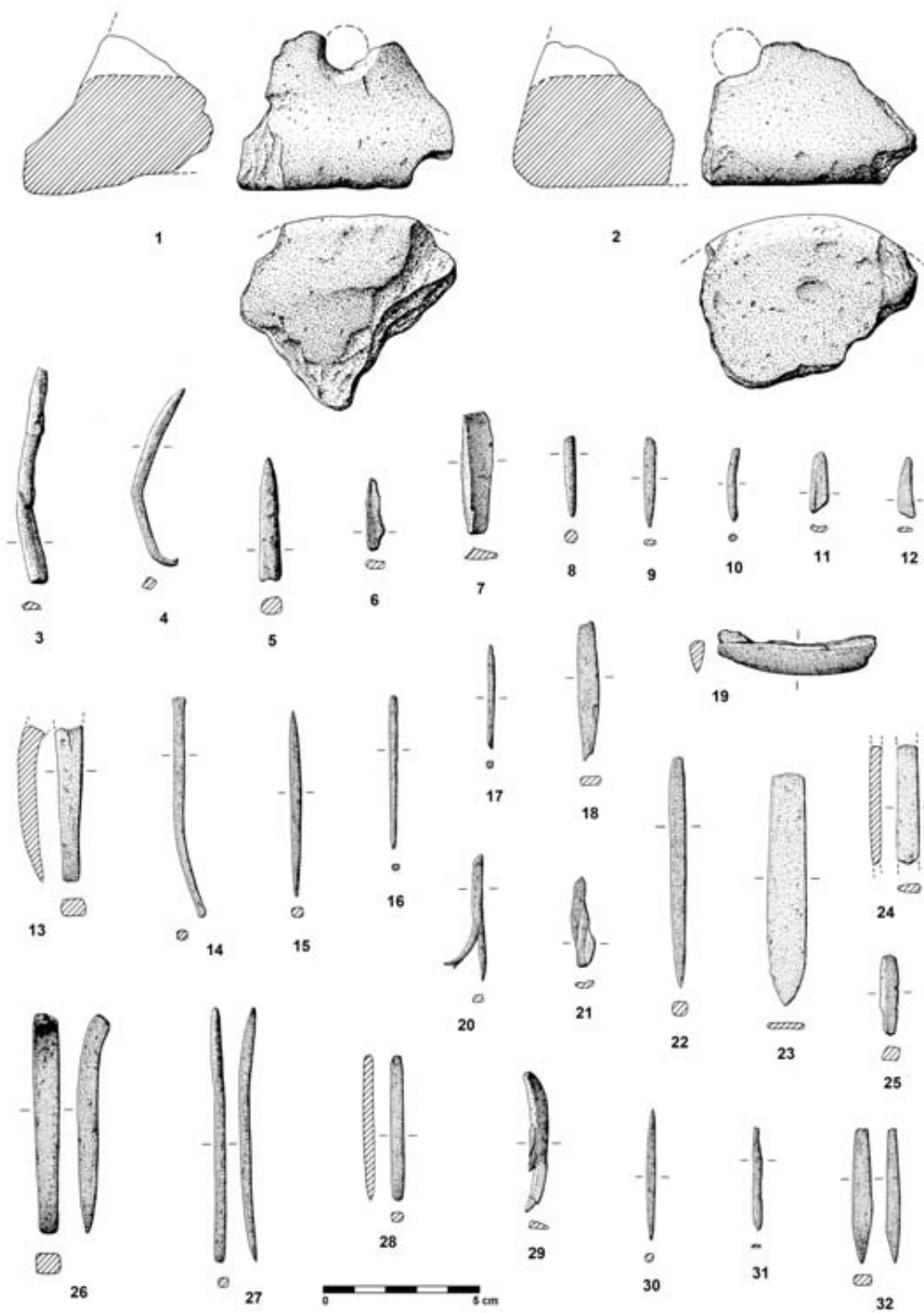
será possível averiguar qual o tipo a que pertencia esta porção de lâmina. Seja como for, trata-se de um exemplar coevo da bem conhecida espada com lingueta de Pinhal dos Melos, excepcional produção epicampaniforme integrável no Horizonte de Montelavar, reportável ao início do 2.º milénio a.C. (BRANDHERM, 2003, Tf. 19, n.º 287). No caso do exemplar do Outeiro Redondo, o seccionamento intencional que este apresenta seria suficiente, caso o contexto fosse outro, para o identificar como de origem ritual e simbólica, atestando a falta deliberada e definitiva de utilidade funcional da peça, ao ser privada da extremidade; no contexto doméstico em que foi recolhida, a par de outros exemplares cortados intencionalmente e facilmente associados a materiais fora de uso para refundição ou transformação por martelagem simples em pequenos artefactos, não custa admitir que seria naturalmente esta a finalidade do fragmento de espada em causa.

Aparte estas três peças, que justificaram, pela sua importância, esta apresentação preliminar mais desenvolvida, há a acrescentar uma extremidade de machado cortada intencionalmente (Fig. 57, n.º 19; Fig. 12, n.º 3). Em trabalhos anteriores discutiu-se o significado desta prática e apresentaram-se alguns dos numerosos paralelos conhecidos, alguns deles recentemente publicados como o exemplar de Moita da Ladra, que abrange povoados calcólicos da área estremenha e do Sudoeste (CARDOSO, 2014 a, p. 248, Fig. 52, n.º 1). Uma vez mais, a situação poderia suportar duas leituras alternativas: uma delas, valorizando o putativo acto simbólico de cortar o gume a um objecto funcional e que, pela sua importância, facilmente poderia ter atingido uma expressão e importância que ultrapassava em muito a sua eficácia prática (inferior à de qualquer machado polido de rocha dura); outra leitura, de sinal oposto, seria a de atribuir estes artefactos de cobre, especialmente os de maiores dimensões, a simples lingotes, dos quais e retirariam por seccionamento, as porções que usualmente aparecem correspondentes aos gumes. Mas esta realidade não explica a razão de tais gumes se terem fabricado intencionalmente, para depois serem separados do corpo da peça, nem tão-pouco a sua presença, quando a intenção seria a transformação dos mesmos e variado tipo de instrumentos, à medida que estes fossem sendo necessários. Existe, pois, ainda um assinalável conjunto de aspectos por esclarecer quanto a estes enigmáticos artefactos.

No assinalável conjunto de peças metálicas recolhidas dominam, no entanto, os exemplares de pequenas dimensões de carácter utilitário. Evidencia-se a importância de pequenos escopros ou formões na Camada 3 (30% do conjunto) e de sovelas, punções e agulhas na Camada 2 (24,5% do conjunto). Mas os utensílios que despertam mais interesse é o conjunto de anzóis recolhido: a assinalável heterometria, pela primeira vez evidenciada em tais peças numa estação calcólica do território português, ilustra não só o contributo que a pesca à linha detinha na economia destas populações – corroborado pelos restos ictiológicos recuperados – mas também a especialização das capturas. Os anzóis, independentemente do tamanho, respeitam apenas uma tipologia, caracterizada pela ausência de barbela e pelo empate simples, constituído pela curvatura das hastes, sempre de secção sub-rectangular a sub-pentagonal.

A par dos referidos utensílios, ocorrem pequenas porções de cobre destinadas à refundição, a par de tiras, que poderiam ser também transformadas por martelagem em punções ou outros artefactos de pequenas dimensões. Peças idênticas recolheram-se em vários povoados calcólicos tanto da área estremenha, como do Sudoeste, como o de Leceia, Vila Nova de São Pedro, Zambujal, Penedo, Fórnea, Outeiro de São Mamede e Monte da Tumba.

Os dados reunidos em 2013 e 2014 sugerem, em conclusão, que o povoado se comportou como um importante centro metalúrgico, onde ocorrem também armas excepcionais, cuja presença indica uma realidade social que adiante será discutida.



**Fig. 57** – Outeiro Redondo. Suportes de lareira recolhidos na Camada 3 (n.ºs 1 e 2); utensílios de cobre recolhidos na Camada 2 (n.ºs 3 a 26) e na Camada 3 (n.ºs 27 a 32).



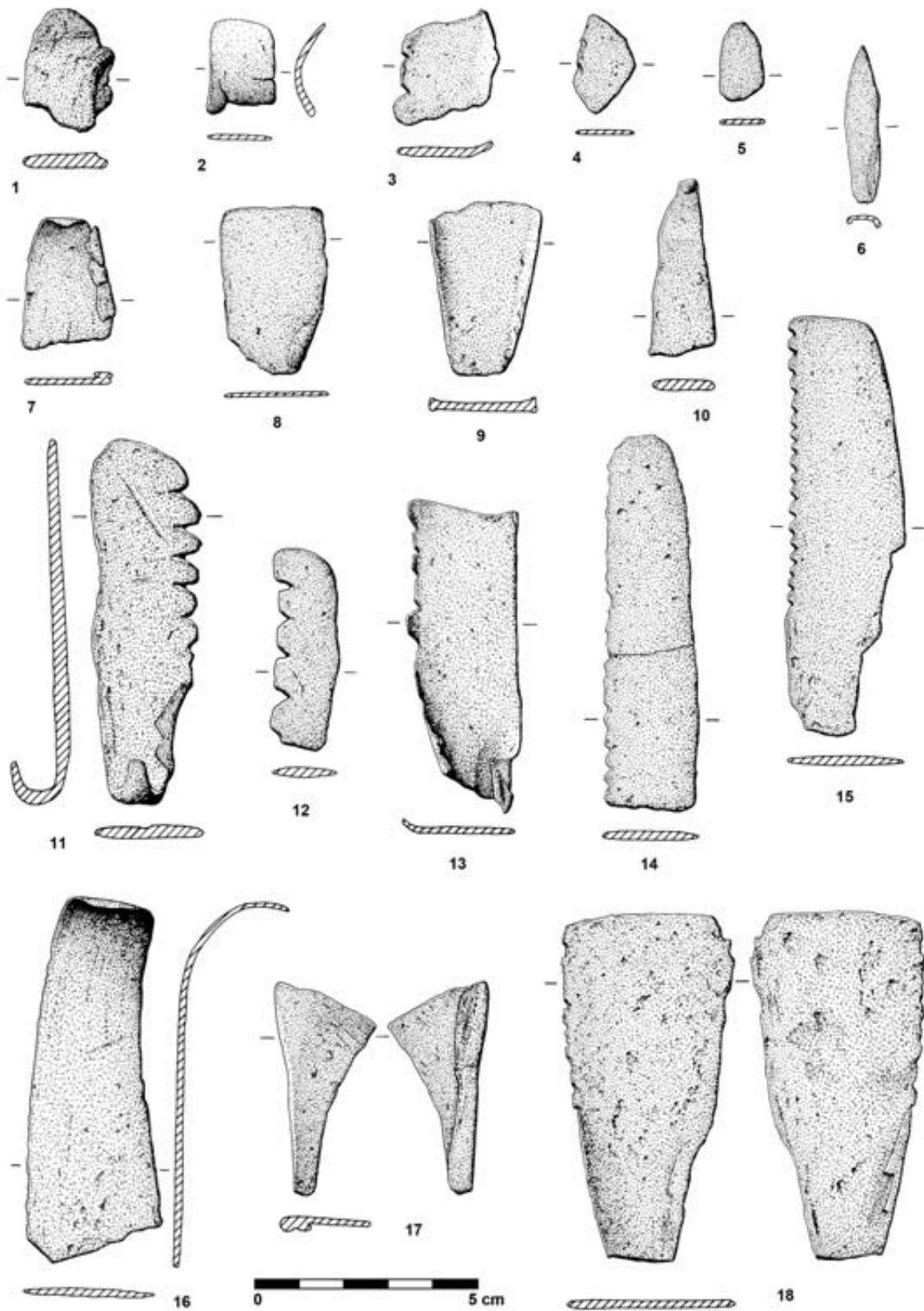
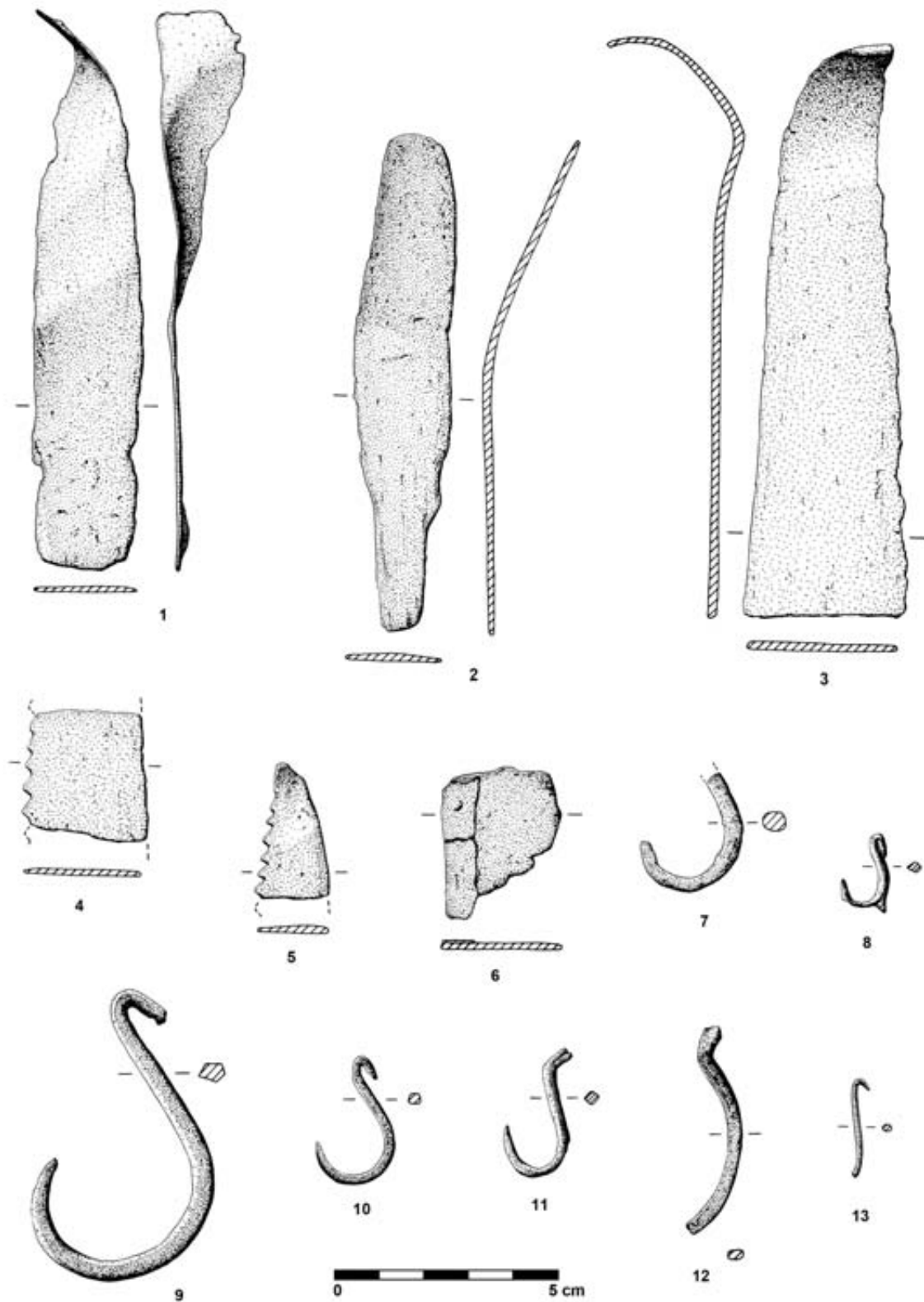


Fig. 58 – Outeiro Redondo. Serras/serrotes ou foices de fio serrilhado recolhidas na Camada 2 (n.ºs 1 a 18).



**Fig. 59** – Outeiro Redondo. Serras/serrotes ou foices de fio serrilhado recolhidas na Camada 2 (n.ºs 1 a 5) e na Camada 3 (n.º 6); anzóis recolhidos na Camada 2 (n.ºs 7 a 11) e na Camada 3 (n.ºs 12 e 13).

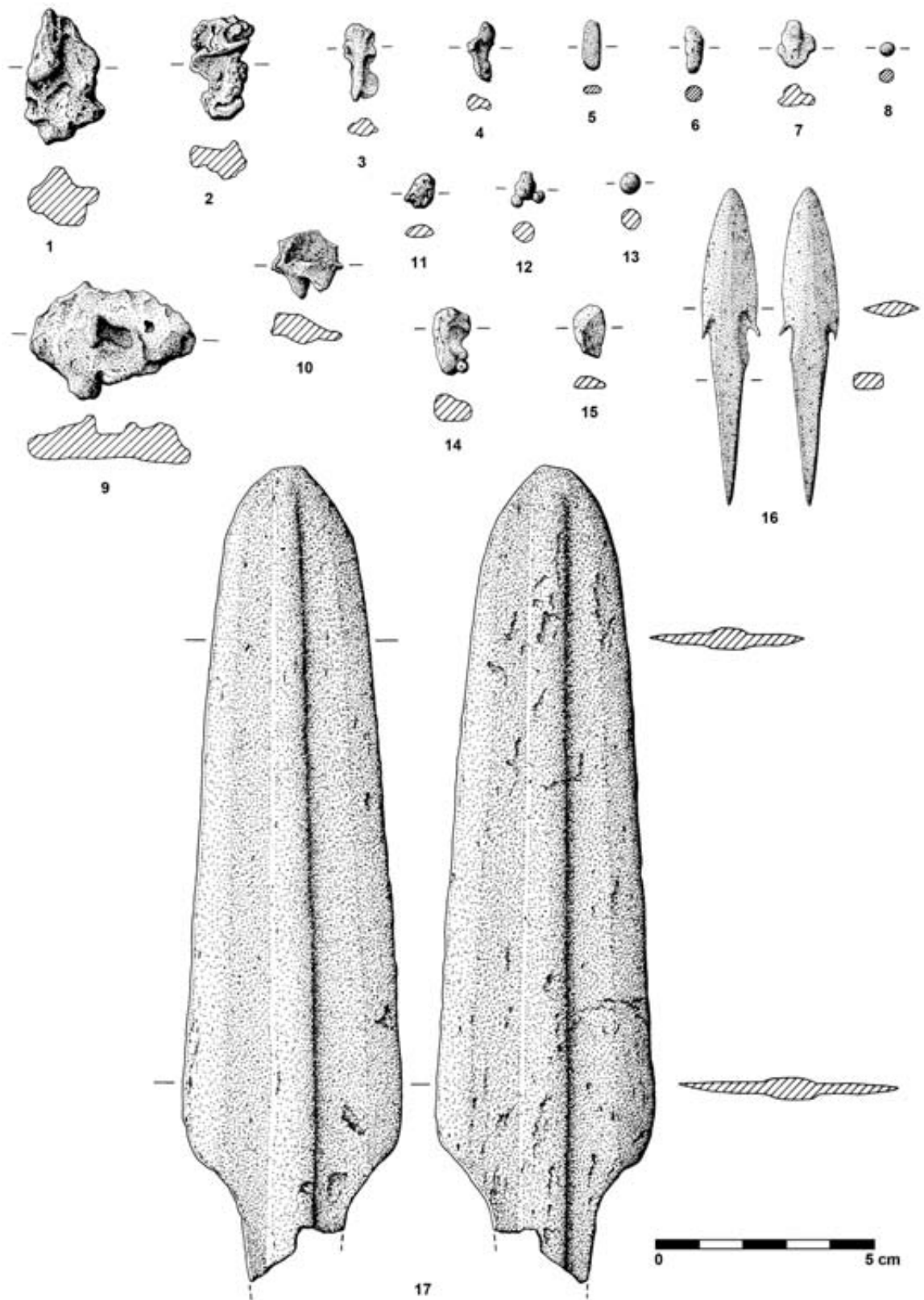


Fig. 60 – Outeiro Redondo. Pingos de fundição recolhidos na Camada 2 (n.ºs 1 a 10) e Camada 3 (n.ºs 11 a 15); ponta de seta de espigão e barbelas e alabarda nervurada com lingueta não rebitada recolhidas na Camada 2 (n.ºs 16 e 17).

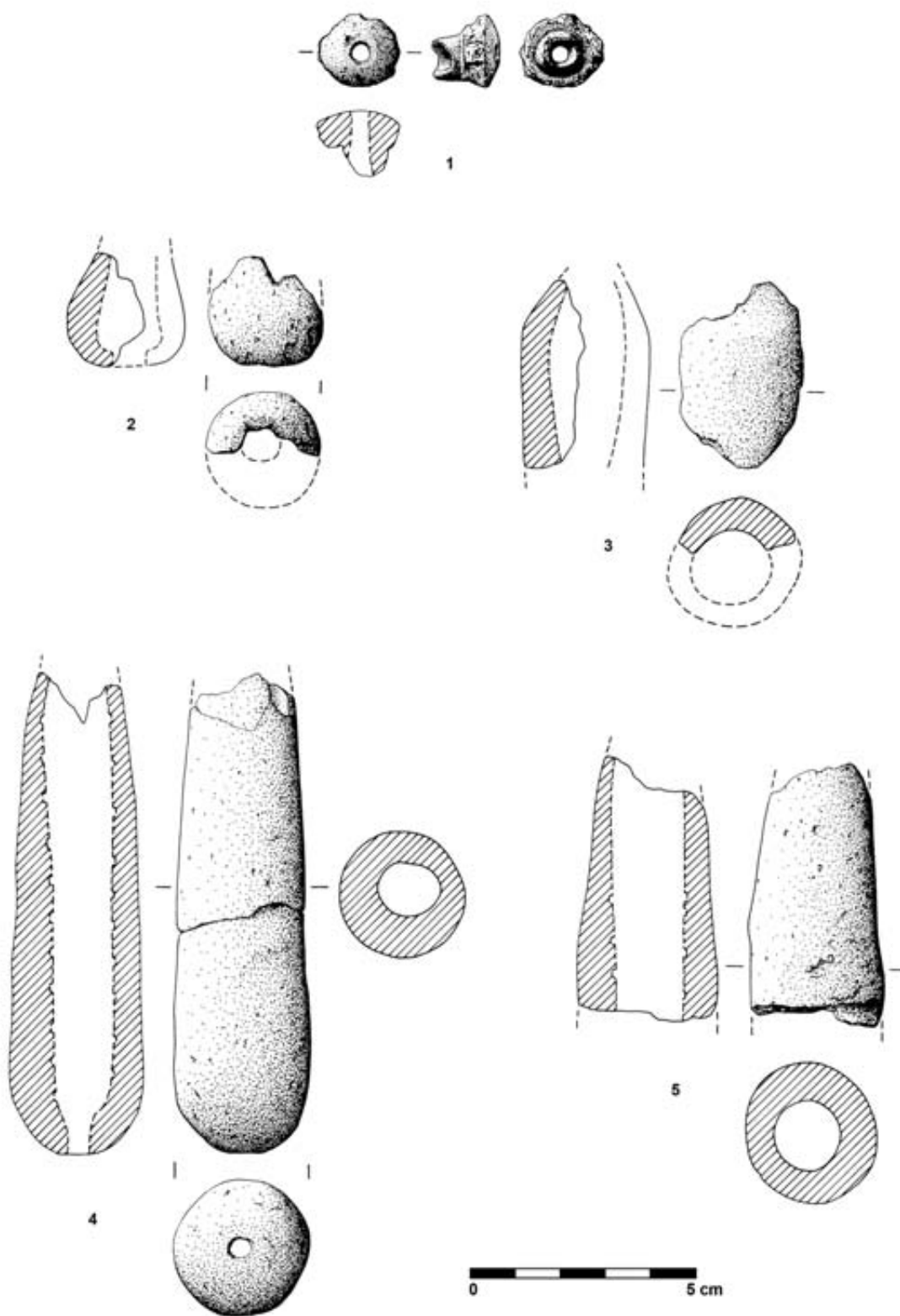


Fig. 61 – Outeiro Redondo. Algaravizes (tubos de forja) recolhidos na Camada 2 (n.ºs 1 e 2) e na Camada 3 (n.ºs 3 a 5).



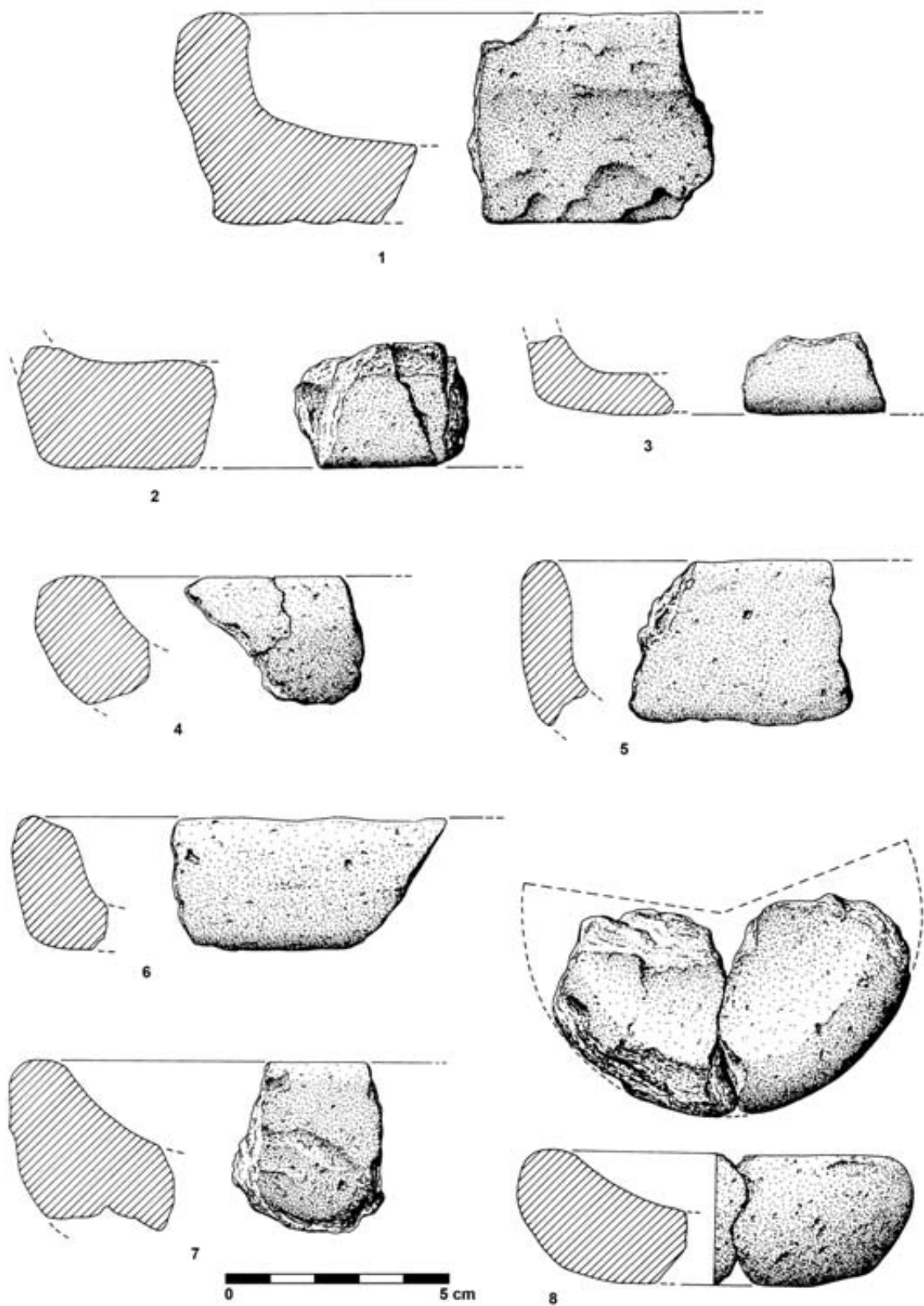


Fig. 62 – Outeiro Redondo. Cadinhos de fundição recolhidos na Camada 2.

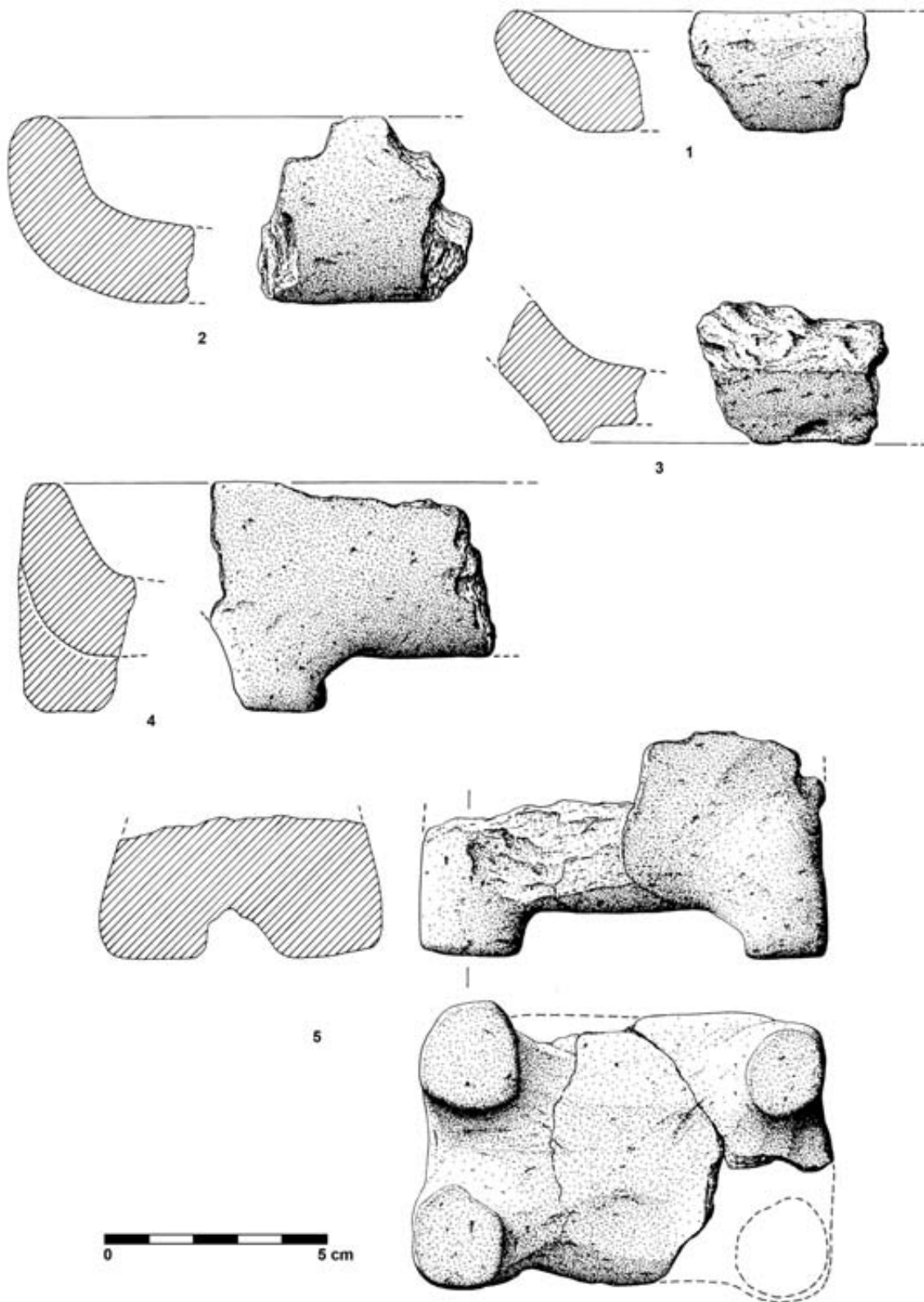


Fig. 63 – Outeiro Redondo. Cadinhos de fundição recolhidos na Camada 2 (n.ºs 1 a 3) e na Camada 3 (n.ºs 4 e 5).

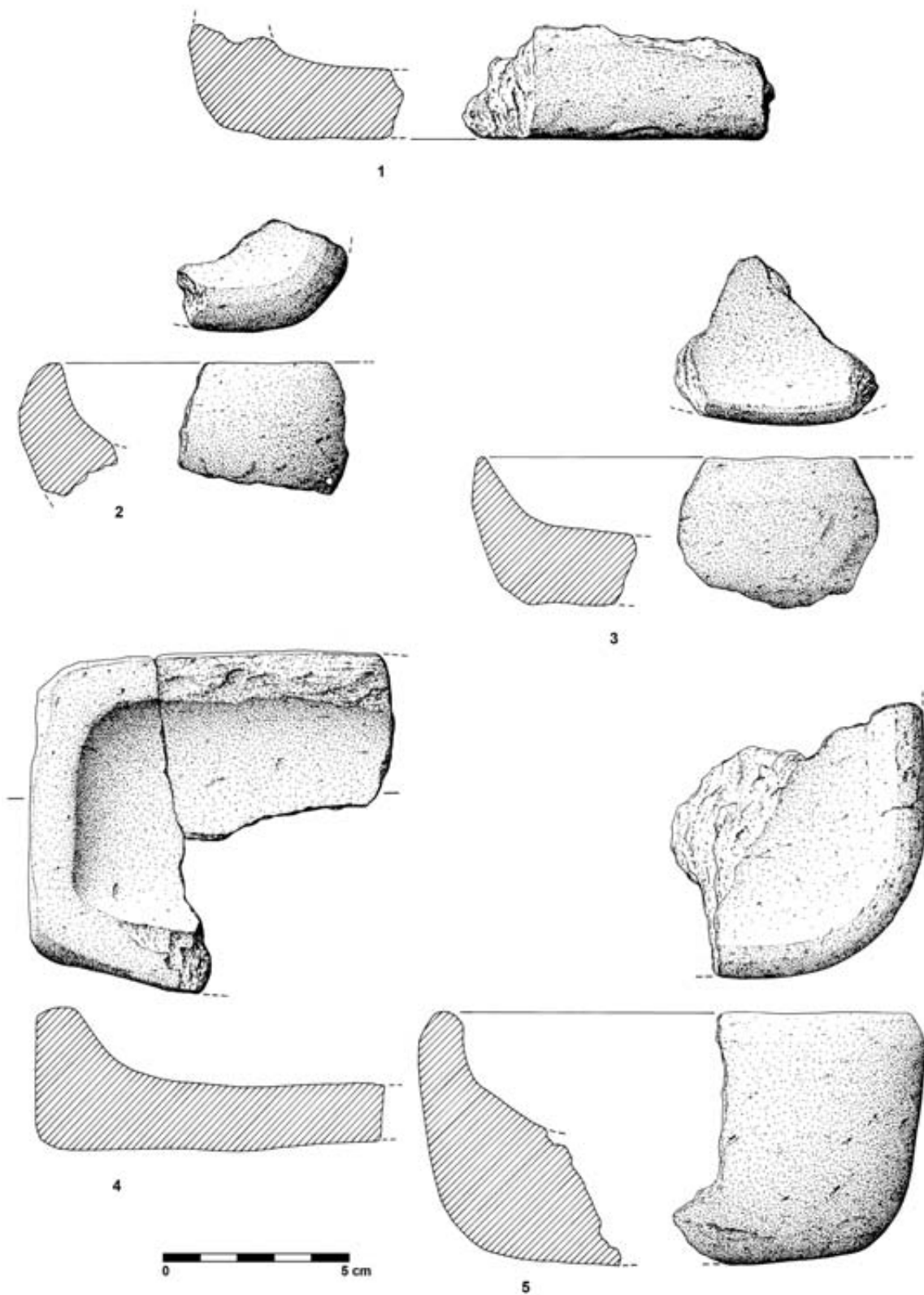


Fig. 64 – Outeiro Redondo. Cadinhos de fundição recolhidos na Camada 3.

## 5.7 – Adornos

Recolheram-se os seguintes artefactos:

- Uma concha de *Luria lurida* (L., 1758) perfurada, servindo como elemento de adorno, recolhida na Camada 3 (Fig. 65, n.º 1; Fig. 14, n.º 8);
- Um fragmento de coral de cor violeta, recolhido na Camada 2 (Fig. 65, n.º 2);
- Um botão de osso, recolhido na Camada 2 (Fig. 65, n.º 3; Fig. 14, n.º 7);
- Duas contas de colar, uma em mineral verde e outra em concha com marcas de uso (Fig. 65, n.ºs 4 e 5; Fig. 14, n.º 6), recolhidas na Camada 2.

Os objectos de adorno recolhidos não despertam especial atenção, exceptuando o fragmento de coral e a concha perfurada. Quanto ao fragmento de coral, a sua ocorrência vem provar que esta matéria-prima seria já procurada para a confecção de adornos, apesar da colheita ser efectuada em profundidade, eventualmente através de ancinhos que se arrastavam pelo fundo. É provável que a proveniência desta peça se possa situar no litoral algarvio, ou mais além. Seria também daquela região de que proviria a concha de *Luria lurida* (L., 1758) recolhida, dado que é a que se encontra geograficamente mais próxima. Augusto Nobre refere que recolheu exemplares rolados no Cabo de Santa Maria (Faro) (NOBRE, 1932, p. 129). Mais recentemente, a presença da espécie foi alargada à ria de Olhão, sendo especialmente mencionada em Tavira e arredores (MACEDO, 1999, p. 148), presumindo-se, na falta de outras indicações, que se tratasse de exemplares vivos. Pode pois considerar-se que alguns dos adornos de origem marinha recolhidos revelam ligações com o litoral algarvio, de onde teriam provindo. A presença em outros contextos pré-históricos da região estremenha de adornos de concha com idêntica proveniência foi já anteriormente demonstrada, pela presença de duas contas (de colar ?) de *Conus mediterraneus* Bruguière, 1792 espécie que actualmente vive apenas no litoral algarvio (NOBRE, 1932, p. 73), nas grutas do Poço Velho, Cascais (CARDOSO & GUERREIRO, 2001-2002).

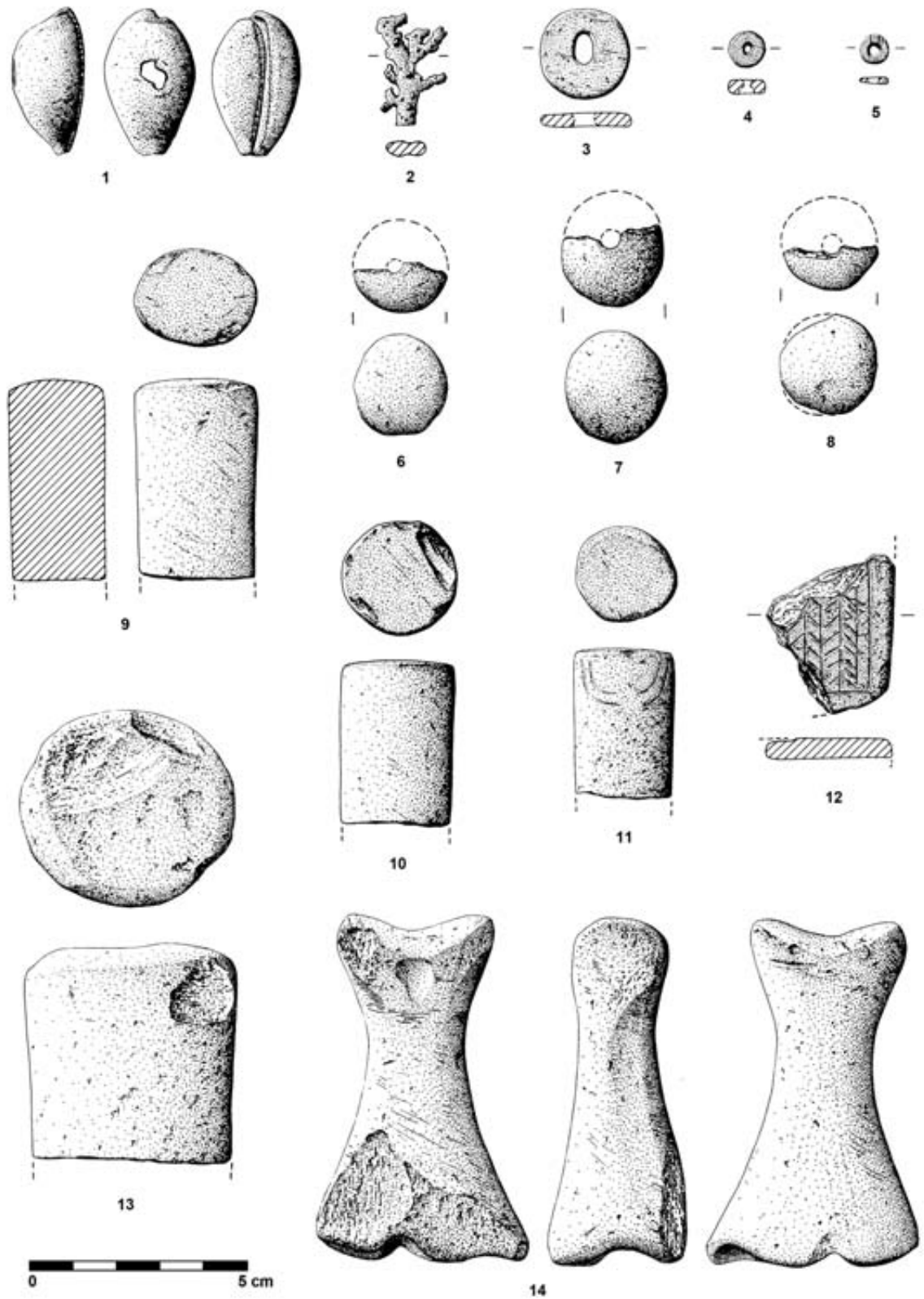
A conta de mineral verde, ainda que não tenha sido analisada, deve ter proveniência idêntica à maioria dos exemplares recolhidos nos povoados calcolíticos da região (Penha Verde, Leceia e Moita da Ladra), a região de Zamora (ODRIOZOLA *et al.*, 2013).

## 5.8 – Objectos de carácter simbólico ou ritual

Nas campanhas de 2014 e 2014 recolheram-se os seguintes exemplares:

- Três ídolos cilíndricos lisos (Fig. 65, n.ºs 9, 10 e 13), todos conservando uma das extremidades, sendo dois de calcário, e o de maiores dimensões de rocha básica diorítica, recolhidos na Camada 2 (Fig. 14, n.ºs 1, 2 e 4); o exemplar de rocha diorítica apresenta sinais de percussão junto a uma das extremidades, indício de ter sido reutilizado.
- Um outro exemplar, de pequenas dimensões, exhibe junto da única extremidade conservada a representação de tatuagens faciais (Fig. 65, n.º 11; Fig. 14, n.º 3). Provém da Camada 3;
- Um fragmento de placa de xisto decorada (Fig. 65, n.º 12; Fig. 14, n.º 5), muito incompleta, correspondendo ao canto inferior direito, recolhida na Camada 2, exibindo motivo formado por apertadas linhas horizontais em ziguezague, pautadas por linhas verticais, integradas em cartela;
- Uma primeira falange de cavalo totalmente afeiçãoada por polimento (Fig. 65, n.º14; Fig. 14, n.º 10), por forma a sublinhar a sua forma antropomórfica, recolhida na Camada 2.





**Fig. 65** – Outeiro Redondo. Objectos de adorno e de carácter ideotécnico. 1 – concha perfurada (Camada 3); 2 – fragmento de coral de cor violeta (Camada 2); 3 – botão de osso (Camada 2); 4 e 5 – contas de colar (Camada 2); 6 a 8 – Esferas perfuradas de cerâmica (Camada 2); 9 a 11 – cilindros lisos (Camada 2) e decorado com “tatuagens” faciais (Camada 3); 12 – fragmento de placa de xisto decorada (Camada 2); 13 – fragmento de cilindro, de diorito, reutilizado (Camada 2); 14 – primeira falange de cavalo afeiçoada por polimento (Camada 2).

- Uma concha de mexilhão (*Mytilus* sp.), de dimensões excepcionais (Fig. 14, n.º 9), recolhida no interior de um pequeno covacho de contorno sub-rectangular escavado no substrato, situado no interior da Cabana R (ver Fig. 8).

O conjunto dos artefactos ideotécnicos é pouco numeroso mas muito diversificado. Assim, os ídolos cilíndricos de calcário, totalmente lisos, ou ostentando as bem conhecidas tatuagens faciais, atestam a existência de pequenos altares domésticos, colectivos ou não, no interior do espaço habitado, tal como foi anteriormente referido a propósito dos exemplares recolhidos em Leceia (CARDOSO, 2003 b; CARDOSO, 2009 b). O exemplar de maiores dimensões, de rocha diorítica, com indícios de reutilização, merece destaque, por evidenciar a perda da carga simbólica da representação divina a que se encontrava inicialmente associado. Situação idêntica foi verificada no povoado de Leceia e desde logo valorizada como merecia (CARDOSO, 1989, Fig. 110, n.º 8).

O único fragmento de placa de xisto até agora encontrado no Outeiro Redondo é compatível com a cronologia calcolítica do local, que não é anterior a 2600 a.C., correspondendo assim a uma das derradeiras produções deste tipo de objectos. Com efeito, a decoração que ostenta é rara no contexto das placas de xisto, pois os ziguezagues são simples, não se encontrando os espaços por eles definidos preenchidos por reticulado, como é usual, formando faixas horizontais. Semelhança mais próxima foi identificada com a decoração do mesmo tipo de linhas em ziguezague, pautadas por linhas (neste caso horizontais), existentes num cilindro de calcário da gruta do Correio- Mor, Loures (CARDOSO, 2003 c, Fig. 30, n.º 3). Aliás, a presença de placas de xisto em contextos habitacionais calcolíticos, sendo escassa, não é excepcional (veja-se, por ex., o conjunto recuperado em Vila Nova de São Pedro, cf. JALHAY & PAÇO, 1945, Fig. 5, n.ºs 1, 3 e 4). Em contextos funerários, a sua presença pode ser abundantíssima, como se verificou na *tholos* de Santiago do Escoural (SANTOS & FERREIRA, 1969).

No respeitante à primeira falange de cavalo totalmente afeiçãoada por polimento, corporiza a já aludida existência de altares domésticos à divindade calcolítica feminina. Com efeito, este exemplar poderia ser pintado, substituindo assim a pintura a gravação antropomórfica com os atributos característicos da divindade, tão exemplarmente evidenciados pelos dois exemplares recolhidos na lapa da Bugalheira, Torres Novas (CARDOSO, 1995), que integravam, com exemplares totalmente lisos, como o do Outeiro Redondo, um santuário situado num dos lados da cavidade. A presença deste tipo de ídolos antropomórficos encontra-se documentada em outros povoados da região. Em Leceia recolheram-se dois exemplares lisos, em estádios diferentes de transformação por polimento, de modo a acentuar-se uma forma já de si naturalmente antropomórfica, e um exemplar decorado, representado por pequeníssimo fragmento (CARDOSO, 1995, Fig. 2). Outros exemplares, inventariados neste trabalho, documentam a presença em povoados calcolíticos, deste tipo de ídolos: Olelas, Vila Nova de São Pedro, Leceia e, agora, o Outeiro Redondo, são os sítios calcolíticos fortificados que registaram até agora a ocorrência de exemplares lisos e / ou decorados.

Enfim, importa valorizar a identificação de ritual de assinalável singularidade identificado no espaço habitado. No interior de covacho de contorno sub-rectangular, escavado nos calcários grumosos jurássicos que constituem o substrato local, situado no interior da Cabana R, correspondente à única estrutura deste tipo reportada ao início da ocupação do sítio, depositou-se uma única valva de mexilhão, de dimensões excepcionais. Como este depósito ritual seria forçosamente coberto pelo piso térreo da cabana, admite-se que esteja associado a uma prática fundacional, que englobaria não só a estrutura habitacional com a qual estava directamente relacionada, mas, tendo presente a antiguidade desta, com o próprio espaço que viria a ser ocupado. Nestes termos, dada a importância do mar e dos recursos dele obtidos no quotidiano da economia

alimentar da comunidade ali instalada, não espanta que tenha sido um produto comestível excepcional dele originário que tenha sido escolhido para corporizar o singelo ritual propiciatório fundacional então realizado. Tal realidade tem paralelo, na mesma época, em outros contextos habitacionais estremenhos: em Vila Nova de São Pedro, efectuou-se pela mesma época uma cerimónia ritual que envolveu o enterramento de pelo menos um bovino ou de partes do mesmo (PAÇO, 1943) e no povoado do Carrascal, Oeiras, depositaram-se, no fundo de uma fossa circular aberta nos calcários e margas cretácicas, duas porções de hemimandíbulas de boi doméstico (CARDOSO, 2009 c, Fig. 7), denunciando a importância deste animal assim ritualizado, na economia doméstica das comunidades daqueles dois locais, por certo mais importante que o papel desempenhado no Outeiro Redondo.

## 6 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS RESTOS

Depois de analisados detalhadamente cada grupo morfológico / tipológico e de terem sido assinaladas as associações entre eles e as diversas estruturas identificadas no terreno, importa registar, de acordo com a sequência estratigráfica conhecida, os resultados da análise da distribuição espacial da totalidade dos artefactos recolhidos pela área escavada. Com base nas observações de terreno e na localização dos artefactos na planta geral da área escavada em 2013 e 2014, verificou-se a existência de determinadas concentrações de espólios, a seguir caracterizadas.

**Camada 2** – foi possível identificar as seguintes associações de espólios:

**Muralha G** – Catorze pontas de seta dispersas ao longo da estrutura defensiva (Fig. 36, n.ºs 9, 10, 14 e 20; Fig. 37, n.ºs 2, 3, 6, 9, 10, 12, 13, 18, 23 e 24). Todas são de sílex excepto um exemplar talhado em xisto jaspóide. Deste conjunto, sete exemplares apresentam a ponta fracturada.

**Estrutura N** – Duas armas e um objecto votivo: uma ponta de seta de cobre, de espigão e barbelas, uma alabarda nervurada munida de lingueta de encabamento desenvolvida, sem rebites (Fig. 60, n.ºs 16 e 17) e uma enxó votiva, de fibrolite (Fig. 18, n.º 2).

**Estrutura O1** – Dois cadinhos de fundição, incompletos (Fig. 62, n.º 8; Fig. 63, n.º 3).

O inventário dos utensílios recuperados e associados as estas estruturas da Camada 2 é meramente indicativo, já que é certa a existência nesta camada, mais do que na Camada subjacente, como acima se referiu, de assinaláveis movimentos pós-deposicionais, acentuados pelo assinalável declive que caracteriza o espaço habitado, mesmo na plataforma situada do lado nascente, delimitada pela Muralha G, onde se revelou a maior intensidade da ocupação. Esta encontra-se documentada quer pelas unidades habitacionais em geral mal definidas, quer pelos testemunhos das áreas de trabalho específicas, como a que se registou para a Estrutura O1, ligada à metalurgia do cobre.

A presença de duas armas de características excepcionais nos inventários – uma delas é mesmo exemplar único – e de uma pequena enxó votiva de fibrolite, recolhidas no mesmo contexto, é também aspecto que deve ser valorizado.

Enfim, a concentração de pontas de seta associadas e distribuídas ao longo da Muralha G, e em particular de exemplares com a ponta fracturada devido a impacto, comprovam a natureza da estrutura a nível defensivo.

**Camada 3** – verificam-se as seguintes associações de espólios.

**Lareira J** – Um fragmento de lâmina de sílex castanho (Fig. 28, n.º 21); dois furadores sobre lasca, ambos de sílex cinzento (Fig. 32, n.ºs 12 e 13); uma lâmina foliácea, elipsoidal, de sílex cinzento (Fig. 35, n.º 12); um fragmento cerâmico de um “copo” decorado com caneluras horizontais simples junto ao bordo, recolhido no interior da estrutura (Fig. 51, n.º 3); dois fragmentos de suporte de lareira (Fig. 56, n.ºs 17 e 18); um fragmento de pingo de fundição no interior da estrutura (Fig. 60, n.º 12).

**Cabana R** – Três machados, sendo um deles de grande dimensão (Fig. 16, n.º 9; Fig. 17, n.ºs 1 e 2); um peso de pesca (Fig. 22, n.º 3); um núcleo de lamelas, em sílex cinzento (Fig. 27, n.º 8); uma lâmina inteira, em sílex cinzento, com retoque marginal contínuo em ambos os bordos laterais (Fig. 29, n.º 1) e um fragmento mesial de lâmina em sílex castanho (Fig. 28, n.º 26); duas raspadeiras, ambas em sílex cinzento (Fig. 30, n.ºs 9 e 13); dois furadores sobre lasca, o primeiro em sílex cinzento e o outro de tonalidades acastanhadas (Fig. 32, n.ºs 11 e 17); uma lâmina foliácea inteira, em forma de “D”, em sílex anegrado (Fig. 35, n.º 4); – Conjunto de quatro pesos de tear lisos (Fig. 55, n.ºs 7, 9, 10 e 12) e quatro decorados (Fig. 56, n.ºs 7 a 10); conjunto de três cadinhos de fundição (Fig. 63, n.ºs 4 e 5; Fig. 64, n.º 3); conjunto dos três tubos de forja (Fig. 61, n.ºs 3 a 5); uma concha de mexilhão (*Mytilus* sp.), de dimensões excepcionais, recolhida no interior de um pequeno covacho escavado no substrato (Fig. 14, n.º 9).

**Lareira R1** – Um fragmento de recipiente cilíndrico executado em diáfise de osso de grandes dimensões, com marcas de serragem (Fig. 40, n.º 16); um conjunto de fragmentos do mesmo recipiente cerâmico recolhidos no interior da estrutura (Fig. 50, n.º 11); um fragmento de suporte de lareira (Fig. 57, n.º 1).

Face aos elementos apresentados, verifica-se que algumas das unidades habitacionais do final do Calcolítico Inicial identificadas em 2013 e 2014 podem ser associadas diversos espólios, com interesse relevante. Assim, é de sublinhar que a ocorrência de três dos seis fragmentos de suportes de lareira recolhidos, se associam a estruturas de combustão, comprovando a sua utilização como apoios à confecção culinária ou ao aquecimento de diversos outros produtos. A prática de actividades metalúrgicas encontra-se expressivamente associada a uma destas estruturas, no interior da qual foi recolhido um pingo de fundição (Lareira J). Esta estrutura de combustão ligada à metalurgia, subjacente aos níveis de fundação da Entrada L, corporiza uma fase anterior à construção da Muralha, correspondente com os primeiros ocupantes do Outeiro Redondo no final do Calcolítico Inicial, que já ali praticavam a metalurgia do cobre.

Esta estrutura é coeva da Cabana R, de onde se destacam os vários utensílios ligados a actividades metalúrgicas, e à prática da tecelagem. Com efeito, é dali que provêm três fragmentos de cadinhos de fundição, a par de três algaravizes, objectos excepcionais do Calcolítico do território português, e que bem ilustram a importância desta actividade económica logo no início da ocupação do povoado em apreço. Do mesmo modo, a recolha no mesmo espaço doméstico, de oito pesos de tear, vem demonstrar, de forma clara, a existência de um tear na referida cabana. Crê-se que é a primeira vez que se demonstra esta realidade num povoado do Calcolítico estremenho, depois de, no Porto das Carretas, Mourão, se ter verificado a existência de idêntico dispositivo (SOARES, 2013), embora os pesos sejam de distinta morfologia.

Mas a importância desta cabana é ainda sublinhada, para além das actividades domésticas nela efectuadas, pela presença de uma deposição ritual de uma concha de *Mytilus* sp. (mexilhão), de dimensões excepcionais, depositada no interior de uma cavidade escavada no substrato, descoberta a que já foi dado anteriormente o devido destaque.

A Lareira R1, ao estar associada à Cabana R, estaria certamente ligada aos trabalhos metalúrgicos, embora nela nada se tivesse encontrado que o provasse.



## 7 – SÍNTESE CONCLUSIVA

As escavações realizadas em 2013 e 2014 no povoado calcólico fortificado do Outeiro Redondo, feitas no seguimento das ali desenvolvidas entre 2005 e 2008, cujos resultados já se encontram publicados, incidiram na plataforma situada do lado nascente do morro calcário, que se admitia possuir especial aptidão para a implantação de estruturas domésticas, conforme se veio a verificar.

Assim, sem prejuízo de as conclusões a seguir apresentadas serem integradas em trabalhos ulteriores, que tenham também em consideração as duas últimas campanhas de escavação ali efectuadas em 2015 e 2016, ao abrigo do Projecto de Investigação quadrienal superiormente aprovado pela Direcção Geral do Património Cultural importa desde já apresentar os principais resultados obtidos.

1 – Ao nível das estruturas defensivas, identificou-se o prolongamento para Este, e depois para Norte, de muralha constituída por volumosos blocos calcários, não afeiçoados, de origem local, que integram os dois paramentos da estrutura, provida de enchimento interno de blocos de menores dimensões. O desenvolvimento desta muralha acompanha o ressalto topográfico natural previamente existente, sublinhando a delimitação da plataforma acima referida. Esta muralha corresponde ao único dispositivo defensivo que envolvia a área habitada, conforme se verificou em 2015. Em 2013, identificou-se uma ampla entrada, nela existente, voltada para Sudoeste, delimitada por dois muros rectilíneos mais modernos, cujas características se afiguram mais do foro simbólico do que funcional.

Confirmou-se que esta muralha se fundava, ora no substrato geológico, ora em depósitos arqueológicos com espólios do Calcolítico Inicial da Estremadura. Pode, pois, concluir-se que se trata de estrutura do Calcolítico Pleno / Final, na qual estão representadas duas fases construtivas distintas.

2 – Ao nível das estruturas domésticas, os resultados obtidos afiguram-se muito relevantes. A primeira fase construtiva, do final do Calcolítico Inicial, é anterior à construção do recinto defensivo, sendo de destacar a identificação de uma cabana circular, assente no substrato geológico, cujo interior integrava lareira; a segunda fase coeva da sua construção e utilização, no decurso do Calcolítico Pleno / Final está representada por estruturas habitacionais de por qualidade, de planta sub-circular definidas por alinhamentos de blocos, semelhantes às identificadas em Leceia, povoado onde também se observou uma degradação construtiva entre as estruturas habitacionais do Calcolítico Inicial e as do Calcolítico Pleno / Final. Existem pois, duas fases culturais calcólicas, cada uma delas correspondente a uma fase construtiva bem identificada.

3 – Demonstrou-se a importância de diversas actividades económicas, estreitamente associadas ao quotidiano. As práticas metalúrgicas estão documentadas desde os primórdios da ocupação do local, no final do Calcolítico Inicial, as quais se mantiveram na ocupação seguinte, reportada ao Calcolítico Pleno / Final; a sua importância é um dos aspectos dominantes das actividades económicas aqui evidenciadas, sendo de destacar, a tal propósito, a recolha de numerosos cadinhos, de diversas tipologias, a par de quatro algaravizes, que constituem o conjunto mais importante até hoje recolhido em contextos desta época no território português. O abastecimento em cobre do povoado teria de ser assegurado de forma continuada, sendo crível que os minérios proviessem do Alto Alentejo, tal qual o verificado em Leceia, mas também não será de excluir a possibilidade de a diversificação das fontes se ter já então estendido ao Baixo Alentejo. Do Alentejo proviriam também outras matérias-primas, das quais a melhor representada é o anfibolito, transformado na larga maioria dos instrumentos polidos identificados; as pontas de seta de sílex jaspóide, procuradas provavelmente pelas belas colorações avermelhadas que exibem, denotam também relações com aquela região.

Paralelamente, documentaram-se outras actividades domésticas, como a tecelagem, tendo-se identificado, no interior de uma cabana, oito pesos que corporizam um dispositivo de tecelagem. A pesca à linha está expressivamente representada por vários anzóis de cobre; e, pela primeira vez, documentou-se a captura selectiva de pescado através das diferenças de tamanho dos anzóis recolhidos, sem prejuízo do recurso a redes de pesca, de que se identificaram diversos pesos.

4 – A superestrutura religiosa está documentada pela ocorrência de ídolos-cilindro de calcário, que configuram, tal como em outros povoados coevos, a existência de altares domésticos. Mas foi um ritual, talvez de fundação, do próprio povoado calcolítico, que apresenta o maior interesse no quadro das manifestações simbólicas identificadas. Tal ritual envolveu a abertura, nos calcários apinhoados jurássicos, aparentemente intencionalmente aplanados, de um covacho de contorno sub-trapezoidal, no qual se depositou concha de um mexilhão de dimensões excepcionais, recuperada intacta. É assim provável que este ritual se relacione com a importância do mar, incluindo os recursos alimentares por ele proporcionados, configurando uma realidade única, no quadro das práticas rituais até agora identificadas em contextos coevos.

## REFERÊNCIAS

- BRANDHERM, D. (2003) – *Die Dolche und Stabdolche der Steinkupfer der älteren Bronzezeit auf der Iberischen Halbinsel*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag.
- CARDOSO, J. L. (1981) – O povoado pré-histórico de Leceia (Lisboa, Portugal). Estudo da colecção do Escultor Álvaro de Brée. 2.<sup>a</sup> parte. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 91, p. 120-233.
- CARDOSO, J. L. (1989) – *Leceia – resultados das escavações realizadas 1983-1988*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- CARDOSO, J. L. (1995) – Possíveis pontas de seta calcolíticas de osso do povoado de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5, p. 233-241.
- CARDOSO, J. L. (1996) – Pesos de pesca do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras): estudo comparado. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 107-119.
- CARDOSO, J. L. (1997) – *O povoado de Leceia sentinelado do Tejo no terceiro milénio antes de Cristo*. Lisboa/Oeiras: Museu Nacional de Arqueologia/Câmara Municipal de Oeiras.
- CARDOSO, J. L. (1999-2000) – Os artefactos de pedra polida do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 8, p. 241-323.
- CARDOSO, J. L. (2000) – *Sítios, Pedras e Homens. Trinta anos de Arqueologia em Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras (*Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 9).
- CARDOSO, J. L. (2001-2002) – Os esferóides de calcário do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras) e suas possíveis finalidades. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 10, p. 77-88.
- CARDOSO, J. L. (2003 a) – A utensilagem óssea de uso comum do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 11, p. 25-84.
- CARDOSO, J. L. (2003 b) – O uso do marfim, no território português, durante o Calcolítico: a propósito de um alfinete recolhido no povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 11, p. 85-96.
- CARDOSO, J. L. (2003 c) – A gruta do Correio-Mor (Loures). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 11, p. 229-321.

- CARDOSO, J. L. (2004) – Polished stone artefacts at the prehistoric settlement of Leceia (Oeiras). *Madridier Mitteilungen*. Mainz. 45, p. 1-32.
- CARDOSO, J. L. (2007) – As cerâmicas decoradas pré-campaniformes do povoado pré-histórico de Leceia: suas características e distribuição estratiográfica. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 14, p. 9-276.
- CARDOSO, J. L. (2009 a) – Espólios do povoado calcolítico fortificado de Outeiro Redondo (Sesimbra): as colheitas do Arq. Gustavo Marques. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 12 (1), p. 73-114.
- CARDOSO, J. L. (2009 b) – O povoado pré-histórico do Carrascal (Oeiras) e os rituais associados a grandes bovídeos. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 17, p. 357-370.
- CARDOSO, J. L. (2009 c) – Estatuetas do Neolítico Final e do Calcolítico do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras) e o simbolismo a elas associado. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 17, p. 73-96.
- CARDOSO, J. L. (2010) – O povoado calcolítico fortificado do Outeiro Redondo (Sesimbra). Resultados das escavações efectuadas em 2005. In GONÇALVES, V. S. & SOUSA, A. C. (eds.) – *Transformação e Mudança no Centro e Sul de Portugal: o 4.º e o 3.º milénios a.n.e., Actas do Colóquio Internacional (Cascais, 4-7 Outubro 2005)*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, p. 97-129.
- CARDOSO, J. L. (2010-2011) – O povoado calcolítico da Penha Verde (Sintra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 467-551.
- CARDOSO, J. L. (2011) – *Arqueologia do concelho de Oeiras, do Paleolítico Inferior arcaico ao século XVIII*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- CARDOSO, J. L. (2012) – Elementos de moagem do povoado calcolítico fortificado do Outeiro Redondo (Sesimbra). *Sesimbra – memória e identidade. Engenho de moagem de cereais*. Sesimbra: Câmara Municipal de Sesimbra, p. 29-34.
- CARDOSO, J. L. (2013) – O povoado pré-histórico do Outeiro Redondo (Sesimbra). Resultados da primeira fase de escavações arqueológicas (2005-2008). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 641-730.
- CARDOSO, J. L. (2014 a) – O povoado calcolítico fortificado da Moita da Ladra (Vila Franca de Xira, Lisboa): resultados das escavações efectuadas (2003-2006). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 21, p. 217-294.
- CARDOSO, J. L. (2014 b) – A presença campaniforme no território português. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 21, p. 295-348.
- CARDOSO, J. L. (2014 c) – Polished stone tools. In CARVALHO, A. F. (ed.) – *Bom Santo cave (Lisbon) and the Middle Neolithic societies of Southern Portugal*. Faro: Universidade do Algarve, p. 185-194 (Promontoria Monográfica, 17).
- CARDOSO, J. L. & CANINAS, J. C. (2010) – Moita da Ladra (Vila Franca de Xira). Resultados preliminares da escavação integral de um povoado calcolítico muralhado. In GONÇALVES, V. S. & SOUSA, A. C. (ed.) – *Transformação e Mudança no Centro e Sul de Portugal: o 4.º e o 3.º milénios a.n.e., Actas do Colóquio Internacional (Cascais, 4-7 Outubro 2005)*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, p. 65-95.
- CARDOSO, J. L. & CARREIRA, J. R. (2003) – O povoado calcolítico do Outeiro de São Mamede (Bombarral): estudo do espólio das escavações de Bernardo de Sá (1903/1905). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 11, p. 97-228.
- CARDOSO, J. L. & CARVALHOSA, A. B. (1995) – Estudos petrográficos de artefactos de pedra polida do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). Análise de proveniência. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Câmara Municipal de Oeiras. Oeiras. 5, p. 123-151.
- CARDOSO, J. L. & GRADIM, A. (2012) – *Dez anos de escavações arqueológicas em Alcoutim – do Neolítico ao Romano*. Alcoutim: Câmara Municipal de Alcoutim.

- CARDOSO, J. L. & GUERRA, M. F. (1997-1998) – Análises químicas não destrutivas do espólio metálico do povoado pré-histórico de Leceia, Oeiras e o seu significado no quadro da intensificação económica calcolítica da Estremadura. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7, p. 61-87.
- CARDOSO, J. L. & GUERREIRO, A. (2001-2002) – Presença do género *Conus sp.* No Neolítico ou Calcolítico da Estremadura portuguesa. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 10, p. 363-373.
- CARDOSO, J. L. & MARTINS, F. (2013) – O povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). Estudo dos utensílios de pedra lascada. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 357-524.
- CARDOSO, J. L.; CARDOSO, G. & ENCARNÇÃO, J. (2013) – O campaniforme de Freiria (Cascais). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 525-588.
- CARDOSO, J. L.; SOARES, A. M. M. & MARTINS, J. M. M. (2010-2011) – Fases de ocupação e cronologia absoluta da fortificação Calcolítica do Outeiro Redondo (Sesimbra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 553-578.
- CARDOSO, J. L.; SOUSA, A. C. & ANDRÉ, M. C. (2015) – O povoado do Carrascal (Oeiras). Estudo das ocupações do Neolítico Final e do Calcolítico. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 22, p. 139-234.
- CARREIRA, J. R. (1994) – A Pré-História recente do Abrigo Grande das Bocas (Rio Maior), *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa. 2, p. 47-144.
- COELHO, M. D. & CARDOSO, J. L. (2010-2011) – O espólio malacológico do povoado calcolítico fortificado do Outeiro Redondo (Sesimbra). Contributo para o conhecimento das estratégias de recolção de uma comunidade sedentária do 3.<sup>os</sup> milénio a. C. do litoral português. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 235-286.
- CRUZ, P. B. (1906) – As grutas de Palmella. *Boletim da Sociedade Archeologica Santos Rocha*. Figueira da Foz. 1 (3), p. 87-98
- GOMES, J. J. F. & DOMINGOS, J. B. B. (2005) – Povoado fortificado da Pedra de Ouro. In ARNAUD, J. M. & FERNANDES, C. V. (eds.) – *Construindo a Memória, As Coleções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 116-122.
- GONÇALVES, J. L. M. (1994) – Castro da Columbeira – uma primeira fase do Calcolítico médio estremenho? *Al-madan*. Almada. Série II, 4, p. 5-7.
- JALHAY, E. & PAÇO, A. (1945) – El castro de Vilanova de San Pedro. *Actas y Memorias de la Sociedad Española de Antropología, Etnografía y Prehistoria*. Madrid. 20, p. 55-141.
- KUNST, M. (1996) – As cerâmicas decoradas do Zambujal e o faseamento do Calcolítico da Estremadura portuguesa. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 257-287.
- MACEDO, M. C. C. (1999) – *Conchas marinhas de Portugal*. Lisboa: Verbo.
- MARQUES, G. (1967) – Castro eneolítico de Sesimbra: notícia do seu achado. *Boletim do Centro de Estudos do Museu Arqueológico de Sesimbra*. Sesimbra. 1, p. 10-16; 2, p. 17-21.
- MÜLLER, R. & SOARES, A. M. M. (2008) – Traces of Early copper production at the chalcolithic fortification of Vila Nova de São Pedro (Azambuja, Portugal). *Madrider Mitteilungen*. Wiesbaden. 49, p. 94-114,
- NETO, N; REBELO, P. & CARDOSO, J. L. (2015) – O povoado do Neolítico Final e do Calcolítico da Travessa das Dores (Ajuda – Lisboa). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 22, p. 235-280.
- NOBRE, A. (1932) – *Moluscos marinhos de Portugal*. Porto: Instituto de Zoologia da Universidade do Porto.
- NOCETE CALVO, F. *et al.* (2004) – La ordenación espacio-temporal del registro arqueológico de Cabezo Juré. In NOCETE CALVO, F. (coord.) – *Odiel Proyecto de investigación arqueológica para el análisis del origen de la desigualdad social en el Suroeste de la Península Ibérica*. Sevilla: Consejería de Cultura/Dirección General de Bienes Culturales, p. 129-232.



- NOCETE, F. & NOCETE, F. J. (2015) – *Mil años de historia escrita en cobre y oro 3200-2200 A.N.E.* Huelva: Fundación Atlantic Copper.
- ODRIOZOLA, C.; VILLALOBOS GARCIA, R.; BOAVENTURA, R.; SOUSA, A. C.; MARTÍNEZ-BLANES, J. M. & CARDOSO, J. L. (2013) – Las producciones de adorno personal en rocas verdes del SW peninsular: los casos de Leceia, Moita da ladra y Penha Verde. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, 2013, p. 605-622.
- PAÇO, A. (1943) – Uma vasilha de barro, de grandes dimensões, do “castro” de Vila-Nova-de-São-Pedro. *IV Congresso da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências (Porto, 1942). 7.ª Secção – Ciências Históricas e Filológicas. Actas*. Porto: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, 8, p. 132-143.
- PAÇO, A. (1966) – Castelo da Pedra de Ouro. *Anais da Academia Portuguesa da História*. Lisboa. Série II, 16, p. 117-152.
- PAÇO, A. & ARTHUR, M. L. C. (1953) – Castro de Vila Nova de San Pedro IV – sementes pré-históricas de linho. *Archivo de Prehistoria Levantina*. Valencia. 4, p. 151-157.
- PEREIRA, F., *et al.* (2013) – Estudo das evidências de produção metalúrgica no Outeiro Redondo (Sesimbra). *Arqueologia em Portugal. 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 463-468.
- SANTOS, M. F. & FERREIRA, O. V. (1969) – O monumento eneolítico de Santiago do Escoural. *O Arqueólogo Português*. Série III, 3, p. 37-62.
- SILVA, C. T. & SOARES, J. (2014) – O Castro de Chibanes (Palmela) e o tempo social do III milénio BC na Estremadura, *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 15, p. 105-172.
- SOARES, A. M. M. (2004) – A metalurgia de Vila Nova de São Pedro. Algumas reflexões. In ARNAUD, J. M. & FERNANDES, C. V. (eds.) – *Construindo a Memória, As Coleções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 179-188.
- SOARES, J. (2013) – Transformações sociais durante o 3.º milénio AC no sul de Portugal. O povoado do Porto das Carretas. Évora: EDIA/DRCALEN (Memórias d’Odiana.. Série II, 5).
- SOUSA, A. C. F. A. B. (2010) – *O Penedo de Lexim e a sequência do Neolítico Final e Calcolítico da Península de Lisboa*. Tese de doutoramento em História, Especialidade em Pré-História. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2 vols.
- VEIGA, S. P. M. E. (1884) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve*. Vol. 3. Lisboa: Imprensa Nacional.

ANEXO

**LOCALIZAÇÃO NO TERRENO  
DOS ESPÓLIOS ESTUDADOS**







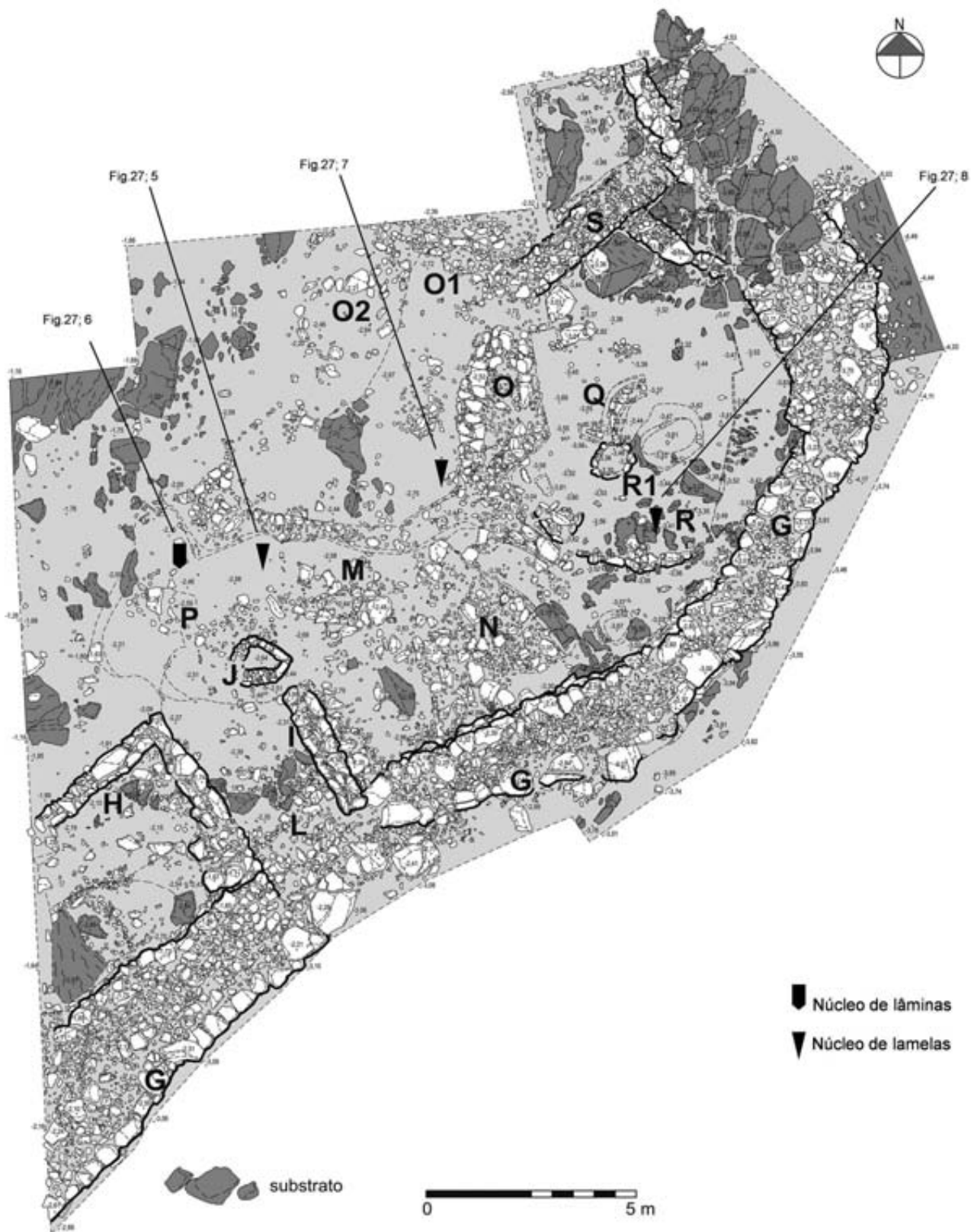




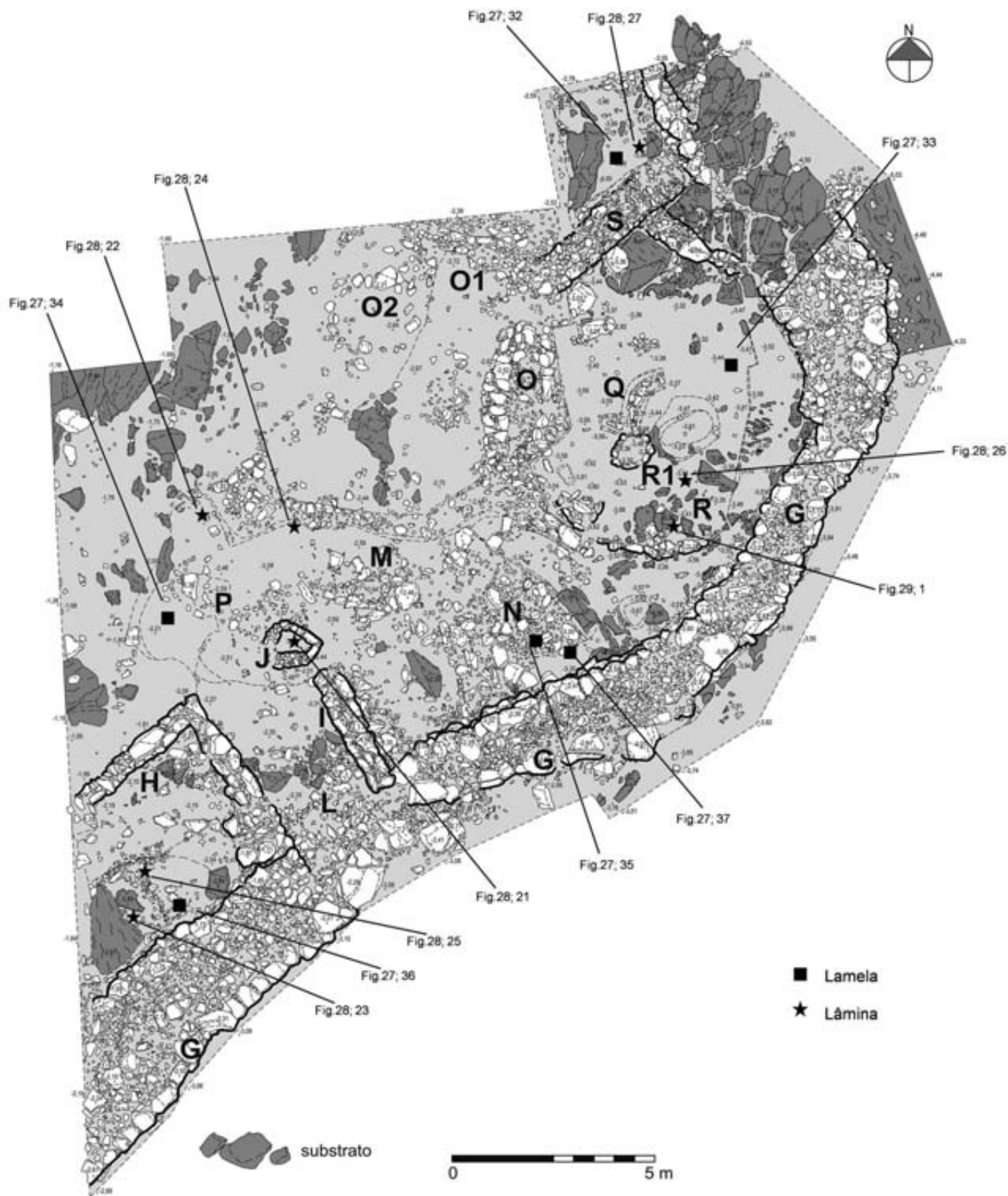






































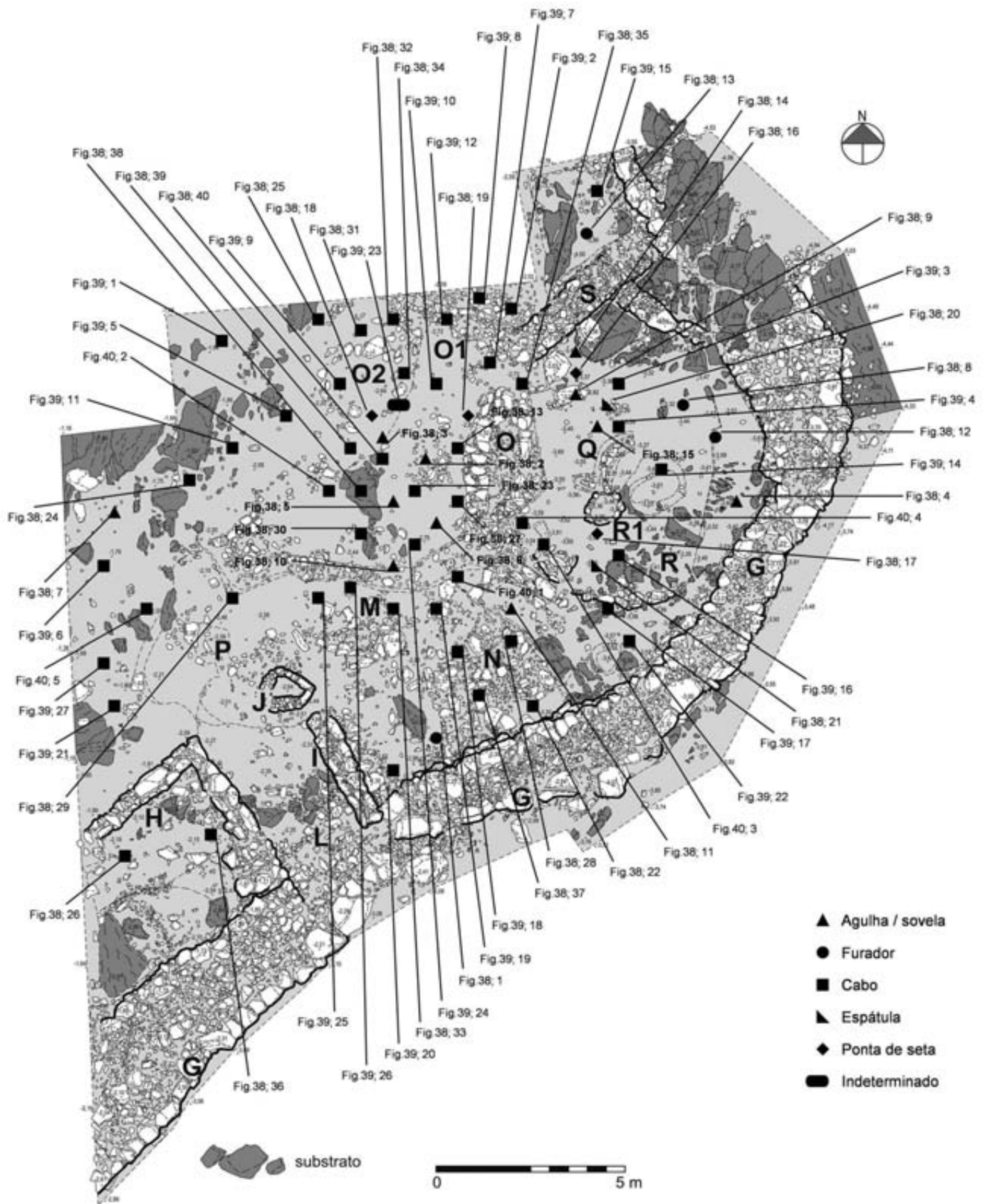






























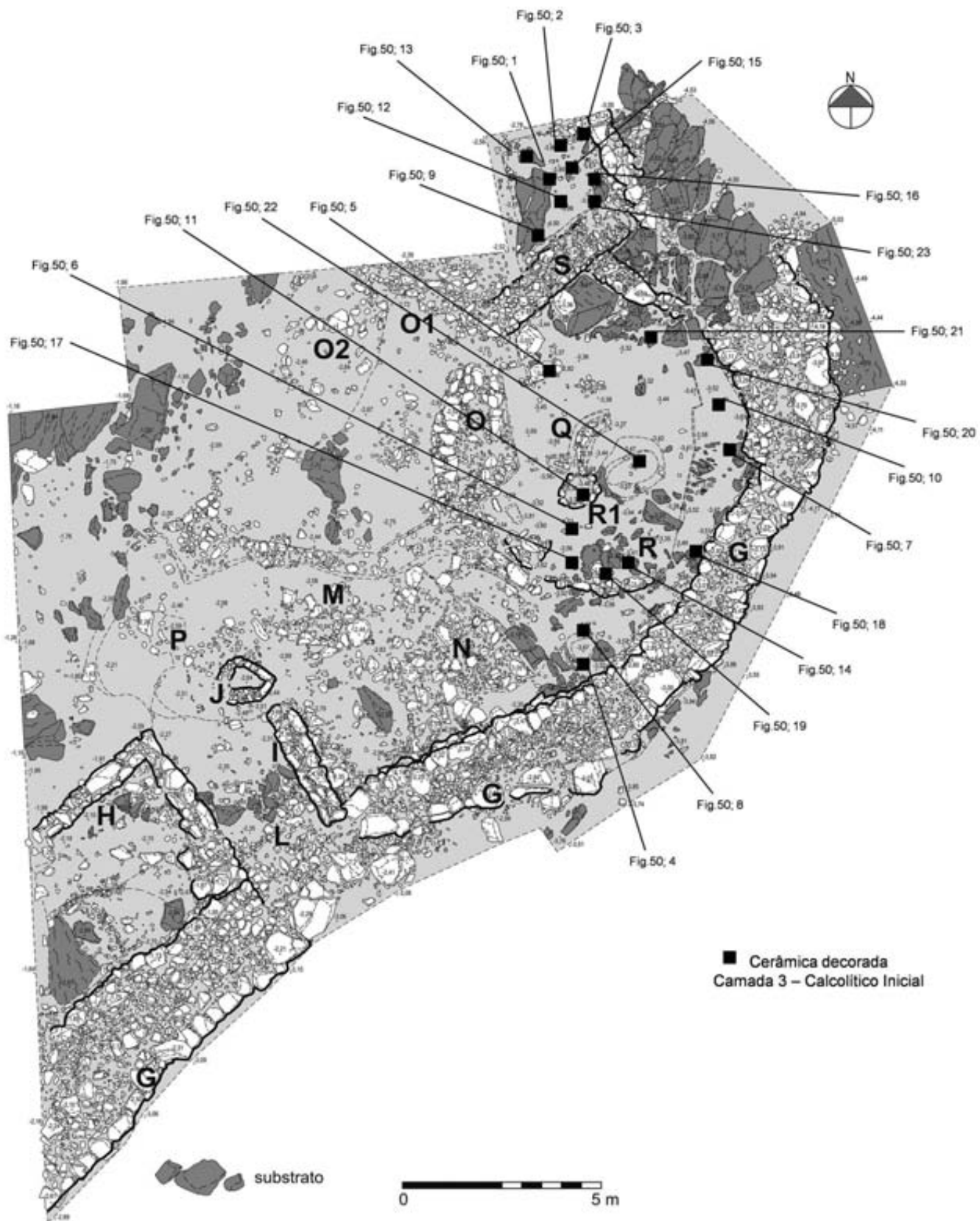


















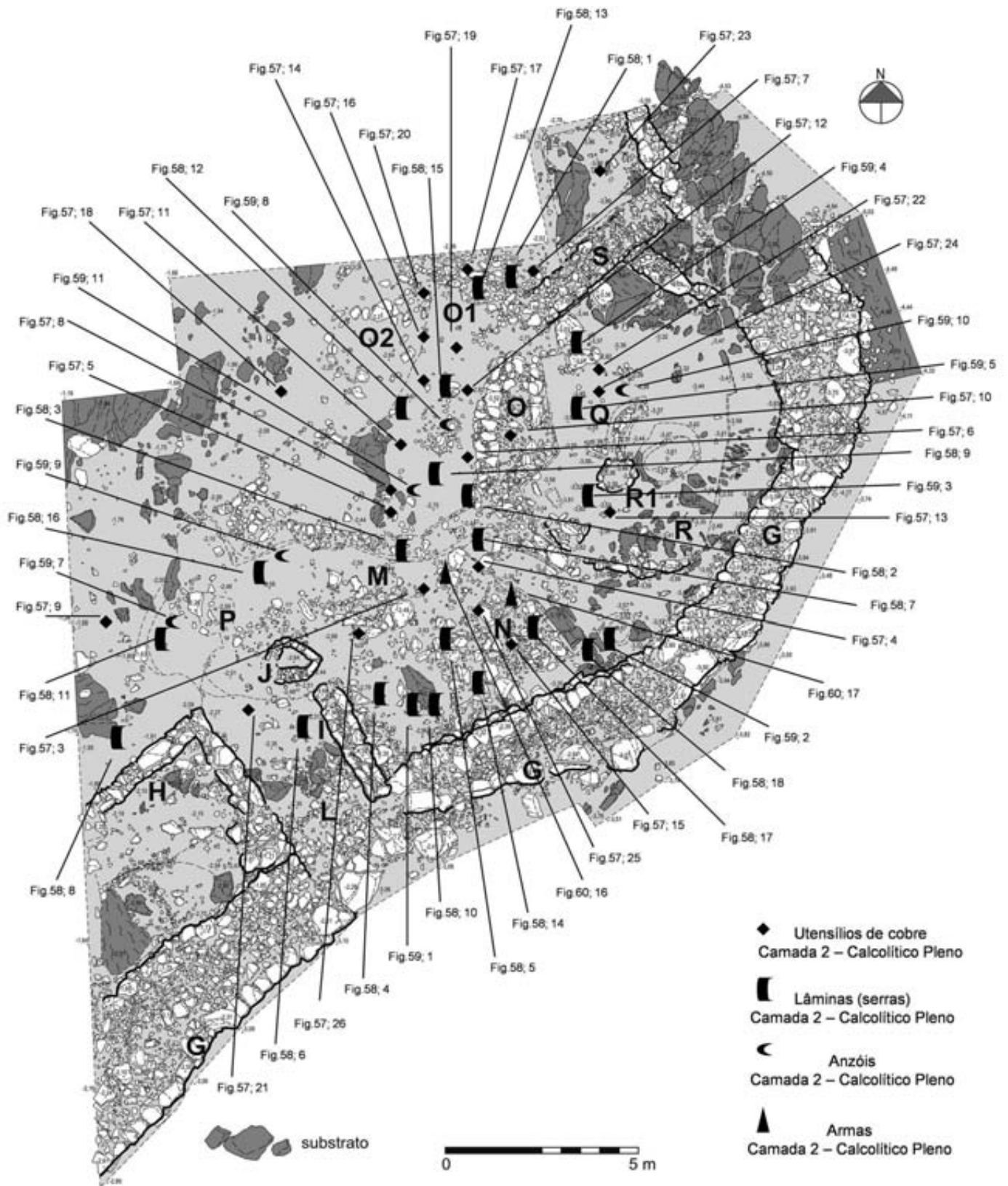
























**CORRESPONDÊNCIA EPISTOLAR  
REMETIDA POR EMINENTES PRÉ-HISTORIADORES ESPANHÓIS  
OU QUE TRABALHARAM ESSENCIALMENTE EM ESPANHA  
A JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS (1853-1941)**

***CORRESPONDENCE SENT BY EMINENT SPANISH PRE-HISTORIANS  
OR WHO WORKED MAINLY IN SPAIN  
TO JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS (1853-1941)***

João Luís Cardoso<sup>1</sup>

**Abstract**

In this article we publish and comment the correspondence sent to José Leite de Vasconcelos by twelve eminent Spanish archaeologists. Two exceptions (Georg Leisner and George Bonsor) are justified since they developed his main archaeological research in the Iberian Peninsula. The correspondence shows the high scientific and personal appreciation given to his Portuguese colleague, due not only by his scientific merit, but also by the resources he mobilized for international collaboration, with the projection of his own work, namely the journal *O Arqueólogo Português* and the *Museu Etnológico Português*, of which he was the first Director.

The correspondence provides a reliable picture of the archaeological research then carried out in Spain, with interesting information about excavations then under way, with relevant information about institutions and publications, and shows the great interest of the Spanish archaeologists for reliable and up-to-date information on Portuguese Archeology.

*Keywords:* Epistolary correspondence, Leite de Vasconcelos, Spanish archaeologists.

## **1 – INTRODUÇÃO E OBJECTIVOS**

O epistolário de José Leite de Vasconcelos constitui notável repositório de informações sobre a actividade, em diversos domínios científicos, do fundador do então designado Museu Etnológico Português, reflectindo, de forma igualmente nítida, o labor desenvolvido pela plêiade dos seus correspondentes, espalhados por Portugal e pelos principais centros de investigação europeus. Desta forma, com a continuação da publicação desta correspondência científica, será possível caracterizar o próprio progresso das investigações realizadas no decurso do principal período abrangido pela correspondência, as três primeiras décadas do século XX. Confrontando as informações sobre trabalhos em curso, de campo ou de gabinete, compulsando as dúvidas expressas pelos pedidos de informações que amiúde pontuam a correspondência, muitas vezes respondidas

---

<sup>1</sup>Universidade Aberta (Lisboa) e Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras).  
cardoso18@netvisao.pt



pelas obras que eram permutadas entre eles, onde se plasmavam os resultados daqueles diálogos que, em virtude de assumirem uma forma escrita, quase sempre cuidada e objectiva, permitiram produzir conclusões sobre as condições e principais linhas de actuação dos correspondentes ora estudados.

Um primeiro trabalho do signatário sobre o epistolário de Leite de Vasconcelos teve como objectivo dar a conhecer a correspondência que lhe foi remetida por eminentes arqueólogos europeus (CARDOSO, 2009). Este trabalho deu seqüência à publicação do epistolário arqueológico de Joaquim Fontes (1892-1960), que continha muitas informações de assinalável interesse científico para o conhecimento das relações estabelecidas com diversos arqueólogos espanhóis entre cerca de 1910 e 1930, com base na correspondência deles recebida (CARDOSO & MELO, 2005; CARDOSO, 2006). Os resultados obtidos, que vinham fazer luz sobre as relações científicas estabelecidas entre arqueólogos dos dois países ibéricos no domínio da Arqueologia num dos períodos particularmente mal conhecidos das relações entre os dois países, justificou a iniciativa de procura mais informação na extensa correspondência remetida, por aqueles e outros eminentes arqueólogos, neste caso a José Leite de Vasconcelos, susceptíveis de aumentar a informação numa mais ampla perspectiva diacrónica, permitida pela cronologia da correspondência, que abarca as primeiras quatro décadas do século XX. Tal foi o objectivo que justificou a presente iniciativa.

## 2 – A CORRESPONDÊNCIA

Na transcrição da correspondência, respeitou-se a grafia usada pelos correspondentes. As palavras ilegíveis são assinadas com três pontos de interrogação entre parêntesis (???). As missivas serão comentadas por correspondente, no final do conjunto constituído por todas elas. Tal opção afigurou-se vantajosa ao comentário individual, ou às notas apostas a cada passagem da correspondência, garantindo-se desta forma a indispensável visão de conjunto que só uma abordagem como a efectuada poderia assegurar.

### 2.1 – Manuel Rodríguez de Berlanga (1825-1909)

Advogado, arqueólogo e ilustre epigrafista espanhol. Ao longo da sua vida realizou trabalhos de investigação histórica em simultâneo com o exercício da advocacia. Dedicou-se principalmente a estudos da epigrafia e numismática, e mais tarde de arqueologia fenícia. Interveio na descoberta ocasional de duas tábuas em bronze que contêm uma parte da legislação romana dos municípios de *Malaca* e *Salpensa*, que publicou, a par da lei municipal de *Urso* (*Lex ursonensis*).

A qualidade dos trabalhos de investigação realizados por M. Rodríguez de Berlanga e o seu reconhecimento internacional levou a que, em 1857, fosse eleito correspondente da Real Academia de la História (Madrid).

Foi correspondente do Instituto Arqueológico de Roma beneficiando do contacto com outros grandes investigadores da Europa no seu tempo, tais como Th. Mommsen, W. Henzen, L. Renier. Manteve estreita ligação científica com o epigrafista alemão E. Hübner, auxiliando o seu trabalho de pesquisa e recolha de dados para a sua obra *Corpus Inscriptionum Latinarum*.

Foi membro da Comissão Provincial de Monumentos Históricos Artísticos de Málaga, e participou activamente na salvaguarda de importantes achados arqueológicos encontrados ocasionalmente. Como arqueólogo destacam-se os estudos do mosaico romano de Cártama, os trabalhos no museu Loringiano (Málaga), e as investigações realizadas sobre a presença fenícia e púnica em Almuñecar, Villaricos e nas necrópoles gaditanas.



Relativamente a Portugal, publicou em 1881-1884 importante estudo relativo à tábula de bronze de Aljustrel, dando assim sequência à publicações anteriormente devidas a Augusto Soromenho, Emil Hübner e Estácio da Veiga da notável epígrafe aparecida nos escoriais da mina de Vipasca (BERLANGA, 1881-1884).

1.1.1 – Carta manuscrita, n.º 20057

*Illm. Sor. Dr. J. Leite de Vasconcellos*

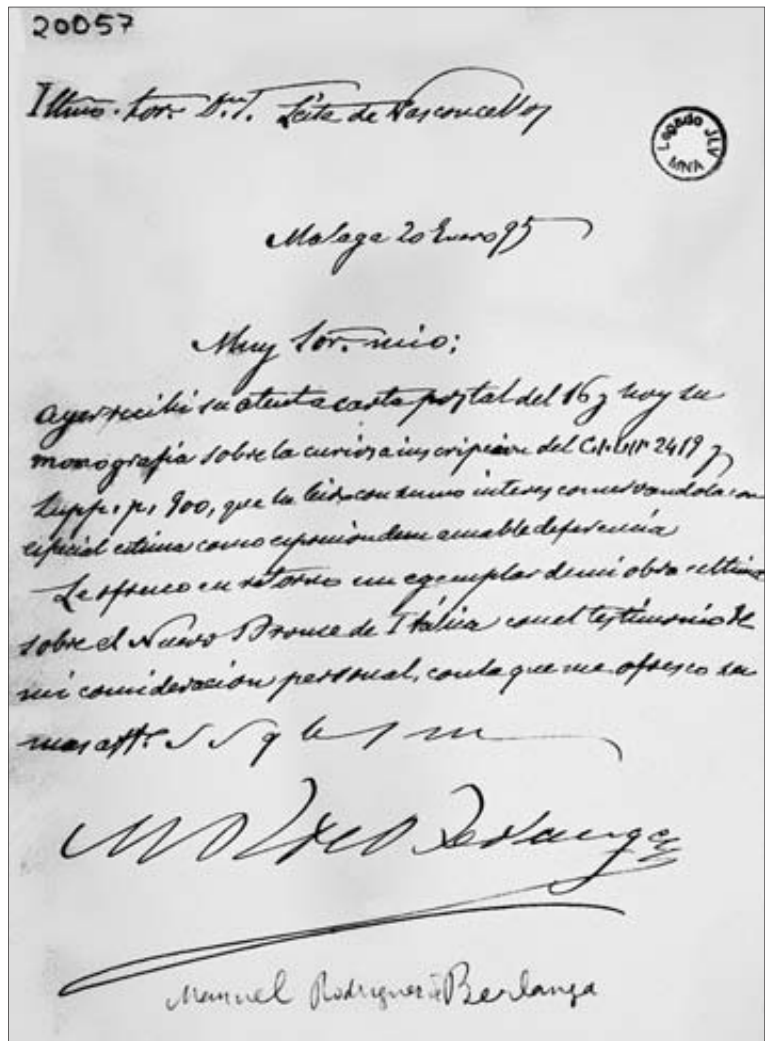
*Málaga 20 Enero 95*

*Muy Sor. mío;*

*Ayer recibí su atenta carta postal de 16 y hoy su monografía sobre la curiosa inscripción del C.I.L. II 2419 y suppl. p. 900, que he leído con sumo interés conservandola con especial estima como expresión de su amable deferencia.*

*Le ofrezco en retorno un ejemplar de mi obra ultima sobre el Nuevo Bronce de Itálica con el testimonio de mi consideración personal, con la que me ofrezco su mas afto. S s a le m,*

*Manuel Rodríguez de Berlanga*  
[assinatura] (Fig. 1)



**Fig. 1** – Carta manuscrita de Manuel Rodriguez de Berlanga de 20 de Janeiro de 1895 (EJLV / MNA, n.º 20057). Anotação a lápis de Leite de Vasconcelos, com transcrição do nome completo deste seu correspondente.

**Comentários**

A inscrição romana referida corresponde à existente no célebre monumento da Fonte do Ídolo, em Braga.

2.2 – George (ou Jorge) Edward Bonsor (1855-1930) (Fig. 2)

Arqueólogo, historiador, pintor e colecionador de arte, nascido em França mas de origem inglesa. Estudou Pintura, Estética e Arqueologia na Escola de Arte de South Kensington (Londres) e na Real Academia de Belas Artes de Bruxelas, o que lhe permitiu adquirir conhecimentos para os trabalhos depois por si realizados.

Efectuou a sua primeira viagem a Espanha em 1880-1881, visitando Burgos, Madrid, Toledo, Sevilha e Granada, até chegar a Carmona, onde manteve contacto com os eruditos locais Juan e Manuel Fernández López, Sebastián Gómez Muñiz, António Calvo e Manuel Pelayo. Instalado em Carmona (Sevilha), iniciou as primeiras intervenções arqueológicas no Alcazar, em 1882, comprando os terrenos onde estava localizada

a necrópole romana, com o seu amigo farmacêutico e colecionador J. Fernández López. No restaurado castelo de Mairena del Alcor, organizou um verdadeiro Museu, com os materiais recolhidos nas escavações por ele dirigidas.

Ambos fundaram a Sociedade Arqueológica de Carmona, tendo sido então admitidos como membros da Real Academia de la Historia e da Real Academia de Bellas Artes de San Fernando.

G. Bonsor também foi nomeado membro das Academias de Belas Artes e da História de Madrid. Em 1890 associou-se a W. G. Clark Maxwell na prospeção das margens do rio Guadalquivir e, em 1900, participou nos trabalhos de prospeção do rio Genil, entre Palma del Río e Écija.

A demonstração da realidade da colonização fenícia e o seu impacto nas populações indígenas conferiu-lhe notabilidade em Espanha e no estrangeiro. Essa demonstração ficou registada no seu célebre opúsculo *Les Colonies agricoles pré-romaines de la vallée du Bétis*, uma das mais importantes publicações arqueológicas, por documentar a presença fenícia no vale do Bétis, veio a lume em 1899 na *Révue Archéologique* (Fig. 3).

Realizou, sucessivamente, trabalhos nas Ilhas Scilly (1899-1902), nas necrópoles de Cruz del Negro (1900-1911), Cañada de las Cabras (1900), Bencarrón e Gandul (1895-1910), no povoado de El Acébuchal (1908-1911), e na cidade romana de Baelo Claudia (Bolonía) em colaboração com Pierre Paris (1917-1920). A sua última grande intervenção teve lugar na necrópole tartéssica de Setefilla (1926-1930).

### 2.2.1 – Carta manuscrita, n.º 2568

*El Museo Carmona*

*11 Mars 1900*

*Monsieur*

*Je vous prie de recevoir tous mes remerciements pour votre généreux envoi des deux volumes du "O Archeologo português" dont la lecture doit être, pour les études qui m'occupent, d'un grand intérêt.*

*Je suis surpris de retrouver dans l'«Anta Grande» da Ordem les mêmes formes de vases que dans les poteries sorties de nos silos des Alcores – et ou j'ai aurai recueilli*



Fig. 2 – Foto de Jorge Bonsor (in MAIER, 1999 a, mod.).

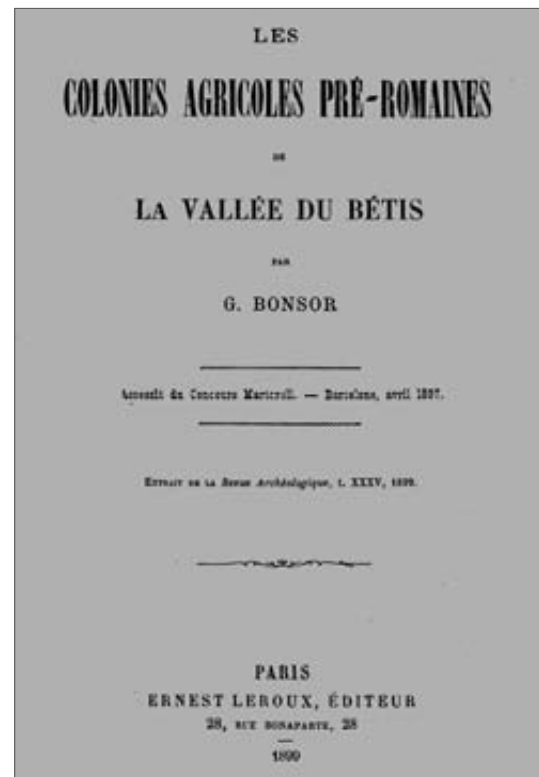


Fig. 3 – Capa da separata da célebre publicação arqueológica de Jorge Bonsor dedicada à presença fenícia do vale do Bétis (arquivo do Autor).

de nombreuses haches de pierre polie, de longues lames de silex et quelques tablettes ou plaques ou schiste, mais sans aucun dessin.

Ces silos remontent à une époque bien antérieure aux premières colonisations de la vallée.

En vous remerciant de nouveau pour l'excellente attention que vous avez eue à mon égard – Je vous prie d'agréer, Monsieur l'expression de mes sentiments respectueux et dévoués

George Bonsor [assinatura]

2.2.2 – Carta manuscrita, n.º 2569

(Fig. 4)

El Museo Carmona

Prov. de Sevilla

23 Jan. 1903.

Cher Monsieur:

Je viens de recevoir les intéressantes monographies que vous avez eu l'obligeance de m'envoyer et pour lesquelles je vous prie d'accepter tous mes remerciements.

Au sujet des "Sepulturas prehistóricas de carácter mycenense" je dois vous annoncer que j'ai découvert dans ces environs, au mois de Mai dernier, 2 superbes exemples de tombes avec rotonde et galerie dans le genre de celle d'Alcalá – fig. 6<sup>e</sup>, avec mobilier néolithique et quelques squelettes accroupis enterrés devant l'entrée de la galerie – Je dois cette année, quand l'occasion se présentera, ouvrir une autre sépulture de ce genre qui se trouve précisément à Carmona à peu de profondeur en dessous du sol d'une des places publiques!

J'espère bien y trouver un mobilier important qui puisse définitivement nous éclairer sur l'antiquité relative de ces moments.\*

Veuillez agréer, cher Monsieur, avec mes remerciements, l'expression de mes sentiments les plus distingués.

George Bonsor [assinatura]

George Bonsor [assinatura]

\* Je n'ai encore rien publié sur cette découverte – Ce sera, je crois pour la fin de l'année – Je me ferai un plaisir de vous envoyer la brochure que je dois faire paraître à ce sujet. / GB

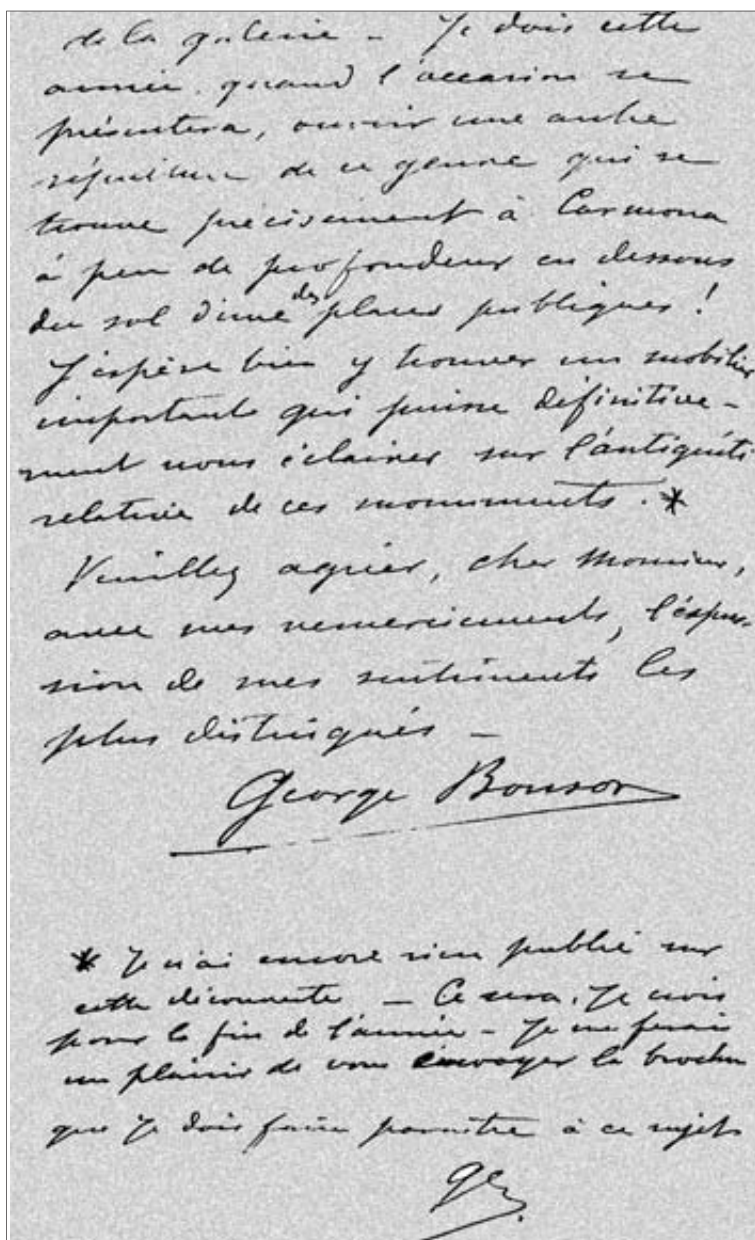


Fig. 4 – As duas últimas páginas da carta manuscrita de George Bonsor de 23 de Janeiro de 1903 (EJLV / MNA, n.º 2569).

2.2.3 – Carta manuscrita, n.º 2570

*“El Museo” Carmona*

*Prov. de Sevilla*

*14 Mai 1904.*

*Mon cher Monsieur:*

*Recevez tous mes remerciements pour l’aimable attention que vous avez eu de m’envoyer votre intéressant travail sur la Géographie de la Lusitanie aux temps protohistoriques.*

*J’étudie en ce moment l’occupation celtique de l’Andalousie et tout particulièrement la vallée du Guadalquivir où je continue mes fouilles – Vous comprendrez avec quel intérêt j’ai lu votre ouvrage!*

*Veillez agréer, mon cher Monsieur avec mes félicitations, l’expression de mes sentiments les plus distingués.*

*George Bonsor [assinatura]*

2.2.4 – Bilhete-postal manuscrito, n.º 2939

*“El Museo” Carmona*

*Prov. de Sevilla*

*30 Mai 1904*

*Mon cher Monsieur:*

*Je n’ai encore rien publié au sujet de mes recherches sur l’Invasion celtique de la Vallée du Guadalquivir – Comme je sais que ce sujet vous intéresse tout particulièrement je ne manquerai pas de vous envoyer mon travail dès qu’il apparaîtra – Je serai enchanté de recevoir votre visite, veuillez me prévenir quand vous viendrez – Je m’absente toujours en été, la chaleur qu’il fait ici me force à partir vers le 2 ou 3 Juillet pour retourner vers le milieu du mois d’Octobre –*

*Votre bien dévoué*

*George Bonsor [assinatura]*

2.2.5 – Carta manuscrita, com selo branco de “EL CASTILLO / MAIRENA DEL ALCOR / (SEVILLA)”, n.º 2572

*27 de Enero 1914*

*Sr. D. J. Leite de Vasconcellos*

*Mi distinguido Señor: Mucho le agradezco el envío del Tomo III, el último, de las “Religiões da Lusitania” – y me apreso à felicitarle por haber llevado à buen fin una obra de tanta importancia. Por mi parte le diré que me dedico ahora en la formación de un álbum arqueológico de la Necrópolis de la Cruz del Negro = 1.ª edad del hierro (Influencias Celto-punicas) y otro trabajo, que también va muy largo, sobre el Eneolítico, o la edad de cobre de los Alcores – empecé estos trabajos hace cuatro años –*

*Las únicas excavaciones que hago ahora son las de la Necrópolis romana de Carmona, donde nada nuevo aparece, salen los mismos objetos de siempre –*

*¿No piensa V. venir al Congreso Hispano Americano de Sevilla, del 11 al 15 de Abril?*

*Reiterando le las gracias quedo de V. su affmo. S. S.*

*Jorge Bonsor [assinatura]*



2.2.6 – Bilhete-postal manuscrito, com fotografia da porta de entrada de Córdoba, sobre a ponte romana n.º 2573

28 Juin 1923 –

*Mon cher Monsieur*

*De retour d'un voyage je reçois les cinq tirages à part que vous avez bien voulu m'envoyer – que je lirai avec beaucoup d'intérêt, surtout celui traitant des Idées religieuses des Lusitaniens.*

*Recevez, je vous prie, mes plus vifs remerciements –*

George Bonsor [assinatura]

2.2.7 – Carta manuscrita tarjada de negro, com selo branco de “EL CASTILLO / MAIRENA DEL ALCOR / (SEVILLA)”, n.º 2574

19 di Sept. 1926

*Exmo. Sr. D. J. Leite de Vasconcellos*

*Muy Sr. mío y amigo,*

*Recibí su tarjeta anunciando me desde Francia su próxima llegada a Sevilla – Entre los días 26 y 30 de este mes –*

*Me apreso a contestar que será para mí una gran satisfacción conocer à V. personalmente y que lo esperare temprano el día que más le convenga –*

*Su affmo. S. S.*

Jorge Bonsor [assinatura]

2.2.8 – Carta manuscrita, n.º 2575 + A – B

*Castillo de Mairena del Alcor – Prov. de Sevilla.*

*28 de Marzo 1927*

*Exmo Sr. J. Leite de Vasconcellos*

*Lisboa*

*Mi distinguido amigo: Recibí su muy interesante trabajo sobre Medicina dos Lusitanos que le agradezco – A la pagina 36, fig. 28 e 29, veo representado dos piedras, rectangulares, las mismas que descubro entre el mobiliario de sepulturas de [??] en los cementerios de Carmona y de la Cañada Honda (Gandul) – Escribí en 1918 un artículo sobre estas placas de piedra, en la Revue Archéologique.*

*Le remito una prueba de imprenta corregida, que me queda del artículo.*

*También le envió el dibujo que V. me pedio de la Cocina romana, con su chimenea, pozo etc – En los triclinios del Elefante de la Necrópolis de Carmona –*

*¿ Podía V. decirme donde se conservan las numerosas piedras con grabados de animales y inscripciones de los dólmenes descubiertos por el Pº José Brenha? – Le saluda su affmo amigo.*

Jorge Bonsor [assinatura]

Legenda do desenho n.º 2575 A (Fig. 5)

*Necropolis romana de Carmona (Sevilla)*

*La Cocina y el Pozo de los Triclinios del Elefante - Plano y Sección A-A.*

- 1 - Cocina
- 2 y 3 - Chimenea y abertura para el aire
- 4 - Poyete
- 5 - Entrada a la Cocina
- 6 - Pozo
- 7 - Nicho donde se colocaba el cubo
- 8 - Caño de riego.

Segue-se a prova do artigo de G. Bonsor publicado na Rev. Arch., com carimbo de 10 de Setembro de 1918, mencionado na missiva.

### Comentários

A correspondência enviada por Bonsor a Leite de Vasconcelos estende-se, ainda que muito espaçada, por mais de um quarto de século e respeita sobretudo a perguntas, informações e respostas que mutuamente foram trocadas entre os dois arqueólogos. Não se trata, pois, de uma simples coleção de agradecimentos formais, mas de uma verdadeira correspondência científica, que abarca questões desde a escavação de sepulturas colectivas pré-históricas, até à discussão de questões relacionados com a presença romana. Prova da alta consideração que unia os dois correspondentes é o facto de Leite de Vasconcelos enviar ao seu colega os artigos científicos que ia publicando em *O Arqueólogo Português*, de que é exemplo a correspondência de Francisco Martins Sarmiento ali publicada, onde o sábio vimaranense faz considerações sobre

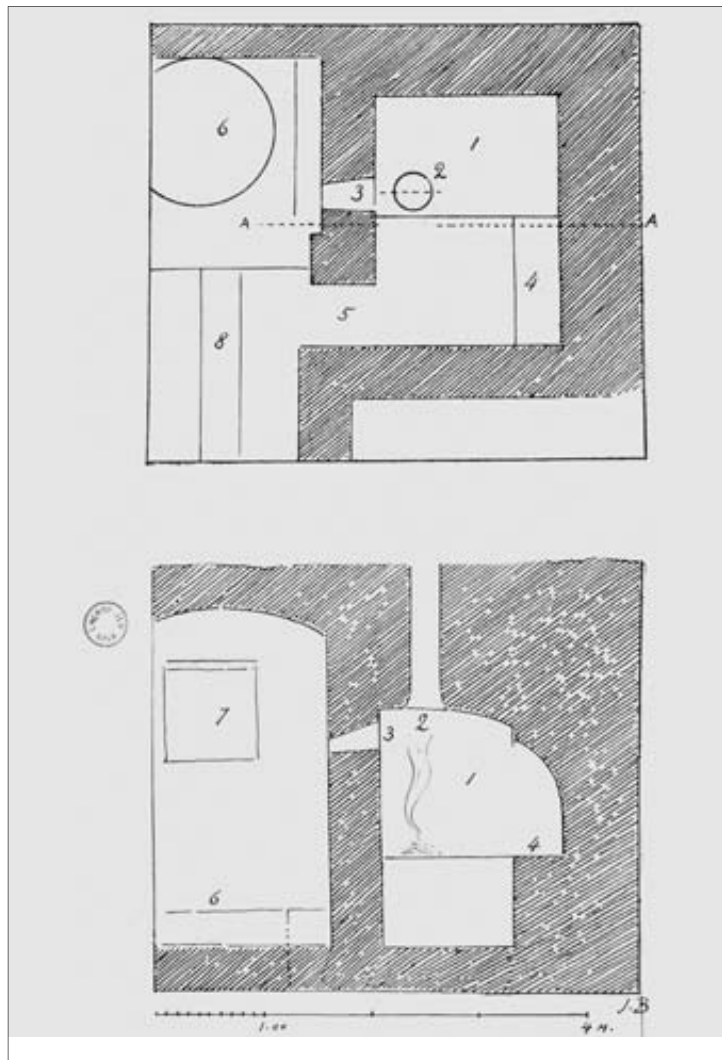
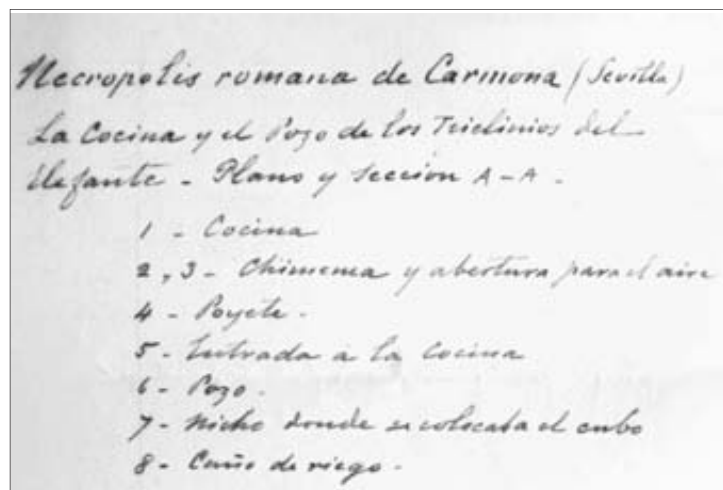


Fig. 5 - Legenda e desenho anexos à carta manuscrita de George Bonsor de 28 de Março de 1927 (EJLV / MNA, n.º 2575 + A-B).

os indícios de arte micénica na Cultura Castreja, em Sabroso e na Citânia de Briteiros publicação que terá despertado em Bonsor evidente interesse (SARMENTO, 1906).

Além de separatas, foram também remetidos a Bonsor trabalhos de maior tomo, como as Religiões da Lusitânia, no que era correspondido por Bonsor que, à falta dos mesmos, remetia as provas de imprensa conservadas em seu poder, as quais ainda hoje fazem parte do arquivo leiteano. Sem dúvida que eram os mesmos interesses e preocupações que explicam a riqueza informativa desta correspondência. A mesma contém ainda importantes elementos sobre a marcha das investigações desenvolvidas por Bonsor e a natureza das estações exploradas. Apesar convidado por diversas vezes, Leite de Vasconcelos só tardiamente visitou Bonsor, aquando de um seu regresso de França, em finais de Setembro de 1926. Também não deixa de ser curioso a menção de Bonsor, na última missiva enviada, em 1927, às descobertas das peculiares representações abstractas e zoomorfas em suportes líticos encontrados anos antes nas antas do Alvão, Vila Pouca de Aguiar, data em que a polémica à volta de Glozel, com evidente projecção na realidade das peças de Alvão, estava a ser agitada em Portugal por A. Mendes Corrêa.

É interessante notar que, às oito missivas recebidas de Bonsor, no epistolário deste apenas conste uma de Leite de Vasconcelos, contrastando com a correspondência recebida de outros portugueses, como António dos Santos Rocha, com 11 missivas. Trata-se, aliás de curta missiva escrita em castelhano prometendo visitar o seu magnífico museu (MAIER, 1999 a, p. 34).

### 2.3 – Fermín Bouza-Brey (1901-1973)

Poeta, Arqueólogo e Sociólogo espanhol. Formado em Filosofia, Letras e Direito pela Universidade de Santiago de Compostela, Fermín Bouza-Brey foi membro fundador do Seminário de Estudos Galegos em 1923. Esta instituição tinha como objectivo estudar cientificamente todos os aspectos da realidade da Galiza e contribuir para a formação de novos investigadores. Dentro do Seminário, e no campo da Pré-história, História, Arqueologia e Etnografia, desenvolveu notável trabalho de investigação, colaborando com outros sócios, como Florentino López Cuevillas e Federico Maciñeira Pardo de Lama.

Durante as suas investigações realizou algumas viagens ao estrangeiro com a finalidade de efectuar estudos comparativos. Em 1929 visitou a Bretanha e, em 1933, Portugal, onde estabeleceu intercâmbios com diversos investigadores.

Ainda antes da Guerra Civil, exerceu o cargo de juiz de primeira instância. Em 1940 foi eleito académico da Real Academia Galega, sendo mais tarde nomeado comissário das Escavações Arqueológicas de Pontevedra. Em 1945 ascende a Magistrado, mas em 1952 foi privado de exercer advocacia por manter contacto com exilados galegos.

#### 2.3.1 – Carta dactilografada, com chancela do “EL JUEZ DE 1.<sup>a</sup> INSTANCIA / E INSTRUCCIÓN / de / LA ESTRADA / Particular”, n.º 2940

*8-Maio-932.*

*Exm.º Sr. Dr. Leite de Vasconcellos*

*Eminente Mestre: Veño de recibir o vol. XXVIII do “Arqueólogo” que tanto eleva o nivel da nazon portuguesa na orden da cultura arqueologica, enviado pol-os esquisitos cuidados de V. E.*

*Tan magnífico Vol. é para mi honra prezadísima; o interés dos seus traballos culmina no índice que nele comenza V. E. de epigrafia do Museu Etnológico que reviste pra nós os galegos interés supremo. A este propósito,*

eu desexaba saber si saíu a continuación en algún Vol. sucesivo ou si é iste de 1927-29 o derradeiro, pois quixera ter compreto tan erudito estudo.

Envío a V. E. as miñas rendidas admirazóns juntamente ca mais sincera gratitude. Non esquezna V. E. que a Galiza tem gala en ter a V. E. por un dos seus fillos de Honrra, espello de investigadores i-ejemplo de actividade científica.

¿Conece V. E. a revista NÓS e as publicazóns do Seminario de Estudos Galegos? Teño disposto que lle sexan enviadas, mais non sei si cumpren ce miña disposición. Apenas si me atrevo a decir a V. E. que as paginas de todas están abertas para ser honrradas sempre que quixer, pois como sei das suas ocupazóns non quixera perturbalo n-elas.

En breve terei o gosto de remitirlle novos estudos epigráficos, romanos e medioevaeas, que están a sair.

Téñame por su fervorosísimo admirador que fai votos por que a sua saúde juntamente ca sua vida sea conservada por muitos anos pra bem da Arqueología e a Etnografía e a Filología e tantas e tantas ramas do humano saber como V. E. cultiva, e reciba un saúdo cordial de fraternidade luso-galaica do seu devoto admirador q. e. s.

Fermín Bouza-Brey [assinatura]

### 2.3.2 – Bilhete-postal manuscrito, n.º 2941

A Estrada (Galiza)

Hoje, 14 de Nov. de 1933.

Meu illustre amigo:

Agradezo vivamente as suas palabras sempre alentadoras sobre los meus traballos.

Contestando a elas debo decirle que recibiria com grande gosto o seu libro de “A Medecina dos Lusitanos” que ainda non chegou a mim.

Procurarei que o Bol. Nós chegue a V. E. regularmente.

Milleiros de gracias de este seu am.º devotissimo que o admira vivamente

F. Bouza-Brey [assinatura]

### 2.3.3 – Bilhete-postal manuscrito, n.º 2942 (Fig. 6)

A Estrada, 3 de Janeiro de 1934.

Ilustre e admirado mestre:

Ao seu tempo recibi a sua “Medicina dos Lusitanos” que vivamente agradezo. Non sei como satisfaço tal débeda de valor tan subido que mim.

Ainda que sem importância alguna, mandarei a V. E. como modesta testimoia da miña gratitude um meu libreco de poemas galegos, pois V. E. tamén é cultor da poesia.

Que o novo ano seja de felicidade!



Fig. 6 – Bilhete-postal manuscrito de Fermín Bouza-Brey, de 3 de Janeiro de 1934 (EJLV / MNA, n.º 2942).



*Recibe, eminente profesor a expresion da miña admiración. Seu agradecido am<sup>o</sup>.*

*Bouza-Brey [assinatura]*

2.3.4 – Carta manuscrita, com chancela de “El Juez de 1.<sup>a</sup> Instancia e Instrucción / Particular”, n.º 2943 + A-B

*La Estrada, 16 de Nov. de 1940.*

*Exmo. Sr. Dr. J. Leite de Vasconcellos.*

*Eminente amigo admirado: Acuso recibo de seus dos magníficos volúmenes de Etnologia que agradezco infinito, así como el autógrafo valioso com que los dedica, que me honra sobremanera. He dejado transcurrir unos días desde su recepción para saborear las delicadezas que continúan, siquiera en parte, y aprender en ellos tantas cosas, como brotan de su fecunda erudición. Ello me permitió hacer algunas frecuentes advertencias por si juzga de interés aprovecharlas en ocasiones sucesivas, puesto que veo que, en lo accidental anota Vd. las variaciones o modificaciones que la posterior investigación introdujo en los estudios por Vd. realizados. Mil perdones por el atrevimiento!*

*En el vol. V (parte 1<sup>a</sup>), pag. 99 habla vd. de la diadema de oro du Museo del Louvre que reproduce varios [??] y la atribuye, siguiendo a Pierre Paris, a Cáceres. Esta indicación geográfica del hallazgo está equivocada en Pierre Paris y fué rectificadada posteriormente por Bosch Gimpera y por nosotros (Cuevillas – Bouza Brey: “Os Oestrimnios...”, etc.) porque la verdad es que fue encontrada en Ribadeo (Galicia).*

*En la pag. 315 del mismo vol. se copia de Hübner (Corpus II) la inscripción de la supuesta mujer médica de Mérida, a que admite Vd. en el texto. Pues bien. Leida de nuevo la inscripción que el alemán Wickert rechaza la lectura de “médica óptima” y la convierte en matri optimae com lo que desaparece la importancia de tal epigrafe en la Historia de la Medicina. (Cff.º “Epigrafía emeritense”. Anuario del Cuerpo de Archivos en Homenaje a Mérida, Vol. I pag. 125 y sgts.)*

*En el vol. VII (parte II), en la nota de la pag. 809 debe leerse pañales en lugar de panales. En la pag. 758 es preciso rehacer el verso que debe ser: {Miña mai, ahí vén os de Castilla / Serraille a porta, ponde-lha carabilla, pues sino carece de sentido. Serrar = cerrar, en la variante dialectal de las Rias Bajas de Galicia que huye de la z y emplea s.*

*Reciba el testimonio de mi alta consideración y cariño*

*Saludale suyo affm.*

*Bouza-Brey [assinatura]*

## **Comentários**

As missivas remetidas por Bouza-Brey correspondem a fase tardia da produção científica de Leite de Vasconcelos, quando este se encontrava quase por inteiro dedicado à sua “Etnografia Portuguesa”. Não deixa de ser interessante verificar que a última carta de Bouza-Brey se encontre redigida em Castelhana, ao contrário das anteriores, escritas em Galego, antes do advento do Franquismo.

Apesar da escassez das relações epistolares é também relevante verificar, que Bouza-Brey tenha recebido, em finais de 1940, os dois volumes referidos dos “Opúsculos” obra de Leite de Vasconcelos publicada pela Imprensa Nacional, ambos impressos em 1938, o que revela, por parte do seu autor, o alto apreço que detinha pelo seu colega galego, como ele arqueólogo e etnógrafo. E tal distinção não foi inútil, pois verifica-se que ambos os volumes foram cuidadosamente lidos, resultando em úteis rectificações que não deixo de enviar ao ofertante.

## 2.4 – Juan Cabré (1882-1947) (Fig. 7)

Os estudos de Juan Cabré abarcam ampla diacronia, desde o Paleolítico à época visigótica, especializando-se em arte rupestre (1909-1917), na cultura Ibérica (1917-1930) e nas culturas da Idade do Ferro.

Entre 1909 e 1912 colaborou com o Abade Breuil, e com a ajuda do Marquês de Cerralbo integrou na equipa de arqueólogos da Junta para Ampliação dos Estudos e Investigações Científicas.

Em 1912, foi nomeado membro da Comissão de Investigações Paleontológicas e Pré-históricas, dirigida pelo Marquês de Cerralbo, tornando-se, a partir de 1917, colaborador da secção de Arqueologia do Centro de Estudos Históricos, dirigida por Manuel Gomes-Moreno. Realizou escavações, na maioria como delegado-director da Junta Superior de Escavações e Antiguidades, no santuário ibérico do Collado de los Jardines, em Santa Elena (Jaén); em Cabezo de Alcalá, em Azaila (Teruel); Las Cogotas (Ávila); necrópoles de Altillo de Cerropozo, em Atienza (Guadalajara); Castro dos Castillos, em Sanchoreja (Ávila), e Castro de Mesa de Miranda, em Chamartín (Ávila); e nas gravuras rupestres de Los Casares, em Riba de Saelices, e de La Hoz, em Santa Maria del Espino (Guadalajara).

Foi, desde 1920 até à guerra civil espanhola, colector do Museu de Antropologia, Etnografia e Pré-história de Madrid. Após a morte do Marquês de Cerralbo torna-se director do Museu Cerralbo (1922-1939).

Pertenceu à geração de investigadores que utilizou novos métodos de registo arqueológico de campo (pioneiro no uso sistemático da fotografia). Foi vice-secretário da Sociedade Espanhola de Antropologia, Etnografia e Pré-história desde a sua fundação em 1922.

Em 1934 recebeu uma bolsa para estudar nos museus de Arte e Arqueologia de Paris, Alemanha, Áustria, Checoslováquia, Itália e Suíça. Depois da guerra civil espanhola foi chefe da secção de Pré-História do Instituto Diego Velázquez, do Conselho Superior de Investigações Científicas, e exerceu o cargo de preparador na secção de Pré-história e História Antiga do Museu Arqueológico Nacional (1942-1947).



Fig. 7 – Foto de Juan Cabré (in ALMAGRO BASCH, 1947 / 1958, mod.).

### 2.4.1 – Carta manuscrita com chancela do “INSTITUTO NACIONAL DE CIENCIAS / COMISIÓN DE INVESTIGACIONES / PALEONTOLOGÍCAS Y PREHISTÓRICAS / MADRID (HIPÓDROMO)”, n.º 3412

7-2-16

*Sr. Dr. José Leite de Vasconcellos*

*Muy Señor mío y respetable compañero: Agradezco con toda mi alma las correcciones que V. me indica en su carta (parte de duas erratas fueron originadas porque en la imprenta carecían de los tipos necesarios).*

*Para mi es un honor y placer tener relaciones científicas con un gran sabio y maestro como es V. y siempre he admirado sus notabilísimas obras.*

*Respecto de enviarme algún trabajo de V., lo dejo à su completa disposición, pues me enorgullece ya su trato. De agradecer sería lo que se relacione con el arte de nuestros primitivos, a lo cual me dedico con preferencia. Sabido muy cordialmente al veterano maestro su admirador y discípulo q b, m*  
*Juan Cabré [assinatura]*

2.4.2 – Carta manuscrita com chancela do “INSTITUTO NACIONAL DE CIENCIAS / COMISIÓN DE INVESTIGACIONES / PALEONTOLOGICAS Y PREHISTÓRICAS / MADRID (HIPÓDROMO)”, n.º 3413 (Fig. 8)

4 Julio 1916

Sr. D. José Leite de Vasconcellos

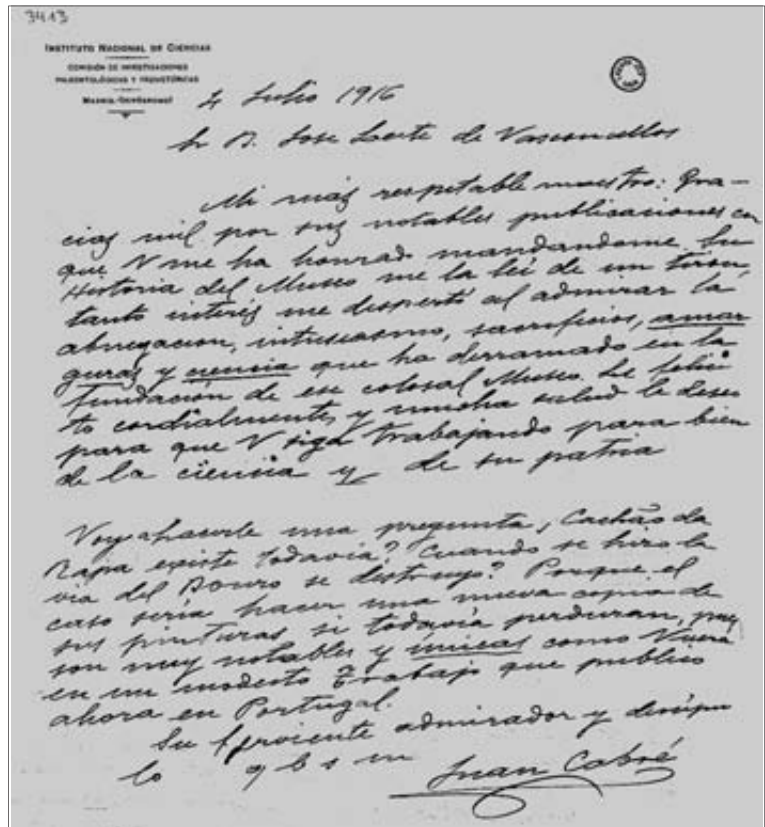
*Mi más respetable maestro: Gracias mil por sus notables publicaciones con que V. me ha honrado mandandome. Su Historia del Museo me la leí de un tiro, tanto interés me despertó al admirar la abnegación, entusiasmo, sacrificios, amarguras y creencia que ha derramado en la fundación de ese colosal Museo. Le felicito cordialmente, y mucha salud le deseo para que V. siga trabajando para bien de la ciencia y de su patria.*

*Voy hacerle una pregunta, Cachão da Rapça existe todavía? Cuando se hizo la vía del Douro se destruyó? Porque el caso sería hacer una nueva copia de sus pinturas si todavía perduran, pues son muy notables y únicas como verá en un modesto trabajo que publico ahora en Portugal. (Fig. 9 e Fig. 10)*

*Su [???] admirador y discípulo*

*lo q l s m*

*Juan Cabré [assinatura]*



**Fig. 8** – Carta manuscrita de Juan Cabré com chancela do “INSTITUTO NACIONAL DE CIENCIAS / COMISIÓN DE INVESTIGACIONES / PALEONTOLOGICAS Y PREHISTÓRICAS / MADRID (HIPÓDROMO)”, de 4 de Julho de 1916 (EJLV / MNA, n.º 3413).

2.4.3 – Carta manuscrita com chancela do “INSTITUTO NACIONAL DE CIENCIAS / COMISIÓN DE INVESTIGACIONES / PALEONTOLOGICAS Y PREHISTÓRICAS / MADRID (HIPÓDROMO)”, n.º 3414

24-8-16

Sr. D. Leite de Vasconcellos

*Mi más respetable maestro y amigo: Gracias mil por las noticias que V. me da referente a Cachão de Rapça y me alegraría mucho que (???) perdurase dicho monumento, pues le considero de mucho interés para los estudios de arte prehistórico.*



Fig. 9 – Capa do opúsculo dedicado ao estudo do Cachão da Rapa e de outras estações rupestres peninsulares (CABRÉ, 1916), publicado por iniciativa de Joaquim Fontes (arquivo do Autor).



Fig. 10 – Interpretação de Juan Cabré de um trecho do painel insculturado do Cachão da Rapa, que atribuiu a dança ritual (CABRÉ, 1916, Fig. 6).

*Cuando tenga mi tirada aparte del trabajo que publico en Portugal acerca del Cachão ya tendré el honor de remitirle un ejemplar.*

*Tengo en cartera otro trabajillo sobre esculturas prehistóricas del Norte de España y naturalmente las voy a relacionar con las Portuguesas. Si V. fuera tan amable (en caso que conserve algún ejemplar) de enviarme una separata de su artículo Esculturas prehistoricas do Museo Etnologico Portugues, publicado en O Archeologo Português 1910. XV.*

*Me encuentro con el Sr. Marqués de Cerralbo en la provincia de Soria, donde dicho Señor esta realizando prodigiosos descubrimientos arqueológicos.*

*El uno de Septiembre voy a empezar otras excavaciones oficiales en un santuario ibérico, en Andalucía donde se hallaron centenares de exvotos en bronce.*

*Le saluda cariñosamente su admirador y amigo*

*Juan Cabré [assinatura]*

*Señas. Linea Madrid-Zaragoza*

*Sta. Maria de Huerta*

*(Para Soria)*

*[Nota manuscrita por J. Leite de Vasconcelos:] R e enviei Esculturas*





**Fig. 11** – Vista do santuário de Collado de los Jardines, Despeñaperros (seg. RUEDA GALÁN, 2008).



**Fig. 12** – Ex-votos do santuário ibérico de Collado de los Jardines, Despeñaperros (seg. BOSH GIMPERA, 1932, Figs. 291 e 292).

2.4.4 – Bilhete-postal, n.º 3415

*Santa Maria de Huerta (Soria) 17-10-16*

*Mi más respetable maestro y amigo: Con gran satisfacción le anuncio los grandes resultados que he obtenido en mis excavaciones del Santuario ibérico de Despeñaperros (Jaén). (Fig. 11) Se han descubierto más de 200 esculturas de bronce algunas de ellas de alto valor arqueológico y artístico que revelan muchos problemas de los iberos (Fig. 12). En arte rupestre en otras expediciones también he sido afortunado.*

*Su siempre admirador y amigo*

Juan Cabré [assinatura]

2.4.5 – Bilhete-postal, n.º 3416

*Madrid 8-11-16*

*Mi más respetable maestro y amigo: Como solo hace un par de días que regresé a Madrid no le he escrito dándole las gracias por el recibo de su bella monografía sobre las “Esculturas prehistóricas” que V. me ha honrado mandarme.*

*Sea pues esta para expresar le de nuevo un más sincero agradecimiento.*

*Su siempre admirador y amigo*

Juan Cabré [assinatura]

2.4.6 – Bilhete-postal, n.º 3417

*Madrid 30-12-17*

*Sr. D. J. Leite de Vasconcellos*

*Mi más respetable maestro: Gracias mil por sus dos últimos envíos “Por Tras-os-Montes” y “Entre Tejo e Odiana”.*

*Felicidades mil y buen año nuevo le desea su admirador y amigo*

Juan Cabré [assinatura] / Ventura Rodríguez, 2.

## Comentários

As seis missivas recebidas de Juan Cabré evidenciam, antes de mais, a grande admiração que este nutria pelo colega português, a qual era correspondida. Com efeito, Leite de Vasconcelos não deixava de lhe remeter separatas dos seus artigos que julgava poderem interessá-lo, para além das que lhe eram especificamente pedidas. É o caso, designadamente, do seu artigo, publicado em *O Arqueólogo Português*, sobre esculturas pré-históricas em Portugal (VASCONCELOS, 1910), para além de outros artigos, mencionados na correspondência, também publicados nas páginas daquela revista. É clara, por outro lado, a intensa actividade de Cabré, em importantes trabalhos arqueológicos, como os que realizou no notável santuário de Collado de Los Jardines, Despeñaperros (Jaén), anteriormente investigado de forma preliminar pelo inglês Sandars, e onde Juan Cabré trabalhou entre 1916 (ano das missivas remetidas a Leite de Vasconcelos) e 1918 (PRADOS TORREIRA, 2006).

É de destacar nesta época a sua participação nas escavações dirigidas pelo Marquês de Cerralbo nas estações paleolíticas com restos de grandes vertebrados (especialmente elefantes) em Torralba e Ambrona (Sória) (SANTONJA & PÉREZ-GONZÁLEZ, 2006).

A actividade de Cabré como investigador da arte rupestre está também evidenciada na correspondência pela referência ao Cachão da Rapa, a primeira estação coma arte pré-histórica referenciada na Europa no século XVIII (ARGOTE, 1734) e que na época não se sabia se teria sido ou não destruída pela abertura da linha de caminho de ferro do Douro. Felizmente, quis o acaso que tal não acontecesse, tendo a estação sido realocizada por J. R. dos Santos Júnior, que a estudou detalhadamente (SANTOS JÚNIOR, 1934). Naquele mesmo ano de 1916, Juan Cabré viria a publicar a estação do Cachão da Rapa em opúsculo da Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais (CABRÉ, 1916), promovido por Joaquim Fontes, discípulo de Leite de Vasconcelos. A publicação deste estudo deu motivo a que se agravasse o desentendimento já existente entre ambos e Vergílio Correia, patenteado na correspondência recentemente publicada (CARDOSO, 2012). A actividade científica de Juan Cabré no que concerne à Arqueologia portuguesa foi relevante, tendo publicado diversos estudos, sobretudo nas “Actas y Memorias de la Sociedad Española de Antropología, Etnografía y Prehistoria”, ainda que alguns deles em edições portuguesas, como o importante contributo sobre as espadas de antenas da Idade do Ferro de tipo Alcácer do Sal, publicado no volume de Homenagem a Francisco Martins Sarmiento, editado em 1934 pela Sociedade por este fundada em Guimarães.

### 2.5 – Cartas do Conde de la Vega del Sella (1870-1941) (Fig. 13)

Arqueólogo e Político. Foi uma das figuras chave para o desenrolar dos estudos sobre o Paleolítico e o Mesolítico em Espanha no primeiro terço do século XX.

Membro de uma influente família da aristocracia asturiana, Ricardo Duque de Estrada y Martínez de Moratín obteve uma educação francesa e formou-se em Direito na Universidade de Oviedo.

Assumiu, entre outros cargos, o de Presidente da “Diputación Provincial de Oviedo”, deputado às Cortes e senador.



**Fig. 13** – Medalha com a efigie do Conde de la Vega del Sella (in *Libro de Homenaje al Conde de la Vega del Sella*, 1956) (arquivo do Autor).

As suas investigações arqueológicas nas Astúrias permitiram contacto e colaboração com outros arqueólogos estrangeiros, que foram recebidos e convidados a sua casa, no qual se destacam Hugo Obermaier, Henri Breuil, P. Wernet, Boule e Eduardo Hernández Pacheco.

Foi um dos membros fundadores da Comissão de Investigações Paleontológicas e Pré-históricas, organismo onde publicou os seus trabalhos mais importantes.

Contribuiu para uma melhor definição da sequência crono-estratigráfica do Paleolítico cantábrico e na correcta caracterização cronológica dos primeiros tempos pós-paleolíticos, criando o Asturiense.

Foi considerado um excelente arqueólogo de campo, preocupado com a melhoria dos métodos de escavação e na precisão estratigráfica. De entre as suas escavações destacam-se as grutas ou abrigos de Cueto La Mina, La Riera e Ardín. Realizou também importantes apontamentos sobre Arte rupestre paleolítica, como a monografia de El Buxu (Astúrias) e a gruta El Castillo (Cantábria).

Em 1929 foi nomeado presidente da Real Sociedade Espanhola de História Natural, e nomeado professor do Museu de Ciências Naturais de Madrid.

#### 2.5.1 – Carta manuscrita, com chancela de “El Diputado a Cortes / por / Oviedo-Llanes”, n.º 23082

*Nueva 26 Octubre 922*

*Sr D. Jose Leite de Vasconcellos*

*Mi distinguido amigo: recibo su amable carta por la que veo ha regresado a Lisboa después de su viaje à Alemania.*

*Ya sabe el camino de Nueva y la manera que tenemos vivir, siempre que lleguen à esta su casa será el bienvenido.*

*No le he remitido todavía los objetos para el Museo de Etnología porque quería enviarle algo de “Asturiense” – además, evangelios y amuletos del país, cuando los tenga reunidos se los enviará.*

*Si ve el Sr. Fontes le ruego lo salude en mi nombre.*

*Yo he estado todo este mes en San Sebastián con mi hijos y ha regresado hace pocos días; a mediados del mes que viera iré a Madrid y (???) se le ocurre puede escribirme al Museo de Ciencias Naturales.*

*Toda esta familia me encarga lo salude y ya sabe que dispone de un afm. Amigo*

*Conde de la Vega del Sella [assinatura]*

#### 2.5.2 – Carta manuscrita, com brasão de armas do Conde, n.º 23083

*Madrid 28 Dic 924*

*Exmo. Sr. Leite de Vasconcellos*

*Mi distinguido amigo: he recibido su trabajo “Instrumentos de pedra prehistoricos” que tan amablemente me dedica y por ello le doy las más expresivas gracias.*

*Si alguna vez quisiere V. descansar de sus trabajos ya sabe que en Nueva tiene una casa a su disposición y unos amigos que lo recibirán con gran contento.*

*Toda esta familia le saluda y deseando le unas Felices Pascuas y año nuevo su reitera de V. afm. amigo*

*C. Vega del Sella [assinatura]*

2.5.3 – Carta manuscrita, com brasão de armas do Conde, n.º 23084

*Madrid 3 Marzo 925*

*Exmo. Sr. D. José Leite de Vasconcellos*

*Mi distinguido amigo: ayer vi al Sr. Obermaier el cual me dijo había recibido carta suya solicitando piezas del “Asturiense”.*

*Como en Madrid, no tengo nada, le agradeceré espere mi regreso a Nueva desde donde le remitiré un lote de picos.*

*Caso que tuviese un olvido le ruego que con toda confianza me lo advierta así como cualquier otra cosa en que yo le pueda servir.*

*Con los afectos de toda esta familia y los míos queda suyo afm. amigo*

*C. Vega del Sella [assinatura]*

2.5.4 – Carta dactilografada, com brasão de armas do Conde, n.º 23085

*Madrid, 7 de Marzo 1931.*

*Excmo. Sr. Dr. José Leite de Vasconcellos.*

*Mi distinguido amigo: Por correo certificado recibirá un pequeño trabajo mío, sobre el paleolítico de las Cuevas de la Riera y Balmori.*

*Respecto a lo que me pregunta sobre Dn. Aurelio del Llano Rocez autor de “Dialectos Gergales Asturianos; Bocabularios de la Xiriga y Bron”, puedo decirle la siguiente: Dn. Aurelio Llano, amigo personal mío, es una buenísima persona e infatigable trabajador, pero no tiene base alguna científica porque se trata de un obrero autoeducado, yo no entiendo nada de filología, pero creo que la Xiriga no tiene más importancia que las letras que los comerciantes ponen en los artículos que venden para que el comprador ignore el costo de compra.*

*La Xiriga es un lenguaje convencional entre los tejeros, que les sirve para entenderse entre ellos sin que el comprador lo entienda la mayoría de las palabras están tomadas del Vasco actual.*

*Puede suceder que el Bron tenga más interese pues el oficio de Calderero ambulante debe de ser una derivación de los que en antiguos tiempos enseñaban la fabricación del cobre y sus utensilios.*

*Pero como le digo anteriormente yo no entiendo nada de estas cosas; Ud. podrá apreciar las con más conocimiento y causa y ya sabe que en cualquier cosa que me considere útil está a su disposición este su afectísimo amigo*

*C. Vega del Sella [assinatura]*

2.5.5 – Carta manuscrita, com coroa condal e morada impressas “Castellana, 52”n.º 23086 (Fig. 14)

*Madrid 30 Nov. 934*

*Exmo. Sr. Dr. José Leite de Vasconcellos*

*Mi distinguido amigo: nuestro común amigo Dr. Hugo Obermaier me enseñó su muy amable carta en la que se interesa por nosotros en los salvajes sucesos de Oviedo: afortunadamente todos hemos salido bien aun que estábamos condenados; el cabecilla que debía dirigir la revolución en nuestra zona fue detenido a tiempo y quedo desorganizado el movimiento.*

*Toda esta familia le envía sus saludos y si alguna vez se decida a volver por Asturias ya sabe que aquí tienen una casa y unos buenos amigos.*

*Reiterando le las gracias por su interés quedo de V. su amigo*

*C. Vega del Sella [assinatura]*



## Comentários

O Conde de la Vega del Sella era um bom amigo de Leite de Vasconcelos, como se conclui das deferências sempre com ele usadas, designadamente o recorrente convite em voltar a Nueva, onde o Conde possuía a sua residência. Verifica-se igualmente uma grande vontade de ser útil, tendo o Conde logo escrito a Leite de Vasconcelos quando soube que este solicitara a Hugo Obermaier o envio de algumas peças asturienses para as coleções do Museu Etnológico, com receio de que idêntico pedido lhe tivesse sido dirigido, como seria natural, e tivesse ficado sem resposta. Esta questão encontra-se tratada na correspondência remetida por Hugo Obermaier a Leite de Vasconcelos, já publicada (CARDOSO, 2009).

Com efeito, na missiva datadas de 1 de Março de 1925, verifica-se que o grande arqueólogo alemão, por insistência do seu amigo português, tinha chamado a atenção do Conde para a satisfação do pedido, o qual foi depois satisfeito. Este episódio, aparentemente de pouca relevância, permite contudo evidenciar a importância que em Espanha era dada a qualquer pedido de Leite de Vasconcelos e, por outro lado, a pertinência deste na obtenção do pretendido.

Esta ligação pessoal era correspondida por parte do sábio português, que se preocupou com a segurança do seu amigo, aquando dos acontecimentos revolucionários de Novembro de 1934 verificados em Oviedo e logo dominados, conforme este refere na sua resposta. Idênticos acontecimentos produziram-se, pela mesma época, na Catalunha, estando referidos na correspondência remetida a Leite de Vasconcelos por Bosch Gimpera, adiante transcrita. Tendo sido o criador do termo Asuriense, para designar as indústrias de base macrolítica pós-glaciárias do litoral asturiano, caracterizadas em importante monografia publicada em 1923 pela Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas (VEGA DEL SELLA, 1923), é interessante que, tanto antes como depois desta publicação refira o termo entre aspas.

A referência a Joaquim Fontes, na missiva de 26.10.1922 justifica-se pelo facto de o jovem arqueólogo português ter estado em Nueva, em casa do Conde, no Outono de 1917, tendo participado em trabalhos arqueológicos que ele então vinha desenvolvendo na região, conforme se conclui da correspondência então remetida a Fontes, muito interessante, a qual foi entretanto publicada (CARDOSO & MELO, 2005; CARDOSO, 2006).

### 2.6 – Eduardo Hernández-Pacheco (1872-1965)

Geólogo, paleontólogo, geógrafo e pré-historiador espanhol. Estudou em Madrid e doutorou-se em 1896 com a tese: “Estudio geológico de la Sierra de Montanchez”, dirigida pelo geólogo José MacPherson.

Entre 1896 e 1899 trabalhou no *Instituto de Segunda Enseñanza de Cáceres* e na Universidade de Valladolid, publicando vários trabalhos sobre Geografia física, Flora e Fauna. Em 1899 foi nomeado para a cátedra de

estábamos considerando; el Caballero que debía dirigir la revolución en nuestra zona fue detenido a tiempo y pudo desorganizarse el movimiento  
Toda esta familia le envía sus saludos y si alguna vez se decide a volver por Asturias ya sabe que aquí tiene una casa y unos buenos amigos  
Recibiendo las gracias por su buena gestión de V. a amigo  
En Vega del Sella

Fig. 14 – Segunda página de carta manuscrita do Conde de la Vega del Sella, de 30 de Novembro de 1934, com coroa e morada impressas Castellana, 52, aludindo aos graves distúrbios então verificados na região das Astúrias, coevos dos registados na Catalunha, mencionados na correspondência de Pedro Bosch Gimpera (EJLV / MNA, n.º 23086).

História Natural no *Instituto de Segunda Enseñanza de Córdoba*, onde realizou alguns estudos geológicos sobre a Serra Morena e o Guadalquivir. No mesmo ano, foi nomeado membro de número da Academia de Ciências, Letras e Artes de Córdoba. Em 1910 foi-lhe atribuída a cátedra de Geologia da Universidade de Madrid e nomeado responsável pela Secção de Geologia e Paleontologia estratigráfica do Museu de Ciências Naturais daquela cidade. A partir deste Museu dirigiu importantes investigações.

Foi eleito, em 1921, membro da Real Academia de Ciências Exactas, Físicas y Naturales, com o estudo: “Rasgos fundamentales de la constitución e historia geológica de la Península Hispana”, que viria a ser base de um outro ensaio: “Síntesis Fisiográfica y Geológica de España”.

A criação da “Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas”, dependente da “Junta para Ampliación de Estudios e Investigaciones Científicas”, com sede no Museu Nacional de Ciências Naturais, sob a direcção do Marqués de Cerralbo até 1922, e, após a sua morte, de E. Hernández-Pacheco, possibilitou a publicação de notáveis monografias de carácter arqueológico e paleontológico, nas quais E. Hernández-Pacheco teve participação relevante, designadamente no âmbito da arte parietal levantina.

De formação geológica, distinguiu-se como eminente geógrafo, sendo justamente considerado um dos principais pioneiros dos estudos geomorfológicos em Espanha. No campo da Pré-História, foi o responsável pela célebre “Comisión de Investigaciones Paleontológicas e Prehistóricas”, em cujo âmbito se produziu assinalável actividade editorial, com a organização de duas séries científicas, uma de natureza geológica e paleontológica, outra dedicada à Pré-História, que cessaram definitivamente com o advento da Guerra Civil. Destacou-se, ainda, como investigador da arte rupestre, tendo vindo a lume, em 1959, a obra “Prehistoria del solar hispano”, que publicou já com 87 anos, na qual sintetizou os conhecimentos reunidos ao longo da sua laboriosa vida científica.

Grande amigo de Portugal, procurou, no campo da Arqueologia, incentivar a cooperação com jovens portugueses, como foi o caso de Joaquim Fontes, que, ainda estudante de Medicina, foi convidado por E. Hernández-Pacheco para com ele realizar trabalhos de campo em Portugal e em Espanha, como se verifica da correspondência já dada a conhecer (CARDOSO & MELO, 2005), na sequência de uma sua publicação sobre o abrigo com arte rupestre de Val-de-Junco, na serra da Esperança (Arronches), datada de 1916.

As seis missivas remetidas a Leite de Vasconcelos revelam essa vontade de conhecer Portugal, para, depois, mais eficazmente, estabelecer relações de cooperação duradouras. Ficou extasiado ao visitar o Museu Etnológico, exclamando “En Madrid no hay casa análoga” (missiva de 20 de Julho de 1916). A qualidade do órgão científico do Museu no campo da Arqueologia – *O Arqueólogo Português* – deu azo ao pedido de permuta com as Memórias da “Comisión de Investigaciones Paleontológicas e Prehistóricas”, então uma das colecções mais importantes publicadas em Espanha no domínio da Pré-História, questão que é tratada em diversas missivas.

#### 2.6.1 – Carta manuscrita, n.º 10210 (Fig. 15)

22-1-1916

Sr. D. J. Leite de Vasconcelos

*Muy Sr. mío y distinguido colega: Le doy las gracias por el envío de sus folletos relativos à prehistoria, que he encontrado en mi laboratorio al regreso de un viaje por Extremadura, en donde he visto numerosos dólmenes los cuales deben continuarse por Portugal (Serra de São Mamede). A la época de estos dólmenes debe corresponder la placa de pizarra (Fig. 47. VIII) de vuestra “Excursão arqueológica en Extremadura Transtagana” mas se han encontrado análogos excavando uno de dichos dólmenes.*

He escrito a Mr. Paul Choffat, mi colega de estudios geológicos, respecto a la posibilidad de que estrechemos más las relaciones científicas entre los prehistoriadores y geólogos de ambos países y creé él que en Portugal hay ambiente favorable; en España sería para nosotros una gran satisfacción una intimidad científica mayor, para lo cual pensamos organizar alguna expedición esta primavera o a fines de invierno para visitar vuestros interesantes Museos.

Por el correo de hoy le envío dos de mis últimas publicaciones de las que aún tengo ejemplares.

Queda de V. suyo aff. s.

q. c. s. m.

Eduardo HPacheco [assinatura]

2.6.2 – Bilhete-postal manuscrito,  
n.º 10211

San Esteban de Pravia (Asturias)  
19-7-1916.

Muy Sr. mío y distinguido colega:  
Le doy las gracias por el envío de su muy interesante catálogo de su Museo, que tengo grandes deseos de visitar. Veo que lo tiene perfectamente instalado y que está muy por encima de muchos extranjeros. En Madrid no hay cosa análoga. –No contesté enseguida porque salí el día siguiente de recibirlo de viaje para estudiar un yacimiento de fósiles de mamíferos terciarios y una caverna prehistórica en la provincia de Burgos. – Ahora comenzaré excavaciones en otra caverna.

Suyo aff. s.s.q.a.

Eduardo H-Pacheco [assinatura]

2.6.3 – Cartão manuscrito com chancela “MUSEO NACIONAL / DE / CIENCIAS NATURALES / MADRID (HIPÓDROMO)”, n.º 10212

29-VI-1917

Mi distinguido amigo: Los trabajos que le he enviado son efectivamente personalmente para V. y tendré mucho gusto en seguirle enviando mis publicaciones que yo tenga y le interesen. Por correo le envío la Nomenclatura.

do malogro excavando <sup>uno</sup> de dichos  
sitios.

He escrito a Mr. Paul Choffat,  
mi colega de estudios geológicos, respec-  
to a la posibilidad de que estreche-  
mos más las relaciones científicas  
entre los prehistoriadores y geólogos de  
ambos países y creé él que en  
Portugal hay ambiente favorable;  
en España sería para nosotros una  
gran satisfacción una intimidad  
científica mayor, para lo cual  
pensamos organizar alguna expe-  
dición esta primavera o a fines  
de invierno para visitar vus-  
tros interesantes Museos.

Por el correo de hoy le envío  
dos de mis últimas publicaciones  
de las que aún tengo ejemplares.

Queda de V. suyo aff. s.  
q. c. s. m.  
Eduardo H-Pacheco

Fig. 15 – Segunda página de carta manuscrita de Eduardo Hernández-Pacheco de 22 de Janeiro de 1916 (EJLV / MNA, n.º 10210).

*Independientemente de esto me alegro de que se establezca el cambio entre la Comisión de Investigaciones prehistóricas y vuestro Museo (O Archeologo, etc) y doy orden para que envíen una colección completa.*

*El pensamiento que por ahora tenemos mi familia en ir en Agosto a Ancora, cerca de Galicia y yo regresar en Septiembre por Lisboa a Extremadura, donde voy siempre por esta época todos los años. Como pienso hacer excursiones si está V. en alguna playa quizá tendría ocasión de saludarle antes de su regreso a Lisboa.*

*Suyo aff. s.s. y colega.*

*Eduardo HPacheco [assinatura]*

*Del Archeologo português tenemos el Vol. XX completo 1915, mas falta desde este en adelante.*

#### 2.6.4 – Bilhete-postal manuscrito, n.º 10213

*Ancora, 19-VIII-1917*

*Distinguido Sr. mío: Su postal me ha sido enviado desde el Museo de Madrid, pues estaba en viaje cuando se recibió.*

*Actualmente estoy con la familia en esta playa y hacia fines de este mes saldré hacia Lisboa. – Cuando regrese a Madrid procuraré completar con lo que tenga lo que le falta de algunos números le pediré ejemplar a los autores, si aún tienen de su tirada aparte, pues está ya la tirada entregada a la Comisión editorial; de todos modos procuraré complacerle en lo que de mi dependa.*

*El dolmen de aquí es muy interesante y muy bien conservado, ayer le vi. Suyo aff. a. q. e. s. m.*

*Eduardo HPacheco [assinatura]*

#### 2.6.5 – Bilhete-postal manuscrito com chancela “MUSEO NACIONAL / DE / CIENCIAS NATURALES / MADRID (HIPÓDROMO) / LABORATORIO DE GEOLOGIA / PROFESOR E. HERNÁNDEZ-PACHECO”, n.º 17097

*17-X-1917*

*Querido e respetable amigo: Gracias por su tarjeta que (???) de trabajo no ha tenido tiempo de contestar hasta hoy. Tenemos en el Laboratorio las publicaciones que me dio y cuya oferta agradezco, no creo falta ninguna, si acaso le avisaría.*

*Gracias de su aff. a. y colega*

*Eduardo HPacheco [assinatura]*

#### 2.6.6 – Bilhete-postal manuscrito com chancela “MUSEO NACIONAL / DE / CIENCIAS NATURALES / MADRID (HIPÓDROMO) / LABORATORIO DE GEOLOGIA / PROFESOR E. HERNÁNDEZ-PACHECO”, n.º 17098

*5-Diciembre 1919.*

*Muy distinguido Sr.:*

*[???] al encargado de las publicaciones de la Yunta lo que me dice de no haber recibido mi publicación “La Caverna de la Peña de Candamo” Está V. incluido en fichero especial para que reciba todo lo que se publica de Prehistoria, es posible que ya se lo hayan enviado.*

*Suyo aff. a.q.s.m.*

*Eduardo HPacheco [assinatura]*



## Comentários

A correspondência remetida evidencia as afectuosas relações existentes entre os dois grandes investigadores ibéricos. Logo no princípio da mesma, expressa Eduardo Hernández-Pacheco o desejo para que as relações no domínio da Paleontologia, da Geologia e da Arqueologia se estreitem entre os dois países, desiderato que se encontra amplamente evidenciado na correspondência enviada, pela mesma altura, para Joaquim Fontes, incentivando-o a desenvolver contactos científicos com arqueólogos espanhóis, e, inversamente, para que estes pudessem encontrar em Portugal possibilidade de ampliarem os respectivos estudos (CARDOSO & MELO, 2005). Eduardo Hernández-Pacheco visitava o nosso País anualmente com a família, procurando as praias. Numa das missivas, datada de 19/8/1917, estava em Âncora, mas não apenas a banhos, pois teve a oportunidade de visitar o célebre dólmen da Barrosa. Em Lisboa, aonde recorrentemente vinha, o Museu Etnológico mereceu-lhe rasgados elogios, declarando ao seu Director que, em Madrid, não havia então nenhum que se lhe comparasse, agradecendo em missiva de 1916, o envio do livro saído no ano anterior sobre a História do Museu (VASCONCELOS, 1915).

Regista-se o facto de a correspondência terminar precocemente, em 1919, talvez porque Leite de Vasconcelos se desinteressou de dar continuidade à pretendida colaboração transfronteiriça, conforme era propósito deste seu ilustre correspondente. Situação similar se verificou com outros eminentes arqueólogos que pretenderam trabalhar em Portugal em bases sólidas, como Pierre Paris, que, gorado o seu propósito em Portugal (conforme se verifica da correspondência trocada com Leite de Vasconcelos, objecto de ulterior publicação do signatário), acabou por fundar, com evidente proveito para o País vizinho, a École des Hautes Études Hispaniques, na origem da Casa de Velázquez.

### 2.7 – Georg Leisner (1870-1957) (Fig. 16)

Embora não fosse espanhol, a quase totalidade da obra deste ilustre arqueólogo alemão foi dedicada ao estudo do megalitismo da Península Ibérica em parceria com a sua esposa, Vera Leisner (1885-1972), que continuou as investigações depois da sua morte. Tal foi a razão para o ter considerado entre os pré-historiadores agora tratados.

Foi oficial do exército alemão até 1918, tendo combatido na Primeira Guerra Mundial. Fez parte da expedição à Núbia, com Leo Frobenius, em 1926. A sua tese de doutoramento versou o megalitismo do Noroeste da Península Ibérica (Galiza e norte de Portugal), tendo sido defendida na Universidade de Marburgo em 1938. Logo depois regressou à Península Ibérica, percorrendo a Beira Alta, com o objectivo de localizar e inventariar os monumentos megalíticos existentes em abundância naquela região, com o apoio do Prof. Mendes Corrêa, e de Almeida Moreira, entre outros investigadores.



**Fig. 16** – O. da Veiga Ferreira e Georg Leisner, fotografados na grande mamoa da anta do Monte do Cabeço (Montargil), em Outubro de 1953. (arquivo Leisner / DGPC).

Durante a Segunda Guerra Mundial o casal Leisner, instalado em Lisboa, passou por grandes dificuldades financeiras, ultrapassadas com o auxílio de amigos e colegas portugueses. Subsidiados pelo Instituto de Alta Cultura, G. e V. Leisner dedicaram-se nesse período à escavação de elevado número de dólmenes no Alentejo, cuja publicação se realizou na década de 1950, em monografias ainda hoje de referência, bem como na obra monumental *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel* cujos primeiro volume, publicado em Berlim em 1943, só terminou em 1998, tendo apenas como autora Vera Leisner, que depois do falecimento de Georg a prosseguiu sozinha.

Em 1954 G. e V. Leisner entraram finalmente para os quadros do Instituto Arqueológico Alemão, permitindo-lhes, finalmente a garantia do mínimo desfogo económico a que desde sempre deveriam ter direito.

2.7.1 – Carta manuscrita, n.º 11123  
(Fig. 17)

*Madrid, Paseo de la Castellana 37.  
11-4-30*

*Monsieur,*

*Retourné à Madrid, j'ai le désir de vous exprimer mes plus sincères remerciements de l'amabilité, avec laquelle vous m'avez reçu à Lisbonne, de vos renseignements si valubles pour mes études, et de la possibilité, que vous m'avez donné de travailler dans votre excellente musée.*

*Je serais très heureux, s'il me serait possible de vous montrer ma gratitude et naturellement je serai toujours à votre disposition pour procurer quelque chose de l'Allemagne.*

*J'ai visité aussi Figueira da Foz et Porto et je retourne à Madrid avec des souvenirs les plus agréables de mon séjour à Portugal.*

*Je regrette profondément que je ne serai plus en Espagne, quand le congrès à Coimbra aura lieu.*

*Veuillez, monsieur, recevoir avec mes remerciements sincères mes salutations distinguées*

*Georg Leisner* [assinatura]

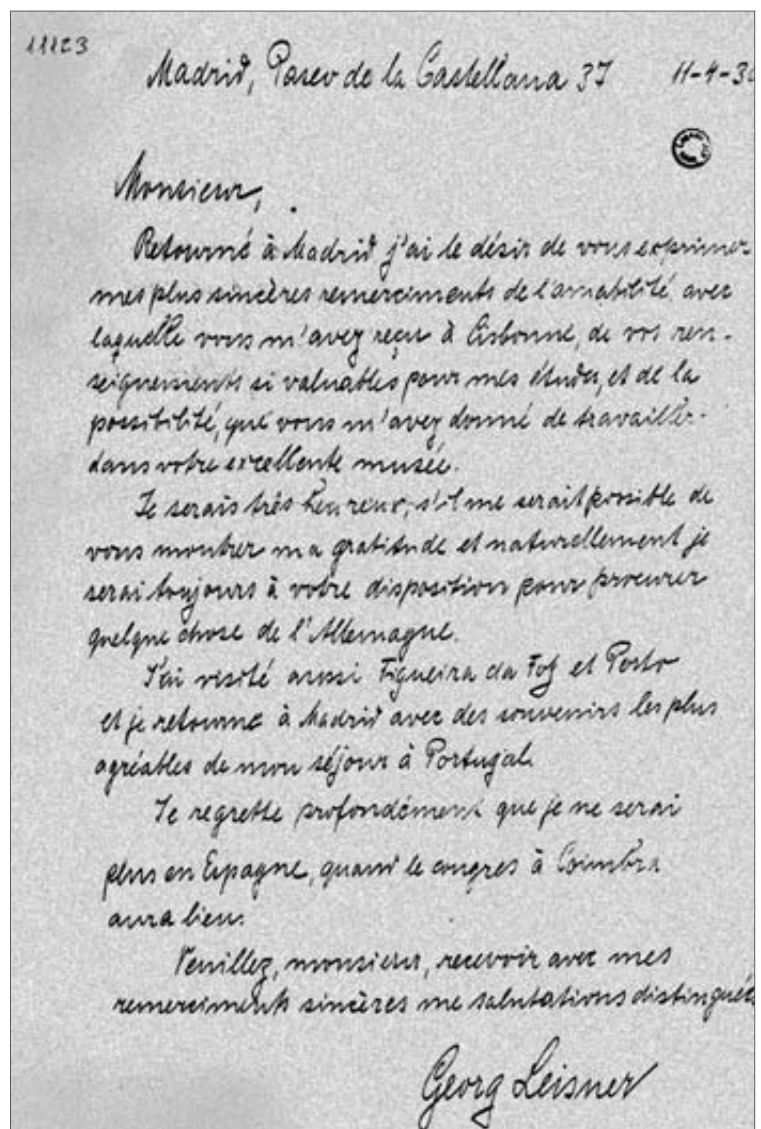


Fig. 17 – Carta manuscrita de Georg Leisner, de 11 de Abril de 1930 (EJLV / MNA, n.º 11123).

2.7.2 – Carta manuscrita, n.º 11124

*Marburg Wörthstr. 24* <sup>II</sup>

17.11.30

*Monsieur,*

*Lorsque ce printemps j'avais l'honneur de vous visiter à Lisbonne pour vous remettre les compliments de Mr. Obermaier, vous m'avez reçu avec tant d'amabilité, que je me permet aujourd'hui de m'adresser à vous avec une demande.*

*Il s'agit d'une question des dolmens de Beira, que vous avez exploré et sur lesquelles vous avez déjà publié tant de matériaux intéressants dans l'Archeologo Português. Comparant les formes de quelques types de pointes de flèches de silex avec types d'architecture des dolmens, j'ai constaté avec regret le défaut d'un plan de la Orca do Tanque, monument, qui a fourni un si grand nombre de silex. Je vous serais très obligé, si, en cas que vous le posséder, vous auriez la bonté de m'envoyer un plan de la dite orca, aussi bien que des autres monuments des environs (spécialement de la Orca dos Juncaes).*

*Je vous prie aussi, de bien vouloir me dire, si dans le tome de l'Archeologo Português, qui est apparu cette année, il y a quelque publication dolménique. On ne peut pas encore l'obtenir dans les bibliothèques ici et en cas qu'il contient quelque chose d'intérêt pour moi, j'ai l'intention de le mettre en ordre à Lisbonne.*

*Veuillez recevoir, monsieur, avec mes remerciements anticipés mes salutations distinguées,*

*Georg Leisner [assinatura]*

### Comentários

As duas missivas remetidas por Georg Leisner, ambas de 1930, relacionam-se directamente com a preparação da sua Tese de Doutoramento, apresentada em 1939, à Universidade de Marburg (LEISNER, 1932). (Fig. 18)

Pela primeira conclui-se que o autor permaneceu em Portugal durante a Primavera daquele ano, para prosseguir a recolha de elementos no terreno e em vários Museus, resultando a segunda missiva de pedido de informações sobre dois dólmenes da Beira Alta que nessa altura também teria também visitado, embora os mesmos não tenham sido integrados no seu trabalho doutoral, vindo apenas a serem publicados muito mais tarde, em obra póstuma e apenas por sua mulher (LEISNER, 1998).

Apesar de não ser espanhol, a sua inclusão no presente trabalho relaciona-se devido ao facto de, praticamente, a totalidade da sua produção científica se ter realizado na Península Ibérica.



Fig. 18 – Capa da Tese de Doutoramento de Georg Leisner, defendida na Universidade de Marburg em 1938.

## 2.8 – Federico Maciñeira Pardo de Lama (1870-1943)

Foi um dos arqueólogos espanhóis com mais projecção no primeiro terço do século XX. Nasceu no seio de uma família da nobreza galega, ligada à exploração agrícola. Desempenhou um relevante papel no movimento agrário galego e ocupou diversos cargos políticos antes da Guerra Civil espanhola: Presidente da Câmara de Ortigueira, Deputado Provincial da Corunha e Dirigente da Administração Civil.

Dedicou-se ao estudo da arqueologia na zona norte da província da Corunha, centrando as suas investigações nas serras de Capelada e Faladoira (actuais municípios de Ortigueira, Cariño, Cedeira, Mañón e As Pontes) e foi um dos primeiros arqueólogos galegos a realizar escavações e prospecções com fins científicos, com a preocupação de registar graficamente os seus estudos. Destacou-se no estudo do megalitismo e no dos povoados castrejos desta mesma área. Investigou o porto proto-histórico de Bares (Mañón, Galiza) e através de vários artigos tentou demonstrar a importância do local na navegação atlântica no comércio de estanho.

Ao longo da sua vida manteve contacto com outras personalidades cultas e investigadores da época como Bonsor, Hübner, Mélida, Sales y Ferré, Schulten, J. Leite de Vasconcelos, A. Bertrand e S. Reinach.

Os trabalhos desenvolvidos por F. Maciñeira foram reconhecidos no seu tempo, sendo este nomeado, entre muitas outras instituições científicas, membro da Real Academia de la História.

### 2.8.1 – Carta manuscrita, n.º 12657

*Ortigueira 14 de Febrero de 1906*

*Sr. D. J. Leite de Vasconcellos*

*Mi buen amigo: He recibido su postal acusándome recibo del Castro de S. Saturnino.*

*El artículo fue escrito para un almanaque y por eso no hice más que esbozar algunas ideas en forma sencilla y adecuada para vulgarizar por aquí tal género de estudios.*

*Si lo comprendo en el grupo de los castros del bronce no es precisamente por los objetos en el hallados, sino por los caracteres que reviste el monumento; porque los castros levantados aquí en épocas posteriores son distintos. Y ni lo clarifiqué como correspondiente al pleno periodo de los metales, fue por no entrar en explicaciones respecto a la división del mismo en las tres etapas que lo integran, porque – repito – se trataba de un artículo ligero de simple vulgarización, y por eso al tratar de la fibula señalé los tiempos en que se adoptó entre nosotros conforme al estudio del amigo Fortes.*

*Mi libro tardará en salir, porque desgracias de familia y un negocio que emprendi me tuvieron mas de un año completamente alejado de tales trabajos, y, por otra parte, es tal el cúmulo de materiales nuevos que reuní en dos expediciones emprendidas a una parte de la comarca que no visitara antes, que casi tengo necesidad de rehacer todo lo escrito. Hoy llegan a 400 las mamoa descubiertas y mas de 80 castros. Confío, sin embargo, que en todo 1907 quedará terminado.*

*Estudio con mucho interés el 2º volumen de Religiões que me agrada en extremo.*

*Tarda me por verle y mucho me complacería que volviese a Galicia, porque iría a visitarle a La Coruña si V. no quería molestarse en honrarnos aquí con su presencia.*

*Siempre suyo afmo. Amigo q. l. s. m.*

*Federico Maciñeira [assinatura]*



2.8.2 – Carta manuscrita, n.º 12661

*Ortigueira 2-X-919*

*Sr. Dr. J. Leite de Vasconcellos*

*Muy querido amigo: Aunque mis ocupaciones no me permiten dedicarme tan asiduamente como antes à las tareas arqueológicas, porque tengo seis hijos y preciso trabajar para ellos, sui embargo no descuido aquellas del todo y cuando me es posible sigo investigando por la comarca y escribiendo cuartillas para mi futura obra que comprenderá varios libros.*

*Digo le esto, mi respetable amigo, porque en O Archeologo de Diciembre último, que V. tuvo la bondad de enviarme y que yo le sigo agradeciendo con toda el alma, he visto una interesante nota bibliográfica dando cuenta del volumen III de su monumental obra Religiões da Lusitania, e interesando me conocerlo quisiera merecer de V. me honrase una vez mas enviándome lo.*

*Poseo los volúmenes I y II con que se dignó obsequiarme y me hace falta el completo, porque para mi obra sobre las antigüedades proto-históricas de esta comarca utilizo más frecuentemente que las de otros países los trabajos de esa simpática nación, y los suyos originalmente son para mi una preciosa fuente de información científica.*

*Por ese admirable Archeologo que tan acertadamente dirige, puedo seguir el movimiento arqueológico de Portugal y veo que pese à las circunstancias porque atraviese la nación no descansan VV. por lo cual me huelgo en felicitarle.*

*Dispense me la molestia y no dudando ser por V. atendido le anticipo las gracias y saludando le muy cariñosamente queda siempre muy suyo afmo amigo y admirador*

*q. f. s. m.*

*Federico Maciñeira [assinatura]*

*P.S. Luego publicaré un librito estudiando los orígenes de un famoso santuario de este país, que ya tengo terminado.*

2.8.3 – Carta manuscrita, com chancela de “FEDERICO MACIÑEIRA / GRANJA DE LAMA / CULTIVOS FORESTALES Y POMOLÓGICOS / RIBERAS DEL SOR / ORTIGUEIRA”, n.º 12665 (Fig. 19)

*14-X-932*

*Sr. D. José Leite de Vasconcellos*

*Lisboa*

*Ilustre amigo y admirado maestro:*

*En mi poder el volumen XXVIII del siempre interesantísimo “Archeologo Português”, cuyo recibo me he proporcionado una nueva satisfacción, tanto por en lectura cuanto por ponerme en relación espiritual con V., quien nunca olvido, después de un largo paréntesis, complazco me en felicitarle por la publicación de este nuevo volumen, agradeciendo le en extremo su envío.*

*Desde el 1929 que saho a luz mi trabajo sobre el “Notable grupo de círculos líticos y túmulos dolménicos de la cuenca superior del Eume”, no he vuelto a publicar nada de carácter arqueológico. De un momento à otro saldrá una separata del Boletín de la Academia Gallega acerca de un punto de geografía antigua que ya le enviaré.*

*En Bares y por cuenta del Estado (à propuesta de P. Paris en el Congreso internacional de Historia de España), hice trabajos de exploración, hallando en la montaña algún material lítico y cerámico prehistórico y una estación romana con vestigios de material de la cultura del hierro, y en la playa, al abrigo de aquella gran escollera*

ciclópea, antiquísima, que V. ha visto (cuya condición de obra artificial me confirmaron los sondeos que practiqué hasta cuatro y medio metros de profundidad) fue descubriendo vestigios romanos. Sobre todo ello voy à empezar a escribir una extensa memoria.

Celebrando que continue bien y siempre tan animoso para honra de la cultura ibérica, saluda le muy cordialmente, con la mayor devoción, su affmo amigo y s. s.

Federico Maciñeira [assinatura]

#### 2.8.4 – Bilhete-postal manuscrito

Ortigueira 24-IV-33

Respetable amigo y maestro: Recibí su postal del 23-XII-32 com gran contento por saber de V. à quien nunca olvido, celebrando muchísimo que siga bien, y también he recibido “O Archeologo” de 1927 à 1929 que le agradezco, habiéndolo leído con la especial complacencia que me produce siempre su gran revista.

Como me dice no haber recibido el ejemplar de “Círculos lithicos”, que le remitira, por este mismo correo le mando certificado otro y con él mi último trabajo de geografía antigua sobre los Artabros. Si de uno o de otro desea ejemplares para la biblioteca del museo o Sociedad de Geografía, se los mandaré con gusto.

Siempre suyo admirador y amigo

F. Maciñeira [assinatura]

#### 2.8.5 – Carta manuscrita, com chancela da “FEDERICO MACIÑIERA / GRANJA DE LAMA / CULTIVOS FORESTALES Y POMOLÓGICOS / RIBERAS DEL SOR / ORTIGUEIRA”, n.º 12667

23-VI-934

Sr. D. José Leite de Vasconcellos

Lisboa

Ilustre maestro y querido amigo: Con máxima satisfacción he visto en el volumen de 1930-1931 de “O Archeologo Portugues”, que el gobierno de ese admirable país ha tenido a bien premiar su gran labor científico dando su relevante nombre al gran Museo Etnológico que V. ha fundado y dirigido por espacio de tantos años. Institución que si tanto à V. le honra mucho honra también à su Patria y à Iberia en general.

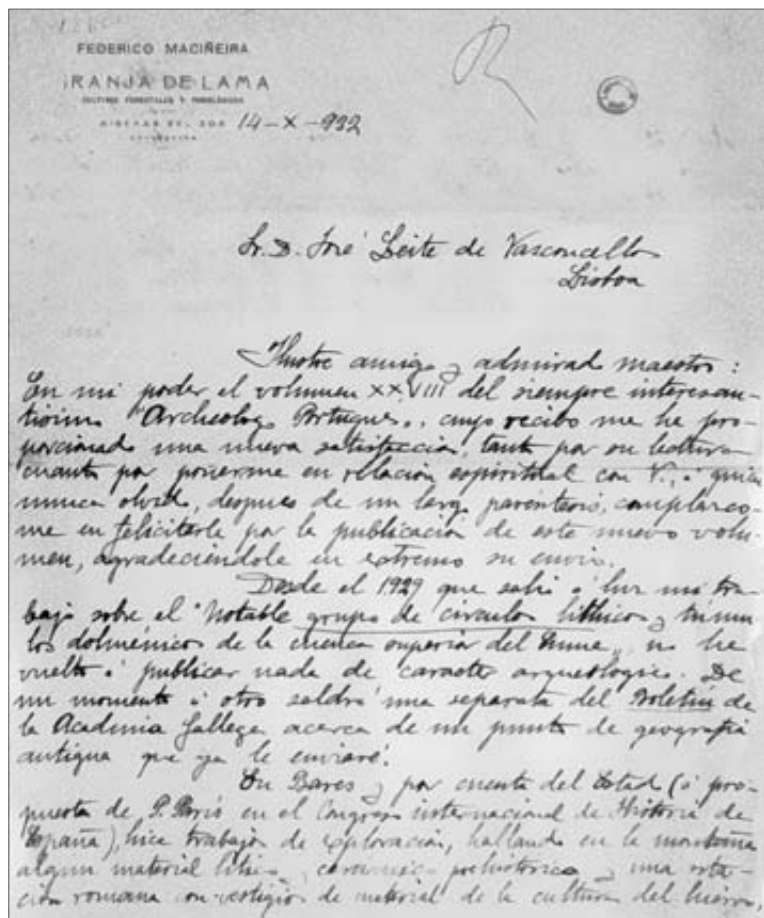


Fig. 19 – Carta manuscrita com chancela de “FEDERICO MACIÑIERA / GRANJA DE LAMA / CULTIVOS FORESTALES Y POMOLÓGICOS / RIBERAS DEL SOR / ORTIGUEIRA”, de 14 de Outubro de 1932 (EJLV / MNA, n. n.º 12665).

*Y ante hecho tan alentado, que viese à coronar su obra maestra de investigador de las antigüedades lusitanas, como profundo admirador de la misma complazco me en felicitarle muy efusivamente; deseando se digne aceptar este modesto homenaje de quien à través de treinta y seis años ha venido siguiendo con el mayor interés sus trabajos inspirando se siempre en sus sabias enseñanzas.*

*Deseando le mucha salud para proseguir sus magníficos estudios, saluda le muy cordialmente y reiterandole el mas cumplido para bien que de siempre de V. obligado y affmo. Amigo que le abraza*

*Federico Maciñeira* [assinatura]

#### 2.8.6 – Bilhete-postal manuscrito, não numerado

*Riberas del Sor 27-IV-39 de la Victoria*

*Ilustre y querido amigo:*

*Por O Seculo que me enviò el amigo D'Avila, me informo con gran satisfacción de haberse publicado los volúmenes V a VII de los "Opusculos", y por ello le felicito con el fervor que me inspira el afecto que le profeso y la admiración que siento por su brillante labor científico; deseando le muchos años de vida para proseguir su monumental obra.*

*Le he escrito al Dr. D. Manuel Heleno, en Enero, acusando le recibo de las publicaciones con que se dignó honrarme y haciendo le una consulta sobre unas bolas de hierro aparecidas en un castro. Supongo recibiese mi carta.*

*Saluda le cordialmente*

*F. Maciñeira* [assinatura]

### Comentários

A presente correspondência estende-se por cerca de 30 anos, a pesar de serem apenas seis as missivas enviadas. Verifica-se o apreço de Leite de Vasconcelos dispensava ao arqueólogo galego, não deixando de lhe remeter os números de *O Arqueólogo Português* que iam saindo, a par de outras obras de sua autoria, o que lhe permitia acompanhar as principais novidades da Arqueologia portuguesa, como o próprio declara; a situação mantém-se mesmo depois da sua substituição no Museu Etnológico por Manuel Heleno, que passou a ser formalmente o responsável por tais envios. No entanto, conforme era hábito deste último, também uma missiva de Federico Maciñeira que lhe foi dirigida ficou sem resposta a uma pergunta nela formulada, ao contrário do verificado com o seu antecessor, que escrupulosamente respondia a todos os seus correspondentes.

Logo na primeira missiva recebida é abordada a questão de clarificar a cronologia dos castros galegos mais antigos; é interessante verificar que Leite, desejando conhecer os fundamentos da atribuição de tais povoados à Idade do Bronze, obteve resposta curta e pouco clara.

#### 2.9 – CMarquês de Cerralbo y de Almarza, Conde de Alcudia y de Villalobos, Enrique de Aguilera y Gamboa (1845-1922) (Fig. 20)

Político, colecionador e arqueólogo, o XVII Marquês de Cerralbo destacou-se, no plano cultural, como mecenas das Artes e da Arqueologia. Na política, E. de Aguilera dirigiu o partido conservador carlista (1890-1898 e 1913-1919) e, como senador, defendeu nos debates a proteção, conservação das escavações arqueológicas, corporizada na lei de 1911, regulamentada em 1912.

Foi no Museu Nacional de Ciências Naturais, centro de pesquisas dinâmico onde colaboraram geólogos, paleontólogos e pré-historiadores, que mais produtiva se verificou ser a sua actividade no domínio da Arqueologia, como Director da Comissão das Investigações Paleontológicas e Pré-históricas. A sua notoriedade justificou a eleição como Vice-presidente da Associação Espanhola para o Progresso das Ciências, sendo também sócio fundador da Sociedade Espanhola de Antropologia, Etnografia e Pré-História.

Em 1895 realizou escavações em Ciempozuelos (Madrid), financiadas pela Real Academia Espanhola. No Museu conheceu investigadores que se dedicaram ao estudo das pinturas rupestres e a partir de 1903 contou com aquele que viria a ser seu colaborador mais próximo e dedicado: Juan Cabré.

Em 1907 iniciou pesquisas na estação pré-histórica de Torralba del Moral e Monreal de Ariza, documentando as suas escavações com anotações e fotografias de campo, para o que concorreu muito o seu referido colaborador. Financiou e participou no estudo de importantes estações rupestres: Valltorta, Castellón, bem como as estações de Torralba e Ambrona (Soria) e as de Duratón (Segóvia), em colaboração com J. Cabré. Foi académico da Real Academia da História, da Real Academia de Belas Artes de S. Fernando e da Real Academia Espanhola, para além de diversas Academias e sociedades científicas estrangeiras.

Em 1922 doou ao estado espanhol, em testamento, as suas colecções de obras de arte e o palácio madrilenho que as albergava, hoje Museu Cerralbo.



Fig. 20 – Enrique de Aguilera y Gamboa, Marqués de Cerralbo (in PARIS, 1936, Pl. VIII, 1, mod.).

#### 2.9.1 – Carta manuscrita com chancela “SENADO / Particular”, encimada pelas armas reais, n.º 4915 (Fig. 21)

*Exmo. Sr. Dr. Jose Leite de Vasconcellos.*

*Mi distinguido amigo:*

*Muy mucho agradezco la gran amabilidad de V. regalando me un ejemplar del segundo volumen de su admirable obra “Religiões da Lusitania”, que inmediatamente he leído y estudiado con tan gran placer como provecho, y figure V. el encanto que para mi tiene el doctísimo y acertadísimo monumento de Braga dedicado a Tongoenabiagus, cuando tan notabilísima obra fue mandada hacer por un Arcobricense del que conocía la mención por el Corpus Inscriptiorum Latinarum V.II, pero no vi jamás ni idea del monumento y como yo he descubierto y desenterrado la importantísima ciudad celtibera Arcobriga, que estaba completamente desconocida en un monte, comprende V. cuanto me interesa y entusiasmo el (???) estudio de V. sobre la obra artística y el fontanero Dios de un Arcobricense.*

*Mucho agradezco a V. su estimada carta y quedo complacidísimo de la promesa que V. me hace de ir a Santa Maria de Huerta en la primavera, y pasar allí unos días conmigo, para que tenga yo la satisfacción de enseñarle los 18 puntos en que hice y hago excavaciones en el espacio de unas doce leguas, y no dudo han de*



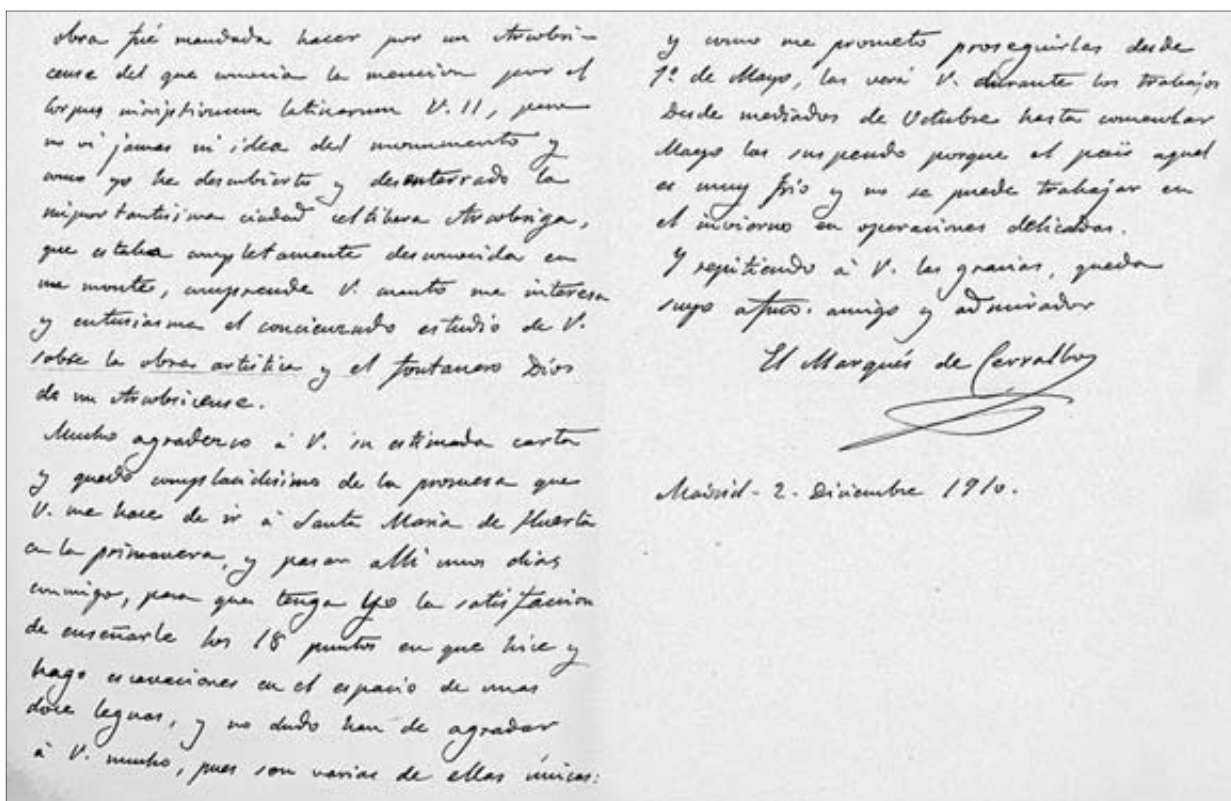


Fig. 21 - As duas páginas finais da carta carta manuscrita do Marquês de Cerralbo de 2 de Dezembro de 1910 com chancela "SENADO / Particular", encimada pelas armas reais (EJLV / MNA, n.º 4915).

agradar a V. mucho, pues son varias de ellas únicas: y como me prometo proseguirlas desde 1º de Mayo, las verá V. durante los trabajos. Desde mediados de Octubre hasta comenzar Mayo las suspendo porque el país aquel es muy frío y no se puede trabajar en el invierno en operaciones delicadas.

Y repitiendo a V. las gracias, queda suyo afmo amigo y admirador

El Marqués de Cerralbo [assinatura]

Madrid - 2 - Diciembre 1910.

2.9.2 - Carta manuscrita tarjada de negro com chancela do "SENADO Particular" encimada pelas armas reais n.º 24258

Exmo. Sr.

D. J. Leite de Vasconcellos

Mi ilustre amigo: Recibí su carta, y apresuro me a contestarle, para decirle cuanto siento no recibiera la mía dándole gracias expresivas por el volumen 3º de sus admirables estudios sobre las Religiones en Lusitania, que he estudiado con todo interés. Doyle, pues, repetidísimas gracias, así como por los Opúsculos que me remite.

Uno de estos días marcharé à Biarritz, y pararé en el Grand-Hôtel.

A fines de Agosto iré á Sta. Mª de Huerta, en donde estaré hasta principios de Octubre. Si V., á su vuelta de Berlín y de Rusia, pasase por allí, tendría mucho gusto en que pasase unos días conmigo y le enseñaría gran

*parte de los objetos de mis excavaciones, por más que los importantes los traga ya à Madrid: pues todo lo regalo a los Museos Nacionales.*

*Repitiendo a V. las gracias es su afmo. amigo y admirador*

*El Marqués de Cerralbo [assinatura]*

*15 – Julio 1914 – Madrid*



**Fig. 22** – Vista das ruínas da cidade romana de Arcobriga, explorada pelo Marquês de Cerralbo, conforme alude na carta de 2 de Dezembro de 1910 (*in* PARIS, 1936, Pl. VIII, 2).

## Comentários

Tal qual o verificado com outros arqueólogos espanhóis representados na correspondência, Leite de Vasconcelos enviava ao seu ilustre colega as principais obras que iam saindo dos prelos, como é o caso das “Religiões da Lusitânia”, onde Cerralbo veio a encontrar a notícia sobre a Fonte do Idolo, em Braga, e a menção a um Arcobrigense, o que o deixou cheio de contentamento, por ser de uma cidade que ele próprio localizara e escavara (Fig. 22). Também se registam os convites endereçados a Leite de Vasconcelos para que aceitasse a sua hospitalidade na sua casa no decurso das escavações que então vinha realizando. A escassa correspondência – apenas estas duas cartas – cessa em meados de 1914. Todo indica que tais visitas não foram realizadas, até porque numa delas se refere a viagem de Leite de Vasconcelos à Rússia, a qual não foi realizada. Seria interessante perceber as causas desta cessação da correspondência.

### 2.10 – José Ramón Mélida y Alinari (1856-1933) (Fig. 23)

Ilustre arqueólogo espanhol. Estudou na Escuela Superior de Diplomática, recebendo formação arquivística. Trabalhou como estagiário no departamento de pré-história e antiguidades do Museu Arqueológico Nacional, e em 1881 é incorporado no “Cuerpo Facultativo de Archiveros, Bibliotecarios y Anticuarios”. Em 1884 tornou-se conservador do museu, chefe da 1.ª secção de Pré-História e Antiguidades, organizando a ampliação do espaço expositivo, com a criação de uma sala de Antiguidades Ibéricas.

Em 1899 foi admitido na Real Academia de Bellas Artes de San Fernando e, em 1906, foi eleito membro da Real Academia de la Historia (Madrid).

Dirigiu o Museu das Reproduções Artísticas (1901-1916), assumindo, nesse ano, a direcção do Museu Arqueológico Nacional (1916-1930).

Realizou escavações em Numância e em Mérida, devendo-se-lhe a valorização patrimonial do Teatro romano. Representou oficialmente a Espanha no II Congresso Internacional de Arqueologia no Cairo em 1909.



**Fig. 23** – José Ramón Mélida  
(*in* CASTAÑEDA, 1934).

Leccionou a cadeira de Arqueologia na Universidade Central de Madrid (1912-1926).

Nas décadas de 1910 e de 1920, Mérida teve um importante papel na gestão do património arqueológico, artístico e arquitectónico.

Foi-lhe atribuída a redacção do *Real Decreto-Ley* de 9 de Agosto de 1926 para a “Defensa de la riqueza monumental y artística de España”. Fez parte da Junta Central do Patronato para a protecção, conservação e aumento do Tesouro Artístico Nacional.

Em 1929 presidiu no IV Congresso Internacional de Arqueologia organizado em Barcelona, e durante um breve período foi também presidente da Sociedade Espanhola de Antropologia, Etnografia e Pré-história (1932-1933).

Publicou artigos sobre materiais proto-históricos e romanos de Espanha e destacou-se pelos estudos das esculturas do Cerro de los Santos, e dos tesouros de Jávea e de Aliseda. Pertenceu ao Instituto Arqueológico Romano-Germanico, com sede em Berlim, à Sociedade de Antiquários de Londres, à Sociedade Hispanista de Nova Iorque.

De entre as suas obras principais, referem-se ainda *Arqueología clásica* (1923) e *Arqueología española* (1929), e os dois volumes de *Corpus Vasorum Antiquorum* (1934).

2.10.1 – Cartão de visita manuscrito de “JOSÉ RAMÓN MÉLIDA / Orellana, 6, 3º izqda.”, n.º 19404

*Saluda afectuosamente al Exm<sup>o</sup>. Illmo Señor J. Leite de Vasconcellos su afmo. s. s.*

*José Ramón Mérida [impresso]*

*Y le recomienda al dador de esta Dr. Piotr Bienkowski, Prof. de la Universidad de Cracovia.*

2.10.2 – Carta manuscrita, n.º 19405 (Fig. 24)

*Madrid 23 de Marzo de 1897.*

*Muy Sr. mío y distinguido amigo: Los muchos trabajos que pesan sobre mi, de los cuales no es el menor el de la Revista, me han impedido contestar á su atenta, y lo hago hoy pidiendo le mil perdones por la tardanza.*

*Habrà Vd. recibido nuestra Revista a cambio de O Archeologo Portugues, notabilísima publicación, debido al sabio esfuerzo de Vd. La leemos con mucho gusto.*

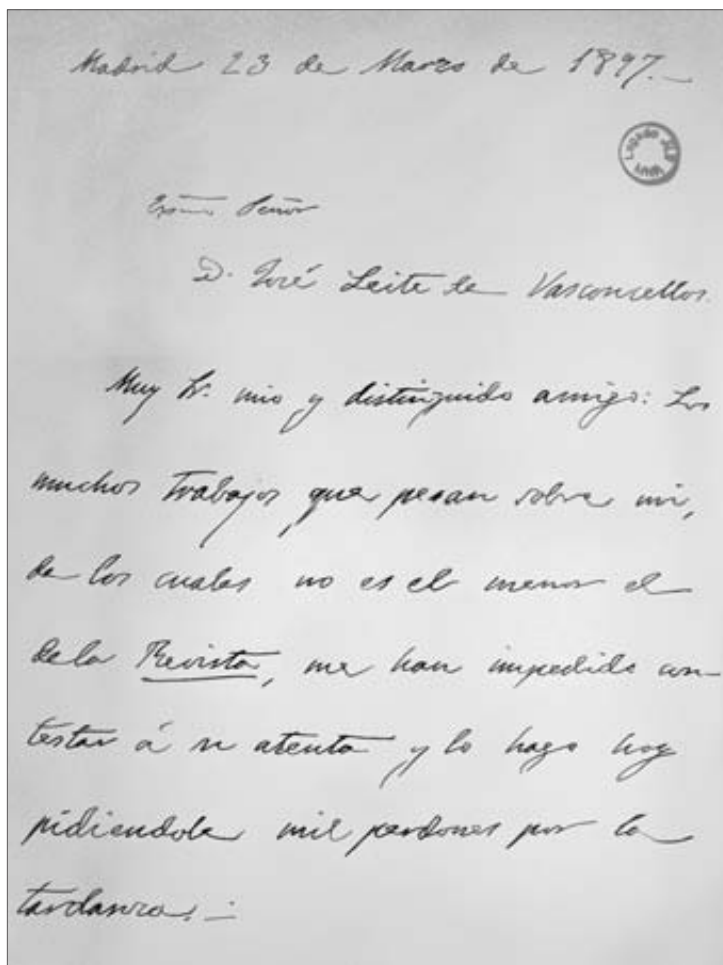


Fig. 24 – Primeira página de carta manuscrita de José Ramon Mérida, de 23 de Março de 1897 (EJLV / MNA, n.º 19405).

*Escribí à mi amigo D. Bartolomé Ferrá, director del Museo de la Sociedad arqueológica Juliana de Palma de Mallorca <sup>(1)</sup>, diciendo le que deseaba Vd. cambio con su Boletín. Para a Revista de Menorca puede Vd. dirigirse à D. Gabriel Llabrés (amigo mío) catedrático del Instituto da 2.<sup>a</sup> enseñanza en Mahon (Menorca).*

*D. Joaquín Costa vive calle del Bosquillo, n° 5, Madrid.*

*[???] Vd. decirme si ha publicado algún trabajo, después del que me remitió à [???] de su estancia en Madrid, sobre Ídolos Ibéricos? Me interesa mucho saberlo.*

*Mucho me alegraré ver à Vd. de nuevo en Madrid, donde pude [???] sus órdenes, atento y afmo s. s. q. b. s. m.*

*José Ramón Mélida [assinatura]*

*[Anotação na carta:] <sup>(1)</sup> Palacio 81.*

### 2.10.3 – Bilhete-postal manuscrito, n.º 19406

*Madrid, 7 Mayo, 97 – Ovellana, 6, 3º izqdo.*

*Muy Sr. mío y amigo: Por este correo remito à Ud. dos opúsculos míos sobre la cerámica clásica de nuestro Museo y el último n.º de nuestra revista con un artículo mío sobre ídolos ibéricos. Para escribir esto busqué con afán, y no encontré, el vol. I de O Archeologo, donde deseaba ver el trabajo de Vd. – No conozco los opúsculos de Vd. relativos à las religiones de la Lusitania, los amuletos y los dioses bracarenenses. Prestará Vd. un gran servicio à la ciencia con la obra que me dice está escribiendo.*

*Mantengase Ud. bueno y ya sabe que es suyo afmo amigo s. s. q. b. s. m.*

*José Ramón Mélida [assinatura]*

### 2.10.4 – Carta manuscrita, n.º 19407

*Madrid 15 de Diciembre de 1897*

*Campoamor, 15, 3º izqdo.*

*Exmo Señor J. Leite de Vasconcellos*

*Muy distinguido amigo: Recibí en el pasado mes un libro Religiões da Lusitania; cuyo obsequio le agradezco muchísimo y por cuyo trabajo tan sabio y erudito le envió mi felicitación calurosa. – En la Revista le dedicaré como merece una nota bibliográfica.*

*Dispense-Vd. que haya tardado en contestar le, mil perdones le pido, peso debo decirle que mi retraso ha sido motivado por el deseo de enviar à Vd. algo de las varias cosas que le tenía prometidos y à Vd. interesan. – Como hemos tenido enfermo à nuestro restaurador tardó en [???] los dos ejemplares de escultura prehistórica que à Vd. interesan tanto. Ayer expedí los variados para Vd. en paquete certificado (dentro de una caja). Son las piezas siguientes, señalados así en nuestro Inventario:*

*358. – Fragmento escultural, en lámina de pizarra: trozo de rostro humano.*

*359. – Fragmento escultural, en lámina de pizarra: cuerpo de una figura humana con sus brazos cuyas manos cojen un objeto.*

*Ambas piezas proceden de Garrovillas de Alconetar (provincia de Cáceres). – Donación de D. Jerónimo de Sande y Olivares.*



*Adjunto envío à Vd. un calco del dibujo con dimensiones y nota de la capacidad de la tinaja de Sto. Pola. Dicho dibujo y medidas se ha hecho para un arqueólogo alemán, amigo del Sr. Hübner, que prepara un trabajo sobre la metrología antigua, y que creo lo publicará pronto.*

*No envío à Vd. el artículo sobre la cerámica prehistórica decorada, para O Archeologo porque el hallazgo de vasos iguales en Carmona me obliga à añadir algo y hasta ahora no ha tenido tiempo de hacerlo, pues vivo ocupadísimo. Lo haré tan pronto como [??] en seguido pelo envío à Vd. Tampoco he olvidado que desea Vd. dibujo de la piedra de dólmen. Todavía no he hallado quien lo haga; pero también [??] con placer à Vd. en este punto.*

*Francamente diré à Vd. que he sentido llame inédita el Sr. Berlanga à una moneda publicada en O Archeologo Portugues, y excuso decir à Vd. que tiene à su disposición las páginas de nuestra Revista para escribir una rectificación ò lo que Vd. guste.*

*Mucho me satisface su nueva visita que me anuncia. [??] sabe Vd. que es suyo afmo amigo s. s. q. b. s. m.*

*José Ramón Mélida [assinatura]*

2.10.5 – Carta manuscrita, n.º 19408

*Madrid 2 de Enero de 1901.*

*Exmo Señor*

*D. José Leite de Vasconcellos*

*Mi distinguido amigo: Dirá Vd. de mí que soy tardío, pero seguro. Dispense Vd. mi larga tardanza en enviarle el dibujo de la moneda, en el que procuró hacer el dibujante todo lo posible, esto es, todo lo que se ve, pues se trata de una moneda muy borrada.*

*Mi longo silencio fue por el deseo de enviar à Vd. al mismo tiempo el dibujo de la piedra de dolmen (nº 587) del valle de Abamia en Corao (Oviedo), prometido à Vd. desde hace tanto tiempo y que hasta hoce pues no conseguí que lo hicieran.*

*Dispense Vd. si mi retraso le causó trastorno y vea si se le ocurre otro encargo para el que da antemano prometo más diligencia.*

*He remitido à Vd. también un ejemplar del opúsculo El jinete ibérico, que acaso le interese.*

*Todo ello ha ido en paquete certificado.*

*Deseo à Vd. muchas prosperidades en el siglo que comienza.*

*Mantengase bueno y no olvide que es muy suyo atento y afmo amigo*

*s. s. q. l. b. s. m.*

*José Ramón Mélida [assinatura]*

2.10.6 – Carta manuscrita, com chancela do “Museo / de / Reproducciones Artísticas / Director”, n.º 19409

*8 dic. 905*

*Excmo. Señor*

*D. José Leite de Vasconcellos*

*Muy Sr. mío y distinguido amigo: El Sr. Horacio Sandars, arqueólogo-minero de Linares de quien conocerá Vd. algunos trabajos me ha prestado las adjuntas fotografías de unas armas de hierro que deseamos saber si Vd. las ha visto y qué impresión le causaran (creo que la misma que à nosotros) y así mismo lo que Vd. pueda decirnos de la historia de esos objetos en cuanto à su paso por Portugal, no hace mucho tiempo.*

*Según nuestras noticias esos objetos fueron llevados primeramente à Badajoz y tal vez à otros puntos por unos aldeanos, los cuales pedían por ellos bastante dinero y no hallando en Extremadura comprador los llevaron à Portugal, con la idea de venderlos caros. No lo consiguieron y volvieron con ellos á Badajoz, donde se los compraron en trescientas pesetas para el Museo dela ciudad, en el cual se hallan.*

*Diga nos Vd. lo que [??] y le parezca de esos extraños objetos. Cuando me escriba devuelva me la fotografía.*

*Creo que en el próximo número de nuestra Revista saldrá la nota bibliográfica que he dedicado al tomo II de Religiões da Lusitania, que me ha interesado mucho por que se refiere al periodo histórico y grupo de antiguedades de mi especial afición.*

*Conserve se Vd. bueno y sabe Vd. le aprecia su atento y afmo amigo*

*s. s. q. s. b. s. m. / José Ramón Mélida [assinatura]*

2.10.7 – Carta manuscrita, com chancela do “Museo / de / Reproducciones Artísticas / Director”, n.º 19410

*Madrid 12 Marzo 1907*

*Señor D. J. Leite de Vasconcellos.*

*Distinguido y querido amigo:*

*Recibí sus postales y debo decirle que mi largo silencio ha sido motivado por el mismo asunto que Vd. me encomendaba, esto es por la rebusca del folleto Lusitania. Recuerdo muy bien haberlo visto y aun creo he tenido un ejemplar.*

*Dos veces lo he buscado entre mis papeles, para haber se lo enviado à Vd., pero no lo hallo. También lo he buscado en las librerías y no me dan razón del, ni del autor, que tampoco recuerdo.*

*Sinto mucho no poder à Vd. servir.*

*Me preguntaba Vd. asimismo por el resumen de una conferencia que hace un año dio en el Ateneo mi amigo el arqueólogo minero ingles Mr. Horace Sandars sobre los ídolos ibéricos, por el descubiertos en un sitio de Despeñaperros, donde debió existir un centro de culto. Lo que debe Vd. ver sobre el particular como trabajo mejor sobre el mismo asunto y del mismo Mr. Sandars es su trabajo ó resumen de la conferencia que dio ante la Sociedad de Anticuarios de Londres, publicada en el Boletín de la Corporación.*

*Por si desea Vd. ponerse en relación con Mr. Sandars sus señas son 10.H Queen Anne’s Mansions Westminster, S. W. London.*

*Deseando á Vd. buena salud se regista de Vd. atento y afmo. amigo*

*s. s. q. s. b. s. m. / José Ramón Mélida [assinatura]*

2.10.8 – Bilhete-Postal manuscrito pessoal, com reprodução de vaso grego e a morada do próprio “J. R. Mélida – Barbieri, 1 Dup. – Madrid”, n.º 19411

*Madrid 31 Marzo 908.*

*Distinguido amigo: Al regresar de Mérida recibo su carta y para contestarla me dice D. Narciso Sentenach que sus estudios de Numismática se publicaron en la Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos, año de 1905 y está preparando una reimpresión de ellos, teniendo ya publicados el 2º y 3º fascículo.*

*De Vd. afmo. amigo*

*J. R. Mélida [assinatura]*

*Senti mucho no ver à Vd. en Numancia.*

2.10.9 – Carta manuscrita, com chancela do “COMISIÓN EJECUTIVA / DE LAS EXCAVACIONES / DE / NUMANCIA / PARTICULAR”, n.º 19412

*Soria, 25 Julio 1909.*

*Señor D. J. Leite de Vasconcellos.*

*Mi querido amigo y compañero de Cabina: Mucho gusto me dio su grato postal, pues no sabía de Vd. desde que me habló en otra de su estancia en Paris nuestro compañero M. Lemaître.*

*Desde Roma fui à Florencia, cuyo Museo Etrusco me encantó y por falta de tiempo para ir à Venecia me fui à Madrid, donde durante Junio he dado en el Museo mi breve curso de conferencias, sobre Arte egipcio.*

*Hace tres días estoy aquí, ordenando el Museo numantino y dentro de poco iré al Cerro de Numancia, para proseguir las excavaciones.*

*Ya vé Vd. que descanso poco.*

*Por el correo he enviado à Vd. mi folleto, relativo à la Ermita de S. Bandelio, que me figuro es à lo que Vd. se refiere; y otro trabajo sobre una figura de Miguel Angel.*

*Llega ahora, como Vd. decía, el recuerdo de nuestro viaje por Egipto, tamizado por la poesía que tiene siempre lo pasado. Reviven y perduran en mi aquellos monumentos grandiosos, aquella llanura tebana donde cantaba el beduino sobre el coloso de Memnon, los hipogeos reales con sus pinturas maravillosas; el bazar de Assuan y nuestras peleas con los mercaderes; y nuestros parroquianos de Luxor, con la cabellera trenzada. ¡Gratos é inolvidables recuerdos!*

*Envío à Vd. la fotografia de la cabeza de Serapis existente en el Museo de Mérida. Está labrada en mármol y su tamaño es el natural. Observará Vd., que la parte superior de la cabeza está como cortada, para aplicar otra pieza, que debió ser el modus. – Se encontró en aquella ciudad hace pocos años al construir la plaza de toros, juntamente con otros mármoles, entre ellos un enorme Esculapius, una Venus, dos imágenes de Baco, el genio de Mitra (uno de ellos publicado por S. Reinach en su Repertoire de la Statuaire antique, t. III.) y otras estatuas, é inscripciones.*

*D. Juan se ha ido à Ibiza, donde me dijo se hallaron nuevas figuras importantes. – Hablamos de Vd.; pero ni el ni yo tenemos aun noticias suyas.*

*Deseándole salud y grato descanso queda suyo afmo. buen amigo.*

*José Ramón Mélida [assinatura]*

2.10.10 – Carta manuscrita, tarjada de negro n.º 19413

*Ruínas de Numancia*

*24 Agosto 1909.*

*Sr. D. José Leite de Vasconcellos.*

*Querido amigo: Un [???] inesperado y doloroso, el fallecimiento de mi suegra, me obligó à ir à Madrid con mi mujer.*

*Aproveche mi estancia en Madrid para buscar mis fotografias de las estatuas de Mérida de una Venus, de un Esculapio con la serpiente por bajo del brazo izquierdo, em que se recuesta y dos de Baco, el genio mitraico. Son 4 fotografias que le envío.*

*Miré el Repertoire de Reinach y vi que estaba confundido pues las estatuas que reproduce son semejantes, pero no son las de Mérida.*

*Quien creo se ocupó de ellas fue el Marqués de Monsalud en el Bol. de la Academia de la Historia.*

*Todas esas estatuas, que hoy se hallan en el Museo de Mérida, fueron descubiertas juntas, donde probablemente existió un templo, en dicha población, cerca del teatro romano, en el sitio que hoy ocupa la plaza de toros. Si quiere Vd. escribir à D. Juan creo que puede Vd. hacerlo en seguridad dirigiendo le la carta à Ibiza (Islas Baleares).*

*De Vd. afmo amigo*

*José Ramón Mélida [assinatura]*

*Envío à Vd. en recuerdo de nuestro viaje uno de mis artículos.*

*Creo que los coleccionaré en un libro.*

2.10.11 – Carta manuscrita tarjada de negro, com reprodução de vaso grego e a morada do próprio “JOSÉ RAMÓN MÉLIDA / VALVERDE, 36, 3.º IZQDA – MADRID”, n.º 19414

*31 Enero 1910*

*Exmo. Señor*

*D. José Leite de Vasconcellos.*

*Mi buen amigo: No quiero que pase más tiempo sin escribir à Vd. que con razón estará quejoso de mi silencio.*

*Me he estado mudando de casa, cosa terrible con libros y papeles que ha retrasado lamentablemente mis ocupaciones.*

*Pero no he dejado de ocuparme de Vd. por medio de mi cuñado que hasta hace poco tiempo ha sido Administrador de Correos de Toledo hice buscar la medalla de la sociedad arqueológica de Toledo; pero ni el que fue presidente la conserva.*

*[???] mal que [???] amigo de Vd. la encontró por otro lado. Quería no haber escrito à Vd. hasta enviarle mi artículo sobre las copas de Palmella, que traigo entre manos y espero enviar à Vd. pronto.*

*Hará falta ilustrarlo con fotografías o dibujos de las copas. Lo que Vd. prefiera de uno o otro procedimiento, y sería conveniente poner como término de comparación otras cosas que enviaré à Vd. también, si no hay inconveniente. – No hago hoy más que anunciar lo.*

*Sabe Ud. que el día 4 de este mes falleció nuestro compañero de viaje D. Juan Roman y Calvet? Me han dicho que fue cosa repentina. Debió ser alguna congestión à las que como Vd. recordará era propenso cuando se incomodaba – ¡Pobre amigo!*

*Consérvese Vd. bueno y sabe es suyo afmo amigo s. s. b. s. m.*

*J. R. Mélida [assinatura]*

2.10.12 – Bilhete-postal manuscrito pessoal, com reprodução de vaso grego e a morada do próprio “J. R. Mélida – Valverde, 36. – Madrid” n.º 19411 n.º 19415

*8 Octubre 1910*

*Excmo. Sr D. J. Leite de Vasconcellos*

*Querido amigo: Al tener noticia de la revolución de Portugal me ha inquietado pensar si eso habrá producido à Vd. algún quebranto físico o [???] \* en sus intereses. – Ruego à Vd. dos letras que me den cuenta de ello y de que, como quiero creer, continua Vd. su vida de trabajo fructuoso.*



*Estoy en deuda con Vd.; pero hasta que termine mi catalogo monumental de la provincia de Badajoz no puedo hacer otra cosa. No le olvido.*

*Deseandole mucha salud y recordando siempre su buena compañía à través del mar y del Egipto le remite suyo buen amigo q. s. b. s. m.*

*José Ramón Mélida [assinatura]*

\* O postal encontra-se atingido pela água, sendo em parte ilegível.

2.10.13 – Carta manuscrita, com chancela do “Museo / de / Reproducciones Artísticas / Director”, n.º 19416

*Madrid*

*23 Diciembre 1910*

*Señor*

*D. José Leite de Vasconcellos*

*Querido amigo: Felicidades deseo à Vd. en estos días de final del año viejo, entrada del nuevo.*

*¿Iremos en él à Roma? ¿Cuándo es el Congreso? No he recibido todavía invitación.*

*Para la Exposición de Arqueología que allí se prepara estamos nosotros aquí trabajando, y desearía saber en que forma acudirá Portugal a ella.*

*Convendría fuéramos de acuerdo puesto que nuestra Península ha de formar en la Exposición una provincia romana importante.*

*Diga me Vd. qué ha pensado sobre ello, pues seguramente Vd. será el alma del asunto. ¿Van Vdes á enviar mapa, fotografías de monumentos, variados de esculturas, copias de mosaicos?*

*En todo esto hemos pensado nosotros.*

*Me interesa mucho la respuesta de Vd. y ya sabe que es siempre suyo atento buen amigo q. s. b. s. m.*

*José Ramón Mélida [assinatura]*

2.10.14 – Carta manuscrita, com chancela do “Museo / de / Reproducciones Artísticas / Director”, n.º 19417 (Fig. 25)

*Madrid*

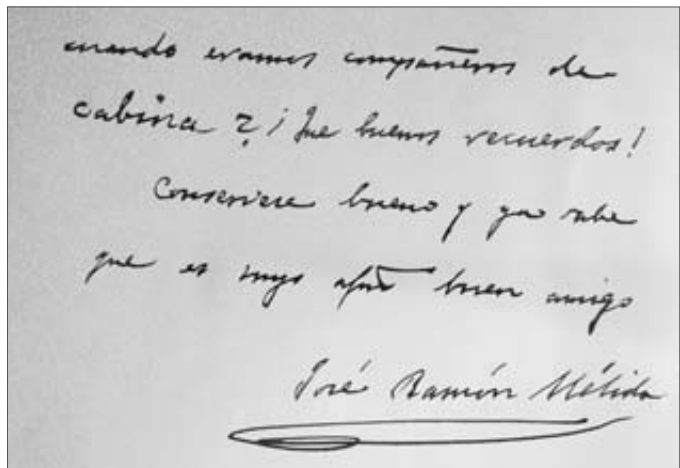
*9 Dic. 1913*

*Excmo Senhor*

*J. Leite de Vasconcellos*

*Mi distinguido y querido amigo: Muchas gracias por su folleto Defensa de su Museo. Extraño parece que haya Vd. tenido que defender tan útil institución debida al saber y al celo de Vd. Seguramente harán à Vd. justicia.*

*Recibirá Vd. un ejemplar que tengo mucho gusto en enviarle de la Memoria de las Excavaciones de Numancia (Fig. 26). Otro ejemplar envío à la Biblioteca Nacional de*



*cuando vamos compañeros de  
cabina ¿! he buenos recuerdos!  
Conservese bueno y que sabe  
que es muy afeto buen amigo  
José Ramón Mélida*

Fig. 25 – Última página de carta manuscrita de José Ramon Mélida, de 9 de Dezembro de 1913, com chancela do “Museo / de / Reproducciones Artísticas / Director” (EJLV / MNA, n.º 19417).



**Fig. 26** – Vista parcial das escavações de Numância (AAVV, 1912, Lám. II, 1), da Memória que Mérida remeteu a José Leite de Vasconcelos, em 9 de Dezembro de 1913, um exemplar (arquivo do Autor).

*Lisboa y otro voy à enviar à la Universidad de Coimbra. Deseamos que nuestro trabajo sea conocido en los centros que se interesan por los estudios arqueológico de la Península. Por consiguiente diga me Vd. si cree que debemos enviar algún otro ejemplar à alguna Academia ó centro docente de Portugal. – Antes que à Francia y demás países de allen de el pirineo queremos obsequiar al país hermano.*

*¿Cómo va de salud y de trabajos? – Me dicen que ha publicado Vd. el tomo III de su Hist<sup>a</sup> das Religiões de Lusitania. ? Es aquel de que leía Vd. pruebas cuando éramos compañeros de cabina? !Que buenos recuerdos!*

*Conserve se bueno y ya sabe que es suyo afmo buen amigo*

*José Ramón Mérida [assinatura]*

#### 2.10.15 – Bilhete postal manuscrito, não numerado

*Madrid 1º Enero 14*

*Querido amigo: Feliz año nuevo. Del tomo 3º de Religiões no recibí cuaderno ninguno. Solamente tengo el tomo 1º de la obra, con dedicatoria afectuosa y el 2º. – Agradeceré me envíe dicho tomo 3º.*

*De Vd. afmo amigo*

*José Ramón Mérida [assinatura]*

#### 2.10.16 – Bilhete-postal ilustrado “MADRID. Museo de Reproducciones y Estatua de Maria-Cristina”, manuscrito, n.º 19419

*Madrid 27-VI-14*

*Mi buen amigo: Estimo los dibujos del Sr. Rocha que dan idea de los vasos de Palmella. – Ahora voy á Numancia; pero de regreso en Septiembre enviaré el artículo con mucho gusto.*

*Suyo afmo amigo*

*J. R. Mérida [assinatura]*

2.10.17 – Carta manuscrita, com chancela do “MUSEO ARQUEOLÓGICO NACIONAL / DIRECCIÓN / PARTICULAR”, n.º 19420

*7 Enero 1916*

*Excmo Sr. Dr. J. Leite de Vasconcellos*

*Mi buen amigo: Permita Vd. le presente a mi antiguo y excelente discípulo y amigo D. Claudio Sánchez Albornoz que lleva a Portugal una Comisión Científica en la que podría Vd. darle facilidades.*

*Se lo agradeceré a Vd. mucho su atento y afmo amigo*

*q. l. e. p. m.*

*José Ramón Mélida [assinatura]*

2.10.18 – Bilhete-postal, ilustrado com vaso grego “José Ramón Mélida Calle de Valverde, 36. – Madrid” manuscrito, n.º 19421

*Madrid 2 Enero 1917*

*Mi buen amigo: Feliz año y perdone Vd. mi silencio. Me tiene ocupadísimo el Catálogo Monumental de Cáceres. Por eso he estado mucho tiempo ausente y ahora trabajando apremiado por el Ministerio. – Pero no le olvido y cumpliré mi oferta en cuanto pueda. – Deseando le mucha salud es su afmo amigo*

*J. R. Mélida [assinatura]*

2.10.19 – Carta manuscrita, com chancela do “MUSEO ARQUEOLÓGICO NACIONAL / DIRECCIÓN / PARTICULAR”, n.º 19422

*Madrid*

*30 Setiembre 1918.*

*Sr. D. J. Leite de Vasconcellos*

*Mi buen amigo: Debe Vd. estar quejoso de mí, y a su indulgencia debo acudir para que perdone mi largo silencio. La causa de este ha sido el haberme tenido que encargar de la Dirección del Museo Arqueológico y por otra parte de formar el Catálogo Monumental e artístico de la provincia de Cáceres, trabajo largo y penoso que absorbió mi tiempo y que acabé apremiado por el Gobierno.*

*En cuanto acabé el catálogo, en Junio, me puse a escribir el artículo que a Vd. tengo prometido y no pude concluirlo por tener que marchar a las excavaciones. He regresado el 25 y hoy he concluido el artículo que tengo dispuesto para enviarlo a Vd. juntamente con el fascículo que me envió Vd. y con las ilustraciones que deberán publicarse con dicho trabajo. Con ello enviaré a Vd. mis últimas publicaciones del Museo y de las excavaciones.*

*Diga me Vd. la dirección con que debo enviar el paquete.*

*Deseo que estas líneas encuentren a Vd. en buena salud y que no haya olvidado los buenos votos que pasamos juntos en Egipto y en Italia, como no los olvida su buen amigo*

*José Ramón Mélida [assinatura]*

2.10.20 – Bilhete-postal ilustrado “Museo Arqueológico Nacional de Madrid” manuscrito, n.º 19423 (Fig. 27)

Madrid 27 – Oct. – 1918.

*Querido amigo: Por paquete certificado recibirá Vd. mi artículo, fotografías y impresos. Va una lista de las ilustraciones de los vasos de Palmella, que pueden ser tantas como Vd. quiera y de otras cosas comprobativas.*

*Mucho celebraré venga Vd. por acá y por Mérida que habría de interesarle.*

*De Vd. siempre buen amigo*

*José Ramón Mélida [assinatura]*



Fig. 27 – Bilhete-postal manuscrito de José Ramon Mélida, ilustrado com timbre do “Museo Arqueológico Nacional de Madrid”, de 27 de Outubro de 1918 (EJLV / MNA, n.º 19423).

2.10.21 – Bilhete-postal manuscrito, n.º 19424

*Ruínas de Numancia 8 Agosto 1919*

*Querido amigo y colega: De Madrid me enviaron las pruebas del artículo que corregí y con el original envié en paquete certificado, hace días, a Vd. a ese Museo. Hoy recibo su postal y veo que no he podido cumplir su indicación de enviar dichas pruebas a Impresora N.<sup>al</sup>.*

*Confianto que las habrá Vd. recibido y enviado quedo de Vd. afmo. Amigo*

*J. R. Mélida [assinatura]*

2.10.22 – Bilhete-Postal ilustrado “Merida. Estatua del dios Mercurio...”, manuscrito, n.º 19425

*Madrid, 30 Sep. 1928.*

*Querido amigo:*

*Mucho sentí no haber tenido el gusto de verle cuando vino en 1926. Al regresar ahora de Soria recibí su postal y extrañando y sintiendo mucho que la Revista de A. B. y Museos está en descubierto con Vd. pasé una nota a la Administración con copia de lo que a Vd. falta con orden de que lo envíen. Si no lo recibir dígame lo. Suyo atmo.*

*José Ramón Mélida [assinatura]*

## Comentários

As 22 missivas remetidas por Mélida a Leite de Vasconcelos e agora publicadas, para além de constituírem um importante repositório informativo sobre a trajetória de um dos mais importantes arqueólogos espanhóis do seu tempo, evidencia de forma detalhada o relacionamento entre dois eminentes cientistas que se respeitavam e que uma amizade sólida unia, feita de partilhas dos mesmos objectivos a que dedicaram as suas vidas. Essa forma austera de amizade, foi consolidada em dois momentos, por um convívio pessoal muito forte: a participação no Congresso Arqueológico do Cairo, de 1909 e o Congresso Internacional de Arqueologia de Roma, de 1912: no primeiro, partilharam as mesmas emoções, evocadas fugazmente, mas de forma impressionante, por Mélida. Leite de Vasconcelos recorda as boas recordações que o unia a Mélida, no artigo que publicou no volume de Homenagem ao seu Amigo, nos seguintes termos: “São muito antigas as minhas relações com o S.<sup>or</sup> Mélida, já epistolares, já directas. Por vezes o visitei em Madrid, no Museu Nacional, e em 1909, por ocasião de um Congresso de Arqueologia, fizemos juntos uma viagem ao Egipto, dede Madrid até lá, por Marselha, e desde o



*Egipto, na volta, até Roma*” (VASCONCELOS, 1934, p. 49). Mérida teve então a oportunidade de presenciar a extraordinária actividade do seu amigo que, mesmo longe dos seus papéis, corrigia, nos tempos livres, provas tipográficas... Tanta impressão lhe causou o empenho, a seu olhos por certo excessivo, do seu companheiro de viagem em aproveitar todos os momentos para o trabalho que, ainda em 1913, lhe perguntava se eram as provas tipográficas do terceiro fascículo do último volume das “Religiões da Lusitânia”, nesse mesmo ano impresso, exclamando, a tal propósito: “Que buenos recuerdos!”...Nessa mesma missiva, a confiança em Leite de Vasconcelos encontra-se ainda expressa pelo pedido que lhe faz de indicar outras entidades, para além da Biblioteca Nacional, do Museu Etnológico e da Universidade de Coimbra, que deveriam receber a obra dedicada a Numância.

Que a confiança e o afecto era uma realidade que unia ambos, é também o que se deduz da manifestação de solidariedade para com o português, aquando do triste episódio da sindicância ao Museu Etnológico promovida depois da implantação da República e da qual resultou o reforço do prestígio do seu Director, que mostrou a ausência de fundamentação das acusações no opúsculo “Defensão do Museu Etnológico Português” (VASCONCELOS, 1913), a que se refere Mérida em missiva do mesmo ano. Tal confiança explica também o pedido que endereça em 1916 ao seu colega português para que desse o devido apoio à missão de que vinha incumbido Claudio Sánchez-Albornoz, notável historiador espanhol, nascido em Madril em 1893, tendo portanto na altura pouco mais de vinte anos.

A partilha de informações científicas, para além do costumeiro envio de publicações, é também realidade que perpassa toda a correspondência: assim, em 1897 e em 1901, Mérida envia ao seu colega cópias das placas de xisto oriundas de monumentos da província de Cáceres, e, em 1901, o desenho do esteio do desaparecido dólmen de Corao, Abamia, depositado ainda no século XIX no Museo Arqueológico Nacional, ostentando conhecida figura antropomórfica. Em 1907, Leite de Vasconcelos solicita informações sobre a conferência proferida por Horace Sandars sobre o santuário ibérico de Despeñaperros, por este identificado, o qual viria a ser ulteriormente explorado e publicado por Juan Cabré, que também o refere ao seu colega português em carta acima transcrita, de 17.10.1916. É interessante, ainda, a disponibilidade manifestada em 1897 por Mérida para publicar na revista de que era responsável uma rectificação de Leite de Vasconcelos a uma afirmação de Berlanga que dava como inédita moeda que por ele havia sido já publicada. Por outro lado, é interessante seguir a trajectória científica de Mérida através destas missivas, destacando-se o aprofundado estudo dedicado às antiguidades romanas de Mérida, premiado pelo Governo, e as campanhas arqueológicas realizadas em Numância. Em missiva de 1913 anuncia o envio de um exemplar da importante Memória publicada no ano anterior por iniciativa da Comissão Executiva anteriormente criada (AA.VV., 1912), e da qual Mérida fazia parte. Aliás, o seu envolvimento nos trabalhos arqueológicos realizados em Numância antes e depois da publicação daquela importante memória, encontra-se comprovado pelas datas de correspondência, dali mesmo expedida.

Apesar desta estreita colaboração científica, a que se poderiam juntar as importantes informações fornecidas a Leite de Vasconcelos relativas ao estudo da estatuária romana recuperada na cidade de Mérida e à recuperação dos seus monumentos, Mérida publicou apenas um artigo em revista portuguesa: trata-se de estudo dedicado às produções campaniformes das grutas de Palmela, que saiu no volume 24 de *O Arqueólogo Português*, datado de Madrid, de Setembro de 1918 (MÉLIDA, 1919-1920), aproveitando desenhos fornecidos por Leite de Vasconcelos, que Mérida atribuiu erradamente ao “Sr. Rocha”, pois tinham sido previamente publicados por Pedro Belchior da Cruz em revista dirigida por António dos Santos Rocha (CRUZ, 1906).

Enfim, há ainda aspectos reveladores do espírito rigoroso e metódico de Leite de Vasconcelos que, em 1928, à beira de ser obrigado a aposentar-se e, conseqüentemente, de deixar o cargo de Director do Museu que fundara, não prescinde de solicitar os números em falta da permuta com o *Arqueólogo Português*, da *Revista*

de *Archivos, Bibliotecas y Museos*, dirigida por Mérida; na revista que lhe sucedeu, o “Anuario del Cuerpo Facultativo de Archiveros, Bibliotecarios y Arqueólogos” vir-se-ia a publicar, apenas um ano volvido sobre o falecimento de Mérida, uma obra homenagem ao ilustre arqueólogo e académico que por tantos anos a dirigiu, constituída por três volumes, dois deles vindos a lume em 1934 e o último em 1935. No primeiro, publicou Leite de Vasconcelos uma breve nota, relativa aos especimens oriundos de Espanha conservados no Museu Etnológico (VASCONCELOS, 1934). De notar que esta publicação não se encontra referenciada na bibliografia do sábio português apresentada por D. de Pinho Brandão (BRANDÃO, 1959).

## 2.11 – Padre César Morán Bardón (1882-1952)

Arqueólogo espanhol, sacerdote agostinho e professor no Colégio de Calatrava, em Salamanca, entre 1912 e 1940.

Estudioso da antiguidade e dos costumes da região de Salamanca, C. Morán Bardón realizou obra de mérito no campo da Arqueologia de diversas épocas, e destacou-se no estudo da epigrafia latina.

Foi membro da Real Academia de la Historia (Madrid). Realizou escavações arqueológicas na região de Salamanca, beneficiando da presença de H. Obermaier, de visita a Salamanca em Março de 1921. Os resultados destas intervenções, de que se destacam os relativos ao megalitismo, foram publicados nas *Memorias de la Junta Superior de Excavaciones y Antigüedades*, no *Boletín de la Real Academia de la Historia*, nas *Actas de la “Sociedad Española de Antropología, Etnografía y Prehistoria”*, e no *Archivo Español de Arqueología*.

Na década de 1940, efectuou alguns trabalhos arqueológicos na comarca de Beni Gorfet a pedido das autoridades do protectorado espanhol de Marrocos, e estudou várias inscrições latinas do Museu Arqueológico de Tetuán. Deste modo, foi um dos pioneiros da Arqueologia Islâmica devido aos trabalhos arqueológicos realizados em diversas estações daquela região.

Em 1953, no ano seguinte ao do seu falecimento, a revista *Zephyrus*, editada pela Universidade de Salamanca, dedicou-lhe um volume de homenagem, com abundante colaboração de arqueólogos portugueses (Fig. 28).

### 2.11.1 – Bilhete-Postal manuscrito, n.º 15048

*Colégio de Calatrava*

*Salamanca*

*29-XII-21.*

*Mi distinguido amigo:*

*Felicito a V. las pascuas y el nuevo año 22. Ruego a V. haga el favor de decirme señas y precio de inscripción a O Archeologo Português, queremos adquirir esa publicación por un año la Comisión de Monumentos de aquí.*

*De V. con el mayor respeto*

*affmo. y s. s. / P. César Morán [assinatura]*

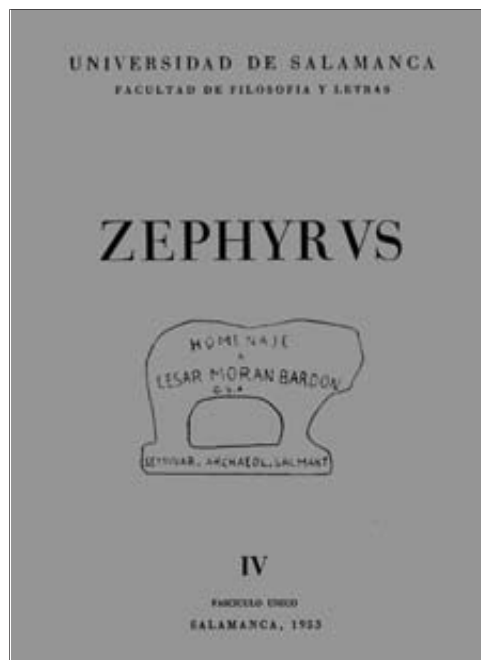


Fig. 28 – Capa do volume da revista *Zephyrus*, de 1953, dedicada à memória de César Morán Bardón, falecido no ano anterior (arquivo do Autor).

2.11.2 – Carta manuscrita, com chancela do “Colégio de Calatrava / Pp. Agustinos / Salamanca”, n.º 15049

*27 de Enero de 1922*

*Excmo. Sr. D. José Leite de Vasconcellos*

*Lisboa.*

*Muy Sr. mío y distinguido amigo: Recibo dos números de “O Archeologo Português” que le agradezco muchísimo pues en él encuentro datos interesantísimos para la arqueología ibérica y veo la labor extraordinario de V.*

*Yo sólo le pedía las señas y el precio para pedirlo para la Comisión de Monumentos de esta ciudad, como se acordará en la primera junta; en la cubierta del final están las dos cosas que necesitábamos.*

*Dentro de poco tiempo tendré el gusto de mandarle mi “Epigrafía Salmantina” que V. vio comenzada. También le mandaré cuando tenga ocasión hachas paleolíticas y alguna otra cosa arqueológica.*

*Entre tanto me repito de V. affmo. S. S. y amigo*

*P. César Morán [assinatura]*

2.11.3 – Carta manuscrita, com chancela do “Colégio de Calatrava / Pp. Agustinos / Salamanca”, n.º 15051

*18 de Enero de 1924*

*Sr. D. José Leite de Vasconcellos*

*Lisboa.*

*Muy Sr. mío y amigo: No le mando ahora ningún libro porque no he publicado nada desde mi “Alrededores de Salamanca” que ya le mandé y que por cierto están inspirados al leer artículos de V. Ya sabe que le mandaré todo lo que vaya publicando.*

*Desearía yo saber si V. ha publicado algo de las notas que tomó aquí en mi habitación y quisiera verlo. Quiero recibir O Archeologo y ruego a V. me diga el importe y a quien lo he de dirigir, para estar al corriente de la arqueología portuguesa que tanta relación tiene con la salmantina.*

*El Sr. Antonio Cabreira llevó mis folletos con ánimo de hacerme socio de la Academia de Ciencias de Lisboa; me rechazan quizá por ser eclesiástico?*

*También los eclesiásticos pueden servir para algo. Desearía saber porque no prospera mi candidatura. Me consideraría muy honrado ir al próximo Congreso con ese título portugués. Yo no me acordaba de tal honor, pero el Sr. Cabreira me puso la miel en los labios.*

*El verano último hice excavaciones en el Cerro del Berrueco y acabo de mandar una Memoria a la Junta Superior de Excavaciones. Si la publican la mandaré como todo.*

*Suyo affmo S. S. y amigo,*

*P. César Morán [assinatura]*

2.11.4 – Carta manuscrita, com chancela do “Colégio de Calatrava / Pp. Agustinos / Salamanca”, n.º 15052

*24 de Mayo de 1924*

*Excmo. Sr. D. José Leite de Vasconcellos*

*Lisboa.*

*Querido Sr. mio: Tengo el honor de enviar a V. una nueva obrita “Poesía popular salmantina”.*

*Si V. ha mandado algún volumen de “O Archeologo” se há perdido, pues yo solo tengo el volumen 21 y 22 que V. me mandó hace años.*

*Estoy como siempre a las órdenes de V. Suyo affmo. s. s. q. e. s. m.*

*P. César Morán [assinatura]*

2.11.5 – Carta manuscrita, com chancela do “Colégio de Calatrava / Pp. Agustinos / Salamanca”, n.º 15053

*19 de Octubre de 1924*

*Excmo. Sr. D. J. Leite de Vasconcellos*

*Lisboa.*

*Muy Sr. mío y amigo: He estado gran parte del verano fuera de Salamanca, en las montañas de León, arreglando cuentos de familia; al volver me encuentro con trabajos para tres o cuatro hombres, y todos pasan sobre mí solo. Esta es la causa de no haber contestado a V. antes.*

*Recibí a su tiempo los dos volúmenes del Archeologo que le agradezco como se merece un tan buen regalo donde tantas cosas se pueden aprender. Supongo que también V. habrá recibido un folleto mío “Poesía popular salmantina (folklore)”.*

*Respecto al libro porque V. me pregunta “Historia de la Virgen” publicada bajo la dirección de Sanjulian yo no la tengo ni la hay en la biblioteca de Salamanca. La tiene un compañero mío que residía en Aquia (Asturias) y este verano se trasladó a Ceuta. Le escribí preguntando lo que V. me preguntaba y aún no había recibido los libros (facturados desde Aquia a Ceuta) cuando me contesto. Solo me dice que la obra tiene 7 volúmenes y que contienen muchas leyendas de las advocaciones de la Virgen.*

*Este ejemplar es el que yo consulte para mi Epigrafía. Desde luego es una obra rara. Con esta fecha aviso a un compañero mío de Madrid que si encuentra esa obra en alguna librería de ocasión que la compre para regalársela a V.*

*Espero ver a V. en Lisboa en el verano próximo cuando sea el Congreso de Ciencias.*

*No tardaré en mandar a V. un nuevo librito mío.*

*Cuente con el afecto que le profesa un amigo y admirador*

*P. César Morán [assinatura]*

2.11.6 – Carta manuscrita, com chancela do “Colégio de Calatrava / Pp. Agustinos / Salamanca”, n.º 15049

*7 de Noviembre de 1924*

*Excmo. Sr. D. J. Leite de Vasconcellos*

*Lisboa.*

*Muy Sr. mío y distinguido amigo: Le envió un paquete con 1 Epigrafía salmantina, 1 Alrededores de Salamanca y 1 Poesía popular salmantina. No puedo mandar más porque de otros trabajos no tengo ejemplares. Sin embargo están ya todos ahí en la Academia menos Poesía popular. Los llevó D. Antonio Cabreira cuando el Congreso de Ciencias y me mandaron esa carta que lo demuestra.*

*Muy agradecido a sus cuestiones me repito de V. affmo. y s. s.*

*P. César Morán [assinatura]*



2.11.7 – Carta manuscrita, com chancela do “Colégio de Calatrava / Pp. Agustinos / Salamanca”, n.º 15059

28 de Mayo de 1930.

Excmo Sr. D. J. Leite de Vasconcellos, Lisboa.

*En el momento en que recibí su atenta postal, salí a ver si encontraba el libro “Población General de España” por Rodrigo Mendes Silva. Me dijo el librero que volviese a los cinco o seis días, porque tenía que mirar en el almacén. Así lo hice y resulta que no lo tiene, ninguna edición. Siento tener que comunicar a V. esto, pues tenía yo deseos de servir a V. eficazmente alguna vez.*

*Mi pequeño museo va aumentando poco a poco. Cuando V. pase por aquí le agradeceré que se detenga para verlo, aunque yo no esté mis compañeros se lo enseñarán. Ahora estoy excavando los dólmenes de esta provincia por encargo y cuenta del Estado. He hallado unas nuevas pinturas rupestres cerca de la frontera portuguesa; cuando las estudie mandaré a V. el trabajo, como le mando todo lo que escribo, si bien es poco y malo.*

*Le saludo atentamente y estoy como siempre a sus órdenes.*

*Soyo affmo. s. s. y a. / P. César Morán [assinatura]*

2.11.8 – Carta manuscrita, com chancela do “Colégio de Calatrava / Pp. Agustinos / Salamanca”, n.º 15060

28 de Febrero de 1932.

*Excmo. Sr. y querido amigo: Le quedo a V. muy agradecido por sus frases alentadoras para seguir trabajando. Mis trabajos poco valen y son bien escasos porque apenas puedo salir a investigar, ocupado en las faenas del Colegio. Hace pocos días devolví a Porto, al Dr. Cláudio Basto las pruebas de un trabajito destinado al Homenaje al Excmo. Sr. D. J. Leite de Vasconcellos. Yo me descubro y venero a esos hombres que en vida merecen la admiración de sus semejantes. Reciba mi enhorabuena.*

*Le mando una Memoria de mis “Excavaciones en los dólmenes de Salamanca” (Fig. 29). No tengo ejemplares para mandar otro a la Academia. Le ha publicado la Junta de Excavaciones que es un organismo del Ministerio de Instrucción Pública. Las excavaciones las pagó el Estado.*

*Se que V. E. ha estado en Ciudad Rodrigo. Deseo que venga por acá para que vea mi colección de Epigrafía romana y mi museo de Arte popular que ha aumentado mucho.*

*He preguntado por los tomos de la España Sagrada y aquí no los hay; del P. Flórez sólo hay “La Clave Historial”. Pregunto a Madrid que me digan si los hay y cuanto custán y se lo diré a V. E. por si le convienen.*

*Tengo inéditas unas pinturas rupestres cerca de la frontera portuguesa. Si el estado me paga los gastos, viaje, excavación y andamios haré un estudio.*

*Le saluda cariñosamente en affmo. s. s. y a.*

*P. César Morán [assinatura]*

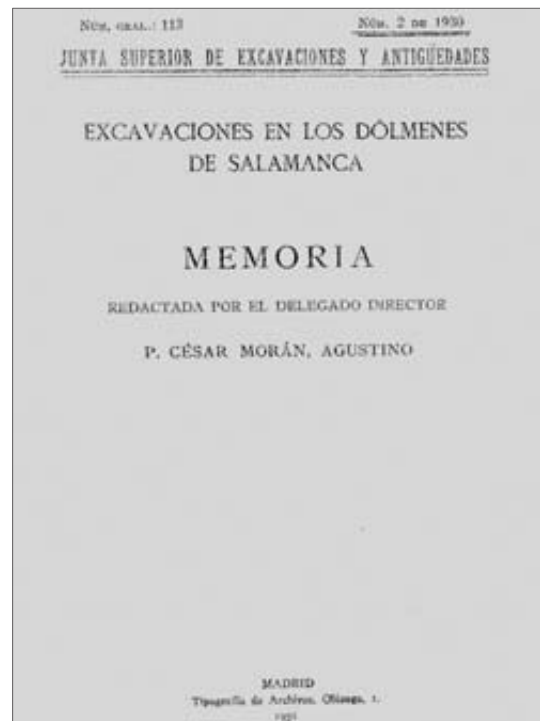


Fig. 29 – Capa da obra de César Morán sobre os dólmenes da região de Salamanca, de 1931, oferecida pelo autor a José Leite de Vasconcelos e referida na missiva datada de 28 de Fevereiro de 1932 (arquivo do Autor).

2.11.9 – Carta manuscrita, com chancela do “Colégio de Calatrava / Pp. Agustinos / Salamanca”, n.º 15063 (Fig. 30)

30 de Mayo 1937.

Excmo. Sr. Dr. José Leite de Vasconcellos, Lisboa.

Distinguido Sr. mío: Hace tiempo que no le mando ninguna producción literaria, mas no es por olvido ni no por falta de ellas. Publiqué dos trabajos, “La Calzada de la Plata” y “Divinidades de Salamanca conforme a la Epigrafía” en la “Biblioteca de Menéndez Pelayo” revista de Santander. No hizo separatas y por eso no se los envié. He cavado los dólmenes de Salamanca y de Zamora. Dos Memorias, en que consignaba los resultados y que publica un organismo del Ministerio de Instrucción Pública, están en Madrid muertas de...visa... o de asco. De una de ellas recibí las pruebas hace más de un año.

Ahora podría mandar a V. E. para su publicación en *O Arqueologo Portugues* o donde le parezca, un artículo titulado “Algo de Arqueologia Salmantina.” Tiene estos conceptos: El Paleolítico; El Neolítico; Edad de los Metales; Época Visigoda.

Entre los metales doy a conocer una cabra de bronce, molde para fundir hachas de bronce de doble anillo, ejemplar que considero único en las colecciones ¿ Se acuerda V. E. que le pregunté si había ese tipo en Lisboa ¿ Tampoco lo hay en San German ni lo había en Madrid. Allá lo mandé yo con otras muchas cosas de mis excavaciones. Tuve la ocurrencia de hacer otro de hierro, del mismo tamaño y forma. Se aquél desaparece bueno será este.

Dicho artículo tiene 23 páginas tamaño 27 x 21; treinta líneas a máquina cada página y 14 grabados – fotos en tamaño pequeño. Está escrito en Español.

Si V. E. lo acepta tendré mucho gusto en mandárselo. Mientras llega un postal, quedo haciendo otra copia por si se extravía una de ellas. Estrecharemos las relaciones Luso-Hispanas. Aunque V. E. y yo no hemos esperado para ello a estas circunstancias trágicas, sino que las cultivamos desde 1921 ¿ Se acuerda que nos conocimos en la Universidad de Oporto ¿

Me repito de V. E. atento y seguro servidor

P. César Morán [assinatura]

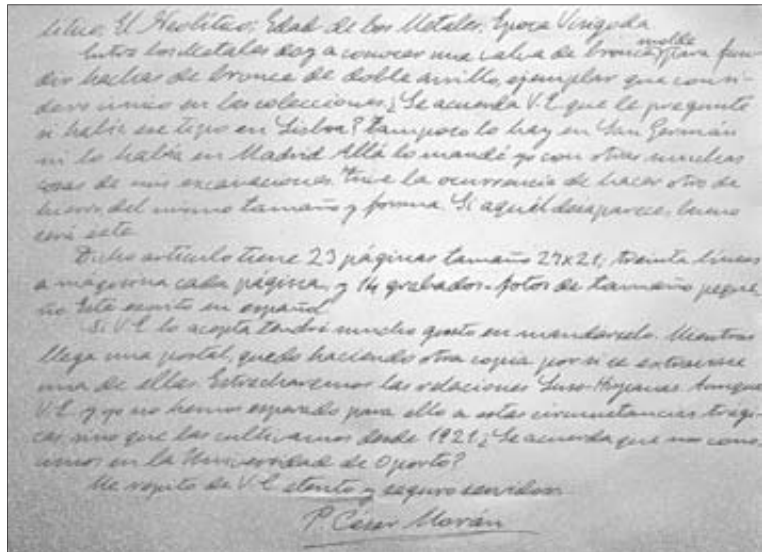


Fig. 30 – Última página da carta manuscrita de César Morán, com chancela do “Colégio de Calatrava / Pp. Agustinos / Salamanca”, de 30 de Maio de 1937 (EJLV / MNA, n.º 15063).

2.11.10 – Carta dactilografada, n.º 15064

Calatrava, Salamanca 11 de Mayo de 1939. Año de la Victoria.

Excmo. Sr. D. José Leite de Vasconcellos, Lisboa.

Distinguido y respectado Sr. mío: Me pasa con V. E. algo parecido a lo que sentía San Agustín ante San Ambrosio. Llegaba Agustín al despacho del Obispo de Milán con ánimo de exponerle sus dudas, de consultar su opinión, de admirar su saber. Pero, desde la puerta, lo veía enfrascado en sus libros y en sus meditaciones, no

se atrevía a interrumpirle y se volvía a marchar de puntillas por no distraer al varón sabio y santo. Así yo me abstengo muchas veces de escribir a V. E. por temor de robarle el tiempo que tan preciosamente utiliza.

Mas en esta ocasión es V. E. quien desciende a mi pequeñez, mandándome dos separatas suyas, de la "Revista de Arqueología" y de "Renascença" con el estudio magistral de varias inscripciones romanas. Mucho se lo agradezco. De esta suerte, a lo mucho que he aprendido en su obra "Religiões de Lusitania", se añade lo que aprendo ahora.

Me pregunta V. E. si esas inscripciones "se han publicado en España en dos libros de Etnografía". Hay o había efectivamente en Madrid una "Sociedad Española de Antropología, Etnografía y Prehistoria", a la que yo pertenezco desde su fundación. No recordaba que tales inscripciones se hubiesen publicado por acá. Sin embargo he repasado nuevamente las Memorias de dicha Sociedad, tomo por tomo, y no encuentro más que dos inscripciones de ese tipo; ninguna de las que V. E. publica. Si le diré que BOVTIVS, masculino y femenino, aparece muchas veces en la región de Salamanca. También aparece SEGONTIVS, n.º 89 de mi Epigrafía Salmantina, que supongo que V. E. tiene; si no la tiene ya no puedo mandársela por tener un solo ejemplar.

Yo envié a V. E. todas mis publicaciones, considerando un honor que las lea y bien quisiera estar entonces a su lado para oír sus atinadas observaciones y aprender. Durante la guerra no he publicado casi nada, porque la prensa tenía otros fines más altos que cumplir. Sólo he publicado en la Academia de Ciencias de Berlín, 1937, un trabajillo "Neue latinische Inscriften aus Spanien", de que mandé a V. E. una separata. En la Revista de Guimarães publiqué otro, "Colección salmantina de Fíbulas"; de éste no hicieron separata y no pude mandársela. Otro se publicará dentro de poco en "O Instituto" de Coimbra. No sé si harán separata; si la hacen, cuente con ella.

Como ve y como sabe, no soy ajeno a la prensa portuguesa; y no es que haya comenzado ahora, cuando se han estrechado las relaciones entre España y Portugal, que tan hidalgamente se ha portado con nosotros en el pasado conflicto. Si Portugal hubiese dejado pasar a los internacionales desalmados, como los dejaba pasar Francia y aún los impulsaba, hubiera sido para nosotros un inconveniente de mucha consideración. Portugal nos ha dado con eso una prueba de fraternidad, aparte de otras muchas, que ningún español podrá fácilmente olvidar. Expreso mi gratitud como ciudadano español. Personalmente tengo también muchas deudas de gratitud para con portugueses insignes, principalmente con V. E. por haber tenido la bondad de visitarme aquí, por haber contribuido a hacerme socio de la Academia de Ciencias de Lisboa, por haberme mandado tantos libros y publicaciones y por las constantes pruebas de afecto que de V. E. llevo recibidas desde que nos conocimos en la universidad de Oporto durante el Congreso de Ciencias del año de 1921.

Estoy haciendo un mapa arqueológico de la provincia de Salamanca, que es lo que mejor conozco, casi lo único, por haber pasado aquí los mejores años de la vida. En él señalo los puntos en que hay dólmenes, en que hay pinturas rupestres, cerdos ibéricos, castros, la Calzada de la Plata con sus mansiones, principalmente Ceciliovico, Ad Llípios, Sentice, y otros caminos romanos. También tengo varios trabajos de arqueología esperando que vuelvan a salir las revistas eclipsadas por un momento a causa de la guerra.

He aumentado considerablemente mi museo. Se compone de prehistoria y de arte popular. Entregué al museo de Salamanca 21 lápidas romanas, 8 cuadros de arte popular y un verraco ibérico. Bien quisiera que V. E. viese otra vez mi colección. Si mal no recuerdo, V. E. estuvo hace pocos años en Ciudad Rodrigo. Yo le ruego que, si alguna vez se acerca a Salamanca, no deje de venir por aquí, donde hallará un corazón que le aprecia, que le admira y que le considera como el patriarca de la arqueología ibérica peninsular. Ahora ya no podremos visitar al Sr. Unamuno (q. e. p. d.), como hicimos en otra ocasión.

A Dios gracias, no he sufrido calamidades por causa de la guerra, porque Salamanca se puso desde el primer momento a lado de Franco. Muchas gracias por los buenos deseos de V. E. En Cambio, he perdido unos 150

*compañeros que fueron asesinados por los marxistas, entre ellos casi todos los agustinos del Escorial. Los pocos que consiguieron salvarse fue a costa de innumerables sacrificios, viviendo una muerte continua. Parecen espectros desenterrados. ¡El paraíso que Rusia viene a traer al mundo! Si, es el Paraíso para los dirigentes y la esclavitud para los pueblos. Los que hemos nacido libres, no nos adaptamos fácilmente al látigo de las siete colas.*

*Le saludo con toda consideración y cariño, y me es muy grato repetirme de V. E. amigo y admirador que estrecha su mano*

*P. César Morán [assinatura]*

## **Comentários**

A correspondência de César Morán é das mais extensas, entre as dos arqueólogos espanhóis ou residentes em Espanha que se relacionaram epistolograficamente com José Leite de Vasconcelos. Por tal motivo, seleccionaram-se apenas os documentos mais significativos. É um dos correspondentes que, além da Arqueologia se dedicou, tal como o erudito português, também à Etnografia e à Poesia popular, remetendo ao seu correspondente as suas publicações.

O seu ingresso na Academia das Ciências de Lisboa, verificado logo em 1924, ano em que se iniciou a correspondência, foi apoiado por Leite de Vasconcelos, respondendo a um pedido directo do interessado, pressionando o seu correspondente com a invocação de que tal ingresso lhe fora anteriormente prometido por António Cabreira, confrade de Leite de Vasconcelos naquela Academia.

Para além das usuais ofertas mútuas de publicações, como se verifica na generalidade dos restantes correspondentes, registam-se diversas informações científicas de interesse, para além de ofertas de espólios arqueológicos de valia, como é o caso de peças paleolíticas da região de Salamanca, as quais vieram muito mais tarde a ser devidamente estudadas e enquadradas na Geologia regional por M. Santonja e Alfredo Pérez-González.

Em 1924, anunciou a realização de escavações no Cerro del Berrueco, importante povoado, onde se destaca ocupação da Idade do Bronze, ulteriormente explorado por J. Maluquer de Motes.

Em 1930, refere a realização de escavações nos dólmenes da região de Salamanca, iniciativa financiada pelo Governo espanhol, que deu origem a uma interessante publicação, editada logo no ano seguinte pelo “Consejo Superior de Excavaciones e Antigüedades”, da qual enviou exemplar ao seu colega português.

Em 1932 informa que remeteu ao cuidado do Dr. Cláudio Basto original destinado a publicação na homenagem dedicada a Leite de Vasconcelos, de que saiu apenas o primeiro volume, editado em 1934 pela Imprensa da Universidade de Coimbra, contendo de facto o referido contributo (MORÁN, 1934).

À pergunta de Leite de Vasconcelos sobre a Sociedad Española de Antropología, Etnografía y Prehistoria, responde-lhe Cesar Morán, em 1939, de que desconhecia se continuaria a existir depois da guerra. Na verdade, esta sociedade, cujo primeiro número foi publicado em 1922, contendo importante colaboração científica, prosseguiu os seus objectivos, de forma regular até 1951, com a continuando-se a publicação da revista, pelo que o desconhecimento expresso revela algum afastamento do arqueólogo de Salamanca do movimento científico da capital.

César Morán procedeu à organização de um Museu, no Colégio dos Agostinhos onde leccionava, integrando espólios pré-históricos e arte popular, destinando ao Museu de Salamanca uma boa colecção de epígrafes romanas.

Com a Guerra Civil, a cadência das suas publicações diminui, não apenas em resultado da instabilidade política e social (Salamanca expressou-se logo a favor da Franco, no início do conflito, como ele refere), mas sobretudo pelo desaparecimento das revistas antes disponíveis. Assim, boa parte da sua produção daquela



época foi publicada em Portugal, oferecendo a Leite de Vasconcelos um original com destino a *O Arqueólogo Português*. Tratava-se de obra de conjunto sobre as antiguidades de Salamanca, desde o Paleolítico à Época Visigótica, a qual, tanto pela sua extensão, mas sobretudo pela sua temática – que não se enquadrava nos objectivos editoriais da revista portuguesa – não foi ali publicada. As referências às agruras sofridas no decurso da Guerra Civil, apresentadas na derradeira carta – onde apelida Leite de Vasconcelos de “patriarca da Arqueologia ibérica” – possuem interesse histórico, e vêm no seguimento da confiança pessoal estabelecida entre ambos, cimentada por vivências importantes que partilharam, como a visita a Miguel de Unamuno, efectuada aquando de uma presença de Leite de Vasconcelos em Salamanca. Esta realidade revela, a par de outras missivas de diversos correspondentes agora publicadas, a efectiva mobilidade de Leite de Vasconcelos no espaço peninsular, muito mais intensa e recorrente do que até agora se sabia, com base nos elementos conhecidos.

## 2.12 – Blas Taracena y Aguirre (1895-1951) (Fig. 31)

Ilustre arqueólogo espanhol, formado em Direito e Filosofia pela Universidade Central de Madrid (1915) e doutorado em 1924 sob orientação de José Ramón Mélida, com uma Tese sobre a cerâmica numantina.

Dirigiu o Museu Numantino (Soria) e as escavações de Numancia. Realizou escavações arqueológicas nas províncias de Soria, Burgos, Logroño e Navarra (1923-1935).

Com os apoios da Real Academia de la Historia e do Ministério de Instrucción Pública realizou uma viagem de estudo por Argélia, Tunísia, Itália, Alemanha, Suíça, Bélgica e França (1930). Durante a Guerra Civil espanhola foi director do Museu Arqueológico de Córdoba (1936-1939).

Por fim, exerceu o cargo de director do Museu Arqueológico Nacional de 1939 a 1951. Devido à posição cimeira na Administração assim alcançada, teve a oportunidade de se constituir como impulsionador de importantes projectos nacionais internacionais, tais como a realização da Carta Arqueológica de Espanha e a implementação no seu País do Projecto do “Corpus Vasorum Antiquorum”.



Fig. 31 – Blas Taracena y Aguirre (in A.B.M., 1951).

### 2.12.1 – Carta manuscrita, com chancela do “MUSEO NUMANTINO / SORIA”, n.º 2479 (Fig. 32)

29-II-1931

*Exmo. Sr. D. José Leite de Vasconcellos*

*Muy respetable señor mío: agradeciendo muy vivamente la promesa de su importante colaboración al homenaje a D. José Ramón Mélida, debo manifestarle que los artículos están proyectados para llevar grabados de línea intercalados en el texto y una lámina aparte de tamaño 11×18cm.*

*Desde luego, según su deseo, se le devolverán los dibujos originales.*

*Dándole nuevamente las gracias saluda a v. atentamente su s. s. q. e. s. m.*

*Blas Taracena* [assinatura]

2.12.2 – Carta manuscrita, com carimbo MUSEO NUMANTINO Biblioteca (não numerada)

Soria 30-V-1932

*Mi respetable señor y amigo: muchas gracias por sus atentos postales y muy agradecido al interés que se toma por el envío de su interesante colaboración, que desde luego llegará con tiempo oportuno.*

*Su s. s.*

*Blas Taracena* [assinatura]

2.12.3 – Bilhete-postal manuscrito,  
n.º 2481+A

Soria 3-VI-1932

*Mi respetable señor y amigo: recibo hoy su interesante artículo referente las antigüedades hispánicas de ese Museo y por este correo se lo remito al Sr. Director del Museo Arqueológico Nacional que es el director de la publicación.*

*Muy agradecido a su valiosa colaboración le saluda atentamente su s. p.*

*Blas Taracena* [assinatura]

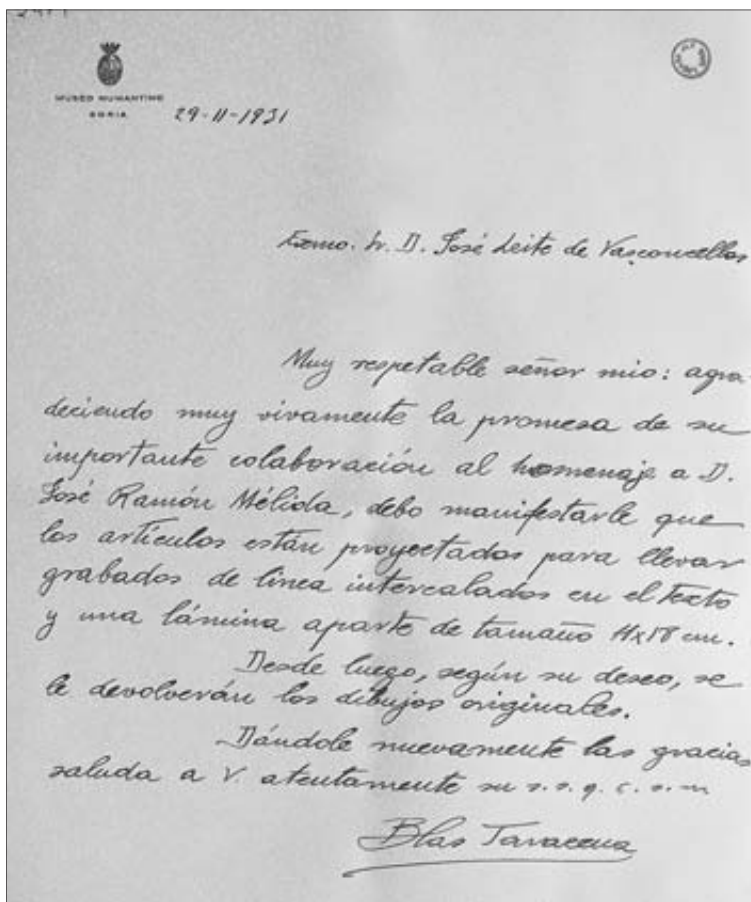


Fig. 32 – Carta manuscrita de Blas Taracena, com chancela do “MUSEO NUMANTINO / SORIA”, de 29 de Fevereiro de 1931 (EJLV / MNA, n.º 2479).

## Comentários

Estas duas missivas limitam-se a acertar pormenores relacionados com a colaboração de Leite de Vasconcelos no volume de homenagem ao seu amigo José Ramón Mélida. Apesar da bibliografia compulsada de Leite de Vasconcelos por D. de Pinho Brandão não constar tal artigo (BRANDÃO, 1959), a verdade é que o mesmo acabou por ser publicado em 1934, no primeiro dos três volumes dedicados à memória do insigne arqueólogo espanhol, falecido no ano anterior (VASCONCELOS, 1934).

## 2.13 – Pedro Bosch Gimpera (1891-1974) (Fig. 33)

Sendo um dos mais notáveis pré-historiadores espanhóis de sempre, a sua capacidade de síntese de conhecimentos encontra-se evidenciada pelas obras de referência que escreveu sobre a Pré-história peninsular, abarcando larga diacronia, especialmente do Neolítico aos finais da Idade do Ferro. Essa actividade de compilador – sem abdicar de expender ideias originais e de grande valia – iniciou-a cedo, e conheceu um momento alto com a *Etnología de la Península Ibérica*, de 1932, obra-prima da erudição e de capacidade intelectual, cuja importância, sobrepondo-se à erosão do tempo, justificou recente reedição. Este foi, sem dúvida, um dos traços mais marcantes da actividade científica de Bosch Gimpera, que manteve até ao final da sua

fecunda vida científica. De facto, a sua *Pré-Historia de Europa* foi já publicada postumamente, em 1975, menos de um ano volvido sobre o seu passamento.

A elaboração de sínteses de conhecimentos era, manifestamente, uma actividade a que atribuía a maior importância científica, vendo-se reforçada depois da sua fixação na Cidade do México, no rescaldo da vitória franquista. Impedido de continuar a praticar a arqueologia de terreno em Espanha, onde, na sequência de ter ocupado a pasta da Justiça da Catalunha, fora condenado à morte, pena depois comutada pelo exílio, a distância favorecia a objectividade da análise, servida por informação sempre actualizada, mantida através dos intensos contactos científicos por toda a Europa.

No pós-guerra, assumiu em plenitude a sua criatividade em prol de causas internacionais, promovendo o fortalecimento das relações científicas e culturais entre estados, na qualidade de director do departamento de Filosofia e Humanidades da Unesco, devendo-se-lhe, no âmbito daquela organização, a criação da União Internacional das Ciências Pré-Históricas e Proto-Históricas.

Grande amigo de Portugal, aqui efectuou várias conferências, como a proferida a 22 de Março de 1962, na Faculdade de Letras de Lisboa. Na apresentação do conferencista, Manuel Heleno, então director da Faculdade, traçou-lhe a biografia, declarando, a propósito, que: “foi com o ensino de Leite de Vasconcelos, com as ideias do conferente, com as sugestões de Obermaier e por último com a colheita da experiência de Breuil que eu fiz a minha aprendizagem” (HELENO, 1962, p. 310).

A contribuição de Bosch Gimpera para a Pré-História portuguesa encontra, na temática do megalitismo, uma das suas expressões mais relevantes: admitindo, desde a década de 1920, a existência de um foco megalítico ocidental, correspondente genericamente ao território português, contrariou a teoria orientalista, defendida, entre outros, por Glynn Daniel, ainda na década de 1940. Em Portugal, as ideias de Bosch Gimpera foram confirmadas no decurso da década de 1930 pelas escavações em cerca de 300 dólmenes que Manuel Heleno efectuou no Alentejo central e ocidental e, depois, de G. e V. Leisner, na década seguinte, nos de Reguengos de Monsaraz, cujos resultados foram publicados – ao contrário dos anteriores, que se mantiveram inéditos até época recente – na notável obra “Antas de Reguengos de Monsaraz”, datada de 1951.

As relações de Bosch Gimpera com o nosso País ascendem, porém, a muito antes, remontando quase ao início da sua carreira científica: data de 1913 o estudo intitulado “El problema de la propagación de la escritura en Europa y los signos alfabéticos de los dólmenes de Alvão”, assunto que, á época, motivou muitas e apaixonadas discussões: basta lembrar que, numa das missivas de Breuil a J. Leite de Vasconcelos (a de 6 de Dezembro de 1920), era solicitada a moldagem de algumas dessas peças, recuperadas no interior de dólmenes daquela região, para a colecção do “Institut de Paléontologie Humaine”, de Paris. Tal importância advinha directamente da polémica que estalara em França, a propósito da pretensa escrita pré-histórica alfabética de Glotel.



Fig. 33 – Pedro Bosch Gimpera, apresentando, em 1961, uma conferência no Instituto de Antropologia da Universidade do Porto (in COMAS, 1963).

Em 1933, Bosch Gimpera publicou, no volume de Homenagem a Martins Sarmiento o estudo “Los Celtas en Portugal y sus caminos”, a que faz alusão na correspondência ora publicada. Mais tarde, no volume de Homenagem dedicado a J. Leite de Vasconcelos pela Universidade de Coimbra, publicado em 1934, apresentou o ensaio “Relaciones prehistoricas de Irlanda com el Occidente de la Península Ibérica” (BOSCH GIMPERA, 1934), temática que tem vindo a ser menos estudada do que seria desejável nos últimos anos, dado manter plena actualidade.

### 2.13.1 – Cartão de visita manuscrito

*Mi distinguido amigo:*

*Le presento el Sr. Dr. Richert, que se dedica a estudios de H. del Arte a la que le agradecerè enseñe el Museo. Suyo siempre afm.*

*P. Bosch Gimpera [assinatura]*

### 2.13.2 – Cartão manuscrito com chancela da “UNIVERSIDAD DE BARCELONA/ PARTICULAR”

*Barcelona 19 Mayo 1920.*

*Muy distinguido Sr. mío: Tengo muchísimo gusto en entrar en relación con V. y en aprovechar esta ocasión para remitirle ejemplares de mis trabajos, que deseaba ya hacer llegar a sus manos antes de recibir su [??] postal.*

*Le mando le “Hispania”, en cuyo apéndice verá V. citados repetidas veces sus notables trabajos sobre antigüedades prehistóricas de Portugal. Además le remito mi pequeño volumen “Prehistoria catalana” y otro par de cosas más cortas. Hubiera deseado mandarle también la Crónica del Anuario del Instituto de Estudios Catalanos 1913-14 en donde (??) varias cosas, pero no tengo ningún ejemplar. Si le interesa podrá V. recibir regularmente el Anuario (en donde se publican corrientemente relatorios de las excavaciones del Instituto a cambio del “Archeologo Portugues”. Con mucho gusto me presto a servir de intermediario con el Instituto.*

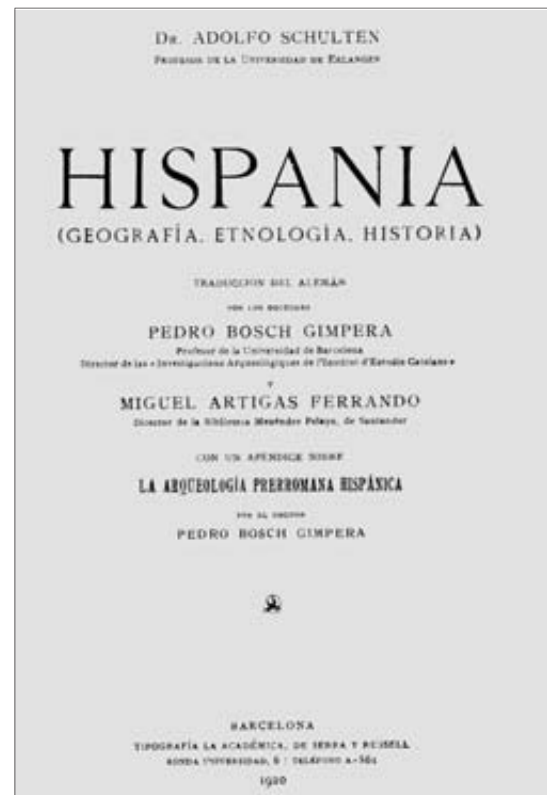
*De sus trabajos conozco muchos y los principales los tengo en la Biblioteca de mi Seminario de la Universidad; pero particularmente no tengo ninguno. Si quiere V. favorecerme con alguno de ellos le quedaré muy reconocido.*

*Crea V. que tengo mucho gusto en ofrecer a V. para cuanto pueda hacer en su servicio, pues soy de V. y de su meritorio labor un sincero admirador.*

*Suyo at. Sv. Q.e. [??]*

*P. Bosch Gimpera [assinatura]*

*Lauria 56.*



**Fig. 34** – Capa da obra *Hispania*, de Adolf Schulten (SCHULTEN, 1920), cuja edição espanhola possui apêndice sobre a Arqueologia pré-romana peninsular, da autoria de Pedro Bosch Gimpera, com importantes referências ao território português, para o qual o autor solicita a opinião de José Leite de Vasconcelos, a quem ofereceu um exemplar, na carta de 19 de Maio de 1920 (Arquivo do Autor).



*P.S. Muy agradecido le quedaría se dignarse decirme su opinión respecto a mi manera de tratar el material portugués en el apéndice de Hispania. (Fig. 34) Desgraciadamente no lo conozco todavía nos (¿??) publicaciones, esperando una ocasión para verlo en Portugal.*

[Nota no topo de J. Leite de Vasconcelos:] *A.P. em 25 de Junho de 1920.*

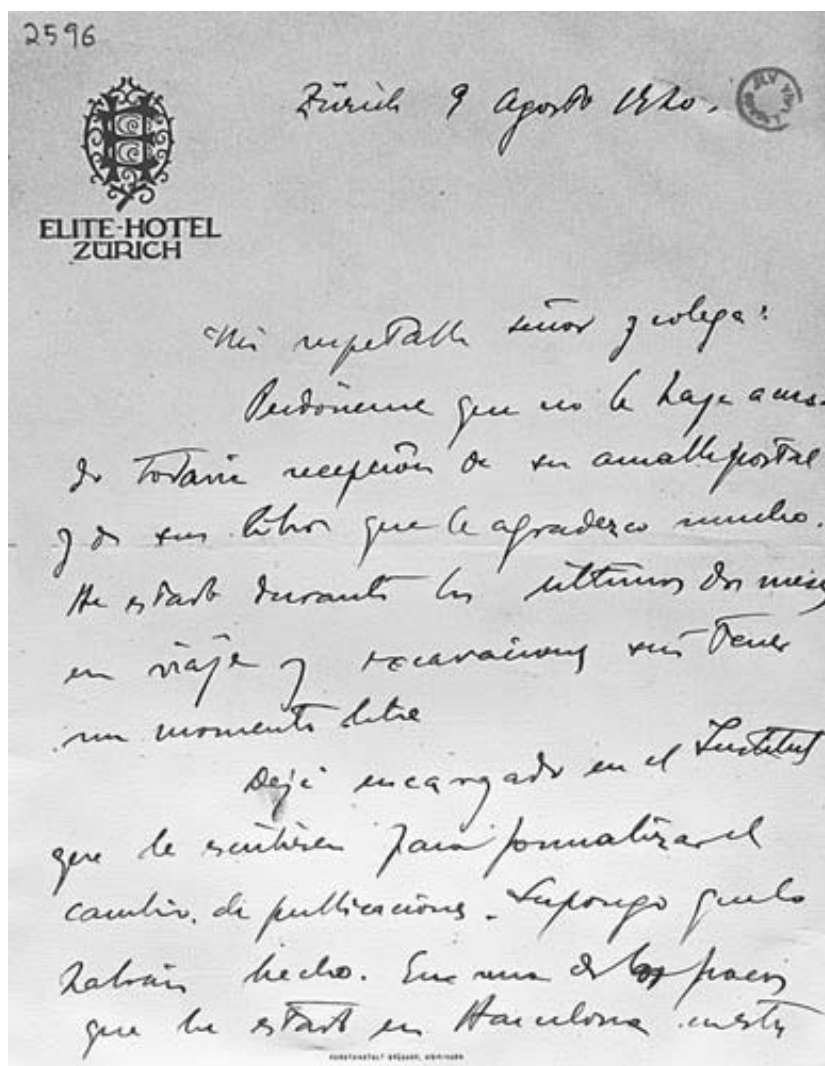
### 2.13.3 – Carta manuscrita com chancela de “ELITE – HOTEL/ZÜRICH” (Fig. 35)

*Zürich 9 Agosto 1920.*

*Mi respetable señor y colega:*

*Perdóneme que no le haya acusado todavía recepción de su amable postal y de sus libros que le agradezco mucho.*

*He estado durante los últimos dos meses en viaje y excavaciones sin tender un momento libre.*



**Fig. 35** – Primeira página da carta manuscrita de Pedro Bosch Gimpera, de 9 de Agosto de 1920, com chancela do ELITE – HOTEL, em Zurique (EJLV / MNA, n.º 2596).

*Dejé encargado en el Institut que le escribiesen para formalizar el cambio de publicaciones. Supongo que lo habrán hecho. En uno de los pocos que he estado en Barcelona en estos últimos meses recibí el vol. del Archeologo Portugues. Supongo que es el que ya manda V. para el Institut. En este caso a mi vuelta a Barcelona lo entregaré allí.*

*Tiene V. razón en su observación de que calcolítico esta mejor de que eneolítico. Sin embargo en España todo el mundo dice eneolítico y para no romper con el costumbre así lo [???].*

*Le agradezco la observación sobre Lincea que tendré en mente en otra revisión de mi trabajo que saldrá pronto. Su observación sobre el Prom. Cuneus le transmitiré a Schulten, pues yo no me ocupé mucho de geografía histórica en detalle. Schulten creo que recibió su carta, pues me habló de ella si mal no recuerdo a propósito de una traducción castellana del Viriato que ha hecho un discípulo mío, para que se tuviese en cuenta en una nota una observación de V. Cuando salga la traducción ya se le haré mandar.*

*El material portugués lo conozco desgraciadamente solo por las publicaciones, defecto que quiero enmendar cuanto antes pues es tan importante incluso para las cosas de España que deseo conocerlo bien y sobre todo el Museo Etnológico que tanto por las publicaciones como por las referencias que del tengo por colegas que he han visitado se que es algo verdaderamente ejemplar de lo que V. puede estar ciertamente orgulloso.*

*Dada su autoridad en cosas de Prehistoria de Portugal le agradeceré siempre cualquier observación o corrección a los trabajos que le mande. Pronto espero poderle mandar alguna otra cosa.*

*Remto. V. un cordial saludo de su afm.*

*P. Bosch Gimpera [assinatura]*

*Puede V. dirigir siempre su correspondencia  
Barcelona Lauria 56.*

#### 2.13.4 – Carta manuscrita

*Barcelona 3 Abril 1921.*

*Mi respetable amigo:*

*Recibí su postal y lo quedo muy agradecerlo por su amabilidad en permitir las fotografías y las reproducciones. Sobre las últimas ya hablaremos más adelante.*

*De momento me interesaría poder obtener las fotografías, pues desearía como resultado de mi visita a Portugal ofrecer a Vd. En el próximo Congreso de Oporto algunas impresiones arqueológicas que [???] que fuesen ilustradas con dichas fotografías.*

*El Dr. Fontes me hizo el favor de tomar nota de los objetos que deseaba que se fotografiasen y acaso el podría encargarse de mandarlo hacer por mi cuenta deseando una prueba para el Museo.*

*De la [???] [???] tengo la nueva dirección del Dr. Fontes y como temo que se haya extraviado una carta anterior que le escrito, me atrevo a suplicarle que quiera hacer llegar a sus manos la adjunta en que le hablo del asunto de las fotografías.*

*Pregunté en el Instituto y me dijeron que ya le habían enviado los anuarios y que habían recibido O Archeologo. Es posible que como por su peso tuvieron que remitirlo por paquete postal haga retrasado su llegada.*

*Yo salgo de aquí la próxima semana para hacer mi viaje de estudio por Francia, Bélgica, Holanda y Alemania. Si en el quedo ser a V. útil en algo no tiene V. mas que mandarme lo que guste. Mi dirección hasta el 20 de Abril será Poste restante centrale - Paris.*

*Sabe es de U. muy at. amigo q.e.s.m..*

*P. Bosch Gimpera [assinatura]*

2.13.5 – Folha dactilografada, com tarjeta impressa “Dr. P. Bosch Gimpera / Profesor de la Universidad / Barcelona / Lauria 56

8.V.22.

*Exmo. Sr. Profesor Dr. J. Leite de Vasconcellos.*

*Director do Museu Etnológico Portugues.*

*Rua de D. Carlos Mascarenhas, 4 Lisboa.*

*Mi respectable amigo: Mi discípulo y Auxiliar de la Universidad D. José de C. Serra y Rafols, que va a Lisboa para hacer estudios de Prehistoria, le saludara en mi nombre. Al presentarselo, me atrevo a rogarle que se digne facilitarle el estudio de las ricas colecciones del Museo Etnologico Portugues, en donde ha reunido V. tan valiosos materiales para el esclarecimiento de la Prehistoria peninsular, agradeciendole por anticipado cuanto haga V. por mi amigo.*

*Reiterandole mi mayor admiración y respeto, quedo como siempre suyo muy affmo. Amigo y ss.  
q. e. s. m.*

*P. Bosch Gimpera [assinatura]*

2.13.6 – Bilhete postal dactilografado

*Barc. 1.º Dic. 24*

*Mi distinguido amigo y maestro: Me sorprende que no tenga V. mi Reconstr. de la Etnol. de la Pen. y lo malo es que ya no me queda ningún ejemplar de la tirada a parte. Yo tengo la seguridad de habérselo mandado pues le mando todas mis publicaciones, así es que debió perderse por el correo. Como creo que tiene V. relación con el Sr. Artigas, el Director de la Bibl. Menéndez y Pelayo de Santander, que es el director del Bol. de la Biblioteca M. y P. en donde se publicó el año 1922, seguramente si V. le escribe pidiéndoselos él le mandara los números de la revista en que apareció. Si no lo hace lo único que puedo hacer es prestarle mi ejemplar para que pueda leerlo. En Portugal lo tiene también el Prof. Mendes Corrêa de Oporto. Le agradezco el ejemplar de O Archeologo Portugues que me anuncia. Creo que recibiría el 20 fasc. del Boletín de la Ass. cat. de Antr. el cual está a su disposición si quiero honrarlo con alguno de sus trabajos. Siempre suyo muy affmo.*

*P. Bosch [assinatura]*

2.13.7 – Bilhete postal dactilografado

*Barcelona 22 Febrero 27*

*Querido amigo y maestro: Mucho he celebrado tener buenas noticias de V. y que le resultasen agradables las horas pasadas juntos en Tarragona. Hemos dicho a los redactores del Butlleti de Dialectologia que le manden los números que le faltan y han prometido hacerlo. Se dijo a Montserrat, pero no hemos vuelto a saber nada de ellos. Cuales son los folletos que le faltan? Serra dice que cree que en el paquete con las fotos puso todos los que guardaba para V. Si recuerda cuales eran los buscaremos y se los mandaremos. Gracias por el ofrecimiento de la Revista lusitana. ¿Quiere V. comprobar que números tiene del Butll. de la Asociación cat. d'Antróp.? Los que le falten se lo mandaremos. Nos mandó V. el num 2 (1923) del Bol. de Etnologi: podría V. completarlo? Pues es*

*el único que tenemos. Tampoco tenemos del Arch. Port. mas que hasta el num. de 1923 en el Institut d'Estudis catalans. Podria V. mandarnoslo para la sociedad de Antrop. a cambio del Boletín de esta? Siempre suyo*  
*P. Bosch Gimpera [assinatura]*

#### 2.13.8 – Bilhete postal dactilografado

*Barcelona 23 Febrero 27*

*Mi buen amigo:*

*Ayer le escribí contestando su [???], pero cuando terminaba me distrajeron y olvidé darle las gracias por su amable invitación de colaborar en O Archeologo Portugues. Crea V. que lo tendré a mucho honor.*

*Ahora estoy muy ocupado, pero espero que este verano me será posible tener un poco mas de tranquilidad y una de las primeras cosas que haré será el artículo para V., pues acaso tenga ahora materia para escribir algo que pueda interesarles.*

*Sabe que es siempre muy devoto amigo y admirador q, e, s, m,*

*P. Bosch Gimpera [assinatura]*

*En la necrópolis de Tarragona que visitamos hacen ahora excavaciones y encuentran mucho.*

#### 2.13.9 – Carta manuscrita

*Barcelona 27 Abril 281*

*Mi ilustre colega y amigo:*

*El no haber parado a ferias en Barcelona desde hace un año [???] causa de que no haya contestado su pregunta acerca del curso de [???] sobre Etnografía. Lo ruego que me perdone.*

*Que yo sepa no se ha publicado nada acerca de ese curso. Desde luego ni las lecciones ni estrato en la prensa. Por entonces creo que se repartió a los asistentes al curso un sumario de ellos muy curto y un solo los enunciados de las cuestiones a tratar, pero yo no sé si será posible enviarlo.*

*En todo caso podrá V. intentarlo escribiendo al mismo J.M. [???] Roca Princesa 20 [???] Barcelona.*

*El 5 de Mayo per la mañana visitará el Museo de V. el Prof. Max von Hahrfeldt, conocido numismático alemán que he venido a la península a estudiar monedas de la republica romana. Me ha rogado que le recomiende a V. que desearía estudiar lo que tengan Vd. en el Museo. También pronto ira a Portugal el Dr. Zeiss de Munich que se dedica a cosas de la época de las emigraciones germánicas.*

*Con muy afectuosos saludos grato de V. siempre buen amigo y, ss. q, e, s, m,*

*P Bosch Gimpera [assinatura]*

#### 2.13.10 – Carta manuscrita em três folhas com chancela “EL RECTOR / DE LA / UNIVERSIDAD DE BARCELONA”

*Barcelona 12 Junio 34.*

*Mi querido y admirado amigo: Recibo su amable carta y verdaderamente tengo que excusarme con V. por no haber dado señales de vida en todo este tiempo. Estamos [???] de trabajos de reorganización en todas nuestras*



instituciones pues a consecuencia de la autonomía de Cataluña, la Universidad he obtenido un regimen especial y yo fui elegido Rector por mis compañeros. Además hemos trasladado el Museo de Arqueología, a un otro edificio en [???] y estamos allí haciendo obras para su instalación: y se hace reemprendido las excavaciones de Ampurias paradas durante varios años. Ya puede V. [???] las complicaciones que hemos tenido. Ello he hecho que [???] un poco mi correspondencia y por ello le ruego que me quiere perdonar. Recibí su Etnografía portuguesa que mucho le agradecí y siempre recuerdo a V. con el afecto y la admiración más grandes.

Aunque yo había incluido su nombre en la lista de los que debían recibir un libro

1) "Etnología de la península ibérica" y que el rector enviaba directamente, me dijo Obermaier que no selo habían mandado: tiene la reclamación y espero que a su tiempo lo recibirá. Si no fuera así le ruego que me lo diga y haría le oportuna reclamación.

2, 3) Le envió mis dos artículos sobre los Celtas y el país vasco, y sobre los Cántabros, supongo que hace mto. V. el de los Celtas en Portugal publicados en el Homenaje a Martins Sarmiento, de que no tengo tirados a parte.

Muy honrado me consideré colaborando el homenaje tan merecida a V.

Mándeme siempre y aunque haysido un mal corresponsal, téngame siempre por su muy devoto amigo que le saluda muy afectuosamente

P. Bosch Gimpera [assinatura]

2.13.11 – Carta manuscrita em quatro páginas (n.º 2604) (Fig. 36)

Barcelona 20 Diciembre 34.

Mío querido y admirado amigo:

Mucho le agradecí su carta y su interés por mí. Llegó cuando estaba en el cárcel donde estuve mes y medio procesado absurdamente con otros compañeros universitarios por el supuesto delito de "rebelión militar" hasta que el Gobierno que había promovido el procesamiento comprendió que en él se dañaba más a él que a nosotros y sobresayó la causa.

El verdadero motivo fue que querían deshacer la organización de la Universidad autónoma de la que como sabe V. era yo Rector y como no podían hacerlo legalmente, con el pretexto de que las autoridades académicas estaban en el cárcel se incautaron de ellas y

schast e volar tut merte de un  
fundis, probandient que en la  
Universidad se hacen cosas de otro  
tipo y nacionalista y como la censura  
del press no dejó pasar nada  
en defuen nuestra e pudierim  
lograr un ambiente favorable  
a ellos, sin que por nuestra parte  
pudie ser un obstaculo.  
He deseado muy feliz aún cuando  
y todo merte de prosperidade.  
Te sale V. que siempre es un devoto  
amigo que le saluda cariñosamente  
P. Bosch Gimpera

Fig. 36 – Última página da carta manuscrita de Pedro Bosch Gimpera de 20 de Dezembro de 1934, onde relata os graves distúrbios na Universidade de Barcelona, de que era Reitor, e que levaram à sua prisão (EJLV / MNA, n.º 2604).

*nombraron un Comisario que pudo así libremente sin protestos de nadie suspender profesores, paralizar obras en curso y cambiar los planos de estudio. Los periódicos enemigos de la autonomía de Cataluña habían [??] rolar toda suerte de [??], pretendiendo que en la Universidad ya había [??] política y nacionalista. Y como la censura de la prensa no dejó pasar nada en defensa nuestra, pudieran lograr un ambiente favorable a ellos, sin que por nuestra parte pudiésemos contestar.*

*Le deseo muy feliz año nuevo y toda suerte de prosperidades.*

*Le sabe V. que siempre es su devoto amigo que le saluda cariñosamente*

*P Bosch Gimpera [assinatura]*

## Comentários

No total, a correspondência com Leite de Vasconcelos inclui 11 missivas, entre 1920 e 1934, uma delas trágica, a de 20 de Dezembro de 1934, onde afirma que tinha estado mês e meio preso, com outros professores, porque, na qualidade de Reitor da Universidade de Barcelona, fora processado “abominavelmente”, por suposto delito de relaxe militar, sendo essa a forma mais expedita encontrada pelos seus inimigos para intervir directamente na vida universitária, suspender obras em curso e planos de estudo, a coberto da censura à Imprensa, nas convulsões político-militares ocorridas na Catalunha ainda antes de ter estalado a Guerra Civil. Com efeito, a sua intensa actividade conduziu a profundas alterações na arqueologia barcelonesa, de que dá conta na missiva imediatamente anterior à referida, datada de 12 de Março de 1934, onde, ainda na qualidade de Reitor da Universidade, menciona o reinício das escavações em Ampúrias, cuja importância justificava a instalação de um novo Museu Arqueológico, que de facto veio a inaugurar-se em 1935.

A estima e admiração que Bosch Gimpera dedicava a Leite de Vasconcelos é evidente, desde o princípio da correspondência. Assim, logo em missiva de 19 de Maio de 1920 pede a opinião do Mestre sobre a forma como foi feita a inclusão de materiais arqueológicos portugueses no apêndice, de sua autoria, à obra de Adolf Schulten “Hispania”, cuja tradução em castelhano veio a lume em 1920 (BOSCH GIMPERA, in SCHULTEN, 1920).

Bosch Gimpera, em diversas missivas (14 de Dezembro de 1924, 22 de Fevereiro de 1927), trata Leite de Vasconcelos por “Amigo e Maestro”, recordando-lhe, nesta última, os bons momentos que passaram em Tarragona; este, em contrapartida, convidou-o, como se depreende da carta de 23 de Abril de 1927, a publicar em *O Arqueólogo Português*, o que, porém, nunca se verificou.

No campo científico, são várias as vezes que Bosch Gimpera remete artigos para Lisboa, pedindo comentários e solicitando permuta entre *O Arqueólogo Português* e a *Revista Lusitana*, e numerosas revistas catalãs, entre as quais o conhecido *Anuário del Institut d’Estudios Catalanes*.

Desconhecendo pessoalmente o Museu Etnológico, solicitou a 3 de Abril de 1921 que lhe fossem enviadas fotografias de peças cerâmicas da Idade do Ferro, temática a que tinha já anteriormente dedicado importante estudo, publicado em 1915 pela “Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas”. Para tal, recorreu ao apoio de J. Fontes, então assíduo colaborador do Museu e amigo pessoal de Leite de Vasconcelos, devendo-se o conhecimento das particularidades deste pedido da publicação da correspondência enviada a este último (CARDOSO & MELO, 2005).

O patrocínio de Bosch Gimpera, cuja formação na Alemanha, no início da sua actividade, talvez esteja na introdução de novos métodos de trabalho nas escavações arqueológicas que dirigiu, esteve na génese da escola de Arqueologia catalã, de que foi o incontestável fundador. Entre os muitos discípulos ali gerados, conta-se

Serra y Ráfols, apresentado a Leite de Vasconcelos na missiva de 8 de Maio de 1922, pedindo que lhe fossem concedidas facilidades para o estudo das colecções do Museu Etnológico.

A 27 de Abril de 1928, é a vez de anunciar a vinda, a 5 do mês seguinte, do especialista da numária da República Romana Max von Bahrfeldt para estudar os exemplares do Museu Etnológico e o mesmo se verificará com o célebre investigador de Munique, Hans Zeiss, especialista dos povos germânicos, que em 1934 publicará *Die Grabfunde aus dem Spanischen Westgotenreich*, onde incluirá os materiais que estudou naquele Museu. A importância que atribuiu ao Museu fundado por Leite de Vasconcelos é, aliás, explícita, pois já a 9 de Agosto de 1920 lhe declara que dele se deveria sentir orgulhoso.

Enfim, a admiração era mútua, pois Leite de Vasconcelos convida-o a colaborar na Homenagem que lhe havia de ser prestada em Portugal, com o envio de um artigo, que foi publicado no único volume impresso, pela Imprensa da Universidade de Coimbra em 1934, intitulado *Relaciones prehistóricas se Irlanda con el Occidente de la Península Ibérica*.

### 3 - DISCUSSÃO

No caso da presente correspondência, as informações, sendo de índole essencialmente científica, assumem muitas vezes aspectos pessoais, de relacionamento entre colegas do mesmo ofício, embora jamais do foro íntimo, pelo que foram transcritas na íntegra. Tais informações, nalguns casos, contribuem para uma melhor compreensão das relações institucionais então vigentes e da evolução das trajectórias individuais dos intervenientes que, não poucas vezes, são ditadas pelas próprias relações pessoais estabelecidas. Neste aspecto, também os resultados agora apresentados são interessantes, evidenciando o alto prestígio científico que Leite de Vasconcelos detinha em Espanha, que extravasava as fortes relações pessoais de apreço e admiração claramente expressas nos correspondentes, sobretudo naqueles com quem manteve contacto epistolar mais prolongado. É elucidativo, a tal respeito, por um lado, os convites por vezes reiteradamente apresentados, para que o sábio português visitasse os seus interlocutores, como é o caso, entre outros, de George Bonsor e do Marquês de Cerralbo; sendo, por outro, significativo o facto de alguns dos correspondentes apresentarem situações desesperadas da sua vida profissional e pessoal, como Pedro Bosch Gimpera, que viam em Leite de Vasconcelos um amigo de confiança.

Infelizmente, não foi possível aceder às missivas remetidas por Leite de Vasconcelos nos epistolários que eventualmente ainda possam existir de alguns dos destinatários da correspondência ora publicada. Tal seria interessante para completar a informação, como veio a demonstrar a única situação em que esta situação foi conseguida, respeitante à correspondência entre Leite de Vasconcelos e Joaquim Fontes (CARDOSO, 2012).

Seja como for, importa compreender as razões que ditaram a constituição de tão vasto repositório, que Leite de Vasconcelos estabeleceu e manteve – por vezes durante décadas – com o mesmo correspondente. Antes de mais, avultam as informações de carácter científico imediato: uma publicação que se pretendia oferecer a conhecer a alguém; um artigo que fazia falta consultar para o prosseguimento de determinado estudo, pedindo-o directamente ao seu autor; uma solicitação de permuta interrompida; o envio de fotografias ou de desenhos para a prossecução de um artigo científico, ou ainda o pedido de apoio a um compatriota incumbido de uma missão de índole arqueológica, são razões imediatas que explicam boa parte das missivas e dão um retrato fiel do movimento científico da época no campo específico da Arqueologia peninsular, justificando plenamente a publicação ora efectuada.

Mas outras matérias são também abordadas. Avultam as respeitantes à descoberta de materiais arqueológicos ou à realização de escavações em estações de diversas épocas na maioria dos casos pouco depois publicadas, como é o caso das escavações do santuário ibérico de Despeñaperros, a que se refere J. R. Mélida, e, depois, J. Cabré, que o haveria de explorar; das escavações de Numância, e das executadas na área urbana de Mérida, mencionadas pelo seu autor, J. R. Mélida; das escavações em Torralba, realizadas pelo Marquês de Cerralbo, e mencionadas pelo seu colaborador J. Cabré; das explorações dos dólmenes da região de Salamanca, por Cesar Morán e, ainda, das escavações em Ampúrias, referidas por P. Bosch Gimpera. Tais informações afiguram-se importantes, pois, estando datadas e tendo sido apresentadas em primeira mão, correspondem a informação fidedigna do estado das investigações na época a que dizem respeito, no caso relacionadas com estações arqueológicas de primeira importância para a Arqueologia Ibérica.

Tais foram as razões que justificam a publicação deste acervo documental, que complementa outras publicações já vindas a lume relativas às relações científicas estabelecidas entre arqueólogos espanhóis e portugueses no decurso das primeiras décadas do século XX: é o caso da dedicada às missivas recebidas por Joaquim Fontes (CARDOSO & MELO, 2005; CARDOSO, 2006), sublinhando, neste caso, e de forma inequívoca, o alto prestígio alcançado por Leite de Vasconcelos no quadro peninsular da época no que à Arqueologia diz respeito.

#### 4 - CONCLUSÕES

A primeira e mais importante conclusão obtida da leitura da presente correspondência respeita ao alto apreço que todos detinham de Leite de Vasconcelos, tanto do ponto de vista científico como pessoal, conforme foi acima sublinhado. Era considerado como uma referência para a generalidade dos seus correspondentes, nisso contribuindo, para além da sua obra científica, o Museu a cuja organização meteu ombros, adquirindo notável visibilidade internacional depois da sua inauguração, em 1906, nas instalações que ainda hoje ocupa em Belém, e que constituía porto de abrigo a investigadores do país vizinho interessados em conhecer os espólios arqueológicos portugueses, no âmbito de estudos que vinham desenvolvendo. A par do Museu e das facilidades concedidas pelo seu Director a quem pretendesse observar ou estudar espólios do seu acervo, conferindo-lhe, por essa via, poder e prestígio acrescidos, somava-se a direcção da mais importante revista de Arqueologia então existente no País, por si fundada em 1895, a qual projectava internacionalmente, de forma permanente e definitiva, a investigação multifacetada desenvolvida por Leite de Vasconcelos, constituindo-se assim, como um dos meios mais eficazes de disseminação do seu labor, a par das obras avulsas que regularmente vinha publicando. Quanto a estas, é de destacar o cuidado com que os seus correspondentes mais próximos eram presenteados com os volumes das “Religiões da Lusitânia”, lidos e requisitados por todos, quando em falta, ao respectivo autor.

Por outro lado, a correspondência ora publicada constitui retrato fiel da investigação realizada na Península Ibérica no campo arqueológico no decurso das quatro primeiras décadas do século XX, complementando outros trabalhos já publicados do signatário sobre o mesmo tema e cronologia. Com efeito, apenas três missivas são ainda dos últimos anos do século XIX, correspondendo as mais recentes aos finais da década de 1930.

A notoriedade científica que, por via dos instrumentos acima referidos, foi alcançada além fronteiras, era alimentada de forma permanente e empenhada pelo próprio Leite de Vasconcelos, que, com a morte de Francisco Martins Sarmiento, em 1899, se tornou, na prática, o único interlocutor português para a generalidade dos arqueólogos espanhóis, com excepção do fugaz grupo portuense reunido em torno da “Portugália” e também de António dos Santos Rocha e do núcleo constituído em torno da sua figura, na Figueira da Foz.



Mas a presença constante de Leite de Vasconcelos entre os seus pares do país vizinho, por via da correspondência trocada, extravasava a importância da sua figura de erudito e arqueólogo. A documentação evidencia, no geral, o estabelecimento com todos eles de uma genuína amizade que se estreitava nas oportunidades em que o convívio se tornava presencial. Daí os convites que lhe eram dirigidos no sentido de aceitar o acolhimento que lhe era recorrentemente oferecido. Com efeito, uma das conclusões que se pode inferir da correspondência, é a presença do sábio português em Espanha, de forma muito mais frequente do que até agora era suposto, acompanhando, em várias circunstâncias, os seus anfitriões. Em situações excepcionais, o bom convívio estabelecido com os seus pares deixou nestes fundas recordações, como é o caso do eminente arqueólogo J. Ramón Mélida, ao recordar emocionado a companhia de Leite de Vasconcelos aquando do Congresso do Cairo de 1909.

A figura tradicionalmente austera de Leite de Vasconcelos, transfigurava-se com os seus colegas espanhóis como transparece pelos termos genuinamente afectuosos evidentes na maioria das missivas, com os quais tinha então a oportunidade de estabelecer um convívio franco, fosse por escrito, fosse sobretudo pessoalmente, despido de quaisquer reservas mentais, ainda que pontuado pelas convenções da época, pois a nenhum deles, reconhecida a sua competência científica, nada teria de provar. Tal disposição do espírito seria, afinal, semelhante, à usada para com quem se encontrava nos antípodas, o povo ignorante mas cheio de sabedoria no seio do qual se sentia à vontade e feliz pelas informações que anotava permanentemente nos seus cadernos. O sábio distante que, por via das circunstâncias tanto na direcção do Museu, como na condição de influente Professor da Universidade de Lisboa, a todos era obrigado a tratar com reserva, seria, em boa parte, uma imagem construída para sua salvaguarda, muito diferente da personalidade afectiva que só em escassas oportunidades se vislumbrava.

## AGRADECIMENTOS

Ao Dr. Luís Raposo, pela autorização concedida enquanto Director do Museu Nacional de Arqueologia, para o acesso e estudo da presente documentação.

À Dr.<sup>a</sup> Livia Cristina Coito, responsável pelo Arquivo Pessoal de José Leite de Vasconcelos, pela cordialidade do acolhimento concedido aquando da recolha da informação.

Ao Dr. José Carlos Henrique e ao Dr. Filipe Martins, pelos apoios dispensados à organização deste trabalho.

## REFERÊNCIAS

Obs.: Das referências abaixo indicadas, algumas não se encontram mencionadas no texto; correspondem a obras consultadas para a elaboração das curtas biografias de cada um dos correspondentes.

AA.VV. (1912) – *Excavaciones de Numancia. Memoria de la Comisión Ejecutiva*. Madrid: Imprenta Artística de José Blass y Cía.

AA.VV. (1956) – *Libro Homenaje al Conde de la Vega del Sella*. Oviedo: Diputación Provincial de Asturias.

- A. B. M. (1951) – Don Blas Taracena y Aguirre. *Publicaciones del Seminario de Arqueología y Numismática Aragonesa*. Zaragoza. 1, p. 37-47.
- ALMAGRO-BASCH, M. (1947/1948) – Juan Cabré Aguiló. Ampurias. Barcelona. 9/10, p. 380.
- ARGOTE, Jeronimo Contador d' (1734) – *Memorias para a Historia Eclesiástica do arcebispado de Braga*. Tomo segundo. Lisboa: Na oficina de José António da Silva.
- BERLANGA, M. R. (1881/1884) – *Los bronzes de Lascuta Bonanza y Aljustrel*. Málaga: Imprenta de Ambrosio Rubio.
- BERNAL, M. C. G. (2010) – Manuel Rodríguez de Berlanga Liber Amicorum (1825-1909). *Revista de estudios histórico-jurídicos*. Valparaíso. 32, p. 531-533.
- BOAVENTURA, R. & LANGLEY, M. (2007) – Georg Leisner (1870-1957): determinação na busca do Megalitismo Ibérico. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 25, p. 167-176.
- BOSCH GIMPERA, P. (1934) – Relaciones prehistóricas de Irlanda com el Occidente de la península Ibérica. *Miscelânea Científica e Literária Dedicada ao Doutor J. Leite de Vasconcelos*. Vol. 1. Coimbra: Imprensa da Universidade, p. 44-66.
- BOSCH GIMPERA, P., in SCHULTEN, A. (1920) – La Arqueología Prerromana Hispánica. In *Hispania (Geografía, Etnología, Historia)*. Barcelona: Tipografía La Académica.
- BRANDÃO, D. P. (1959) – José Leite de Vasconcelos. *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*. Porto. 21 (3/4), separata.
- CABRÉ AGUILÓ, J. (1916) – *Arte rupestre gallego y portugués*. Lisboa: Imprensa da Livraria Ferin (Memórias publicadas pela Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais, 2).
- CARDOSO, J. L. & MELO, A. A. (2005) – Correspondência de Joaquim Fontes (1892-1960). Contributos para a História da Arqueologia peninsular. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 13, p. 145-321.
- CARDOSO, J. L. (2006) – Arqueólogos portugueses nas Astúrias nos inícios do século XX. Uma contribuição para a História da Arqueologia peninsular. *Colóquio Astúrias e Portugal. Relações históricas e culturais (Lisboa, 2005)*. Actas. Lisboa: Academia Portuguesa da História, p. 191-233.
- CARDOSO, J. L. (2009) – José Leite de Vasconcelos, pré-historiador: sua projecção internacional. In CARDOSO, J. L. (coord.) – *150 anos do nascimento do Doutor José Leite de Vasconcelos*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, p. 85-180.
- CARDOSO, J. L. (2012) – José Leite de Vasconcelos (1858-1941) e Joaquim Fontes (1892-1960) vistos através da correspondência conservada nos Arquivos do Museu Nacional de Arqueologia e do Laboratório Nacional de Energia e Geologia. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 5, 2, p. 105-185.
- CASTAÑEDA, V. (1934) – El Exmo. Sr. D. José Ramón Mélida. *Boletín de la Academia de la Historia*. Madrid. 104 (1), p. 5-12.
- COMAS, J. (1963) – Bio-bibliografía de Pedro Bosch Gimpera. *A Pedro Bosch-Gimpera en el septuagésimo aniversario de su nacimiento*. México: Instituto Nacional de Antropología y Historia/Universidad Nacional Autónoma de México, p. XXXI-LXIV.
- CRUZ, P. B. (1906) – As grutas de Palmela. *Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha*. Figuera da Foz. 1 (3), p. 87-98.
- DÍAZ-ANDREU, M.; RODRÍGUEZ, G. M. & MORRAL, J. C. (2009) (coords.) – *Diccionario Histórico de la Arqueología en España*. Madrid: Marcial Pons Historia.

- GRAN-AYMERICH, E. (2001) – *Dictionnaire Biographique d'Archéologie 1798-1945*. Paris: CNRS Éditions.
- HELENO, M. (1962) – Bosh Gimpera. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Nova Série, 4, p. 309-311.
- JIMÉNEZ SANZ, C. (2006) – Juan Cabré, Enrique de Aguilera y el Museo Cerralbo: apuntes sobre una relación científica y humana intemporal. In BLÁNQUEZ PÉREZ, J. & RODRÍGUEZ NUERE, B. (ed.) – *El arqueólogo Juan Cabré (1882-1947) La fotografía como técnica documental*. Murcia: Comunidad Autónoma de la Región de Murcia, p. 89-103.
- LEISNER, V. (1998) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen*. Berlin/New York: Walther de Gruyter
- MAIER, J. (1999 a) – *Epistolario de Jorge Bonsor (1886-1930)*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- MAIER, J. (1999 b) – Jorge Bonsor (1855-1930). *Un académico correspondiente de la Real Academia de la Historia y la arqueología española*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- MÉLIDA, J. R. (1919-1920) – La cerámica pré-histórica decorada. Los vasos de las grutas de Palmela. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 24, p. 23-32.
- MORÁN, C. (1931) – *Excavaciones en los dólmenes de Salamanca*. Madrid: Junta Superior de Excavaciones y Antigüedades.
- MORÁN, C. (1934) – De folclore salmantino. *Miscelânea Científica e Literária Dedicada ao Doutor J. Leite de Vasconcelos*. Vol. 1. Coimbra: Imprensa da Universidade, p. 283-311.
- PARIS, P. (1936) – *Le Musée Archéologique National de Madrid*. Paris: Éditions d'Art et d'Histoire.
- RUEDA GALÁN, C. (2008) – Las imágenes de los santuarios de Cástulo: los exvotos ibéricos en bronce de Collado de los Jardines (Santa Elena) y Los Altos del Sotillo (Castellar). *Palaeohispanica*. 8, p. 55-87.
- S/A (1912) – *Excavaciones de Numancia*. Madrid: Imprenta Artística de José Blass y Cía.
- SANTONJA GÓMEZ, M. & PÉREZ-GONZÁLEZ, A. (2006) – Las investigaciones del Marqués de Cerralbo en los yacimientos pleistocenos de Toralba y Ambrona. In BLÁNQUEZ PÉREZ, J. & RODRÍGUEZ NUERE, B. (ed.) – *El arqueólogo Juan Cabré (1882-1947) La fotografía como técnica documental*. Murcia: Comunidad Autónoma de la Región de Murcia, p. 149-165.
- SANTOS JÚNIOR, J. R. (1934) – As pinturas pré-históricas do Cachão da Rapa. *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Porto. 6 (3), p. 185-222.
- SARMENTO, F. M. (1906) – Cartas de Francisco Martins Sarmiento. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 6, p. 172-196.
- SCHATTNER, T. G.; ALMEIDA, R.; GOUDA, T.; QUERO, S. & PÉREZ, A. (2004, coord.) – *1954-2004, 50 Años del Instituto Arqueológico Alemán de Madrid*. Sala de Exposiciones del Museo de San Isidro.
- SCHULTEN, A. (1920) – *Hispania (Geografía, Etnología, Historia)*. Con un apéndice sobre La Arqueología prerromana hispánica por el Doctor Pedro Bosch Gimpera. Barcelona: Tipografía La Académica, de Serra y Russell.
- VASCONCELOS, J. L. (1910) – Esculturas prehistoricas do Museu Ethnologico Português. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 15, p. 31-39.
- VASCONCELOS, J. L. (1913) – *Defensão do Museu Etnológico Português*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.
- VASCONCELOS, J. L. (1915) – *História do Museu Etnológico Português*. Lisboa: Imprensa Nacional.

VASCONCELOS, J. L. (1934) – Amostras da Secção Hespanhola do Museu Etnológico de Belém (Portugal). *Anuario del Cuerpo Facultativo de Archiveros, Bibliotecarios y Arqueólogos*. Madrid. 1, p. 49-60 (Homenage a José Ramón Mérida).

VEGA DEL SELLA, Conde de la (1923) – *El Asturiense nueva industria preneolítica*. Madrid: Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas, Memoria 23.



## **OS TEMPOS DO NEOLÍTICO NA REGIÃO DE LISBOA: O POVOAMENTO**

### ***TIMES IN THE NEOLITHIC FROM THE REGION OF LISBON: THE SETTLEMENTS***

Ana Catarina Sousa<sup>1</sup>

#### **Abstract**

Approach to the absolute chronologies of the Neolithic in Lisbon region, considering two large units: 1. Neolithic process (Ancient and Middle Neolithic) and 2. The consolidation of peasant societies (Late Neolithic).

Dates and contexts of all domestic contexts dates in the Lisbon region are discussed, thus complementing Rui Boaventura's proposal for the chronology of the Megalithism in the same region.

*Keywords:* Absolut chronology, Lisbon, Neolithic, Phases.

“Permitam-me que relembre aqui o Rui Boaventura, que foi, talvez, o primeiro arqueólogo português a usar a Estatística Bayesiana e que muito frequentemente a utilizava (e a tentava divulgar) na construção de cronologias para a Pré-História Recente do nosso país.”

(SOARES, 2017, p. 132)

#### **NOTA PRÉVIA**

A história deste texto remonta ao ano de 1990, quando Rui Boaventura e eu iniciámos o nosso percurso em Arqueologia na Faculdade de Letras de Lisboa.

Partilhámos muitos momentos dos nossos caminhos, com alguns desvios mas sempre regressando aos nossos interesses comuns na (pré)-história das antigas sociedades camponesas. Partilhámos amigos, aulas, professores, escavações no Alentejo. Mais tarde, durante a realização dos nossos doutoramentos, partilhámos um mesmo território de estudo, a “Região de Lisboa” vista por duas perspectivas distintas: eu dediquei-me aos povoados e o Rui aos sepulcros. Partilhámos ainda o mesmo orientador, Professor Victor S. Gonçalves, que acompanhou o nosso percurso desde o primeiro ano da licenciatura (1998-1990).

A partilha era uma característica do Rui e nunca me esquecerei da sua ajuda durante o meu doutoramento. Deu-me cópia de toda a sua biblioteca.pdf que tinha compilado em anos de trabalho em Portugal e no estrangeiro. Ouviu-me e discutiu comigo muitas ideias.

---

<sup>1</sup>UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras de Lisboa, Alameda da Universidade, 1600-Lisboa. [sousa@campus.ul.pt](mailto:sousa@campus.ul.pt)



**Fig. 1** – Apresentação de comunicação com Rui Boaventura: *Adornos líticos do Centro e Sul de Portugal (4.º-3.º Milénio ANE): os verdes, os negros e os outros*. Comunicação integrada no *workshop* “Aproximaciones actuales al estudio de la Complejidad Social en la Prehistoria Reciente Ibérica: Prácticas funerárias, materias primas exóticas y artefactos suntuosos”, 10-11 de Dezembro de 2015, Universidad de Sevilla. 2015. Esta apresentação integrou-se no projecto “Nuevas tecnologías aplicadas al estudio de la movilidad e intercambio: cuentas verdes y cerámica decorada con rellenos blancos del VI al II Milenio ANE en la Península Ibérica”. Ministerio de Economía y Competitividad – España – dirigido por Carlos Odroziola (Universidad de Sevilla), com Rodrigo Villalobos e com a signatária e Rui Boaventura.

Nos últimos tempos, estávamos determinados em conseguir desenvolver um projecto abrangente para o Megalitismo do Centro e Sul Peninsular, tendo submetido diversas candidaturas a fundos europeus. A persistência era uma das suas características, nunca desistia.

Quando o Professor João Luís Cardoso e o Rui Mataloto me convidaram para escrever neste volume, depois de muitas hesitações, considerei que deveria escrever algo sobre uma temática em que o Rui se destacou – os estudos de cronologia absoluta, na área de estudo que partilhamos nos nossos doutoramentos – a região de Lisboa, na perspectiva dos meus trabalhos de investigação – o povoamento.

É certamente um texto que nunca quis escrever sozinha, sem a colaboração do Rui.

## **1 – A CRONOLOGIA ABSOLUTA NA OBRA DE RUI BOAVENTURA**

“Haja mais e melhores datações e julgo que melhores e mais afinados modelos serão possíveis.”

(BOAVENTURA, 2009, p. 350)

### **1.1 – Uma data não são datas...**

A importância do radiocarbono e da sua análise crítica foi sempre valorizada na nossa formação académica, quer na licenciatura quer no mestrado (GONÇALVES, 1995; SOARES & CABRAL, 1993; SOARES, 2007). Na tese de mestrado, Rui Boaventura não dispunha de datações absolutas para Pombal (BOAVENTURA, 2001) e a temática não foi desenvolvida. Foi a partir do momento em que mudou o seu percurso profissional e científico do Alentejo para a região de Lisboa (2002), que esta temática assumiu um papel central na sua

investigação. Várias vezes me referiu também a importância da frequência de um curso de radiocarbono com A. Monge Soares e J. Martins, onde aprendeu as bases da análise bayesiana.

É com a tese de doutoramento de Rui Boaventura, *As antas e o Megalitismo da região de Lisboa* (2009) que a temática da cronologia absoluta assume uma importância central na sua pesquisa. Face à abundância de ossos humanos preservados nos sepulcros estremenhos, a obtenção de datações tornou-se prioritária no seu programa de estudos, tendo recorrido a várias fontes de financiamento: “*O número de datações realizadas para as antas de Lisboa foi apenas condicionado pelas verbas disponíveis, angariadas ao longo do percurso de estudo.*” (BOAVENTURA, 2009, p. 334). As vinte datações foram obtidas através do concurso do PNTA (Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos – Instituto Português de Arqueologia. 2006 – Cronologia do megalitismo de Lisboa: o cluster de Belas), da bolsa “The Archaeology of Portugal Fellowship” concedida pelo Archaeological Institute of America e da bolsa da Fundação para a Ciência e a Tecnologia / Faculdade de Letras de Lisboa.

Nesta tese, aplicou-se pela primeira vez um modelo bayesiano a uma problemática arqueológica em Portugal. O ensaio incluiu uma leitura aprofundada para os sepulcros da Estremadura, com análises comparativas com Alentejo e Beiras e a compilação de mais de 500 datações para toda a Península Ibérica (BOAVENTURA, 2009).

Esta linha de investigação de Rui Boaventura teve várias sequelas. O estudo cronométrico desenvolvido no seu doutoramento foi sintetizado em artigo publicado na revista *Menga* (BOAVENTURA, 2011), cujo texto foi apresentado em colóquio internacional realizado na Universidade de Sevilha em 2008 (*Exploring Time and Matter in Prehistoric Monuments: Absolute Chronology and Rare Rocks in European Megaliths*). Certamente que a leitura apresentada por Rui Boaventura teve um impacto significativo entre os especialistas de Megalitismo. Anos mais tarde, em 2014, no XVII Congresso da UISPP (Burgos), eu e Rui Boaventura encontramos Jean Guilaine que lhe perguntou directamente: “*ainda pensa que o Megalitismo português é tão tardio?*”

Posteriormente à tese, Rui Boaventura realizou dois ensaios de estudos cronométricos com Rui Mataloto, debruçando-se sobre o Sul de Portugal, essencialmente no Alentejo, referindo os escassos dados disponíveis para o Ribatejo e Algarve. Estes dois textos são efectivamente a obra emblemática dos “Ruis”, sendo clara a autoria de cada um deles nas extensas sínteses produzidas. Em “Entre vivos e mortos nos IV e III milénios a.n.e. do Sul de Portugal: um balanço relativo do povoamento com base em datações pelo radiocarbono” (MATALOTO & BOAVENTURA, 2009), efectua-se uma listagem exaustiva de datações em sítios “não funerários” e dos seus contextos, apresentando-se pela primeira vez algumas datações efectuadas por Manuel Calado nas intervenções do Alqueva. O artigo “Entre mortos e vivos: Nótulas acerca da cronologia absoluta do Megalitismo do Sul de Portugal” (BOAVENTURA & MATALOTO, 2013), apresenta uma actualização das leituras já avançadas em 2009 na tese de doutoramento para os sepulcros do Sul de Portugal.

Os povoados da Estremadura foram sempre prudentemente afastados destes ensaios cronométricos realizados por Rui Boaventura: “[...] *O espaço geográfico aqui em questão baliza-se pelos limites administrativos dos territórios alentejano e algarvio, excluindo -se a região da Estremadura portuguesa. Os motivos para esta exclusão focam-se, essencialmente, na reconhecida diferença cultural existente entre estes territórios, e no facto de ter sido realizado recentemente, para aquela região, um trabalho parcialmente semelhante* (GONÇALVES & SOUSA, 2007).” (MATALOTO & BOAVENTURA, 2009, p. 32). O estudo cronométrico da Estremadura foi contudo ensaiado em 2014, na comunicação apresentada ao XVII Congresso da UISPP (Burgos), a propósito das datações de Vila Nova de São Pedro (GONÇALVES *et al.*, no prelo). O modelo bayesiano inédito apresentado para o Neolítico final e início das fortificações foi produzido com Rui Boaventura, quando preparávamos a referida comunicação.

Finalmente deve referir-se que está em curso o projecto “Megalithic tomb chronologies in South-Central Portugal”, financiado pelo NERC (Radiocarbon Facility Steering Committee), sob direcção de Chris Scarre

(Universidade de Durham), incluindo originalmente na equipa Rui Boaventura e Tom Higham (Oxford Radiocarbon Accelerator Unit). Este projecto prevê a realização de 20 novas datações para as antas de Lisboa (Pedras Grandes, Carcavelos, Carrascal).

As amostras foram seleccionadas em inícios de 2017, seguramente o novo programa de datações, será uma excelente homenagem ao trabalho desenvolvido por Rui Boaventura neste domínio.

## 1.2 – Conceitos e métodos

Nos trabalhos de Rui Boaventura existe uma preocupação contínua de normalização de conceitos e métodos, explicitando-os em cada um dos textos publicados (BOAVENTURA, 2009; BOAVENTURA, 2011; MATALOTO & BOAVENTURA, 2009; BOAVENTURA & MATALOTO, 2013).

### 1.2.1 – Normalização das designações

Em todos os textos “cronométricos” de Rui Boaventura, publica-se uma extensa passagem com a definição das designações e curvas de calibração usadas, com a justificação das opções tomadas, quanto ao uso das expressões a.n.e. (antes da nossa era) ou BCE (Before Common Era), quanto ao uso sistemático de datações calibradas a dois sigma e na curva de calibração usada. (BOAVENTURA, 2009, p. 10; MATALOTO & BOAVENTURA, 2009, p. 32).

Também as próprias designações dos sítios arqueológicos foram normalizadas, recorrendo-se sistematicamente à inclusão do Código Nacional de Sítio para evitar interpretações equívocas, sistematicamente usados em BOAVENTURA & MATALOTO, 2013.

### 1.2.2 – Base de dados

A compilação sistemática de datações para leituras globais do Neolítico e Calcolítico tem vários percursos. A principal síntese foi produzida por A. Monge Soares e J. Peixoto Cabral (SOARES & CABRAL, 1993). Posteriormente foram efectuadas diversas sínteses temáticas, como realizada por J. L. Cardoso e A. M. Monge Soares para as grutas artificiais (CARDOSO & SOARES, 1995). A signatária, em colaboração com Victor S. Gonçalves realizou também um ensaio para os povoados fortificados da Estremadura (GONÇALVES & SOUSA, 2007) e mais recentemente para todos os povoados fortificados (GONÇALVES, SOUSA & COSTEIRA, 2013).

Na obra publicada de Rui Boaventura foram sistematicamente publicados inventários. Na tese de doutoramento foi realizado um levantamento quase integral das datas de sepulcros megalíticos peninsulares, incluindo quase 500 datações (BOAVENTURA, 2009, vol. 2). Segundo o próprio, este inventário é apenas incompleto para o Nordeste peninsular (Valência, Catalunha, Pirenéus).

A compilação de datas e sua interpretação constitui uma importante ferramenta tendo, contudo, o óbice de se desactualizar rapidamente. Face ao avolumar de datas e da dificuldade de publicar longas listas de datações, as bases de dados *on line* poderão ser uma resposta para este tipo de abordagens. São diversas as Bases de dados peninsulares: IDEArq-C14 (António Gilman – <URL: [www.ideaarqueologia.org](http://www.ideaarqueologia.org)>), CRONOLOGEA (Sul da Península Ibérica – <URL: [www.webgea.es/dataciones](http://www.webgea.es/dataciones)>) e a recente IBER-CRONO (Universidade de Barcelona – <URL: <http://ibercrono.org/>>). Em Portugal, o sistema de informação Endovélico inclui também campos pesquisáveis para as datações absolutas, mas infelizmente desde há quase uma década que essa informação não consta do formulário público, actualmente no Portal do Arqueólogo.



### 1.2.3 – Crítica das fontes

Foi apenas no âmbito da tese de doutoramento que Rui Boaventura pôde implementar um programa de datações. Os estudos realizados para o Alentejo reportam-se exclusivamente à compilação e análise crítica das fontes.

No âmbito do Megalitismo, entendido na sua vertente alargada, Rui Boaventura apenas usou ossos humanos (e um osso de animal) nos conjuntos estudados. Esta opção resulta naturalmente da maior fiabilidade destas amostras, que datam indubitavelmente os utilizadores do monumento.

Perante o tema de estudo – *As antas e o Megalitismo de Lisboa*, poderiam ser implementadas duas perspectivas distintas para a obtenção de series cronológicas: 1) estudo sistemático de um sepulcro com um número significativo de datações como foi efectuado para Poço Velho (GONÇALVES, 2009), Porto Côvo (GONÇALVES, 2008), Alapraia e São Pedro do Estoril (GONÇALVES, 2005); 2) estudo abrangente de um maior número de sepulcros. Rui Boaventura optou pela segunda hipótese, tendo apenas efectuado duas datações por monumento, incluindo exemplos de outros sepulcros não ortostáticos.

A selecção destas amostras reveste-se, contudo de grande complexidade, atendendo aos problemas de fiabilidade dos registos em colecções antigas. Através da comparação entre publicações, arquivos (nomeadamente o Arquivo Leisner) e uma observação atenta das marcações e colorações, procurou a confirmação o mais exaustiva possível dos contextos, veja-se as reservas que levantou às datações para Cabeço da Arruda 2.

Consideraram-se outras variáveis para as datações sobre osso como a questão do envelhecimento das datas por efeito de reservatório (através do  $\delta^{15}\text{C}$ ), em amostras que evidenciam a importância das dietas marinhas. A esse respeito veja-se a discussão sobre os estudos isotópicos na passagem Mesolítico / Neolítico (GUIRY *et al.*, 2016).

Quanto as amostras sob carvão, estas foram usadas com prudência, atendendo ao bem conhecido *old-wood effect*, ampliado pela ausência de determinação das espécies em muitas datações (BOAVENTURA, 2009, p. 356) e aos problemas de contexto e de definição clara do que é datado pelo carvão. Ainda assim, atendendo aos problemas de conservação de matéria orgânica foram consideradas fiáveis algumas datações sobre carvão, dependendo da espécie datada, do seu contexto de recolha e da concordância geral com o modelo geral de faseamento cronológico.

Para os povoados, os problemas são distintos. Na análise efectuada para os povoados do Sul, destaca-se a importância das datações por A.M.S, evitando-se as “sopas de ossos” e a junção de carvões dispersos (MATALOTO & BOAVENTURA, 2009). Refere-se ainda a problemática das datações sobre concha e a necessidade de uma descrição pormenorizada dos contextos.

### 1.2.4 – Análises bayesianas

Actualmente o uso do teorema de Bayes aplicado às sequências de datações começa a ser uma rotina. Em 2009 este tipo abordagem era ainda pouco conhecido e ainda hoje são escassas as análises bayesianas para o panorama arqueológico nacional, destacando-se as análises efectuadas por A. Monge Soares com outros investigadores para a Idade do Bronze e Ferro (ARRUDA *et al.*, 2015; MATALOTO, MARTINS & SOARES, 2013), e recentemente para o Mesolítico (PEYROTEO STJERNA, 2016).

A utilização da estatística bayesiana é uma ferramenta muito eficaz quer para o estudo da sequência de um sítio arqueológico ou para o estabelecimento de fases a partir de vários sítios, identificando *outliers* em

conjunto de datas de radiocarbono. Deve no entanto ser considerada como uma aplicação que requer uma formação específica: “[...] *building chronologies using sophisticated Bayesian modelling is a specialism that requires statistical training, and direct applications by nonspecialists may run the risk that models become 'black boxes', used without any understanding of their mechanisms.*” (PETTIT & ZILHÃO, 2015).

Em volume dedicado às Cronologias pré-históricas bayesianas, Paul Pettit e J. Zilhão apresentam os principais requisitos para aplicação de uma análise bayesiana (2015).

A mais importante condição é a existência de um questionário prévio para o qual seja adequado o estabelecimento de intervalos de tempo, a análise bayesiana não deve ser aplicada como um fim em si mesmo (PETTIT & ZILHÃO, 2015, p. 531). Rui Boaventura fez uma conjugação do método de seriação tipológica de artefactos (pré e pós placas de xisto e de campaniforme) e dos sepulcros (gruta natural, gruta artificial, anta, *tholos*) (BOAVENTURA, 2009, p. 328).

A selecção de datas que reflectem a actividade humana é também crucial, aplicando-se aqui a questão das datas de carvão em contextos sepulcrais.

A fiabilidade estratigráfica é especialmente problemática para as datas obtidas para sítios com escavações antigas, a que corresponde a maioria dos conjuntos tratados no Megalitismo de Lisboa.

### 1.3 – O modelo crono-cultural para o Megalitismo da Estremadura

Em praticamente todos os textos de Rui Boaventura, foi repetido, justificado e exemplificado o conceito global de Megalitismo, usando sempre a definição de Victor S. Gonçalves: “*Entendendo o megalitismo como um complexo conjunto de prescrições mágico-religiosas relacionadas com a morte, e não apenas, redutoramente, como um tipo de arquitectura funerária que ocorre no Ocidente peninsular durante os 4.º e 3.º milénios a.n.e.*” (GONÇALVES, 1995, p. 27).

Partindo desta premissa, o âmbito de estudo centrou-se na região de Lisboa: “*Abrange as penínsulas de Lisboa e Setúbal, limitando-se a norte pelas faldas da Serra de Montejunto e a sul pela foz do rio Sado e a Serra da Arrábida. [...] No caso presente o limite setentrional quedou-se pelas bacias das ribeiras do Lizandro, Trancão e da Pipa, estas duas últimas associadas ao âmago do manto basáltico do Complexo vulcânico de Lisboa.*” (BOAVENTURA, 2009, p. 20). Esta delimitação corresponde genericamente à Baixa Estremadura, delimitação geográfica assumida de forma distinta pelos diversos autores no estudo do Neolítico e Calcolítico. Assim, João Luís Cardoso estabelece o limite setentrional pelo paralelo de Torres Vedras (CARDOSO, 2004, p. 21), Victor S. Gonçalves considera como unidade regional as penínsulas de Lisboa e Setúbal, colocando o limite setentrional no paralelo de Lourinhã / Peniche (GONÇALVES, 1995). Também A. Faustino estabelece o limite a Sul do Maciço Calcário Estremenho (CARVALHO, 2005).

Apesar de definir claramente a região de Lisboa, área onde centra o estudo no megalitismo ortostático, o estudo cronométrico abrange toda a Estremadura. Complementarmente, foram efectuadas leituras cruzadas entre a Estremadura, o Alentejo e as Beiras, aplicando-se o modelo bayesiano. O *corpus* de datações peninsulares permite ainda uma integração supra-regional, à escala peninsular e europeia.

A proposta de análise cronológica do Megalitismo foi efectuada através da revisão crítica das datas já disponíveis e também se implementou um programa de datações, limitado pelos habituais constrangimentos financeiros. O programa incluiu a realização de 20 novas datações, incluindo duas amostras das antas das Conchadas, Trigache 2, Monte Abraão, Estria, Carrascal, Pedras Grandes, Carcavelos, Casal do Penedo e Pedra dos Mouros. Considerando o conceito abrangente de Megalitismo, foram também obtidas datações de grutas naturais (Salemas), grutas artificiais (Folha de Barradas) e de *tholoi* (Pai Mogo e Aqualva).

A implementação de programas de datações à escala regional foi igualmente perscrutadora em Portugal e também beneficiou dos resultados de outros projectos monográficos como os desenvolvidos por Victor S. Gonçalves em Cascais, nas grutas de Porto Côvo (2008), Poço Velho (2009) e nas grutas artificiais de Alapraia e São Pedro do Estoril (2004). Algumas datações foram obtidas no âmbito de estudos antropológicos de Ana Maria Silva, publicados pela primeira vez na tese de Rui Boaventura (Cova da Moura, Cabeço da Arruda 2).

O modelo interpretativo definido, baseado na crítica das fontes e na estatística bayesiana é aplicada segundo dois distintos critérios.

O estabelecimento do balizamento cronológico para os vários tipos de sepulcro (grutas naturais, antas, grutas artificiais e *tholoi*) evidencia a longa biografia destes espaços tumulares. O ensaio efectuado permite estabelecer com relativa confiança o início do uso de cada um dos sepulcros com práticas megalíticas.

A análise do uso funerário das grutas foi recuada ao Neolítico antigo (Caldeirão, Nossa Senhora das Lapas, Algar do Picoto, Casa da Moura, Correio-Mor), embora se considere que se trata de realidades distintas “[...] *não parecem enquadrar-se nos critérios definidos para o Megalitismo* [...]” (BOAVENTURA, 2009, p. 339). Segundo Rui Boaventura, o limite inferior de práticas megalíticas em gruta estaria representado na gruta do Cadaval, estabelecendo-se global na passagem do 5.º / 4.º milénios as primeiras deposições integráveis no fenómeno do Megalitismo (BOAVENTURA, 2009, p. 340). Esta cronologia antecede as antas, quer regionalmente quer comparativamente com a génese dos monumentos ortostáticos noutras regiões, nomeadamente no Alentejo. O uso das grutas como espaço sepulcral evidencia uma longa continuidade, prolongando-se até à segunda metade do 3.º milénio, quando já não se construía qualquer tipo de monumentos (BOAVENTURA, 2009, p. 341).

Quanto às antas, objecto central de Rui Boaventura, os limites são estabelecidos “[...] *entre o segundo e terceiro quartel (meados) do 4.º milénio a.n.e., concomitantes com sepulcros de câmara poligonal e corredor curto, mas com espólios reduzidos de cariz arcaico, sem a presença comprovada de cerâmica e reduzidos números mínimos de indivíduos ali depositados.*” (BOAVENTURA, 2009, p. 335). O uso das antas como espaço sepulcral parece apenas prolongar-se durante a primeira metade do 3.º milénio, hipótese a confirmar com um programa de datações mais extenso em monumentos com espólio evoluído, incluindo com materiais do pacote campaniforme. Espera-se que o programa de datações em curso, em programa dirigido por Chris Scarre, possa esclarecer melhor o faseamento, assumindo especial interesse os dados da Anta de Carcavelos, escavada por Rui Boaventura que apresenta registo estratigráfico e antropológico rigoroso. Atendendo a que neste monumento se regista a presença de espólio campaniforme, a obtenção de uma sequência completa poderá ser relevante.

Para as grutas artificiais refere-se a dificuldade em estabelecer o limite mais antigo, atendendo à deficiência de registo de datas mais antigas como as de São Pedro do Estoril, Monte do Castelo, Cabeço da Arruda 1, que apresentam problemas de proveniência estratigráfica ou de misturas pós escavação. Rui Boaventura admite que “[...] *estes sepulcros estariam em utilização já no terceiro quartel do 4.º milénio a.n.e.* [...] *Contudo, reafirmo a cautela com que aquelas datas estremenhas deverão ser enquadradas, pelo menos até que novos dados sejam obtidos naqueles e noutros sepulcros congéneres.*” (BOAVENTURA, 2009, p. 343). As datações recentemente obtidas para os hipogeus do Alentejo e Algarve parecem indicar uma cronologia com limite inferior no 3.º quartel do 4.º milénio a.n.e., nomeadamente as datas de Sobreira de Cima (VALERA, 2013 a) e Monte Canelas (MORAN, 2014).

No que se refere aos *tholoi*, é apresentado um balizamento que cobre genericamente o 3.º milénio. A génese é associada aos povoados fortificados: “[...] *quando se valoriza a técnica de construção em pedra seca com falsa cúpula destes sepulcros e se compara com aquela utilizada nos povoados amuralhados, verifica-se uma similitude construtiva, bem como uma contemporaneidade cronológica.*” (BOAVENTURA, 2009). Não existem novas datações para os *tholoi* da Estremadura mas recentes trabalhos parecem corroborar a cronologia alargada

Sítio (Ref. Lab.)	Modelled cal BCE 1σ (68,2%)	Modelled cal BCE 2σ (95,4%)	Agreement (> 60%)	Convergence (> 95%)
Sequência				
<b>Fase 1 – pré-ídolos-placa</b>				
<b>Boundary Start 1</b>	<b>3710-3570</b>	<b>3760-3550</b>		<b>97,8</b>
A. Bom Santo (OxA-5513)	3670-3380	3700-3370	99,1	99,6
A. Bom Santo (Beta-120048)	3640-3510	3650-3370	100,5	99,7
A. Bom Santo (OxA-5511)	3620-3370	3640-3360	100,6	99,7
A. Bom Santo (OxA-5512)	3520-3350	3640-3140	106,9	99,7
A. Bom Santo (Beta-120047)	3340-3240	3360-3080	84	99,6
Algar do Barrão (ICEN-740)	3350-3230	3370-3100	105,1	99,4
Feteira, C3 (TO-353)	3500-3190	3520-3130	100,7	99,7
G. Salemas (Beta-233282)	3640-3520	3660-3380	102,7	99,7
Carrascal (Beta-225167)	3510-3360	3530-3350	100,8	99,7
Carrascal (Beta-228577)	3640-3520	3650-3380	99,3	99,6
Pedras Grandes (Beta-205946)	3500-3330	3520-3130	110,6	99,7
Pedras Grandes (Beta-234136)	3370-3200	3370-3130	95,7	99,6
Trigache 4 (Beta-228583)	3340-3240	3360-3090	102,6	99,7
Porto Covo (Beta-244819)	3520-3360	3630-3360	100,9	99,7
Porto Covo (Beta-245136)	3640-3520	3650-3380	101,7	99,8
Porto Covo (Beta-245134)	3670-3530	3700-3520	76,2	99
<b>Boundary End 1</b>	<b>3290-3140</b>	<b>3320-3030</b>		<b>98,7</b>
<b>Fase 2 – uso de ídolos-placa</b>				
<b>Boundary Start 2</b>	<b>3030-2920</b>	<b>3130-2900</b>		<b>99,5</b>
Feteira, C1 (TO-352)	2880-2800	2890-2720	97,7	99,9
Casainhos (Beta-225168)	2880-2790	2890-2730	101,4	99,9
Monte Abraão (Beta-228580)	2890-2780	2900-2730	104,6	99,8
Estria (Beta-208950)	2890-2780	2910-2730	105,2	99,8
Estria (Beta-228578)	2870-2810	2880-2720	94,7	99,9
Praia das Maças, W (OxA-5509)	2980-2890	3060-2870	101,6	99,8
Praia das Maças, W (OxA-5510)	2980-2900	3050-2880	109,9	99,8
Praia das Maças, W (H-2049/1467)	2930-2780	3010-2750	125,8	99,9
<b>Boundary End 2</b>	<b>2830-2710</b>	<b>2860-2670</b>		<b>99,7</b>
<b>Fase 3 – pós uso de ídolos-placa</b>				
<b>Boundary Start 3</b>	<b>2770-2670</b>	<b>2830-2630</b>		<b>99,6</b>
Carcavelos (Beta-225170)	2740-2630	2780-2590	111	99,8
Folha das Barradas (Beta-234135)	2730-2630	2790-2610	87	99,8
Aqualva (Beta-239754)	2750-2630	2770-2590	107,1	99,8
Paimogo 1 (Sac-1556)	2730-2630	2790-2600	85,3	99,8
Paimogo 1 (UBAR-539)	2740-2630	2780-2590	115,8	99,8
Paimogo 1 (Sac-1782)	2750-2630	2780-2580	110	99,8
Verdelha dos Ruivos (GrN-10972)	2750-2630	2780-2580	110	99,8
<b>Boundary End 3</b>	<b>2730-2600</b>	<b>2760-2540</b>		<b>99</b>
				A <sub>model</sub> = 106,7
				A <sub>overall</sub> = 107,4

Fig. 2 – Modelo interpretativo cronométrico de Rui Boaventura para os sepulcros da Estremadura (2009, p. 252).



do uso deste tipo de sepulcro (LOZANO MEDINA & ARANDA JÍMENEZ, 2017; SOUSA, 2016) embora se registem casos de uso curto, como em Montelirio (BAYLISS *et al.*, 2017).

O estudo cronométrico não se cingiu à definição cronológica da génese e *terminus* de funcionamento de cada tipo sepulcral. A aplicação de estudo bayesiano para fósseis directores permitiu a comparação com outras áreas regionais, nomeadamente com o Alentejo, que partilha maiores afinidades em termos culturais.

Face à dificuldade em encontrar datações fiáveis, em contextos fechados, para os sepulcros, este exercício revela-se bastante difícil, sendo restrito o universo de estudo. Foram considerados três grandes fósseis directores, lidos em termos de presença / ausência: as placas de xisto, os artefactos votivos de calcário (apenas na Estremadura) e o campaniforme.

Posteriormente a este trabalho foram obtidas outras importantes sequências como as de Algar do Bom Santo (CARVALHO, 2014), Lugar do Canto (CARVALHO & CARDOSO, 2015), mas o modelo teórico mantém-se ainda como uma importante ferramenta para o estudo do Megalitismo de Lisboa e da Península Ibérica.

## 2 - OS CONTEXTOS DOMÉSTICOS NEOLÍTICOS DA REGIÃO DE LISBOA: UMA APROXIMAÇÃO DIACRÓNICA

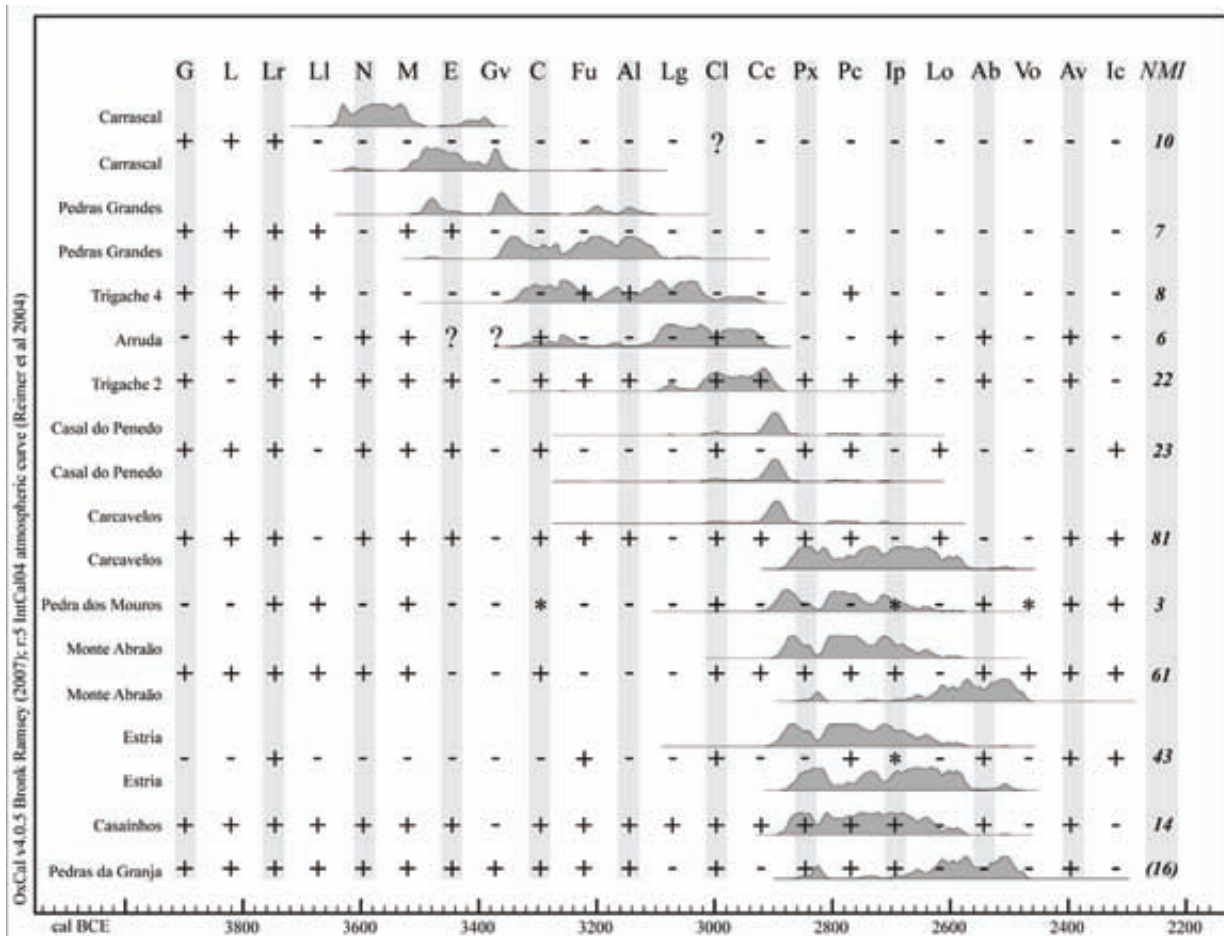
“[...] quando sistematizei os dados cronológicos absolutos, algo que ressaltou foi a fraca representatividade de espaços habitacionais datados do 4.º milénio a.n.e., sobretudo da sua primeira metade e meados, quando, simultaneamente, se conhecem vários espaços funerários enquadráveis no Megalitismo deste período.”

(BOAVENTURA, 2009, p. 350)

As problemáticas inerentes às datações de sepulcros e povoados são completamente distintas. Nos sepulcros datamos fases de construção, uso e abandono mas os povoados são usualmente contextos “vivos” e abertos, com áreas extensas de ocupação não sincrónica.

Considerando o caso da Estremadura e da região de Lisboa, deve sempre salientar-se que este território tem uma história de pesquisas centenária que condiciona as perspectivas de investigação. Contrariamente com o que sucede com as necrópoles, não é viável proceder à datação de espólio proveniente de escavações antigas para os povoados. Apesar da abundância de matéria orgânica (fauna), raramente existe qualquer referência estratigráfica e quando tal sucede a sua fiabilidade é reduzida. Não seria eficaz um programa de revisão cronométrica dos povoados da região de Lisboa baseada em acervos provenientes de escavações antigas. Parece-me que a única via para a definição cronométrica do Neolítico e Calcolítico da região de Lisboa é a implementação de estudos monográficos que permitam uma sólida base documental estratigráfica para poder confrontar as datações absolutas com as datações relativas. Foi esta perspectiva que segui na minha tese de doutoramento, com o estudo monográfico do Penedo do Lexim (SOUSA, 2010).

Na verdade, o estudo da cronologia do povoamento das antigas sociedades camponesas nesta região está sobretudo alicerçado nos projectos “âncora” dos povoados fortificados, nomeadamente nos sítios de grande escala como Castro do Zambujal (KUNST, 2010) e Leceia (CARDOSO, 2010 b) e nos pequenos povoados como Penedo do Lexim (SOUSA, 2010), Outeiro Redondo (CARDOSO, 2013) e Moita da Ladra (CARDOSO & CANINAS, 2010, 2014). Contrariamente ao que sucede para o Calcolítico, no Neolítico, a maior parte dos conjuntos datados não se inscreve em programas de investigação, resultando de projectos de arqueologia preventiva como Lameiras, Vale de Lobos, Serra das Éguas, Encosta de Sant’Ana.



Legenda: G – geométrico; L – lâmina; Lr – lâmina retocada; LI – lamela; N – núcleo; M – machado; E – enxó; Gv – goiva; C – contas; Fu – furador de osso; Al – alfinetes de osso; Lg – lagomorfos; Cl – cerâmica lisa; Cc – cerâmica canelada; Px – ponta de seta convexa; Pc – ponta de seta côncava; Ip – ídolo-placa; Lo – lâmina ovóide; Ab – grandes pontas bifaciais; Vo – caixas cilíndricas; Av – artefactos votivos de calcário; Ic – ídolos cilíndricos; NMI – número mínimo de indivíduos; + – presença; \* – possível presença; ? – presença não esclarecida.

Fig. 3 – Datações radiocarbónicas e tipo de espólio nas antas da região de Lisboa (BOAVENTURA, 2009, p. 368)

O presente artigo centra-se no estudo do povoamento neolítico da região de Lisboa. Considera-se como limite “inferior” o aparecimento de grupos produtores nesta região e como limite “superior” o aparecimento das primeiras fortificações. Estes limites abarcam quase 2500 anos, integrando modelos sociais e económicos muito distintos entre as primeiras sociedades camponesas e as do Neolítico de segunda fase.

Estabelecer limites temporais em estudos diacrónicos de povoamento é sempre muito arriscado, considerando que as dinâmicas de povoamento assumem dinâmicas de tempo longo, raramente com rupturas. Escolhi dois momentos de clivagem (o início da agricultura e pastorícia / as fortificações), correspondendo igualmente a movimentações populacionais, em graus distintos.

Este trabalho não é assim exactamente a vertente doméstica do estudo cronométrico do Megalitismo de Lisboa pois esta prolonga-se durante o Calcolítico, mas inclui certamente a sua génese.

No estudo do povoamento do Sul (Entre vivos e mortos... MATALOTO & BOAVENTURA, 2009), o espectro cronológico foi definido na transição 4.º / 3.º milénios: “[...] Procurámos valorizar, essencialmente, as

*datas que nos permitem sequenciar as grandes tendências de ocupação entre os inícios do IV milénio a.n.e. e os meados do seguinte.*” (MATALOTO & BOAVENTURA, 2009, p. 34). Optei por não estabelecer idênticos limites, privilegiando-se as fases mais recuadas. Aliás, no estudo do Megalitismo de Lisboa, Rui Boaventura também recua aos contextos sepulcrais do Neolítico antigo para compreender a génese do Megalitismo.

Partir o tempo resulta sempre um exercício artificial, como artificiais são as periodizações e designações ainda vigentes. A separação entre o Neolítico antigo, médio, final e o Calcolítico está imbuída de pressupostos neo-evolucionistas baseados quase exclusivamente na presença e ausência de fósseis directores. Tenho tido a possibilidade de leccionar numa universidade em que a organização curricular afastou essas fronteiras artificiais, estruturando o passado em grandes unidades. A pré-história das antigas sociedades camponesas, inclui esse âmbito cronológico-cultural com dois pólos muito diferentes: a génese do aparecimento da economia produtora (Neolítico antigo e médio) e a consolidação das sociedades camponesas com a denominada revolução dos produtos secundários (Neolítico final e Calcolítico). Entre estes dois neolíticos surge o Megalitismo.

O uso de critérios estritos pode por vezes resultar em leituras partidas artificiais. A. Faustino Carvalho (CARVALHO, 2012, p. 187) adoptou uma periodização quadripartida para o Neolítico baseada essencialmente na cerâmica decorada e na sequência do Maciço Calcário Estremenho, especialmente no Abrigo da Pena d'Água: 1. Neolítico antigo (5500-5100 cal BCE) com cardial, por vezes com a subdivisão entre “Neolítico cardial antigo” e “Neolítico cardial” (ZILHÃO & CARVALHO, 2011); 2. Neolítico antigo evolucionado ou epicardial (5100-4500 / 4000 cal BCE); 3. Neolítico médio (4500 / 4000 a 3500 cal BCE) subdividido em antigo e pleno; 4. Neolítico final (3500-3000 cal BCE).

Esta periodização dificilmente pode ser aplicada fora do Maciço Calcário Estremenho. A evolução das pesquisas, na região de Lisboa, na costa Sudoeste e no Alentejo mostram como as fases iniciais do Neolítico se constituíram como um mosaico. Tal como a linha não pode ser traçada em termos absolutos e sincrónicos entre Mesolítico e Neolítico, também as primeiras fases do Neolítico revelam vários cenários.

As contradições do espartilho crono-cultural do modelo do Maciço Calcário Estremenho surgem desde logo na Costa Sudoeste onde C. Tavares da Silva e Joaquina Soares não encontram uma ruptura Mesolítico / Neolítico nem a evolução do Neolítico baseada na presença / ausência da cerâmica cardial (SILVA & SOARES, 2003; SILVA & SOARES, 2015). Contudo, a crítica das “fontes” ao modelo proposto parte de uma realidade inultrapassável: a ausência de amostras domésticas na costa Sudoeste e a permeabilidade estratigráfica em contextos sedimentares arenosos (ZILHÃO, 1998).

Também no Alentejo, Mariana Diniz evidencia o carácter ambíguo da expressão Epicardial, salientando que se aplica “[...] *quer para designar grupos pós-cardiais, quer para identificar grupos genericamente sincrónicos dos primeiros produtores, mas que utilizam outros sistemas decorativos, onde a impressão de concha de berbigão não constitui uma norma recorrente.*” (DINIZ, 2007, p. 203). Afasta assim uma leitura exclusivamente diacrónica para a cerâmica.

Pode ainda antever-se uma fase pré-cardial (DINIZ, MARTINS & NEVES, 2015), com cronologias antigas e com outras gramáticas decorativas, presente por exemplo em Casas Novas (GONÇALVES & SOUSA, 2015) ou em Vale Pincel (SILVA & SOARES, 2015).

Para a Estremadura, ainda antes das novas datas de Lameiras, J. L. Cardoso referia que a “[...] *escassez de produções cardiais nesta região pode explicar-se por outras razões que não as estritamente cronológicas.*” (CARDOSO, 2010 a, p. 30). Este autor, coloca o Neolítico antigo evolucionado entre 5400 e 4900 cal BCE (CARDOSO, 2010 a, p. 30).

Também o balizamento cronológico do Neolítico médio é de difícil delimitação. Admite-se genericamente uma cronologia entre meados do 5.º e do 4.º milénio (CARVALHO, 2012; CARDOSO, 2015 b) mas com um

tempo tão longo, admite-se a divisão Neolítico médio antigo (5.º milénio) e o Neolítico médio pleno (4.º milénio) (ZILHÃO & CARVALHO, 1996; NEVES & DINIZ, 2014, p. 46).

As características geológicas da Estremadura, onde se regista um excelente nível de preservação da matéria orgânica poderá fornecer importantes elementos para testar se o modelo de A. Faustino Carvalho e J. Zilhão pode ser aplicado para todo o território português.

Optou-se neste trabalho por dividir o Neolítico em duas realidades: 1. as primeiras sociedades camponesas (5500-3500), correspondendo ao Neolítico antigo e Médio com várias subdivisões e 2. as sociedades plenamente camponesas do Neolítico final (3500-2900), correspondendo genericamente ao momento de desenvolvimento com a Revolução dos Produtos Secundários prévia ao aparecimento das primeiras fortificações e metalurgia.

A realização de sínteses para o Neolítico de Lisboa tem sido ciclicamente realizada por vários investigadores nas últimas décadas.

Em *Sítios, Horizontes e Artefactos* (GONÇALVES, 2005), Victor S. Gonçalves efectuou uma revisão crítica, começando no Neolítico antigo, centrando-se essencialmente na sequência 4.º / 3.º milénios.

Na obra *Cascais há 5000 anos* (GONÇALVES, 2005), o estudo do povoamento é partido em dois blocos: *As mais antigas sociedades camponesas da Península de Lisboa (c. 5200-4500 cal BC)* (CARVALHO, 2005) e *Lugares dos vivos. Redes de povoamento no 4.º e 3.º milénio a.n.e.* (SOUSA, 2005). A natureza da informação e as problemáticas são substancialmente distintas tal como o inventário de sítios dos dois estudos.

João Luís Cardoso tem também efectuado sínteses cíclicas sobre estas temáticas. A obra *A Baixa Estremadura dos finais do IV milénio a.C. até à chegada dos romanos: um ensaio de história regional* (CARDOSO, 2004) constitui uma aproximação de tempo longo cruzando dinâmicas sociais muito distintas. Em 2010, J. L. Cardoso realiza uma actualização da síntese de 2005 (CARVALHO, 2005), com o estudo *O Neolítico antigo da Baixa Estremadura: as investigações dos últimos cinco anos*, apresentando-se e discutindo-se os novos sítios detectados e os novos dados cronométricos (CARDOSO, 2010 a). Recentemente foi efectuada uma nova síntese: *Na Estremadura do Neolítico antigo ao Neolítico final: os contributos de um percurso pessoal* (CARDOSO, 2015 b), correspondendo ao mesmo espectro cronológico do presente artigo.

Sabe-se que as sínteses são datadas, dependendo do ritmo das nossas pesquisas e da sua publicação, por isso considera-se ainda assim oportuno este texto, centrado exclusivamente em análises cronométricas.

## 2.1 – As primeiras sociedades camponesas na região de Lisboa

### 2.1.1 – Métodos e critérios

A definição dos limites cronológicos do “ano zero” do Neolítico numa determinada região revela-se uma tarefa complexa, com critérios muito rigorosos quer de definição stratigráfica quer da qualidade da amostra.

A definição de patamares hierárquicos para as amostras de radiocarbono tem vindo a ser defendida por vários autores, nomeadamente por Joan Bernabeu Auban (2001), A. Faustino Carvalho (2003) e João Zilhão (1993, 2001, 2011).

J. Zilhão e Bernabeu Auban apresentam um modelo que estrutura a fiabilidade da amostra de acordo com a sua representatividade para o processo de neolitização:

1. Privilegiam-se indicadores directos da domesticação animal ou vegetal, como ossos de animais domésticos ou grãos de cereal. Estes são os únicos indicadores que efectivamente podem datar o aparecimento do Neolítico numa região, uma vez que os elementos da cultura material (cerâmica ou pedra polida) podem traduzir contactos sem a efectiva mudança económico-social.



2. Na inexistência de indicadores directos da domesticação admite-se a utilização de outras amostras de vida curta, indicando indirectamente o Neolítico, tais como ossos humanos ou artefactos ósseos (ZILHÃO, 2011, p. 47).
3. Em contextos estratigraficamente bem definidos, traduzindo preferencialmente o enchimento de uma estrutura, outras amostras de vida curta, como ossos de outros animais, carvões de espécies de vida curta, conchas.
4. Amostras de carvão de troncos de árvores de folhas caducas, de vida longa, quando integrados em contextos estratigraficamente bem definidos.

Em quaisquer das categorias, privilegiam-se as amostras isoladas face aos conglomerados e as amostras com intervalos inferiores a 100 anos. Com os critérios acima descritos, J. Zilhão define sete categorias (incluindo variantes para amostras isoladas e em conglomerado) admitindo que as amostras de troncos de árvore não devem ser utilizadas para a definição do início do Neolítico numa região atendendo ao chamado efeito de madeira antiga, podendo mesmo constituir árvores do Holoceno antigo (ZILHÃO, 2011). Também para os ossos de *Ovis* se estabelecem critérios muito restritos (MARTINS *et al.*, 2015), incluindo a realização de análises biomoleculares para determinar se se trata de *Ovis* ou *Capra*, sendo que em alguns casos se verificou que ossos classificados como de *Ovis* eram efectivamente de *Capra pyrenaica* (*idem, ibidem*).

Para além da natureza da amostra, é também analisada a fiabilidade da proveniência estratigráfica (BERNABEU AUBAN, 2001; ZILHÃO, 2011), salientando-se a importância de efectuar análises que comprovem a integridade estratigráfica quando se usam amostras de vida curta sem relação directa ou indirecta com o processo de neolitização.

### 2.1.2 – A informação disponível

A Estremadura portuguesa apresenta condições de preservação de matéria orgânica de todo o tipo: vegetal ou animal. Nessas circunstâncias o uso do carvão pode ser descartado, ou somente usado em associação a outro tipo de amostras.

O grau de preservação da matéria orgânica da Estremadura contrasta com outras regiões como a Costa Sudoeste, a margem esquerda do Baixo Tejo ou grande parte do Alentejo, onde muito dificilmente se conserva matéria orgânica. As datações antigas obtidas para essas regiões como Vale Pincel (SILVA & SOARES, 2015) foram questionadas de acordo com os critérios acima mencionados (ZILHÃO, 1998).

Apesar de concordar que a definição cronológica dos inícios do Neolítico deve ser estabelecida através de efectivos indicadores de domesticação, o afastamento de amostras de carvão pode também distorcer a diacronia da neolitização do território português, uma vez que irá sempre privilegiar a Estremadura face a outras regiões, condicionando a nossa leitura. Traduzirá a maior antiguidade da Estremadura e do Algarve Ocidental uma idade real ou aparente, atendendo à conservação desigual com outras áreas regionais?

Na Estremadura, a paisagem e a história das pesquisas no Neolítico antigo, têm individualizado três universos distintos: a “região de Lisboa” (também designada como Península de Lisboa e Setúbal ou Baixa Estremadura), o Maciço Calcário Estremenho e a Alta Estremadura.

A área do Maciço Calcário Estremenho destaca-se e é recorrentemente analisada nos modelos interpretativos do aparecimento do Neolítico no actual território português. Não apenas constitui uma unidade geomorfológica, constituindo um ponto intermédio entre a bacia do Tejo e o Atlântico, como tem um longo historial de pesquisas. Desde Vieira da Natividade (1899-1903), Afonso do Paço e G. Zbyszewski

a Victor S. Gonçalves (1974-1977), foram vários os investigadores que estudaram o Neolítico desta região. A partir dos anos 80 do século XX, a implementação da Carta Arqueológica de Serra de Aires e Candeeiros iniciou um processo de pesquisa continua nesta região (ARAÚJO & ZILHÃO, 1991), no qual se inscrevem as intervenções no Almonda e Caldeirão que suportam os modelos interpretativos de João Zilhão (ZILHÃO, 1992, 1997, 2011, 2017) e de António Faustino Carvalho (ZILHÃO & CARVALHO, 1996; CARVALHO, 2003; CARVALHO, 2008). Os achados da Gruta do Caldeirão e do Almonda permanecem centrais em todos os estudos de síntese, atendendo às suas cronologias recuadas suportadas por datações de amostras muito representativas no estudo das problemáticas da neolitização: osso de ovelha (Caldeirão) e adornos tipologicamente característicos (Almonda).

Quanto à “região de Lisboa”, deve ser realçada a intensa ocupação antrópica aqui registada. Efectivamente, grande parte do território corresponde à Área Metropolitana de Lisboa, actualmente com uma densa ocupação do solo. Esta circunstância poderá ocultar parte significativa das ocupações neolíticas, veja-se o caso da cidade de Lisboa, com escassos contextos neolíticos identificados (VALERA, 2006; MURALHA & COSTA, 2006). Por outro lado, existe maior compartimentação em limites administrativos concelhios, criando grandes desequilíbrios na informação.

A investigação nesta área concentrou-se nas necrópoles e povoados do 4.º e 3.º milénios a.n.e., registando-se contudo alguns achados pontuais que indicavam a presença das fases iniciais do Neolítico, quer em grutas (Correio-Mor: CARDOSO, CARREIRA & FERREIRA, 1996; Furninha: CARDOSO & CARVALHO, 2010-2011; Cova da Moura: DAMBECK *et al.*, 2015 quer em povoados (Salemas: CARDOSO, CARREIRA & FERREIRA, 1996; Olelas: VICENTE & SERRÃO, 1959).

Este panorama começou a alterar-se há cerca de 20 anos quer no âmbito da realização de projectos de investigação (Carrascal: CARDOSO, 2011, 2015; S. Pedro de Canaferrim: SIMÕES, 1999) quer fundamentalmente, no âmbito da arqueologia preventiva (Encosta de Sant’Ana: MURALHA & COSTA, 2006; Lapiás das Lameiras: SIMÕES & LÓPEZ-DORIGA, 2015; LÓPEZ-DORIGA, 2015; DAVIS & SIMÕES, 2015; Palácio dos Lumiares: VALERA, 2006; Cova da Baleia: SOUSA & GONÇALVES, 2015; Moita da Ladra: CARDOSO & CANINAS, 2010).

Existem ainda muitas lacunas de informação e de publicação, mas é com esta base documental que se efectua a presente síntese para as fases mais antigas do Neolítico da região de Lisboa.

No inventário de sítios consideraram-se apenas os locais com alguma informação publicada, existindo outros referenciados apenas no Sistema de Informação Endovélico, mas sem quaisquer publicações. É o caso dos sítios de Almada (Marco Pacheco, Alto do Índio, Torrinha), alvo de escavações arqueológicas e apresentados ao 5.º Congresso do Neolítico Peninsular, mas ainda inéditos.

No actual estado dos conhecimentos registam-se 27 sítios, com uma distribuição relativamente regular ao longo do território, surgindo praticamente em todos os concelhos.

A existência de vazios, como por exemplo o concelho de Torres Vedras, poderá traduzir fenómenos geoarqueológicos de ocultação dos vestígios do Neolítico antigo. O estudo paleoambiental efectuado para o Sizandro revelou “[...] *as primeiras alterações na vegetação por influência antrópica por volta de 5400 cal. BC, aquando do início do cultivo de cereais, entre eles o trigo domesticado. [...] Não se poderá pois continuar a supor que os escassos achados isolados provenientes do Neolítico [...] constituam prova de que influência humana sobre a paisagem até ao III Milénio BC teria sido apenas marginal.*” (DAMBECK *et al.*, 2015).

Registe-se no entanto que a maior concentração de sítios conhecidos ocorre na plataforma litoral a Norte da Serra de Sintra (Sintra e Mafra), onde se encontram alguns dos sítios mais representativos: Lapiás das Lameiras, São Pedro de Canaferrim.

Tabela 1  
**Quadro de referência para o Neolítico antigo e médio na região de Lisboa**  
**5500-3500 a.n.e.**

Sítio	CNS	Concelho	Implantação	Tipo	<sup>14</sup> C	Referências
Amoreiras	31412	Óbidos	Elevação	<i>Habitat</i>		CARDOSO, 2015
Casa da Moura	1120	»	Gruta	Gruta	1	DELGADO, 1867; STRAUS, 1989
Outeiro da Assenta	167	»	Elevação	<i>Habitat</i>		CARDOSO & MARTINS, 2009
Furninha	1637	Peniche	Gruta	Gruta / Necrópole	4*	DELGADO, 1867; CARDOSO & CARVALHO, 2010-2011
Cova da Moura	4008	Torres Vedras	Gruta	»		SPINDLER, 1981
Vale da Mata	3358	»	Área aberta	<i>Habitat</i>		ZILHÃO, 2016
Cova da Baleia	29929	Mafra	Vertente	Habitat / Necrópole	4*	SOUSA & GONÇALVES, 2015
Cabeço de Alcainça	4620	»	Elevação	<i>Habitat</i>		SOUSA, 2010
São Julião	3913	»	Vale (praia)	Achado	30*	SOUSA & SOARES, 2016
Sobreiro		»	Planície	<i>Habitat</i>		SOUSA, 2008
Olelas	1835	Sintra	Elevação	»	7	SIMÕES, 1999
Magoito	10297	»	Vale (praia)	Concheiro	14*	SOARES, 2003
Negrais	1882	»	Planície	<i>Habitat</i>		SIMÕES, 1999
Lapias das Lameiras	6294	»	Planície	Habitat / Necrópole	9	LÓPEZ-DORIGA, 2015; DAVIS & SIMÕES, 2015
S. Pedro de Canaferrim	35	»	Elevação	<i>Habitat</i>	8	SIMÕES, 2003; LÓPEZ-DORIGA, 2015
Penedo da Cortegaça	2683	»	Elevação	»		SIMÕES, 1999
Correio Mor	13117	Loures	Gruta	<i>Habitat</i> / Necrópole	2	CARDOSO, 2010
Salemas	1707	»	Elevação	»	1	CARDOSO <i>et al.</i> , 1996
Baútas	4799	Amadora	Elevação	Habitat		BARBOSA, 2012
Carrascal	13577	Oeiras	Vertente	»	6	CARDOSO, 2015
Encosta de Sant'Ana	16617	Lisboa	Vertente	»	2	MURALHA & COSTA, 2006
Palácio dos Lumiares	17732	»	Elevação	»	2**	VALERA, 2006
Moita da Ladra	19186	V. Franca de Xira	Elevação	»		CARDOSO & CANINAS, 2010
Gaio	11633	Moita	Planície	»		SOARES, COELHO SOARES & SILVA 2004
Casal da Cerca	5677	Palmela	Vertente	»	1	SOARES & SILVA, 2014
Lapa do Fumo	261	Sesimbra	Gruta	Habitat/ Necrópole ?		SERRÃO, 1959
Fonte de Sesimbra	16959	»	Planície	<i>Habitat</i>		BARROS, SOARES & SILVA, 1979
Pinheirinhos	383	»	»	»		SILVA & SOARES, 1986

\* Datações de outras fases cronológicas (anteriores ou posteriores).

\*\* Datações por B-OSL.

A cinzento assinalam-se os sítios com cronologia absoluta.

A pauta de povoamento é bastante diversificada, incluindo sítios de altura (8), ocupações em área aberta em suave vertente ou área aplanada (11) e em gruta (5). Em finais dos anos 90 do século 20, a identificação de Neolítico antigo em plena Serra de Sintra constituiu uma novidade face ao padrão identificado para a Costa Sudoeste onde apenas se regista a implantação em área aberta, solos arenosos, sem qualquer defensibilidade (SIMÕES, 1999). Actualmente conhecemos outros habitats integráveis no Neolítico antigo posicionados em elevações, tais como Moita da Ladra, Olelas ou Cabeço de Alcainça. A diversidade de tipos de implantação correlaciona-se com o relevo da Baixa Estremadura, constituindo um verdadeiro mosaico: estruturas anticlinais com orientação NN-Sudeste, planaltos calcários de uma plataforma litoral arrasada, com vales encaixados na área de Lisboa apenas interrompidos pela Serra de Sintra e as vastas planícies inundadas do vale do Tejo (ZÊZERE, 1988). J. L. Cardoso evidencia a presença de uma estratégia de implantação do povoamento “[...] nas margens do esteiros outrora formados pela penetração de águas salobras do estuário do Tejo, tanto na sua margem norte (Encosta de Sant’Ana) como na margem sul (Gaio), em resultado da disponibilidade, praticamente ilimitada, de recursos.” (CARDOSO, 2010 a, p. 29).

Estes pontos no mapa poderão traduzir a presença de uma rede de povoamento complementar, com sítios especializados como Cova da Baleia ou os concheiros de São Julião e Magoito, sítios residenciais, como Lameiras, Carrascal e sítios temporários como Moita da Ladra (CARDOSO, 2010 a, p. 29). As utilizações funerárias surgem disseminadas em várias tipologias de sítio, incluindo as grutas (Casa da Moura, Correio Mor) e também nos povoados (Salemas e eventualmente Lameiras). Esta leitura é naturalmente provisória, atendendo a que muitos dos sítios foram escavados em áreas reduzidas ou que permanecem sem publicações, limitando a sua análise.

Alguns dos sítios do Neolítico antigo e médio apresentam outras fases de ocupação, anteriores e posteriores.

Em termos de sítios com ocupação anterior, devem citar-se os concheiros de São Julião e Magoito (SOUSA & SOARES, 2016), onde se registam ocupações desde o Mesolítico antigo (cronozona Boreal) e sucessivas reocupações. Estes concheiros situam-se justamente na Plataforma litoral a Norte da Serra de Sintra e face à natureza dos trabalhos efectuados (intervenções curtas, não programadas) não é possível averiguar se existiu continuidade de ocupação durante a diacronia e se foram sincrónicos às ocupações em Lameiras (a 15 km de distância) ou de São Pedro de Canaferrim (a 25 km de distância).

Outros sítios apresentam ocupações posteriores, mas raros são os casos em que se podem admitir relações de continuidade de ocupação. Os estratos neolíticos detectados em São Pedro de Canaferrim (Sintra) ou Moita da Ladra (Vila Franca de Xira) foram sobrepostos a ocupações posteriores, no primeiro caso da Idade do Bronze Final (e Medieval Islâmico), e no segundo caso, do Calcolítico. Em alguns dos sítios da Plataforma litoral a Norte da Serra de Sintra, poderia considerar-se a existência de ocupação em continuidade, nomeadamente em Lapiás das Lameiras (MENDES, JORDÃO & SIMÕES, 2004, 2005), onde inclusivamente se refere a presença de um estrato do Neolítico médio. Apesar da escassa informação estratigráfica, esta situação pode também ter ocorrido em Penedo da Cortegaça, em Olelas e em Negrais (SOUSA, 1998; SIMÕES, 1999).

Se limitarmos o nosso universo de estudo aos sítios com datações absolutas, o contingente é bastante mais reduzido, incluindo apenas nove sítios (cf. Tabela 2) com informação muito desigual.

Aplicando o crivo de fiabilidade enunciado a partir dos critérios de João Zilhão (2001, 2011), A. Faustino Carvalho (2003) ou Bernabeu Auban (2006), podemos hierarquizar as datações da região de Lisboa em grandes categorias:

1. Datações directas sobre vestígios directos de domesticação: Lameiras e São Pedro de Canaferrim;
2. Amostras de vida curta que datam indirectamente o Neolítico: Lameiras, Casa da Moura, Gruta do Correio Mor;



3. Amostras de vida curta em contextos estratigraficamente bem definidos: Carrascal, São Pedro de Canaferrim, Magoito;
4. Amostras de carvão não identificado, podendo corresponder a troncos de árvores de vida longa, integrados em contextos estratigraficamente bem definidos: São Pedro de Canaferrim, Correio Mor, Casal da Cerca, Encosta de Sant'Ana;
5. Datações com um intervalo de tempo superior a 100 anos: Salemas, Encosta de Sant'Ana.

### 1.2.3 – Neolítico antigo

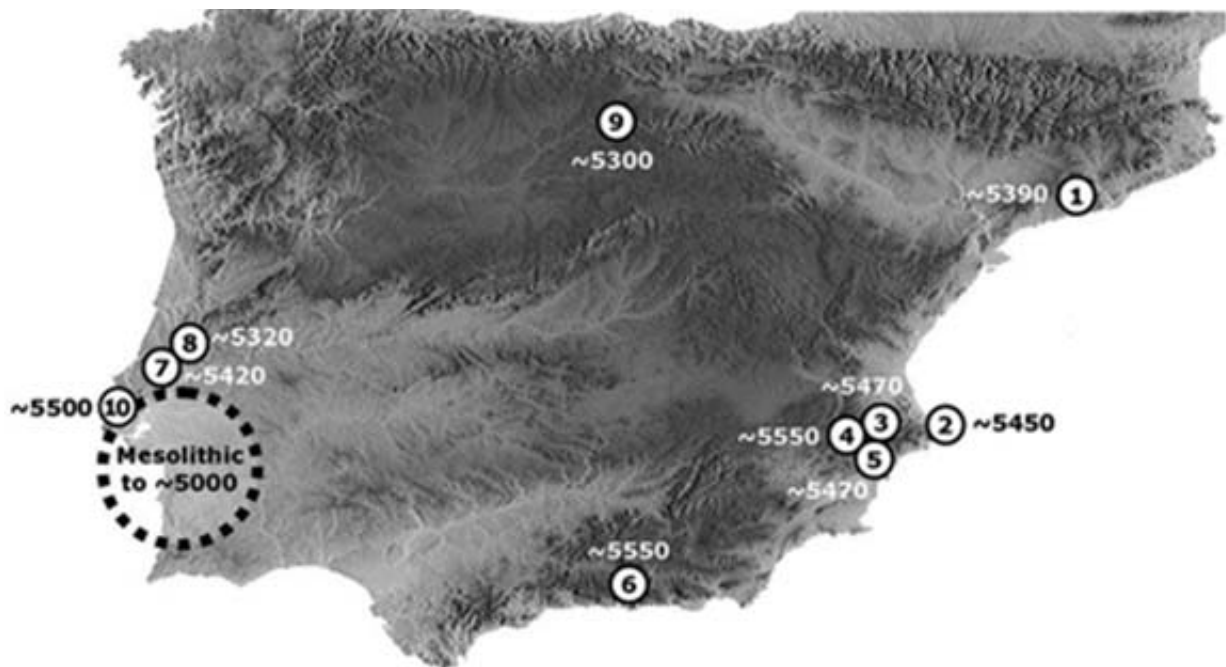
#### 1.2.3.1 – A primeira fase de neolitização da região de Lisboa: 5500-5300 cal BCE

- *Lameiras*

O sítio localiza-se em área actualmente urbana, na aldeia das Lameiras, a Sul do Concelho de Sintra, a 10 km da Serra de Sintra e a 9 km do Oceano Atlântico. Implanta-se em área plana (143 m), situando-se na bacia hidrográfica da Ribeira de Cheleiros, na área terminiar da Plataforma Litoral a Norte da Serra de Sintra.

Apesar de se encontrar numa área muito antropizada, conservam-se ainda formações calcárias de tipo lapiás: “*El yacimiento se situa en un área de lapia-ces muy desarrollados, en donde los afloramientos de caliza se elevan a más de 3 m del nivel actual del suelo.*” (LÓPEZ-DORIGA & SIMÕES, 2015, p. 100).

No actual território português, os campos de lapiás mais paradigmáticos são sem dúvida os conjuntos da Pedra Furada, designação genérica para o conjunto de lapiás em torno de Negrals, situado a cerca de 15 km de Lameiras. Esta área é caracterizada por um substrato geológico de Calcário Turoniano e Cenomaniano,



**Fig. 4** – Mapa de localização das mais antigas amostras domésticas à escala peninsular (ZILHÃO, 2011, p. 51 adaptado): 1 – Can Sadurni, 2 – Cendres, 3 – El Barranquet, 4 – Mas d’Is, 5 – La Falaguera; 6 – Nerja; 7 – Almonda; 8 – Caldeirão; 9 – El Mirador, 10 – Lameiras.

Tabela 2  
Datações do Neolítico antigo e médio na região de Lisboa

Ref. <sup>a</sup> Lab.	Tipo amostra	Contexto	Data convencional	Data cal.	Bibliografia
			(BP)	(2σ) Cal BC*	
<b>LAPIÁS DAS LAMEIRAS</b>					
OxA-29109	Osso ( <i>Ovis</i> )	U.E. 53	6497 ± 34	5507-5375	DAVIS & SIMÕES, 2015
OxA-29110	Osso ( <i>Ovis</i> )	U.E. 53	6494 ± 34	5517-5374	
OxA-24829	Semente ( <i>Hordeum vulgare</i> )	U.E. 39	6424 ± 32	5473-5331	LÓPEZ-DORIGA, 2015
OxA-24832	Semente ( <i>Triticum dicoccum</i> )	U.E. 27	6381 ± 34	5468-5309	
OxA-24830	Semente ( <i>Hordeum vulgare</i> )	U.E. 10	6327 ± 32	5367-5223	
OxA-24833	Semente ( <i>Triticum monococcum</i> )	U.E. 26	6310 ± 33	5352-5219	
OxA-29111	Osso ( <i>Ovis</i> )	U.E. 27-2	6314 ± 33	5357-5220	
OxA-24831	Semente ( <i>Triticum nudum</i> )	U.E. 26	6256 ± 32	5315-5079	LÓPEZ-DORIGA & SIMÕES, 2015
OxA-24533	Osso ( <i>Homo</i> )		6256 ± 35	5315-5078	
OxA-29234	Osso ( <i>Ovis</i> )	U.E. 53	6186 ± 36	5286-5019	DAVIS & SIMÕES, 2015
<b>SÃO PEDRO DE CANAFERRIM</b>					
OxA-24906	Semente ( <i>Triticum dicoccum</i> )	U.E. 57	6257 ± 35	5316-5078	LÓPEZ-DORIGA, 2015
OxA-24894	Semente ( <i>Triticum monococcum</i> )	U.E. 70-1	6240 ± 45	5313-5061	
Beta-164713	Carvão ( <i>Erica umbellata</i> )	U.E. 70-1	6240 ± 40	5310-6066	SIMÕES, 2003
Beta-146714	Carvão ( <i>Erica umbellata</i> )	U.E. 49-7	6200 ± 40	5295-5045	
OxA-24834	Semente ( <i>Hordeum vulgare</i> )	U.E. 62	6179 ± 33	5221-5026	LÓPEZ-DORIGA, 2015
OxA-24835	Semente ( <i>Triticum nudum</i> )	U.E. 49	6176 ± 32	5219-5030	
ICEN-1151	Carvão	U.E. 150/-152	6020 ± 60	5195-4730	SIMÕES, 1999
ICEN-1152	Carvão	U.E. (-185)	6070 ± 60	5207-4836	
<b>CARRASCAL</b>					
Beta-276401	Osso ( <i>Bos Taurus</i> )		6280 ± 40	5358-5080	CARDOSO, 2015
Beta-296583	Osso ( <i>Sus</i> sp)		6270 ± 40	5324-5077	
Beta-276403	Osso ( <i>Bos Primigenius</i> )		6230 ± 40	5306-5061	
Beta-296581	Osso ( <i>Sus</i> sp)		6190 ± 40	5290-5026	
Beta-296582	Osso ( <i>Ovis / capra</i> )		6200 ± 40	5295-5045	
Beta-29684	Osso ( <i>Sus</i> sp)		6160 ± 40	5217-5000	
<b>GRUTA DO CORREIO MOR</b>					
ICEN-1099	Carvão	Lareira	6350 ± 60	5468-5221	CARDOSO, CARREIRA & FERREIRA, 2003
Sac-1717	Osso humano	Enterramento	6330 ± 60	5472-5209	CARDOSO, 2010
<b>CASA DA MOURA</b>					
TO-953	<i>Homo</i>		5990 ± 60	5019-4725	STRAUS, 1989
Sac-1990	Concha ( <i>Mytilus</i> )		6070 ± 60	5207-4836	
<b>SALEMAS</b>					
Sac-198	Carvão		6320 ± 350		CARDOSO, CARREIRA & FERREIRA, 2003
<b>CASAL DA CERCA</b>					
Beta-235886	Carvão	Qs.N-O/8-9; C. 2 base	6160 ± 50	5284-4958	SILVA & SOARES, 2014
<b>MAGOITO</b>					
ICEN-424	<i>Patella spp.</i>		6080 ± 80		SOARES, 2003
ICEN-425	»		6030 ± 80	4590-4240	
ICEN-471	<i>Thais haemastoma</i>		5970 ± 120	4610-4040	
ICEN-426	<i>Mytilus sp.</i>		4720 ± 45		
ICEN-427	»		4690 ± 60	3020-2660	
ICEN-539	»		4890 ± 45		
ICEN-540	»		4970 ± 45		
<b>ENCOSTA DE SANT'ANA</b>					
Sac-1893	Carvão		5420 ± 45	4355-4075	MURALHA & COSTA, 2006
Sac-1894	»		5140 ± 140		
Sac-1990	<i>Mytilus</i>		6070 ± 60	5210-4810	

\*Segundo as curvas de calibração IntCal13 (amostras da biosfera terrestre) e Marine13 (amostras da biosfera marinha) de Reimer *et al.*, 2013 e com base no programa CALIB rev7.0 (STUIVER & REIMER, 1993). Utilizou-se para ΔR o valor de 95 ± 15 anos <sup>14</sup>C (SOARES e Dias, 2006).

com circulação de água subterrânea de natureza cársica e fenómenos de vulcanismo episódico. O processo de desagregação e evolução dos lapiás está aqui representado nas suas diversas facetas, inclusive com as “ilhas de terra rossa” resultantes desta desagregação.

Não se tratando de sítios com estruturas defensivas, a protecção visual e tutelar oferecida pelos penedos, constitui um factor determinante para a fixação de comunidades ao longo de uma cronologia bastante alargada. Em Negrais, tal como em Lameiras, está documentada ocupação Paleolítica, do Neolítico antigo, Neolítico final e Calcolítico final com campaniforme (SIMÕES & SOUSA, 1999).

A detecção e intervenção de Lameiras resultou de uma acção de arqueologia preventiva do Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas, em sequência de destruição parcial do sítio. Apesar deste facto, pode-se considerar que Lameiras apresenta um excelente estado de preservação dos contextos: “*La mayor parte de los estratos fue destruida por la iniciación de los trabajos de cimentación; sin embargo, los contextos que escaparon a la destrucción se encontraban intactos y en muy buen estado de conservación.*” (LÓPEZ-DORIGA & SIMÕES, 2015, p. 101).

Os trabalhos arqueológicos decorreram entre 2002 e 2005, sob direcção de Teresa Simões (2002) e em 2004 e 2005 com a co-direcção de Pedro Mendes e Patrícia Jordão. A informação publicada é ainda muito escassa e dispersa, relacionada exclusivamente com estudos interdisciplinares, nomeadamente a arqueozologia (DAVIS & SIMÕES, 2015) e a paleobotânica (LÓPEZ-DORIGA & SIMÕES, 2015; LÓPEZ-DORIGA, 2015). A informação estratigráfica foi sumariamente apresentada nos estudos acima mencionados e nos relatórios técnico-científicos depositados no Arquivo da Arqueologia Portuguesa, Direcção Geral do Património Cultural (MENDES, JORDÃO & SIMÕES, 2004; MENDES, JORDÃO & SIMÕES, 2005).

Lameiras apresenta uma longa diacronia de ocupação, iniciando-se no Paleolítico médio, Musteriense (DAVIS & SIMÕES, 2015). A área onde se concentram as ocupações mais antigas foi destruída antes das intervenções arqueológicas, mas parece haver um largo hiato entre as ocupações do Paleolítico médio e as do Neolítico. A ocupação do Neolítico antigo encontra-se especialmente documentada pela presença de 11 fossas (LÓPEZ-DORIGA, 2015). Aparentemente poderá existir uma sequência contínua de ocupação desde o 6.º ao 4.º milénio (MENDES, JORDÃO & SIMÕES, 2005), estando presente um estrato entre as primeiras ocupações do Neolítico antigo e as do Neolítico final. A informação disponível (MENDES, JORDÃO & SIMÕES, 2004) refere que a fase do Neolítico médio oferece grandes dificuldades interpretativas, quer por questões sedimentares / estratigráficas quer pela ausência de fósseis indicadores conhecidos (MENDES, JORDÃO & SIMÕES, 2004, p. 21). A ocupação do Neolítico final é muito significativa: “[...] Este é o período mais bem representado no *Lapias* das Lameiras cujos vestígios estão melhor representados”. (MENDES, JORDÃO & SIMÕES, 2005, p. 21). Finalmente estão documentadas ocupações do Calcolítico (DAVIS & SIMÕES, 2015).

O estudo crono-estratigráfico desta importante sequência poderá fornecer importantes elementos quer para a Neolitização regional e peninsular quer no quadro da sequência das antigas sociedades camponesas na Estremadura.

Até ao momento foram publicadas 10 datações, das quais nove se reportam a contextos do Neolítico antigo (6.º milénio) e uma ao Neolítico final (embora com uma cronologia muito recente, como veremos adiante. Todas as datações foram efectuadas sobre amostras de vida curta, registando reduzidos intervalos de tempo.

Como acima referido, a ocupação do Neolítico antigo corresponde essencialmente a fossas, as quais apresentam planta circular e profundidades várias: U.E. 39 e 26 com 80 cm de profundidade, a U.E. 27 com 60 cm de profundidade. Na interpretação destas estruturas negativas referem-se várias fases e tipos de uso, em alguns dos casos com uma função inicial como silo e outras como áreas de lixeira: “*Los macrorrestos vegetales*

*proviene de dichas estructuras, que parecen haber sido principalmente utilizadas como basureros, aunque existen casos en los que su función inicial fue probablemente como silo. En su interior se conservan testimonios de una ocupación intensa: cerámica, útiles líticos y óseos, objetos de adorno, restos de fauna y carbones.*” (LÓPEZ-DORIGA & SIMÕES, 2015). Entre os materiais depositados no interior das fossas registam-se elementos de moagem (LÓPEZ-DORIGA, 2015, p. 104) e fauna doméstica, o que reforça o carácter doméstico das primeiras ocupações de Lameiras. Refere-se ainda a presença de lareira no interior de uma das fossas (U.E. 43).

Deve ser destacado o rigor nos trabalhos arqueológicos em Lameiras, com a recolha integral do sedimento, o qual foi parcialmente crivado à mão e uma amostra com flutuação (LÓPEZ-DORIGA, 2015, p. 106). Os excelentes resultados obtidos em Lameiras evidenciam a necessidade de proceder a este tipo de recolhas sistematicamente, podendo talvez inverter a enorme lacuna de informação quer para a Pré-História quer para épocas mais recentes.

O estudo paleobotânico evidenciou a relevância dos cereais (*Hordeum vulgare*, *Triticum dicoccum*, *Triticum monococcum* e *Triticum nudum*). Os cereais surgem frequentemente associados na mesma fossa, bem como outros macrorrestos vegetais. A escassez de cereal vestido, palha e outras plantas poderá traduzir tafonomia (maior probabilidade de combustão das sementes de cereal despido, por exemplo, pior preservação dos legumes) e práticas agrícolas, com reaproveitamento de palhas e folhas para a pastorícia (LÓPEZ-DORIGA, 2015).

Para além das fossas, foram detectadas outras estruturas associadas à ocupação do Neolítico antigo, “*algumas de difícil caracterização*” (MENDES, JORDÃO & SIMÕES 2005, p. 22). Na campanha de 2005 foram referidas várias estruturas pétreas, um buraco de poste e uma mancha de argila. A cerca de 20 km, no sítio da Cova da Baleia (Mafra), foi encontrado um sítio com inúmeras estruturas de argila tipo forno do Mesolítico antigo e estruturas de argila informes do Neolítico antigo (presença de cardial e outros fósseis directores).

Deve também ser referida a abundância de fauna mamalógica: “[...] *primarily from domesticated species (sheep, goat and pig, mainly, also horse?) but wild animals have also been recovered (roe deer).*” (LÓPEZ-DORIGA, 2015, p. 104). A importância do conjunto faunístico de Lameiras foi salientada pelos autores do estudo: “*Lameiras is the first excavation of a Neolithic site in Portugal that has provided a substantial quantity of animal bones which include, as we shall describe, many of sheep. The abundance of bones from this zooarchaeologically little-known period in Portugal makes this an important faunal assemblage.*” (DAVIS & SIMÕES, 2015, p. 54). O bom estado de conservação do conjunto faunístico permitiu a correcta classificação de um número significativo de *Ovis*. A dificuldade em distinguir *capra* e *ovis* tem vindo a ser salientada, referindo-se a necessidade de efectuar análises bioquímicas (MARTINS *et al.*, 2015). No caso de Lameiras, o bom estado de preservação permitiu a conservação das partes anatómicas identificáveis (astrágalo, úmero, dente molar decidual, falange terminal). A imagem global indica um número superior de ovelhas: para cada três ovelhas regista-se uma cabra (DAVIS & SIMÕES, 2015, p. 59). A escassez de animais selvagens, nomeadamente de veado e cabra é interpretada como resultado de uma densa ocupação na Estremadura.

Em algumas das fossas está também presente a fauna malacológica, destacando-se as espécies de substrato rochoso como o *Mytilus* sp., *Thais Haemastoma*, e uma presença mais reduzida de espécies de ambiente estuarino como a *Venerupis decussata* e a *Scrobicularia plana* (ALVAREZ FERNÁNDEZ *et al.*, 2012 *apud* LÓPEZ-DORIGA, 2015). Este panorama é substancialmente distinto do que se verifica no concheiro de São Julião (Mafra), localizado a cerca de 15 km de Lameiras. Neste sítio, os contextos datados da primeira metade do 6.º milénio registam uma diversidade faunística entre os diversos contextos intervencionados,



alguns evidenciando uma presença mais representativa de espécies de substrato rochoso e outros de ambiente estuarino (SOUSA, MIRANDA & SOARES, 2016).

Deve ainda referir-se que o  $\delta^{13}\text{C}$  do osso humano datado de Lameiras (OxA-24533) parece indicar uma dieta terrestre (-19,39%), tal como apontam os valores obtidos para Correio Mor (21,12 %) e para Salemas (18,8%).

As nove datações disponíveis para o Neolítico antigo de Lameiras constituem o *corpus* mais significativo de datações, quer da região de Lisboa, quer do actual território português. O programa de datações visou claramente a obtenção de datas obtidas sobre amostras significativas para o estudo do processo de neolitização: cereal, ovelha e homem. As datas obtidas parecem apontar dois patamares balizados entre 5517 e 5077 cal BCE. O primeiro momento ocorre entre 5517 e 5333 e o segundo entre 5286 e 5077 cal BCE. A existência deste faseamento (Neolítico antigo e Neolítico antigo evoluído) necessitaria de ser aferida com o enquadramento estratigráfico e da cultura material associada.

Das nove datações absolutas publicadas para a ocupação do Neolítico antigo de Lameiras, cinco datam o enchimento destas fossas através da datação directa sobre sementes de cereal, correspondendo aos cinco diferentes tipos de cereal detectados no local: *Hordeum vulgare*, *Triticum dicoccum*, *Triticum monoccocum* e *Triticum nudum*. As datações foram obtidas sobre amostras de cinco fossas diferentes.

Entre as cinco datações obtidas sobre cereal, pelo menos uma delas (OxA-24829, *Hordeum vulgare*) apresenta uma cronologia mais recuada, de meados do 6.º milénio, em associação a duas das datas obtidas sobre ossos de *Ovis* (OxA-29109 e OxA-29110).

As datações sobre ovelha foram efectuadas sobre partes osseas que permitem a distinção da cabra (úmero distal e metacarpo distal), o que reforça a fiabilidade da amostra. As datações antigas de *Ovis* foram obtidas na U.E 53: “[...] *camada de sedimento barro-limoso, com algum cascalho de calcário e, ocasionalmente, com calhaus, compacta [...] Possui uma grande densidade de materiais arqueológicos [...]*” (MENDES, JORDÃO & SIMÕES, 2004).

Quanto à datação sobre osso humano, a informação publicada é residual não se indicando nem a diagnose etária e sexual nem a parte do osso. De qualquer forma, está indicado que o osso humano estaria na camada superficial, traduzindo possíveis remeximentos. Nos relatórios refere-se que o estrato superficial teria lixo (MENDES, JORDÃO & SIMÕES, 2004). A presença de restos humanos em contextos de abandono ou de revolvimento surge em variados tipos de contextos e cronologias, traduzindo possivelmente distintos significados. A presença de ossos humanos no povoado calcolítico do Penedo do Lexim (a escassos 5 km) parece integrar-se numa fase terminal do povoado, associado a fendas rochosas. Ainda não foi possível datar a inumação presente em Cova da Baleia, sendo de admitir a probabilidade que seja do Neolítico antigo, atendendo à sequência estratigráfica.

Tudo indica que o “pacote neolítico” em Lameiras estivesse completo, com cerâmica e pedra polida. Existem contudo poucos elementos sobre a cultura material. Nos relatórios de trabalhos arqueológicos nunca se refere a presença de cerâmica cardial: “*As formas cerâmicas identificadas nesta U.E. são essencialmente fechadas, de tipo esférico e ovóide. Há uma grande percentagem de fragmentos decorados com técnica impressa, incisa, plástica e mista. As gramáticas decorativas podem ser simples, como ungulações, bandas paralelas, motivos em espiga, cordões plásticos, ou complexas, como as metopadas.*” (MENDES, JORDÃO & SIMÕES, 2004).

A amostra obtida para Lameiras constitui um referencial para todo o Neolítico peninsular. Os dados absolutos têm ainda de ser aferidos com os dados relativos (estratigrafia, cultura material), para uma efectiva compreensão do tema. Seria também importante complementar as datações com outras amostras das fossas e de outros contextos.

- *Gruta do Correio Mor*

A gruta de Correio Mor corresponde a uma cavidade cársica destruída em 1974 pelo trabalho de pedreiras. Localizando-se no actual concelho de Loures, em área relativamente próxima do estuário do Tejo e do Rio Trancão, apenas a 5 km do sítio Neolítico da Pedreira das Salemas.

Intervencionada em 1974 por O. da Veiga Ferreira, G. Zbyszewski e M. Leitão, apresenta uma longa sequência de ocupação desde o Paleolítico Médio até à Idade do Bronze (CARDOSO, CARREIRA & FERREIRA, 1996). A ocupação Neolítica parece apresentar um carácter doméstico: “*O Neolítico corresponde ao nível 5 do referido corte. A ele se pode reportar uma importante acumulação de carvões e cinzas, resultante de prolongadas combustões efectuadas em área circunscrita do interior da gruta, talvez de carácter habitacional, atendendo à escassez de restos humanos exumados na cavidade.*” (CARDOSO, CARREIRA & FERREIRA, 1996, p. 10).

Em 1996 foi obtida uma datação absoluta para este nível (ICEN-1099), apontando para uma cronologia recuada no 6.º milénio, entre 5431-5146 cal BCE (CARDOSO, CARREIRA & FERREIRA, 1996). Sendo uma amostra de carvão sem identificação de espécie, tornou-se necessário proceder a nova datação sobre amostra mais fiável, escolhendo-se uma amostra sob osso humano, que veio confirmar a primeira datação (Sac-1717) (CARDOSO, 2010 a). Foram efectuadas outras datações de ossos humanos que indicaram uma cronologia do 4.º e 3.º milénio, evidenciando a continuidade de práticas funerárias em gruta, característica estremenha.

As práticas funerárias destas comunidades do Neolítico antigo são ainda pouco conhecidas, sendo admissível que se registem deposições funerárias em contexto doméstico, quer em gruta (Correio Mor e Salemas) quer em habitat aberto (Lameiras).

A esse respeito, referia Rui Boaventura: “*No sítio da Pedreira das Salemas, a datação ICEN-351, com um intervalo de 5300-4610 cal BCE, sobre osso de um enterramento na diáclase do lapiás, num local onde se pensa também ter existido um espaço habitacional, parece denunciar a promiscuidade entre o espaço funerário e o de habitação.*” (BOAVENTURA, 2009, p. 338). A datação de Salemas regista um desvio padrão muito elevado ( $\pm 120$  anos), o que limita o uso operativo da datação.

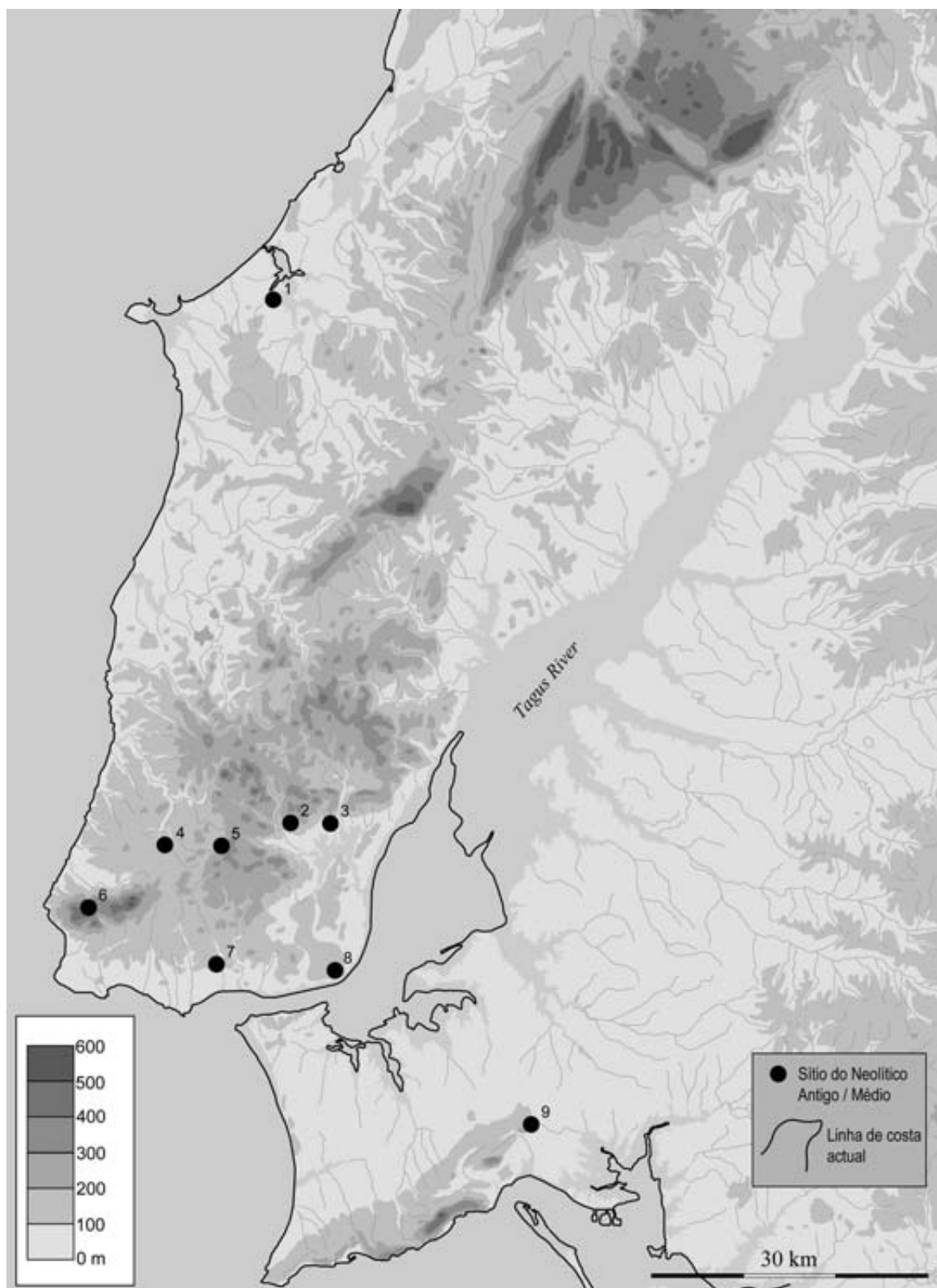
O conjunto cerâmico associado a Correio Mor (e Salemas) regista decoração impressa e incisa, incluindo a técnica de *punto y raya*. O repertório de formas inclui grandes recipientes de armazenamento com elementos de prensão, vasos de colo alto, esféricos, taças e vasos tipo saco (CARDOSO, CARREIRA & FERREIRA, 1996). A cerâmica cardial parece estar ausente.

- *A antiguidade do processo de neolitização na região de Lisboa*

Na região de Lisboa, o número de sítios com datações de confiança elevada é muito significativo, registando-se duas gerações de datações. Numa primeira fase foram datados sítios através de carvões não identificados (São Pedro de Canaferrim e Correio Mor). Estas datações foram recentemente complementadas através de novas datações de amostras de vida curta. O panorama é único no actual território português, em termos do número de datações e da sua qualidade.

Revestem-se de grande importância as datações obtidas para Lapiás das Lameiras (DAVIS & SIMÕES, 2015; LÓPEZ-DORIGA, 2015) e para São Pedro de Canaferrim (LOPEZ DORIGA, 2015; SIMÕES, 2003), atendendo que se tratam de amostras de absoluta confiança para datar o início do Neolítico: cereal e ovelha.

No actual território português apenas conhecíamos um sítio com datação directa sobre indicadores de domesticação, proveniente da Gruta do Caldeirão (ZILHÃO, 1992). Esta amostra foi recentemente alvo de uma análise biomolecular que comprovou a sua classificação como *Ovis Aries* (MARTINS *et al.*, 2015). À escala peninsular, são também escassos os contextos com datação directa sobre cereal ou ovelha: Can Sadurni. El Barranquet, La Falguera, Cova de Cendres, Mas d’Is, Cueva de Nerja, El Mirador, La Lampara, Revilla del Campo (ZILHÃO, 2011, p. 51).



**Fig. 5** – Sítios de *habitat* do Neolítico antigo / médio com datações radiocarbónicas na região de Lisboa: 1 – Casa da Moura; 2 – Correio Mor; 3 – Salemas; 4 – Lameiras; 5 – Olelas; 6 – São Pedro de Canaferrim; 7 – Carrascal; 8 – Encosta de Sant’Ana; 9 – Casal da Cerca. Base Cartográfica Maya Langley e Rui Boaventura.

As datações obtidas para Lameiras revestem-se ainda de um significado maior, pois duas delas indicam uma cronologia muito recuada, ligeiramente mais antigas do que a datação da Gruta do Caldeirão (OxA-1035 – 6330 ± 80 – 5500-5140 cal BCE a 2α). As datações sobre osso de Ovis de Lameiras – OxA-29110 (6494 ± 34 BP – 5517-5374 cal BCE a 2α) e OxA-29109 (6497 ± 34 BP – 5521-5375 cal BCE a 2 α) são praticamente contemporâneas de Cova de Cendres, La Falguera ou El Barranquet. Este facto parece corroborar as recentes propostas de uma difusão ainda mais rápida do que inicialmente equacionado, na ordem dos 5 km / ano (ISERN, 2017). Esta velocidade de difusão pode ser explicada pelo modelo de colonização pioneira marítima (ZILHÃO, 1997), indicando também um subsequente crescimento demográfico exponencial da ordem dos 2,3% (ISERN *et al.*, 2017, p. 902), possivelmente indicando interacção com grupos de caçadores recolectores.

Os autores que têm defendido o modelo pioneiro marítimo, destacam sempre a sua instalação em zonas com baixa densidade populacional como seria o Maciço Calcário Estremenho e, de alguma forma, o Algarve Ocidental (ZILHÃO, 2003; CARVALHO, 2008). A região de Lisboa seria apenas ocupada numa segunda fase: *“Colonização de regiões despovoadas – a Baixa Estremadura – mas em cronologias ulteriores e já numa fase de expansão do sistema produtor, sendo desconhecidas as razões para o carácter mais tardio desse processo.”* (CARVALHO, 2008).

As datações absolutas disponíveis parecem não deixar dúvidas que a neolitização da região de Lisboa é tão ou mais antiga do que a do Maciço Calcário Estremenho. Para além das das Lameiras, devem ser consideradas as datações da Gruta do Correio Mor, especialmente o osso humano, também com datações recuadas (Sac-1717: 6330 ± 60 BP – 5422-5090 cal BCE a 2α). A propósito das datações de Correio Mor, refere-se que *“[...] as produções cardiais podem não ser determinantes para o faseamento do Neolítico antigo na Estremadura, designadamente quanto à atribuição ao Neolítico antigo Pleno apenas das estações onde abundam.”* (CARDOSO, 2015, p. 31)

### 1.2.3. Neolítico antigo de segunda geração: evolucionado?

Com a informação cronométrica disponível, é difícil fazer segmentações estritas. Resulta especialmente complexo o conceito de Epicardial, que não se aplica à realidade da região de Lisboa, e mesmo o conceito de Neolítico antigo, antigo pleno e evolucionado é de alguma forma artificial. Também Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares optam por apenas separar duas realidades: Neolítico antigo inicial, de meados e terceiro quartel do 6.º milénio e Neolítico antigo evolucionado, correspondendo ao último quartel do 6.º milénio e meados/terceiro quartel do 5.º milénio (SILVA & SOARES, 2015, p. 94).

Embora alguns autores considerem ainda como Neolítico antigo (pleno), os contextos do 6.º milénio e que o Neolítico antigo evoluído corresponda já ao 5.º milénio (CARVALHO, 2012, p. 187), esta circunstância não se encontra claramente documentada na região de Lisboa. Da segunda fase do Neolítico, apenas estão datados os povoados de São Pedro de Canaferrim, Carrascal e Casal da Cerca, todos de finais do 6.º milénio. Não existe informação cronométrica para quaisquer contextos da primeira metade do 5.º milénio, o que dificulta mais a sua leitura.

Em termos absolutos, o Neolítico antigo evolucionado corresponde aos momentos de consolidação e expansão em todo o território peninsular, incluindo o Alentejo interior (DINIZ, 2007; GONÇALVES, SOUSA & COSTEIRA, 2013), a Meseta (GARRIDO PENA *et al.*, 2012) e o Norte (RODRIGUES, 2011). Aparentemente na região de Lisboa verifica-se uma fase de neolitização “pioneira” com sítios como Lameiras, seguindo-se uma fase de disseminação do povoamento em vários ambientes.



- *São Pedro de Canaferrim*

O sítio de São Pedro de Canaferrim localiza-se em plena Serra de Sintra (385 m e 402 m de altitude), na sua vertente Norte, apenas a 15 km de Lameiras. Apresenta vários *loci* entre os penedos graníticos, destacando-se as escavações no *locus* 1 e 2.

Trata-se de um sítio com longo historial de pesquisas relacionado com programas específicos de investigação e valorização na Serra de Sintra, classificada como Património Mundial desde 1995. O actual coberto florestal, o uso como parque natural e a longa história de ocupação pós neolítica (Bronze, Medieval) constituem factor que dificulta a detecção de superfície. Foi justamente na sequência de trabalhos arqueológicos do Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas em 1981 que foram identificados os estratos de ocupação neolítica (SIMÕES, 1999). O seu estudo e interpretação apenas seriam efectuados posteriormente por Teresa Simões, realizando três campanhas de escavação nos anos de 1993, 1995, 1998 e 2000 (SIMÕES, 1996, 1999, 2003). Recentemente a área anexa foi objecto de intervenções (2009-2012) integradas num programa de valorização do local (SOUSA & CARVALHO, 2015).

Apesar da complexidade estratigráfica do sítio, com sucessivas ocupações pós neolíticas, os contextos pré-históricos evidenciaram grande relevância para o estudo do Neolítico antigo.

Desde o início dos primeiros trabalhos que se observou o carácter atípico do modelo de implantação, em montanha, contrastando com a pauta até então conhecida no ocidente peninsular (SIMÕES, 1996). Actualmente conhecemos na região de Lisboa outros locais de altura ocupados durante o Neolítico antigo, como Moita da Ladra ou Cabeço de Alcainça mas não constituem uma verdadeira ocupação de montanha, como São Pedro de Canaferrim.

Apesar dos contextos neolíticos terem sido possivelmente afectados por remobilizações pós-neolíticas, conservam-se ainda várias estruturas negativas, interpretadas por Teresa Simões como silos, por vezes apresentando sinais de combustão na base da fossa e registando sucessivos preenchimentos de tipo lixeira. A inexistência de outras estruturas ou estratos pode ter uma explicação tafonómica ou traduzir a especificidade de ocupação (SIMÕES, 2003, p. 131), eventualmente com a área central do habitat situado noutra área da Serra de Sintra.

A presença de um espólio abundante (cerâmica, pedra lascada, polida e afeiçoada), as evidências de armazenamento, do qual “*não restam senão os contentores, estruturais ou móveis*” (SIMÕES, 2003, p. 131) e as evidências de agricultura (LÓPEZ-DORIGA, 2015), evidenciam o carácter permanente do sítio, embora Teresa Simões hesite em classificá-lo como povoado. Praticamente não se preservaram restos faunísticos, estando apenas identificado um grande mamífero e pequenos artiodáctilos (SIMÕES, 2003, p. 126).

Estão publicadas oito datações, obtidas em três momentos diferentes (SIMÕES, 1999; SIMÕES, 2003; LÓPEZ-DORIGA, 2015). Numa primeira fase, as datações foram feitas pelo método convencional e sem a identificação de espécie (ICEN-1151, ICEN-1152: SIMÕES, 1999), posteriormente optou-se por datações por A.M.S. usando-se espécies arbóreas de vida curta (Beta-146714, Beta-164713: SIMÕES, 2003). Finalmente, após o estudo paleobotânico foi possível datar sementes de cereal, escolhendo-se também os quatro tipos presentes no local – *Hordeum vulgare*, *Triticum dicoccum*, *Triticum monococcum*, *Tricutum nudum* (LÓPEZ-DORIGA, 2015).

No caso de São Pedro de Canaferrim verificou-se grande coerência das datações absolutas, independentemente do método e tipo de amostra utilizado. Naturalmente que as datações sobre trigo e cevada se revestem de especial interesse para o estudo da sua introdução no território peninsular, mas não alteraram o quadro cronológico indicado pelas amostras de carvão. Aliás, a datação mais recente é sobre carvão indeterminado (ICEN-4730).

O âmbito cronológico está balizado entre 5316 e 4730 cal BCE, correspondendo a uma segunda fase do Neolítico antigo, já evolucionado. Em Lameiras está documentada uma ocupação com o mesmo espectro cronológico, sendo possível a sua interligação. Numa leitura indirecta através da cultura material, nomeadamente da cerâmica decorada impressa e incisa (não cardial) presente em São Pedro de Canaferrim, pode aferir-se a cronologia de outros sítios com cultura material similar na área da Plataforma litoral a Norte da Serra de Sintra: Penedo da Cortegaça, Olelas e São Julião. Os momentos subsequentes do 5.º milénio não estão documentados cronometricamente, sendo possível a sua presença em Lameiras, Olelas e Penedo da Cortegaça.

- *Carrascal*

O povoado do Carrascal localiza-se em Oeiras, a meia encosta do vale da Ribeira de Barcarena, situando-se apenas a 4 km do Tejo (CARDOSO, 2015 a). Regista-se ainda o substracto geológico de calcários duros recifais do Cenomaniano Superior com abundante sílex, recurso estratégico para as comunidades neolíticas e calcolíticas que ocuparam este território (CARDOSO, SOUSA & ANDRÉ, 2015, p. 226). O sítio foi intervencionado entre 2001 e 2005 sob direcção científica de João Luís Cardoso no âmbito de projecto de investigação plurianual.

Tal como sucede com outros sítios da região de Lisboa, observa-se uma sequência de ocupação Neolítico antigo – final e escassa ocupação no Calcolítico, mais abundante no Calcolítico final com campaniforme inciso. Este faseamento, Neolítico antigo – final – campaniforme, está presente em Lameiras e em outros sítios sem cronologia absoluta (Penedo da Cortegaça) ou com escassa informação (Olelas).

Em termos estratigráficos, a ocupação do Neolítico antigo está documentada na base da sequência, na camada 5: “[...] *camada arqueológica, assente parcialmente nos calcários recifais apinhoados do Cretácico, cuja potência máxima não ultrapassava de 0,40 m.*” (CARDOSO, SOUSA & ANDRÉ, 2015, p. 148). Parece ter existido uma sobreposição directa entre a ocupação do 6.º milénio e a do 4.º milénio: “[...] *foi por vezes muito difícil estabelecer uma separação nítida entre ambas as camadas, com a consequente dificuldade de reportar ao Neolítico antigo os materiais incorporados na área de contacto entre ambas.*” (CARDOSO, SOUSA & ANDRÉ, 2015, p. 222).

Foram obtidas 10 datações para Carrascal, seis das quais para o estrato do Neolítico mais antigo e quatro para o Neolítico mais recente. As datações absolutas confirmaram a informação estratigráfica e da cultura material, existindo um aparente hiato entre os finais do 6.º milénio/inícios do 5.º milénio (4990 cal BCE) e os finais do 4.º milénio (3300 cal BCE).

Todas as datações absolutas foram obtidas com amostras de vida curta (ossos de mamíferos) e optou-se sempre por datações de amostras isoladas, por A.M.S. Foram seleccionadas para datação, as diferentes espécies presentes em Carrascal: *Bos Taurus*, *Bos Primigenius*, *Sus sp*, *Ovis / Capra* (CARDOSO, 2015 a), correspondendo a espécies domésticas (*Bos Taurus* e possivelmente *Ovis / Capra*) ou espécies autóctones domesticáveis (*Sus*).

Entre o repertório faunístico de Carrascal registam-se as referidas espécies domésticas e também espécies caçadas, como o *Bos primigenius*; *Cervus elaphus*; *Sus scrofa*; *Oryctolagus cuniculus* (CARDOSO, 2015 a). O marisqueio está também presente no Carrascal, com “*Recolecção no pequeno paleoestuário adjacente (Ostrea edulis) e no litoral do estuário do Tejo (Patella sp., Mytilus sp.)*.” (CARDOSO, 2015 a, p. 168).

Sendo restrito o universo de sítios do Neolítico antigo com fauna conservada e estudada é difícil estabelecer um padrão cronológico e regional. A abundância de ovelha registada em Lameiras (DAVIS & SIMÕES, 2015), não parece suceder em Carrascal e a presença de auroque no Carrascal, é raro na Estremadura durante o Neolítico antigo (VALENTE & CARVALHO, 2014, p. 231).

A diversidade de recursos explorados parece indicar a permanência anual no local de carácter residencial, proposta avançada por J. L. Cardoso (2015) que refere também como indicadores de ocupação peri-anual a presença de vasos de armazenagem, moagem, algumas estruturas domésticas, pedra polida e talhe do sílex.

A morfologia da ocupação evidencia um padrão disperso, compatível com “ [...] *vasta estação de carácter polinucleado, em que as unidades habitacionais se encontrariam dispersas pela encosta, provavelmente afastadas dezenas de metros umas das outras.*” (CARDOSO, SOUSA & ANDRÉ, 2015). A ocupação do Neolítico surgiu apenas em alguns dos sectores intervencionados, existindo possivelmente descontinuidades de ocupação e alguma horizontalidade do faseamento.

As seis datações obtidas evidenciam coerência interna, apresentando intervalos de tempo curtos, permitindo um balizamento entre 5300 e 4990 cal a.n.e.

Contrariamente ao que sucede com São Pedro de Canaferrim, no sítio do Carrascal regista-se a presença de cerâmica cardial, ascendendo a 10% da cerâmica decorada (CARDOSO, 2015 b, p. 162).

- *Casal da Cerca*

O povoado do Casal da Cerca localiza-se em Palmela, constitui até ao momento o único sítio do Neolítico antigo com datações absolutas na Península de Setúbal. Implanta-se em rechã da colina de Palmela, apresentando substracto (formações miocénicas), que configura uma morfologia de ocupação similar aos sítios da Costa Sudoeste.

Identificado em meados do século XX por Bandeira Ferreira, foi intervencionado muitas décadas mais tarde na sequência de uma acção preventiva desenvolvida pelo Museu de Arqueologia e Etnologia do Distrito de Setúbal (1987, 1989, 1996). Os trabalhos dirigidos por Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares permitiram identificar um habitat extenso, com cerca de 3 ha (SILVA & SOARES, 2014, p. 93). Os elementos de superfície não permitiam classificar este sítio do Neolítico antigo, evidenciando que muitos dos sítios apenas conhecidos por prospecção poderão ainda trazer novidades para o povoamento neolítico mais antigo.

O sítio não apresenta bom grau de preservação, não se conservando qualquer estrutura e com uma elevada fragmentação do espólio. Apesar disso, o estudo da cultura material reveste-se de grande interesse, uma vez que parece monofásico, com ocupação prévia do Paleolítico médio. A indústria lítica indica diversas actividades, sendo reduzidos os elementos de projectil. A cerâmica apresenta formas simples, impressas e incisas, incluindo um fragmento de cardial (SILVA & SOARES, 2014, p. 91), dominando as decorações em espiga.

Foi obtida uma única datação sobre carvão de ramo de árvore, depositado numa depressão do substrato. Apesar de se tratar apenas de uma data e da amostra não corresponder aos critérios atrás indicados, a cultura material parece confirmar esta data, já de fase evoluída do Neolítico.

### 1.2.3.3 – Ainda o “horizonte da Furninha”?

“Dès le V<sup>e</sup> millénaire les ensembles du Néolithique cardial se transforment pour donner naissance à des groupes dont les céramiques présentent un décor incisé, spatulé, imprimé ou plastique. [...] Un phénomène identique a dû se passer au Portugal. [...] Néanmoins nous avons suffisamment analysé les styles céramiques de la grotte Furninha-Peniche pour démontrer que par bien des points ces derniers procèdent d’une filiation sur place.”

(GUILAINE & FERREIRA, 1970, p. 320)

As escavações e as datações de São Pedro de Canaferrim evidenciaram um modelo de implantação de montanha para o Neolítico antigo, ainda do 6.º milénio, já com agricultura (e possivelmente pastorícia) mas sem cardial. Com oito datações já publicadas (quatro delas sobre cereal) e com contextos estratigráficos bem

definidos, não oferece dúvida a presença desta realidade “para-cardial”, bem documentada nas publicações já efectuadas. No entanto, exactamente com o mesmo âmbito cronológico, e também com um conjunto de datações sobre amostra de vida curta, o sítio do Carrascal evidencia um diferente modelo de implantação (possivelmente complementar) e uma cultura material ligeiramente diferente, atendendo à presença de alguns fragmentos de cerâmica cardinal.

Em toda a região de Lisboa é escassa a presença de cardinal, surgindo apenas no Carrascal com valores baixos (CARDOSO, 2015 a), na Cova da Baleia (SOUSA & GONÇALVES, 2015) e na Encosta de Sant’Ana (LEITÃO, 2014). Na Península de Lisboa a presença do cardinal é também reduzida, estando documentada no Casal da Cerca (SILVA & SOARES, 2014) e no sítio do Gaio (SOARES, SILVA & GONZÁLEZ, 2005).

Vários autores têm salientado a especificidade da Baixa Estremadura, nomeadamente J. L. Cardoso que refere “[...] *a discussão sobre a anterioridade das produções cardiais a todas as outras cerâmicas decoradas é questão ainda em aberto, no que à Estremadura diz respeito.*” (CARDOSO, 2015 b, p. 31)

A definição do “horizonte da Furninha”, como conceito operativo, pode ser ainda genericamente considerada (CARDOSO & CARVALHO, 2010-2011 p. 362) mas seria importante dispor de documentação mais conclusiva para Lameiras, com uma cronologia muito antiga e, aparentemente, sem cardinal (algumas das imagens do relatório consultado poderiam indicar essa presença). A esse respeito, referia Victor S. Gonçalves em Sítios, Horizontes e Artefactos: “*Seria incorrecto chamar-lhe pós cardinal, uma vez que a cerâmica cardinal continua rara e insuficiente para, por si só, caracterizar a primeira fase da neolitização do nosso território. Mas a existência do que Guilaine designou por “Horizonte Furninha” é indiscutível e, se tomarmos em conta toda uma série de indicadores, ele marcaria o fim dos conjuntos do Neolítico antigo.*” (GONÇALVES, 1995, p. 26).

À questão do cardinal poderá aplicar-se um modelo semelhante ao que defendemos para o Campaniforme, que também surge de forma diferenciada, até em áreas anexas (vide exemplo de Penedo do Lexim e de Anços). Um dos raros sítios onde a cerâmica cardinal surge com abundância fora do Maciço Calcário é Casas Novas (Coruche), onde também se obteve uma datação antiga (GONÇALVES & SOUSA, 2015). Também na margem esquerda do Tejo se regista cardinal no sítio dos Cortiçóis, Almeirim (CARVALHO, GIBAJA BAO & CARDOSO, 2013), apontando-se para uma cronologia mais avançada do Neolítico, do 5.º milénio, embora sem datações absolutas.

C. Manen, G. Marchand e A. F. Carvalho realçam a especificidade do repertório cerâmico do Neolítico antigo do Ocidente Peninsular, estabelecendo relações com África (MANEN, MARCHAND & CARVALHO, 2007). Mariana Diniz realça o efeito de mosaico cultural em finais do 6.º / inícios do 5.º milénio, traduzindo diferentes substratos e distintas vias de neolitização (DINIZ, 2007, p. 207).

Independentemente da informação que ainda poderá fornecer o sítio das Lameiras, podemos desde já confirmar que na região de Lisboa não se pode aplicar linearmente o modelo do Maciço Calcário Estremenho. A maior parte dos sítios com cerâmica de tradição neolítica poderia ser incluída na fase inicial do “Neolítico antigo” ou já do “Neolítico antigo evolucionado”, não sendo possível à partida, optar por um dos enquadramentos crono-culturais. Será importante efectuar estudos sistemáticos dos catálogos decorativos para compreender e fasear melhor este enorme lapso de tempo que chamamos de “Neolítico antigo evolucionado”, com tantas centenas de anos.

A informação já publicada parece evidenciar uma “identidade estilística” do Neolítico antigo evolucionado da Estremadura, onde são abundantes as cerâmicas com decoração em espiga, também designadas como falsa folha de acácia. Curiosamente essa gramática decorativa será retomada no 3.º milénio, também na Estremadura.



#### 1.2.4 – Neolítico médio?

A invisibilidade do povoamento no Neolítico médio tem sido recorrentemente citada (SILVA & SOARES, 1992; GONÇALVES, 1995; ZILHÃO & CARVALHO, 1996; SILVA, SOARES & COELHO SOARES, 2010; NEVES & DINIZ, 2014; CARDOSO, 2015 b entre outros).

A explicação para esta invisibilidade tem registado diversas explicações sobre o mesmo tema: padrões de povoamento e economia (SILVA, 1997), atipicidade da cultura material (NUNES & CARVALHO, 2013), deficiente conservação da matéria orgânica no tipo de solos arenosos ocupados (NEVES & DINIZ, 2014), desequilíbrio da pesquisa arqueológica (*idem, ibidem*).

As propostas interpretativas são essencialmente centradas na cultura material, sendo escassos os contextos com datações absolutas. Considerando o período compreendido entre a segunda metade do 5.º e a primeira metade do 4.º milénio, lapso temporal usualmente integrado no Neolítico médio, a maior parte dos contextos datados corresponde a necrópoles.

Para o Sul (Alentejo e Algarve), o número de sítios com datações absolutas regista apenas oito contextos datados (*cf.* NEVES & DINIZ, 2014). No Algarve, as datações correspondem essencialmente a necrópoles (Castelo Belinho, Algarão da Goldra, Ibn Amar) ou a contextos subjacentes a necrópoles, com escassa integração cultural (Alcalar). No Alentejo, a informação corresponde essencialmente ao Neolítico da Comporta (Pontal, Barrosinha, Melides) e também a contextos anteriores a necrópoles (Vale Rodrigo 3). As datações de contextos domésticos restringem-se assim ao conjunto da Comporta, com datações apenas sobre concha (SILVA & SOARES, 2013). Os critérios de inserção cronocultural são por vezes díspares, uma vez que alguns sítios ora são classificados como de Neolítico antigo evolucionado, atendendo à gramática decorativa da cerâmica ora de Neolítico médio, atendendo à cronologia evoluída como sucede com Vale Marim II (datação de 6090 ± 50 BP – 5210-4810 cal BC 2σ).

Quanto à Estremadura, a informação reporta-se essencialmente às chamadas grutas-necrópole como Algar do Bom Santo (CARVALHO, 2014), Casa da Moura (CARVALHO & CARDOSO, 2010-2011), Lugar do Canto (CARVALHO & CARDOSO, 2015), Gruta do Cadaval (OOSTERBECK, 1994), Lapa da Bugalheira (ZILHÃO & CARVALHO, 1996) ou Gruta do Caldeirão (ZILHÃO, 1992). É particularmente relevante o conjunto de grutas-necrópole situadas na área do Maciço Calcário Estremenho.

Embora as práticas funerárias em contexto cársico remontem ao Neolítico antigo (Caldeirão, Salemas, Correio Mor, por exemplo) é com o Neolítico médio que nas grutas estremenhas surge um complexo de práticas funerárias (coletivismo, espólio) que consubstancia o conceito de Megalitismo de gruta, proposto por Victor S. Gonçalves (1978). Com os dados disponíveis para os sepulcros da Estremadura, Rui Boaventura coloca neste lapso de tempo o início do Megalitismo estremenho: “[...] *à parte das importantes questões da avaliação rigorosa e do crivo crítico que todas as datas devem ser alvo, parece admissível localizar na passagem do 5.º para o 4.º milénios a.n.e., com um maior ênfase no primeiro quartel deste último, as primeiras datações associáveis a deposições passíveis de se integrarem no fenómeno do Megalitismo, ainda que, por ora, todas elas em contexto de gruta.*” (BOAVENTURA, 2009, p. 344).

Para além da questão das práticas funerárias, as referidas grutas-necrópole parecem também evidenciar um outro quadro social, já com redes de troca que permitem o aprovisionamento de anfibólito (CARDOSO, 2015 b) e com elevada mobilidade (CARVALHO *et al.*, 2015).

No que se refere aos povoados, a informação relativamente à Estremadura é substancialmente mais escassa, tal como sucede no Sul. No Maciço Calcário Estremenho o modelo interpretativo baseia-se na

sequência do Abrigo de Pena d'Água (ZILHÃO & CARVALHO, 1996; CARVALHO, 2016) onde se regista uma longa sequência de ocupação desde o Epipaleolítico até fases mais evoluídas do Neolítico.

Com uma potência de 5 m, em ambiente cársico, com complexas dinâmicas deposicionais e uma área escavada restrita, a estratigrafia do Abrigo de Pena d'Água reveste-se de alguma complexidade, como evidencia uma recente re-avaliação de A. Faustino de Carvalho (2016): *“The Early-to-Middle Neolithic boundary at the site is rather blurred due to the similar results obtained by determinations ICEN-1148 from Layer Ea and ICEN-1147 from Layer Db [...]. It can only be concluded that the boundary may be situated some time around the passage from the 5<sup>th</sup> to 4<sup>th</sup> millennium cal BC.”* (CARVALHO, 2016, p. 220).

Inicialmente é referida a presença de um Neolítico médio antigo com cerâmicas lisas, impressas e incisadas e com um sulco abaixo do bordo e ao Neolítico médio pleno, com cerâmica lisa, na camada D (ZILHÃO & CARVALHO, 1996, p. 665). Em recente revisão, referem-se remeximentos na fase plena do Neolítico médio (CARVALHO, 2016, p. 215). As novas datações efectuadas para estes estratos (*op. cit.*) revelaram datas consideradas anómalas (Beta-137945 e Sac-1822), não tendo sido possível obter datações sobre osso ou sobre carvões de vida curta em lareiras. Os referidos problemas cronométricos e estratigráficos levam A. Faustino a admitir a fragilidade do quadro cronométrico de Abrigo de Pena d'Água, modelo que há cerca de 20 anos tem sido considerado como modelo para o Neolítico antigo / médio. Também Rui Boaventura questiona a validade da datação para o Neolítico médio do Abrigo da Pena d'Água: *“[...] o intervalo calibrado 4530-3380 cal BCE da data ICEN-1147, sobre carvões, é demasiado extenso para uma avaliação fina.”* (BOAVENTURA, 2009, p. 355).

Na área do Maciço Calcário Estremenho identificaram-se outros contextos integráveis no Neolítico médio através da cultura material – Cerradinho do Ginete e Costa do Pereiro (NUNES & CARVALHO, 2013). A ausência de datações não permite contudo uma aferição dos modelos propostos para Pena d'Água.

Ainda que existam algumas fragilidades nos contextos do Abrigo de Pena d'Água, a proposta apresentada ao 1.º Congresso do Neolítico Peninsular introduz um conceito importante, com a subdivisão do Neolítico médio (ZILHÃO & CARVALHO, 1996). Também Mariana Diniz e César Neves avançam com essa subdivisão, desenvolvendo-a: *“[...] Neolítico médio inicial, que é no campo da cultura material marcada pelo domínio das cerâmicas lisas e da crescente debitação laminar, tenha lugar a partir da segunda metade do 5.º milénio cal BC, terminando com a construção dos primeiros monumentos megalíticos, em pleno 4.º milénio cal BC. A esta etapa seguir-se-ia um outro momento – Neolítico médio pleno – caracterizado pela emergência das paisagens megalíticas – arquitecturas funerárias e não funerárias – cujo terminus acontece com o aparecimento no registo arqueológico das cerâmicas carenadas, das pontas de seta e dos pesos de tear.”* (NEVES & DINIZ, 2014).

Até ao momento, na Península de Lisboa, ainda não se identificou cerâmica com sulco abaixo do bordo, principal fóssil director do Neolítico médio do Alentejo e Ribatejo. Na Península de Setúbal, está presente no Casal da Cerca (SILVA & SOARES, 2013) e no Gaio (SOARES, SILVA & GONZÁLEZ, 2004), podendo corresponder a um momento de transição entre o Neolítico antigo evoluído e o médio. No actual estado dos conhecimentos, ainda não sabemos quando termina a tradição da decoração cerâmica. Na segunda metade do 4.º milénio, já no Neolítico final, a cerâmica é essencialmente lisa, apenas com bordos denteados e escassas cerâmicas.

Na região de Lisboa apenas estão documentados quatro contextos domésticos com datações absolutas: Encosta de Sant'Ana (MURALHA & COSTA, 2006), Palácio dos Lumiares (VALERA, 2006), Magoito (SOARES, 2003) e eventualmente Olelas (MARQUES GONÇALVES, 1997). É referida a presença de um possível estrato do Neolítico médio em Lameiras, mas não se publicou ainda qualquer data. Atendendo ao faseamento de ocupação registado neste sítio, é possível que se possa encontrar em Lameiras um referencial crono-estratigráfico para a Baixa Estremadura.

- *Palácio dos Lumiares*

O sítio do Palácio dos Lumiares localiza-se na Lisboa antiga, em pleno Bairro Alto, implantando-se “[...] *na extremidade sudeste de um interflúvio alongado e de topo aplanado.*” (VALERA, 2006, p. 89).

A escavação do sítio decorreu de intervenções preventivas (2002, 2003, 2007, 2009, 2010) constituindo um dos escassos locais onde se atingiram substratos neolíticos na cidade de Lisboa. A ocupação neolítica foi detectada pela equipa de A. Valera quer num depósito de coluvião e no paleossolo, onde surgiram escassas estruturas (Valera, 2006). Apenas estão publicados os contextos relativos às primeiras campanhas, em 2002 e 2003.

A abundância de indústria lítica face a outros componentes da cultura material (cerâmica, pedra afeiçãoada, adorno) pode indicar uma especialização funcional, eventualmente relacionada com a debitage do sílex de Campolide (*idem, ibidem*, p. 107), estando presente uma indústria microlaminar, com a presença de armaduras geométricas de tipo segmento (VALERA, 2014).

Considerando o contexto da intervenção e a reduzida área escavada, não é, possível avançar para uma classificação como oficina de talhe. Por um lado, o contexto parece traduzir várias actividades, estando por exemplo presentes elementos de moagem e fauna (mamalógica, ictiofauna e malacológica). Por outro, a fonte de aprovisionamento do sílex localiza-se a 2,5 km nas minas de Campolide (CHOFFAT, 1907). No modelo misto *atelier* / povoado, como o que propomos para o Neolítico final do Carrascal (CARDOSO, SOUSA & ANDRÉ, 2015), o sílex é local. Aliás, o modelo de extracção e circulação do sílex do início do Neolítico tem uma segmentação funcional muito menor do que no Neolítico final e Calcolítico (SOUSA & GONÇALVES, 2011). Para a compreensão funcional do sítio será relevante o estudo traceológico actualmente em curso por Ângela Ferreira (2015). Apesar do estudo tecno-tipológico indicar tratar-se de uma área de talhe, com percentagens elevadas de materiais em bruto, o estudo traceológico indica várias tarefas como o tratamento de peles, a caça (em projecteis micrólitos) e o corte de cereais. O baixo índice de peças retocadas e com sinais de utilização são explicados por Ângela Ferreira face à abundância e proximidade das fontes de matéria-prima (FERREIRA, 2015, p. 85).

Recentemente A. Valera propõe para o sítio uma pauta de ocupação menos especializada, relacionada com a exploração dos recursos do paleoestuário e do talhe do sílex (VALERA, 2014, p. 15).

Apenas estão disponíveis datações B-OSL, tendo-se datado o paleossolo (ITN-Lum 30: 4235-3755 a.n.e. e ITN-Lum 31: 4175-3815 a.n.e.) e o sílex queimado (ITN-Lum 50: 4843-3161 a.n.e. e ITN-Lum 51: 4835-3155 a.n.e.). Face ao elevado desvio padrão das datas obtidas através do sílex, A. Valera apenas considera as do paleossolo, que se integram justamente na transição 5.º / 4.º milénio, com correspondência com o Neolítico médio inicial do Abrigo de Pena d'Água (VALERA, 2006, p. 105). Segundo informação de Ângela Ferreira (a quem se agradece), a escassa fauna recolhida não permitiu a obtenção de datações radiocarbónica.

Com este quadro cronométrico, reveste-se de grande importância o estudo da cerâmica deste sítio. Embora fragmentada e erodida, o conjunto cerâmico indica um fácies antigo do Neolítico, com uma percentagem de 14,9% de cerâmica decorada, impressa e incisa, incluindo a técnica de *punto y raya* e decoração em espiga (falsa folha de acácia), tão abundante em contextos datados do Neolítico antigo evolucionado, como em São Pedro de Canaferrim (SIMÕES, 1999). O sulco abaixo do bordo está ausente, evidenciando “[...] *uma forte vinculação a padrões presentes desde as fases mais antigas do processo de neolitização.*” (VALERA, 2006, p. 107).

- *Encosta de Sant'Ana*

O sítio de Encosta de Sant'Ana situa-se em Lisboa, no sopé da colina de Sant'Ana junto à Praça da Figueira, próximo da Baixa Pombalina. Localiza-se “[...] *na margem direita do Vale da Ribeira de Arroios, junto da sua desembocadura com o esteiro da Baixa, na formação das Areolas da Estefânia.*” (MURALHA & COSTA, 2006, p. 158).

Tal como sucede na grande maioria das intervenções em Lisboa, a identificação e escavação deste sítio enquadrou-se numa acção preventiva conduzida pela equipa do Museu da Cidade em 2002, 2004 e 2006. Encosta de Sant'Ana foi alvo de um importante estudo geoarqueológico (ANGELLUCI, COSTA & MURALHA, 2004; ANGELLUCI *et al.*, 2007) e do estudo das principais componentes da ocupação neolítica (MURALHA & CARDOSO, 2006), decorrendo actualmente o estudo traceológico da indústria lítica (FERREIRA, 2015).

A ocupação neolítica desenvolve-se sobre um paleossolo, registando-se sucessivas reocupações que obliteraram parte dos contextos estratigráficos neolíticos. Foi detectado um estrato neolítico sobre o paleossolo, com um conjunto de estruturas domésticas bem preservadas: quatro estruturas habitacionais, 12 estruturas de combustão, duas fossas e um buraco de poste (LEITÃO, 2014, p. 20) dispersas em 300 m<sup>2</sup>. Destaque para a cabana com 4 × 3 m, com alicerce em pedra e possível parede em materiais perecíveis (*idem, ibidem*) e para uma estrutura elíptica alongada (5 × 1,8 m). As estruturas de combustão de tipo empedrado encontram paralelos nos contextos neolíticos da Costa Sudoeste (Vale Pincel).

No actual território português, a preservação de estruturas domésticas é muito rara em contextos do Neolítico antigo e médio. Os contextos da área de Sines revestem-se de grande importância, embora ainda não publicados extensamente. No Alentejo, as estruturas melhor preservadas localizam-se na baixa do Xarez (GONÇALVES, SOUSA & MARCHAND, 2013), incluindo uma cabana (Xarez 4) e estruturas de argila em Xarez 12 e Carraça 1. Contudo, possivelmente a maior parte destas estruturas da baixa do Xarez remontará ao Mesolítico final. Idêntica situação se regista na Cova da Baleia, onde as 110 estruturas parecem corresponder essencialmente ao Mesolítico, sendo necessário aumentar o número de datações já obtidas (SOUSA & GONÇALVES, 2015).

Na região de Lisboa, a informação relativa a casas reporta-se essencialmente a fossas (São Pedro de Canaferrim e Lameiras) e *cuvettes* (Carrascal). A preservação deste conjunto de estruturas na Encosta de Sant'Ana é ainda mais surpreendente quanto se localiza em área aberta, com complexa estratigrafia. Contudo, deve ser referido que seria importante obter uma cronologia mais fina para estas estruturas podendo existir relações de diacronia entre elas. Na primeira fase dos trabalhos referia-se a destruição da camada 4 (Neolítico), apenas detectada em dois sectores (MURALHA & COSTA, 2006) mas as intervenções mais recentes não referem afectações (LEITÃO, 2014).

A conservação de fauna permite ainda completar o modelo de exploração económica do sítio, devendo destacar-se a importância das actividades cinegéticas (javali, veado, coelho) e também do marisqueio. A pastorícia está também presente, com ovinos e caprinos (MURALHA & COSTA, 2004). O estudo traceológico parece indicar actividades de corte de carne mas estão ausentes as armaduras geométricas (FERREIRA, 2015).

Os estudos geo-arqueológicos concentram-se no estudo da dinâmica de vertente e da formação dos níveis de colúvio, em associação com eventos climáticos (ANGELLUCI *et al.*, 2007).

Foram obtidas cinco datações (ANGELLUCI *et al.*, 2007), três das quais se reportam a contextos neolíticos. As datações da camada 4 (Sac-1894 e Sac-1893) foram efectuadas sobre carvão, sem determinação de espécie. Os próprios investigadores do sítio referem o baixo nível de confiança destas datações: “*Ambas provêm de espécimes recolhidos do quadrado M10 e da matriz que constitui o horizonte A do paleossolo aluvial, a cotas ligeiramente diferentes. A relação de confiança é, pelas duas amostras, de ordem IV (WATERBOLK, 1971), considerando que se recolheram a partir de contextos não fechados e que não possuem relação directa com os objectos datados.*” (ANGELLUCI, 2006, p. 37). Para além disso, uma das datações apresenta um enorme desvio padrão (Sac-1894 5140 ± 140 BP). Este desvio poderá explicar a discrepância entre as duas datas, apesar de



se tratar da mesma camada. No estudo geo-arqueológico é proposta a soma da probabilidade das duas datas (ANGELLUCI, MURALHA & COSTA, 2004, p. 37) mas considero que o intervalo de tempo é demasiado amplo para poder ser considerado: 4530-3760 (*idem, ibidem*).

É com base nestas datações que tem sido proposta uma cronologia do Neolítico médio para este sítio, apesar da cultura material, nomeadamente a cerâmica, apresentar características antigas. A percentagem de cerâmica decorada apenas ascende a 14%, mas temos alguma dificuldade em estabelecer o paralelo com os conjuntos da região que raramente apresentam dados quantitativos. Nos conjuntos do 6.º milénio registam-se percentagens equilibradas de cerâmica decorada: 58% na Pena d'Água, 35% no Cerradinho do Ginete, 47% na Cabranosa, 57% no Padrão (CARVALHO, 2011, p. 248) e 63% na Valada do Mato (DINIZ, 2007). No nível do Neolítico médio de Abrigo da Pena d'Água, os valores da cerâmica decorada baixam consideravelmente para 9% na camada Db (CARVALHO, 2016). No “vizinho” sítio de Palácio dos Lumières a percentagem é muito similar (14,6%), o que parece confirmar a sua contemporaneidade.

Relativamente à camada 5, João Muralha e Cláudia Costa apresentam uma descrição detalhada dos materiais arqueológicos. No que se refere à cerâmica, o repertório decorativo está dominado pelo *punto y raya* (50%), com outras impressões e incisões, incluindo a típica falsa folha de acácia (MURALHA & COSTA, 2006).

A datação da camada 5 (Sac-1990) foi obtida sob concha de *Mytillus edulis* (ANGELLUCI *et al.*, 2007), verificando-se que a mesma é mais antiga do que as datas da camada 4 (5210-4810), incluindo-se portanto no Neolítico antigo evolucionado. A camada 5 não é descrita com detalhe, mas a observação da Fig. 2 de Angelluci *et al.*, 2007, parece indicar que se trata de um estrato directamente depositado no Paleossolo. Por outro lado, a amostra datada corresponde a exemplares de *Mytillus* sp. A datação sobre concha reveste-se sempre de alguma complexidade para calibração. Neste caso, para além desse facto, refira-se a ausência de informação dos contextos de recolha: atendendo a que a data foi obtida por método convencional, com vários indivíduos, seria importante saber se não sucedeu o efeito “sopa de ossos”, tantas vezes referenciado por Rui Boaventura.

Desconhecemos se esta camada 5 mas antiga surge em todos os sectores mas já nos primeiros trabalhos é referida a presença de uma fossa no sector C que apresentava materiais mais antigos.

Apesar do rigoroso estudo geo-arqueológico é notória a necessidade de ampliar mais o conjunto de datações absolutas e de definir com mais rigor contextos e materiais. No último artigo publicado é referida a presença de cardial, mas não se apresenta qualquer ilustração nem se explicita o contexto (LEITÃO, 2014).

- *Magoito*

No concheiro de Magoito (Sintra) foi detectada uma longa sequência de uso, desde o Epipaleolítico até à Idade do Bronze Final (SOARES, 2003; SOUSA & SOARES, 2016). Sítio identificado desde 1943 por G. Zbyszewski, que refere dois contextos conquíferos distintos: um relacionado com a duna consolidada e o outro no flanco da duna, na margem direita da Ribeira da Mata. Posteriormente o sítio foi investigado por José Morais Arnaud que efectuou intervenções na área da duna consolidada (ARNAUD, 1994), onde se documentou uma fase de ocupação do Boreal, da transição 10.º / 9.º milénio.

A zona do flanco da duna foi investigada por A. Monge Soares, identificando-se três núcleos distintos, com concentrações conquíferas e cerâmica (SOARES, 2003). Num dos locais (designado por núcleo A) foram identificadas cerâmicas integráveis no Neolítico final, com a presença exclusiva de cerâmicas lisas e de formas carenadas.

As datações obtidas para este contexto evidenciam a presença de dois momentos: meados do 5.º milénio (ICEN-425, ICEN-471) e finais do 4.º milénio (ICEN-427, ICEN-540), correspondendo presumivelmente ao Neolítico médio e final. A presença destes dois momentos foi interpretada como palimpsesto (SOARES, 2003,

p. 99), mas deve salientar-se que as recolhas não foram efectuadas em contexto de escavação, sendo difícil determinar associações directas ao conjunto de cerâmicas recolhidas. No concheiro de São Julião (Mafra), em contexto similar, detectei em área anexa (2 m), uma lareira datada do 6.º e outra do 3.º milénio, evidenciando que estes sítios apresentam uma ocupação horizontal (SOUSA, MIRANDA & SOARES, 2016). Este tipo de contexto apresenta usualmente uma densidade de artefactos muito baixa (ou inexistente) mas registaram-se diferenças nas espécies marinhas recolectadas: “[...] enquanto no V Milénio se recolheu preferencialmente *Patella spp.* e *Thais haemastoma*, na ocupação atribuível ao Neolítico Final o *Mytilus* era o molusco preferido.” (SOARES, 2003, p. 99). Esta diferenciação surge também em São Julião, registando-se em ambos sítios uma diferença na dimensão das valvas dos moluscos, muito maiores nos contextos mais tardios.

Contrariamente ao que sucede na Costa Sudoeste, com continuidade de ocupação para exploração do marisqueio desde o Mesolítico até ao Calcolítico, na Estremadura este tipo de contextos é muito raro durante a cronozona do Atlânticos, mas possivelmente esta ausência poderá ter uma explicação tafonómica, como evidenciam os contextos do 5.º milénio de Magoito ou o vaso do Neolítico antigo de São Julião.

- *Neolítico médio arcaizante na região de Lisboa?*

A informação cronométrica para contextos de povoado em finais do 5.º e primeira metade do 4.º milénio é muito escassa e os contextos conhecidos oferecem alguns problemas.

Os únicos contextos habitacionais escavados e datados encontram-se no centro da cidade de Lisboa, com limitada informação disponível em termos de área escavada e qualidade das amostras. Para Palácio dos Lumiares apenas possuímos datas (B-OSL) e da Encosta de Sant’Ana, as datas foram obtidas sobre carvões sem determinação de espécie (nível 4 – Neolítico médio) e conchas em estrato insuficientemente descrito (nível 5 – Neolítico antigo evolucionado). Em ambos casos, corresponderiam a contextos do chamado “Neolítico médio antigo” identificado no Abrigo de Pena de Água e em outros contextos do Sul. O Neolítico médio pleno, da primeira metade do 4.º milénio está completamente invisível, não existindo nenhum contexto doméstico que corresponda cronometricamente às grutas necrópole do Algar do Bom Santo (Alenquer), ainda na Península de Lisboa ou Lugar do Canto (Alcanena), já no Maciço Calcário Estremenho.

Para Encosta de Sant’Ana e Palácio dos Lumiares, o elevado número de cerâmica decorada e os padrões decorativos presentes (impressos, essencialmente punto y raya e incisos, frequentemente em espiga) parecem evidenciar um conservadorismo dos padrões decorativos, como salientam aliás vários investigadores que estudaram estes contextos. A. Valera avança com explicações de ordem económica: “por uma adaptação a um ecossistema bem localizado e de características específicas, este tipo de grupos, com uma cultura material antiga: pareçam perdurar, num momento em que, noutras zonas do país, uma nova fase do Neolítico se começa a afirmar, com as primeiras construções megalíticas e alterações significativas na cultura material e nas estratégias de subsistência (VALERA, 2014, p. 15). João Luís Cardoso refere as dúvidas levantadas para a definição cronológica desta fase, citando a presença de cerâmica decorada de tradição do Neolítico antigo num vaso do Algar do Bom Santo (CARDOSO, 2015 a, p 35). A propósito de Encosta de Sant’Ana, João Muralha e Cláudia Costa questionam a operacionalidade deste faseamento cerâmico na transição Neolítico antigo / médio: “[...] torna-se necessário (re)questionar os elementos arqueológicos disponíveis e abordagens não estritamente artefactualistas, mas sim numa perspectiva inter e transdisciplinar.” (MURALHA & COSTA, 2006).

Apesar de não se ter detectado a presença de cerâmica de “sulco abaixo do bordo” na Península de Lisboa, este está presente na Península de Setúbal que se localiza entre a influência alentejana e a região estremenha.

Em termos de longa diacronia, a região da Estremadura irá manter sempre tradição de decoração da cerâmica, apenas recrudescer no Neolítico final. Na camada 4 de Leceia, bem datada cronometricamente,

refere-se a presença de “[...] *cerâmicas decoradas, com motivos plásticos (cordões em relevo, mamilos simbólicos), incisos ou impressos, que podem considerar-se reminiscências do chamado Neolítico antigo Evolucionado da Estremadura.*” (CARDOSO, 2010 a, p. 40).

No Calcolítico contrasta o panorama estremenho com o Alentejo, de longas séries cerâmicas lisas e monótonas. Seria por isso compreensível que na região de Lisboa permanecesse presente uma maior presença da cerâmica decorada ainda no Neolítico médio. Mas é ainda arriscado avançar com propostas concretas.

## 2.2 – O fim do Neolítico e o início das fortificações

“De facto, no último quartel do 4.º milénio a.n.e. e primeira metade do seguinte, a evidência habitacional torna-se visível e marcante [...]. Simultaneamente, o fenómeno do Megalitismo parece atingir o seu auge, primeiramente com um aumento significativo de espólio ainda de cariz utilitário, na torna do milénio, para de seguida apresentar frequentemente um cariz ideotécnico e simbólico.”

(BOAVENTURA, 2009, p. 370)

A partir de meados do 3.º quartel do 4.º milénio verifica-se uma verdadeira “explosão” de sítios, povoados e necrópoles. Nesta fase, com a consolidação das primeiras sociedades camponesas, parece registar-se um momento de viragem, possivelmente relacionado com a intensificação das práticas agrícolas e pastoris.

A formulação estritamente bi-etápica de Andrew Sherratt para a domesticação animal, designada por Revolução dos Produtos Secundários (1983), tem vindo a ser questionada por vários autores (VIGNE & HELMER, 2007; SOUSA, 2010; GREENFIELD, 2010), face aos novos dados para a cronologias antigas da exploração do leite.

Não se pode separar com clareza, a questão dos “produtos secundários” (lã e leite) do complexo da tracção, mas o processo não parece tão rápido como Sherratt o colocou inicialmente. No entanto, é inquestionável que se regista uma nova etapa a partir de meados do 4.º milénio, possivelmente relacionada com a consolidação das práticas agro-pastoris. Atendendo a que a informação disponível para as fases anteriores (Neolítico médio) é tão reduzida, torna-se difícil avaliar a evolução da economia destas sociedades camponesas. Usualmente, a leitura é efectuada na sequência Neolítico final – Calcolítico e raramente na ligação Neolítico médio – final. Não existindo informação suficiente para o Neolítico médio, regista-se certamente uma intensificação do povoamento, possivelmente relacionada com um acréscimo populacional. O quadro detectado na região de Lisboa é similar ao que se regista um pouco por toda a Europa Ocidental.

Como já referido, é muito reduzido o número de *habitats* datados da primeira metade do 4.º milénio a.n.e. Em Lisboa, os únicos sítios integráveis no Neolítico médio (Encosta de Sant’Ana, Palácio dos Lumiares, Magoito), reportam-se a fases mais recuadas, correspondendo ao chamado Neolítico médio antigo.

No 2.º quartel do 4.º milénio surge um substancial acréscimo de povoados com datações absolutas: Leceia, Olelas, Vale de Lobos, Serra das Éguas / Espargueira, Carrascal, Parede. Se alargamos o universo a sítios integráveis neste período mas sem datações absolutas, o contingente regista uma absoluta explosão, com mais de 30 ocorrências nas Penínsulas de Lisboa e Setúbal. Verifica-se grande concentração de povoados na região meridional, especialmente no actual concelho de Sintra, onde se situam oito sítios, dos quais cinco foram escavados e quatro apresentam datações absolutas (Olelas, Vale de Lobos, Lameiras, Magoito).

O padrão de povoamento na região de Lisboa regista uma grande diversidade, incluindo sítios de altura (Penedo da Cortegaça, Anços, Serra das Éguas, Alto de São Francisco) alguns dos quais viriam a registar posteriormente ocupações calcolíticas muralhadas (Penedo do Lexim, Olelas, Leceia). Noutros casos, a maioria, o padrão de implantação evidencia ausência de preocupações defensivas, em área aberta (Parede, Vale de Lobos) ou em suave vertente (Casas Velhas, Carrascal, Travessa das Dores). Na região de Cheleiros, margem esquerda (Sintra), o povoamento do Neolítico final está igualmente associado a áreas abertas com afloramentos rochosos, fechando e delimitando a área ocupada (Lameiras, Negrais, Anços, Funchal).

A implantação e a dispersão dos sítios integráveis no Neolítico parecem indicar a presença de um povoamento disseminado, possivelmente constituído por pequenos grupos, por vezes localizando-se em área muito próxima, como sucede por exemplo em Oeiras (Leceia e Carrascal) ou em Sintra (complexo de sítios de Negrais).

Existe escassa informação sobre a morfologia de ocupação destes povoados do Neolítico final, atendendo à natureza da informação disponível, com muitas escavações antigas e mal documentadas. Nos casos das ocupações subjacentes a sítios muralhados, como em Leceia, Olelas e Penedo do Lexim, a informação surge frequentemente segmentada, pois existem sempre constrangimento de natureza científica e patrimonial das estruturas calcolíticas sobrejacentes, que impedem uma leitura em área.

Em termos globais, o povoamento do Neolítico final parece corresponder a arquitecturas domésticas frustres e, possivelmente com elementos percíveis, como evidenciam os resultados de Vale de Lobos (VALENTE, 2006) ou da Espargueira / Serra das Éguas (ENCARNAÇÃO, 2010).

Recentes escavações vieram proporcionar novos dados, reequacionando-se o modelo de povoado com estruturas percíveis durante o Neolítico final.

A escavação preventiva na Travessa das Dores (Lisboa) evidenciou a presença de estruturas permanentes e mais complexas. A fase inicial de ocupação está associada a um conjunto de silos, propondo-se que se tratasse de “[...] *grande unidade de armazenamento comunitário, e não a um simples povoado, pois na verdade não se encontraram estruturas de carácter habitacional directamente a elas associadas, do tipo embasamentos de cabana ou lareiras.*” (NETO, REBELO & CARDOSO, 2015, p. 240). Estas estruturas teriam sido cortadas por um largo fosso (3,7 a 8 m), possivelmente ainda no Neolítico final “[...] *explicando-se a sua existência pela necessidade de proteger os cereais neles armazenados.* (idem, *ibidem*).

A integração do faseamento de Travessa das Dores num quadro cronométrico fino necessita ainda de ser aferida pelo radiocarbono, revestindo-se de especial importância a datação das fossas. Quanto ao fosso, o enchimento corresponderá a um momento posterior à sua abertura, sendo também de especial relevância a sua datação, uma vez que se trata de uma realidade praticamente ausente da Estremadura.

O aparecimento dos recintos de fossos surgirá antes do Neolítico final, como evidenciam os recentes dados cronométricos para os Perdigões (VALERA, SILVA & ROMERO, 2014) ou para a Senhora da Alegria. Também na região de Lisboa, propõe-se uma cronologia antiga para o fosso de Gonçalves, possivelmente do Neolítico médio (SOUSA, 2010), proposta a confirmar cronometricamente. Contudo, é com o Neolítico final que surgem os primeiros grandes complexos de fossos no Alentejo, como Perdigões, Moreiros 2, Juromenha, Ponte da Azambuja ou Águas Frias, frequentemente com fossos sinuosos e muitos deles abandonados no início do 3.º milénio.

Apesar dos recentemente identificados fossos de Travessa das Dores, Leceia (NETO, REBELO & CARDOSO, 2015), Santa Sofia (PIMENTA & MENDES, 2013) e Gonçalves (SOUSA, 2008), não me parece que exista na Estremadura um fenómeno semelhante ao registado no Alentejo, atendendo ao longo historial de pesquisas nesta região e às próprias características geomorfológicas do terreno.



Tabela 3  
Habitats do Neolítico final na região de Lisboa

Sítio	CNS	Concelho	Implantação	Tipo	C14	Referências
Ota ?	3036	Alenquer	Elevação	Pov. fortificado		TEXUGO, 2016
Penedo do Lexim	664	Mafra	»	Pov. fortificado	2	SOUSA, 2010
Casas Velhas	3735	Mafra	Vertente	<i>Habitat</i>		CARREIRA & LOPES, 1994
Olelas	1835	Sintra	Elevação	Pov. fortificado	4	SOUSA, 1998
Penedo da Cortegaça	2683	»	»	<i>Habitat</i>		GOMES, 1971; SOUSA, 1998
Anços	27469	»	»	»		SOUSA, 1998
Negraís	1882	»	Vale	»		VICENTE & SERRÃO, 1956; SOUSA, 1998
Funchal	1780	»	Vertente	»		SOUSA, 1998
Lameiras	6294	»	Vale	»	1	DAVIS & SIMÕES, 2015
Vale de Lobos	16695	»	Vertente	»t	2	VALENTE, 2006
Magoito	19297	»	Praia	Concheiro		SOARES, 2003
Leceia	157	Oeiras	Elevação	Pov. fortificado		CARDOSO, SOARES & SILVA, 1996
Carrascal	13577	»	Vertente	<i>Habitat</i>	4	CARDOSO, SOUSA & ANDRÉ, 2015
Barotas		»	»	»		CARDOSO & NORTON, 1997-1998
Travessa das Dores	33797	Lisboa	»	<i>Habitat. Fosso</i>		NETO, REBELO & CARDOSO, 2015
Alfragide		Amadora		<i>Habitat</i>		ENCARNAÇÃO, 2010
Moinho dos Bichos	2294	Loures	Elevação	»		OLIVEIRA <i>et al.</i> , 2000
Moinho do Penedo		Amadora	»	»		ENCARNAÇÃO, 2010
Castro de Ponte de Lousa	19830	Loures	»	»		ESTEVÃO, 2002
Casal Gaitadas	7372	»	»	»		SANTOS, 1994
Serra da Amoreira	2658	Odivelas	»	»		BOAVENTURA, PIMENTA & VALLES, 2013
Espargueira / Serra das Éguas	3955	Amadora	Elevação e vertente	»	2	ENCARNAÇÃO, 2010
Baútas	4799	»	Elevação	»		ARNAUD & GAMITO, 1972
Vila Pouca	3728	Lisboa	Elevação	»		CARREIRA & CARDOSO, 1992
Montes Claros	2742	»	»	»		JALHAY, PAÇO & RIBEIRO, 1944; CARDOSO & CARREIRA, 1995
Carnaxide	11246	Oeiras	»	»		CARDOSO, 1996
Parede		Cascais	Planície	»	2	PAÇO, SERRÃO & VICENTE, 1957; POMBAL, 2007
Miradouro dos Capuchos	182	Almada	Elevação	»		BUBNER, 1979
Moinho da Fonte do Sol	4465	Palmela	»	»		SOARES, BARBIERI & SILVA, 1972
Ponta da Passadeira	11549	Moita	Praia	Sítio especializado	4	SOARES, 2013
Alto de São Francisco	2929	Palmela	Elevação	<i>Habitat</i>		SILVA & SOARES, 1986

A complexidade dos contextos do Neolítico final também parece estar documentada em Lameiras, onde se detectou entre os lapiás, uma estrutura de interpretação complexa: “[...] *um troço de muralha com cerca de 8 m de comprimento, por 1,90 m de largura, descrevendo um ligeiro arco de círculo. [...] a sua altura não excede os 45 cm.*” (MENDES, JORDÃO & SIMÕES, 2005, p. 21).

No sítio da Parede, povoado paradigmático para este período, existem várias referências a estruturas embora a documentação gráfica seja praticamente inexistente. Na primeira publicação refere-se um aglomerado pétreo que poderia corresponder a derrubes de estruturas destruídas (PAÇO, SERRÃO & VICENTE, 1957). Cunha Serrão refere a presença de solo de cabana (a célebre polémica da *terra rossa*), empedrados, habitações, um silo e até “[...] *menos provavelmente uma muralha defensiva a Nascente.*” (SERRÃO, 1983, p. 137).

### 2.2.2 – Povoados “abertos”

A maior parte dos contextos integráveis no final do 4.º / inícios do 3.º milénio localiza-se em área aberta, sem estruturas delimitadoras. Frequentemente estes sítios são praticamente abandonados durante a primeira metade do 3.º milénio e reocupados no final, com a presença de campaniforme inciso, já em finais do 3.º milénio. Em ambos os períodos, no final do Neolítico e no final do Calcolítico, se verifica um povoamento disseminado, com soluções de implantação muito diversificadas.

- *Parede*

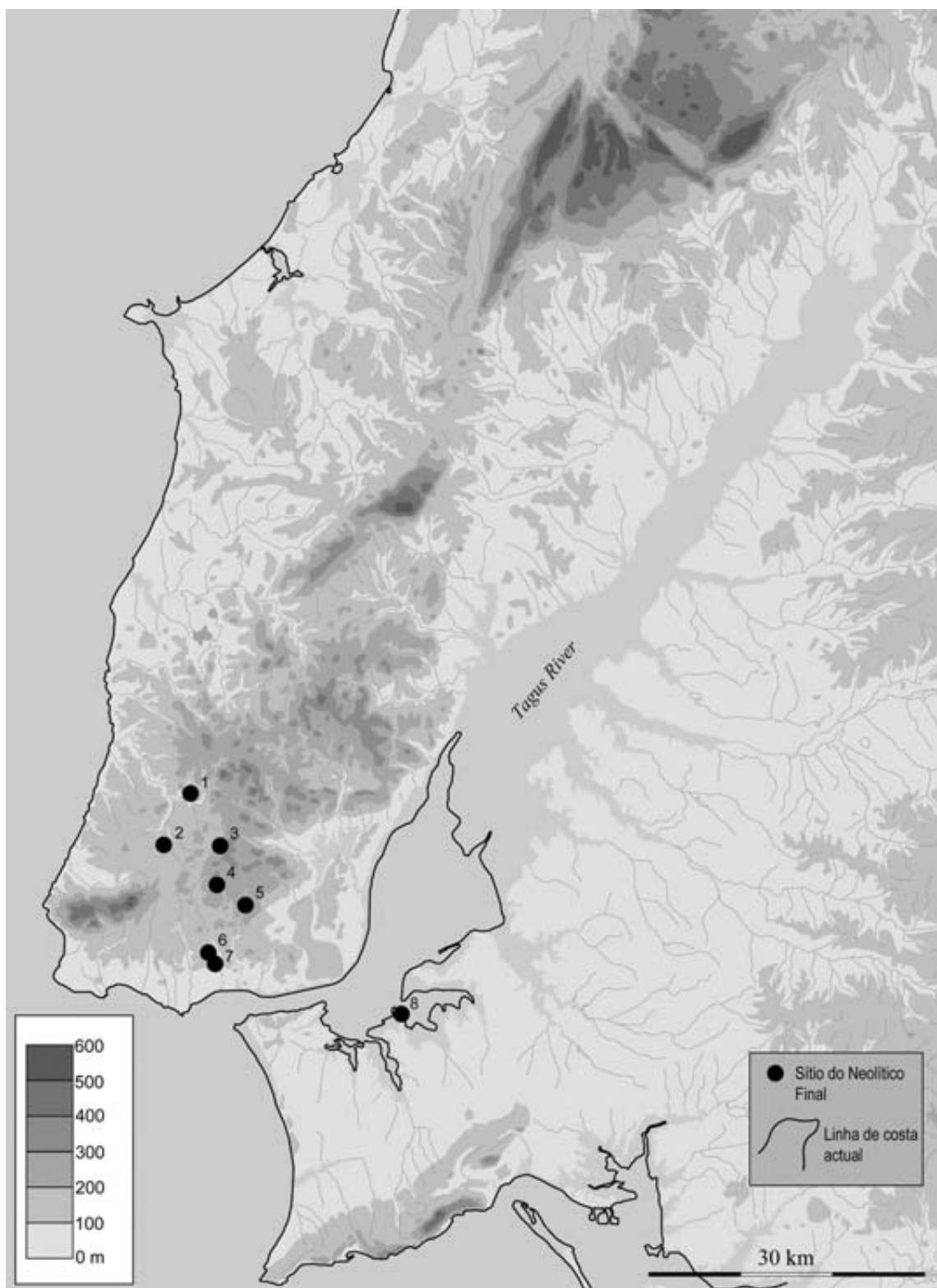
O sítio da Parede (Cascais) constitui a clássica referência do povoamento de finais do Neolítico na região de Lisboa. O seu posicionamento aberto, numa encosta de suave declive (33-34 m) e situado a menos de 1 km da linha de costa, contrasta com o modelo de implantação dos povoados fortificados calcolíticos.

A história da investigação deste sítio efectuou-se em três grandes episódios, desde a identificação efectuada por Prescott Vicente e Cunha Serrão em 1952-53 (VICENTE & SERRÃO, 1958; SERRÃO & VICENTE, 1959), à campanha de escavação dirigida pelos descobridores e por Afonso do Paço em 1956 (PAÇO, SERRÃO & VICENTE, 1957) e à derradeira campanha sob a direcção exclusiva de Afonso do Paço em 1957 (PAÇO, 1964).

Estes três momentos de intervenção no terreno originam um conjunto de publicações em que se separam as leituras de Cunha Serrão e Afonso do Paço, suscitando duas leituras estratigráficas bem distintas. Afonso do Paço identifica duas grandes fases de ocupação, Parede I e II. Ao nível Parede I correspondem “[...] *as primeiras populações que ali se fixaram.*” (PAÇO, 1964, p. 7) e Parede II apresenta comunidades “*conhecedoras das chamadas cerâmicas campaniformes*”. Cunha Serrão reacende a polémica da Parede, quando 27 anos volvidos da campanha por si dirigida, regressa com dados inéditos que vêm fundamentar a subdivisão de Parede I, atribuído ao Neolítico, Parede II ao Calcolítico inicial e Parede III e ao campaniforme (SERRÃO, 1983).

Paralelamente a esta polémica, surgiu ainda outro conceito complexo, o “grupo da Parede” (SPINDLER, 1976), consubstanciando como sítio epónimo a Parede, sítio com enormes problemas estratigráficos e uma diversidade de outros sítios que hoje sabemos não ser sincrónicos (confrontar discussão do tema em GONÇALVES, 1995).

Face à complexidade estratigráfica e aos problemas de referência estratigráfica de materiais orgânicos em escavações antigas Victor Gonçalves procurou datar artefactos em osso polido que apresentassem marcação estratigráfica: Parede I ou II (GONÇALVES, 2005; GONÇALVES & SOUSA, 2007). Verificou-se contudo que as duas amostras proporcionaram datas estatisticamente idênticas, não evidenciando as duas fases de ocupação propostas por Paço e Cunha Serrão. Possivelmente os materiais depositados no Museu Conde Castro Guimarães (Cascais) não oferecem fiabilidade de referência, como salientou o estudo de S. Pombal (POMBAL, 2007, p. 34, 47)



**Fig. 6** – Sítios de *habitat* do Neolítico final com datações radiocarbónicas na região de Lisboa: 1 – Penedo do Lexim; 2 – Lameiras; 3 – Olelas; 4 – Vale de Lobos; 5 – Serra das Éguas; 6 – Leceia; 7 – Carrascal; 8 – Ponta da Passadeira; 9 – Magoito (Base cartográfica: Maya Langley e Rui Boaventura).

As datas obtidas são igualmente muito tardias para o espectro cronológico definido cronometricamente por outros contextos com fiabilidade estratigráfica (Leceia, Vale de Lobos, Espargueira): “*As datações também não ajudam e a Parede, através delas, não recua sequer para o primeiro século do terceiro milénio a.n.e, quanto mais para os últimos do quarto, como se pretendeu.*” (GONÇALVES & SOUSA, 2007, p. 256). Os problemas estratigráficos de Parede e o artificialismo da construção do horizonte da Parede proposta por K. Spindler foram já debatidos (GONÇALVES, 1995), verificando-se que o radiocarbono dificilmente servirá para reconstituir o faseamento do sítio da Parede.

- *Vale de Lobos*

O sítio de Vale de Lobos localiza-se no concelho de Sintra, na Plataforma Litoral a Norte da Serra de Sintra, situando-se na bacia do Rio Jamor.

Actualmente situa-se na área do empreendimento Belas Clube de Campo, encontrando-se referenciado no Sistema de Informação Endovélico com essa designação (CNS 16695). Na realidade, este sítio corresponderá possivelmente ao sítio de Vale de Lobos, identificado em 1920, com acervo depositado no Museu Geológico e posteriormente estudado por K. Spindler, constituindo um dos sítios de referência para o chamado “Grupo da Parede” (SPINDLER, 1978). Em 2002, na sequência da edificação do referido empreendimento, foram detectados contextos neolíticos, realizando-se uma extensa escavação e crivagem de sedimentos (2002-2004). Alexandra Valente, arqueóloga responsável pelos trabalhos de escavação, também admite que a área sondada no empreendimento de Belas Clube de Campo corresponde ao sítio de Vale de Lobos. “*Tendo em consideração a proximidade e a coincidência do período cronológico, é bastante provável que o povoado do BCC seja o mesmo sítio do Neolítico final de Vale de Lobos.*” (VALENTE, 2006).

A abordagem arqueológica de um sítio em contexto de arqueologia preventiva é sempre condicionada pelo curso da obra e do projecto. No caso de Vale de Lobos, é provável que a área intervencionada corresponda a um sector secundário de ocupação, como evidenciaram os estudos geoarqueológicos de Diego Angelluci: “*Apesar de o considerarmos em posição secundária, o sítio apresenta um espólio arqueológico rico e em contexto estratigráfico fechado, graças aos processos de acumulação sedimentar que selaram a evidência arqueológica.*” (ANGELLUCI *apud* VALENTE, 2006, p. 28). Atendendo à existência de intensas movimentações de terra em área anexa prévias à intervenção arqueológica, é provável que o núcleo principal esteja destruído ou oculto em terraplenagens.

Deve também ser destacado que na extensa área intervencionada foi recolhido abundante espólio aparentemente apenas do Neolítico final, não se registando a presença de quaisquer fósseis indicadores de fases mais antigas do Neolítico ou de fases posteriores, já do Calcolítico. As taças carenadas e os recipientes decorados com bordos denteados são abundantes, correspondendo respectivamente a 500 fragmentos de recipientes carenados e a 177 vasos com bordo denteado (VALENTE, 2006).

Apesar da observação geo-arqueológica propôr que os contextos estivessem em posição secundária, Alexandra Valente identifica uma possível cabana: “[...] *espaço de habitat de forma oval, com cerca de cinco metros de diâmetro máximo e cerca de três metros de mínimo [...] Dentro do perímetro da cabana observou-se igualmente uma estrutura de combustão.*” (VALENTE, 2006). A morfologia da possível estrutura indica uma construção expedita, possivelmente aproveitando afloramentos rochosos. Uma das datações (Beta-220074) foi recolhida neste sector. A outra amostra (Beta-220075) foi recolhida na área de maior concentração de bordos denteados. Ambas foram obtidas por A.M.S., sob osso de *Bos*, conferindo assim um bom nível de confiança.

As duas datações absolutas (Beta-220074 e Beta-220075), correspondem justamente aos dois intervalos de tempo que parecem marcar o Neolítico final: 3340 a 2820 cal a.n.e. Face à tipologia do sítio é provável que o povoado fosse disseminado, com uma curta estratigrafia horizontal.



Até ao momento, Vale de Lobos corresponde ao único sítio escavado da Península de Lisboa de carácter monofásico, permitindo uma delimitação fina quer do período quer dos fósseis directores associados. Sendo abertos, vulneráveis à pressão antrópica e com pouca sedimentação, a maior parte dos sítios do Neolítico final estremenho regista usualmente uma forte dinâmica ocupacional, dificultando o faseamento e a seriação dos materiais.

- *Serra das Éguas / Espargueira*

O sítio da Serra das Éguas / Espargueira situa-se no concelho da Amadora, próximo da Ribeira de Carenque e do Vale da Espargueira. Identificado em 1932 por Manuel Heleno (HELENO, 1933) na sequência dos trabalhos realizados na necrópole das Baútas e nas grutas artificiais de Tojal de Vila Chão. Manuel Heleno individualiza dois povoados (Espargueira e Serra das Éguas). Essa individualização foi apenas discutida décadas mais tarde, na sequência dos trabalhos efectuados por G. Encarnação que efectuou extenso plano de sondagens (56 sondagens num total de 204 m<sup>2</sup>) entre 2003 e 2008. A referida investigadora propõe tratar-se de um mesmo sítio, polinucleado: “[...] *consideramos estar, apenas, perante um povoado integrado no Neolítico final / Calcolítico inicial, que ocupou dois espaços fisicamente distintos da elevação em forma de ferradura, sobranceira à povoação de Carenque um, na Serra das Éguas e outro, na Espargueira.*” (ENCARNAÇÃO, 2010, p. 21). Teria sido interessante complementar o plano de sondagens com um levantamento geofísico da área. Aliás, o número de sítios neolíticos e calcolíticos estremenhos com levantamentos geofísicos é praticamente inexistente, estando apenas referenciados levantamentos no Castro do Zambujal (BECKER, 2013). Foi possível obter uma datação de radiocarbono para cada um dos núcleos, confirmando-se a sua contemporaneidade.

O sector I, corresponde à Espargueira de Manuel Heleno, localizando-se a “[...] *Sudeste da linha de água que corre no fundo do vale da Espargueira.*” (ENCARNAÇÃO, 2010, p. 27). A datação foi obtida sobre osso de *Bos* (Beta-268465, 3020-2890 cal 2σ) num contexto de fundo de cabana e associada a “[...] *fragmento de grandes dimensões de placa de xisto gravada, um globular cerâmico fragmentado em 39 pedaços, assim como bordos denteados, cerâmicas carenadas, lâminas retocadas de sílex, entre outros elementos.*” (ENCARNAÇÃO, 2010, p. 89).

O sector II, corresponde à Serra das Éguas de Manuel Heleno, no “[...] *Topo e vertente Nordeste da Serra das Éguas, a Noroeste da linha de água que corre no fundo do vale da Espargueira.*” (ENCARNAÇÃO, 2010, p. 27). Optou-se pelo mesmo tipo de amostra (osso de *Bos*), também por A.M.S. (Beta-268464, 3340-2960 cal a 2σ). A amostra foi recolhida numa depressão calcária do topo onde se concentraram muitos materiais arqueológicos em bom estado de conservação (incluindo um fragmento de placa de xisto), possivelmente associados a uma área de habitação.

Os trabalhos realizados em Serra das Éguas / Espargueira evidenciam a necessidade de obter contextos seguros para serem obtidas datações de referência em sítios com tão reduzida potência sedimentar e longas reocupações.

- *Carrascal*

O sítio do Carrascal, atrás descrito, apresenta uma longa diacronia de ocupação, desde o 2.º quartel do 6.º ao último do 3.º milénio. As dez datações obtidas evidenciam o longo faseamento com duas fases principais do Neolítico antigo e do Final. Não se registou a presença de um hiato sedimentar entre as ocupações do Neolítico antigo e as do Neolítico final (CARDOSO, SOUSA & ANDRÉ, 2015). O Neolítico médio está mais uma vez ausente.

Das quatro datas obtidas para a segunda fase (camada 4), três amostras registam uma coerente datação de finais do 4.º, inícios do 3.º milénio (Wk-35558, Beta-276402, Sac-1985) e apenas uma (Sac-1987) apresenta uma

cronologia mais recente, devendo corresponder à intrusão de materiais mais recentes no enchimento do silo 2 (CARDOSO, SOUSA & ANDRÉ, 2015).

Como referido, este tipo de reocupações no Calcolítico está presente em muitos dos povoados do Neolítico final da região de Lisboa. Em Lameiras, onde se registou uma importante fase de ocupação do Neolítico final, a data obtida sobre osso de *Ovis* também se insere no 3.º milénio (OxA-29112 – 2869-2579 cal 2 $\sigma$ ), claramente uma intrusão de ocupações episódicas no Calcolítico. Seria importante complementar a base cronométrica para esta fase, atendendo à presença de estruturas e de abundante espólio (MENDES, JORDÃO & SIMÕES, 2005, p. 21).

Apesar da funcionalidade específica do sítio do Carrascal, relacionada com o talhe de sílex *in situ*, estão bem representados os principais fósseis directores do Neolítico final com 22,3 % de cerâmicas carenadas e 26,4% de vasos em aba, muitos com a típica decoração denteada (CARDOSO, SOUSA & ANDRÉ, 2015, p. 21).

- *Ponta da Passadeira*

O sítio da Ponta da Passadeira (Barreiro), constitui o único exemplo conhecido de sítio especializado para a exploração do sal na zona em estudo (SOARES, 2008; 2013). Estão referenciados outros sítios na margem esquerda do Tejo (Monte da Quinta 2), no estuário do Sado, na Comporta (Possanco) e no Algarve (Forte Novo). Certamente que existiriam outros sítios com esta tipologia, quer na Península de Setúbal quer na Península de Lisboa.

Este sítio apresenta duas fases de ocupação, correspondendo a distintas formas de uso. A ocupação do Neolítico final (camada 4) evidencia “[...] *intensa actividade oleira e de produção de sal marinho por via ígnea em formas cerâmicas.*” (SOARES, 2013, p. 175) com seis datações absolutas de diferentes tipos de amostra: conchas de *Veneropis decussata* (Beta-193895, Beta-126095, Beta-126094, Beta-139711), osso humano (OxA-6389) e carvão de *Pinus* (Beta-160055). As datações obtidas para a camada 4 estão balizadas entre 3339 e 2885, correspondendo ao intervalo de Vale de Lobos, Espargueira e Leceia.

A ocupação do Neolítico final está associada a um conjunto cerâmico que inclui formas carenadas, bordos denteados e as formas troncocónicas para produção de sal. A informação publicada não permite esclarecer a existência de continuidade / descontinuidade de ocupação com a fase 2, já da primeira metade do 3.º milénio, mas refere-se que a segunda fase estaria “marcada pela retracção do estabelecimento na área intervencionada, e pela existência de numerosas estruturas de rejeição, de tipo lixeira doméstica” (SOARES, 2008, p. 360).

## 2.2.2 – Antes das muralhas

Reveste-se de grande importância a detecção de contextos subjacentes a contextos muralhados, quer para a definição cronométrica da fase de emergência dos povoados fortificados (e do Calcolítico) quer para realizar leituras das continuidades / descontinuidades ao nível da cultura material.

Apenas em três casos encontramos claramente níveis quantitativamente significativas do Neolítico final: Leceia, Olelas e Penedo do Lexim. O caso de Leceia é paradigmático, uma vez que a sequência de datações absolutas permitiu identificar estatisticamente um hiato de ocupação entre os níveis do Neolítico final e os do Calcolítico inicial (CARDOSO & SOARES, 1996), infirmo eventuais ilações de continuidade estratigráfica. No caso de Olelas e Penedo do Lexim, a cronologia absoluta não estabelece claramente a sequência, mas evidencia preexistências. Para Vila Nova de S. Pedro parece existir uma ocupação *ex novo*. No caso do Zambujal, os novos trabalhos realizados na 4.ª linha podem indicar uma fase de ocupação imediatamente anterior às

primeiras fortificações também datada da mesma baliza temporal (Kia – 27565: 3333-2936 cal BC a 2 $\sigma$  em KUNST & LUTZ, 2008), sendo contudo escassa a presença de fósseis directores associados ao Neolítico final estremenho.

- *Leceia*

Entre os povoados fortificados estremenhos, Leceia corresponde ao único sítio onde a ocupação do Neolítico final está bem documentada em termos cronométricos, encontrando-se estatisticamente individualizado dos primeiros construtores das fortificações, já no Calcolítico inicial (CARDOSO & SOARES, 1996).

Tal como sucede com a maior parte dos povoados fortificados estremenhos, a identificação e publicação deste sítio é centenária (RIBEIRO, 1878) mas o faseamento da sua ocupação foi apenas definido após a realização do projecto de investigação dirigido por João Luís Cardoso entre 1983 e 2002 (CARDOSO, 2010 b). Apesar da abundância de materiais arqueológicos recolhidos por Carlos Ribeiro, Joaquim Fontes, Alvaro de Brée “[...] *poucos acreditavam, nos inícios da década de 1980, na existência em Leceia de estratigrafias e, muito menos, de estruturas ainda eventualmente conservadas no subsolo.*” (CARDOSO, 2010 b, p. 36). Também não existiam indicadores da ocupação do Neolítico final, a qual foi apenas detectada na quarta campanha de escavações, em 1986 (CARDOSO *et al.*, 1996, p. 47). Essa situação sucedeu igualmente no Penedo do Lexim: apesar dos milhares de materiais arqueológicos provenientes das escavações antigas (ARNAUD, OLIVEIRA & JORGE, 1970; ARNAUD, 1974-1977) e das recolhas de curiosos (SOUSA, 2010), foi apenas em 1999, na segunda campanha que detectei um estrato com a presença de materiais integráveis no Neolítico final, com taças carenadas e bordos denteados. As evidências do Penedo do Lexim e de Leceia demonstram que o actual quadro de referência com poucos sítios fortificados com ocupação prévia poderá resultar de uma insuficiente pesquisa. Tímidos sinais da presença de ocupações do 4.º milénio surgem noutros conjuntos, como por exemplo na Ota (TEXUGO, 2016).

A sequência de Leceia, com 37 datações tem já 20 anos (CARDOSO & SOARES, 1996) mas continua a ser a referência para os 4.º e 3.º milénios, com especial relevância para a definição cronométrica do início das fortificações e do final do Neolítico.

Segundo J. L. Cardoso o “Neolítico final” estaria balizado entre 3510-2900 cal a.C. Foram obtidas sete datações, quatro das quais sobre carvão e três sobre osso. Apesar de não se referir que foi efectuada uma selecção de amostras de vida curta para o carvão, não se registam grandes desfasamentos entre as datas obtidas com amostras de osso (espécies de vida curta) e as de carvão (podendo englobar espécies de vida longa e curta), observação que cobre aliás toda a sequência das 37 datações já obtidas. O hiato de ocupação entre a camada 4 (Neolítico final) e a camada 3 (Calcolítico) permitiu a boa conservação dos estratos, sem as naturais remobilizações de um contextos doméstico e também uma leitura comparativa entre as duas fases de ocupação: “*Existiu, pois, uma descontinuidade aparentemente total, na ocupação da plataforma de Leceia situável no primeiro século do III milénio a.C. [...] tanto ao nível das construções como dos espólios correspondentes ao começo do Calcolítico Inicial, bem como das características da camada correspondente.*” (CARDOSO, 2010 b, p. 39-40)

- *Penedo do Lexim*

O povoado fortificado do Penedo do Lexim, chaminé basáltica situada na margem esquerda da Ribeira de Cheleiros, actual concelho de Mafra, apresenta uma ocupação muito circunscrita durante o 4.º milénio, surgindo apenas em dois pontos restritos (*locus* 1 e *locus* 5). Essa pequena ocupação deixou poucas marcas no sítio, razão pela qual apenas foi detectada tardiamente.

No topo do Penedo do Lexim, *locus* 1, detectou-se o contexto melhor preservado incluindo abundante matéria orgânica que possibilitou estudo faunístico (MORENO GARCÍA & SOUSA, 2015) e crono-tipológico, incluindo bordos denteados, cerâmica carenada, pontas de seta de base triangular (SOUSA, 2003).

Foram efectuadas três datações para esta camada (U.E. 19) mas nenhuma das amostras se enquadrou no patamar cronológico expectável face aos dados registados noutros sítios arqueológicos que apresentam a mesma fase de ocupação.

Vários factores podem explicar este desfasamento. Em primeiro lugar este sector foi sujeito a vandalismos que perturbaram a leitura estratigráfica (SOUSA, 1999). Complementarmente, deve ser destacado que a escassa sedimentação do topo do penedo (*locus* 1) e a concentração de ocupações (incluindo fases pós calcolíticas), tornam muito complexa a leitura estratigráfica. Em fase final do estudo do sítio detectei duas áreas bem preservadas, sem a presença de materiais intrusivos, podendo perspectivar-se novas datações.

A camada U.E. 19, primeiro depósito antrópico no topo do Penedo do Lexim, parece claramente que não corresponde a um contexto “fechado”. A camada de ocupação do Calcolítico inicial teria incorporado estes frágeis vestígios de ocupação prévia ao 3.º milénio durante o Calcolítico inicial, quando se edificam as muralhas entre 2890-2620 cal a.n.e. (Beta-175774).

- *Olelas*

Olelas implanta-se na extremidade de uma cumeada, na Serra de Olelas, concelho de Sintra, na margem direita da Ribeira de Cheleiros. A detecção de Olelas remonta ao século XIX (RIBEIRO, 1879, p. 95). Em inícios do século XX, verificaram-se novos trabalhos conduzidos por Vergílio Correia (CORREIA, 1914) e Mello Nogueira (NOGUEIRA, 1933), procedendo-se à localização do povoado e das grutas do vale da Calada, bem como a recolhas de material arqueológico. Em 1952 efectuam-se as primeiras escavações em Olelas sob a direcção de Eduardo da Cunha Serrão e Eduardo Prescott Vicente, com posteriores campanhas em 1953 (SERRÃO & VICENTE, 1958, p. 92), 1957 e 1959 (SERRÃO & VICENTE, 1959, p. 309).

Com os trabalhos desenvolvidos por Ludgero Gonçalves entre 1988 e 1992, o estudo de Olelas foi retomado e definitivamente definida a morfologia deste povoado fortificado, obtendo-se seis datações radiocarbónicas. O conhecimento sobre este sítio arqueológico está ainda em fase inicial, no que se refere à morfologia da ocupação, uma vez que os trabalhos se circunscreveram à plataforma superior, e no que se refere ao faseamento da ocupação.

A sequência de ocupação do local ter-se-á iniciado no Neolítico antigo, evidência confirmada pela presença de cerâmicas de decoração incisa e impressa, com paralelos regionais no sítio de São Pedro de Canaferrim. Esta fase de ocupação não se encontra datada pelo radiocarbono, mas encontra-se bem documentado em termos de cultura material, especialmente numa plataforma intermédia designada por Cunha Serrão e Prescott Vicente como “terreno A”. Também em Olelas foi detectado um nível de ocupação que se integra no Neolítico final, objecto de datações absolutas (MARQUES GONÇALVES, 1997).

As datações disponíveis são porém respeitantes às intervenções efectuadas por João Ludgero Gonçalves, referentes à chamada “torre 3”, estrutura identificada por este arqueólogo e que, segundo este: “[...] *terminou a sua vida útil (talvez devido ao seu desmoronamento parcial) ainda no Calcolítico inicial e que não teve tempo de chegar ao Calcolítico médio.*” (MARQUES GONÇALVES, 1997, p. 223).

Segundo Ludgero Gonçalves, a ocupação “neolítica” encontra-se documentada nas camadas 4 e “camada 3 / fundo”, sendo a camada 4 caracterizada pela coexistência de cerâmica decorada e taças carenadas e a “camada 3 / fundo” pela presença de bordos denteados e copos canelados. A separação entre uma fase apenas com taças carenadas e outra com bordos denteados não encontra paralelos. Foi apenas obtida uma



Tabela 4  
Datações radiocarbônicas de povoados do Neolítico final

Ref. <sup>a</sup> Lab.	Tipo amostra	Contexto	Data convencional (BP)	Data cal. (2σ) Cal BC*	Referências
<b>VALE DE LOBOS</b>					
Beta-220074	Osso ( <i>Bos</i> )	Cabana 1	4290 ± 40	2930-2880	VALENTE, 2006
Beta-220075	»	Sector 7	4490 ± 40	3350-3020	
<b>LECEIA</b>					
ICEN-1160	Carvão	Camada 4	4630 ± 45	3260-3110	CARDOSO & SOARES 1996
ICEN-312	»	Camada 4	4530 ± 100	3610-2920	
ICEN-313	»	Camada 4	4520 ± 70	3630-2890	
ICEN-316	»	Camada 4	4520 ± 70	3490-2930	
ICEN-1161	Osso	Camada 4	4440 ± 50	3337-2917	
ICEN-1159	»	Camada 4	4430 ± 50	3333-2915	
ICEN-1158	»	Camada 4	4320 ± 60	3090-2710	
<b>SERRA DAS ÉGUAS - ESPARGUEIRA</b>					
Beta-268464	Osso ( <i>Bos sp</i> )	Sector II. C2, Contexto 2	4330 ± 40	3020-2890	ENCARNAÇÃO, 2010
Beta-268465	Osso ( <i>Bos sp</i> )	Sector II. O, Contexto 2	4460 ± 40	3340-2960	
<b>CARRASCAL</b>					
Wk-35558	Furador de osso polido		4421 ± 25	3304-2924	CARDOSO <i>et al.</i> , 2015
Beta-276402	Osso indeterminado		4320 ± 40	3079-2883	
Sac-1985	Osso	Fossa 1	4350 ± 40	3089-2894	CARDOSO, 2009
Sac-1987	»	Fossa 2	3920 ± 50	2567-2213	
<b>MAGOITO</b>					
ICEN-427	<i>Mytilus sp.</i>	2A M1,2	4690 ± 60	3020-2660	SOARES, 2003
ICEN-540	<i>Mytilus sp.</i>	2A M2,2	4970 ± 45	3360-3080	
<b>LAMEIRAS</b>					
OxA-29112	Úmero <i>Ovis</i>	71	4122 ± 33	2869-2579	DAVIS & SIMÕES, 2015
<b>PENEDO DO LEXIM</b>					
Beta-186854	Osso ( <i>Sus sus</i> )	19		2870-2630	SOUSA, 2010

\*Segundo as curvas de calibração IntCal13 (amostras da biosfera terrestre) e Marine13 (amostras da biosfera marinha) de Reimer *et al.*, 2013 e com base no programa CALIB rev7.0 (STUIVER & REIMER, 1993). Utilizou-se para ΔR o valor de 95 ± 15 anos <sup>14</sup>C (SOARES & DIAS, 2006).

data para a camada 4, neolítica (ICEN-878), apresentando uma datação de meados do 4.º milénio, numa faixa cronológica ligeiramente mais antiga do que a que foi registada para Leceia.

Se as datas obtidas para o nível “neolítico” revelam um certo desajuste com contextos fechados bem datados, as datações atribuídas ao Calcolítico inicial são também pouco esclarecedoras. Na realidade, as datações da camada 3 podem enquadrar-se perfeitamente no parâmetro cronológico definido por J. L. Cardoso para o Neolítico final mas Ludgero Gonçalves associa a esta camada um “Calcolítico inicial”. A presença de bordos denteados neste conjunto pode aliás evidenciar a presença de materiais remobilizados. Estamos portanto perante um desajuste entre a sequência estratigráfica e as datações absolutas.

Se as datas “datam”, então Olelas evidencia uma importante ocupação do Neolítico final que teria afectado os níveis mais antigos e uma ocupação calcolítica que remobiliza e incorpora sedimentos desta ocupação.

O próprio contexto seleccionado para obtenção de amostras assume *de per se*, grandes problemas estratigráficos: datando-se a sequência no interior da torre podem ter existido remobilização de sedimentos, escavação de fundações. Não estando publicada a sequência estratigráfica não podemos avaliar correctamente estes dados. É justamente do exterior da “torre 3” que provêm amostras que datam momentos posteriores (ICEN-347, ICEN-346), já da primeira metade do 3.º milénio, mas não é apresentada qualquer informação sobre os contextos estratigráficos destas amostras.

### 2.2.3 – Fósseis directores e cronologia absoluta: ainda o “Grupo da Parede”

O número de sítios datados integráveis no chamado “Neolítico final” é ainda muito reduzido: apenas oito povoados, mas somente em quatro casos a sequência de datações apresenta fiabilidade de amostras, contextos e materiais: Leceia, Carrascal, Vale de Lobos e Serra das Éguas / Espargueira.

As dificuldades de definição cronométrica são evidentes quer em contextos subjacentes a povoados murallhados (Penedo do Lexim, Olelas, Zambujal) onde existem dinâmicas deposicionais com remobilização de sedimento quer em povoados abertos com escassa sedimentação e longas reocupações (Lameiras).

Porém, a atribuição ao Neolítico final continua baseada na presença / ausência de fósseis directores específicos como as formas carenadas e os bordos denteados. Estes materiais estão praticamente ausentes dos monumentos megalíticos, como evidenciou Rui Boaventura: “O único fragmento de bordo denteado (MG179.165B), normalmente atribuído ao “Neolítico final”, mas também ao “*Calcolítico inicial* [...] *proveio de uma das antas de Trigache. No entanto, o desconhecimento da sua proveniência específica limita qualquer ilação mais adequada. [...]. Também os vasos carenados são espécimes raros nas antas. De facto, com excepção de um conjunto de peças carenadas de cariz cronológico mais recente, apenas em Casáinhos parece registar-se um recipiente carenado atribuível ao «Neolítico final» [...].”* (BOAVENTURA, 2009, p. 260).

Importa fazer uma curta referência a estes materiais e a sua definição cronométrica.

#### • *Formas carenadas*

As *formas carenadas* têm sido continuamente referidas como parte de um conjunto artefactual associado ao Neolítico final. O vaso carenado é uma forma fechada composta, integrando uma forma muitas vezes hiperbolóide com um segmento de esfera, separando-se estas duas formas por um ponto de ruptura abrupto. O seu surgimento em variados contextos do Neolítico final poderá reflectir alguma mudança dos hábitos alimentares (num raciocínio similar ao dos pratos calcolíticos): “[...] *the very widespread of the carinated bowl form in fourth/third millenia BC may be connected with an equally generalized set of ideas about how food should be handled and consumed.*” (THOMAS, 1991, p. 74).

Na Península de Lisboa, parece plausível uma generalização das formas carenadas nos finais do 4.º milénio a.n e. o seu desaparecimento ao longo da primeira metade do 3.º.

Quanto aos sítios com ocupação em continuidade para o Calcolítico inicial, é nítida a representatividade das formas carenadas na transição 4.º / 3.º milénios e o seu desaparecimento no Calcolítico inicial.

Em Leceia as formas carenadas surgem fundamentalmente no nível de Neolítico final, persistindo em baixa proporção ao longo da ocupação calcolítica do povoado: “[...] a taça carenada (forma 4), com 12,8% na C.4 – Estrutura QQ e 24,1% na C.4 – Estrutura R, reduz-se para apenas 1,7% na C.3.” (CARDOSO, SOARES & SILVA, 1996, p. 76).

Também no Zambujal existe uma pervivência residual de formas carenadas (SANGMEISTER & SCHUBART, 1981, formas Ia4, Ib2), embora a proveniência estratigráfica seja, neste caso, de difícil compreensão (vejam-se as dificuldades em correlacionar estratigráfica e cronologicamente as cerâmicas decoradas em KUNST, 1987 e KUNST, 1995).

Para o Penedo do Lexim, a camada base do *locus* 1 (UE 19) tem a maior proporção de formas carenadas de todo o conjunto (6%). O número relativamente baixo de formas carenadas no Penedo do Lexim poderá estar relacionado com a possibilidade da presença incipiente de uma ocupação do Neolítico final homogeneizada com a ocupação do Calcolítico inicial no *locus* 1. Deve também referir-se que, em geral, as formas carenadas se encontram praticamente ausentes do reportório cerâmico do Penedo do Lexim, registando-se globalmente apenas 116 fragmentos cerâmicos com carena – 1% do total do conjunto cerâmico. Dominam as carenas altas, consubstanciando os “vasos carenados”.

Nos povoados abertos, os valores são similares aos registados na camada 4 de Leceia.

Em Vale de Lobos, o número provisório de total de formas carenadas ascende a 18% do conjunto, num total de 249 bordos carenados e 251 bojos com carena (VALENTE, 2006, p. 36).

No Carrascal, o repertório cerâmico é dominado pelas formas carenadas (22,3%) e pelos vasos de bordo em aba, outro discreto fóssil director do Neolítico final, sobre o qual frequentemente são aplicadas decorações denteadas ou entalhadas. As formas carenadas são de posicionamento baixo a médio (12,7%), registando-se ainda as típicas carenas altas da Península de Lisboa (CARDOSO, SOUSA & ANDRÉ, 2015, p. 215).

O conjunto das formas carenadas de Serra das Éguas / Espargueira foi objecto de um estudo exaustivo quer do espólio depositado no Museu Nacional de Arqueologia (124 fragmentos) quer do acervo recolhido nas campanhas de prospecção e escavação realizadas pelo Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal da Amadora (665 fragmentos). Dominam as carenas altas e muito altas (ENCARNAÇÃO, 2010, p. 74), tendo sido identificadas três grandes categorias com carenas: vasos, taças e pratos. Ainda que se discuta a viabilidade de integrar neste conjunto os pratos, deve salientar-se que em outros conjuntos do Alentejo surgem formas de transição prato / taça como na Sala n.º 1 (RENDEIRO, 2014).

- *Bordos denteados*

A decoração no bordo (denteada, entalhada ou digitada) em formas abertas, é uma especificidade da região de Lisboa. Embora a decoração no bordo esteja presente em cerâmicas do Neolítico antigo, frequentemente em associação a outros motivos decorativos, é no Neolítico final estremenho que este tipo de decoração surge, quase sempre associado a formas abertas. Na Parede, onde se registou um conjunto significativo, a decoração denteada surge em 96% de formas abertas (pratos-1%; taças – 16%; taças em calote – 54%; taças em calote alta – 6%; vasos fundos – 1%; indeterminado – 21%) (POMBAL, 2007, p. 51-52).

Comparativamente com o Neolítico antigo evoluído e Neolítico médio antigo, a decoração cerâmica em finais do 4.º milénio é quase inexistente, correspondendo quase exclusivamente às decorações denteadas, também presentes em cordões plásticos.

Tal como sucede para a maior parte das decorações dos finais do 4.º e 3.º milénios estremenhos, não se conhece qualquer recipiente completo com decoração de tipo denteado. Apesar de estarem pontualmente presentes nas necrópoles (Trigache, Alapraia por exemplo), é nos contextos domésticos, com elevados níveis de fragmentação, que encontramos representados mais abundantemente estes recipientes decorados.

Não conhecemos ainda bem a origem deste tipo decorativo e do quase desaparecimento de outras decorações: “*Seria interessante procurar uma razão para explicar esta quase exclusividade, no Neolítico final da Estremadura, por deste tipo de decorações, tão homogéneo, quando visto globalmente, mas tão diverso, quando analisado em pormenor, evidenciando-se a riqueza dos detalhes decorativos.*” (CARDOSO, SOUSA & ANDRÉ, 2015, p. 199).

Estas decorações evidenciam uma escassa padronização, contrastando com a uniformidade das cerâmicas decoradas caneladas e do grupo folha de acácia durante o Calcolítico inicial e Pleno. Para Leceia, num conjunto consideravelmente alargado, João Luís Cardoso refere que “[...] *pode afirmar-se ser difícil encontrar dois exemplares de bordos denteados idênticos, tal a diversidade e a riqueza formal que exibem os exemplares recolhidos em Leceia.*” (CARDOSO, 2006, p. 22). A decoração de tipo denteado distingue-se da restante decoração das cerâmicas do 4.º e 3.º milénio, aproximando-se mais de decoração *plástica*, com a transformação morfológica do recipiente, do que a decoração *gráfica* com padrões decorativos.

A cronologia das cerâmicas denteadas parece concentrar-se em finais do 4.º milénio. Essa evidência surge em sítios multifaseados como Leceia onde 73% dos bordos denteados foram recolhidos na camada 4, datada do Neolítico final (CARDOSO, 2006), mas também em sítios ocupados durante um período de tempo mais limitado, como Vale de Lobos, datado de finais do 4.º / inícios do 3.º milénio (VALENTE, 2006). No Carrascal foram recolhidos 173 bordos denteados para um total de 2613 formas classificáveis, evidenciando que a decoração, mesmo a denteada, é bastante reduzida (CARDOSO, SOUSA & ANDRÉ, 2015, p. 198 e 215). O povoado da Parede apresenta o mais elevado conjunto de bordos denteados publicado (322 bordos – POMBAL, 2007), constituindo um sítio de referência para a análise do 4.º milénio. Contudo, face à encruzilhada estratigráfica dos trabalhos arqueológicos aqui desenvolvidos (*cf.* SERRÃO, 1983 e as revisões de GONÇALVES, 1995) é muito limitada a sua inserção cronométrica.

A presença de cerâmica de bordos denteados tem sido recorrentemente usada para a atribuição cronocultural do Neolítico final estremenho. Contudo, em conjuntos de superfície deverá considerar-se a necessidade de prudência, atendendo à presença desta decoração cerâmica na Idade do Bronze, como aliás assinala Rui Boaventura a propósito do Castelo da Amoreira (BOAVENTURA, PIMENTA & VALLES, 2013).

Quer em Leceia quer na Serra das Éguas / Espargueira parece registar-se a presença pontual de formas carenadas com decoração denteada, correspondendo a uma combinatória das duas.

#### 2.2.4 – As muralhas mudam tudo?

No presente trabalho estabeleci como limite superior para o enquadramento cronológico do Neolítico final o aparecimento das primeiras muralhas na Estremadura. O número de povoados fortificados estremenhos com datações absolutas ascende actualmente a 12 ocorrências (Vila Nova de São Pedro, Pragança, Zambujal, Castelo,

Penedo do Lexim, Moita da Ladra, Olelas, Penha Verde, Leceia, Rotura, Chibanes, Outeiro Redondo) ascendendo já a 104 datas (GONÇALVES *et al.*, no prelo). Este *corpus* de datações apresenta diversos tipos



de amostra e de contextos datados, parecendo actualmente bastante que o limite será por volta de 2800. No estudo bayesiano efectuado com Rui Boaventura, a fase de arranque das fortificações associadas a copos e taças caneladas está bem definida cronometricamente entre 2860-2640 cal 2 sigma.

Considero que este momento corresponde à viragem para as sociedades de arqueometalurgistas, embora na Estremadura a metalurgia do Cobre pareça mais tardia que o advento das muralhas em sítios como Leceia (MULLER & CARDOSO, 2008) ou no Penedo do Lexim (SOUSA, 2010). Nestes sítios, o advento das fortificações não está associado às muralhas.

O que muda então com as muralhas? Tudo indica que muda o padrão de povoamento com sinais de concentração em áreas com defensabilidade, consolida-se a circulação de objectos exóticos, intensificam-se actividades artesanais com níveis de especialização.

Em meados da década de 90, V. Gonçalves (1995, p. 198) propunha que o Neolítico final corresponderia ao processo de consolidação das sociedades camponesas, durante os primeiros séculos do 3.º milénio a.n.e., não devendo recuar para além de 2900–2800 a.n.e. (GONÇALVES, 2007, p. 85). O conceito de transição 4.º / 3.º milénio corresponde assim a este momento que chamamos Neolítico final, com todo o artificialismo que este tipo de designação encerra.

Para o Sul, a fase correspondente, também com taças carenadas, Rui Boaventura e Rui Mataloto propõem uma delimitação em “[...] *fnais do terceiro quartel do IV milénio a.n.e., esvaindo -se no último quartel deste.*” (MATALOTO & BOAVENTURA, 2009, p. 64).

### 3 – PERSPECTIVAS

Num exercício com 2500 anos, 16 sítios datados e 57 datações absolutas, estamos ainda no limiar de compreender as dinâmicas cronológicas e culturais das comunidades que ocuparam a região de Lisboa desde meados do 6.º a alvares do 3.º milénio.

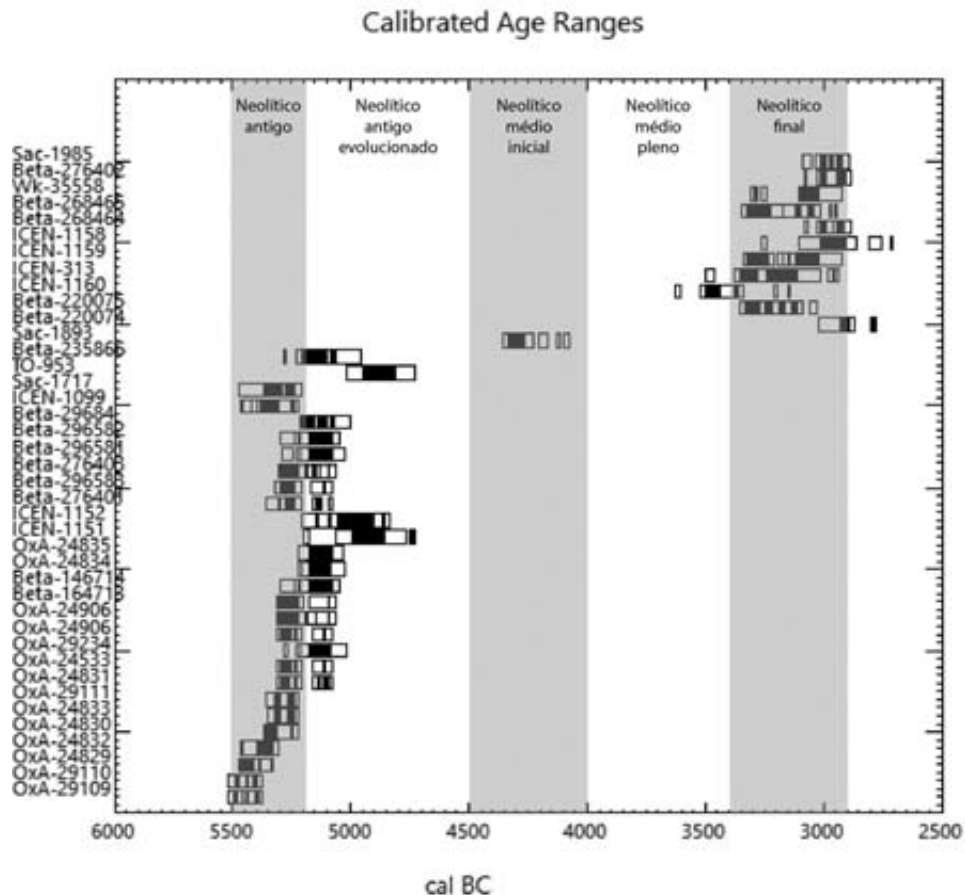
O modelo cronométrico estrutura-se essencialmente para os conjuntos com níveis de confiança no tipo de amostra, na fiabilidade estratigráfica e nas associações com elementos da cultura material. Em alguns casos temos contextos e materiais descritos com detalhe mas com poucas datas e de baixa confiança. Noutros, apesar da qualidade e quantidade de datas temos pouca informação cultural.

Precisa-se de mais e melhor datas e de mais sequências. O faseamento de Leceia assume especial importância para a compreensão da sequência 4.º - 3.º milénio. Para fases anteriores, é possível que sítios como Lameiras possam vir a colmatar a lacuna de informação para a sequência do Neolítico, associando amostras de espécies domésticas a contextos de cultura material.

No actual estado das pesquisas, podemos conceber os seguintes intervalos para a região de Lisboa:

1. 5500 / 5400-5200: primeira fase de neolitização, com plena agricultura e pastorícia externos ao território peninsular e evidências de uma grande rapidez no processo;
2. 5200-4500: segunda fase de neolitização, com aumento do número e tipo de sítios. Possivelmente existirá um faseamento interno neste Neolítico antigo Evoluído.
3. 4500-4000: fase de transição entre o Neolítico antigo e médio, correspondendo a um Neolítico médio inicial, com menor percentagem de componentes da cultura material de matriz antiga, como a decoração da cerâmica.

4. 4000-3400: fase de origem do Megalitismo, inicialmente de gruta e depois construído. Total invisibilidade no registo arqueológico na região de Lisboa.
5. 3400-2900: consolidação das sociedades camponesas, fase de crescimento demográfico e de eclosão de vários tipos de arquitecturas megalíticas, correspondendo ao Neolítico recente.



**Fig. 7** – Faseamento do Neolítico da região de Lisboa. Apenas foram consideradas as amostras com intervalos de tempo inferior a 100 anos e não foram incluídas as datas sobre concha.

O presente texto constitui uma (longa) aproximação às problemáticas cronométricas da região de Lisboa. Estamos ainda muito longe de poder avançar com modelos estatísticos fechados, atendendo às enormes lacunas. Apenas conhecemos bem os dois intervalos, de início do processo de neolitização e da consolidação plena, prévia às muralhas. O que fica no meio é ainda uma nebulosa, com alguns pontos e muitos vazios.

A precocidade das datas do início do Neolítico na região de Lisboa vêm reposicionar esta região no quadro geral do processo à escala peninsular. Entre o Atlântico, o Tejo e o Sado, a região mais ocidental da Europa foi centro e periferia em diversos momentos da Pré-História.

Neste extenso ensaio, comecei nas antas e terminei nas muralhas, os temas do doutoramento do Rui Boaventura e do meu próprio percurso. No caminho ficaram muitas questões e poucas respostas. Tal como a razão deste texto de homenagem ao investigador, ao colega e amigo.

## REFERÊNCIAS

- ÁLVAREZ-FERNÁNDEZ, E.; ARIAS, P.; DINIZ, M. & SIMÕES, T. (2012) – Marine Resource exploitation during the Mesolithic and the Early Neolithic in Portugal: Preliminary data from Poças de São Bento (Alcácer do Sal) and Lapiás das Lameiras (Sintra). Paper delivered at Archaeomalacology Working Group.
- ANGELUCCI, D.; COSTA, C.; MURALHA, J. (2004) – Ocupação neolítica e pedogénese médio-holocénica na Encosta de Sant’Ana (Lisboa): considerações geoarqueológicas. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7 (2), p. 27-47.
- ANGELUCCI, D.; SOARES, M.; ALMEIDA, L.; BRITO, R. & LEITÃO, V. (2007) – Neolithic occupation and mid-holocene soil formation at Encosta de Sant’ Ana (Lisbon, Portugal): a geoarchaeological approach. *Journal of Archaeological Science*. 34, p. 1641-1648.
- ARAÚJO, A. C. & ZILHÃO, J. (1991) – *Arqueologia do Parque Natural das Serras de Aire e dos Candeeiros*. Lisboa: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza (Coleção Estudos, 8).
- ARNAUD, J. M. (1974-77) – Escavações no Penedo do Lexim (Mafra) 1975: notícia preliminar. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 3 (8-9), p. 398-406.
- ARNAUD, J. M.; OLIVEIRA, V. S. & JORGE, V. O. (1971) – O povoado fortificado neo e eneolítico do Penedo do Lexim (Mafra): campanha preliminar de escavações (1970). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 3 (5), p. 97-132.
- ARRUDA, A. M.; SOARES, A. M.; FREITAS, V. T.; OLIVEIRA, C. F.; MARTINS, J. M. & PORTELA, P. (2013) – A cronologia relativa e absoluta da ocupação sidérica do Castelo de Castro Marim. *Saguntum*. Valencia. 45, p. 101-111.
- BARROS, L.; SOARES, J. & SILVA, C. T. (1979) – Identificação de uma jazida neolítica em Fonte de Sesimbra (Santana, Sesimbra). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 5, p. 47-65.
- BAYLISS, A.; BEAVAN, N.; RAMSEY, C. B.; DELGADO-HUERTAS, A.; ZORITA BONILLA, M. D.; DUNBAR, E.; FERNÁNDEZ FLORES, A.; GARCÍA SANJUÁN, L.; HAMILTON, D.; MORA-GONZÁLEZ, A. & WHITTLE, A. (2016) – Capítulo 21. La Cronología Radiocarbónica del Tholos de Montelirio. *Montelirio. Un gran monumento Megalítico de la Edad del Cobre*. Sevilla: Junta de Andalucía, p. 485-502.
- BARBOSA, R. A. (2012) – *A pedra talhada do Neolítico antigo do povoado das Baútas (Amadora)*. Mestrado em Arqueologia Pré-Histórica e Arte Rupestre. Instituto Politécnico de Tomar/Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- BECKER, H. (2013) – Magnetic prospecting at Zambujal in 2001: a test for archaeological prospection. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 16, p. 133-135.
- BERNABEU, J.; BARTON, C. M. & PEREZ RIPOLL, M. (2001) – A taphonomic perspective on Neolithic beginnings: theory, interpretation, and empirical data in the Western Mediterranean”. *Journal of Archaeological Science*. 28, p. 597-612.
- BOAVENTURA, R. (2009) – *As antas e o Megalitismo da região de Lisboa*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa. 2 vol. Policopiado.
- BOAVENTURA, R. (2001) – *O Sítio Calcolítico do Pombal: Uma Possível Recuperação de Velhos e Novos Dados*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- BOAVENTURA, R. (2011) – Chronology of Megalithism in South-Central Portugal. In GARCÍA SANJUÁN, L.; CHRIS SCARRE, C. & WEATLEY, D. (eds.) – *Exploring Time and Matter in Prehistoric Monuments: Absolute Chronology and Rare Rocks in European Megaliths*. Andalucía: Consejería de Cultura (Menga Monograph Series, 1).
- BOAVENTURA, R. & MATALOTO, R. (2013) – Entre mortos e vivos: Nótulas acerca da cronologia absoluta do Megalitismo do Sul de Portugal. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 16, p. 81-101.

- BOAVENTURA, R.; PIMENTA, J. & VALLES, E. (2013) – O povoado do Bronze final do Castelo da Amoreira (Odivelas). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 623-640.
- BÜBNER, T. (1979) – Die Aneolithische auf Dem Miradouro dos Capuchos. *Madrider Beiträge*. Heidelberg. 20, p. 11.42.
- CARDOSO, J. L. (1993) – Leceia. 1983-1993. Escavações do povoado fortificado pré-histórico. *Estudos arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. Número especial, 163 p.
- CARDOSO, J. L. (1996) – Materiais arqueológicos inéditos do povoado pré-histórico de Carnaxide (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 27-45.
- CARDOSO, J. L. (1997) – *O povoado de Leceia (Oeiras), sentinela do Tejo*. Lisboa/Oeiras: Museu Nacional de Arqueologia/Câmara Municipal de Oeiras. 128 p.
- CARDOSO, J. L. (1997/1998) – O povoado do Neolítico Final do Carrascal, Leceia (Oeiras). Notícia preliminar. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras, 7, p. 25-53.
- CARDOSO, J. L. (2003) – A gruta do Correio-Mor (Loures). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 11, p. 229 -321.
- CARDOSO, J. L. (2004) – A Baixa Estremadura dos finais do IV milénio a.C. até à chegada dos romanos: um ensaio de História Regional. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 12.
- CARDOSO, J. L. (2006) – As cerâmicas decoradas pré-campaniformes do povoado pré-histórico de Leceia: suas características e distribuição estratigráfica. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 14, p. 9-276.
- CARDOSO, J. L. (2010 a) – O Neolítico antigo da Baixa Estremadura: as investigações dos últimos cinco anos. In CARVALHO, A. F. & GIBAJA, J. F. (eds.) – *Os últimos caçadores-recolectores e as primeiras comunidades produtoras do sul da Península Ibérica e do norte de Marrocos*. Faro: Universidade do Algarve, pp. 23-48 (Promontoria Monográfica, 15).
- CARDOSO, J. L. (2010 b) – Povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras): evolução arquitectónica do sistema defensivo e das técnicas construtivas correlativas. In GONÇALVES, V. S. & SOUSA, A. C. (eds.) – *Transformação e mudança no Centro e Sul de Portugal: o 4.º e o 3.º milénios a.n.e.* Cascais: Câmara Municipal de Cascais/UNIARQ, pp. 43-63 (Colecção Cascais Tempos Antigos, 2).
- CARDOSO, J. L. (2011) – A estação do Neolítico antigo do Carrascal (Oeiras, Lisboa, Portugal). In BERNABEU, J.; ROJO GUERRA, M. & MOLINA, L. (coords.) – *Las primeras producciones cerámicas: el VI milénio cal a.C. en la Península Ibérica. Saguntum Extra*. Valencia. 12, p. 259 -262.
- CARDOSO, J. L. (2013) – O povoado pré-histórico do Outeiro Redondo (Sesimbra). Resultados da primeira fase de escavações arqueológicas (2005-2008). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 641-730.
- CARDOSO, J. L. (2014) – O povoado calcolítico fortificado da Moita da Ladra (Vila Franca de Xira, Lisboa): resultados das escavações efectuadas (2003-2006). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 21, p. 217-294.
- CARDOSO, J. L. (2015 a) – A Estação do Neolítico antigo do Carrascal (Oeiras, Lisboa, Portugal). In GONÇALVES, V. S.; DINIZ, M. & SOUSA, A. C. (eds.) – *Actas do 5.º Congresso do Neolítico Peninsular*. Lisboa: UNIARQ, p. 159-168.
- CARDOSO, J. L. (2015 b) – Na Estremadura do Neolítico antigo ao Neolítico final: os contributos de um percurso pessoal. In DINIZ, M.; NEVES, C. & MARTINS, A. – *O Neolítico em Portugal antes do Horizonte 2020: perspectivas em debate*. Lisboa: Associação de Arqueólogos Portugueses, pp. 26-49 (Monografias da AAP, 2).
- CARDOSO, J. L. & BARROS DA COSTA, J. (1992) – Estação pré-histórica de Barotas (Oeiras). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9-10, p. 229-245.
- CARDOSO, J. L. & CARREIRA, J. L. (1995) – O povoado pré-histórico de Montes Claros (Lisboa): Resultados das escavações de 1988. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5, p. 263-276.



- CARDOSO, J. L. & SOARES, A. M. (1995) – Sobre a cronologia absoluta das grutas artificiais da Estremadura portuguesa. *Al-Madan*. Almada, 2ª série, 4, p. 10-13.
- CARDOSO, J. L. & SOARES, A. M. (1996) – Contribution d'une série de datations <sup>14</sup>C provenant du site de Leceia (Oeiras, Portugal), à la chronologie absolue du néolithique et du calcolitique de l'Estremadura portugaise. In COLLOQUE D'ARCHEOMETRIE, Perigueux, 1995 – *L'archéométrie dans les pays européens de langue latine et l'implication de l'archéométrie dans les grands travaux de sauvetage archéologique: actes du colloque...* Rennes: Université, 1996. p. 45-50. Supplément à la *Révue d'Archeometrie*.
- CARDOSO, J. L. & CANINAS, J. C. (2010) – Resultados preliminares da escavação integral de um povoado calcolítico muralhado. *Transformação e mudança no Centro e Sul de Portugal: o 4.º e o 3.º milénios a.n.e.* (GONÇALVES, V. S. & SOUSA, A. C. (ed.) Cascais: Câmara Municipal de Cascais e UNIARQ, pp. 65-95 (Coleção Cascais Tempos Antigos 2).
- CARDOSO, J. L. & CARVALHO, A. F. (2010-2011) – A gruta da Furninha (Peniche): estudo dos espólios das necrópoles neolíticas. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 333-392.
- CARDOSO, J. L.; SOARES, J. & SILVA, C. T. (1996) – A ocupação neolítica de Leceia (Oeiras): materiais recolhidos em 1987 e 1988. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 47-91.
- CARDOSO, J. L.; CARREIRA, J. R. & FERREIRA, O. V. (1996) – Novos elementos para o estudo do Neolítico Antigo da região de Lisboa. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 9-26.
- CARREIRA, J. R. & CARDOSO, J. L. (1992) – Testemunhos da ocupação neolítica da Serra do Monsanto. *Al-madan*. Almada. 2.ª Série, 1, p. 15-18.
- CARREIRA, J. R. & LOPES, F. P. (1994) – A ocupação pré-histórica de Casas Velhas (Mafra). *Actas das 5.ªs Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, vol. 2, p. 137-146.
- CARVALHO, A. F. (2003) – A emergência do Neolítico no actual território português: pressupostos teóricos, modelos interpretativos e a evidência empírica. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 21, p. 65-15.
- CARVALHO, A. F. (2005) – As mais antigas sociedades camponesas da Península de Lisboa (c. 5200-4500 cal BC). In GONÇALVES, V. S. (ed.) – *Cascais há 5000 anos*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, pp. 33-43.
- CARVALHO, A. F. (2008) – *A neolitização do Portugal meridional. Os exemplos do Maciço Calcário Estremenho e do Algarve Ocidental*. Faro: Universidade do Algarve (Promontoria Monográfica, 12).
- CARVALHO, A. F. (2012) – Portugal. In ROJO GUERRA, M.; GARRIDO PENA, R. & MARTINES DE LAGRÁN, I. (2012) – *El Neolítico en la Península Ibérica y su contexto europeo*. Madrid: Ediciones Catedra, p. 177-214.
- CARVALHO, A. F. (ed.) (2014) – *Bom Santo Cave (Lisbon) and the Middle Neolithic Societies of Southern Portugal*. Faro: Universidade do Algarve (Promontoria Monográfica, 17).
- CARVALHO, A. F.; ALVES-CARDOSO, F.; GONÇALVES, D.; GRANJA, R.; CARDOSO, J. L.; DEAN, R.; GIBAJA, J. F.; MASUCCI, M.; ARROYO-PARDO, E.; FERNÁNDEZ-DOMÍNGUEZ, E.; PETCHEY1, F.; PRICE, T. D.; MATEUS, J. E.; QUEIROZ, P. F.; CALLAPEZ, P.; PIMENTA, C. & REGALA, F. (2015) – The Bom Santo Cave (Lisbon, Portugal): Catchment, Diet, and Patterns of Mobility of a Middle Neolithic Population. *European Journal of Archaeology*. 0 (0), p. 1-28.
- CARVALHO, A. F. (2016) – The Pena d'Água rock-shelter (Torres Novas, Portugal): two distinct life ways within a Neolithic sequence. *Del neolític a l'edat del bronze en el Mediterrani occidental. Estudis en homenatge a Bernat Martí Oliver*. València. TV SIP 119, p. 211-223.
- CARVALHO, A. F.; GIBAJA BAO, J. F. & CARDOSO, J. L. (2013) – Insights into the earliest agriculture of Central Portugal: sickle implements from the Early Neolithic site of Cortiçóis (Santarém). *Comptes Rendus Palevol*. Paris. 12, pp. 31-43.

- CARVALHO, A. F. & CARDOSO, J. L. (2015) – Insights on the changing dynamics of cemetery use in the Neolithic and Chalcolithic of Southern Portugal. Radiocarbon dating of Lugar do Canto cave (Santarém). *SPAL*. Sevilha. 24, p. 35-53.
- CHOFFAT, P. (1907) – Exploitation du silex à Campolide aux temps pré-historiques. *O Archeologo Português*. Lisboa. S. 1 (12), p. 338.
- DAMBECK, R.; KUNST, M.; THIEMEYER, H.; KALIS, A. J.; LEEUWAARDEN, W. V. & HERRMANN, N. (2015) – Onde é que habitaram? Novos dados sobre a Neolitização retirados do exemplo do Vale do rio Sizandro (Torres Vedras, Portugal). In GONÇALVES, V. S.; DINIZ, M. & SOUSA, A. C. (eds.) – *Actas do 5.º Congresso do Neolítico Peninsular*. Lisboa: UNIARQ, p. 385-396 (Coleção Estudos e Memórias, 8).
- DAVEAU, S. (1993) – A Foz do Tejo, palco da história de Lisboa. *Lisboa Subterrânea*. Lisboa, p. 24-30.
- DAVIS, S. J. & SIMÕES, T. (2016) – The velocity of ovis in prehistoric times: the sheep bones from early Neolithic Lameiras, Sintra, Portugal. In DINIZ, M.; NEVES, C. & MARTINS, A. – *O Neolítico em Portugal antes do Horizonte 2020: perspectivas em debate*. Lisboa: Associação de Arqueólogos Portugueses, pp. 51-66. (Monografias da AAP, 2).
- DINIZ, M. (2007) – *O sítio da Valada do Mato (Évora): aspectos da neolitização no Interior/Sul de Portugal*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. (Trabalhos de Arqueologia, 48).
- DINIZ, M.; NEVES, C. & MARTINS, A. (2015) – Sociedades Neolíticas e Comunidades Científicas: questões aos trajectos da História. In DINIZ, M.; NEVES, C. & MARTINS, A. – *O Neolítico em Portugal antes do Horizonte 2020: perspectivas em debate*. Lisboa: Associação de Arqueólogos Portugueses, pp. 131-152 (Monografias da AAP, 2).
- ENCARNAÇÃO, G. (2010) – *As cerâmicas carenadas do povoado da Espargueira (Serra das Éguas, Amadora). Um contributo para o seu estudo*. Tese de Mestrado em Arqueologia apresentada na Faculdade de Letras de Lisboa.
- ESTÊVÃO, F. (2002) – O Crasto de Ponte de Lousa (Loures) notícia preliminar. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 18, p. 61-70.
- FERREIRA, A. G. (2015) – Palácio dos Lumiães e Encosta de Sant’Ana: análise traceológica. Resultados preliminares. In DINIZ, M.; NEVES, C. & MARTINS, A. – *O Neolítico em Portugal antes do Horizonte 2020: perspectivas em debate*. Lisboa: Associação de Arqueólogos Portugueses, pp. 79-86 (Monografias da AAP, 2).
- GOMES, J. J. F. (1971) – Objectos manufacturados sobre osso, do povoado pré-histórico do Penedo (Cortegaça Sintra). *Actas do 2.º Congresso Nacional de Arqueologia*, Coimbra, 1970. Coimbra: Junta Nacional de Educação, vol. 1, p. 193-198.
- GONÇALVES, V. S. (1978 a) – Para um programa de estudos do Neolítico em Portugal. *Zephyrus*. Salamanca. 28-29, p. 147-162.
- GONÇALVES, V. S. (1978 b) – *Neolitização e megalitismo da região de Alcobaça*. Lisboa: Secretaria de Estado da Cultura.
- GONÇALVES, V. S. (1995) – *Sítios, horizontes e artefactos: leituras críticas de realidades perdidas*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- GONÇALVES, V. S. (2003) – *Sítios, horizontes e artefactos: leituras críticas de realidades perdidas: (estudos sobre o 3.º milénio no Centro e Sul de Portugal)*. 2.ª ed., rev. e aumentada. Cascais: Câmara Municipal.
- GONÇALVES, V. S. (2004) – Espaços construídos, símbolos e ritos da morte das antigas sociedades camponesas no Extremo Sul de Portugal: algumas reflexões sob a forma de sete qmf. *Mainaké*. Málaga. 26, p. 89-114.
- GONÇALVES, V. S. (2005) – *Cascais há 5000 anos*. Cascais: Câmara Municipal.

- GONÇALVES, V. S. (2007) – Breves reflexões sobre os caminhos das antigas sociedades camponesas no Centro e Sul de Portugal. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 15, p. 79-94.
- GONÇALVES, V. S. (2008 a) – Na primeira metade do 3.º milénio a.n.e., dois subsistemas mágico-religiosos no Centro e Sul de Portugal. In HERNÁNDEZ PÉREZ, M. S.; SOLER DÍAZ, J. A. & LÓPEZ PADILLA, J. A. (eds.) – *IV Congreso del Neolítico Peninsular. 27-30 de noviembre de 2006*. Alicante: Museo Arqueológico de Alicante, vol. 2, p. 112-120.
- GONÇALVES, V. S. (2008 b) – *A utilização pré-histórica da gruta de Porto Covo (Cascais): Uma revisão e algumas novidades*. Cascais: Câmara Municipal (Coleção Cascais Tempos Antigos, 1).
- GONÇALVES, V. S. (2009) – *As ocupações pré-históricas das furnas do Poço Velho (Cascais)*. Cascais: Câmara Municipal (Coleção Cascais Tempos Antigos, 3).
- GONÇALVES, V. S. & PEREIRA, A. R. (1974-1977) – Considerações sobre o espólio neolítico da Gruta dos Carrascos. (Monsanto, Alcanena). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 3, 7 (9), p. 49-87.
- GONÇALVES, V. S. & SOUSA, A. C. (2015) – O sítio do neolítico antigo de Casas Novas (Coruche). Leituras preliminares. In GONÇALVES, V. S.; DINZ, M. & SOUSA, A. C. (eds.) – *Actas do 5.º Congresso do Neolítico Peninsular*. Lisboa: UNIARQ, p. 236-255.
- GONÇALVES, V. S. & SOUSA, A. C. (2007) – Algumas breves reflexões sobre quatro datas <sup>14</sup>C para o Castro da Rotura e o 3.º milénio nas Penínsulas de Lisboa e Setúbal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4 (24), p. 233-266.
- GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A. C.; MARCHAND, G. (2013) – *Na margem do Grande Rio. 1. Os últimos grupos de caçadores-recolectores e as primeiras sociedades camponesas no baixo Guadiana*. Évora: DRCALEN/EDIA.
- GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A. C. & COSTEIRA, C. (2013) – Walls, doors and towers. Fortified settlements in the south and centre of Portugal: some notes about violence and walls in the 3<sup>rd</sup> millenium BCE. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Granada*. Granada. 23, p. 35-97.
- GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A. C.; BOAVENTURA, R. & PEREIRA, F. (no prelo) – Fortified settlements in portuguese Extremadura during the third millennium BCE. Radiocarbon chronology for Vila Nova de São Pedro (Azambuja, Portugal). In GONÇALVES, V. S. & SOUSA, A. C. (eds.) – *XVII Congreso Union Internationale des Sciences Préhistoriques et Protohistoriques (UISPP). Sessão B44 – Dentro de los fosos y los muros: asentamientos, fortificaciones, recintos cerrads, monumentos, pueblos y granjas en el tercer milenio a.C.* Burgos, 1-7 setembro 2014.
- GUILAINE, J. & FERREIRA, O. V. (1970) – Le Néolithique ancien au Portugal. *Bulletin de la Société Préhistorique Française*. 67 (1), p. 304-322.
- GREENFIELD, H. (2010) – The Secondary Products Revolution: the past, the present and the future. *World Archaeology*. 42 (1), pp. 29-54.
- GUIRY, E.; HILLIER, M.; BOAVENTURA, R.; SILVA, A. M.; OOSTERBEEK, L.; TOMÉ, T.; VALERA, A.; CARDOSO, J. L.; HEPBURN, J. & RICHARDS, M. (2016) – The Transition to Agriculture in Southwestern Europe: New Isotopic Insights from Portugal's Atlantic Coast. *Antiquity*. 90 (351), p. 604-616.
- HELENO, M. (1933) – Grutas artificiais do Tojal de Vila Chã (Carenque). Comunicação feita ao *Congresso Luso-Espanhol* de 1932. Lisboa: [s.n.].
- ISERN, N.; ZILHÃO, J.; FORT, J. & AMMERMAN, A. (2017) – Modeling the role of voyaging in the coastal spread of the Early Neolithic in the West Mediterranean. *PNAS*. 114 (5), p. 897-902.
- JALHAY, E.; PAÇO, A. & RIBEIRO, L. (1944) – Estação pré-histórica de Montes Claros (Monsanto). *Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. 20-21, p. 17-28.
- JALHAY, E. & PAÇO, A. (1967) – Lisboa há 4000 anos. A estação Pré-histórica de Montes Claros (Monsanto). *Lisboa e o seu termo. Estudos e documentos*. Lisboa: [s.n.]. 1, p. 51-58.

- KUNST, M. (2010) – Zambujal, a dinâmica da sequência construtiva. In GONÇALVES, V. S. & SOUSA, A. C. (eds.) – *Transformação e mudança no Centro e Sul de Portugal: o 4.º e o 3.º milénios a.n.e.* Cascais: Câmara Municipal de Cascais/UNIARQ, p.131-154 (Coleção Cascais Tempos Antigos, 2).
- KUNST, M. & LUTZ, N. (2008) – Zambujal (Torres Vedras, Portugal). Zur Präzision der absoluten. *Madriider Mitteilungen*. Wiesbaden. 49, p. 29-63.
- LEITÃO, M. (2014) – Ocupação pré-histórica na Encosta de Sant’Ana. *Rossio. Estudos de Lisboa*. 3, p. 16-27.
- LÓPEZ DORIGA, I. L. & SIMÕES, T. (2015) – Los cultivos del Neolítico Antiguo de Sintra: Lapiás das Lameiras y São Pedro de Canaferrim: resultados preliminares. In GONÇALVES, V. S.; DINZ, M. & SOUSA, A. C. (eds.) – *Actas do 5.º Congresso do Neolítico Peninsular*. Lisboa: UNIARQ, p. 98-107.
- LÓPEZ DORIGA, I. L. (2015) – *La utilización de los recursos vegetales durante el Mesolítico y Neolítico en la costa atlántica de la península ibérica*. Tese doutoral apresentada à Universidade de Cantábria.
- LOZANO MEDINA, A. & ARANDA JIMÉNEZ, G. (2017) – La temporalidad de las sepulturas Megalíticas tipo *tholos* del Sur de la Península Ibérica. *SPAL*, 26, p. 17-31.
- MANEN, C.; MARCHAND, G. & CARVALHO, A. F. (2007) – Le Néolithique ancien de la péninsule Ibérique: vers une nouvelle évaluation du mirage africain? *XXVIº congrès préhistorique de France* – Avignon, 21-25 septembre 2004. Société préhistorique française, p. 133-151.
- MARQUES GONÇALVES, J. L. & SERRÃO, E. C. (1978) – O povoado fortificado do Calcolítico inicial do Alto do Dafundo – Linda-a-Velha. *Actas das III Jornadas Arqueológicas* Lisboa: Associação de Arqueólogos Portugueses. 1, p. 75-96.
- MARTINS, H.; OMS, F. X.; PEREIRA, L.; PIKE, A. P.; ROWSELL, K. & ZILHÃO, J. (2015) – Radiocarbon Dating the Beginning of the Neolithic in Iberia: New Results, New Problems. *Journal of Mediterranean Archaeology*. 28 (1), p. 105-131.
- MATALOTO, R. & BOAVENTURA, R. (2009) – Entre vivos e mortos nos IV e III milénios a.n.e. do Sul de Portugal: um balanço relativo do povoamento com base em datações pelo radiocarbono. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 12 (2), p. 31-77.
- MATALOTO, R.; MARTINS, J. M. M. & SOARES, A. M. (2013) – Cronologia absoluta para o Bronze do Sudoeste. Periodização, base de dados, tratamento estatístico. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras, 20. p. 303-338.
- MENDES, P.; JORDÃO, P. & SIMÕES, T. (2004) – Relatório de Trabalhos Arqueológicos no Lapias das Lameiras. Campanha de 2004. *Arquivo da Arqueologia Portuguesa*. Lisboa: Direcção Geral do Património Cultural.
- MENDES, P.; JORDÃO, P. & SIMÕES, T. (2005) – Relatório de Trabalhos Arqueológicos no Lapias das Lameiras. Campanha de 2005. *Arquivo da Arqueologia Portuguesa*. Lisboa: Direcção Geral do Património Cultural.
- MORÁN, E. (2014) – *Alcalar, organização do território e processo de formação de um estado prístino V-III milénio a.n.e.* Tese de doutoramento sob orientação do Prof. Doutor Oswaldo Arteaga, apresentada no Departamento de Pré-História e Arqueologia, Faculdade de Geografia e História, da Universidade de Sevilha.
- MORENO-GARCÍA, M. & SOUSA, A. C. (2015) – A exploração de recursos faunísticos no Penedo do Lexim (Mafra) no Neolítico Final. In GONÇALVES, V. S.; DINZ, M. & SOUSA, A. C. (eds.) – *Actas do 5.º Congresso do Neolítico Peninsular*. Lisboa: UNIARQ, p. 67-76.
- MULLER, R. & CARDOSO, J. L. (2008) – The origin and use of copper at the chalcolithic fortification of Leceia (Oeiras, Portugal). *Madriider Mitteilungen*. Wiesbaden. 49, p. 64-93.
- MURALHA, J. & COSTA, C. (2006) – A ocupação neolítica da Encosta de Sant’Anna (Martim Moniz, Lisboa). *IV Congresso de Arqueologia Peninsular (Faro, 2004)*. *Actas. Do Epipaleolítico ao Calcolítico na Península Ibérica*. Faro: Universidade do Algarve. p. 157-169 (Promontoria Monográfica, 4).



- NEVES, C. & DINIZ, M. (2014) – Acerca dos cenários da acção: estratégias de implantação e exploração do espaço nos finais do 5.º e na primeira metade do 4.º milénio a.C., no sul de Portugal. *Estudos do Quaternário*. Braga, 11, p. 45-58.
- NETO, N.; REBELO, P. & CARDOSO, J. L. (2015) – O povoado do Neolítico Final e do Calcolítico da Travessa das Dores (Ajuda – Lisboa). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras, 22, p. 235-280.
- NUNES, A. & CARVALHO, A. F. (2013) – O Neolítico Médio no Maciço Calcário estremenho: estado actual dos conhecimentos e perspectivas de investigação futura. In ARNAUD, J.; MARTINS, A. & NEVES, C. (eds.) – *Arqueologia em Portugal. 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 329-353.
- OLIVEIRA, A. C.; SILVA, A. R.; DEUS, M. M. & ESTÊVÃO, F. (2000) – *Carta Arqueológica do Município de Loures*. Loures: Câmara Municipal de Loures.
- OOSTERBEEK, L. (1994) – Megalitismo e Necropolização no Alto Ribatejo: o III milénio. *Estudos Pré-Históricos. Actas do Seminário “O Megalitismo no Centro de Portugal: novos dados, problemática e relações com outras peninsulares”* (Mangualde, Novembro 1992). Viseu, 2, p. 137-149.
- PAÇO, A. (1964) – *Povoado Pré-Histórico da Parede (Cascais)*. Cascais: Câmara Municipal.
- PAÇO, A. & VAULTIER, M. (1943) – A estação eneolítica do Estoril. *4.º Congresso Luso-Espanhol para o progresso das ciências. Porto: 1942. 7.ª Secção: Ciências Históricas e Filosóficas*. Porto, 8, p. 118-129.
- PAÇO, A.; SERRÃO, E. C. & VICENTE, E. P. (1957) – Estação eneolítica de Parede (Cascais). Reconhecimento de 1955. *XXIII Congresso Luso Espanhol*. Coimbra: Associação portuguesa para o progresso das Ciências, p. 411-429.
- PETTITT, P. & ZILHÃO, J. (2015) – Problematizing Bayesian approaches to prehistoric chronologies. *World Archaeology*, 47 (4), p. 525-542.
- PEYROTEO-STJERNA, R. (2016) – *On Death in the Mesolithic. Or the Mortuary Practices of the Last Hunter-Gatherers of the South-Western Iberian Peninsula, 7<sup>th</sup>–6<sup>th</sup> Millennium BCE*. Doctoral thesis. Occasional papers in archaeology 60. Uppsala: Department of Archaeology and Ancient History, Uppsala Universit.
- PIMENTA, J.; SOARES, A. & MENDES, H. (2013) – Cronologia absoluta para o povoado pré-romano de Santa Sofia (Vila Franca de Xira). *Cira Arqueologia*. Vila Franca de Xira, 2, p. 181-194.
- RENDEIRO, L. C. (2014) – *O Repertório Cerâmico da Sala n.º 1 (Vidigueira), na Sequência Neolítico final-Calcolítico do Alentejo Médio*. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa.
- RIBEIRO, C. (1878) – Estudos pré-históricos em Portugal: I: notícia da estação humana de Licêa. Reedição. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras, 1 (1991). Notas e comentários de João Luis Cardoso. Reedição da ed. da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1878.
- ROJO GUERRA, M.; GARRIDO PENA, R. & MARTÍNEZ DE LAGRÁN, I. (2012) – *El Neolítico en la Península Ibérica y su contexto europeo*. Madrid: Ediciones Cátedra.
- SANTOS, N. C. (1994) – Notícia sobre o sítio calcolítico de Casal de Gaitadas (Loures). *Actas das 5.ªs Jornadas Arqueológicas*, Lisboa, 1993. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, vol. 2, p. 163-173.
- SANGMEISTER, E. & SCHUBART, H. (1981) – *Zambujal: die Grabungen 1964 bis 1967*. Mainz: Philipp von Zabern, 1981 (*Madridener Beiträge*, Bd. 5).
- SERRÃO, E. C. (1959) – Investigações arqueológicas na região de Sesimbra. Resultado das campanhas realizadas pelo centro de Estudos de Etnologia Peninsular. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto, 17 (14), p. 187-203.
- SERRÃO, E. C. (1983) – A estação pré-histórica da Parede. Documentos inéditos sobre estratigrafia e estruturas (Campanha de 1956). *O Arqueólogo Português*. Lisboa, S. 4 (1), p. 119-147.

- SERRÃO, E. C. & VICENTE, E. P. (1956) – Note preliminaire sur la station eneolithique de Negrais. In BELTRAN, A. (ed.) – *Congresos Internacionales de Ciencias prehistóricas e protohistóricas: actas de la IV Sesión, Madrid, 1954*. Zaragoza: Libreria General, p. 601-611.
- SERRÃO, E. C. & VICENTE, E. P. (1958) – O castro eneolítico de Olelas. Primeiras escavações. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 39, p. 87-127.
- SERRÃO, E. C. & VICENTE, E. P. (1959) – Escavações em Sesimbra, Parede e Olelas. Métodos empregados. *Actas e memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia*. Lisboa: Junta Nacional de Educação. 1, p. 317-335.
- SHERRATT, A. (1983) – The secondary exploitation of animals in the Old world. *World Archaeology*. London. 15 (1), p. 90-104.
- SILVA, C. T. & SOARES, J. (2014) – O habitat do Neolítico antigo do Casal da Cerca (Palmela). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 15, p. 61-104.
- SILVA, C. T. & SOARES, J. (2015) – Neolitização da costa sudoeste portuguesa. A cronologia de Vale Pincel I. In GONÇALVES, V. S.; DINZ, M. & SOUSA, A. C. (eds.) – *Actas do 5.º Congresso do Neolítico Peninsular*. Lisboa: UNIARQ, p. 649-659.
- SILVA, C.T.; SOARES, J.; COELHO SOARES, A. (2010) – Arqueologia de Chãos de Sines. Novos elementos sobre o povoamento pré-histórico. *2.º Encontro de História do Alentejo litoral*. Sines: Centro Cultural Emmerico Nunes, p. 1033.
- SIMÕES, T. (1996) – O sítio de S. Pedro de Canaferrim, Sintra. *I Congrès del Neolític a la Península Ibèrica*, 1. Gavà: Museo de Gavà, pp. 329-336 (Rubricatum, 1).
- SIMÕES, T. (1999) – *O sítio neolítico de São Pedro de Canaferrim (Sintra): Contribuições para o estudo da neolitização da Península de Lisboa*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. (Trabalhos de Arqueologia, 12).
- SIMÕES, T. (2003) – A ocupação do Neolítico antigo de São Pedro de Canaferrim: novos dados em perspectiva. *Muita gente, poucas antas? Origens, espaços e contextos do megalitismo – Actas do II Colóquio Internacional sobre Megalitismo*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 115-134 (Trabalhos de Arqueologia, 16).
- SOARES, A. M. M. (2003) – A duna de Magoito revisitada. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6 (1), p. 83-100.
- SOARES, A. M. (2007) – 25 anos de mudança na Arqueologia portuguesa: O contributo do Radiocarbono. *Al-Madan*. Almada. 2.ª série, 15, pp. 110-112.
- SOARES, A. M. & CABRAL, J. M. P. (1993) – Cronologia absoluta para o Calcolítico da Estremadura e do Sul de Portugal. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 33 (3-4), pp. 217-235.
- SOARES, A. M. (2017) – Cronometrias para a História da Península Ibérica. *Al-madan online*. II Série, 21 (2), p. 133-135.
- SOARES, J. (2013) – Sal e conchas na Pré-História portuguesa. O povoado da Ponta da Passadeira (estuário do Tejo). In SOARES, J. (ed.) – *Pré-História das zonas húmidas. Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 14, p. 171-196.
- SOARES, J.; BARBIERI, N. & SILVA, C. T. (1972) – Povoado calcolítico do Moinho da Fonte do Sol (Quinta do Anjo Palmela). *Arqueologia e História*. Lisboa. 9.ª série, 4, p. 235-268.
- SOARES, J. (2008) – Economias anfíbias na costa sudoeste ibérica. IV-III milénios BC. O caso da Ponta da Passadeira (estuário do Tejo). *IV Congreso del Neolítico peninsular*, vol. 2, p. 356-364.
- SOARES, J. & SILVA, C. T. (1975) – A ocupação pré-histórica do Pedrão e o calcolítico da região de Setúbal. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 1, p. 53-153.

- SOARES, J. & SILVA, C. T. (2003) – A transição para o Neolítico na Costa Sudoeste portuguesa. In GONÇALVES, V. S. (ed.) – *Muita gente, poucas antas? Origens, espaços e contextos do Megalitismo. Actas do II Colóquio Internacional sobre Megalitismo*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 45-56.
- SOARES, J. & SILVA, C. T. (2013) – Economia agro-marítima na Pré-história do estuário do Sado. Novos dados sobre o Neolítico da Comporta. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal, 14, p. 13-56 [Pré-história das zonas húmidas – paisagens de sal].
- SOUSA, A. C. (1999) – *O Neolítico final e o Calcolítico na área da Ribeira de Cheleiros*. (Trabalhos de Arqueologia 11). Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- SOUSA, A. C. (2003) – O Neolítico final do Penedo do Lexim (Mafra). In GONÇALVES, V. ed – *Muita gente, poucas antas*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 305-338 (Trabalhos de Arqueologia, 25).
- SOUSA, A. C. (2005) – Lugares de vida, redes de povoamento no 4.º e 3.º milénio a.C.: Cascais e o estuário do Tejo. In GONÇALVES, V. S. – *Cascais há 5000 anos*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, p. 44-61.
- SOUSA, A. C. (2008) – Arqueologia na A21. Uma análise preliminar, dos trabalhos arqueológicos 2004-2007. *Boletim Cultural 2007*. Mafra, p. 411-497.
- SOUSA, A. C. (2010) – *O Penedo do Lexim (Mafra) na sequência do Neolítico final e Calcolítico da Península de Lisboa*. Tese de doutoramento policopiada apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. <URL: <http://hdl.handle.net/10451/3480>>.
- SOUSA, A. C. & GONÇALVES, V. S. (2011) – Gathering, stocking and knapping flint during the portuguese Chalcolithic: The Casal Barril file. In *Flint mining and quarrying techniques in Pre and Protohistoric times. The 2<sup>nd</sup> Internation conference of the UISPP Commission*. BAR, p. 157-169.
- SOUSA, A. C. & GONÇALVES, V. S. (2015) – *Fire walk with me*. O sítio de Cova da Baleia e as primeiras arquitecturas domésticas de terra e fogo no Centro e Sul de Portugal. In GONÇALVES, V. S.; DINIZ, M. & SOUSA, A. C. (eds.) – *Actas do 5.º Congresso do Neolítico Peninsular*. Lisboa: UNIARQ, p. 123-142.
- SOUSA, A. C. & SOARES, A. M. (2016) – Continuity or discontinuity? Aquatic exploitation in the portuguese Estremadura during the Atlantic period: São Julião and Magoito shell middens as case studies. *Société Pré-historique Française*. In *Sea people 2014 – Colloque Rennes*. p. 191-212.
- SOUSA, A. C.; MIRANDA, A. M. & SOARES, A. M. (2016) – O Concheiro de São Julião (Carvoeira, Mafra): as intervenções de 2007 e 2014, novos dados e novas leituras. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 19, p. 11-26.
- SOUSA, M. J. & CARVALHO, A. F.; (2015) – Campo de investigação arqueológica do Castelo dos Mouros, Sintra (Portugal): achado de um vaso neolítico inteiro. In GONÇALVES, V. S.; DINIZ, M. & SOUSA, A. C. (eds.) – *Actas do 5.º Congresso do Neolítico Peninsular*. Lisboa: UNIARQ, p. 280-283.
- SPINDLER, K. (1976) – Die Neolitische Paredes-Gruppe in Mittel Portugal. *Madridrer Mitteilungen*. Madrid, 17, p. 21-75.
- SPINDLER, K. (1978) – Eine siedlung des Paredes-Typus von Vale de Lobos in Portugal. *Madridrer Mitteilungen*. Heidelberg, 19, p. 11-22.
- TEXUGO, A. (2016) – *O 4.º e o 3.º milénio a.n.e. no sítio da Ota (Alenquer): Perscrutando por entre colecções antigas e projectos recentes*. 2016. Mestrado em Arqueologia. Faculdade de Letras de Lisboa.
- THOMAS, J. (1991) – *Rethinking the Neolithic*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991 (New Studies in Archaeology).
- VALENTE, A. (2006) – *Cerâmicas com bordos denteados no Povoado de Vale de Lobos (Sintra)*. Mestrado em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

- VALENTE, M. J. & CARVALHO, A. F. (2014) – Zooarchaeology in the Neolithic and Chalcolithic of Southern Portugal. *Environmental Archaeology*. 19 (3).
- VALERA, A. C. (2006) – O Neolítico da desembocadura do paleo-estuário do Tejo: dados preliminares do Palácio dos Lumiares (Bairro Alto, Lisboa). *Era-Arqueologia*. Lisboa. 7, p. 86-108.
- VALERA, A. C. (ed.) (2013 a) – Sobreira de Cima. Necrópole de hipogeus do Neolítico (Vidigueira, Beja). Lisboa: Núcleo de Investigação Arqueológica (ERA Monográfica, 1).
- VALERA, A. C. (2013 b) – Cronologia dos sítios com fossos da Pré-História Recente em território português. Arqueologia em Portugal 150 anos. *Actas do I congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa, p. 335-343.
- VALERA, A. C. (2014) – Antes de Lisboa. Palácio dos Lumiares: uma janela sobre a Pré-história da foz do Tejo. *Rossio. Estudos de Lisboa*. 3, p. 10-15.
- VALERA, A. C.; SILVA, A. M. & ROMERO, J. E. (2014) – The Temporality of Perdigueiros Enclosures: Absolute Chronology of the Structures and Social Practices. *SPAL*. 23, p. 11-26.
- VICENTE, E. P. & SERRÃO, E. C. (1958) – Estação eneolítica da Parede: notícia do seu achado. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 16, p. 5-24.
- VIGNE, J.-D. & HELMER, D. (2007) – Was milk a “secondary product” in the Old World Neolithisation process? Its role in the domestication of cattle, sheep and goats. *Antropozoologica*. Paris. 42 (2), p. 9-40.
- ZÊZERE, J. L. (1988) – As costeiras a Norte de Lisboa : evolução quaternária e dinâmica actual das Vertentes. *Finisterra*. Lisboa. 51 (1988) 27-56.
- ZILHÃO, J. (1992) – *Gruta do Caldeirão. O Neolítico antigo*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (Trabalhos de Arqueologia, 6).
- ZILHÃO, J. (1993) – The spread of agro-pastoral economies across Mediterranean Europe: a view from the Far West. *Journal of Mediterranean Archaeology*. 6 (1), p. 5-63.
- ZILHÃO, J. (1997) – Maritime pioneer colonisation in the Early Neolithic of the West Mediterranean. Testing the model against the evidence. *Poro ilo o raziskovanju paleolitika, neolitika in eneolitika v Sloveniji*. XXIV, p. 19-42.
- ZILHÃO, J. (1998) – A passagem do Mesolítico ao Neolítico na Costa do Alentejo. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 1 (1), p. 27-44.
- ZILHÃO, J. (2001) – Radiocarbon evidence for maritime pioneer colonization at the origins of farming in West Mediterranean Europe. *Proceedings of the National Academy of Sciences*. 98, p. 14180-14185.
- ZILHÃO, J. (2011) – Time is on my side... In HADJIKOUMIS, A.; ROBINSON, E. & VINER, S. (eds.) – *The Dynamics of Neolithisation in Europe: Studies in Honour of Andrew Sherratt*. Oxford: Oxbow Books, p. 46-65.
- ZILHÃO, J. & CARVALHO, A. F. (1996) – O Neolítico do Maciço Calcário Estremenho: crono-estratigrafia e povoamento. *I Congrès del Neolític a la Península Ibèrica*, 2. Gavà: Museo de Gavà, pp. 659-672 (Rubricatum, 1).
- ZILHÃO, J. & CARVALHO, A. F. (2011) – Galeria da Cisterna (rede cárstica da nascente do Almonda), in BERNABEU, J.; ROJO, M. & MOLINA, L. (eds.) – Las primeras producciones cerámicas: el VI milenio cal AC en la Península Ibérica. *Sagvntum-Extra*. València, Universitat de València. 12, p. 251-254.



**UM NOVO MÉTODO PARA A DATAÇÃO ABSOLUTA  
DE OSSOS HUMANOS CREMADOS: A CABANA 2 DO MONTE DE SÃO DOMINGOS  
(MALPICA DO TEJO, PORTUGAL)**

***A NEW METHOD FOR THE ABSOLUTE DATING  
OF CREMATED HUMAN BONES: HUT 2 AT MONTE DE SÃO DOMINGOS  
(MALPICA DO TEJO, PORTUGAL)***

Dirk Brandherm<sup>1</sup>, Michał Krueger<sup>2</sup> & João Luís Cardoso<sup>3</sup>

**Abstract**

Recent advances in radiocarbon dating have come to facilitate the successful processing of cremated bone samples, a material previously deemed unsuitable for this purpose. This opens up the possibility of obtaining scientific dating evidence from find contexts which have produced little other organic material and of revisiting the chronological issues they raise. In presenting a radiocarbon determination obtained from a Late Bronze Age cremation burial at Monte de São Domingos, here we take the opportunity to illustrate the potential of this relatively new technique, but also to discuss possible pitfalls and problems with its application.

*Keywords:* Cremation, Late Bronze Age, Radiocarbon.

**1 - ASPECTOS ARQUEOLÓGICOS**

O Monte de São Domingos, próximo da povoação de Malpica do Tejo, concelho de Castelo Branco, corresponde a um local de elevado interesse arqueológico, no quadro das estações do Bronze Final do território português. Foi explorado em 1996, por equipa dirigida por um de nós (J.L.C.), e possui as seguintes coordenadas geográficas (Fig. 1):

Latitude: 39° 41' 11.23'' N

Longitude: 7° 21' 26.77'' W

Altitude: 267 m

---

<sup>1</sup>School of Natural and Built Environment, Queen's University Belfast.

<sup>2</sup>Instytut Archeologii, Uniwersytet im. Adama Mickiewicza w Poznaniu.

<sup>3</sup>Universidade Aberta (Lisboa). Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras). cardoso18@netvisao.pt

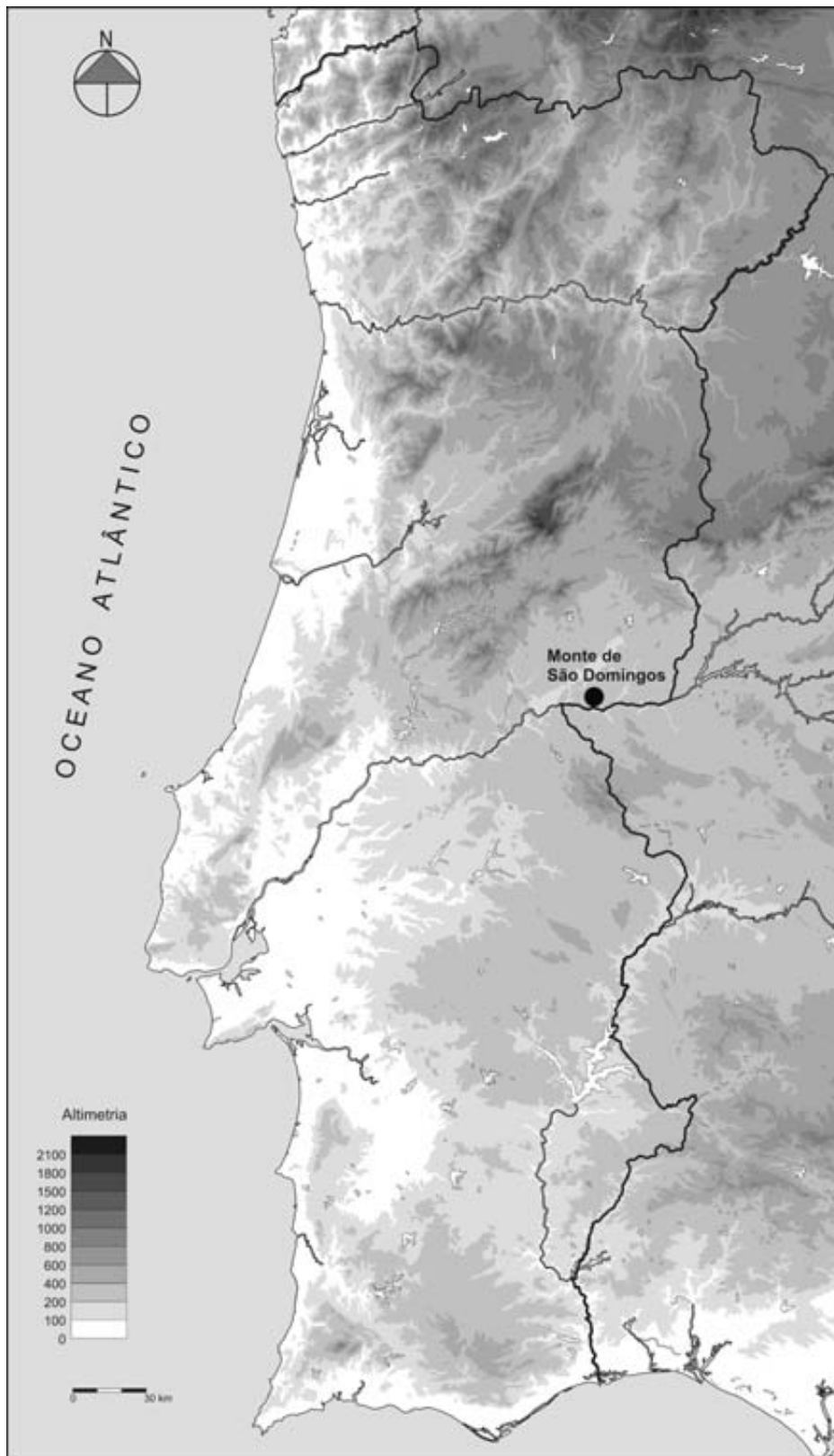


Fig. 1 – Localização do Monte de São Domingos no território português.

Antes das escavações realizadas, o local, implantado em suave encosta ocupada por olival, evidenciava à superfície, abundantes blocos de xisto-grauvaques, rocha estranha ao substrato geológico ali aflorante, correspondente a depósitos detriticos cenozóicos. Tal facto motivou a intervenção que conduziu à identificação de duas estruturas circulares, com embasamento pétreo, ambas munidas de entrada, situação que reforçada a sua atribuição a unidades de carácter habitacional.

A mais pequena (Fig. 2) não forneceu nenhum espólio arqueológico, correspondendo o seu interior à regularização do próprio substrato geológico.

É a estrutura de maiores dimensões (Fig. 3) que possui maior interesse, tendo sido descrita em publicação anterior (CARDOSO, CANINAS & HENRIQUES, 1998).

A assinalável largura da parede que a define, correspondente a dois paramentos, um interno, outro externo, constituídos por lajes de xisto-grauvaques colocadas verticalmente, foi obtida mediante o enchimento interior de blocos irregulares de menores dimensões. Tal realidade pressupõe que a parte superior da estrutura fosse constituída por materiais perecíveis, provavelmente adobes de barro secos ao sol, com cobertura de colmo. Tal cobertura exigiria um apoio central, assegurado por um poste de madeira, cuja estrutura de fixação ao terreno foi encontrada, de natureza pétreo, robusta e muito bem definida (Fig. 4). Perto desta estrutura identificou-se um empedrado de contorno subrectangular, constituído por blocos de quartzo leitoso de pequenas e médias dimensões. Depois de este ter sido removido, foi identificado um vaso, incompleto na sua parte superior, faltando-lhe a totalidade do bordo, indício de se tratar de reaproveitamento (Fig. 5). A sua posição no terreno pode observar-se na Fig. 4, através do “negativo” formado pelas terras exteriores a ele adjacentes. Este grande recipiente, tipologicamente pertencente à Idade do Bronze, continha, na parte superior do seu enchimento interior, um outro recipiente igualmente reportável à Idade do Bronze, o qual primitivamente deveria cobrir o conteúdo do vaso, que ocupava a sua parte inferior, constituído por abundantes fragmentos de ossos humanos sujeitos a cremação, de coloração



Fig. 2 – A cabana 1 do Monte de São Domingos. Foto de J. L. Cardoso.



Fig. 3 – A cabana 2 do Monte de São Domingos. Observa-se o buraco de poste, implantado na sua área central, bem como a área adjacente, onde se encontrava o empedrado de blocos de quartzo que cobria a urna com os ossos humanos cremados, cuja localização é visível na foto pelo contorno do depósito terroso que a envolvia. Foto de J. L. Cardoso.

esbranquiçada e com as características fendas de dissecação (Fig. 6).

Embora a cronologia desta ocorrência, que se afigura única no seu género identificada no território português fosse indicada pela tipologia dos dois recipientes recuperados, reportados ao Bronze Final, impunha-se uma datação absoluta pelo método do radiocarbono, a qual, contudo, não foi então possível, dada a falta de colagénio existente nos ossos. A importância de se obter uma datação absoluta para os restos humanos cremados da cabana 2 do Monte de São Domingos por meios científicos já havia sido enfatizada por Vilaça e Arruda (2004, p. 17), entre outros autores.

## 2 - OBTENÇÃO DA AMOSTRA

Em Outubro de 2015, foi o último signatário (J.L.C.) contactado pelo primeiro signatário (D.B.) no sentido de poder providenciar uma amostra dos ossos cremados recuperados nas escavações de 1996, entretanto depositados na extensão do Fundão da Direcção Regional de Cultura do Centro, com sede em Coimbra. Tal pedido resultava da possibilidade de as limitações decorrentes do método tradicional de datação

absoluta pelo radiocarbono poderem ser ultrapassadas, no caso de ossos cremados, mediante a aplicação de um novo processo laboratorial, que se tornou disponível nos últimos anos. Imediatamente conciente da importância de se obter uma data para esta importante estação do Bronze Final, foi dada prioridade a tal pedido, tendo-se, a breve trecho, obtido a amostra necessária para datação, mercê do bom acolhimento desde logo recebido por parte de todos responsáveis da Tutela intervenientes no processo.

## 3 - APECTOS METODOLÓGICOS

Em meados dos anos noventa do século passado, quando as escavações no Monte de São Domingos foram realizadas (CARDOSO, CANINAS & HENRIQUES, 1998), ainda não estavam disponíveis técnicas para obter datações radiocarbónicas de matéria óssea cremada. O método convencional de datação radiocarbónica de



Fig. 4 - Monte de São Domingos. Buraco de poste situado na área central da cabana 2. Foto de J. L. Cardoso.



Fig. 5 - Monte de São Domingos. O vaso incompleto na parte superior, reutilizado como urna, enterrado sob o piso da cabana 2. Foto do Museu Monográfico de Conimbriga.



ossos baseia-se na extracção de colagénio, uma glicoproteína encontrada na matriz extracelular do tecido conjuntivo ósseo. Isso levanta um problema com a matéria óssea cremada ou desagregada, onde o colagénio em geral não se conserva.

Mas outros tipos de carbonatos estão presentes na matéria óssea, essencialmente bio-apatite, uma forma de fosfato de cálcio que constitui o componente mais importante na parte mineralizada dos ossos de mamíferos. O problema é que a bio-apatite é facilmente contaminada com carbonatos provenientes do solo ou da água subterrânea, e por isso foi durante muito

tempo considerada inadequada para obter datações radiocarbónicas fiáveis.

No entanto, com o fim de encontrar um método que permitisse incluir as numerosas sepulturas de incineração da Idade do Bronze irlandesa num vasto programa de datações radiocarbónicas, no final dos anos noventa o laboratório de radiocarbono da Universidade de Groninga (Rijksuniversiteit Groningen) iniciou uma série de trabalhos experimentais que demonstraram que, sob certas condições, a bio-apatite da matéria óssea poderia fornecer amostras adequadas para a obtenção de datações fiáveis (LANTING & BRIDLEY, 1998; LANTING, AERTS-BIJMA & VAN DER PLICHT, 2001). A nova técnica desenvolvida pelos investigadores do laboratório holandês tirou proveito do facto de, durante a cremação, a bio-apatite contida nos ossos ser submetida a um processo de recristalização que forma cristais muito maiores do que aqueles que se encontram em ossos não cremados. Uma vez formados, estes novos cristais já não são mais susceptíveis a trocas de carbono com o meio-ambiente e, assim, ficam imunes a contaminação pós-deposicional.

Ao longo dos últimos dez anos, outros laboratórios de radiocarbono têm adoptado o método desenvolvido inicialmente em Groninga, de modo a permitir a datação de ossos cremados, tais como os da cabana 2 do Monte de São Domingos, que na altura da escavação não puderam ser datados. Abriram-se assim novas e importantes possibilidades no domínio das datações pelo método do radiocarbono (NAYSMITH *et al.*, 2007). Alguns problemas contudo ainda permanecem por resolver, razão pela qual o número de datações até hoje publicadas é ainda bastante limitado.

Um problema potencial que pode representar o osso cremado refere-se aos casos de recristalização incompleta, ou seja, de osso carbonizado mas não calcinado, dado que a matéria óssea apenas parcialmente recristalizada permanece susceptível ao intercâmbio de carbono com o seu meio-ambiente pós-deposicional. O grau de recristalização depende de vários factores, sendo as variáveis mais importantes a temperatura da pira de incineração e o tempo da exposição a essa temperatura; mas o efeito do carácter oxidante ou redutor do ambiente de combustão também é significativo.

Isso significa que, mesmo com a nova técnica de datar a bio-apatite, nem sempre os ossos queimados proporcionam amostras propícias para serem datadas. Ossos carbonizados que só foram expostos a temperaturas relativamente baixas (inferiores a 600°C), ou cuja exposição a temperaturas mais altas tenha durado pouco



**Fig. 6** – Monte de São Domingos. Conjunto de ossos humanos cremados, recolhidos no interior da urna funerária encontrada sob o piso da cabana 2. Foto de J. L. Cardoso.

tempo, não podem ser datados de forma fiável com esta técnica (ZAZZO *et al.*, 2009, p. 601; UBELACKER, 2015, p. 217-219). Por conseguinte, Lanting e Brindley (1999, p. 138) insistem na distinção explícita entre o osso queimado e o osso cremado, sendo o primeiro um material carbonizado a baixas temperaturas, enquanto este último está calcinado a temperaturas muito mais altas.

Temperaturas insuficientes para uma completa recristalização podem, porém, privar o osso da maior parte do teor de colagénio (LANTING, AERTS-BIJMA & VAN DER PLICHT, 2001, p. 250). Isso significa que ossos carbonizados em geral não podem ser datados, nem pela técnica convencional de extracção do colagénio, nem pela nova técnica baseada na datação da bio-apatite.

Embora tecnicamente não seja um problema conseguir datações a partir da bio-apatite proveniente de matéria óssea carbonizada a temperaturas inferiores a 600°C, tais datações não são fiáveis, dado que uma contaminação por intercâmbio de carbono com o ambiente pós-deposição é muito provável. Consequentemente, uma avaliação precisa do grau de recristalização da bio-apatite é crucial para uma datação por radiocarbono de ossos cremados, e uma cuidadosa selecção de ossos bem calcinados é essencial para obter resultados confiáveis.

A inspecção visual do material ósseo pode fornecer alguma indicação sobre a qualidade da amostra. O osso deve ser inteiramente calcinado, de coloração branca, e possuir as características fendas térmicas (HERRMANN, 1972; WALKER, MILLER & RICHMAN, 2008). Além disso, diferentes métodos laboratoriais podem ajudar a avaliação visual. O mais importante destes métodos é a determinação do índice de cristalinidade (IC) por meio de espectroscopia de infravermelhos (IV) ou fluorescência de raios X (XRF). Estas duas últimas técnicas espectroscópicas podem também ser empregues para medir os teores de carbonato e de fosfato (C/F) numa amostra (THOMPSON *et al.*, 2011; PIGA *et al.*, 2016).

Outro problema significativo é que já durante a incineração, ou seja, durante o processo de recristalização da bio-apatite, pode ocorrer um intercâmbio de carbono entre a matéria óssea e a atmosfera de combustão. Dependendo do tipo de combustível utilizado na incineração e das propriedades da atmosfera de combustão, tal situação poderia potencialmente causar um “efeito de madeira velha” em algumas amostras de matéria óssea cremada, como foi demonstrado pela comparação de uma data de radiocarbono proveniente de uma sepultura de incineração da Idade do Bronze dinamarquesa com a datação dendrocronológica do caixão associado (OLSEN *et al.*, 2013, p. 31-34), bem como por trabalhos experimentais subsequentes (SNOECK, BROCK & SCHULTING, 2014, p. 597-601).

Deste modo, deve ter-se em consideração que três fontes potenciais de carbono estão disponíveis para reacções que podem facilitar um intercâmbio de carbono entre a bio-apatite da matéria óssea e o ambiente durante a incineração de um cadáver:

- 1) carbono proveniente de outros componentes orgânicos do osso, principalmente do colagénio;
- 2) o CO<sub>2</sub> atmosférico;
- 3) o CO<sub>2</sub> libertado durante a combustão, proveniente tanto da matéria orgânica do cadáver como do combustível.

Destes, apenas o CO<sub>2</sub> proveniente do combustível tem potencial para alterar a idade radiocarbónica de uma amostra de osso cremado de uma maneira significativa. Exceptuam-se os casos onde a ingestão de proteínas provenientes de uma dieta baseada em peixe e mariscos tenha distorcido a idade radiométrica do colagénio, sendo esta distorção transmitida à bio-apatite pelo intercâmbio de carbono durante o processo de incineração (ZAZZO *et al.*, 2009, p. 602).

Na prática, o intercâmbio de carbono durante o processo de incineração parece altamente variável e é influenciado por distintos factores, tais como o carácter oxidante ou redutor da atmosfera de combustão. A interacção desses factores é um assunto complexo que ainda requer bastante mais investigação (HÜLS *et al.*, 2010; VAN STRYDONCK, BOUTIN & DE MULDER, 2010; PIGA *et al.*, 2016).

Embora haja indicações de que o valor de  $\delta^{13}\text{C}$  de uma amostra pode fornecer um meio de identificar a absorção de quantidades significativas de carbono proveniente de combustíveis empobrecidos em  $^{14}\text{C}$ , até ao presente não foi possível estabelecer nenhum protocolo que proporcione um meio fiável de quantificar com algum grau de precisão as potenciais distorções cronológicas resultantes deste tipo de “efeito de madeira velha” secundário (SNOECK, BROCK & SCHULTING, 2014). No entanto, existem alguns resultados indicativos. Por exemplo, os trabalhos experimentais realizados por Zazzo *et al.* (2012, p. 862-864) puderam demonstrar uma substituição da maioria do carbono estrutural do osso pelo intercâmbio com o carbono procedente do combustível em amostras com valores de  $\delta^{13}\text{C}$  abaixo de  $-25\%$ ; valores assim baixos são pouco frequentes entre as amostras arqueológicas provenientes de restos humanos cremados. Isto sugere que na maioria das circunstâncias o intercâmbio de carbono entre a matéria óssea e a atmosfera de combustão foi apenas parcial, de modo que o seu efeito sobre os valores de  $^{14}\text{C}$  medidos será limitado.

Um último problema com a datação radiocarbónica da bio-apatite procedente de ossos cremados decorre da dificuldade de avaliar potenciais distorções no valor  $\delta^{13}\text{C}$ , devidas, por exemplo, a uma dieta marinha. As alterações no osso durante o processo de incineração fazem com que, para a matéria óssea calcinada, o valor  $\delta^{13}\text{C}$  não possa ser tomado como um indicador fiável da ingestão dietética de carbono. Isso também significa que o osso calcinado não é fidedigno para reconstruções paleoambientais e paleodietéticas baseando-se em isótopos estáveis (ZAZZO *et al.*, 2009, p. 606-610). Em qualquer caso, para a maioria das jazidas não-costeiras da Pré-História, podemos supor que não existe impacto significativo deste fenómeno. Por exemplo, no caso dos restos cremados da cabana 2 do Monte de São Domingos, é pouco provável que pertencessem a um indivíduo com uma proporção significativa de alimentos marinhos na sua dieta.

Contudo, as características químicas e isotópicas da matéria óssea cremada podem fornecer informações sobre os parâmetros do processo da incineração (tipo e quantidade de combustível, disponibilidade de oxigénio), dando assim a oportunidade de aumentar o nosso conhecimento sobre as práticas funerárias em áreas e épocas onde se praticou a cremação de cadáveres (OLSEN *et al.*, 2008; SNOECK *et al.*, 2016). Para fazer pleno uso deste potencial, a par da matéria óssea, será necessário, no entanto, analisar também restos de carvão vegetal associados às respectivas cremações (MOSKAL DEL-HOYO, 2012; O'DONNELL, 2016). No caso da cremação da cabana 2 do Monte de São Domingos isso não foi possível, mas importa poder incluir este tipo de análise mais holística em projectos futuros.

#### **4 – A CRONOLOGIA ABSOLUTA DO MONTE DE SÃO DOMINGOS**

No caso dos restos humanos da cabana 2 do Monte de São Domingos, a inspecção visual indica uma calcinação completa da matéria óssea. Os ossos são de cor branca e mostram as características fendas térmicas que são indício de material ósseo inteiramente calcinado. De acordo com os critérios descritos por Lanting e Brindley (1999, p. 137-138), estamos, portanto, lidando claramente com restos cremados, não apenas com ossos queimados, os quais seriam inadequados para essa técnica de datação.

Também no que diz respeito aos valores espectroscópicos, com um índice de cristalinidade de 5,2, a amostra analisada enquadra-se dentro dos limites de confiança aceites (determinação por espectroscopia de infravermelho com Transformada de Fourier). Geralmente, os valores IC entre 5 e 7 são considerados indicativos

de uma recristalização suficiente para poder excluir a possibilidade de contaminação pós-deposicional (STINER *et al.*, 1995, p. 227-228; VAN STRYDONCK, BOUDIN e DE MULDER, 2010, p. 581). Por outro lado, a exposição prolongada do osso ao fogo numa pira construída de madeira madura e seca, que pudesse ocasionar um “efeito de madeira velha” secundário pronunciado, provavelmente causaria um valor IC ainda mais elevado.

Ao mesmo tempo, com um valor  $\delta^{13}\text{C}$  de  $-22,21\%$ , a possibilidade de uma substituição significativa do carbono estrutural do osso por intercâmbio com o carbono procedente da atmosfera de combustão na nossa amostra parece ser bastante limitada (Fig. 7).<sup>1</sup> Portanto, qualquer distorção causada por um “efeito de madeira velha” secundário na determinação da idade radiocarbónica do osso não deveria ultrapassar umas poucas décadas de anos no máximo, se de facto tal distorção existir.

Código da amostra	IC	Idade $^{14}\text{C}$	$\pm$	F $^{14}\text{C}$	$\pm$	$\delta^{13}\text{C}$ (‰)	$\delta^{18}\text{O}$ (‰)
UBA-30686	5,2	2801	37	0,7056	0,0032	-22,21	-14,65

Fig. 7 –Tabela com os resultados da analítica da matéria óssea cremada da estrutura 2 do Monte de São Domingos.

Em todo o caso, o resultado da análise por AMS cai bem dentro dos limites esperados para um contexto Idade do Bronze Final (UBA-30686: 2801  $\pm$  37 BP). A sua calibração aponta para uma datação no século X a.C., com um desvio padrão de  $1\sigma$ , ou para uma datação entre a segunda metade do século XI e a primeira metade do século IX a.C., com um desvio padrão de  $2\sigma$  (Figs. 8 e 9).<sup>2</sup> Face aos resultados apresentados, pode concluir-se que a deposição funerária do Monte de São Domingos ocorreu, para uma probabilidade de 95,4% (não tendo em conta qualquer hipotético “efeito de madeira velha” secundário), entre 1046-888 cal BC, cronologia que se inscreve no Bronze Final da Beira Interior e se afigura totalmente compatível com a atribuída previamente à estação, por critérios estritamente tipológicos dos espólios cerâmicos encontrados.

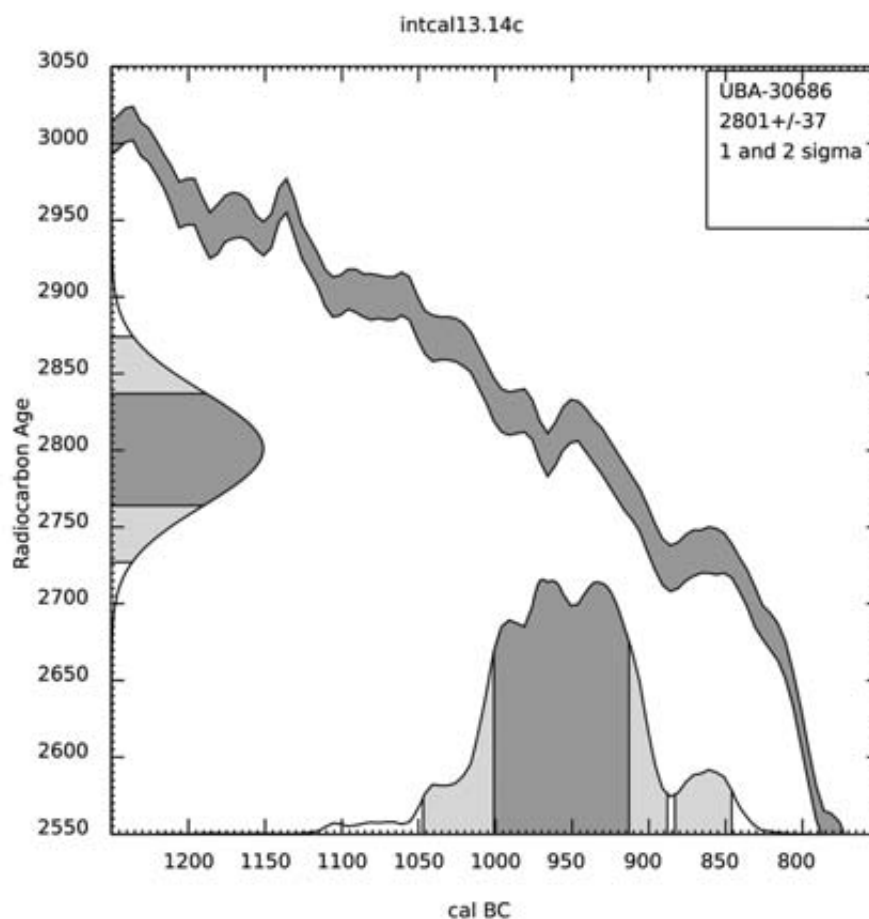
Esta datação também corresponde às prévias datações para sepulturas de incineração em urnas cinerárias do Bronze Final no actual território português, efetuadas tanto sobre colagénio, no caso dos restos ósseos do túmulo 1 de Souto, Abrantes (DELFINO *et al.*, 2014, Quadro 4), e da amostra 1 de Tanchoal de Patudos, Alpiarça (VILAÇA *et al.*, 1999, Quadro 1), como sobre carvão, no caso da amostra 2 de Tanchoal dos Patudos (Figs. 9 e 10). A consistência entre estas datações apoia ainda mais o resultado obtido para a deposição funerária do Monte de São Domingos com esta nova técnica.

Deste modo, ficou colmatada uma lacuna sobre a datação de uma das mais importantes estações do Bronze Final do território português, ao mesmo tempo que se confirmou o rigor e qualidade do método de datação adoptado. Este estudo de caso demonstra claramente o potencial do método, e esperamos poder prosseguir a questão da cronologia absoluta da mudança dos ritos funerários no Bronze Final, da prática da inumação para a cremação, com mais dados, num futuro projecto mais alargado.

<sup>1</sup> A análise espectroscópica para determinar os valores  $\delta^{13}\text{C}$  e  $\delta^{18}\text{O}$  foi realizada pela Stable Isotope Facility da Queen's University Belfast. O protocolo para a análise foi tal que 275 mg de amostra foram pesados num frasco de borossilicato de 4,5 ml, que logo foi lacrado e lavado com hélio durante 2 minutos (taxa de fluxo > 100 ml/min). A amostra foi então injectada com aprox. 1 ml de > 100% ácido ortofosfórico e o frasco foi deixado reagir durante 16 horas à temperatura ambiente. O  $\text{CO}_2$  do espaço vazio (“headspace”) gerado a partir da reacção foi logo medido para o seu valor isotópico C e O num espectrómetro de massa de razão isotópica AP2003. O resultado foi medido e corrigido utilizando dois padrões internacionalmente conhecidos: NBS19 ( $\delta^{13}\text{C} = 1,95$ ,  $\delta^{18}\text{O} = -2,2$  por mil) e R022 ( $\delta^{13}\text{C} = -28,63$  e  $\delta^{18}\text{O} = -22,69$  por mil). A margem de erro para a medição dos valores  $\delta^{13}\text{C}$  e  $\delta^{18}\text{O}$  neste caso é da ordem de um por mil.

<sup>2</sup> A calibração da datação de radiocarbono foi realizada com base na curva de calibração IntCal13 (REIMER *et al.*, 2013), utilizando o software CALIB 7.1 (<URL: <http://calib.qub.ac.uk/calib/>>).

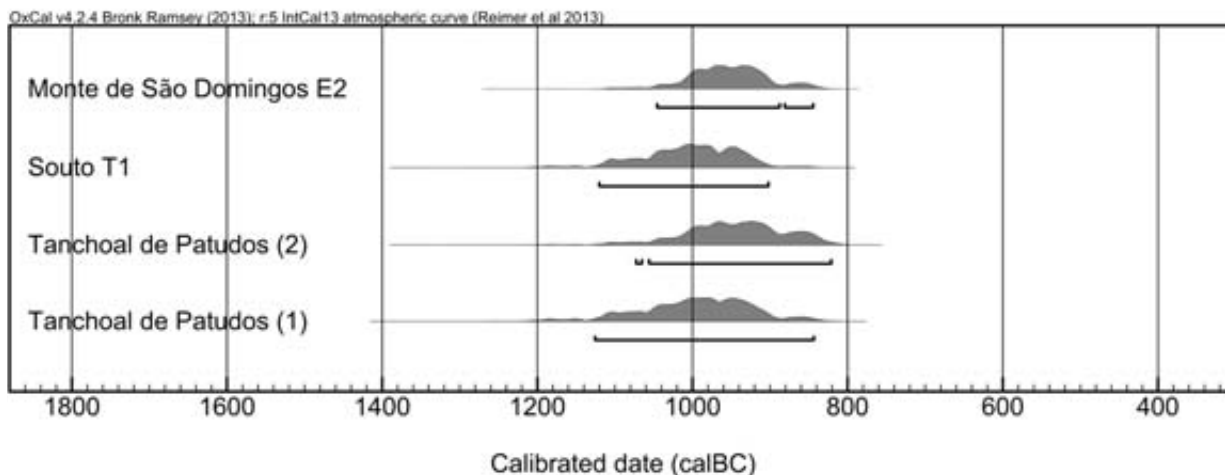




**Fig. 8** – Calibração da data de radiocarbono obtida para a matéria óssea cremada da cabana 2 do Monte de São Domingos (com recurso ao programa Calib 7.1 e à curva de calibração IntCal13).

Código da amostra	Contexto	Idade <sup>14</sup> C	±	Data cal AC intervalos 1σ	Área relativa	Data cal AC intervalos 2σ	Área relativa
UBA-30686	Monte de São Domingos - E2	2801	37	1000-912	1,000000	1046-888 883-845	0,927987 0,072013
Beta-280041	Souto - T1	2840	40	1048-968 964-931	0,723054 0,276946	1119-904	1,000000
GrA-9270	Tanchoal de Patudos (1)	2830	50	1048-917	1,000000	1125-887 884-844	0,958250 0,041750
GrA-9572	Tanchoal de Patudos (2)	2790	50	1007-894 866-856	0,939824 0,060176	1072-1066 1056-821	0,005330 0,994670

**Fig. 9** – Cronologia absoluta pelo método do radiocarbono das sepulturas de incineração em urna, atribuíveis ao Bronze Final, do território português (dados de Tanchoal dos Patudos, seg. VILÇA et al., 1999, Quadro 1; dados do túmulo 1 de Souto, seg. DELFINO et al., 2014, Quadro 4, calibrados com recurso ao programa Calib 7.1 e à curva de calibração IntCal13).



**Fig. 10** – Representação gráfica das distribuições de probabilidade das datas de radiocarbono calibradas listadas na Fig. 9 (com recurso ao programa OxCal 4.2.4 e à curva de calibração IntCal13).

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos o apoio e compreensão desde logo manifestados pelo Dr. Carlos Banha, Técnico Superior da extensão do Fundão, que promoveu o encaminhamento da questão para despacho, no sentido de se obter a autorização de exportação de uma amostra de osso destinada a análise na Queen’s University, Belfast, a qual foi obtida em Novembro de 2015.

Cumpramos agradecer a todos os intervenientes no processo, designadamente ao Dr. Carlos Banha, à Directora Regional de Cultura do Centro, à Dr.<sup>a</sup> Catarina Coelho, à Dr.<sup>a</sup> Filipa Neto, à Dr.<sup>a</sup> Deolinda Folgado e à Dr.<sup>a</sup> Iria Simões, na qualidade de dirigentes e técnicos superiores da DGPC (Lisboa). Gostaríamos também de agradecer à Prof.<sup>a</sup> Paula Reimer, directora do <sup>14</sup>CHRONO Centre da Queen’s University Belfast, a Stephen Hoper, técnico superior de este mesmo centro, e finalmente ao Dr. Neil Ogle, director técnico do laboratório de isótopos estáveis da mesma instituição, pelo amável apoio recebido.<sup>3</sup>

## REFERÊNCIAS

- CARDOSO, J. L.; CANINAS, J. C. & HENRIQUES, F. (1998) – Duas cabanas circulares da Idade do Bronze Final do Monte de São Domingos (Malpica do Tejo, Castelo Branco). *Estudos Pré-Históricos*. Viseu. 6, p. 325-345.
- DELFINO, D. [et al.] (2014) – A problemática das continuidades e descontinuidades na Idade do Bronze do Médio Tejo português. In CRUZ, A. (ed.) – *A Idade do Bronze em Portugal: os dados e os problemas*. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, p. 146-201 (Antrope, Série Monográfica, 1).

<sup>3</sup>A datação radiocarbónica da amostra de Monte de São Domingos foi realizada como parte do projecto “Os inícios da Idade do Ferro no Sudoeste da Península Ibérica: cronologia e cultura material”, desenvolvido em conjunto pela Uniwersytet im. Adama Mickiewicza w Poznaniu e a Queen’s University Belfast. Todas as determinações de radiocarbono e análises espectroscópicas do índice de cristalinidade para este projecto foram realizadas pelo <sup>14</sup>CHRONO Centre desta última instituição. Para os detalhes dos protocolos laboratoriais empregues veja-se a documentação disponível em REIMER et al., 2015. Agradecemos ao Centro Científico Nacional da Polónia (Narodowe Centrum Nauki) por, generosamente, ter financiado este projecto (DEC-2013/09/B/HS3/00630).

- HERRMANN, B. (1972) – Zur Beurteilung von Kohlenstoffverfärbungen bei Leichenbränden. *Ausgrabungen und Funde*. Berlin. 17, p. 275-277.
- HÜLS, C. M. [et al.] (2010) – Experimental study on the origin of cremated bone apatite carbon. *Radiocarbon*. Tucson. 52, p. 587-599.
- LANTING, J. N. & BRINDLEY, A. L. (1998) – Dating cremated bone: the dawn of a new era. *Journal of Irish Archaeology*. Dublin. 9, p. 1-7.
- LANTING, J. N. & BRINDLEY, A. L. (1999) – Fechando hueso cremado: la base científica. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 56 (2), p. 137-140.
- LANTING, J. N.; AERTS-BIJMA, A. T. & VAN DER PLICHT, J. (2001) – Dating of cremated bone. *Radiocarbon*. Tucson. 43, p. 249-254.
- MOSKAL-DEL HOYO, M. (2012) – The use of wood in funerary pyres: random gathering or special selection of species? Case study of three necropolises from Poland. *Journal of Archaeological Science*. Amesterdão. 39, p. 3386-3395.
- NAYSMITH, P. [et al.] (2007) – A cremated bone intercomparison study. *Radiocarbon*. Tucson. 49, p. 403-408.
- O'DONNELL, L. (2016) – The power of the pyre: a holistic study of cremation focusing on charcoal remains. *Journal of Archaeological Science*. Amesterdão. 65, p. 161-171.
- OLSEN, J. [et al.] (2008) – Characterisation and blind testing of radiocarbon dating of cremated bone. *Journal of Archaeological Science*. Amesterdão. 35, p. 791-800.
- OLSEN, J. [et al.] (2013) – “Old wood” effect in radiocarbon dating of prehistoric cremated bones?. *Journal of Archaeological Science*. Amesterdão. 40, p. 30-34.
- PIGA, G. [et al.] (2016) – Understanding the crystallinity indices behavior of burned bones and teeth by ATR-IR and XRD in the presence of bioapatite mixed with other phosphate and carbonate phases. *International Journal of Spectroscopy*. Cairo. 2016, 9 p. doi:10.1155/2016/4810149
- REIMER, P. J. [et al.] (2013) – IntCal13 and Marine13 radiocarbon age calibration curves 0–50,000 years cal BP. *Radiocarbon*. Tucson. 55, p. 1869-1887.
- REIMER, P. J. [et al.] (2015) – *The Queen's University, Belfast. Laboratory protocols used for AMS radiocarbon dating at the <sup>14</sup>CHRONO Centre*. Portsmouth: English Heritage (Research Report Series, 5).
- SNOECK, C.; BROCK, F. & SCHULTING, R. J. (2014) – Carbon exchanges between bone apatite and fuels during cremation: impact on radiocarbon dates. *Radiocarbon*. Tucson. 56, p. 591-602.
- SNOECK, C. [et al.] (2016) – Impact of heating conditions on the carbon and oxygen isotope composition of calcined bone. *Journal of Archaeological Science*. Amesterdão. 65, p. 32-43.
- STINER, M. C. [et al.] (1995) – Differential burning, recrystallization, and fragmentation of archaeological bone. *Journal of Archaeological Science*. Amesterdão. 22, p. 223-237.
- THOMPSON, T. J. U. [et al.] (2011) – An investigation into the internal and external variables acting on crystallinity index using Fourier Transform Infrared Spectroscopy on unaltered and burned bone. *Palaeogeography, Palaeoclimatology, Palaeoecology*. Amesterdão. 299, p. 168-174.
- UBELAKER, D. H. (2015) – Case applications of recent research on thermal effects on the skeleton. In THOMPSON, T. (ed. lit.) – *The Archaeology of Cremation: Burned Human Remains in Funerary Studies*. Oxford: Oxbow, p. 213-226.
- VAN STRYDONCK, M.; BOUDIN, M. & DE MULDER, G. (2010) – The carbon origin of structural carbonate in bone apatite of cremated bones. *Radiocarbon*. Tucson. 52, p. 578-586.

- VILAÇA, R. & ARRUDA, A. M. (2004) – Ao longo do Tejo, do Bronze ao Ferro. *Conimbriga*. Coimbra. 43, p. 11-45.
- VILAÇA, R.; CRUZ, D. J. & GONÇALVES, A. H. B. (1999) – A necrópole de Tanchoal dos Patudos (Alpiarça, Santarém). *Conimbriga*. Coimbra. 38, p. 5-29.
- WALKER, P. L.; MILLER, K. W. P. & RICHMAN, R. (2008) – Time, temperature, and oxygen availability: an experimental study of the effects of environmental conditions on the color and organic content of cremated bone. In SCHMIDT, C. W. & SYMES, S. A. (eds. lits.) – *The Analysis of Burned Human Remains*. Londres: Academic Press, p. 129-135.
- ZAZZO, A [et al.] (2009) – Radiocarbon dating of calcined bones: where does the carbon come from?. *Radiocarbon*. Tucson. 51, p. 601-611.
- ZAZZO, A [et al.] (2012) – Radiocarbon dating of calcined bones: insights from combustion experiments under natural conditions. *Radiocarbon*. Tucson. 54, p. 855-866.



**A OCUPAÇÃO DO BRONZE FINAL DO CENTRO HISTÓRICO DE OEIRAS.  
OS MATERIAIS DA RUA DAS ALCÁSSIMAS**

***LATE BRONZE MATERIALS RECOVERED IN THE HISTORIC CENTER OF OEIRAS.  
THE ARTIFACTS OF RUA DAS ALCÁSSIMAS***

João Luís Cardoso<sup>1</sup>

**Abstract**

In this paper we present Late Bronze materials recovered at the Historic Center of Oeiras. This large assemblage of plain and decorated containers, the last with the technique of “burnished ornaments” is associated with denticulated sickle’s flint flakes and an ivory comb. These findings are discussed within the framework of the Late Bronze Age society of the region on or of the north bank of the mouth of the Tagus, dating from the earliest trade contacts with the Central and Eastern Mediterranean of the beginnings of the first millennium BC.

*Keywords:* Burnished ceramics, ivory, Late Bronze Age, Tagus river mouth.

**1 – INTRODUÇÃO**

A descoberta acidental, em 1903, do chamado mosaico romano de Oeiras, posto a descoberto aquando da abertura de um piso térreo em prédio setecentista sito na Rua das Alcássimas, não foi seguida a duas pretendia remoção para o então Museu Etnológico, conforme era desejo do seu então director, José Leite de Vasconcelos. Foi só após a aquisição do prédio pela Câmara Municipal de Oeiras, na década de 1990, que se criaram as condições para o estudo exaustivo daquela importante peça musiva, com o desenho integral do que dela ainda restava (GOMES, CARDOSO & ANDRÉ, 1996). Este trabalho antecedeu a indispensável consolidação do mosaico, a qual se iniciou com a sua remoção íntegra, realizada em 1999 por técnicos especialistas do Museu Monográfico de Conímbriga. Por outro lado, esta operação veio possibilitar a realização de escavação do espaço ocupado pelo próprio mosaico, tendo em vista a identificação de pré-existências materiais, dado que, no próprio espaço associado à *villa* romana, havia conhecimento de materiais remontando ao final da Idade do Ferro (séculos III/II a.C.), entretanto publicados (CARDOSO, 1996 a).

O facto de a Câmara Municipal de Oeiras ter destinado o edifício ao Programa Habitação Jovem, permitiu alargar a área das escavações a todo o piso térreo do mesmo, subordinando os sectores escavados à compartimentação interior daquele espaço, conforme se apresenta na Fig. 1.

---

<sup>1</sup>Universidade Aberta (Lisboa). Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras).  
cardoso18@netvisao.pt

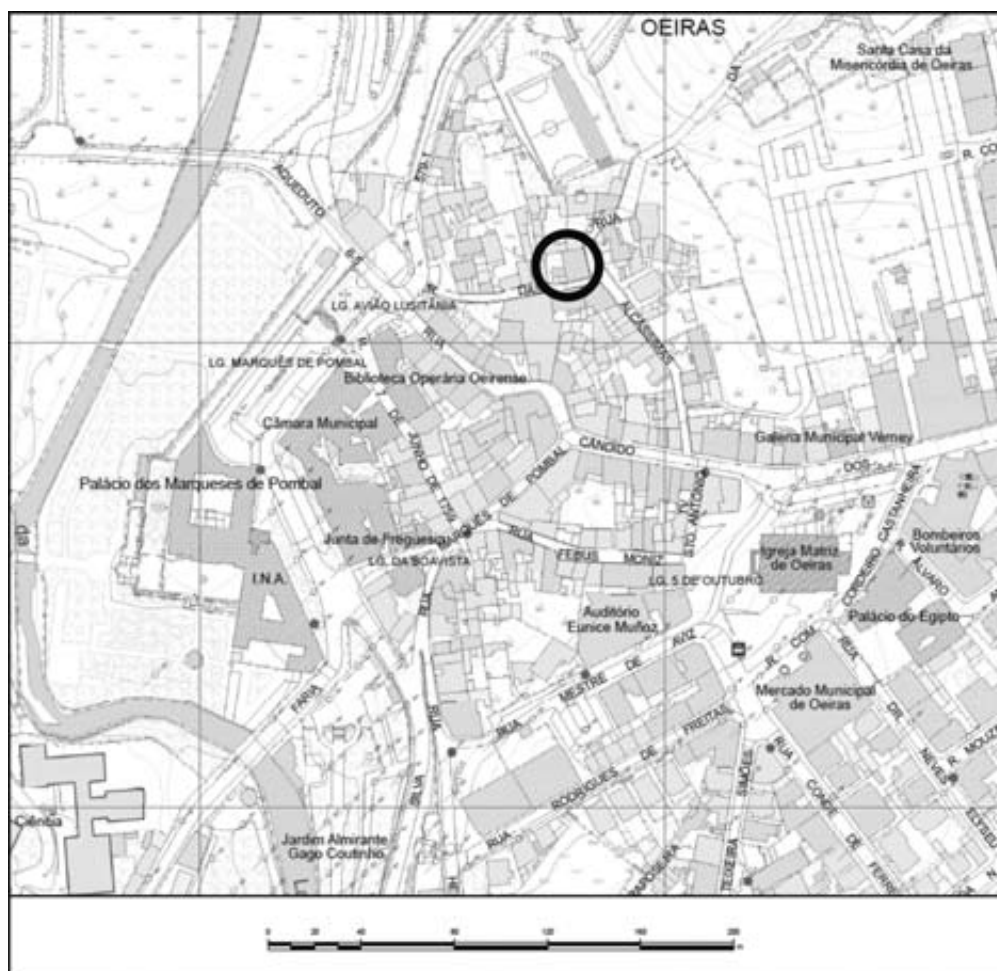
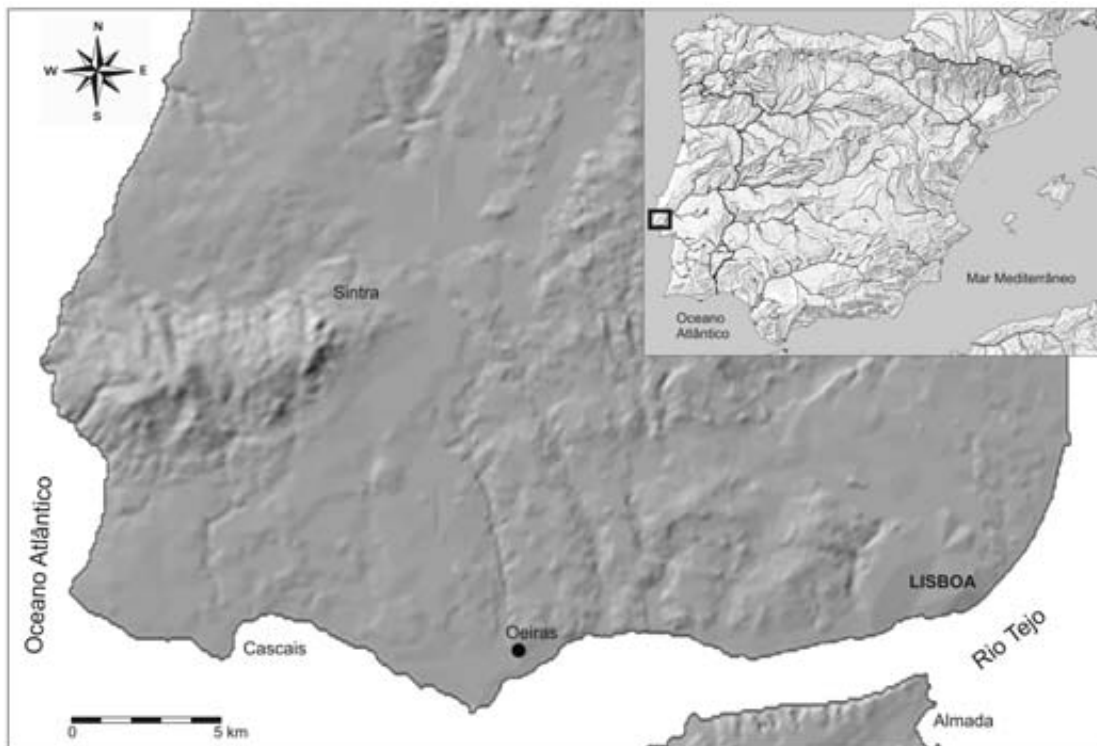


Fig. 1 – Rua das Alcássimas (Oeiras). *Em cima*: Localização do sítio na Península Ibérica e na região ribeirinha do estuário do Tejo. *Em baixo*: localização do sítio no Centro Histórico de Oeiras, a nascente da ribeira da Laje.

Os trabalhos de campo iniciaram-se logo em 2000, tendo suporte legal no Projecto de Investigação dirigido pelo signatário, “Arqueologia do Concelho de Oeiras”, superiormente aprovado pelo então IGESPAR. As escavações, feitas igualmente sob responsabilidade do Autor, prolongaram-se até 2007, interessando, sucessivamente, as seguintes salas:

- Ano de 2000: sala 1
- Ano de 2004: sala 2 e 3
- Ano de 2005: sala 2, 3 e 4
- Ano de 2006: salas 1, 2, 3, 4, 5
- Ano de 2007: salas 1, 3, 4, 6.

Com efeito, os materiais recuperados nesta importante intervenção de Arqueologia Urbana revelaram, como é usual neste tipo de trabalhos, cronologias desde o final do Calcolítico até à Época Moderna. Merecem destaque, no respeitante à presença pré-histórica, os fragmentos de cerâmicas campaniformes, alguns profusamente decorados por linhas incisas, da segunda metade do 3.º milénio a.C., sucedidos por outros materiais do Bronze Final, agora estudados. Sucede-se ocupação do final da Idade do Ferro / Período Republicano (séculos III/II a.C.), representada por estruturas de alvenaria de planta ortogonal associadas a materiais daquela época, antecedendo imediatamente a presença romana imperial, que atestam a ocupação do local desde o século I ao século IV d.C. (CARDOSO, 2011).

No presente trabalho, publica-se o conjunto reportável ao Bronze Final, atendendo à assinalável quantidade de espólios e às questões que o estudo do mesmo suscitou, deixando-se para publicações ulteriores o estudo dos materiais da Idade do Ferro e de época romana.

## 2 – GEOMORFOLOGIA E CONDIÇÕES DE JAZIDA

O local dos achados do Bronze Final corresponde à parte inferior de uma encosta suave, situada em pela área do Centro Histórico de Oeiras (Fig. 2) voltada a Sudoeste, a cerca de 150 m da ribeira da Laje, que passa a Oeste, distanciando-se, por seu turno, cerca de meio quilómetro da praia de Santo Amaro de Oeiras (Fig. 3). Os materiais dispersavam-se pelas diversas salas do piso térreo do prédio, o qual foi quase inteiramente escavado, conforme se indica na Fig. 1. Nenhuma peça se encontrava *in situ*, jazendo na parte inferior dos depósitos assentes no substrato geológico, constituído por calcários margosos do Cenomaniano superior, conforme se comprova através das respectivas profundidades de recolha registadas:

**Quadro 1 – Rua das Alcássimas (Oeiras). Profundidades de recolha dos espólios do Bronze Final nas diversas salas escavadas do piso térreo do prédio ali existente**

Sup-15	5-20	15-30	20-40	25-30	30-45	45-60	60-75	75-90	90-105	105-120	120-135
S1		S1	S1				S1		S1		
	S2	S2					S2	S2		S2	
					S3		S3	S3	S3	S3	S3
				S4			S4	S4	S4	S4	S4
S5					S5	S5	S5	S5	S5		



Fig. 2 – Rua das Alcássimas (Oeiras). Ortofotomapa com a implantação do sítio arqueológico, no Centro Histórico de Oeiras.

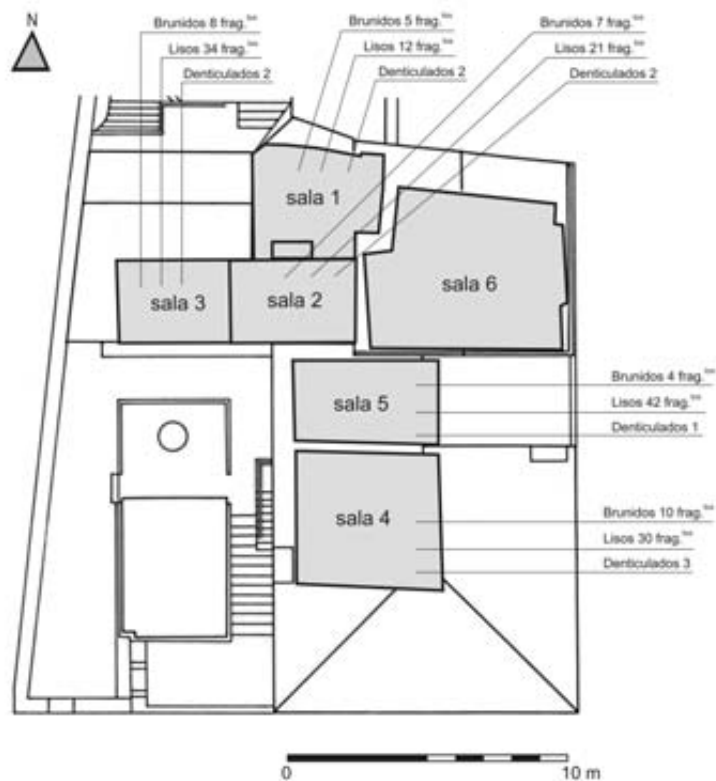


Fig. 3 – Rua das Alcássimas (Oeiras). Planta do piso térreo do prédio de fundação setecentista, com a implantação das divisões nele existentes, indicando-se a quantidade de espólios do Bronze Final recolhidos em cada uma delas.



O facto dos espólios cerâmicos não se apresentarem rolados, significa que a sua origem não pode situar-se longe. Provavelmente, corresponderá a sector da encosta imediatamente a montante do local, de onde provieram por transporte superficial. Com efeito, entre a ocupação do Bronze Final e a ocupação imediatamente seguinte, do final da Idade do Ferro – em que, pelo contrário, é possível associar estruturas a espólios daquela época – medeiam cerca de seis séculos em que o local poderia ter estado desabitado, explicando-se assim as acções de transporte naturais observada.

### 3 – ESPÓLIOS

#### 3.1 – Produções cerâmicas

##### 3.1.1 – Cerâmicas lisas

O número de fragmentos de recipientes lisos identificáveis ascende a 139 exemplares, dos quais 109 apresentam bordo, representando-se nas Fig. 5 a Fig. 11. A análise morfo-dimensional detalhada e quantificada das produções cerâmicas recolhidas na estação da Rua das Alcássimas recorreu aos resultados da classificação tipológica do conjunto do pequeno povoado de encosta da Tapada da Ajuda, Lisboa (CARDOSO & SILVA, 2004) e do casal agrícola do Abrunheiro, Oeiras (CARDOSO, 2010-2011 a).

No conjunto das formas cerâmicas da Rua das Alcássimas pode observar-se (Fig. 4) a clara predominância dos recipientes fechados sobre os abertos. O grupo dos potes, com 50,3% das formas consideradas na análise, constitui a maior e também o mais diversificado subconjunto em estudo. O segundo grupo mais abundante integra taças carenadas, simples e de perfil suave, destacando-se claramente as taças carenadas, com 17,9% do total.

Ao desdobrar o conjunto dos seis grandes grupos, identificaram-se catorze formas de recipientes assim individualizados:

- **Taças carenadas**

- Carena alta: 7 exemplares (Fig. 5, n.º 23; Fig. 6, n.ºs 4, 12, 17; Fig. 9, n.ºs 3, 5, 9);

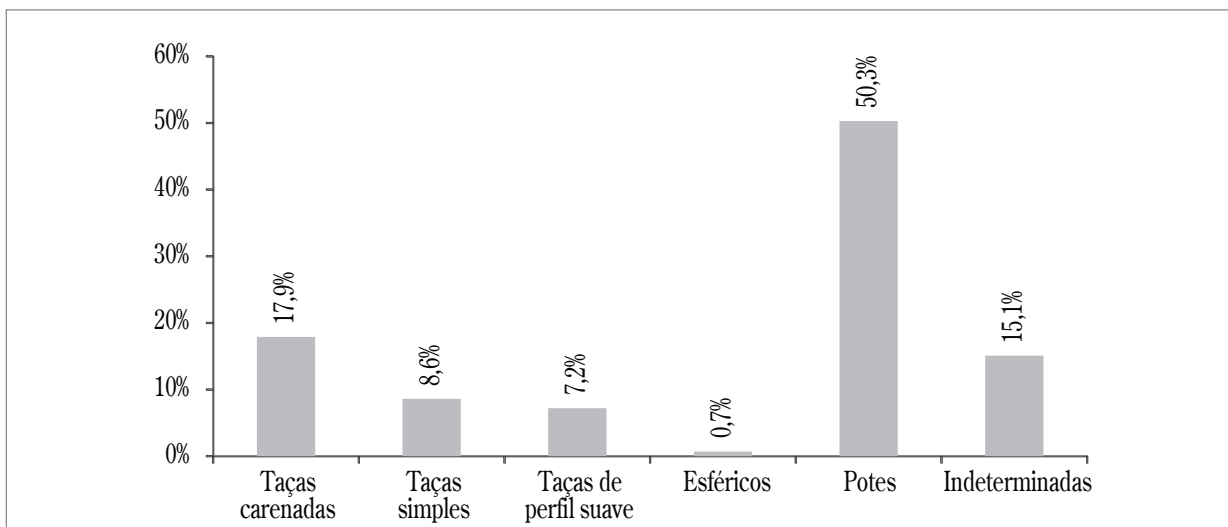


Fig. 4 – Rua das Alcássimas (Oeiras). Histograma de frequência percentual das morfologias dos recipientes lisos.

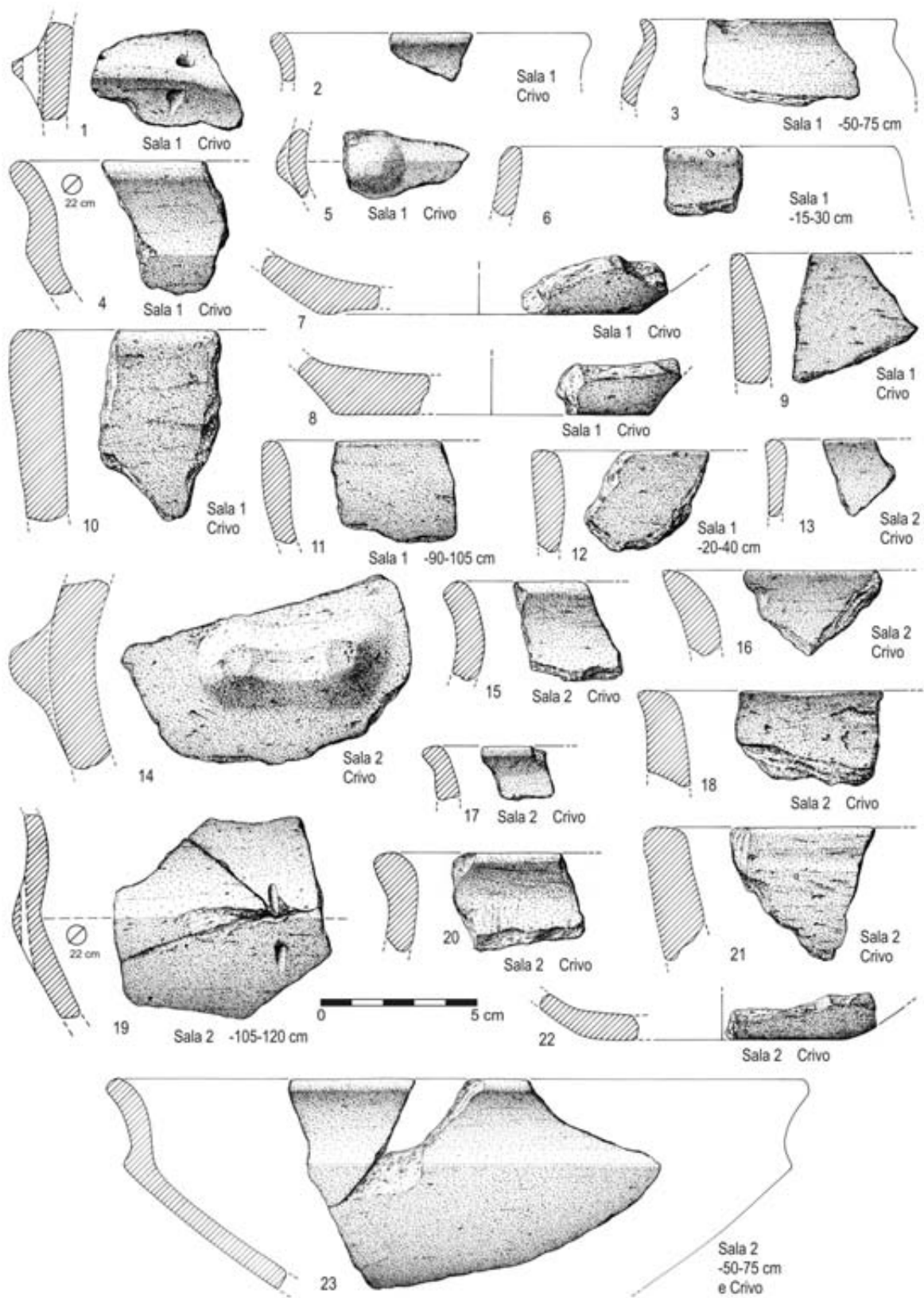


Fig. 5 - Rua das Alcássimas (Oeiras). Cerâmicas lisas do Bronze Final.

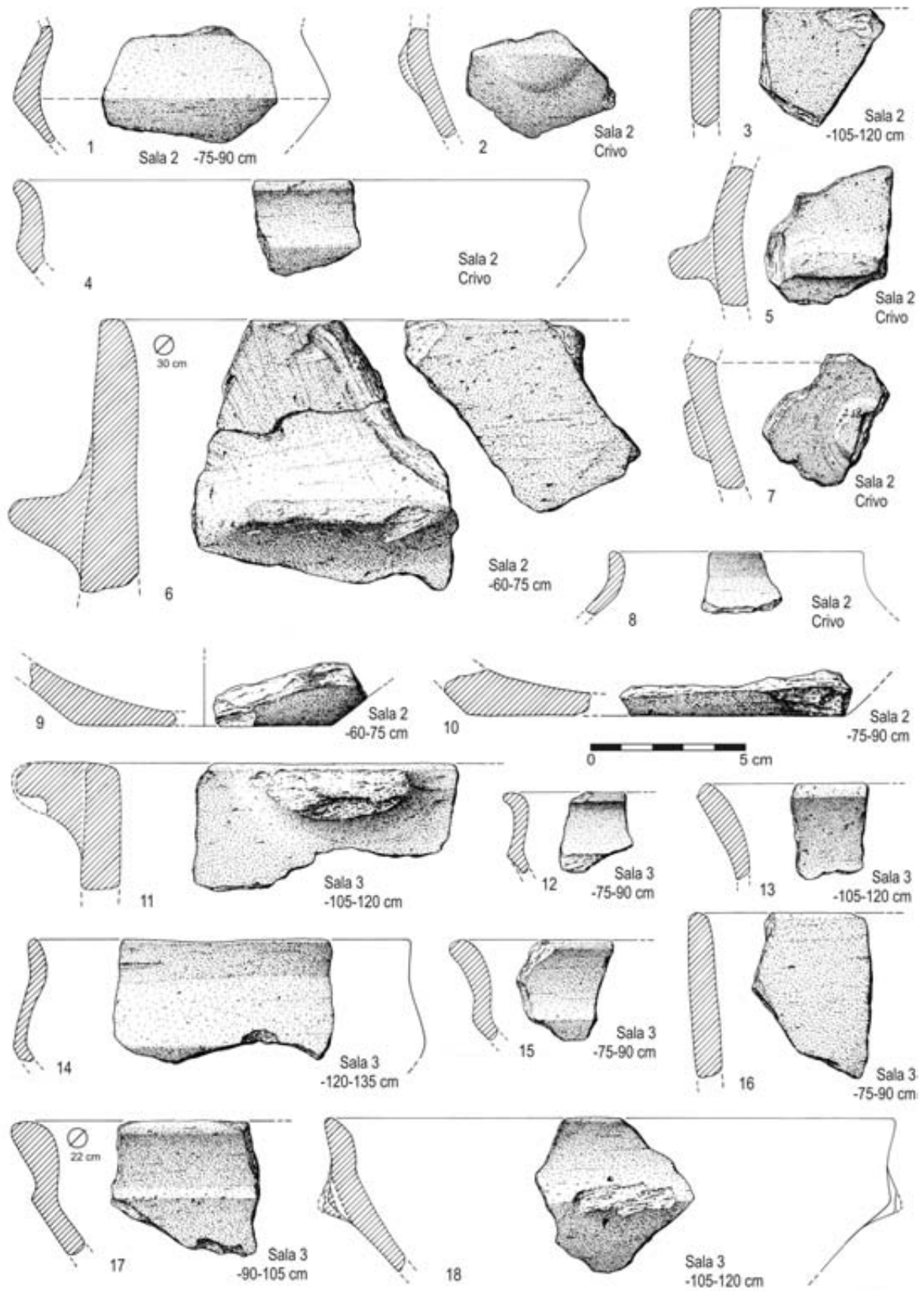


Fig. 6 – Rua das Alcássimas (Oeiras). Cerâmicas lisas do Bronze Final.



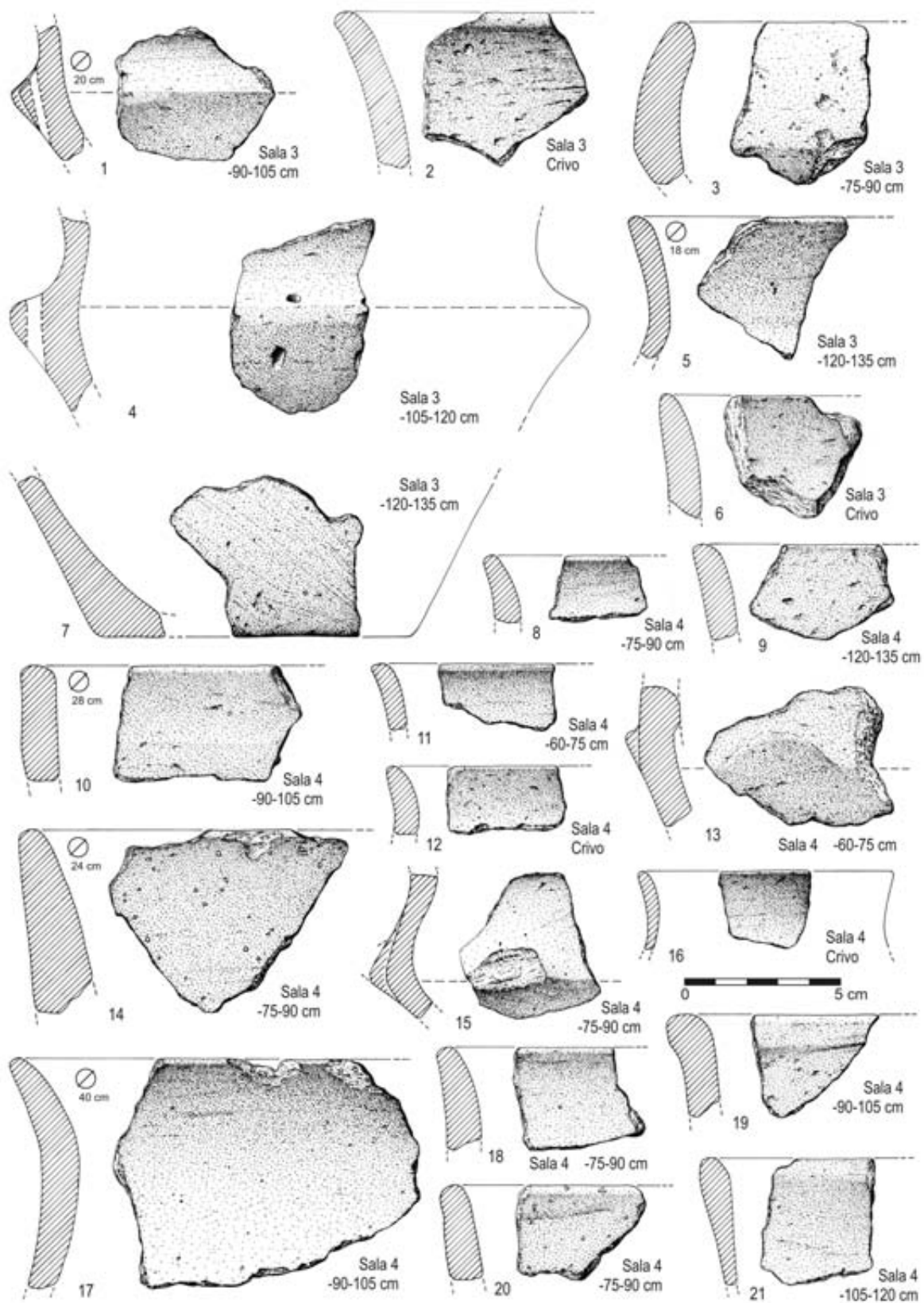


Fig. 7 - Rua das Alcássimas (Oeiras). Cerâmicas lisas do Bronze Final.



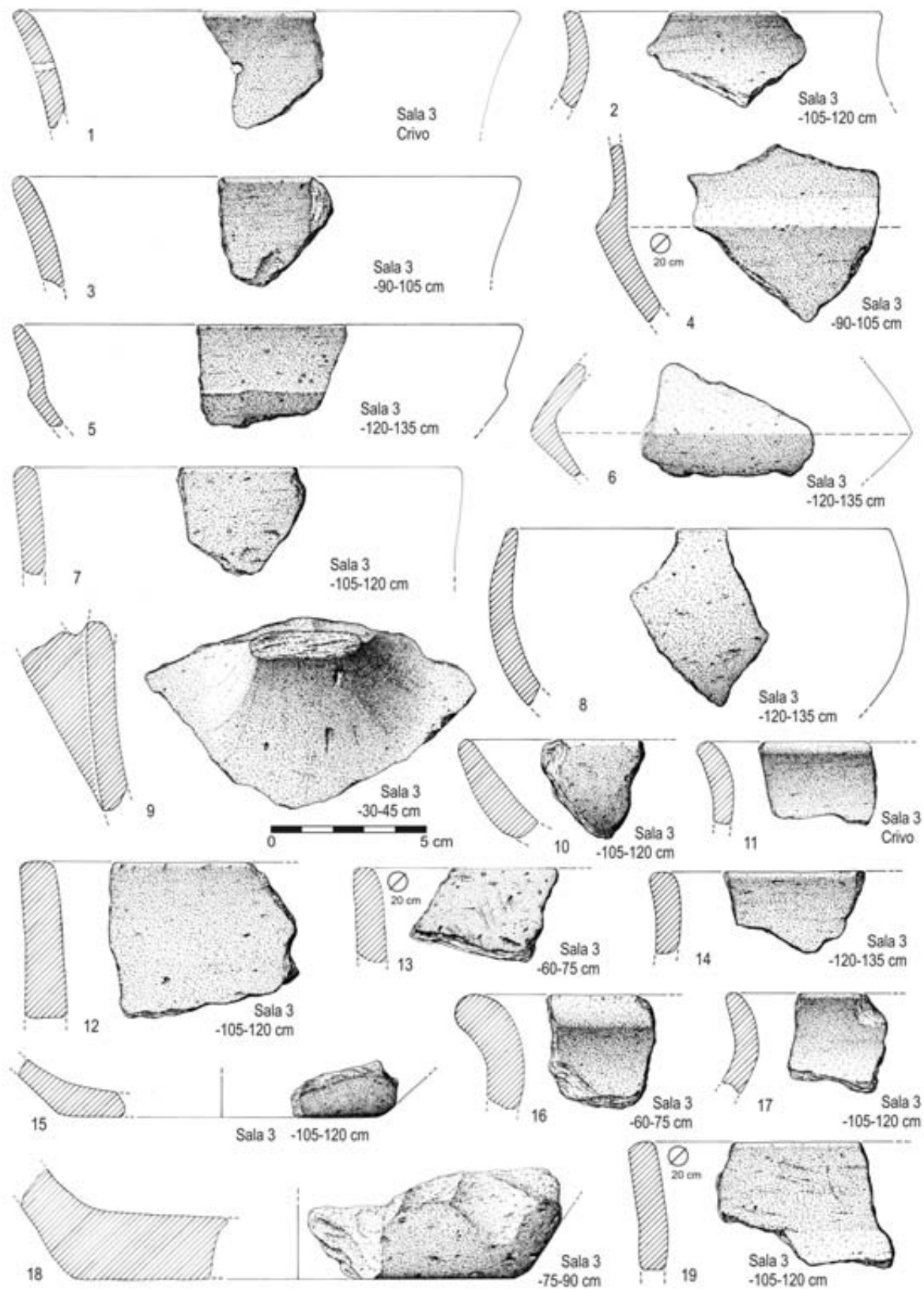


Fig. 8 – Rua das Alcássimas (Oeiras). Cerâmicas lisas do Bronze Final.

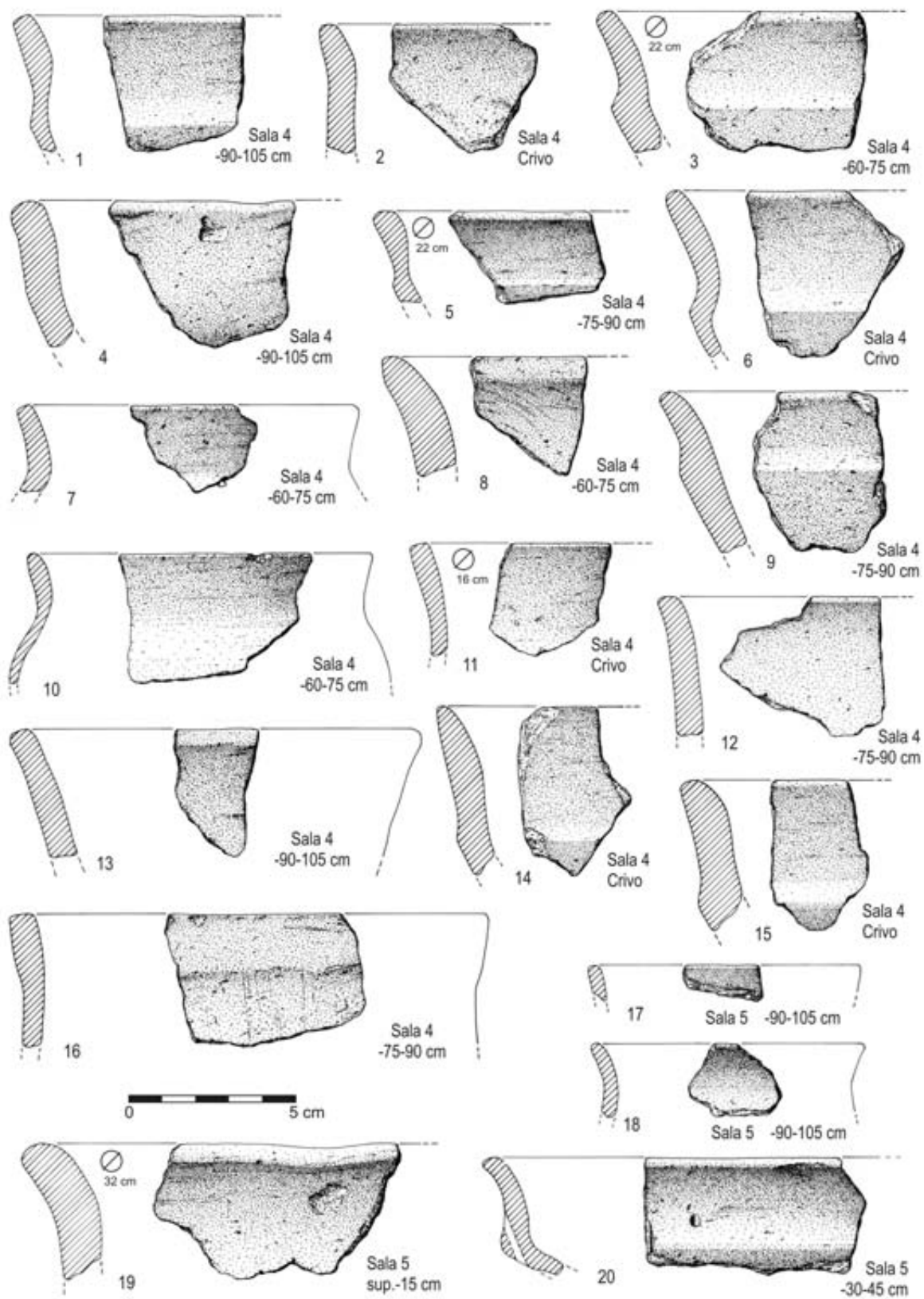


Fig. 9 – Rua das Alcássimas (Oeiras). Cerâmicas lisas do Bronze Final.

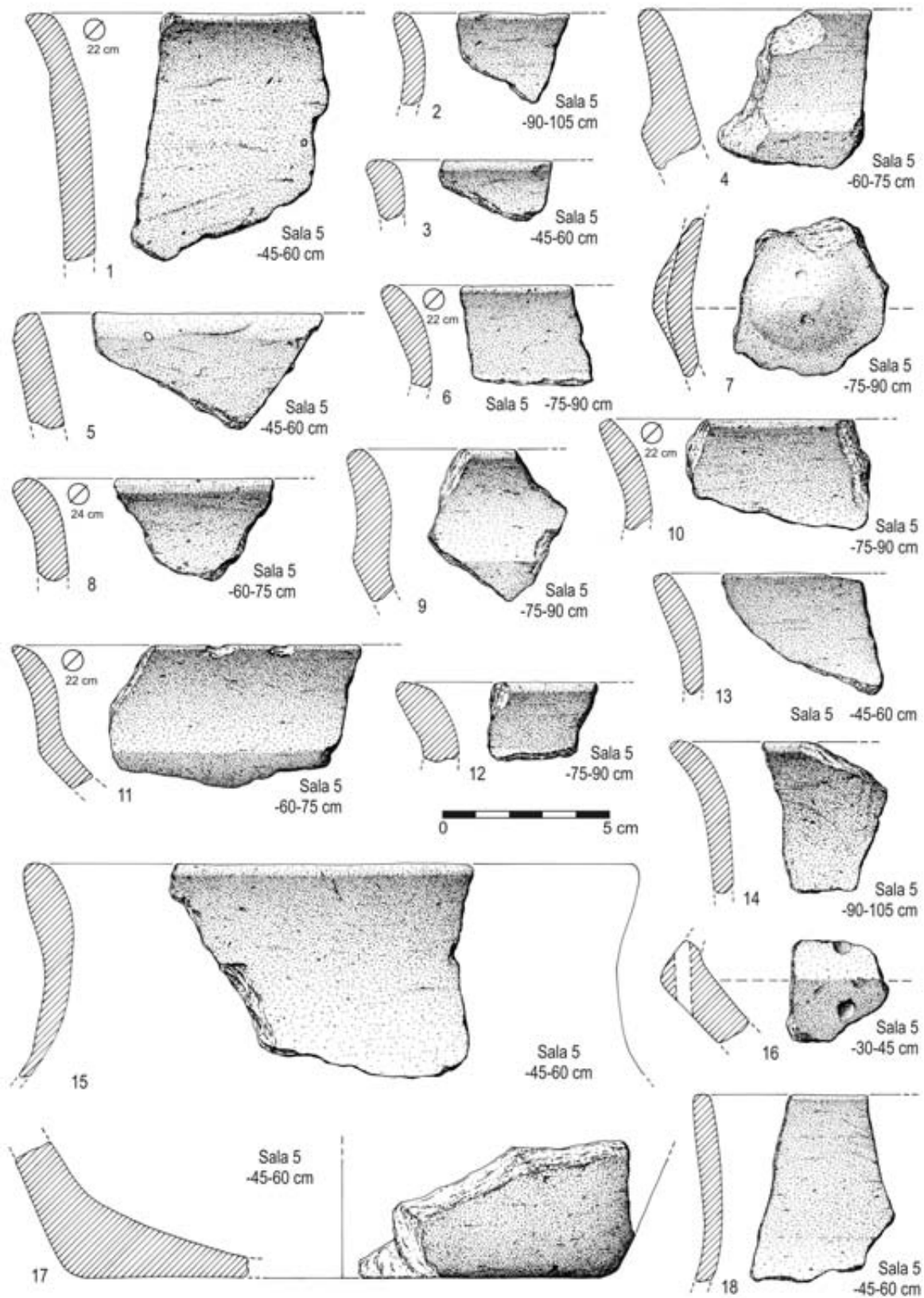


Fig. 10 – Rua das Alcássimas (Oeiras). Cerâmicas lisas do Bronze Final.



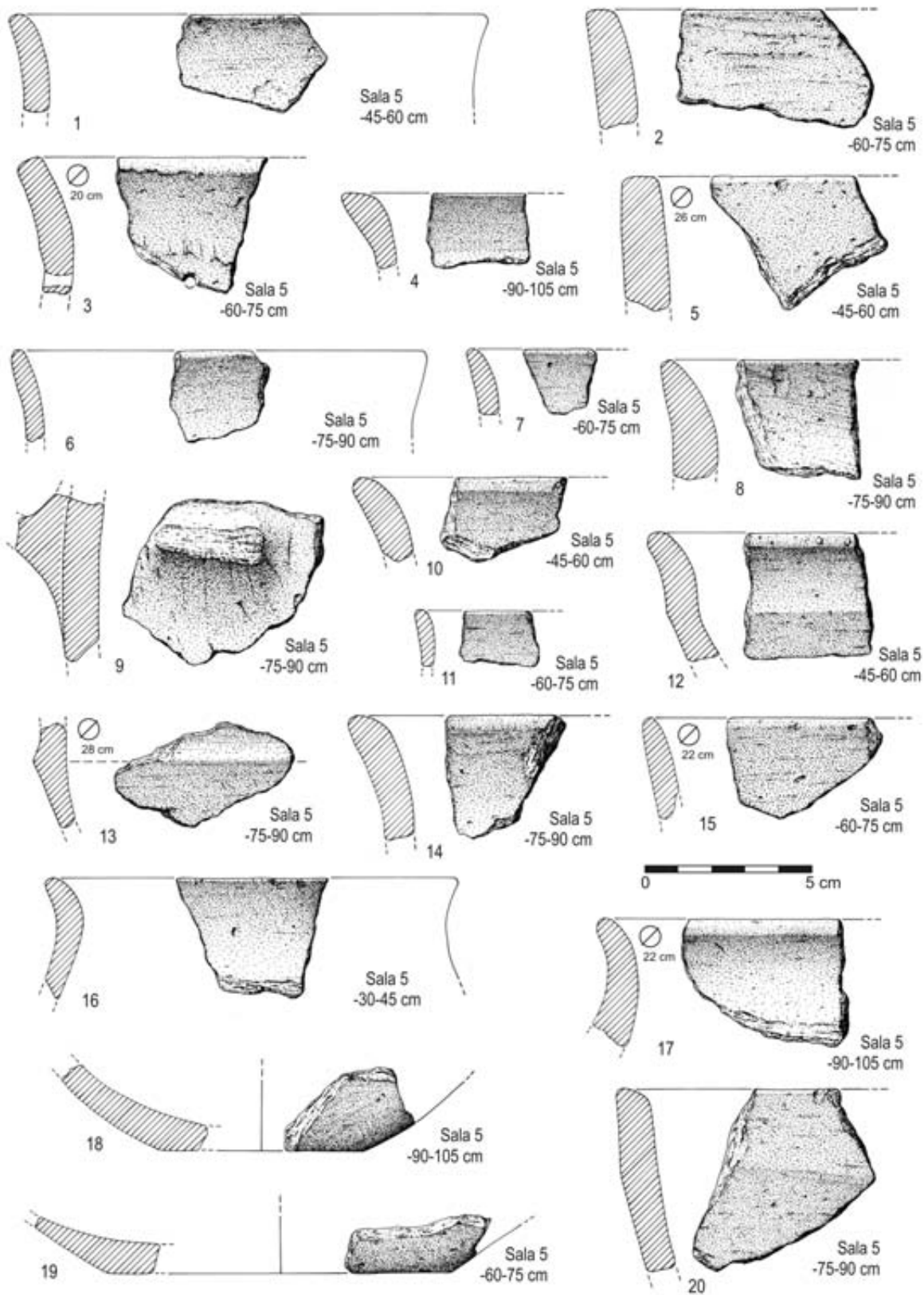


Fig. 11 - Rua das Alcássimas (Oeiras). Cerâmicas lisas do Bronze Final.



- Carena média: 15 exemplares (Fig. 5, n.º 4; Fig. 6, n.ºs 15, 18 (com mamilo perfurado na carena); Fig. 7, n.ºs 4, 5; Fig. 8, n.º 1 (com mamilo), 4 (com perfuração na carena); Fig. 9, n.ºs 1, 6, 14, 15; Fig. 10, n.ºs 4, 9, 11; Fig. 11, n.º 12);
  - Carena baixa: 1 exemplar (Fig. 9, n.º 20, com carena perfurada);
  - Carena indeterminada: 2 exemplares (Fig. 10, n.º 16, com perfuração; Fig. 11, n.º 13).
- **Taças simples**
    - Recolheram-se 12 exemplares (Fig. 5, n.ºs 11, 21; Fig. 7, n.º 10; Fig. 8, n.ºs 9 e 10, 20; Fig. 9, n.ºs 4, 13, 17; Fig. 10, n.º 5; Fig. 11, n.ºs 15, 20);
- **Taças de perfil suave**
    - Recolheram-se 10 exemplares (Fig. 5, n.ºs 16, 17; Fig. 6, n.º 13; Fig. 7, n.ºs 1, 3; Fig. 8, n.ºs 11, 21; Fig. 9, n.º 2; Fig. 11, n.ºs 4, 10).
- **Esféricos**
    - Recolheu-se apenas 1 exemplar (Fig. 7, n.º 8).
- **Potes**
    - Colo extrovertido: 26 exemplares (Fig. 5, n.ºs 3, 15, 19; Fig. 6, n.ºs 1, 8, 14; Fig. 7, n.ºs 2, 6, 17; Fig. 8, n.ºs 5, 12, 15, 16, 17; Fig. 9, n.ºs 7, 10, 18; Fig. 10, n.ºs 2, 6, 10, 12, 15, 18; Fig. 11, n.ºs 3, 16, 17);
    - Colo de paredes reentrantes: 2 exemplares (Fig. 5, n.º 6; Fig. 8, n.º 3);
    - Colo de paredes subverticais: 30 exemplares (Fig. 5, n.ºs 2, 18, 20; Fig. 7, n.ºs 11, 14, 16, 19; Fig. 8, n.ºs 2, 6, 8, 14, 18, 19; Fig. 9, n.ºs 8, 11, 12, 16, 19; Fig. 10, n.ºs 1, 3, 8, 13, 14; Fig. 11, n.ºs 1, 2, 6, 7, 8, 11, 14);
    - Potes de corpo cilindróide: 12 exemplares (Fig. 5, n.ºs 9, 10, 12, 13; Fig. 6, n.ºs 3, 6 (com pega), 11 (com pega), 16; Fig. 7, n.ºs 7, 12, 13; Fig. 11, n.º 5).
- **Formas indeterminadas**
    - Elementos de preensão e de suspensão, quando perfurados (asas, pegas e mamilos): 10 exemplares (Fig. 5, n.ºs 1, 5, 14; Fig. 6, n.ºs 2, 5 e 7; Fig. 7, n.º 9; Fig. 8, n.º 13; Fig. 10, n.º 7; Fig. 11, n.º 9);
    - Fundos planos: 10 exemplares, correspondentes em geral a grandes vasos de armazenamento (Fig. 5, n.ºs 7, 22; Fig. 6, n.ºs 9 e 10; Fig. 7, n.ºs 15 e 18; Fig. 8, n.º 7; Fig. 10, n.º 17; Fig. 11, n.ºs 18 e 19);
    - Fundos ligeiramente côncavos: 1 exemplar (Fig. 5, n.º 8).

Face aos resultados apresentados, a distribuição tipológica das produções cerâmicas apresenta-se no Quadro 2.

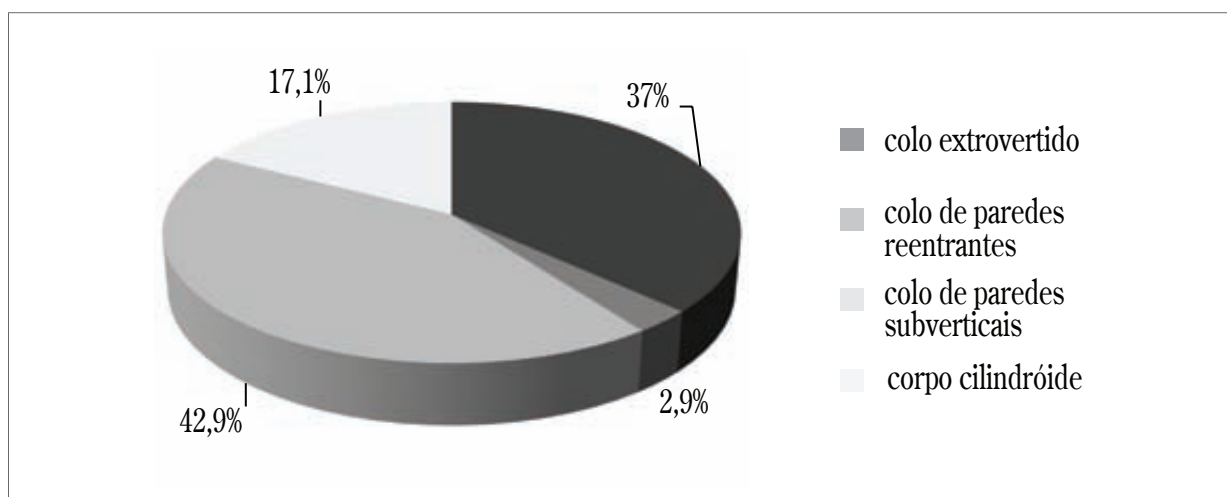
**Quadro 2 – Rua das Alcássimas (Oeiras). Distribuição tipológica das produções cerâmicas lisas**

Formas cerâmicas		N.º de fragmentos	%
Taças carenadas	carena alta	7	5,0
	carena média	15	10,8
	carena baixa	1	0,7
	carena indeterminada	2	1,4
Taças simples		12	8,6
Taças de perfil suave		10	7,2
Esféricos		1	0,7
Potes	colo extrovertido	26	18,7
	colo de paredes reentrantes	2	1,4
	colo de paredes subverticais	30	21,6
	corpo cilíndrico	12	8,6
Formas indeterminadas	Elementos de suspensão e prensão	10	7,2
	Fundos planos	10	7,2
	Fundos ligeiramente côncavos	1	0,7
<b>Total</b>		<b>139</b>	<b>100</b>

Os potes, como se referiu, correspondem ao grupo de maior importância numérica. Foram subdivididos em quatro subtipos:

- de colo extrovertido;
- de paredes reentrantes;
- de paredes subverticais;
- de corpo cilíndrico.

A distribuição percentual de cada um dos subtipos referidos apresenta-se na Fig. 12:



**Fig. 12 – Rua das Alcássimas (Oeiras). Tipologia dos potes.**

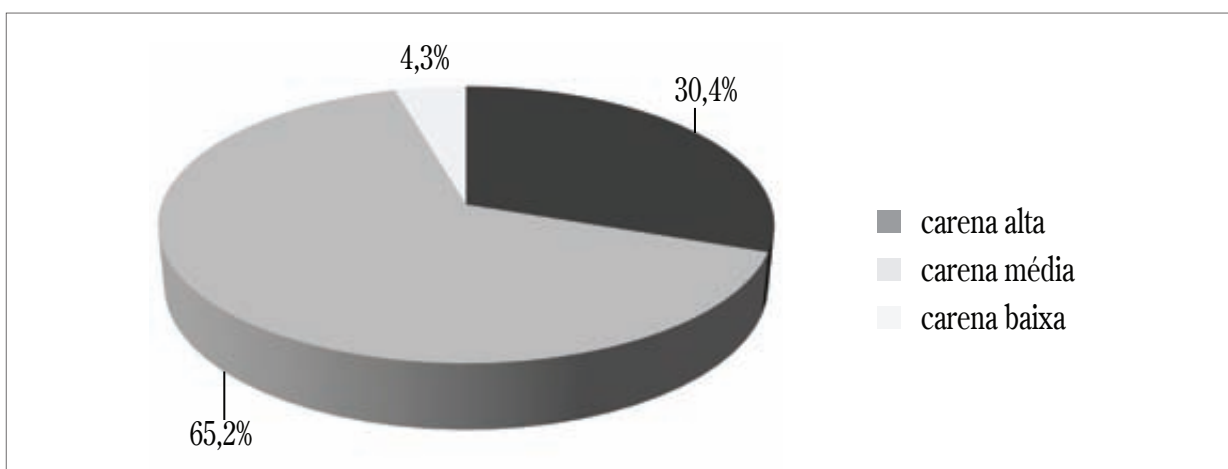


Fig. 13 – Rua das Alcássimas (Oeiras). Tipologia das taças carenadas.

Verifica-se que a maioria dos potes possui colo de paredes subverticais, com 42,9%, seguido dos potes de colo extrovertido, também com elevada percentagem (37%). É provável que os diversos formatos tivessem correspondência em utilizações diferenciadas, mas afigura-se que estas, no caso dos potes, se devem reflectir sobretudo, nas respectivas dimensões. Assim, os exemplares com diâmetros menores serviriam provavelmente para conservar produtos ou ingredientes culinários ou medicinais (como por exemplo os recipientes da Fig. 4, n.º 3; Fig. 5, n.º 14), enquanto que os de maiores diâmetros serviriam para o armazenamento de líquidos ou cereais (Fig. 9, n.º 15).

As taças carenadas são o segundo grupo mais representativo, com 17,9% do conjunto, podendo ser subdivididas em quatro subtipos:

- taças com carena alta;
- taças com carena média;
- taças com carena baixa.

Este conjunto, como se verifica na Fig. 13, é dominado pelas taças de carena média, que apresentam uma percentagem de 65,2%, semelhante ao verificado no povoado da Tapada da Ajuda, com 68% (CARDOSO & SILVA, 2004). Seguem-se as taças de carena alta, com 30,4%, e finalmente com pouca representatividade no conjunto das taças, as de carena baixa, com 4,3%.

No que respeita às dimensões, a Fig. 14 mostra a distribuição correspondente aos respectivos diâmetros da abertura.

Os elementos apresentados na Fig. 14 permitem concluir que são mais frequentes as taças com diâmetros entre os 20 a 25 cm, sejam elas de carena alta ou média. Estes exemplares de maiores dimensões serviriam para a preparação de refeições, podendo ir ao lume, enquanto que as taças de menores dimensões, com diâmetros entre os 15 a 20 cm, serviriam para beber.

As restantes formas cerâmicas identificadas são residuais e correspondem à 8,6% de taças em calote, 7,2% de taças de perfil suave e 0,7% de esféricos.

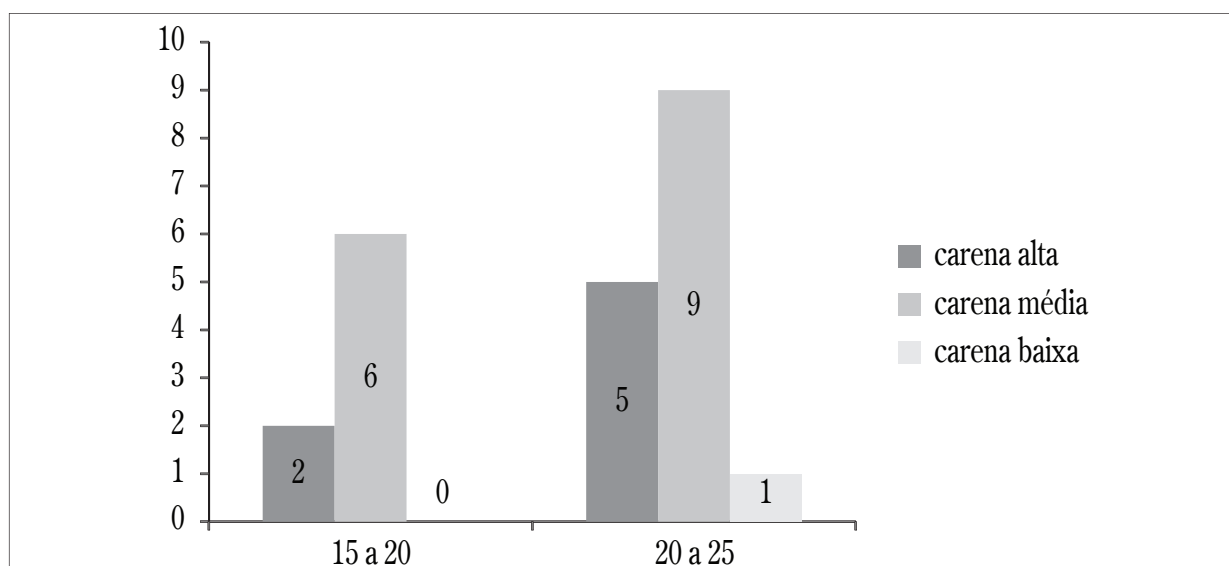


Fig. 14 – Rua das Alcássimas (Oeiras). Gráfico relativo aos diâmetros das aberturas das taças carenadas (em cm).

Em suma, o conjunto das cerâmicas lisas do Bronze Final da Rua das Alcássimas, tal como os identificados na vizinha estação do Abrunheiro (Oeiras), bem como na Tapada da Ajuda (Lisboa), reflecte a predominância das formas fechadas – geralmente associadas a funções de armazenagem, conservação e transporte de alimentos – sobre as formas abertas, estas relacionadas com a preparação e consumo de alimentos.

### 3.1.2 – Cerâmicas decoradas

O importante conjunto das cerâmicas decoradas, integralmente representado por exemplares com a decoração dita de “ornatos brunidos”, todos eles executados na face externa dos recipientes, totaliza 34 fragmentos, dos quais 8 conservam bordo. A sua distribuição pela área escavada apresenta-se na Fig. 1.

Foram observadas, nos exemplares identificáveis, as seguintes formas:

- **Taças carenadas**

- Carena alta: 1 exemplar (Fig. 16, n.º 7);
- Carena média: 1 exemplar (Fig. 15, n.º 19).

- **Potes**

- Colo mais ou menos anguloso: 8 exemplares (Fig. 15, n.ºs 4, 8, 9, 16; Fig. 16, n.ºs 2, 5, 6 e 13; Fig. 18, n.º 3);
- Bordos de paredes subverticais: 2 exemplares (Fig. 16, n.º 1 e 4; Fig. 18, n.º 2);
- Indeterminados: 22 exemplares.



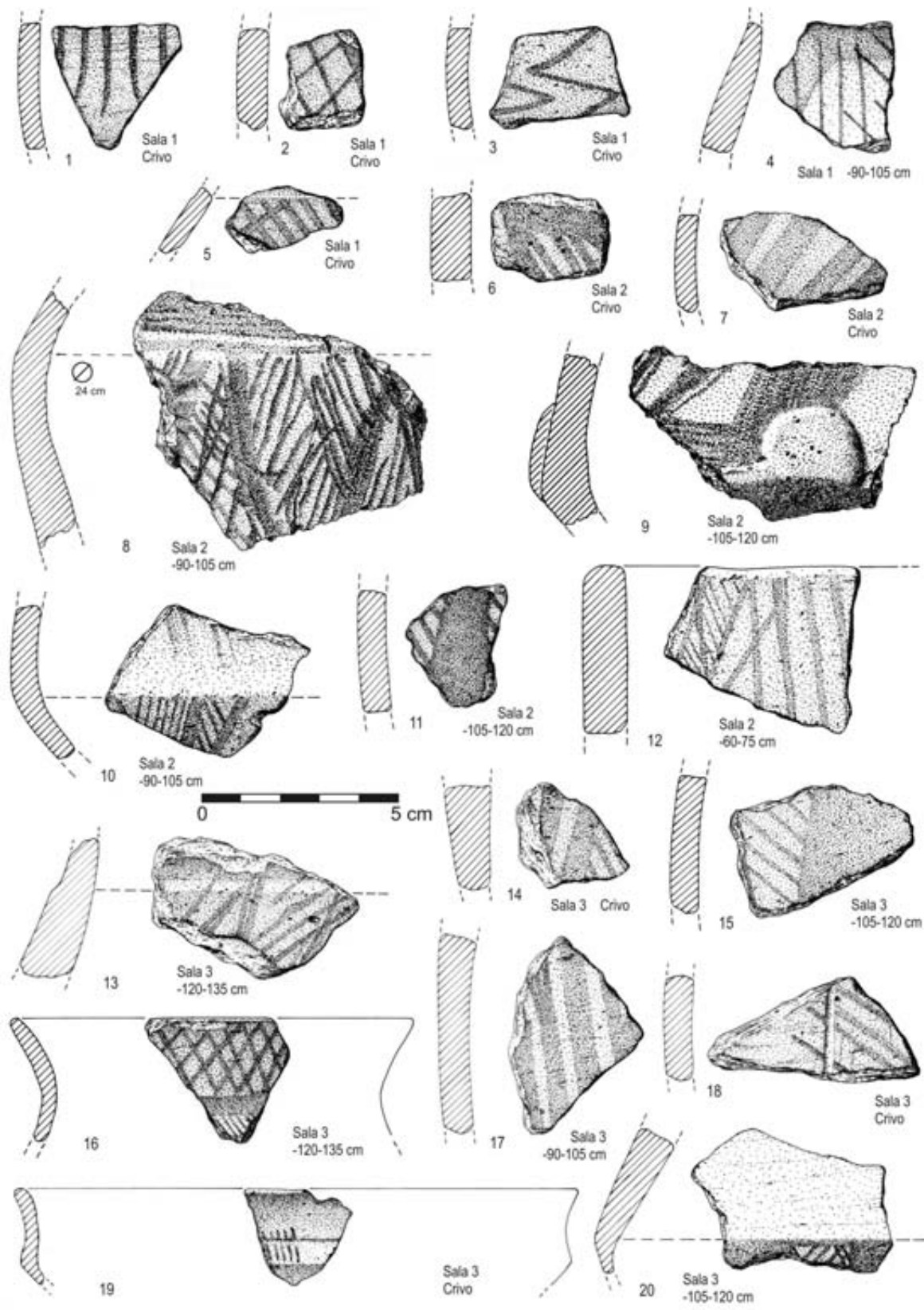


Fig. 15 – Rua das Alcássimas (Oeiras). Cerâmicas com ornatos brunidos na face externa do Bronze Final.

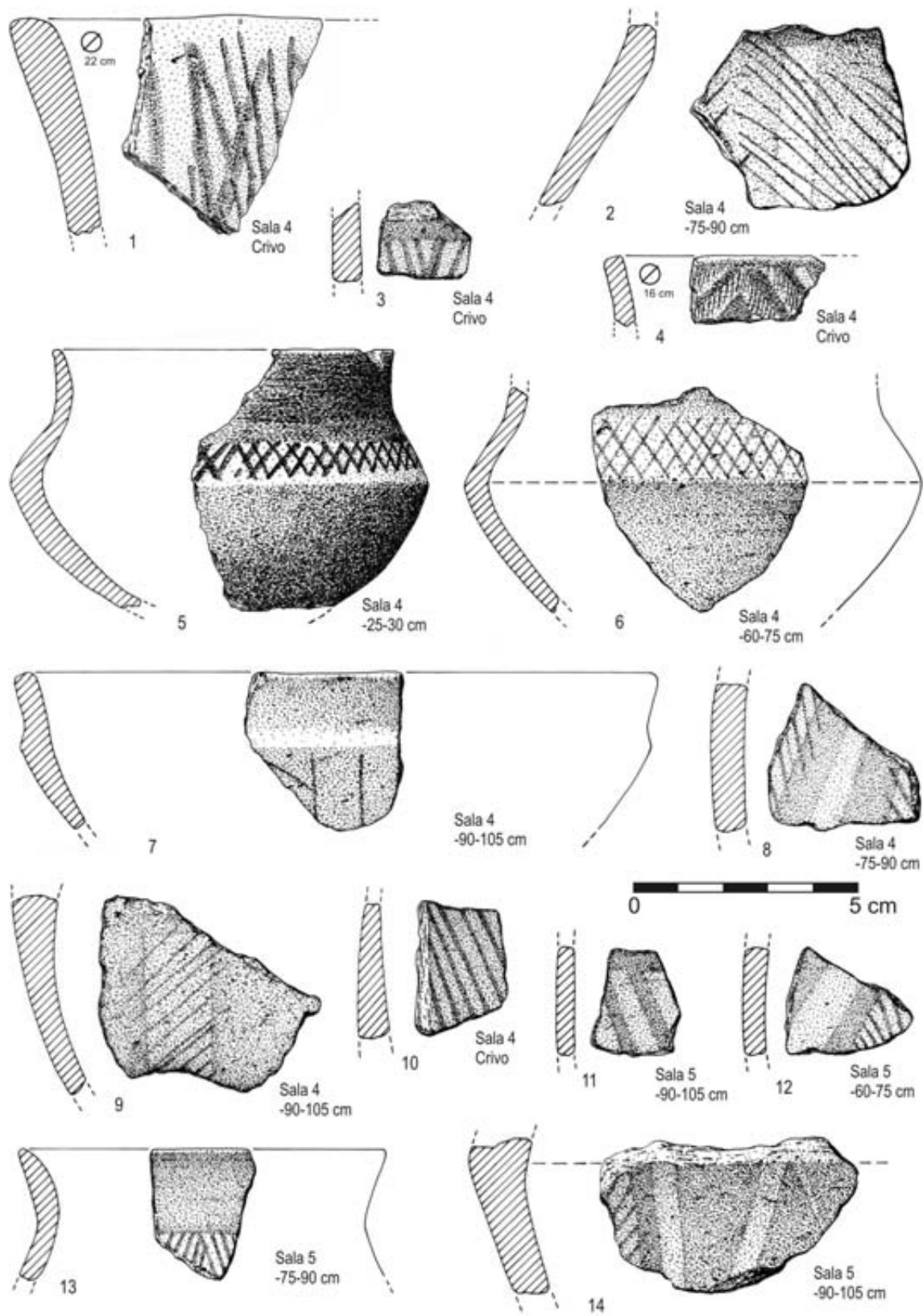


Fig. 16 – Rua das Alcássimas (Oeiras). Cerâmicas com ornatos brunidos na face externa do Bronze Final.

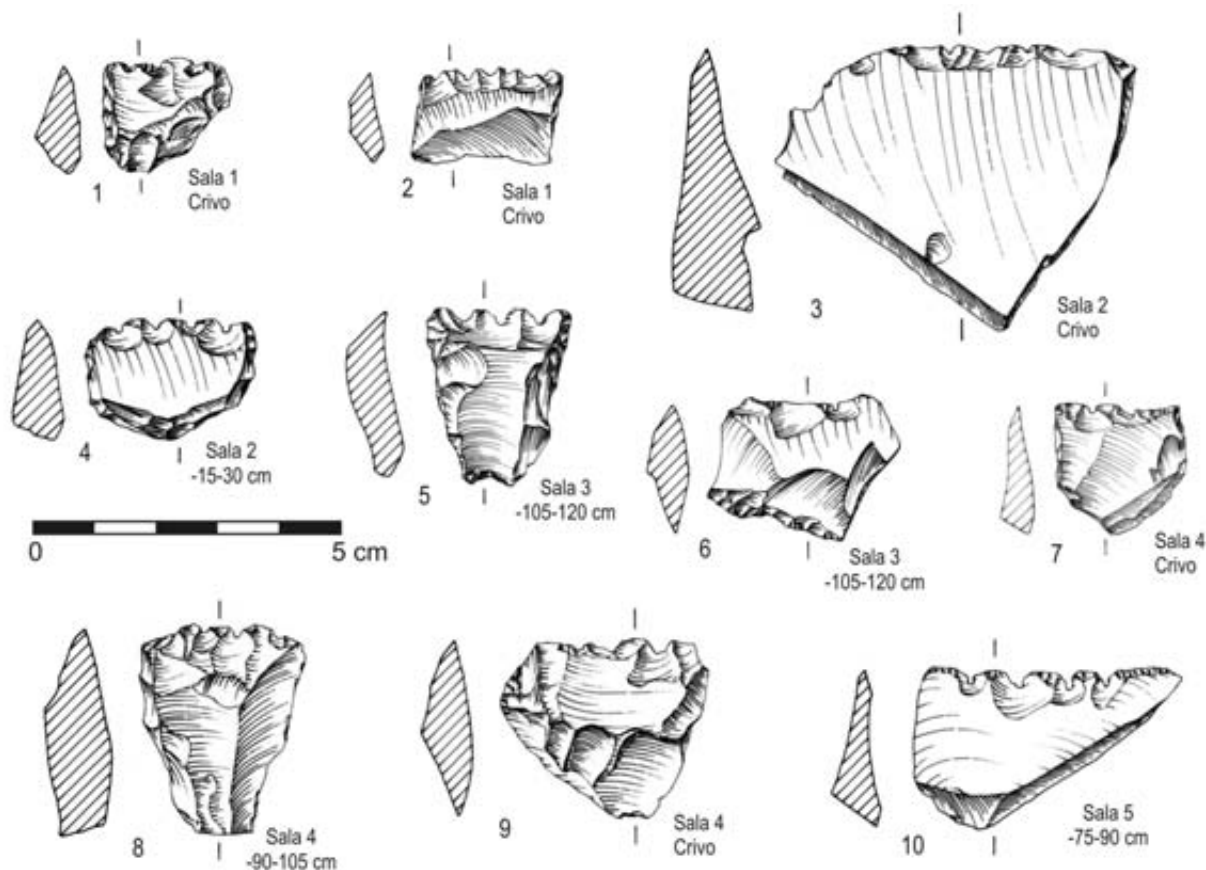


Fig. 17 – Rua das Alcássimas (Oeiras). Elementos de foice com fio denticulado, sobre lascas de sílex, do Bronze Final.

Verifica-se que a maioria dos fragmentos decorados corresponde a potes, com 32,4%, seguido das taças carenadas. O número elevado de formas indeterminadas deve-se ao assinalável estado de fragmentação que os exemplares apresentam, como é usual em contextos domésticos.

Os escassos fragmentos recolhidos no subsolo do centro histórico de Oeiras, na área depois ocupada pela *villa* romana ali existente, afiguram-se em tudo idênticos aos recolhidos na Lapa do Fumo (Sesimbra), sítio que está na origem da designação de “Cerâmicas tipo Lapa do Fumo”, por terem sido ali pela primeira vez valorizadas, ainda que erradamente, pois atribuíam-se as decorações a pinturas, e não à técnica brunida (SERRÃO, 1959). Com efeito o notável conjunto ali exumado, ulteriormente objecto de reapreciação (CARDOSO, 1995 a), corporiza as características dos conjuntos estremenhos, onde as decorações se apresentam exclusivamente ou quase na face externa dos recipientes, incluindo nas formas abertas, ao contrário do que se observa no conjunto das produções homólogas do Alentejo, nas quais as taças ostentam frequentemente decorações na face interna (GAMITO, 1990-1992), fazendo a transição para as produções do litoral da Andaluzia, que atingem a Idade do Ferro.

### 3.2 – Indústrias líticas

Este grupo encontra-se representado por 10 lascas de sílex acinzentado, de origem local, possuindo um dos bordos denticulados, com a intenção de se obterem elementos de foices, que seriam depois encabados em supores de madeira (Fig. 18).



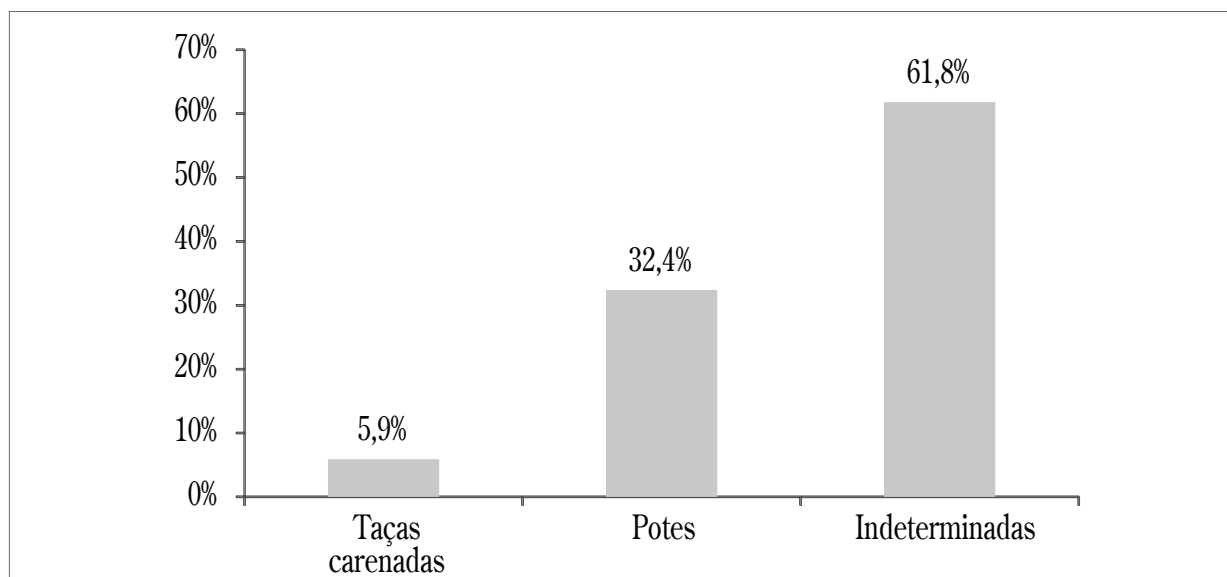


Fig. 18 – Rua das Alcássimas (Oeiras). Formas dos recipientes decorados por ornatos brunidos.

A presença destes elementos é muito frequente nos sítios abertos do Bronze Final da região, sejam pequenos povoados de encosta, como a Tapada da Ajuda (Lisboa), sejam sítios de menores dimensões, atribuídos a casais agrícolas de raiz familiar, como é o caso do Alto das Cabeças (CARDOSO & CARDOSO, 1996) e do Abrunheiro (CARDOSO, 2010-2011 a), situados a norte da vila de Oeiras e pertencentes a este concelho. A implantação destes sítios em solos basálticos, de alta aptidão para a cerealicultura, como se verificou até à década de 1950, quando tais terrenos começaram a ser ocupados por urbanizações, explica a presença de tais peças. Estas, como na Tapada da Ajuda, ascendem a centenas de exemplares, o que permite concluir que as produções cerealíferas (por certo o trigo) ultrapassavam largamente as necessidades da comunidade ali instalada. Situação semelhante observa-se em sítios de menores dimensões, como os do aro oeirense acima referido. Deste modo, é lícito admitir que a produção intensiva e extensiva de cereais seria destinada a permuta, entrando no circuito comercial transregional (CARDOSO, 1995 b, 1996 b).

### 3.3 – Pente de marfim

Na campanha de 2004, recolheu-se um fragmento de pente de marfim na Sala 2 (ver Fig. 3), com pelo menos um furo para suspensão, com a altura de 3,0 cm e dentes de forma triangular alongada (Fig. 19, n.º 1). Ambas as faces encontram-se decoradas por circunferências concêntricas, comuns em contextos de diversas épocas. Tendo presente a coexistência, às mesmas profundidades, de espólios da Idade do Ferro e do Bronze Final, e verificando-se analogia evidente com um exemplar do Cabeço de Vaiamonte, Monforte (GOMES, 1990, Fig. 10, H), decorado igualmente por circunferências concêntricas em ambas as faces. Inicialmente, este exemplar foi reportado à Idade do Ferro, ainda que sem quaisquer indicações estratigráficas, e apenas porque naquele *oppidum* ocorrem espólios daquela época, critério que explica ter sido a peça oeirense também reportada à Idade do Ferro (CARDOSO, 2011, p. 122). Contudo, indagações posteriores permitiram verificar que naquele importante povoado alentejano, existem também espólios da Idade do Bronze, ainda não publicados; e recentes trabalhos vieram reforçar a conclusão de que o pente ali recolhido deveria com maior probabilidade ser



reportado ao Bronze Final. Com efeito, logo em 2002 o exemplar do Cabeço de Vaiamonte foi atribuído ao período pré-colonial (TORRES ORTIZ, 2002, p. 250). Nesta perspectiva, importa destacar o exemplar de Huelva, atribuído ao período entre 900 e 770 a.C., coevo das primeiras presenças de materiais fenícios na Península Ibérica identificadas naquele império pré-colonial. O exemplar ali recolhido, encontra-se também decorado por círculos concêntricos em ambas as faces (GONZÁLEZ DE CANALES, SERRANO PICHARDO & LLOMPART GÓMEZ, 2004, Lám. 67, n.º 3), que se junta ao conjunto de pentes de marfim com tais decorações recolhidos em contextos coevos da

Andaluzia, da Sicília, sul de Itália e Chipre (ARRUDA, 2015). Deste modo, existem fundadas razões para considerar o exemplar oeirense como coevo do Bronze Final (CARDOSO, 2015).

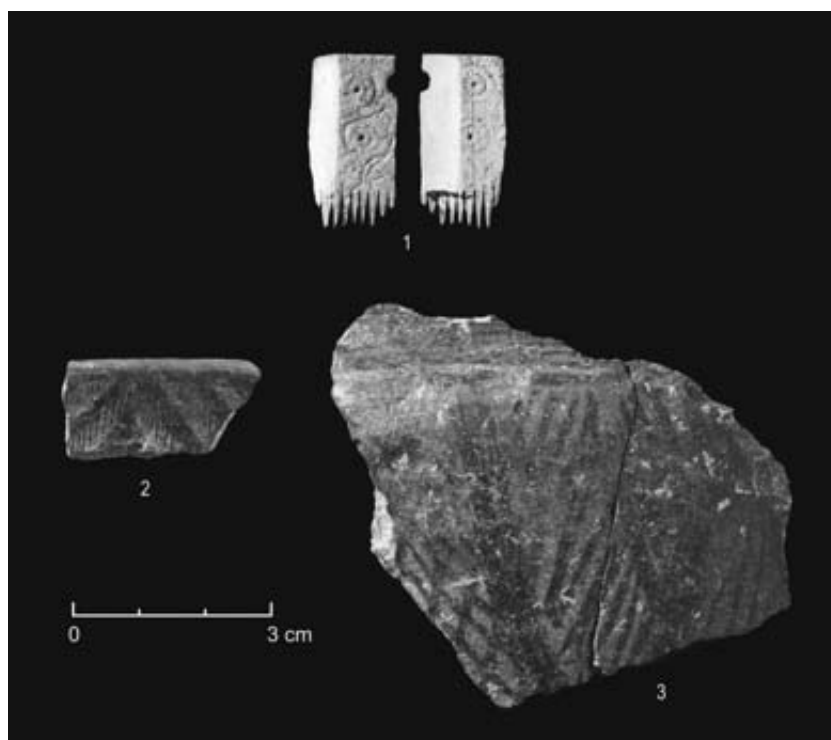


Fig. 19 - Rua das Alcássimas (Oeiras). 1 - pente de marfim; 2 e 3 - fragmentos de cerâmicas com ornatos brunidos do Bronze Final (ver Fig. 15, n.º 8 e Fig. 16, n.º 4).

#### 4 - DISCUSSÃO

Partindo do princípio, com base nos argumentos acima aduzidos, de que a maioria das produções cerealíferas obtidas intensiva e extensivamente em sítios abertos, como os dois já publicados do concelho de Oeiras, a que se soma agora o do Centro Histórico de Oeiras, seria necessário admitir a existência de um poder exercido por um determinado segmento da população – as chamadas elites –, a quem caberia a administração dos recursos e o controle da circulação no espaço geográfico em apreço, estendido à generalidade da chamada península de Lisboa.

Naturalmente, que esse segmento da população não seria numeroso, dado que os sítios com povoamento de altura conhecidos na região, à semelhança dos identificados na Beira Interior, pouca gente poderiam albergar: veja-se o caso do Monte do Frade, Penamacor (VILAÇA, 1997). Alguns destes sítios de altura poderiam mesmo ter características especializadas, as quais, por tal motivo, os tornavam importantes: é o caso da Penha Verde e do Penedo do Lexim, que poderiam relacionar-se com a manipulação do ouro, pois em ambos os sítios foram vários os ponderais recuperados, com diversas dimensões (CARDOSO, 2010-2011 b; CARDOSO, 2015). A filiação de tais ponderais num sistema de pesagem ugarítico (VILAÇA, 2011) é hipótese que recolhe confirmação nos materiais inquestionavelmente oriundos do Mediterrâneo oriental, no casco histórico de Huelva. Tal comércio era já uma realidade nos finais do século X/inícios do século IX a.C., como

bem documentam os espólios encontrados (GONZÁLEZ DE CANALES, SERRANO PICHARDO & LLOMPART GÓMEZ, 2004), coevos do Bronze Final da região em apreço.

Assim, é possível que em troca de cereais, as populações locais pudessem abastecer-se de adereços importados, como é o caso do pente de marfim recolhido em Oeiras, da fíbula de cotovelo recolhida no Abrunheiro, ou ainda da conta de cornalina do Alto das Cabeças, matérias-primas a que se poderia juntar o âmbar, sob a forma de pingentes e de contas conhecidas em diversas estações da região de Lisboa (CARDOSO, 2015).

Para além dos objectos de carácter sumptuário, havia matérias-primas cuja presença na região em apreço só pode explicar-se pela existência de excedentes que suportassem as permutas realizadas. É o caso do cobre e do estanho, oriundos respectivamente do Alentejo e das Beiras, cuja manipulação para a produção de artefactos de bronze encontra paradigma no molde de arenito para fundição de foices de talão, encontrado no campo, em Casal de Rocanes, Cacém (FONTES, 1916).

Para coordenar esse comércio nascente seria necessária a existência de uma estrutura de poder político emergente, mas que nada poderia ter a ver com a noção clássica de elites sediadas em sítios altos e de onde coordenavam a actividades da restante população, dispersa pelos campos agrícolas adjacentes. Na verdade, poderia tal estrutura residir no seio de cada conjunto de casais agrícolas ou pequenos povoados, unidos por laços de parentesco. Tais unidades político-administrativas poderiam ter-se estabelecido, na região, de uma forma partilhada, uma vez que os habitantes de cada um daqueles núcleos, que era quem as suportava, comungavam dos mesmos interesses.

Assim, sem prejuízo de se poderem valorizar locais implantados em sítios altos, aliás escassos na região em apreço, ou ainda muito mal conhecidos – como é o caso do Cabeço da Amoreira, Odivelas (BOAVENTURA, PIMENTA & VALLES, 2013), a gestão dos recursos e a sua colocação nos circuitos transregionais poderia ser coordenada colegialmente pelos elementos dominantes de cada comunidade, coordenados entre si, dispensando assim a existência de locais centrais, cuja existência, apesar de possível, é problemática, pelo menos na região que nos interessa, já que só mais a Norte, já fora da zona ribeirinha do Tejo, tais sítios se afiguram mais evidentes na paisagem (SOUSA, 2016).

Nestes termos, o significado da presença das produções cerâmicas com ornatos brunidos deve ser repensada. Tais produções ocorrem na maioria dos sítios elevados da região, elencados em trabalho anterior (CARDOSO, 2015), que configurariam uma etapa tardia do Bronze Final regional, situável entre os séculos XI e IX a.C. (Bronze Final II), compatível com a cronologia dos povoados de altura do Bronze Final da Beira Interior, onde também se recolheram fragmentos de tais cerâmicas. Em abono da cronologia recente das produções de ornatos brunidos, valorizou-se a Tapada da Ajuda, único povoado datado do Bronze Final I da região a norte do Tejo, pois a sua cronologia obtida inscreve-se entre meados do século XIII e meados do século XI a.C. (CARDOSO, 2015, Fig. 22), confirmada por datação por AMS recentemente obtida:

Wk-35559 – 2932 ± 25 BP resultado que, para uma probabilidade de 95,4% corresponde ao intervalo 1259-1046 cal BC, com recurso ao Programa OxCal 1.7).

A reforçar tal modelo, o recente estudo da estação do Abrunheiro (CARDOSO, 2010-2011 a), veio provar que, não obstante tratar-se de ocupação da fase tardia do Bronze Final, conforme indica a datação de radiocarbono obtida, tais produções eram completamente desconhecidas, conclusão com significado próprio, tendo presente as centenas de fragmentos compulsados. Nestes termos, fazia sentido admitir que a emergência dos sítios de altura na região da Baixa Estremadura onde tais cerâmicas se encontravam presentes, teria tido lugar na fase mais moderna do Bronze Final (condizente com a sua ausência na Tapada da Ajuda) e, sendo

produções requintadas, faria sentido a concentração em tais lugares, em detrimento dos casais agrícolas abertos, ocupados pelo segmento mais indiferenciado das comunidades.

Este modelo foi, a breve trecho confrontado pelo facto daquelas produções cerâmicas serem conhecidas na Quinta do Percevejo, Almada (BARROS & ESPÍRITO SANTO, 1991), casal agrícola da margem esquerda do estuário do Tejo cuja cronologia absoluta aponta para ocupação coeva da Tapada da Ajuda (CARDOSO, 2015, Fig. 22), o que parece contrariar o modelo proposto, tanto no respeitante à relativa modernidade de tais cerâmicas, que ascenderiam pelo menos ao século XIII a.C., como no respeitante à natureza das estações onde ocorrem.

## 5 - CONCLUSÃO

É nos termos da discussão acima apresentada que a ocorrência abundante, no Centro Histórico de Oeiras, de cerâmicas de ornatos brunidos deve ser equacionada. Tratando-se de sítio aberto, é provável que esteja relacionado com um casal agrícola, explorando os férteis terrenos aluvionares da veiga da ribeira da Laje, situada defronte e, ao mesmo tempo, os solos basálticos existentes na parte mais alta da encosta e a nascente, nos locais designados por Espargal, Moinho das Antas e Quinta da Figueirinha. Pelo facto de não se tratar de um sítio alto, a presença destas produções, com evidente qualidade, deve ser interpretada no quadro social das comunidades agro-pastoris que se dispersavam pelos terrenos basálticos da região a Oeste de Lisboa, as quais, teriam em si mesmas as capacidades endógenas de se gerirem os recursos por si produzidos, em estreita coordenação com as demais. Não se trataria, assim, de um segmento menos favorecido da sociedade aquele que se dedicava de forma intensiva e extensiva à exploração agro-pastoril destes férteis terrenos, mas sim uma de muitas comunidades, que, em situação de igualdade, administravam, de forma integrada, os recursos por si gerados. E foram os excedentes assim produzidos que permitiram a obtenção, tanto de de matérias-primas oriundas do interior do território, como o cobre e o estanho, para a produção de instrumentos necessários ao seu próprio desenvolvimento económico (foices de bronze), como de objectos sumptuários identificados em alguns destes casais agrícolas, explicados pela chegada dos primeiros comerciantes mediterrâneos, com carácter continuado.

## AGRADECIMENTOS

A Maria da Conceição André (CEACO/CMO) pela colaboração prestada no decurso das escavações e a Filipe Martins (CEACO/CMO) pelo tratamento estatístico das formas cerâmicas identificadas.

## REFERÊNCIAS

- ARRUDA, A. M. (2015) – Intercultural contacts in the far west at the beginning of the 1<sup>st</sup> millennium BC: through the looking-glass, in the Mediterranean mirror. *Cultural contacts in the Mediterranean sea between 1200 and 750 BC*. Mainz: Verlag des Römisch-Germanisches Zentralmuseum. Band 20, p. 269-283.
- BARROS, L. B. & ESPÍRITO SANTO, P. (1991) – Quinta do Percevejo – Almada. Uma intervenção de emergência. *IV Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1990)*. Actas. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 333-342.
- BOAVENTURA, R., PIMENTA, J. & VALLES, E. (2013) – O povoado do Bronze Final do Castelo da Amoreira (Odivelas). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 623-640.

- CARDOSO, J. L. & CARDOSO, J. L. (1996 b) – O povoado do Bronze Final do Alto das Cabeças (Leião, Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 351-359.
- CARDOSO, J. L. & SILVA, I. M. (2004) – O povoado do Bronze Final da Tapada da Ajuda (Lisboa): estudo do espólio cerâmico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7 (1), p. 227-271.
- CARDOSO, J. L. & SILVA, I. M. (2004) – O povoado do Bronze Final da Tapada da Ajuda (Lisboa): estudo do espólio cerâmico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7 (1), p. 227-271.
- CARDOSO, J. L. (1995 a) – O Bronze Final da Baixa Estremadura e as cerâmicas de ornatos brunidos da Lapa do Fumo (Sesimbra). *Sesimbra Cultural*. Sesimbra. 5, p. 6-14.
- CARDOSO, J. L. (1995 b) – O Bronze Final e a Idade do Ferro na região de Lisboa: um ensaio. *Conimbriga*. Coimbra. 34, p. 33-74.
- CARDOSO, J. L. (1996 a) – O final da Idade do Ferro no concelho de Oeiras: um contributo. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras, 6, p. 361-366.
- CARDOSO, J. L. (1996 b) – O povoamento no Bronze Final e na Idade do Ferro na região de Lisboa. In *De Ulisses a Viriato, o primeiro milénio a. C.* (1996) (coord. Jorge de Alarcão). Catálogo da exposição realizada no Museu Nacional de Arqueologia. Lisboa: Instituto Português de Museus, p. 73-81.
- CARDOSO, J. L. (2010-2011 a) – O casal agrícola do Bronze Final do Abrunheiro (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 33-74.
- CARDOSO, J. L. (2010-2011 b) – A ocupação do Bronze Final do povoado pré-histórico da Penha Verde (Sintra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 579-590.
- CARDOSO, J. L. (2011) – *Arqueologia do concelho de Oeiras do Paleolítico Inferior arcaico ao século XVIII*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- CARDOSO, J. L. (2015) – Between the Atlantic and the Mediterranean: the Late Bronze Age around the Tagus estuary (Portugal). Economic, social and cultural aspects. *Rivista di Scienze Preistoriche*. Firenze. 65, p. 149-170.
- FONTES, J. (1916) – Sur un moule pour faucilles de bronze provenant du Casal de Rocanes. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 21, p. 337-347.
- GAMITO, T. J. (1990- 992) – A cerâmica de retícula brunida do Castro dos Ratinhos (Moura). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 8/10, p. 277-297.
- GOMES, M. V. (1990) – O Oriente no Ocidente. Testemunhos iconográficos na Proto-história do Sul de Portugal: *smiting gods* ou deuses ameaçadores. *Estudos Orientais*. Lisboa. 1, p. 53-106.
- GOMES, M. V., CARDOSO, J. L. & ANDRÉ, M. C. (1996) – O mosaico romano de Oeiras. Estudo iconográfico, integração funcional e cronologia. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras, 6, p. 367-406.
- GONZÁLEZ DE CANALES CERISOLA, F.; SERRANO PICHARDO, L. & LLOMPART GÓMEZ, J. (2004) – *El emporio fenicio precolonial de Huelva (ca. 900-770 a.C.)*, Madrid: Editorial Biblioteca Nueva.
- SERRÃO, A. C. (1959) – Cerâmica com ornatos a cores da Lapa do Fumo. *I Congresso Nacional de Arqueologia (Lisboa, 1958)*. Actas e Memórias. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1, p. 337-359.
- SOUSA, E. (2016) – Algumas considerações sobre a ocupação do final da Idade do Bronze na Península de Lisboa. In SOUSA, A. C., CARVALHO, A. & VIEGAS, C. (ed.) – *Terra e água Escolher as sementes, invocar a deusa. Estudos em Homenagem a Victor S. Gonçalves*. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, p. 387-401.
- TORRES ORTIZ, M. (2002) – *Tartessos*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- VILAÇA, R. (1997) – Uma nova leitura para o Monte do Frade (Penamacor). *Conimbriga*. Coimbra. 36, p. 27-44.
- VILAÇA, R. (2011) – Ponderais do Bronze Final-Ferro Inicial do Ocidente peninsular: novos dados e questões em aberto. In GARCÍA-BELLIDO, M. P.; CALLEGARIN, L. & JIMÉNEZ DÍEZ, A. (eds.) – *Barter, Money and Coinage in the Ancient Mediterranean (10<sup>th</sup>-1<sup>st</sup> centuries BC)*, Anejos de AEspA. Madrid. 58, pp. 139-167.



## **CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DO CONCELHO DE OEIRAS**

### **RELATÓRIO DAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2016**

#### ***REPORT ON ACTIVITIES CARRIED OUT IN 2016***

## **1 - INTRODUÇÃO**

Este relatório diz respeito às actividades desenvolvidas pelo Centro de Estudos Arqueológicos no ano de 2016.

As acções efectuadas podem agrupar-se em duas grandes áreas:

- Acções de Inventariação, Investigação e Valorização do Património Arqueológico; -
- Acções de Divulgação do Património Arqueológico.

## **2 - ACÇÕES DE INVENTARIAÇÃO, INVESTIGAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO**

### **2.1 - Inventariação de materiais arqueológicos**

Deu-se continuidade ao inventário sistemático do património arqueológico móvel em depósito no CEACO relativo à Colecção Gustavo Marques, proveniente pelo Museu Nacional de Arqueologia, totalizando cerca de 10 000 peças.

### **2.2 - Investigação e valorização**

#### **2.2.1 - Trabalhos Laboratoriais**

**Datações de radiocarbono.** Em 2016 foram realizadas pelo laboratório da Universidade de Waikato da Nova Zelândia, cinco datações de radiocarbono, de amostras de diversos sítios arqueológicos, no âmbito do seu estudo e publicação nos *Estudos Arqueológicos de Oeiras*.

#### **2.2.2 - Desenho de materiais arqueológicos**

Proseguiu ininterruptamente durante o ano de 2016, o desenho de materiais arqueológicos, destinados a ilustrar trabalhos de investigação e de divulgação, de que se destaca a série *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, realizados pelo colaborador do CEACO Dr. Filipe Martins e pelo Dr. Bernardo Ferreira, desenhador de Arqueologia deste serviço; este último, ocupou-se também da preparação digital de ilustrações para diversas publicações, assumindo tal actividade importância crescente no quadro das exigências tecnológicas atuais, tendo concluído a ilustração inteiramente feita por processo digital de um álbum dedicado ao povoado pré-histórico de Leceia.

### 3 – ACCÇÕES DE DIVULGAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

#### 3.1 – Exposição de Arqueologia Subaquática do Litoral do Concelho de Oeiras

Em Dezembro de 2016 foi criada na Sala do Salitre em espaço contíguo à Exposição de Arqueologia do Concelho de Oeiras, exposição gráfica de carácter permanente, contendo os painéis da Exposição “Arqueologia Subaquática do Concelho de Oeiras” que esteve patente ao Público na Sala dos Reis do Palácio Marquês de Pombal em Oeiras entre 11 de Dezembro de 2015 e 31 de Janeiro de 2016.

Esta exposição contou também com espólio arqueológico subaquático do litoral oeirense cedido para o efeito pela Direção Geral do Património Cultural – DGPC tendo sido inaugurada em cerimónia efetuada no Salão Nobre do Palácio Marquês de Pombal no dia 11 de Dezembro de 2015 e efetuada após a Apresentação pública do vol.21 dos *EAO*. Contou com as intervenções do Senhor Presidente da CMO, do Prof. Doutor João Paulo Oliveira e Costa, Director do Centro de História d’Aquém e d’Além Mar (FCSH/UNL) e do Arq. João Carlos Santos, Director Geral do Património Cultural seguindo-se a intervenção do signatário que efetuou a visita guiada à exposição.

Com a exposição criada em 2016, pretende-se dar público conhecimento dos resultados das investigações desenvolvidas até ao presente, decorrentes da iniciativa conjunta da Câmara Municipal de Oeiras através do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (CEACO/CMO) e do Centro de História de Aquém e de Além Mar (CHAM/UNL) no âmbito de Projeto de Investigação desenvolvido entre 2014 e 2016, com o objetivo de prosseguir, de forma planeada e cientificamente sustentada, as investigações do rico património arqueológico subaquático oeirense.

#### 3.2 – Revista *Estudos Arqueológicos de Oeiras*

Em Novembro de 2016 foi concluída a execução tipográfica e posto à venda o volume 22 da Revista *Estudos Arqueológicos de Oeiras* relativo a 2015.

A publicação, com carácter regular, de uma revista de arqueologia de carácter científico impõe grande esforço e adequada planificação e organização.

Para que esta publicação se tenha afirmado de forma inequívoca no panorama nacional e internacional, foram desde cedo consideradas duas condições essenciais, que têm presidido à sua publicação desde 1991. A primeira, é a regularidade da publicação anual de cada número, indispensável para assegurar as permutas, desde cedo estabelecidas; a segunda é a qualidade e interesse dos conteúdos científicos apresentados. Tendo em vista assegurar formalmente este requisito, foi criado, a partir da publicação do volume 17, inclusive, um Conselho Assessor do Editor Científico, constituído por cinco personalidades de renome internacional, as quais foram para o efeito expressamente convidadas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras.

As personalidades que integraram o Conselho Assessor do Editor Científico dos *Estudos Arqueológicos de Oeiras* no volume 22 dos *EAO* são:

- Dr. Luís Raposo (Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa);
- Professor Doutor João Zilhão (Universidade de Barcelona e ICREA);
- Doutora Laure Salanova (CNRS, Paris);
- Professor Doutor Martín Almagro Gorbea (Universidade Complutense de Madrid);
- Professor Doutor Rui Morais (Universidade do Minho).

As permutas estabelecidas com diversas Instituições, Universidades e Museus, nacionais e estrangeiros, tanto por iniciativa do CEACO como por solicitações externas são objecto de permanente actualização. Em 2016 foram assim estabelecidas as seguintes novas permutas:

- Centro de Arqueologia de Lisboa / Câmara Municipal de Lisboa;
- Museu Naval / Câmara Municipal de Almada;
- Associação Numismática de Portugal.

Em 2016 foram suspensas as permutas com revistas que interromperam a sua publicação, não se justificando, deste modo, a manutenção de envios, com os consequentes gastos, sem qualquer contrapartida.

Em Dezembro de 2016, a revista era permutada com 114 publicações periódicas nacionais e internacionais, de carácter arqueológico, sendo estas últimas oriundas da Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Inglaterra, Itália, Mónaco e Polónia.

É de salientar a importância do acervo documental de carácter especializado assim reunido, viabilizando o adequado conhecimento de realidades arqueológicas de outros Países e regiões, indispensável à própria actividade de investigação científica no domínio da Arqueologia do Concelho de Oeiras, desenvolvida neste Centro de Estudos Arqueológicos.

Conforme despacho presidencial, estas publicações, pelo seu carácter especializado, conservam-se no CEACO, podendo, porém, qualquer artigo delas constante, ser fornecido por fotocópia, mediante solicitação de eventuais interessados.

Em 2016, teve continuidade a informatização de todos os títulos permutados e os correspondentes volumes existentes na biblioteca do CEACO, constituindo importante passo no sentido da divulgação a nível municipal, do acervo existente.

Esta acção tem tido a colaboração de jovens inseridos no Programa “Tempo Jovem”, do Núcleo de Juventude/CMO, sob orientação do signatário.

Através da Inf.º n.º 04/CEACO/2015, com despacho favorável de 06/05/2015, o signatário submeteu à consideração superior do Senhor Presidente a disponibilização *online* dos volumes da série *Estudos Arqueológicos de Oeiras* em site temático do CEACO, tendo em vista a creditação científica internacional da Revista *EAO* nos Requisitos da European Science Foundation.

Em 2016 manteve o signatário a proposta de criação de um site temático do CEACO integrado no site da CMO. Em reunião com a Dr.ª Elisabete Brigadeiro, responsável pelo Gabinete de Comunicação, esta iniciativa foi considerada positivamente, aguardando concretização aquando da reformulação geral do site da Câmara Municipal de Oeiras, actualmente em curso.

### 3.3 – Artigos científicos

No volume 22 dos *Estudos Arqueológicos de Oeiras* foram publicados 11 artigos científicos, envolvendo a participação de 16 autores ou co-autores, constituindo importante repositório de informação científica de carácter arqueológico, envolvendo temáticas diversificadas. De facto, a acção do CEACO tem-se projectado muito para além dos limites geográficos do Concelho de Oeiras.

Em 2016, foram publicados pelo signatário, na qualidade de Coordenador do CEACO, os seguintes artigos científicos, os quais, directa ou indirectamente, se referem a aspectos da arqueologia oeirense:

### Neolítico e Calcolítico

- The Bell-beaker complex in Portugal: an overview. *O Arqueólogo Português*. Lisboa (2014-2015). Série V, 4/5, p. 269-302.
- Insights on the changing dynamics of cemetery use in the Neolithic and Chalcolithic of Southern Portugal. Radiocarbon dating of Lugar do Canto cave (Santarém). *SPAL* (2015). 24, p. 35-53. De col. com A. F. Carvalho.
- The Bom Santo Cave (Lisbon, Portugal): catchment, diet, and patterns of mobility of a Middle Neolithic population. *European Journal of Archaeology* (2015). 18 (2), p. 1-28. De col. com A. F. Carvalho e outros (ALVES-CARDOSO, F., GONÇALVES, D., GRANJA, R., CARDOSO, J.L., DEAN, R. M., GIBAJA, J. F., MASUCCI, M. A., ARROYO-PARDO, E., FERNÁNDEZ-DOMÍNGUEZ, E., PETCHEY, F., PRICE, T. D., MATEUS, J. E., QUEIROZ, P. F., CALLAPEZ, P., PIMENTA, C., REGALA, F. T.).
- A estação do Neolítico Antigo do Carrascal (Oeiras, Lisboa, Portugal). *5.º Congresso do Neolítico Peninsular (Lisboa, 2010)*. *Actas* (2015). Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (Estudos & Memórias, 8), p. 159-168.
- Na Estremadura do Neolítico Antigo ao Neolítico Final: contributos de um percurso pessoal. *O Neolítico em Portugal antes do Horizonte 2020: perspectivas em debate*. Lisboa (2015): Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 25-49. Também publicado, com maior riqueza iconográfica em: *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 22, p. 93-138.
- Metallurgical production evidences in the Chalcolithic settlement of Moita da Ladra (Vila Franca de Xira, Portugal). *IV International Congress Archaeometallurgy in Europe*. Madrid, 1-3 Junho 2015. Poster. De col. com F. Pereira, R. J. Silva, A. Monge Soares e M. F. Araújo.
- O povoado do Carrascal (Oeiras). Estudo das ocupações do Neolítico Final e do Calcolítico. *Estudos Arqueológicos de Oeiras* (2015). Oeiras. 22, p. 139-234. De col. com A. C. Sousa e M. C. André.
- O povoado do Neolítico Final e do Calcolítico da Travessa das Dores (Ajuda – Lisboa). *Estudos Arqueológicos de Oeiras* (2015). Oeiras. 22, p. 238-280. De col. com N. Neto e P. Rebelo.
- Nos 50 anos da identificação do megalitismo não funerário alentejano. O povoamento da região de Reguengos de Monsaraz nos IV e III milénios a.C. *Al-Madan online*. Almada (2015). Série II, 19 (2), p. 70-83.
- The transition to agriculture in south-western Europe: new isotopic insights from Portugal's Atlantic coast. *Antiquity* (2016), p. 604-619. De col. com Eric J. Guiry, Maria Hillier, Rui Boaventura, Ana Maria Silva, Luiz Oosterbeek, Tiago Tomé, António Valera, Joseph C. Hepburn & Michael P. Richards.
- Báculos e placas de xisto: os primórdios da sua investigação. In Terra água. Escolher sementes, invocar a deusa. *Estudos em Homenagem a Victor S. Gonçalves*. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa / Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2016), p. 69-80.
- Metallurgical production from the Chalcolithic settlement of Moita da Ladra, Portugal. *Materials and Manufacturing Processes* (2016). DOI: 10.1080/10426914.2016.1244839. De col. com Filipa Pereira, Rui J. C. Silva, António M. Monge Soares & Maria Araújo.



## **Idade do Bronze**

- Between the Atlantic and the Mediterranean: the Late Bronze Age around the Tagus estuary (Portugal). Economic, social and cultural aspects. *Rivista di Scienze Preistoriche*. Firenze (2015). 65, p. 149-170.
- Tapada da Ajuda (Lisbon, Portugal) Bronze Age pin. *Materials and Manufacturing Processes* (2016). <URL: <http://dx.doi.org/10.1080/10426914.2016.1232824>. De col. com A. Ávila de Melo e A. Giunlia-Mayr.

## **Idade do Ferro**

- A necrópole da Idade do Ferro de Vale da Palha (Calhariz, Sesimbra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 22 (2015), p. 301-314. De col. com A. M. Arruda.

## **Época Romana**

- Preliminary results of the archaeological surveys conducted at the Álamo roman dam (Alcoutim, Portugal) during the years of 2006 and 2007. *WWAC 2016 4<sup>th</sup> IWA International Symposium on Water and Wastewater Technologies in Ancient Civilizations*. Coimbra (2016), Actas, 16 p.

## **Épocas Medieval e Moderna**

- Vantajosas cautelas (2). A defesa de elefante recolhida no mar ao largo do Cabo Sardão e a sua cronologia. *Al-Madan*. Almada (2016). Série II, 20, p. 222-224.

## **Arqueozoologia**

- Cozinhar e comer no castelo medieval de Palmela. In Susana Gómez Martínez (coord.), *Memória dos sabores do Mediterrâneo*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola (2015), p. 113-127. De col. com Isabel Cristina F. Fernandes e Cleia Detry.
- Contributo para o conhecimento da economia alimentar islâmica e cristã medieval no castelo de Palmela. In Francisco Contente Domingues, José da Silva Horta e Paulo David Vicente (org.), *D'Aquém, D'Além e Ultramar – Homenagem a António Dias Farinha*. Lisboa: Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2015), p. 289-300. De col. com Isabel Cristina F. Fernandes.
- Faunal remains from an Almohad (Ad XII/XIII) Silo at the Castle of Aljezur (Portugal). *Archaeofauna*. Madrid. 25 (2016), p. 205-232. De col. com Diogo Mota.
- What the people of Utica (Tunisia) ate at a banquet in the 9th century BCE. Zooarchaeology of a North African early Phoenician settlement. *Journal of Archaeological Science: Reports* (2016). 8, p. 314-322. De col. com José Luis López Castro, Ahmed Ferjaoui, Alfredo Mederos Martín, Víctor Martínez Hahn Müller & Imed Ben Jerbania.
- Faunas domésticas e rituais funerários em Alcácer do Sal (Idade do Ferro). In Vilaça, R. & Serra, M. (ed.), *Matar a fome, alimentar a alma, criar sociabilidades*. Coimbra: Instituto de Arqueologia/FLUC (2016), p. 193-217. De col. com A. M. Arruda.

## **Arqueometria**

- Caracterização de uma conta de vidro proveniente do povoado fortificado calcolítico da Moita da Ladra (Vila Franca de Xira). *Estudos Arqueológicos de Oeiras* (2015). Oeiras. 22, p. 291-300. De col. com A. P. Gonçalves, A. M. Monge Soares, M. J. Oliveira. L. C. Alves e P. Valério.

## História da Arqueologia

- Correspondência de Abel Viana a José Leite de Vasconcelos: do mérito ao reconhecimento. *O Arqueólogo Português*. Lisboa (2014-2015). Série V, 4/5, p. 21-83. De col. com L. V. Coito.
- Carlos Ribeiro (1813-1882), a segunda parte da “Descrição do solo quaternário das bacias hydro-graphicas dos rios Tejo e Sado”, o “Homem terciário” e os concheiros mesolíticos do vale do Tejo. *CuPAUAM*. Madrid. 41 (2015), p. 13-22.
- Carlos Ribeiro and Francisco António Pereira da Costa: dawn of the Mesolithic shellmiddens of Muge (Salvaterra de Magos). In Bicho, N., Detry, C.; Price, T. D. & Cunha, E., *Muge 150<sup>th</sup>: The 150<sup>th</sup> Anniversary of the Discovery of Mesolithic Shellmiddens*. Cambridge Scholars Publishing (2015), p. 1-18.
- Henri Breuil e a Arqueologia portuguesa. Primórdios de uma longa actuação. *Al-Madan* (2016). Almada. Série II, 20, p. 197-203.
- A investigação da antiguidade do Homem no Portugal de Oitocentos: um contributo para a História da Ciência. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras (2015). 22, p. 9-42.
- Carlos Ribeiro (1813-1882), as formações quaternárias portuguesas e a antiguidade do Homem: um manuscrito desconhecido. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras (2015). 22, p. 43-92.

### 3.4 – Comunicações e Palestras

Em 2016, o signatário proferiu as seguintes comunicações:

#### Comunicações em encontros nacionais

- Uma colaboração de afectos: Vera Leisner e Octávio da Veiga Ferreira. Workshop “O Arquivo Leisner e os Arquivos Históricos da Arqueologia portuguesa”. Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras. Lisboa.
- Em busca das primeiras sociedades de pastores e agricultores: o contributo da região de Oeiras para o conhecimento da neolitização do Ocidente Peninsular. II Encontro Espaço e Memória de Oeiras/ Associação Cultural de Oeiras. Oeiras.
- Os alvares da ocupação humana da península de Setúbal. Jornadas Arqueológicas da região de Setúbal. Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal / Câmara Municipal do Barreiro. Barreiro.
- As faunas de grandes e médios mamíferos e a alimentação humana na região de Lisboa, do Paleolítico ao Bronze Final. Colóquio “Diz-me o que comes...”. Sociedade de Geografia de Lisboa/Centro de Arqueologia de Lisboa (Câmara Municipal de Lisboa). Lisboa.
- Olhares sobre a mobilidade no decurso dos 4.<sup>o</sup> e 3.<sup>o</sup> milénios a.C. no centro e sul do actual território português. Colóquio “Vias, rotas e trajectos. Para uma arqueologia das mobilidades”. Sociedade de Geografia de Lisboa. Lisboa.

#### Comunicações em encontros internacionais

- Preliminary results of the archaeological surveys conducted at the Álamo Roman dam (Alcoutim, Portugal) during the years of 2006 and 2007. 4<sup>th</sup> International symposium on water and wastewater technologies in ancient civilizations. Departamento de Engenharia Civil, Universidade de Coimbra. Coimbra.

- As investigações sobre a Idade do Bronze no concelho de Mação. Colóquio “Nos 70 anos da identificação do Castelo Velho do Caratão”. Câmara Municipal de Mação / Instituto Terra e Memória -Instituto Politécnico de Tomar. Mação.
- A importância da gestão da água em época romana - o exemplo da barragem do Álamo em Alcoutim. Colóquio “Encontro com a História”. Campo Arqueológico de Mértola. Mértola.
- O “fenómeno” campaniforme em torno do estuário do Tejo. Workshop “Sinos e taças. Junto ao Oceano e mais longe. Aspectos da presença campaniforme na Península Ibérica”. Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras. Lisboa.

### **Palestras**

- Tapada da Ajuda – vivências de uma comunidade pré-histórica. Arqueologia no Bairro / Centro de Arqueologia de Lisboa (Câmara Municipal de Lisboa).
- A Academia das Ciências de Lisboa e a investigação da antiguidade do Homem no Portugal de Oitocentos. Comunicação à Classe de Ciências. Academia das Ciências de Lisboa. Lisboa.
- Nos 125 anos do falecimento de Sebastião Philippes Martins Estácio da Veiga (1828-1891). Palestra Universidade do Algarve. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Faro.

### **3.5 – Visitas guiadas**

As visitas guiadas ao povoado pré-histórico de Leceia, seguidas de visita à respetiva Exposição monográfica permanente, e Exposição de Arqueologia do Concelho de Oeiras, situadas na Fábrica da Pólvora de Barcarena, continuaram a constituir, no decurso de 2016, uma das principais linhas de atuação do CEACO, consolidada ao longo de muitos anos, constituindo poderosa projeção externa das suas atividades. É de salientar a componente didática junto das escolas básicas e secundárias do Concelho de Oeiras, a par de visitas de grupos de estudantes universitários e de associações culturais e do público em geral, incluindo as visitas efetuadas em colaboração com outros serviços da CMO.

Tais visitas têm-se revelado uma mais-valia na programação de estudo, na sua componente prática, a nível complementar, constituindo objecto de avaliação junto dos alunos, desde os níveis de ensino básico (3.º e 4.ºs anos) até ao secundário (12.º ano) e universitário.

Assim, a pedido de diversos estabelecimentos de ensino (básico, secundário e universitário) da área da grande Lisboa, de organismos oficiais e particulares, ou no âmbito de visitas ao Concelho organizadas pelo Município e por parte de outras entidades, foram realizadas 30 visitas guiadas em 2016. O número total aproximado de visitantes foi de cerca de 700 pessoas, assim distribuídas:

Agrupamento de Escoteiros de Outurela 1373  
 Escola EB Gomes Freire de Andrade  
 Esc. EB 2,3 Secundária Aquilino Ribeiro  
 Escola EB1 de Tercena  
 Centro de formação e apoio escolar “Sóprasaber” de Barcarena  
 EB São João de Deus, de Lisboa  
 Grupo da Academia da Cruz Vermelha, Polo da Parede  
 Grupo de alunos do Curso Técnico Profissional de Turismo da Escola Secundária Aquilino Ribeiro  
 Grupo da Associação Numismática de Portugal

Grupo de arqueólogos franceses do Grupo Archéologique des Pyrénées Occidentales  
Grupo de alunos dos Atl's da Escola Secundária Aquilino Ribeiro  
Grupo de interessados e professores brasileiros  
Grupo das Jornadas Europeias do Património, DCT/CMO  
Grupo do programa das comemorações do Dia Internacional dos Museus 2016 – “Museus e paisagens Culturais” – Fábrica da Pólvora de Barcarena  
Grupos do Programas de Férias “Viva as Férias” da Oeiras Viva EM - Barcarena  
Grupo de técnicos da DCT/CMO  
Grupo da Universidade Sénior da Ajuda, Lisboa  
Grupo da USCAL – Universidade Sénior de Carnaxide, Aprendizagem e Lazer  
Instituto Espanhol de Lisboa  
Jardim Escola João de Deus dos Olivais, Lisboa

### 3.6 – Outras colaborações

Refere-se esta rubrica a informações de índole diversa, oficialmente solicitadas ao CEACO, desde as solicitações de estudantes do ensino universitário no âmbito da preparação de trabalhos académicos, de munícipes interessados na obtenção de informações de âmbito histórico-arqueológico de carácter concelhio, a par das informações elaboradas por solicitação de outros serviços camarários e em colaboração com estes, no âmbito de ações de salvaguarda e divulgação do património arqueológico concelhio.

Destacam-se os pareceres e consultas prestados ao DPGU no respeitante ao licenciamento de obras, quer as promovidas pela CMO, quer as de particulares. São também de referir os Pareceres prestados a outros serviços da CMO, designadamente à DOM.

No âmbito do Plano de prevenção de Riscos de Gestão do CEACO, foi estabelecido em 2015 Protocolo de Procedimentos com o DPGU elaborado na sequência da Inf.º n.º 11/CEACO/2012, com Despacho favorável do Senhor Presidente de 27/03/2012, visando a recolha de parecer prévio do CEACO sobre determinados pedidos de licenciamento que, pela sua importância ou localização, envolvam trabalhos no subsolo, que deveriam ser previamente apreciados pelo CEACO. Tais procedimentos encontram-se actualmente plenamente em vigor, cumprindo ao CEACO o acompanhamento arqueológico das respectivas obras no terreno, sempre que as mesmas sejam de iniciativa camarária ou de instituições particulares de solidariedade social sem fins lucrativos.

## 2016

### Janeiro

Foi dirigido ao signatário pedido de parecer, pela Arq.<sup>a</sup> Graça Dantas, da Divisão de Estudos e Projectos da DMOA/DOM/DEP, com a concordância do Eng.º Luís Melo, Director da DOM no âmbito da realização das obras da Fase A do passeio marítimo, em Caxias. Pretendia-se a observação e parecer sobre a revelação de vestígios atribuídos aos alicerces do antigo Forte de Nossa Senhora do Vale, destruído aquando da construção da estrada marginal.

Foi solicitado por Íris Dias, aluna do 1.º ano do mestrado em Arqueologia da Faculdade de Letras de Lisboa, Cadeira de Arqueologia das Cidades, apoio na realização de trabalho sobre a Arqueologia em Oeiras.



## **Março**

Foi solicitado pelo Arq.º Almeida Torres, Coordenador do Núcleo de Edificação da DPGU/DGUAAE a colaboração do signatário no âmbito de projecto de Construção de Unidade de Cuidados Intensivos promovida pelo Instituto S. João de Deus em Carnaxide. A mesma destinava-se à obtenção de parecer prévio e vinculativo por parte da DGPC após Parecer não favorável proferido em Ofício ref.º S.2013/322067-2570972013 baseado na falta de validação pela EPAL do levantamento topográfico do Aqueduto das Francesas.

Pela Inf.º n.º 5/CEACO/2016 de 16.06.2016, prestou o signatário o seu parecer no sentido de não se justificar do ponto de vista arqueológico quaisquer condicionantes ao licenciamento da obra por não se prever quaisquer danos no Aqueduto das Francesas.

Pela Inf.º n.º 2115/2016-DPGU/DPM, foi solicitado ao CEACO parecer a pedido de loteamento para os terrenos sitos na Quinta de Nossa Senhora da Conceição, em Barcarena e integralmente implantados na “Zona de Protecção Especial do povoado pré-histórico de Leceia”. Pela Inf.º n.º 36/CEACO/2007, no seguimento da Inf.º 117872007 – DPGU/DP foram consideradas alterações ao projecto inicial, alargando a distância entre o limite da urbanização e o limite da Zona Non Aedificandi, as quais resultaram do referido parecer, num processo com continuidade em 2017.

## **Abril**

Foi solicitado pela Dr.ª Margarida Miranda da DCT/CMO, apoio na elaboração do Guia Turístico de Oeiras, no que concerne às visitas ao Povoado Pré-Histórico de Leceia e Exposições de Arqueologia.

Foi solicitado pelo Dr. Jorge Santos Coordenador do Projecto “Diagnóstico aos Sistemas de Informação dos Museus”, do Grupo de Trabalho dos Sistemas de Informação – Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, o preenchimento de inquérito relativo à Exposição de Arqueologia do Concelho de Oeiras e Exposição Monográfica do Povoado Pré-histórico de Leceia.

Foi endereçado ao CEACO, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), Departamento de Recolha de Informação, Serviço de Recolha de Dados, “Processo IMUS – Inquérito aos Museus – 2015-02 5007459430006”, relativo à Sala de Arqueologia, ulteriormente remetido àquela entidade.

Foi solicitado pela Arq.ª Sandra Caçõila da DHRU/DPE/NRU – Gabinete Técnico de Paço de Arcos parecer sobre calçada do século XIX descoberta no decorrer de empreitada de repavimentação na Rua Costa Pinto em Paço de Arcos. Nesse âmbito foi elaborada pelo signatário nota técnica destinada a publicação na revista *Oeiras Actual*.

## **Mai**

Foi solicitado através de *Email* de 19.05.2016, pelo Eng.º José Fernandes, Chefe da DGUAAE parecer sobre a existência de estruturas em cave de Edifício da Rua Desembargador Faria em Oeiras. Estas vieram a revelar-se corresponder a obra recente de um edifício moderno de finais do século XIX ou inícios do século XX. Recomendou-se todavia a conservação de pequeno poço de alvenaria localizado no chão da referida cave.

## **Junho**

Através da Inf.º n.º 3296/2016-DPGU/DPM, foi dirigido ao signatário pelo Arq.º Baptista Fernandes Director do DPGU, pedido de parecer relativo a pedido de licenciamento de obras de construção em terreno situado na Calçada do Rei em Queijas. O referido parecer e posterior acompanhamento arqueológico relaciona-se com a identificação de estação arqueológica com vestígios de superfície do Paleolítico, designada “Linda-a-Pastora”.

Foi dirigida ao CEACO pela D. Cláudia Gomes e Sr. Miguel Melancia pedido de parecer e acompanhamento arqueológico relativo ao seu imóvel situado na Rua das Alcássimas em Oeiras. A resposta a este pedido foi encaminhada para o Eng.º José Fernandes Chefe da DPGU/DGUAAE/NE, uma vez que, tratando-se de obra particular e conforme Despacho do Senhor Presidente remetido à DPGU, aposto à Inf.º n.º 8/CEACO/2015, de 11.07.2015, foi determinado que a intervenção do CEACO no tocante a processos de licenciamento de obras que obrigatoriamente envolvessem trabalhos arqueológicos ficava restringida àquelas que fossem da iniciativa do Município ou de Instituições particulares de solidariedade social, excluindo-se assim, explicitamente, os casos de iniciativa particular.

Através de solicitação de Rosário Almeida da DBDI, foi prestada colaboração à Biblioteca Municipal de Carnaxide com a execução de painéis que integraram uma exposição documental sobre a história de Carnaxide, na parte alusiva à Pré-História. A referida exposição teve lugar em Agosto e foi realizada no âmbito da comemoração dos 25 anos de elevação a Vila da localidade de Carnaxide.

Foi solicitado por Daniel Bernardo, acompanhado por Alexandra Silva, da DCT, visita ao povoado pré-histórico de Leceia, no âmbito de programa de estágio na área de Turismo realizado naquela Divisão.

## **Julho**

Foi solicitado por Marta Castro do GC a cedência de 5 exemplares do volume 19 dos *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, destinados às Bibliotecas Municipais e ao Gabinete de Comunicação.

## **Agosto**

Foi remetido ao CEACO para conhecimento, pelo Eng.º José Fernandes, Chefe da DGUAAE, a Inf.º n.º 12584/2016, relativa ao Proc. 938/1964 de pedido de licenciamento de obras de remodelação e alteração de edifício na Rua 5 de Outubro em Carnaxide, localizado na área de proteção da Igreja Paroquial de S. Romão. Tratando-se de obra particular e de acordo com o Despacho de 11.07.2015 aposto à Inf.º 8/CEACO/2015, o acompanhamento arqueológico daquelas obras deverá ser executado por empresa de arqueologia.

## **Setembro**

Foi solicitado pela Dr.ª Alexandra Fernandes, Coordenadora do NPHM exemplar da publicação “Contribuição para o conhecimento dos grandes mamíferos do Plistocénico Superior de Portugal”, tese de doutoramento do Prof. Doutor João Luís Cardoso.

## **Outubro**

Através de *Email* de 14.10.2016 do Eng.º José Fernandes, Chefe da DGUAAE, foi dado conhecimento das obras de reabilitação do edifício localizado no Gaveto das Ruas Marquês de Pombal e Cândido dos Reis em Oeiras, mais conhecido por “Marques da Silva” atendendo à sua localização no Centro Histórico de Oeiras.

Por se tratar da reabilitação de edifício particular foi proferido parecer no sentido do acompanhamento arqueológico das respectivas obras de fundação, ser efetuado através da contratação de empresa particular de arqueologia. Deste modo foi remetido à firma proprietária, pelo DPGU, Ofício ref.ª DGUAAE SPO/E 14837/2016, de 19.10.2016 para providenciar a referida contratação.

Na sequência do mesmo, a DGPC dirigiu ao Sr. Presidente da CMO, Ofício n.º S-2016/417395 de 28.12.2016, emitindo parecer Favorável, condicionado ao cumprimento daquela disposição.

Através da Inf. n.º 4406/DHRU/DPRH, foi solicitado pelo Arq.º Freitas Lopes Chefe da DHRU parecer e acompanhamento arqueológico respeitante à reconversão dos edifícios anexos à Capela de São Sebastião de

Barcarena no âmbito do Programa Municipal de Habitação Jovem. Mantém-se em 2017 o acompanhamento deste processo.

## **Novembro**

Foi solicitado pela Dr.<sup>a</sup> Filomena Serrão do DPGU a Planta da Carta Arqueológica do Concelho de Oeiras, no âmbito dos estudos preliminares do Plano de Urbanização do Litoral do Concelho de Oeiras (S. Julião da Barra / Giribita), em elaboração naquele Departamento. Foram-lhe assim fornecidas as devidas informações através do GeoPortal da CMO com a adequada identificação dos sítios arqueológicos do Concelho no sector em apreço.

Foi dirigido ao CEACO pela Produtora Sigma3 Produções Audiovisuais, Lda, pedido de autorização para a realização de filmagens no povoado pré-histórico de Leceia e grutas de Leceia, para o programa da SIC Notícias “Isto é Matemática”. As filmagens tiveram lugar a 29.11.2016 com o acompanhamento da Dr.<sup>a</sup> Conceição André, técnica superior do CEACO.

### **3.7 – Acompanhamento arqueológico de obras**

Acompanhamento arqueológico das obras de requalificação de edifício na Rua Costa Pinto, em Paço de Arcos

Na sequência da Inf.<sup>o</sup> 4994/DHRU/DPE/NRU/2015 e no âmbito das disposições do Plano de Prevenção de riscos de Gestão do CEACO e do estabelecido Protocolo de Procedimentos com o DPGU, foi o CEACO solicitado a efectuar o acompanhamento arqueológico das obras no subsolo de edifício sito na Rua Costa Pinto n.<sup>o</sup> 176 em Paço de Arcos. A reabilitação do mesmo destinado a Habitação Jovem inseriu-se no âmbito da Gestão Global e Integrada para a Recuperação e Revitalização do Centro Histórico de Paço de Arcos sendo acompanhado pela Arq.<sup>a</sup> Sandra Caçoila do DPE/GTL. As referidas obras tiveram lugar de 2 a 24 de Fevereiro de 2016 tendo o respectivo acompanhamento sido efetuado em permanência pela Dr.<sup>a</sup> Conceição André técnica superior do CEACO, não sendo encontrados vestígios arqueológicos.

No âmbito de empreitada de Requalificação do Largo da Pátria Nova em Carnaxide, a cargo da DHRU/DPE foi solicitado ao CEACO pela Arq.<sup>a</sup> Ana Martins do DPE/GTL, através da Inf.<sup>o</sup> n.<sup>o</sup> 4543 /DHRU/DPE/NRU-2015, o acompanhamento arqueológico do CEACO das obras de remodelação técnicas daquele Largo, conforme o disposto no Ofício n.<sup>o</sup> S-2013/319739, de 27.08.2013, da Direção Geral do Património Cultural (DGPC), e em concordância com a Inf.<sup>a</sup> n.<sup>o</sup> 1133-2013/DPE/NRU.

O acompanhamento arqueológico do CEACO foi motivado pelo Ofício n.<sup>o</sup> S-2014/333735 da DGPC, com parecer favorável condicionado, justificado pela necessidade de acautelar a proteção da galeria subterrânea de ramal do aqueduto de ligação à mãe de água e chafariz localizados em extremos opostos do Largo. Os trabalhos, realizados sob responsabilidade do signatário, como o apoio da Dr.<sup>a</sup> Conceição André, foram realizados em duas fases: Obras de remodelação das redes de saneamento básico realizadas de 7 a 29 de Abril de 2016 na Rua Manuel dos Santos Mónica, sendo devidamente acautelado o afastamento das valas abertas à galeria de ramal do aqueduto.

Abertura de valas técnicas para remodelação das redes elétricas realizadas nos dias 7 e 8 de Julho de 2016, a nascente da Igreja de S. Romão de Carnaxide com cerca de 50 cm de profundidade para instalação e substituição da rede elétrica.

Em ambas as fases de realização dos trabalhos de escavação não foram observados quaisquer vestígios ou materiais de interesse arqueológico.

### 3.8 – Colaborações institucionais

Através do CEACO, foi solicitado pela Academia das Ciências de Lisboa, apoio para a organização e montagem naquela instituição de Exposição sobre o Terramoto de 1755, a qual esteve patente ao público de Junho a Novembro de 2016. Esta solicitação foi formalizada através de Ofício da Academia das Ciências de Lisboa, ref.ª 235/2015, de 29.10.2015 dirigido ao Senhor Presidente da CMO. Para o efeito foi autorizada por despacho do Senhor Presidente, de 14.01.2016, proferido naquele Ofício a atribuição de verba de 3.000 euros para a execução de livro alusivo ao Terramoto de 1755, editado pela referida Academia, presentemente no prelo.

## 5 – CONCLUSÃO

Os trabalhos desenvolvidos em 2016, deram continuidade aos objectivos estratégicos e programáticos anteriormente definidos para este Centro de Estudos Arqueológicos. Notou-se um aumento significativo do número de visitantes, relativamente ao ano transacto, mantendo-se no entanto afluência semelhante a 2016 no respeitante aos visitantes em idade escolar, ao povoado pré-histórico de Leceia e respectivas exposições de arqueologia patentes ao público na Fábrica da Pólvora de Barcarena. Trata-se, sobretudo de alunos dos diversos graus de ensino (básico e secundário) de estabelecimentos sediados no Concelho de Oeiras integrados em visitas escolares guiadas. Tal situação configura a diminuição das possibilidades financeiras das escolas no aluguer de meios de transporte para assegurarem as visitas aos seus alunos, hábito que já se encontrava adquirido, desde há vários anos a esta parte, e que se espera poder vir a ser retomado logo que possível. Por outro lado é de evidenciar a crescente afluência de grupos seniores organizados provenientes de Academias Seniores ou através de diversas Instituições.

É importante destacar a crescente intervenção do CEACO em processos de licenciamentos de obras, que requerem intervenção prévia de natureza arqueológica, em resultado de uma bem conseguida articulação com o DPGU, tendo este serviço assumido os trabalhos daquela índole sempre que aquelas sejam de iniciativa camarária ou de instituições de solidariedade social sediadas no concelho de Oeiras.

Onde as actividades de investigação e divulgação do Património Arqueológico concelhio se encontram mais expressivamente espelhadas, especialmente no que concerne à sua projecção a nível internacional, é no amplo conjunto de revistas de índole arqueológica com as quais os *Estudos Arqueológicos de Oeiras* mantêm ou estabeleceram permuta, facto demonstrativo da qualidade da investigação desenvolvida neste domínio pelo CEACO, constituindo exemplo ímpar no panorama arqueológico nacional.

Os factos aludidos neste Relatório confirmam o reconhecimento público, ao nível das mais diversas instâncias, da valia e interesse do trabalho desenvolvido no CEACO, já expresso em anteriores relatórios constituindo, decerto, mais um motivo para prosseguir empenhadamente no trabalho quotidiano, desenvolvido pela equipa que assegura a continuidade da sua actuação.

Barcarena, 20 de Abril de 2017

O Coordenador do Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras

Prof. Doutor JOÃO LUÍS CARDOSO